SIGPUB - SISTEMA GERENCIADOR DE PUBLICAÇÕES LEGAIS

DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS MINEIROS

ASSOCIAÇÃO MINEIRA DE MUNICÍPIOS

Minas Gerais , 27 de Agosto de 2026 • Diário Oficial dos Municípios Mineiros • ANO XVIII | Nº 4348

Expediente:
Associação Mineira de Municípios – AMM - MG

Presidente - LUCAS VIEIRA LOPES

1º Vice-Presidente - SANDRO LÚCIO FONSECA
2º Vice-Presidente - JOSÉ APARECIDO MENDES SANTOS
3º Vice-Presidente - LUIZ FÁBIO ANTONUCCI FILHO
1º Secretário - MAYCON WILLIAN DA SILVA
2º Secretário - VIVIANE BARBOSA PENA
1º Tesoureiro - JULIANO VASCONCELOS GONÇALVES
2º Tesoureiro - GEFERSON GIORDANI BURGARELLI

Diretor Região Central - EVALDO PAULO DOS REIS
Diretor Região Central - OTACÍLIO NETO COSTA MATTOS
Diretor Região Central - JOÃO MARCELO DIEGUEZ PEREIRA

Diretor Região Sul - EDUARDO CHEUNG DE LIMA
Diretor Região Sul - ANTÔNIO BENEDITO SALGUEIRO MIGUEL

Diretor Região Noroeste - RAFAEL COSTA DE TONI
Diretor Região Noroeste - OSEIAS CARDOSO QUEIROZ

Diretor Região Triângulo - MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA
Diretor Região Triângulo - FRANCISCO LOURENÇO BORGES NETO
Diretora Região Triângulo - ELISA GONÇALVES DE ARAUJO

Diretora Região Alto Paranaíba - FERNANDA APARECIDA LAGARES DE OLIVEIRA
Diretor Região Alto Paranaíba - RUBENS MAGELA DA SILVA
Diretora Região Alto Paranaíba - MAURA ASSUNÇÃO DE MELO PONTES

Diretor Região Centro-Oeste - FERNANDO AUGUSTO ALVES DE ANDRADE
Diretor Região Centro-Oeste - LEONARDO LACERDA CAMILO
Diretor Região Centro-Oeste - ADALBERTO RIBEIRO LOPES

Diretora Região Zona da Mata - ELENICE PEREIRA DELGADO SANTELLI
Diretor Região Zona da Mata - VICTOR DE PAIVA LOPES
Diretor Região Zona da Mata - SILVÉRIO JOAQUIM APARECIDO DA LUZ

Diretor Região Norte - ROBERTO JAIRO TORRES
Diretor Região Norte - JOAQUIM NERES XAVIER DIAS
Diretor Região Norte - CLEBER NASCIMENTO DE PINHO

Diretor Região Jequitinhonha/Mucuri - FABIANO FERNANDES SILVA RIBEIRO
Diretor Região Jequitinhonha/Mucuri - MARCELO ADRIANO XAVIER DE VASCONCELOS
Diretor Região Jequitinhonha/Mucuri - HERMES ADALTO GOMES DA CUNHA

Diretor Região Rio Doce - JOVANI FERREIRA DOS SANTOS
Diretor Região Rio Doce - RONEY ALVES DE BRITO
Diretor Região Rio Doce - VITOR VICENTE DO PRADO

Membro Efetivo Conselho Fiscal - MÁRCIO PESSOA MOREIRA VICTOR
Membro Efetivo Conselho Fiscal - GUSTAVO MARQUES CARVALHO MITRE
Membro Efetivo Conselho Fiscal - ANTÔNIO MÁRCIO VIEIRA

Membro Suplente Conselho Fiscal - FÁBIO ALVES COSTA FONSECA
Membro Suplente Conselho Fiscal - RAFAEL AUGUSTO FRANÇA OLIVEIRA MACHADO
Membro Suplente Conselho Fiscal - AILTON PEREIRA GOULART

O Diário Oficial dos Municípios do Estado de Minas Gerais é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

ESTADO DE MINAS GERAIS
ARISMIG - AGENCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DE MG

ARISMIG - AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS
AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO

AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO

Considerando a demanda formalizada, o estudo técnico preliminar, a estimativa da despesa, a previsão orçamentária, a justificativa de preços, o atendimento aos requisitos de habilitação, a análise preliminar por parte do setor competente e o parecer jurídico emitido, **FICA AUTORIZADA** a contratação direta do objeto abaixo referido, via dispensa de licitação, posto que:
o valor está adequado ao teto estabelecido no art. 75, caput, II da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
não foi despendido por este órgão, neste exercício financeiro, mais do que o valor previsto no item "1" acima, nos termos do art. 75, §1º, I da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
o somatório da despesa abaixo referida, somada com outros objetos da mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade, não ultrapassou o valor previsto no item "1" acima, nos termos do art. 75, §1º, II da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

OBJETO	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de mobiliário de escritório, compreendendo mesas, cadeiras e armários, destinados a atender às necessidades da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento de Minas Gerais – ARISMIG, conforme descrição abaixo: ***ITEM:*** 01 ***MÓVEL:*** Mesa de escritório (estilo birô) em MDF ou MDP, com gavetas. Material dos pés: Ferro. Referência: Medidas: 120x60x75 – Cor: Cinza ***QUANTIDADE:*** 1 (um) ***ITEM:*** 02 ***MÓVEL:*** Cadeira assento/encosto diretor com acabamento em tecido preto. Base giratória e braço fixo. Referência: Cor: Preta ***QUANTIDADE:*** 2 (dois)
VALOR	R$ 1.787,10 (mil e setecentos e oitenta e sete reais e dez centavos).
FORNECEDOR	ML Comércio de Móveis e Eletrodomésticos Ltda

Boa Esperança/MG, 26 de agosto de 2026.

ADRIANO COSTA REIS JUNIOR
Diretor Geral

Publicado por:
Pedro Henrique Chagas Maia Vilela
Código Identificador:545D6690

ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRO REGIÃO DO ALTO RIO PARDO

AMARP
ATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PRC Nº 019/2026

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRO REGIÃO DO ALTO RIO PARDO-AMARP(MG) – **Processo Nº 019/2026 - Dispensa Simples nº 012/2026**. Torna público o ATO DE AJUDICAÇÃO e HOMOLOGAÇÃO com a empresa **SAINT EMILIONB AUTOMÓVEIS PEÇAS E SERVIÇOS LTDA**. Objeto: constitui objeto, a contratação de empresa especializada para a revisão periódica no veículo Duster Oroch 1.6, 16CV, SCE Flex, de placa TXI-8130, pertencente ao Patrimônio da AMARP, de natureza COMUM, de acordo com as especificações da Requisição de Compras Simples(RCS) e seus anexos. Fundamento legal: Art. 75, Inciso, §7º da Lei Federal 14.133/2021 e alterações. Data: 26.08.2026.

RAFAEL CÁSSIO DOS SANTOS-
Presidente da Comissão de Contratação.

ANTÔNIO BENEDITO SALGUEIRO MIGUEL-
Presidente da AMARP.

Publicado por:
Hariana Salesi Augusto de Oliveira
Código Identificador:AE8721BC

AMARP
EXTRATO ATO DE ADJUDICAÇÃO-HOMOLOGAÇÃO E DO CONTRATO ADMINISTRATIVO -PRC Nº 020/2026

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRO REGIÃO DO ALTO RIO PARDO-AMARP(MG) – **Processo Nº 020/2026 - Dispensa Simples nº 013/2026**. Torna público o extrato do ATO DE ADJUDICAÇÃO e HOMOLOGAÇÃO e CONTRATO celebrado com a empresa **ACRESCENTA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO LTDA**. Objeto: constitui objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de assessoria de comunicação, objetivando manter atualizadas as informações do consórcio público no site oficial, e produzir material informativo para páginas de jornais impressos locais e portal digital, de forma a fortalecer a imagem da AMARP junto ao público de interesse, reforçar o posicionamento da sua marca e dar transparência e valorização aos serviços prestados, de natureza COMUM, de acordo com as especificações do Termo de Referência e seus anexos. Fundamento legal: Art. 75, Inciso II, §2º da Lei Federal 14.133/2021 e alterações. Data: 26.08.2026.

RAFAEL CÁSSIO DOS SANTOS-
Presidente da Comissão de Contratação. Antônio Benedito Salgueiro Miguel-Presidente da AMARP.

Publicado por:
Hariana Salesi Augusto de Oliveira
Código Identificador:C49EEF4D

ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO CIRCUITO DAS ÁGUAS

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE Nº 635/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 055/2024
PREGÃO ELETRÔNICO DE Nº 043/2024

O MUNICÍPIO DE ITANHANDU pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 18.186.718/0001-80, neste ato representado por de seu Prefeito Municipal, Senhor **PAULO HENRIQUE PINTO MONTEIRO,** doravante denominado **CONTRATANTE,** através de licitação compartilhada do **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG – CIMAG,** inscrito no CNPJ sob nº 21.406.451/0001-01,representado por seu Presidente, Senhor **LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS**, denominado órgão gerenciador e a Empresa **VAGALUME ILUMINAÇÃO PÚBLICA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 45.258.577/0001-36, denominada **CONTRATADA**, celebram o contrato Nº 635/2026, para a prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva no sistema de iluminação pública, para o município de **ITANHANDU** de acordo com os critérios, termos e condições estabelecido no referido contrato; decorrente do Processo Licitatório nº 055/2024 e Pregão Eletrônico de nº 043/2024. O valor total do contrato é R$ 30.309,50 (trinta mil trezentos e nove reais e cinquenta centavos). As despesas do contrato serão amparadas por dotações próprias do município.

Caxambu, 21 de agosto de 2026..

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente do Consórcio CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:75B91273

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO DE CONTRATO DE PROGRAMA Nº. 410/2026

Processo de Licitação nº 056/2025
Credenciamento Público de nº 011/2025

O MUNICÍPIO DE DOM VIÇOSO pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n ° 18.188.268/0001-64, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor **FRANCISCO DIVINO GOMES CAMARGO,** neste ato denominado **MUNICÍPIO UTILITÁRIO CONTRATANTE** através do Credenciamento realizando pelo **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG-CIMAG**, inscrito no, CNPJ n°21.406.451/0001-01, através de seu Presidente Senhor **LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS**, doravante denominado **CONTRATADO INTERVENIENTE** e a Empresa Credenciada **ANTONIO MARCOS MOREIRA,** portadora do CNPJ nº 42.946.055/0001-39, neste ato representada pelo Senhor(a) ANTONIO MARCOS MOREIRA, doravante denominada CONTRATADA,**PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE** MÁQUINAS E CAMINHÕES de acordo com os critérios, termos e condições estabelecido no referido contrato. No valor total de R$ 62.001,00 (sessenta e dois mil e um reais). As despesas serão amparadas por dotação própria do município.

Caxambu,18 de agosto de 2026.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente do CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:28CF6748

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO DE CONTRATO DE PROGRAMA Nº. 509/2026

PROCESSO DE LICITAÇÃO DE Nº 003/2026

CREDENCIAMENTO PÚBLICO DE Nº 002/2026

O MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO RIO VERDE pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 17.906.314/0001-50, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor(a) **PAULO HENRIQUE DE SOUZA PINTO,** neste ato denominado **MUNICÍPIO UTILITÁRIO CONTRATANTE** através do Credenciamento realizando pelo **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG- CIMAG**, inscrito no, CNPJ n°21.406.451/0001-01, através de seu Presidente Senhor LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS, doravante denominado **CONTRATADO INTERVENIENTE** e a Empresa **CAMPO NATIVO - SOLUCOES INTEGRADAS LTDA**, portadora do CNPJ 39.361.512/0001-19, neste ato representada pelo Senhor(a) TATIANA MEDEIROS CURÁTOLA, doravante denominada CONTRATADA,**PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE** ENGENHARIA de acordo com os critérios, termos e condições estabelecido no referido contrato. No valor total de R$ 128.958,70 (cento e vinte e oito mil novecentos e cinquenta e oito reais e setenta centavos).As despesas serão amparadas por dotação própria do município.

Caxambu, 18 de agosto de 2026.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente do CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:37682561

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO DE CONTRATO DE PROGRAMA Nº. 516/2026

PROCESSO DE LICITAÇÃO DE Nº 002/2026

CREDENCIAMENTO PÚBLICO DE Nº 001/2026

O MUNICÍPIO DE DOM VIÇOSO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 18.188.268/0001-64, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor(a) **FRANCISCO DIVINO GOMES CAMARGO,** neste ato denominado **MUNICÍPIO UTILITÁRIO CONTRATANTE** através do Credenciamento realizando pelo **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG-CIMAG**, inscrito no, CNPJ n°21.406.451/0001-01, através de seu Presidente Senhor LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS, doravante denominado **CONTRATADO INTERVENIENTE** e a Empresa **CLEUZA RAMOS DE OLIVEIRA**, portadora do CNPJ nº 41.674.484/0001-31, neste ato representada pelo Senhor(a) CLEUZA RAMOS DE OLIVEIRA, doravante denominada CONTRATADA,**PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO** DENOMINADOS "SERVIÇOS DE ZELADORIA" COMO Dedetização, Desratização; Limpeza; Conservação; Higienização de caixas d'água; Higienização de aparelhos de ar condicionado, tudo de acordo com os critérios, termos e condições estabelecido no referido contrato. No valor total de R$ 42.448,90 (quarenta e dois mil quatrocentos e quarenta e oito reais e noventa centavos). As despesas serão amparadas por dotação própria do município.

Caxambu, 24 de Agosto de 2026.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente do CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:12C41198

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO DE CONTRATO Nº 635/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2025
PREGÃO ELETRÔNICO DE Nº 007/2025

O MUNICÍPIO DE ITANHANDU pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 18.186.718/0001-80, neste ato representado por de seu Prefeito Municipal, Senhor **PAULO HENRIQUE PINTO MONTEIRO,** doravante denominado **CONTRATANTE,** através de licitação compartilhada do **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG – CIMAG,** inscrito no CNPJ sob nº 21.406.451/0001-01,representado por de seu Presidente, Senhor **LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS**, denominado órgão gerenciador e a Empresa **JOÃOBATISTA NETTO PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA**, pessoa jurídica de direito, inscrita no CNPJ sob o nº 49.218.379/0001-08, denominada **CONTRATADA**, celebram o contrato 635/2026, para a locação de estruturas e equipamentos para eventos, bem como prestação de serviços de infraestrutura montagem de estruturas, banheiros químicos e outros serviços necessários à realização de eventos municipais, para o municipio de **ITANHANDU** de acordo com os critérios, termos e condições estabelecido no referido contrato; decorrente do Processo licitatório nº 008/2025 e Pregão Eletrônico de nº 007/2025, O valor do contrato é de R$ 14.773,44 (quatorze mil setecentos e setenta e três reais e quarenta e quatro centavos). As despesas do contrato serão amparadas po dotações próprias do municipio.

Caxambu, 20 de agosto de 2026.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente do Consórcio CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:53B990F3

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO DE CONTRATO Nº 640/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2026
PREGÃO ELETRÔNICO DE Nº 007/2026

O MUNICÍPIO DE DOM VIÇOSO pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 18.188.268/0001-64, neste ato representado por de seu Prefeito Municipal, Senhor **FRANCISCO DIVINO GOMES CAMARGO,** doravante denominado **CONTRATANTE,** através de licitação compartilhada do **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG – CIMAG,** inscrito no CNPJ sob nº 21.406.451/0001-01,representado por de seu Presidente, Senhor **LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS**, denominado órgão gerenciador e a Empresa **RSTF - SERVICOS, LOCACOES E EVENTOS - EIRELI**, pessoa jurídica de direito, inscrita no CNPJ sob o nº 02.642.034/0001-05, denominada **CONTRATADA**, celebram o contrato 640/2026, para a locação de estruturas e equipamentos para eventos, bem como prestação de serviços de infraestrutura montagem de estruturas, banheiros químicos e outros serviços necessários à realização de eventos municipais, para o municipio de **DOM VIÇOSO** de acordo com os critérios, termos e condições estabelecido no referido contrato; decorrente do Processo licitatório nº 019/2026 e Pregão Eletrônico de nº 007/2026, O valor do contrato é de R$ 15.000,00 (quinze mil reais). As despesas do contrato serão amparadas po dotações próprias do municipio.

Caxambu, 24 de agosto de 2026.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente do Consórcio CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:74AF7090

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO DE CONTRATO Nº 642/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2025
PREGÃO ELETRÔNICO DE Nº 007/2025

O MUNICÍPIO DE MINDURI pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 17.954.041/0001-10, neste ato representado por de seu Prefeito Municipal, Senhor **JOSÉ BENTO JUNQUEIRA DE ANDRADE NETO,** doravante denominado **CONTRATANTE,** através de licitação compartilhada do **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG – CIMAG,** inscrito no CNPJ sob nº 21.406.451/0001-01,representado por de seu Presidente, Senhor **LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS**, denominado órgão gerenciador e a Empresa **JOSÉ DONIZETE DA SILVA**, pessoa jurídica de direito, inscrita no CNPJ sob o nº 08.223.036/0001-46, denominada **CONTRATADA**, celebram o contrato 642/2026, para a locação de estruturas e equipamentos para eventos, bem como prestação de serviços de infraestrutura montagem de estruturas, banheiros químicos e outros serviços necessários à realização de eventos municipais, para o municipio de **MINDURI** de acordo com os critérios, termos e condições estabelecido no referido contrato; decorrente do Processo licitatório nº 008/2025 e Pregão Eletrônico de nº 007/2025, O valor do contrato é de R$ 5.247,36 (cinco mil duzentos e quarenta e sete reais e trinta e seis centavos). As despesas do contrato serão amparadas po dotações próprias do municipio.

Caxambu, 24 de Agosto de 2026.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente do Consórcio CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:EDD792EC

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO DO ADITIVO

PROCESSO DE LICITAÇÃO DE N° 040/2024
PREGÃO ELETRÔNICO DE N° 001/2024

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE Nº 058/2025
PARTES: Consórcio Público CIMAG/ Empresa **MONTEIRO E MONTEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS.**
OBJETO. REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ADVOCACIA, VISANDO À PROPOSITURA E ACOMPANHAMENTO, ATÉ ÚLTIMA INSTÂNCIA OU FINAL DECISÃO, DE DEMANDA JUDICIAL E/OU ADMINISTRATIVA, PARA REAVER AS DIFERENÇAS EXISTENTES EM RAZÃO DA DESATUALIZAÇÃO DA TABELA DE PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS E HOSPITALARES DO SUS, DECORRENTES DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MÉDICO-HOSPITALARES PELO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS.,
DATA: 27.08.2026
VENCIMENTO: 27.08.2027.
ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DA ATA, DE CONFORMIDADE COM O ARTIGO 84 DA LEI FEDERAL DE Nº 14.133/2021. MANTIDO OS MESMOS VALORES SEM O REALINHAMENTO.

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:593FD56A

ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO VALE DO PARANAÍBA AMVAP

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 410/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 410/2026. Contratada: Nunes & Reis Fonoaudiologia LTDA, CNPJ nº 26.334.253/0001 95. Objeto: Constitui objeto deste instrumento o acréscimo de R$ 367,15 (trezentos e sessenta e sete reais e quinze centavos) ao valor inicialmente contratado, para a realização de mais 7 (sete) Exame Audiometria tonal, ao valor de R$ 52,45 (cinquenta e dois reais e quarenta e cinco centavos) cada exame, passando o termo original citado na Cláusula Quarta para o valor total de R$ 1.940,65 (um mil, novecentos e quarenta reais). Fundamento: Processo Licitatório nº 73/2025 – Inexigibilidade nº 24/2025, Credenciamento nº 21, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021, mais especificamente em seu art. 124, I, "b". Vigência: de 17/06/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 16 de junho de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Fernanda Bueno Sampaio
Código Identificador:808D2876

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 415/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 415/2026. Contratada: Clima Clínica de Diagnóstico Por Imagem Ltda, CNPJ nº 02.396.816/0001-01. Valor total do aditivo: R$ 890,00 (oitocentos e noventa reais). Fundamento: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/2024– PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2024, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021. Vigência: de 05/08/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 03 de agosto de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde

Publicado por:
Fernanda Bueno Sampaio
Código Identificador:155A6172

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 450/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 450/2026. Contratada: Pro Imagem Diagnóstico por Imagem Ltda, CNPJ nº 21.243.399/0002-92. Objeto: Constitui objeto deste instrumento o acréscimo de R$ 23.125,00 (vinte e três mil, cento e vinte e cinco reais) ao valor inicialmente contratado, para a realização de mais 125 (cento e vinte e cinco) Exame de Tomografia, ao valor de R$ 185,00 (cento e oitenta e cinco reais) cada exame, passando o termo original citado na Cláusula Quarta para o valor total de R$ 115.625,00 (cento e quinze mil, seiscentos e vinte e cinco reais). Fundamento: Processo Licitatório nº 66/2025 – Inexigibilidade nº 21/2025 - Credenciamento nº 19, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021, mais especificamente em seu art. 124, I, "b". Vigência: de 10/07/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 10 de julho de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Fernanda Bueno Sampaio
Código Identificador:418C7AC3

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 548/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 548/2026. Contratada: CSO HOSPITAL DE OLHOS LTDA, CNPJ nº 31.046.959/0001-91. Valor total do aditivo: R$4.250,00 (quatro mil, duzentos e cinquenta reais). Fundamento: Processo Licitatório nº 64/2025 – Inexigibilidade nº 20/2025, Credenciamento nº 18/2025, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021, especificamente em seus arts. 124, I, "a", bem como na orientação jurisprudencial do TCE-MG. Vigência: de 14/07/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 13 de julho de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Fernanda Bueno Sampaio
Código Identificador:BED967AC

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO 434/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Primeiro Termo de Apostilamento ao Contrato 434/2026. O Presidente do CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO TRIÂNGULO MINEIRO – AMVAP SAÚDE, no uso de suas atribuições e considerando o disposto no art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021, APOSTILA o presente registro com o objetivo de corrigir erro material previsto no item 1.1 da Cláusula Primeira do Contrato supramencionado. Onde se lê: "100 (cem) procedimentos", leia-se: "200 (duzentos) procedimentos". "Mantém-se inalterado o valor total do contrato, a despeito da adequação quantitativa ora realizada." Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 03 de junho de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Fernanda Bueno Sampaio
Código Identificador:65E8884C

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS
AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO 446/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Primeiro Termo de Apostilamento ao Contrato 446/2026. O Presidente do CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO TRIÂNGULO MINEIRO – AMVAP SAÚDE, no uso de suas atribuições e considerando o disposto no art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021, APOSTILA o presente instrumento para fins de correção da redação constante na CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA do contrato supramencionado. Onde se lê: "XX de dezembro de 2026", leia-se: "31 de dezembro de 2026". Permanecem inalteradas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato que não tenham sido expressamente modificadas por esse apostilamento. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 17 de junho de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Fernanda Bueno Sampaio
Código Identificador:C9AB7586

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS
AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO 447/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Primeiro Termo de Apostilamento ao Contrato 447/2026. O Presidente do CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO TRIÂNGULO MINEIRO – AMVAP SAÚDE, no uso de suas atribuições e considerando o disposto no art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021, APOSTILA o presente instrumento para fins de correção da redação constante na CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA do contrato supramencionado. Onde se lê: "XX de dezembro de 2026", leia-se: "31 de dezembro de 2026". Permanecem inalteradas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato que não tenham sido expressamente modificadas por esse apostilamento. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 17 de junho de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Fernanda Bueno Sampaio
Código Identificador:BF0A4A46

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS
AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO 448/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Primeiro Termo de Apostilamento ao Contrato 448/2026. O Presidente do CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO TRIÂNGULO MINEIRO – AMVAP SAÚDE, no uso de suas atribuições e considerando o disposto no art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021, APOSTILA o presente instrumento para fins de correção da redação constante na CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA do contrato supramencionado. Onde se lê: "XX de dezembro de 2026", leia-se: "31 de dezembro de 2026". Permanecem inalteradas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato que não tenham sido expressamente modificadas por esse apostilamento. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 17 de junho de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Fernanda Bueno Sampaio
Código Identificador:C6930B6B

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS
AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO 606/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Primeiro Termo de Apostilamento ao Contrato 606/2026. O Presidente do CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO TRIÂNGULO MINEIRO – AMVAP SAÚDE, no uso de suas atribuições e considerando o disposto no art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021, APOSTILA o presente registro para corrigir erro material constante do valor total R$ 20.605,76 (vinte mil, seiscentos e cinco reais e setenta e seis centavos), previstos no item 4.1 da Cláusula Quarta do Contrato supramencionado, que passará a ser R$ 20.595,68 (vinte mil, quinhentos e noventa e cinco reais e sessenta e oito centavos). Ressalta-se que a presente alteração não implica modificação substancial do contrato, permanecendo inalteradas as demais cláusulas e condições originalmente pactuadas. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 17 de agosto de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Fernanda Bueno Sampaio
Código Identificador:7CBB022C

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS
AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 413/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Primeiro Termo de Apostilamento ao Primeiro Termo Aditivo ao Contrato 413/2026. O Presidente do CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO TRIÂNGULO MINEIRO – AMVAP SAÚDE, no uso de suas atribuições e considerando o disposto no art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021, APOSTILA o presente registro para alterar o valor do aditivo de R$ 445,42 (quatrocentos e quarenta e cinco reais e quarenta e dois centavos), previsto na Cláusula Segunda do Contrato supramencionado, que passará a ser R$ 455,42 (quatrocentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e dois centavos). Ressalta-se que a referida correção não acarreta qualquer alteração no valor global do contrato. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 11 de agosto de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Fernanda Bueno Sampaio
Código Identificador:B32F6AD1

SETOR DE LICITAÇÕES
AMVAP SAÚDE - EMPRESA CREDENCIADA - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2026 MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE Nº 12/2026 PROCEDIMENTO AUXILIAR DE CREDENCIAMENTO Nº 06

A comissão da contratação do Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Triângulo Mineiro – AMVAP SAÚDE, com endereço à Av. Antônio Thomaz Ferreira Rezende, nº 3.180, Distrito Industrial, Uberlândia/MG - CEP 38.402-349, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados que, a empresa abaixo relacionada cumpriu todas as exigências estabelecidas no edital do procedimento licitatório em epígrafe, sendo então considerada **CREDENCIADA**, nos termos e prazos fixados no ato convocatório.

Clinica Dra Taciana Maia Ltda
CNPJ: 41.433.349/0001-02
Endereço de atendimento: Centro de Especialidades Médicas do AMVAP SAÚDE
Procedimentos credenciados:
Consulta de Endocrinologia, abrangendo todos os aspectos clínicos da avaliação médica.
Data do credenciamento: 26/08/2026

Uberlândia-MG, 26 de agosto de 2026.

EDUARDA LIANDRA DIAS CARDOSO DA SILVA
Assessor de Diretoria
Comissão da Contratação

Publicado por:
Eduarda Liandra Dias Cardoso
Código Identificador:5742D564

ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DE BAIXA MOGIANA

EDITAIS
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA - RECARGA OXIGÊNIO

CIMOG, com sede na R. Joaquim Augusto Ferreira, n° 12, Parque das Orquídeas, Guaxupé-MG, Tel. 35 3551-5664, torna público o **PRC 22/2026 – Dispensa 09/2026** Objeto: Registro de preços para eventual e futura recarga de cilindro de oxigênio medicinal (O_2) destinado ao Castramóvel do Consórcio Intermunicipal da Baixa Mogiana – CIMOG. A sessão ocorrerá em 02/09/2026 das 08h30min às 14h30min. Os documentos estão à disposição dos interessados na sede do CIMOG, no endereço acima e nos sites https://ammlicita.org.br/, https://www.cimog.mg.gov.br/, https://pncp.gov.br/. Dúvidas poderão ser esclarecidas através da plataforma.

Guaxupé, 26 de agosto de 2026.

JARBAS CORRÊA FILHO –
Presidente.

Publicado por:
Camila de Oliveira Lopes
Código Identificador:5A31E8E5

EDITAIS
AVISO DE LICITAÇÃO - MED. TRABALHO

CIMOG, com sede na R. Joaquim Augusto Ferreira, n° 12, Parque das Orquídeas, Guaxupé-MG, Tel. 35 3551-5664, torna público **o Pregão n° 12/2026 – PRC 24/2026 –** Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de segurança e medicina do trabalho e de junta médica especializada, destinados à realização de avaliações ocupacionais e perícias médicas administrativas, exames ocupacionais e complementares, elaboração de programas e laudos técnicos e emissão de pareceres especializados, para atendimento das demandas do CIMOG. A sessão ocorrerá em 09/09/2026 às 09:00. Os documentos estão à disposição dos interessados na sede do CIMOG, no endereço acima e nos sites https://ammlicita.org.br/, https://www.cimog.mg.gov.br/, https://pncp.gov.br/. Dúvidas poderão ser esclarecidas através da plataforma.

Guaxupé, 26 de agosto de 2026.

JARBAS CORRÊA FILHO –
Presidente.

Publicado por:
Camila de Oliveira Lopes
Código Identificador:50ADC8F7

EDITAIS
COMUNICADO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

CIMOG, com sede na R. Joaquim Augusto Ferreira, n° 12, Parque das Orquídeas, Guaxupé-MG, Tel. 35 3551-5664, torna público **Comunicado de Intenção de R.P. n° 09/2026 – PRC 27/2026 – Preg. 11/2026**. Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de café torrado e moído e de café torrado em grãos, com comodato de máquinas automáticas, para atendimento ao CIMOG e aos Municípios Consorciados. **Prazo limite para envio do quantitativo é 09/09/2026**. Os documentos estão à disposição dos interessados na sede do CIMOG, no endereço acima e nos sites https://ammlicita.org.br/, https://www.cimog.mg.gov.br/, https://pncp.gov.br/. Dúvidas poderão ser esclarecidas através do e-mail licitacao@cimog.mg.gov.br.

Guaxupé, 26 de agosto de 2026.

JARBAS CORRÊA FILHO –
Presidente.

Publicado por:
Camila de Oliveira Lopes
Código Identificador:8735B584

EDITAIS
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 008, DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 008, DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre medidas de prevenção de conflito de interesses, resguardo de informações e impedimento temporário para a atuação privada de médicos-veterinários que tenham exercido atividades no Serviço de Inspeção Municipal do CIMOG – SIM/CIMOG.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal da Baixa Mogiana – CIMOG, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

Considerando o disposto na Lei Federal nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, e na Lei Federal nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, que disciplinam a inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal;

Considerando a Resolução CIMOG nº 03, de 25 de abril de 2025, que regulamenta o Serviço de Inspeção executado pelo Consórcio Intermunicipal da Baixa Mogiana – SIM/CIMOG, e as normas complementares expedidas pelo Serviço;

Considerando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal, bem como a liberdade de exercício profissional assegurada pelo art. 5º, inciso XIII, da Constituição Federal;

Considerando os arts. 11 e 20 do Código de Ética do Médico-Veterinário, aprovado pela Resolução CFMV nº 1.138, de 16 de dezembro de 2016, relativos ao sigilo profissional e à vedação do exercício simultâneo de responsabilidade técnica em estabelecimentos submetidos à fiscalização ou inspeção do órgão público em que o profissional exerça função fiscalizatória ou de inspeção;

Considerando os princípios e deveres de segurança, prevenção, finalidade, adequação e necessidade previstos na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD;

Considerando, como parâmetro de integridade administrativa, os conceitos de conflito de interesses, informação privilegiada, relacionamento relevante e impedimento posterior ao exercício de função pública previstos na Lei Federal nº 12.813, de 16 de maio de 2013, sem prejuízo da análise de sua aplicabilidade ao regime jurídico do CIMOG;

Considerando a necessidade de preservar a imparcialidade da fiscalização, a confiança dos estabelecimentos registrados, a proteção

das informações internas e a igualdade de oportunidades entre os profissionais habilitados;

RESOLVE:

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece medidas de prevenção, identificação, análise e tratamento de conflitos de interesses relacionados à atuação privada de médicos-veterinários que tenham mantido vínculo com o SIM/CIMOG e que pretendam atuar como responsáveis técnicos, consultores, assessores ou prestadores de serviços técnicos para estabelecimentos registrados no SIM/CIMOG.

§ 1º As medidas previstas nesta Instrução Normativa destinam-se a proteger a imparcialidade da inspeção, o sigilo das informações, os dados pessoais, a livre concorrência e a confiança pública no serviço de inspeção.

§ 2º Esta Instrução Normativa não disciplina o registro profissional nem a homologação da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, matérias de competência do Sistema CFMV/CRMVs, limitando-se à prevenção e ao tratamento de conflitos de interesses no âmbito administrativo do SIM/CIMOG.

Art. 2º Esta Instrução Normativa aplica-se:

I – aos médicos-veterinários empregados públicos, temporários, comissionados, cedidos, contratados, credenciados ou que, por qualquer outro vínculo, tenham exercido atividades técnicas, de coordenação, inspeção, fiscalização, auditoria, análise documental ou apoio ao SIM/CIMOG;

II – aos estabelecimentos registrados, relacionados ou em processo de registro no SIM/CIMOG;

III – às pessoas jurídicas, sociedades profissionais ou empresas por meio das quais o ex-profissional pretenda prestar os serviços previstos nesta Instrução Normativa.

Art. 3º Para os fins desta Instrução Normativa, considera-se:

I – ex-profissional do SIM/CIMOG: o médico-veterinário cujo vínculo funcional, contratual ou de prestação de serviços com o CIMOG tenha sido efetivamente encerrado;

II – estabelecimento: a pessoa física ou jurídica registrada, relacionada ou em processo de registro no SIM/CIMOG, inclusive produtor rural, agroindústria, entreposto, unidade de beneficiamento, abatedouro ou estabelecimento integrante do mesmo grupo econômico;

III – relacionamento relevante: a atuação direta ou indireta do profissional em inspeção, fiscalização, auditoria, orientação oficial, análise de projeto, registro, rotulagem, programas de autocontrole, processo sancionador, inclusão no SISBI-POA, emissão de laudo, parecer, notificação ou decisão relacionada ao estabelecimento;

IV – informação interna ou privilegiada: a informação não pública, sigilosa ou relevante, obtida em razão do vínculo com o CIMOG, capaz de proporcionar vantagem profissional, econômica, concorrencial ou estratégica ao ex-profissional ou a terceiro;

V – impedimento temporário ou quarentena: o período durante o qual a atuação privada fica vedada ou condicionada à análise prévia, em razão de risco concreto ou presumido de conflito de interesses;

VI – atuação indireta: a prestação de serviço por intermédio de sociedade, empresa, sócio, empregado, preposto, subcontratado ou terceiro que atue em benefício do ex-profissional.

CAPÍTULO II – DAS VEDAÇÕES DURANTE O VÍNCULO COM O SIM/CIMOG

Art. 4º Enquanto estiver em efetivo exercício de cargo, emprego, função ou atividade com atribuições de inspeção, fiscalização ou análise no SIM/CIMOG, o médico-veterinário não poderá exercer responsabilidade técnica em estabelecimento sujeito à inspeção ou fiscalização do SIM/CIMOG.

§ 1º Sem prejuízo das vedações profissionais, funcionais e contratuais aplicáveis, o profissional deverá abster-se de prestar consultoria, assessoria, elaboração de documentos ou representação privada perante o SIM/CIMOG quando a atividade puder comprometer a independência, a impessoalidade ou a confiança na fiscalização.

§ 2º O profissional deverá comunicar imediatamente à Coordenação do SIM/CIMOG qualquer interesse particular, proposta de contratação, relação econômica, familiar ou profissional capaz de afetar sua imparcialidade, afastando-se da análise ou fiscalização até decisão da autoridade competente.

CAPÍTULO III – DO IMPEDIMENTO TEMPORÁRIO APÓS O ENCERRAMENTO DO VÍNCULO

Art. 5º Pelo prazo de 6 (seis) meses, contado do encerramento efetivo do vínculo com o CIMOG, o ex-profissional ficará impedido de assumir, direta ou indiretamente, a responsabilidade técnica ou de prestar consultoria, assessoria ou representação técnica a estabelecimento com o qual tenha mantido relacionamento relevante nos 12 (doze) meses anteriores ao término do vínculo.

§ 1º O impedimento previsto no *caput* alcança, especialmente, o estabelecimento:

I – que tenha sido inspecionado, fiscalizado, auditado ou oficialmente orientado pelo ex-profissional;

II – cujo processo de registro, alteração, ampliação, rotulagem, programa de autocontrole, certificação, sanção ou inclusão em sistema de equivalência tenha sido analisado pelo ex-profissional;

III – a respeito do qual o ex-profissional tenha tido acesso a dados, relatórios, denúncias, pendências, estratégias de fiscalização ou informações não públicas capazes de gerar vantagem competitiva ou facilitar sua atuação privada;

IV – pertencente ao mesmo grupo econômico, sucessor, arrendatário ou nova razão social de estabelecimento abrangido pelos incisos anteriores.

§ 2º O prazo será contado da data em que ocorrerem, cumulativamente, o desligamento formal, a cessação do exercício das atribuições e a devolução ou desativação dos acessos, documentos, equipamentos, credenciais e bases de dados do SIM/CIMOG.

§ 3º A celebração de contrato, a emissão de ART ou o início de atividade em desacordo com este artigo não produzirá autorização administrativa perante o SIM/CIMOG e será submetida às providências previstas nesta Instrução Normativa, preservadas as competências do CRMV-MG.

Art. 6º Durante os 6 (seis) meses posteriores ao desligamento, a indicação do ex-profissional para atuar em qualquer estabelecimento registrado no SIM/CIMOG dependerá de análise administrativa prévia, ainda que o interessado declare não ter mantido relacionamento relevante.

Parágrafo único. Não identificado relacionamento relevante nem risco material de conflito de interesses, a atuação poderá ser autorizada mediante decisão motivada e assinatura dos termos previstos nos Anexos desta Instrução Normativa.

Art. 7º O pedido de análise prévia deverá ser protocolizado antes da assinatura definitiva do contrato ou do início da prestação dos serviços e será instruído com:

I – requerimento do ex-profissional, conforme Anexo II;

II – declaração do estabelecimento, conforme Anexo III;

III – identificação do estabelecimento, número de registro no SIM/CIMOG e descrição das atividades a serem exercidas;

IV – cópia ou minuta do contrato de prestação de serviços e da ART, quando existentes;

V – relação das inspeções, análises, processos e contatos oficiais mantidos pelo ex-profissional com o estabelecimento nos 12 (doze) meses anteriores ao desligamento;

VI – outras informações ou documentos solicitados para a adequada avaliação do risco.

Art. 8º A análise será realizada por comissão composta, preferencialmente, pela Coordenação do SIM/CIMOG, pelo Controle Interno e pela Assessoria Jurídica do CIMOG.

§ 1º O integrante que tenha interesse pessoal, vínculo direto com o caso ou participação capaz de comprometer sua imparcialidade deverá declarar-se impedido.

§ 2º A comissão considerará, entre outros, os seguintes critérios:

I – natureza, frequência e proximidade do relacionamento institucional anterior;

II – grau de acesso a informações internas ou privilegiadas;

III – participação em decisões, autuações, aprovações, orientações ou processos ainda pendentes;

IV – possibilidade de influência sobre servidores, contratados ou procedimentos do SIM/CIMOG;

V – risco à imparcialidade, à isonomia, à proteção de dados e à confiança pública;
VI – possibilidade de adoção de medidas menos restritivas capazes de eliminar ou reduzir o risco.

Art. 9º A decisão será motivada e poderá:
I – autorizar a atuação, quando inexistente ou irrelevante o conflito;
II – autorizar a atuação com medidas de mitigação, inclusive restrição de acesso, redistribuição de fiscalização, revisão por segundo profissional ou vedação de representação em processo específico;
III – indeferir temporariamente a atuação, indicando o termo final do impedimento e os fundamentos da decisão.
§ 1º A decisão deverá ser proferida, sempre que possível, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da apresentação completa dos documentos.
§ 2º A ausência de decisão não importará autorização tácita.
§ 3º Da decisão caberá pedido de reconsideração à comissão no prazo de 10 (dez) dias úteis e, mantida a decisão, recurso ao Presidente do CIMOG, sem efeito suspensivo, salvo decisão expressa.

CAPÍTULO IV – DOS DEVERES PERMANENTES DE SIGILO, INTEGRIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS
Art. 10. Independentemente do decurso do prazo de 6 (seis) meses, o ex-profissional deverá resguardar, por tempo indeterminado, as informações sigilosas, internas, pessoais ou privilegiadas conhecidas em razão de sua atuação no SIM/CIMOG.

Art. 11. É vedado ao ex-profissional:
I – utilizar, copiar, conservar, compartilhar ou permitir acesso a cadastros, listas de contatos, telefones, endereços, relatórios, denúncias, fotografias, documentos, processos, senhas ou bases de dados do SIM/CIMOG para finalidade particular;
II – prospectar clientes com fundamento em informações obtidas durante inspeções, fiscalizações, orientações ou análises realizadas no exercício da função;
III – revelar pendências, estratégias, prioridades, roteiros, critérios internos ou programação não pública da fiscalização;
IV – oferecer, prometer ou insinuar facilidade de acesso, tratamento favorecido, influência sobre servidores ou resultado perante o SIM/CIMOG;
V – atuar, a qualquer tempo, em processo específico no qual tenha praticado ato decisório, emitido parecer, elaborado prova, participado de autuação ou exercido influência relevante, salvo autorização expressa e motivada que afaste o conflito;
VI – reter cópias físicas ou digitais de documentos institucionais, ressalvados os documentos públicos regularmente obtidos por canal oficial.

Art. 12. No encerramento do vínculo, o profissional deverá devolver os bens e documentos institucionais, eliminar cópias não autorizadas, encerrar acessos e assinar o Termo de Ciência, Confidencialidade e Impedimentos constante do Anexo I.

CAPÍTULO V – DOS DEVERES DOS ESTABELECIMENTOS
Art. 13. O estabelecimento que pretenda contratar ex-profissional do SIM/CIMOG durante o período de 6 (seis) meses deverá:
I – informar previamente ao SIM/CIMOG a contratação pretendida;
II – declarar os contatos oficiais e processos em que o profissional tenha atuado em relação ao estabelecimento;
III – abster-se de iniciar a atuação técnica antes da decisão administrativa;
IV – colaborar com a análise e apresentar informações verdadeiras e completas;
V – substituir o profissional quando houver impedimento reconhecido, no prazo fixado pela autoridade competente.

Art. 14. Constatada designação em desconformidade com esta Instrução Normativa, o estabelecimento será notificado para regularização e substituição do profissional em prazo razoável, observado o risco sanitário, a continuidade da produção e as normas específicas aplicáveis ao registro.
§ 1º A regularização não afasta a apuração de eventual uso indevido de informações, fraude, violação de sigilo, infração ética ou descumprimento das normas do SIM/CIMOG.
§ 2º Nenhuma sanção será aplicada sem processo administrativo, motivação, contraditório e ampla defesa, observadas as penalidades já previstas na legislação e nas normas do SIM/CIMOG.

CAPÍTULO VI – DAS MEDIDAS ADMINISTRATIVAS E DE GOVERNANÇA
Art. 15. Havendo indícios de infração ética, violação de dados pessoais, uso de informação sigilosa, falsidade ou outra irregularidade, o CIMOG poderá comunicar o fato ao CRMV-MG, ao encarregado pelo tratamento de dados pessoais, ao Controle Interno e às demais autoridades competentes.

Art. 16. A unidade responsável pela gestão de pessoas e contratos deverá:
I – inserir cláusulas de confidencialidade, integridade, conflito de interesses e devolução de ativos nos instrumentos de vínculo dos profissionais do SIM/CIMOG;
II – comunicar imediatamente o desligamento à Coordenação do SIM/CIMOG e aos responsáveis pelos sistemas;
III – providenciar a revogação de acessos, senhas, certificados, e-mails e permissões no momento do desligamento;
IV – manter o Termo do Anexo I no assentamento funcional ou contratual do profissional.

Art. 17. O SIM/CIMOG manterá registro restrito das análises realizadas nos termos desta Instrução Normativa, pelo tempo necessário ao cumprimento da finalidade pública, observados os princípios e as medidas de segurança da LGPD.

Art. 18. Quando autorizada a atuação de ex-profissional durante os 12 (doze) meses posteriores ao desligamento, a comissão poderá determinar, como medida de mitigação, que atos relevantes de fiscalização, aprovação, sanção ou certificação relativos ao estabelecimento sejam revisados por segundo profissional ou pela Coordenação do SIM/CIMOG.

CAPÍTULO VII – DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS
Art. 19. Os profissionais que estiverem vinculados ao SIM/CIMOG na data da publicação desta Instrução Normativa deverão assinar o Termo constante do Anexo I no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 20. As responsabilidades técnicas regularmente formalizadas e iniciadas antes da publicação desta Instrução Normativa não serão automaticamente canceladas.
§ 1º O ex-profissional e o estabelecimento deverão apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias, as declarações dos Anexos II e III quando o desligamento tiver ocorrido há menos de 6 (seis) meses.
§ 2º Identificado conflito concreto, a comissão adotará medidas proporcionais de mitigação ou instaurará o procedimento cabível, preservados a segurança jurídica, a continuidade do serviço e o devido processo.
Art. 21. Os casos omissos serão decididos pelo Presidente do CIMOG, após manifestação da Coordenação do SIM/CIMOG, do Controle Interno e da Assessoria Jurídica, conforme a natureza do caso.

Art. 22. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Guaxupé – MG, 26 de agosto de 2026.

JARBAS CORRÊA FILHO
Presidente do CIMOG
Prefeito de Guaxupé

Publicado por:
Marco Antonio Godoy
Código Identificador:48B12276

ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO DO RIO GRANDE - AMARGE

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO DO RIO GRANDE - AMARGE
MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE FOTOVOLTAICA

AVISO CHAMADA DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS
DO CONSORCIO PUBLICO CIMARGE

O CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO ALTO DO RIO GRANDE – CIMARGE, torna público para conhecimento de todos os interessados, que na condição de Órgão Gerenciador, realizara procedimento público de intenção de registro para preços(IRP),para Reformas Reparos e Manutençao de Bens Publicos com Fornecimnento de Material, para atender os municípios filiados ao consórcio público CIMARGE.

1 – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Edital é o procedimento público de Intenção de Registro de Preços(IRP), a ser operacionalizado pelo CIMARGE, na condição de Órgão Gerenciador, que deverá ser utilizado pelos órgãos e entidades dos entes da Federação consorciados, não consorciados e/ou cooperados, para registro e divulgação do objeto a ser licitado: registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para elaboração de projetos executivos, fornecimento de equipamentos, instalação, montagem, interligação, adequações elétricas, comissionamento, testes e entrega técnica de soluções integradas de geração, armazenamento e uso eficiente de energia elétrica, compreendendo sistemas de geração de energia solar fotovoltaica conectados à rede elétrica (on-grid), sistemas isolados (off-grid), sistemas híbridos, sistemas de armazenamento de energia em baterias (SAE/BESS) e estações de recarga de veículos elétricos em corrente alternada (CA) e corrente contínua (CC), destinados ao atendimento das demandas institucionais, produtivas e sociais, por meio das secretarias municipais e/ou órgãos correlatos, com validade da ata de registro de preços de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada, com previsão para o dia 21 de setembro de 2026.

2 – INTERESSADOS

2.1. Esta Chamada Publica não é direcionada a fornecedores e licitantes.

3 – DO PRAZO

3.1. Os órgãos interessados em participarem do referido processo deverão encaminhar suas intenções expressas e por escrito, assinada pelo Prefeito, ao Consorcio Público **CIMARGE** até o die 11 de setembro de 2026, direcionado ao Agente de Contratação do Consórcio Público CIMARGE, através do e-mail licitacao@cimarge.org.br, devendo ainda fazer constar o valor financeiro estimativo a que se predende, meramente para efeitos legais, pois no registro de preços inexiste a obrigatoriedade da contratação.

4 – DO PROCEDIMENTO

4.1. Não haverá número máximo de participantes, podendo ser registrado por qualquer órgão ou entidade pública dos entes da Federação consorciados, não consorciados e/ou cooperados.

4.2. O Órgão Gerenciador poderá aceitar ou recusar, justificadamente, os quantitativos considerados ínfimos ou superestimados ou a inclusão de novos itens na IRP.

4.3. È facultado aos órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados, não consorciados e/ou cooperados, antes de iniciar um processo licitatório, consultar a IRP em andamento e deliberar a respeito da conveniência de sua participação.

4.4. Duvidas ou esclarecimento poderão ser solicitadas por meio eletrônico, de segunda a sexta-feira, das 08:00h ás 11:00h e das 13:00h ás 16:00h, através do e-mail licitacao@cimarge.org.br, ou pessoalmente na Sede do **CIMARGE**, localizado na Rua Manoel Leopoldino, nº 287, Bairro Centro, na cidade de Liberdade/MG.

Liberdade, 25 de agosto de 2026.

EDSON DO NASCIMENTO
(Prefeito de Passa Vinte)
Presidente do CIMARGE

Publicado por:
Stefani Santos de Freitas Matos
Código Identificador:10E65575

ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSOCIAÇÃO PÚBLICA DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO RIO GRANDE –AMEG

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DA MICRORREGIÃO DO MEDIO RIO GRANDE
ATA DA DUCENTÉSIMA NONA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO PÚBLICA DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO RIO GRANDE – CONSÓRCIO AMEG

Aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, na sede da Associação Pública dos Municípios da Microrregião do Médio Rio Grande – Consórcio AMEG, situada na Rua Benedita da Silveira Maia, nº 144, Bairro Jardim Pinheiros, no Município de Passos, Estado de Minas Gerais, teve início, às nove horas e quarenta e quatro minutos, a Ducentésima Nona Assembleia Geral Ordinária da entidade. Verificado o quórum estatutário, registraram presença os seguintes Chefes do Poder Executivo dos Municípios consorciados: Daniel Ferreira da Silva, Presidente da AMEG e Prefeito de São Tomás de Aquino; Márcio Domingues de Andrade, Prefeito de Fortaleza de Minas; Marcelo Morais, Prefeito de São Sebastião do Paraíso; Donizete Vilela, Prefeito de Cássia; Norival Francisco de Lima, Prefeito de Itaú de Minas; Reginaldo de Mendonça, Prefeito de Capetinga; Paulo Cezar de Oliveira, Prefeito de Ibiraci; Nirlei Cristiani, Prefeito de Ilicínea; Maurício Antônio da Silva, Prefeito de Passos; Filipe Cardoso Carielo, Prefeito de Carmo do Rio Claro; Marcelo Rodrigues da Silva, Prefeito de São José da Barra; e Éder Aparecido de Paula Garcia, Prefeito de São João Batista do Glória. Os demais participantes assinaram o respectivo livro de presença. Na sequência, o Presidente da AMEG, Sr. Daniel Ferreira da Silva, cumprimentou todos os presentes e declarou iniciados os trabalhos. Antes de dar início à apreciação dos itens constantes da pauta, o Presidente consultou os Prefeitos presentes acerca da possibilidade de realização da 209ª Assembleia Geral Ordinária da AMEG em formato híbrido, com participação presencial e remota, conforme permitido pelo Contrato de Consórcio. Ressaltou-se que a Assembleia Geral é soberana em suas deliberações, sendo necessária a manifestação dos presentes para que a modalidade de realização conste expressamente do respectivo edital de convocação. Submetida a questão à apreciação, os Prefeitos presentes manifestaram-se favoravelmente à realização da 209ª Assembleia Geral Ordinária em formato híbrido, ficando autorizada a adoção dessa modalidade para a referida Assembleia. Registra-se, ainda, a participação virtual do Sr. Everilson Cleber Leite, Prefeito do Município de Pratápolis. Em seguida, o Presidente fez uso da palavra para prestar esclarecimentos acerca do Setor de Licitações, solicitando a compreensão e a paciência dos Municípios consorciados, tendo em vista que o setor se encontra em processo de estruturação. Informou que uma nova servidora passou a integrar a equipe, trazendo consigo amplo conhecimento e experiência na área de licitações, o que contribuirá para o fortalecimento e a organização do setor. O Presidente manifestou sua expectativa de que, em breve, o Setor de Licitações esteja plenamente estruturado e apto a atender, de forma cada vez mais eficiente, às demandas dos Municípios consorciados. Observados os procedimentos e os quóruns previstos no Contrato de Consórcio e na legislação aplicável, passou-se à **ORDEM DO DIA**. Foi concedida a palavra à Contadora da AMEG, Sra. Sthephane Silva Leandro Pinto, que apresentou a Proposta de Resolução nº 221, que estima a receita e fixa a despesa da AMEG para o exercício financeiro de 2027, bem como a Proposta de Resolução nº 222, que dispõe sobre o cancelamento dos restos a pagar não processados inscritos no exercício de 2025, procedendo à leitura de ambas as propostas. Após a apresentação, foram prestados os esclarecimentos necessários e sanados os questionamentos formulados pelos presentes. Em seguida, as minutas foram submetidas à apreciação e votação, tendo sido aprovadas, por unanimidade, a Resolução nº 221 e a Resolução nº 222. Encerrada a apreciação dos itens constantes da Ordem do Dia, o Presidente franqueou a palavra aos presentes. O Prefeito de Carmo do Rio Claro, Sr. Filipe Cardoso Carielo, fez uso da palavra para

discorrer acerca da importância e do papel dos consórcios públicos, destacando que sua atuação deve se pautar, sobretudo, na união de esforços entre os Municípios consorciados em busca de soluções comuns. Ressaltou, ainda, que uma das principais finalidades dos consórcios deve ser a efetiva prestação de serviços aos Municípios, especialmente por meio da realização de licitações compartilhadas e da estruturação de soluções conjuntas. Como exemplo, mencionou o CIMINAS, destacando seu crescimento e sua atuação na realização de procedimentos e serviços voltados aos Municípios consorciados. Sua manifestação reforçou as considerações apresentadas pelo Presidente no início da Assembleia quanto à importância do fortalecimento do Setor de Licitações e da realização de procedimentos conjuntos, visando ampliar a prestação de serviços e gerar soluções mais eficientes para os Municípios consorciados, para além da atuação meramente representativa da entidade. O Presidente, em resposta aos questionamentos apresentados, salientou, inicialmente, que o Setor de Licitações contava, anteriormente, com apenas uma servidora, circunstância que dificultava o atendimento das demandas existentes, por isso foi contratada mais uma servidora para agregar a equipe. Destacou, ainda, que uma das maiores dificuldades enfrentadas para a realização das licitações conjuntas consiste na demora ou na ausência de retorno dos Municípios consorciados quanto aos quantitativos necessários para a elaboração e publicação dos respectivos procedimentos licitatórios. Segundo ressaltou, atualmente esse é um dos principais entraves ao desenvolvimento das licitações, especialmente diante das exigências dos órgãos de controle quanto à adequada justificativa dos quantitativos a serem contratados. Assim, muitas demandas acabam não avançando em razão da ausência de informações e justificativas encaminhadas pelos próprios Municípios. Na sequência, o Prefeito de São Sebastião do Paraíso, Sr. Marcelo Morais, também fez uso da palavra e relatou, como exemplo, a tentativa de realização de uma licitação destinada à extensão de redes durante sua gestão. Informou que o procedimento não pôde prosseguir em razão da ausência de justificativas adequadas quanto aos quantitativos pretendidos. Esclareceu que, após orientação das consultorias da Planej e da assessoria jurídica do Dr. Giovani, foi recomendado que não desse prosseguimento ao procedimento enquanto não fossem devidamente justificadas as quantidades a serem contratadas. Por fim, destacou a importância da participação e do engajamento dos Municípios nas atividades desenvolvidas pela AMEG, citando, como exemplo, o Prefeito de Itaú de Minas, Sr. Norival Francisco de Lima, cuja presença constante nas reuniões da entidade demonstra, segundo ressaltado, o reconhecimento da importância regional e institucional desempenhada pela AMEG. Ainda durante sua manifestação, indagou a equipe técnica da AMEG acerca do andamento dos trabalhos desenvolvidos pela equipe do SIM e solicitou à Secretária Executiva que fosse criado um canal de comunicação entre a AMEG e os produtores, com o objetivo de facilitar o diálogo e o acompanhamento das demandas relacionadas ao serviço. Por fim, ressaltou a importância da participação e do retorno dos Prefeitos às solicitações encaminhadas pela AMEG, destacando que, em diversas oportunidades, as respostas necessárias não são apresentadas, o que acaba dificultando o andamento das demandas e a execução das ações propostas. Em complemento, o Presidente informou que, em reunião promovida pela AMEG com os responsáveis pelos setores de licitações dos Municípios consorciados, apenas onze representantes compareceram. Segundo destacou, esse fato evidencia as dificuldades de comunicação e de engajamento dos Municípios em relação às demandas encaminhadas pela entidade, ressaltando a necessidade de maior participação e envolvimento dos entes consorciados para o fortalecimento das ações desenvolvidas pela AMEG. Demais assuntos regionais foram debatidos, sendo encerrados os trabalhos às dez horas e quarenta e cinco minutos. E, para constar, eu, Larissa Teixeira de Oliveira ( ), nomeada para secretariar os trabalhos, lavrei a presente Ata assinada pelos Prefeitos presentes e por mim.

Passos, 26 de agosto de 2026.

Publicado por:
Larissateixeira de Oliveira
Código Identificador:9220970D

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DA MICRORREGIÃO DO MEDIO RIO GRANDE
RESOLUÇÃO Nº 221, DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

RESOLUÇÃO Nº 221, DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

"Dispõe Estima a Receita e fixa a Despesa do Consórcio AMEG para o exercício financeiro de 2027 e dá outras providências."

A ASSEMBLEIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO PÚBLICA DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO RIO GRANDE – AMEG, no exercício das competências que lhe são conferidas pelo Contrato de Consórcio Público Consolidado com o Terceiro Termo Aditivo, observadas as disposições da Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005, do Decreto Federal nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, após deliberação e aprovação na 209ª Assembleia Geral Ordinária,

Art. 1º. Fica aprovado o Orçamento do Consórcio AMEG para o exercício de 2027, estimando a Receita e Despesa em R$2.730.000,00 (dois milhões, setecentos e trinta mil reais) na forma dos anexos integrantes desta Resolução.

Art. 2º. A receita será realizada mediante transferências correntes dos municípios consorciados, contribuições, transferências do Estado decorrentes de convênios e instrumentos congêneres, receitas provenientes da prestação de serviços inerentes às finalidades da AMEG e demais receitas legalmente previstas, conforme o desdobramento constante dos anexos desta Resolução.

Art. 3º. A Despesa será realizada por Departamento e por elemento da Despesa, segundo desdobramento dos quadros, em anexo.

Art. 4º. Fica o Presidente da AMEG autorizado, durante o exercício financeiro de 2027, observadas as disposições da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a:
I – abrir créditos suplementares até o limite de 40% (quarenta por cento) do valor total do orçamento nas dotações que se fizerem insuficientes durante a execução orçamentária, podendo para tanto utilizar-se de anulação parcial e/ ou total de dotações conforme dispõe o art. 43 da Lei n.º 4.320/ 64;
II - abrir créditos suplementares, às dotações do orçamento podendo para tanto utilizar o excesso de arrecadação, efetivamente realizado;
III - abrir créditos suplementares, às dotações do orçamento podendo para tanto utilizar o superávit financeiro, verificado no exercício anterior;
IV - promover as medidas necessárias para ajustar os dispêndios, ao efetivo comportamento da receita.

Art. 5º. Integram esta Resolução, para todos os efeitos, os quadros e anexos que compõem a proposta orçamentária para o exercício de 2027.

Art. 6º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2027.

DANIEL FERREIRA DA SILVA
Prefeito de São Tomás de Aquino
Presidente da AMEG

Publicado por:
Larissateixeira de Oliveira
Código Identificador:66E6797B

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DA MICRORREGIÃO DO MEDIO RIO GRANDE
RESOLUÇÃO Nº 222, DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

RESOLUÇÃO Nº 222, DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

"Dispõe sobre cancelamento de restos a pagar de exercícios anteriores da Associação Pública dos

Municípios da Microrregião do Médio Rio Grande e dá outras providências".

A ASSEMBLEIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO PÚBLICA DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO RIO GRANDE – AMEG, no exercício das competências que lhe são conferidas pelo Contrato de Consórcio Público Consolidado com o Terceiro Termo Aditivo, observadas as normas de direito financeiro e de contabilidade pública aplicáveis, especialmente a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, após deliberação e aprovação na 209ª Assembleia Geral Ordinária,

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizado o cancelamento dos restos a pagar não processados, inscritos no exercício de 2025, no montante total de R$ 3.405,51 (três mil, quatrocentos e cinco reais e cinquenta e um centavos), relacionados no Anexo Único desta Resolução, em razão da insubsistência das respectivas obrigações, devidamente apurada e documentada nos procedimentos administrativos correspondentes.

Parágrafo único. Os valores cancelados na forma do caput deixarão de integrar a dívida flutuante da AMEG, observadas as normas de contabilidade aplicadas ao setor público.

Art. 2º - Os restos a pagar cancelados poderão ser restabelecidos de acordo com os permissivos contábeis vigentes e com o art. 37, da Lei Federal nº. 4.320/64.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DANIEL FERREIRA DA SILVA
Prefeito de São Tomás de Aquino
Presidente Consórcio AMEG

ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO Nº 222/2026 DISPONÍVEL NO SITO INSTITUCIONAL:https://ameg-mg.portaltp.com.br/

Publicado por:
Larissateixeira de Oliveira
Código Identificador:660E5C23

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS ALTOS

CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS ALTOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 10/2026 / 32/2026

Dispensa nº 10/2026 / Contrato n° 32/2026
Contratante: Câmara Municipal de Campos Altos
Contratado: Contratação de empresa para aquisição de material de copa e cozinha
Contratado: MINIMERCADO E SACOLAO R&J LTDA, CNPJ: 57.333.752/0001-91, Avenida José Bueno de Paula, 450, Bairro Nossa Senhora Aparecida, Campos Altos/MG.
Dotação: 01.01.01.01.031.0001.2001.3.3.90.39.00. Material de Consumo - FICHA: 8
Valor: R$ 9.445,72
Prazo de vigência: 12 meses

JONNAS FERREIRA LEMOS
Presidente da Câmara Municipal de Campos Altos

Publicado por:
Geraldo Luis de Deus
Código Identificador:0ED578AA

CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS ALTOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 11/2026 / 33/2026

Dispensa nº 11/2026 / Contrato n° 33/2026.
Contratante: Câmara Municipal de Campos Altos
Contratado: Contratação de empresa para aquisição de material de copa e cozinha
Contratado: MINIMERCADO E SACOLAO R&J LTDA, CNPJ: 57.333.752/0001-91, Avenida José Bueno de Paula, 450, Bairro Nossa Senhora Aparecida, Campos Altos/MG.
Dotação: 01.01.01.01.031.0001.2001.3.3.90.39.00. Material de Consumo - FICHA: 8
Valor: R$ 5.050,40
Prazo de vigência: 12 meses

JONNAS FERREIRA LEMOS
Presidente da Câmara Municipal de Campos Altos

Publicado por:
Geraldo Luis de Deus
Código Identificador:9E2D5B95

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE CAPITÓLIO

CÂMARA MUNICIPAL DE CAPITÓLIO
PORTARIA Nº 28 DE 21 DE AGOSTO DE 2026

Altera a data de realização da 18ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Capitólio, no exercício de 2026.

O Presidente da Câmara Municipal de Capitólio – MG, DALMIR RODRIGUES, no uso de suas atribuições legais e regimentais, especialmente aquelas conferidas pelo Regimento Interno desta Casa Legislativa,

RESOLVE:

Art. 1º Fica alterada a data de realização da 18ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Capitólio do exercício de 2026, anteriormente designada para o dia 01 de outubro de 2026 (quinta-feira), conforme Portaria nº 14/2026, para o dia 28 de setembro de 2026 (segunda-feira), às 08:30 horas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Capitólio, 21 de agosto de 2026.

DALMIR RODRIGUES
Vereador Presidente da CMC

Publicado por:
Aline Marcelly Ramos
Código Identificador:8CA9DA76

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁSSIA

CÂMARA MUNICIPAL DE CASSIA
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA Nº 042/2026
PROCESSO Nº 046/2026

COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II da Lei 14.133/2021
A CÂMARA MUNICIPAL DE CÁSSIA, Estado de Minas Gerais, Órgão Legislativo Municipal, com sede na Praça Juscelino Kubistchek, n° 108 – Centro, Cássia/MG, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 04.220.720/0001-13, torna público que realizará DISPENSA DE LICITAÇÃO, do tipo MENOR PREÇO, com critério de julgamento GLOBAL / LOTE**,** nos termos Artigo Nº 75, inciso II da Lei 14.133/2021, e as exigências estabelecidas neste aviso de contratação, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

Critério de Julgamento: MENOR PREÇO, com critério de julgamento GLOBAL / LOTE

Endereço para acesso ao edital:
https://www.cassia.cam.mg.gov.br/category/transparencia/licitacoes/

Limite para acolhimento das propostas de preços e documentos de habilitação:às 16h do dia 01/09/2026.

Referência de tempo:horário de Brasília (DF).

Valor estimado: O valor global médio para contratação será de **R$ 9.316,93 (nove mil e trezentos e dezesseis reais e noventa e três centavos)**

Horário de Atendimento da CÂMARA MUNICIPAL: das 8h às 11h e das 13h às 17h – de SEGUNDA A SEXTA-FEIRA, Praça Juscelino Kubistchek, n° 108 – Centro, Cássia/MG.

Pedidos de informações, esclarecimentos e outros sobre o edital: rodrigovalente@cassia.cam.mg.gov.br, ou pelo telefone: (35) 3705-0104.

JOÃO TEIXEIRA JÚNIOR
Presidente

Publicado por:
Rodrigo Silva Valente
Código Identificador:F29FF3A1

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE CONQUISTA

CÂMARA MUNICIPAL DE CONQUISTA
AVISO DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA

CÂMARA MUNICIPAL DE CONQUISTA – MG
AVISO DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 18/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 01/2026

Torna-se público que a Câmara Municipal de Conquista, por meio do Agente de Contratação e Equipe de Apoio, realizará **Concorrência Eletrônica** com critério de julgamento menor preço global, na hipótese do art. 28, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis.

Objeto: Contratação de empresa especializada, sob o regime de empreitada por preço global, para execução dos serviços necessários à conclusão, adequação e correção da reforma e ampliação da sede da Câmara Municipal de Conquista/MG, incluindo os serviços remanescentes, as correções das inconformidades identificadas na obra anteriormente executada e as adequações necessárias ao atendimento das normas técnicas vigentes, conforme projetos executivos revisados, memoriais descritivos, especificações técnicas, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos integrantes do processo de contratação.

Data Limite para envio de propostas: **09/09/2026 às 10:00:00 horas.**
Forma de envio: Plataforma Licitar Digital **https://licitar.digital/**
E-mail: **licitacao@camaraconquista.mg.gov.br**
https://pncp.gov.br/app/editais/23371883000141/2026/17

Publicado por:
Arthur Belquior Alves da Silva
Código Identificador:96612DE4

CÂMARA MUNICIPAL DE CONQUISTA
PORTARIA Nº 37.2026 - PONTO FACULTATIVO - ANIVERSÁRIO DA CIDADE

PORTARIA Nº 37/2026 DE 25 DE AGOSTO DE 2026.

"Dispõe sobre o Ponto Facultativo no dia 31 de agosto de 2026, data posterior ao feriado municipal de aniversário da Cidade."

A Câmara Municipal de Conquista, Estado de Minas Gerais, neste ato representado pelo seu presidente, Airton Lucas de Oliveira, no exercício das suas atribuições legais e constitucionais, especificamente no artigo 87, incisos Il e IX da Lei Orgânica do Município de Conquista c/c artigo 44 do Regimento Interno da Câmara Municipal.

Considerando que no dia 30 de agosto de 2026 comemora-se o aniversário do município de Conquista/MG.

Considerando ainda que a referida data cairá em um domingo.

RESOLVE:

Artigo 1° - Estabelece Ponto Facultativo no dia 31 de agosto de 2026 (segunda-feira), no âmbito da Câmara de Vereadores do Município de Conquista/MG.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições contrárias.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Conquista/MG, aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de agosto de 2026.

AIRTON LUCAS DE OLIVEIRA
Presidente da Câmara Municipal de Conquista

Publicado por:
Munir Calixto Milkem
Código Identificador:4A3866F8

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO

CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO
DECRETO LEGISLATIVO Nº 614, DE 24 DE AGOSTO DE 2026.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 614, DE 24 DE AGOSTO DE 2026.

CONCEDE O DIPLOMA DE HONRA AO MÉRITO AO SENHOR MARLON ANTÔNIO CAMILO DE ALMEIDA.

Faço saber que a Câmara Municipal de Curvelo, Minas Gerais, aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o Diploma de Honra ao Mérito ao Senhor Marlon Antônio Camilo de Almeida.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 24 de agosto de 2026.

DANILO SANTOS XAVIER GUIMARÃES
Vereador Presidente

Publicado por:
Maria Marlene Diniz
Código Identificador:C2B5852D

CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO
DECRETO LEGISLATIVO Nº 615, DE 24 DE AGOSTO DE 2026.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 615, DE 24 DE AGOSTO DE 2026.

CONCEDE O PRÊMIO IRMÃ MÔNICA À SENHORA FÁTIMA PAIVA DO AMARAL.

Faço saber que a Câmara Municipal de Curvelo, Minas Gerais, aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o Prêmio Irmã Mônica à Senhora Fátima Paiva do Amaral.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 24 de agosto de 2026.

DANILO SANTOS XAVIER GUIMARÃES
Vereador Presidente

Publicado por:
Maria Marlene Diniz
Código Identificador:367428CA

CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO
DECRETO LEGISLATIVO Nº 616, DE 24 DE AGOSTO DE 2026.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 616, DE 24 DE AGOSTO DE 2026.

CONCEDE O DIPLOMA DE HONRA AO MÉRITO AO SENHOR RAMON DE SÁ CONSTÂNCIO.

Faço saber que a Câmara Municipal de Curvelo, Minas Gerais, aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o Diploma de Honra ao Mérito ao Senhor Ramon de Sá Constâncio, nos termos do Art. 25, Inciso II, da Resolução nº 319/2025, em reconhecimento aos seus relevantes serviços e méritos.

Art. 2º A entrega da honraria ocorrerá em Reunião Solene da Câmara Municipal, em data e horário a serem definidos pela Mesa Diretora.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 24 de agosto de 2026.

DANILO SANTOS XAVIER GUIMARÃES
Vereador Presidente

Publicado por:
Maria Marlene Diniz
Código Identificador:01B713E8

CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO
DECRETO LEGISLATIVO Nº 617, DE 24 DE AGOSTO DE 2026.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 617, DE 24 DE AGOSTO DE 2026.

CONCEDE O DIPLOMA DE HONRA AO MÉRITO AO SENHOR HUGO GOMES GONÇALVES.

Faço saber que a Câmara Municipal de Curvelo, Minas Gerais, aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o Diploma de Honra ao Mérito ao Senhor Hugo Gomes Gonçalves, nos termos do Art. 25, inciso II da Resolução nº 319/2025, em reconhecimento aos seus relevantes serviços e méritos.

Art. 2º A entrega da honraria ocorrerá em Reunião Solene da Câmara Municipal, em data e horário a serem definidos pela Mesa Diretora.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 24 de agosto de 2026.

DANILO SANTOS XAVIER GUIMARÃES
Vereador Presidente

Publicado por:
Maria Marlene Diniz
Código Identificador:8053051C

CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO
DECRETO LEGISLATIVO Nº 618, DE 24 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO LEGISLATIVO Nº 618, DE 24 DE AGOSTO DE 2026.

CONCEDE O DIPLOMA DE HONRA AO MÉRITO AO SENHOR GENIVAL VAZ PEREIRA.

Faço saber que a Câmara Municipal de Curvelo, Minas Gerais, aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o Diploma de Honra ao Mérito ao Senhor Genival Vaz Pereira, nos termos do Art. 25, Inciso II, da Resolução nº 319/2025, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados à comunidade da Estiva e ao Município de Curvelo.

Art. 2º A entrega da honraria ocorrerá em Reunião Solene da Câmara Municipal, em data e horário a serem definidos pela Mesa Diretora.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 24 de agosto de 2026.

DANILO SANTOS XAVIER GUIMARÃES
Vereador Presidente

Publicado por:
Maria Marlene Diniz
Código Identificador:4E3A532B

CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO
DECRETO LEGISLATIVO Nº 619, DE 24 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO LEGISLATIVO Nº 619, DE 24 DE AGOSTO DE 2026.

CONCEDE O DIPLOMA DE HONRA AO MÉRITO À SENHORA MARIA MARLI DOS SANTOS RIBEIRO.

Faço saber que a Câmara Municipal de Curvelo, Minas Gerais, aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o Diploma de Honra ao Mérito à Senhora Maria Marli dos Santos Ribeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 24 de agosto de 2026.

DANILO SANTOS XAVIER GUIMARÃES
Vereador Presidente

Publicado por:
Maria Marlene Diniz
Código Identificador:BC60FFC3

CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO
DECRETO LEGISLATIVO Nº 620, DE 24 DE AGOSTO DE 2026.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 620, DE 24 DE AGOSTO DE 2026.

CONCEDE O DIPLOMA DE HONRA AO MÉRITO AO SENHOR CARLOS HENRIQUE COELHO DE SOUZA.

Faço saber que a Câmara Municipal de Curvelo, Minas Gerais, aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o Diploma de Honra ao Mérito ao Senhor Carlos Henrique Coelho de Souza, com fulcro no Art. 25, Inciso II, da Resolução nº 319/2025, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados à comunidade curvelana e às suas ações de assinalada relevância social e cidadania.

Art. 2º A entrega da honraria ocorrerá em Reunião Solene da Câmara Municipal, em data e horário a serem definidos pela Mesa Diretora.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 24 de agosto de 2026.

DANILO SANTOS XAVIER GUIMARÃES
Vereador Presidente

Publicado por:
Maria Marlene Diniz
Código Identificador:615E15F6

CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO
DECRETO LEGISLATIVO Nº 621, DE 24 DE AGOSTO DE 2026.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 621, DE 24 DE AGOSTO DE 2026.

CONCEDE O DIPLOMA DE HONRA AO MÉRITO A SENHORA MARIA APARECIDA DA CRUZ.

Faço saber que a Câmara Municipal de Curvelo, Minas Gerais, aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o Diploma de Honra ao Mérito a Senhora Maria Aparecida da Cruz, nos termos do Art. 25, Inciso II, da Resolução nº 319/2025, em reconhecimento aos seus relevantes serviços e méritos.

Art. 2º A entrega da honraria ocorrerá em Reunião Solene da Câmara Municipal, em data e horário a serem definidos pela Mesa Diretora.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 24 de agosto de 2026.

DANILO SANTOS XAVIER GUIMARÃES
Vereador Presidente

Publicado por:
Maria Marlene Diniz
Código Identificador:83655098

CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO
DECRETO LEGISLATIVO Nº 622, DE 24 DE AGOSTO DE 2026.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 622, DE 24 DE AGOSTO DE 2026.

CONCEDE O DIPLOMA DE HONRA AO MÉRITO AO SENHOR WELLINGTON MAGELA VALGAS DE OLIVEIRA.

Faço saber que a Câmara Municipal de Curvelo, Minas Gerais, aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o Diploma de Honra ao Mérito ao Senhor Wellington Magela Valgas de Oliveira, nos termos do Art. 25, Inciso II, da Resolução nº 319/2025, em reconhecimento à sua trajetória, dedicação e relevantes serviços prestados à comunidade curvelana.

Art. 2º A entrega da honraria ocorrerá em Reunião Solene da Câmara Municipal, em data e horário a serem definidos pela Mesa Diretora.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 24 de agosto de 2026.

DANILO SANTOS XAVIER GUIMARÃES
Vereador Presidente

Publicado por:
Maria Marlene Diniz
Código Identificador:D566F9F3

CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO
DECRETO LEGISLATIVO Nº 623, DE 24 DE AGOSTO DE 2026.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 623, DE 24 DE AGOSTO DE 2026.

CONCEDE O DIPLOMA DE HONRA AO MÉRITO AO SENHOR DOMINGOS SÁVIO MARQUES.

Faço saber que a Câmara Municipal de Curvelo, Minas Gerais, aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o Diploma de Honra ao Mérito ao Senhor Domingos Sávio Marques, Subtenente da Polícia Militar de Minas Gerais, nos termos do Art. 25, Inciso II, da Resolução nº 319/2025, em reconhecimento à sua trajetória profissional e aos relevantes serviços prestados à sociedade, especialmente na área da segurança pública.

Art. 2º A entrega da honraria ocorrerá em Reunião Solene da Câmara Municipal, em data e horário a serem definidos pela Mesa Diretora.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 24 de agosto de 2026.

DANILO SANTOS XAVIER GUIMARÃES
Vereador Presidente

Publicado por:
Maria Marlene Diniz
Código Identificador:8C0D06AF

CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO
DECRETO LEGISLATIVO Nº 624, DE 24 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO LEGISLATIVO Nº 624, DE 24 DE AGOSTO DE 2026.

CONCEDE O DIPLOMA DE HONRA AO MÉRITO AO SENHOR EDSON ALVES BRAZIOLI.

Faço saber que a Câmara Municipal de Curvelo, Minas Gerais, aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o Diploma de Honra ao Mérito ao Senhor Edson Alves Brazioli, nos termos do Art. 25, Inciso II, da Resolução nº 319/2025, em reconhecimento à sua trajetória de vida, dedicação, atuação comunitária e relevantes serviços prestados à comunidade curvelana.

Art. 2º A entrega da honraria ocorrerá em Reunião Solene da Câmara Municipal, em data e horário a serem definidos pela Mesa Diretora.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 24 de agosto de 2026.

DANILO SANTOS XAVIER GUIMARÃES
Vereador Presidente

Publicado por:
Maria Marlene Diniz
Código Identificador:D12B0DB0

CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO
DECRETO LEGISLATIVO Nº 625, DE 24 DE AGOSTO DE 2026.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 625, DE 24 DE AGOSTO DE 2026.

CONCEDE O DIPLOMA DE HONRA AO MÉRITO AO SENHOR FÁBIO DEYVES MARIZ.

Faço saber que a Câmara Municipal de Curvelo, Minas Gerais, aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o Diploma de Honra ao Mérito ao Senhor Fábio Deyves Mariz, em reconhecimento à sua trajetória profissional , jurídica e institucional, bem como aos relevantes serviços prestados no âmbito do Direito, da Administração Pública e do controle externo.

Art. 2º A entrega do Diploma de Honra ao Mérito será realizada em Sessão Solene da Câmara Municipal, em data a ser oportunamente designada pela Presidência.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 24 de agosto de 2026.

DANILO SANTOS XAVIER GUIMARÃES
Vereador Presidente

Publicado por:
Maria Marlene Diniz
Código Identificador:4823AE54

CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO
DECRETO LEGISLATIVO Nº 626, DE 24 DE AGOSTO DE 2026.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 626, DE 24 DE AGOSTO DE 2026.

CONCEDE O DIPLOMA DE HONRA AO MÉRITO A SENHORA RAQUEL DA SILVA SANTOS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Curvelo, Minas Gerais, aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o Diploma de Honra ao Mérito à Senhora Raquel da Silva Santos, nos termos do Art. 25, Inciso II, da Resolução nº 319/2025, em reconhecimento aos seus relevantes serviços prestados ao Município de Curvelo.

Art. 2º A entrega da honraria ocorrerá em Reunião Solene da Câmara Municipal, em data e horário a serem definidos pela Mesa Diretora.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 24 de agosto de 2026.

DANILO SANTOS XAVIER GUIMARÃES
Vereador Presidente

Publicado por:
Maria Marlene Diniz
Código Identificador:F518355A

CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO
DECRETO LEGISLATIVO Nº 627, DE 24 DE AGOSTO DE 2026.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 627, DE 24 DE AGOSTO DE 2026.

CONCEDE O DIPLOMA DE HONRA AO MÉRITO AO SENHOR ARTHUR DE SOUZA FELIX.

Faço saber que a Câmara Municipal de Curvelo, Minas Gerais, aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o Diploma de Honra ao Mérito ao Senhor Arthur de Souza Felix, nos termos do Art. 25, Inciso II, da Resolução nº 319/2025, em reconhecimento aos seus relevantes serviços e méritos na área da segurança pública.

Art. 2º A entrega da honraria ocorrerá em Reunião Solene da Câmara Municipal, em data e horário a serem definidos pela Mesa Diretora.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 24 de agosto de 2026.

DANILO SANTOS XAVIER GUIMARÃES
Vereador Presidente

Publicado por:
Maria Marlene Diniz
Código Identificador:E8C2B6D1

CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO
DECRETO LEGISLATIVO Nº 628, DE 24 DE AGOSTO DE 2026.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 628, DE 24 DE AGOSTO DE 2026.

CONCEDE O DIPLOMA DE HONRA AO MÉRITO À SENHORA ADRIANA BATISTA DE ALMEIDA.

Faço saber que a Câmara Municipal de Curvelo, Minas Gerais, aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o Diploma de Honra ao Mérito à Senhora Adriana Batista de Almeida, nos termos do Art. 25, Inciso I, da Resolução nº 319/2025, em reconhecimento aos seus relevantes serviços e méritos.

Art. 2º A entrega da honraria ocorrerá em Reunião Solene da Câmara Municipal, em data e horário a serem definidos pela Mesa Diretora.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 24 de agosto de 2026.

DANILO SANTOS XAVIER GUIMARÃES
Vereador Presidente

Publicado por:
Maria Marlene Diniz
Código Identificador:1A223BDB

CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO
DECRETO LEGISLATIVO Nº 629, DE 24 DE AGOSTO DE 2026.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 629, DE 24 DE AGOSTO DE 2026.

CONCEDE O DIPLOMA DE HONRA AO MÉRITO A SENHORA LUZIA LAISE RODRIGUES BARBOSA DINIZ.

Faço saber que a Câmara Municipal de Curvelo, Minas Gerais, aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o Diploma de Honra ao Mérito à Senhora Luzia Laise Rodrigues Barbosa Diniz, com fulcro no Art. 25, Inciso II, da Resolução nº 319/2025, em reconhecimento aos seus relevantes serviços prestados à comunidade curvelana e às suas ações de assinalada relevância social e cidadania.

Art. 2º A entrega da honraria ocorrerá em Reunião Solene da Câmara Municipal, em data e horário a serem definidos pela Mesa Diretora.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 24 de agosto de 2026.

DANILO SANTOS XAVIER GUIMARÃES
Vereador Presidente

Publicado por:
Maria Marlene Diniz
Código Identificador:8AA27693

CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO
DECRETO LEGISLATIVO Nº 630, DE 24 DE AGOSTO DE 2026.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 630, DE 24 DE AGOSTO DE 2026.

CONCEDE O DIPLOMA DE HONRA AO MÉRITO A SENHORA GLÁUCIA DE FIGUEIREDO MACHADO.

Faço saber que a Câmara Municipal de Curvelo, Minas Gerais, aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o Diploma de Honra ao Mérito à Senhora Gláucia de Figueiredo Machado, nos termos do Art. 25, Inciso II, da Resolução nº 319/2025, em reconhecimento aos seus relevantes serviços e méritos em prol da comunidade e da educação.

Art. 2º A entrega da honraria ocorrerá em Reunião Solene da Câmara Municipal, em data e horário a serem definidos pela Mesa Diretora.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 24 de agosto de 2026.

DANILO SANTOS XAVIER GUIMARÃES
Vereador Presidente

Publicado por:
Maria Marlene Diniz
Código Identificador:3D553855

CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO
DECRETO LEGISLATIVO Nº 631, DE 24 DE AGOSTO DE 2026.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 631, DE 24 DE AGOSTO DE 2026.

CONCEDE O DIPLOMA DE HONRA AO MÉRITO AO SENHOR HILTON SILVA DE ALCANTARA.

Faço saber que a Câmara Municipal de Curvelo, Minas Gerais, aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o Diploma de Honra ao Mérito ao Senhor Hilton Silva de Alcantara, nos termos do Art. 25, Inciso II, da Resolução nº 319/2025, em reconhecimento aos seus relevantes serviços e méritos em prol da comunidade e da educação.

Art. 2º A entrega da honraria ocorrerá em Reunião Solene da Câmara Municipal, em data e horário a serem definidos pela Mesa Diretora.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 24 de agosto de 2026.

DANILO SANTOS XAVIER GUIMARÃES
Vereador Presidente

Publicado por:
Maria Marlene Diniz
Código Identificador:9F69EBFA

CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO
PORTARIA Nº 1.024, DE 25 DE AGOSTO DE 2026

DISPÕE SOBRE A CONSTITUIÇÃO E NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL ENCARREGADA DA ELABORAÇÃO DO REGULAMENTO E DO JULGAMENTO DO PRÊMIO LITERÁRIO "ANTÔNIA CLEUSA GUIMARÃES" – EDIÇÃO 2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e em cumprimento ao disposto no art. 2º, §§ 2º e 3º, c/c o art. 6º do Decreto Legislativo nº 263, de 27 de abril de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º Fica constituída a Comissão Especial responsável pela elaboração do Regulamento/Edital e pela avaliação e julgamento das redações inscritas no Concurso do Prêmio Literário "Antônia Cleusa Guimarães" – Edição 2026, composta pelos seguintes membros:
I – Vereador Albany de Souza, Membro da Comissão Permanente de Educação (Presidente da Comissão Especial);
II – Vereador Carlos Henrique Coelho de Souza, Membro da Comissão Permanente de Educação;
III – Cinthia Dias dos Reis, Professora da E.M. Filomena de Oliveira Leite (Representante da Secretaria Municipal de Educação);
IV – Rogério da Fonseca Trindade, Representante da Biblioteca Pública Municipal Antônio Gabriel Diniz.

Art. 2º Os trabalhos desenvolvidos pelos membros da Comissão Especial serão exercidos a título gratuito, sendo considerados como serviço de relevante interesse público e comunitário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curvelo (MG), 25 de agosto de 2026.

DANILO SANTOS XAVIER GUIMARÃES
Presidente da Câmara Municipal de Curvelo

Publicado por:
Gabriela Dos Reis e Ramos
Código Identificador:3607CF13

CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO
PORTARIA Nº 1.025, DE 25 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA Nº 1.025, DE 25 DE AGOSTO DE 2026

Homologa o Regulamento do Concurso de Redação referente ao Prêmio Literário "Antônia Cleusa Guimarães" – Edição 2026 e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo Regimento Interno, e em observância ao disposto no art. 2º, § 4º, e art. 8º do Decreto Legislativo nº 263, de 27 de abril de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º Fica homologado o Regulamento do Concurso de Redação do Prêmio Literário "Antônia Cleusa Guimarães" – Edição 2026, elaborado pela Comissão Especial constituída pela Portaria nº 1.024/2026, conforme texto constante do Anexo Único desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curvelo (MG), 25 de agosto de 2026.

DANILO SANTOS XAVIER GUIMARÃES
Presidente da Câmara Municipal de Curvelo

ANEXO ÚNICO

REGULAMENTO DO CONCURSO DE REDAÇÃO DO PRÊMIO LITERÁRIO "ANTÔNIA CLEUSA GUIMARÃES" – EDIÇÃO 2026

A **COMISSÃO ESPECIAL DO PRÊMIO LITERÁRIO "ANTÔNIA CLEUSA GUIMARÃES"**, constituída com base no art. 2º, §§ 2º e 3º, e art. 6º do **Decreto Legislativo nº 263, de 27 de abril de 2021**, e nomeada por ato da Mesa Diretora, torna público o Regulamento do concurso para o exercício de 2026.

1. DO OBJETO E DOS OBJETIVOS

1.1. O presente Edital disciplina o concurso de redação referente ao **Prêmio Literário "Antônia Cleusa Guimarães" – Edição 2026**.
1.2. O concurso tem por finalidades precípuas:

• Reconhecer e valorizar as redações produzidas pelos alunos da rede pública municipal de ensino de Curvelo;
• Estimular o hábito da leitura, a capacidade de argumentação e a expressão escrita formal;
• Fomentar a reflexão crítica dos estudantes sobre temas sociais, culturais e de relevância para o contexto local.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar exclusivamente os alunos regularmente matriculados nas escolas da **Rede Pública Municipal de Ensino de Curvelo**.
2.2. A participação é individual e gratuita, sendo admitida apenas 1 (uma) redação por estudante.
2.3. O trabalho inscrito deve ser inédito, original, de autoria exclusiva do participante e redigido em língua portuguesa.

3. DO TEMA E ESPECIFICAÇÕES DO TEXTO

3.1. O tema oficial da Edição de 2026 é: ***"Curvelo através dos meus olhos: as histórias e os lugares da minha terra"***.
3.2. As redações deverão ser apresentadas no gênero **Narrativo (Conto ou Crônica) ou Poético,** contendo no mínimo 10 (dez) e no máximo 25 (vinte e cinco) linhas.
3.3. O texto deve ser manuscrito pelo próprio aluno, em folha padrão oficial do concurso, utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta, sem rasuras.
3.4. Não será permitida nenhuma identificação nominal no corpo do texto ou na folha da redação, devendo a identificação do candidato constar apenas em cabeçalho/ficha destacável para assegurar a impessoalidade e o sigilo na avaliação.

4. DO ENCAMINHAMENTO E ENTREGA DOS TRABALHOS

4.1. As escolas municipais realizarão a seleção interna das redações e encaminharão os trabalhos selecionados à Câmara Municipal de Curvelo até o **dia 08 de setembro de 2026**, por uma das seguintes formas:

• **Entrega Presencial:** Na sede da Câmara Municipal de Curvelo (Rua Guimarães Rosa, nº 680, Bairro Bela Vista), no Setor de Apoio Legislativo / Secretaria, no horário de expediente, em envelope lacrado contendo as folhas originais de redação com as respectivas fichas de identificação; ou
• **Envio Eletrônico:** Por meio do e-mail oficial da escola para o endereço institucional **secretaria@cmcurvelo.mg.gov.br**, contendo no assunto *"Prêmio Literário Antônia Cleusa Guimarães 2026 – [Nome da Escola]"*, com as folhas de redação e fichas de identificação devidamente digitalizadas em formato PDF legível.

4.2. Não serão aceitas redações entregues fora do prazo limite estabelecido no cronograma.

5. DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Etapa	Período / Data
Publicação Oficial do Edital	25 de agosto de 2026
Elaboração das Redações e Seleção Interna nas Escolas	26 de agosto a 05 de setembro de 2026
Encaminhamento dos Trabalhos Selecionados pelas Escolas à CMC	Até 08 de setembro de 2026
Avaliação e Julgamento pela Comissão Especial	09 a 15 de setembro de 2026
Homologação e Divulgação Oficial do Resultado	16 de setembro de 2026
Sessão Solene de Entrega da Premiação	21 de setembro de 2026

6.DA COMISSÃO DE JULGAMENTO E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

6.1. A Comissão Especial julgadora, constituída nos moldes do art. 6º do Decreto Legislativo nº 263/2021, avaliará as redações com notas de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, segundo os critérios:

• **Adequação Temática:** pertinência e fidelidade ao tema proposto (0 a 25 pontos);
• **Domínio da Norma-Padrão:** obediência às regras gramaticais, ortografia e pontuação (0 a 25 pontos);
• **Coesão e Coerência:** clareza, encadeamento lógico e consistência dos argumentos (0 a 25 pontos);
• **Originalidade e Criatividade:** estilo autoral e capacidade crítica em relação à temática abordada (0 a 25 pontos).

7. DA PREMIAÇÃO E DIVULGAÇÃO

7.1. O(A) autor(a) da redação classificada em primeiro lugar receberá o **Diploma de Homenagem** na Sessão Solene do dia 21 de setembro de 2026.
7.2. As **3 (três) melhores redações** serão publicadas integralmente no site oficial da Câmara Municipal de Curvelo e em suas redes sociais institucionais.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. O presente Edital será amplamente publicado no site institucional, nas redes sociais da Câmara Municipal de Curvelo e divulgado junto à imprensa local e à rede de ensino.
8.2. Os casos omissos serão solucionados pela Comissão Especial de Julgamento em conjunto com a Mesa Diretora da Câmara Municipal.
8.3. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação oficial.

Curvelo (MG), 25 de agosto de 2026.

Comissão Especial de Elaboração e Julgamento

VEREADOR ALBANY
Presidente da Comissão Especial

VEREADOR CARLINHOS
Membro – Poder Legislativo

CINTHIA DIAS DOS REIS
Membro – Representante da Secretaria Municipal de Educação (E.M. Filomena de Oliveira Leite)

ROGÉRIO DA FONSECA TRINDADE
Membro – Representante da Biblioteca Pública Municipal Antônio Gabriel Diniz

ANEXO I – FICHA DE IDENTIFICAÇÃO E FOLHA OFICIAL DE REDAÇÃO

PRÊMIO LITERÁRIO "ANTÔNIA CLEUSA GUIMARÃES" – EDIÇÃO 2026

PARTE 1: FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DO ESTUDANTE
(Esta parte será destacada pela coordenação do concurso antes do envio à Comissão Julgadora para resguardar o sigilo da autoria)
CÓDIGO DE CONTROLE (Uso da Câmara Municipal): [_____]

- **Nome Completo do(a) Aluno(a):** _____
- **Data de Nascimento:** ____/____/_____ **Idade:** _____
- **Escola Municipal:** _____
- **Ano / Turma / Turno:** _____
- **Nome do(a) Professor(a) Orientador(a):** _____
- **Telefone de Contato (Escola / Responsável):** (____) _____
- **E-mail institucional da Escola:** _____

PARTE 2: FOLHA DE TEXTO OFICIAL
(Atenção: Não escreva seu nome nem faça qualquer marcação nesta folha)
CÓDIGO DA REDAÇÃO: [_____]
TÍTULO: _____

Linha	Texto
01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	

PARTE 3: GRADE DE AVALIAÇÃO
(Uso exclusivo dos membros da Comissão Especial de Julgamento)

Critério de Avaliação	Pontuação Máxima	Pontuação Obtida
1. Adequação Temática *(fidelidade ao tema proposto)*	25	
2. Domínio da Norma-Padrão *(gramática, ortografia, pontuação)*	25	
3. Coesão e Coerência *(estruturação lógica e clareza textual)*	25	
4. Originalidade e Criatividade *(estilo autoral e senso crítico)*	25	
TOTAL FINAL	100	

Avaliador(a) Responsável: _____
Assinatura: _____
Data: _____/_____/2026

Publicado por:
Gabriela Dos Reis e Ramos
Código Identificador:A0A6AEE6

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE FORMIGA

CÂMARA MUNICIPAL DE FORMIGA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 011/2026

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 010/2025

CÂMARA MUNICIPAL DE FORMIGA
ESTADO DE MINAS GERAIS

Processo Licitatório: nº 044/2025
Dispensa nº 013/2025
Contrato Administrativo: nº 010/2025
Contratante: Câmara Municipal de Formiga/MG.
Contratado: MAX APOIO ADMINISTRATIVO LTDA
Ficam alteradas as cláusulas primeira, terceira e sexta do contrato primitivo, que passam a vigorar com a seguinte redação:

1.1 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**:** O presente contrato tem como objetivo a locação de 05 (cinco) vagas de garagem, respectivamente de nos. 24, 29, 36, 37 e 38 (podendo haver alterações em comum acordo), localizadas na Av. Dr. Henrique Braga, s/n, bairro Centro, na cidade de Formiga (MG), todas de propriedade da CONTRATADA.

1.2 - CLÁUSULA TERCEIRA: DO REAJUSTAMENTO DO VALOR DO ALUGUEL: O contrato ora aditado, fica reajustado estando o valor contratado somado ao índice acumulado (INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor) referente ao período de Agosto/2025 a Julho/2026 para que se restitua o equilíbrio econômico-financeiro, a partir de 18 de Agosto de 2026. O LOCATÁRIO pagará ao LOCADOR o valor total mensal de **R$ 1.041,00** (hum mil e quarenta e um reais), correspondente ao valor unitário de **R$208,20** (Duzentos e oito reais e vinte centavos).

1.3 - CLÁUSULA SEXTA: DO PRAZO: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato de locação por mais 12 (doze) meses, passando a vigorar pelo período de 19/08/2026 a 18/08/2027, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, nos termos do art. 107, inciso II, da Lei Federal n. 14.133/2021.

Data da assinatura: 18 de agosto de 2026.

JACI HONÓRIO DE PAULA –
Presidente da Câmara Municipal de Formiga

Publicado por:
Mariana Fátima Souza
Código Identificador:698540C0

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE MARTINHO CAMPOS

ADMINISTRAÇÃO - SECRETARIA GERAL
PORTARIA Nº 012/2026

Município de Martinho Campos – Poder Legislativo – Cargos Provimento Efetivo – Concede Estabilidade Funcional a Servidor e Concede Progressão Vertical - Providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARTINHO CAMPOS, Estado de Minas Gerais, no uso das competências; consoante lhe autoriza a Lei Orgânica do Município, o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Poder Legislativo Municipal – Lei Complementar nº 094/2025 e o Regimento Interno – Resolução nº 003/2005;

CONSIDERANDO que a servidora LILIANE MARIA DE CARVALHO, titular do Cargo de Controladora Interna, ao qual ascendeu por aprovação em concurso público de provas e títulos, foi empossada em 01 de fevereiro de 2023, após nomeação pela Portaria n° 003/2023;

CONSIDERANDO que transcorreu o lapso de três anos de efetivo exercício, previsto no art.41 da Constituição Federal, para aquisição da estabilidade, mediante condições;

CONSIDERANDO a avaliação da servidora, na forma do art.41, § 4º da Constituição Federal, da Lei Complementar Municipal nº 094/2025, e Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei nº1.662/2006), na forma da Portaria nº006/2026, auferindo média 195 (cento e noventa e cinco) pontos, conforme Processo de Avaliação de Desempenho Funcional nº 001/2026 reconhecendo sua estabilidade, bem como sua aptidão para progressão vertical; **RESOLVE:**

Art. 1º - Fica concedida estabilidade funcional e a progressão vertical, a servidora LILIANE MARIA DE CARVALHO, Registro Funcional nº 000002-6, titular do cargo de Controladora Interna por cumprir satisfatoriamente todos os requisitos exigidos para a condição de servidor estável e progressão vertical.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 01/02/2026.

Martinho Campos, 17 de março de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

RANIERE CARLOS FERREIRA
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Estheffane Silva de Oliveira
Código Identificador:B7691C85

ADMINISTRAÇÃO - SECRETARIA GERAL
PORTARIA Nº 013/2026

Município de Martinho Campos – Poder Legislativo – Cargos Provimento Efetivo – Concede Estabilidade Funcional a Servidor e Concede Progressão Vertical - Providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARTINHO CAMPOS, Estado de Minas Gerais, no uso das competências; consoante lhe autoriza a Lei Orgânica do Município, o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Poder Legislativo Municipal – Lei Complementar nº 094/2025 e o Regimento Interno – Resolução nº 003/2005;

CONSIDERANDO que o servidor MARCELO PEREIRA DE SOUZA, titular do Cargo de Agente Legislativo, ao qual ascendeu por aprovação em concurso público de provas e títulos, foi empossada em 01 de fevereiro de 2023, após nomeação pela Portaria n° 003/2023;

CONSIDERANDO que transcorreu o lapso de três anos de efetivo exercício, previsto no art.41 da Constituição Federal, para aquisição da estabilidade, mediante condições;

CONSIDERANDO a avaliação do servidor, na forma do art.41, § 4º da Constituição Federal, da Lei Complementar Municipal nº 094/2025, e Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei nº1.662/2006), na forma da Portaria nº006/2026, auferindo 180 (cento e oitenta) pontos, conforme Processo de Avaliação de Desempenho Funcional nº 002/2026 reconhecendo sua estabilidade, bem como sua aptidão para progressão vertical; **RESOLVE:**

Art. 1º - Fica concedida estabilidade funcional e a progressão vertical, ao servidor MARCELO PEREIRA DE SOUZA, Registro Funcional nº 000045-6, titular do cargo de Agente Legislativo, por cumprir satisfatoriamente todos os requisitos exigidos para a condição de servidor estável e progressão vertical.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 01/02/2026.

Martinho Campos, 17 de março de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

RANIERE CARLOS FERREIRA
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Estheffane Silva de Oliveira
Código Identificador:EDEF0C29

ADMINISTRAÇÃO - SECRETARIA GERAL
PORTARIA Nº 014/2026

Município de Martinho Campos – Poder Legislativo – Cargos Provimento Efetivo – Concede Estabilidade Funcional a Servidor e Concede Progressão Vertical - Providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARTINHO CAMPOS, Estado de Minas Gerais, no uso das competências; consoante lhe autoriza a Lei Orgânica do Município, o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Poder Legislativo Municipal – Lei Complementar nº 094/2025 e o Regimento Interno – Resolução nº 003/2005;

CONSIDERANDO que o servidor ÉDER WILLIAN DE CARVALHO SILVA, titular do Cargo de Procurador Legislativo, ao qual ascendeu por aprovação em concurso público de provas e títulos, foi empossada em 01 de março de 2023, após nomeação pela Portaria n° 010/2023;

CONSIDERANDO que transcorreu o lapso de três anos de efetivo exercício, previsto no art.41 da Constituição Federal, para aquisição da estabilidade, mediante condições;

CONSIDERANDO a avaliação do servidor, na forma do art.41, § 4º da Constituição Federal, da Lei Complementar Municipal nº 094/2025, e Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei nº1.662/2006), na forma da Portaria nº006/2026, auferindo 196 (cento e noventa e seis) pontos, conforme Processo de Avaliação de Desempenho Funcional nº 004/2026, reconhecendo sua estabilidade, bem como sua aptidão para progressão vertical; **RESOLVE:**

Art. 1º - Fica concedida estabilidade funcional e a progressão vertical, ao servidor ÉDER WILLIAN DE CARVALHO SILVA, Registro Funcional nº 000049-8, titular do cargo de Procurador Legislativo, por cumprir satisfatoriamente todos os requisitos exigidos para a condição de servidor estável e progressão vertical.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 01/03/2026.

Martinho Campos, 17 de março de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

RANIERE CARLOS FERREIRA
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Estheffane Silva de Oliveira
Código Identificador:CA991502

ADMINISTRAÇÃO - SECRETARIA GERAL
PORTARIA Nº 015/2026

Município de Martinho Campos – Poder Legislativo – Cargos Provimento Efetivo – Concede Estabilidade Funcional a Servidor e Concede Progressão Vertical - Providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARTINHO CAMPOS, Estado de Minas Gerais, no uso das competências; consoante lhe autoriza a Lei Orgânica do Município, o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Poder Legislativo Municipal – Lei Complementar nº 094/2025 e o Regimento Interno – Resolução nº 003/2005;

CONSIDERANDO que a servidora ESTHEFFANE SILVA DE OLIVEIRA, titular do Cargo de Agente Legislativo, a qual ascendeu por aprovação em concurso público de provas e títulos, foi empossada em 18 de março de 2024, após nomeação pela Portaria n° 021/2024;

CONSIDERANDO que transcorreu o lapso de dois anos de efetivo exercício, e conforme art.41 da Constituição Federal, foi realizado avaliação de desempenho funcional objetivando análise temporal para aquisição da estabilidade, mediante condições;

CONSIDERANDO a avaliação da servidora, na forma do art.41, § 4º da Constituição Federal, da Lei Complementar Municipal nº 094/2025, e Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei nº1.662/2006), na forma da Portaria nº006/2026, auferindo 200 (duzentos) pontos, conforme Processo de Avaliação de Desempenho Funcional nº 005/2026, média satisfatória, **RESOLVE:**

Art. 1º - Fica concedida aptidão funcional, a servidora ESTHEFFANE SILVA DE OLIVEIRA, Registro Funcional nº 000051-3, titular do cargo de Agente Legislativo, por cumprir satisfatoriamente todos os requisitos exigidos na avaliação funcional visando a estabilidade, no período correspondente 18/03/2024 a 18/03/2025 e de 19/03/2025 a 19/03/2026.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Martinho Campos, 25 de março de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

RANIERE CARLOS FERREIRA
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Estheffane Silva de Oliveira
Código Identificador:F2334EA0

ADMINISTRAÇÃO - SECRETARIA GERAL
PORTARIA Nº 016/2026

Dispõe sobre Ponto Facultativo no Âmbito do Poder Legislativo Municipal e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Martinho Campos, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno deste Poder Legislativo;

RESOLVE:

Art. 1º - O Poder Legislativo de Martinho Campos, Estado de Minas Gerais, estabelece ponto facultativo o dia 02 (dois) de abril de 2026 (quinta-feira Santa) e o dia 20 (vinte) de abril de 2026 (segunda-feira), suspendendo-se as atividades administrativas da Câmara Municipal, em face da tradição religiosa da Semana Santa do Povo de Martinho Campos/MG e do feriado nacional de Tiradentes (21 de abril de 2026).

Art. 2º - Excetuam-se do disposto no artigo 1º os serviços que, por sua natureza, não possam sofrer interrupção, cabendo às chefias imediatas adotarem as medidas necessárias para garantir o seu funcionamento.

Art. 3º - Os prazos regimentais ficam suspensos nos dias indicados no Art. 1º desta Portaria, prorrogando-os para o primeiro dia útil seguinte.

Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Martinho Campos, 31 de março de 2026.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

RANIERE CARLOS FERREIRA
Vereador
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Estheffane Silva de Oliveira
Código Identificador:0C94337C

ADMINISTRAÇÃO - SECRETARIA GERAL
PORTARIA Nº 017/2026

Dispõe sobre a concessão de Adicional por Tempo de Serviço à servidora que menciona e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Martinho Campos, no uso de suas atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica e o Regimento Interno deste Poder Legislativo,
RESOLVE:

Art. 1° - O Poder Legislativo de Martinho Campos, por sua Presidência, concede adicional por tempo de serviço (quinquênio) à servidora pública municipal **Maria Francisca de Almeida**, matrícula funcional 00001-8, ocupante do cargo público de provimento efetivo de **Técnico Administrativo,** lotada na Unidade de Administração, relativo ao período aquisitivo 02/01/2021 a 01/01/2026, com acréscimo de 10% (dez por cento) aos seus vencimentos atuais.

Art. 2º - A Unidade de Planejamento e Gestão deve promover o registro na folha funcional da servidora, bem como os registros em sistema de Recursos Humanos e informativo junto ao Sistema de Previdência Social (E-social).

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data do requerimento da servidora (16/01/2026).

Martinho Campos, 07 de abril de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

RANIERE CARLOS FERREIRA
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Estheffane Silva de Oliveira
Código Identificador:F13B54A5

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO FINO

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO FINO
DESIGNA SESSÃO SOLENE PARA ENTREGA DE TÍTULO DE CIDADÃ HONORÁRIA OUROFINENS

PORTARIA Nº. 027/2026

Designa Sessão Solene para entrega de Título de Cidadã Honorária Ourofinense.

CLÓVIS COLDIBELI, Presidente da Câmara Municipal de Ouro Fino, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e pelo Regimento Interno desta Casa Legislativa, **RESOLVE:**

Art. 1º Fica designada a realização de Sessão Solene no dia 25 de setembro de 2026, com início às 19h, no Plenário da Câmara Municipal.
Art. 2º A Sessão Solene de que trata o artigo anterior tem por finalidade a entrega da seguinte honraria:
I - Título de Cidadã Honorári Ourofinense à Ilustríssima Senhora Wangnell Francisca de Faria Junho Teixeira, em conformidade com o Decreto Legislativo n.º 013/2026.
Art. 3º A Secretaria desta Casa Legislativa deverá proceder com a confecção dos convites e realizar todos os atos necessários à preparação e à execução do evento.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência, em 26 de agosto de 2026.

CLÓVIS COLDIBELI
Presidente 2025/2026
Câmara Municipal de Ouro Fino (MG)

Publicado por:
Joao Paulo de Oliveira Prado
Código Identificador:3432BC90

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE PERDIZES

CÂMARA MUNICIPAL DE PERDIZES
TERMO DE AUTORIZAÇÃO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº 068/2026
Inexigibilidade de Licitação nº 053/2026

OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL PARA A PARTICIPAÇÃO DE 1 (UM) VEREADOR PARA ATUALIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO NO CURSO: "EMENDAS IMPOSITIVAS NA PRÁTICA:COMO INDICAR, EXECUTAR, RECEBER, PRESTAR CONTAS E COBRAR O CUMPRIMENTO", NOS DIAS 01/09/2026 À 04/09/2026, NA CIDADE DE BRASÍLIA/DF, PELA CÂMARA MUNICIPAL DE PERDIZES/MG."

CONSIDERANDO os elementos contidos no presente processo de Inexigibilidade de Licitação, que foi devidamente justificado, tanto pela escolha do serviço, quanto pela justificativa do preço;
CONSIDERANDO que o processo foi instruído com os documentos e requisitos que comprovam que a contratada possui habilitação e qualificação mínima para celebrar o contrato, conforme preconizado no artigo 72 e seus respectivos incisos da Lei Federal nº 14.133/2021;

CONSIDERANDO que o Parecer Jurídico atesta que foram cumpridas as exigências legais e os requisitos mínimos para a contratação;

No uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 72, VIII da Lei Federal nº 14.133/2021; **AUTORIZO** a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 053/2026, para a contratação de serviços especializados de capacitação e desenvolvimento do poder legislativo municipal para a participação de 1 (UM) vereador para atualização e qualificação no curso: "Emendas Impositivas na Prática: Como Indicar, Executar, Receber, Prestar Contas e Cobrar o Cumprimento", nos dias 01/09/2026 à 04/09/2026, na cidade de Brasília/DF, pela Câmara Municipal de Perdizes/MG, no valor total de R$ 1.490,00 (Um mil, quatrocentos e noventa reais).

DETERMINO, que seja dada a devida publicidade legal ao contrato, em atendimento ao preceito do artigo 72, § único, da Lei 14.133/2021, para que fique à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Determino ainda ao Agente de Contratação da Câmara Municipal de Perdizes/MG a lavratura do competente contrato ou instrumento equivalente.

Publique-se para que se cumpra o pressuposto legal.

Perdizes – MG, 26 de agosto de 2026.

LEONARDO ALMEIDA FLORES
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Luciara da Silva Moreira
Código Identificador:0A5FF5B2

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE PIRAPORA

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA- REPUBLICAÇÃO POR ERRO MATERIAL

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
A Câmara Municipal de Pirapora-MG, inscrita no CNPJ sob o nº 25.213.679/0001-28, por intermédio de seu presidente, Itamar Alves Mota, brasileiro, vereador, inscrito no CPF sob o nº 001.034.666-06, no uso de suas atribuições regimentais e legais, especialmente observando o disposto no artigo 75, § 3º da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público a abertura de processo de contratação direta, Dispensa Eletrônica nº 14/2026, para a *Aquisição de materiais de consumo (copa, cozinha, limpeza e sinalização) e materiais permanentes (utensílios domésticos e peças não incorporáveis), pelas razões expostas nos instrumentos da contratação*.
Os interessados em concorrer no certame poderão acessar os instrumentos orientadores da contratação no Portal Nacional de Compras Públicas, bem como na Plataforma AMM Licita, https://ammlicita.org.br/, no ID 111023 e no site oficial da Câmara Municipal de Pirapora, aba *Licitações*.As propostas deverão ser inseridas na plataforma, acompanhadas de toda a documentação exigida para fins de habilitação até a data da abertura da sessão. O licitante se responsabiliza pelo conhecimento do funcionamento da Plataforma, no ato da inscrição.
O julgamento das propostas ocorrerá no dia 02 de setembro de 2026 às 09h:30min,através do modo fechado, sem disputa,e terá como critério de julgamento o menor valor unitário, em cada item individualmente considerado. O processo será realizado pela Agente de Contratação designada na Portaria nº 089/2026, com o auxílio da Equipe de Apoio desta Casa, designada pela Portaria nº 085/2026.
A escolha do fornecedor será feita pelo critério de Menor Valor Unitário, sagrando-se vencedor aquele que apresentar o menor valor e atender a todas as condições de habilitação.
A contratação terá como fiscal o servidor, Marco Felipe Durães Silva, designado na Portaria nº 082/2026. A gestão contratual ficará a cargo da Diretoria de Contratos.
O valor total estimado da contratação é de**R$ 2.890,06 (DOIS MIL, OITOENTOS E NOVENTA REAIS E SEIS CENTAVOS).**
Deverão ser observadas as regras da LC nº 123/2006, bem como da Lei Municipal nº 2537/2022, em razão do baixo valor da contratação.
As regras sobre o procedimento de tramitação, prazos recursais, critérios de desempate e demais procedimentos, observarão inteiramente ao disposto na Lei 14.133/2021.
Em caso de dúvidas, o participante pode entrar em contato com o Departamento de Licitações da Câmara Municipal de Pirapora-MG, através do telefone (38) 3741-2011 ou através da aba própria na Plataforma AMM Licita, ID 111023.
A presente contratação será orientada pelo Termo de Referência anexo, que contém todas as informações necessárias à contratação e, será formalizada por nota de empenho.
As dotações utilizadas para custear esta despesa serão:
Garrafa térmica: 3.3.90.30.21 Material de copa e cozinha. Reduzido: 4351.
Coador de Café: 3.3.90.30.21 Material de copa e cozinha. Reduzido: 4351.

Faqueiro: 4.4.90.52.06 Aparelhos e utensílios domésticos. Reduzido: 4361.
Placa de sinalização piso molhado. 3.3.90.30.42 Material de sinalização visual e afins. Reduzido: 4351.
Tapete antiderrapante capacho emborrachado: 3.3.90.30.20. Material de cama, mesa e banho. Reduzido: 4351.
Papel toalha interfolha: 3.3.90.30.22 Material de limpeza e produção de higienização. Reduzido: 4351.

Pirapora, 21 de agosto de 2026.

ITAMAR ALVES MOTA
Presidente da Câmara Municipal de Pirapora

Publicado por:
Marjorie Santos Siqueira
Código Identificador:6FAA4EEF

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
REPUBLICAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA- DISPENSA ELETRÔNICA Nº 14-2026

TERMO DE REFERÊNCIA

1.OBJETO:
1.1. Aquisição de materiais de consumo (copa, cozinha, limpeza e sinalização) e materiais permanentes (utensílios domésticos e peças não incorporáveis), pelas razões expostas nos instrumentos da contratação.

1.2. Especificação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA
1.	**GARRAFA TÉRMICA EM INOX,** com capacidade de 2L, para o armazenamento de café/chá. Tampa tipo pressão.	UNIDADE	04
2.	**COADOR DE CAFÉ,** Coador de café confeccionado em tecido (pano), diâmetro aproximado de, no mínimo, 16 cm, estrutura firme, reutilizável, resistente e lavável, destinado ao preparo de café coado.	UNIDADE	10
3.	**PAPEL TOALHA INTERFOLHAS**, papel-toalha ou toalha de papel, tipo interfolhas, duas dobras, produzido com 100% celulose virgem, tamanho mínimo da folha 20 cm, embalagem com 1.000 folhas.	EMBALAGEM COM 1.000	60
4.	**GARRAFA TÉRMICA EM INOX,** com capacidade de 1L, para o armazenamento de café/chá. Tampa tipo pressão.	UNIDADE	02
5.	**FAQUEIRO EM AÇO INOX:** kit com 6 garfos, 6 colheres e 6 facas.	KIT	01
6.	**TAPETE ANTIDERRAPANTE CAPACHO**, medindo, no mínimo: 40 cm x 60 cm, fabricado em aderente pvc, borracha, com superfície em tecido.	UNIDADE	12
7.	**PLACA DE SINALIZAÇÃO: PISO MOLHADO.** Material: Polipropileno ou plástico robusto. Placa de montagem no chão, com dimensões mínimas de: 60cm x 30 cm.	UNIDADE	03

1.3. A presente contratação terá como critério de julgamento o MENOR VALOR POR ITEM, com regime de execução indireta, com vigência até 31/12/2026, não se admitindo prorrogação.
1.4. A proposta deverá especificar os custos unitários e totais e, se possível, outras referências que bem identifiquem o produto cotado.
1.5. O preço final deverá incluir todos os tributos, despesas e demais encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações contratuais.

2.JUSTIFICATIVAS DA CONTRATAÇÃO

A aquisição de materiais de consumo (copa, cozinha e limpeza) se justifica pela imperiosa necessidade de manter as condições adequadas de higiene, salubridade e asseio nas dependências da instituição. A manutenção de um ambiente limpo e higienizado é requisito básico para a salvaguarda da saúde pública de servidores, colaboradores e usuários dos serviços integrados, além de atender às normas de vigilância sanitária vigentes.
As placas de sinalização, por sua vez, mostram-se indispensáveis para a prevenção de acidentes e garantia da segurança dos usuários e servidores nas instalações físicas do órgão.
Já a aquisição de utensílios domésticos se justifica para fins de complementação do acervo que se encontra defasado.
As necessidades foram apuradas pela Comissão de Patrimônio Mobiliário e pelo Departamento de Limpeza e Conservação da Casa, pautando-se no inventário de bens que se esgotaram antes do fim do exercício financeiro (coador), deterioraram com o uso constante (tapetes), foram fracassados/desertas em contratações anteriores (papel toalha interfolhas) ou não foram contempladas em contratações de mesma natureza dos últimos dois anos (placas, faqueiro e garrafas).
Os itens pretendidos se enquadram no conceito de bens comuns, para fins de classificação conforme a natureza descrita pela Lei de Licitações.

3.PRAZOS DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

3.1.O prazo de vigência contratual será contado pós retirada da nota de empenho e findará em 31/12/2026, não se admitindo a prorrogação contratual.
3.2. O prazo de execução contratual (entrega do objeto) será de até 15 (quinze) dias úteis, contados da emissão da nota de empenho.
3.3. Nos casos de recusa do objeto entregue, a empresa contratada deverá substituir o produto no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da notificação para retirada do produto.

4.FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

4.1. A fiscalização da contratação ficará a cargo do servidor, Alex Adjhonson Ribeiro de Jesus, especialmente indicado dentre os elencados na Portaria nº 082/2026.
4.2. São atribuições da Fiscalização, entre outras:
Acompanhar, fiscalizar e atestar a execução contratual, bem assim indicar as ocorrências verificadas;
Solicitar à Contratada e a seus prepostos ou obter da Administração todas as providências tempestivas necessárias ao bom andamento do contrato e anexar aos autos cópia dos documentos que comprovem essas solicitações;
Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
4.3. A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

5.DA GESTÃO CONTRATUAL

5.1.A gestão da contratação será feita pela **Diretoria de Contratos** que coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização da contratação contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento da contratação, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
5.2.O gestor da contratação acompanhará os registros realizados pelos fiscais da contratação, de todas as ocorrências relacionadas à execução da contratação e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
5.3.Igualmente,acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
5.4.Caberá ao gestor da contratação emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela contratação, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
5.5.O gestor da contratação tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal n.º 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6..CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

6.1. Em conformidade com o artigo 140 da Lei nº 14.133/2021, mediante termo circunstanciado, o objeto deste contrato será recebido das seguintes formas:
provisoriamente, após o recebimento da nota fiscal pela Fiscalização, para efeito de posterior verificação de sua conformidade;
definitivamente, mediante termo circunstanciado, em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório e a verificação da perfeita execução das obrigações contratuais, ocasião em que se fará constar o atesto da nota fiscal.
6.2. Se após o recebimento provisório a Fiscalização constatar que o fornecimento ocorreu em desacordo com o especificado neste instrumento, será emitido Termo de Recusa (parcial ou total do objeto, conforme o caso), no qual constará a lista de irregularidades a serem sanadas.
6.3. Essa notificação suspende os prazos de recebimento e de pagamento até que as irregularidades sejam sanadas.
6.4. A Contratada é obrigada a sanar as pendências listadas no Termo de Recusa dentro do prazo de entrega estabelecido, sob pena de incorrer em atraso quanto ao prazo de execução.
6.5. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do produto apresentado, nem a ético-profissional pela perfeita execução contratual, dentro dos limites estabelecidos pela lei.

7.CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
DA LIQUIDAÇÃO
Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.
Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: o prazo de validade; a data da emissão; os dados do contrato e da Câmara Municipal; o período respectivo de execução do contrato; o valor a pagar; eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Câmara Municipal;
A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal; prova de regularidade relativa à seguridade social, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, conforme documentação mencionada no art. 68 da Lei n° 14.133/2021.
A Câmara Municipal deverá realizar consulta às documentações apresentadas pela contratada para:
verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Câmara Municipal.
Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Câmara Municipal deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
Persistindo a irregularidade, a Câmara Municipal deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao registro cadastral.

DO PRAZO DE PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes desta contratação correção à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Garrafa térmica: 3.3.90.30.21 Material de copa e cozinha. Reduzido: 4351.
Coador de Café: 3.3.90.30.21 Material de copa e cozinha. Reduzido: 4351.
Faqueiro: 4.4.90.52.06 Aparelhos e utensílios domésticos. Reduzido: 4361.
Placa de sinalização piso molhado. 3.3.90.30.42 Material de sinalização visual e afins. Reduzido: 4351.
Tapete antiderrapante capacho emborrachado: 3.3.90.30.20. Material de cama, mesa e banho. Reduzido: 4351.
Papel toalha interfolha: 3.3.90.30.22 Material de limpeza e produção de higienização. Reduzido: 4351.
O pagamento à contratada será efetuado pela Tesouraria/Contabilidade da Câmara Municipal, creditado em favor da contratada através de ordem bancária contra a entidade bancária indicada na proposta e descrita abaixo, o qual ocorrerá prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis posteriores apresentação da competente nota fiscal/fatura e, em anexo a esta, o Atestado de Fiscalização emitido por serviidor responsável pela fiscalização da contratação.
O pagamento poderá ser efetuado parcialmente na pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira que for imposta à contratada, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.
Qualquer atraso acarretado por parte da contratada na apresentação da fatura ou nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento, importará na interrupção da contagem do prazo de vencimento do pagamento, iniciando novo prazo após a regularização da situação.
Para efeito de pagamento, considerar-se-á paga a fatura na data da emissão da Ordem Bancária.
Nos casos de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:
I = (TX/100),
365

EM = I x N x VP,
assim apurado:

I = (6/100)
365

I = 0,00016438
Em que:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual = 6%;
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP= Valor da parcela em atraso.

A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela Contratada em conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Entregar o objeto deste instrumento, no prazo determinado, de acordo com as solicitações realizadas pela ASCOM, por sua exclusiva conta e responsabilidade, em perfeitas condições, no endereço eletrônico indicado pela Contratante.
9.2. Reparar, corrigir, remover e substituir, a suas expensas, o objeto desta contratação em quando se verificar vícios ou defeitos que os tornem impróprios para o uso/consumo.

9.3. O objeto (ou parte dele) que vier a ser recusado deverá ser retirado pela Contratada no momento da entrega do objeto correto.
9.4. Comunicar ao Contratante, por escrito, qualquer anormalidade referente ao serviço bem como atender prontamente às suas observações e exigências e prestar os esclarecimentos solicitados.
9.5. Manter, durante todo o período de execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.
9.6. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar diretamente a CMP ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.
9.7. A Contratada não será responsável:
Por qualquer perda ou dano resultante de caso fortuito ou força maior;
Por quaisquer obrigações, responsabilidades, trabalhos ou serviços não previstos neste edital.
9.8. A CMP não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da Contratada para terceiros, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.

10.OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE
10.1. A CMP, após a retirada da nota de empenho, compromete-se a:
Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais;
Enviar para a contratada todos os materiais que deseja que sejam colocados em formato carrossel ou card.
Promover os pagamentos nas condições e dentro do prazo estipulado.
Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitados, desde que atendidas às obrigações contratuais.

11. SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
Der causa à inexecução parcial do contrato;
Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
Der causa à inexecução total do contrato;
Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Termo de Referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Termo de Referência, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Multa:
Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso na execução do objeto, de atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até 10 (dez) dias, calculados sobre o valor da contratação, por ocorrência;
Moratória de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, no caso de atraso superior a 10 (dez) dias no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30 (trigésimo) dia, com a possível rescisão da contratação;
Moratória de 20% (vinte por cento) sobre o valor de sua proposta no caso da licitante deixar de assinar o contrato, não celebrar o Contrato ou outro instrumento correspondente quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta.
11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Câmara Municipal (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
11.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).
11.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Câmara Municipal ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
11.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
11.8.A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
11.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
A natureza e a gravidade da infração cometida;
As peculiaridades do caso concreto;
As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
Os danos que dela provierem para a câmara municipal;
A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
11.10.Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
11.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
11.12. A Câmara Municipal deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
11.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.DA PROTEÇÃO DE DADOS

12.1. As partes envolvidas deverão observar as disposições da Lei 13.709, de 14/8/2018, Lei Geral de Proteção de Dados, quanto ao tratamento dos dados pessoais que lhes forem confiados, em especial quanto à finalidade e boa-fé na utilização de informações pessoais para consecução dos fins a que se propõe o presente contrato.
12.2. A Contratada está obrigada a guardar o mais completo sigilo por si, por seus empregados ou prepostos, nos termos da Lei Complementar no 105, de 10 de janeiro de 2001 e da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), cujos teores declaram ser de seu inteiro conhecimento, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados ou que por qualquer forma ou modo venham tomar conhecimento ou ter acesso, em razão deste

contrato, ficando, na forma da lei, responsáveis pelas consequências da sua divulgação indevida e/ou descuidada ou de sua incorreta utilização, sem prejuízo das penalidades aplicáveis nos termos da lei.
12.3. Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada mediante prévia aprovação da CMP, responsabilizando-se a Contratada por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins.
12.4. A Contratada dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta cláusula contratual, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata a presente cláusula.

13.DO REAJUSTAMENTO E REEQUILÍBRIO:

13.1. Não serão admitidos reajustes contratuais por se tratar de obrigação com entrega imediata e vigência adstrita ao exercício financeiro.
12.2. Será admitida a concessão de reequilíbrio e alterações qualitativas e quantitativas, desde que atendidos os requisitos da Lei 14.133/2021.

14. DA PUBLICAÇÃO DO AVISO DE CONTRATAÇÃO

14.1. É cediço que a Lei nº 14.133/2021 recomenda que nas contratações diretas por dispensa em razão do valor, haja a publicação de aviso de contratação em sítio eletrônico oficial pelo prazo mínimo de 03 (três) dias úteis, senão vejamos:
Art. 75. É dispensável a licitação:
II - para contratação que envolva valores inferiores a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;
§ 3º As contratações de que tratam os incisos I e II docaputdeste artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sí1tio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

14.2. Pelo exposto, será divulgada minuta padronizada de Aviso de Contratação, contendo TODOS os requisitos necessários à apresentação e julgamento das propostas.

15. DO VALOR MÁXIMO ADMITIDO PARA A CONTRATAÇÃO:

15.1. Foi realizada pesquisa de preços junto a potenciais prestadoresdo e-commerce, bem como com contratações semelhantes obtidas junto ao PNCP, tendo sido apurado o valor médio total de R$ 2..890,06 (dois mil, oitocentos e novent reais e seis centvos), para fins de recebimento de propostas.
15.2. Toda e qualquer empresa que desejar concorrer a este certame, poderá apresentar proposta de preço superior em até 10% (dez por cento) do valor unitário considerado para cada item, sagrando-se vencedora aquela que apresentar o menor preço e atender às condições de habilitação.
15.3. Os orçamentos, bem como toda a documentação de habilitação, deverão ser protocolados no Portal AMM Licita, no link da Dispensa Eletrônica nº 14/2026, vinculado a esta Casa Legislativa, ID 111023, até a data e horário marcado para a abertura da sessão.

16.CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

16.1. Só poderão participar deste procedimento microempresas e/ou empresas de pequeno porte e/ou equiparadas na forma da Lei, cujo interessadas detenham atividade pertinente e compatível com o objeto desta contratação e que atendam aos requisitos mínimos de classificação das propostas exigidos e ainda as exigências para habilitação.

ATENÇÃO: LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADAS, EM RAZÃO DO BAIXO VALOR DA CONTRATAÇÃO.

16.2. . Não poderão participar da presente contratação as interessadas que:
a) Estrangeiras que não funcionem no País;
b) Reunidas sob a forma de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;
c) Suspensas temporariamente para licitar e impedidas de contratar com o Município de Pirapora-MG ou outro órgão/ente.
d) Impedidas de licitar e contratar nos termos do artigo 10 da Lei nº 9.605/98;
e) Declaradas inidôneas pelo Poder Público e não reabilitadas;
f) Não consideradas microempresas ou empresas de pequeno porte nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14.
g) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
h) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários
i) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
j) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;
k)empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos daLei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
l) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
m) empresas que se enquadrem nas hipóteses de vedação ao nepotismo em contratações públicas previstas em orientações e decisões dos Tribunais de Contas, Tribunais de Justiça Superiores e recomendações de órgãos ministeriais;
16.3. A tramitação do processo se dará eletronicamente, através do Portal AMM Licita, https://ammlicita.org.br/, ID 111023 pelo modo de disputa fechado, sem lances, devendo o fornecedor apresentar toda a documentação exigida no instrumento de contratação, ATÉ A DATA DA ABERTURA DA SESSÃO.

16.4. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do legislativo, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de certidão negativa.
16.5. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei n 14.133/2021.

17. REQUISITOS NECESSÁRIOS:
17.1. . Consagrar-se-á vencedora do certame a empresa que apresentar o menor valor por item e demonstrar regularidade quanto à qualificação jurídica, fiscal e trabalhista, nos seguintes termos:

HABILITAÇÃO JURÍDICA

Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

HABILITAÇÃO TÉCNICA

Apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que demonstrem a execução de objeto semelhante de modo satisfatório. Não será exigida a apresentação de quantitativo mínimo executado nos atestados.

QUALIFICAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
Nao será exigido o balanço patrimonial em razão do baixo valor da contratação e da baixa complexidade operacional.

18. DA RESCISÃO

18.1. A contratação poderá ser rescindida nas hipóteses previstas nos artigos 137-139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

19. DAS PENALIDADES

19.1. Pela inexecução parcial ou total da contratação, a Câmara Municipal poderá aplicar, por escrito, à CONTRATADA, garantindo a prévia defesa a ser exercida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, as sanções estabelecidas nos arts. 155-163 da Lei Federal nº 14.133/2021.

20. DISPOSIÇÕES GERAIS:

20.1. A contratação não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre a Contratante e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas da Contratada designadas para execução do objeto licitado, sendo a Contratada a única responsável por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados.
20.2.A Agente de Contratação que conduzirá esse certame foi nomeada através de portaria específica, registrada sob o n.º 089/2026.
20.3. A realização da sessão do certame será através da Plataforma AMM Licita, ID 111023.
20.4. O participante cadastrado no Portal AMM Licita declara conhecer todas as regras da referida plataforma ao se inscrever no certame.
20.5.Regras sobre o procedimento de tramitação, prazos recursais, critérios de desempate e demais procedimentos, observarão inteiramente ao disposto na Lei 14.133/2021. O modo de disputa é o fechado, **SEM LANCES**, sagrando-se vencedor de imediato, aquele que apresentar o menor valor por item.
20.6. Os pedidos de esclarecimentos e impugnações deverão ser solicitados no período de recebimento das propostas adicionais, por meio da Plataforma AMM Licita, ID 111023.
20.7.O critério de admissibilidade das propostas é de até 10% (dez por cento) superior ao valor médio apurado para fins de estimativa mensal.
20.8. Ao apresentar proposta o fornecedor declara conhecer todo o teor do instrumento de contratação, bem como do Aviso de Contratação Direta, contendo data e horário da sessão.
20.9. Admitir-se-á a celebração de aditivos qualitativos e quantitativos, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, dentro do prazo de vigência da presente contratação.
20.10.. O instrumento de formalização da presente demanda será a nota de empenho, como faculta a Lei Federal n 14.133/2021.
21.11. À agente de contratação, no julgamento das propostas e habilitação, será permitida a abertura de diligências, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
21.12. A Câmara Municipal de Pirapora utiliza-se do princípio do formalismo moderado em suas decisões.
21.13.Na hipótese de divergências legais, omissões ou contradições, a decisão da celeuma deverá observar os princípios gerais do Direito, a Lei de Licitações e demais normas aplicáveis à espécie, bem como a doutrina e a jurisprudência majoritária.
21.14. Na hipótese de empate entre as propostas, deverá ser observado o intervalo de preços de R$ 0,01 (hum centavo de real), para fins de negociação.
21.15. Elege-se o foro da comarca de Pirapora-MG para dirimir conflitos resultantes desta contratação.

Pirapora, 21 de agosto de 2026.

BRENDA CHRISTIAN BOTELHO LOPES
Assessora Especial da Mesa Diretora

Publicado por:
Marjorie Santos Siqueira
Código Identificador:BF2F0320

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE POÇO FUNDO

CÂMARA MUNICIPAL DE POÇO FUNDO
DECRETO LEGISLATIVO Nº 011, DE 10 DE AGOSTO DE 2026

"*Dispõe sobre a criação de Comissão Especial e dá outras providências."*

O Presidente da Câmara Municipal de Poço Fundo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e, especialmente nos termos do inciso X, do art. 42 da Lei Orgânica Municipal c/c inciso XI do art.28 e art.36 § 1º do Regimento Interno desta Casa de Leis,
DECRETA:

Art.1º. Fica constituída a Comissão Especial da Câmara Municipal de Poço Fundo e nomeados os vereadores: Jander Lúcio de Souza,

Luciano Donizeti Ferreira e Marilia Souza de Lima, atribuindo-lhes as funções de Presidente, Relator e Membro, respectivamente pela ordem de nomeação.

Parágrafo Único: A Comissão terá a seu cargo a análise e estudo do Parecer Prévio do TCE/MG relativo às contas do Exercício Financeiro de 2023, emitidos nos autos de Prestação de Contas Municipal nº. 1167891.

Art. 2º. A Comissão terá amplos poderes para buscar dados e obter informações mediante entendimento com o Executivo examinando quaisquer documentos necessários para a emissão do relatório final.

Art. 3º. Nomeia a advogada, Dra. Aline Faustino, para prestar assistência jurídica à Comissão Especial, assegurando a observância dos preceitos legais e as garantias constitucionais do devido processo legal.

Art. 4º. A Comissão Especial tem caráter temporário, fixando-lhe prazo máximo de 90 (sessenta) dias, obedecendo o art. 22, inciso XXIII alíneas "a, b c", da Lei Orgânica Municipal, para a conclusão dos trabalhos e encaminhamento do relatório final à Presidência da Câmara Municipal.

Parágrafo Único: A Comissão extinguir-se-á automaticamente após a conclusão e entrega do relatório final de seus trabalhos e aprovação das contas pelo plenário, ainda que antes do prazo estabelecido no *caput.*

Art. 5º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

NILSON JOSÉ DA SILVA
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Aline Fernandes Silva de Morais
Código Identificador:C6BDF87D

CÂMARA MUNICIPAL DE POÇO FUNDO
RESOLUÇÃO Nº. 286 DE 26 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a concessão do prêmio "Mulher Destaque no município de Poço Fundo/MG" à Sra. SILVIA ERMELINDA DE OLIVEIRA, e dá outras providências".

Os vereadores da Câmara Municipal de Poço Fundo, Estado de Minas Gerais, representantes do Povo, no exercício dos direitos políticos e constitucionais e das prerrogativas do Poder Legislativo, nos termos da Lei nº 2.524 de 09 de agosto de 2023, aprovam a seguinte

RESOLUÇÃO:

Art. 1º. Fica concedido o Prêmio "Mulher Destaque no município de Poço Fundo" à Sra. **SILVIA ERMELINDA DE OLIVEIRA.**

Art. 2º. A entrega do Título ocorrerá em Sessão Solene.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

NILSON JOSÉ DA SILVA
Presidente da Câmara de Poço Fundo

Publicado por:
Aline Fernandes Silva de Morais
Código Identificador:A458E094

CÂMARA MUNICIPAL DE POÇO FUNDO
RESOLUÇÃO Nº. 287 DE 26 DE AGOSTO DE 2026

"*Fixa a despesa da Câmara Municipal de Poço Fundo/MG para o exercício financeiro de 2027"*

A Câmara Municipal de Poço Fundo, no uso de suas atribuições legais e, especialmente, nos termos do inc. IV, do art. 31 da Lei Orgânica Municipal, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o Orçamento da Câmara Municipal de Poço Fundo, o qual será incluído no projeto de lei do orçamento geral do Município, para o exercício de 2027.

Parágrafo único. O Orçamento detalhado da Câmara que fixa as despesas para o exercício de 2027 é a constante do Anexo I desta Resolução.

Art. 2º Para fazer face às despesas do Legislativo, o Chefe do Executivo Municipal consignará em depósito de conta bancária da Câmara Municipal em quotas mensais equivalentes ao duodécimo da despesa total, observados os prazos e disposições do art. 29-A, incisos e parágrafos da Constituição da República.

Art. 3º O Presidente da Câmara Municipal exercerá as atribuições de gestor dos recursos e ordenador das despesas, pertinentes ao Legislativo.

Art. 4º Os repasses financeiros destinados à Câmara Municipal serão depositados em conta única da agência local do Banco do Brasil, nos termos do art. 195 da Lei Orgânica Municipal e movimentada com assinaturas conjuntas do Presidente da Câmara e do Secretário/Tesoureiro.

Art. 5º A Mesa da Câmara publicará até o dia quinze do mês o Balancete das Receitas e Despesas do mês anterior.

Art. 6º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua promulgação, dando-lhe ampla publicidade.

NILSON JOSÉ DA SILVA
Presidente da Câmara de Poço Fundo

Publicado por:
Aline Fernandes Silva de Morais
Código Identificador:0C4C99FC

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE NOVA

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
PORTARIA Nº 49, DE 13.08.2026

Designa membros para compor a Comissão destinada à avaliação dos portfólios do concurso "Parlamento em Ação".

O Presidente da Câmara Municipal de Ponte Nova, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e,
CONSIDERANDO o Concurso Público "Parlamento em Ação" realizado pela Câmara de Ponte Nova;
CONSIDERANDO que o Edital do Concurso - Edital nº 013/2026 prevê a designação de 2 (dois) servidores para avaliação dos portfólios,

RESOLVE:

Art. 1º Designar para correção dos portfólios do concurso "Parlamento em Ação", os servidores:
I - Mateus Dias Pires;
II - Rachel Monteiro Marinho Barroso.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições contrárias.

Ponte Nova – MG, 13 de agosto de 2026.

WELLINGTON SABINO DE OLIVEIRA
Presidente

Nota: Portaria publicada em: 17.08.2026

Republicada para correção de erro material.

Publicado por:
Paulo Gomes Coelho
Código Identificador:3E98C96C

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
PORTARIA Nº 51, DE 13.08.2026

Dispõe sobre o procedimento de apuração de infrações e aplicação de sanção administrativa por conduta cometida durante a licitação, gestão de atas de registro de preços ou na execução de contrato administrativo, no âmbito da Câmara Municipal.

O Presidente da Câmara Municipal de Ponte Nova, no exercício de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei nº 14.133, de 01.04.2021, resolve:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Seção I
Do objeto e âmbito de aplicação

Art. 1º Esta Portaria regulamenta o procedimento administrativo destinado à apuração de eventuais infrações cometidas por fornecedores e prestadores de serviços em processos de contratação e aquisições diversas promovidos pela Câmara Municipal de Ponte Nova.
§ 1º O disposto nesta Portaria se aplica a condutas cometidas nos procedimentos de contratação do fornecimento de bens e serviços, seja por licitação, em qualquer modalidade, de contratação direta, nos procedimentos auxiliares da licitação, gestão de ata de registro de preços, na execução dos contratos administrativos relacionados a:
I - alienação e concessão de direito real de uso de bens;
II - compra, inclusive por encomenda;
III - locação;
IV - concessão e permissão de uso de bens públicos;
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados;
VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia;
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação.
§ 2º A apuração de qualquer infração será precedida de processo administrativo próprio, admitido o agrupamento em um mesmo processo já instaurado de novas ocorrências envolvendo o mesmo fornecedor ou contratado, desde que ainda não tenha sido apresentada a defesa e seja renovado integralmente o prazo de manifestação ao fornecedor, a contar da nova intimação.
§ 3º As sanções administrativas não se confundem com os procedimentos destinados ao controle de qualidade do objeto executado, que observará para fins de execução e pagamento o cumprimento das metas estabelecidas pela Câmara no edital ou no contrato.

Seção II
Das definições

Art. 2º Para os efeitos desta Portaria, são adotadas as seguintes definições:
I – processo administrativo de apuração de responsabilidade e infrações: instrumento destinado a apurar as condutas e a responsabilidade de pessoas físicas ou jurídicas que mantenham relação jurídica com a Câmara, em razão da participação em procedimentos de contratação, de qualquer modalidade ou tipo;
II – autoridade instauradora: representante da Câmara, legal ou por delegação, com o poder-dever de instaurar o processo administrativo de apuração de responsabilidade e infrações;
III – autoridade instrutora: servidor ou comissão responsável pela condução e instrução do processo de apuração de responsabilidade e infrações, conduzindo todas as etapas, desde a intimação dos envolvidos até a elaboração do relatório final a ser enviado à autoridade julgadora;
IV – autoridade julgadora: representante da Câmara com o poder de decidir o processo de responsabilização e, sendo o caso, aplicar a sanção pertinente;
V – unidade fiscalizadora: setor ou servidor da Câmara com atribuição para atuar como agente de fiscalização do contrato e da sua execução relacionado ao objeto do processo de apuração de responsabilidade;
VI – fato superveniente: evento ou circunstância relevante, ocorrido após a apresentação da proposta ou do início da execução contratual, imprevisível ou de difícil previsão, que não decorra de culpa ou dolo da licitante ou contratada, e que inviabiliza ou onera excessivamente o cumprimento das obrigações assumidas, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 01.04.2021; e
VII – reincidência: cometimento de nova infração administrativa, no âmbito da Câmara, pelo mesmo licitante ou contratada, no prazo de até 5 (cinco) anos, contados da data de publicação da decisão administrativa anterior.
Parágrafo único. É competente para proceder a instauração dos processos de apuração de responsabilidade de que trata esta Portaria, a Chefia da Divisão Administrativa, que, uma vez provocada quanto a ocorrência de irregularidades na execução do objeto ou cometidas ao longo da realização do procedimento de contratação, procederá o envio do processo, devidamente instruído, para a Comissão Instrutora.

CAPÍTULO II
DAS CONDUTAS, SANÇÕES E DOSIMETRIA

Seção I
Das condutas

Art. 3º Comete infração administrativa a licitante ou a contratada que, com dolo ou culpa:
I - der causa à inexecução parcial do contrato, em especial quando:
a) deixar de executar parcela do objeto;
b) executar o objeto de modo defeituoso, ainda que com aproveitamento para a Câmara Municipal;
c) deixar de dar início à execução do objeto nos prazos previstos no contrato;
d) deixar de cumprir obrigação acessória prevista no contrato;
II - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Câmara, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, ou dela resultar dano relevante para a Câmara Municipal;
III – der causa à inexecução total do contrato, assim também compreendido quando paralisar definitivamente a execução do objeto e a parcela executada não puder ser aproveitada pela Câmara Municipal;
IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame, total ou parcial, em especial:
a) que tenha sido exigida no instrumento convocatório, sendo também considerado ausente o documento que esteja em manifesta desconformidade com as exigências do instrumento convocatório;
b) documento solicitado pela autoridade competente, durante a licitação, em diligência ou para fins de complementação, necessária para a comprovação de veracidade ou autenticidade de documentação exigida no instrumento convocatório;
c) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
d) não enviar o detalhamento da proposta, quando exigível, ou a comprovação de sua exequibilidade;
V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em especial quando:
a) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
b) deixar de apresentar amostra, quando solicitada no instrumento convocatório;
c) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do instrumento convocatório;
d) deixar de realizar prova de conceito prevista no instrumento convocatório;
VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, em especial quando:
a) recusar-se, sem justificativa, a assinar a ata de registro de preços no prazo estabelecido pela Câmara;
b) recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato no prazo estabelecido pela Câmara;

c) recusar-se, sem justificativa, a aceitar o contrato ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Câmara;
VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado, em especial quando:
a) atrasar a assinatura do contrato;
b) atrasar a celebração da ata de registro de preços;
c) descumprir prazos ou cronograma previamente estabelecidos no instrumento convocatório ou no contrato;
VIII – prestar declaração ou apresentar documentação falsa durante a licitação ou a execução do contrato, em especial quando:
a) participar de certame com impedimento de licitar e contratar;
b) participar de certame com declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;
c) tentar usufruir de tratamento diferenciado e favorecido dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte, margem de preferência ou outro benefício destinado a grupo específico, quando não abrangido pelas hipóteses normativas;
IX - comportar-se de modo inidôneo ou praticar ou tentar praticar qualquer ato na tentativa de cometer fraude, de qualquer natureza, à licitação ou na execução do contrato, ou que vise frustrar os objetivos do certame, em especial quando:
a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
c) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
d) praticar ato lesivo ao patrimônio público ou atente contra esse.
X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação ou considerado lesivo ao patrimônio público.
Parágrafo único. A licitante não será responsabilizada administrativamente quando a conduta for praticada após a expiração do prazo de validade de sua proposta, conforme estabelecido no instrumento convocatório.

Seção II
Das sanções

Art. 4º A sanção de advertência será aplicada ao responsável pela infração administrativa que der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
Art. 5º A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o infrator de licitar ou contratar no âmbito da Câmara e demais órgãos e entidades do Município de Ponte Nova, da administração direta e indireta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nas infrações previstas nos incisos II, III, IV, V, VI, VII do art. 3º desta Portaria.
Art. 6º A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave do que a de impedimento de licitar e contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta das 3 (três) esferas de governo, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, quando incorrer em qualquer das infrações estabelecidas nos incisos VIII e XI do art. 3º desta Portaria.
Art. 7º Sem prejuízo das penalidades previstas nos artigos 4º a 6º desta Portaria, poderá ser aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 3º, de forma individual ou cumulada, a penalidade de multa, de natureza sancionadora e/ou indenizatória.
§ 1º A multa sancionadora:
I – compreenderá a ocorrência de mora ou de qualquer outra circunstância prevista no art. 3º desta Portaria;
II - será aplicada no intervalo de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação, observado:
a) o valor mínimo de:
1) 50 (cinquenta) UFPN's nos casos em que caiba a penalidade de advertência ou que o valor do objeto da contratação seja inferior ao limite para despesas de pronto pagamento de que trata o art. 95, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 01.04.2021;
2) 100 (cem) UFPN's nas demais hipóteses.
b) o valor máximo de 30,0% (trinta por cento) do valor da contratação, salvo a cumulação com outra multa, no caso de reincidência.
c) a ocorrência de reincidência e o período de atraso.
III – levará em consideração a gravidade da conduta e as atenuantes e agravantes que envolvem a infração;
IV - poderá ser majorada em até 5 (cinco) vezes, de acordo com as circunstâncias agravantes apuradas.
§ 2º A multa indenizatória independe da multa sancionadora, e será aplicada sempre que houver a apuração de danos ou prejuízos para o patrimônio ou para os cofres públicos, no limite dos danos apurados, devidamente corrigidos.
Art.8º As multas e indenizações deverão ser pagas no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação de lançamento, e poderão ser parceladas na forma e nos prazos estabelecidos pela legislação municipal para as dívidas não tributárias.
Parágrafo único. Decorrido o prazo de pagamento, serão extraídos do processo os documentos necessários para a inscrição do débito em dívida ativa e expedição da respectiva certidão, sem prejuízo de outras medidas estabelecidas para a cobrança de débitos de origem não tributária.

Seção III
Da dosimetria

Art. 9º Quando a ação ou omissão da licitante ou da contratada ensejar o enquadramento da conduta em infrações distintas, prevalecerá aquela que comina a sanção mais grave.
§ 1º Não se aplica a regra prevista no *caput* se já houver ocorrido o julgamento ou, pelo estágio processual, revelar-se inconveniente a avaliação conjunta dos fatos, devendo os atos serem punidos de forma distinta.
§ 2º O disposto nesse artigo não afasta a possibilidade de aplicação da pena de multa cumulativamente à sanção mais grave.
Art. 10. Por razões de interesse público e tendo em vista o risco do objeto para a execução e manutenção e disponibilidade de serviços públicos ou para a consecução de políticas públicas, a área demandante poderá, no termo de referência, sugerir a modificação dos limites percentuais e critérios de fixação estabelecidos nesta Portaria, que, aprovados pela autoridade competente, no ato de autorização da licitação ou contratação, serão estabelecidas, de forma objetiva, no edital ou instrumento convocatório.
Art. 11. O valor base para fixação das multas poderá ser reduzido de acordo com a proporcionalidade em relação ao objeto contratual, desde que a parcela inadimplida não torne inviável ou impossível o uso ou o atingimento da finalidade almejada com a contratação, não comprometa a segurança de pessoas ou do patrimônio público, ou impeça a continuidade dos serviços ou políticas públicas.
§ 1º A aplicação de multa de mora não impedirá que a Câmara Municipal a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções regularmente previstas.
§ 2º A conversão prevista no § 1º deste artigo será analisada no caso concreto, observado o fim ao que o objeto da contratação se destina, em decisão fundamentada da autoridade competente.
§ 3º Na hipótese de o limite máximo de atraso ser atingido e persistindo o interesse na contratação, o gestor do contrato deverá comunicar o atraso e justificar o interesse à autoridade superior.

Subseção I
Das Multas

Art. 12. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar, observado o art. 7º, § 1º, II, "a", desta Portaria, nos percentuais de:
I - 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor da contratação por atraso de até 5 (cinco) dias ou descumprimento das obrigações contratuais na primeira reincidência;
II - 1% (um por cento) sobre o valor da contratação por atraso de 6 (cinco) dias a 15 (quinze) dias, ou descumprimento das obrigações contratuais na segunda reincidência;
III - 3% (três por cento) sobre o valor da contratação por atraso de 16 (dezesseis) dias a 30 (trinta) dias, ou descumprimento das obrigações contratuais na terceira reincidência;
IV - 5% (cinco por cento) sobre o valor da contratação por atraso superior a 30 (trinta) e até 60 (sessenta) dias;

V -15% (dez por cento) sobre o valor da contratação por atraso superior a 60 (sessenta) dias e até 90 (noventa) dias;
VI - 30% (trinta por cento) sobre o valor da contratação por atraso superior a 90 (noventa) dias ou descumprimento das obrigações contratuais a partir da quarta reincidência.

Subseção II
Das Demais Sanções

Art. 13. A aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar alcança todos os órgãos e entidades do Município de Ponte Nova, e será aplicada com as seguintes regras:
I – desde que o infrator não seja reincidente ou não tenha incorrido em penalidade mais grave nos últimos 12 (doze) meses, e desse que a conduta não seja classificada como de maior gravidade, a penalidade será de:
a) no mínimo de 3 (três) meses, no caso das infrações previstas nos incisos I e IV;
b) no mínimo de 6 (seis) meses, no caso das infrações previstas nos incisos II, III e V;
c) no mínimo de 12 (doze) meses, no caso das infrações previstas nos incisos VI e VII;
II – quando o infrator for reincidente, independentemente do grau de gravidade da infração, ou tenha incorrido na prática de ato punido de forma mais grave nos últimos 24 (vinte e quatro) meses, o prazo de impedimento será de:
a) no mínimo de 12 (doze) meses, no caso das infrações previstas nos incisos I e IV;
b) no mínimo de 18 (dezoito) meses, no caso das infrações previstas nos incisos II, III e V;
c) no mínimo de 24 (vinte) meses, no caso das infrações previstas nos incisos VI e VII.
Art. 14. A aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com qualquer órgão ou entidade da administração pública, das 3 (três) esferas de governo, será aplicada:
I – no mínimo 3 (três) anos:
a) quando o infrator praticar qualquer das condutas previstas nos incisos I a VII, consideradas de maior gravidade, ou do inciso VIII;
b) quando o infrator já punido com o impedimento de contatar e licitar por prazo inferior a 18 (dezoito) meses, antes de transcorridos 12 (doze) meses do término da punição, praticar qualquer das infrações prevista no inciso VIII;
II – no mínimo 4 (quatro) anos:
a) quando o infrator já punido com o impedimento de contatar e licitar por prazo superior a 18 (dezoito) meses, antes de transcorridos 24 (vinte e quatro) meses do término da punição, praticar qualquer das infrações previstas nos incisos VIII e IX;
b) quando o infrator praticar qualquer das infrações previstas nos incisos X e XI;
III - quando o infrator seja reincidente na prática de ato punido com impedimento ou com declaração de inidoneidade de contatar e licitar, antes de transcorridos 24 (vinte e quatro) meses do término da punição, praticar qualquer das infrações previstas nos incisos X e XI, observada a pena mínima de 5 (cinco) anos.
Art. 15. A declaração de impedimento de contratar e licitar com a administração municipal e a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o poder público será precedida de parecer técnico jurídico, que apreciará os aspectos formais e procedimentais, determinando a revisão dos atos que julgar pertinentes, vedada qualquer interferência quanto às conclusões da autoridade instrutora.
Parágrafo único. Não se considera interferência o apontamento técnico de ausência de motivação e fundamentação do relatório da autoridade instrutora ou da decisão final da autoridade julgadora, cabendo à autoridade competente, em ambos os casos, ratificar o ato se entender que as informações apresentadas são suficientes à solução do caso.

Seção IV
Das Circunstâncias Agravantes

Art. 16. As sanções previstas nesta Portaria serão agravadas de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) nos respectivos prazos, para cada circunstância agravante, observado o limite máximo de 3 (três) anos para a penalidade de impedimento de licitar e contratar e de 6 (seis) anos para a penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Parágrafo único. Para fins de fixação do percentual de majoração da pena, a autoridade instrutora levará em consideração a ocorrência cumulativa das circunstâncias agravantes, devidamente indicadas em relatório.
Art. 17. São circunstâncias agravantes:
I - comprovação de conduta dolosa;
II - existência de fato, documento ou circunstância particular que agrave a penalidade;
III - sanção de impedimento de licitar e contratar aplicada por qualquer órgão ou entidade, nas 3 (três) esferas de governo;
IV - quando o impacto da conduta da licitante ou da contratada atingir mais de 30% dos itens da licitação ou do contrato;
V - quando a licitante ou a contratada, deliberadamente, não responder às notificações destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo;
VI - quando a conduta contribuir para o fracasso do item ou do grupo da licitação ou para a extinção do contrato;
VII - quando a conduta concorrer para atraso, na licitação ou na execução do contrato, superior a 30 (trinta) dias;
VIII – quando em razão da conduta dolosa da contratada ou licitante, tornar-se insubsistente a execução do objeto para os fins a que se destina, ou, ainda, comprometer ou impedir a execução de obras, serviços ou de política pública previamente estabelecida.

Seção V
Das circunstâncias atenuantes

Art. 18. A penalidade aplicada poderá ser reduzida em até 20% (vinte por cento).
Art. 19. São circunstâncias atenuantes:
I - inexistência de registro de penalidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), exceto advertência, aplicada à empresa nos últimos 12 (doze) meses;
II - reconhecimento da importância da preservação da empresa e de sua relevante função social;
III - a manutenção pela contratada das vagas de emprego dos trabalhadores;
IV - quando o impacto da conduta da licitante ou da contratada atingir 30% (trinta por cento) ou menos dos itens da licitação ou contrato;
V - quando a empresa:
a) colaborar para resolução ou mitigação do problema, adotando medidas que possam auxiliar na redução de danos ou prejuízos para a administração;
b) colaborar para a celeridade do processo, notadamente respondendo de forma ágil aos pedidos de manifestação e juntada de documentos, não requerer provas e diligências manifestadamente protelatórias;
c) ressarcir de forma espontânea os danos ou prejuízos resultantes de sua conduta irregular.

CAPÍTULO III
DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APLICAÇÃO DE SANÇÃO

Art. 20. A aplicação das sanções previstas nesta Portaria requererá a instauração de procedimento administrativo de responsabilização, que será conduzido pela Comissão de Apuração de Responsabilidade e Infrações designada pela Presidência da Câmara.
§ 1º A Comissão será composta por no mínimo 3 (três) servidores estáveis, sendo um deles designado como presidente.
§ 2º Caberá ao presidente da Comissão garantir o impulsionamento do processo, zelando pela observância e cumprimento regular dos prazos estabelecidos e respeito ao contraditório e à ampla defesa.
§ 3º As Divisões e setores administrativos da Câmara, conferirão prioridade às requisições e solicitações apresentadas pela Comissão, salvo as atividades sujeitas a prazo legal ou regimental próprios.

Seção I
Da Iniciativa e Instauração do Processo

Art. 21. O pregoeiro, agente de contratação, fiscal ou gestor do contrato, conforme o caso, comunicará à Divisão Administrativa o descumprimento, total ou parcial, das regras estabelecidas no termo de

referência, no projeto básico, no instrumento convocatório ou no contrato administrativo.
Parágrafo único. A comunicação de que trata o *caput* conterá, no mínimo:
I - descrição da conduta praticada pela licitante ou contratada;
II - indicação das cláusulas editalícias ou contratuais e dispositivos legais infringidos;
III - documentos necessários à comprovação dos fatos narrados;
IV - medidas corretivas adotadas pela fiscalização contratual, quando a infração tiver ocorrido durante a execução do contrato; e
V – indicação, quando já determinados ou determináveis, dos prejuízos financeiros, administrativos, operacionais causados à Câmara.
Art. 22. A Divisão Administrativa, nas questões de menor complexidade, nos termos do art. 26 do Decreto-Lei nº 4.657, de 04.09.1942, após ouvida a Procuradoria Jurídica, poderá, em ato devidamente justificado, proceder à prévia notificação do infrator com a proposta de transação administrativa, fixando prazo para sanar a irregularidade, com pagamento de multa simples, em valor correspondente ao valor mínimo previsto no art. 7º, § 1º, II, "a", desta Portaria.
§ 1º A transação administrativa prevista neste artigo importará na:
I - não inclusão do apontamento nos registros gerais do fornecedor, desde que não incorra em nova infração no prazo de 24 (vinte e quatro) meses;
II - impossibilidade de nova transação administrativa com a Câmara, enquanto vigorar o contrato de referência, ainda que decorrente de licitação ou contrato diverso.
Art. 23. Não admitida ou não aplicável a transação administrativa, havendo informações suficientes para a abertura do processo, a Divisão Administrativa procederá à instauração e autuação do procedimento de apuração, juntando aos autos os documentos adicionais que julgar pertinentes.
Parágrafo único. Uma vez autuado, o processo será remetido à autoridade condutora, para a instrução processual.

Seção II
Das Comunicações e Intimações

Art. 24. Para fins de intimação e ciência dos fatos relacionados ao processo, será considerado o endereço de correspondência constante da proposta comercial encaminhada pela licitante ou o constante do contratado, bem como o endereço de correio eletrônico informado pelo fornecedor no processo de contratação.
§ 1º Os editais e avisos de contratação conterão a exigência de que a proponente informe, de forma clara e em campo próprio, o nome/razão social, o número do CPF/CNPJ, o endereço de correspondência, o endereço de correio eletrônico, o telefone de contato, o telefone para recebimento de mensagem de aplicativo e, no caso de pessoa jurídica, o nome completo, o número do CPF e do telefone de contato de seu responsável legal, a ser utilizado para fins de comunicação e intimação de atos do processo de contratação e de eventual processo de apuração de responsabilidade e infrações.
§ 2º Não havendo informações disponíveis, serão considerados os dados constantes:
I - do SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores;
II – do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas da Receita Federal, no caso de pessoa jurídica, ou do Cadastro de Contribuintes do Município de domicílio do fornecedor, no caso de pessoa física.
Art. 25. As notificações e intimações serão efetivadas preferencialmente por meio digital, no endereço de correio eletrônico e mensagem eletrônica de aplicativo de telefone fornecido pela licitante ou contratada nos termos do art. 24, § 1º, desta Portaria.
§ 1º Para adoção da intimação eletrônica, cópia integral do processo deverá estar disponível para consulta do investigado, sem prejuízo do direito do interessado em proceder ao exame físico dos atos e documentos na sede da Câmara, no horário de expediente regulamentar.
§ 2º Existindo procurador regularmente cadastrado no processo, consideram-se válidas as intimações e notificações encaminhadas para o endereço eletrônico e/ou físico por ele fornecidos, observadas as regras do processo civil quanto à substituição do patrono.
§ 3º A Comissão diligenciará para verificar e confirmar o recebimento da comunicação ou intimação, adotando inclusive outros meios usuais de comunicação, notadamente aplicativos de mensagens eletrônicas.
§ 4º Não sendo possível a disponibilização eletrônica do processo ou ato a que se destina a intimação, será adotado o meio postal, com aviso de recebimento.
§ 5º O uso excepcional de notificação ou intimação por meio postal não invalida os atos praticados por meio eletrônico, desde que comprovada a ciência inequívoca do ato e respeitado, em qualquer caso, o direito ao contraditório e à ampla defesa.
Art. 26. Quando frustradas as tentativas de intimação por meio eletrônico, por aplicativo e postal, as intimações se darão por publicação de extrato no diário oficial adotado pela Câmara.
Art. 27. Dos atos praticados em reuniões e sessões da Comissão, nas quais estejam presentes o investigado e/ou seu procurador, serão consideradas intimadas todas as partes.
Parágrafo único. O prazo inicial ficará automaticamente prorrogado se as atas e os documentos produzidos na sessão não forem disponibilizados ao investigado ou ao seu procurador, sendo válida a disponibilização em cópia simples na própria sessão, devidamente certificada em ata.

Seção III
Dos Prazos

Art. 28. Os prazos processuais serão contados em dias úteis, salvo determinação expressa da Comissão e desde que devidamente intimado o investigado ou seu procurador.
Parágrafo único. Nenhum prazo se inicia ou termina em data em que não haja expediente na Câmara, ficando automaticamente prorrogado para o dia útil imediatamente posterior, independentemente de intimação.
Art. 29. Considera-se inequívoca a intimação ou a comunicação confirmada pelo investigado ou seu procurador por qualquer meio de comunicação, incluindo aplicativos de mensagem eletrônica, devidamente certificado no processo.
Art. 30. Inicia-se o prazo:
I – no segundo dia útil após o envio da comunicação, independentemente da confirmação de recebimento pelo investigado ou seu procurador:
a) na intimação inicial do processo, para manifestação preliminar ou apresentação de defesa, quando a intimação ou comunicação for realizada por correio eletrônico ou outro meio digital;
b) quando a intimação ou citação for realizada por meio de publicação em diário oficial;
II – do dia útil imediatamente subsequente:
a) à data de realização da audiência ou sessão da Comissão, nos termos do art. 27 desta Portaria;
b) das intimações e comunicações dos atos intermediários do processo realizadas por correio eletrônico ou outro meio digital;
c) ao da certificação no processo da comunicação ou intimação do investigado ou de seu procurador, nos demais casos.
III – quando realizada por meio postal, da juntada do aviso de recebimento ao processo.
Art. 31. Em decisão devidamente fundamentada e respeitados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, a Comissão poderá fixar prazos para cumprimento de diligências e prática de atos processuais a serem computados em dias e/ou horas, adotando o método de comunicação simplificado, inclusive somente por aplicativos de mensagens.

Seção IV
Da Apuração de Responsabilidade e Infrações

Art. 32. A Comissão de Apuração de Responsabilidade e Infrações, após o recebimento do processo, poderá:
I – no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, proceder à oitiva do agente de contratação ou da unidade fiscalizadora ou gestora da contratação, resumida a termo e anexada aos autos;
II – facultativamente, conceder à licitante ou à contratada a possibilidade de apresentar justificativas no prazo de 5 (cinco) dias úteis, remetendo-lhe cópia das peças necessárias, inclusive do termo a que se refere o inciso I deste artigo, para avaliação preliminar quanto à

necessidade de prosseguimento ou não do procedimento administrativo de apuração;
III – realizar outras diligências que julgar pertinentes para instrução do processo, inclusive visitas e requisição de novos documentos.
Parágrafo único. Verificando a Comissão a ocorrência de fatores capazes de invalidar a apuração ou que afaste a responsabilidade da licitante ou contratada, poderá recomendar o arquivamento sumário do processo, submetendo o procedimento à autoridade competente.
Art. 33. Não arquivado o processo, a Comissão avaliará os fatos e as circunstâncias e intimará a licitante ou a contratada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de citação, apresentar defesa prévia por escrito e especificar as provas que pretende produzir.
Art. 34. A citação conterá, no mínimo:
I - identificação da licitante ou da contratada;
II – identificação da autoridade que instaurou o procedimento;
III - descrição do fato objeto de apuração e passível de aplicação de sanção;
IV - citação das cláusulas e dispositivos legais infringidos;
V - informação da continuidade do processo, independentemente da manifestação da licitante ou da contratada, inclusive a sujeição à pena de revelia;
VI – o local, os endereços postais e, se for o caso, o endereço eletrônico em que o processo estará disponível para apreciação e obtenção de cópia;
VII – a forma e o prazo para apresentação da defesa, inclusive os endereços eletrônicos para encaminhamento dos documentos;
VIII - outras informações necessárias.
Parágrafo único. A licitante ou a contratada tem direito à vista do processo e à obtenção de certidões ou cópias dos documentos que o integram, observadas, no que couber, as restrições impostas pela Lei Geral de Proteção de Dados.
Art. 35. Se a garantia contratual for prestada por seguradora ou instituição financeira, esta deverá ser cientificada da abertura de processo que envolva possível execução da garantia, em virtude da aplicação da sanção de multa à contratada.
Parágrafo único. O garantidor poderá acompanhar os atos e apurações, mas não constitui parte no processo, não lhe sendo facultado a prática de atos e requisição de produção de provas.

Subseção I
Da Defesa Prévia

Art. 36. O investigado poderá alegar toda matéria que julgar pertinente à defesa de seus interesses, inclusive pugnando pela produção de provas e diligências.
Parágrafo único. Antes de discutir o mérito, caberá ao investigado alegar em preliminar todas as matérias de direito capazes de afetar o andamento do processo, notadamente ilegitimidade de parte, inobservância de prazos e outras matérias aptas a gerar a nulidade do procedimento.
Art. 37. Considera-se preclusa toda e qualquer matéria não alegada em defesa, salvo aquelas reconhecidas pela Comissão ou autoridade julgadora como causa de nulidade absoluta.
Art. 38. Decorrido o prazo sem apresentação de defesa, o investigado será declarado revel, adotando-se os procedimentos seguintes, de acordo com esta Portaria.
Parágrafo único. A revelia não exime a Câmara da obrigação de proceder a regular intimação do investigado dos atos e etapas subsequentes, sob pena de nulidade.
Art. 39. Apresentada a defesa, a Comissão procederá à sua análise, determinando as diligências que julgar pertinentes.
§ 1º Serão indeferidas pela Comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.
§ 2º Havendo necessidade de produção de prova oral, será designada sessão de oitiva das partes e das testemunhas, com intimação do investigado ou do seu procurador com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.
§ 3º A Câmara não arcará com eventuais despesas relacionadas às provas solicitadas pela licitante ou pela contratada.
Art. 40. A verificação de qualquer irregularidade formal no processo, não impede a sua retificação ou saneamento, garantido ao investigado o prazo para impugnação.
Parágrafo único. O prazo para impugnação será fixado pela Comissão, que levará em consideração a complexidade e as peculiaridades do caso, não podendo ser inferior a 5 (cinco) dias úteis.

Subseção II
Da Audiência de Instrução

Art. 41. A audiência de instrução deverá ser realizada na sede da Câmara, salvo em decorrência de situação extraordinária, devidamente justificada.
§ 1º A sessão será gravada em áudio e vídeo, que serão disponibilizados a todos os interessados, dispensada a redução de depoimentos a termo.
§ 2º Será lavrada ata da sessão, com indicação dos procedimentos adotados e das ocorrências, impugnações e deliberações proferidas pela Comissão.
Art. 42. O investigado poderá arrolar no máximo 3 (três) testemunhas, indicando de forma precisa a respectiva qualificação.
Parágrafo único. É de responsabilidade do investigado trazer as testemunhas que arrolar, aplicando-se as disposições previstas no Código de Processo Civil, salvo em se tratando de servidores públicos, que serão requisitados pelo Presidente da Câmara à autoridade competente.
Art. 43. A oitiva das partes e das testemunhas poderá ocorrer com uso de recursos de videoconferência.
§ 1º É de exclusiva responsabilidade do investigado adotar mecanismos que garantam sua regular participação e das testemunhas na audiência, não sendo objeto de nulidade ou adiamento a ausência de conexão ou falhas de transmissão que não decorram de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.
§ 2º Havendo impedimentos de ordem técnica decorrentes de falhas em equipamentos ou sistemas da Câmara que impeçam a realização da audiência, a audiência será reagendada, observado o intervalo mínimo de 2 (dois) dias.
Art. 44. Encerrados os depoimentos, a Comissão, de ofício ou a requerimento das partes, deliberará sobre a necessidade de outras provas e da realização de diligências.
Art. 45. Encerrada a instrução, o investigado, pessoalmente ou por intermédio do seu procurador, será intimado para apresentação de alegações finais, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

Subseção III
Do Relatório Conclusivo

Art. 46. Decorrido o prazo de alegações finais, a Comissão, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, elaborará o relatório final, submetendo-o à autoridade julgadora.
Art. 47. O relatório da Comissão deverá ser conclusivo, e será composto de:
I – histórico dos fatos, onde se fará um resumo da matéria objeto de apuração, das alegações de defesa e as apurações realizadas;
II – fundamentação, na qual se apontará o confronto dos fatos apurados e das teses acusatórias e de defesa, e sua correção com as normas;
III – conclusão, com apontamento das circunstâncias que conduzem à condenação ou absolvição, correlacionando para investigado a conduta e a possível penalidade, bem como as circunstâncias atenuantes e agravantes afetas a cada um deles.

Subseção IV
Da Decisão

Art. 48. O julgamento do processo caberá ao Presidente da Câmara, que deverá proferir decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após recebimento do relatório final.
§ 1º O Presidente poderá solicitar à Comissão esclarecimentos ou realização de diligências que julgar pertinentes, de forma a elucidar fatos ou circunstâncias.
§ 2º A complementação das informações requisitas deverá ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, salvo se houver necessidade de diligências, cabendo ao Presidente fixar o prazo que dispõe a Comissão para resposta.
§ 3º O pedido de esclarecimentos ou de diligências, suspende o prazo para decisão.

Art. 49. As decisões sobre a aplicação ou não das sanções deverão ser fundamentadas e conter, no mínimo:
I - os fatos;
II - os argumentos apresentados;
III - as provas eventualmente apresentadas;
IV - os fundamentos legais e contratuais para a aplicação da sanção, quando for o caso;
V - a dosimetria da sanção, incluindo as atenuantes e agravantes; e
VI – a existência de outras penalidades decorrentes de outros instrumentos a serem somadas e levadas a registro administrativo.
Parágrafo único. Na hipótese de a autoridade hierarquicamente superior concordar com a decisão proposta pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, aquela poderá adotar, como razão de decidir, os fundamentos apresentados, hipótese em que serão dispensadas as exigências dos incisos I, II e III, do art. 49 desta Portaria.

Subseção V
Do Cômputo das Sanções

Art. 50. Sobrevindo nova decisão condenatória, no curso do período de cumprimento das penalidades previstas nos incisos III ou IV do art. 156 da Lei nº 14.133, de 01.04.2021, será somado ao período remanescente o prazo fixado na nova decisão, reiniciando-se os efeitos das sanções.
§ 1º Na soma envolvendo as sanções, observar-se-á o prazo máximo fixado na lei para a referida penalidade.
§ 2º Não se aplica o limite de que trata o § 1º deste artigo, se a redução da pena a ser aplicada for superior à metade do total fixado na condenação.
Art. 51. Na soma das penalidades, contam-se os prazos das sanções em meses, desprezando-se os dias, observado o limite máximo previsto no § 1º, quando couber, a partir da primeira decisão.

Subseção VI
Do Cômputo das Sanções

Art. 52. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Portaria ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade.
§ 1º A desconsideração da personalidade jurídica, para os fins desta Portaria, poderá ser direta ou indireta.
§ 2º A desconsideração direta da personalidade jurídica implicará a aplicação de sanção diretamente em relação aos sócios ou administradores de pessoas jurídicas licitantes ou contratadas.
§ 3º A desconsideração indireta da personalidade jurídica se dará no caso de verificação de ocorrência impeditiva indireta.
Art. 53. Considera-se ocorrência impeditiva indireta a extensão dos efeitos de sanção que impeça de licitar e de contratar para:
I - as pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, enquanto perdurarem as causas da penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios; e
II - as pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no inciso anterior.
Art. 54. A desconsideração da personalidade jurídica será suscitada pela Comissão de Apuração de Responsabilidade e Infrações, de ofício ou a requerimento de qualquer interessado, e será efetivada mediante processo administrativo próprio.
Art. 55. O pedido de desconsideração da personalidade jurídica será submetido ao Presidente, que acolhido o pedido, em decisão fundamentada, determinará sua instauração.
§ 1º O processo de desconsideração da personalidade jurídica tramitará em apenso.
§ 2º O Presidente, em decisão motivada, poderá determinar a suspensão do processo de apuração de responsabilidades enquanto tramita o processo de desconsideração.
Art. 56 Diante de indício de ocorrência impeditiva indireta, será suspenso o processo licitatório, para investigar se a participação da pessoa jurídica teve como objetivo burlar os efeitos da sanção aplicada à outra empresa com quadro societário comum.
§ 1º Será intimado o interessado para que apresente manifestação, no prazo de 2 (dois) dias úteis.
§ 2º Os agentes públicos responsáveis pela condução da licitação ou processo de contratação direta avaliarão os argumentos de defesa e realizarão as diligências necessárias para a prova dos fatos, como, por exemplo, apurar as condições de constituição da pessoa jurídica ou do início da sua relação com os sócios da empresa sancionada; a atividade econômica desenvolvida pelas empresas; a composição do quadro societário e identidade dos dirigentes e dos administradores; compartilhamento de estrutura física ou de pessoal; dentre outras.
§ 3º Caso a autoridade competente conclua pela existência de ocorrência impeditiva indireta, a licitante será inabilitada.
Art. 57. A desconsideração direta da personalidade jurídica será realizada no caso de cometimento, por sócio ou administrador de pessoa jurídica licitante ou contratada, das condutas previstas no art. 155 da Lei n.º 14.133, de 01.04.2021.
Art. 58. No caso de desconsideração direta da personalidade jurídica, as sanções previstas no art. 156 da Lei n.º 14.133, de 01.04.2021, serão também aplicadas em relação aos sócios ou administradores que cometerem a infração.
Parágrafo único. O processo administrativo observará os princípios constitucionais, observados os prazos afetos ao processo administrativo ordinário e, na sua falta, as disposições, no que couber, do processo administrativo federal.
Art. 59. As infrações cometidas diretamente por sócio ou administrador na qualidade de licitante ou na execução de contrato poderão ser apuradas no mesmo processo destinado à apuração de responsabilidade da pessoa jurídica.
Art. 60. Da decisão da Presidência que determinar a desconsideração da personalidade jurídica direta ou indireta, cabe pedido de reconsideração, sem efeito suspensivo, no prazo de 3 (três) dias úteis.

Subseção VII
Das Disposições Gerais

Art. 61. A Comissão de Apuração de Responsabilidade e Infrações poderá, em qualquer fase do processo, solicitar suporte administrativo, pareceres técnicos e oitiva de qualquer setor administrativo da Câmara que possa esclarecer fatos ou contribuir para a condução do processo.
Art. 62. A Divisão Administrativa adotará as providências para que a Comissão tenha acesso a materiais e/ou serviços necessários ao bom desempenho de suas funções.
Art. 63. A invalidação de qualquer ato não prejudica as etapas e procedimentos revestidos dos requisitos formais e materiais pertinentes ou que possam ser ratificados pela autoridade competente.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 64. Caberá à Divisão Administrativa o registro, publicação e controle das penalidades aplicadas por força desta Portaria.
Art. 65. Os procedimentos administrativos já instaurados ou registrados observarão o disposto nesta Portaria, no que couber.
Parágrafo único. Consideram-se válidos para todos os fins de direito os atos praticados até a entrada em vigor desta Portaria, devendo os procedimentos pendentes de realização serem adequados à nova disciplina.
Art. 66. Na apuração dos fatos de que trata esta Portaria, os agentes públicos atuarão com base no princípio da boa-fé objetiva, assegurando à licitante e ao contratado a ampla defesa e o contraditório.
Art. 67. A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Câmara, nos termos do art. 158, da Lei nº 14.133, 01.04.2021.
Art. 68. É admitida a reabilitação da licitante ou da contratada perante a Câmara Municipal nos termos do art. 163 da Lei nº 14.133, 01.04.2021.
Art. 69. Os casos omissos deverão ser decididos pela Presidência da Câmara, que poderá expedir normas complementares, cabendo as

decisões administrativas como precedentes normativos para solução de casos análogos.
Art. 70. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ponte Nova – MG, 13 de agosto de 2026.

WELLINGTON SABINO DE OLIVEIRA
Presidente da Câmara

Publicado por:
Paulo Gomes Coelho
Código Identificador:28BB1705

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA

ASSESSORIA JURÍDICA
PORTARIA Nº 41/2026

"Revoga a Portaria nº 12/2026, de 1º de Abril de 2026."

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA**, no uso das suas atribuições legais e regimentais, **RESOLVE**:

Art. 1º. Fica revogada a Portaria nº 12/2026, que "*regulamenta o exercício de atribuições técnico-jurídicas durante o período de transição da Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal de Santa Bárbara e disciplina assinatura, supervisão e registro de atos jurídicos*."

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Bárbara, MG, 26 de Agosto de 2026.

MÁRCIO RODRIGUES PEDRO
Presidente da Câmara Municipal de Santa Bárbara - MG

Publicado por:
Gabriel Carvalho Nascimento
Código Identificador:278E9021

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DA SERRA

CAMARA MUNICIPAL
DISPÕE SOBRE A DEVOLUÇÃO DE SOBRAS DE RECURSOS FINANCEIROS DO DUODÉCIMO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DA SERRA – MG À PREFEITURA MUNICIPAL, REFERENTE AO PERÍODO ACUMULADO ATÉ JULHO DE 2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 02/2026

DISPÕE SOBRE A DEVOLUÇÃO DE SOBRAS DE RECURSOS FINANCEIROS DO DUODÉCIMO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DA SERRA – MG À PREFEITURA MUNICIPAL, REFERENTE AO PERÍODO ACUMULADO ATÉ JULHO DE 2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ACÂMARA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DA SERRA, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e regimentais, aprovou e eu, Presidente, em nome da Mesa Diretora, promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º– Fica autorizada a devolução antecipada de recursos financeiros à Tesouraria da Prefeitura Municipal de Santa Rosa da Serra, no valor de**R$ 150.000,00 (cento e cinqüenta mil reais)**.
Parágrafo Único– O montante referido neste artigo é proveniente da economia de recursos do duodécimo repassado pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo, acumulado no período de janeiro a julho do exercício financeiro de 2026.
Art. 2º– A devolução será efetuada mediante transferência bancária para a conta corrente oficial da Prefeitura Municipal de Santa Rosa da Serra, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a publicação deste Decreto.
Art. 3º– Recomenda-se ao Poder Executivo Municipal que o recurso ora devolvido seja aplicado, preferencialmente, em áreas de relevante interesse público, como saúde, educação ou infraestrutura urbana.
Art. 4º– Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das sessões, 05 de agosto de 2026.

EDILON DOS REIS SILVA
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Aline Marques Silva
Código Identificador:3D56C772

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO

CÂMARA DE SÃO LOURENÇO
PORTARIA N. 54/2026

Concede promoção por merecimento e acréscimo remuneratório à servidora da Câmara Municipal de São Lourenço que menciona.

O Presidente da Câmara Municipal de São Lourenço, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 51, II, do Regimento Interno, RESOLVE:

Art. 1º Conceder promoção por merecimento à servidora efetiva: **CINTHYA MARIA BRITO SILVEIRA**, passando a mesma para a classe C-4 da Tabela de Progressão, nos termos do art. 25, da Lei Complementar nº. 04/2014.

Art. 2º Acrescer aos vencimentos da servidora citada no artigo anterior o percentual de 2% (dois inteiros por cento), nos termos do art. 19, §2º, da Lei Complementar nº. 04/2014.

Art. 3º Conferir efeitos retroativos à promoção por merecimento e ao acréscimo remuneratório de que trata esta portaria ao dia imediatamente seguinte à data em que a servidora completou o período de dois anos de efetivo exercício das funções.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço, em 25 de agosto de 2026.

WALDINEI ALVES FERREIRA
Presidente

Publicado por:
Rommel Junqueira Fernandes
Código Identificador:6C41BCD5

ESTADO DE MINAS GERAIS
CIACA - CONSORCIO INTERMUNICIPAL PARA ASSISTENCIA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

CONSORCIO INTERMUNICIPAL PARA ASSISTENCIA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
CONTRATO Nº 004/2026

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA ASSISTÊNCIA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CIACA por intermédio do setor administrativo, com sede na Rua José Edmar do Amaral, 578, Bairro Barrinha, na cidade de Viçosa-MG, inscrito no CNPJ sob o nº 11.201.252/0001-03, neste ato representado pelo presidente, Sr. Ângelo Chequer, portador do CPF nº 054.320.696-36, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa DANILO LIMA DOS

REIS inscrito no CNPJ/MF sob o nº 17.601.844/0001-90, sediada na Rua Absalon de Araujo Lima, nº 196, bairro Urival Lima Souza – CEP: 44.830-000, em Piritiba/BA neste ato representada pelo empresário Sr. Danilo Lima dos Reis, portador da CNH nº 05181274385, expedida pelo DETRAN, e CPF nº 018.940.105-23, denominada neste ato CONTRATADA, tendo em vista o que consta no Processo nº 011/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do processo de Dispensa Eletrônica nº 004/2026 – Processo nº 011/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

Publicado por:
Ana Louricelia Chagas Monteiro
Código Identificador:1D491CF1

ESTADO DE MINAS GERAIS
CIDASG - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO SUAÇUI GRANDE

CIDASG
CIDASG CONSORCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO SUAÇUÍ/MG

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO
O CIDASG - Consórcio Intermunicipal para o desenvolvimento do Alto Suaçuí Grande/MG, CNPJ:47.100.634/0001-80, torna público o primeiro termo aditivo de renovação e reajuste, referente a ARP nº 002/2025 – PAL 007/2025 – Concorrência Eletrônica nº 001/2025. Órgão Gerenciador: CIDASG. Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa de engenharia e arquitetura para elaboração de peças técnicas e gráficas, além de estudos e orçamentos para a boa execução de obras de edificações públicas e históricas, saneamento e infraestrutura urbana, elaboração de estudos e Planos ambientais, levantamento planialtimétrico e sondagem, execução de gerenciamento, fiscalização e apoio técnico/administrativo e laboratorial de obras das mais diversas áreas de interesse dos municípios consorciados e do CIDASG. licitacao@cidasg.com.br, https://www.cidasg.com.br/diarios-oficiais.

ISLAE ALVES.
Agente de Contratação

Publicado por:
Islaê Alves de Oliveira Pires
Código Identificador:0C1665B8

CIDASG
CIDASG CONSORCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO SUAÇUÍ/MG

DEMAIS ATOS DE LICITAÇÃO
Cancelamento de processo
O CIDASG - Consórcio Intermunicipal para o desenvolvimento do Alto Suaçuí Grande/MG, CNPJ:47.100.634/0001-80, torna público o cancelamento do procedimento licitatório PAL nº 003/2026 Pregão Eletrônico 002/2026 Objeto:Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gestão de resíduos sólidos nos locais determinados pelo consórcio, em atendimento aos municípios consorciados**,** por decisão administrativa. Demais informações pelo email licitacao@cidasg.com.br, no site do Cidasg https://www.cidasg.com.br/diarios-oficiais e plataforma Licitar Digital.

ISLAE ALVES.
Agente de Contratação

Publicado por:
Islaê Alves de Oliveira Pires
Código Identificador:1F1413B6

ESTADO DE MINAS GERAIS
CIDES - CONSORCIO INT. DE DESENV. SUSTENTAVEL DO TRIANGULO MINEIRO E ALTO PARANAIBA

CONSORCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO TRIANGULO MINEIRO E ALTO PARANAIBA - CIDES
CIDES – AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO: PROCESSO Nº 44/2026, DISPENSA 41/2026 – TOBIAS FERNANDES EVENTOS LTDA.

CIDES – AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO: PROCESSO Nº 44/2026, DISPENSA 41/2026 – TOBIAS FERNANDES EVENTOS LTDA.
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de buffet, destinado aos participantes da Assembleia Geral Extraordinária do CIDES.
Contratado: TOBIAS FERNANDES EVENTOS LTDA (CNPJ: 22.929.569/0001-79) Valor Global: R$ 13.850,00 (TREZE MIL E OITOCENTOS E CINQUENTA REAIS) - AUTORIZO o prosseguimento do Processo e posterior contratação.

Uberlândia/MG, 25 de agosto de 2026.

FRANCISCO LOURENÇO BORGES NETO –
Presidente do CIDES.

Publicado por:
Lidiany Silva Abreu
Código Identificador:CCF2CAAE

CONSORCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO TRIANGULO MINEIRO E ALTO PARANAIBA - CIDES
CIDES - AUTORIZAÇÃO DE PEQUENA DESPESA N° 008/2026, ART. 95, §2º LEI FEDERAL 14.133, 2021

OBJETO: Aquisição de material de expediente, consistente no fornecimento de papel Couchê Fosco, gramatura 180 g/m², formato A4 (210 × 297 mm), na cor branca, com revestimento em ambas as faces, acabamento fosco e superfície lisa e uniforme, destinado a atender às necessidades do CIDES.
FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA: Art. 95, §2º da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e Resolução CIDES nº 11, de 2024.
Contratado: CENTRAL COMERCIO E IMPORTACAO LTDA
VALOR GLOBAL: R$ 90,00 (NOVENTA REAIS), a justificativa de escolha do fornecedor e demais documentos estão juntados ao processo de pequena compra e serviços de pronto pagamento de referência.
FICA AUTORIZADA a pequena despesa (pequena compra e serviço de pronto pagamento), nos termos acima expostos, por contrato verbal, conforme autorização legal do art. 95, §2º da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e do art. 3º da Resolução CIDES nº 11, de 2024.

Uberlândia/MG, 25 de agosto de 2026.

FRANCISCO LOURENÇO BORGES NETO
Presidente do CIDES

Publicado por:
Lidiany Silva Abreu
Código Identificador:99FF0F95

CONSORCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO TRIANGULO MINEIRO E ALTO PARANAIBA - CIDES
CIDES - AVISO DE RESULTADO E HOMOLOGAÇÃO – PROCESSO Nº 44/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO 41/2026

Em atenção aos artigos 72 e 75 da Lei Federal 14.133/2021, bem como o princípio da publicidade, e após reunião da Comissão de Licitações e da Agente de Contratação, o Presidente do CIDES resolve tornar público o resultado do Processo Licitatório Nº 44/2026 – Dispensa de Licitação Nº 41/2026, que tem como objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviço de buffet, destinado aos participantes da Assembleia Geral Extraordinária do CIDES.

Foi homologado o resultado e adjudicados o seguinte objeto da dispensa, nos termos abaixo:

FORNECEDOR: TOBIAS FERNANDES EVENTOS LTDA.
CNPJ: 22.929.569/0001-79
FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA: Lei 14.133/2021, art. 75, II, concomitante ao art.
Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de buffet, destinado aos participantes da Assembleia Geral Extraordinária do CIDES. **Valor Global: R$ 13.850,00 (TREZE MIL E OITOCENTOS E CINQUENTA REAIS).**

Uberlândia/MG, 25 de agosto de 2026.

FRANCISCO LOURENÇO BORGES NETO
Presidente do CIDES

Publicado por:
Lidiany Silva Abreu
Código Identificador:5560B3D0

CONSORCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO TRIANGULO MINEIRO E ALTO PARANAIBA - CIDES
CIDES - EXTRATO DO CONTRATO DE PROGRAMA Nº 01/2026 FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS MG E O CIDES - ANO 2026.

Contrato de Programa celebrado entre o Município de INDIANÓPOLIS (CNPJ nº 18.259.390/0001-84) e o Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (CNPJ nº 19.526.155/0001-94), firmado em 26/08/2026. Base Legal: Lei Federal nº 11.107/2005 e ao Decreto Federal nº 6.017/2007. Objeto: delegação do Município ao CIDES das atividades de inspeção e fiscalização de produtos de origem animal em seu território, aderindo à gestão associada do Serviço de Inspeção Municipal CIDES – SIM-CIDES para o exercício de 2026. Vigência: de 26/08/2026 a 31/12/2026. Valor: R$60.026,81 (sessenta mil e vinte e seis reais e oitenta e um centavos).
Publicado na íntegra no link: www.cides.com.br

Publicado por:
Lidiany Silva Abreu
Código Identificador:6B8E5525

CONSORCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO TRIANGULO MINEIRO E ALTO PARANAIBA - CIDES
CIDES - TERMO DE PROCESSO DESERTO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 43/2026 –DISPENSA ELETRÔNICA Nº 40/2026

Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de seguro de vida empresarial, para os colaboradores do Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, atendendo as determinações legais, bem como o cumprimento da Cláusula Sétima da Convenção Coletiva Sintappi x Sindhart Holdings 2026/2028, que determina a obrigatoriedade do seguro de vida para os funcionários.
Considerando que:

• O Processo Licitatório nº 43/2026, Dispensa Eletrônica nº 40/2026, cujo objeto consiste na contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de seguro de vida empresarial para os colaboradores do CIDES, foi devidamente divulgado nos meios oficiais e disponibilizado no sistema eletrônico, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e com as demais normas aplicáveis;
• Foi estabelecido prazo para o cadastramento e a apresentação das propostas pelos fornecedores interessados, conforme as condições e os horários definidos no Aviso de Dispensa Eletrônica;
• Encerrado o prazo estabelecido, não houve o cadastramento nem a apresentação de propostas por fornecedores interessados, conforme demonstrado no relatório e nos registros emitidos pelo sistema eletrônico;
• A ausência de propostas válidas impossibilitou o prosseguimento da contratação, não sendo possível realizar as etapas de julgamento, habilitação, adjudicação e homologação do objeto;
• A inexistência de interessados caracteriza o procedimento como **deserto**, devendo essa circunstância ser formalmente registrada nos autos do processo administrativo.

Decisão:
Diante dos fatos expostos, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021 e nos documentos constantes dos autos, **DECLARO DESERTA a Dispensa Eletrônica nº 40/2026, referente ao Processo Licitatório nº 43/2026**, em razão da ausência de fornecedores interessados e da inexistência de propostas apresentadas no prazo estabelecido.
Em razão disso, o presente processo licitatório será considerado sem efeito, não gerando obrigações para a Administração Pública nem para os licitantes.

Uberlândia/MG, 25 de agosto de 2026.

FRANCISCO LOURENÇO BORGES NETO
Presidente do CIDES

Publicado por:
Lidiany Silva Abreu
Código Identificador:0A81456C

ESTADO DE MINAS GERAIS
CIMAMS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA AREA MINEIRA DA SUDENE

CIMAMS - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AREA MINEIRA DA SUDENE
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 059/2026
INEXIGIBILIDADE Nº. 016/2026
CREDENCIAMENTO Nº. 010/2026

O CIMAMS – Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene – avisa aos interessados da Publicação do Edital para CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, POR MEIO DE CESSÃO ONEROSA DO DIREITO DE USO DA ENERGIA ELÉTRICA GERADA EM USINAS SOLARES FOTOVOLTAICAS CONECTADAS À REDE, NA CATEGORIA MICRO E MINIGERAÇÃO DISTRIBUÍDA (MMGD), EXCLUSIVAMENTE ENQUADRADAS NA REGRA DE TRANSIÇÃO DO ART. 26 DA LEI Nº 14.300/2022 (GD I), PARA ATENDER A DEMANDA ENERGÉTICA DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA ÁREA MINEIRA DA SUDENE – CIMAMS E DESTE, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS, EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 14.300, DE 6 DE JANEIRO DE 2022, A RESOLUÇÃO NORMATIVA ANEEL Nº 1.000/2021 E A RESOLUÇÃO NORMATIVA ANEEL Nº 1.059/2023, E SUAS ALTERAÇÕES. Modalidade Aberta, com prazo de 12 (doze) meses a contar da data de sua publicação para o interessado credenciar-se.
O requerimento de credenciamento, em documentação física, deverá ser entregue obrigatoriamente em envelope fechado e devidamente identificado, dirigido à Comissão de Licitações do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene – CIMAMS, no horário de 09h00min (nove horas) às 17h00min (dezessete horas) dos dias úteis, na sede do CIMAMS, a partir das 09h00min do dia 02/09/2026.
Informações pelo fone (38) 9 3300 4417, e-mail: licitacao@cimams.mg.gov.br.

RICARDO ANTUNES MAGALHÃES
Secretário Executivo do CIMAMS

Publicado por:
Mariana Rodrigues Fagundes
Código Identificador:E5556588

CIMAMS - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AREA MINEIRA DA SUDENE
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO POR REGISTRO DE PREÇOS

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA ÁREA MINEIRA DA SUDENE – CIMAMS torna público a adjudicação e homologação do P.A. Nº 048/2026 – P.E. SRP 025/2026. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE CAIXAS D´ÁGUAS, TUBOS DIVERSOS E MATERIAIS PARA INSTALAÇÃO DE ESGOTO, PARA ATENDIMENTO AO CONVÊNIO Nº 004879/2026 E ÀS DEMANDAS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA ÁREA MINEIRA DA SUDENE – CIMAMS E SEUS ENTES CONSORCIADOS. Empresa vencedora do lote 02: POLYVIN PLASTICOS E DERIVADOS LTDA – Valor Global: R$ 868.959,99.

Montes Claros/MG, 26/08/2026.

ADAILDO ROCHA MOREIRA –
Presidente do CIMAMS

Publicado por:
Mariana Rodrigues Fagundes
Código Identificador:4ABE869B

CIMAMS - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AREA MINEIRA DA SUDENE
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/2026

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA ÁREA MINEIRA DA SUDENE - CIMAMS torna pública a Ata-SRP nº 046/2026, do P.A. nº 048/2026 - P.E. SRP nº 025/2026. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE CAIXAS D´AGUAS, TUBOS DIVERSOS E MATERIAIS PARA INSTALAÇÃO DE ESGOTO, PARA ATENDIMENTO AO CONVÊNIO N° 004879/2026- E AS DEMANDAS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA ÁREA MINEIRA DA SUDENE – CIMAMS E SEUS ENTES CONSORCIADOS. Empresa vencedora lote 01: BAKOF PLÁSTICOS LTDA; valor global: R$ 9.024.969,50; Vigência: 12 (doze) meses.

Montes Claros/MG, 26/08/2026.

ADAILDO ROCHA MOREIRA
Presidente do CIMAMS

Publicado por:
Mariana Rodrigues Fagundes
Código Identificador:DAB11A49

ESTADO DE MINAS GERAIS
CIMINAS - CONSORCIO INTERFEDERATIVO DE MINAS GERAIS

CIMINAS
AVISO DE CREDENCIAMENTO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO MINAS GERAIS - CIMINAS – Credenciamento nº 030/2026 Processo nº 080/2026 credenciamento de empresas especializadas em execução de obras comuns de reforma e restauração de travessias em corpos d'agua de estradas urbanas e rurais, em conformidade com o ibraop em atendimento aos municípios consorciados do ciminas. Início credenciamento: 27/08/2026 acesso ao edital: https://ciminas.mg.gov.br/licitacoes;

DANIELA ANDRADE SIDNEY DE SOUZA –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Luiz Claudio Ferreira
Código Identificador:AE08D665

CIMINAS
DESPACHO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO DE MINAS GERAIS - CIMINAS – Licitação pregão 012/2026, torna público a retirada da SUSPENSÃO cautelar do referido pregão conforme decisão do TCE exarada nos autos do agravo nº 1.214.577 no âmbito da denuncia nº 1.214.367 dando regular prosseguimento no certame.

JOSE HUMBERTO RIBEIRO –
Diretor Executivo.

Publicado por:
Luiz Claudio Ferreira
Código Identificador:39AF8887

ESTADO DE MINAS GERAIS
CIMLAGO - CONSORICO INT. MULT. DOS MUNICIPIOS DO LAGO DE FURNAS

CIMLAGO - CONSORICO INT. MULT. DOS MUNICIPIOS DO LAGO DE FURNAS
AVISO

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026

O Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios do Lago de Furnas – **CIMLAGO**, por intermédio de seu Presidente, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando o resultado do **Pregão Eletrônico nº 014/2026**, **RESOLVE ADJUDICAR E HOMOLOGAR** o referido certame em favor da **COOPSAN – Cooperativa de Transporte e Prestação de Serviços Santana**, inscrita no **CNPJ nº 04.982.968/0001-11**, com sede na Rua Carlos Chagas, nº 276, Bairro Cidade Nova, Santana do Paraíso/MG, CEP 35.179-000, vencedora de **todos os lotes do certame**, perfazendo o **valor global de R$ 156.719.826,20 (cento e cinquenta e seis milhões, setecentos e dezenove mil, oitocentos e vinte e seis reais e vinte centavos)**.

O objeto do certame consiste no REGISTRO DE PREÇOS, por meio de licitação compartilhada, para futura e eventual locação de veículos automotores e maquinário pesado, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidos nos Anexos e demais disposições do Edital, visando ao atendimento dos municípios consorciados ao CIMLAGO e dos órgãos participantes.

Alfenas/MG, 28 de agosto de 2026.

FÁBIO MARQUES FLORÊNCIO
Presidente CIMLAGO

Publicado por:
Giuliana Menezes Matos
Código Identificador:2A0E68AA

CIMLAGO - CONSORICO INT. MULT. DOS MUNICIPIOS DO LAGO DE FURNAS
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO
LICITATÓRIO ELETRÔNICO 015/2026
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios do Lago de Furnas – CIMLAGO está conduzindo o Processo Administrativo Licitatório n.º **015/2026** – Pregão, na Forma Eletrônica n.º **015/2026**. **Objeto**: REGISTRO DE PREÇOS, por meio de licitação compartilhada, para futura e eventual aquisição de materiais individualizados, organizados em conjuntos, conforme as condições descritas nos Anexos e demais disposições do Edital, em atendimento aos municípios consorciados do CIMLAGO e órgãos participantes.

O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço eletrônico www.licitacimlago.com.br.

Início de Cadastramento das Propostas: 28/08/2026 às 09h00min.
Fim de Cadastramento das Propostas: 10/09/2026 às 12h30min.
Abertura das Propostas: 10/09/2026 às 13h30min.

Alfenas/MG, 26 de agosto de 2026.

FÁBIO MARQUES FLORÊNCIO
Presidente do CIMLAGO

Publicado por:
Giuliana Menezes Matos
Código Identificador:0F4A077A

CIMLAGO - CONSORICO INT. MULT. DOS MUNICIPIOS DO LAGO DE FURNAS
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO
LICITATÓRIO ELETRÔNICO 011/2026
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios do Lago de Furnas – CIMLAGO está conduzindo o Processo Administrativo Licitatório n.º **011/2026** – Pregão, na Forma Eletrônica n.º **011/2026**. **Objeto**: REGISTRO DE PREÇOS, por meio de licitação compartilhada, para futura e eventual contratação de solução integrada de monitoramento inteligente, incluindo videomonitoramento, controle de acesso, sensoriamento IoT, conectividade e softwares de gestão, conforme as condições descritas nos Anexos e demais disposições do Edital, em atendimento aos municípios consorciados do CIMLAGO e órgãos participantes.

O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço eletrônico www.licitacimlago.com.br.

Início de Cadastramento das Propostas: 28/08/2026 às 09h00min.
Fim de Cadastramento das Propostas: 14/09/2026 às 12h30min.
Abertura das Propostas: 14/09/2026 às 13h30min.

Alfenas/MG, 26 de agosto de 2026.

FÁBIO MARQUES FLORÊNCIO
Presidente do CIMLAGO

Publicado por:
Giuliana Menezes Matos
Código Identificador:63454E37

ESTADO DE MINAS GERAIS
CIMMVI - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DOS MUNICIPIOS DO VALE ITAPECERICA

CIMMVI
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO ITAPECERICA – CIMMVI.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios do Vale do Itapecerica – CIMMVI, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei nº 4.320/64,

RESOLVE:

Art. 1º- Ficam abertos créditos adicionais suplementares no orçamento do exercício de 2026 do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios do Vale do Itapecerica – CIMMVI, no valor de R$ 35.900,00 (trinta e cinco mil e novecentos reais), para suprir as seguintes dotações:

03.01.01.04.122.0001.2001 – Contrato de Rateio CIMMVI – Vale Itapecerica.
3.1.90.94.00 – Indenizações e Restituições Trabalhistas R$ 12.000,00

03.01.02.04.122.0002.2002 – Contrato de Programa CIMMVI – Vale Itapecerica.
3.1.90.94.00 – Indenizações e Restituições Trabalhistas R$ 12.000,00
3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física R$ 11.900,00

Art. 2º- Para atender ao disposto no artigo acima, utilizar-se-ão como recursos, as anulações dos saldos das dotações orçamentárias que seguem:

03.01.01.04.122.0001.2001 – Contrato de Rateio CIMMVI – Vale Itapecerica.
3.3.90.46.00 – Auxílio-Alimentação R$12.000,00

03.01.02.04.122.0002.2002 – Contrato de Programa CIMMVI – Vale Itapecerica.
3.3.90.46.00 – Auxílio-Alimentação R$23.900,00

Art. 3º- Revogadas as disposições em contrário, entra esta Resolução em vigor na data de sua publicação.

Divinópolis-MG, 21 de julho de 2026.

FÁBIO ALVES COSTA FONSECA
Presidente do CIMMVI

Publicado por:
Vinicius Salomão Gontijo Bahia
Código Identificador:D9A09E49

CIMMVI
PORTARIA Nº 022, DE 26 DE AGOSTO DE 2026. DESIGNA EQUIPE DE APOIO AO AGENTE DE CONTRATAÇÃO E PREGOEIRO, CONSOLIDA ATRIBUIÇÕES, DISPÕE SOBRE O SANEAMENTO DOS ATOS ANTERIORMENTE PRATICADOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO ITAPECERICA - CIMMVI, no uso das atribuições que lhe conferem o contrato de consórcio, o estatuto e a legislação aplicável,

CONSIDERANDO os arts. 6º, L e LX, 7º, 8º, 11, 147, 169, 170 e 187 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

CONSIDERANDO os princípios da legalidade, segurança jurídica, eficiência, segregação de funções, razoabilidade, proporcionalidade, transparência e conservação dos atos administrativos;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam designados para compor a equipe de apoio do CIMMVI, durante o exercício de 2026, os seguintes agentes públicos:

I – Débora Alves Silveira, matrícula nº 19; e
II – Warley França Santa Bárbara, matrícula nº 13.

§ 1º - A composição da equipe que atuar em cada procedimento será expressamente identificada nos respectivos autos, por despacho ou registro próprio do sistema eletrônico integrado ao processo, com indicação do agente de contratação ou do pregoeiro responsável

§ 2º - O agente designado como pregoeiro em determinado procedimento não figurará, no mesmo processo, como integrante de sua própria equipe de apoio.

§ 3º - A equipe de apoio poderá ser complementada, mediante designação específica por outro agente público com conhecimento relacionado ao objeto, observados os impedimentos e a segregação de funções.

Art. 2º - Compete à equipe de apoio, sob coordenação do agente de contratação ou do pregoeiro pelo procedimento:

I - prestar assistência técnica, operacional, administrativa e documental;
II - auxiliar na organização dos autos, no cadastramento e na operação dos sistemas eletrônicos;
III - apoiar o exame de propostas e documentos de habilitação, sem emitir decisão autônoma reservada ao agente de contratação ou do pregoeiro;

IV - realizar diligências, pesquisas, cálculos, conferências e registros determinados pelo agente de contratação ou do pregoeiro;
V - auxiliar na elaboração de atas, relatórios, mapas, minutas, comunicações e demais documentos do procedimento;
VI - desempenhar outras atividades auxiliares expressamente determinadas, compatíveis com sua qualificação e sem transferência de competência decisória.

Parágrafo único. As manifestações técnicas dos integrantes da equipe deverão ser identificadas e fundamentadas quando servirem de suporte à decisão do agente de contratação ou do pregoeiro.

Art. 3º - Os agentes designados deverão comprovar o atendimento aos requisitos do art. 7º da Lei Federal nº 14.133/2021, manter atualizadas as declarações de ausência de impedimento e participar das ações de capacitação promovidas ou reconhecidas pelo CIMMVI.

Parágrafo único. A escolha de agente sem vínculo efetivo ou sem emprego público permanente deverá ser expressamente motivada, com demonstração de qualificação, compatibilidade de atribuições e inexistência de impedimento legal, sem prejuízo dos requisitos específicos aplicáveis ao pregoeiro.

Art. 4º - Fica vedada, no mesmo procedimento, a atuação simultânea do agente em funções incompatíveis ou suscetíveis de comprometer a segregação, a independência do controle e a rastreabilidade das decisões.
Art. 5º - São válidos os atos de apoio praticados pelos agentes designados na Portaria nº 002, de 19 de janeiro de 2026, desde que cumulativamente:
I - praticados sob a condução do pregoeiro ou agente de contratação formalmente competente;
II - se limitem a atividades auxiliares, sem decisão autônoma em matéria reservada ao condutor ou à autoridade;
III – não alterem a substância do procedimento, os critérios do edital ou a ordem de classificação por fundamento juridicamente indevido.
Art. 6º - O setor responsável pelas contratações deverá, antes da prática de novos atos, compatibilizar os perfis, cadastros e permissões dos sistemas eletrônicos com as funções atribuídas em cada procedimento.
Art. 7º - Fica revogada a Portaria n. 002, de 19 de janeiro de 2026.
Art. 8º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Divinópolis/MG, data da assinatura eletrônica.

FÁBIO ALVES COSTA FONSECA

Publicado por:
Vinicius Salomão Gontijo Bahia
Código Identificador:1BA92EFA

ESTADO DE MINAS GERAIS
CINF - AMNOR CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DOS MUNICIPIOS DO NOROESTE DE MG

CINF AMNOR CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DOS MUNICIPIOS DO NOROESTE DE MINAS GERAIS
AVISO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS – IRP, O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DOS MUNICÍPIOS DO NOROESTE DE MINAS – CINF-AMNOR

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DOS MUNICÍPIOS DO NOROESTE DE MINAS – CINF-AMNOR – Aviso de Intenção de Registro de Preços – IRP, O Consórcio Intermunicipal de Infraestrutura dos Municípios do Noroeste de Minas – CINF-AMNOR, na qualidade de órgão gerenciador, torna público o Comunicado para Intenção de Registro de Preços – IRP visando à futura realização de Pregão Eletrônico para Registro de Preços para Registro de Preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de transporte escolar, em veículos convencionais e adaptados, conforme as necessidades de cada rota, incluindo todos os custos necessários à perfeita execução dos serviços, tais como combustível, motoristas devidamente habilitados, monitores, manutenção preventiva e corretiva, seguros, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais, despesas operacionais, administrativas e demais custos diretos e indiretos incidentes sobre a execução contratual, visando ao atendimento das necessidades dos Municípios consorciados ao Consórcio Intermunicipal de Infraestrutura dos Municípios do Noroeste de Minas Gerais – CINF-AMNOR. A IRP permanecerá aberta para manifestação de interesse pelo prazo de 08 (oito) dias úteis, contados do primeiro dia útil subsequente à publicação. Os interessados deverão encaminhar manifestação para o e-mail: contato@cinf.mg.gov.br. Informações poderão ser obtidas pelo e-mail ou pelos telefones (38) 3671-2050.

Paracatu/MG, 25 de agosto de 2026.

(A) MARÍLIA NICOLE BATISTA OLIVEIRA –
Diretora Executiva do CINF-AMNOR.

Publicado por:
Marília Nicole Batista Oliveira
Código Identificador:9FA91776

ESTADO DE MINAS GERAIS
CISAB ZM - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA ZONA DA MATA

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS - CISAB ZONA DAMATA
HOMOLOGAÇÃO E ASSINATURA ARP

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA ZONA DA MATA - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ASSINATURA DE ARP DO PREGÃO Nº 000021/2026 E PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0000040/2026. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO DE ANÁLISES LABORATORIAIS EM AMOSTRAS DE ÁGUA PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DO LABORATÓRIO DO CISAB. Vigência: Vigência: 12 meses a partir da data de publicação. EMPRESA: Celasa Analises LTDA. VALOR: 1.395.500,00. Disponível no Sítio eletrônico www.cisab.com.br.

ELENICE DELGADO,
Presidente.

Publicado por:
Alice Rodrigues
Código Identificador:92668A01

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS - CISAB ZONA DAMATA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ASSINATURA DE ARP DA DISPENSA Nº 012/2026. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ASSINATURA DE ARP DA DISPENSA Nº 012/2026 E PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 027/2026. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2026 - OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA

PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PMOC PLANO DE MANUTENÇÃO, OPERAÇÃO E CONTROLE; INSTALAÇÃO E DESINSTALAÇÃO AR-CONDICIONADO; E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, NOS EQUIPAMENTOS DE AR-CONDICIONADO E SISTEMAS DE CLIMATIZAÇÃO E EXAUSTÃO INSTALADOS NAS DEPENDÊNCIAS DO CISAB ZM.Vigência: Vigência: 12 meses a partir da data depublicação. EMPRESA: REMO CHELLINI. EPP. VALOR: R$ 81.672,70. Disponível no Sítio eletrônico www.cisab.com.br.

ELENICE DELGADO,
Presidente.

Publicado por:
Alice Rodrigues
Código Identificador:565D4CB2

ESTADO DE MINAS GERAIS
CIS LAGOS -CONSORCIO INTERMUNIC.DE SAUDE MUNIC.REG LG SUL MINAS

CISLAGOS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0185/26
Decorrência: Processo Licitatório N° 000049/26 - PREGÃO ELETRÔNICO (PORTAL DE COMPRAS) n° 0034/26
Objeto: Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de folha sulfite, para atender as necessidades do Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios da Região dos Lagos do Sul de Minas – CISLAGOS
Contratado: ATUAL PAPELARIA E INFORMATICA LTDA, CNPJ n° 32.089.816/0001-20. Valor global estimado de R$ 24.000,00. Data da assinatura: 26/08/2026. Vigência: Conforme art. 84 da Lei 14.133/21, o prazo deste contrato contar-se-á da data de sua assinatura até um período de 12 meses, sendo 26 de agosto de 2026 até 26 de agosto de 2027, ou até quando findado o saldo contratual, podendo ser prorrogado por igual período
O crédito pelo qual correrá a despesa será indicado no momento da formalização do contrato ou outro instrumento hábil, conforme decreto nº 7.892/2013, art. 7º, § 2º e lei orçamentária vigente na presente data.

ROSIEL DE LIMA
Presidente do CISLAGOS

Publicado por:
Paschoal Petrocino
Código Identificador:E985608E

ESTADO DE MINAS GERAIS
CISMEV - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO RIO DAS VELHA

CISMEV - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO RIO DAS VELHA
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 132/2025

Extrato do primeiro termo aditivo ao contrato Nº 132/2025 de aquisição de materiais de limpeza e higiene, firmado entre o CISMEV – Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Rio das Velhas e a empresa **Limpeza e Brilho LTDA-EPP**, cujo objeto é o acréscimo equivalente a 25% do valor atualizado do contrato. Em virtude do acréscimo, o Contrato sofrerá um impacto financeiro no valor de **R$ 380,00 (trezentos e oitenta reais)**, passando o valor total estimado do Contrato de R$ 1.520,00 (mil quinhentos e vinte reais) para **R$ 1.900,00** (mil e novecentos reais).
Assinatura 25/08/2026.

Publicado por:
Elisa Rodrigues Fonseca
Código Identificador:96CD5BDF

CISMEV - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO RIO DAS VELHA
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 75/2025

Extrato do primeiro termo aditivo ao contrato nº 75/2025 de prestação de serviços de médicos, firmado entre o CISMEV – Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Rio das Velhas e a empresa **Camposmed Serviços Médicos Ltda,** cujo objeto é a prorrogação da vigência do contrato por 12 meses a partir de 01/09/2026. Em virtude da prorrogação, o contrato sofrerá um impacto financeiro no valor de **R$ 75.632,00** (setenta e cinco mil, seiscentos e trinta e dois reais), passando o valor total estimado do contrato de **R$ 72.448,00** (setenta e dois mil, quatrocentos e quarenta e oito reais) para **R$ 148.080,00 (cento e quarenta e oito mil, e oitenta reais).**
Assinatura: 24/08/2026.

Publicado por:
Elisa Rodrigues Fonseca
Código Identificador:CDE4F256

CISMEV - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO RIO DAS VELHA
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 77/2025

Extrato do primeiro termo aditivo ao contrato nº 77/2025 de prestação de serviços de médicos, firmado entre o CISMEV – Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Rio das Velhas e a empresa **Protázio Soares de Souza Neto LTDA,** cujo objeto é a prorrogação da vigência do contrato por 12 meses a partir de 01/09/2026. Em virtude da prorrogação, o contrato sofrerá um impacto financeiro no valor de **R$ 75.632,00** (setenta e cinco mil, seiscentos e trinta e dois reais), passando o valor total estimado do contrato de **R$ 72.448,00** (setenta e dois mil, quatrocentos e quarenta e oito reais) para **R$ 148.080,00 (cento e quarenta e oito mil, e oitenta reais).**
Assinatura: 24/08/2026.

Publicado por:
Elisa Rodrigues Fonseca
Código Identificador:B86BEBA4

CISMEV - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO RIO DAS VELHA
HOMOLOGAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO 33/2026

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO RIO DAS VELHAS – CISMEV HOMOLOGAÇÃO – Processo Licitatório 33/2026 - Pregão Eletrônico nº 14/2026.
Empresas Vencedoras:
ALAG Comercio e Atacado - LTDA – CNPJ 63.514.106/0001-23
M3. Business Group LTDA – CNPJ 54.494.740/0001-50
Primmori LTDA – 30.027.710/0001-76
Solução em Negocios LTDA – 21.529.392/0002-31

Curvelo/MG, 25/08/2026 –

MAGNA FONSECA BARBOSA –
Autoridade Competente CISMEV.

Publicado por:
Elisa Rodrigues Fonseca
Código Identificador:078DC1F7

CISMEV - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO RIO DAS VELHA
RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 74/2025.

Retificação da publicação do Termo Aditivo ao contrato n° 74/2025.

Onde se lê:

Extrato do segundo termo aditivo ao contrato nº 74/2025 de prestação de serviços de médicos

Leia-se:

Extrato do primeiro termo aditivo ao contrato nº 74/2025 de prestação de serviços de médicos

Publicado por:
Elisa Rodrigues Fonseca
Código Identificador:622F3A9B

ESTADO DE MINAS GERAIS
CISMISEL – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE SETE LAGOAS

CISMISEL
CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 19/2026
O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião de Sete Lagoas - CISMISEL, através do Departamento de Licitações e Compras, torna público aos interessados o vencedor do Processo Licitatório n° 64/2026, na modalidade Pregão Eletrônico n° 13/2026 cujo objeto é **CONTRATAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES DIAGNÓSTICOS E CONSULTAS MÉDICAS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DOS USUÁRIOS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS.** *Celebra o contrato administrativo nº 19/2026, com a contratada* ***SAUDESETE COOPERATIVA DE TRABALHO EM ASSISTENCIA EM SAUDE EM SETE LAGOAS E REGIÃO****, com valor global R$ 225.000,00 (duzentos e vinte e cinco mil reais), vigência – 12 (doze) meses.*

Mais informações poderão ser obtidas através do telefone (31) 3773-2547.

Sete Lagoas/MG, 26 de agosto de 2026.

JÚLIA TEIXEIRA RIBEIRO –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Júlia Teixeira Ribeiro
Código Identificador:028C91EE

ESTADO DE MINAS GERAIS
CISPARA - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE E SERVIÇOS DO ALTO DO RIO PARA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO 07/2026

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS DO ALTO DO RIO PARÁ- CISPARÁ – AVISO DE LICITAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2026, MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2026, REGISTRO DE PREÇOS N° 07/2026. OBJETO: O objeto da presente contratação consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de gaveteiro fúnebre vertical para humanos e pets, pré-fabricado em concreto, compreendendo o fornecimento dos módulos, transporte, montagem e instalação em áreas previamente preparadas pelos Municípios consorciados ao Consórcio Intermunicipal de Saúde e Serviços do Alto do Rio Pará (CISPARÁ). conforme especificações, quantitativos estimados e condições estabelecidas no Termo de Referência. **Entrega da proposta até o dia 21.09.2026 às 08:55hs – Inicio dos lances 21.09.2026 as 09:00hs. através da plataforma** www.ammlicita.org.br**.** na *internet*, nos sites www.ammlicita.org.br e www.cispara.mg.gov.br, aba "Portal da Transparência/ Licitações". Mais informações pelo telefone 373231-3700,

Pará de Minas, 26 de agosto de 2027.

FÁBIO ALVES COSTA FONSECA –
Presidente.

Publicado por:
Eduardo Pinheiro
Código Identificador:434E82F4

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 159/2025 - RTF SERVIÇOS MEDICOS

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS DO ALTO DO RIO PARÁ- CISPARÁ**, torna público o extrato do primeiro termo aditivo ao contrato administrativo nº 159/2025. CONTRATADO **RTF SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.** O presente Termo Aditivo visa a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo n° 159/2025. **DOS VALORES** - O valor total do presente contrato é R$ 27.885,00 (Vinte e sete mil oitocentos e oitenta e cinco reais) Embasamento legal - Art. 105 da Lei n° 14.133, de 2021. Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo por mais 12 meses a partir do dia 01 de setembro de 2026. Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato originário e não alteradas pelo presente instrumento.

Pará de Minas, 24 de agosto de 2026.

FÁBIO ALVES COSTA FONSECA –
Presidente.

Publicado por:
Eduardo Pinheiro
Código Identificador:DFD2D2D4

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSAÚDE-CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DO VALE DO AÇO

CONSAÚDE-CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DO VALE DO AÇO
ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 072/2026

ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 072/2026
O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Aço – CONSAÚDE torna público o **Termo Aditivo** ao Contrato Administrativo nº 072/2026, celebrado com a empresa **CLÍNICA MÉDICA LOURENÇO DIAS LTDA**, referente ao Processo Licitatório nº 022/2025, tendo por objeto o **acréscimo de 25% ao valor contratual**, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.
Em razão do aditivo, o valor do contrato passa de **R$ 743.938,06** para **R$ 758.581,66** permanecendo inalteradas as demais cláusulas e condições contratuais.

Coronel Fabriciano/MG, 26 de agosto de 2026.

Equipe de Apoio

Publicado por:
João Batista Vieira de Oliveira
Código Identificador:64A6F86B

CONSAÚDE-CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DO VALE DO AÇO
CONTRATO ADMINISTRATIVO 165/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO 165/2026
O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Aço - CONSAUDE, torna público, que celebrou o contrato administrativo n° 165/2026 com a empresa IRMANDADE DE PROMOÇÃO A ASSISTÊNCIA SOCIAL E SAÚDE - IPAS, referente ao processo licitatório n° 025/2026, cujo objeto é contratação de entidade filantrópica ou de fins não econômicos, integrada ao conceito de empreendedorismo social, para prestar serviços de apoio técnico operacional, administrativo e de serviços gerais, com contrapartida social, em atendimento ao CONSAÚDE, com o valor global de R$ 50.000.000,00 (Cinquenta milhões de reais) com vigência até 20 de agosto de 2027.

Coronel Fabriciano/MG, 26 de agosto de 2026.

TATIANY FIRMINO
Equipe de Apoio

Publicado por:
João Batista Vieira de Oliveira
Código Identificador:976ACB5F

CONSAÚDE-CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DO VALE DO AÇO
CONTRATO ADMINISTRATIVO 166/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO 166/2026
O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Aço - CONSAUDE, torna público, que celebrou o contrato administrativo n° 166/2026 com a empresa AME SAÚDE 24 HORAS LTDA, referente ao processo licitatório n° 022/2025, cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica para a realização de exames médicos com finalidade de diagnóstico e complementar, com o valor global de R$ 17.325,30 (Dezessete mil e trezentos e vinte e cinco reais e trinta centavos) com vigência até 25 de agosto de 2027.

Coronel Fabriciano/MG, 26 de agosto de 2026.

TATIANY FIRMINO
Equipe de Apoio

Publicado por:
João Batista Vieira de Oliveira
Código Identificador:31008292

CONSAÚDE-CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DO VALE DO AÇO
CONTRATO ADMINISTRATIVO 167/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO 167/2026
O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Aço - CONSAUDE, torna público, que celebrou o contrato administrativo n° 167/2026 com a empresa MAIS FISIO CENTRO DE SAÚDE LTDA, referente ao processo licitatório n° 040/2023, cujo objeto é a credenciamento de pessoa jurídica para prestação de serviços de Consultas não médicas, métodos terapêuticos com técnicas específicas, com o valor global de R$ 200.000 (Duzentos mil reais) com vigência até 25 de agosto de 2027.

Coronel Fabriciano/MG, 26 de agosto de 2026.

TATIANY FIRMINO
Equipe de Apoio

Publicado por:
João Batista Vieira de Oliveira
Código Identificador:9BAFF191

CONSAÚDE-CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DO VALE DO AÇO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 150/2026

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DO VALE DO AÇO - CONSAÚDE**, torna público, que celebrou o Contrato Administrativo de nº 150/2026 com a empresa **EQUILIBRAR ODONTOLOGIA E PSICOLOGIA ESPECIALIZADA LTDA**, oriundo do Pregão Eletrônico nº 006/2024 e da Ata de Registro de Preços nº 06/2024, tendo como objeto a contratação de empresa especializada em prestação de serviços odontológicos-hospitalares e domiciliares, visando o atendimento de pacientes acamados e/ou com dificuldade de locomoção, conforme solicitação, no valor global de R$ 1.915.719,20 (um milhão, novecentos e quinze mil, setecentos e dezenove reais e vinte centavos), correspondente à soma dos saldos remanescentes registrados em favor da CONTRATADA nos Lotes 01, 02 e 03 da Ata de Registro de Preços nº 06/2024, apurados pelo Departamento de Compras. O presente contrato terá validade de 12 meses, contados do dia 19 de agosto de 2026, data em que ocorreu a assinatura entre as partes.

Cel. Fabriciano/MG, 19 de agosto de 2026.

Publicado por:
João Batista Vieira de Oliveira
Código Identificador:69FB6167

CONSAÚDE-CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DO VALE DO AÇO
TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2026

O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Aço – CONSAÚDE torna público o Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 005/2026, celebrado com a empresa NILZA RODRIGUES OFFICE LTDA, referente ao Processo Licitatório nº 004/2026, tendo por objeto o acréscimo quantitativo de 25% do item PAPEL A4 - PASTA A Z – PILHA ALCALINA AA – LAMPADA LED 50W – PILHA PALITO AAA – DUREX TRANSPARENTE em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.
Em razão do aditivo, o valor global registrado passa de R$ 102.828,40 para R$ 118.702,80 permanecendo inalteradas as demais cláusulas e condições da Ata.

Coronel Fabriciano/MG, 26 de agosto de 2026.

Equipe de Apoio

Publicado por:
João Batista Vieira de Oliveira
Código Identificador:A2879B84

CONSAÚDE-CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DO VALE DO AÇO
TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2026

O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Aço – CONSAÚDE torna público o Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 006/2026, celebrado com a empresa FREITAS COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA, referente ao Processo Licitatório nº 004/2026, tendo por objeto o acréscimo quantitativo de 25% do item COPO DESCARTÁVEL, passando de 300 para 375 unidades, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.
Em razão do aditivo, o valor global registrado passa de R$ 39.217,50 para R$ 40.830,00, permanecendo inalteradas as demais cláusulas e condições da Ata.

Coronel Fabriciano/MG, 26 de agosto de 2026.

Equipe de Apoio

Publicado por:
João Batista Vieira de Oliveira
Código Identificador:48A8635F

CONSAÚDE-CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DO VALE DO AÇO
TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2026

O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Aço – CONSAÚDE torna público o Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 008/2026, celebrado com a empresa MINAS VALE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI, referente ao Processo Licitatório nº 004/2026, tendo por objeto o acréscimo quantitativo de 25% do item DETERGENTE, passando de 100 para 125 unidades, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

Em razão do aditivo, o valor global registrado passa de R$ 29.838,50 para R$ 30.88,50 permanecendo inalteradas as demais cláusulas e condições da Ata.

Coronel Fabriciano/MG, 26 de agosto de 2026.

Equipe de Apoio

Publicado por:
João Batista Vieira de Oliveira
Código Identificador:71EC5EF7

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ALIANÇA PARA A SAÚDE - CIAS

GERENCIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
CONTRATUALIZAÇÃO - MABEF COMERCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA

EXTRATO DO CONTRATO N° 025/2026 - PROCESSO LICITATÓRIO N° 030/2025

Objeto: Contratação da empresa MABEF COMERCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA, homologada pelo fabricante, para aquisição de equipamentos médicos - cardioversor, desfibrilador e aspirador de secreções - e respectivos insumos, para compor o parque tecnológico do SAMU Macro Centro (192). **Partes:** CIAS X MABEF COMERCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA - **Vigência:** 26/08/2026 até 26/08/2027 - **Valor:** R$186.545,00 (cento e oitenta e seis mil, quinhentos e quarenta e cinco reais) - BH/MG.

DIRAN RODRIGUES DE SOUZA FILHO
Secretário Executivo

Publicado por:
Lara Rúbia Vaz Diniz Fráguas
Código Identificador:887F3A63

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - CONVALE

CONVALE
NOTA DE CORREÇÃO - REPUBLICAÇÃO EDITAL 001 E 002/2026 - AMVALE

PUBLICAÇÃO
NOTA DE CORREÇÃO

PUBLICAMOS ESTA NOTA DE CORREÇÃO PARA ESCLARECIMENTOS ABAIXO:
EDITAIS AMVALE 001 E 002-2026 - REFERENTE A ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS DE 1974 A 2015 DA AMVALE, FORAM PUBLICADOS PELA PÁGINA DO CISTRISUL (DIÁRIO DA AMM), EQUIVOCADAMENTE, SENDO A PUBLICAÇÃO PORTANTO DESCONSIDERADA.
A DOCUMENTAÇÃO EM ANÁLISE E DISPONIBILIZAÇÃO PARA FUTURA ELIMINAÇÃO SÃO SOMENTE DA AMVALE - ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO VALE DO RIO GRANDE, CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO.

UBERABA-MG, 25 DE AGOSTO DE 2026

VANESSA SILVA FARIA -
Secretária Executiva da AMVALE/CONVALE.

Publicado por:
Vanessa Silva Faria
Código Identificador:0005A4AC

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - CIDRUS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - CIDRUS
AVISO DE RETIFICAÇÃO Nº 2 LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

AVISO DE RETIFICAÇÃO Nº 2 LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

CIDRUS - Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, torna público o edital retificado nº 2 do Pregão Eletrônico nº 006/2026, tendo como objeto REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços comuns de engenharia relacionados à extensão, ampliação e modificação de redes de iluminação pública e distribuição de energia elétrica urbana e rural, incluindo elaboração de projetos executivos, fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas, sistema de telegestão, quando demandado, e demais serviços correlatos necessários à execução do objeto, para atendimento das necessidades dos municípios consorciados ao Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CIDRUS. A abertura da sessão pública será realizada no dia 10 de setembro de 2026 às 13:00 horas, no endereço eletrônico: https://www.portaldelicitacoescidrus.com.br/ . O edital poderá ser obtido nos sites: https://www.gov.br/pncp/pt-br e www.cidrus.mg.gov.br e também através do e-mail: licitacao@cidrus.mg.gov.br .

Candeias/MG, 26 de agosto de 2026

GUILHERME HENRIQUE LAMOUNIER
Pregoeiro CIDRUS

Publicado por:
Guilherme Henrique Lamounier
Código Identificador:BDF5906F

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL DAS VERTENTES - CIGEDAS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL DAS VERTENTES - CIGEDAS
TERMO DE CANCELAMENTO DE REGISTRO ESTABELECIMENTO SIM

TERMO DE CANCELAMENTO DE REGISTRO DE ESTABELECIMENTO
SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL – SIM

Aos 26 dias do mês de agosto de 2026, o responsável pelo Serviço de Inspeção Municipal executado pelo Consórcio Intermunicipal de Gestão e Desenvolvimento Ambiental Sustentável das Vertentes – CIGEDAS VERTENTES, abaixo nominado(a) e assinado, vem **CANCELAR O REGISTRO** do Estabelecimento Marciel Ramos de Morais, CPF 042.576.516-44, Registrado no SIM CIGEDAS VERTENTES sob o número E- 022, localizado na Fazenda Água do Pote, Zona Rural do município de Prados - MG.
O Sr. Marciel parou a produção da queijaria, fato este constatado por mim por 3 vezes. O mesmo não foi mais encontrado (e mail, whats app e telefone) até a atual data para requerimento de encerramento das sua inscrição no Serviço de Inspeção Municipal – SIM CIGEDAS.
Diante disto, cancelo o Registro de forma unilateral.

Coordenador do Serviço de Inspeção Municipal
BRUNO HENRIQUE MOURÃO RIGUEIRA CAVALCANTI
Médico Veterinário CRMV-MG 17.023

Publicado por:
Bruno Henrique Mourão Rigueira Cavalcanti
Código Identificador:0954B518

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DO VALE DO PIRANGA-CISAMAPI

CISAMAPI
PORTARIA-Nº-145-2026 - CONVOCA CREUSIANO ROSA PARA ASSUMIR VAGA DE ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Piranga – CISAMAPI, no exercício de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o Edital do Concurso Público nº 01/2022 do CISAMAPI;
CONSIDERANDO o resultado final homologado do Concurso Público nº 01/2022 do CISAMAPI;
CONSIDERANDO que a candidata **Davi Henrique de Souza Santos**, devidamente convocado por meio da Portaria nº 143/2026, publicada em 25/08/2026, informou, via email, que não assumirá a referida vaga por questões pessoais;
RESOLVE:
Art. 1º Fica convocado o candidato **Creusiano Rosa** para se apresentar e tomar posse no cargo de **Assistente Administrativo**, integrante do quadro geral de empregados públicos do CISAMAPI, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 17, §1º, do Regulamento de Pessoal do CISAMAPI, prorrogável por igual período mediante requerimento do interessado.
Parágrafo único. No prazo estabelecido no caput, o candidato deverá comparecer ao Setor de Pessoal do CISAMAPI, situado na Avenida Ernesto Trivellato, nº 120, Bairro Triângulo, Ponte Nova/MG, no horário de 9h às 11h e de 13h às 16h, para formalização da posse, munido dos seguintes documentos, não sendo admitidas pendências:
I – laudo médico favorável, emitido por profissional ou junta médica designada pelo CISAMAPI;
II – original e cópia de comprovante de residência (contas de água, luz, telefone ou internet; ou declaração de residência com firma reconhecida em cartório);
III – original e cópia da certidão de nascimento ou casamento, com averbações, se houver;
IV – original e cópia da Cédula de Identidade;
V – original e cópia do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
VI – se cidadão português com igualdade de direitos, documento expedido pelo Ministério da Justiça reconhecendo a igualdade de direitos e obrigações civis e o gozo dos direitos políticos, nos termos do §1º do art. 12 da Constituição Federal, do Decreto Federal nº 70.436/1972 e do Decreto Federal nº 3.927/2001, bem como documento de identidade de modelo equivalente ao brasileiro, com menção expressa à nacionalidade e ao tratado correspondente;
VII – original e cópia do cartão de cadastramento no PIS/PASEP, se possuir. O candidato deverá consultar a regularidade da Qualificação Cadastral no portal oficial do eSocial. Havendo inconsistências, deverá providenciar a regularização junto ao órgão competente e apresentar o respectivo comprovante no ato da admissão;
VIII – original e cópia da certidão de nascimento e comprovante de vacinação dos filhos menores de 14 (quatorze) anos, se houver;
IX – Original da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);
X – original e cópia do Título de Eleitor, acompanhado do comprovante de votação no último pleito (ambos os turnos, se houver) ou certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral;
XI – original e cópia do Certificado de Reservista, de isenção ou de dispensa de incorporação, se do sexo masculino;
XII – original e cópia do comprovante de escolaridade exigida para o exercício do emprego público (diploma registrado, declaração, atestado ou certificado de conclusão emitido pela instituição de ensino);
XIII – declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio, ou cópia da última Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), acompanhada do respectivo recibo de entrega;
XIV – declaração de que não incorre nas hipóteses de acumulação vedada previstas no art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição da República de 1988, bem como de que não percebe proventos de aposentadoria incompatíveis com o disposto no art. 37, §10, da Constituição Federal;
XV – declaração de disponibilidade para desempenhar atividades além da jornada ordinária, inclusive em feriados e dias de folga, quando necessário à conclusão de trabalhos inadiáveis.
Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Ponte Nova/MG, 25 de agosto de 2026.

EDER ELÓI ALVES PENA
Prefeito Municipal de Sem Peixe
Presidente do CISAMAPI

Publicado por:
Israel Marinho Aparecido
Código Identificador:73EFA0E6

CISAMAPI
PORTARIA-Nº-146-2026 -INSTITUI E NOMEIA A COMISSÃO ESPECIAL DE ALIENAÇÃO PATRIMONIAL

Designa os membros da Comissão Eleitoral Especial responsável pelo acompanhamento do processo eleitoral para a Presidência do CISAMAPI – Biênio 2027/2028.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO VALE DO PIRANGA – CISAMAPI, no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os seguintes membros para comporem a Comissão Eleitoral Especial responsável pelo acompanhamento e condução do processo eleitoral para escolha do Presidente, Vice-Presidente e Secretário-Geral do CISAMAPI, referente ao biênio 2027/2028:

I – MARIA REGINA DE CARVALHO MARTINS, Secretária Executiva;
II - VIVIANE CORDEIRO DE OLIVEIRA, Diretora Administrativa;
III – JÉSSICA ALVARENGA SOARES TAVARES, Diretora Jurídica.

Art. 2º Compete à Comissão Eleitoral Especial exercer as atribuições previstas no Edital de Convocação da Assembleia Geral Extraordinária destinada ao processo eleitoral para a Presidência do CISAMAPI – Biênio 2027/2028.

Art. 3º A Comissão exercerá suas atribuições com independência, imparcialidade e observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e transparência.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, permanecendo vigente até a conclusão dos atos relacionados ao processo eleitoral.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Ponte Nova, 26 de agosto de 2026.

EDER ELÓI ALVES PENA
Prefeito Municipal de Sem Peixe
Presidente do CISAMAPI

Publicado por:
Israel Marinho Aparecido
Código Identificador:4B886C09

CISAMAPI
PORTARIA-Nº-147-2026 - DESIGNA OS MEMBROS DA COMISSÃO ELEITORAL ESPECIAL RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO ELEITORAL PARA A PRESIDÊNCIA DO CISAMAPI 2027-2028

Institui e nomeia a Comissão Especial de Alienação Patrimonial para acompanhamento e processamento do Chamamento Público destinado à alienação onerosa direta de veículos pertencentes ao CISAMAPI e dá outras providências.

O **PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DO VALE DO PIRANGA – CISAMAPI**, no uso das atribuições legais, estatutárias e regulamentares que lhe são conferidas pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto do CISAMAPI;

CONSIDERANDO a instauração de Processo Administrativo de Alienação Patrimonial destinado à alienação onerosa direta de 15 (quinze) veículos tipo ônibus aos Municípios consorciados, mediante Chamamento Público;

CONSIDERANDO o disposto no art. 76, inciso II, alínea "f", da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como as disposições do Decreto Estadual nº 45.242/2009, da Resolução SEPLAG nº 37/2010 e da Resolução CISAMAPI nº 045/2025;

CONSIDERANDO a autorização expedida pela Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais por meio do Ato nº 155/2026, amparada pela Nota Jurídica AGE/MG nº 95/2026;

CONSIDERANDO que o Edital do Chamamento Público prevê a atuação de **Comissão Especial de Alienação Patrimonial** na condução e processamento do procedimento, inclusive quanto à análise das manifestações de interesse, distribuição dos lotes e realização de sorteio público, quando necessário;

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de assegurar a regularidade, transparência, impessoalidade, publicidade e segurança jurídica dos atos praticados no âmbito do procedimento de alienação patrimonial;
RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída a COMISSÃO ESPECIAL DE ALIENAÇÃO PATRIMONIAL DO CISAMAPI, responsável pelo acompanhamento, processamento e condução dos atos administrativos relacionados ao Chamamento Público destinado à alienação onerosa direta dos veículos automotores de propriedade do Consórcio aos Municípios consorciados.

Art. 2º A Comissão Especial de Alienação Patrimonial será composta pelos seguintes membros:

I – José Francisco de Castro – **Presidente**;
II – Anderson Luiz Gonzaga - **Membro;**
III – Wandaermínia Elias Gomes Brumano – **Membro**.

Art. 3º Compete à Comissão Especial de Alienação Patrimonial:
I – acompanhar e promover os atos necessários ao regular processamento do Chamamento Público;
II – receber, organizar e analisar os Requerimentos de Manifestação de Interesse apresentados pelos Municípios consorciados;
III – verificar a tempestividade dos requerimentos e a documentação exigida pelo Edital;
IV – verificar o atendimento das condições de participação previstas no instrumento convocatório;
V – organizar as manifestações de interesse por lote e observar a ordem de preferência indicada pelos Municípios participantes;
VI – promover a distribuição dos lotes de acordo com a sistemática e a regra de cota individual estabelecidas no Edital;
VII – adjudicar, para fins de encaminhamento à homologação da autoridade competente, os lotes que tenham recebido manifestação válida de interesse de um único Município, pelo respectivo valor de avaliação;
VIII – organizar, conduzir e documentar o sorteio público quando houver manifestação de interesse de dois ou mais Municípios para o mesmo lote;
IX – promover, quando cabível, a segunda rodada de manifestação de interesse para os veículos remanescentes, na forma estabelecida pelo Edital;
X – lavrar ata circunstanciada das sessões públicas, fazendo constar os atos praticados, as ocorrências, eventuais impugnações e os respectivos resultados;
XI – proceder ao julgamento das manifestações de interesse, habilitações, classificações e eventuais desclassificações, sempre de forma motivada;
XII – receber os recursos administrativos interpostos contra seus atos, promovendo sua regular instrução e encaminhamento à autoridade competente, na forma prevista no Edital;
XIII – elaborar os mapas, relatórios, termos e demais documentos necessários à formalização dos resultados do procedimento;
XIV – encaminhar o resultado final do procedimento ao Presidente do CISAMAPI para homologação e demais providências cabíveis; e
XV – praticar os demais atos necessários à adequada condução do procedimento, observados os limites estabelecidos no Edital e na legislação aplicável.

Art. 4º O Presidente da Comissão Especial de Alienação Patrimonial será responsável pela coordenação dos trabalhos, convocação dos demais membros, condução das sessões públicas e dos eventuais sorteios, bem como pela adoção das providências necessárias ao regular funcionamento da Comissão.

Art. 5º Os membros da Comissão deverão desempenhar suas atribuições com independência, imparcialidade e observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, transparência e interesse público.
Art. 6º A atuação da Comissão Especial de Alienação Patrimonial ficará restrita às atribuições de processamento, análise, julgamento e condução administrativa do procedimento, permanecendo reservados ao Presidente do CISAMAPI os atos de competência da autoridade superior, especialmente a apreciação dos recursos que lhe forem submetidos e a homologação do resultado do Chamamento Público.

Art. 7º A participação na Comissão será considerada serviço público relevante, não ensejando o pagamento de remuneração, gratificação ou qualquer vantagem adicional aos seus membros.

Art. 8º A Comissão permanecerá constituída até a conclusão dos atos administrativos decorrentes do Chamamento Público e da alienação dos bens abrangidos pelo respectivo Processo Administrativo.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Ponte Nova, 26 de agosto de 2026.

EDER ELÓI ALVES PENA
Prefeito Municipal de Sem Peixe
Presidente do CISAMAPI

Publicado por:
Israel Marinho Aparecido
Código Identificador:4D10E6A2

CISAMAPI
RESOLUÇÃO N° 059 DE 19 DE AGOSTO DE 2026 - DISPÕE SOBRE O ESTABELECIMENTO DE RISCOS FISCAIS PARA O EXERCÍCIO DE 2027.

Resolução n° 059 de 19 de agosto de 2026

Dispõe sobre o estabelecimento de riscos fiscais para o exercício de 2027.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Piranga - CISAMAPI no exercício das atribuições legais que lhe confere ao contrato consolidado de consórcio público do CISAMAPI, em cumprimento a deliberação da Assembleia Geral, faz expedir a presente resolução:

Art. 1° Ficam estabelecidos os seguintes riscos fiscais para o exercício de 2027:
I - Assunção de Passivos;
II - Demandas Judiciais;
III - Despesas orçadas a menor no orçamento corrente;
IV - Discrepância de projeções;
V - Dívidas em processo de reconhecimento;
VI - Frustração de arrecadação;
VII - Inadimplência de municípios contrato programa;
VIII - Inadimplência de municípios contrato rateio;
IX - Outros passivos contingentes;
X - Outros riscos fiscais;
XII - Outros riscos fiscais não efetivação receita contratos programas;
XIII - Outros riscos fiscais não efetivação receita convênios;

XIV - Pagamento rescisões empregados públicos consórcio;
XV - Restituição de tributos a maior.

Art. 2° Os riscos fiscais indicados no art. 1° observarão os valores e respectivas providências a serem adotadas constantes do Anexo Único desta resolução.
Parágrafo único. Ao longo da execução orçamentária do exercício, os valores constantes do Anexo Único poderão ser revistos mediante ato administrativo devidamente motivado.

Art. 3° Os riscos fiscais previstos nesta Resolução, observadas as medidas de mitigação constantes do Anexo, poderão ser cobertos com os recursos vinculados aos fundos de natureza contábil mantidos pelo CISAMAPI.

Ponte Nova, 19 de agosto de 2026.

ÉDER ELÓI ALVES PENA
Prefeito Municipal de Sem Peixe Presidente do CISAMAPI

ANEXO ÚNICO

Descrição	Valor Estimado para 2027	Providências a serem adotadas
Assunção de Passivos, inclusive trabalhistas	R$ 0,00	Utilização de reserva de contingência e/ou abertura de crédito adicional conforme art. 43, §1° Lei 432/1964 e/ou utilização de recursos financeiros de Fundos Natureza Contábil do CISAMAPI
Demandas Judiciais	R$ 20.318,59	Utilização de reserva de contingência
Despesas orçadas a menor no orçamento corrente	R$ 0,00	Abertura crédito adicional conforme art. 43,§1° Lei 4320/1964
Discrepância de projeções	R$ 0,00	Abertura crédito adicional conforme art. 43,§1° Lei 4320/1964
Dívidas em processo de reconhecimento	R$ 0,00	Utilização de reserva de contingência e/ou Fundo de Natureza Contábil do CISAMAPI
Frustração de arrecadação	R$ 0,00	Reavaliação da execução orçamentária com possível contingenciamento orçamento
Inadimplência de municípios contrato programa	R$ 147.721,59	Utilização Fundo de Natureza Contábil do CISAMAPI e cobrança judicial ressarcimento consórcio
Inadimplência de municípios contrato rateio	R$ 0,00	Utilização Fundo de Natureza Contábil do CISAMAPI e cobrança judicial ressarcimento consórcio
Outros passivos contingentes	R$ 0,00	Utilização de reserva de contingência
Outros riscos fiscais	R$ 0,00	Abertura crédito adicional conforme art. 43,§1° Lei 4320/1964
Outros riscos fiscais não efetivação receita contratos programas	R$ 327.449,34	Não execução projetos e/ou contingenciamento orçamento
Outros riscos fiscais não efetivação receita convênios	R$ 0,00	Não execução projetos e/ou contingenciamento orçamento
Pagamento rescisões empregados públicos consórcio	R$ 32.500,00	Utilização Fundo de Natureza Contábil do CISAMAPI e cobrança judicial ressarcimento consórcio
Restituição de tributos a maior	R$ 0,00	Utilização de reserva de contingência
TOTAL	R$ 527.989,50	

Publicado por:
Israel Marinho Aparecido
Código Identificador:A0DFC362

CISAMAPI
RESOLUÇÃO N° 064 DE 19 DE AGOSTO DE 2026. - DISPÕE SOBRE O ESTABELECIMENTO DO SISTEMA DE COTAS DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS NO PATRIMÔNIO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DO VALE DO PIRANGA – CISAMAPI,

Resolução n° 064 de 19 de agosto de 2026.

Dispõe sobre o estabelecimento do sistema de cotas de participação dos municípios consorciados no patrimônio do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Piranga – CISAMAPI, em cumprimento à Instrução Normativa nº 01/2026 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Piranga - CISAMAPI, no exercício das atribuições legais que lhe confere a o contrato consolidado de consórcio público do CISAMAPI, em cumprimento a deliberação da Assembleia Geral e ainda em conformidade com a seguinte fundamentação

CONSIDERANDO a edição da Instrução Normativa nº 01/2026 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, publicada em 17 de junho de 2026, que estabelece normas de gestão contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial a serem observadas pelos consórcios públicos sob a jurisdição daquele Tribunal;

CONSIDERANDO que o Capítulo VI da referida Instrução Normativa, em seus arts. 20 e 21, determina a adoção do sistema de cotas de participação para fins de contabilização da parcela de participação de cada município consorciado no patrimônio líquido do consórcio, conforme as Instruções de Procedimentos Contábeis nº 10 da Secretaria do Tesouro Nacional – IPC 10/STN;

CONSIDERANDO que as Cláusulas 39ª, 40ª e 41ª da Consolidação do Contrato de Consórcio Público do CISAMAPI dispõem sobre a contabilização e o patrimônio do Consórcio, estabelecendo, em seu §7º da Cláusula 41ª, a obrigatoriedade de demonstração anual, por município consorciado, dos valores investidos e arrecadados por serviço, bem como da situação patrimonial, individuando os bens adquiridos pelo CISAMAPI;

CONSIDERANDO que o art. 21 da referida Instrução Normativa exige o fornecimento, ao final de cada exercício financeiro, de informações individualizadas aos municípios consorciados, contendo memória de cálculo, número total de cotas, quantidade de cotas de cada município e valor unitário da cota atualizado;

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 26 e 28 da mesma Instrução Normativa, que determinam a atribuição do imposto de renda retido na fonte com base na proporção de participação de cada município no patrimônio do consórcio, nas hipóteses ali previstas;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer critérios objetivos e transparentes para a determinação das cotas patrimoniais de cada município consorciado, em conformidade com a legislação aplicável e com a Consolidação do Contrato de Consórcio Público do CISAMAPI;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Piranga – CISAMAPI, o sistema de cotas de participação dos municípios consorciados no patrimônio líquido do Consórcio, nos termos da Instrução Normativa nº 01/2026 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e das Instruções de Procedimentos Contábeis nº 10 da Secretaria do Tesouro Nacional (IPC 10/STN).

Art. 2º Para os fins desta Resolução, considera-se:
I – cota de participação: a unidade de medida que representa a parcela de participação de cada município consorciado no patrimônio líquido do CISAMAPI;
II – cota patrimonial: o percentual de participação de cada município consorciado no patrimônio líquido do CISAMAPI, expresso em relação ao total de cotas de participação;
III – patrimônio líquido do consórcio: o conjunto de bens, direitos e obrigações do CISAMAPI, apurado contabilmente em conformidade com a legislação vigente e as normas contábeis aplicáveis ao setor público;
IV – valor unitário da cota: o resultado da divisão do patrimônio líquido do CISAMAPI pelo número total de cotas de participação existentes.

Art. 3º O sistema de cotas de participação observará, cumulativamente, as seguintes disposições:
I – a adoção do sistema de cotas previsto na IPC 10/STN, em conformidade com o art. 20 da Instrução Normativa nº 01/2026 do TCEMG;
II – a contabilização da parcela de participação de cada município consorciado no patrimônio líquido do CISAMAPI;

III – o fornecimento anual de informações individualizadas aos municípios consorciados, nos termos do art. 21 da Instrução Normativa nº 01/2026 do TCEMG;
IV – o cumprimento das disposições constantes na Consolidação do Contrato de Consórcio Público do CISAMAPI, especialmente as Cláusulas 39ª, 40ª e 41ª, e respectivos parágrafos;
V – a observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como dos princípios da autonomia, solidariedade, transparência e eficiência previstos na Cláusula 51ª da Consolidação do Contrato de Consórcio Público do CISAMAPI.

Art. 4º As cotas patrimoniais de cada município consorciado serão estabelecidas na forma de percentual, conforme tabela constante do Anexo Único desta Resolução.
§ 1º O percentual de participação de cada município será determinado com base nos critérios estabelecidos na IPC 10/STN e na Consolidação do Contrato de Consórcio Público do CISAMAPI, observando-se:
I – os recursos financeiros transferidos pelo município ao CISAMAPI mediante contrato de rateio; II – os recursos não financeiros transferidos pelo município ao CISAMAPI, desde que, pelas regras de contabilidade, esses recursos devam ser reconhecidos no ativo patrimonial do Consórcio; III – os demais critérios previstos na legislação aplicável e no Contrato de Consórcio Público do CISAMAPI.
§ 2º O pagamento efetuado por município consorciado em contratações apartadas do rateio, nos termos do art. 18 do Decreto Federal nº 6.017/2007, não se converte em aquisição de cotas de participação, conforme §4º do art. 21 da Instrução Normativa nº 01/2026 do TCEMG.

Art. 5º A atualização do registro da quantidade total de cotas de participação e da quantidade que cada consorciado possui deverá ser efetuada sempre que houver:
I – transferência de recursos financeiros de município consorciado ao CISAMAPI mediante contrato de rateio;
II – transferência de recursos não financeiros de município consorciado ao CISAMAPI, desde que, pelas regras de contabilidade, esses recursos devam ser reconhecidos no ativo patrimonial do Consórcio;
III – transferência de recursos do CISAMAPI para município, em decorrência de sua retirada do consórcio, observados os termos do §1º do art. 11 da Lei Federal nº 11.107/2005 e das Cláusulas 45ª e 46ª da Consolidação do Contrato de Consórcio Público do CISAMAPI.

Art. 6º Ao final de cada exercício financeiro, o CISAMAPI fornecerá aos municípios consorciados a informação relativa às respectivas parcelas de participação em seu patrimônio líquido, contendo:
I – memória de cálculo individualizada;
II – o número total de cotas de participação;
III – a quantidade de cotas que cada município possui; IV – o valor unitário da cota atualizado.
§ 1º A informação de que trata o caput deverá ser repassada pelo CISAMAPI em tempo hábil para que os registros contábeis sejam efetivados e considerados nas demonstrações contábeis anuais dos municípios consorciados.
§ 2º A atualização do valor unitário da cota será realizada pelo CISAMAPI anualmente, podendo ser estipulada periodicidade mais curta, conforme §2º do art. 21 da Instrução Normativa nº 01/2026 do TCEMG.

Art. 7º Para fins de atribuição do imposto de renda retido na fonte, observado o disposto no Capítulo VII da Instrução Normativa nº 01/2026 do TCEMG:
I – o produto das retenções de imposto de renda sobre o pagamento de despesas rateáveis será atribuído a cada município consorciado com base na proporção de participação de cada um no rateio do exercício em que ocorrer a despesa, conforme art. 26 da referida Instrução Normativa;
II – o imposto de renda retido na fonte decorrente de pagamentos realizados pelo CISAMAPI no âmbito de convênios ou instrumentos congêneres celebrados com entes não consorciados ou entidades a eles vinculadas será apropriado por cada município consorciado com base na proporção de participação no patrimônio do CISAMAPI na data da retenção, conforme art. 28 da referida Instrução Normativa;
III – o imposto de renda retido na fonte decorrente de pagamentos realizados no âmbito de contratações apartadas do rateio para atender demanda individual de ente consorciado será atribuído ao município demandante, conforme art. 27 da referida Instrução Normativa.

Art. 8º O Anexo Único desta Resolução, contendo a relação dos municípios consorciados e suas respectivas cotas patrimoniais expressas em percentual, será preenchido pela Secretaria Executiva do CISAMAPI, com base nos critérios estabelecidos nesta Resolução, e submetido à homologação da Assembleia Geral.
Parágrafo único. O preenchimento do Anexo Único deverá contemplar todos os municípios consorciados relacionados no preâmbulo da Consolidação do Contrato de Consórcio Público do CISAMAPI e pelos demais entes públicos que ingressaram ao CISAMAPI na forma dos §§3° e 4° da Cláusula 2ª.

Art. 9º A Secretaria Executiva do CISAMAPI adotará as providências necessárias à implementação do sistema de cotas de participação, incluindo:
I – a adoção dos procedimentos contábeis previstos na IPC 10/STN;
II – a elaboração da memória de cálculo individualizada por município consorciado;
III – o fornecimento tempestivo das informações previstas no art. 6º desta Resolução;
IV – a manutenção de registro atualizado da quantidade total de cotas de participação e da quantidade atribuída a cada município consorciado.

Art. 10 As cotas estabelecidas no Anexo Único poderão ser revistas mediante expedição de ato conjunto da Secretaria Executiva e do serviço de contabilidade do CISAMAPI.
Parágrafo único. O ato que promover alteração na forma do *caput* deverá detalhar exposição de motivos e a metodologia de cálculo de apuração que importou na alteração.

Art. 11. Revogadas as disposições em contrário, esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial Eletrônico do CISAMAPI.

Ponte Nova, 19 de agosto de 2026.

ÉDER ELÓI ALVES PENA
Prefeito Municipal de Sem Peixe
Presidente do CISAMAPI

ANEXO ÚNICO
TABELA DE COTAS PATRIMONIAIS DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS
O presente Anexo estabelece as cotas patrimoniais de cada município consorciado no patrimônio líquido do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Piranga – CISAMAPI, expressas em percentual, nos termos da Resolução que aprova este Anexo.

TABELA DE COTAS – EXERCÍCIO 2026

Município	Cota Patrimonial (%)
Abre Campo	4,761904762%
Acaiaca	4,761904762%
Alvinópolis	4,761904762%
Amparo do Serra	4,761904762%
Barra Longa	4,761904762%
Diogo de Vasconcelos	4,761904762%
Dom Silvério	4,761904762%
Guaraciaba	4,761904762%
Jequeri	4,761904762%
Mariana	0,000000000%
Oratórios	4,761904762%
Piedade de Ponte Nova	4,761904762%
Ponte Nova	4,761904762%
Raul Soares	4,761904762%
Rio Casca	4,761904762%
Rio Doce	4,761904762%
Santa Cruz do Escalvado	4,761904762%
Santo Antônio do Grama	4,761904762%
São José do Goiabal	4,761904762%

São Pedro dos Ferros	4,761904762%
Sem Peixe	4,761904762%
Sericita	0,000000000%
Urucânia	4,761904762%
TOTAL	**100,00%**

Publicado por:
Israel Marinho Aparecido
Código Identificador:AFDA6E05

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO - CIS VERDE

CISVERDE
EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 134/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 051/2024
CREDENCIAMENTO Nº. 010/2024 INEXIGIBILIDADE N°. 012/2024

OBJETO: credenciamento de pessoas jurídicas prestadoras de serviços de assistência à saúde, em **atendimento complementar aos usuários do SUS, com objetivo de realizar Consultas e Eletrocardiograma.**

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO CISVERDE, pessoa jurídica de direito público, inscrito no **CNPJ/MF nº 02.034.350/0001-02**, com sede à **rua Antônio Thomé, nº 165, bairro Triângulo, Carangola/MG** - CEP: 36.803-020, representado por seu Presidente, prefeito **Gilberto Damas de Sousa**, de acordo com a representação que lhe é outorgada pelo Conselho diretor do Consórcio.

CONTRATATADA: LP ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA, inscrita no **CNPJ/MF n.º 61.869.534/0001-43**

VIGÊNCIA: 25/08/2026 À 03/04/2028

Carangola – MG, 26 de agosto de 2026.

MARCO ANTONIO DA SILVA-
Agente de Contratação
Portaria n.º 004, de 14/08/2024

Publicado por:
Marco Antônio da Silva
Código Identificador:58D86B82

CISVERDE
EXTRATO TERMO ADITIVO AO C.A. N.º 084/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 051/2024
CREDENCIAMENTO Nº. 010/2024 INEXIGIBILIDADE N°. 012/2024

OBJETO: credenciamento de pessoas jurídicas prestadoras de serviços de assistência à saúde, em atendimento complementar aos usuários do SUS, com objetivo de realizar Ultrassonografia de Doppler Colorido de Vasos.
CONTRATANTE : CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO CISVERDE , pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF nº 02.034.350/0001 02 , com sede à ru a Antônio Thomé, nº 165, bairro Triângulo, Carangola/MG CEP: 36.803 020, representado por seu Presidente, prefeito Gilberto Damas de Sousa , de acordo com a representação que lhe é outorgada pelo Conselho diretor do Consórcio. CONTRATATADA: APURA LABORATÓRIO DE ANATOMIA PATOLÓGICA E CITOPATOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF n.º 35.347.371/0001-29
VIGÊNCIA:

O prazo de vigência dos itens seguirá a vigência do c ontrato aditivado.

Carangola MG, 26 de agosto de 2026

MARCO ANTONIO DA SILVA-
Agente de Contratação
Portaria n.º 004, de 14/08/2024

Publicado por:
Marco Antônio da Silva
Código Identificador:88098F83

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO BAIXO JEQUITINHONHA / CIMBAJE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DO DIA 26/08/2026

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO BAIXO JEQUITINHONHA - PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO – Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de pessoas jurídicas de natureza pública ou privada, com ou sem fins lucrativos, para CONTRATAÇÃO ATRAVÉS DE CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS prestadores de serviços médicos: consultas, exames, procedimentos clínicos e exames de imagem, nas especialidades de acordo com a tabela do Anexo I do edital, para atendimento aos municípios consorciados ao CIMBAJE. Contrato Firmado entre o Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Baixo Jequitinhonha e a empresa **NEURO CLIN - CLINICA DE DESENVOLVIMENTO INFANTO JUVENIL** - Processo Administrativo nº 002/2023 – Credenciamento nº 001/2023 – Contrato n° **069/2025**. O presente Termo Aditivo tem por fundamento a prorrogação de vigência do presente contrato pelo período compreendido entre **10 de setembro de 2026 a 10 de setembro de 2027. – ESTTEVAO DE FREITAS FERRAZ – Agente de Contratação –**

Jacinto, MG – 26 de agosto de 2026.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO BAIXO JEQUITINHONHA - PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO – Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de pessoas jurídicas de natureza pública ou privada, com ou sem fins lucrativos, para contratação de profissionais com especialização nas áreas de Nutrição, Biomedicina, Fisioterapia, Massoterapia, Neuropsicopedagogia e Psicopedagogia, com o objetivo de compor uma linha de cuidado especializada voltada ao bem-estar dos pacientes atendidos nos municípios consorciados ao CIMBAJE. Contrato Firmado entre o Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Baixo Jequitinhonha e a empresa **NEURO CLIN - CLINICA DE DESENVOLVIMENTO INFANTO JUVENIL** - Processo Administrativo nº 1.507/2025 – Credenciamento nº 002/2025 – Contrato n° **074/2025**. O presente Termo Aditivo tem por fundamento a prorrogação de vigência do presente contrato pelo período compreendido entre **12 de setembro de 2026 a 12 de setembro de 2027 – ESTTEVAO DE FREITAS FERRAZ – Agente de Contratação –**

Jacinto, MG – 26 de agosto de 2026.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO BAIXO JEQUITINHONHA - PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO – Segundo Termo Aditivo ao Contrato de pessoas jurídicas de natureza pública ou privada, com ou sem fins lucrativos, para Contratação de empresa especializada para execução obras de reforma e alterações no Prédio da Sede do CIMBAJE localizada em Jacinto, MG, conforme especificações técnicas previstas na planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e demais especificações técnicas. Contrato Firmado entre o Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Baixo Jequitinhonha e a empresa **MULTIPLUS PROJETOS E CONSTRUTORA LTDA**- Processo Administrativo nº 568/2026 – Dispensa nº 001/2026 – Contrato n° **022/2026**. O presente Termo Aditivo tem por fundamento a prorrogação de vigência do presente contrato pelo período compreendido entre **05 de agosto de 2026 a 05 de outubro de 2026 – ESTTEVAO DE FREITAS FERRAZ – Agente de Contratação –**

Jacinto, MG – 26 de agosto de 2026.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO BAIXO JEQUITINHONHA - PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO – Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de pessoas jurídicas de natureza pública ou privada, com ou sem fins lucrativos, para contratação de profissionais com especialização nas áreas de Nutrição, Biomedicina, Fisioterapia, Massoterapia, Neuropsicopedagogia e Psicopedagogia, com o objetivo de compor uma linha de cuidado especializada voltada ao bem-estar dos pacientes atendidos nos municípios consorciados ao CIMBAJE. Contrato Firmado entre o Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Baixo Jequitinhonha e a empresa **ORTOFISIO - CLÍNICA DE ORTOPEDIA E FISIOTERAPIA ALMENARA LTDA** - Processo Administrativo nº 1507/2025 – Credenciamento nº 002/2025 – Contrato n° **077/2025**. O presente Termo Aditivo tem por fundamento a prorrogação de vigência do presente contrato pelo período compreendido entre **12 de setembro de 2026 a 12 de setembro de 2027.** – **ESTTEVAO DE FREITAS FERRAZ – Agente de Contratação –**

Jacinto, MG – 26 de agosto de 2026.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO BAIXO JEQUITINHONHA - PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO – Terceiro Termo Aditivo ao Contrato 040/2023, para o objeto da Contratação de empresa especializada no fornecimento de assinatura de ferramenta de pesquisa, inclusão e comparação de preços praticados pela Administração Pública, com a geração de relatórios que atendam às exigências da Instrução Normativa nº 73/2020 do Ministério da Economia, Orçamento e Gestão, conforme Proposta de Preços da Contratada que e parte integrante do contrato firmado entre o Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Baixo Jequitinhonha e a empresa **PROMAXIMA GESTAO EMPRESARIAL**- Processo Administrativo nº 021/2023 – Credenciamento nº 001/2023 – Contrato n° **040/2023**. O presente Termo Aditivo tem por fundamento a prorrogação de vigência do presente contrato pelo período compreendido entre **18 de setembro de 2026 a 18 de setembro de 2027.** – **ESTTEVAO DE FREITAS FERRAZ – Agente de Contratação –**

Jacinto, MG – 26 de agosto de 2026.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO BAIXO JEQUITINHONHA - PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO – Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de pessoas jurídicas de natureza pública ou privada, com ou sem fins lucrativos, para Contratação de pessoas jurídicas para a prestação de serviços médicos, na especialidade de clínico geral, com a finalidade de atender às demandas das unidades de saúde dos municípios consorciados ao Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Baixo Jequitinhonha (CIMBAJE). Contrato Firmado entre o Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Baixo Jequitinhonha e a empresa **VITORIA JANICE LEYES SOUZA DA SILVA UNIPESSOAL LTDA**- Processo Administrativo nº 2381/2025 – Credenciamento nº 002/2025 – Contrato n° **079/2025**. O presente Termo Aditivo tem por fundamento a prorrogação de vigência do presente contrato pelo período compreendido entre **16 de setembro de 2026 a 16 de setembro de 2027** – **ESTTEVAO DE FREITAS FERRAZ – Agente de Contratação –**

Jacinto, MG – 26 de agosto de 2026.

Publicado por:
Esttevão de Freitas Ferraz
Código Identificador:844A8848

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO MÉDIO SÃO FRANCISCO - CIMMESF

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DO MÉDIO SÃO FRANCISCO
EXTRADO DE HOMOLOGAÇÃO

O Presidente do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO MÉDIO SÃO FRANCISCO CIMMESF, inscrito no CNPJ sob o n.º 01.275.576/0001-24 com sede Administrativa na Rua Montes Claros, nº 1.124, Bairro Santo Antônio, Pirapora-MG, torna público a Homologação do Processo Licitatório 011/2026, Pregão Eletrônico 002/2026, cujo objeto é o Registro de Preços para Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de outsourcing de impressão, compreendendo o fornecimento, mediante locação, de equipamentos de reprografia, impressão e digitalização, bem como a prestação dos serviços correlatos de instalação, configuração, ativação e disponibilização dos equipamentos; manutenção preventiva, corretiva e especializada; fornecimento de peças, partes, suprimentos e consumíveis, exceto papel; fornecimento de solução de software para gerenciamento, monitoramento e bilhetagem de impressão; suporte técnico local on site; treinamento operacional básico para utilização e gerenciamento da solução para o CIMMESF e os seus municípios consorciados.
Fornecedor Vencedor: MASTEC CARTUCHOS E TONER DE PIRAPORA LTDA
CNPJ: 08.586.357/0001-05
Valor total estimado: R$ 1.959.429,40

Pirapora, 26 de agosto de 2026.

ALEXANDRO COSTA CESAR
Presidente do CIMMESF

Publicado por:
Monica Aparecida Dos Santos
Código Identificador:D2000351

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DO MÉDIO SÃO FRANCISCO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Presidente do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO MÉDIO SÃO FRANCISCO CIMMESF, inscrito no CNPJ sob o n.º 01.275.576/0001-24, com sede Administrativa na Rua Montes Claros, nº 1.124, Bairro Santo Antônio, Pirapora-MG, torna pública a Ata de Registro de Preços 002/2026, referente ao Processo Licitatório 011/2026, Pregão Eletrônico 002/2026, cujo objeto é oRegistro de Preços para Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de outsourcing de impressão, compreendendo o fornecimento, mediante locação, de equipamentos de reprografia, impressão e digitalização, bem como a prestação dos serviços correlatos de instalação, configuração, ativação e disponibilização dos equipamentos; manutenção preventiva, corretiva e especializada; fornecimento de peças, partes, suprimentos e consumíveis, exceto papel; fornecimento de solução de software para gerenciamento, monitoramento e bilhetagem de impressão; suporte técnico local on site; treinamento operacional básico para utilização e gerenciamento da solução para o CIMMESF e os seus municípios consorciados.
Vigência: 12 (doze) meses.

Quaisquer informações poderão ser solicitadas no e-mail licitacao@cimmesf.mg.gov.br ou através do telefone (38) 3740-1701.

Pirapora, 26 de agosto de 2026.

ALEXANDRO COSTA CÉSAR
Presidente do CIMMESF

Publicado por:
Monica Aparecida Dos Santos
Código Identificador:CC8EEDC7

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO NORTE DE MINAS - CODANORTE

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO NORTE DE MINAS - CODANORTE
PROCESSO LICITATÓRIO 056/2025 INEXIG. 031/2025
CREDENC. 013/2025

PC 056/25 Inexig. 031/25 Cred. 013/25 Credenciamento de empresa especializada para a prestação de serviços médicos, compostos de consultas, exames, e procedimentos cirúrgicos, para atender os municípios consorciados ao CODANORTE e ao próprio CODANORTE. Sr. Presidente, Miguel Felipe Ferreira de Oliveira, Ratifica, Homol e formaliza o termo de cred a favor de Cdi Clinica Médica Ltda , CNPJ 21.710.641/0001-00, Termo Cred 042/2026 Assina: Gustavo Rodrigues Leal, Vr. Total est: R$25.964.910,00.Vig. do edital.

Publicado por:
Ingrid Rodrigues Martins
Código Identificador:E3A45348

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO NORTE DE MINAS - CODANORTE
PROCESSO LICITATÓRIO 056/2025 INEXIG. 031/2025
CREDENC. 013/2025

PC 056/25 Inexig. 031/25 Cred. 013/25 Credenciamento de empresa especializada para a prestação de serviços médicos, compostos de consultas, exames, e procedimentos cirúrgicos, para atender os municípios consorciados ao CODANORTE e ao próprio CODANORTE. O credenciamento continua aberto para recebimento de novos interessados até o dia 26/09/26-Novo julgamento: 31/08/2026, 09h00min www.codanorte.mg.gov.br, licitacoes@codanorte.mg.gov.br.

Publicado por:
Ingrid Rodrigues Martins
Código Identificador:DDB826CE

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO NORTE DE MINAS - CODANORTE
PROCESSO LICITATÓRIO 056/2025 INEXIG. 031/2025
CREDENC. 013/2025

PC 056/25 Inexig. 031/25 Cred. 013/25 Credenciamento de empresa especializada para a prestação de serviços médicos, compostos de consultas, exames, e procedimentos cirúrgicos, para atender os municípios consorciados ao CODANORTE e ao próprio CODANORTE. Prorroga-se a vigência por mais 12 (doze) meses do Edital 018/25, dos credenciamentos formalizados e inclusive o prazo para receber novos credenciados.

Publicado por:
Ingrid Rodrigues Martins
Código Identificador:44B5DAB3

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSÓRCIO PÚBLICO PARA GESTÃO INTEGRADA - CPGI

CONSÓRCIO PÚBLICO DE GESTÃO INTEGRADA - CPGI
AVISO DE CHAMADA DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO NO CONSÓRCIO PÚBLICO PARA GESTÃO INTEGRADA- CPGI

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2026
DISPENSA Nº 007/2026

O CONSÓRCIO PÚBLICO PARA GESTÃO INTEGRADA – CPGI através de seu Presidente, FELIPE TEODORO SANCHES, torna público para conhecimento de todos os interessados, que na condição de Órgão Gerenciador, realizará procedimento público de intenções de registro de preços (IRP), para contratação de empresa especializada para fornecimento de solução educacional integrada, destinada às Redes Municipais de Educação dos municípios consorciados ao Consórcio Público- CPGI.

DOS OBJETOS
Registro de Preços para eventual e futura contratação de fornecimento de paramentos têxteis de composição mista e componentes estruturados para locomoção diária, para atender as necessidades dos Municípios Consorciados do Consórcio Público para Gestão Integrada – CPGI.

DO PRAZO
Os órgãos interessados em participarem do referido processo deverão encaminhar suas intenções expressas e por escrito, assinada pelo Prefeito, ao Consórcio Público CPGI até o dia 07 de setembro de 2026, direcionado ao Agente de Contratação do Consórcio Público CPGI, através do e-mail consorcio.juridico@andradas.mg.gov.br, devendo ainda fazer constar o valor financeiro estimativo a que se pretende, meramente para efeitos legais, pois no registro de preços inexiste a obrigatoriedade da contratação.

DO PROCEDIMENTO
Não haverá número máximo de participantes, podendo ser registrado por qualquer órgão ou entidade pública dos entes da Federação consorciados, não consorciados e/ou cooperados.
O Órgão Gerenciador poderá aceitar ou recusar, justificadamente, os quantitativos considerados ínfimos ou superestimados ou a inclusão de novos itens na IRP.
É facultado aos órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados, não consorciados e/ou cooperados, antes de iniciar um processo licitatório, consultar a IRP em andamento e deliberar a respeito da conveniência de sua participação.
Dúvidas ou esclarecimento poderão ser solicitadas por meio eletrônico, de segunda a sexta-feira, das 08:00h às 17:00h, através dos telefones: (35) 9 9851-3833, ou pessoalmente na Sede do CPGI, localizado na Praça Étore Zerbeta, 37, Andradas/MG, CEP 37840-328.

Andradas-MG, 26 de agosto de 2026.

JULIANA PUTTINI DA FONSECA
Agente de Contratação Do CPGI

Publicado por:
Juliana Puttini da Fonseca
Código Identificador:C4FC0512

CONSÓRCIO PÚBLICO DE GESTÃO INTEGRADA - CPGI
AVISO DE CHAMADA DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS NO CONSÓRCIO PÚBLICO PARA GESTÃO INTEGRADA- CPGI

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2026
PREGÃO Nº 009/2026

O CONSÓRCIO PÚBLICO PARA GESTÃO INTEGRADA – CPGI através de seu Presidente, FELIPE TEODORO SANCHES, torna público para conhecimento de todos os interessados, que na condição de Órgão Gerenciador, realizará procedimento público de intenções de registro de preços (IRP), para contratação de empresa especializada para fornecimento de solução educacional integrada, destinada às Redes Municipais de Educação dos municípios consorciados ao Consórcio Público- CPGI.

DOS OBJETOS
Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de apoio e uso contínuo, destinados ao atendimento das demandas pedagógicas, administrativas e operacionais dos discentes e docentes da rede municipal de ensino dos municípios consorciados ao Consórcio Público- CPGI, conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas no Termo de Referência.
Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de apoio e uso contínuo, destinados ao atendimento das demandas pedagógicas, administrativas e operacionais dos discentes e docentes da rede municipal de ensino dos municípios consorciados ao Consórcio Público para Gestão Integrada CPGI.

DO PRAZO

Os órgãos interessados em participarem do referido processo deverão encaminhar suas intenções expressas e por escrito, assinada pelo Prefeito, ao Consórcio Público CPGI até o dia **08 de setembro de 2026**, direcionado ao Agente de Contratação do Consórcio Público CPGI, através do e-mail consorcio.juridico@andradas.mg.gov.br, devendo ainda fazer constar o valor financeiro estimativo a que se pretende, meramente para efeitos legais, pois no registro de preços inexiste a obrigatoriedade da contratação.

DO PROCEDIMENTO
Não haverá número máximo de participantes, podendo ser registrado por qualquer órgão ou entidade pública dos entes da Federação consorciados, não consorciados e/ou cooperados.
O Órgão Gerenciador poderá aceitar ou recusar, justificadamente, os quantitativos considerados ínfimos ou superestimados ou a inclusão de novos itens na IRP.
É facultado aos órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados, não consorciados e/ou cooperados, antes de iniciar um processo licitatório, consultar a IRP em andamento e deliberar a respeito da conveniência de sua participação.
Dúvidas ou esclarecimento poderão ser solicitadas por meio eletrônico, de segunda a sexta-feira, das 08:00h às 17:00h, através dos telefones: (35) 9 9851-3833, ou pessoalmente na Sede do CPGI, localizado na Praça Étore Zerbeta, 37, Andradas/MG, CEP 37840-328.

Andradas-MG, 26 de agosto de 2026.

JULIANA PUTTINI DA FONSECA
Agente de Contratação do CPGI

Publicado por:
Juliana Puttini da Fonseca
Código Identificador:A94C6142

ESTADO DE MINAS GERAIS
CORSAB - CONSORCIO REGIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO

CORSAB - CONSORCIO REGIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO
CONTRATO 63/2026

EXTRATO DE CONTRATO

Objeto: O objeto do presente contrato de rateio é o acréscimo de valor do rateio dos recursos financeiros necessários à realização das despesas de custeio do CORSAB – CONSÓRCIO REGIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO, em especial para custeio de aquisição e instalação da geomembrana para impermeabilização de célula do aterro sanitário de acordo com o percentual de contribuição de resíduos de cada Município.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE
CONTRATADO: CONSÓRCIO REGIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO
VALOR: R$ 66.487,81 (sessenta e seis mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e oitenta e um centavos)
VIGÊNCIA: 14/08/2026 a 14/08/2027

Publicado por:
Cleonice Aparecida da Silva
Código Identificador:3656D881

CORSAB - CONSORCIO REGIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO
RESOLUÇÃO 09/2026

RESOLUÇÃO Nº 009/2026

Dispõe sobre a definição dos valores de comercialização dos materiais recicláveis provenientes da Usina de Triagem e Compostagem (UTC) localizada do Município Consorciado de São Domingos do Prata e dá outras providências.

A Presidente do CORSAB, Sra. Samantha Aparecida de Ávila Costa Magalhães, no uso de suas atribuições legais, considerando a necessidade de regulamentar os preços de venda dos materiais recicláveis provenientes da Usina de Triagem e Compostagem - UTC, a necessidade de garantir transparência, padronização e controle na comercialização dos materiais, bem como, o interesse público na adequada gestão dos resíduos sólidos e geração de receita pública

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam estabelecidos os valores de comercialização dos materiais recicláveis triados na Usina de Triagem e Compostagem (UTC), conforme tabela constante no Anexo I desta Resolução;
Art. 2º. Os valores definidos no Anexo I foram fixados com base em pesquisa de mercado realizada pela Secretaria Executiva do CORSAB considerando médias regionais de comercialização praticadas por cooperativas, recicladores e empresas do setor;
Art. 3º. Os preços deverão ser atualizados semanalmente mediante levantamento de mercado apresentado pela unidade gestora da UTC, podendo ser reajustados por ato próprio da Secretaria Executiva do CORSAB;
Art. 4º. A receita obtida com a venda dos materiais recicláveis será destinada a:
Custeio das operações da UTC;
Aquisição de equipamentos, insumos e melhorias na infraestrutura;
Outras despesas devidamente autorizadas e relacionadas à gestão de resíduos sólidos.
Art. 5º. Fica a Supervisora de Projetos e Serviços responsável pela fiscalização, controle e registro das vendas efetuadas, e a Gerente Administrativo, responsável pela emissão dos respectivos documentos fiscais;
Art. 6º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

João Monlevade, 25 de agosto de 2026.

SAMANTHA APARECIDA DE ÁVILA COSTA MAGALHÃES
Presidente do CORSAB

ANEXO I - Tabela de valores dos materiais recicláveis comercializados pela UTC

MATERIAL	UNIDADE	VALOR (R$)
Plástico Incolor/Branco	Kg	R$2,30
Plástico Colorido/Misto	Kg	R$0,90
Plástico PEAD – Branco	Kg	R$2,70
Plástico PEAD – Colorido	Kg	R$2,40
Plástico PET	Kg	R$3,90
Plástico PP – Branco	Kg	R$2,25
Plástico PP – Colorido	Kg	R$2,00
Plástico PP – Preto	Kg	R$1,40
Sacolinha	Kg	R$0,40
PET Óleo	Kg	R$1,10
PEAD Caixaria	Kg	R$3,00
PEAD Galão	Kg	R$2,00
Lona	Kg	R$0,90
Tetra Pak	Kg	R$0,40
Papel Branco	Kg	R$0,80
Papel Colorido/Misto	Kg	R$0,40
Jornal	Kg	R$0,40
Revista	Kg	R$0,40
Livro	Kg	R$0,70
Papelão Ondulado II	Kg	R$1,00

Publicado por:
Cleonice Aparecida da Silva
Código Identificador:3830C5E0

ESTADO DE MINAS GERAIS
FUMPREV - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA

FUMPREV- FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA
EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 08/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2026

Contratante: Fundo Municipal de Previdência dos Servidores Públicos – FUMPREV.

Contratada: MEMORY PROJETOS E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS LTDA
CNPJ: 71.000.731/0001-85.

Objeto: Contratação de empresa para cessão de licença de uso de sistemas de tecnologia integrados, para a gestão pública municipal, para atender as demandas do Fundo Municipal de Previdência-FUMPREV em ambiente nuvem (data center), com os serviços de conversão de dados, implantação, migração de dados pré-existentes, treinamento, manutenção, suporte técnico e acompanhamento durante o período contratual.

Valor Global: R$ 24.000,00.

Vigência: 25/08/2026 a 25/12/2026.

Fundamento Legal: Lei Federal nº 14.133/2021.

Data da Assinatura: **25/08/2026**

Diamantina/MG, 25 de agosto de 2026.

CARLOS AUGUSTO MEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Josiene Aparecida da Silva Alves Moreira
Código Identificador:8A2A2A37

ESTADO DE MINAS GERAIS
HOSPITAL MUNICIPAL GIL ALVES

SETOR DE LICITAÇÕES
ANULAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

AVISO DE ANULAÇÃO DE PROCESSO LICITATORIO
O HOSPITAL MUNICIPAL DR. GIL ALVES - BOCAIUVA/MG torna público que o P.L. 059/2026 – P.E. 043/2026. Obj.: **AQUISIÇÃO GENEROS ALIMENTÍCIOS (NÃO PERECÍVEIS/ PERECÍVEIS – HORTIFRUTIS)** foi anulado, em razão de ilegalidade quanto ao prazo mínimo de publicação de edital.

BIANCA CLAUDINA FERNANDES PEIXOTO
Agente de Contratação

Publicado por:
Bianca Claudina Fernandes Peixoto
Código Identificador:80488618

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ÁGUA COMPRIDA

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 4° TERMO ADITIVO AO CONTRATO 018/2023

Espécie: termo aditivo ao contrato que celebraram entre si a Prefeitura Municipal de Água Comprida, CNPJ 18.428.953/0001-10 e Net Tel Sistema de Comunicação Ltda, inscrita no CNPJ 06.344.497/0001-41. **Objeto:** prorrogação do prazo de vigência por doze meses (art. 57, II da lei 8.666/93). **Vigência**: 01/09/2026 a 31/08/2027. **Valor:** R$ 86.349,99 (oitenta e seis mil trezentos e quarenta e nove reais e noventa e nove centavos). **Data da assinatura**: 26/08/2026. **Signatários**: Gustavo de Almeida Gonçalves, prefeito municipal, e Guilherme Borges de Rezende, representante legal. **Processo**: Pregão Eletrônico 024/2021.

Publicado por:
Bruno Ribeiro Silva
Código Identificador:76F2FC92

LICITAÇÕES E CONTRATOS
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO 027/2026

No uso das atribuições legais como Prefeito Municipal, após conhecer o resultado do julgamento do processo licitatório 048.07/2026 de **pregão eletrônico 027/2026**, objetivando aquisição de 12 (doze) notebooks destinados especificamente aos professores da rede pública municipal de ensino (Escola Municipal General Osório), resolvo **HOMOLOGAR e ADJUDICAR** a licitação à empresa H2T TECNOLOGIA LTDA – inscrita no CNPJ 58.971.574/0001-97 com valor global de R$ 51.649,92 (cinquenta e um mil seiscentos e quarenta e nove reais e noventa e dois centavos) conforme relatório emitidos pelo Licitanet.

Proceda-se com o feito. Registre-se, cumpre-se e publique-se.

Água Comprida - MG, 26 de agosto de 2026.

GUSTAVO DE ALMEIDA GONÇALVES.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruno Ribeiro Silva
Código Identificador:03DE4105

LICITAÇÕES E CONTRATOS
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO 028/2026

No uso das atribuições legais como Prefeito Municipal, após conhecer o resultado do julgamento do processo licitatório 051.07/2026 de **pregão eletrônico 028/2026**, objetivando Registro de preços para futura e eventual aquisição de material de consumo Gêneros Alimentícios de Panificação para atender as cantinas das Secretarias que compõem a estrutura organizacional do Município, resolvo **HOMOLOGAR e ADJUDICAR** a licitação à PANIFICADORA E CONFEITARIA RIBEIRO LTDA – inscrita no CNPJ 86.565.157/0001-80 com valor global de R$ 1.173.513,30 (um milhão cento e setenta e três mil quinhentos e treze reais e trinta centavos) conforme relatório emitidos pelo Licitanet.

Proceda-se com o feito. Registre-se, cumpre-se e publique-se.

Água Comprida - MG, 26 de agosto de 2026.

GUSTAVO DE ALMEIDA GONÇALVES.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruno Ribeiro Silva
Código Identificador:FD74EAB7

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ALAGOA

PROCURADORIA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO – CONTRATO N° 2024.02.001

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOA-MG. 4º Termo Aditivo ao Contrato n° 2024.02.001. Processo 001/2024 - Dispensa Eletrônica 001/2024. Objeto:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇAS DO SERVIÇO DE PLATAFORMA DE COLABORAÇÃO EM NUVEM, EMAIL, E ARMAZENAMENTO, DENOMINADO GOOGLE WORKSPACE BUSINESS STARTER. Partes: MUNICÍPIO DE ALAGOA/MG – CNPJ 18.186.346/0001-91 e MUNICÍPIO DE ALAGOA/MG – CNPJ 18.186.346/0001-91 e CLARO NXT TELECOMUNICAÇÕES S.A. - CNPJ: 66.970.229/0001-67 (SUCESSORA DE TELMEX DO BRASIL S.A. - CNPJ:

02.667.694/0001-40). Das alterações: 4º Termo de Aditivo: Alteração subjetiva do polo contratual em razão de incorporação societária, passando a figurar como contratada a empresa CLARO NXT TELECOMUNICAÇÕES S.A., mantendo-se inalteradas todas as demais cláusulas e condições originais do contrato.

Alagoa/MG, 25 de agosto de 2026.

SEBASTIÃO MENDES PINTO NETO.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Juliano Diniz de Oliveira
Código Identificador:01D092D2

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ALÉM PARAÍBA

DEPARTAMENTO COMPRAS
AVISO COLETA DE PREÇOS – COTAÇÃO 276/2026

AVISO COLETA DE PREÇOS – COTAÇÃO 276/2026
A Prefeitura Municipal de Além Paraíba vem através deste, informar que está realizando pesquisa de preços para futura licitação de registro de preços de Material Químico (Herbicida).
Os interessados poderão elaborar seus orçamentos até segunda-feira, 31/08/2026, 18:00h. Maiores esclarecimentos pelo telefone (32) 3466-5150, falar com Regina Monteiro- Divisão de Compras.

Publicado por:
Thaiane Silva Santos Rossoni
Código Identificador:F72311DD

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ARAÇUAÍ

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇUAÍ

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 152/2026 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0128/2025 PAL 040/2025 PE 018/2025
A Prefeitura Municipal de Araçuaí – MG torna público, para o conhecimento de quantos possam interessar, que firmou, na data de 18/08/2026, o **Contrato Nº 152/2026, com a empresa BUBBLE BOX BJI SERVIÇOS LTDA,** do saldo remanescente decorrente da Ata de Registro de Preços Nº 128/2025 referente ao PAL Nº 40/2025 em decorrência do Pregão Eletrônico Nº 018/2025, cujo objeto é o Registro de preços visando futura e eventual aquisição e fornecimento de dietas enterais de sistema aberto e/ou fechado e fórmulas nutricional infantil, em atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Araçuaí/MG. O valor estimado deste contrato é de R$ 52.650,00 (cinquenta e dois mil e seiscentos e cinquenta reais).Data da assinatura 18/08/2026com vigência até 17/08/2026.

Publicado por:
Elizangela Gomes Neves Silva
Código Identificador:70741168

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇUAÍ

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 153/2026 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0129/2025 PAL 040/2025 PE 018/2025
A Prefeitura Municipal de Araçuaí – MG torna público, para o conhecimento de quantos possam interessar, que firmou, na data de 18/08/2026, o **Contrato Nº 153/2026, com a empresa COMERCIAL OTTO EIRELI,** do saldo remanescente decorrente da Ata de Registro de Preços Nº 129/2025 referente ao PAL Nº 40/2025 em decorrência do Pregão Eletrônico Nº 018/2025, cujo objeto é o Registro de preços visando futura e eventual aquisição e fornecimento de dietas enterais de sistema aberto e/ou fechado e fórmulas nutricional infantil, em atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Araçuaí/MG. O valor estimado deste contrato é de **R$ 17.855,00** (dezessete mil e oitocentos e cinquenta e cinco reais). Data da assinatura 18/08/2026com vigência até 17/08/2026.

Publicado por:
Elizangela Gomes Neves Silva
Código Identificador:E1B1DD27

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇUAÍ

EXTRATO DE AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PAL N° 054/2026 IL N° 016/2026

A Prefeitura Municipal de Araçuaí-MG, através do agente de contratação torna público que firmou na data de 17/08/2026 o Contrato Nº 151 /2026 com o Sr. Cledson Oliveira Gomes em decorrência do PAL 054/2026, Inexigibilidade 016/2026, cujo objeto é Locação imóvel situado na Rua Dom Serafim, nº 471, Bairro Centro, para o funcionamento das instalações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Valor global do Contrato é de R$ 27.201,12 (vinte e sete mil e duzentos e um reais e doze centavos), sendo de R$ 2.266,76 (dois mil e duzentos e sessenta e seis reais e setenta e seis centavos) mensais. Data da assinatura 17/08/2026 com vigência até 16/08/2027.

Publicado por:
Elizangela Gomes Neves Silva
Código Identificador:7372908C

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇUAÍ

EXTRATO RESULTADO DE LICITAÇÃO PAL 042/2026 INEXIGIBILIDADE Nº. 014/2026 CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº. 003/2026

A Prefeitura Municipal de Araçuaí-MG, através do Agente de Contratação torna público que firmou na data de 20/08/2026 assinatura, do Contrato Nº 158/2026 com a Empresa GMX ENGENHARIA SOLAR LTDA, em decorrência do PAL 042/2026 Inexigibilidade Nº. 014/2026, Credenciamento Eletrônico Nº. 003/2026. Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas interessadas na prestação de serviços de pedreiro, pintor, serralheiro, carpinteiro, bombeiro hidráulico, eletricista, gesseiro e calceteiro, destinados à execução de serviços de manutenção, reparos, reformas e pequenas construções em atendimento das demandas das Secretarias e órgãos da Administração Pública do Município de Araçuaí/MG. Valor do Contrato R$ 43.000,00 (quarenta e três mil reais). Data da assinatura 20/08/2026 ate 17/06/2027.

Publicado por:
Elizangela Gomes Neves Silva
Código Identificador:CC3FAE6B

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇUAÍ

EXTRATO RESULTADO DE LICITAÇÃO PAL 046/2026 INEXIGIBILIDADE Nº. 015/2026 CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº. 004/2026

A Prefeitura Municipal de Araçuaí-MG, através do Agente de Contratação torna público que firmou na data de 05/08/2026, assinatura do Contrato Nº 149/2026, com a EmpresaLEANDRA BOTELHO LTDA, em decorrência do PAL 046/2026 Inexigibilidade Nº.015/2026, Credenciamento Eletrônico Nº. 04/2026. Objeto: contratação de pessoa jurídica em atendimento às práticas artísticas e culturais; (Origem: PRT MS/GM 2681/2013, Art. 6º, V) por meio da Academia de Saúde do município, em atendimento as demandas da Secretária Municipal de Saúde do município de Araçuaí/MG. O valor global do Contrato é de R$ 74.250,00 (setenta e quatro mil e duzentos e cinquenta reais). Data da assinatura 05/08/2026 com vigência até 10/07/2027.

Publicado por:
Elizangela Gomes Neves Silva
Código Identificador:6E7EB2F4

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ARAPONGA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPONGA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO ADESÃO Nº 010/2026

Processo Nº 061/2026, Adesão Nº 010/2026. O Município de Araponga/MG torna pública a adjudicação e homologação do presente processo, cujo objeto é a aquisição de 02 (dois) veículos automotores tipo Minivan, 0 km, com capacidade mínima para 07 (sete) lugares, para atender à demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Araponga/MG, em conformidade com a Resolução SES/MG nº 11.028, de 16 de abril de 2026, mediante adesão à Ata de Registro de Preços nº 004/2026, oriunda do Pregão Eletrônico nº 046/2025, Processo Licitatório nº 190/2025, promovido pelo Município de São José do Goiabal/MG. Empresa vencedora: LIDER COMERCIO E INDUSTRIA S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 22.776.132/0001-42, no valor total de: R$ 293.980,00 (duzentos e noventa e três mil novecentos e oitenta reais). Data de Homologação e Adjudicação: 26/08/2026.

Araponga/MG, 26 de agosto de 2026.

CARLOS ASSUNÇÃO GOMES
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Carlos Eduardo Correa Santana
Código Identificador:769B0EB2

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ARAÚJOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAUJOS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO E EXTRATO DO CONTRATO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente constante no preâmbulo do Edital de Concorrência nº 04/2026, Processo Administrativo nº 100/2026, após análise, conferência e deliberação, resolve **ADJUDICAR E HOMOLOGAR** o procedimento em epígrafe, nos seguintes termos:

Objeto: Contratação de uma empresa especializada para execução de Obra de Pavimentação Asfáltica em Estradas Vicinais do Município de Araújos/MG - Convênio 956836/2024 - Ministério da Agricultura.

GERALDO MAGELA DA SILVA
Prefeito Municipal

THAÍS MESQUITA RIBEIRO
Agente de Contratação

EXTRATO DO CONTRATO N° 72/2026
N.º Processo: 100/2026 – Concorrência nº 04/2026. Contratante: Prefeitura Municipal de Araújos/MG CNPJ: 18.300.996/0001-16. Contratado: **CONSTRUTORA J. MAIA LTDA,** inscrita no CNPJ sob o n° 14.054.958/0001-70. OBJETO: Contratação de uma empresa especializada para execução de Obra de Pavimentação Asfáltica em Estradas Vicinais do Município de Araújos/MG - Convênio 956836/2024 - Ministério da Agricultura. Vigência: 12 (doze) meses - Valor estimado: R$ 633.249,84. Data de assinatura: 26 de agosto de 2026.

GERALDO MAGELA DA SILVA -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Thais Mesquita Ribeiro
Código Identificador:F7C4A12F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ARCOS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
DECRETO MUNICIPAL Nº 7.482 /2026

DECRETO MUNICIPAL nº 7.482 /2026

DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DOS RECURSOS REFERENTES À ASSISTÊNCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, DE QUE TRATA Portaria GM/MS Nº 12.036, DE 27 DE JULHO DE 2026 PARA VIABILIZAR O PAGAMENTO DO PISO SALARIAL NACIONAL DOS ENFERMEIROS, TÉCNICOS E AUXILIARES DE ENFERMAGEM E PARTEIRAS NO ÂMBITO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS CONTRATUALIZADOS AO SUS NO MUNICÍPIO DE ARCOS/MG.

O Prefeito Municipal de Arcos, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe são conferidas por meio da Lei Orgânica Municipal, art. nº 68, inciso VI, c/c art. 135, inciso I, alínea 'j' e,
CONSIDERANDO a Seção II, Capítulo II, Título VIII da Constituição Federal de 1988, que dispõe dobre o Sistema Único de Saúde – SUS;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, instituindo o SUS;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 14.434, de 04 de agosto de 2.022, que altera a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1.986, para instituir o piso salarial nacional do Enfermeiro, do Técnico de Enfermagem, do Auxiliar de Enfermagem e da Parteira;
CONSIDERANDO Portaria GM/MS Nº 12.036, DE 27 DE JULHO DE 2026 QUE DISPÕE SOBRE OS VALORES REFERENTES À PARCELA DO MÊS DE JULHO/2026, DE QUE TRATA O TÍTULO IX-A DA PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO GM/MS Nº 6, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017, RELATIVOS AO REPASSE DA ASSISTÊNCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2026;
CONSIDERANDO a redação dada pela Emenda Constitucional nº 127, de 22 de dezembro de 2022, aos § 12º, 14º e 15º do art. 198 da Constituição da República, instituindo a competência da União, nos termos da lei, para prestar assistência financeira complementar aos Estados e aos Municípios para cumprimento do piso nacional dos profissionais de enfermagem;
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 3.098, de 25 de setembro de 2023, que institui a parcela complementar do piso da enfermagem condicionada ao repasse de recursos da União a título de assistência financeira complementar, de Arcos/MG e,
CONSIDERANDO a necessidade de organizar e implementar, no âmbito do Município de Arcos/MG, o processo de transferência da assistência financeira complementar do Ministério da Saúde, para viabilizar o pagamento do piso salarial nacional dos Enfermeiros, Técnicos e auxiliares em enfermagem e Parteiras aos servidores lotados na Secretaria Municipal de Saúde e nas instituições contratualizadas com atendimento de pelo menos 60% de pacientes no SUS,
DECRETA:
Art. 1º - Fica autorizado o repasse da Assistência Financeira Complementar à Santa Casa de Arcos, inscrita no CNPJ sob o nº 16.968.547/0001-15 e no CNES sob o nº 2168693, no valor de R$ 177.469,68 (Cento e setenta e sete mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e sessenta e oito centavos), que refere a **Portaria GM/MS Nº 12.036, DE 27 DE JLHO DE 2026.**

Art. 2º - Os repasses de que trata este Decreto possuem caráter transitório, pois apenas serão devidos nos casos em que a remuneração considerada para o piso salarial não alcance o valor definido nacionalmente, sendo atribuições da Secretaria Municipal de Saúde de Arcos somente aquelas relativas à transferência para os beneficiários da assistência financeira complementar advinda do Ministério da Saúde.
§ 1º - As transferências a serem realizadas pela Secretaria Municipal de Saúde de Arcos ficam limitadas aos valores e à periodicidade da assistência financeira disponibilizada pelo Ministério da Saúde, por meio do Fundo Nacional de Saúde.
§ 2º - Os recursos a serem transferidos consistirão nos valores previamente estipulados pelo Ministério da Saúde para cada beneficiário elegível, cuja divulgação tenha sido efetuada por meio dos sistemas informatizados ou por qualquer outro meio de comunicação oficialmente reconhecido, e que tenham sido efetivamente repassados ao Fundo Municipal de Saúde.
Art. 3º - O beneficiário constante do artigo 1º, qual seja, a Santa Casa de Arcos, deverá apresentar atestado, bem como cópias dos comprovantes de repasse aos beneficiários da AFC, para fins de monitoramento da compatibilidade entre os profissionais vinculados e valores efetivamente pagos (conforme dados extraídos do InvestSUS), de forma a possibilitar o preenchimento do Relatório Anual de Gestão – RAG por parte da Secretaria Municipal de Saúde de Arcos.
Parágrafo único - Possíveis diferenças entre os valores estimados neste Decreto e os efetivamente repassados pelo Ministério da Saúde por CPF serão objeto de encontro de contas em parcelas subsequentes.
Art. 4º - Compete aos prestadores de serviços beneficiários deste Decreto a responsabilidade pela devida alocação dos recursos financeiros derivados da assistência financeira complementar do Ministério da Saúde, quanto ao cumprimento do pagamento do piso salarial nacional de seus enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e parteiras.
§ 1º - Os beneficiários que recebam recursos da assistência financeira complementar de que trata este Decreto deverão manter em arquivo, pelo prazo de 05 (cinco) anos, os documentos comprobatórios da realização do pagamento da complementação aos profissionais beneficiados.
§ 2º - A Secretaria Municipal de Saúde de Arcos e os demais órgãos de controle interno e externo poderão requisitar, a qualquer tempo, informações e documentos para comprovar o regular uso da assistência de que trata este Decreto.
Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Arcos, 25 de agosto de 2026.

DR. WELLINGTON ESTEVÃO RODRIGUES ROQUE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Helen Cristina Batista
Código Identificador:205827A0

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREFEITURA DE ARCOS- AVISO DE LICITAÇÃO- PL 206/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 206/2026
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 083/2026
REGISTRO DE PREÇOS Nº 067/2026

OBJETO: Fornecimento parcelado de combustíveis: Gasolina Comum, Diesel S-10, Diesel S-500 Comum, Etanol e Arla, **tipo menor preço por ITEM,** sob demanda em âmbito municipal, de acordo com quantidades e especificações constantes do Termo de Referência.

ABERTURA DA SESSÃO:Dia 10/09/2026 às 13:30 horas.
LOCAL:na plataforma de pregão eletrônico www.bnc.org.br .
CONSULTAS AO EDITAL:
Na internet, no site www.arcos.mg.gov.br ou no Departamento de Licitações e Contratos supracitado.
ESCLARECIMENTOS: plataforma BNC,telefone: (37) 3359-7905.
Departamento de Licitações e Contratos supracitado.

Arcos, 26 de agosto de 2026.

Publicado por:
Helen Cristina Batista
Código Identificador:C78F722C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 203 – 26/08/2026

PORTARIA nº 203 – 26/08/2026

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR (A) PÚBLICO (A) MUNICIPAL QUE MENCIONA .

O Prefeito Municipal de Arcos, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com a Constituição Federal, Art. 37, inciso II, e a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º – Nomear **CLAUDIA MILLENE CAMPOS DE FARIA,** Maspm nº 139154/2**,** para ocupar o cargo de **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO SOCIAL,** de natureza estatutária, provimento em comissão, com direitos e obrigações, vencimentos e vantagens estipulados em Lei, a partir de 25 de agosto de 2026.

Parágrafo único – As atribuições e requisitos inerentes ao cargo estão dispostos em legislação específica.

Art. 2º - O (a) servidor (a), ora nomeado (a), prestará TERMO DE COMPROMISSO E POSSE dentro de 30 (trinta) dias a partir desta data, o qual se lançará em ATA, em livro próprio, no setor competente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 25 de agosto de 2026.

Arcos, 26 de agosto de 2026.

DR. WELLINGTON ESTEVÃO RODRIGUES ROQUE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Helen Cristina Batista
Código Identificador:9781A397

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ARGIRITA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO DO PROCESSO 099-2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 9947/2026

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 099/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 047/2026
DATA: 25/08/2026
OBJETO: Contratação de empresa especializada para realização de ciclo de 06 (seis) palestras durante a Jornada Pedagógica 2026 da Secretaria Municipal de Educação de Argirita/MG, nos dias 26 e 27 de agosto de 2026, destinadas aos profissionais da Rede Municipal de Ensino, equipe educacional, pais, mães e responsáveis.
CONTRATADO: *DALMIR SANT'ANNA TREINAMENTOS LTDA,* pessoa jurídica de direito privado, com sede na AV NEREU RAMOS, nº 897, Bairro CENTRO na cidade de BALNEARIO DE PICARRAS, CEP: 88.380-000, inscrita no CNPJ 16.520.167/0001-13.

CONTRATANTE: *MUNICÍPIO DE ARGIRITA*, por seu órgão PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Joaquim Barbosa de Castro, nº 22, Bairro Centro, na cidade de Argirita, Estado de Minas Gerais, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 17.730.011/0001-20.

DO VALOR: R$ 12.000,00 (doze mil reais).
DO PRAZO DO CONTRATO: 25/08/2026 a 25/09/2026
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº:
3.3.90.39.00.2.04.02.12.361.0004.2.0025 1.500.000 260
FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA
Publique-se.

VICTOR MIRANDA CORTÁCIO SIMAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvio Pedro do Carmo Junior
Código Identificador:0C30C604

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
RATIFICACAO DO PROCESSO 099-2026

Processo n° 099/2026 Inexigibilidade n° 044/2026 Objeto: CONTRATACAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZACAO DE CICLO DE 6 PALESTRAS DURANTE A JORNADA PEDAGOGICA 2026 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO DE ARGIRITA Ratificação O Prefeito Municipal de Argirita, no uso de suas atribuições legais RATIFICA a situação de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, fundamentada no Art. 74, III da Lei 14.133/2021. DALMIR SANT'ANNA TREINAMENTOS LTDA - CNPJ: 16.520.167/0001-13 Valor Total de R$ 12.000,00 (doze mil reais)

ARGIRITA, 26 de Agosto de 2026.

VICTOR MIRANDA CORTACIO SIMAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvio Pedro do Carmo Junior
Código Identificador:83EBD896

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
TERMO DE AUTORIZACAO DO PROCESSO 099-2026

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 099/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 047/2026
O Prefeito Municipal de Argirita/MG, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 72, inciso VIII, c/c art. 74, inciso III, alínea f, da Lei Federal nº 14.133/2021, AUTORIZA a contratação direta, por inexigibilidade de licitação, da empresa DALMIR SANT'ANNA TREINAMENTOS LTDA., inscrita no CNPJ nº 16.520.167/0001-13, para realização de ciclo de 06 (seis) palestras durante a Jornada Pedagógica 2026 da Secretaria Municipal de Educação de Argirita/MG, nos dias 26 e 27 de agosto de 2026, a serem executadas pelo profissional Dalmir Sant'Anna.
Do objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Ciclo de 06 (seis) palestras presenciais durante a Jornada Pedagógica 2026 da Secretaria Municipal de Educação de Argirita/MG, sendo 03 (três) palestras por dia, nos períodos da manhã, tarde e noite, com duração de 02 (duas) horas cada, destinadas aos profissionais da Rede Municipal de Ensino, equipe educacional, pais, mães e responsáveis.	Ciclo	01	R$ 12.000,00	R$ 12.000,00

Da empresa contratada
DALMIR SANT'ANNA TREINAMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na AV NEREU RAMOS, nº 897, Bairro CENTRO na cidade de BALNEARIO DE PICARRAS, CEP: 88.380-000, inscrita no CNPJ 16.520.167/0001-13.
Da Inexigibilidade de licitação
A presente contratação se enquadra no art. 74, inciso III , alínea f, da Lei Federal nº 14.133/21.
O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, exige autorização da autoridade competente, nos termos do art. 72, inciso VIII da Lei nº 14.133/2021.
Publicação
Em atenção ao disposto no parágrafo único do art. 72 da Lei nº 14.133,de 1º de abril de 2021, publique-se o ato que autoriza a contratação direta nos atos oficiais deste Município.

Argirita/MG, 25 de agosto de 2026.

VICTOR MIRANDA CORTÁCIO SIMAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvio Pedro do Carmo Junior
Código Identificador:CD5E58E1

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ARINOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARINOS
APOSTILAMENTO ATAS REGISTROS DE PREÇOS

Extrato do primeiro termo aditivo da ata de registro de preços nº 64/2025, oriundo do pregão presencial nº 21/2025. Gerenciadora da Ata: Prefeitura Municipal de Arinos. Detentora da Ata: Buritis Atacado, Varejo e Distribuição Eireli, inscrita no CNPJ sob o nº 23.405.990/0001-43. prorrogar do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços nº 64/2025, por 12 meses, a partir de 24/08/2026 a 23/08/2027.

Arinos, 26 de agosto de 2026.

MARCILIO ALISSON FONSECA DE ALMEIDA-
Prefeito.

Extrato do primeiro termo aditivo da ata de registro de preços nº 65//2025, oriundo do pregão presencial nº 21/2025. gerenciadora da ata: Prefeitura Municipal de Arinos. detentora da ata: Tupiroti distribuidora de produtos e serviços ltda**,** inscrita no CNPJ: 04.536.062/0001-73. prorrogar do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços nº 64/2025, por 12 meses, a partir de 24/08/2026 a 23/08/2027.

Arinos, 26 de agosto de 2026.

MARCILIO ALISSON FONSECA DE ALMEIDA-
Prefeito.

Extrato do primeiro termo aditivo da ata de registro de preços nº 66/2025, oriundo do pregão presencial nº 22/2025. gerenciadora da ata: Prefeitura Municipal de Arinos. detentora da ata: buritis atacado, varejo e distribuição Eireli, inscrita no CNPJ sob o nº 23.405.990/0001-43. prorrogar do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços nº 64/2025, por 12 meses, a partir de 24/08/2026 a 23/08/2027.

Arinos, 26 de agosto de 2026.

MARCILIO ALISSON FONSECA DE ALMEIDA-
Prefeito

Extrato do segundo termo aditivo da ata de registro de preços nº 67//2025, oriundo do pregão presencial nº 22/2025. gerenciadora da ata: Prefeitura Municipal de Arinos. detentora da ata: Tupiroti distribuidora de produtos e serviços ltda**,** inscrita no CNPJ: 04.536.062/0001-73. prorrogar do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, por 12 meses, a partir de 26/08/2026 a 25/08/2027.

Arinos, 26 de agosto de 2026.

MARCILIO ALISSON FONSECA DE ALMEIDA-
Prefeito.

Extrato do primeiro termo aditivo da ata de registro de preços nº 63/2025, oriundo do pregão presencial nº 20/2025. gerenciadora da ata: Prefeitura Municipal de Arinos. detentora da ata: comercial norte vidraçaria, inscrita no CNPJ sob o n. º 54.492.976/0001-58. prorrogar do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, por 12 meses, a partir de 24/08/2026 a 23/08/2027.

Arinos, 26 de agosto de 2026.

MARCILIO ALISSON FONSECA DE ALMEIDA-
Prefeito

Publicado por:
Daniel Ribeiro Santana
Código Identificador:5493902D

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARINOS
EXTRATOS DE CONTRATOS

Extrato dos Contratos referente ao Credenciamento nº 010/2026. Objeto: Prestação de serviços de mão de obras diversas. Contratante: Prefeitura Municipal de Arinos. Contratadas: Matheus Silva de Rezende contrato nº 219 valor global R$ 26.400,00, Danilo Soares da Silva, contrato 220, valor global R$ 33.599,28, Deyvison Pereira, contrato 221, valor global R$ 33.599,28, Ademilto Barbosa de Oliveira, contrato 222, valor global R$ 30.000,96, Kellen Cristina de Aguiar Lopes, contrato 223 valor global R$ 26.400,00, vigências: 12 meses.

Arinos, 26 de agosto de 2026.

MARCILIO ALISSON FONSECA DE ALMEIDA-
Prefeito.

Publicado por:
Daniel Ribeiro Santana
Código Identificador:739A7B58

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARINOS
EXTRATOS TERMOS ADITIVOS

Extrato do primeiro termo aditivo ao contrato nº 162/2025, inexigibilidade nº 040/2025 contratante: Prefeitura Municipal de Arinos. contratada: Instituto Latino-Americano de Governança e Compliance Público, inscrita no CNPJ/MF sob n° 35.829.536/0001-07. Da Vigência: prorrogação até 13 de outubro de 2026, a vigência do contrato inicial.

Arinos, 26 de agosto de 2026.

MARCILIO ALISSON FONSECA DE ALMEIDA-
Prefeito.

Extrato do primeiro termo aditivo ao contrato nº 179/2025, credenciamento nº 022/2025. contratante: Prefeitura Municipal de Arinos. contratada: Cleonice Jose Pereira Ramos, inscrita no CNPJ sob o nº 11.872.049/0001-50. Da Vigência: prorrogação até 17 de dezembro de 2026, a vigência do contrato inicial.

Arinos, 27 de agosto de 2026.

MARCILIO ALISSON FONSECA DE ALMEIDA-
Prefeito.

Extrato do primeiro termo aditivo ao contrato nº 198/2025, credenciamento nº 020/2025, contratante: Prefeitura Municipal de Arinos. contratada: josé Fabio Santos das Neves, inscrita no CNPJ sob o nº 39.782.039/0001-43. Da Vigência: prorrogação até 19 de dezembro de 2027, a vigência do contrato inicial.

Arinos, 27 de agosto de 2026.

MARCILIO ALISSON FONSECA DE ALMEIDA-
Prefeito.

Extrato do primeiro termo aditivo ao contrato nº 195/2025, adesão 09/2025. contratante: Prefeitura Municipal de Arinos. contratada: Norte Prótese Odontológica Ltda, empresa inscrita no CNPJ sob o nº 26.180.982/0001-34. Da Vigência: prorrogação até 25 de agsto de 2027, a vigência do contrato inicial.

Arinos, 27 de agosto de 2026.

MARCILIO ALISSON FONSECA DE ALMEIDA-
Prefeito.

Publicado por:
Daniel Ribeiro Santana
Código Identificador:DBF1C777

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARINOS
HOMOLOGAÇÃO

Tendo em vista o cumprimento das exigências editalícias por parte do credenciado que abaixo subscrevem, homologo o presente procedimento nos termos do Edital de Credenciamento nº 010/2026. Com base nas informações constantes no processo administrativo epigrafado e em cumprimento aos termos da Lei n° 14.133/2021, Acolho o relatório da Agente de Contratação, Ajudico e Homologo o Credenciamento acima identificado, em favor das pessoas físicas**:** José Pereira Marinho, para credenciamento no item 01, Samuel Barbosa da Fonseca, para credenciamento no item 01, Jonatan dos Santos Alves, para credenciamento no item 01, Waldoney Iraja Oliveira Fonseca para credenciamento no item 09, Leonardo Borges de Oliveira, para credenciamento no item 09, Heder Barbosa Lopes para credenciamento no item 09, Marcos José da Silva, para credenciamento no item 09

Arinos, 26 de agosto de 2026.

MARCILIO ALISSON FONSECA DE ALMEIDA-
Prefeito.

Publicado por:
Daniel Ribeiro Santana
Código Identificador:CAAB05FE

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BARÃO DO MONTE ALTO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
ERRATA PREGÃO ELETRÔNICO 005/2026

Prefeitura Municipal de Barão do Monte Alto-MG torna público Errata do Edital de Pregão Eletrônico 005/2026 – Registro de preços para eventual contratação de empresa para aquisição de cestas básicas, a serem distribuidas para as famílias carentes do Município de Barão do Monte Alto, pela Secretaria de Assistência social. Nova data de abertura dia 10/09/2026, às 13:00 horas na plataforma de compras públicas BNC - Bolsa Nacional de Compras. O inteiro teor da errata e o Edital retificado estão disponíveis na sede da instituição e no site do município a partir do dia 26/08/2026. Informações 08001321308, e-mail: licitabarao@yahoo.com.br - e site www.baraodomontealto.mg.gov.br –

SELMAR LUIS DO VALLE –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Marco José Campos de Paula
Código Identificador:A334F37A

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DO MONTE ALTO-MG torna público o Extrato de Ata de Registro de preços do Processo nº 042/2026, Pregão Eletrônico: 002/2026 – Menor Preço Por Item.

Objeto: Registro de preços para eventual contratação de empresas para fornecimento de material de construção. Empresa: TRÊS IRMÃOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - CNPJ nº 32.801.133/0001-53, Ata: 027/2026, com valor global de R$ 3.587.186,70 (três milhões, quinhentos e oitenta e sete mil e cento e oitenta e seis reais e setenta centavos), VRM COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - CNPJ nº 31.868.626/0001-48, Ata: 028/2026, com valor global de R$ 3.018,00 (três mil e dezoito reais), COMMIN@S LTDA - CNPJ nº 07.051.239/0001-30, Ata: 029/2026, com valor global de R$ 419.560,00 (quatrocentos e dezenove mil e quinhentos e sessenta reais) e FORTLEV INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA - CNPJ nº 10.921.911/0005-39, Ata: 030/2026, com valor global de R$ 300.213,00 (trezentos mil e duzentos e treze reais). Vigência: 26/08/2026 a 25/08/2027.

***SELMAR LUIS DO VALLE* –**
Prefeito Municipal – 26/08/2026.

Publicado por:
Marco José Campos de Paula
Código Identificador:C62F2DBD

COMUNUCAÇÃO INSTITUCIONAL
DECRETO Nº 74/2026, DE 24 DE AGOSTO DE 2026 "DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA REALIZAÇÃO DE LICITAÇÕES SOB A FORMA ELETRÔNICA NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE BARÃO DO MONTE ALTO/MG, ANTECIPA O CUMPRIMENTO DO ART. 176, INCISO II, DA LE

DECRETO Nº 74/2026, DE 24 DE AGOSTO DE 2026

"DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA REALIZAÇÃO DE LICITAÇÕES SOB A FORMA ELETRÔNICA NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE BARÃO DO MONTE ALTO/MG, ANTECIPA O CUMPRIMENTO DO ART. 176, INCISO II, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BARÃO DO MONTE ALTO**, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 54, incisos III e VI, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o disposto no art. 37, inciso XXI, da Constituição da República, que estabelece os princípios aplicáveis às contratações realizadas pela Administração Pública;
CONSIDERANDO os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público, transparência, competitividade, celeridade e economicidade previstos no art. 5º da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
CONSIDERANDO que o art. 17, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021 estabelece que as licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica;
CONSIDERANDO que o art. 176, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 assegurou aos Municípios com até 20.000 (vinte mil) habitantes prazo de 6 (seis) anos, contado da publicação da referida Lei, para o cumprimento da obrigatoriedade de realização da licitação sob a forma eletrônica;
CONSIDERANDO que o Município de Barão do Monte Alto se enquadra no disposto no art. 176 da Lei Federal nº 14.133/2021;
CONSIDERANDO a conveniência administrativa de antecipar a adequação do Município à realização integral dos procedimentos licitatórios em ambiente eletrônico;
CONSIDERANDO que a adoção da forma eletrônica amplia a competitividade, a transparência, a publicidade, a eficiência e o controle dos procedimentos licitatórios;
CONSIDERANDO, ainda, a necessidade de conferir maior segurança, padronização e rastreabilidade aos atos praticados nos processos de contratação pública municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica antecipado, no âmbito da Administração Pública Municipal, o cumprimento do disposto no art. 176, inciso II, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
Art. 2º A partir de 31 de agosto de 2026, todas as licitações promovidas pelos órgãos da Administração Pública Direta do Poder Executivo do Município de Barão do Monte Alto/MG serão obrigatoriamente realizadas sob a forma eletrônica.
Art. 3º Os procedimentos licitatórios serão realizados por meio de sistema ou plataforma eletrônica regularmente adotada pelo Município, observados os requisitos de segurança, transparência, publicidade, competitividade, integridade e rastreabilidade dos atos praticados.
§ 1º O sistema eletrônico utilizado deverá permitir o registro dos atos praticados durante a sessão pública, o recebimento de propostas e documentos, a apresentação de lances, quando cabível, e a prática dos demais atos necessários ao processamento da licitação.
§ 2º Deverão ser observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 relativas à publicidade dos atos, ao Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e, enquanto aplicável, às regras de transição previstas no art. 176 da referida Lei.
Art. 4º A partir da data prevista no art. 2º deste Decreto, não será admitida a instauração de procedimento licitatório sob a forma presencial por mera conveniência administrativa.
§ 1º Excepcionalmente, diante de comprovada impossibilidade técnica, indisponibilidade prolongada do sistema eletrônico ou situação de força maior que inviabilize a realização eletrônica do certame, poderá ser autorizada a forma presencial mediante decisão prévia e expressamente motivada da autoridade competente.
§ 2º Na hipótese excepcional prevista no § 1º, deverão ser integralmente observadas as exigências do art. 17, §§ 2º e 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente quanto ao registro da sessão em ata, à gravação em áudio e vídeo e à juntada do arquivo aos autos do procedimento licitatório.
Art. 5º Os procedimentos licitatórios cujo edital já tenha sido regularmente publicado antes de 31 de agosto de 2026 poderão prosseguir na forma originalmente estabelecida, observada a legislação vigente quando da sua instauração.
Art. 6º Compete ao setor responsável pelas licitações e contratos do Município, em conjunto com a Secretaria Municipal de Administração, adotar, até 30 de agosto de 2026, as providências técnicas e administrativas necessárias à plena execução deste Decreto, especialmente:
I – providenciar a disponibilização e operacionalização da plataforma eletrônica;
II – promover o cadastramento dos agentes públicos responsáveis pelos procedimentos;
III – adotar modelos padronizados de editais, atas e demais documentos necessários;
IV – promover orientação e capacitação dos agentes públicos envolvidos;
V – assegurar as condições necessárias à divulgação e ao acompanhamento público dos procedimentos.
Art. 7º A antecipação promovida por este Decreto refere-se especificamente à exigência prevista no inciso II do art. 176 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo dos prazos de transição previstos nos incisos I e III do mesmo dispositivo, enquanto ainda aplicáveis ao Município.
Art. 8º A publicidade dos atos decorrentes deste Decreto observará a Lei Municipal nº 816, de 6 de março de 2013, e as demais normas aplicáveis à publicação oficial dos atos municipais.
Art. 9º Os casos omissos serão decididos pela autoridade competente, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis às contratações públicas.
Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os efeitos previstos no art. 2º a partir de 30 de setembro de 2026.

Barão do Monte Alto/MG, 24 de agosto de 2026.

SELMAR LUIS DO VALE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvério Soares de Azevedo
Código Identificador:B08C9910

COMUNUCAÇÃO INSTITUCIONAL
DECRETO Nº 75/2026, DE 24 DE AGOSTO DE 2026 "NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CONSEA) DO MUNICÍPIO DE BARÃO DE MONTE ALTO."

DECRETO Nº 75/2026, DE 24 DE AGOSTO DE 2026

"Nomeia os membros do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) do Município de Barão de Monte Alto."

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARÃO DE MONTE ALTO, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando a adesão do município ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), e:

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) com vistas a assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA);
CONSIDERANDO as diretrizes estabelecidas pelo Decreto Federal nº 7.272, de 25 de agosto de 2010, no que tange à instituição, adesão e fortalecimento dos componentes do SISAN nos âmbitos municipal, estadual e federal; **CONSIDERANDO** o disposto na Lei Municipal nº 1.095, que cria e regulamenta os componentes municipais do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no Município de Barão do Monte Alto/MG, estabelecendo a estrutura e o funcionamento do COMSEA;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar o princípio do controle social e a participação paritária entre o Poder Público e a Sociedade Civil na formulação e fiscalização das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional do Município;
CONSIDERANDO o resultado do processo de indicação/eleição e os ofícios encaminhados pelas entidades da Sociedade Civil Organizada e pelos órgãos da Administração Pública Municipal, indicando os seus respectivos representantes (titulares e suplentes);

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os membros do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), para o mandato vigente, conforme a seguinte composição:

I – REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO (1/3)
a) Secretaria Municipal de Assistência Social:
• Titular: Isabela Teixeira da Silva
• Suplente: Elaine Dias de Paulo
b) Secretaria Municipal de Saúde:
• Titular: Jardel Silva de Paula
• Suplente: Carlos Alberto Campos de Paula
c) Secretaria Municipal de Educação:
• Titular: Adriana Sanches Baia de Paula
• Suplente: Cristiane Ferreira Carvalho

II – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL (2/3)
Vaga 01:
• Titular: Bianca Rodrigues Alves
• Suplente: Cristiane Figueiredo Gonçalves
Vaga 02:
• Titular: Elaine Cristina Barguini Barbosa
• Suplente: Roselaine de Paula Monteiro
Vaga 03:
• Titular: José Roberto Gonçalves
• Suplente: Kelly Aparecida Freitas Gonçalves
Vaga 04:
• Titular: Alverina Maria Mantovani Ferreira
• Suplente: Isabella Neves Guimarães
Vaga 05:
• Titular: Elziete de Almeida da Silva
• Suplente: José Neves de Souza
Vaga 06:
• Titular: Lucimara de Castro Alves
• Suplente: Marcia Aparecida Berto

III – SECRETARIA EXECUTIVA
• Secretária Executiva: Cristiane Regina Pereira

Art. 2º - A composição do respectivo Conselho terá validade até 31 de Dezembro de 2027

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Barão do Monte Alto/MG, em 24 de agosto de 2026.

SELMAR LUIS DO VALE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvério Soares de Azevedo
Código Identificador:D97E39D0

COMUNUCAÇÃO INSTITUCIONAL
DESPACHO DO PREFEITO MUNICIPAL PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º: 01/2026 DENUNCIADA: SR.ª ELIANE CARVALHO FREITAS SIGILIÃO

DESPACHO DO PREFEITO MUNICIPAL

Processo Administrativo n.º: 01/2026
Origem: Ouvidoria Geral / Gabinete do Prefeito
Assunto: Apuração de denúncia anônima – Alteração indevida de faixa de domínio em via pública

Localização: Estrada Municipal (Trecho: Distrito de Silveira Carvalho às regiões da Fazenda da Sul, Murici e Sampaio)

Denunciada: Sr.ª Eliane Carvalho Freitas Sigilião

1. RELATÓRIO

Trata-se de denúncia anônima apresentada a este Gabinete por usuários da estrada municipal que conecta o Distrito de Silveira Carvalho às localidades rurais de Fazenda da Sul, Murici e Sampaio.

Segundo informado pelos munícipes, a proprietária rural, Sr.ª Eliane Carvalho Freitas Sigilião, teria ordenado aos seus prepostos e funcionários o deslocamento do alinhamento da cerca de sua propriedade, adentrando o leito e a faixa de domínio da referida via pública. Consta no relato que tal conduta reduziu substancialmente a largura da estrada municipal, gerando transtornos e graves riscos ao tráfego de automóveis, caminhões de escoamento da produção e meios de transporte de tração animal.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DETERMINAÇÕES

Considerando a supremacia do interesse público sobre o particular e o dever da Administração Pública de zelar pela integridade dos bens públicos de uso comum do povo, nos termos do art. 99, I, do Código Civil Brasileiro;

Considerando o disposto na legislação municipal vigente no tocante ao Código de Posturas e às diretrizes do Sistema Viário do Município de Barão do Monte Alto;

DETERMINO:

À Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos:

A realização de vistoria técnica in loco e fiscalização imediata no trecho indicado, no prazo improrrogável de 5 (cinco) dias úteis, devendo instruir o relatório com medição topográfica da via, registro

fotográfico e confronto com o alinhamento histórico/oficial da estrada municipal.

À Coordenadoria / Setor de Fiscalização de Posturas:

Caso constatada a invasão da faixa de domínio público e o estreitamento irregular da pista de rolamento, promova-se a notificação e intimação formal da Sra. Eliane Carvalho Freitas Sigilião para que, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, proceda ao recuo da cerca para seu limite legal originário, sob pena de desfazimento compulsório pelo Município, com imputação dos custos operacionais à infratora, sem prejuízo da aplicação das multas administrativas cabíveis.

À Procuradoria Geral do Município (PGM):

O acompanhamento da instrução deste procedimento e, persistindo o descumprimento ou recusa quanto à regularização do domínio público, o ajuizamento imediato da competente Ação Reintegratória de Posse com pedido liminar de tutela de urgência, além das providências para apuração de eventual dano ao patrimônio público.

Ciência à Comunidade:

Publique-se o presente Despacho no Quadro de Avisos e Editais da Prefeitura Municipal para amplo conhecimento dos moradores afetados.

Encaminhe-se o presente expediente, com urgência, à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos para cumprimento do item "1".

Gabinete do Prefeito Municipal de Barão do Monte Alto - MG, 09 de agosto de 2026.

SELMAR LUIS DO VALE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvério Soares de Azevedo
Código Identificador:AF876489

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BARRA LONGA

COMISSAO DE LICITAÇAO
EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 9019/2026

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 9019/2026

Processo nº.: 090/2025
Pregão Eletrônico nº.: 035/2025
SRP: 032/2025

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Barra Longa, CNPJ 18.316.182/0001-70. CONTRATADO: CLEAR INDÚSTRIA DE PAPÉIS LTDA., inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 03.790.761.0001-82. OBJETO: Registro de Preços para aquisição de papelaria e materiais de escritório, para atender as Secretarias Municipais de Administração, Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Assistência Social, Meio Ambiente, Agricultura, Planejamento, Habitação.
Vigência: 02/09/2027.

Barra Longa/MG, 26 de agosto de 2026.

ELSON APARECIDO DE OLIVEIRA –
Prefeito Municipal.

FELIPPE LUCAS SANTOS DE OLIVEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Valdimara Mol Romano
Código Identificador:7DDB475A

COMISSAO DE LICITAÇAO
EXTRATO TERCEIRO ADITIVO DO CONTRATO 105/2025 - PROCESSO 089/2025

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 105/2025

Processo nº.: 089/2025
Concorrência nº.: 005/2025

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Barra Longa, CNPJ 18.316.182/0001-70. CONTRATADO: MS CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., CNPJ: 38.302.662/0001-99. OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de montagem e instalação de bueiros com tubos armco, nas comunidades rurais do Município de Barra Longa, para atender as demandas da Secretaria Municipal de obras, com propósito de melhorar a infraestrutura de drenagem e garantir a adequada trafegabilidade das vias rurais, especialmente durante o período chuvoso.
Supressão: 9,836% - R$ 11.823,17 (onze mil oitocentos e vinte e três reais e dezessete centavos).

Barra Longa/MG, 25 de agosto de 2026.

ELSON APARECIDO DE OLIVEIRA –
Prefeito Municipal.

FELIPPE LUCAS SANTOS DE OLIVEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Valdimara Mol Romano
Código Identificador:11DE957E

COMISSAO DE LICITAÇAO
EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 82/2025 - PROCESSO 95/2025

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 82/2025

Processo nº.: 095/2025
Concorrência nº.: 001/2025

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Barra Longa, CNPJ 18.316.182/0001-70. CONTRATADO: MW EMPREENDIMENTOS CONSULTORIA PIMENTEL LTDA., CNPJ: 29.418.968/0001-14. OBJETO: Construção do Posto de saúde da Comunidade do Pimenta, Município de Barra Longa/MG.
Vigência: 11/10/2026.

Barra Longa/MG, 18 de agosto de 2026.

ELSON APARECIDO DE OLIVEIRA –
Prefeito Municipal.

FELIPPE LUCAS SANTOS DE OLIVEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Valdimara Mol Romano
Código Identificador:BEF4AC78

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BARROSO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROSO, torna público que o Processo 176/2026, Pregão Eletrônico 063/2026, realizada no dia 25/08/2026, às 10:00h, cujo objeto é a futura, eventual e parcelada prestação de serviços de remoção de pacientes em Ambulância de Suporte Avançado (UTI Móvel) e em Ambulância tipo A (Simples Remoção), e atendimentos a eventos do município, conforme a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Cultura e Turismo foi fracassado. Motivo: todos os licitantes foral inabilitados.

ÉRICA APARECIDA CARDOSO MOREIRA
Agente de Contratação Municipal

Publicado por:
Erica Aparecida Cardoso Moreira
Código Identificador:1DF334AF

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO 189/2026, A DISPENSA DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 007/2026

MUNICÍPIO DE BARROSO/MG
COMISSÃO DE SELEÇÃO PARA ESCOLHA DE ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

EXTRATO

O Município de Barroso, em atendimento ao disposto no § 1º, art. 32, da Lei Federal nº 13.019/2014, informa que foi autorizada através do Processo 189/2026, a Dispensa do Chamamento Público nº 007/2026 Termo de Fomento 012/2026, prevista no inciso VI do artigo 30 da Lei Federal nº 13.019/2014, à instituição ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BARROSO, CNPJ: 20.288.940/0001-35, para a formalização direta de Termo de Fomento; e, nesse sentido, torna público o extrato da justificativa do Sr. Prefeito Municipal no Processo nº 189/2026, consoante o §1º do artigo 32 da Lei Federal nº 13.019/2014, a qual fundamenta a celebração direta de parceria com a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BARROSO, CNPJ: 20.288.940/0001-35, para ser utilizado com despesas de aquisição de equipamentos e materiais permanentes, pelos beneficiários finais, conforme objetivo do projeto de saúde para a Política de Apoio de Fortalecimento da Rede de Cuidado à Pessoa com Deficiência, cujo inteiro teor pode ser consultado diretamente na Prefeitura Municipal de Barroso, na Praça Sant'Ana, nº 120, Centro, Barroso/MG, telefone (32) 3359-3006, ou requerido pelo e-mail licitacao@barroso.mg.gov.br. Na forma do § 2º do artigo 32 da Lei Federal nº 13.019/2014, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias para eventual impugnação, que deverá ser encaminhada por e-mail.

Barroso, 26 de agosto de 2026.

RAQUEL FERREIRA DINIZ,
Presidente da Comissão de Seleção Para Escolha de Organização da Sociedade Civil.

Publicado por:
Erica Aparecida Cardoso Moreira
Código Identificador:9C7A45F7

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BOA ESPERANÇA

LICITAÇÕES E PREGÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA/MG.
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA/MG. Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº 46/2026. Tipo: Menor Preço por Item. Objeto: Registro de preços para **fornecimento futuro e parcelado de mini salgados**, destinados ao atendimento das Secretarias, Órgãos e demais unidades administrativas desta Prefeitura Municipal, de acordo com as necessidades. Data entrega das propostas: Até 10/09/2026 às 09:00 horas na Plataforma da AMMlicita. O Edital e anexos poderão ser obtidos no site da Prefeitura Municipal: www.boaesperanca.mg.gov.br/licitacoes ou na Plataforma de Licitações: www.ammlicita.org.br. Informações: (35) 99213-0267.

Publicado por:
Gustavo Figueiredo Miranda
Código Identificador:1DD0C96B

LICITAÇÕES E PREGÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA/MG.
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA/MG. Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº 47/2026. Tipo: Menor Preço por Item. Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de confecção de próteses dentárias, compreendendo o fornecimento de todos os materiais, insumos, mão de obra especializada e demais recursos necessários à execução dos serviços, destinados ao atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde. Data entrega das propostas: Até 11/09/2026 às 09:00 horas na Plataforma da AMMlicita. O Edital e anexos poderão ser obtidos no site da Prefeitura Municipal: www.boaesperanca.mg.gov.br/licitacoes ou na Plataforma de Licitações: www.ammlicita.org.br. Informações: (35) 99213-0267.

Publicado por:
Gustavo Figueiredo Miranda
Código Identificador:2762A51D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BOM JESUS DO AMPARO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO AMPARO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 042/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 081/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2026
OBJETO: Registro de preço para contratação de empresa para a prestação de serviços de arbitragem esportiva e coordenação técnica, com o respectivo fornecimento de equipamentos, pessoal de apoio esportivo, equipe técnica e serviços de cronometragem com equipamentos eletrônicos, necessários à realização de futuros e incertos eventos esportivos. **INICIO DO ENVIO DE PROPOSTAS: 26/08/2026 ÀS 17:00 HORAS, FIM DO ENVIO PROPOSTAS/INÍCIO DA DISPUTA: 14/09/2026 ÀS 09:29 HORAS, HORÁRIO DE BRASÍLIA ENDEREÇO ELETRÔNICO:** www.licitardigital.com.br. Não havendo expediente na data supracitada, a data limite para encaminhamento das propostas comerciais, bem como a data para sessão do Pregão ficarão prorrogadas para o primeiro dia útil subsequente, nos mesmo horário. **CONSULTA AO EDITAL E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES:** Site: www.bomjesusdoamparo.mg.gov.br Telefone: (31) 3833-1222 Pedidos de esclarecimentos: www.licitardigital.com.br. **REFERÊNCIA DO TEMPO:** Horário de Brasília.

Publicado por:
Rayelle Aparecida Silva
Código Identificador:A3A64EB5

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BOM REPOUSO

DECRETOS
DECRETO Nº 1691/2026 DE 20 DE AGOSTO DE 2026.

DECRETO Nº 1691/2026 DE 20 DE AGOSTO DE 2026.

"Dispõe sobre a regulamentação da concessão de Benefícios Eventuais no âmbito da Política Municipal de Assistência Social, e dá outras providências"

EDMILSON ANDRADE, Prefeito Municipal de Bom Repouso/MG, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o art. 22 da Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 (LOAS), e com a Lei Municipal nº 0192/2000, de 09 de março de 2000, prevê a regulamentação dos Benefícios Eventuais de Assistência Social no âmbito deste Município.

DECRETA:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Art. 1º Os Benefícios Eventuais são provisões suplementares e provisórias, prestadas aos indivíduos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.
Art. 2º Os benefícios eventuais integram as garantias do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), e têm por objetivos:
I - Amenizar riscos e vulnerabilidades sociais decorrentes de contingências sociais;
II - Assegurar o respeito à dignidade e à autonomia dos cidadãos;
III - Prevenir o agravamento de situações de exclusão social.

CAPÍTULO II
DAS ESPÉCIES DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS
Art. 3º Os benefícios eventuais compreendem as seguintes modalidades:
I - Auxílio-Natalidade: destinado a reduzir os custos decorrentes do nascimento de um novo membro da família, podendo ser fornecido em bens de consumo (enxoval) ou pecúnia;
II - Auxílio-Funeral: destinado a reduzir os custos decorrentes do falecimento de um membro da família, visando garantir a dignidade humana;
III - Auxílio por Vulnerabilidade Temporária: provisão para atender necessidades emergentes do cotidiano, como alimentação, vestuário, documentação e transporte, decorrentes de vulnerabilidades familiares;
IV - Auxílio em Situação de Calamidade Pública ou Emergência: destinado a garantir a sobrevivência e a reconstrução da autonomia de indivíduos e famílias afetadas por desastres ou situações de emergência reconhecidas pelo Poder Público.
V - Auxílio-Aluguel: destinado a garantir proteção social a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, mediante apoio temporário para custeio de despesas com moradia, quando comprovada a impossibilidade ou dificuldade de manutenção da habitação por meios próprios, contribuindo para prevenir situações de desabrigo, perda da moradia ou agravamento da vulnerabilidade familiar;
VI - Auxílio para Pagamento de tarifas de Energia Elétrica e de água: destinado a atender indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica que apresentem dificuldade temporária para arcar com as despesas de energia elétrica, visando assegurar condições mínimas de subsistência, a manutenção das condições básicas de habitabilidade e a prevenção da suspensão do serviço essencial.

CAPÍTULO III
DOS CRITÉRIOS DE CONCESSÃO
Art. 4º Terá direito aos Benefícios Eventuais o cidadão ou família residente no Município de Bom Repouso, cuja renda per capita familiar seja igual ou inferior a meio salário mínimo vigente, resguardadas as situações de excepcionalidade aprovadas pela equipe técnica.
§ 1º A concessão dos benefícios ficará condicionada à avaliação socioassistencial realizada por Assistente Social ou equipe técnica do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).
§ 2º Para a comprovação das necessidades de concessão dos benefícios eventuais, são vedadas quaisquer situações vexatórias ou constrangedoras.

CAPÍTULO IV
DA OPERACIONALIZAÇÃO E FLUXO DE ATENDIMENTO
Art. 5º Os requerimentos para concessão dos Benefícios Eventuais deverão ser realizados junto às unidades do CRAS ou órgão gestor da assistência social do município.
Art. 6º Caberá à Secretaria Municipal de Assistência Social (ou equivalente):
I - Organizar, coordenar e executar a oferta dos benefícios eventuais;
II - Manter registros atualizados dos benefícios concedidos, a fim de subsidiar o planejamento orçamentário;
III - Garantir que as famílias beneficiárias sejam acompanhadas pela rede socioassistencial para superação das vulnerabilidades.
Art. 7º A concessão dos benefícios eventuais depende da prévia previsão orçamentária no Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) e da aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

CAPÍTULO V
DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 8º Os casos omissos ou excepcionais serão analisados pela equipe técnica de referência e submetidos à deliberação da Secretaria Municipal de Assistência Social.
Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Bom Repouso, 20 de agosto de 2026.

EDMILSON ANDRADE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andreia Andrade Crispim
Código Identificador:6907C19A

LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0072/25

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM REPOUSO - PRC 000152/25- 00001/26 Termo Aditivo ao Contrato nº 0072/25. Dispensa nº 46/2025. *ASSOCIACAO BRASILEIRA DE CONCURSOS PUBLICOS - ABCP* Valor: 84.500,00. Objeto: SERVIÇO DE REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO E PROCESSO SELETIV. Dotação Orçamentária: **02.03.05.122.0001.2004.0000.3.3.90.40.00.0061** – Assinatura: 24/08/2026 - Vigência: 17/01/2027 –

EDMILSON ANDRADE –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana de Fátima Brandão Cardoso
Código Identificador:0F63243E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BONFINÓPOLIS DE MINAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS
PROCESSO 070/2026 PREGÃO ELETRÔNICO 029/2026

O MUNICÍPIO DE BONFINÓPOLIS DE MINAS-MG. Torna público a realização de Processo Licitatório Nº 070/2026- Pregão Eletrônico Nº 029/2026 – Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de cestas básicas completas, destinadas ao atendimento das demandas do Município de Bonfinópolis de Minas/MG.
Início do Recebimento de propostas: 07h00 do dia 28.08.2026
Fim do Recebimento de propostas: 07h do dia 11.09.2026
Início da Sessão de Disputa de Preços: às 09h00 do dia 11.09.2026. Informações na sede da Prefeitura ou pelo telefone(38)99836-7053 ou pelo e-mail: licitabonfinopolis@gmail.com.

Bonfinópolis de Minas - MG, 26.08.2026.

NÁDYLLA APARECIDA SILVA E SOUZA –
Pregoeira.

Publicado por:
Nadylla Aparecida Silva e Souza
Código Identificador:71FF16F7

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BRASILÂNDIA DE MINAS

SEC EXEC DE ADMIN E PLANEJAMENTO
PUBLICAÇÃO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO 50/2025

SEC EXEC DE ADMIN E PLANEJAMENT0
PUBLICAÇÃO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 50/2025
PROCESSO LICITATÓRIO 015/2025
PREGÃO ELETRONOCO 04/2025

Prefeitura Municipal de Brasilândia de Minas-MG - Extrato do Primeiro Termo aditivo da ata de registro de preços nº 050/2025 – Contratada: **BURITIS ATACADO VAREJO E DISTRIBUIÇÃO EIRELI - EPP**, CNPJ: 23.405.990/0001-43 Primeiro Termo aditivo da ata de registro de preços, tem por objeto prorrogação do prazo da vigência da ata de registro de preços por mais 03 (três) meses.

Brasilândia de Minas - MG, 20 de março de 2026.

OSÉIAS CARDOSO QUEIROZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Michele Neves Pereira da Cruz
Código Identificador:73323029

SEC EXEC DE ADMIN E PLANEJAMENTO
PUBLICAÇÃO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 53/2025

SEC EXEC DE ADMIN E PLANEJAMENT0
PUBLICAÇÃO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 53/2025
PROCESSO LICITATÓRIO 015/2025
PREGÃO ELETRONOCO 04/2025

Prefeitura Municipal de Brasilândia de Minas-MG - Extrato do Primeiro Termo aditivo da ata de registro de preços nº 053/2025 – Contratada: **BURITIS ATACADO VAREJO & DISTRIBUIÇÃO EIRELI - EPP**, CNPJ: 23.405.990/0001-43 Primeiro Termo aditivo da ata de registro de preços, tem por objeto prorrogação do prazo da vigência da ata de registro de preços por mais 03 (seis) meses.

Brasilândia de Minas - MG, 20 de março de 2026.

OSÉIAS CARDOSO QUEIROZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Michele Neves Pereira da Cruz
Código Identificador:186548AE

SEC EXEC DE ADMIN E PLANEJAMENTO
PUBLICAÇÃO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 59/2025

SEC EXEC DE ADMIN E PLANEJAMENT0
PUBLICAÇÃO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 59/2025
PROCESSO LICITATÓRIO 027/2025
PREGÃO ELETRONOCO 010/2025

Prefeitura Municipal de Brasilândia de Minas-MG - Extrato do Primeiro Termo aditivo da ata de registro de preços nº 059/2025 – Contratada: **GG DISTRIBUIDORA LTDA ME**, CNPJ: 10.455.024/0001-99 Primeiro Termo aditivo da ata de registro de preços, tem por objeto prorrogação do prazo da vigência da ata de registro de preços por mais 06 (seis) meses.

Brasilândia de Minas - MG, 02 de abril de 2026.

OSÉIAS CARDOSO QUEIROZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Michele Neves Pereira da Cruz
Código Identificador:51F99A1F

SEC EXEC DE ADMIN E PLANEJAMENTO
PUBLICAÇÃO DO PRIMEITO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 58/2025

SEC EXEC DE ADMIN E PLANEJAMENT0
PUBLICAÇÃO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 58/2025
PROCESSO LICITATÓRIO 027/2025
PREGÃO ELETRONOCO 010/2025

Prefeitura Municipal de Brasilândia de Minas-MG - Extrato do Primeiro Termo aditivo da ata de registro de preços nº 058/2025 – Contratada: **COMERCIAL MINASFORT LTDA**, CNPJ: 41.583.896/0001-66 Primeiro Termo aditivo da ata de registro de preços, tem por objeto prorrogação do prazo da vigência da ata de registro de preços por mais 06 (seis) meses.

Brasilândia de Minas - MG, 02 de abril de 2026.

OSÉIAS CARDOSO QUEIROZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Michele Neves Pereira da Cruz
Código Identificador:A5224992

SEC EXEC DE ADMIN E PLANEJAMENTO
PUBLICAÇÃO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 353/2024

SEC EXEC DE ADMIN E PLANEJAMENT0
PUBLICAÇÃO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 353/2024
PROCESSO LICITATÓRIO 048/2024
DISPENSA 016/2022

Prefeitura Municipal de Brasilândia de Minas-MG - Extrato do Terceiro Termo aditivo ao contrato 353/2022 – Contratada: **PEDRO BERNARDO SILVA ME, CNPJ**: 10.700.077/0001-28 TERCEIRO TERMO ADITIVO tem por objeto prorrogação do prazo da vigência do contrato por mais 12 (doze) meses.

Brasilândia de Minas - MG, 10 de julho de 2026.

OSÉIAS CARDOSO QUEIROZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Michele Neves Pereira da Cruz
Código Identificador:6E47F7F3

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BRAÚNAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÚNAS
EXTRATO AO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 093/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÚNAS. PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 093/2025 – PROCESSO LICITATÓRIO N°106/2025 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 035/2025.O primeiro Termo Aditivo tem como objeto o aditamento de 25% do saldo do Contrato nº 093/2025, firmado com a empresa Laboratório de Análises Clínicas Santa Barbara LTDA, responsável pela realização de exames laboratoriais de análises clínicas, ao preço da tabela SUS MUNICIPAL, para os pacientes do Município de Braúnas, atendidos através da Secretaria Municipal de Saúde, conforme condições, quantidades e exigências a serem estabelecidas no Termo de Referência do processo licitatório, conforme solicitação. Contratada:LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS SANTA BÁRBARA LTDA**,**inscrita no CNPJ sob o nº.

38.512.331/0001-83; Representante: Maria do Socorro Batista de Andrade, CPF ***.096.***-**; Data: 23 de julho de 2026.

Publicado por:
Adeliane Carvalho de Souza
Código Identificador:EA47DE5A

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÚNAS
EXTRATO AO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 093/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÚNAS. SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 093/2025 – PROCESSO LICITATÓRIO N°106/2025 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 035/2025. O segundo Termo Aditivo tem como objeto do Contrato nº 093/2025, firmado com a empresa Laboratório de Análises Clínicas Santa Barbara LTDA, responsável pela realização de exames laboratoriais de análises clínicas, ao preço da tabela SUS Municipal, para os pacientes do Município de Braúnas, atendidos através da Secretaria Municipal de Saúde, conforme condições, quantidades e exigências a serem estabelecidas no Termo de Referência do processo licitatório, conforme solicitação. Esse aditivo tem como objetivo à prorrogação do prazo de vigência da contratação. Com a prorrogação do contrato, o prazo será prorrogado por mais 12(doze) meses, a partir do dia 04 de setembro de 2026, sendo até 04 de setembro de 2027 Contratada: LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS SANTA BÁRBARA LTDA**,** inscrita no CNPJ sob o nº. 38.512.331/0001-83; Representante: Maria do Socorro Batista de Andrade, CPF ***.096.***-**; Data: 26 de agosto de 2026.

Publicado por:
Adeliane Carvalho de Souza
Código Identificador:D283EB8C

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÚNAS
EXTRATO DE ERRATA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 047/2026.

O Município de Braúnas/MG, por intermédio de seu representante legal, torna pública a presente Errata, referente à Ata de Registro de Preços nº 047/2026, decorrente do Processo Licitatório nº 043/2026 – Pregão Eletrônico nº 021/2026, para fins de correção de erro material constatado na data constante ao final do referido instrumento. Onde se lê: "Braúnas, MG, 04 de outubro de 2026." Leia-se: "Braúnas, MG, 04 de agosto de 2026." Esclarece-se que a indicação da data de 04 de outubro de 2026 decorreu de mero erro material de digitação, não representando a intenção da Administração, razão pela qual fica expressamente retificada para 04 de agosto de 2026, que é a data válida e correta da Ata de Registro de Preços nº 047/2026.A presente errata não altera o objeto, as condições, obrigações, valores, prazos ou quaisquer outras disposições constantes da Ata de Registro de Preços, destinando-se exclusivamente à correção da data acima indicada. Permanecem ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços nº 047/2026 que não foram objeto desta retificação.

Publicado por:
Adeliane Carvalho de Souza
Código Identificador:EBF6558D

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÚNAS
EXTRATO DE ERRATA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 048/2026.

O Município de Braúnas/MG, por intermédio de seu representante legal, torna pública a presente Errata, referente à Ata de Registro de Preços nº 048/2026, decorrente do Processo Licitatório nº 043/2026 – Pregão Eletrônico nº 021/2026, para fins de correção de erro material constatado na data constante ao final do referido instrumento. Onde se lê: "Braúnas, MG, 04 de outubro de 2026." Leia-se: "Braúnas, MG, 04 de agosto de 2026." Esclarece-se que a indicação da data de 04 de outubro de 2026 decorreu de mero erro material de digitação, não representando a intenção da Administração, razão pela qual fica expressamente retificada para 04 de agosto de 2026, que é a data válida e correta da Ata de Registro de Preços nº 048/2026.A presente errata não altera o objeto, as condições, obrigações, valores, prazos ou quaisquer outras disposições constantes da Ata de Registro de Preços, destinando-se exclusivamente à correção da data acima indicada. Permanecem ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços nº 048/2026 que não foram objeto desta retificação.

Publicado por:
Adeliane Carvalho de Souza
Código Identificador:B01B0AA7

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÚNAS
EXTRATO DE ERRATA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 049/2026.

O Município de Braúnas/MG, por intermédio de seu representante legal, torna pública a presente Errata, referente à Ata de Registro de Preços nº 049/2026, decorrente do Processo Licitatório nº 043/2026 – Pregão Eletrônico nº 021/2026, para fins de correção de erro material constatado na data constante ao final do referido instrumento. Onde se lê: "Braúnas, MG, 04 de outubro de 2026." Leia-se: "Braúnas, MG, 04 de agosto de 2026." Esclarece-se que a indicação da data de 04 de outubro de 2026 decorreu de mero erro material de digitação, não representando a intenção da Administração, razão pela qual fica expressamente retificada para 04 de agosto de 2026, que é a data válida e correta da Ata de Registro de Preços nº 049/2026.A presente errata não altera o objeto, as condições, obrigações, valores, prazos ou quaisquer outras disposições constantes da Ata de Registro de Preços, destinando-se exclusivamente à correção da data acima indicada. Permanecem ratificadas todas as demais disposições da Ata de Registro de Preços nº 049/2026 que não foram objeto desta retificação.

Publicado por:
Adeliane Carvalho de Souza
Código Identificador:D0257186

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BUENO BRANDÃO

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENO BRANDÃO – MG. Pregão Eletrônico nº 28/2026. Processo nº 144/2026. Aviso de Licitação. Encontra-se aberto junto a esta Prefeitura o processo licitatório em epígrafe, pelo critério de julgamento de menor preço por item, para a contratação de empresa para prestação de serviços de locação de estruturas como piso palco, camarins, equipamento de som e de iluminação, banheiros químicos pcd, prestação de serviços de equipe de apoio, brigadista para a realização dos eventos 08° Festival de Música Sertaneja Raiz - Troféu Tio Milton e 12ª Roda de Bandas que serão realizados entre os dias 26 e 27 de setembro de 2026, para atender a Secretaria Municipal de Cultura. A abertura da sessão pública dar-se-á no dia 14/09/2026, às 09h30min, por meio eletrônico, na página www.ammlicita.org.br. O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados de 2ª a 6ª feira, das 09h às 16h, na Rua Afonso Pena, nº 225, Centro, Bueno Brandão – MG. Fone: (035) 99910-3685 e/ou através do site www.buenobrandao.mg.gov.br e www.ammlicita.org.br.

ALINE COUTINHO BARBOSA **–**
Agente de Contratação.

Publicado por:
Aline Coutinho Barbosa
Código Identificador:4ED41876

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 010/2026

MUNICÍPIO DE BUENO BRANDÃO. **Termo de Colaboração nº 010/2026**. Parceira Privada: **HOSPITAL E MATERNIDADE SENHOR BOM JESUS** – CNPJ nº 17.912.007/0001-82. Objeto: Aquisição de equipamentos e materiais permanentes destinados a Parceira Privada com a finalidade de fortalecer sua estrutura física,

tecnológica e assistencial, qualificando a assistência prestada aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS que são atendidos, com a aquisição de kit valor em saúde e kit HPP, oriundo de indicação de emenda parlamentar realizada pelo Deputado Estadual Dr. Maurício. Valor total do repasse: R$ 183.000,00. Fundamentação legal: Artigo 31, II, da Lei Federal nº 13.019/2014 e as Resoluções SES nº 11.059/2026 e nº 11.184/2026. Data de assinatura do Termo: 25.08.2026. Prazo: 12 meses.

LOURIVAL CAVINI JÚNIOR.

Publicado por:
Aline Coutinho Barbosa
Código Identificador:3BD1C83B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BUENÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENÓPOLIS
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

Prefeitura Municipal de Buenópolis/MG - Processo n.º 053/2026 - Inexigibilidade nº 19/2026 - Objeto: Prestação de serviços técnicos especializados de advocacia, consistentes na recuperação de créditos à Educação Municipal, incluindo-se aqueles advindos de deduções, glosas, compensações ou retenções indevidas nas transferências universais obrigatórias, como o PNAE, e no FUNDEB, composto pelas complementações do VAAF, VAAT e VAAR, além do impacto da incorreta aplicação do VMAA aplicado pela União, à época do extinto FUNDEF, até o efetivo recebimento.O edital se encontra disponível no site http://buenopolis.mg.gov.br/953-2/. Informações: Email:licitacao@buenopolis.mg.gov.b -

JOSÉ ALVES/
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Vânia Maria da Costa
Código Identificador:09BBADE8

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CABECEIRA GRANDE

PREFEITURA DE CABECEIRA GRANDE
AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 093/2026 – **PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2026** – A Prefeitura de Cabeceira Grande/MG, torna público aos interessados o **ADIAMENTO** da sessão pública prevista para o dia **27 DE AGOSTO DE 2026**, às **08:30 horas**, referente à licitação na modalidade Pregão Presencial, tipo: Sistema de Registro de Preços, julgamento: Menor Preço por Item, sob a regência da Lei n° 14.133/2021, para a **formação de registro de preços para aquisição de pães, em atendimento às demandas da Prefeitura Municipal de Cabeceira Grande e Secretarias Municipais vinculadas.** A sessão pública fica **REMARCADA para o dia 08 DE SETEMBRO DE 2026, às 08:30 horas**, e será realizada nas instalações da Prefeitura de Cabeceira Grande, situada à **Praça São José, s/nº, Centro, Cabeceira Grande/MG**. O edital contendo as linhas e demais especificações se encontra à disposição dos interessados, no site da Prefeitura www.cabeceiragrande.mg.gov.br/ e na sede, situada à Praça São José, s/n°, Centro, Cabeceira Grande/MG, e poderá ser obtido no horário comercial. Maiores informações poderão ser obtidas pelos e-mails: licitacao@cabeceiragrande.mg.gov.br ou telefones: (38) 99733 4847.

Cabeceira Grande – MG, 26 de agosto de 2026.

Publicado por:
Tatiana Costa de Oliveira
Código Identificador:D07FE145

PREFEITURA DE CABECEIRA GRANDE
AVISO DE RESULTADO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2026
Processo Adm: Nº 092/2026

Objeto: Formação de registro de preços para futura e eventual aquisição de peças de reposição para máquinas pesadas pertencentes à frota veicular do Município, compreendendo Intercooler destinado à motoniveladora e Módulo B destinado à escavadeira hidráulica, visando ao restabelecimento e à manutenção das condições adequadas de funcionamento dos equipamentos, em atendimento às demandas da Secretaria Municipal da Infraestrutura.

Empresas vencedoras valor total: R$ 42.360,00(quarenta e dois mil e trezentos e sessenta reais): **LINCETRACTOR COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI**(11371179000100) com o lote: 2 no valor total de R$ 11.760,00 (onze mil e setecentos e sessenta reais).**VALORE PEÇAS LTDA**(66707425000143) com o lote: 1 no valor total de R$ 30.600,00 (trinta mil e seiscentos reais).

CABECEIRA GRANDE - MG, 26 de agosto de 2026

LELIAN FELIPE DA SILVA
Condutor de Processos

Publicado por:
Tatiana Costa de Oliveira
Código Identificador:89426D18

PREFEITURA DE CABECEIRA GRANDE
DESPACHO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 096/2026
ADESÃO À ATA DE REGITRO DE PREÇOS Nº 002/2026

Fica homologado o resultado do **PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATORIO N.º 096/2026, ADESÃO N.º 002/2026,** cujo objeto é a aquisição, mediante adesão à Ata de Registro de Preços nº 384/2025, vinculada ao Processo Administrativo nº 15190/2025 e ao Pregão Eletrônico nº 99048/2025, da Prefeitura de Barcarena/PA, de bicicletas elétricas destinadas aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e aos Agentes de Combate às Endemias (ACE), visando proporcionar maior mobilidade, agilidade e eficiência no deslocamento dos agentes durante a execução de suas atividades de campo, contribuindo para o aprimoramento das ações de promoção da saúde, prevenção de doenças, vigilância e controle de endemias, em atendimento à Emenda Impositiva nº 030/2026 e às necessidades da Secretaria Municipal da Saúde e Humanização**,** conforme discriminação:

Homologo o resultado quanto ao item **01,** no valor total de **R$ 122.500,00 (cento e vinte e dois mil e quinhentos reais)**, em favor da empresa **DREAM BMX COMÉRCIO DE BICICLETAS E TRICICLOS LTDA - CNPJ: 14.536.420/0001-00**, conforme condições, especificações e valores constantes dos autos**.**

Publique-se o resumo deste despacho homologatório na forma legal. Encaminhe-se o respectivo processo à Secretaria Municipal da Saúde e Humanização, para o controle, acompanhamento e fiscalização do processo.

Cabeceira Grande-MG, 26 de agosto de 2026.

ELBER DE OLIVEIRA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Tatiana Costa de Oliveira
Código Identificador:2AF7B59E

PREFEITURA DE CABECEIRA GRANDE
TERMO DE ADESÃO

Órgão Gerenciador: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BARCARENA/PA
UASG: 980425

Órgão Aderente: Prefeitura Municipal de Cabeceira Grande/MG – CNPJ nº 01.603.707/0001-55
Unidade responsável: Secretaria Municipal da Saúde e Humanização/Fundo Municipal de Saúde – CNPJ nº 11.969.673/0001-70.

DADOS DO PROCESSO

Processo Administrativo Originário: nº 15190/2025
Pregão Eletrônico: nº 99048/2025
Ata de Registro de Preços: nº 384/2025
UASG: 980425

OBJETO: Registro de preços para aquisição de bicicletas elétricas e capacetes de segurança destinados ao uso diário dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes de Combate a Endemias (ACE), visando atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Barcarena, estado do Pará.

DADOS DA ADESÃO
Item: 01
Quantidade: 25 (vinte e cinco) unidades
Valor unitário: R$ 4.900,00 (quatro mil e novecentos reais)
Valor total da adesão: R$ 122.500,00 (cento e vinte e dois mil e quinhentos reais)
EMPRESA DETENTORA DO REGISTRO: DREAM BMX COMÉRCIO DE BICICLETAS E TRICICLOS LTDA – CNPJ nº 14.536.420/0001-00.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente o art. 86, § 3º, e demais dispositivos aplicáveis ao Sistema de Registro de Preços e à adesão à Ata de Registro de Preços, observada a regulamentação pertinente.

Cabeceira Grande-MG, 26 de agosto de 2026.

ELBER DE OLIVEIRA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Tatiana Costa de Oliveira
Código Identificador:DD2C171D

PREFEITURA DE CABECEIRA GRANDE
TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2026
Processo Adm: Nº 092/2026

Objeto: Formação de registro de preços para futura e eventual aquisição de peças de reposição para máquinas pesadas pertencentes à frota veicular do Município, compreendendo Intercooler destinado à motoniveladora e Módulo B destinado à escavadeira hidráulica, visando ao restabelecimento e à manutenção das condições adequadas de funcionamento dos equipamentos, em atendimento às demandas da Secretaria Municipal da Infraestrutura.

Empresas vencedoras valor total: R$ 42.360,00(quarenta e dois mil e trezentos e sessenta reais):LINCETRACTOR COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI(11371179000100) com os lotes: 2 no valor total de R$ 11.760,00 (onze mil e setecentos e sessenta reais).VALORE PEÇAS LTDA(66707425000143) com os lotes: 1 no valor total de R$ 30.600,00 (trinta mil e seiscentos reais).

CABECEIRA GRANDE (MG), quarta-feira, 26 de agosto de 2026

ELBER DE OLIVEIRA SILVA
Autoridade de Promotor

Publicado por:
Tatiana Costa de Oliveira
Código Identificador:4DFD7BD4

PREFEITURA DE CABECEIRA GRANDE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2026
Processo Adm: Nº 092/2026

Objeto: Formação de registro de preços para futura e eventual aquisição de peças de reposição para máquinas pesadas pertencentes à frota veicular do Município, compreendendo Intercooler destinado à motoniveladora e Módulo B destinado à escavadeira hidráulica, visando ao restabelecimento e à manutenção das condições adequadas de funcionamento dos equipamentos, em atendimento às demandas da Secretaria Municipal da Infraestrutura.

Empresas vencedoras valor total: R$ 42.360,00(quarenta e dois mil e trezentos e sessenta reais):LINCETRACTOR COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI(11371179000100) com os lotes: 2 no valor total de R$ 11.760,00 (onze mil e setecentos e sessenta reais).VALORE PEÇAS LTDA(66707425000143) com os lotes: 1 no valor total de R$ 30.600,00 (trinta mil e seiscentos reais).

A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE CABECEIRA GRANDE, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) , e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

CABECEIRA GRANDE (MG), quarta-feira, 26 de agosto de 2026

ELBER DE OLIVEIRA SILVA
Autoridade Competente

Publicado por:
Tatiana Costa de Oliveira
Código Identificador:0CBF28F4

SERVIÇO AUTÔNOMO DE SANEAMENTO DE CABECEIRA GRANDE
EXTRATO DE ATA E CONTRATO

SERVIÇO AUTONOMO DE SANEAMENTO DECABECEIRA GRANDE-MG. Torna público o **EXTRATO DE ATA CONTRATO**, vinculado ao Processo Administrativo nº 008/2026, Pregão Eletrônico nº 004/2026. Objeto:**Formação de registro de preços para aquisição de materiais de construção civil, em atendimento às demandas do Serviço Autônomo de Saneamento de Cabeceira Grande – SANECAB.** Contratada:**EREMASTER DISTRIBUIDORA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS – CNPJ: 37.278.673/0001-18;** Valor global de **R$ 11.899,50** (Ata 015/2026 Contrato 014/2026). **CASTRO ARANTES QUÍMICA INDUSTRIAL LTDA – CNPJ: 11.202.638/0001-21;** Valor global de **R$ 6.459,25** (Ata 012/2026 Contrato 013/2026). **E.C SOARES FARMA LTDA – CNPJ: 47.277.722/0001-51;** Valor global de **R$ 2.460.046,47** (Ata 014/2026 Contrato 013/2026), **JOSÉ MARIA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA – CNPJ: 05.526.508/0001-41;** Valor global de **R$ 870.162,11** (Ata 016/2026 Contrato 015/2026). **YNEMED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA – CNPJ: 51.740.794/0001-60;** Valor global de **R$ 15.878,85** (Ata 017/2026 Contrato 016/2026). Assinatura 24/08/2026. Mais informações no site www.cabeceiragrande.mg.gov.br.

Cabeceira Grande – MG 26 de Agosto de 2026;

EURICO LOPES DA FONSECA
Autoridade Competente

Publicado por:
Tatiana Costa de Oliveira
Código Identificador:2DDBF374

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CABO VERDE

DEPARTAMENTO DE PESSOAL E RH
CONCEDE EXONERAÇÃO, AO SERVIDOR MUNICIPAL RICARDO APARECIDO PAIVA, OCUPANTE DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO/PERMANENTE DENOMINADO "ATENDENTE DE FARMÁCIA".

P O R T A R I A nº 108/2026

Concede exoneração, ao Servidor Municipal Ricardo Aparecido Paiva, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo/Permanente denominado "Atendente de Farmácia".

CLÁUDIO ANTÔNIO PALMA, Prefeito Municipal de Cabo Verde, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, Art. 79, Inciso IX,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder exoneração, ao Servidor Municipal **RICARDO APARECIDO PAIVA,** ocupante do Cargo de Provimento Efetivo/Permanente denominado "**Atendente de Farmácia"**, Nível TS001, Grau 0A, a partir de **29/08/2026**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e registre-se.

Cabo Verde, 26/08/2026.

CLÁUDIO ANTÔNIO PALMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daisa Conceição Ribeiro de Paula Dias
Código Identificador:622B032F

SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS
1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 122/2025 PROCESSO N º 120/2026

1º TERMO ADITIVO
ADITAMENTO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA PARA MAIS 12(DOZE) MESES.
CONTRATO.....: 122/2025
PROCESSO.....: 120/2025 INEXIBILIDADE: 031/2025
CONTRATANTE…: PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO VERDE - MG
CONTRATADA.....: MARCELO DE OLIVEIRA.
VALOR.....: R$ 25.672,00
OBJETO.....: LOCAÇÃO IMOVEL COMERCIAL - ESTOQUE SAÚDE**.**

Publicado por:
Luciana Pezzi Vitorino Dos Reis
Código Identificador:141261A0

SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS
AVISO INEXIGIBILIDADE 024/2026 PRC 156/2026 SEMANA INTERNACIONAL DO CAFÉ (SIC)

TERMODE AUTORIZAÇÃO

Processo nº156/2026
Inexigibilidade nº024/2026

No exercício de suasatribuições legais e como autoridade competentedo(a) Município de Cabo Verde, torna público a **AUTORIZAÇÃO** da Inexigibilidadede licitação com respaldo legal no artigo 74, inciso I c/c §1º da Lei Federal nº 14.133/2021, visando à contratação da empresaFEDERACAO DA AGRICULTURA E PECUARIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no valor total de R$16.228,00 (Dezesseis mil, duzentos e vinte e oito reais), de acordo com as condições e especificações contidas no Estudo Técnico Preliminar, na Proposta comercial, noTermo de referência e em demais informações do processo.
Publique-se na forma do Parágrafo Único do art. 72 da Lei 14.133/2021
.

Prefeitura Municipal de Cabo Verde,26/08/2026.

CLÁUDIO ANTÔNIO PALMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciana Pezzi Vitorino Dos Reis
Código Identificador:9CA14F2B

SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 112/2026 PROCESSO Nº 149/2026 INEXIGIBILDADE Nº 023/2026

EXTRATODE CONTRATO

Prefeitura Municipal de Cabo Verde - Extrato de Contrato - Processo nº 149/2026, **Inexigibilidade nº 023/2026**, **contrato nº 112/2026**. **Contratado:** VGF INCORPORADORA & CONSTRUTORA LTDA, CNPJ nº 27.185.098/0001-55. **Objeto:** LOCAÇAO DE IMOVEL SITUADO NA RUA JOSE ANTONIO DE MELO Nº 46, LOTEAMENTO POLENGHI, PARA FUNCIONAMENTO DA SEDE ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL E HABITAÇAO POPULAR., conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência. Valor Total do Contrato. R$ 19.000,00 (dezenove mil reais). Dotação Orçamentária: 01 02 1004 08.122.0801.2030 3.390.39 Ficha 494. **Vigência**: 12 (doze) meses 12/08/2026 a 12/08/2027.

CLÁUDIO ANTÔNIO PALMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciana Pezzi Vitorino Dos Reis
Código Identificador:AEC14A7A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CACHOEIRA DOURADA

ASSESSORIA DE LICITAÇÃO, CONTRATOS E CONVÊNIOS
AVISO DE PRORROGAÇÃO DA DATA DE ABERTURA DELICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 002/2026

AVISO DE PRORROGAÇÃO DA DATA DE ABERTURA DELICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 002/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRADOURADA-MG torna público nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, a **PRORROGAÇÃO DE ABERTURA DA CONCORRÊNCIA 002/2026,** cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE OBRA PÚBLICA DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE UM GALPÃO/BARRACÃO ESTRUTURADO COM MURO DE ARRIMO, DESTINADO A SERVIR COMO ABRIGO FÍSICO (GUARDA) E INFRAESTRUTURA DE SUPORTE OPERACIONAL (MANUTENÇÃO) PARA A FROTA DE VEÍCULOS LEVES, PESADOS E MAQUINÁRIOS ESPECIAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DOURADA – MG.
Início da Disputa: 09/09/2026 às 09h00min. O certame ocorrerá através do site: www.licitanet.com.br.
Motivo da Prorrogação: Interesse da Administração
Os pedidos de esclarecimentos cerca do edital deverão ser encaminhados via fone (34-3514-5200) no setor de licitações, pelo e-mail: licitacao@cachoeiradourada.mg.gov.br, ou mediante requerimento escrito protocolado na sede da Prefeitura Municipal, no horário de 07h00min as 13h00min horas, de segunda à sexta feira.

LÍSSIA GONÇALVES DE AQUINO CARVALHO
Agente de Contratação

Publicado por:
Lissia Gonçalves de Aquino Carvalho
Código Identificador:0FB29885

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE CACHOEIRA DOURADA - IMPREVICAD
ATA DA DÉCIMA QUINTA ASSEMBLEIA GERAL DOS CONSELHOS DO IMPREVICAD

ATA DA DÉCIMA QUINTA ASSEMBLEIA GERAL DOS CONSELHOS DO IMPREVICAD

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de agosto do ano de 2026, às 9h50, na Sala da Diretoria do Instituto Municipal de Previdência de Cachoeira Dourada – IMPREVICAD, sito à Avenida Três, nº 92, Centro, nesta cidade de Cachoeira Dourada/MG, realizou-se a Assembleia Geral dos Conselhos de Administração e Fiscal, bem como do Comitê de Investimentos do IMPREVICAD, conforme previsão da Lei Municipal nº 939/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 064/2025. Fizeram-se presentes os seguintes membros conselheiros do IMPREVICAD: do Conselho de Administração o senhor Alessandro Alves da Silva, a senhora Marilene da Silva e a senhora Michele Alves dos Santos; do Conselho Fiscal: a senhora Alexsandra Alves Rocha, a senhora Alexandra Rosa da Silva e a senhora Maurelícia Aparecida da Silva Araújo. Representante do Comitê de Investimento: Stefania Grasielli Costa de Araújo, que juntamente com o conselheiro Alessandro Alves e a Diretora-Executiva Patrícia Alves do Nascimento completava o Comitê de Investimento. Compareceu também Sr. Jander José Tomaz, bem como do contador do IMPREVICAD Sr. Ronaldo Francisco Pereira. A Diretora-Executiva abriu os trabalhos agradecendo a presença dos participantes. Na sequência, o Sr. Ronaldo Pereira, Contador do IMPREVICAD, procedeu à apresentação dos dados relativos à execução financeira do Instituto referentes ao mês de julho de 2026, informando que, no período, foi apurada receita total no montante de R$ 1.389.546,11 (um milhão, trezentos e oitenta e nove mil, quinhentos e quarenta e seis reais e onze centavos), enquanto a despesa total correspondeu a R$ 846.163,71 (oitocentos e quarenta e seis mil, cento e sessenta e três reais e setenta e um centavos), resultando em superávit no mês de R$ 543.382,40 (quinhentos e quarenta e três mil, trezentos e oitenta e dois reais e quarenta centavos). Informou, ainda, que, em 31 de julho de 2026, o saldo financeiro total do IMPREVICAD era de R$ 26.045.590,39 (vinte e seis milhões, quarenta e cinco mil, quinhentos e noventa reais e trinta e nove centavos). Por fim, registrou que os recursos mantidos em bancos totalizavam R$ 122.295,00 (cento e vinte e dois mil, duzentos e noventa e cinco reais), correspondentes a 0,47% do patrimônio do Instituto. Em seguida, a Diretora Patrícia Alves apresentou aos membros do Conselho a situação dos valores em débito da Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada/MG perante o IMPREVICAD, discriminados por competência e natureza da obrigação, nos seguintes termos: a) fevereiro de 2026: R$ 126.938,81 (cento e vinte e seis mil, novecentos e trinta e oito reais e oitenta e um centavos), referente à contribuição patronal; b) março de 2026: R$ 122.007,90 (cento e vinte e dois mil, sete reais e noventa centavos), referente à contribuição patronal; c) abril de 2026: R$ 135.111,02 (cento e trinta e cinco mil, cento e onze reais e dois centavos), referente à contribuição patronal; R$ 111.088,13 (cento e onze mil, oitenta e oito reais e treze centavos), referente a parcelamento; e R$ 408.290,57 (quatrocentos e oito mil, duzentos e noventa reais e cinquenta e sete centavos), referente a aporte; d) maio de 2026: R$ 144.415,85 (cento e quarenta e quatro mil, quatrocentos e quinze reais e oitenta e cinco centavos), referente à contribuição patronal; R$ 113.887,63 (cento e treze mil, oitocentos e oitenta e sete reais e sessenta e três centavos), referente a parcelamento; e R$ 408.290,57 (quatrocentos e oito mil, duzentos e noventa reais e cinquenta e sete centavos), referente a aporte; e e) junho de 2026: R$ 131.403,97 (cento e trinta e um mil, quatrocentos e três reais e noventa e sete centavos), referente à contribuição patronal; R$ 114.048,58 (cento e quatorze mil, quarenta e oito reais e cinquenta e oito centavos), referente a parcelamento; e R$ 408.290,57 (quatrocentos e oito mil, duzentos e noventa reais e cinquenta e sete centavos), referente a aporte. Na oportunidade, a Conselheira Marilene da Silva indagou à Diretora Patrícia Alves acerca do montante total da dívida da Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada/MG perante o IMPREVICAD, considerando os valores anteriormente discriminados. Em resposta, a Diretora informou aos Conselheiros que, somadas as obrigações em débito referentes às contribuições patronais, aos parcelamentos e aos aportes, o débito totalizava R$ 2.223.773,60 (dois milhões, duzentos e vinte e três mil, setecentos e setenta e três reais e sessenta centavos). A Diretora também prestou esclarecimentos acerca das **perícias médicas**, informando que, somente no mês de **agosto de 2026**, estas já resultaram na concessão de **quatro novas aposentadorias por invalidez**. Na sequência, a **Conselheira Stefania Grasielli** abordou a questão do **fechamento da agência do Banco Bradesco no Município de Cachoeira Dourada/MG**, informando que essa circunstância ensejou a necessidade de **prorrogação do contrato vigente por mais três meses**, mediante termo aditivo, até que seja concluído novo procedimento licitatório, cuja realização está sendo providenciada pela Prefeitura Municipal. Esclareceu, ainda, que, durante esse período, os **aposentados e pensionistas que não optarem pela utilização do aplicativo bancário** terão de se deslocar até o Município de **Ituiutaba/MG** para atendimento presencial, tendo em vista que a agência do Banco Bradesco existente no Município de **Capinópolis/MG também encerrou suas atividades**. Nada mais havendo a tratar-se, encerrou-se as 10h41. E, para constar, lavrou-se a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada por mim, Jander José Tomaz , que a redigi, pela Diretora-Executiva e pelos demais presentes.

Publicado por:
Stefania Grasielli Costa de Araújo
Código Identificador:63CBB503

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ATO DE DESISTÊNCIA – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 0004/2025.

ATO DE DESISTÊNCIA – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 0004/2025.

A Secretaria Municipal de Educação, por meio da Comissão responsável pelo Processo Seletivo Simplificado n° 0004/2025, torna público que a candidata abaixo relacionada manifestou formalmente desistência da vaga para qual foi convocada, não tendo, portanto, interesse na continuidade do certame para o respectivo cargo.

A desistência ocorreu de forma expressa, conforme previsto no edital do processo seletivo simplificado, possibilitando o prosseguimento das convocações dos candidatos subsequentes, respeitada a ordem de classificação.

Relação dos candidatos desistentes:
Katia Regilane de Medeiros – Professor PEB II-Língua Portuguesa

O presente Ato é publicado para fins de publicidade, transparência e efeitos legais, conforme legislação vigente.

Cachoeira Dourada- MG, 26 de agosto de 2026.

MARIA APARECIDA DE SOUZA ARAÚJO
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Maria Aparecida de Souza Araújo
Código Identificador:97A82B70

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CAMPANHA

PREFEITURA MUNICIPAL DA CAMPANHA
ATO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

ATO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

Processo Licitatório nº: 00114/2026
Inexigibilidade nº: 0042/2026

Favorecido: CAMPANHA ESPORTE CLUBE – CPNJ: 19.082.767/0001-35, com sede na Praça Coronel Zoroastro De Oliveira, n° 26 - Bairro Centro – Campanha/MG – CEP: 37400-000.
Objeto: Contratação para locação do imóvel de propriedade do Campanha Esporte Clube (CEC) para a realização do Festival Encontros 2026.
Fundamento Legal: art. 74, V, da Lei nº 14.133/2021.
Valor: R$ 11.700,00 (Onze mil e setecentos reais).

Após a finalização do procedimento de inexigibilidade de licitação sob referência, bem como o interesse público envolvido, AUTORIZO a contratação direta da empresa acima referenciada pelo valor constante da proposta de preços, devendo a presente autorização e o extrato serem publicados conforme determina a Lei 14.133/2021.

Campanha -MG, 19 de Agosto de 2026.

LÁZARO ROBERTO DA SILVA
Prefeito do Município da Campanha

Publicado por:
Carolina da Silva Arantes
Código Identificador:B445EBBB

PREFEITURA MUNICIPAL DA CAMPANHA
AVISO DE CONTRATAÇÃO - PROCESSO 125/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DA CAMPANHA/MG – CNPJ n° 18.712.174/0001-42, Torna público o AVISO DE CONTRATAÇÃO referente ao Processo nº 00125/2026 – Dispensa Eletrônica nº 0029/2026. ***Objeto***: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO, MONTAGEM, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DETECTORES DE METAIS E TÉCNICO OPERADOR - Valor Estimado: R$ 26.800,00 – Plataforma: https://www.portaldecompraspublicas.com.br.** Informações site: www.campanha.mg.gov.br ou na sede da Prefeitura Municipal da Campanha/Depto de Compras e Licitações – Rua Dr. Brandão, n° 59 – Centro – Campanha – MG, Cep: 37400-000 – Fone: 0800 326 1427 – e-mail:licitacampanha@gmail.com.

Para atender o disposto no art. 7º do Decreto Municipal nº 7.660/2023, serão observados os seguintes horários e datas:

Início do recebimento das Propostas: 10:00 do dia 27/08/2026
Limite para recebimento das Propostas: 08:00 do dia 01/09/2026
Início dos Lances: 08:01 do dia 01/09/2026
Limite dos Lances: 14:01 do dia 01/09/2026

Campanha/MG, 26 de Agosto de 2026

CAROLINA DA SILVA ARANTES
Depto de Compras

Publicado por:
Carolina da Silva Arantes
Código Identificador:A1FD6F05

PREFEITURA MUNICIPAL DA CAMPANHA
EXTRATO DE CONTRATO Nº 00311/2026

A Prefeitura Municipal da Campanha – MG, CNPJ N° 18.712.174/0001-42. Torna Público o Extrato de Contrato nº 00311/2026 – Processo nº 00114/2026 – Inexigibilidade nº 00042/2026 - Contratada empresa **CAMPANHA ESPORTE CLUBE – CNPJ 19.082.767/0001-35** Endereço: Praça Coronel Zoroastro De Oliveira, nº 26 - bairro Centro – Campanha/MG – CEP: 37400-000, com valor total de R$ 11.700,00 (Onze mil e setecentos reais) - **Objeto: LOCAÇÃO DE ÁREA DE EVENTOS PERTENCENTE AO CAMPANHA ESPORTE CLUBE, PELO PERÍODO DE 04 DE SETEMBRO A 07 DE SETEMBRO, PARA MONTAGEM, EXECUÇÃO E DESMONTAGEM DO FESTIVAL ENCONTROS 2026** Vigência: 26/08/2026 a 26/09/2026.

Campanha/MG, 26 de Agosto de 2026.

CAROLINA DA SILVA ARANTES
Departamento de Compras

Publicado por:
Carolina da Silva Arantes
Código Identificador:880F68DD

PREFEITURA MUNICIPAL DA CAMPANHA
EXTRATO JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE Nº 010/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE INEXIGIBILIDADE Nº 010/2026

ASSUNTO: Autorização formalização de Termo de Colaboração com o LAR VICENTINO SANTO ANTÔNIO

O Prefeito do Município da Campanha / MG, no exercício das suas atribuições legais, torna público o extrato da justificativa de INEXIGIBILIDADE de chamamento público, com fundamento no artigo 31, da Lei 13.019/2014, com vistas à formalização de parceria, a ser executada em regime de mútua cooperação, por meio da celebração de Termo de Colaboração entre a Prefeitura Municipal, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação, e a Organização da Sociedade Civil LAR VICENTINO SANTO ANTÔNIO, inscrita no CNPJ sob o nº 19.083.062/0001-32, com valor previsto de R$ 100.000,00 (cem mil reais), visando o atendimento de pessoas idosas, com 60 (sessenta) anos ou mais, de ambos os sexos, independentes e/ou com diversos graus de dependência, em instituição de longa permanência, com regime de acolhimento, incluindo alimentação, assistência médica e ambulatorial, e demais meios necessários para a proteção e amparo da pessoa idosa, de modo que ratifico a justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação.
Na forma do §2º do artigo 32 da Lei Federal nº 13.019/2014, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias para eventual impugnação, que deverá ser encaminhada à Prefeitura Municipal da Campanha.

Campanha, 27 de agosto de 2026

LÁZARO ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliana de Castro Arantes
Código Identificador:001BFE79

PREFEITURA MUNICIPAL DA CAMPANHA
EXTRATO JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE Nº 011/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE INEXIGIBILIDADE Nº 011/2026

ASSUNTO: Autorização de formalização de Termo de Fomento com o Sindicato Rural da Campanha

O Prefeito do Município da Campanha / MG, no exercício das suas atribuições legais, torna público o extrato da justificativa de Inexigibilidade de chamamento público, com fundamentos no artigo 31, da Lei 13.019/2014, com vistas à formalização de parceria, a ser executado em regime de mútua cooperação, por meio da celebração de Termo de Fomento entre a Prefeitura Municipal, através da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente e a Organização da Sociedade Civil Sindicato Rural da Campanha, inscrita no CNPJ sob o nº 19.083.120/0001-28, com valor de R$ 100.000,00 (cento mil reais), visando fomentar a realização do Evento Mega Agro 2026, visando o desenvolvimento do agronegócio no município da Campanha, de modo que ratifico a justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.
Na forma do §2º do artigo 32 da Lei Federal nº 13.019/2014, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias para eventual impugnação, que deverá ser encaminhada à Prefeitura Municipal da Campanha.

Campanha, 27 de agosto de 2026

LÁZARO ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliana de Castro Arantes
Código Identificador:57148982

PREFEITURA MUNICIPAL DA CAMPANHA
LEI N.º 3532/2026

Dá denominação a Rua Oito do Loteamento Chororó II, no bairro Xororó.

O Povo do Município da Campanha, no uso de suas atribuições legais aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1° - A Rua Oito do Loteamento Chororó II, no bairro Xororó, passa a denominar-se " **Rua Alice Ribeiro da Silva** "

Art. 2° - A placa de nomenclatura deve ser confeccionada e afixada no prazo máximo de trinta dias, a contar da publicação da presente Lei.

Art. 3° – Caberá ao Chefe do Poder Executivo Municipal cientificar, encaminhando cópia desta Lei ao Registro de Imóveis, à CEMIG, COPASA, além de outras companhias, instituições e entidades congêneres que o assunto possa interessar.

Art. 4° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campanha, 24 de agosto de 2026.

LÁZARO ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patricia Gomes da Silva
Código Identificador:AC22464E

PREFEITURA MUNICIPAL DA CAMPANHA
LEI Nº 3.533/2026

Dá denominação a Rua Dois do Loteamento Chororó III, no bairro Xororó.

O Povo do Município da Campanha, no uso de suas atribuições legais aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1° - A Rua Dois do Loteamento Chororó III, no bairro Xororó, passa a denominar-se " **Rua Ademir Marques de Souza** "

Art. 2° - A placa de nomenclatura deve ser confeccionada e afixada no prazo máximo de trinta dias, a contar da publicação da presente Lei.

Art. 3° – Caberá ao Chefe do Poder Executivo Municipal cientificar, encaminhando cópia desta Lei ao Registro de Imóveis, à CEMIG, COPASA, além de outras companhias, instituições e entidades congêneres que o assunto possa interessar.

Art. 4° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campanha, 24 de agosto de 2026.

LÁZARO ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patricia Gomes da Silva
Código Identificador:3AF92AD7

PREFEITURA MUNICIPAL DA CAMPANHA
LEI Nº 3.534/2026

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

O Povo do Município da Campanha, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento de 2026 do Município da Campanha, Lei Municipal nº 3498, de 01 de dezembro de 2025, crédito adicional suplementar no valor de R$ 1.103.800,81 (um milhão cento e três mil oitocentos reais e oitenta e um centavos) para atender as atividades constantes das seguintes dotações:

02 – Executivo
02.05 – Secretaria Municipal de Educação
02.05.04 – FUNDEB
12 – Educação
12.122 – Administração Geral
12.122.0004 – Gestão Administrativa e Financeira
4.009 – Auxílio Alimentação Servidores Municipais
3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica
Valor R$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais)
Fonte de Recursos: 1.540.30 - Transferências do FUNDEB - Aplicação em Outras Despesas da Educação Básica

02 – Executivo
02.05 – Secretaria Municipal de Educação
02.05.04 –FUNDEB
12 – Educação
12.361 – Ensino Fundamental
12.361.0010 – Educação de Qualidade para Todos
4.036 – Manutenção do FUNDEB Ensino Fundamental
3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens – Pessoal Civil
Valor R$ 40.000,00 (quarenta mil reais)
Fonte de Recursos: 1.540.70 - Transferências do FUNDEB - Aplicação no Pagamento da Remuneração dos Profissionais da Educação Básica em Efetivo Exercício

02 – Executivo
02.05 – Secretaria Municipal de Educação
02.05.04 – FUNDEB
12 – Educação
12.361 – Ensino Fundamental
12.361.0010 – Educação de Qualidade para Todos
4.036 – Manutenção do FUNDEB Ensino Fundamental
3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens – Pessoal Civil
Valor R$ 23.800,81 (vinte e três mil oitocentos reais e oitenta e um centavos)
Fonte de Recursos: 1.546.70 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - ETI

02 – Executivo
02.05 – Secretaria Municipal de Educação
02.05.04 – FUNDEB
12 – Educação
12.361 – Ensino Fundamental
12.361.0010 – Educação de Qualidade para Todos
4.037 – Manutenção do FUNDEB Escola do Campo
3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens – Pessoal Civil
Valor R$ 90.000,00 (noventa mil reais)
Fonte de Recursos: 1.540.70 - Transferências do FUNDEB - Aplicação no Pagamento da Remuneração dos Profissionais da Educação Básica em Efetivo Exercício

02 – Executivo
02.05 – Secretaria Municipal de Educação
02.05.04 – FUNDEB
12 – Educação
12.365 – Educação Infantil
12.365.0010 – Educação de Qualidade para Todos
4.039 – Manutenção do FUNDEB Educação Infantil
3.1.90.04.00 – Contratação por Tempo Determinado
Valor R$ 240.000,00 (duzentos e quarentamil reais)
Fonte de Recursos: 1.540.70 - Transferências do FUNDEB - Aplicação no Pagamento da Remuneração dos Profissionais da Educação Básica em Efetivo Exercício

02 – Executivo
02.05 – Secretaria Municipal de Educação
02.05.04 – FUNDEB
12 – Educação
12.365 – Educação Infantil
12.365.0010 – Educação de Qualidade para Todos

4.039 – Manutenção do FUNDEB Educação Infantil
3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens – Pessoal Civil
Valor R$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais)
Fonte de Recursos: 1.542.70 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT

02 – Executivo
02.05 – Secretaria Municipal de Educação
02.05.04 – FUNDEB
12 – Educação
12.365 – Educação Infantil
12.365.0010 – Educação de Qualidade para Todos
4.039 – Manutenção do FUNDEB Educação Infantil
3.1.90.13.00 – Obrigações Patronais
Valor R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)
Fonte de Recursos: 1.540.70 - Transferências do FUNDEB - Aplicação no Pagamento da Remuneração dos Profissionais da Educação Básica em Efetivo Exercício

02 – Executivo
02.05 – Secretaria Municipal de Educação
02.05.04 – FUNDEB
12 – Educação
12.365 – Educação Infantil
12.365.0010 – Educação de Qualidade para Todos
4.039 – Manutenção do FUNDEB Educação Infantil
3.1.91.13.00 – Obrigações Patronais
Valor R$ 30.000,00 (trinta mil reais)
Fonte de Recursos: 1.540.70 - Transferências do FUNDEB - Aplicação no Pagamento da Remuneração dos Profissionais da Educação Básica em Efetivo Exercício

Art. 2º Para atender o que prescreve o artigo anterior, será utilizado como fonte de recurso o Excesso de Arrecadação apurado na fonte específica na forma do parágrafo 1º, inciso II do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campanha, 24 de agosto de 2026.

LÁZARO ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patricia Gomes da Silva
Código Identificador:12803E39

PREFEITURA MUNICIPAL DA CAMPANHA
LEI Nº 3.535/2026

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

O Povo do Município da Campanha, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento de 2026 do Município da Campanha, Lei Municipal nº 3498, de 01 de dezembro de 2025, crédito adicional suplementar no valor de R$ 435.537,65 (quatrocentos e trinta e cinco mil quinhentos e trinta e sete reais e sessenta e cinco centavos) para atender as atividades constantes das seguintes dotações:

02 – Executivo
02.05 – Secretaria Municipal de Educação
02.05.05 – Transporte Escolar
12 – Educação
12.361 – Ensino Fundamental
12.361.0013 – Transporte Escolar de Qualidade
3.005 – Aquisição de Veículo
4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente
Valor R$ 165.537,65 (cento e sessenta e cinco mil quinhentos e trinta e sete reais e sessenta e cinco centavos)
Fonte de Recursos: 1.571.99 – Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação
02 – Executivo
02.06 – Secretaria Municipal de Saúde
02.06.05 – Fundo Mun. Saúde - Transporte
10 – Saúde
10.301 – Atenção Básica
10.301.0019 – Transporte em Saúde
3.005 – Aquisição de Veículo
4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente
Valor R$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais)
Fonte de Recursos: 1.621.99 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual
Art. 2º Para atender o que prescreve o artigo anterior, será utilizado como fonte de recurso o Excesso de Arrecadação apurado na fonte específica na forma do parágrafo 1º, inciso II do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campanha, 24 de agosto de 2026.

LÁZARO ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patricia Gomes da Silva
Código Identificador:579DA1C5

PREFEITURA MUNICIPAL DA CAMPANHA
RESCISÃO UNILATERAL

RESCISÃO UNILATERAL

O Município da Campanha, pessoa jurídica de direito público, sito a Rua Dr. Brandão, 59 - Centro no município de Campanha, Estado de Minas Gerais, CNPJ nº 18.712.174/0001-42, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal Senhor **Lázaro Roberto da Silva**, inscrito no CPF sob n.º 681.***.***-** denominado **CONTRATANTE**, resolve **RESCINDIR UNILATERALMENTE A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0194/2026** oriunda do Processo Licitatório nº 0085/2026 - Pregão nº 0033/2026 firmado com a empresa **REAL PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com endereço Rua São José, 70 - Mercês - MG - 36190-000, inscrita no CNPJ sob nº. 57.742.521/0001-31, a seguir denominada **CONTRATADA,** pelos motivos expostos:
Considerando o Parecer Jurídico nº 313/2026.
RESOLVE:
Art. 1°. Rescindir unilateralmente o a Ata de Registro de Preços nº 0194/2026 do Processo Licitatório nº 0085/2026 - Pregão nº 0033/2026, cujo objeto é o **FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO DE PAINÉIS DE LED P5 (OUTDOOR).**

O Presente Termo de Rescisão será publicado, no Diário Oficial dos Municípios Mineiros AMM.

Campanha/MG, 26 de Agosto de 2026

LÁZARO ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucas Carvalho Brandao
Código Identificador:9F3A0A35

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CAMPESTRE

SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
ERRATA AO EDITAL E AO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP, REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 153/2026 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 020/2026 – CREDENCIAMENTO Nº 005/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE – MG
EXTRATO DE ERRATA - O Município de Campestre/MG torna público, para conhecimento dos interessados, a ERRATA AO EDITAL E AO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP, referente ao Processo Administrativo nº 153/2026 – Inexigibilidade de Licitação nº 020/2026 – Credenciamento nº 005/2026, cujo objeto é o credenciamento de pessoas jurídicas para o fornecimento de medicamentos. A presente Errata tem por objeto a supressão da exigência de apresentação do Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenamento – CBPDA, prevista no item 10.3 do ETP e no item 8.6, inciso VI, do Edital, com referência à RDC nº 497/2021. A alteração visa adequar os requisitos do procedimento aos princípios da legalidade, isonomia, competitividade, razoabilidade e proporcionalidade, bem como ampliar a participação de potenciais interessados, permanecendo exigíveis as demais documentações de regularidade sanitária, profissional e técnica previstas no Edital, quando aplicáveis, incluindo AFE, AE, Alvará ou Licença Sanitária, Certificado de Responsabilidade Técnica emitido pelo CRF e Atestado de Capacidade Técnica. Ficam ratificadas todas as demais disposições constantes do ETP, Edital e respectivos anexos que não tenham sido expressamente modificadas pela presente Errata. A íntegra da Errata encontra-se disponível aos interessados na Plataforma eletrônica: Licitar Digital – https://licitar.digital/ , www.campestre.mg.gov.br e www.pncp.gov.br .

Campestre/MG, 26 de agosto de 2026.

MARCELO FORTES DA SILVA -
Secretário Municipal de Saúde.

Publicado por:
Rafaela Mendes
Código Identificador:2E92A68F

SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO - PROCESSO LICITATÓRIO 091/2025 – INEXIGIBILIDADE 010/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE – MG – Extrato do primeiro termo aditivo - Processo Licitatório 091/2025 – Inexigibilidade 010/2025. Torna público o extrato do primeiro termo aditivo dos Termos de Credenciamento 072/2025 DL, 066/2025 DL, 003/2025 DL. Objeto: "O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do Termo de Credenciamento, cujo objeto consiste na prestação de serviços de internação clínica para dependentes químicos e pacientes com transtornos mentais, maiores de 18 anos, em caráter voluntário, involuntário e compulsório, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e da Rede de Atenção Psicossocial – RAPS, observadas as especificações constantes do instrumento de origem e seus anexos." Termo de Credenciamento 072/2025/DL **CENTRO DE TRATAMENTO PSICOSSOCIAL GODOY E ALMEIDA LTDA**, CNPJ N. 54 695050/0001-60. Termo de Credenciamento 066/2025/DL_ **CLINICA DE APOIO PARA DEPENDENTES QUIMICOS E APOIO PSICOLOGICO PALET LTDA**, CNPJ N. 11 132 556/0001-58. Termo de Credenciamento 003/2025/DL_ **COMUNIDADE TERAPEUTICA LIBERTY**, CNPJ N. 51 923 073/0001-96. O prazo de vigência da contratação é de sua assinatura até 07/07/2027, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos limites (semestre), na forma dos artigos 105 e 106 da Lei n° 14.133, de 2021. 4.2 -

ELIANA MARIA MUNIZ -
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Rafaela Mendes
Código Identificador:110D3ACA

SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
TORNA PÚBLICO O 1° ADENDO AO EDITAL DO PROCESSO ADMINISTRATIVO 155/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO 055/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE – M.G. – Torna público o 1° adendo ao Edital do Processo Administrativo 155/2026 - Pregão Eletrônico 055/2026, que tem por finalidade a contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de análise, desenvolvimento, implantação, manutenção, sustentação, integração, evolução, suporte técnico, documentação e modernização de sistemas de informação aplicados à área da saúde, contemplando ambientes hospitalares, ambulatoriais, clínicos e assistenciais. O adendo tem por finalidade agregar comprovação técnica e demais necessidades para fins de habilitação e alterar o item 8.3 do Edital. Onde se lê: 8.3.1. Atestado(s) emitido(s) e assinado(s) pelo representante legal da pessoa jurídica de direito público e/ou privado, em nome da licitante, comprovando a capacidade de experiência na prestação de serviços do objeto da Licitação. Os atestados devem seguir o disposto no item 3.1 do Termo de Referência", Leia-se: "8.3.1. Atestado(s) emitido(s) e assinado(s) pelo representante legal da pessoa jurídica de direito público e/ou privado, em nome da licitante, comprovando a capacidade de experiência na prestação de serviços do objeto da Licitação. Os atestados devem seguir o disposto nos itens 3.1 e 3.2 do Termo de Referência". Fica definida nova data para limite de envio de propostas e abertura da sessão/julgamento: Às 08h30 do dia 14/09/2026 (Horário de referência de Brasília). Permanecem inalteradas todas as demais informações. Realização da sessão: Plataforma AMM Licita – www.ammlicita.org.br. Telefone de contato setor de licitação: (35) 98423 5170 – Obtenção do edital: www.campestre.mg.gov.br e www.pncp.goc.br.

RAFAELA REGINA DE SOUZA_
Pregoeira.

Publicado por:
Rafaela Mendes
Código Identificador:C0C3BDB3

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CAMPOS ALTOS

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 66/2026 CONTRATO ORIGINÁRIO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 36/2026 CONCORRÊNCIA Nº 03/2026

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 66/2026

Contrato Originário do Processo de Licitação nº 36/2026
Concorrência nº 03/2026

CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS ALTOS/MG, inscrita no CNPJ sob o nº 18.298.190/0001-30, com sede na Rua Cornélia Alves Bicalho, 401, Centro, na cidade de Campos Altos/MG, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Vicente de Paulo Mateus, adiante denominado CONTRATANTE

CONTRATADA:

CONSTROI EMPREITEIRA DE OBRAS E CONSTRUÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ/MF nº 33.220.938/0001-76, com sede na cidade de Patos de Minas - MG, na Av. Afonso Queiroz, nº 91, Bairro Antonio Caixeta, Cep 38.705-167, neste ato representada pela Sra. Eleida Maria Silva Garcia, CPF nº xx4.0xx.xx6-xx, tem entre si ajustado o presente termo de aditivo de contratação de empresa especializada para execução de obra de engenharia consistente na reconstrução do pavimento em bloquetes sextavados e na execução de sistema de drenagem pluvial na Rua Vitorino Wagner, no trecho compreendido entre a Rua Dr. Rubens Ribeiro e o Córrego Santa Teresa, no município de Campos Altos/MG, com fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos e demais insumos necessários, conforme projetos, memorial descritivo, planilha orçamentária e demais peças técnicas que integram o processo, de acordo com as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. O presente 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 66/2026 tem por objeto a prorrogação de vigência do mesmo pelo período compreendido entre 20 de agosto de 2026 a 03 de setembro de 2026.

CLÁUSULA SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1. É condição de eficácia do presente 1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 66/2026 a publicação do extrato no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, na forma do disposto no parágrafo único do artigo 94 da Lei 14.133/21.
2.2. Permanecem inalteradas todas as outras cláusulas do Contrato Administrativo nº 66/2026
2.3. O presente 1º Termo Aditivo é firmado em duas (02) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também subscrevem.

VICENTE DE PAULO MATEUS -
Pref. Municipal de Campos Altos MG.

Publicado por:
Paulo Junior da Silva
Código Identificador:351E6E19

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 82/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 94/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2025

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 82/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 94/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2025

CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS ALTOS/MG, inscrita no CNPJ sob o nº 18.298.190/0001-30, com sede na Rua Cornélia Alves Bicalho, 401, Centro, na cidade de Campos Altos/MG, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Vicente de Paulo Mateus, adiante denominado CONTRATANTE

CONTRATADA:

Empresa COUTO LOPES CONSTRUTORA LTDA, CNPJ/MF nº 54.000.415/0001-94, com sede na cidade de Divinópolis - MG, na Rua Malacacheta, nº 46, Apt 102, Bairro Vila Espirito Santo,Cep 35.500-312, neste ato representada pela Sra. Maria Fernanda Lasmar Lopes, CPF nº xx3.7xx.xx6-xx., tem entre si ajustado o presente termo de aditivo de contratação de empresa especializada para execução de serviços de pavimentação em bloquetes com reaproveitamento dos bloquetes existentes sextavados na rua Vereador José Rosalino, incluindo a execução de drenagem superficial e profunda, bem como o fornecimento de mão de obra e materiais, conforme especificações e condições estabelecidas nos anexos do edital, de acordo com as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. O presente 3º Termo Aditivo do Contrato nº 82/2025 tem por objeto a prorrogação de vigência do mesmo pelo período compreendido entre 23 de agosto de 2026 a 22 de setembro de 2026.

CLÁUSULA SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1. É condição de eficácia do presente 3º Termo Aditivo do Contrato nº 82/2025 a publicação do extrato no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, na forma do disposto no parágrafo único do artigo 94 da Lei 14.133/21.
2.2. Permanecem inalteradas todas as outras cláusulas do Contrato nº 82/2025.
2.3. O presente 3º Termo Aditivo é firmado em duas (02) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também subscrevem.

VICENTE DE PAULO MATEUS -
Pref. Municipal de Campos Altos MG.

Publicado por:
Paulo Junior da Silva
Código Identificador:2A715F50

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 1.042/2026

DECRETO Nº 1.042/2026

Considerando a relevância do desfile cívico comemorativo do dia 07 de setembro para a promoção da cidadania e a importância de incentivar participação dos servidores públicos nesse evento;

O Prefeito Municipal de Campos Altos/MG, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 68, da Lei Orgânica Municipal, DECRETA:

Art.1º: Os Servidores das Secretarias Municipais que participarem do desfile cívico comemorativo no dia 07 de setembro terão direito a 02 (dois) dias de folga, não cumulativas.

§ 1º: Para fins de concessão dos dias de folga, considera-se participante o servidor que estiver devidamente registrado no relatório de presença do desfile, a ser elaborado pelas secretarias municipais.

§ 2º: O relatório de presença deverá conter no mínimo as seguintes informações:
Nome completo do servidor
Matricula funcional
Secretaria de lotação
Data e hora da participação no desfile
Dias de folga

Art. 2º: Os dias de folga deverão ser gozados até 31 de dezembro de 2026, mediante solicitação do servidor e aprovação da chefia imediata.

§ 1º A solicitação de folga deverá ser feita por meio de formulário próprio, disponível na Secretaria que o servidor presta seus serviços.

Art. 3º: Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Campos Altos-MG, 25 de agosto de 2026.

VICENTE DE PAULO MATEUS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jheniffer Paulina de Oliveira
Código Identificador:F71E94D1

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CARANGOLA

PREFEITURA DE CARANGOLA
AVISO DE INTENÇÃO: ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1118/2026.

MUNICÍPIO DE CARANGOLA – MG. AVISO DE INTENÇÃO: Adesão à Ata de Registro de Preço. Processo Administrativo nº 1118/2026.
O **MUNICÍPIO DE CARANGOLA – MG,** torna público o interesse em aderir à Ata de Registro de Preços, resultado do Processo Administrativo 055/2025, Pregão Eletrônico nº 024/2025, promovido pelo Consórcio Interfederativo CIMINAS, com o fornecedor CAMMINARE MAQUINAS E EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 35.741.144/0001-83, no valor total deR$ 264.000,000 (duzentos e sessenta e quatro mil reais), conforme especificações descritas no processo correspondente e condições registradas no processo administrativo acima descrito.

Carangola/MG, 26 de agosto de 2026.

GISELLA LOIOLA COSENSA,
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Eryck Chrystyan Ravaiani de Oliveira
Código Identificador:13397F40

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CARMO DA MATA

PREFEITURA DE CARMO DA MATA
COMPRA DIRETA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DA MATA/MG. Aviso de Dispensa de Licitação – Compra Direta n.º 042/2026. O Município de Carmo da Mata/MG, torna público o Edital da Dispensa de Licitação – Compra Direta nº 042/2026 com fulcro no art. 75, II da Lei Federal 14.133/2021. Objeto: Aquisição de passagens intermunicipais atendendo as atividades das Secretaria de Municipal de Desenvolvimento Social do município de Carmo da Mata/MG, – Recebimento das Propostas: até as 23:59 horas do dia 01/09/2026 no email: tuliacompras@carmodamata.mg.gov.br. Sessão de Abertura: dia 02/09/2026, às 09:00 horas. O Edital completo poderá ser obtido no site www.carmodamata.mg.gov.br.

TULIA PAULA DE SÃO JOSÉ FERREIRA –
Agente de Contratação

Publicado por:
Ruan de Castro Silva
Código Identificador:6D9E190B

PREFEITURA DE CARMO DA MATA
PREGÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DA MATA/MG. Aviso de Licitação – Concorrência Eletrônica n.º 011/2026 – Processo Licitatório n.º 115/2026. o município de Carmo da Mata-MG, torna público o edital da Concorrência Eletrônica nº 011/2026. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA A EXECUÇÃO DE OBRA DE IMPLANTAÇÃO DE QUADRA PÚBLICA DE BEATCH TENNIS (QUADRA DE AREIA), INCLUINDO SERVIÇOS DE TERRPLANAGEM, REGULARIZAÇÃO E PREPARAÇÃO DO TERRENO E DEMAIS SERVIÇOS COMPLEMENTARES, EM ATENDIMENTO AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DO MUNICIPIO DE CARMO DA MATA / MG. Data e horário de início da sessão: 08/09/2026 às 9h. Maiores informações e edital completo no site: www.carmodamata.mg.gov.br.

MÔNICA BORGES DE SOUSA –
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Ruan de Castro Silva
Código Identificador:2E9CB112

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CARMO DE MINAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DE MINAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 111/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 043/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 017/2026

ÓRGÃO GERENCIADOR: Município de Carmo de Minas, CNPJ: 18.188.243/0001-60.

OBJETO: Registro de Preços paraAquisição de Suprimentos para Impressoras (Toner e Cartuchos/Refil) para o Município de Carmo de Minas.

VIGÊNCIA DA ATA: De 26/08/2026 até 25/08/2027

FORNECEDOR(ES):

FORT PRINT EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA – CNPJ: 22.579.314/0001-23, Valor Total: R$ 60.511,10.

V C DA ROCHA DISTRIBUIDORA LTDA – CNPJ: 05.808.979/0001-42, Valor Total: R$ 2.507,20

BASE LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021.

DATA DA ASSINATURA: 26 de agosto de 2026.

DARCI PALMA DE MELO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leandro Silva de Freitas
Código Identificador:D638546C

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DE MINAS
EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PE 043/2026

EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 111/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 043/2026

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente constante no preâmbulo do Edital de Pregão Eletrônico nº 043/2026, Processo Administrativo nº 111/2026, após análise, conferência e deliberação, resolve HOMOLOGAR o procedimento em epígrafe, nos seguintes termos:

OBJETO: **Registro de Preços paraAquisição de Suprimentos para Impressoras (Toner e Cartuchos/Refil) para o Município de Carmo de Minas.**

EMPRESA(S) VENCEDORA(S):

• FORT PRINT EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA – CNPJ: 22.579.314/0001-23, Valor Total: R$ 60.511,10.
• V C DA ROCHA DISTRIBUIDORA LTDA – CNPJ: 05.808.979/0001-42, Valor Total: R$ 2.507,20

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº. 14.133/2021

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 26 de agosto de 2026.

DARCI PALMA DE MELO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leandro Silva de Freitas
Código Identificador:C49FF521

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DE MINAS
EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 119/2025

EXTRATO DO TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº 119/2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 177/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CARMO DE MINAS - MG, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede de sua Prefeitura Municipal na Rua Luiz Gomes, nº 150, Centro, CNPJ 18.188.243/0001-60.

CONTRATADA: MRS TRANSPORTES ESCOLAR E SERVIÇOS LTDA inscrita no CNPJ sob nº 53.092.831/0001-05.

OBJETO DO ADITIVO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a formalização do reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato nº 119/2025, decorrente do Processo Administrativo nº 177/2025 e Pregão Eletrônico nº 74/2025, visando a alteração dos valores unitários por quilômetro rodado das rotas de transporte escolar especificadas na Cláusula Terceira, em virtude da alteração extraordinária dos custos operacionais.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: fundamenta-se no Art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei Federal nº 14.133/2021, que autoriza a alteração dos contratos para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração do serviço, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato**.**

DATA DA ASSINATURA: 25/08/2026.

DARCI PALMA DE MELO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leandro Silva de Freitas
Código Identificador:77AA5126

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DE MINAS
TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 108/2026

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº. 108/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 073/2026

INEXIGIBILIDADE Nº. 030/2026

CREDENCIAMENTO Nº. 007/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CARMO DE MINAS, CNPJ: 18.188.243/0001-60.

CONTRATADA: **KARINE ALESSANDRA DA COSTA AMORIM**, inscrita no CNPJ: 68.074.783/0001-91

OBJETO: Contratação de empresas especializadas para a prestação de serviços multiprofissionais de avaliação,intervenção terapêutica e acompanhamento clínico destinados a usuários portadores de Transtorno doEspectro Autista (TEA), conforme prescrição médica e Plano Terapêutico Individualizado (PTI), utilizandometodologias baseadas em Análise do Comportamento Aplicada (ABA), Integração Sensorial eComunicação Aumentativa e Alternativa (CAA).

VIGÊNCIA: De 25 de agosto de 2026 até 02 de julho de 2027.

VALOR: Os valores unitários são os dispostos no processo licitatório.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº. 14.133/2021.

DATA DA ASSINATURA: 25 de agosto de 2026.

DARCI PALMA DE MELO
Prefeito Municipal

Carmo de Minas/MG, 26 de agosto de 2026.

Publicado por:
Leandro Silva de Freitas
Código Identificador:3E36B23C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CARNEIRINHO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DA REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 86/2026

Prefeitura Municipal de Carneirinho/MG. Aviso de Revocação de Certame. Pregão Eletrônico nº 40/2026-Registro de Preços. Processo Licitatório nº 86/2026. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA FABRICAÇÃO, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE FACHADAS E LETREIROS, DESTINADOS A SUPRIR AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CARNEIRINHO/MG, DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I DESTE EDITAL, DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I DO EDITAL. Da Revogação: DECIDO: 1. RECONHECER a irregularidade da habilitação da empresa Lau Placas Sinalização e Bandeiras Ltda., em razão da apresentação de atestado de capacidade técnica e nota fiscal vinculados a CNPJ diverso, sem comprovação de sucessão empresarial ou outro vínculo jurídico apto a transferir a experiência documentada à licitante; 2. ANULAR a habilitação da empresa Lau Placas Sinalização e Bandeiras Ltda., bem como sua declaração como vencedora, a adjudicação e a homologação do Pregão Eletrônico nº 40/2026, naquilo que decorrer diretamente do vício identificado; 3. Caso tenha sido assinada ou formalizada, declarar sem efeito a Ata de Registro de Preços e quaisquer atos de contratação dela decorrentes, ressalvadas as providências necessárias à apuração de eventual execução ou pagamento; 4. REVOGAR o Pregão Eletrônico nº 40/2026, também por razões de interesse público, diante da necessidade superveniente, devidamente comprovada nos autos, de inclusão de novos itens e serviços não previstos no edital e no Termo de Referência, cuja inserção posterior comprometeria a isonomia, a vinculação ao instrumento convocatório e a formulação das propostas pelos interessados; 5. Determinar o encerramento do Processo Licitatório nº 86/2026, com o devido registro da anulação e da revogação no sistema eletrônico e nos meios oficiais de publicidade; 6. Determinar à Secretaria Municipal competente que providencie novo planejamento da contratação, com a elaboração ou revisão do Estudo Técnico Preliminar, do Termo de Referência, dos quantitativos, das especificações, da pesquisa de preços e dos demais documentos necessários, contemplando os novos itens e serviços; e 7. Cientifiquem-se a empresa Lau Placas Sinalização e Bandeiras Ltda. e os demais interessados. Data da Revogação: 26/08/2026.

Carneirinho/MG, 26 de agosto de 2026.

WILLIAN MARTINS MAIA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Luciano Sebastião de Menezes
Código Identificador:E822126F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DO EDITAL DA INEXIGIBILIDADE Nº. 29/2026/CREDENCIAMENTO

Prefeitura Municipal de Carneirinho/MG. AVISO DE EDITAL. Inexigibilidade de Licitação Nº 29/2026 – Credenciamento. O Município de Carneirinho/MG, através do Diretor de Licitações, vem tornar público o edital do certame em epigrafe, que tem por objeto o CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES DE AUDIOMETRIA TONAL, DESTINADOS À AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE AUDITIVA DOS PACIENTES, INCLUINDO A REALIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS, EMISSÃO DE RESULTADOS/LAUDOS E DEMAIS ATIVIDADES NECESSÁRIAS À ADEQUADA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, DE ACORDO COM AS NORMAS TÉCNICAS E SANITÁRIAS VIGENTE, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO DE

CARNEIRINHO/MG, EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO VIII DO PRESENTE EDITAL, com período de protocolo de credenciamento a ocorrer à partir do dia 26/08/2026 até o dia 15/09/2026, no Setor de Protocolos do Paço Municipal de Carneirinho/MG. Data/hora de abertura dos Envelopes: Às 08:00 hs. do dia 16/09/2026. Local de retirada do Edital: Rua Otávio Francisco Vilela, nº 1.565, Jardim Primavera, Carneirinho-MG. Fone: (34) 3454-0200 ou através do endereço eletrônico: http://www.carneirinho.mg.gov.br/licitacoes-e-contratos.

Carneirinho/MG, 26 de agosto de 2026.

MARCUS LEANDRO DE OLIVEIRA CAVALIN –
Diretor de Licitação.

Publicado por:
Marcus Leandro de Oliveira Cavalin
Código Identificador:5D23CAB0

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CHAPADA DO NORTE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇAO 044/2026

AVISO DE PUBLICAO DE LICITAÇAO
A Prefeitura Municipal de Chapada do Norte/MG torna público o Processo Administrativo nº044/2026 – Pregão Eletrônico nº 013/2026, que tem por objeto a "REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ESTRUTURAS, BEM COMO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRELATOS, DESTINADOS À REALIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS PROMOVIDOS PELO MUNICÍPIO DE CHAPADA DO NORTE/MG, CONFORME CONDIÇÕES, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS ESTABELECIDOS NO TERMO DE REFERÊNCIA E EM SEUS ANEXOS". **DATA DE ABERTURA**: 11de setembro de 2026 ás 09:00hs. **LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA**: Plataforma de Licitações LICITAR DIGITAL – www.licitardigital.com.br. Maiores informações e edital à disposição no site www.licitardigital.com.br, na Rua João Luís Rodrigues Soares, nº 101, Centro, pelo telefone (33) 92000-4833, pelo e-mail licitacao@chapadadonorte.mg.gov.br e no site www.chapadadonorte.mg.gov.br.

Chapada do Norte/MG, 26 de agosto de 2026

DEISIANE RAMALHO LEITE
Agente de Contratação

Publicado por:
Deisiane Ramalho Leite
Código Identificador:5EFE5B13

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CIPOTÂNEA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E CONTROLE
PROCESSO Nº.031/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 017/2026 - DESPACHO - FASE RECURSAL

DESPACHO

PROCESSO Nº. 031/2026
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 017/2026
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE DIETAS ENTERAIS, COMPLEMENTOS E SUPLEMENTOS ALIMENTARES PARA ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

DO RELATÓRIO

Trata-se de recurso interposto por LEONE & COLDIBELLI COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS, CNPJ sob o n°40.021.146/0001-38, em face da decisão da Comissão de Contratação que classificou a proposta da empresa Comercial Otto referente ao item 04, alegando em síntese o que segue:

Que o produto ofertado pela empresa classificada em primeiro lugar não atende às especificações estabelecidas no edital, especialmente quanto à ausência de proteínas lácteas.

Alega que consta na rotulagem do produto a advertência "pode conter leite", circunstância que, seria incompatível com a exigência editalícia de produto isento de proteínas lácteas.

Sustenta, ainda, que aproximadamente 70% do valor energético total do produto é proveniente de carboidratos, percentual que, segundo a recorrente, ultrapassaria os limites estabelecidos pelas (DRIs), razão pela qual o produto também não atende às características nutricionais exigidas.

Ao final, requereu o provimento do recurso, com a consequente desclassificação da proposta da empresa COMERCIAL OTTO LTDA ME quanto ao Item 04.

No prazo legal, a empresa recorrida apresentou contrarrazões, no sentido de que o produto Megamix possui formulação baseada exclusivamente em proteína isolada de soja como fonte proteica, não contendo leite ou ingredientes lácteos em sua composição.

Argumenta, ainda, que a advertência constante do rótulo decorre de exigências sanitárias relacionadas à possibilidade de contaminação cruzada involuntária durante o processo industrial, em razão do compartilhamento de linhas de produção, não significando, contudo, que o leite integre a formulação do produto.

Quanto ao percentual de carboidratos, sustenta que as DRIs constituem referências técnico-científicas destinadas à orientação nutricional e ao planejamento dietético, não podendo ser interpretadas, como requisito legal absoluto capaz de determinar a inadequação do produto ofertado.

DOS FUNDAMENTOS

Inicialmente cumpre esclarecer que a Administração Pública encontra-se vinculada às disposições estabelecidas no edital, instrumento que disciplina as condições de participação, julgamento e aceitação das propostas.

A vinculação ao instrumento convocatório não constitui mera formalidade, mas garantia de isonomia entre os participantes, impondo à Administração e aos licitantes o dever de observar as regras previamente estabelecidas.

Assim, uma vez estabelecido no edital que determinado produto deveria atender a características específicas, compete à Administração verificar, de forma objetiva, se o produto apresentado pelo licitante atende efetivamente às exigências estabelecidas.

No caso concreto, a controvérsia principal reside na compatibilidade entre a exigência editalícia de produto sem proteínas lácteas e a advertência constante da rotulagem do produto ofertado, "pode conter leite".

É necessário estabelecer uma distinção técnica importante.

A expressão "pode conter leite" não significa, necessariamente, que o leite ou proteína láctea integre intencionalmente a formulação do produto. A advertência pode decorrer da possibilidade de contaminação cruzada durante o processo produtivo, especialmente quando diferentes produtos são fabricados em instalações ou linhas compartilhadas.

Todavia, essa circunstância não pode ser simplesmente desconsiderada pela Administração quando o objeto da contratação

envolve alimentação destinada a pacientes potencialmente vulneráveis, sobretudo em contexto de atendimento pela Secretaria Municipal de Saúde.

A advertência de possível presença de leite não comprova, por si só, que exista proteína láctea efetivamente incorporada à formulação. Entretanto, igualmente não permite afirmar, sem a devida comprovação técnica, que inexiste qualquer possibilidade de presença de componentes alergênicos.

Nesse ponto, deve prevalecer uma interpretação compatível com o interesse público e a proteção à saúde dos usuários, especialmente porque a aquisição será destinada à área da saúde e envolve pacientes com necessidades nutricionais específicas, inclusive pessoas submetidas a dietas de exclusão ou com restrições alimentares.

A Administração não pode assumir risco desnecessário quando o próprio fabricante, por meio da rotulagem, reconhece a possibilidade de presença do alergênico.

Assim, considerando a finalidade específica da contratação e a necessidade de assegurar que o produto efetivamente corresponda às características exigidas no edital, mostra-se necessária a revisão da decisão anteriormente adotada quanto à aceitabilidade do produto ofertado.

Neste contexto, não se está, portanto, diante de uma aquisição ordinária de produtos alimentícios destinados ao consumo indistinto da população.

Os produtos serão utilizados no âmbito da assistência à saúde, circunstância que exige maior rigor na verificação de sua adequação, segurança e compatibilidade com as necessidades dos usuários.

Quanto ao segundo argumento apresentado pela recorrente, relativo ao percentual de carboidratos, é necessário distinguir as recomendações nutricionais de natureza técnico-científica das exigências objetivamente previstas no instrumento convocatório.

As Dietary Reference Intakes – DRIs constituem referências técnico-científicas utilizadas para avaliação e planejamento nutricional, não podendo sua utilização ser automaticamente equiparada à existência de uma regra editalícia de desclassificação, salvo quando a própria especificação do objeto tenha incorporado determinado parâmetro como requisito obrigatório.

Desse modo, o simples fato de o produto apresentar percentual de carboidratos superior a determinado parâmetro de referência nutricional não seria, isoladamente, suficiente para determinar sua desclassificação.

Todavia, tal questão não afasta a conclusão anteriormente exposta quanto à necessidade de revisão da classificação diante da incompatibilidade verificada em relação à exigência referente às proteínas lácteas e à segurança do produto para a finalidade específica da contratação.

A Administração Pública possui o dever de rever seus próprios atos quando constatada ilegalidade ou inadequação que comprometa sua validade ou a finalidade pública perseguida.

Conforme Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal, a qual consagra o princípio da autotutela administrativa, a Administração Pública tem o poder-dever de controlar seus próprios atos, revendo-os e anulando-os quando houverem sido praticados com alguma ilegalidade.

Neste contexto, a autotutela abrange o poder de reformar, anular, convalidar e, ainda, o poder de revogar atos administrativos.
Assim ensina o doutrinador, Marçal Justen Filho:

“a autoridade tem o poder-dever de examinar a validade dos atos praticados pelos particulares, pronunciar nulidades, sanar defeitos irrelevantes, decidir recursos, proclamar o resultado.”

No âmbito das licitações, esse dever assume especial relevância, uma vez que a Administração deve assegurar que o resultado do certame esteja efetivamente em conformidade com o edital, com a legislação e com o interesse público.

A revisão da decisão, nesse contexto, não representa tratamento privilegiado à recorrente, tampouco restrição indevida à competitividade. Ao contrário, constitui medida destinada a garantir que todos os licitantes sejam submetidos aos mesmos critérios e que somente sejam aceitas propostas que efetivamente atendam às condições estabelecidas no edital.

Considerando a natureza do objeto, a finalidade da contratação e a necessidade de assegurar que os produtos adquiridos pela Administração sejam compatíveis com as exigências estabelecidas para atendimento dos usuários do sistema público de saúde, entende-se que deve ser revista a decisão que considerou aceitável a proposta apresentada para o Item 04.

DA CONCLUSÃO

CONSIDERANDO os princípios da legalidade, vinculação ao instrumento convocatório, livre concorrência, moralidade, impessoalidade, razoabilidade, proporcionalidade, isonomia entre os licitantes e busca da proposta mais vantajosa que a Administração Pública está adstrita;

CONSIDERANDO ainda todas as peças que instruem o presente processo licitatório, a Comissão de Contratação, **DECIDE**:

1) CONHECER do recurso interposto pela empresa LEONE & COLDIBELLI COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS, CNPJ sob o n°40.021.146/0001-38, por ser próprio e tempestivo.

2) No mérito, DEFERIR o recurso apresentado, reformando a decisão anteriormente prolatada para o fim de desclassificar a empresa COMERCIAL OTTO LTDA ME, CNPJ 31.374.156/0001-66 referente ao item 04.

3) DESIGNAR a reabertura da sessão para realização do procedimento via plataforma Amm Licita, para o dia 28 de agosto de 2026, às 14 h.

Cipotânea, 26 de agosto de 2026.

ALEXANDRE SEBASTIÃO RODRIGUES
Pregoeiro

LUANA RAIMUDA DIAS
Membro Equipe de Apoio

MARCELO CAETANO MONTEIRO
Membro Equipe de Apoio

Publicado por:
Alexandre Sebastião Rodrigues
Código Identificador:7FBCAB8D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CLÁUDIO

DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE
CERTIFICADO DE LICENÇA AMBIENTAL MUNICIPAL N° 338/2026

A Secretária Municipal de Meio Ambiente e Agricultura, no uso de suas atribuições legais e com base no Decreto Municipal n° 542/2024, concede a LIBRA MOVEIS E DESIGN LTDA , inscrito sob o CNPJ 36.508.169/0001-02, localizado na rua: Avenida Bandeirantes , n°1.230, Bairro: Parque Industrial Marcelino Corradi, CEP 35.530-000 nas coordenadas geográficas de Latitude 20°26’12.51"S e Longitude 44°46’40.56"O no município de Cláudio-MG, a **LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA NA MODALIDADE**

CADASTRO (LAS/CADASTRO), conforme a legislação vigente, para as atividades: B-10-06-5 Fabricação de móveis de metal com tratamento químico superficial e/ou pintura e B-04-05-7 e Produção de fundidos de metais não-ferrosos, inclusive ligas, sem tratamento químico superficial e/ou galvanotécnico, inclusive a partir de reciclagem, enquadradas como de pequeno porte conforme parâmetro das atividades, com prazo de validade de 10 anos desde que não haja alteração nas atividades desenvolvidas.
O presente documento não exime o requerente de obter junto aos órgãos ambientais competentes as demais autorizações porventura necessárias.

Cláudio, 25 de agosto de 2026.

CHRISTIANE BERNARDES PEREIRA
Secretária Municipal de Meio Ambiente e Agricultura

Publicado por:
Christiane Bernardes Pereira
Código Identificador:C7C4F0CA

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CÔNEGO MARINHO

COMISÃO DE LICITAÇÃO
AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA

Processo de Compra nº. 054/2026

Inexigibilidade de Licitação nº. 009/2026

ATO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO, PRATICADO PELO SECRETÁRIO E ORDENADOR DE DESPESA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CÔNEGO MARINHO - MG, PARA CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO DO CANTOR PADRE JULIANO MARIA, PARA INTEGRAR A PROGRAMAÇÃO CULTURAL DAS COMEMORAÇÕES DO 31º (TRIGÉSIMO PRIMEIRO) ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE CÔNEGO MARINHO E DO FESTEJO DE SÃO VICENTE DE PAULO, CONFORME O PRESENTE TERMO.

AUTORIZO a contratação de 28.215.196 Juliano do Nascimento Lino, CNPJ: 28.215.196/0001-50, nos termos do artigo 74, II, da Lei 14.133/2021, no valor total de R$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais) que será executada sob a rubrica orçamentária Projeto/Atividade: 13.392.0020.2047 - Manutenção das Festividades Cívicas, Culturais e Populares- Elemento/Item: 33903900 - Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica - Fonte: 1500000000 – Recursos não Vinculados de Impostos - Ficha: 0475

Cônego Marinho – MG, 26de agosto de 2026.

EVAY VILELLA LISBOA COSTA
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

Publicado por:
Berenice Alves Barbosa
Código Identificador:1AF2B485

COMISÃO DE LICITAÇÃO
AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA

Processo de Compra nº. 055/2026

Inexigibilidade de Licitação nº. 010/2026

ATO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO, PRATICADO PELO SECRETÁRIO E ORDENADOR DE DESPESA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CÔNEGO MARINHO - MG, PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ASSESSORIA TÉCNICA EM PLANEJAMENTO, CAPACITAÇÃO E GESTÃO DE COMPRAS PÚBLICAS PARA O MUNICÍPIO DE CÔNEGO MARINHO /MG, CONFORME O PRESENTE TERMO.

AUTORIZO a contratação de SMSERVIÇOS CONSULTIVOS E PROJETOS LTDA, CNPJ: 24.226.522/0001-74 nos termos do artigo 74, III, da Lei 14.133/2021, no valor total de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais) que será executada sob a rubrica orçamentária Projeto/Atividade: 03.01.0104.122.0002.2012 Manutenção das Ações da Secretaria de Planejamento, Administração Geral e Finanças Elemento/Item: 33903500 Serviços de Consultoria Fonte: 1500000000 Recursos Não Vinculados de Impostos Ficha: 0079.

Cônego Marinho – MG, 26 de agosto de 2026.

JOÃO WHELLINGTON DE SOUZA
Secretaria Municipal de Planejamento,Administração Geral e Finanças

Publicado por:
Berenice Alves Barbosa
Código Identificador:25AC1F1D

COMISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº. 131/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE COMPRAS Nº. 054/2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 009/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO DO CANTOR PADRE JULIANO MARIA, PARA INTEGRAR A PROGRAMAÇÃO CULTURAL DAS COMEMORAÇÕES DO 31º (TRIGÉSIMO PRIMEIRO) ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE CÔNEGO MARINHO E DO FESTEJO DE SÃO VICENTE DE PAULO.

Contratada: 28.215.196 Juliano do Nascimento Lino, CNPJ nº. 28.215.196/0001-50

Valor total do contrato: R$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais).

Dotação Orçamentária: Projeto/Atividade: 07.01.01.13.392.0020.2047 Manutenção das Festividades Cívicas, Culturais e Populares – Elemento Item: 33903900 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Fontes: 1500000000 Recursos Não Vinculados de Impostos – Ficha: 0475.

Publicado por:
Berenice Alves Barbosa
Código Identificador:86AFE42B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CONGONHAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PREFEITURA DE CONGONHAL, MG - EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO DE CONTRATO - PROCESSO LICITATÓRIO 0173/2022 – PREGÃO PRESENCIAL 0041/2022.

A Prefeitura Municipal de Congonhal, MG, Setor de Licitações, torna público o resultado do Termo Aditivo do Processo Licitatório nº 0173/2022, que tem por objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE INTERNET POR MEIO DE LINK DEDICADO, COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS NECESSARIOS PARA O FUNCIONAMENTO DA TECNOLOGIA FTTH EM REGIME DE COMODATO EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS SOLICITANTES DO MUNICIPIO DE CONGONHAL/MG**, tendo como contratada: **GUIMARAES E VENANCIO TELECOMUNICACOES LTDA,** inscrito no CNPJ Nº 20.640.418/0001-70, prorrogar a vigência do contrato administrativo de nº 0096/2022, firmado entre as partes acima descritas, prorrogado pelo período de 12 meses. Permanecem inalteradas e ratificadas as demais cláusulas do referido contrato.

Congonhal, MG, 25 de agosto de 2026.

RUBENS VILELA DOS SANTOS JUNIOR -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ana Paula de Oliveira
Código Identificador:4F7CD573

GABINETE
LEI ORDINÁRIA Nº. 1770, DE 26 DE AGOSTO DE 2026.
"AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE CONGONHAL PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS."

LEI ORDINÁRIA Nº. 1770, DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

"Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento do Município de Congonhal para o Exercício Financeiro de 2026, e dá outras providencias."

O Povo do Município de Congonhal, por seus representantes na Câmara Municipal aprovou, e eu, em seu nome sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar ao orçamento vigente no valor de até R$ 601.138,00 (Seiscentos e Um Mil, Cento e Trinta e Oito Reais), destinado ao reforço das dotações orçamentárias, utilizando recursos provenientes de Superavit Financeiro apurado no exercício anterior, relativos às seguintes fontes de recursos: - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual, e Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS – Bloco de Manutenção – União – Emendas Parlamentares Individuais ao Município de Congonhal.

(0204)
02.00.00 - PREFEITURA MUNICIPAL
02.05.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10 - SAUDE
301 - ATENCAO BASICA
0006 - ADMINISTRAÇÃO COM RESPEITO A VIDA
2.048 - DESPESAS PROGRAMA ATENCAO BÁSICA - APS
3390.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO
2.600.80 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS – Bloco de Manutenção – União – Emendas Parlamentares Individuais
Valor: R$ 105.000,00 (Cento e Cinco Mil Reais)

(0206)
02.00.00 - PREFEITURA MUNICIPAL
02.05.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10 - SAUDE
301 - ATENCAO BASICA
0006 - ADMINISTRAÇÃO COM RESPEITO A VIDA
2.048 - DESPESAS PROGRAMA ATENCAO BÁSICA - APS
3390.36.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA
2.621.99 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual
Valor: R$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais)

(0207)
02.00.00 - PREFEITURA MUNICIPAL
02.05.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10 - SAUDE
301 - ATENCAO BASICA
0006 - ADMINISTRAÇÃO COM RESPEITO A VIDA
2.048 - DESPESAS PROGRAMA ATENCAO BÁSICA - APS
3390.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
2.621.99 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual
Valor: R$ 46.830,00 (Quarenta e Seis Mil, Oitocentos e Trinta Reais)

(0211)
02.00.00 - PREFEITURA MUNICIPAL
02.05.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10 - SAUDE
301 - ATENCAO BASICA
0006 - ADMINISTRAÇÃO COM RESPEITO A VIDA
2.117 – MANUTENÇÃO DAS UBS DR ALCIDES MOSCONI / HOMERO
3390.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO
2.621.99 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual
Valor: R$ 9.308,00 (Nove Mil, Trezentos e Oito Reais)

(0213)
02.00.00 - PREFEITURA MUNICIPAL
02.05.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10 - SAUDE
301 - ATENCAO BASICA
0006 - ADMINISTRAÇÃO COM RESPEITO A VIDA
2.117 – MANUTENÇÃO DAS UBS DR ALCIDES MOSCONI / HOMERO
3390.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA
2.621.99 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual
Valor: R$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais)

(215)
02.00.00 – PREFEITURA MUNICIPAL
02.05.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10 – SAUDE
301 – ATENÇÃO BÁSICA
0006 – ADMINISTRAÇÃO COM RESPEITO A VIDA
1.023 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANTES – SAUDE
4490.52.00 – EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE
2621.99 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do Sus provenientes do Governo Estadual
Valor: R$ 380.000,00 (Trezentos e Oitenta Mil Reais)

Adiciona: R$ 601.138,00

Art.: 2º Os recursos destinados à cobertura do Crédito Adicional Suplementar autorizado por esta Lei, são aqueles previstos no art. 43, §1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, provenientes do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior.

FONTE:

2.600.80 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS – Bloco de Manutenção – União – Emendas Parlamentares Individuais
Valor: R$ 105.000,00 (Cento e Cinco Mil Reais)

2.621.99 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual

Valor: R$ 496.138,00 (Quatrocentos e Noventa e Seis Mil, Cento e Trinta e Oito Reais).

Valor: R$ 601.138,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, nos termos da Lei Orgânica Municipal.

Prefeitura Municipal de Congonhal/MG, 26 de agosto de 2026.

RUBENS VILELA DOS SANTOS JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruno Teixeira Alves
Código Identificador:3ED9B6DB

GABINETE
LEI ORDINÁRIA Nº. 1771, DE 26 DE AGOSTO DE 2026.
"AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR REFERENTE AO RECURSO PROVENIENTE DE SUPERÁVIT FINANCEIRO, NAS DOTAÇÕES DE FOLHA DE PAGAMENTO E OBRIGAÇÕES PATRONAIS DO ORÇAMENTO DE 2026, NO MUNICÍPIO

LEI ORDINÁRIA Nº. 1771, DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

"Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar referente ao recurso proveniente de Superávit financeiro, nas dotações de folha de pagamento e obrigações patronais do orçamento de 2026, no Município de Congonhal."

O Povo do Município de Congonhal, por seus representantes na Câmara Municipal aprovou, e eu, em seu nome sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar ao orçamento vigente no valor de até R$ 2.000.000,00 (Dois Milhões de Reais), destinado ao reforço das dotações orçamentárias, utilizando recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no exercício anterior, relativo a seguinte fonte de recurso: - Recursos não Vinculados de Impostos, ao Município de Congonhal.

(017)
02.00.00 - PREFEITURA MUNICIPAL
02.01.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
04 - ADMINISTRACAO
122 - ADMINISTRACAO GERAL
0002 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
4.007 – DESPESAS GABINETE DO PREFEITO
3190.11.00 – VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL
2.500.99 - Recursos não Vinculados de Impostos
Valor: R$ 11.100,00 (Onze Mil Reais e Cem Reais)

(030)
02.00.00 - PREFEITURA MUNICIPAL
02.02.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTAO
04 - ADMINISTRACAO
122 - ADMINISTRACAO GERAL
0002 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
2.001 – DESPESAS ADMINISTRAÇÃO GERAL
3190.03.00 – PENSÕES
2.500.99 - Recursos não Vinculados de Impostos
Valor: R$ 2.500,00 (Dois Mil e Quinhentos Reais)

(032)
02.00.00 - PREFEITURA MUNICIPAL
02.02.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTAO
04 - ADMINISTRACAO
122 - ADMINISTRACAO GERAL
0002 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
2.001 – DESPESAS ADMINISTRAÇÃO GERAL
3190.11.00 – VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL
2.500.99 - Recursos não Vinculados de Impostos
Valor: R$ 62.000,00 (Sessenta e Dois Mil Reais)

(033)
02.00.00 - PREFEITURA MUNICIPAL
02.02.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTAO
04 - ADMINISTRACAO
122 - ADMINISTRACAO GERAL
0002 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
2.001 – DESPESAS ADMINISTRAÇÃO GERAL
3190.13.00 – OBRIGAÇÕES PATRONAIS
2.500.99 - Recursos não Vinculados de Impostos
Valor: R$ 73.000,00 (Setenta e Três Mil Reais)

(101)
02.00.00 - PREFEITURA MUNICIPAL
02.03.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO
02.03.03 - ENSINO FUNDAMENTAL
12 - EDUCACAO
361 - ENSINO FUNDAMENTAL
0005 - EDUCAÇÃO COM EXPERIENCIA E RESPEITO
2.016 – DESPESAS INATIVOS E PENSIONISTAS – ENSINO FUNADAMENTAL
3190.01.00 – APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS
2.500.99 - Recursos não Vinculados de Impostos
Valor: R$ 3.100,00 (Três Mil e Cem Reais)

(142)
02.00.00 - PREFEITURA MUNICIPAL
02.04.00 - SECRETARIA DE ESPORTE LAZER TURISMO E CULTURA
02.04.01 - DIRETORIA DE ESPORTES
27 - DESPORTO E LAZER
812 - DESPORTO COMUNITARIO
0008 - ESPORTE E LAZER POR UMA VIDA SAUDAVEL
2.031 - MANUT.DESP. DESPORTO AMADOR
3190.04.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO
2.500.99 - Recursos não Vinculados de Impostos
Valor: R$ 3.500,00 (Três Mil e Quinhentos Reais)

(183)
02.00.00 - PREFEITURA MUNICIPAL
02.05.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10 - SAUDE
122 - ADMINISTRACAO GERAL
0006 - ADMINISTRAÇÃO COM RESPEITO A VIDA
2.037 - DESPESAS ADMINISTRATIVAS DA SAUDE
3190.04.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO
2.500.95 - Recursos destinados à Ações e Serviços Públicos de Saúde
Valor: R$ 32.900,00 (Trinta e Dois Mil e Novecentos Reais)

(185)
02.00.00 - PREFEITURA MUNICIPAL
02.05.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10 - SAUDE
122 - ADMINISTRACAO GERAL
0006 - ADMINISTRAÇÃO COM RESPEITO A VIDA
2.037 - DESPESAS ADMINISTRATIVAS DA SAUDE
3190.13.00 – OBRIGAÇÕES PATRONAIS
2.500.95 - Recursos destinados à Ações e Serviços Públicos de Saúde
Valor: R$ 78.000,00 (Setenta e Oito Mil Reais)

(202)
02.00.00 - PREFEITURA MUNICIPAL
02.05.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10 - SAUDE
301 - ATENCAO BASICA
0006 - ADMINISTRAÇÃO COM RESPEITO A VIDA
2.048 - DESPESAS PROGRAMA ATENCAO BÁSICA - APS
3190.11.00 – VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL
2.500.95 - Recursos destinados à Ações e Serviços Públicos de Saúde
Valor: R$ 201.700,00 (Duzentos e Um Mil e Setecentos Reais)

(209)
02.00.00 - PREFEITURA MUNICIPAL
02.05.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10 - SAUDE
301 - ATENCAO BASICA
0006 - ADMINISTRAÇÃO COM RESPEITO A VIDA
2.117 – MANUTENÇÃO DAS UBS DR ALCIDES MOSCONI / HOMERO
3190.04.00 – CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO
2.500.95 - Recursos destinados à Ações e Serviços Públicos de Saúde

Valor: R$ 264.000,00 (Duzentos e Sessenta e Quatro Mil Reais)
(210)
02.00.00 - PREFEITURA MUNICIPAL
02.05.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10 - SAUDE
301 - ATENCAO BASICA
0006 - ADMINISTRAÇÃO COM RESPEITO A VIDA
2.117 – MANUTENÇÃO DAS UBS DR ALCIDES MOSCONI / HOMERO
3190.11.00 – VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL
2.500.95 - Recursos destinados à Ações e Serviços Públicos de Saúde
Valor: R$ 242.000,00 (Duzentos e Quarenta e Dois Mil Reais)

(221)
02.00.00 - PREFEITURA MUNICIPAL
02.05.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10 - SAUDE
302 – ASSITENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
0006 - ADMINISTRAÇÃO COM RESPEITO A VIDA
2.052 – DESPESAS TRANSPORTE DE PACIENTES PARA TRATAMENTO FORA DE DOMICILIO
3190.13.00 – OBRIGAÇÕES PATRONAIS
2.500.95 - Recursos destinados à Ações e Serviços Públicos de Saúde
Valor: R$ 25.000,00 (Vinte e Cinco Mil Reais)

(268)
02.00.00 - PREFEITURA MUNICIPAL
02.05.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10 - SAUDE
305 - VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA
0006 - ADMINISTRAÇÃO COM RESPEITO A VIDA
2.062 - DESPESAS DA VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA.
3190.04.00 – CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO
2.500.95 - Recursos destinados à Ações e Serviços Públicos de Saúde
Valor: R$ 55.700,00 (Cinquenta e Cinco Mil e Setecentos Reais)

(281)
02.00.00 - PREFEITURA MUNICIPAL
02.06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITACAO
02.06.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS
08 - ASSISTENCIA SOCIAL
244 - ASSISTENCIA COMUNITARIA
0040 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA FAZENDO A VIDA MELHOR
2.066 - DESPESAS COM O CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTENCIA SOCIAL - CRAS
3190.04.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO
2.500.99 - Recursos não Vinculados de Impostos
Valor: R$ 46.000,00 (Quarenta e Seis Mil Reais)

(283)
02.00.00 - PREFEITURA MUNICIPAL
02.06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITACAO
02.06.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS
08 - ASSISTENCIA SOCIAL
244 - ASSISTENCIA COMUNITARIA
0040 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA FAZENDO A VIDA MELHOR
2.066 - DESPESAS COM O CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTENCIA SOCIAL - CRAS
3190.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS
2.500.99 - Recursos não Vinculados de Impostos
Valor: R$ 29.500,00 (Vinte e Nove Mil e Quinhentos Reais)

(306)
02.00.00 - PREFEITURA MUNICIPAL
02.06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITACAO
02.06.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS
08 - ASSISTENCIA SOCIAL
244 - ASSISTENCIA COMUNITARIA
0042 - GESTÃO DO SUAS FAZENDO A VIDA MELHOR
2.075 - DESPESAS COM ASSISTENCIA SOCIAL
3190.13.00 – OBRIGAÇÕES PATRONAIS
2.500.99 - Recursos não Vinculados de Impostos
Valor: R$ 7.000,00 (Sete Mil Reais)

(326)
02.00.00 - PREFEITURA MUNICIPAL
02.07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS, RURAL E DEFESA CIVIL
02.07.01 - OBRAS, VIAÇAO E URBANISMO
15 - URBANISMO
451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA
0007 - URBANIZAÇÃO PARA O CRESCIMENTO
2.082 - DESPESAS COM SERVIÇOS URBANOS
3190.04.00 – CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO
2.500.99 - Recursos não Vinculados de Impostos
Valor: R$ 357.000,00 (Trezentos e Cinquenta e Sete Mil Reais)

(327)
02.00.00 - PREFEITURA MUNICIPAL
02.07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS, RURAL E DEFESA CIVIL
02.07.01 - OBRAS, VIAÇAO E URBANISMO
15 - URBANISMO
451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA
0007 - URBANIZAÇÃO PARA O CRESCIMENTO
2.082 - DESPESAS COM SERVIÇOS URBANOS
3190.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL
2.500.99 - Recursos não Vinculados de Impostos
Valor: R$ 275.000,00 (Duzentos e Setenta e Cinco Mil Reais)

(328)
02.00.00 - PREFEITURA MUNICIPAL
02.07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS, RURAL E DEFESA CIVIL
02.07.01 - OBRAS, VIAÇAO E URBANISMO
15 - URBANISMO
451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA
0007 - URBANIZAÇÃO PARA O CRESCIMENTO
2.082 - DESPESAS COM SERVIÇOS URBANOS
3190.13.00 – OBRIGAÇÕES PATRONAIS
2.500.99 - Recursos não Vinculados de Impostos
Valor: R$ 231.000,00 (Duzentos e Trinta e Um Mil Reais)

Adiciona: R$ 2.000.000,00

Art.: 2º Os recursos destinados à cobertura do Crédito Adicional Suplementar autorizado por esta Lei, são aqueles previstos no art. 43, §1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, provenientes do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior.

FONTE:

2.500.99 – Recursos não Vinculados de Impostos **R$ 1.100.700,00**

2.500.95 - Recursos destinados à Ações e Serviços Públicos de Saúde **R$ 899.300,00**

Valor: R$ 2.000.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, nos termos da Lei Orgânica Municipal.

Prefeitura Municipal de Congonhal/MG, 26 de agosto de 2026.

RUBENS VILELA DOS SANTOS JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruno Teixeira Alves
Código Identificador:132E0A64

GABINETE
LEI ORDINÁRIA Nº 1772, DE 26 DE AGOSTO DE 2026.
"AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR REFERENTE AO RECURSO PROVENIENTE DE ANULAÇÃO PARCIAL OU TOTAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE CONGONHAL PARA O EXERCÍCIO DE 2026, E DÁ OUTRAS P

LEI ORDINÁRIA Nº 1772, DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

"Autoriza a abertura de crédito Adicional Suplementar referente ao recurso proveniente de anulação parcial ou total de dotações do Orçamento do Município de Congonhal para o exercício de 2026, e dá outras providências."

O Povo do Município de Congonhal, por seus representantes na Câmara Municipal aprovou, e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de até R$ 210.000,00 (Duzentos e Dez Mil Reais), destinado ao reforço de dotação orçamentária, utilizando recursos provenientes dos Recursos não Vinculados de Impostos, Recursos destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino destinado e Recursos destinados à Ações e Serviços Públicos de Saúde ao Município de Congonhal.

(048)
02.00.00 - PREFEITURA MUNICIPAL
02.02.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTAO
04 - ADMINISTRACAO
122 - ADMINISTRACAO GERAL
0002 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
2.003 – DESPESAS COM AUXILIO ALIMENTAÇÃO A SERVIDORES
3390.46.00 – AUXILIO ALIMENTAÇÃO
1.500.99 - Recursos não Vinculados de Impostos
Valor: R$ 5.000,00 (Cinco Mil Reais)

(079)
02.00.00 - PREFEITURA MUNICIPAL
02.03.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO
02.03.03 – ENSINO FUNDAMENTAL
12 - EDUCACAO
361 - ENSINO FUNDAMENTAL
0005 - EDUCAÇÃO COM EXPERIENCIA E RESPEITO
2.003 - DESPESAS COM AUXILIO ALIMENTAÇÃO
3390.46.00 - AUXILIO ALIMENTAÇÃO
1.500.94 – Recursos destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
Valor: R$ 88.000,00 (Oitenta e Oito Mil Reais)

(182)
02.00.00 - PREFEITURA MUNICIPAL
02.05.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10 - SAUDE
122 - ADMINISTRACAO GERAL
0006 - ADMINISTRAÇÃO COM RESPEITO A VIDA
2.003 - DESPESAS COM AUXILIO ALIMENTAÇÃO A SERVIDORES
3390.46.00 – AUXILIO-ALIMENTAÇÃO
1.500.95 - Recursos destinados à Ações e Serviços Públicos de Saúde
Valor: R$ 103.000,00 (Cento e Três Mil Reais)

(302)
02.00.00 - PREFEITURA MUNICIPAL
02.06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITACAO
02.06.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS
08 - ASSISTENCIA SOCIAL
244 - ASSISTENCIA COMUNITARIA
0042 - GESTÃO DO SUAS FAZENDO A VIDA MELHOR
2.003 - DESPESAS COM AUXILIO ALIMENTAÇÃO A SERVIDORES
3390.46.00 - AUXILIO-ALIMENTAÇÃO
1.500.99 - Recursos não Vinculados de Impostos
Valor: R$ 14.000,00 (Quatorze Mil Reais)

Adiciona: R$ 210.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à cobertura do crédito adicional suplementar de que trata esta Lei decorrerão da anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, nos termos do art. 43, §1º, inciso III, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964.

(042)
02.00.00 - PREFEITURA MUNICIPAL
02.02.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTAO
04 - ADMINISTRACAO
122 - ADMINISTRACAO GERAL
0002 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
2.001 – DESPESAS ADMINISTRAÇÃO GERAL
3390.36.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA
1.500.99 - Recursos não Vinculados de Impostos
Valor: R$ 5.000,00 (Cinco Mil Reais)

(070)
02.00.00 - PREFEITURA MUNICIPAL
02.03.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
02.03.01– EDUCAÇÃO INFANTIL
12 - EDUCAÇÃO
365 - ENSINO INFANTIL
0005 - EDUCAÇÃO COM EXPERIÊNCIA E RESPEITO
1.002– CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES – EDUCAÇÃO INFANTIL
4490.51.00 – OBRAS E INSTALAÇÕES
1.500.94 – Recursos destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
Valor: R$ 60.000,00 (Sessenta Mil Reais)

(071)
02.00.00 - PREFEITURA MUNICIPAL
02.03.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
02.03.01– EDUCAÇÃO INFANTIL
12 - EDUCAÇÃO
365 - ENSINO INFANTIL
0005 - EDUCAÇÃO COM EXPERIÊNCIA E RESPEITO
1.003– EQUIPAMENTO – EDUCAÇÃO INFANTIL- PRE-ESCOLA
4490.52.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
1.500.94 – Recursos destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
Valor: R$ 28.000,00 (Vinte e Oito Mil Reais)

(296)
02.00.00 - PREFEITURA MUNICIPAL
02.06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITACAO
02.06.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS
08 - ASSISTENCIA SOCIAL
244 - ASSISTENCIA COMUNITARIA
0041 – EXECUÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL PESSOAS DIFICIENCIA, IDOSO E FAMILIAS
2.070- DESPESAS SERVIÇO ESPECIALIZADO PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA
3390.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO
1.500.99 - Recursos não Vinculados de Impostos

Valor: R$ 7.000,00 (Sete Mil Reais)

(301)
02.00.00 - PREFEITURA MUNICIPAL
02.06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITACAO
02.06.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS
08 - ASSISTENCIA SOCIAL
244 - ASSISTENCIA COMUNITARIA
0041 – EXECUÇÃO DA PROTEÇÃO ESPECIAL FAZENDO A VIDA MELHOR
2.073 - DESPESAS COM FAMILIA ACOLHEDORA
3390.36.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA
1.500.99 - Recursos não Vinculados de Impostos
Valor: R$ 7.000,00 (Sete Mil Reais)
(334)
02.00.00 - PREFEITURA MUNICIPAL
02.07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS, RURAL E DEFESA CIVIL
02.07.01 - OBRAS, VIAÇAO E URBANISMO
15 - URBANISMO
451 – INFRA-ESTRUTURA URBANA
0007 - URBANIZAÇÃO PARA O CRESCIMENTO
1.030 – EQUIPAMENTOS PARA PRAÇAS E ÁREAS DE LAZER
4490.52.00 – EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE
1.500.99 – Recursos não Vinculados de Impostos
Valor: R$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais).

(336)
02.00.00 - PREFEITURA MUNICIPAL
02.07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS, RURAL E DEFESA CIVIL
02.07.01 - OBRAS, VIAÇAO E URBANISMO
15 - URBANISMO
451 – INFRA-ESTRUTURA URBANA
0007 - URBANIZAÇÃO PARA O CRESCIMENTO
1.032 – EQUIPAMENTOS PARA O SERVIÇO DE OBRAS
4490.52.00 – EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE
1.500.99 – Recursos não Vinculados de Impostos
Valor: R$ 53.000,00 (Cinquenta e Três Mil Reais).

Valor: R$ 210.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, nos termos da Lei Orgânica Municipal.

Prefeitura Municipal de Congonhal/MG, 26 de agosto de 2026.

RUBENS VILELA DOS SANTOS JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruno Teixeira Alves
Código Identificador:78C5DB17

GABINETE
PORTARIA Nº 3313, DE 24 DE AGOSTO DE 2026 DISPÕE SOBRE A LOTAÇÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº 3313, DE 24 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a lotação de servidor e dá outras providências.

Rubens Vilela dos Santos Junior, Prefeito do Município de Congonhal, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e,
Considerando o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Congonhal;
Considerando a necessidade de reorganização da estrutura interna da Administração Pública municipal;
Considerando a necessidade de organização e distribuição de servidores nos diversos órgãos municipais;
Considerando as peculiaridades das atividades de cada servidor no exercício de suas funções em órgãos distintos;
Considerando que depois de fixada a lotação do servidor, a alteração se dará para atender a conveniência do serviço público;
Considerando o interesse da Administração Pública e a finalidade do ato;

Resolve:

Art. 1º Lotar o servidor público REGIANE MARIA DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 061.166.146-20, do cargo de Operário I, na Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos, Rurais e meio Ambiente, para exercer suas funções no órgão supra sob sua subordinação, coordenação e custeio.
Parágrafo único. O Departamento de Pessoal da Prefeitura do Município de Congonhal deverá fazer as alterações necessárias na folha de pagamento salarial, para o fiel cumprimento do disposto no ***caput*** deste artigo.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições que contrariem esta Portaria.

Prefeitura Municipal de Congonhal/MG, 24 de agosto de 2026.

RUBENS VILELA DOS SANTOS JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruno Teixeira Alves
Código Identificador:CB772724

GABINETE
PORTARIA Nº 3314, DE 24 DE AGOSTO DE 2026 DISPÕE SOBRE A LOTAÇÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº 3314, DE 24 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a lotação de servidor e dá outras providências.

Rubens Vilela dos Santos Junior, Prefeito do Município de Congonhal, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e,
Considerando o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Congonhal;
Considerando a necessidade de reorganização da estrutura interna da Administração Pública municipal;
Considerando a necessidade de organização e distribuição de servidores nos diversos órgãos municipais;
Considerando as peculiaridades das atividades de cada servidor no exercício de suas funções em órgãos distintos;
Considerando que depois de fixada a lotação do servidor, a alteração se dará para atender a conveniência do serviço público;
Considerando o interesse da Administração Pública e a finalidade do ato;

Resolve:

Art. 1º Lotar o servidor público SAMUEL DA SILVA SANTOS, inscrito no CPF sob o nº 153.650.906-08, do cargo de Operário I, na Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos, Rurais e meio Ambiente, para exercer suas funções no órgão supra sob sua subordinação, coordenação e custeio.
Parágrafo único. O Departamento de Pessoal da Prefeitura do Município de Congonhal deverá fazer as alterações necessárias na folha de pagamento salarial, para o fiel cumprimento do disposto no ***caput*** deste artigo.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições que contrariem esta Portaria.

Prefeitura Municipal de Congonhal/MG, 24 de agosto de 2026.

RUBENS VILELA DOS SANTOS JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruno Teixeira Alves
Código Identificador:EEA530FA

GABINETE
PORTARIA Nº 3315, DE 24 DE AGOSTO DE 2026 CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE AOS SERVIDORES QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº 3315, DE 24 DE AGOSTO DE 2026

Concede adicional de insalubridade aos servidores que menciona e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Congonhal, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, de acordo com da Lei Municipal nº 940, de 18 de outubro de 1995, e;
Considerando, a previsão de adicional de insalubridade no inciso IV do art. 57 da Lei Municipal nº 940/1995, a qual dispõe sobre o regime jurídico único dos servidores públicos do município, das autarquias e das fundações públicas municipais;
Considerando, as avaliações e laudos técnicos periciais realizados pela contratada, a empresa Mérito Consultoria, Assessoria Ocupacional e Serviços Ltda, a qual apresentou como responsável o Engenheiro de Segurança do Trabalho, o senhor Sérgio Henrique dos Santos, inscrito no CREA/MG nº 75.808;

R E S O L V E

Art. 1º Conceder adicional de insalubridade aos servidores mencionados no Anexo Único desta Portaria, com os percentuais devidos, os quais incidirão sobre o vigente salário mínimo nacional.
§ 1º Para o cargo de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Vig. Epidemiológica considera-se a incidência sobre o salário base do servidor.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos retroativos a data sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições que contrariem esta Portaria.

Prefeitura Municipal de Congonhal/MG, 24 de agosto de 2026.

RUBENS VILELA DOS SANTOS JÚNIOR
Prefeito Municipal

Anexo Único

Portaria 3315/2026

Servidor	CPF	Cargo	% Insalubridade
REGIANE MARIA DA SILVA	061.166.146-20	OPERÁRIO I	40
SAMUEL DA SILVA SANTOS	153.650.906-08	OPERÁRIO I	20

Publicado por:
Bruno Teixeira Alves
Código Identificador:E91B4C1B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CONQUISTA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESPOSTA ESCLARECIMENTO PE 039

RESPOSTA A PEDIDO DE ESCLARECIMENTO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 121/2026
Pregão Eletrônico nº039/2026

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ATRAVÉS DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, DESTINADOS AO ABASTECIMENTO DA FARMÁCIA DE MINAS DO MUNICÍPIO, VISANDO ATENDER AOS PACIENTES USUÁRIOS DO SUS, SENDO O FORNECIMENTO ATRAVÉS DE RECEITUÁRIO MÉDICO.

Trata-se de solicitação de esclarecimento relativo ao Edital do Pregão Eletrônico acima mencionado, formulado por empresa interessada em participar do referido certame.

DA ADMISSIBILIDADE E DA TEMPESTIVIDADE DO PEDIDO
A Lei nº 14.133/21, estabelece em seu art.164, que *"qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame".*
Considerando que a abertura do certame está marcada para o dia 03/09/2026 e que a impugnação foi protocolada no dia 26/08/2026, a mesma se encontra tempestiva, razão pela qual partiremos à análise do mérito.
O Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, estabelece em seu art. 17, inciso II, o seguinte:
Art. 17. Caberá ao pregoeiro, em especial: [...] II - receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;
Preliminarmente há que se esclarecer que o referido pedido de esclarecimento não tem efeito de recurso, portanto não há que se falar em efeito suspensivo, tampouco sua remessa à autoridade superior, tendo o Pregoeiro nesta fase processual, todos os poderes para averiguação de quaisquer contestações que se façam ao texto editalício, decidindo sobre cada caso, conforme a legislação pertinente.

DOS ESCLARECIMENTOS

Solicitamos, por gentileza, os seguintes esclarecimentos quanto às especificações dos itens: **Item 6** – Ácido valproico 250 mg: será aceita a apresentação em cápsula mole? **ITENS 14 – Ambroxol 3 mg/mL e 15 –** Ambroxol 6 mg/mL: qual o volume em mL solicitado para cada apresentação? **Item 20** – Amoxicilina + clavulanato de potássio 825 mg + 125 mg: solicitamos confirmar se houve erro de digitação na especificação, considerando que a apresentação usual disponível é de 875 mg + 125 mg, e não 825 mg + 125 mg. Assim, o correto seria 875 mg + 125 mg? **Item 22** – Amoxicilina 50 mg/mL: qual o volume em mL solicitado? **Item 31** – Benzoilmetronidazol 40 mg/mL: qual o volume em mL solicitado? **Item 35** – Budesonida 32 mcg: a apresentação solicitada deverá ser com 120 doses (120 DS**)? Item 65** – Desvenlafaxina 50 mg: será aceita a apresentação de liberação prolongada (XR)? **Item 83** – Estriol 1 mg/g – creme vaginal: qual a quantidade em gramas (g) solicitada? **Item 106** – Metoprolol 100 mg: será aceita a apresentação de liberação prolongada (XR)? **Item 108** – Metronidazol 100 mg/mL – gel vaginal: qual a quantidade em gramas (g) solicitada? **Item 119** – Omeprazol 20 mg: será aceita a apresentação em liberação retardada (LR)? **ITENS 126 –** Prednisolona 1 mg/mL e **127** – Prednisolona 3 mg/mL: qual o volume em mL solicitado para cada apresentação**? Item 131** – Pregabalina 75 mg: será aceita a apresentação em cápsula dura? Agradecemos os esclarecimentos, a fim de possibilitar a apresentação das propostas em estrita conformidade com as especificações e unidades de fornecimento estabelecidas no edital.
DA APRECIAÇÃO DOS ESCLARECIMENTOS

Conforme consta no Decreto n°. 10.024/2019, o Pregoeiro poderá requisitar subsídios dos responsáveis pela elaboração dos anexos que acompanham o instrumento convocatório, se não vejamos:
Art. 17. Caberá ao pregoeiro, em especial: [...] II - receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos; Art. 23. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma do edital.
Poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

Neste sendo, esta Pregoeira/Agente de Contratação encaminhou a solicitação para conhecimento do setor responsável pelo pedido anexo aos autos, com intuito de analisar e responder aos esclarecimentos apresentados.

DA RESPOSTA DOS ESCLARECIMENTOS

Após consulta com o setor responsável
Item 6: Sim; Itens 14 e 15: 100ml; Item 20: Sim, houve erro de digitação, a apresentação correta é 875mg+ 125mg; Item 22: 60ml; Item 31: 120ml ; item 35: Sim, 120 doses; item 65: Sim; Item 83: 50 gramas; Item 106: Sim; Item 108: 50 gramas; Item 119: Sim; Item 126: 100ml e item 127: 60ml; Item 131: Sim.
Isto posto e considerando ter saneadas as dúvidas, o conteúdo deste expediente será publicado no Diário oficial do Município e na Plataforma Licitanet, de acordo com os termos do parágrafo único, do art. 164, da Lei Federal nº 14.133/21,

Conquista, 26 de agosto de 2026

IARA MARIA RIBEIRO
Agente de Contratação/Pregoeira

Publicado por:
Iara Maria Ribeiro
Código Identificador:2026BDAD

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO

RETIFICAÇÃO

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

A Secretaria Municipal de ***onde se lê Cultura, leia-se Assistência Social*** *do Município de Conquista, Estado de Minas Gerais, no*uso de suas atribuições legais, nos permissivos termos do artigo 71 da Lei Federal n.º 14.133/21, resolve**ADJUDICAR e HOMOLOGAR** a**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 043/2026**Processo de Licitação Nº**118/2026, cujo objeto é aCONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA EM GESTÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, VISANDO APOIAR A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA ORGANIZAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO, PLANEJAMENTO, MONITORAMENTO, CAPACITAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES VINCULADAS AO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SUAS, de acordo com o artigo 75, inciso XI Lei 14.133/21, Ficha 383, Fonte 1500/0000.**

EMPRESA:

GESCON CONSULTORIA LTDA - CNPJ: 516.657.969/0001-70

Onde se lê VALOR TOTAL R$ 64.800,00 (sessenta e quatro mil oitocentos reais), leia-**se Valor total R$ 63.600,00 (sessenta e três mil e seiscentos reais)**

Prefeitura Municipal de Conquista, Estado de Minas Gerais, aos 26 (vinte e seis) dias do mês de agosto de 2026.

MICHELLE ULHOA MARTINS MOURA
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Iara Maria Ribeiro
Código Identificador:F2F7B185

PROCURADORIA JURÍDICA
LEI MUNICIPAL 1486/2026 DE 26.08.2026

LEI MUNICIPAL Nº 1486/2026, DE 26 DE AGOSTO DE 2026

Institui a Política Municipal de Alfabetização do Município de Conquista-MG e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CONQUISTA**, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Fica instituída, no âmbito do Município de Conquista-MG, a Política Municipal de Alfabetização – PMA, como política pública permanente da Rede Municipal de Ensino, destinada a assegurar o direito à alfabetização de todas as crianças, promover a equidade educacional, fortalecer as práticas pedagógicas e garantir o acompanhamento sistemático da aprendizagem.

Art. 2º. A Política Municipal de Alfabetização será implementada em regime de colaboração com a União e o Estado de Minas Gerais, observadas as diretrizes do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, do Pacto Mineiro pela Alfabetização, da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, do Currículo Referência de Minas Gerais e do Plano Municipal de Educação.

Art. 3º. A Política Municipal de Alfabetização compreenderá ações articuladas desde a Educação Infantil, especialmente nas etapas que antecedem o processo formal de alfabetização, até os anos iniciais do Ensino Fundamental, com prioridade para a garantia da alfabetização até o final do 2º ano e para a recomposição das aprendizagens dos estudantes dos anos iniciais.

CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

Art. 4º. São princípios da Política Municipal de Alfabetização:

I – garantia do direito à alfabetização e à aprendizagem de todas as crianças;
II – equidade e redução das desigualdades educacionais;
III – valorização dos profissionais da educação;
IV – formação continuada dos profissionais envolvidos no processo de alfabetização;
V – utilização de avaliações e evidências educacionais para orientar o planejamento pedagógico;
VI – acompanhamento sistemático do desenvolvimento dos estudantes;
VII – articulação entre Educação Infantil e Ensino Fundamental;
VIII – fortalecimento da participação das famílias e da comunidade escolar;
IX – educação inclusiva e respeito às especificidades dos estudantes;
X – regime de colaboração entre Município, Estado e União.

CAPÍTULO III
DOS OBJETIVOS

Art. 5º. São objetivos da Política Municipal de Alfabetização:

I – garantir a alfabetização das crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;
II – assegurar condições para o desenvolvimento das competências de leitura, escrita e matemática;
III – identificar precocemente dificuldades de aprendizagem e promover intervenções pedagógicas adequadas;
IV – promover a recomposição das aprendizagens dos estudantes dos anos iniciais;
V – fortalecer a formação continuada dos professores e demais profissionais envolvidos no processo de alfabetização;
VI – aperfeiçoar os processos de avaliação, monitoramento e acompanhamento da aprendizagem;
VII – utilizar os resultados das avaliações internas e externas para subsidiar decisões pedagógicas e políticas educacionais;
VIII – fortalecer práticas pedagógicas baseadas em evidências e no acompanhamento dos resultados;
IX – garantir materiais, recursos e condições adequadas ao desenvolvimento do processo de alfabetização;

X – promover a participação das famílias no acompanhamento da trajetória escolar das crianças.

CAPÍTULO IV
DOS EIXOS DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO

Art. 6º. A Política Municipal de Alfabetização será organizada nos seguintes eixos:

I – gestão e governança da alfabetização;
II – formação continuada dos profissionais da educação;
III – currículo, práticas pedagógicas e materiais educacionais;
IV – avaliação, monitoramento e acompanhamento da aprendizagem;
V – recomposição das aprendizagens;
VI – equidade, inclusão e garantia do direito à aprendizagem;
VII – participação das famílias e articulação com a comunidade;
VIII – reconhecimento e disseminação de boas práticas de alfabetização.

CAPÍTULO V
DA GESTÃO E DO MONITORAMENTO

Art. 7º. Compete à Secretaria Municipal de Educação coordenar a implementação, o acompanhamento e a avaliação da Política Municipal de Alfabetização.

Art. 8º. A Secretaria Municipal de Educação poderá constituir ou manter comissão, grupo de trabalho ou equipe técnica responsável pelo acompanhamento da Política Municipal de Alfabetização, observadas as normas municipais vigentes.

Art. 9º. O acompanhamento da Política Municipal de Alfabetização considerará, entre outros:

I – resultados das avaliações diagnósticas e formativas;
II – indicadores municipais, estaduais e nacionais de alfabetização;
III – resultados das avaliações externas;
IV – frequência e participação dos estudantes;
V – evolução individual e coletiva da aprendizagem;
VI – ações de formação continuada;
VII – execução das estratégias previstas no Plano Municipal de Ação para a Alfabetização.

Art. 10. Os resultados do monitoramento deverão subsidiar o planejamento e a reorientação das ações pedagógicas e administrativas da Rede Municipal de Ensino.

CAPÍTULO VI
DO PLANO MUNICIPAL DE AÇÃO PARA A ALFABETIZAÇÃO

Art. 11. A Política Municipal de Alfabetização será operacionalizada por meio de Plano Municipal de Ação para a Alfabetização, elaborado pela Secretaria Municipal de Educação, com a participação da comissão responsável e das unidades escolares.

Parágrafo único. O Plano Municipal de Ação estabelecerá ações, responsáveis, prazos, indicadores e mecanismos de acompanhamento, podendo ser atualizado periodicamente de acordo com os resultados do monitoramento.

CAPÍTULO VII
DA ARTICULAÇÃO COM OUTRAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Art. 12. A Política Municipal de Alfabetização será articulada ao Plano Municipal de Educação e às demais políticas, programas e projetos educacionais implementados pelo Município.

Art. 13. O Município poderá desenvolver ações em articulação com programas e políticas da União e do Estado de Minas Gerais, especialmente aquelas relacionadas ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e ao Pacto Mineiro pela Alfabetização.

CAPÍTULO VIII
DOS RECURSOS

Art. 14. As ações decorrentes da Política Municipal de Alfabetização serão desenvolvidas com recursos consignados no orçamento municipal, observadas a legislação orçamentária e financeira e a disponibilidade de recursos.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. O Poder Executivo regulamentará, no que couber, as disposições necessárias à execução desta Lei.

Art. 16. A implementação da Política Municipal de Alfabetização observará as especificidades das unidades escolares e as necessidades de aprendizagem dos estudantes da Rede Municipal de Ensino.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Conquista-MG, aos 26 (vinte e seis) dias do mês de agosto de 2026.

BRÁULIO QUEIROGA DE MOURA FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andria Maira Manzan Crosara
Código Identificador:F6C6A196

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CORAÇÃO DE JESUS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 11/2026

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente constante no preâmbulo do Edital do **Concorrência** nº **0011/2026**, Processo Administrativo nº **0072/2026**, após análise, conferência e deliberação, resolve **ADJUDICAR** o procedimento em epígrafe, nos seguintes termos:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE REFORMA DE ALAMBRADO E ARQUIBANCADA DO CAMPO DE FUTEBOL DO COMPLEXO ESPORTIVO CORAÇÃO DE JESUS - CECORJE NO MUNICIPIO DE CORAÇÃO DE JESUS/MG, CONFORME RESOLUÇÃO SEGOV Nº. 18 DE 27 DE ABRIL DE 2026.

Resumo

Fornecedor	Estimado	Adjudicado	Diferença
PRIME ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA - 23.448.209/0001-18 primeengenhariaconsultoria@gmail.com - (38) 99926-6839	715.140,29	564.900,00	150.240,29 Proveito (21,01%)
Totais	**715.140,29**	**564.900,00**	**150.240,29 Proveito (21,01%)**

Detalhes

Fornecedor: PRIME ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA - **CPF/CNPJ:** 23.448.209/0001-18				
Lote 1	**Data/Hora da Adjudicação - 24/08/2026 15:35:38**			
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE REFORMA DE ALAMBRADO E ARQUIBANCADA DO CAMPO DE FUTEBOL DO COMPLEXO ESPORTIVO CORAÇÃO DE JESUS - CECORJE NO MUNICIPIO DE CORAÇÃO DE JESUS/MG, CONFORME RESOLUÇÃO SEGOV Nº. 18 DE 27 DE ABRIL DE 2026.				
Descrição Item	**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE REFORMA DE ALAMBRADO E ARQUIBANCADA DO CAMPO DE FUTEBOL DO COMPLEXO ESPORTIVO CORAÇÃO DE JESUS - CECORJE NO MUNICIPIO DE CORAÇÃO DE JESUS/MG.	1,00	serviços	564.900,00	564.900,00

Coração De Jesus, 24 de Agosto de 2026.

SAMUEL BARRETO NETO
Autoridade Competente

Publicado por:
Mariana Sampaio Batista
Código Identificador:B9635F6A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 11/2026

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente constante no preâmbulo do Edital de **Concorrência** nº **0011/2026**, Processo Administrativo nº **0072/2026**, após análise, conferência e deliberação, resolve **HOMOLOGAR** o procedimento em epígrafe, nos seguintes termos:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE REFORMA DE ALAMBRADO E ARQUIBANCADA DO CAMPO DE FUTEBOL DO COMPLEXO ESPORTIVO CORAÇÃO DE JESUS - CECORJE NO MUNICIPIO DE CORAÇÃO DE JESUS/MG, CONFORME RESOLUÇÃO SEGOV Nº. 18 DE 27 DE ABRIL DE 2026.

Resumo

Fornecedor	Estimado	Homologado	Diferença
PRIME ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA - 23.448.209/0001-18 primeengenhariaconsultoria@gmail.com - (38) 99926-6839	715.140,29	564.900,00	150.240,29 Proveito (21,01%)
Totais	**715.140,29**	**564.900,00**	**150.240,29 Proveito (21,01%)**

Detalhes

Fornecedor: PRIME ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA - **CPF/CNPJ:** 23.448.209/0001-18				
Lote 1	**Data/Hora da Homologação - 24/08/2026 15:35:46**			
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE REFORMA DE ALAMBRADO E ARQUIBANCADA DO CAMPO DE FUTEBOL DO COMPLEXO ESPORTIVO CORAÇÃO DE JESUS - CECORJE NO MUNICIPIO DE CORAÇÃO DE JESUS/MG, CONFORME RESOLUÇÃO SEGOV Nº. 18 DE 27 DE ABRIL DE 2026.				
Descrição Item	**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE REFORMA DE ALAMBRADO E ARQUIBANCADA DO CAMPO DE FUTEBOL DO COMPLEXO ESPORTIVO CORAÇÃO DE JESUS - CECORJE NO MUNICIPIO DE CORAÇÃO DE JESUS/MG.	1,00	serviços	564.900,00	564.900,00

Coração De Jesus, 24 de Agosto de 2026.

SAMUEL BARRETO NETO
Autoridade Competente

Publicado por:
Mariana Sampaio Batista
Código Identificador:9FA976D8

HOSPITAL MUNICIPAL SÃO VICENTE DE PAULO
AVISO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 0025/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 0012/2026

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 0025/2026
PREGÃO Nº. 0012/2026
A(O) HOSPITAL MUNICIPAL SÃO VICENTE DE PAULO/MG, CNPJ: 07.503.792/0001-66, representado pelo(a) Autoridade Competente, Sr(a). Carolina Martins dos Santos , torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação da modalidade pregão, Nº 0012/2026, Processo Administrativo nº 0025/2026, com amparo legal na Lei 14.133/2021, Art. 28, I, para futuras negociações, a ser realizado na Plataforma de Licitações Eletrônicas Licitar Digital - Plataforma De Compras.
Detalhes do Processo:
ID do processo: 111507
Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, PARA EVENTUAIS OBRAS, REFORMAS, PEQUENOS REPAROS E ADAPTAÇÕES NA ESTRUTURA FÍSICA DO HOSPITAL MUNICIPAL SÃO VICENTE DE PAULO, DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DA DIRETORIA SOLICITANTE.
Data de Publicação: 26/08/2026 08:07:37
Data da disputa/Fim do envio de propostas: 10/09/2026 08:00:00
Critério de julgamento: Menor Preço
Modo de disputa: Aberto - Fechado
Valor total do processo: R$ 183.412,27
Consulte o processo em: https://app2.licitardigital.com.br/pesquisa/111507

Carolina Martins dos Santos - Autoridade Competente

HOSPITAL MUNICIPAL SÃO VICENTE DE PAULO/MG, 26 de Agosto de 2026.

Publicado por:
Max César Lafetá Vasconcelos Sobrinho
Código Identificador:6035D326

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CORREGO DANTA

ASSESSORIA JURIDICA
PORTARIA Nº 460, DE 26 DE AGOSTO DE 2026 "CANCELA A PORTARIA Nº 459, DE 25 DE AGOSTO DE 2026"

O Prefeito Municipal de Córrego Danta – MG, no uso de suas atribuições legais e constitucionais;

CONSIDERANDO o dever de autotutela da Administração Pública, que autoriza a revisão e correção de atos administrativos para assegurar sua legalidade e conformidade,

RESOLVE:

Art. 1º Fica cancelada, para todos os fins, a Portaria nº 459, de 25 de agosto de 2026, que cancelou as férias regulamentares do servidor Jonathas Gabriel Bernardes.

Art. 2º O servidor irá tirar suas férias regulamentares conforme descrito na Portaria nº 450/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Córrego Danta/MG, 26 de agosto de 2026.

EDNEI MARTINS DE MATOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isis Cristina Leite Alvarenga
Código Identificador:301C1827

ASSESSORIA JURIDICA
PORTARIA Nº 461, DE 26 DE AGOSTO DE 2026

"Instaura Processo Administrativo de Responsabilização em face da empresa Sabores Distribuidora de Alimentos Ltda., designa Comissão Processante e dá outras providências"

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÓRREGO DANTA/MG, no exercício das atribuições inerentes ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços nº 040/2026, considerando as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Edital do Pregão Eletrônico nº 004/2026, do Termo de Referência e da Ata de Registro de Preços nº 040/2026;

Considerando que a Secretaria Municipal de Administração figura como órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços nº 040/2026;

Considerando que a referida Ata decorre do Processo Licitatório nº 020/2026 – Pregão Eletrônico nº 004/2026 e tem por objeto o registro

de preços para futura e eventual aquisição de cestas básicas destinadas ao atendimento das famílias em situação de vulnerabilidade social cadastradas junto à Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Córrego Danta/MG;

Considerando que a empresa SABORES DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 55.814.591/0001-22, sagrou-se fornecedora do item referente às cestas básicas, com registro de 600 (seiscentas) unidades, ao valor unitário de R$ 120,00 (cento e vinte reais), perfazendo o valor total registrado de R$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais);

Considerando que, para atendimento da demanda da Secretaria Municipal de Assistência Social, foi emitida, em 09 de julho de 2026, a Nota de Autorização de Fornecimento – NAF nº 002216, referente ao fornecimento de 30 (trinta) cestas básicas, no valor total de R$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais);

Considerando que o Termo de Referência estabelece que o fornecimento deverá ocorrer em estrita conformidade com as especificações técnicas, quantidades, condições e prazos definidos no processo licitatório e que a contratada deverá substituir, às suas expensas, os produtos que apresentem desconformidade com as especificações exigidas;

Considerando que o prazo estabelecido para entrega é de até 10 (dez) dias úteis após a emissão da Ordem de Fornecimento, ficando o recebimento definitivo condicionado à verificação da conformidade dos produtos com as especificações técnicas exigidas;

Considerando que, em 31 de julho de 2026, quando da apresentação dos produtos para entrega, foram constatadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social divergências relacionadas, dentre outros aspectos, à marca, quantidade/gramatura, tipo de embalagem e padrão de qualidade dos produtos, em desacordo com as características estabelecidas no processo licitatório;

Considerando que, diante das irregularidades constatadas, os produtos não foram recebidos definitivamente pela Administração, tendo sido determinada à fornecedora a substituição dos itens em desconformidade e a realização de nova entrega em estrita observância às especificações licitadas;
Considerando que foi concedido prazo adicional para regularização da obrigação, posteriormente estabelecido até o dia 25 de agosto de 2026, sem que tenha ocorrido o cumprimento integral da obrigação;

Considerando que o Termo de Referência prevê como infrações administrativas, dentre outras, dar causa à inexecução parcial ou total da contratação e ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado, prevendo especificamente a possibilidade de aplicação de sanções em razão do atraso injustificado e do fornecimento de produtos em desacordo com as especificações técnicas e a qualidade exigida;

Considerando que o descumprimento das condições de execução sujeita a fornecedora às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, no Edital, na Ata de Registro de Preços e nos demais instrumentos da contratação;

Considerando que compete ao órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento das obrigações pactuadas na Ata de Registro de Preços;

Considerando, por fim, a necessidade de apuração formal dos fatos, com observância do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instaurado Processo Administrativo de Responsabilização em face da empresa SABORES DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 55.814.591/0001-22, destinado à apuração de possíveis infrações administrativas relacionadas ao cumprimento das obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços nº 040/2026 e da Nota de Autorização de Fornecimento – NAF nº 002216.

Art. 2º Constituem objeto de apuração no Processo Administrativo de Responsabilização, sem prejuízo de outros fatos diretamente relacionados que venham a ser identificados durante a instrução:
I – eventual atraso injustificado no cumprimento da Nota de Autorização de Fornecimento – NAF nº 002216;
II – apresentação, em 31 de julho de 2026, de produtos em desacordo com as especificações estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 004/2026, Termo de Referência, proposta apresentada pela fornecedora, Ata de Registro de Preços nº 040/2026 e NAF nº 002216;
III – divergências relacionadas à marca, quantidade/gramatura, tipo de embalagem, padrão de qualidade e demais especificações dos produtos apresentados para entrega;
IV – descumprimento da determinação administrativa de substituição dos produtos apresentados em desconformidade; e
V – ausência de regularização integral da obrigação dentro do prazo adicional concedido pela Administração, com vencimento em 25 de agosto de 2026.

Art. 3º Os fatos descritos no artigo anterior poderão caracterizar, em tese, as infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021 e nas disposições correspondentes do Edital e do Termo de Referência, especialmente:
I – dar causa à inexecução parcial do contrato;
II – dar causa à inexecução parcial que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, caso demonstradas tais consequências durante a instrução;
III – dar causa à inexecução total do contrato, caso assim venha a ser caracterizada; e
IV – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.
Parágrafo único. A indicação das possíveis infrações possui caráter preliminar e não representa antecipação de juízo quanto à responsabilidade da empresa, que somente poderá ser definida após a regular instrução do processo e o exercício do contraditório e da ampla defesa.

Art. 4º Ficam designados os servidores:
I – Reginaldo Saturnino Cardoso, matrícula nº 2196, servidor estável, que exercerá a função de Presidente;
II – Sinara Pereira Rocha, matrícula nº 2242, servidora estável, que exercerá a função de membro;
III – Rafaela Aparecida da Silva Pereira, matrícula nº 2204, servidora estável, que exercerá a função de membro;
para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão Processante responsável pela condução do Processo Administrativo de Responsabilização de que trata esta Portaria.
§ 1º Os membros da Comissão deverão atuar com independência e imparcialidade, observando os princípios do contraditório, ampla defesa, motivação, proporcionalidade, razoabilidade e segurança jurídica.
§ 2º A Comissão poderá solicitar aos órgãos e servidores municipais documentos, informações, manifestações técnicas e demais elementos necessários à adequada instrução do processo.
§ 3º Havendo necessidade de substituição de membro da Comissão, deverá ser expedido ato formal pela autoridade competente.

Art. 5º A Comissão Processante deverá promover a instrução do processo, procedendo à análise dos documentos existentes, das manifestações da empresa e das provas eventualmente produzidas, podendo realizar todas as diligências necessárias ao esclarecimento dos fatos.

Art. 6º A empresa deverá ser formalmente intimada da instauração do Processo Administrativo de Responsabilização, com ciência dos fatos que lhe são imputados e das possíveis consequências administrativas decorrentes de sua conduta.
§ 1º Deverá ser assegurado à empresa o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da intimação, para apresentação de defesa escrita e especificação das provas que pretenda produzir, observadas as

disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Edital do Pregão Eletrônico nº 004/2026.
§ 2º Deverá ser disponibilizado à empresa acesso aos documentos que integram o processo administrativo, ressalvadas as hipóteses legais de restrição.
§ 3º A ausência de apresentação de defesa no prazo concedido não impedirá o regular prosseguimento do processo, devendo ser certificada nos autos.

Art. 7º Sem prejuízo da instauração e regular processamento do Processo Administrativo de Responsabilização, fica autorizada a concessão à empresa de último e improrrogável prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento da respectiva notificação, para cumprimento integral da obrigação decorrente da NAF nº 002216.
§ 1º A regularização somente será considerada integral mediante a entrega das 30 (trinta) cestas básicas em absoluta conformidade com as especificações estabelecidas no Edital, Termo de Referência, proposta comercial, Ata de Registro de Preços nº 040/2026 e NAF nº 002216.
§ 2º A nova entrega deverá observar rigorosamente as especificações referentes à marca, quantidade, peso ou gramatura, tipo de embalagem, qualidade, prazo de validade, acondicionamento e demais características estabelecidas na contratação.
§ 3º Não será considerada regularização da obrigação a apresentação de produtos que permaneçam em desconformidade com qualquer das especificações exigidas.
§ 4º O prazo estabelecido neste artigo destina-se exclusivamente à regularização material da obrigação contratual e não se confunde nem reduz o prazo de 15 (quinze) dias úteis concedido para apresentação de defesa no Processo Administrativo de Responsabilização.

Art. 8º Caso a empresa promova a entrega dentro do prazo estabelecido no art. 7º, a Secretaria Municipal de Assistência Social deverá proceder à conferência dos produtos e elaborar relatório ou termo circunstanciado, certificando:
I – a data e o horário da entrega;
II – a quantidade de cestas efetivamente apresentada;
III – a conformidade de cada produto com as especificações da contratação;
IV – eventual permanência de divergências;
V – a regularidade das condições de transporte, acondicionamento, qualidade e validade; e
VI – o recebimento definitivo ou a recusa dos produtos, conforme o resultado da conferência.

Art. 9º A regularização superveniente da obrigação não produzirá automaticamente a extinção do Processo Administrativo de Responsabilização, devendo ser considerada pela Comissão e pela autoridade competente na avaliação da responsabilidade administrativa e da necessidade e proporcionalidade de eventual sanção.
Parágrafo único. Verificada a satisfação integral do interesse público e inexistindo circunstâncias que justifiquem a continuidade do procedimento para aplicação de penalidade, a Comissão poderá propor, fundamentadamente, o arquivamento, competindo à autoridade competente decidir a respeito.

Art. 10. Não ocorrendo a regularização integral da obrigação no prazo concedido, o Processo Administrativo de Responsabilização prosseguirá regularmente para apuração dos fatos e eventual aplicação das sanções administrativas cabíveis.

Art. 11. Na apuração dos fatos e na formulação de sua conclusão, a Comissão deverá considerar, dentre outros elementos previstos na legislação:
I – a natureza e a gravidade da infração;
II – as peculiaridades do caso concreto;
III – as circunstâncias agravantes e atenuantes;
IV – os danos eventualmente causados à Administração ou ao interesse público;
V – a conduta da empresa após a constatação da irregularidade;
VI – eventual justificativa apresentada para o atraso ou para as desconformidades verificadas; e
VII – eventual regularização superveniente da obrigação.

Art. 12. Concluída a instrução, a Comissão Processante elaborará relatório final fundamentado, contendo:
I – a descrição dos fatos apurados;
II – a síntese da defesa apresentada;
III – a análise das provas produzidas;
IV – a indicação das infrações eventualmente caracterizadas;
V – a análise das circunstâncias relevantes para a definição da responsabilidade; e
VI – conclusão fundamentada quanto à existência ou inexistência de responsabilidade administrativa e às providências consideradas cabíveis.
Parágrafo único. O relatório da Comissão será encaminhado à autoridade competente para julgamento, não possuindo caráter vinculante.

Art. 13. A eventual aplicação de sanção administrativa somente ocorrerá após a conclusão da instrução e mediante decisão fundamentada da autoridade competente, observadas a natureza da infração, sua gravidade, as circunstâncias do caso concreto e as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e dos instrumentos da contratação.

Art. 14. A instauração deste Processo Administrativo de Responsabilização não impede a adoção, em procedimento próprio e quando presentes seus pressupostos, das providências relativas ao cancelamento do registro do fornecedor na Ata de Registro de Preços nº 040/2026, bem como a convocação dos fornecedores integrantes do cadastro de reserva, observadas a legislação aplicável e a ordem de classificação.

Art. 15. Deverão ser juntados ao Processo Administrativo de Responsabilização, dentre outros documentos pertinentes:
I – Edital do Pregão Eletrônico nº 004/2026 e respectivos anexos;
II – Termo de Referência;
III – proposta apresentada pela empresa;
IV – Ata de Registro de Preços nº 040/2026;
V – Nota de Autorização de Fornecimento – NAF nº 002216;
VI – Nota Fiscal Eletrônica nº 000000530 e documento contendo o registro da recusa do recebimento em 31/07/2026;
VII – notificações anteriormente encaminhadas à empresa e respectivos comprovantes de ciência;
VIII – documentos referentes ao prazo adicional concedido para regularização;
IX – comunicações eventualmente mantidas entre a Administração e a empresa acerca do fornecimento;
X – relatório circunstanciado da Secretaria Municipal de Assistência Social sobre as irregularidades verificadas e a situação atual do fornecimento; e
XI – demais documentos considerados necessários à completa apuração dos fatos.

Art. 16. A Comissão Processante poderá requisitar a complementação da documentação prevista no artigo anterior, bem como determinar outras diligências necessárias à adequada instrução do processo.

Art. 17. Os atos praticados no Processo Administrativo de Responsabilização deverão ser formalmente documentados e juntados aos autos, garantindo-se sua adequada sequência cronológica.

Art. 18. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Córrego Danta, 26 de agosto de 2026.

REGINALDO SATURNINO CARDOSO
Secretário Municipal de Administração
Município de Córrego Danta/MG

Publicado por:
Isis Cristina Leite Alvarenga
Código Identificador:71585815

ASSESSORIA JURIDICA
TERMO ADITIVO

SEI nº 0000072-62.2026.6.13.8163

Cartório Eleitoral da 163ª Zona Eleitoral de Luz/MG
Acordo de Cooperação Técnica nº 04/2026- TREMG

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS E O MUNICÍPIO DE CÓRREGO DANTA/MG

A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS**, Órgão do Poder Judiciário da União, CNPJ nº 05.940.740/0001-21, com sede na Av. Prudente de Morais, nº 100, Bairro Cidade Jardim, em Belo Horizonte/MG, doravante denominado **TRE-MG**, neste ato representado por Sua Excelência a Senhora Juíza Eleitoral Doutora Fabíola Pinheiro da Costa de Melo Goulart, de acordo com a delegação de competência contida no art. 1º, da Portaria nº 176, de 08, de junho de 2025, da Presidência deste Tribunal, e do outro lado o **MUNICÍPIO DE CÓRREGO DANTA-MG**, CNPJ nº 18.298.174/0001-48, com sede em CÓRREGO DANTA, na Avenida Francisco Campos, nº 27, Bairro Centro, doravante denominado **MUNICÍPIO**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Ednei Martins de Matos, vêm aditar o respectivo Acordo de Cooperação Técnica, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo é a alteração do Acordo de Cooperação Técnica em epígrafe.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES

I - Fica inserido na Cláusula Segunda do Acordo de Cooperação:

"...
II - DO MUNICÍPIO:

...

6 - Manter atualizado endereço, e-mail e telefone para contatos.

....

Parágrafo Terceiro: É vedado às candidatas e aos candidatos, aos órgãos partidários, às federações, às coligações ou a qualquer pessoa o fornecimento de transporte a eleitoras ou eleitores no dia da votação, nos termos do art. 10 da Lei nº 6.091/1974.

Parágrafo Quarto: É vedada a utilização deste acordo para fins de promoção pessoal, partidária ou eleitoral."

II - A Cláusula Sexta do Acordo de Cooperação passa a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA SEXTA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Em razão do presente instrumento, os partícipes poderão compartilhar, entre si, dados dos seus presidentes, diretores, conselheiros, representantes legais e contatos de empregados/servidores vinculados a este instrumento, obrigando-se a cumprir com as seguintes determinações:

Parágrafo Primeiro: Cumprir de forma integral com todas as determinações da Lei Geral de Proteção de Dados, Lei n° 13.709/2018 (doravante denominada "LGPD"), **assegurando que o tratamento de dados pessoais será compatível com as bases legais permitidas pela referida legislação** e comprometendo a acompanhar eventuais alterações ou regulamentações complementares acerca do tema.

Parágrafo Segundo: Adotar as melhores práticas do mercado de segurança da informação, além de implementar regras internas de governança, medidas técnicas, administrativas e organizacionais que garantam a inviolabilidade, confidencialidade, disponibilidade e integridades dos dados pessoais que tiverem acesso em razão deste instrumento, exigindo que todos os seus empregados/servidores, parceiros e afins também adotem as mesmas regras de governança (técnicas e administrativas), de acordo com as disposições da "LGPD".

Parágrafo Terceiro: Cada partícipe será responsável pelos prejuízos que ocasionar ao outro ou aos titulares dos dados, além de eventuais multas administrativas, decorrentes do descumprimento da "LGPD"."

III - A Cláusula Oitava do Acordo de Cooperação passa a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA OITAVA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente instrumento é celebrado com fundamento no art. 184 da Lei nº 14.133/2021, nos arts. 24, I, e 25, II, do Decreto Federal nº 11.531/2023, na Resolução TSE nº 23.753/2026, na Portaria SEGES/MGI nº 3.506/2025 e na Portaria PRE nº 176/2026, no que tange à autorização para celebração do acordo."

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

A celebração do presente Termo Aditivo não acarretará despesas diretas adicionais aos partícipes.

CLÁUSULA QUARTA – DO FUNDAMENTO LEGAL

Este Termo Aditivo é celebrado com fundamento no art. 184 da Lei nº 14.133/2021, no Decreto Federal nº 11.531/2023, na Portaria SEGES/MGI nº 3.506/2025 e na Cláusula Nona, inciso II, do Acordo de Cooperação Técnica em epígrafe.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

O TREMG publicará o extrato do presente instrumento no Diário Oficial da União, no prazo de até 20 (vinte) dias, a contar de sua assinatura, consoante o art. 10 da Portaria SEGES/MGI nº 3.506/2025.
Parágrafo Único: Os partícipes divulgarão, nos respectivos sítios eletrônicos oficiais, o inteiro teor do instrumento celebrado, no prazo de que se trata o caput.

CLÁUSULA SEXTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no Acordo de Cooperação não alteradas pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim ajustados e acordados, assinam os partícipes o presente instrumento de forma eletrônica.

Luz/MG, data da assinatura eletrônica.

Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais
FABÍOLA PINHEIRO DA COSTA DE MELO GOULART
Juíza Eleitoral

Município de Córrego Danta
EDNEI MARTINS DE MATOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isis Cristina Leite Alvarenga
Código Identificador:3EC098EB

SETOR DE LICITAÇAO
DESPACHO DE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO

Processo Licitatório nº 020/2026
Pregão Eletrônico nº 004/2026
Ata de Registro de Preços nº 040/2026 NAF nº 002216
Interessada: Sabores Distribuidora de Alimentos Ltda. – CNPJ nº 55.814.591/0001-22

Considerando a Ata de Registro de Preços nº 040/2026, decorrente do Processo Licitatório nº 020/2026 – Pregão Eletrônico nº 004/2026;

Considerando a Nota de Autorização de Fornecimento – NAF nº 002216, emitida em 09 de julho de 2026, referente ao fornecimento de 30 cestas básicas destinadas ao atendimento das famílias em situação de vulnerabilidade social;

Considerando que o Termo de Referência estabelece prazo para entrega e determina a observância integral das especificações técnicas, quantitativas e qualitativas dos produtos;

Considerando que, em 31 de julho de 2026, foram apresentados produtos que, após conferência pela Secretaria Municipal de Assistência Social, apresentaram divergências relacionadas à marca, quantidade/gramatura, embalagem, qualidade e demais especificações do objeto;

Considerando que a Administração recusou o recebimento dos produtos e determinou sua substituição;

Considerando que foi concedido prazo adicional para regularização, com vencimento em 25 de agosto de 2026, sem cumprimento integral da obrigação;

Considerando que os fatos poderão caracterizar, em tese, infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021 e nas disposições do Edital, Termo de Referência e Ata de Registro de Preços;

Considerando a necessidade de assegurar o contraditório, a ampla defesa e o devido processo legal antes da aplicação de qualquer sanção;

DETERMINO:

1. A instauração de **PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO** em face da empresa SABORES DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA., CNPJ nº 55.814.591/0001-22, para apuração dos fatos relacionados à execução da Ata de Registro de Preços nº 040/2026 e da NAF nº 002216.

2. O processo deverá apurar, especialmente:
a) eventual atraso injustificado no cumprimento da NAF nº 002216;
b) o fornecimento de produtos em desacordo com as especificações técnicas estabelecidas na contratação;
c) o descumprimento da determinação administrativa de substituição dos produtos apresentados em desconformidade; e
d) a ausência de regularização da obrigação dentro do prazo adicional concedido pela Administração.

3. Para condução do Processo Administrativo de Responsabilização, especialmente diante da possibilidade, em tese, de aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, deverá ser constituída comissão composta por dois ou mais servidores estáveis, nos termos do art. 158 da referida Lei.

4. Após a constituição da Comissão, deverá a empresa ser formalmente intimada para apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir no prazo de 15 dias úteis, contado de sua intimação.

5. Sem prejuízo da instauração do presente procedimento, fica autorizada a concessão de último e improrrogável prazo de 5 dias úteis à empresa para cumprimento integral da obrigação, mediante entrega das 30 cestas básicas em absoluta conformidade com o Edital, Termo de Referência, proposta, Ata de Registro de Preços e NAF nº 002216.

6. O prazo estabelecido no item anterior destina-se exclusivamente à regularização material do fornecimento e não substitui nem reduz o prazo legal assegurado para apresentação de defesa no Processo Administrativo de Responsabilização.

7. Caso a empresa promova a regularização integral da obrigação dentro do prazo concedido, a Secretaria Municipal de Assistência Social deverá proceder à conferência dos produtos e certificar nos autos:
a) a data da entrega;
b) a quantidade efetivamente entregue;
c) a conformidade ou não de cada produto com as especificações da contratação; e
d) o recebimento definitivo, caso atendidas integralmente as exigências.

8. Certificada a regularização integral, os autos deverão retornar à autoridade competente para decisão fundamentada quanto à continuidade do procedimento, levando-se em consideração o cumprimento superveniente da obrigação, as circunstâncias da ocorrência, eventual prejuízo ao serviço público e os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

9. Não ocorrendo a regularização, o processo seguirá normalmente para apuração da responsabilidade e eventual aplicação das sanções cabíveis, inclusive multa e impedimento de licitar e contratar, sem prejuízo da análise do cancelamento do registro de preços e demais providências previstas na legislação e nos instrumentos da contratação.

10. Juntem-se ao Processo Administrativo de Responsabilização, no mínimo:
a) Edital do Pregão Eletrônico nº 004/2026 e respectivos anexos;
b) Termo de Referência;
c) proposta apresentada pela empresa;
d) Ata de Registro de Preços nº 040/2026;
e) NAF nº 002216;
f) Nota Fiscal nº 000000530 e respectivo registro de recusa do recebimento;
g) primeira notificação realizada em 31/07/2026 e comprovação de sua ciência;
h) documentos que demonstrem a concessão do prazo até 25/08/2026;
i) eventual correspondência, justificativa ou manifestação encaminhada pela empresa; e
j) relatório circunstanciado da Secretaria Municipal de Assistência Social acerca dos fatos e da situação atual do fornecimento.

Cumpra-se.

Córrego Danta, 26 de agosto de 2026.

REGINALDO SATURNINO CARDOSO
Secretário de Administração

Publicado por:
Rafaela Aparecida da Silva Pereira
Código Identificador:785194AF

SETOR DE LICITAÇAO
TERMO DE REVOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CÓRREGO DANTA/MG**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, na qualidade de autoridade competente, e

CONSIDERANDO que o Processo Licitatório nº 048/2026 – Pregão Eletrônico nº 009/2026 tem por objeto a contratação de empresa especializada para a locação, fornecimento, montagem, instalação, operação, manutenção, desmontagem e retirada de estruturas, equipamentos e demais serviços necessários à realização da **1ª Festa do Café**, no Distrito de Cachoeirinha, Município de Córrego Danta/MG, prevista para os dias 25, 26 e 27 de setembro de 2026;

CONSIDERANDO que compete à Administração Pública avaliar, durante todo o procedimento de contratação, a permanência da necessidade, conveniência e oportunidade da contratação, observada a prevalência do interesse público;

CONSIDERANDO a ocorrência de circunstâncias administrativas supervenientes que determinaram a necessidade de reavaliação da realização do evento e, consequentemente, da contratação pretendida nos moldes estabelecidos no presente procedimento;

CONSIDERANDO que o prosseguimento de procedimento licitatório pressupõe a permanência do interesse público e da conveniência administrativa que justificaram sua instauração;

CONSIDERANDO que a revogação constitui medida admitida quando razões de interesse público, decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, demonstrarem que o prosseguimento do procedimento deixou de ser conveniente e oportuno para a Administração;

CONSIDERANDO o disposto no **art. 71, inciso II e § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021**, que autoriza a autoridade competente, mediante decisão fundamentada, a revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade decorrente de fato superveniente devidamente comprovado;

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de resguardar o interesse público e evitar a continuidade de procedimento cuja contratação, nas condições atualmente verificadas, não se mostra conveniente à Administração Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º Fica **REVOGADO o Processo Licitatório nº 048/2026 – Pregão Eletrônico nº 009/2026**, destinado à contratação de empresa especializada para a infraestrutura e demais serviços necessários à realização da 1ª Festa do Café no Distrito de Cachoeirinha, Município de Córrego Danta/MG.

Art. 2º A presente revogação possui fundamento no **art. 71, inciso II e § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021**, em razão de circunstâncias administrativas supervenientes que justificam a interrupção do procedimento, à luz da conveniência, oportunidade e interesse público.

Art. 3º Determina-se ao Setor de Licitações que adote as providências necessárias para o registro da revogação na plataforma eletrônica utilizada para realização do certame, bem como para sua divulgação nos mesmos meios em que ocorreu a publicidade do procedimento, inclusive no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, quando aplicável.

Art. 4º Junte-se o presente Termo aos autos do Processo Licitatório nº 048/2026, juntamente com os documentos que fundamentam a decisão, procedendo-se às demais anotações e providências administrativas pertinentes.

Córrego Danta/MG, 25 de agosto de 2026.

EDNEI MARTINS DE MATOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaela Aparecida da Silva Pereira
Código Identificador:CC218654

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CRISTÁLIA

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 039/2025.

APREF.MUNICIPAL DE CRISTÁLIA/MG —Torna-se público extrato do contrato nº **039/2025**, Processo Licitatório nº **029/2025**, CREDENCIAMENTO nº **002/2025, INEXIGIBILIDADE** nº **015/2025**. Objeto: **CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PERÍCIA MÉDICA EM SAÚDE OCUPACIONAL, ATRAVÉS DE MÉDICO PERITO ESPECIALIZADO EM MEDICINA DO TRABALHO, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE CRISTÁLIA/MG.** Empresa Contratada: **AMANDA CARDOSO BICALHO-ME**, inscrita no CNPJ sob nº 28.758.361/0001-10. **Valor: R$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais),** Vigência :25/08/2026 a 25/08/2027.

TAMIRES RIBEIRO.
Agente de Contratação

Publicado por:
Lara Zélia Narciso Conceição
Código Identificador:589BFAF6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CURVELO

LICITAÇÃO E CONTRATOS
AUTORIZAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 022/2026 - ART. 75, INCISO II DA LEI Nº 14.133/21

Objeto: contratação de empresa especializada para confecção e impressão de guias de pagamento para recolhimento de impostos e taxas para o exercício de 2027, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Fazenda, do Município de Curvelo, Estado de Minas Gerais. Dotação Orçamentária:
02.06.01.04.129.0435.2369.3.3.90.30.00.1.500.000.0000-220 /
02.06.01.04.129.0435.2369.3.3.90.30.00.2.500.000.0000-220.
Valor: R$50.102,50. Data: 26/08/2026**. CONTRATADA: CENTERPRINTING PROCESSAMENTO E IMPRESSÃO LTDA. - ME,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.689.472/0001-50.

GUSTAVO JOSEPH RIBEIRO SOARES -
Secretário Municipal de Fazenda.

Publicado por:
Luciana Boaventura Mendes
Código Identificador:1AEA3B6F

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
AUTORIZAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 023/2026 - ART. 75, INCISO II DA LEI Nº 14.133/21

Objeto: contratação de empresa especializada para serviços de ajuste e calibração de balança de capacidade de 30.000 kg, do Aterro Sanitário do Município de Curvelo/MG, em conformidade com a legislação metrológica vigente, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos do Município de Curvelo, Estado de Minas Gerais. Dotação Orçamentária: 02.11.03.17.512.1710.2192.3.3.90.39.00.2.500.000.0000-709. Valor: R$5.990,00. Data: 26/08/2026**. CONTRATADA: PRESTÉCNICA COMÉRCIO LTDA. - EPP,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 66.485.053/0001-58.

GUSTAVO JOSEPH RIBEIRO SOARES -
Secretário Municipal de Fazenda.

Publicado por:
Luciana Boaventura Mendes
Código Identificador:C2D8A3CC

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO Nº 6.846, DE 25 DE AGOSTO DE 2026

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito de Curvelo, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, de 18 de março de 1990, na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e na Lei Municipal nº 3.956, de 30 de dezembro de 2025,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares para suprir as seguintes dotações do orçamento vigente:
02 PREFEITURA MUNICIPAL

02.11 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
02.11.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
04 Administração
04.122 Administração Geral
04.122.0413 Infraestrutura e Gestão Integrada
04.122.0413.2152 Gestão da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos
3.3.90.14.00 658 Diárias – Pessoal Civil R$4.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$4.000,00
TOTAL: R$4.000,00

Art. 2º Para atender ao disposto no art. 1º deste Decreto, utilizar-se-ão como recursos os abaixo descritos, nos termos do inciso III do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, os resultantes de anulação parcial ou total:
02 PREFEITURA MUNICIPAL
02.11 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
02.11.03 FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
17 Saneamento
17.512 Saneamento Básico Urbano
17.512.1710 Gestão Integrada de Resíduos Sólidos
17.512.1710.2192 Manutenção do Aterro Sanitário
3.3.90.30.00 708 Material de Consumo R$4.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$4.000,00
TOTAL: R$4.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curvelo, 25 de agosto de 2026.

GUSTAVO NASCIMENTO
Prefeito

Publicado por:
Lorena Vieira Rodrigues
Código Identificador:BE008266

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO Nº 6.847, DE 26 DE AGOSTO DE 2026

ALTERA O DECRETO Nº 6.686, DE 19 DE MAIO DE 2026.

O Prefeito de Curvelo, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, de 18 de março de 1990;

Considerando o Memorando nº 269/2026/SEFAZ, da Secretaria Municipal de Fazenda,

DECRETA:

Art. 1º Altera o inciso VI do art. 3º do Decreto nº 6.686, de 19 de maio de 2026, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º (...)

(...)

VI – Secretaria Municipal de Fazenda (SEFAZ): 442 pontos;"

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curvelo, 26 de agosto de 2026.

GUSTAVO NASCIMENTO
Prefeito

Publicado por:
Lorena Vieira Rodrigues
Código Identificador:2BA3750E

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA Nº 14.778, DE 26 DE AGOSTO DE 2026

EXONERA ZUMARA APARECIDA CARDOSO FONSECA, DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DAM 2, DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE CURVELO.

O Prefeito de Curvelo, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, de 18 de março de 1990;

Considerando o Memorando nº 523/2026/ADMRH/GRH/SECADM, da Secretaria Municipal de Administração,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a partir de 1º de setembro de 2026, Zumara Aparecida Cardoso Fonseca, de nacionalidade brasileira, com inscrição no CPF sob o nº 923.xxx.xxx-15, do cargo de provimento em comissão DAM 2, denominação complementar de Assessor, constante do Anexo III da Lei Complementar nº 235, de 13 de maio de 2026, no âmbito da Administração Direta do Município de Curvelo, do Setor de Atendimento Nutricional, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curvelo, 26 de agosto de 2026.

GUSTAVO NASCIMENTO
Prefeito

Publicado por:
Lorena Vieira Rodrigues
Código Identificador:DA7C0949

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA Nº 14.779, DE 26 DE AGOSTO DE 2026

CONCEDE FÉRIAS-PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE MENCIONA.

O Prefeito de Curvelo, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, de 18 de março de 1990;

Considerando o disposto no art. 91 da Lei nº 910, de 18 de novembro de 1976;

Considerando o Memorando nº 533/2026/ADMRH/GRH/SECADM, da Secretaria Municipal de Administração,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias-prêmio à servidora municipal Juliana Conceição Lopes Euzebio, matrícula nº 2.095-8, ocupante do cargo público efetivo de Professor de Educação Básica (PEB), Nível IV, pelo período de 1º de setembro de 2026 a 30 de setembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curvelo, 26 de agosto de 2026.

GUSTAVO NASCIMENTO
Prefeito

Publicado por:
Lorena Vieira Rodrigues
Código Identificador:6CA1F91D

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA Nº 14.780, DE 26 DE AGOSTO DE 2026

CONCEDE FÉRIAS-PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE MENCIONA.

O Prefeito de Curvelo, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, de 18 de março de 1990;

Considerando o disposto no art. 91 da Lei nº 910, de 18 de novembro de 1976;

Considerando o Memorando nº 526/2026/ADMRH/GRH/SECADM, da Secretaria Municipal de Administração,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias-prêmio à servidora municipal Gilvânia Amâncio de Oliveira, matrícula nº 6.532-0, ocupante do cargo público efetivo de Cadastrador, pelo período de 26 de agosto de 2026 a 24 de outubro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 26 de agosto de 2026.

Curvelo, 26 de agosto de 2026.

GUSTAVO NASCIMENTO
Prefeito

Publicado por:
Lorena Vieira Rodrigues
Código Identificador:19817933

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
RECURSOS FINANCEIROS – EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O Município de Curvelo, na conformidade do artigo 2º da Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, vem notificar, através do presente Edital, os partidos políticos, os sindicatos dos trabalhadores e as entidades empresariais, com sede neste Município, da liberação do recurso financeiro no valor abaixo discriminado:

Data do crédito	Conta corrente	Valor do crédito
25/08/26	62.525-6 - Fundeb	R$ 249.207,21
26/08/26	77.659-9 – FMS Custeio SUS	R$ 139.406,00

Curvelo, 26 de agosto de 2026.

GUSTAVO NASCIMENTO
Prefeito

Publicado por:
Maria Izildinha Nascimento de Oliveira
Código Identificador:6B50DDC7

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
RECURSOS FINANCEIROS – EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O Município de Curvelo, na conformidade do artigo 2º da Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, vem notificar, através do presente Edital, os partidos políticos, os sindicatos dos trabalhadores e as entidades empresariais, com sede neste Município, da liberação do recurso financeiro no valor abaixo discriminado:

Data do crédito	Conta corrente	Valor do crédito
25/08/26	62.525-6 - Fundeb	R$ 249.207,21
26/08/26	77.659-9 – FMS Custeio SUS	R$ 139.406,00

Curvelo, 26 de agosto de 2026.

GUSTAVO NASCIMENTO
Prefeito

Publicado por:
Maria Izildinha Nascimento de Oliveira
Código Identificador:E98E0036

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
RESOLUÇÃO Nº 13, DE 26 DE AGOSTO DE 2026

APROVA A ALTERAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO PARA REMANEJAMENTO DE RECURSOS DO TERMO DE FOMENTO Nº 100/2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CURVELO E A LIRA MUSICAL PADRE SÉRGIO RIBEIRO – PARÓQUIA SAGRADA FAMÍLIA, COM RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – FMDCA

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA/Curvelo, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, e a Lei Municipal nº 2.899, de 24 de dezembro de 2014, que dispõe sobre a reestruturação da política municipal de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente do Município de Curvelo;
Considerando que o projeto objeto do Termo de Fomento nº 100/2025 foi previamente aprovado pelo CMDCA, no âmbito do Edital de Chamamento Público nº 01/2025;
Considerando que compete ao CMDCA acompanhar, monitorar, analisar e fiscalizar a execução das ações, programas, projetos e serviços desenvolvidos por entidades governamentais e organizações da sociedade civil voltados à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;
Considerando o Ofício nº 002/2026, encaminhado pela organização da sociedade civil Lira Musical Padre Sérgio Ribeiro – Paróquia Sagrada Família à Secretaria Municipal de Assistência Social, por meio do qual solicita o remanejamento dos recursos originalmente destinados ao repasse mensal de incentivo financeiro, à manutenção das apresentações e ao deslocamento dos instrumentos musicais para os locais de apresentação, para o custeio da contratação de dois instrutores de música;
Considerando que a alteração do Plano de Trabalho encontra amparo no art. 57 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, segundo o qual o plano de trabalho da parceria poderá ser revisto para alteração de valores ou de metas, mediante termo aditivo ou por apostila ao plano de trabalho original, observadas as hipóteses e condições previstas na legislação aplicável;
Considerando o Ofício nº 289/2026, encaminhado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, informando que o remanejamento solicitado não acarretará alteração do valor global da parceria;
Considerando a deliberação do CMDCA em reunião extraordinária realizada em 25 de agosto de 2026, conforme registrada na Ata nº 09/2026;
RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovada a alteração do Plano de Trabalho do Termo de Fomento nº 100/2025, celebrado entre o Município de Curvelo e a organização da sociedade civil Lira Musical Padre Sérgio Ribeiro – Paróquia Sagrada Família, inscrita no CNPJ sob o nº 73.494.726/0001-00, mediante o remanejamento do valor total de R$13.200,00 (treze mil e duzentos reais), originalmente destinado ao repasse mensal de incentivo financeiro, no valor de R$9.000,00 (nove mil reais); à manutenção das apresentações, no valor de R$3.000,00 (três mil reais); e ao deslocamento dos instrumentos musicais para os locais de apresentação, no valor de R$1.200,00 (mil e duzentos reais), para o custeio da remuneração de dois instrutores de música responsáveis pela execução do projeto “Sons da Esperança”.
Art. 2º A alteração do Plano de Trabalho aprovada por esta Resolução deverá ser formalizada pelo instrumento jurídico cabível, mediante termo aditivo ou apostila, conforme o caso, observadas as disposições da Lei Federal nº 13.019/2014, do respectivo decreto municipal regulamentador e das demais normas aplicáveis.
Art. 3º Permanecem inalteradas as demais cláusulas, condições, metas e obrigações estabelecidas no Termo de Fomento nº 100/2025 e em seu respectivo Plano de Trabalho, desde que não conflitantes com as alterações aprovadas por esta Resolução.
Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 25 de agosto de 2026.

Curvelo, 26 de agosto de 2026.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA
MÁRIO CAMPOS
Presidente

Publicado por:
Maria Izildinha Nascimento de Oliveira
Código Identificador:C907A20E

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
RESOLUÇÃO Nº 14, DE 26 DE AGOSTO DE 2026

APROVA A PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E DE VIGÊNCIA, BEM COMO A ALTERAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO PARA REMANEJAMENTO DE RECURSOS DO TERMO DE FOMENTO Nº 107/2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CURVELO E O PROJETO AMIGO DA CRIANÇA, COM RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – FMDCA

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA/Curvelo, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, e a Lei Municipal nº 2.899, de 24 de dezembro de 2014, que dispõe sobre a reestruturação da política municipal de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente do Município de Curvelo;
Considerando que o projeto objeto do Termo de Fomento nº 107/2025 foi previamente aprovado pelo CMDCA, no âmbito do Edital de Chamamento Público nº 01/2025;
Considerando que compete ao CMDCA acompanhar, monitorar, analisar e fiscalizar a execução das ações, programas, projetos e serviços desenvolvidos por entidades governamentais e organizações da sociedade civil voltados à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;
Considerando o Ofício nº 05/2026, encaminhado pela organização da sociedade civil Projeto Amigo da Criança à Secretaria Municipal de Assistência Social, por meio do qual solicita a prorrogação do prazo de execução até 31 de dezembro de 2026, com a consequente adequação do prazo de vigência, em razão do atraso no início das atividades e da paralisação das atividades durante o período de recesso escolar, bem como o remanejamento dos recursos originalmente destinados à aquisição de materiais elétricos e hidráulicos para o custeio de serviços e materiais de pintura, sem alteração do valor global do Termo de Fomento;
Considerando que a prorrogação do prazo de vigência está prevista no art. 55 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, segundo o qual a vigência da parceria poderá ser alterada mediante solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à Administração Pública em, no mínimo, trinta dias antes do termo inicialmente previsto;
Considerando que a alteração do Plano de Trabalho encontra amparo no art. 57 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, segundo o qual o Plano de Trabalho da parceria poderá ser revisto para alteração de valores ou de metas, mediante termo aditivo ou por apostila ao Plano de Trabalho original, observadas as hipóteses e condições previstas na legislação aplicável;
Considerando o Ofício nº 272/2026, encaminhado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, informando que as alterações solicitadas encontram respaldo jurídico e não poderão acarretar desvio de finalidade nem alteração do objeto originalmente pactuado;
Considerando a deliberação do CMDCA em reunião extraordinária realizada em 25 de agosto de 2026, conforme registrada na Ata nº 09/2026;
RESOLVE:
Art. 1º Fica aprovada a prorrogação do prazo de execução do Termo de Fomento nº 107/2025, celebrado entre o Município de Curvelo e o Projeto Amigo da Criança, inscrito no CNPJ sob o nº 16.634.213/0001-17, de 09 de setembro de 2026 para 31 de dezembro de 2026, bem como a prorrogação do prazo de vigência, de 09 de outubro de 2026 para 30 de janeiro de 2027.
Art. 2º Fica aprovada a alteração do Plano de Trabalho do Termo de Fomento nº 107/2025, mediante o remanejamento do valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), originalmente destinado à aquisição de materiais elétricos e hidráulicos, para o custeio de serviços e materiais de pintura, cujo valor originalmente previsto era de R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), passando a totalizar R$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais).
Art. 3º As alterações do Plano de Trabalho e dos prazos de execução e de vigência aprovadas por esta Resolução deverão ser formalizadas pelo instrumento jurídico cabível, mediante termo aditivo ou apostila, conforme o caso, observadas as disposições da Lei Federal nº 13.019/2014, do respectivo decreto municipal regulamentador e das demais normas aplicáveis.
Art. 4º Permanecem inalteradas as demais cláusulas, condições, metas e obrigações estabelecidas no Termo de Fomento nº 107/2025 e em seu respectivo Plano de Trabalho, desde que não conflitantes com as alterações aprovadas por esta Resolução.
Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 25 de agosto de 2026.

Curvelo, 26 de agosto de 2026.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA
MÁRIO CAMPOS
Presidente

Publicado por:
Maria Izildinha Nascimento de Oliveira
Código Identificador:DDD7C76A

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
RESOLUÇÃO Nº 15, DE 26 DE AGOSTO DE 2026

APROVA A PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E DE VIGÊNCIA, BEM COMO A ALTERAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO PARA REMANEJAMENTO DE RECURSOS DO TERMO DE FOMENTO Nº 98/2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CURVELO E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE, COM RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – FMDCA

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA/Curvelo, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, e a Lei Municipal nº 2.899, de 24 de dezembro de 2014, que dispõe sobre a reestruturação da política municipal de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente do Município de Curvelo;
Considerando que o projeto objeto do Termo de Fomento nº 98/2025 foi previamente aprovado pelo CMDCA, no âmbito do Edital de Chamamento Público nº 01/2025;
Considerando que compete ao CMDCA acompanhar, monitorar, analisar e fiscalizar a execução das ações, programas, projetos e serviços desenvolvidos por entidades governamentais e organizações da sociedade civil voltados à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;
Considerando o Ofício encaminhado pela organização da sociedade civil Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE à Secretaria Municipal de Assistência Social, por meio do qual solicita a prorrogação do prazo de execução do Termo de Fomento até 31 de março de 2027 e do prazo de vigência até 30 de abril de 2027, em razão do atraso na execução do Plano de Trabalho ocasionado pela mudança de presidente da instituição, bem como a utilização de parte dos rendimentos de aplicação financeira auferidos no âmbito da parceria para a aquisição de 32 (trinta e dois) tatames, em substituição aos 16 (dezesseis) tatames originalmente previstos no Plano de Trabalho;
Considerando que a prorrogação do prazo de vigência está prevista no art. 55 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, segundo o qual a vigência da parceria poderá ser alterada mediante solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à Administração Pública em, no mínimo, trinta dias antes do termo inicialmente previsto;

Considerando que a alteração do Plano de Trabalho encontra amparo no art. 57 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, segundo o qual o Plano de Trabalho da parceria poderá ser revisto para alteração de valores ou de metas, mediante termo aditivo ou por apostila ao Plano de Trabalho original, observadas as hipóteses e condições previstas na legislação aplicável;
Considerando que o art. 51, parágrafo único, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, dispõe que os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos;
Considerando o Ofício nº 275/2026, encaminhado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, informando que as alterações solicitadas encontram respaldo jurídico e não poderão acarretar desvio de finalidade nem alteração do objeto originalmente pactuado;
Considerando a deliberação do CMDCA em reunião extraordinária realizada em 25 de agosto de 2026, conforme registrada na Ata nº 09/2026;
RESOLVE:
Art. 1º Fica aprovada a prorrogação do prazo de execução do Termo de Fomento nº 98/2025, celebrado entre o Município de Curvelo e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, inscrita sob o CNPJ nº 16.881.336/0001-40, de 5 de setembro de 2026 para 5 de março de 2027, bem como a prorrogação do prazo de vigência, de 5 de outubro de 2026 para 5 de abril de 2027.
Art. 2º Fica aprovada a alteração do Plano de Trabalho do Termo de Fomento nº 98/2025, mediante a ampliação da quantidade de tatames a serem adquiridos, de 16 (dezesseis) para 32 (trinta e dois) unidades, com alteração do valor originalmente previsto de R$744,76 (setecentos e quarenta e quatro reais e setenta e seis centavos) para R$2.648,00 (dois mil seiscentos e quarenta e oito reais), mediante a utilização de parte dos rendimentos de aplicação financeira auferidos no âmbito da parceria.
Art. 3º As alterações do Plano de Trabalho e dos prazos de execução e de vigência aprovadas por esta Resolução deverão ser formalizadas pelo instrumento jurídico cabível, mediante termo aditivo ou apostila, conforme o caso, observadas as disposições da Lei Federal nº 13.019/2014, do respectivo decreto municipal regulamentador e das demais normas aplicáveis.
Art. 4º Permanecem inalteradas as demais cláusulas, condições, metas e obrigações estabelecidas no Termo de Fomento nº 98/2025 e em seu respectivo Plano de Trabalho, desde que não conflitantes com as alterações aprovadas por esta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 25 de agosto de 2026.

Curvelo, 26 de agosto de 2026.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA
MÁRIO CAMPOS
Presidente

Publicado por:
Maria Izildinha Nascimento de Oliveira
Código Identificador:9DA093EA

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
RESOLUÇÃO Nº 16, DE 26 DE AGOSTO DE 2026

APROVA A PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E DE VIGÊNCIA DO TERMO DE FOMENTO Nº 99/2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CURVELO E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE, COM RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – FMDCA

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA/Curvelo, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, e a Lei Municipal nº 2.899, de 24 de dezembro de 2014, que dispõe sobre a reestruturação da política municipal de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente do Município de Curvelo;
Considerando que o projeto objeto do Termo de Fomento nº 99/2025 foi previamente aprovado pelo CMDCA, no âmbito do Edital de Chamamento Público nº 01/2025;
Considerando que compete ao CMDCA acompanhar, monitorar, analisar e fiscalizar a execução das ações, programas, projetos e serviços desenvolvidos por entidades governamentais e organizações da sociedade civil voltados à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;
Considerando o Ofício encaminhado pela Organização da Sociedade Civil Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE à Secretaria Municipal de Assistência Social, por meio do qual solicita a prorrogação do prazo de execução do Termo de Fomento até 31 de março de 2027 e do prazo de vigência até 30 de abril de 2027, em razão de atraso na execução do Plano de Trabalho, decorrente do processo de mudança de presidente da instituição;
Considerando que a prorrogação do prazo de vigência está prevista no art. 55 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, segundo o qual a vigência da parceria poderá ser alterada mediante solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à Administração Pública em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do termo inicialmente previsto;
Considerando o Ofício nº 274/2026, encaminhado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, informando que as alterações solicitadas encontram respaldo jurídico e não poderão acarretar desvio de finalidade ou alteração do objeto originalmente pactuado;

Considerando a deliberação do CMDCA em reunião extraordinária realizada em 25 de agosto de 2026, conforme registrada na Ata nº 09/2026;
RESOLVE:
Art. 1º Fica aprovada a prorrogação do prazo de execução do Termo de Fomento nº 99/2025, celebrado entre o Município de Curvelo e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, inscrita sob o CNPJ nº 16.881.336/0001-40, de 5 de setembro de 2026 para 5 de março de 2027, bem como a prorrogação do prazo de vigência, de 5 de outubro de 2026 para 5 de abril de 2027.
Art. 2º A prorrogação dos prazos de execução e de vigência aprovada por esta Resolução deverá ser formalizada pelo instrumento jurídico cabível, observadas as disposições da Lei Federal nº 13.019/2014, do respectivo decreto municipal regulamentador e das demais normas aplicáveis.
Art. 3º Permanecem inalteradas as demais cláusulas, condições, metas e obrigações estabelecidas no Termo de Fomento nº 99/2025 e em seu respectivo Plano de Trabalho, desde que não conflitantes com as alterações aprovadas por esta Resolução.
Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 25 de agosto de 2026.

Curvelo, 26 de agosto de 2026.

Conselho Municipal Dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA
MÁRIO CAMPOS
Presidente

Publicado por:
Maria Izildinha Nascimento de Oliveira
Código Identificador:414113DF

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
RESOLUÇÃO Nº 17, DE 26 DE AGOSTO DE 2026

APROVA A PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E DE VIGÊNCIA, BEM COMO AUTORIZA A UTILIZAÇÃO DOS RENDIMENTOS DE ATIVOS FINANCEIROS DO TERMO DE FOMENTO Nº 102/2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CURVELO E A ASSOCIAÇÃO DE CLUBES DE DESBRAVADORES E AVENTUREIROS DE CURVELO – ASDAC, COM RECURSOS DO

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – FMDCA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA/Curvelo, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, e a Lei Municipal nº 2.899, de 24 de dezembro de 2014, que dispõe sobre a reestruturação da política municipal de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente do Município de Curvelo;
Considerando que o projeto objeto do Termo de Fomento nº 102/2025 foi previamente aprovado pelo CMDCA, no âmbito do Edital de Chamamento Público nº 01/2025;
Considerando que compete ao CMDCA acompanhar, monitorar, analisar e fiscalizar a execução das ações, programas, projetos e serviços desenvolvidos por entidades governamentais e organizações da sociedade civil voltados à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;
Considerando o Ofício nº 07/2026, encaminhado pela Organização da Sociedade Civil Associação de Clubes de Desbravadores e Aventureiros de Curvelo – ASDAC à Secretaria Municipal de Assistência Social, por meio do qual solicita a prorrogação do prazo de execução do Termo de Fomento até 5 de março de 2027 e do prazo de vigência até 5 de abril de 2027, em razão do atraso na execução do Plano de Trabalho, bem como a autorização para utilização do saldo da conta específica e dos respectivos rendimentos durante o período prorrogado, exclusivamente nas rubricas e finalidades já aprovadas;
Considerando que a prorrogação do prazo de vigência está prevista no art. 55 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, segundo o qual a vigência da parceria poderá ser alterada mediante solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à Administração Pública em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do termo inicialmente previsto;
Considerando que o art. 51, parágrafo único, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, dispõe que os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos;
Considerando o Ofício nº 276/2026, encaminhado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, informando que as alterações solicitadas encontram respaldo jurídico e não poderão acarretar desvio de finalidade ou alteração do objeto originalmente pactuado;
Considerando a deliberação do CMDCA em reunião extraordinária realizada em 25 de agosto de 2026, conforme registrada na Ata nº 09/2026;
RESOLVE:
Art. 1º Fica aprovada a prorrogação do prazo de execução do Termo de Fomento nº 102/2025, celebrado entre o Município de Curvelo e a Associação de Clubes de Desbravadores e Aventureiros de Curvelo – ASDAC, inscrito no CNPJ sob o nº 50.542.693/0001-12, de 5 de setembro de 2026 para 5 de março de 2027, bem como a prorrogação do prazo de vigência, de 5 de outubro de 2026 para 5 de abril de 2027.
Art. 2º Fica aprovada a utilização do saldo remanescente da conta específica e dos respectivos rendimentos de ativos financeiros durante o período prorrogado, exclusivamente nas rubricas e finalidades previstas no Plano de Trabalho aprovado, vedada a alteração do objeto da parceria.
Art. 3º A prorrogação dos prazos de execução e de vigência aprovada por esta Resolução deverá ser formalizada pelo instrumento jurídico cabível, observadas as disposições da Lei Federal nº 13.019/2014, do respectivo decreto municipal regulamentador e das demais normas aplicáveis.
Art. 4º Permanecem inalteradas as demais cláusulas, condições, metas e obrigações estabelecidas no Termo de Fomento nº 102/2025 e em seu respectivo Plano de Trabalho, desde que não conflitantes com as alterações aprovadas por esta Resolução.
Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 25 de agosto de 2026.

Curvelo, 26 de agosto de 2026.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA
MÁRIO CAMPOS
Presidente

Publicado por:
Maria Izildinha Nascimento de Oliveira
Código Identificador:D663DD6F

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
RESOLUÇÃO Nº 18, DE 26 DE AGOSTO DE 2026

APROVA A PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E DE VIGÊNCIA, BEM COMO AUTORIZA A UTILIZAÇÃO DOS RENDIMENTOS DE ATIVOS FINANCEIROS DO TERMO DE FOMENTO Nº 89/2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CURVELO E A ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA ALIANÇA, COM RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – FMDCA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA/Curvelo, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, e a Lei Municipal nº 2.899, de 24 de dezembro de 2014, que dispõe sobre a reestruturação da política municipal de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente do Município de Curvelo;
Considerando que o projeto objeto do Termo de Fomento nº 89/2025 foi previamente aprovado pelo CMDCA, no âmbito do Edital de Chamamento Público nº 01/2025;
Considerando que compete ao CMDCA acompanhar, monitorar, analisar e fiscalizar a execução das ações, programas, projetos e serviços desenvolvidos por entidades governamentais e organizações da sociedade civil voltados à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;
Considerando o Ofício nº 26/2026, encaminhado pela Organização da Sociedade Civil Associação Atlética Aliança, por meio do qual solicita a prorrogação do prazo de execução do Termo de Fomento nº 89/2025 até o mês de novembro de 2026, em razão dos atrasos ocorridos no processo de seleção e contratação dos profissionais necessários à execução do projeto, bem como a autorização para utilização dos rendimentos de ativos financeiros dos recursos da parceria, visando à ampliação das ações previstas no projeto, sem alteração do objeto pactuado;
Considerando que a prorrogação do prazo de vigência está prevista no art. 55 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, segundo o qual a vigência da parceria poderá ser alterada mediante solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à Administração Pública em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do termo inicialmente previsto;
Considerando que o art. 51, parágrafo único, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, dispõe que os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos;
Considerando o Ofício nº 291/2026, encaminhado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, informando que as alterações solicitadas encontram respaldo jurídico e não poderão acarretar desvio de finalidade ou alteração do objeto originalmente pactuado;
Considerando a deliberação do CMDCA em reunião extraordinária realizada em 25 de agosto de 2026, conforme registrada na Ata nº 09/2026;
RESOLVE:
Art. 1º Fica aprovada a prorrogação do prazo de execução do Termo de Fomento nº 89/2025, celebrado entre o Município de Curvelo e a Associação Atlética Aliança, inscrita no CNPJ sob o nº 10.768.673/0001-40, de 27 de agosto de 2026 para 27 de novembro de 2026, bem como a prorrogação do prazo de vigência, de 26 de setembro de 2026 para 27 de dezembro de 2026.
Art. 2º Fica aprovada a utilização dos rendimentos de ativos financeiros dos recursos da parceria durante o período prorrogado,

exclusivamente para a ampliação das ações previstas no projeto e em conformidade com o Plano de Trabalho aprovado, vedada a alteração do objeto da parceria.
Art. 3º A prorrogação dos prazos de execução e de vigência e a utilização dos rendimentos de ativos financeiros aprovadas por esta Resolução deverão ser formalizadas pelo instrumento jurídico cabível, observadas as disposições da Lei Federal nº 13.019/2014, do respectivo decreto municipal regulamentador e das demais normas aplicáveis.
Art. 4º Permanecem inalteradas as demais cláusulas, condições, metas e obrigações estabelecidas no Termo de Fomento nº 89/2025 e em seu respectivo Plano de Trabalho, desde que não conflitantes com as alterações aprovadas por esta Resolução.
Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 25 de agosto de 2026.

Curvelo, 26 de agosto de 2026.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA
MÁRIO CAMPOS
Presidente

Publicado por:
Maria Izildinha Nascimento de Oliveira
Código Identificador:4B06761E

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
RESOLUÇÃO Nº 19, DE 26 DE AGOSTO DE 2026

APROVA A PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E DE VIGÊNCIA, BEM COMO AUTORIZA A UTILIZAÇÃO DOS RENDIMENTOS DE ATIVOS FINANCEIROS DO TERMO DE FOMENTO Nº 88/2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CURVELO E A ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA ALIANÇA, COM RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – FMDCA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA/Curvelo, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, e a Lei Municipal nº 2.899, de 24 de dezembro de 2014, que dispõe sobre a reestruturação da política municipal de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente do Município de Curvelo;
Considerando que o projeto objeto do Termo de Fomento nº 88/2025 foi previamente aprovado pelo CMDCA, no âmbito do Edital de Chamamento Público nº 01/2025;
Considerando que compete ao CMDCA acompanhar, monitorar, analisar e fiscalizar a execução das ações, programas, projetos e serviços desenvolvidos por entidades governamentais e organizações da sociedade civil voltados à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;
Considerando o Ofício nº 25/2026, encaminhado pela Organização da Sociedade Civil Associação Atlética Aliança, por meio do qual solicita a prorrogação do prazo de execução do Termo de Fomento nº 88/2025 até o mês de novembro de 2026, em razão dos atrasos ocorridos no processo de seleção e contratação dos profissionais necessários à execução do projeto, bem como a autorização para utilização dos rendimentos de ativos financeiros dos recursos da parceria, visando à ampliação das ações previstas no projeto, sem alteração do objeto pactuado;
Considerando que a prorrogação do prazo de vigência está prevista no art. 55 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, segundo o qual a vigência da parceria poderá ser alterada mediante solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à Administração Pública em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do termo inicialmente previsto;
Considerando que o art. 51, parágrafo único, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, dispõe que os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos;
Considerando o Ofício nº 290/2026, encaminhado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, informando que as alterações solicitadas encontram respaldo jurídico e não poderão acarretar desvio de finalidade ou alteração do objeto originalmente pactuado;
Considerando a deliberação do CMDCA em reunião extraordinária realizada em 25 de agosto de 2026, conforme registrada na Ata nº 09/2026;
RESOLVE:
Art. 1º Fica aprovada a prorrogação do prazo de execução do Termo de Fomento nº 88/2025, celebrado entre o Município de Curvelo e a Associação Atlética Aliança, inscrita no CNPJ sob o nº 10.768.673/0001-40, de 26 de agosto de 2026 para 26 de novembro de 2026, bem como a prorrogação do prazo de vigência, de 25 de setembro de 2026 para 26 de dezembro de 2026.
Art. 2º Fica aprovada a utilização dos rendimentos de ativos financeiros dos recursos da parceria durante o período prorrogado, exclusivamente para a ampliação das ações previstas no projeto e em conformidade com o Plano de Trabalho aprovado, vedada a alteração do objeto da parceria.
Art. 3º A prorrogação dos prazos de execução e de vigência e a utilização dos rendimentos de ativos financeiros aprovadas por esta Resolução deverão ser formalizadas pelo instrumento jurídico cabível, observadas as disposições da Lei Federal nº 13.019/2014, do respectivo decreto municipal regulamentador e das demais normas aplicáveis.
Art. 4º Permanecem inalteradas as demais cláusulas, condições, metas e obrigações estabelecidas no Termo de Fomento nº 88/2025 e em seu respectivo Plano de Trabalho, desde que não conflitantes com as alterações aprovadas por esta Resolução.
Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 25 de agosto de 2026.

Curvelo, 26 de agosto de 2026.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA
MÁRIO CAMPOS
Presidente

Publicado por:
Maria Izildinha Nascimento de Oliveira
Código Identificador:4222B9CB

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
RESOLUÇÃO Nº 20, DE 26 DE AGOSTO DE 2026

APROVA A PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E DE VIGÊNCIA, BEM COMO AUTORIZA A UTILIZAÇÃO DOS RENDIMENTOS DE ATIVOS FINANCEIROS DO TERMO DE FOMENTO Nº 87/2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CURVELO E A ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA ALIANÇA, COM RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – FMDCA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA/Curvelo, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, e a Lei Municipal nº 2.899, de 24 de dezembro de 2014, que dispõe sobre a reestruturação da política municipal de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente do Município de Curvelo;
Considerando que o projeto objeto do Termo de Fomento nº 87/2025 foi previamente aprovado pelo CMDCA, no âmbito do Edital de Chamamento Público nº 01/2025;
Considerando que compete ao CMDCA acompanhar, monitorar, analisar e fiscalizar a execução das ações, programas, projetos e serviços desenvolvidos por entidades governamentais e organizações da sociedade civil voltados à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;

Considerando o Ofício nº 23/2026, encaminhado pela Organização da Sociedade Civil Associação Atlética Aliança, por meio do qual solicita a prorrogação do prazo de execução do Termo de Fomento nº 87/2025 até o mês de novembro de 2026, em razão dos atrasos ocorridos no processo de seleção e contratação dos profissionais necessários à execução do projeto, bem como a autorização para utilização dos rendimentos de ativos financeiros dos recursos da parceria, visando à ampliação das ações previstas no projeto, sem alteração do objeto pactuado;
Considerando que a prorrogação do prazo de vigência está prevista no art. 55 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, segundo o qual a vigência da parceria poderá ser alterada mediante solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à Administração Pública em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do termo inicialmente previsto;
Considerando que o art. 51, parágrafo único, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, dispõe que os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos;
Considerando o Ofício nº 292/2026, encaminhado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, informando que as alterações solicitadas encontram respaldo jurídico e não poderão acarretar desvio de finalidade ou alteração do objeto originalmente pactuado;
Considerando a deliberação do CMDCA em reunião extraordinária realizada em 25 de agosto de 2026, conforme registrada na Ata nº 09/2026;
RESOLVE:
Art. 1º Fica aprovada a prorrogação do prazo de execução do Termo de Fomento nº 87/2025, celebrado entre o Município de Curvelo e a Associação Atlética Aliança, inscrita no CNPJ sob o nº 10.768.673/0001-40, de 26 de agosto de 2026 para 26 de novembro de 2026, bem como a prorrogação do prazo de vigência, de 25 de setembro de 2026 para 26 de dezembro de 2026.
Art. 2º Fica aprovada a utilização dos rendimentos de ativos financeiros dos recursos da parceria durante o período prorrogado, exclusivamente para a ampliação das ações previstas no projeto e em conformidade com o Plano de Trabalho aprovado, vedada a alteração do objeto da parceria.
Art. 3º A prorrogação dos prazos de execução e de vigência e a utilização dos rendimentos de ativos financeiros aprovadas por esta Resolução deverão ser formalizadas pelo instrumento jurídico cabível, observadas as disposições da Lei Federal nº 13.019/2014, do respectivo decreto municipal regulamentador e das demais normas aplicáveis.
Art. 4º Permanecem inalteradas as demais cláusulas, condições, metas e obrigações estabelecidas no Termo de Fomento nº 87/2025 e em seu respectivo Plano de Trabalho, desde que não conflitantes com as alterações aprovadas por esta Resolução.
Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 25 de agosto de 2026.

Curvelo, 26 de agosto de 2026.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA
MÁRIO CAMPOS
Presidente

Publicado por:
Maria Izildinha Nascimento de Oliveira
Código Identificador:813DAE33

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
RESOLUÇÃO Nº 21, DE 26 DE AGOSTO DE 2026

APROVA A PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E DE VIGÊNCIA, BEM COMO A ALTERAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO PARA REMANEJAMENTO DE RECURSOS DO TERMO DE FOMENTO Nº 103/2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CURVELO E O ROTARY CLUB DE CURVELO, COM RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – FMDCA

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA/Curvelo, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, e a Lei Municipal nº 2.899, de 24 de dezembro de 2014, que dispõe sobre a reestruturação da política municipal de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente do Município de Curvelo;
Considerando que o projeto objeto do Termo de Fomento nº 103/2025 foi previamente aprovado pelo CMDCA, no âmbito do Edital de Chamamento Público nº 01/2025;
Considerando que compete ao CMDCA acompanhar, monitorar, analisar e fiscalizar a execução das ações, programas, projetos e serviços desenvolvidos por entidades governamentais e organizações da sociedade civil voltados à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;
Considerando os Ofícios nº 16/2026 e nº 18/2026, encaminhados pela Organização da Sociedade Civil Rotary Club de Curvelo à Secretaria Municipal de Assistência Social, por meio dos quais solicita a prorrogação dos prazos de execução e de vigência do Termo de Fomento nº 103/2025 pelo período de 6 (seis) meses, bem como a autorização para o remanejamento de recursos remanescentes da parceria, no valor de R$ 3.712,34 (três mil setecentos e doze reais e trinta e quatro centavos), e a utilização de rendimentos provenientes da aplicação financeira dos recursos recebidos, no valor de R$ 1.487,66 (mil quatrocentos e oitenta e sete reais e sessenta e seis centavos), totalizando R$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais), para a instalação de porta e janelas no saguão de acesso ao projeto;
Considerando que a prorrogação do prazo de vigência está prevista no art. 55 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, segundo o qual a vigência da parceria poderá ser alterada mediante solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à Administração Pública em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do termo inicialmente previsto;
Considerando que a alteração do Plano de Trabalho encontra amparo no art. 57 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, segundo o qual o Plano de Trabalho da parceria poderá ser revisto para alteração de valores ou de metas, mediante termo aditivo ou por apostila ao Plano de Trabalho original, observadas as hipóteses e condições previstas na legislação aplicável;
Considerando que o art. 51, parágrafo único, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, dispõe que os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos;
Considerando o Ofício nº 288/2026, encaminhado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, informando que as alterações solicitadas encontram respaldo jurídico e não poderão acarretar desvio de finalidade ou alteração do objeto originalmente pactuado;
Considerando a deliberação do CMDCA em reunião extraordinária realizada em 25 de agosto de 2026, conforme registrada na Ata nº 09/2026;
RESOLVE:
Art. 1º Fica aprovada a prorrogação dos prazos de execução e de vigência do Termo de Fomento nº 103/2025, celebrado entre o Município de Curvelo e o Rotary Club de Curvelo, inscrito no CNPJ sob o nº 20.210.068/0001-02, pelo período de 6 (seis) meses.
Art. 2º Fica aprovado o remanejamento de recursos remanescentes da parceria, no valor de R$ 3.712,34 (três mil setecentos e doze reais e trinta e quatro centavos), bem como a utilização dos rendimentos provenientes da aplicação financeira dos recursos recebidos, no valor de R$ 1.487,66 (mil quatrocentos e oitenta e sete reais e sessenta e seis centavos), totalizando R$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais), para a instalação de porta e janelas no saguão de acesso ao projeto.
Art. 3º As alterações do Plano de Trabalho e dos prazos de execução e de vigência aprovadas por esta Resolução deverão ser formalizadas pelo instrumento jurídico cabível, observadas as disposições da Lei Federal nº 13.019/2014, do respectivo decreto municipal regulamentador e das demais normas aplicáveis.
Art. 4º Permanecem inalteradas as demais cláusulas, condições, metas e obrigações estabelecidas no Termo de Fomento nº 103/2025 e em

seu respectivo Plano de Trabalho, desde que não conflitantes com as alterações aprovadas por esta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 25 de agosto de 2026.

Curvelo, 26 de agosto de 2026.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA
MÁRIO CAMPOS
Presidente

Publicado por:
Maria Izildinha Nascimento de Oliveira
Código Identificador:B6B4FC1C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE DIAMANTINA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 075, DE 20 DE AGOSTO DE 2026.

Designa servidores para compor a Comissão Intersetorial destinada à elaboração do Plano de Recuperação da Ambiência da Rua Jogo da Bola e de seu entorno.

O PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTINA, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente,

CONSIDERANDO a necessidade de elaboração de proposta técnica destinada à recuperação e qualificação da ambiência da Rua Jogo da Bola e de seu entorno;

CONSIDERANDO o entendimento firmado entre o Município de Diamantina e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN para a elaboração conjunta e tecnicamente fundamentada do Plano de Recuperação da Ambiência;

CONSIDERANDO a requisição constante do Inquérito Civil nº **1.22.000.001260/2025-46**, em trâmite perante o Ministério Público Federal, para apresentação de Plano de Recuperação da Ambiência ou proposta de reversão do asfaltamento da Rua Jogo da Bola;

CONSIDERANDO a necessidade de atuação integrada das áreas de infraestrutura, engenharia de tráfego, mobilidade urbana, meio ambiente, segurança pública, patrimônio cultural e assessoria jurídica;

CONSIDERANDO o requerimento da Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio,

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam designados os seguintes servidores para compor a **Comissão Intersetorial destinada à elaboração do Plano de Recuperação da Ambiência da Rua Jogo da Bola e de seu entorno**:

I– Pela Secretaria Municipal de Governo:
a) **WALISON REIS SANTOS**, Comandante da Guarda Civil Municipal;
II – Pela Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente:
a) **MARIA LETÍCIA FERNANDES DIAS**, Tecnóloga em Meio Biótico;
III – Pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços:
a) **WAGNER JOSÉ MARIA**, Gerente de Trânsito, Transporte Público e de Passageiros;
b) **GUILHERME DAYRELL BOTELHO**, Diretor de Infraestrutura;
c) **BRUNO SOUZA SILVA**, Engenheiro de Tráfego;
IV – Pelo Gabinete do Prefeito:
a) **HARLEY FERNANDES DE ALMEIDA**, Assessor Jurídico do Gabinete do Prefeito;
V – Pela Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio:
a) **ALBERIS VINÍCIUS CRISTIANO MAFRA**, Secretário Municipal de Cultura e Patrimônio.

Art. 2º - Compete à Comissão Intersetorial:
– promover os levantamentos e estudos técnicos necessários à elaboração do Plano de Recuperação da Ambiência;
– analisar os aspectos relacionados à infraestrutura urbana, pavimentação, drenagem, mobilidade, acessibilidade, tráfego, segurança, meio ambiente, paisagem urbana e preservação do patrimônio cultural;
– definir a metodologia, as responsabilidades, o cronograma de trabalho e os documentos técnicos necessários à elaboração do Plano;
– articular-se com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e com outros órgãos, instituições de ensino, entidades e profissionais que possam contribuir tecnicamente para os trabalhos;
– elaborar proposta técnica destinada ao atendimento das solicitações formuladas pelo Ministério Público Federal no âmbito do Inquérito Civil nº 1.22.000.001260/2025-46;
– apresentar ao Prefeito Municipal relatório conclusivo dos trabalhos realizados e a proposta final do Plano de Recuperação da Ambiência.

Art. 3º - A coordenação administrativa dos trabalhos ficará a cargo da Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio, que será responsável pela convocação das reuniões, organização dos documentos e consolidação das contribuições apresentadas pelos membros.

Art. 4º - A Comissão poderá solicitar informações, documentos, levantamentos e apoio técnico aos demais órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, sempre que necessários ao cumprimento de suas atribuições.

Art. 5º - Poderão ser convidados para participar das reuniões representantes do IPHAN, de instituições de ensino e pesquisa, de conselhos municipais, de entidades da sociedade civil e outros profissionais com conhecimento técnico relacionado ao objeto dos trabalhos.

Art. 6º - A participação na Comissão será considerada serviço público relevante, não remunerado, e será exercida sem prejuízo das atribuições ordinárias dos servidores designados.

Art. 7º - A Comissão deverá iniciar seus trabalhos imediatamente após a publicação desta Portaria, observando os prazos estabelecidos pelos órgãos de controle e de preservação do patrimônio cultural.

Art. 8º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Diamantina (MG), 20 de agosto de 2026.

GEFERSON GIORDANI BURGARELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Moizes José Lopes Filho
Código Identificador:8BF07BCF

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA/MG TORNA PÚBLICO QUE CELEBROU O TERMO DE FOMENTO Nº 019/2026 ABAIXO, CUJA CÓPIA COM TEOR INTEGRAL ENCONTRA-SE A DISPOSIÇÃO NA SEDE DO CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL – SETOR DE CONVÊNIOS.

TERMO DE FOMENTO Nº 019/2026

OBJETO: Constitui objeto do presente TERMO DE FOMENTO a efetivação de parceira para contratação de treinador destinado à realização de aulas práticas e teóricas da Escolinha de Futebol Turma A, a serem ministradas às terças-feiras e quintas-feiras, conforme plano de trabalho aprovado.

PARTES:
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

CENTRO HUMANITÁRIO DO BAIRRO DA PALHA

VALOR: R$ 15.000,00 (quinze mil reais).

DOTAÇÃO: 01.2110.27.0812.0055.2002.3.3.50.41.00.00 – Ficha 1535 – Fonte 1.500.000.0000.950.
DATA DA ASSINATURA: 26/08/2026
VIGÊNCIA: 26/08/2027

Publicado por:
Patrícia Aparecida Dias Miranda
Código Identificador:4C6A835D

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA/MG TORNA PÚBLICO QUE CELEBROU O TERMO DE FOMENTO Nº 020/2026 ABAIXO, CUJA CÓPIA COM TEOR INTEGRAL ENCONTRA-SE A DISPOSIÇÃO NA SEDE DO CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL – SETOR DE CONVÊNIOS.

TERMO DE FOMENTO Nº 020/2026

OBJETO: Constitui objeto do presente TERMO DE FOMENTO a efetivação de parceira para contratação de treinador destinado à realização de aulas práticas e teóricas da Escolinha de Futebol Turma B, a serem ministradas às segundas-feiras e aos sábados, conforme plano de trabalho aprovado.

PARTES:
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA
CENTRO HUMANITÁRIO DO BAIRRO DA PALHA

VALOR: R$ 15.000,00 (quinze mil reais).

DOTAÇÃO: 01.2110.27.0812.0055.2002.3.3.50.41.00.00 – Ficha 1535 – Fonte 1.500.000.0000.950.
DATA DA ASSINATURA: 26/08/2026
VIGÊNCIA: 26/08/2027

Publicado por:
Patrícia Aparecida Dias Miranda
Código Identificador:24D7EECA

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE DIVINÓPOLIS

CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
PORTARIA DE Nº CM-121, DE 25 DE AGOSTO DE 2026

Regulamenta os procedimentos para a realização de consulta pública eletrônica sobre matérias legislativas em tramitação na Câmara Municipal de Divinópolis e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Divinópolis, Vereador Israel da Farmácia, no uso de suas atribuições legais e regimentais;
CONSIDERANDO a necessidade de ampliar a participação popular, a transparência e a legitimidade democrática nos processos decisórios e legislativos deste Poder Legislativo local;
CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), garantindo a proteção e o sigilo dos dados pessoais dos participantes;
CONSIDERANDO as diretrizes estabelecidas na Resolução nº 568, de 18 de junho de 2024, e na Resolução nº 392, de 23 de dezembro de 2008 (Regimento Interno da Câmara Municipal de Divinópolis);
RESOLVE baixar a seguinte Portaria:
CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 1º. Esta Portaria tem por finalidade regulamentar os procedimentos operacionais para a realização de consulta pública eletrônica acerca de matérias e proposições legislativas em tramitação no âmbito da Câmara Municipal de Divinópolis.
Art. 2º. A realização da consulta pública eletrônica somente será obrigatória nos casos expressamente prescritos em lei.
Parágrafo único. Sem prejuízo da obrigatoriedade referida no caput, a consulta pública eletrônica poderá ser instaurada, a critério das comissões permanentes ou especiais às quais o projeto tiver sido distribuído, em relação a qualquer proposição legislativa sujeita à deliberação da Casa.
Art. 3º. O acesso à consulta pública eletrônica dar-se-á por meio de banner em destaque inserido no sítio eletrônico institucional da Câmara Municipal de Divinópolis, o qual direcionará o interessado diretamente à página temática da respectiva consulta.
Art. 4º. A abertura, os prazos e o objeto de cada consulta pública eletrônica serão amplamente divulgados pela Diretoria de Comunicação (DIRCOM), por meio dos canais oficiais do Poder Legislativo, para o devido conhecimento e engajamento da população.
CAPÍTULO II - DA PARTICIPAÇÃO E DA PROTEÇÃO DE DADOS
Art. 5º. É assegurada a participação de qualquer pessoa na consulta pública eletrônica, garantindo-se o pleno exercício da cidadania e a manifestação popular sobre as matérias legislativas.
Art. 6º. Para a identificação do participante da consulta pública eletrônica, será exigido tão somente o fornecimento de:
I - nome completo;
II - número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).
§ 1º. Fica garantido o sigilo e a confidencialidade dos dados pessoais cadastrados, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD - Lei Federal nº 13.709/2018).
§ 2º. As informações de identificação pessoal coletadas terão finalidade exclusiva de validação do registro e garantia da integridade da manifestação, sendo vedada sua veiculação pública no sítio institucional ou em relatórios abertos.
CAPÍTULO III - DA ESTRUTURAÇÃO E DO PROCESSAMENTO DA CONSULTA
Art. 7º. A página da consulta pública eletrônica disponibilizará ao participante formulário contendo:
I - campos de opção objetiva para manifestação de apoio ou de oposição ao projeto sob consulta;
II - campo específico destinado ao registro de ponderações, comentários e sugestões escritas a respeito do teor da proposição legislativa.
Art. 8º. O projeto de lei ou proposição legislativa permanecerá submetido à consulta pública eletrônica pelo prazo mínimo de 08 (oito) dias.
Parágrafo único. O prazo previsto no caput poderá ser estendido, a critério das comissões a que a matéria foi distribuída, em se tratando de proposições de maior complexidade técnica ou de relevante repercussão social.
CAPÍTULO IV - DO RELATÓRIO E ENCAMINHAMENTO DOS RESULTADOS
Art. 9º. Encerrado o prazo fixado para a consulta pública eletrônica, a unidade responsável consolidará os dados em relatório circunstanciado, discriminando os quantitativos de manifestações favoráveis e contrárias, bem como as ponderações escritas apresentadas pelos participantes.
Art. 10. O relatório com o resultado da consulta pública será autuado e juntado aos autos do respectivo processo legislativo no sistema oficial da Câmara Municipal.
Art. 11. Concluída a juntada aos autos, considerar-se-ão cientificadas as comissões às quais a matéria tenha sido distribuída, para que possam elaborar os respectivos pareceres e adotar as deliberações regimentais cabíveis.

CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. Eventuais dúvidas ou casos omissos relativos à aplicação e operacionalização desta Portaria serão dirimidos pela Secretaria-Geral, ouvida a Diretoria Legislativa e a Diretoria de Comunicação.
Art. 13. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Divinópolis, 25 de agosto de 2026.

VEREADOR ISRAEL DA FARMÁCIA
Presidente da Câmara Municipal de Divinópolis

Publicado por:
Ana Bárbara Valentim Silva
Código Identificador:CE2FE445

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
ATA DA 151ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E DEFESA DO MEIO AMBIENTE - CODEMA,

Ata da 151ª reunião ordinária do Conselho Municipal de Conservação e Defesa do Meio Ambiente - CODEMA, realizada aos vinte e oito dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e seis às 9:16 h, na sala de reuniões do Centro Administrativo Municipal, 3º andar, Avenida Paraná, nº 2601, Bairro São José, Divinópolis/MG. **Item 01.** Abertura realizada pelo Secretário de Meio Ambiente e Cuidado Animal, Sr. Danilo Teixeira Moraes. Constatado o quórum regimental, deu-se início à reunião com a presença dos seguintes conselheiros: Sra. Valdirene Gomes da Silva (vice-presidente do CODEMA e conselheira suplente representando a SEMAC), Sra. Graciele Resende (SEMDES/titular), Sr. Rafael Virginíssimo de Paula e Silva (SEPLAG/suplente), Sr. Fernando Henrique Costa de Oliveira (Gabinete do Prefeita/titular), Diogo Tavares Cardoso (COPASA/suplente), Sr. Rodrigo Álvares de Assis (SEMSUR/ titular), Sra. Danusa de Oliveira Gontijo (CREA/ titular), Clever Greco Magalhães (Sindicato Rural/titular), Wemerson Barra (EMATER/efetivo), Sra. Lívia Gomes (FIEMG/titular), Leandro Silva Guimarães (SEMAG/suplente) e Sr. Adriano Guimarães (UEMG/ titular). O conselheiro Sr. Rodrigo Marques Ribeiro Lisboa (48º Subseção da OAB Minas Gerais/ titular) falta justificada. O presidente iniciou a plenária cumprimentando e dando as boas-vindas aos conselheiros e convidados presentes. **Item 02.** ATA da 2ª Reunião Extraordinária do Codema. A Ata foi aprovada. O Presidente, Sr. Danilo Teixeira Moraes, realizou a leitura da pauta e dos processos que serão discutidos na reunião. **Item 03.** Processo administrativo para emissão de Licença de Operação Corretiva. Requerente: Condomínio Greenville – CNPJ 00.682.794/0001-10. Empreendimento: Condomínio Greenville. Endereço Rua João Gontijo da Fonseca, nº 1001, Bairro: Jardim das Oliveira – Divinópolis/MG, coordenadas geográficas: 20° 6'31.77"S e 44°53'10.41"O. Condomínio Horizontal Fechado - Classe II. Processo administrativo 49587/2023. Parecer nº 03/CIMMVI/DMAS/DIVINÓPOLIS-2026 Deferimento. O Conselheiro Sr. Adriano Guimarães Parreira (UEMG/ titular) solicitou destaque. O presidente, Sr. Danilo Teixeira Moraes passou a palavra para o Professor Adriano. O primeiro ponto do questionamento é o seguinte, para informar o profissional, o Cláudio Antônio de Oliveira é engenheiro civil e ambiental. A pergunta é representando os estudos como o PCA, Plano de Controle Ambiental, e a RCA, Relatório de Controle Ambiental, poderiam ser elaborados por engenheiro civil de forma isolada, sem a participação de outro profissional da área ambiental? Tem que haver a produção técnica também, porque se ele tiver especialização em meio ambiente. Isso é um erro que eu acho que é, passível de ser considerado. Foi apresentado pelo consórcio, uma série de irregularidades, diga-se de passagem, instalação e operação, do empreendimento sem as devidas licenças, intervenção em APP sem autorização, inclusive a de nascente, supressão de vegetação sem autorização, além de outras. E ao final, consta que até o momento de fiscalização desse comparecer não foram informados ao consórcio sobre eventuais documentos de fiscalização ou infração para o empreendimento. A pergunta é, quais providências foram tomadas até o momento pela fiscalização ambiental? O Presidente, Sr. Danilo Teixeira Moraes colocou a sua explicação, o assunto atual é o licenciamento e não o ato de fiscalização e os autos de infrações ambientais do empreedimento. Que os fatos não impedem o empreendimento ser licenciado, por ser uma LOC. Ressaltou-se, entretanto, que o licenciamento não tem o poder de regularizar infrações e crimes ambientais eventualmente cometidos anteriormente. Foi informado que, após a conclusão do parecer técnico, serão apuradas as irregularidades apontadas pelo consórcio responsável pelos estudos, bem como outras possíveis infrações identificadas durante a análise. Caso sejam confirmadas, poderão ser instaurados os respectivos processos administrativos de fiscalização e lavrados os autos de infração cabíveis. Destacou-se ainda que a existência de procedimentos fiscalizatórios e de aplicação de penalidades não impede a tramitação do processo de licenciamento ambiental. As eventuais penalidades possuem rito próprio, assegurando ao empreendedor o direito à ampla defesa e ao contraditório. Dessa forma, enquanto não houver decisão definitiva nos processos sancionatórios, não é possível impedir ou suspender a análise do licenciamento com base exclusivamente nessas infrações. Por fim, registrou-se que a fiscalização continuará atuando para apurar os fatos identificados, promover a responsabilização quando cabível e lavrar os respectivos autos de infração, situação já de conhecimento do empreendedor e dos demais envolvidos no processo. O Conselheiro Sr. Adriano Guimarães Parreira (UEMG/ titular) solicitou a palavra e disse que tem mais dois questionamentos, as edificações e intervenções identificadas em Áreas de Preservação Permanente (APPs), incluindo APPs de nascentes, que, conforme consta no parecer técnico, configurariam intervenções irregulares e, em princípio, não passíveis de regularização. Foi ponderado que, mesmo diante dessas constatações, o parecer técnico sugere o deferimento do processo de licenciamento ambiental. Diante disso, questionou-se se não seria mais adequado que eventual deferimento estivesse condicionado à remoção das edificações e intervenções irregulares existentes nas APPs, bem como à adoção das medidas necessárias para recuperação ambiental das áreas afetadas. O Presidente, Danilo Teixeira Moraes respondeu o questionamento, foi esclarecido que, caso sejam constatadas infrações ou crimes ambientais, estes serão devidamente apurados e estarão sujeitos às sanções administrativas, civis e penais cabíveis. Entretanto, destacou-se que a análise da regularização ambiental deve observar também os marcos temporais previstos na legislação vigente. Foi ressaltado que as intervenções foram realizadas antes de 22 de julho de 2008. O Conselheiro Sr. Adriano Guimarães Parreira (UEMG/ titular) disse, o meu último questionamento. Por fim, foi levantada questão referente à destinação de áreas ao Município, com base na Lei Municipal nº 4.933/2000, que trata do parcelamento e ocupação do solo urbano. Foi mencionado que o artigo 4º da referida legislação estabelece que os condomínios horizontais fechados devem destinar ao Município área equivalente a, no mínimo, 15% da área total do empreendimento para implantação de equipamentos públicos e comunitários, observadas as condições previstas na norma. Considerando a informação apresentada de que existem aproximadamente 3 hectares de áreas verdes inseridas no interior do condomínio, questionou-se de que forma será cumprida a exigência legal de destinação de áreas públicas ao Município. Também foi indagado se haverá transferência de área ao patrimônio municipal ou se será adotada alguma das formas alternativas de compensação previstas na legislação, incluindo a execução de obras de infraestrutura ou outras modalidades admitidas pelo ordenamento municipal. O Presidente, Danilo Teixeira Moraes respondeu o questionamento, foi esclarecido que a questão referente à destinação de áreas institucionais e áreas verdes já foi objeto de análise pelo órgão municipal competente da área de desenvolvimento e planejamento urbano (DPU). Informou-se que a legislação municipal permite que parte das áreas verdes existentes no empreendimento seja computada para fins de atendimento das exigências urbanísticas, observados os limites estabelecidos em lei. Foi mencionado que até 5% da área institucional exigida pode ser suprida por áreas verdes, e que tal situação já se encontra formalizada por meio de termo de compromisso firmado no âmbito da análise urbanística. Ressaltou-se que a discussão sobre o cumprimento das exigências urbanísticas e a destinação das áreas institucionais não integra a competência do órgão ambiental, cabendo sua avaliação e fiscalização aos setores municipais responsáveis pelo planejamento e desenvolvimento urbano. Assim, embora tais informações sejam relevantes para contextualização do empreendimento, não constituem objeto da deliberação ambiental em análise. O Presidente, Sr. Danilo Teixeira passou a palavra ao técnico do CIMMVI, responsável pelo parecer técnico, Fernando Soares. Em sua manifestação, na análise ambiental, não compete ao órgão licenciador avaliar a capacidade técnica do profissional, mas sim verificar a regularidade formal da documentação apresentada. Considerando que o próprio conselho profissional emitiu a respectiva ART para elaboração do RCA, entende-se que houve reconhecimento da atribuição profissional para execução dos trabalhos apresentados. Com relação às intervenções em Áreas de Preservação Permanente (APPs), foi esclarecido que o deferimento proposto no parecer é parcial. As intervenções referentes às edificações existentes em APP não foram aprovadas no âmbito do licenciamento ambiental. Apenas as intervenções relacionadas às obras de drenagem foram consideradas passíveis de deferimento, por possuírem previsão legal específica. Foi destacado que essa distinção encontra-se expressamente registrada no parecer técnico, inclusive nas

condicionantes e ressalvas apresentadas. Também foi ressaltado que as intervenções realizadas anteriormente ao marco temporal de 22 de julho de 2008 foram objeto de análise específica e aprofundada, tendo-se concluído pela impossibilidade de seu deferimento, por ausência de respaldo legal aplicável. Dessa forma, as edificações e demais intervenções localizadas em APP não podem ser aprovadas com fundamentos na Lei nº 20.922/2013 e na DN COPAM nº 236/2019, permanecendo irregulares no âmbito do parcelamento e devendo ser objeto de recuperação conforme condicionantescabíveis. Por fim, reforçou-se que a análise ambiental possui escopo próprio e que as demais questões urbanísticas relacionadas ao empreendimento estão sendo tratadas em processos específicos junto aos órgãos competentes. O Presidente, Sr. Danilo Teixeira destacou que, embora seja importante o compartilhamento de informações entre os diferentes setores envolvidos, a deliberação ambiental deve se restringir às matérias de sua competência legal. Registrou-se ainda o entendimento de que eventuais construções existentes deverão observar os procedimentos de regularização exigidos pelos órgãos competentes, conforme a legislação aplicável. O Presidente, Danilo Moraes colocou em votação. Na sequência, o processo foi submetido à votação quanto à sua votação geral, sendo aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. Registra-se que o conselheiro Sr. Adriano Guimarães Parreira (UEMG/titular) se absteve de votar. O Presidente, Sr. Danilo Teixeira leu o próximo item. **Item 04.** Autorização para Intervenção Ambiental em Área de Preservação Permanente Sem Supressão de Vegetação – Limpeza do Terreno. REQUERENTE: Fiscalização de Postura da Prefeitura Municipal de Divinópolis, MG Localização: Rua Epitácio Pessoa, córrego canalizado (projeto SOMMA) e margens do Rio Itapecerica, próximo ao Estádio Waldemar Teixeira de Faria,campo de futebol Farião. Parecer técnico n. 016/2026 pelo Indeferimento e parecer jurídico n. 06/2026 Parcial. Dois conselheiros solicitaram destaque, primeiro o conselheiro Sr. Adriano Guimarães Parreira (UEMG/titular) e o segundo a conselheira Sra. Lívia Gomes (FIEMG/titular). Palavra do conselheiro Sr. Adriano Guimarães Parreira, Durante a análise do processo, foi observado que há divergência entre os pareceres apresentados, sendo que o parecer técnico manifesta-se pelo indeferimento da solicitação, enquanto o parecer jurídico opina pelo deferimento. Diante dessa divergência, foi questionado o fato de o parecer técnico relatar a ocorrência de intervenção realizada pela COPASA na área em análise. Nesse sentido, foram solicitados esclarecimentos quanto à origem dos materiais depositados no terreno, considerando a informação de que pertencem à COPASA, bem como se a empresa foi formalmente notificada acerca da situação. Na sequência, a conselheira Sra. Lívia Gomes (FIEMG/titular) solicitou esclarecimentos especificamente acerca da divergência entre o parecer técnico e o parecer jurídico quanto à localização da limpeza objeto da análise, tendo em vista que o parecer técnico restringia-se à limpeza realizada em Área de Preservação Permanente (APP), enquanto o parecer jurídico fazia referência tanto à limpeza na APP quanto às demais áreas do terreno situadas fora da APP. O Presidente, Danilo Teixeira passou a palavra o Henrique Guimarães Rodrigues, Eng Agrônomo, técnico da SEMAC o mesmo explica que o local são mais de uma gleba. Existência de depósito de materiais em área próxima ao curso d'água, observando-se que parte da área se encontra inserida em Área de Preservação Permanente (APP). Foi relatado que, durante vistoria realizada no local, constatou-se que a área apresenta elevado grau de degradação, com pouca cobertura arbórea, exceto em trechos mais próximos à margem do curso d'água. Foi destacado que eventual autorização para realização de atividades na área não contempla a utilização da APP para depósito de materiais, sendo essa uma questão passível de apuração pela fiscalização ambiental. Nesse sentido, esclareceu-se que a situação foi registrada no parecer técnico e que a adoção das medidas cabíveis deverá ocorrer no âmbito das ações de fiscalização. Durante a discussão, ressaltou-se ainda que nem toda a área em questão corresponde à APP, sendo necessária a delimitação técnica precisa dos limites da APP e o que não é APP. Não sendo Área de Preservação Ambiental pode realizar a limpeza. Presidente, Sr. Danilo Teixeira colocou as suas explicações, a demanda havia sido encaminhada anteriormente à fiscalização de posturas, porém não foi possível identificar com precisão todos os proprietários das áreas envolvidas. Segundo informado, parte da área aparenta ser de propriedade particular e outra parte estaria vinculada ao poder público, conforme indicado nos levantamentos disponíveis. Foi esclarecido que a análise realizada pelo órgão ambiental limita-se aos aspectos de sua competência, cabendo à fiscalização e aos setores responsáveis adotarem as medidas administrativas pertinentes. Destacou-se que, uma vez aprovado o processo, haverá respaldo para notificação dos responsáveis visando à limpeza das áreas que não se encontram inseridas em Área de Preservação Permanente (APP), bem como para a adoção das medidas necessárias à recuperação e recomposição ambiental das áreas localizadas em APP. Diante disso, foi proposto que tais obrigações sejam incluídas como condicionantes da autorização em análise, nos mesmos moldes adotados em processos semelhantes já apreciados pelo CODEMA. Ficou colocado que o fiscal vai notificar a COPASA para retirar todo o material, e recompor a APP. Fazer a notificação para a COPASA. O Presidente submeteu à votação a proposta de notificar a COPASA para que promovam a retirada de todos os materiais depositados na área, bem como realizem a recuperação e recomposição da Área de Preservação Permanente (APP) eventualmente impactada. Também foi colocada em votação a autorização para a realização da limpeza do terreno exclusivamente nas áreas situadas fora dos limites da APP, observadas as normas ambientais vigentes. Após discussão, a proposta foi apreciada pelos conselheiros para deliberação. A votação primeiro pela notificação, a COPASA ser notificada a retirada e a limpeza e a recomposição da APP e após a limpeza do terreno exclusivamente nas áreas situadas fora dos limites da APP. Na sequência, o processo foi submetido à votação quanto à sua votação geral, sendo aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 05.** Autorização de Intervenção – Movimentação de Terra.. REQUERENTE: Glauco Ribeiro de Oliveira, CPF/ CNPJ: 573.513.176-15. Endereço: Rua Fagundes Varela, n. 1701 a 1702, bairro São José, Lotes 129-166-223, Quadra 093, Zona 007. Protocolo n. 56801/2025. Parecer único n. 17 pelo Deferimento. O conselheiro Sr. Adriano Guimarães Parreira (UEMG/titular) solicitou destaque. O mesmo questiona sobre a notificação e a multa no local. Relata que o mesmo empreendimento cortou sete árvores em um domingo sem autorização. E questiona se a prefeitura fez a notificação para a empresa. Durante sua manifestação, mencionou ainda ter buscado informações junto aos representantes do empreendimento sobre as medidas de sustentabilidade ambiental associadas ao investimento que está sendo realizado no município. Segundo relatado, embora tenham sido prestadas informações sobre aspectos econômicos do projeto, não foram apresentados esclarecimentos objetivos quanto aos compromissos ambientais e às ações de sustentabilidade previstas para o empreendimento. Por fim, reiterou a necessidade de apuração dos fatos relacionados à eventual supressão de vegetação e às intervenções realizadas na área, registrando que o tema deverá ser encaminhado às instâncias competentes para avaliação e adoção das providências cabíveis, caso necessário. Palavra do Presidente, Sr. Danilo Teixeira, em resposta aos questionamentos apresentados, foi esclarecido que a fiscalização municipal vem passando por um processo de modernização e digitalização dos procedimentos, com implantação de sistemas de controle, monitoramento e acompanhamento das demandas recebidas. Ressaltou-se que esse processo busca conferir maior eficiência, transparência e rastreabilidade às ações fiscalizatórias, evitando falhas no tratamento das denúncias protocoladas. Foi informado que o volume de demandas recebidas pelo setor é extremamente elevado, ultrapassando mil denúncias mensais, enquanto o quadro de fiscalização conta com número reduzido de servidores, incluindo apenas dois fiscais dedicados à área ambiental. Diante desse cenário, destacou-se que a equipe tem atuado dentro de sua capacidade operacional para atender às ocorrências e denúncias encaminhadas pela população. Na oportunidade, foi ressaltada a importância da adoção de medidas tecnológicas para auxiliar o trabalho de fiscalização, mencionando-se propostas já discutidas anteriormente, como a instalação de câmeras de monitoramento em pontos críticos de descarte irregular de resíduos e a utilização de sistemas capazes de identificar os infratores. Foi destacado que o registro de imagens e a identificação dos responsáveis constituem ferramentas importantes para aplicação das penalidades previstas na legislação e para redução das infrações ambientais. Também foi enfatizada a necessidade de monitoramento contínuo das áreas suscetíveis a irregularidades ambientais, especialmente aquelas sujeitas ao descarte clandestino de resíduos e entulhos. Por fim, registrou-se que diversas situações chegam diariamente ao conhecimento da fiscalização e são encaminhadas para análise e adoção das providências cabíveis,

observadas as prioridades e a capacidade operacional disponível. Na sequência, o processo foi submetido à votação quanto à sua votação geral, sendo aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 06.** Solicitação para autorização de supressão de espécie protegida de corte (pequi/ipê). Requerente: Glauco Ribeiro de Oliveira, CPF/ CNPJ: 573.513.176-15. Endereço: Rua Fagundes Varela, n. 1701 a 1702, bairro São José, Lotes 129-166-223, Quadra 093, Zona 007. Protocolo n. 56801/2025. Parecer único n. 17 pelo Deferimento. Não apresentou destaque. Na sequência, foi discutida a compensação ambiental referente à supressão de um indivíduo de pequizeiro. Foi esclarecido que o parecer técnico encaminhou ao Conselho a definição da forma de compensação ambiental, considerando a possibilidade de cumprimento mediante plantio compensatório ou observância dos mecanismos previstos na legislação específica aplicável à espécie protegida. Durante os debates, foram levantados questionamentos sobre a possibilidade de compensação parcial por meio de plantio e parcial por meio de pagamento em pecúnia. Contudo, foi destacado que a matéria é regulada por legislação estadual específica, devendo ser observadas integralmente as exigências legais aplicáveis à compensação pela supressão de espécies protegidas. Foi esclarecido que a compensação prevista para espécies especialmente protegidas não pode ser flexibilizada por deliberação do Conselho em desacordo com a legislação vigente, sob pena de descumprimento da norma estadual. Ressaltou-se ainda que eventuais obrigações financeiras destinadas aos fundos estaduais possuem natureza distinta das compensações eventualmente previstas na legislação municipal. Após as discussões, consolidou-se o entendimento de que a compensação deverá observar integralmente a legislação específica aplicável, mediante o plantio compensatório correspondente, acompanhado do monitoramento obrigatório pelo prazo mínimo de cinco anos, conforme exigência legal. A proposta foi submetida à deliberação dos conselheiros, sendo aprovada a compensação nos termos da legislação específica, com a inclusão da condicionante referente ao plantio compensatório e ao monitoramento pelo período mínimo de cinco anos. Ficou definido que a supressão de um pequi, a realização de plantio de cinco mudas, o mesmo ser realizado no período chuvoso, até 31/12/2026. A manutenção deve ser feita durante cinco anos. Apresentar relatório semestral, durante cinco anos. O primeiro relatório deve ser apresentado imediatamente após o plantio. Os demais relatórios devem ser apresentados a cada seis meses, pelo o período de cinco anos. Em seguida, passou-se à apreciação das atas de reuniões anteriores do Conselho. Foi informado que os documentos haviam sido encaminhados pelo ex-presidente do colegiado, tratando-se de atas que não haviam sido submetidas à aprovação e publicação em exercícios anteriores. O presidente do conselho agradeceu a presença de todos, e encerrou a sessão às 10h28, determinando que a presente ata fosse lavrada por Ana Carolina Mello, Secretária Executiva do CODEMA, após lida e aprovada, será publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros.

Divinópolis, 28 de maio de 2026.

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:481E9E92

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA – COMOB

Data: 24 de agosto de 2026.
Pauta: Análise do requerimento apresentado pela empresa Braúna Empreendimentos Ltda., referente à solicitação de revisão do Plano Viário Municipal nos Eixos G e J.

Aos vinte e quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, às 9 horas, no Auditório da SETTRANS, realizou-se reunião do Conselho Municipal de Mobilidade Urbana – COMOB, tendo como pauta a análise do requerimento apresentado pela Braúna Empreendimentos Ltda., referente à solicitação de revisão do Plano Viário Municipal nos Eixos G e J.
O Secretário Municipal de Trânsito, Segurança Pública e Mobilidade Urbana e Presidente do Conselho, Lucas Lopes, iniciou a reunião agradecendo a presença de todos os participantes e, em seguida, apresentou a pauta, realizando a leitura do requerimento encaminhado pela Braúna Empreendimentos.
Registrou-se a presença dos seguintes representantes:

- **SEPLAN**, representada por **Raul José da Costa e Fernando Júnio de Oliveira**;

- **SETTRANS**, representado por **Cleiton José de Sousa e Rodrigo Amaral Ferreira**;

- **SEMFOP**, representada por **Rita Daniela Ferreira**;

Ficou registrada, ainda, a ausência dos representantes da **SEMSUR.**
Logo após, foi esclarecido que a empresa pretende desenvolver empreendimento habitacional na Gleba 11, Zona 36, situada na região da Fazenda da Chácara, entre os bairros Vila Roseiras e Euroville, com a implantação de condomínio residencial fechado composto por casas populares destinadas ao Programa Minha Casa, Minha Vida, Faixa 1.
Durante a apresentação, foi informado que, de acordo com o Plano Viário Municipal vigente, a referida gleba é atingida por duas diretrizes viárias. A primeira corresponde ao Eixo G, previsto em sistema binário, composto pelas ruas Augusto de Oliveira Torres e José Teodoro Ferreira. A segunda corresponde ao Eixo J, proveniente da Avenida Antônio Soares Pereira, no Bairro Euroville, com projeção sobre área do Município localizada na Quadra 520.
Lucas apresentou aos membros do Conselho as justificativas constantes do requerimento, segundo as quais a manutenção dos atuais traçados dos Eixos G e J comprometeria a implantação do empreendimento pretendido, especialmente em razão das áreas necessárias para implantação das vias e dos custos de infraestrutura decorrentes.
Em relação ao Eixo G, a Braúna Empreendimentos propôs o deslocamento da diretriz para a Rua Santa Clara, apresentando como alternativa um percurso que partiria da Rua Santa Clara, no Bairro Vila Roseiras, seguindo em direção ao Bairro Padre Eustáquio, posteriormente pelas ruas Geraldo Amaral, Estados Unidos e Rosa Fonseca e Silva, com continuidade até o Bairro Santa Rosa.
Entre as justificativas apresentadas pela empresa para essa alteração foram mencionadas a possibilidade de obtenção de um trajeto contínuo, a existência de trechos já pavimentados, a ampliação da fluidez e da acessibilidade entre os bairros da região e a existência de obstáculos no traçado atualmente previsto pela Rua José Teodoro Ferreira.
Quanto ao Eixo J, foi apresentada proposta de modificação do traçado a partir de sua chegada à Quadra 520. Pela alternativa apresentada, seria mantido o percurso original pela Avenida Antônio Soares Pereira, no Bairro Euroville, e pela projeção existente sobre o terreno municipal da Quadra 520. A partir da chegada ao Bairro Vila Roseiras, entretanto, o eixo teria seu rumo alterado em direção à Rua Ercílio Augusto de Almeida, seguindo posteriormente pela Rua Pedro Martins Machado, Rua Maria do Carmo Souza e, na sequência, por estrada vicinal até alcançar a Estrada DVL-040.
Após a apresentação do requerimento, foi iniciada a discussão entre os membros do Conselho. Os participantes fizeram suas ponderações e realizaram análise conjunta do sistema viário da região, utilizando os mapas e as informações disponíveis no sistema municipal de geoprocessamento – GEO.
Durante as discussões foram avaliados o sistema binário previsto para o Eixo G, o alinhamento e a continuidade das vias, a configuração dos traçados propostos e sua integração com a malha viária existente e projetada.
No que se refere especialmente ao Eixo J, foi destacado que sua diretriz já apresenta continuidade em empreendimentos implantados ou em implantação na região. Foi observado que, no Bairro Lagoa Park, o Eixo J já possui via com largura de 30 metros e que essa mesma configuração foi mantida no Bairro Euroville, estabelecendo-se, portanto, uma sequência viária estruturante com largura de 30 metros.
Os membros ressaltaram que a projeção do Eixo J no sentido da Gleba 11 deve preservar essa continuidade e manter a largura de 30 metros

já adotada nos trechos anteriores. Considerou-se que eventual alteração que reduzisse ou interrompesse essa configuração poderia prejudicar a continuidade do planejamento viário municipal e os empreendimentos que já realizaram seus projetos e investimentos observando a diretriz atualmente estabelecida.
Após as análises, discussões e ponderações dos membros presentes, o Conselho deliberou pelo indeferimento da proposta de alteração do Eixo G, mantendo-se, neste momento, a diretriz prevista no Plano Viário Municipal, não sendo aprovada a transferência do eixo para a Rua Santa Clara nos moldes apresentados pela requerente.
Da mesma forma, o Conselho deliberou pelo indeferimento da proposta apresentada para alteração do Eixo J, considerando, entre outros aspectos discutidos, a necessidade de preservar a continuidade da diretriz viária e a largura de 30 metros já existente no Bairro Lagoa Park e mantida no Bairro Euroville.
Ficou consignado, entretanto, que a Braúna Empreendimentos poderá apresentar nova proposta técnica para o Eixo J, desde que a solução proposta assegure a continuidade do eixo e mantenha a largura de 30 metros já adotada nos trechos existentes no Lagoa Park e no Euroville, de forma a compatibilizar o empreendimento pretendido com o planejamento viário já estabelecido para a região.

A eventual apresentação de nova alternativa deverá ser acompanhada dos elementos técnicos necessários para nova análise pelo Conselho Municipal de Mobilidade Urbana.
Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, sendo lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros presentes.

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:2022CC96

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO

A Prefeitura Municipal de Divinópolis, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, torna público seu interesse na locação de um imóvel em Divinópolis/MG, sendo para a instalação da Unidade Básica de Saúde (UBS) Ponte Funda para os usuários do Município nos termos, especificações, condições e exigências estabelecidas no Aviso de Chamamento Público e Termo de Referência disponibilizados no endereço eletrônico: www.divinopolis.mg.gov.br, Aba > ARQUIVOS ÚTEIS. Os documentos exigidos e a proposta de locação no item 5 do Aviso para o credenciamento dos interessados em participar deste chamamento deverá ser enviado por meio eletrônico, no endereço de e-mail: fernandasemusadaps@gmail.com, aos cuidados da Comissão de Avaliação de Imóveis, das 8:00h do dia 26/08/2026 até as 16:30h do dia 09/09/2026. Dúvidas, entre em contato pelo telefone: (37) 3229-6850.

Divinópolis, 25 de agosto de 2026.

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E CONTRATAÇÃO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIVINÓPOLIS.

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:2C091D27

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
CISVI – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO ITAPECERICA – AVISO DE LICITAÇÃO

O CISVI, torna pública o Aviso de Pregão Eletrônico nº. 09/2026 – PAL nº 17/2026 - Objeto Registro de preços para uma futura e eventual contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de alinhamento e balanceamento em veículos pesados e leves, montagem e desmontagem de pneus para manutenção dos veículos da frota de veículos do CISVI, devidamente certificados pelo INMETRO em atendimento à coordenação de Transporte em Saúde. Data de Recebimento de Propostas: 26 (vinte e seis) de Agosto de 2026 - Abertura das Propostas dia 09 (nove) de setembro de 2026 às 09:00 horas – Referência de Tempo: Horário de Brasília. – Local da Sessão Pública: Plataforma de Licitações Eletrônicas Licitar Digital - https://licitar.digital/ - Telefone: (31) 3191-0707 - E-Mail: contato@licitardigital.com.br - O edital está à disposição dos interessados no site do CISVI – www.cisvi.com.br - Informações complementares poderão ser obtidas através do Telefone. (037) 3214-1770.

Divinópolis/MG, 25 de Agosto de 2.026 –

Gerência Administrativa.

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:8AF0B2DC

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
COMUNICAÇÃO 178

Comunicamos a quem possa interessar o não comparecimento em prazo hábil ou a desistência da vaga dos candidatos convocados conforme resultado final do Concurso Público – Edital nº 01/2024, para assumir contrato temporário nos moldes da Lei Municipal nº 4450/98 listados abaixo:

ENFERMEIRO PSF – 40 HS/SEMANAIS		
Classificação	**Nome**	**Motivo**
178º	MAINI APARECIDA DE FREITAS GOMES	Não manifestou interesse na vaga.

Divinópolis, 26 de agosto de 2026.

(Assinado Digitalmente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:C56FDEC5

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
COMUNICAÇÃO 98 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 01/2026– SEMUSA

Comunicamos a quem possa interessar o não comparecimento em prazo hábil, eliminação por falta de comprovação de documentos ou a desistência da vaga dos candidatos convocados conforme resultado final do Processo Seletivo Edital n° 01/2026 – SEMUSA, para assumir contrato temporário nos moldes da Lei Municipal nº 4450/98 listados abaixo:

ENFERMEIRO 200 HS – 40 HS/SEMANAIS		
Classificação	**Nome**	**Motivo**
108º	MARISA VENTURA DA CRUZ	Não manifestou interesse na vaga.

TÉCNICO DE ENFERMAGEM 200 HS – 40 HS/SEMANAIS		
Classificação	**Nome**	**Motivo**
132º	LUCIANA SBAMPATO DE OLIVEIRA	Não manifestou interesse na vaga.

Divinópolis, 26 de agosto de 2026.

(Assinado Digitalmente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:1836D5EA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
COMUNICAÇÃO 98 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 03/2025– SEMUSA

Comunicamos a quem possa interessar o não comparecimento em prazo hábil, eliminação por falta de comprovação de documentos ou a desistência da vaga dos candidatos convocados conforme resultado final do Processo Seletivo Edital n° 03/2025 – SEMUSA, para

assumir contrato temporário nos moldes da Lei Municipal nº 4450/98 listados abaixo:

MÉDICO GENERALISTA PSF 04HS – 20 HS/SEMANAIS		
Classificação	**Nome**	**Motivo**
169º	DANIELLE IVY DE ALMEIDA PINHEIRO	Não manifestou interesse na vaga.

Divinópolis, 25 de agosto de 2026.

(Assinado Digitalmente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:B4122176

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
COMUNICADO DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR REFERENTE AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2026-SEMDS

A Secretária Municipal de Desenvolvimento Social (SEMDS) de Divinópolis/MG, no uso de suas atribuições, por meio da Comissão de Seleção, observado o disposto no item 11 do Edital de Chamamento Público nº 05/2026-SEMDS, torna público o Resultado Preliminar da avaliação das propostas apresentadas pelas Organizações da Sociedade Civil participantes para a execução, em regime de mútua cooperação, do Serviço de Acolhimento de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, compreendendo o Serviço de Acolhimento Institucional modalidade Abrigo Institucional para Adolescentes e o Serviço de Acolhimento em República para Jovens em Processo de Desligamento, voltados a pessoas em situação de vulnerabilidade pessoal e social, nos termos do Edital e do Termo de Referência:

Entidade	Classificação	Pontuação Total	Status
ADRA BRASIL – Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais Sudeste Brasileira	1º	17,5 *(dezessete vírgula cinco)*	Classificada
ADAP – Aliança Divinopolitana de Assistência e Promoção	2º	0 (zero)	Inabilitada

Em conformidade com o Edital de Chamamento Público nº 05/2026-SEMDS, o prazo para interposição de recursos contra o resultado preliminar será de 28/08/2026 a 01/09/2026, das 08h00 às 16h30, horário de Brasília. Caso haja recursos interpostos, os demais interessados poderão apresentar contrarrazões entre 02/09/2026 e 04/09/2026. Os envelopes lacrados e devidamente identificados devem ser protocolados na sede da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEMDS), conforme as regras estabelecidas no item 15 do Edital.

Divinópolis/MG, 26 de agosto de 2026.

JULIANA COELHO
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:0C7DB912

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO Nº 1124-2026 – SEMED - CONTRATADO(A) SORAIA DOS SANTOS SOARES

Lotação: **EM JOÃO SEVERINO DE AZEVEDO**/SEMED - Cargo: **PAAFEF - CIENCIAS EXATAS** - Justificativa: EM SUBSTITUIÇÃO A GILMARA DE SOUZA RABELO GONTIJO- MATRÍCULA 99015487 – EM LICENÇA MÉDICA **Período: 27/08/2026 a 21/12/2026 – Valor Mensal: R$ 2.426,11 (dois mil e quatrocentos e vinte e seis reais e onze centavos)**

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:28E26447

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO Nº 1125-2026 – SEMED - CONTRATADO(A) MAYRA CRISTINA PEREIRA SILVA –

Lotação: **CMEI JOSÉ CLEMENTINO FILHO**/SEMED - Cargo: **PAEIAIEF - PROF. EM AT. EDUCACAO INF. E ANOS INI.** - Justificativa: EM SUBSTITUIÇÃO A VERONICA CARRANO RODRIGUES RABELO – MATRÍCULA 99043797/3 – EM LICENÇA MÉDICA **Período: 27/08/2026 a 17/09/2026 – Valor Mensal: R$ 3.546,95 (três mil e quinhentos e quarenta e seis reais e noventa e cinco centavos)**

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:DAA44B0A

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO Nº 1126-2026 – SEMED - CONTRATADO(A) REISLA GOMES DOS SANTOS

Lotação: **EM JOAO EPIPHANIO PEREIRA**/SEMED - Cargo: **PAEIAIEF - PROF. EM AT. EDUCACAO INF. E ANOS INI.** - Justificativa: EM SUBSTITUIÇÃO A VANESSA CASTORINO DE MORAIS – MATRICULA 99040400/3 – EM LICENÇA MÉDICA **Período: 27/08/2026 a 21/12/2026 – Valor Mensal: R$ 3.546,95 (três mil e quinhentos e quarenta e seis reais e noventa e cinco centavos)**

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:91CFF155

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO Nº 1127-2026 – SEMED - CONTRATADO(A) HELENA APARECIDA DA SILVA

Lotação: **EM SÃO GERALDO**/SEMED - Cargo: **PAEIAIEF - PROF. EM AT. EDUCACAO INF. E ANOS INI.** - Justificativa: EM SUBSTITUIÇÃO A MARIA APARECIDA DE MELO MADEIRA – MATRICULA 99035307 – EM LICENÇA MÉDICA **Período: 27/08/2026 a 18/09/2026 – Valor Mensal: R$ 3.546,95 (três mil e quinhentos e quarenta e seis reais e noventa e cinco centavos)**

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:D6E51661

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
CONVOCAÇÃO 114 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 03/2025– SEMUSA

Comunicamos a quem possa interessar a convocação dos abaixo relacionados conforme resultado do Processo Seletivo Simplificado N° **03/2025**- SEMUSA, para assumir contrato temporário nos moldes da Lei Municipal nº 4450/98:
01 vaga para o cargo de Médico Generalista PSF 04HS para atuação na Secretaria Municipal de Saúde;

• Caso excepcional previsto em lei: Sim	Lei Municipal nº 4450/2003, Art. 2º, III.
• Prazo de contratação predeterminado: Sim	Início: 02/09/2026 – Término: 28/02/2027
• Necessidade temporária: Sim	Justificativa: Projeto temporário: Manutenção do Projeto Saúde na Hora, para atendimento da população até as 22 horas na ESF Ermida I, inexistindo no quadro pessoal do Município servidor disponível para suprir tal necessidade.
• Interesse público, excepcional: Sim	
• Contratação indispensável: Sim	

Candidatos convocados:

Médico Generalista PSF 04 – 20 HS SEMANAIS	
Classificação	**Nome**
172º	ÁLVARO EDUARDO ALVES
173º	LETÍCIA DE MOURA AMARANTE

O (a) Candidato (a) deverá entrar em contato com a Gerência de Recursos Humanos da Semusa pelo telefone: (37)3229-6816 ou (37)99170-0061 em até dois dias úteis para agendamento de horário.

O candidato deverá comparecer munidos dos seguintes documentos: RG, CPF, Comprovante de endereço. **Deverá ainda trazer os documentos que comprovam sua pontuação no Processo Seletivo, sendo esses originais e cópias.** A não comprovação da pontuação e o não agendamento do (a) candidato (a) acarretará em sua eliminação ao Processo Seletivo n° **03/2025**.

Divinópolis, 26 de agosto de 2026.

(Assinado Digitalmente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:49DD4F70

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
CONVOCAÇÃO 116 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N º 001/2026

Comunicamos a quem possa interessar a convocação dos abaixo relacionados conforme resultado do Processo Seletivo Simplificado N° 01/2026- SEMUSA, para assumir contrato temporário de excepcional interesse público nos moldes da Lei Municipal nº 4450/98, conforme cumprimento dos requisitos legais elencados:
01 vaga para o cargo de Enfermeiro – 200 horas para atuação na Secretaria Municipal de Saúde;

• Caso excepcional previsto em lei: Sim	Lei Municipal nº 4450/2003, Art. 2º, III.
• Prazo de contratação predeterminado: Sim	Início: 02/09/2026 – Término: 24/02/2027
• Necessidade temporária: Sim • Interesse público, excepcional: Sim • Contratação indispensável: Sim	Justificativa: Manutenção do serviço a fim de evitar a desassistência, diante das persistências das demandas na Gerência de Regulação e ausência de candidatos aprovados em concurso público, pois não existe no quadro pessoal do Município servidor disponível para suprir tal necessidade.

02 vagas para o cargo de Técnico de Enfermagem – 200 horas para atuação na Secretaria Municipal de Saúde;

• Caso excepcional previsto em lei: Sim	Lei Municipal nº 4450/2003, Art. 2º, III.
• Prazo de contratação predeterminado: Sim	Início: 02/09/2026 – Término: 24/02/2027
• Necessidade temporária: Sim • Interesse público, excepcional: Sim • Contratação indispensável: Sim	Justificativa: Manutenção do serviço a fim de evitar a desassistência, diante das persistências das demandas no Serviço Residencial Terapêutico I e ausência de candidatos aprovados em concurso público, pois não existe no quadro pessoal do Município servidor disponível para suprir tal necessidade.

• Caso excepcional previsto em lei: Sim	Lei Municipal nº 4450/2003, Art. 2º, III.
• Prazo de contratação predeterminado: Sim	Início: 02/09/2026 – Término: 24/02/2027
• Necessidade temporária: Sim • Interesse público, excepcional: Sim • Contratação indispensável: Sim	Justificativa: Manutenção do serviço a fim de evitar a desassistência, diante das persistências das demandas na Gerência de Controle, aguardando posse de servidor efetivo, inexistindo no quadro pessoal do Município servidor disponível para suprir tal necessidade.

Candidatos convocados:

ENFERMEIRO – 200 HS – 40 HS/SEMANAIS	
Classificação	**Nome**
109º	GISELE MARIA TÉLES COELHO

TÉCNICO DE ENFERMAGEM – 200 HS – 40 HS/SEMANAIS	
Classificação	**Nome**
133º	RENATA CRISTIANE PEREIRA GONÇALVES
134º	DEIVID VINCI CORREIA

O (a) Candidato (a) deverá entrar em contato com a Gerência de Recursos Humanos da Semusa pelo telefone: (37)3229-6816 ou (37)99170-0061 em até dois dias úteis para agendamento de horário.
O candidato deverá comparecer munidos dos seguintes documentos: RG, CPF, Comprovante de endereço. Deverá ainda trazer os documentos que comprovam sua pontuação no Processo Seletivo, sendo esses originais e cópias. A não comprovação da pontuação e o não agendamento do (a) candidato (a) acarretará sua eliminação ao Processo Seletivo n° 01/2026.

Divinópolis, 26 de agosto de 2026.

(Assinado Digitalmente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:5DF624C3

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
DECISÃO ADMINISTRATIVA

PAD nº. 004/2024
Servidor: Lucas Lopes Estevam
Objeto: art. 181, XII, LC 009/92

Trata-se do julgamento do Processo Administrativo Disciplinar (PAD) nº 04/2024/CPAD, instaurado com o objetivo de apurar suposta prática de infrações funcionais atribuídas ao servidor público municipal LUCAS LOPES ESTEVAM, então ocupante do cargo de Gerente de Projetos de Trânsito no âmbito da Secretaria Municipal de Trânsito, Segurança Pública e Mobilidade Urbana (SETTRANS).

O presente feito disciplinar decorreu de compartilhamento de elementos informativos e provas documentais colhidas pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais no bojo do PIC nº MPMG 0223.19.000880-3, instruído a partir da deflagração de operação policial conjunta, o qual subsidiou o oferecimento de denúncia criminal distribuída perante a 3ª Vara Criminal da Comarca de Divinópolis(nº 5020093-03.2022.8.13.0223 / 0121978-53.2019.8.13.0223).

A imputação deduzida em desfavor do indiciado baseou-se na suposta participação em conluio funcional com outros servidores municipais lotados na SETTRANS, com o alegado desiderato de direcionar a elaboração e obter vantagens patrimoniais indevidas na confecção e aprovação de Relatórios de Impacto de Circulação (RICs), estudos técnicos exigidos pelo Município de Divinópolis para o licenciamento urbanístico de empreendimentos imobiliários e comerciais com potencial de geração de tráfego expressivo.

Destacou-se na acusação a confecção do estudo técnico alusivo ao empreendimento imobiliário denominado "Juruna Mall", também referenciado nas investigações como "Relatório do Bezerro", envolvendo a solicitação da quantia de R$ 14.000,00, além de menções a outros relatórios técnicos correlatos, tais como da sociedade empresária JGV Empreendimentos e do Auto Posto Castro Alves.

Regularmente instaurado o procedimento, o indiciado foi formalmente notificado e cientificado de todos os atos e peças instrutórias que compõem o caderno processual disciplinar, bem como da designação de audiência instrutória.

No exercício de suas prerrogativas constitucionais, o servidor constituiu advogado legalmente habilitado aos autos (fls. 26/27), que acompanhou pessoalmente a instrução processual, oportunidade em que foram inquiridas as testemunhas tempestivamente arroladas e ultimando-se a fase probatória oral com a realização do interrogatório formal do indiciado.

Encerrada a fase instrutória, a Comissão Processante lavrou o respectivo Termo de Indiciação (fls. 49/50), enquadrando a conduta do servidor nas proibições e penalidadesestatuídas no art. 181, inciso XII, combinado com o art. 196, inciso XI, ambos da Lei Complementar nº 09/92 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Divinópolis).

Devidamente citado para o oferecimento de suas razões derradeiras (fls. 51), o indiciado apresentou defesa escrita fundamentada (fls. 51 e seguintes), na qual, em sede preliminar, arguiu a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva disciplinar com fulcro no art. 205 da LC nº 09/92, sob o fundamento de que os fatos investigados remontam ao ano de 2019 e que a instauração do feito disciplinar somente ocorreu em 29 de abril de 2024, transcorrendo lapso temporal superior a 4 (quatro) anos desde a ciência originária dos fatos pela

Administração Pública, considerando a instauração concomitante de processo disciplinar anterior contra outros servidores (PAD nº 06/2020); enquanto no mérito, sustentou a integral ausência de lastro probatório quanto à sua participação em qualquer esquema ilícito de corrupção funcional, asseverando que jamais recebeu propina, comissão, honorários ou qualquer vantagem pecuniária indevida; destacando que sua atuação em grupos de mensagens eletrônicas se restringiu a orientações funcionais de praxe inerentes ao setor técnico de trânsito e trâmite burocrático de projetos, não tendo atuado como analista responsável pela aprovação nem auferido proveito econômico de contratos privados de terceiros.

Em 17/07/2025, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar emitiu o seu Relatório Final (fls. 60/65).

No pronunciamento, a CPAD rejeitou a preliminar de prescrição e, no mérito, asseverou ter restado configurada a infração disciplinar prevista no art. 181, inciso XII, combinado com o art. 196, inciso XI, da Lei Complementar Municipal nº 09/1992.

Nada obstante o enquadramento em tipo legal disciplinar que abstratamente comina a penalidade de demissão, o colegiado processante, invocando a dosimetria preconizada no art. 192 da legislação estatutária municipal e a aplicação do princípio da proporcionalidade e razoabilidade (art. 2º da Lei Federal nº 9.784/99), opinou pela aplicação da penalidade atenuada de suspensão pelo prazo de 90 (noventa) dias ao indiciado, com remessa dos autos ao então Chefe do Poder Executivo, na forma do art. 229 da LC nº 09/92.

A atual Chefe do Poder Executivo encaminhou os autos à Procuradoria-Geral do Município, para exame de regularidade e conformidade jurídica. O Procurador-Geral do Município emitiu o Parecer nº 1568/2026, no qual atestou a regularidade formal do procedimento instaurado, ratificou a inocorrência da prescrição da pretensão punitiva e ressaltou a juntada aos autos da Sentença de mérito proferida pelo Juízo de Direito da Vara da Fazenda Pública e Autarquias da Comarca de Divinópolis nos autos da Ação Civil de Improbidade Administrativa nº 5002508-98.2023.8.13.0223, posteriormente à emissão do Relatório Final pela CPAD, concluindo o órgão de assessoria jurídica municipal pela aptidão do feito disciplinar para julgamento definitivo pela autoridade competente.

Na referida decisão, o Poder Judiciário julgou integralmente improcedente a pretensão condenatória e indenizatória deduzida pelo Ministério Público em face do servidor Lucas Lopes Estevam. Vieram os autos conclusos a este Gabinete Executivo para prolação do ato decisório final. É o relatório circunstanciado dos fatos e atos processuais. Antes de adentrar no exame substancial da responsabilidade funcional do indiciado, impõe-se a apreciação da prejudicial de mérito arguida pela defesa técnica referente à suposta extinção da punibilidade administrativa pela prescrição da pretensão punitiva disciplinar.

Sustenta o indiciado que os fatos objeto da apuração teriam ocorrido em janeiro de 2019 e que o presente procedimento disciplinar somente restou instaurado em 29/04/2024, após o transcurso de mais de 4 (quatro) anos, ultrapassando o lapso temporal previsto no art. 205, inciso I, da Lei Complementar nº 09/92. Alega, outrossim, que a Administração Municipal já havia instaurado em 2020 o PAD nº 06/2020 para apuração dos mesmos fatos em relação a outros servidores, o que demonstraria o conhecimento prévio dos acontecimentos pelo ente público.

A preliminar em foco não comporta acolhimento, impondo-se a confirmação do entendimento técnico exarado pela Comissão Processante e referendado pela ProcuradoriaGeral do Município. Com efeito, a contagem do prazo prescricional no âmbito do direito administrativo sancionador disciplinar rege-se pelo princípio da actio nata em sua vertente subjetiva, preconizando o art. 205, § 1º, da LC nº 09/92 que o prazo prescricional começa a decorrer expressamente da data em que o fato se tornou formalmente conhecido pela autoridade pública competente para a instauração do procedimento disciplinar. Na hipótese vertente, consoante deflui dos documentos acostados aos autos (fls. 04 do PAD), a Administração Municipal somente tomou ciência formal, inequívoca e individualizada acerca da imputação que envolvia a pessoa e a conduta funcional específica do servidor Lucas Lopes Estevam a partir da comunicação oficial remetida pelo Ministério Público, aos 22/11/2022.

Cumpre pontuar que a instauração anterior do PAD nº 06/2020 restringiu-se exclusivamente à apuração das faltas funcionais atribuídas a outros servidores, não havendo até a conclusão das investigações criminais ministeriais elementos informativos formalizados que imputassem ilicitude autônoma ao servidor ora indiciado.

A denúncia criminal que deflagrou a respectiva ação penal perante a 3ª Vara Criminal da Comarca de Divinópolis sob o nº 5020093-03.2022.8.13.0223 somente foi oferecida pelo órgãoministerial em 17 de novembro de 2022, momento em que se delineou formalmente a suposta participação individualizada do servidor no episódio.

Dessarte, tendo a autoridade administrativa competente tomado conhecimento formal e qualificado dos fatos em 22/11/2022, o termo ad quem do prazo prescricional quadrienal previsto no Estatuto dos Servidores Municipais apenas se consumaria em 22/11/2026, sendo certo que a instauração do presente PAD na forma da portaria publicada aos 29/04/2024 operou-se validamente a interrupção do fluxo prescricional, inexistindo o decurso de prazo prescricional entre o conhecimento da autoria e a deflagração do processo punitivo.

Rejeita-se, pois, a preliminar de prescrição da pretensão punitiva disciplinar.

Superada a matéria preliminar, impõe-se a análise aprofundada da imputação deduzida em desfavor do servidor indiciado, confrontando as conclusões exaradas pela Comissão de Processo Administrativo Disciplinar com as provas coligidas no feito, bem como com a superveniente decisão judicial prolatada na seara cível sancionadora sobre os mesmos fatos. Por oportuno, cabe pontuar que no regime jurídico administrativo brasileiro, o relatório final confeccionado pela comissão processante encerra pronunciamento opinativo e instrutório de natureza informativa e preparatória, destinado a subsidiar o juízo de convencimento da autoridade administrativa investida de competência decisória.

A autoridade julgadora não se encontra adstrita ou vinculada de forma cega ou automática às conclusões ou propostas formuladas pelo colegiado processante, detendo o poder-dever de rever a capitulação legal, reavaliar o conjunto fático-probatório e, se for o caso, discordar fundamentadamente do parecer para agravar, atenuar ou isentar o servidor de qualquer responsabilidade funcional.

Essa prerrogativa de julgamento autônomo e responsável decorre expressamente das normas gerais do processo administrativo e do regime jurídico disciplinar, que determinam a necessidade de motivação explícita quando a autoridade julgadora discrepar dos relatórios oficiais, como estabelece o art. 231, parágrafo único, da LC nº 009/92.

Tal entendimento é objeto de chancela pelo TJMG:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO ANULATÓRIA - TUTELA DE URGÊNCIA - SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - PENALIDADE DE DEMISSÃO - CONCLUSÃO DA AUTORIDADE JULGADORA DIVERGENTE DO PARECER DA COMISSÃO PROCESSANTE - POSSIBILIDADE - DECISÃO MANTIDA. Nos termos da Súmula n. 665 do colendo SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA: "O controle jurisdicional do processo administrativo disciplinar restringe-se ao exame da regularidade do procedimento e da legalidade do ato, à luz dos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, não sendo possível incursão no mérito administrativo, ressalvadas as hipóteses de flagrante ilegalidade, teratologia ou manifesta desproporcionalidade da sanção aplicada". A autoridade julgadora não está vinculada ao parecer da Comissão,de modo que sua conclusão pode ser divergente, com aplicação de penalidade mais branda ou mais severa, desde que

devidamente fundamentada. Em sede de cognição sumária, não constatada irregularidade no Processo Administrativo Disciplinar instaurado, tampouco a presença de flagrante ilegalidade, teratologia ou manifesta desproporcionalidade da sanção aplicada, não se verifica a probabilidade do direito invocado, o que impõe a manutenção da decisão." (Agravo de Instrumento-Cv 1.0000.25.056698-1/001, Relator(a): Des.(a) Edilson Olímpio Fernandes , 6ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 15/04/2025, publicação da súmula em 25/04/2025)

A faculdade de divergência motivada constitui garantia indispensável à efetiva realização da justiça no âmbito da Administração Pública, evitando que conclusões apressadas, interpretações equivocadas da prova ou distorções no enquadramento típico vinculem a chefia do Poder Executivo, a quem compete velar pela estrita legalidade, moralidade e presunção de inocência no exercício do poder disciplinar.

A imputação deduzida em desfavor do servidor indiciado consiste na suposta violação ao art. 181, inciso XII (proibição de receber propina, comissão, presente ou vantagens de qualquer espécie em razão de suas atribuições), culminando na prática de corrupção funcional capitulada no art. 196, inciso XI, ambos da Lei Complementar nº 09/92.

Todavia, da minuciosa análise do acervo probatório reunido nestes autos, constata-se a absoluta ausência de provas idôneas, seguras e inequívocas que comprovem a materialidade e a autoria das condutas infracionais atribuídas a Lucas Lopes Estevam.

Em primeiro lugar, impõe-se a delimitação das reais atribuições funcionais exercidas pelo servidor à época dos acontecimentos.

O indiciado exercia a função comissionada de Gerente de Projetos de Trânsito no organograma da SETTRANS. No âmbito daquela pasta municipal, a competência técnica para a análise substancial, conferência de cálculos e emissão de parecer conclusivo para aprovação ou rejeição de Relatórios de Impacto de Circulação (RICs) incumbia privativamente aos analistas e engenheiros especificamente designados para essa função técnica (como a servidora Andréia Flávia de Almeida e o servidor Rodrigo Amaral Ferreira), e não à gerência administrativa ocupada pelo indiciado.

Em segundo lugar, no que concerne ao empreendimento imobiliário Juruna Mall ("Relatório do Bezerro"), que constitui o fato nuclear e paradigma de toda a acusação de solicitação e recebimento de vantagem pecuniária indevida de R$ 14.000,00, a instrução probatória demonstrou cabalmente que o indiciado jamais manteve contato, negociação ou tratativa financeira com os representantes daquele empreendimento.

Com efeito, as declarações prestadas pela testemunha direta Luiz Cláudio Martins (engenheiro civil e responsável direto pelo empreendimento Juruna Mall) foram categóricas em afirmar que todas as tratativas, exigências burocráticas e intermediações contratuais foram direcionadas e conduzidas pessoalmente pela servidora Andréia Flávia de Almeida, sendo o contrato formalizado com o corréu Rick Erich Ribeiro.

A testemunha asseverou em seu depoimento judicial que "não se recorda de reunião com o réu Lucas Lopes Estevam" (registrado entre 47m03s e 47m44s da mídia audiência). Outrossim, no que tange ao alegado enriquecimento ilícito ou recebimento de vantagem patrimonial indevida, não existe nos autos um único extrato bancário, comprovante de transferência financeira, recibo, microfilme de cheque ou elemento contábil que vincule o patrimônio do servidor Lucas Lopes Estevam ao recebimento de valores decorrentes do empreendimento Juruna Mall ou de qualquer outra contratação privada.

Em terceiro lugar, a Comissão Processante fundamentou sua convicção acusatória precipuamente nas conversas extraídas de aplicativo de mensagens eletrônicas constantes da mídia de fls. 22 (perícia nos aparelhos celulares de Andréia Flávia e Rick Erich).

Ocorre que o exame contextualizado de tais diálogos revela que as interações mantidas pelo indiciado nos grupos de trabalho e comunicações privadas não consubstanciam atos de corrupção ou solicitação de vantagem ilícita, mas tão somente a prestação de esclarecimentos técnicos de engenharia de tráfego, formatação de desenhos e gerenciamento de rotinas burocráticas da repartição. A menção à frase isolada "fala pra ele conversar comigo", proferida em conversa de 08/08/2019 a respeito de exigências formuladas pelo analista técnico Rodrigo Amaral quanto a medidas mitigadoras em outro projeto (JGV Empreendimentos), não encerra qualquer prova de intervenção ilícita ou corrupção, porquanto compatível com a posição gerencial do indiciado, a quem competia intermediar diálogos e uniformizar rotinas procedimentais no setor, não havendo comprovação alguma de que tenha constrangido, ameaçado ou determinado ao analista técnico a aprovação irregular de qualquer relatório.

De igual modo, as tabelas e anotações informais de suposta contabilidade apreendidas exclusivamente nos aparelhos e residências de Andréia Flávia e Rick Erich contêm registros e deduções unilaterais elaborados por terceiros, os quais não possuem eficácia probatória para imputar ao indiciado o recebimento consciente e voluntário de propinas, notadamente quando desacompanhados de qualquer lastro financeiro real em suas contas particulares.

Conclui-se, portanto, que a acusação formulada em face do servidor Lucas Lopes Estevam lastreia-se em presunções frágeis, ilações indiretas e deduções genéricas desprovidas de suporte empírico e material idôneo, imprescindível à qualquer condenação, seja esta naseara criminal, cível ou administrativa, mormente o princípio constitucional da presunção de inocência.

O exercício da potestade punitiva disciplinar pelo Estado submete-se rigorosamente aos princípios e garantias fundamentais encartados na Constituição da República, que conformam o Direito Administrativo Sancionador contemporâneo. Dentre tais vetores axiológicos, sobressai o princípio da presunção de inocência (art. 5º, inciso LVII), que projeta sua eficácia plena e irradiante sobre o processo administrativo disciplinar, assegurando que nenhum servidor público seja apenado com base em meras suspeitas, ilações subjetivas ou presunções de culpabilidade.

A imposição de sanção disciplinar de qualquer graduação, seja ela demissória ou de suspensão temporária, exige da Administração Pública a produção de prova robusta, conclusiva e irrefutável da existência material do ilícito administrativo e de sua autoria dolosa.

A responsabilidade funcional deve ser objetivamente demonstrada nos autos do processo disciplinar, não se admitindo a inversão do ônus probatório em desfavor do servidor indiciado.
Persistindo dúvida razoável ou manifesta insuficiência probatória quanto à concorrência do servidor para a prática do ilícito funcional, o postulado fundamental do in dubio pro reo impõe, como imperativo indeclinável de justiça, a proclamação da absolvição e o encerramento do feito punitivo. Nesse sentido exato, a Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça firmou precedente paradigmático ao estabelecer que a ausência de provas seguras no processo administrativo disciplinar impõe à autoridade julgadora o dever de isentar o servidor de qualquer responsabilidade funcional:

MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. JULGAMENTO. FALTA DE ELEMENTOS IDÔNEOS PARA CONCLUIR PELA EXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADE. INSTAURAÇÃO DE NOVO PROCESSO. ART. 169 DA LEI N. 8.112/1990. IMPRESCINDIBILIDADE DA EXISTÊNCIA DE VÍCIO INSANÁVEL. 1. Nos termos do art. 169 da Lei n. 8.112/1990, a constituição de outra comissão para a instauração de novo processo disciplinar só é cabível quando verificada a existência de vício insanável, devendo a autoridade julgadora declarar a nulidade total ou parcial do processo e ordenar a formação de ulterior comissão, para instauração de novo processo. 2. A lei não confere à autoridade administrativa a faculdade de determinar a instauração de novo processo administrativo disciplinar ao entendimento, ainda que

fundamentado, de ausência de provas suficientes para a formação de sua convicção. 3. Se as provas coligidas no processo originário não são suficientes para a formação da convicção do julgador, cabe a ele isentar o servidor da responsabilidade e encerrar o processo, pois deve prevalecer o princípio da presunção da inocência, que só pode ser elidido com a devida constatação da falta, pois a responsabilidade funcional deve ser objetivamente definida. Ela não se presume. 4. Na hipótese dos autos, a reprodução deoutro processo administrativo disciplinar com o mesmo conteúdo e objeto, além de malferir o princípio da legalidade, impõe ao servidor, no mínimo, um constrangimento. Passível, pois, o controle do ato impugnado pelo Poder Judiciário. Precedentes. 5. Segurança concedida." (MS n. 15.004/DF, relator Ministro Sebastião Reis Júnior, Terceira Seção, julgado em 13/8/2014, DJe de 22/8/2014.)

No caso em apreço, inexistindo prova estreme de dúvidas de que Lucas Lopes Estevam tenha recebido vantagem indevida em razão do cargo ou concorrido dolosamente para a prática de atos de corrupção, a preservação do status de inocência do servidor e a sua consequente absolvição apresentam-se como a única solução compatível com os ditames constitucionais da legalidade e da justiça.

De grande relevo, outrossim, a repercussão da sentença judicial absolutória proferida na ação civil de improbidade administrativa de nº 5002508-98.2023.8.13.0223. Reforça de maneira substancial a necessidade de absolvição disciplinar do indiciado o julgamento de mérito superveniente prolatado pelo Poder Judiciário diante da ação ajuizada pelo Ministério Público, na qual a pretensão condenatória se faz lastreada exatamente no mesmo acervo probatório compartilhado que instruiu o presente processo disciplinar (PIC MPMG nº 0223.19.000880-3 e perícias em aparelhos celulares apreendidos), imputando aos mesmos agentes públicos a prática de ato de improbidade administrativa por enriquecimento ilícito decorrente dos mesmos fatos alusivos ao empreendimento Juruna Mall e outros projetos na SETTRANS.

Ao proferir a r. Sentença de mérito em 10 de agosto de 2026, o ilustre Juiz de Direito procedeu a uma exaustiva e minudente valoração de todo o substrato probatório documental, pericial e testemunhal produzido sob o crivo do contraditório judicial. Na oportunidade, o Magistrado julgou a ação PARCIALMENTE PROCEDENTE em face dos corréus Andréia Flávia de Almeida e Rick Erich Ribeiro, cominando-lhes graves sanções de perda da função pública, suspensão dos direitos políticos, pagamento de multa civil e ressarcimento de acréscimo patrimonial indevido.

Todavia, em relação específica ao servidor LUCAS LOPES ESTEVAM, o Poder Judiciário julgou os pedidos deduzidos pelo Ministério Público INTEGRALMENTE IMPROCEDENTES, assentando a ausência cabal de qualquer enriquecimento ilícito, de vantagem patrimonial auferida ou de conduta ímproba.

Consta expressamente da fundamentação da referida sentença judicial:

"No tocante a Lucas Lopes Estevam, a prova testemunhal colhida em juízo demonstrou que ele exercia funções gerenciais e administrativas na SETTRANS, sem competência técnica para aprovar ou reprovar o RIC (atribuição dos analistas), e não se produziu nenhuma prova documental ou financeira de quetenha recebido qualquer fração dos R$ 14.000,00 pagos pelo empreendimento 'Juruna Mall'. (...) não tendo sido ao longo da instrução produzida uma única prova da atuação direta do réu Lucas no empreendimento em questão e aferição de vantagem financeira dele decorrente. Assim, ausente a prova da relevante atuação e sobretudo enriquecimento ilícito ou da vantagem patrimonial recebida por Lucas (...) a improcedência do pedido quanto a eles é medida imperativa."

Muito embora vigore no ordenamento pátrio o princípio da independência relativa das esferas civil, penal e administrativa, a Administração Pública não pode agir de modo míope ou esquizofrênico, ignorando as sólidas conclusões fáticas extraídas pelo Poder Judiciário em sentença exauriente prolatada exatamente sobre os mesmos fatos e idêntico caderno de provas.

A manifesta inexistência de prova de recebimento de vantagem pecuniária ou de ato doloso de corrupção, expressamente proclamada pelo Poder Judiciário em sede cível sancionadora após dilação probatória completa, robustece o entendimento de que a conduta do servidor Lucas Lopes Estevam não ostenta relevância ilícita disciplinar, impondo-se a harmonia das decisões estatais e a prevalência da justiça material.

Por derradeiro, cumpre destacar a inadequação jurídica da proposta formulada no Relatório Final da CPAD nº 04/2024, no qual, a despeito de reconhecer, em tese, a prática da infração disciplinar gravíssima de corrupção funcional (art. 181, inciso XII, combinado com o art. 196, inciso XI, da Lei Complementar nº 09/92), cuja cominação legal abstrata é cogente e unicamente a penalidade de demissão, a Comissão, certamente diante da fragilidade do acervo probatório, buscou contornar a ausência de certeza aplicando o art. 192 do Estatuto dos Servidores Municipais e o princípio da proporcionalidade para sugerir a pena atenuada de suspensão por 90 (noventa) dias.

Porém, tal construção afigura-se juridicamente insustentável.

No Direito Administrativo Sancionador, não se admite a utilização da dosimetria das penas ou do princípio da proporcionalidade como mecanismo substitutivo para suprir a dúvida quanto à própria materialidade e autoria do ilícito.

Se a falta de corrupção estivesse provada de forma inequívoca, a pena de demissão decorreria da expressa tipificação legal; não estando provado que o servidor cometeu a falta, recebeu valores ou participou de ato corrupto, o único desfecho legítimo é a sua ABSOLVIÇÃO INTEGRAL.

Condenar o servidor a uma penalidade de suspensão sem a demonstração objetiva e induvidosa de sua culpa viola a presunção de inocência e afronta a segurança jurídica.

Por conseguinte, impõe-se a esta autoridade julgadora rejeitar a proposta punitiva formulada pela Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, para o fim de absolver o servidor indiciado de todas as imputações que lhe foram dirigidas.

Ante o exposto, no exercício das atribuições legais e constitucionais conferidas à Chefia do Poder Executivo Municipal e com esteio nos princípios constitucionais da legalidade e da presunção de inocência, rejeitando a preliminar de prescrição da pretensão punitiva disciplinar arguida pela defesa, hei por bem deixar de acolher a proposta condenatória formulada no Relatório Final, para rechaçar integralmente as imputações funcionais deduzidas em face do servidor público municipal LUCAS LOPES ESTEVAM, titular de cargo efetivo municipal, e JULGO ABSOLVIDO o referido servidor das infrações administrativas que lhe foram imputadas, em razão da manifesta ausência de provas da existência de corrupção funcional, recebimento de vantagem indevida ou qualquer ato de improbidade disciplinar.

Publique-se, registre-se e cumpra-se, com as cautelas de praxe.

Divinópolis, agosto de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
JANETE APARECIDA SILVA
Prefeita Municipal de Divinópolis

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:542E01CF

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
DECRETO Nº 17.530/26 (RETIFICADO)

Institui a Política Municipal de Alfabetização da Rede Municipal de Ensino de Divinópolis, estabelecendo diretrizes para alfabetização, recuperação das aprendizagens, inclusão educacional

e acompanhamento dos estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

A **Prefeita Municipal de Divinópolis**, Janete Aparecida Silva, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62, VI, da Lei Orgânica Municipal, e considerando:

- o disposto na Constituição Federal, especialmente quanto ao direito fundamental à educação, à garantia do padrão de qualidade do ensino e ao regime de colaboração entre os entes federativos;
- a Lei Federal 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- a Lei Federal 13.005/14, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e estabelece metas para a melhoria da qualidade da educação básica;
- a Resolução CNE/CP nº 2/17, que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC;
- a Resolução CEE/MG nº 481/21, que institui e orienta a implementação do Currículo Referência de Minas Gerais da Educação Infantil e do Ensino Fundamental;
- o Decreto Federal 11.556/23, que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA, com a finalidade de garantir o direito à alfabetização das crianças brasileiras, em regime de colaboração entre entes federados;
- o Decreto Estadual 48.939/24, que institui o Pacto Mineiro pela Alfabetização e estabelece estratégias de colaboração para fortalecimento das políticas de alfabetização no Estado de Minas Gerais;
- a Lei Federal 15.247/25, que dispõe sobre o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA;
- a Portaria Conjunta SEMED/COMED nº 04/20, que dispõe sobre a homologação da adesão do Município ao Currículo Referência de Minas Gerais;
- a Lei 9.014/22, que dispõe sobre as normas para funcionamento do Centro Educacional de Apoio e Atendimento Especializado "Professora Maria Fernanda Azevedo" – CEAE e a Lei 9.165/22;
- a Lei 9.299/23, que regulamenta a Lei Federal 13.935/19;
- a Lei 9.365/24, que institui a temática do empreendedorismo na Rede Municipal de Ensino;
- a Lei 9.415/24, que institui o Programa "Oficina Itinerante" como política pública de Estado;
- o compromisso do Município com a garantia do direito de aprendizagem, alfabetização e desenvolvimento integral dos estudantes da Rede Municipal de Ensino;
- a necessidade de implementação de política pública permanente de alfabetização, recuperação das aprendizagens, equidade educacional e inclusão dos estudantes;

DECRETA:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de Alfabetização da Rede Municipal de Ensino de Divinópolis/MG, com a finalidade de assegurar o direito de aprendizagem dos estudantes, promovendo o desenvolvimento das competências de leitura, escrita, interpretação, produção textual e raciocínio matemático, considerando os diferentes níveis de aprendizagem e as especificidades dos estudantes.
Art. 2º A Política Municipal de Alfabetização será coordenada pela Secretaria Municipal de Educação - Semed - e desenvolvida de forma articulada com as unidades escolares e os profissionais da educação, em regime de colaboração com a União e o Estado de Minas Gerais, observadas as diretrizes nacionais e estaduais de alfabetização e as necessidades educacionais da Rede Municipal de Ensino.
Parágrafo único. A Política Municipal de Alfabetização concentrará suas ações nos anos iniciais do Ensino Fundamental, sem prejuízo da adoção de estratégias pedagógicas destinadas a garantir o direito à alfabetização de todos os estudantes da Rede Municipal de Ensino que ainda não tenham consolidado as aprendizagens necessárias à leitura e à escrita, independentemente do ano de escolaridade em que estejam matriculados, bem como das ações de recuperação e recomposição das demais aprendizagens.

CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

Art. 3º A Política Municipal de Alfabetização será orientada pelos seguintes princípios e diretrizes:
I - garantia do direito à alfabetização e à aprendizagem como condição essencial para o desenvolvimento integral dos estudantes;
II - compromisso com a alfabetização dos estudantes até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, em consonância com as políticas nacional e estadual de alfabetização;
III - equidade educacional, assegurando oportunidades de aprendizagem considerando os diferentes ritmos, necessidades e trajetórias escolares;
IV - inclusão educacional, garantindo acessibilidade, atendimento educacional especializado e estratégias pedagógicas diferenciadas;
V - valorização dos profissionais da educação por meio de formação continuada e apoio permanente às práticas alfabetizadoras;
VI - articulação entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, com vistas à continuidade das aprendizagens, à transição acolhedora entre as etapas da Educação Básica e ao fortalecimento das condições necessárias ao processo de alfabetização;
VII - utilização de evidências pedagógicas e indicadores educacionais para planejamento, intervenção e acompanhamento das aprendizagens;
VIII - articulação entre escola, família, Secretaria Municipal de Educação e instituições parceiras para fortalecimento das ações de alfabetização.
Art. 4º A alfabetização é o processo contínuo que não se inicia no 1º ano do Ensino Fundamental, mas sim na Educação Infantil.

CAPÍTULO III
DOS EIXOS ESTRUTURANTES E AÇÕES DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO

Art. 5º Constituem eixos estruturantes da Política Municipal de Alfabetização:
I - acompanhamento pedagógico e recuperação das aprendizagens;
II - desenvolvimento de práticas pedagógicas diversificadas voltadas à alfabetização, ao letramento linguístico e matemático;
III - avaliação, monitoramento e intervenção pedagógica;
IV - formação continuada dos profissionais da educação;
V - promoção da inclusão educacional e atendimento às especificidades dos estudantes.
Art. 6º Para a implementação dos eixos estruturantes a Política Municipal de Alfabetização compreende os seguintes instrumentos:
I - Projeto Vamos Juntos;
II - Projeto Oficina de Jogos;
III - Programa Oficina Itinerante;
IV - Cantinho de Leitura;
V - Estratégia de mobilidade pedagógica por níveis de leitura e escrita;
VI - Centro Educacional de Apoio e Atendimento Especializado "Professora Maria Fernanda Azevedo" – CEAE;
VII - Projeto Olhares para a Educação.

Seção I
Do Projeto Vamos Juntos

Art. 7º O Projeto Vamos Juntos, instituído pela Lei 9.165/22, constitui ação de acompanhamento pedagógico contínuo destinada aos estudantes do Ensino Fundamental que apresentam dificuldades no processo de alfabetização e defasagens de aprendizagem, com os seguintes objetivos:
I - realizar acompanhamento pedagógico sistemático dos estudantes, no contraturno escolar;
II - identificar níveis de aprendizagem por meio de avaliações diagnósticas de leitura, escrita e habilidades matemáticas, direcionando as intervenções pedagógicas;
III - desenvolver intervenções pedagógicas de acordo com os níveis de aprendizagem dos estudantes, respeitando seus ritmos e necessidades;
IV - promover práticas diferenciadas de alfabetização envolvendo leitura, produção escrita, consciência fonológica, ampliação do vocabulário, interpretação e construção de sentidos;

V - fortalecer o trabalho colaborativo entre professores, equipes pedagógicas e Secretaria Municipal de Educação;
VI - acompanhar os avanços individuais dos estudantes por meio de estratégias de recuperação das aprendizagens;
VII - utilizar registros pedagógicos, avaliações internas e indicadores externos para subsidiar o planejamento, o acompanhamento e a avaliação das ações pedagógicas.

Seção II
Do Projeto Oficina de Jogos

Art. 8º O Projeto Oficina de Jogos constitui estratégia pedagógica baseada na utilização de jogos educativos e atividades lúdicas como instrumentos favorecedores da alfabetização, do desenvolvimento cognitivo, da interação social e da construção das aprendizagens, com os seguintes objetivos:
I - utilizar jogos pedagógicos como recursos para desenvolver habilidades relacionadas à leitura, escrita, consciência fonológica, raciocínio lógico e resolução de problemas;
II - promover situações significativas de aprendizagem por meio da experimentação, interação e colaboração;
III - estimular autonomia, criatividade, oralidade e participação dos estudantes;
IV - possibilitar intervenções pedagógicas conforme as necessidades identificadas nas avaliações diagnósticas;
V - integrar atividades lúdicas ao planejamento pedagógico das turmas de alfabetização do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental, articuladas aos componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática.

Seção III
Do Programa Oficina Itinerante

Art. 9º O Programa Oficina Itinerante, instituído pela Lei 9.415/24, integra a Política Municipal de Alfabetização como estratégia de fortalecimento das aprendizagens na Educação Infantil e de articulação entre essa etapa e o Ensino Fundamental, contribuindo para o desenvolvimento de habilidades e aprendizagens fundamentais que constituem bases para o processo de alfabetização e para a continuidade do percurso escolar, com os seguintes objetivos:
I - promover experiências pedagógicas fundamentadas no brincar, nas múltiplas linguagens, na literatura infantil, na oralidade, na música, nas artes, nas investigações e nas interações, favorecendo o desenvolvimento integral da criança;
II - fortalecer as habilidades precursoras da alfabetização, especialmente a linguagem oral, a ampliação do vocabulário, a consciência fonológica, a escuta atenta, a coordenação motora, as funções executivas, a criatividade e o raciocínio lógico-matemático;
III - assegurar a continuidade das aprendizagens entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, reduzindo rupturas no percurso escolar e promovendo uma transição acolhedora, planejada e articulada entre as etapas da Educação Básica;
IV - contribuir para que as crianças ingressem no ciclo de alfabetização com repertório linguístico, cognitivo, motor e socioemocional compatível com os direitos de aprendizagem e desenvolvimento previstos na Base Nacional Comum Curricular e no Currículo Referência de Minas Gerais;
V - articular as ações do Programa Oficina Itinerante às estratégias da Política Municipal de Alfabetização, fortalecendo o desenvolvimento das habilidades e aprendizagens fundamentais construídas na Educação Infantil e a continuidade do percurso educativo, em trabalho colaborativo entre professores, equipes gestoras, Secretaria Municipal de Educação e Centro de Referência dos Profissionais da Educação – CRPE.
Parágrafo único. O Programa Oficina Itinerante prevê experiências centradas na criança, organizadas por meio do brincar, das interações e das múltiplas linguagens, favorecendo o desenvolvimento da oralidade, da cultura escrita, da criatividade, da literatura e das demais habilidades precursoras da leitura, da escrita e do pensamento matemático.

Seção IV
Do Cantinho da Leitura

Art. 10 O Cantinho da Leitura integra a Política Municipal de Alfabetização da Rede Municipal de Ensino como estratégia permanente de promoção da cultura leitora, do letramento e do fortalecimento do processo de alfabetização das crianças da Educação Infantil e dos estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental, em consonância com o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA, com os seguintes objetivos:
I - promover a participação das crianças e estudantes em práticas sociais de leitura e escrita, favorecendo a compreensão das funções da linguagem escrita em diferentes contextos;
II - ampliar o repertório linguístico, cultural e literário das crianças e dos estudantes por meio do contato sistemático com obras literárias de qualidade e diferentes gêneros textuais;
III - fortalecer o desenvolvimento da linguagem oral, da escuta atenta, da ampliação do vocabulário, da compreensão textual, da consciência fonológica e da produção de sentidos, habilidades essenciais ao processo de alfabetização;
IV - estimular o interesse, o prazer e o hábito da leitura, contribuindo para a formação de leitores autônomos, críticos e participativos;
V - favorecer o desenvolvimento da fluência leitora, da compreensão, da interpretação e da produção escrita, respeitando os diferentes tempos e ritmos de aprendizagem.
§ 1º O Cantinho da Leitura constitui espaço pedagógico destinado à realização de práticas permanentes de leitura, mediação literária e interação com diferentes gêneros textuais, assegurando às crianças e estudantes o acesso cotidiano à literatura e à cultura escrita.
§ 2º As unidades escolares deverão assegurar a organização e a utilização permanente do Cantinho da Leitura como ambiente de aprendizagem, garantindo acervo diversificado, acessível e adequado à faixa etária das crianças e dos estudantes, bem como a mediação qualificada dos professores nas práticas de leitura.

Seção V
Da Estratégia de Mobilidade Pedagógica por Níveis de Escrita

Art. 11 A mobilidade pedagógica por níveis de escrita integra a Política Municipal de Alfabetização da Rede Municipal de Ensino como estratégia de organização pedagógica destinada a assegurar intervenções diferenciadas, fundamentadas na avaliação diagnóstica contínua, visando garantir o direito de aprendizagem de todos os estudantes em processo de alfabetização.
§ 1º A mobilidade por níveis de escrita consiste na organização temporária dos estudantes em grupos de aprendizagem, considerando seus conhecimentos sobre o Sistema de Escrita Alfabética, possibilitando o planejamento de intervenções pedagógicas específicas para cada nível de desenvolvimento pelo menos uma vez na semana, por um período mínimo de duas horas.
§ 2º Constituem objetivos da mobilidade por níveis de escrita:
I - identificar, por meio de avaliações diagnósticas periódicas, as hipóteses de escrita e as necessidades de aprendizagem dos estudantes;
II - organizar grupos flexíveis de aprendizagem, possibilitando intervenções pedagógicas compatíveis com o nível de desenvolvimento de cada estudante;
III - assegurar que todos os estudantes recebam atendimento pedagógico adequado às suas necessidades, respeitando seus diferentes tempos, ritmos e formas de aprender;
IV - favorecer a apropriação progressiva do Sistema de Escrita Alfabética, promovendo avanços contínuos entre os diferentes níveis de escrita;
V - fortalecer o desenvolvimento da consciência fonológica, da relação fonema-grafema, da leitura, da escrita, da compreensão textual e da produção escrita;
VI - reduzir as defasagens de aprendizagem por meio de intervenções pedagógicas sistemáticas, planejadas e acompanhadas continuamente;
VII - promover a recomposição das aprendizagens essenciais e prevenir a retenção e o abandono escolar decorrentes das dificuldades no processo de alfabetização;
VIII - subsidiar o planejamento pedagógico dos professores, orientando a seleção de metodologias, recursos didáticos, jogos de alfabetização e práticas de leitura e escrita adequadas às necessidades dos estudantes;

IX - acompanhar a evolução dos estudantes por meio de avaliações contínuas, assegurando a reorganização dos grupos sempre que houver progressão em seus níveis de aprendizagem;
X - contribuir para que todos os estudantes concluam o ciclo de alfabetização com domínio das competências de leitura, escrita, compreensão e produção de textos previstas na Base Nacional Comum Curricular, no Currículo Referência de Minas Gerais, em consonância com as metas da Política Municipal de Alfabetização.
§ 3º A mobilidade por níveis de escrita tem caráter pedagógico, flexível e temporário, sendo vedada qualquer forma de classificação permanente, segregação ou discriminação dos estudantes.
§ 4º A reorganização dos grupos deverá ocorrer sempre que os resultados das avaliações demonstrarem avanços nas hipóteses de escrita dos estudantes, assegurando a progressão contínua das aprendizagens.

Seção VI
Do CEAE Professora Maria Fernanda Azevedo

Art. 12 O Centro Educacional de Apoio e Atendimento Especializado "Professora Maria Fernanda Azevedo" – CEAE, instituído pela Lei 9.014/22 e alterada pela Lei 9.165/22, integra a Política Municipal de Alfabetização como serviço de apoio técnico-pedagógico destinado ao diagnóstico, à avaliação, ao atendimento especializado, ao acompanhamento e às intervenções necessárias ao processo educacional dos estudantes do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino que apresentem defasagens, dificuldades, transtornos e/ou distúrbios de aprendizagem, tendo como foco a alfabetização e o letramento linguístico e matemático, bem como o apoio e a orientação às unidades escolares, aos profissionais da educação e às famílias.
§ 1º Constituem atribuições do CEAE, no âmbito da Política Municipal de Alfabetização:
I - diagnosticar a demanda encaminhada pela Semed e efetivar os devidos retornos e encaminhamentos;
II - utilizar estratégias diversificadas e diferenciadas para melhoria do desenvolvimento dos estudantes atendidos;
III - realizar reuniões de equipe semanalmente com o conselho multidisciplinar para estudos de casos dos estudantes atendidos e encaminhamentos necessários, assegurando trabalho multiprofissional e interdisciplinar, com foco na aprendizagem do estudante;
IV - orientar os profissionais das unidades escolares de origem dos estudantes, sempre que necessário, e de forma sistematizada, por meio de devolutivas semestrais, preferencialmente, em contraturno ao horário de atendimento dos estudantes no Centro;
V - inteirar-se da situação do estudante no contexto do ensino regular;
VI - orientar pais ou responsáveis dos estudantes quanto às condutas a serem adotadas com os mesmos, sempre que necessário e de forma sistematizada, por meio de devolutivas semestrais;
VII - articular parcerias com outros órgãos e instituições para encaminhamentos necessários, a fim de sanar as necessidades detectadas.
§ 2º O atendimento realizado pelo CEAE possui caráter complementar e colaborativo, não substituindo as práticas pedagógicas desenvolvidas pelas unidades escolares, cabendo-lhe apoiar tecnicamente os professores e fortalecer as ações de intervenção voltadas à garantia da aprendizagem.
§ 3º As ações do CEAE observarão os princípios da educação inclusiva, da equidade, da garantia do direito à aprendizagem, da intervenção pedagógica baseada em evidências e do respeito aos diferentes tempos e formas de aprender, contribuindo para que todos os estudantes tenham assegurado o acesso, a permanência, a participação e o sucesso no processo de alfabetização.

Seção VII
Do Projeto Olhares para a Educação

Art. 13 O Projeto Olhares para a Educação, instituída pela Lei 9.299/23, integra a Política Municipal de Alfabetização como estratégia intersetorial de acompanhamento e apoio às crianças e aos estudantes que apresentem vulnerabilidades sociais, emocionais, comportamentais ou psicológicas que interfiram no processo de aprendizagem, mediante a atuação do Assistente Social da Educação e do Psicólogo da Educação, em articulação com a equipe escolar, as famílias e a rede de proteção social.
Parágrafo único. Constituem atribuições da equipe do Projeto Olhares para a Educação:
I - desenvolver ações de promoção da cultura de paz e de prevenção à violência e ao bullying no ambiente escolar;
II - prestar apoio psicossocial às crianças, aos estudantes, às famílias e aos profissionais da educação;
III - contribuir para a identificação e o encaminhamento de crianças e estudantes com necessidades de acompanhamento especializado;
IV - desenvolver ações voltadas à promoção da saúde mental e ao fortalecimento das competências socioemocionais;
V - elaborar diagnóstico institucional e realizar o mapeamento das demandas das unidades escolares, observados os critérios de elegibilidade do Projeto;
VI - atuar de forma articulada com a rede de proteção social e demais serviços públicos, sempre que necessário.

CAPÍTULO IV
DO ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DAS APRENDIZAGENS

Art. 14 O acompanhamento da alfabetização será realizado por meio de avaliações diagnósticas, formativas e externas, utilizando como referência:
I - avaliações internas da Rede Municipal de Ensino;
II - Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública – SIMAVE;
III - Programa de Avaliação da Alfabetização – PROALFA;
IV - indicadores do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA, incluindo o Índice do Compromisso com a Alfabetização – ICA.
Parágrafo único. Os resultados das avaliações subsidiarão o planejamento pedagógico, as ações de intervenção, a recuperação das aprendizagens e a reorganização das práticas docentes.

CAPÍTULO V
DA FORMAÇÃO CONTINUADA

Art. 15 A Política Municipal de Alfabetização promoverá a formação continuada dos profissionais da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental como estratégia permanente de fortalecimento das práticas pedagógicas, da melhoria da qualidade do ensino e da garantia do direito à alfabetização de todas as crianças.
§ 1º A formação continuada será planejada e coordenada pela Secretaria Municipal de Educação, por meio do Centro de Referência dos Profissionais da Educação – CRPE, em regime de colaboração com o Ministério da Educação, a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, instituições formadoras e demais parceiros institucionais.
§ 2º As ações de formação continuada compreenderão, entre outras:
I - o Programa Leitura e Escrita na Educação Infantil – LEEI, destinado aos profissionais que atuam no 1º e no 2º período da Educação Infantil, com foco no fortalecimento das práticas pedagógicas voltadas ao desenvolvimento da linguagem oral, da cultura escrita, da leitura, da literatura infantil e das experiências precursoras da alfabetização;
II - os Encontros Formativos do Programa Mesa Educadora, voltados ao aprimoramento das práticas pedagógicas, à reflexão sobre o fazer docente e ao fortalecimento das aprendizagens na Educação Infantil;
III - as formações disponibilizadas pela Plataforma do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA, voltadas à implementação das diretrizes nacionais de alfabetização e ao desenvolvimento das competências profissionais dos docentes e gestores escolares;
IV - as formações ofertadas pela Plataforma Escola de Formação e Desenvolvimento Profissional de Educadores, da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, em consonância com as políticas educacionais estaduais e com as diretrizes curriculares vigentes destinadas ao aperfeiçoamento profissional dos educadores da Rede Municipal de Ensino;
V - as ações formativas desenvolvidas no âmbito do Pacto Mineiro pela Alfabetização, fortalecendo as práticas pedagógicas voltadas à garantia da aprendizagem, à recomposição das aprendizagens e à melhoria dos indicadores de alfabetização;

VI - as formações promovidas pelo Centro de Referência dos Profissionais da Educação – CRPE, contemplando alfabetização, letramento, avaliação diagnóstica, práticas de leitura e escrita, alfabetização matemática, educação inclusiva, metodologias ativas, uso de recursos pedagógicos e demais temáticas relacionadas ao processo de ensino e aprendizagem;
VII - as ações de formação desenvolvidas no âmbito do Programa Mais Professores, destinadas ao fortalecimento da formação inicial e continuada, à valorização docente e ao aperfeiçoamento das práticas pedagógicas;
VIII - outras formações, cursos de extensão, seminários, oficinas e programas ofertados pela Secretaria Municipal de Educação ou instituídos pela União, pelo Estado de Minas Gerais ou pelo Município que contribuam para o fortalecimento da Política Municipal de Alfabetização.
§ 3º As formações continuadas deverão articular fundamentos teóricos e práticas pedagógicas baseadas em evidências, contemplando, entre outros aspectos:
I - alfabetização e letramento;
II - desenvolvimento da linguagem oral e da cultura escrita;
III - consciência fonológica e apropriação do Sistema de Escrita Alfabética;
IV - alfabetização matemática;
V - literatura infantil e formação de leitores;
VI - avaliação diagnóstica e acompanhamento das aprendizagens;
VII - recomposição das aprendizagens;
VIII - educação inclusiva e atendimento às diferenças individuais;
IX - planejamento, intervenções pedagógicas e metodologias ativas;
X - utilização de jogos pedagógicos, recursos didáticos e tecnologias educacionais;
XI - transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental;
XII - análise dos resultados das avaliações internas e externas, visando ao aperfeiçoamento das práticas pedagógicas.
§ 4º As ações de formação continuada constituem instrumento estratégico da Política Municipal de Alfabetização e deverão contribuir para o aperfeiçoamento profissional dos educadores, o fortalecimento das práticas pedagógicas e a melhoria dos indicadores de aprendizagem da Rede Municipal de Ensino, em consonância com:
I - a Base Nacional Comum Curricular;
II - o Currículo Referência de Minas Gerais;
III - o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
IV - o Pacto Mineiro pela Alfabetização e as demais políticas públicas de alfabetização.

CAPÍTULO VI
DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Art. 16 A Equipe Multidisciplinar Itinerante da Educação Especial – EMIEDE integra a Política Municipal de Alfabetização como serviço de apoio técnico-pedagógico destinado à promoção da educação inclusiva, à avaliação multidisciplinar, ao assessoramento pedagógico e ao suporte técnico às unidades escolares da Rede Municipal de Ensino, visando assegurar o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem das crianças e dos estudantes público-alvo da Educação Especial.
§ 1º Compete à EMIEDE:
I - coordenar a atuação da Sala de Recursos Multiprofissionais – SRM, promovendo o apoio técnico-pedagógico às unidades escolares para a organização e o fortalecimento do Atendimento Educacional Especializado – AEE;
II - prestar assessoramento técnico-pedagógico às unidades escolares, às equipes gestoras e aos profissionais da educação;
III - elaborar, implementar, acompanhar e avaliar diretrizes, orientações e procedimentos relacionados à avaliação multidisciplinar, à educação inclusiva e ao atendimento das crianças e dos estudantes público-alvo da Educação Especial;
IV - promover ações de formação e orientação aos profissionais da Rede Municipal de Ensino;
V - articular o trabalho da equipe multiprofissional com os demais serviços e programas da Secretaria Municipal de Educação.
§ 2º A composição e a atuação da EMIEDE ocorrerão por meio de, no mínimo, duas equipes multiprofissionais itinerantes, compostas por pedagogo, fonoaudiólogo, psicólogo, assistente social e fisioterapeuta, competindo-lhes, entre outras atividades:
I - realizar análise das demandas encaminhadas;
II - promover escuta escolar e familiar;
III - realizar observação da criança ou do estudante no contexto escolar;
IV - aplicar testes e protocolos de avaliação;
V - elaborar relatórios técnicos e orientações pedagógicas;
VI - realizar devolutivas às unidades escolares e às famílias;
VII - acompanhar e orientar as intervenções pedagógicas necessárias.
Art. 17 Às crianças e aos estudantes público-alvo da Educação Especial, bem como àqueles que apresentem necessidades educacionais específicas será assegurado acompanhamento pedagógico e atendimento adequado às suas necessidades, observada a legislação vigente, cujas ações envolvem:
I - elaboração do Plano Educacional Individualizado – PEI;
II - atendimento educacional especializado;
III - atuação de profissionais de apoio conforme necessidade do estudante;
IV - articulação entre escola, família, profissionais especializados e Secretaria Municipal de Educação.
§ 1º O Atendimento Educacional Especializado – AEE constitui serviço de apoio à escolarização, de caráter complementar ou suplementar à formação das crianças e dos estudantes público-alvo da Educação Especial, não substituindo a escolarização desenvolvida nas classes comuns, devendo ser organizado e ofertado em conformidade com a legislação nacional vigente e as normas do Sistema Municipal de Ensino.
§ 2º A Política Municipal de Alfabetização promoverá a inclusão educacional como princípio orientador das práticas pedagógicas, assegurando aos estudantes o acesso, a permanência, a participação, a aprendizagem e o desenvolvimento integral, por meio de ações articuladas entre as unidades escolares, o Atendimento Educacional Especializado – AEE, a EMIEDE e os demais serviços de apoio da Secretaria Municipal de Educação.
§ 3º A inclusão educacional fundamenta-se no reconhecimento de que o processo de alfabetização depende não apenas do acesso às práticas pedagógicas de qualidade, mas também da garantia das condições físicas, emocionais, psicológicas e sociais necessárias para que todas as crianças e estudantes possam aprender, desenvolver suas potencialidades e exercer plenamente seu direito à educação.

CAPÍTULO VII
DA GOVERNANÇA DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO

Art. 18 A Política Municipal de Alfabetização será coordenada pela Secretaria Municipal de Educação, por intermédio da Gerência de Políticas Educacionais, em articulação com as demais unidades técnicas da Secretaria, competindo-lhe planejar, implementar, monitorar, avaliar e promover o aperfeiçoamento contínuo das ações previstas neste Decreto.
Art. 19 A governança da Política Municipal de Alfabetização contará com o apoio do Comitê Estratégico Municipal da Política Municipal de Alfabetização, instituído por portaria da Semed, como instância colegiada de natureza consultiva, técnica e de assessoramento.
Parágrafo único. Compete ao Comitê Estratégico Municipal apoiar a Secretaria Municipal de Educação no acompanhamento, monitoramento, avaliação e articulação das ações da Política Municipal de Alfabetização, observado o disposto na Portaria que regulamenta sua composição, competências e funcionamento.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20 A Secretaria Municipal de Educação realizará o monitoramento permanente da Política Municipal de Alfabetização, mediante o acompanhamento dos indicadores de aprendizagem, dos resultados das avaliações educacionais e da execução das ações previstas neste Decreto.
Art. 21 A Política Municipal de Alfabetização será implementada e executada em regime de colaboração com o Ministério da Educação, a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, instituições de

ensino superior e demais órgãos públicos e privados que contribuam para o fortalecimento da alfabetização.
Art. 22 A Secretaria Municipal de Educação poderá expedir normas complementares, orientações técnicas, portarias e demais atos administrativos necessários à execução e ao fiel cumprimento deste Decreto.
Art. 23 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Divinópolis, 14 de agosto de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
JANETE APARECIDA SILVA
Prefeita Municipal

(Assinado Eletronicamente)
MATHEUS DA SILVA TAVARES
Secretário Municipal de Governo

(Assinado Digitalmente)
ANDREIA CARLA FERREIRA
Secretária Municipal de Educação

(Assinado Eletronicamente)
LEANDRO LUIZ MENDES
Procurador-geral do Município

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:547598C9

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
DECRETO Nº. 17.550/26

Autoriza, excepcionalmente, a utilização de outros equipamentos públicos municipais para a realização de festivais de dança previamente programados para o Teatro Municipal Usina Gravatá durante o mês de dezembro de 2026, e dá outras providências.

A **Prefeita Municipal de Divinópolis**, Janete Aparecida Silva, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62, VI, da Lei Orgânica Municipal, e considerando:

- o Teatro Municipal Usina Gravatá estará temporariamente interditado durante o mês de dezembro de 2026 para a execução de obras de reforma, melhorias e adequações necessárias à sua estrutura e às condições de utilização do equipamento;
- os festivais de dança tradicionalmente realizados no Município constituem importantes manifestações culturais, promovendo o acesso à cultura, à arte e à formação artística de crianças, adolescentes e adultos;
- os referidos festivais possuem programação previamente organizada e envolvem milhares de alunos, familiares, profissionais e espectadores, cuja realização demanda a adoção de medidas excepcionais para evitar o cancelamento ou a descontinuidade das atividades;
- a necessidade de assegurar, sempre que possível, a continuidade das atividades culturais previamente programadas, conciliando-as com a execução das obras de reforma e melhorias do Teatro Municipal Usina Gravatá;
- a possibilidade de utilização de outros equipamentos públicos municipais, especialmente ginásios poliesportivos e espaços de características compatíveis, desde que haja disponibilidade e condições técnicas e operacionais para a realização dos eventos;
- a conveniência e o interesse público na adoção de medida excepcional que possibilite a realização dos eventos mediante o pagamento do mesmo valor estabelecido para a utilização do Teatro Municipal Usina Gravatá, ainda que o equipamento público alternativo possua valor ordinário de utilização superior;

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada, excepcionalmente, durante o mês de dezembro de 2026, a utilização de outros equipamentos públicos municipais para a realização de festivais de dança previamente programados para o Teatro Municipal Usina Gravatá, em razão da interdição temporária do referido equipamento para execução de obras de reforma, melhorias e adequações.
§ 1º A utilização prevista no caput poderá ocorrer em ginásios poliesportivos ou em outros equipamentos públicos municipais que apresentem condições adequadas à realização do evento.
§ 2º A autorização de que trata este Decreto ficará condicionada à disponibilidade do equipamento, à compatibilidade do espaço com as características do evento e ao atendimento das condições técnicas, operacionais e de segurança exigidas pelo órgão responsável.
Art. 2º Para os eventos abrangidos por este Decreto, será aplicado, excepcionalmente, o mesmo valor de utilização estabelecido para o Teatro Municipal Usina Gravatá, ainda que o equipamento público municipal utilizado possua valor ordinário de utilização superior.
Parágrafo único. A regra prevista no caput aplica-se exclusivamente aos festivais de dança previamente programados para o Teatro Municipal Usina Gravatá e realizados durante o mês de dezembro de 2026, não implicando alteração permanente dos valores de utilização dos demais equipamentos públicos municipais.
Art. 3º Compete à Secretaria Municipal de Cultura coordenar e organizar os fluxos administrativos necessários à aplicação deste Decreto, promovendo a articulação entre os interessados, a secretaria ou órgão responsável pelo equipamento público e a Secretaria Municipal de Fazenda.
§ 1º A Secretaria ou órgão responsável pelo equipamento público deverá verificar a disponibilidade do espaço e as condições técnicas, operacionais e de segurança, necessárias à realização do evento.
§ 2º A Secretaria Municipal de Cultura ficará responsável pela organização e encaminhamento das demandas, observados os procedimentos administrativos estabelecidos para a utilização dos equipamentos públicos municipais.
§ 3º Caberá à Secretaria Municipal de Fazenda proceder ao lançamento e à cobrança dos valores devidos pela utilização do equipamento, observado o disposto no art. 2º deste Decreto.
Art. 4º A autorização prevista neste Decreto não dispensa o interessado do cumprimento das demais exigências administrativas, legais, técnicas e de segurança, aplicáveis à realização dos eventos.
Art. 5º Os casos omissos e as situações excepcionais decorrentes da aplicação deste Decreto serão dirimidos pela Secretaria Municipal de Cultura, em articulação com o órgão responsável pelo equipamento público e com a Secretaria Municipal de Fazenda, conforme a matéria.
Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos exclusivamente para os eventos realizados durante o mês de dezembro de 2026.

Divinópolis, 24 de agosto de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
JANETE APARECIDA SILVA
Prefeita Municipal

(Assinado Eletronicamente)
MATHEUS DA SILVA TAVARES
Secretário Municipal de Governo

(Assinado Digitalmente)
MARDEY SOUSA RUSSO
Secretário Municipal de Cultura

(Assinado Eletronicamente)
LEANDRO LUIZ MENDES
Procurador-Geral do Município

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:3ACD46DF

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
LEI Nº 9.743, DE 25 DE AGOSTO DE 2026

Altera a Lei nº 9.057, de 24 de junho de 2022, que autoriza o Município de Divinópolis a contratar com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A - BDMG, operações de crédito com outorga de garantia e dá outras providências, para autorizar a

construção de reserva técnica, edifício anexo ao Museu Histórico de Divinópolis.

O povo do Município de Divinópolis, por seus representantes legais, aprova e eu, na qualidade de Prefeita, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 9.057, de 24 de junho de 2022, passa a vigorar acrescido do parágrafo único, com a seguinte redação:

"Art. 1º (...)
Parágrafo único. Eventual saldo remanescente da operação de crédito mencionada no caput poderá ser utilizado para a construção de reserva técnica, edifício anexo ao Museu Histórico de Divinópolis, como parte integrante do projeto de revitalização, ampliação e modernização da estrutura física e funcional do equipamento cultural, desde que efetivamente concluída a execução das obras de reforma."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Divinópolis, 25 de agosto de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
JANETE APARECIDA SILVA
Prefeita Municipal

(Assinado Eletronicamente)
LEANDRO LUIZ MENDES
Procurador-Geral do Município

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:D17FB258

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
LEI Nº 9.744, DE 25 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a reversão do imóvel objeto da doação tratada na Lei nº 4.567, de 05 de julho de 1999, ao patrimônio imobiliário municipal.

O povo do Município de Divinópolis, por seus representantes legais, aprova e eu, na qualidade de Prefeita, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica revertido ao acervo patrimonial imobiliário do Município de Divinópolis o imóvel objeto de doação em favor da Associação de Moradores do Bairro Residencial Campina Verde, conforme Lei nº 4.567, de 05 de julho de 1999, constituído pelo lote nº 132, quadra nº 274, zona nº 045, com área de 594,00 m² (quinhentos e noventa e quatro metros quadrados), situado na Avenida Curitibanos, Bairro Residencial Campina Verde, nesta cidade, havido da matrícula nº 25.667, livro nº 02, do Cartório de Registro de Imóveis local.
Parágrafo único. A reversão de que trata o caput decorre da descontinuidade, por parte da donatária, do uso do referido imóvel a bem do interesse público, pelo não atendimento à finalidade a que se vinculara a doação.
Art. 2º Fica revogada a Lei nº 4.567, de 05 de julho de 1999.
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Divinópolis, 25 de agosto de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
JANETE APARECIDA SILVA
Prefeita Municipal

(Assinado Eletronicamente)
LEANDRO LUIZ MENDES
Procurador-Geral do Município

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:EE7A5408

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
LEI Nº 9.745, DE 25 DE AGOSTO DE 2026

Autoriza o Poder Executivo a desafetar e a alienar o imóvel público que especifica.

O povo do Município de Divinópolis, por seus representantes legais, aprova e eu, na qualidade de Prefeita, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar da finalidade pública original e específica, bem como alienar à Sra. Michelle Andreza de Oliveira, com observância dos dispositivos legais vigentes, o terreno nº 118 da quadra 159, zona 24, situado na Rua Dona Lavínia Fonseca, no bairro Antares, com área de 5,496 m² (cinco inteiros e quatrocentos e noventa e seis milésimos de metro quadrado), matriculado sob o nº 82632, livro 02, do Cartório de Registro de Imóveis local.
§ 1º A área mencionada no caput foi incorporada ao patrimônio imobiliário do Município de Divinópolis na aprovação do loteamento do bairro Antares, não aproveitável para fins de afetação à utilidade pública específica.
§ 2º O imóvel descrito no caput foi avaliado pelo valor de R$ 2.503,00 (dois mil, quinhentos e três reais).
Art. 2º A alienação tratada nesta Lei se dá em conformidade com o disposto no inciso III do art. 16 da Lei Orgânica Municipal e na forma da Lei nº 8.952/21, ficando autorizado o parcelamento do pagamento em até doze vezes sem juros.
Art. 3º As despesas com escrituração e registro ocorrerão às expensas do adquirente.
Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Divinópolis, 25 de agosto de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
JANETE APARECIDA SILVA
Prefeita Municipal

(Assinado Eletronicamente)
LEANDRO LUIZ MENDES
Procurador-Geral do Município

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:6B69D031

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
LEI Nº 9.746, DE 25 DE AGOSTO DE 2026

Reconhece as Bandas Filarmônicas como Patrimônio Cultural Imaterial do Município de Divinópolis e dá outras providências.

O povo do Município de Divinópolis, por seus representantes legais, aprova e eu, na qualidade de Prefeita, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam reconhecidas as Bandas Filarmônicas como Patrimônio Cultural Imaterial do Município de Divinópolis, em razão de sua relevância histórica, social e artística para a identidade e memória coletiva da cidade.
Art. 2º O Poder Executivo, por meio do órgão municipal competente da área da cultura, adotará medidas para:
I - promover, apoiar e divulgar as atividades das Bandas Filarmônicas, incentivando a preservação de sua tradição;
II - registrar as Bandas Filarmônicas no respectivo Livro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem Patrimônio Cultural do Município de Divinópolis;
III - incluir as Bandas Filarmônicas no calendário cultural oficial do Município, estimulando eventos, festivais e apresentações públicas.
Art. 3º O reconhecimento de que trata esta Lei não implica criação de despesa obrigatória, cabendo ao Executivo regulamentar, quando necessário, as formas de fomento e preservação cultural, observada a disponibilidade orçamentária.
Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Divinópolis, 25 de agosto de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
JANETE APARECIDA SILVA
Prefeita Municipal

(Assinado Eletronicamente)
LEANDRO LUIZ MENDES
Procurador-Geral do Município

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:8992DC8E

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
PORTARIA CONJUNTA SEMED/COMED Nº 26, DE 25 DE AGOSTO DE 2026

INSTITUI A COMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO COMPROMISSO NACIONAL PELA QUALIDADE E EQUIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE DIVINÓPOLIS.

A Secretaria Municipal de Educação de Divinópolis - SEMED e o Conselho Municipal de Educação de Divinópolis - COMED, no uso de suas atribuições legais, e considerando a necessidade de monitorar, avaliar e aprimorar a execução do Plano de Ação Plurianual referente ao Compromisso Nacional pela Qualidade e Equidade na Educação Infantil,

RESOLVEM:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Permanente de Acompanhamento do Compromisso Nacional pela Qualidade e Equidade na Educação Infantil, com a finalidade de monitorar a execução do plano e ação plurianual e propor recomendações e sugestões para o aprimoramento de sua execução.

Art. 2º A Comissão será composta pelos seguintes membros:

I – Representantes do Conselho Municipal de Educação - COMED:
a) Tatiana Gomes Fonseca;
b) Thamyris Stuart Gonçalves;
c) Dulce Maria Pinto de Aguiar;
d) Eduardo Christian Paulino de Souza;
e) Daniela Freire Menezes Elias;
f) Patrícia Rodrigues Tavares.

II – Representantes da Secretaria Municipal de Educação - SEMED:
a) Gleidson Rogério de Araújo;
b) Fernanda Cristina Martinho;
c) Letícia Maria de Melo Campos;
d) Jéssica Pereira;
e) Patrícia Siqueira Silva Gonçalves;
f) Helcia Nunes de Godoy.

Art. 3º A Comissão reunir-se-á periodicamente, mediante convocação do coordenador técnico responsável, ou sempre que necessário para assegurar o pleno cumprimento de suas atribuições.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Divinópolis, 25 de agosto de 2026.

(Assinado Digitalmente)
ANDREIA CARLA FERREIRA
Secretária Municipal de Educação

(Assinado Digitalmente)
OTÁVIO VINÍCIUS ARANTES
Presidente do Conselho Municipal de Educação de Divinópolis

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:F5EB7D58

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
PORTARIA SEPLAG-CORREF Nº 041 DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

DISPÕE SOBRE O CALENDÁRIO DE REUNIÕES DA COMISSÃO DE REQUALIFICAÇÃO E READAPTAÇÃO FUNCIONAL (CORREF), REFERENTES AO MÊS DE SETEMBRO.

O Sr. Igor Andrade Lara, Presidente da Comissão de Requalificação e Readaptação Funcional – CORREF, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto nº 11.802 de 13/05/15, publicado em 28 de Julho de 2015, edição 1547/15.
Considerando o § 1º, do art. 3º do Decreto nº 11.802/15, publicado em 28/07/15, alterado pelo Decreto 13.066/2018 publicado em 08/11/2018, estabelece que a Comissão de Requalificação e Readaptação Funcional - CORREF deverá realizar no mínimo 04 (quatro) reuniões mensais;
Considerando o inciso V do art. 6º, caso haja necessidade os membros da Comissão poderão solicitar à presidência convocação de reuniões extraordinárias para apreciação de assuntos relevantes, ou para sugerir propostas para melhoria do processo.
Considerando que as reuniões deverão ser agendadas com antecedência para que haja fluidez nos processos;
RESOLVE:
Art. 1º Estabelecer as datas e os horários das reuniões referentes ao mês de SETEMBRO de 2026 conforme planilha abaixo:

DATA	HORÁRIO
01/09	15h
15/09	15h
22/09	15h
29/09	15h

Art. 2º Caso haja motivo que impossibilite as reuniões conforme previsto no art. 1º a mesma deverá ser remarcada com no mínimo 48 horas de antecedência.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Divinópolis, Agosto de 2026.

(Assinado Digitalmente)
IGOR ANDRADE LARA
Presidente da Comissão de Requalificação e Readaptação Funcional - CORREF

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:9FE49897

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
PROCESSO SELETIVO SEPLAG N º 001/2025 EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 010/2025 CONVOCAÇÃO 286

Nos termos do Edital de Processo Seletivo Público Simplificado SEPLAG Nº 01/2025 e considerando a Portaria SEPLAG 001/2025, que estabelece procedimentos para realização de contratação de pessoal por prazo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal e Lei Municipal 4450/98, conforme resultado Definitivo das Provas Objetivas e Discursivas do Concurso Público Edital 01/2024, **CONVOCAMOS** os candidatos abaixo relacionados, **para assumirem contrato temporário de excepcional interesse público**, conforme cumprimento dos requisitos legais elencados.

01 vaga para o cargo de Enfermeiro PSF para atuação na Secretaria Municipal de Saúde;

• Caso excepcional previsto em lei: Sim	Lei Municipal nº 4450/2003, Art. 2º, V.
• Prazo de contratação predeterminado: Sim	Início: 01/09/2026 – Término: 27/02/2027
• Necessidade temporária: Sim	Justificativa: Substituição da servidora Fabiana de Castro Sampaio, matrícula 99039842, que ocupa função de supervisor de unidade de saúde, inexistindo no quadro pessoal do Município servidor disponível para suprir tal necessidade.
• Interesse público, excepcional: Sim	
• Contratação indispensável: Sim	

Candidato convocado:

Enfermeiro PSF	
Classificação	**Nome**
184º	RENATO SANTOS SILVA

A convocação foi realizada mediante a manifestação de interesse na vaga publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros no dia 14/07/2026, Edição 4316.
O (a) Candidato (a) deverá entrar em contato com a Gerência de Recursos Humanos da Semusa pelo telefone: (37)3229-6816 ou (37)99170-0061 em até dois dias úteis para agendamento de horário.
O candidato deverá comparecer munidos dos seguintes documentos: RG, CPF, Comprovante de endereço. O não comparecimento e/ou agendamento do (a) candidato (a) implicará a **renúncia tácita para assumir o contrato temporário** nos termos do Edital de Processo Seletivo Público Simplificado SEPLAG Nº 01/2025, não guardando relação com qualquer possível nomeação futura em Cargo Efetivo.

Divinópolis, 26 de agosto de 2026.

(Assinado Digitalmente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:49472012

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
PROCESSO SELETIVO SEPLAG N º 001/2025 EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 010/2025 CONVOCAÇÃO 287

Nos termos do Edital de Processo Seletivo Público Simplificado SEPLAG Nº 01/2025 e considerando a Portaria SEPLAG 001/2025, que estabelece procedimentos para realização de contratação de pessoal por prazo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal e Lei Municipal 4450/98, conforme resultado Definitivo das Provas Objetivas e Discursivas do Concurso Público Edital 01/2024, **CONVOCAMOS** os candidatos abaixo relacionados, **para assumirem contrato temporário de excepcional interesse público**, conforme cumprimento dos requisitos legais elencados.

02 vagas para o cargo de Técnico de Laboratório para atuação na Secretaria Municipal de Saúde;

• Caso excepcional previsto em lei: Sim	Lei Municipal nº 4450/2003, Art. 2º, III.
• Prazo de contratação predeterminado: Sim	Início: 01/09/2026 – Término: 28/02/2027
• Necessidade temporária: Sim	Justificativa: Manutenção do serviço a fim de evitar a desassistência, diante da persistência das demandas Laboratório de Análises Clínicas e análise de permanência do serviço mediante a lastro financeiro, inexistindo no quadro pessoal do Município servidor disponível para suprir tal necessidade.
• Interesse público, excepcional: Sim	
• Contratação indispensável: Sim	

Candidato convocado:

Técnico de Laboratório	
Classificação	**Nome**
19º	LETÍCIA APARECIDA CARVALHO SILVA
20º	DANIELLA DOS SANTOS BITTENCOURT

A convocação foi realizada mediante a manifestação de interesse na vaga publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros no dia 14/07/2026, Edição 4316.
O (a) Candidato (a) deverá entrar em contato com a Gerência de Recursos Humanos da Semusa pelo telefone: (37)3229-6816 ou (37)99170-0061 em até dois dias úteis para agendamento de horário.
O candidato deverá comparecer munidos dos seguintes documentos: RG, CPF, Comprovante de endereço. O não comparecimento e/ou agendamento do (a) candidato (a) implicará a **renúncia tácita para assumir o contrato temporário** nos termos do Edital de Processo Seletivo Público Simplificado SEPLAG Nº 01/2025, não guardando relação com qualquer possível nomeação futura em Cargo Efetivo.

Divinópolis, 26 de agosto de 2026.

(Assinado Digitalmente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:F9E0502E

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
PROCESSO SELETIVO SEPLAG N º 01/2025 EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 026/2026

Nos termos do Edital de Processo Seletivo Público Simplificado SEPLAG Nº 01/2025 e considerando a Portaria SEPLAG 001/2025, que estabelece procedimentos para realização de contratação de pessoal por prazo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal e Lei Municipal 4450/98, conforme resultado final do Concurso Público Edital 01/2024, **CONVOCAMOS** os candidatos abaixo relacionados, **para assumirem contrato temporário de excepcional interesse público**, conforme cumprimento dos requisitos legais elencados.

01 vaga para o cargo de Psicólogo para atuação na Secretaria Municipal de Saúde; 11ª vaga.

VAGA 1

• Caso excepcional previstos em lei: Sim	Lei Municipal nº 4450/98, Art. 2º, V.
• Prazo de contratação predeterminado: Sim	Início: 08/09/2026 – Término: 08/03/2027
• Necessidade temporária: Sim	Justificativa: Para suprir afastamento temporário da servidora K. C. S. C. (Mat. 99036548), psicóloga, afastada em função de licença saúde, considerando que não há no quadro pessoal outro servidor que possa suprir tal ausência e é necessária a contratação para manutenção dos serviços, sendo indispensável sua contratação pelas razões expostas, não justificando a permanência de profissional após término da nomeação do titular do cargo. A falta do profissional não permite a execução de trabalhos obrigatórios, sendo a contratação temporária, prevista em lei, com prazo predeterminado, de excepcional interesse público e indispensável.
• Interesse público, excepcional: Sim	
• Contratação indispensável: Sim	

Candidatos convocados

Psicólogo	
Classificação	**Nome**
31º	Thayane Bastos Moura Dias
32º	Sarah Richard de Paiva Freitas (suplente)
33º	Davi de Castro Faria (suplente)
34º	Ronnie Machado Santos Vieira (suplente)
35º	Está contratado pelo Processo Seletivo 01/2025
36º	Está contratado pelo Processo Seletivo 01/2025
37º	Está contratado pelo Processo Seletivo 01/2025
38º	Alessandra Aparecida de Araújo (suplente)
39º	Está contratado pelo Processo Seletivo 01/2025
40º	Júlia Alvarenga de Sousa Santos (suplente)
41º	Maria Luisa Rodrigues Rangel (suplente)
42º	Mirian Pereira Santos Silva (suplente)
43º	Está contratado pelo Processo Seletivo 01/2025
44º	Está contratado pelo Processo Seletivo 01/2025
45º	Mônica de Araújo Xavier (suplente)
46º	Marina Meirelles Barbosa (suplente)
47º	Pedro Henrique Estevão Ferreira (suplente)
48º	Camila Braz Rabelo (suplente)
49º	Renata Conceição Gomes Gontijo (suplente)
50º	Maria Izabel dos Reis Moreira (suplente)
51º	Bruno Alves de Sousa (suplente)
52º	Jéssica Jheniffer Ferreira (suplente)
53º	Guilherme Braga Lourenço (suplente)

Os (as) candidatos (as) convocados (as) terão o prazo de 48 (quarenta e oito) horas a contar da publicação desta convocação para enviar sua manifestação de interesse em formalizar **contrato temporário de excepcional interesse público** para o e-mail: divinopolis.concursos@gmail.com
A não manifestação de interesse implicará a **renúncia tácita para assumir o contrato temporário** nos termos do Edital de Processo Seletivo Público Simplificado SEPLAG Nº 01/2025, não guardando relação com qualquer possível nomeação futura em Cargo Efetivo.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Divinópolis, agosto de 2026.

(Assinado Digitalmente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal de Saúde

(Assinado Digitalmente)
REGIS JHONATAN MORAIS GONCALVES
Gerente de Recursos Humanos (SEMUSA)

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:3ADEF706

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
RELATÓRIO FINAL

PAD DIGITAL 01159.041.000000015/2025
Servidor(a): I.C.A

04. CONCLUSÃO
Diante de todo o exposto, a **Comissão de Processo Administrativo Disciplinar** conclui pela **procedência da imputação disciplinar** atribuída ao(à) servidor(a) **investigado**.
Restou comprovada a prática de falta funcional, com efeito grave, consistente no descumprimento do dever funcional de **observar as normas legais e regulamentares**, conduta tipificada no **artigo 180, inciso II, da Lei Complementar nº 09/1992**, decorrente do uso manifestamente indevido de bem e recurso público institucional para fins estritamente pessoais.
Em face da gravidade da conduta, da violação direta aos princípios reitores da Administração Pública e da quebra dos deveres fundamentais do cargo público ocupado, esta Comissão recomenda a aplicação da penalidade disciplinar de 15 (quinze) dias de suspensão, com fulcro nos artigos 180, inciso II, e 195 da **Lei Complementar nº 09/1992**.
Submetem-se os presentes autos à elevada apreciação e deliberação da autoridade julgadora competente para julgamento final e expedição do respectivo ato punitivo.

Divinópolis/MG, 26 de agosto de 2026.

TACIANA ALCÂNTARA DE CARVALHO
Presidente

FLÁVIA NOGUEIRA CORDEIRO
Membro

JANAINA DE ALMEIDA RODRIGUES
Membro

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:714B20F4

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
RESULTADO DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO 024/2026
PROCESSO SELETIVO SEPLAG Nº 001/2025

Comunicamos a quem possa interessar a desclassificação dos abaixo relacionados, referente ao Processo Seletivo SEPLAG n° 001/2025 para assumir contrato temporário nos moldes da Lei Municipal n° 4450/98 listados abaixo.

Fisioterapeuta		
Classificação	**Nome**	**Motivo da Desclassificação**
15º	Camila Barreto Tavares	Não manifestou interesse na vaga
16º	Flávia Divina Da Silva	Não manifestou interesse na vaga
18º	Deise Cristina De Oliveira	Não manifestou interesse na vaga
19º	Vitória Silva Couto	Não manifestou interesse na vaga
20º	Mariana De Fátima Madureira	Não manifestou interesse na vaga
22º	Maria Eduarda Perpétuo Vilano	Não manifestou interesse na vaga
23º	Rejane De Melo Silva	Não manifestou interesse na vaga
24º	Melina De Melo Santos	Não manifestou interesse na vaga
25º	Sarah Cristina Vieira	Não manifestou interesse na vaga
26º	Daniella Cioffi Pereira	Não manifestou interesse na vaga
27º	Mariane Gomes E Silva	Não manifestou interesse na vaga
28º	Keila Viana Borges	Não manifestou interesse na vaga
29º	Julia Souki Diniz	Não manifestou interesse na vaga
30º	Marina Pereira De Castro	Não manifestou interesse na vaga
31º	Joelma Alves De Almeida Santos	Não manifestou interesse na vaga
32º	Beatriz Rocha Rangel	Não manifestou interesse na vaga
34º	Anna Luisa Gonçalves Santos	Não manifestou interesse na vaga
36º	Kelly Aline Rodrigues Costa	Não manifestou interesse na vaga
37º	Maria Teresa Duarte Costa Melo	Não manifestou interesse na vaga
38º	Karla Helena De Oliveira Tavares	Não manifestou interesse na vaga
40º	Paulo Alexandre Rodrigues	Não manifestou interesse na vaga
41º	Karine Aparecida Santos	Não manifestou interesse na vaga
43º	Bárbara Guimarães Vasconcelos	Não manifestou interesse na vaga
44º	Ana Júlia Dias	Desistiu durante o processo de admissão
47º	Juliana Maria Vieira	Não manifestou interesse na vaga
48º	Gabriela Oliveira De Jesus	Desistiu durante o processo de admissão

Divinópolis, agosto de 2026

(Assinado Digitalmente)
MARIANA BORGES CAMPOS DOS SANTOS
Diretora de Recursos Humanos

(Assinado Digitalmente)
MARCUS VINÍCIUS PENIDO SANTANA
Gerente de Recursos Humanos

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:E5D9B248

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, GESTÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEPLAG ATO ADMINISTRATIVO N° 973/2026 CANCELAMENTO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

A Diretora de Recursos Humanos, Sra. Mariana Borges Campos dos Santos, e o Gerente de Pessoal e Aposentadoria, Sr. Marcos Paulo Vieira, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 009, de 03 de dezembro de 1992, considerando a tarefa OFIC-36675-2026, encaminhada via Conecta, considerando o Formulário de Atividades Laborais, e considerando o Laudo de Insalubridade/Periculosidade nº 0892/2026 da Equipe de Engenharia e Segurança do Trabalho, resolvem **CANCELAR** o adicional de insalubridade de grau médio, no percentual de 20% (vinte por cento), do servidor **THIAGO JOSÉ MARQUES,** detentor do cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVICOS I, matriculado sob o nº 99015860, **com efeitos retroativos a 01/07/2026**.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Divinópolis, agosto de 2026.

(Assinado Digitalmente)
MARIANA BORGES CAMPOS DOS SANTOS
Diretora de Recursos Humanos

(Assinado Digitalmente)
MARCOS PAULO VIEIRA
Gerente de Pessoal e Aposentadoria

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:0E908BD4

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, GESTÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEPLAG ATO ADMINISTRATIVO Nº 0968/2026 CONCESSÃO DO ADICIONAL DE PERMANÊNCIA

A Diretora de Recursos Humanos, Sr. ª Mariana Borges Campos dos Santos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 009, de 03 de dezembro de 1992, considerando o disposto no artigo 116, § 1º, inciso I, e § 3º, da Lei Complementar nº 253, de 08 de julho de 2026, considerando o OFÍCIO PROGER Nº 157/2023, e em atendimento ao requerido no Processo Administrativo nº 000043454/2026, solicitado em 18/08/2026, concede o Adicional de Permanência de 10% (dez por cento) à servidora **VANESSA FERREIRA GOMES LAGE**, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços II, matrícula nº 2037567, ***a partir de 18/08/2026***, data em que restou comprovado o preenchimento dos requisitos legais.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Divinópolis, agosto de 2026.

(AssinadoDigitalmente)
MARIANA BORGES CAMPOS DOS SANTOS
Diretora de Recursos Humanos

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:17D62750

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, GESTÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEPLAG PORTARIA SEPLAG N° 184/2026, AGOSTO DE 2026.

A Diretora de Recursos Humanos, Srª. Mariana Borges Campos dos Santos, no uso das atribuições que lhes são conferidas por lei;

Considerando que cabe ao Secretário da pasta determinar dentre os servidores de sua Secretaria, aquele que irá lhe secretariar;

Considerando que para tal função, deve haver uma relação de confiança entre a autoridade e o servidor que lhe assessorará;

Considerando que para o exercício da função precisa haver disposição para acatamento dos ônus do ofício, notadamente empenho extra e dedicação;

Considerando Anexo VII "Funções Gratificadas" da Lei Municipal 6.655, de 1º novembro de 2007, com nova redação dada pela Lei nº. 8.640/2019 de 14 de outubro de 2019.

Considerando a Tarefa - OFIC-37379-2026, de agosto de 2026.

RESOLVE:
Art. 1°. **CONCEDER** à servidora **ALINE ALVES OLIVEIRA**, matrícula nº 99021464, a gratificação de 40% (quarenta por cento) em razão da função de Secretária do Secretário Municipal de Planejamento, Gestão, Ciência e Tecnologia - SEPLAG, **pelo período de 21/08/2026 a 04/09/2026.**

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **produzindo efeitos retroativos a 21/08/2026.**

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Divinópolis, agosto de 2026.

(Assinado Digitalmente)
MARIANA BORGES CAMPOS DOS SANTOS
Diretora de Recursos Humanos

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:9C394818

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA)

EXTRATO DO TERMO DE EXTINÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO DE INTERESSE PUBLICO Nº 2287/2025
Contratado (a): Angélica Luciana Felicio**. Cargo:** Técnico de Enfermagem**. Término de contrato em 08/09/2026.**

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:75F44D15

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA)

EXTRATO DO TERMO DE EXTINÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO DE INTERESSE PUBLICO Nº 2323/2025
Contratado (a): Bruna Soares Souza Beirigo**. Cargo:** Técnico de Enfermagem – P.S.F**. Término de contrato em 16/09/2026.**

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:2CC04AFE

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA)

EXTRATO DO TERMO DE EXTINÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO DE INTERESSE PUBLICO Nº 2301/2025
Contratado (a): Cristiane Fernandes Rodrigues Silva**. Cargo:** Técnico de Enfermagem**. Término de contrato em 10/09/2026.**

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:DEDB4B49

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA)

EXTRATO DO TERMO DE EXTINÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO DE INTERESSE PUBLICO Nº 1426/2025
Contratado (a): Denise Suemy Rocha Hashimoto**. Cargo:** Médico Neurologista**. Término de contrato em 19/09/2026.**

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:3BD9435D

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA)

EXTRATO DO TERMO DE EXTINÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO DE INTERESSE PUBLICO Nº 2304/2025
Contratado (a): Eduarda Kellen Oliveira dos Santos**. Cargo:** Técnico de Laboratório**. Término de contrato em 10/09/2026.**

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:60474D52

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 01/2026 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO Nº 651/2026/SEMUSA

Contratado (a): Sabrina Campos da Encarnação Martins**. Cargo:** Médico Cardiologista**. Objeto:** Constitui objeto do presente Termo de Apostilamento a prorrogação do prazo de vigência do contrato supracitado a partir de 15/09/2026 a 18/03/2027**.** Mantém-se inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato ora aditado, não especificamente alteradas neste instrumento. **Ass.: 25/08/2026.**

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:0BAD6FF1

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 01/2026 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO Nº 651/2026/SEMUSA

Contratado (a): Sabrina Campos da Encarnação Martins**. Cargo:** Médico Cardiologista**. Objeto:** Constitui objeto do presente Termo de Apostilamento a prorrogação do prazo de vigência do contrato supracitado a partir de 15/09/2026 a 18/03/2027**.** Mantém-se inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato ora aditado, não especificamente alteradas neste instrumento. **Ass.: 25/08/2026.**

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:7AE56F05

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 01/2026 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO Nº 661/2026/SEMUSA

Contratado (a): Fábio José dos Santos**. Cargo:** Técnico de Enfermagem – 200hs**. Objeto:** Constitui objeto do presente Termo de Apostilamento a prorrogação do prazo de vigência do contrato supracitado a partir de 08/09/2026 a 11/03/2027**.** Mantém-se inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato ora aditado, não especificamente alteradas neste instrumento. **Ass.: 25/08/2026.**

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:D3BC84C2

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 01/2026 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO Nº 728/2026/SEMUSA

Contratado (a): Nolma Maria da Cunha**. Cargo:** Técnico de Enfermagem – 200hs**. Objeto:** Constitui objeto do presente Termo de Apostilamento a prorrogação do prazo de vigência do contrato supracitado a partir de 26/09/2026 a 29/03/2027**.** Mantém-se inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato ora aditado, não especificamente alteradas neste instrumento. **Ass.: 25/08/2026.**

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:C359C6C2

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE EXTINÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO DE INTERESSE PUBLICO Nº 2004/2025

Contratado (a): Leticia de Castro Meira Vaz**. Cargo:** Médico Generalista P.S.F 04hs**. Término de contrato em 04/09/2026.**

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:2B7E9B26

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE EXTINÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO DE INTERESSE PUBLICO Nº 2260/2025

Contratado (a): Thiago Oliveira Israel**. Cargo:** Médico Psiquiatra**. Término de contrato em 02/09/2026.**

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:E6079526

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE EXTINÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO DE INTERESSE PUBLICO Nº 2266/2025

Contratado (a): Gisele Cristina Morais**. Cargo:** Técnico de Enfermagem**. Término de contrato em 15/09/2026.**

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:28FD6C15

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE EXTINÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO DE INTERESSE PUBLICO Nº 2268/2025

Contratado (a): Joseane Abreu Oliveira**. Cargo:** Técnico de Enfermagem**. Término de contrato em 05/09/2026.**

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:C7A3387D

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE EXTINÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO DE INTERESSE PUBLICO Nº 2272/2025

Contratado (a): Juliana Aparecida Silva Martins**. Cargo:** Técnico de Enfermagem**. Término de contrato em 11/09/2026.**

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:C2798304

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE EXTINÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO DE INTERESSE PUBLICO Nº 2280/2025

Contratado (a): Marjory Karine da Silva Soares**. Cargo:** Técnico de Enfermagem**. Término de contrato em 09/09/2026.**

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:C242E1FD

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE EXTINÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO DE INTERESSE PUBLICO Nº 2282/2025

Contratado (a): Julia Maia Seixas**. Cargo:** Médico Generalista P.S.F. 04hs**. Término de contrato em 07/09/2026.**

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:F3110142

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE EXTINÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO DE INTERESSE PUBLICO Nº 2285/2025

Contratado (a): Erilda Aparecida Tavares**. Cargo:** Técnico de Enfermagem**. Término de contrato em 10/09/2026.**

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:E7F2E722

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE EXTINÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO DE INTERESSE PUBLICO Nº 2289/2025

Contratado (a): Polyana Maria de Faria**. Cargo:** Técnico de Enfermagem**. Término de contrato em 07/09/2026.**

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:0F83253A

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE EXTINÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO DE INTERESSE PUBLICO Nº 2292/2025

Contratado (a): Naiara Cristina Silva Simoes. Cargo: Enfermeiro – P.S.F. **Término de contrato em 07/09/2026.**

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:C2488E0C

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE EXTINÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO DE INTERESSE PUBLICO Nº 2296/2025

Contratado (a): Katia Aparecida Lima Honorato**. Cargo:** Técnico de Enfermagem**. Término de contrato em 08/09/2026.**

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:DAD0C716

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE EXTINÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO DE INTERESSE PUBLICO Nº 2299/2025

Contratado (a): João Victor Caetano Dias**. Cargo:** Técnico de Enfermagem**. Término de contrato em 09/09/2026. .**

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:997F7E24

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE EXTINÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO DE INTERESSE PUBLICO Nº 2302/2025

Contratado (a): Lorrayne Soares de Melo**. Cargo:** Técnico de Enfermagem**. Término de contrato em 09/09/2026.**

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:E96480BA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE EXTINÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO DE INTERESSE PUBLICO Nº 2303/2025

Contratado (a): Vitoria Valinhas Veloso Lima**. Cargo:** Técnico de Laboratório**. Término de contrato em 09/09/2026.**

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:041B1077

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE EXTINÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO DE INTERESSE PUBLICO Nº 2306/2025

Contratado (a): Isabela Cristina Cândido Lima. Cargo: Técnico de Enfermagem. **Término de contrato em 10/09/2026.**

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:09DB2C33

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE EXTINÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO DE INTERESSE PUBLICO Nº 2309/2025

Contratado (a): Maura Cardoso do Carmo**. Cargo:** Técnico de Laboratório**. Término de contrato em 15/09/2026.**

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:71C08C8E

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE EXTINÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO DE INTERESSE PUBLICO Nº 2310/2025

Contratado (a): Maria Marta Silva**. Cargo:** Técnico de Enfermagem**. Término de contrato em 10/09/2026.**

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:2917E26D

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE EXTINÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO DE INTERESSE PUBLICO Nº 2315/2025

Contratado (a): Maria Eduarda Costa Melo**. Cargo:** Técnico de Enfermagem**. Término de contrato em 15/09/2026.**

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:EF71DE7F

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE EXTINÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO DE INTERESSE PUBLICO Nº 2316/2025

Contratado (a): Lilian Faria de Oliveira Ferreira**. Cargo:** Técnico de Enfermagem**. Término de contrato em 14/09/2026.**

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:18DB9A83

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE EXTINÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO DE INTERESSE PUBLICO Nº 2317/2025

Contratado (a): Walter de Carvalho Souza. Cargo: Técnico de Enfermagem. **Término de contrato em 15/09/2026.**

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:13F52A14

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE EXTINÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO DE INTERESSE PUBLICO Nº 2318/2025

Contratado (a): Patricia Xavier do Nascimento**. Cargo:** Técnico de Laboratório**. Término de contrato em 16/09/2026.**

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:671D133F

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE EXTINÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO DE INTERESSE PUBLICO Nº 2320/2025

Contratado (a): Naiara Santos**. Cargo:** Técnico de Enfermagem – P.S.F**. Término de contrato em 16/09/2026.**

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:FFBAA3DA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE EXTINÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO DE INTERESSE PUBLICO Nº 2324/2025

Contratado (a): Paula Batista Mendes**. Cargo:** Técnico de Laboratório**. Término de contrato em 17/09/2026.**

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:32D25C78

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE EXTINÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO DE INTERESSE PUBLICO Nº 2326/2025

Contratado (a): Kamila Nataly Porto de Souza**. Cargo:** Técnico de Enfermagem – P.S.F**. Término de contrato em 17/09/2026.**

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:7D64041C

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE EXTINÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO DE INTERESSE PUBLICO Nº 2337/2025

Contratado (a): Pricilla Alves Bonifacio de Carvalho**. Cargo:** Técnico de Enfermagem**. Término de contrato em 17/09/2026.**

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:8F08084D

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE EXTINÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO DE INTERESSE PUBLICO Nº 2343/2025

Contratado (a): Tania Aparecida Silva de Oliveira**. Cargo:** Técnico de Enfermagem – P.S.F**. Término de contrato em 23/09/2026.**

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:ED1C70B5

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE EXTINÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO DE INTERESSE PUBLICO Nº 2349/2025

Contratado (a): Laura Cardoso do Carmo**. Cargo:** Técnico de Laboratório**. Término de contrato em 28/09/2026.**

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:232B2FCC

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE EXTINÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO DE INTERESSE PUBLICO Nº 2351/2025

Contratado (a): Juliana Raimunda Pereira**. Cargo:** Técnico de Enfermagem**. Término de contrato em 28/09/2026.**

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:B93F83F7

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE EXTINÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO DE INTERESSE PUBLICO Nº 2352/2025

Contratado (a): Sulaine Nonato Oliveira**. Cargo:** Técnico de Laboratório**. Término de contrato em 28/09/2026.**

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:50C8113A

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SEMDS - ATA DA COMISSÃO DE SELEÇÃO – EDITAL CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 005/2026

Ata da reunião da Comissão de Seleção nomeada pela Portaria SEMDS nº 004/2025 realizada no dia vinte e quatro de agosto do ano de dois mil e vinte e seis (24/08/2026) às 15 horas, no auditório da sede da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, composta pelos membros que abaixo subscrevem, com o objetivo de avaliar as propostas apresentadas pelas entidades sociais em atendimento ao Edital de Chamamento Público nº 05/2026 – SEMDS, que tem por objeto a execução, em regime de mútua cooperação, do **SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE, COMPREENDENDO O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL MODALIDADE ABRIGO INSTITUCIONAL PARA ADOLESCENTES E SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM REPÚBLICA PARA JOVENS EM PROCESSO DE DESLIGAMENTO**, em situação de vulnerabilidade pessoal e social e de alta complexidade, nos termos do Edital e do Termo de Referência.

Registra-se inicialmente que foi recebido um envelope pela recepção da SEMDS para concorrer ao edital o qual estava sem nenhuma identificação. Conforme o subitem 10.2 do Edital, "*A proposta e os documentos exigidos deverão ser apresentados em envelope lacrado, identificado externamente com as seguintes informações, sob pena de não recebimento"*, regra que acabou não sendo observada no ato do protocolo pela recepção. Após diálogo da comissão, entrou-se em acordo de que, embora o envelope externo tenha chegado sem identificação e sua principal função de identificação externa tenha sido comprometida no ato do protocolo, o envelope encontrava-se lacrado e o conteúdo em si estava preservado. Diante disso, a comissão analisou o seu interior e, ao abri-lo, constatou que se tratava da proposta da OSC Aliança Divinopolitana de Assistência e Promoção - ADAP.

Apresentaram propostas as seguintes instituições:

•
ADRA BRASIL – Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais Sudeste Brasileira, inscrita sob o CNPJ nº 16.524.054/0001-96.

•
ADAP – Aliança Divinopolitana de Assistência e Promoção, inscrita sob o CNPJ nº 20.159.471/0002-35.

Com fulcro no item 11.6 do Edital nº 05/2026-SEMDS, foi facultada a participação na sessão pública de representante legal das OSCs proponentes ou procurador(a) regular e legalmente habilitado(a); no entanto, nenhuma entidade proponente se fez presente.
Para a condução dos trabalhos, a Comissão de Seleção passou inicialmente à verificação dos documentos de habilitação e conformidade editalícia exigidos pelo Edital, procedendo-se da seguinte forma:

•
O primeiro envelope aberto foi o da **ADRA BRASIL**. Constatado o atendimento integral aos requisitos de habilitação documental, procedeu-se à análise de seu Plano de Trabalho (caráter eliminatório e classificatório, conforme item 12 do Edital). Verificou-se que no quadro de **RECURSOS HUMANOS CONTRATADOS PELA PARCERIA**, a formação exigida para o assistente social e o psicólogo estava invertida. Após a devida avaliação técnica, a proposta obteve a **Pontuação 17,5 (dezessete vírgula cinco) – CLASSIFICADA**.

•
O segundo envelope aberto foi o envelope sem identificação, pertencente à **ADAP**. Em sede de análise preliminar documental e de habilitação, verificou-se que a proponente descumpriu frontalmente as exigências do item 9 do Edital e da Lei Federal nº 13.019/2014, constatando-se que: a) foi entregue o estatuto social sem registro em cartório, carecendo de validade jurídica; e b) o CNPJ apresentado não contempla o serviço de acolhimento institucional exigido no objeto do edital.

Diante da ausência de regularidade documental e estatutária indispensável, a Comissão de Seleção decide pela **INABILITAÇÃO** imediata da OSC ADAP, restando prejudicada a validação de sua proposta.
Para o prosseguimento dos trâmites, de acordo com o item 14 do Edital nº 005/2026, a presente ata será divulgada no sítio eletrônico oficial, e o extrato da ata será publicado no Diário Oficial dos Municípios Mineiros para ciência dos interessados.
Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião.

Divinópolis, 24 de agosto de 2026.

(Assinado Digitalmente)
LUCIANA MARIA DE ARAÚJO

(Assinado Digitalmente)
MARCELINO EUCLIDES FERREIRA

(Assinado Digitalmente)
SANDRA MEIRE GUIMARÃES

(Assinado Digitalmente)
MICHELE TEIXEIRA LOPES

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:874E257F

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEMED – EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 350/2026 – PL 141/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO 66/2026.

Empresa: BTM COMERCIO DE BRINDES LTDA, CNPJ 08.027.382/0001-59. Objeto: Registro de preços para aquisições futuras e eventuais de broches personalizados de aproximadamente 4,5 cm de diâmetro, verso em plástico ou metal, alfinete no verso e frente com imagem impressa em qualidade fotográfica com arte fornecidas pela contratante no ato da solicitação de compra. Valor: R$ 18.056,00. Prazo: 12 meses. Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00. O teor dos itens está publicado no PNCP. Ass: 26/08/2026.

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:E308DB48

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEMED – EXTRATO DO TCE 279/2026 – THALLES SIMAO MAXIMO TEIXEIRA – ESTÁCIO.

Objeto: Estágio de 06 (seis) horas diárias. Valor: R$ 663,88 (seiscentos e sessenta e três reais e oitenta e oito centavos). Dot. Orçamentária: 2.006.001.2060.2307 GESTÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL – DIVERSIDADE E SEUS ENCANTAMENTOS – Ficha 430 3.3.90.36.00.00.00.00. Prazo: 31/12/2026. Ass: 18/08/2026.

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:9C85A332

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEMUSA – EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 328/2026 – PL 146/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO 69/2026.

Empresa: TAVARES & TAVARES EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS LTDA, CNPJ 16.561.461/0001-73. Objeto: Registro de preço para aquisições futuras e eventuais de materiais impressos diversos para atendimento a Secretaria Municipal de Saúde e demais Secretarias do Município de Divinópolis/MG. Valor: R$ 91.689,00. Prazo: 12 meses. Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00. O teor dos itens está publicado no PNCP. Ass: 25/08/2026.

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:3D209479

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEMUSA – EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 329/2026 – PL 146/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO 69/2026.

Empresa: AVOHAI EVENTOS LTDA ME, CNPJ 08.804.604/0001-00. Objeto: Registro de preço para aquisições futuras e eventuais de materiais impressos diversos para atendimento a Secretaria Municipal de Saúde e demais Secretarias do Município de Divinópolis/MG. Valor: R$ 7.590,50. Prazo: 12 meses. Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00. O teor dos itens está publicado no PNCP. Ass: 25/08/2026.

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:EFCD4663

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEMUSA – EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 330/2026 – PL 146/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO 69/2026.

Empresa: CROMOS EDITORA E INDÚSTRIA GRÁFICA LTDA, CNPJ 82.581.406/0001-70. Objeto: Registro de preço para aquisições futuras e eventuais de materiais impressos diversos para atendimento a Secretaria Municipal de Saúde e demais Secretarias do Município de Divinópolis/MG. Valor: R$ 8.424,00. Prazo: 12 meses. Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00. O teor dos itens está publicado no PNCP. Ass: 26/08/2026.

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:A17180E3

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEMUSA – EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 331/2026 – PL 146/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO 69/2026.

Empresa: EDITORA GRÁFICA SANTA HELENA LTDA, CNPJ 64.846.537/0001-50. Objeto: Registro de preço para aquisições futuras e eventuais de materiais impressos diversos para atendimento a Secretaria Municipal de Saúde e demais Secretarias do Município de Divinópolis/MG. Valor: R$ 1.897,00. Prazo: 12 meses. Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00. O teor dos itens está publicado no PNCP. Ass: 26/08/2026.

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:C57C0DF2

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEMUSA – EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 332/2026 – PL 146/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO 69/2026.

Empresa: FABIANO COSTA AZEVEDO, CNPJ 29.551.995/0001-60. Objeto: Registro de preço para aquisições futuras e eventuais de materiais impressos diversos para atendimento a Secretaria Municipal de Saúde e demais Secretarias do Município de Divinópolis/MG. Valor: R$ 83.581,50. Prazo: 12 meses. Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00. O teor dos itens está publicado no PNCP. Ass: 25/08/2026.

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:203811D6

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEMUSA – EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 333/2026 – PL 146/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO 69/2026.

Empresa: J.D.GOMES GRÁFICA LTDA, CNPJ 29.953.180/0001-08. Objeto: Registro de preço para aquisições futuras e eventuais de materiais impressos diversos para atendimento a Secretaria Municipal de Saúde e demais Secretarias do Município de Divinópolis/MG. Valor: R$ 17.397,10. Prazo: 12 meses. Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00. O teor dos itens está publicado no PNCP. Ass: 25/08/2026.

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:FECE6C5D

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEMUSA – EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 334/2026 – PL 146/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO 69/2026.

Empresa: MYDIA COMUNICAÇÃO VISUAL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ 21.808.305/0001-02. Objeto: Registro de preço para aquisições futuras e eventuais de materiais impressos diversos para atendimento a Secretaria Municipal de Saúde e demais Secretarias do Município de Divinópolis/MG. Valor: R$ 3.875,00. Prazo: 12 meses. Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00. O teor dos itens está publicado no PNCP. Ass: 25/08/2026.

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:4ADD9CA0

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEMUSA – EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 335/2026 – PL 146/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO 69/2026.

Empresa: PGB GRÁFICA E EDITORA LTDA, CNPJ 35.528.559/0001-73. Objeto: Registro de preço para aquisições futuras e eventuais de materiais impressos diversos para atendimento a Secretaria Municipal de Saúde e demais Secretarias do Município de Divinópolis/MG. Valor: R$ 125.000,00. Prazo: 12 meses. Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00. O teor dos itens está publicado no PNCP. Ass: 26/08/2026.

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:7A5A2C2F

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEMUSA/ FMS – EXTRATO DE COMUNICADO DE ABERTURA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 114/2026 – CONTRATADA: FRANCIELE ELETRO LTDA, CNPJ SOB O Nº 47.646.580/0001-52

Objeto: Conforme previsão da Lei 14.133/2021 (diploma ao qual o processo licitatório se vincula) e considerando o descumprimento das obrigações constadas nas cláusulas editalícias do Processo Administrativo Licitatório nº 242/2025 (**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90128/2025, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 628/2025**). fica instaurado o presente Processo Administrativo, sob responsabilidade da comissão, instituída através da portaria nº 351/2026, a fim de apurar a responsabilidade da empresa frente ao descumprimento contratual, abrindo-se prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da publicação deste ato para apresentação de defesa.

Divinópolis, agosto de 2026 –

Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde
***SHEILA SALVINO* –**
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:CE4B6405

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEMUSA/FMS – EXTRATO DE TERMO DECISÓRIO Nº 079/2026 – PL Nº 215/2025 – PE Nº 112/2025 – ARP Nº 582/2025 – CONTRATADA: AM SPECIAL LTDA, CNPJ Nº 30.779.864/0001-14.

O presente **Termo Decisório** tem por finalidade aplicar as seguintes sanções: **multa referente à Solicitação de Fornecimento nº 684/2026, no montante de R$ R$ 201,89 (duzentos e um reais e oitenta e nove centavos); multa referente à Solicitação de Fornecimento nº 736/2026, no montante de R$ 104,72 (cento e quatro reais e setenta e dois centavos); multa referente à Solicitação de Fornecimento nº 8753/2025, no montante de R$ 52,36 (cinquenta e dois reais e trinta e seis centavos); multa referente à Solicitação de Fornecimento nº 8829/2025, no montante de R$ 11,20 (onze reais e vinte centavos); multa referente à Solicitação de Fornecimento nº 8837/2025, no montante de R$ 63,56 (sessenta e três reais e cinquenta e seis centavos); multa referente à Solicitação de Fornecimento nº 8843/2025, no montante de R$ 52,36 (cinquenta e dois reais e trinta e seis centavos); multa referente à Solicitação de Fornecimento nº 8845/2025, no montante de R$ 44,81 (quarenta e quatro reais e oitenta e um centavos); multa referente à Solicitação de Fornecimento nº 8853/2025, no montante de R$ 33,61 (trinta e três reais e sessenta e um centavos) e multa referente à Solicitação de Fornecimento nº 8887/2025, no montante de R$ 74,77 (setenta e quatro reais e setenta e sete centavos),** em conformidade com a **Instrução Normativa CGM nº 001/2025**, a **Lei nº 14.133/2021** e o **Processo Administrativo para Apuração de Responsabilidade – PAR nº 079/2026**. Fica concedido o prazo de 15 (quinze) dias úteis para interposição de Recurso Administrativo ou Pedido de Reconsideração (inidoneidade), em atenção aos princípios do contraditório, da ampla defesa.

Divinópolis, agosto de 2026 –

Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde
***SHEILA SALVINO* –**
Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:F2FF6A95

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEMUSA/FMS – EXTRATO TERMO DE ARQUIVAMENTO DO PAR Nº 047/2026 – PL Nº 285/2025 – PE Nº 90151/2025 – ARP Nº 673/2025 – CONTRATADA: ALPHAMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ Nº 34.351.642/0001-57.

O presente **Termo de Arquivamento** tem por finalidade **aplicar as seguintes sanções: multa referente à Solicitação de Fornecimento n° 2718/2026, no montante de R$ 642,75 (seiscentos e quarenta e dois reais e setenta e cinco centavos) e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 2 (dois) anos e 7 (sete) meses. O Processo Administrativo para Apuração de Responsabilidade – PAR nº 030/2026 está em conformidade com a Instrução Normativa CGM nº 001/2025 e com a Lei Federal nº 14.133/2021.**

Divinópolis, agosto de 2026 –

Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde
SHEILA SALVINO –
Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:1064A2E7

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEMUSA/FMS – EXTRATO TERMO DE ARQUIVAMENTO DO PAR Nº 050/2026 – PL Nº 285/2025 – PE Nº 90151/2025 – ARP Nº 674/2025 – CONTRATADA: DISTRIBUIDORA NORTE ALIMENTOS LTDA, CNPJ Nº 47.888.974/0001-17.

O presente **Termo de Arquivamento** tem por finalidade aplicar as seguintes sanções: **Multa moratória referente à Solicitação de Fornecimento no 2996/2026, no montante de R$ 105,60 (cento e cinco reais e sessenta centavos); Multa moratória referente à Solicitação de Fornecimento no 2963/2026, no montante de R$ 105,60 (cento e cinco reais e sessenta centavos); Multa compensatória referente à Solicitação de Fornecimento no 2996/2026, no montante de R$ 2.805,00 (dois mil oitocentos e cinco reais); Multa compensatória referente à Solicitação de Fornecimento no 2963/2026, no montante de R$ 2.904,00 (dois mil novecentos e quatro reais)** e i**mpedimento de licitar e contratar com a administração pública, pelo período de 2 (dois) anos e 3 (três) meses,** em conformidade com a **Instrução Normativa CGM nº 001/2025**, a **Lei nº 14.133/2021** e o **Processo Administrativo para Apuração de Responsabilidade – PAR nº 050/2026**.

Divinópolis, agosto de 2026 –

Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde
SHEILA SALVINO –
Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:9811EEAC

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEMUSA/FMS – EXTRATO TERMO DE ARQUIVAMENTO DO PAR Nº 054/2026 – PL Nº 242/2025 – PE Nº 90128/2025 – ARP Nº 625/2025– CONTRATADA: APPONTE WEB GESTAO E CONSULTORIA EMPRESARIAL CNPJ: 26.580.101/0001-72

O presente **Termo de Arquivamento** tem por finalidade aplicar as seguintes sanções: **multa compensatória referente à solicitação de fornecimento nº 1682/2026, no montante de 186,40 (cento e oitenta e seis reais e quarenta centavos); solicitação de fornecimento nº 1753/2026, no montante de R$ 739,94 (setecentos e trinta e nove reais e noventa e quatro centavos) e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 3 (três) anos. O Processo Administrativo para Apuração de Responsabilidade – PAR nº 054/2026 está em conformidade com a Instrução Normativa CGM nº 001/2025 e com a Lei Federal nº 14.133/2021.**

Divinópolis, agosto de 2026 –

Secretaria Municipal de Saúde/fundo Municipal de Saúde
SHEILA SALVINO –
Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:D4A9ABDB

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 915/2026

Andreany Elyzandra de Paula Campos, UEMG, Psicologia – Objeto: Estágio de 02 (duas) horas diárias. Prazo: 01/09/2026 até o dia 03/12/2026. Ass.: 25/08/2026.

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:63E2A5B1

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 938/2026

Paulo Henrique Magalhães dos Santos, Anhanguera, Enfermagem – Objeto: Estágio de 05 (cinco) horas diárias. Prazo: 01/09/2026 até o dia 25/09/2026. Ass.: 26/08/2026.

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:6E8EE62B

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 939/2026

Samyra Vitória de Assis Monteiro, Anhanguera, Enfermagem – Objeto: Estágio de 06 (seis) horas diárias. Prazo: 01/09/2026 até o dia 19/10/2026. Ass.: 26/08/2026.

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:906A4204

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 941/2026

Natália das Dores Morato, Anhanguera, Enfermagem – Objeto: Estágio de 05 (cinco) horas diárias. Prazo: 01/09/2026 até o dia 19/10/2026. Ass.: 26/08/2026.

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:2B764DC3

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 944/2026

Jullya Stephany Campos Carvalho, UNOPAR, Fisioterapia – Objeto: Estágio de 05 (cinco) horas diárias. Prazo: 08/09/2026 até o dia 06/11/2026. Ass.: 26/08/2026.

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:98DF6E7F

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 946/2026

Mariana Lacerda, UNOPAR, Fisioterapia – Objeto: Estágio de 05 (cinco) horas diárias. Prazo: 08/09/2026 até o dia 06/11/2026. Ass.: 26/08/2026.

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:22D1CB12

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 948/2026

Gabriela de Moro Ferreira, UEMG, Psicologia – Objeto: Estágio de 04 (quatro) horas diárias. Prazo: 28/08/2026 até o dia 12/12/2026. Ass.: 25/08/2026.

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:6B7AC5B8

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 950/2026

Terezinha Dantas de Santana, SENAC, Técnico em Enfermagem – Objeto: Estágio de 04 (quatro) horas diárias. Prazo: 02/09/2026 até o dia 30/09/2026. Ass.: 26/08/2026.

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:989C7668

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 952/2026

Renecleia Rodrigues Lopes, SENAC, Técnico em Enfermagem – Objeto: Estágio de 04 (quatro) horas diárias. Prazo: 02/09/2026 até o dia 30/09/2026. Ass.: 26/08/2026.

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:8EAFA270

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 953/2026

Maria Eduarda Martins dos Reis, SENAC, Técnico em Enfermagem – Objeto: Estágio de 04 (quatro) horas diárias. Prazo: 02/09/2026 até o dia 30/09/2026. Ass.: 26/08/2026.

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:4E6D8DC6

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 954/2026

Andreza Regina Cordeiro Goncalves, UNA, Fisioterapia – Objeto: Estágio de 04 (quatro) horas diárias. Prazo: 01/09/2026 até o dia 04/12/2026. Ass.: 25/08/2026.

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:DDF88F21

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 955/2026

Pryscila de Campos Paula, Anhanguera, Fisioterapia – Objeto: Estágio de 05 (cinco) horas diárias. Prazo: 08/09/2026 até o dia 06/11/2026. Ass.: 26/08/2026.

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:10C58C1F

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 956/2026

Ana Lúcia Canrado de Oliveira, SENAC, Técnico em Enfermagem – Objeto: Estágio de 08 (oito) horas diárias em dias alternados. Prazo: 01/09/2026 até o dia 29/09/2026. Ass.: 26/08/2026.

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:40D44346

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 957/2026

Jonas Cunha da Silva Melo, Anhanguera, Enfermagem – Objeto: Estágio de 05 (cinco) horas diárias. Prazo: 01/09/2026 até o dia 04/12/2026. Ass.: 26/08/2026

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:4162038A

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 958/2026

Karine Santos, Senac, Técnico Em Enfermagem – Objeto: Estágio de 04 (quatro) horas diárias. Prazo: 02/09/2026 até o dia 30/09/2026. Ass.: 26/08/2026

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:D1E95617

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 959/2026

Guilherme Pereira Lopes, Senac, Técnico Em Enfermagem – Objeto: Estágio de 04 (quatro) horas diárias. Prazo: 02/09/2026 até o dia 30/09/2026. Ass.: 26/08/2026

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:BE2FE3A5

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 961/2026

Ana Luiza dos Santos Vaz, UEMG, História – Objeto: Estágio de 06 (seis) horas diárias. Prazo: 28/08/2026 até o dia 10/12/2026. Ass.: 26/08/2026.

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:62EC43C7

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE DIVINÓPOLIS/MG
RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMED/COMED Nº 03, DE 17 AGOSTO DE 2026

Institui diretrizes para a normatização e a organização da monodocência nos anos finais do ensino fundamental na Escola Municipal Raio de Sol, no município de Divinópolis.

O Sistema Municipal de Ensino de Divinópolis, neste ato representado pela Secretaria Municipal de Educação de Divinópolis - MG e pelo Conselho Municipal de Educação de Divinópolis – MG.

CONSIDERANDO:

- a Constituição Federal de 1988, em seu art. 205 e 208;a Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, especialmente os arts. 58, 59 e 60, que dispõem sobre a Educação Especial como modalidade da Educação Básica;

- a Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica;
- a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008), que orienta a organização dos serviços e do trabalho pedagógico voltados às crianças e estudantes público-alvo da educação especial;

- a Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica;

- a Lei nº 7522, de 15 de março de 2012, que institui o Sistema Municipal de Ensino de Divinópolis;

- a Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);
-o Decreto Municipal nº 12.040, de 11 de fevereiro de 2016, que dispõe sobre as diretrizes gerais da organização e funcionamento da educação básica nas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de Divinópolis;

- a Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular;

- a Portaria SEMED nº 04/2018, de 27 de dezembro de 2018, que institui a organização da Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva no Sistema Municipal de Ensino de Divinópolis;

- a Portaria Conjunta SEMED/COMED nº 04, de 28 de julho de 2020, que dispõe sobre a homologação da adesão do município de Divinópolis ao Currículo Referência de Minas Gerais;

- a Resolução CEE/MG nº 481, de 1º de julho de 2021, que institui e orienta a implementação do Currículo Referência de Minas Gerais da Educação Infantil e do Ensino Fundamental;

- a Instrução Normativa SEMED nº 01, de 14 de junho de 2024;

- o Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva;

- o Decreto nº 12.773, de 8 de dezembro de 2025, que altera o Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva;

- o Decreto n° 17.190, de 19 de fevereiro de 2026, que dispõe sobre a reestruturação da organização pedagógica da Escola Municipal Raio de Sol, no âmbito do Sistema Municipal de Ensino de Divinópolis
- a autonomia do Sistema Municipal de Ensino para definir a organização pedagógica mais adequada às necessidades educacionais específicas das crianças e estudantes da Educação Especial;
-as especificidades pedagógicas da Escola Municipal Raio de Sol, que demandam organização diferenciada do trabalho docente;
- a necessidade de assegurar continuidade pedagógica, vínculo educativo, mediação permanente e avaliação processual;

- que a fragmentação do trabalho docente nos anos finais pode comprometer a previsibilidade, a intencionalidade educativa e o desenvolvimento funcional dos estudantes no contexto da Escola Especial;

- a adoção da monodocência nos anos finais favorece o planejamento integrado, interdisciplinar e funcional.

RESOLVEM:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Resolução institui as diretrizes para a organização do trabalho pedagógico em regime de monodocência nos anos finais do ensino fundamental na Escola Municipal Raio de Sol, destinada ao atendimento de estudantes público-alvo da Educação Especial, nos termos da legislação educacional vigente.

Art. 2º A Escola Municipal Raio de Sol oferta, exclusivamente, a modalidade de Educação Especial, atendendo crianças e estudantes com deficiência e Transtorno do Espectro Autista (TEA), nos casos de maior gravidade e complexidade, que demandem apoios intensivos, contínuos e especializados, devidamente comprovados por documentação emitida por profissional da área da saúde, conforme disposto em seu Regimento Escolar, e mediante avaliação da equipe multiprofissional.

Art. 3º As turmas de escolarização da Escola Municipal Raio de Sol serão organizadas conforme quantitativos estabelecidos na legislação vigente e no Regimento Escolar, observadas as especificidades da Educação Especial.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA DA ESCOLA ESPECIAL

Art. 4º A Escola Municipal Raio de Sol atende crianças e estudantes cujas condições de desenvolvimento, comunicação, autonomia e funcionalidade demandam organização pedagógica diferenciada, com ênfase na continuidade do vínculo pedagógico, na mediação constante e na adaptação curricular sistemática.

Art. 5º Nos anos finais do ensino fundamental da Escola Municipal Raio de Sol, a organização curricular será desenvolvida de forma integrada, interdisciplinar e flexibilizada, em regime de monodocência, observadas a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Currículo Referência de Minas Gerais (CRMG) e as adaptações curriculares necessárias para assegurar aprendizagens significativas aos estudantes.

Art. 6º O planejamento pedagógico deverá considerar o Plano Educacional Individualizado (PEI), bem como as habilidades e competências prioritárias de cada estudante, contemplando a adoção de estratégias de ensino diferenciadas, respeitados os ritmos e estilos de aprendizagem, e a utilização de recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva, sempre que necessários, de modo a assegurar a participação, a aprendizagem e o desenvolvimento dos estudantes.

Art. 7º As práticas pedagógicas deverão priorizar atividades de vida diária e de vida prática, comunicação alternativa e ampliada, educação para autonomia e funcionalidade, projetos interdisciplinares, experiências pedagógicas contextualizadas que favoreçam a interação social e aprendizagem significativa do estudante.

CAPÍTULO III

DA MONODOCÊNCIA NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Art. 8º Para os fins desta Resolução, entende-se por monodocência a organização do trabalho pedagógico em que um único professor regente é responsável pelo planejamento, desenvolvimento, acompanhamento e avaliação do processo de ensino e aprendizagem da turma ou grupo de estudantes, de forma integrada e contínua.

Art. 9º A organização da monodocência nos anos finais do ensino fundamental na Escola Municipal Raio de Sol observará os seguintes princípios:
I - respeito às necessidades educacionais específicas dos estudantes;
II - garantia da continuidade pedagógica e do vínculo educativo;
III - flexibilidade curricular e metodológica;
IV - equidade e acessibilidade pedagógica;
V - planejamento integrado, interdisciplinar e funcional;
VI - avaliação processual e individualizada.

Art. 10 A avaliação da aprendizagem terá caráter processual, formativo, qualitativo e descritivo, centrada na evolução individual do estudante, considerando seus avanços, potencialidades e necessidades educacionais, admitindo-se, quando necessário, a flexibilização do tempo de escolaridade, em consonância com o disposto no Regimento Escolar e com a legislação educacional vigente.

§ 1º A avaliação será realizada de forma contínua e cumulativa, com registros sistemáticos que evidenciem o desenvolvimento das habilidades acadêmicas, funcionais, comunicativas e socioemocionais do estudante, observadas as adaptações curriculares.
§ 2º Nos anos finais do ensino fundamental, os resultados da avaliação serão expressos por meio de conceitos, organizados em três períodos ao longo do ano letivo, assim distribuídos:
I – 1º período: fevereiro, março e abril
II – 2º período: maio, junho, julho e agosto
III – 3º período: setembro, outubro, novembro e dezembro.

§ 3º Aos estudantes do 6º ao 9º ano serão atribuídos os seguintes conceitos:
I – A: Alcançou com êxito os objetivos de estudo;
II – B: Alcançou satisfatoriamente os objetivos de estudo;
III – C: Alcançou parcialmente os objetivos de estudo.

§ 4º A atribuição dos conceitos deverá considerar os objetivos individualizados estabelecidos no PEI, vedada a comparação padronizada entre estudantes, assegurados os princípios da equidade e do respeito às especificidades de cada percurso formativo.

CAPÍTULO IV

DOS PROFISSIONAIS E DE SUAS ATRIBUIÇÕES

Art. 11 O professor para atuar na monodocência deverá possuir habilitação em Normal Superior, Normal Superior - Modalidade Veredas, Pedagogia com habilitação para o Ensino Fundamental ou Licenciatura Plena para o Ensino Fundamental, cumulada com Ensino Médio na Modalidade Magistério, além de formação específica em

Educação Especial, conforme disposto na Portaria SEMED nº 04/2018.

Art. 12 São atribuições do professor monodocente:

I - planejar, desenvolver e avaliar o processo de ensino e aprendizagem;

II - elaborar, executar e acompanhar o Plano Educacional Individualizado (PEI);

III - registrar o desenvolvimento pedagógico por meio de relatórios descritivos;

IV - articular-se com a equipe gestora, pedagógica e multiprofissional, profissionais de apoio e famílias;

V - participar de formação continuada.

Art. 13 A organização da monodocência não exclui a atuação de outros professores, profissionais de apoio, equipe multiprofissional e demais servidores, devendo ocorrer de forma articulada, complementar e colaborativa.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14 O Projeto Político Pedagógico e o Regimento Escolar da Escola Municipal Raio de Sol deverão ser adequados às disposições desta Resolução, no que couber.

Art. 15 Os casos omissos serão analisados pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 16 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 02 de fevereiro de 2026.

Divinópolis, 17 de agosto de 2026.

(Assinado Digitalmente)
OTÁVIO VINÍCIUS ARANTES
Presidente do Conselho Municipal de Educação

(Assinado Digitalmente)
ANDREIA CARLA FERREIRA
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:BFFA9379

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE DOM BOSCO

COMISSÃO DE PREGÃO E LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO NÚMERO 079/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 085/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 040/2026
CONTRATO NÚMERO 079/2026

Processo Licitatório 085/2026 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM BOSCO. OBJETO:contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de mão de obra técnica especializada destinada à execução dos serviços de modernização, ampliação e melhoria do sistema de iluminação do Estádio Municipal Nazilão, localizado no Município de Dom Bosco/MG. EMPRESA CONTRATADA: BRASCAMP JB PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA, CNPJ n°: 40.280.201/0001-04, valor global: R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais). Vigência: 26/08/2026 a 26/11/2026.

Publique-se na forma da Lei.

Dom Bosco-MG, 26/08/2026.

NELSON PEREIRA DE BRITO
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Fernanda Cristina da Silva Gonçalves
Código Identificador:79D71F0D

COMISSÃO DE PREGÃO E LICITAÇÕES
RATIFICACAO R HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 042/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 087/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 042/2026

CONSIDERANDO, que o Processo Administrativo nº 087/2026, se encontra em conformidade com a legislação pertinente art. 75, II, da Lei Federal nº. 14.133/2021 e considerando a regularidade dos documentos constantes dos autos e o parecer da Assessoria Jurídica, RATIFICO e HOMOLOGO, a Dispensa de Licitação nº. 042/2026, em favor da empresaJAQUELINE APARECIDA ROCHA 92314511620, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº42.479.426/0001-10,com sede a com sede naUA VENINA RAMOS AGUIAR, 136, ITAPUÃ, UNAÍ/MG. Objeto:ontratação de empresa para prestação de serviço de confecção têxtil de rouparia cama e banho, a serem utilizadas no CEMEI - Pequeno Príncipe, localizado no Município de Dom Bosco-MG.Valor Global da proposta vencedora$ 5.392,00 (Cinco mil e trezentos e noventa e dois reais).

Depois de cumpridas as formalidades de praxe, AUTORIZO, a contratação em questão.

PUBLIQUE-SE, na forma da Lei.

Dom Bosco – MG, 26 de agosto de 2026

NELSON PEREIRA DE BRITO.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Fernanda Cristina da Silva Gonçalves
Código Identificador:FC2197A5

COMISSÃO DE PREGÃO E LICITAÇÕES
RATIFICO E HOMOLOGO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 040/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 085/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 040/2026

CONSIDERANDO, que o Processo Administrativo nº 085/2026, se encontra em conformidade com a legislação pertinente art. 75, II, da Lei Federal nº. 14.133/2021 e considerando a regularidade dos documentos constantes dos autos e o parecer da Assessoria Jurídica, RATIFICO e HOMOLOGO, a Dispensa de Licitação nº. 040/2026, em favor da empresaBRASCAMP JB PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA,pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº40.280.201/0001-04,com sede a com sede na Rua Sebastião Ferreira de Souza, nº 723, Centro, cidade de Dom Bosco. Objeto:contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de mão de obra técnica especializada destinada à execução dos serviços de modernização, ampliação e melhoria do sistema de iluminação do Estádio Municipal Nazilão, localizado no Município de Dom Bosco/MG.Valor Global da proposta vencedoraR$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Depois de cumpridas as formalidades de praxe, AUTORIZO, a contratação em questão.

PUBLIQUE-SE, na forma da Lei.

Dom Bosco – MG, 25 de agosto de 2026

NELSON PEREIRA DE BRITO.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Fernanda Cristina da Silva Gonçalves
Código Identificador:886D1F90

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE DONA EUZÉBIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
QUARTO TERMO ADITIVO

TERMO ADITIVO QUE FIRMAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE DONA EUZBÉBIA E A EMPRESA SUDESTE ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA-ME

O **MUNICÍPIO DE DONA EUZÉBIA,** ESTADO DE MINAS GERAIS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, COM SEDE NA PREFEITURA MUNICIPAL, SITUADA NA AVENIDA ANTÔNIO ESTEVES RIBEIRO,340, NESTA CIDADE, INSCRIÇÃO NO CNPJ/MF SOB O Nº 17.706.656/0001-27, NESTE ATO REPRESENTADO PELO SEU PREFEITO MUNICIPAL, SENHOR **ADEILTON PASCOALINE MAGALHÃES,** BRASILEIRO, CASADO, DE ORA EM DIANTE DENOMINADO SIMPLESMENTE **CONTRATANTE**, E DE OUTRO LADO, A EMPRESA **SUDESTE ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA-ME**, EMPRESA INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº **16.914.341/0001-02** SITUADA NA RUA ANTÔNIO MARINHO, 678, BAIRRO: CENTRO, CIDADE: ASTOLFO DUTRA/MG CEP:36.780-000 DENOMINADA CONTRATADA, NESTE ATO REPRESENTADA POR SEU REPRESENTANTE LEGAL Sr. FERNANDO DE SOUZA XAVIER, portador do CPF nº 075.812.746-40 e do RG nº MG 12335250, DE ORA EM DIANTE DENOMINADO SIMPLESMENTE CONTRATADA DE COMUM ACORDO, FIRMAM O PRESENTE **TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 148/2024**, DO **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 041/2024, CONCORRÊNCIA Nº 002/2024**, CELEBRADA ENTRE AS PARTES, NO DIA 20 DE AGOSTO DE 2024, PASSADO DE TAL SORTE A VIGORAR COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

CLÁUSULA II – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 – O novo prazo de vigência será até **20 de fevereiro de 2027**, contado a partir da data de assinatura.

Permanecem inalteradas e em vigor todas as demais cláusulas do contrato.

E, por assim estarem justas e acordadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Termo Aditivo, em 2 (duas) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo-assinados presentes.

Dona Euzébia, 12 de agosto de 2026.

Prefeitura Municipal de Dona Euzébia
ADEILTON PASCOALINE MAGALHÃES

SUDESTE ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA-ME
CNPJ: 16.914.341/0001-02

Publicado por:
Marcelo Ferreira Souza
Código Identificador:C710DDD8

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE DORES DO INDAIÁ

PROCURADORIA MUNICIPAL
IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL (ITR) - DELEGAÇÃO DE ATRIBUIÇÃO - LEI Nº11.250, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2005 - EC Nº42/2003

EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00001, DE 26 DE MAIO DE 2026.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.
O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].
Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)
Nome Completo / Razão Social: OFLI DE SOUZA FILHO
CPF/CNPJ: 045.188.966-53
Termo de Constatação e Intimação (ITR): 4463/00008/2026
Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR
Nome: MARIA ROSANGELA DE MORAIS SANTOS
Matrícula: 00040722
Cargo: / 53

Publicado por:
Lara Gontijo Gil Correa Silva
Código Identificador:9E2C6815

PROCURADORIA MUNICIPAL
IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL (ITR) - DELEGAÇÃO DE ATRIBUIÇÃO - LEI Nº11.250, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2005 - EC Nº42/2003

EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00002, DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].
Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)
Nome Completo / Razão Social: MARIA DO SACRAMENTO ZICA FEROLA ARAUJO
CPF/CNPJ: 590.790.026-15
Termo de Intimação Fiscal (ITR): 4463/00006/2026
Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR
Nome: MARIA ROSANGELA DE MORAIS
Matrícula: 00040722
Cargo: / 53
Assinatura:

Publicado por:
Lara Gontijo Gil Correa Silva
Código Identificador:6896C071

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ESTRELA DALVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DALVA
AVISO TERMO DE DISPENSA Nº. 032/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DALVA-MG - PROCESSO Nº 104/2026 – DISPENSA 032/2026 TORNA PÚBLICO: recebimento de propostas complementares até às 10:00h do dia 01/09/2026 através do e-mail *licitacao@estreladalva.mg.gov.br*. O Termo de dispensa com as condições de participação está a disposição no site *www.estreladalva.mg.gov.br/licitacoes* e também pode ser requerido via e-mail. O objeto da presente DISPENSA de licitação é Contratação empresa, devidamente qualificada, pra realizar palestras e conduzir atividades psicopedagógicas e neuropsicopedagogicas que estimulem o desenvolvimento cognitivo, emocional e social dos idosos atendidos pelo CRAS/PAIF do município de Estrela Dalva/MG, conforme condições de execução definidos no Termo de Dispensa e seus anexos que lhes são parte integrantes. FUNDAMENTAÇÃO: Art. 75, II da Lei Federal 14.133/2021. Maiores informações, através do telefone (32) 3464-1181, ramal 204.

Estrela Dalva/MG, 26/08/2026.

DIEGO COUTINHO DA COSTA -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Tallita da Costa Tonázio
Código Identificador:3BE1A234

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DALVA
CHAMADA PUBLICA 004/2026 AGRICULTURA FAMILIAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DALVA - PROCESSO Nº 085/2026 – DISPENSA Nº 027/2026 - CHAMADA PÚBLICA Nº 004/2026, HAVENDO NECESSIDADE DE REMARCAÇÃO, CONSIDERANDO RESULTADO DESERTO, TORNA PÚBLICO: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou suas Organizações, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, conforme §1º do art. 14 da Lei nº 11.947/2009, Lei nº 14.660/2023 e Resoluções do FNDE relativas ao PNAE (Resolução CD/FNDE nº 06 de 08 de maio de 2020, alterada pelas Resoluções nº 20 de 02 de dezembro de 2020 e nº 21 de 16 de novembro de 2021) e Lei 14.133/2021.- Leite em pó -Os interessados (Grupos Formais, Informais ou Fornecedores Individuais) deverão apresentar a documentação para Habilitação e Projeto de Venda até **21/09/2026 das 12:00 horas até as 16:00 horas**, na sede do setor de licitações localizada na Rua Lauro Barbosa, nº 254 - Centro - Estrela Dalva/MG CEP 36.725-000. O Edital retificado, em inteiro teor, estará à disposição a partir do dia 27/08/2026, pelo site www.estreladalva.mg.gov.br. Maiores informações, através do telefone (32) 3464-1181, ramal 203.

Estrela Dalva 26/08/2026.

DIEGO COUTINHO DA COSTA -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Tallita da Costa Tonázio
Código Identificador:060AFA0D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ESTRELA DO INDAIÁ

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA 021/DP, DE 21.08.2026.

"Exonera Servidor ocupante de cargo efetivo e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Estrela do Indaiá/ MG, no uso das atribuições de seu cargo, conforme art. 78, inciso V e IX da Lei Orgânica Municipal e considerando o pedido de exoneração apresentado pelo requerente nos termos do caput do art. 32 da Lei Municipal Nº. 1.352/93,

RESOLVE:

Art. 1.º - Fica exonerado, a pedido, do cargo de Auxiliar de Serviços Públicos, o Sr. **STANLEY SOUSA XAVIER**, **portador do CPF: 140.571.576-62, RG: MG – 16.574.575– PC/MG, a partir de 21 de agosto de 2026.**

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Estrela do Indaiá/MG, 21 de agosto de 2026.

JURACI FRANCISCO SANTANA
Prefeito Municipal

MARINISE PIEDADE DE LOURDES BRAGA VELOSO
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Maria Fernanda Vieira Rodrigues Lopes
Código Identificador:61F0F42E

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA NO 182, DE 20-08-2026.

Concede férias regulamentares à Funcionária LUIZA ARAúJO GODOY CAETANO, e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Estrela do Indaiá/MG, **JURACI FRANCISCO SANTANA**, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a norma estatutária deste Município e Art. 7º , Capítulo II , Inciso XVII da Constituição Federal/88.

RESOLVE CONCEDER, a pedido, conforme requerimento protocolado e apostilado em sua pasta funcional, a Funcionária desta Prefeitura, a Srª. **LUIZA ARAUJO GODOY CAETANO,** as suas férias regulamentares relativas ao período de 01.07.2025 a 16.04.2026 e de 05.05.2026 a 18.07.2026, saindo de férias no dia 10 de setembro de 2026 e retornando ao trabalho no dia 10 de outubro de 2026, portanto contando-se assim com direito a 1/3 da remuneração a mais, conforme disposição constitucional acima apontada.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Estrela do Indaiá/MG, 20 de agosto de 2026.

JURACI FRANCISCO SANTANA
Prefeito Municipal

MARINISE PIEDADE DE LOURDES BRAGA VELOSO
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Maria Fernanda Vieira Rodrigues Lopes
Código Identificador:35AA87C4

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA NO 183, DE 20-08-2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE ESTRELA DO INDAIÁ, Estado de Minas Gerais, **JURACI FRANCISCO SANTANA**, no uso das atribuições que lhe confere a legislação municipal,
CONSIDERANDOo direito da servidora à concessão de férias-prêmio, nos termos da legislação municipal aplicável;
CONSIDERANDOo período aquisitivo compreendido entre**01 de agosto de 2019 e 29 de julho de 2024**, correspondente a 05 (cinco) anos de efetivo exercício;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam concedidos à servidora**ESTEFANIA RIBEIRO MOURA VELOSO**, matrícula nº**941-2**,**03 (três) meses de férias-**

prêmio, convertidos em pecúnia, relativos ao período aquisitivo de**01/08/2019 a 29/07/2024**.

Art. 2ºO pagamento da vantagem de que trata o artigo anterior será efetuado em pecúnia, com fundamento no Art. 31, item II da Constituição Mineira de 21-09-89, c/c Art. 1o da Lei Municipal no 914 de 17-03-83, Lei Municipal no 1.234 de 30-07-90 e conforme ainda seção VI, Art. 66 do Estatuto do Servidor Público Municipal, de 30-03-93 e Lei Nº 1.599 de 20/02/2001, Art. 3º, parágrafo único, Inciso II.

Art. 3º Compete ao Departamento de Recursos Humanos e ao setor competente pela folha de pagamento adotar as providências necessárias ao cumprimento desta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Estrela do Indaiá/MG, 20 de agosto de 2026.

JURACI FRANCISCO SANTANA
Prefeito Municipal

MARINISE PIEDADE DE LOURDES BRAGA VELOSO
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Maria Fernanda Vieira Rodrigues Lopes
Código Identificador:0EFB4A20

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA NO 184, DE 20-08-2026

JURACI FRANCISCO SANTANA, Prefeito Municipal de Estrela do Indaiá/MG, no uso de suas atribuições legais, etc...

RESOLVE CONCEDER, de acordo com seu requerimento protocolado nesta Prefeitura, sob o no 21.435, em 20.08.2026, ao Sr. **STANLEY SOUSA XAVIER,** Funcionário Público Municipal, reassumir suas atividades normais de seu cargo, a contar de 20 de agosto de 2026.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Estrela Indaiá/MG, 20 de agosto de 2026.

JURACI FRANCISCO SANTANA
Prefeito Municipal

MARINISE PIEDADE DE LOURDES BRAGA VELOSO
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Maria Fernanda Vieira Rodrigues Lopes
Código Identificador:5A6B0D07

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA NO 185, DE 24-08-2026

JURACI FRANCISCO SANTANA, Prefeito Municipal de Estrela do Indaiá/MG, no uso de suas atribuições legais, etc...

RESOLVE CONCEDER, conforme seu requerimento protocolado nesta Prefeitura, sob o no 21.437, em 24.08.2026, o Sr. **VINICIUS FRANCISCO DE OLIVEIRA,** funcionário desta Prefeitura, ocupante do cargo de "Oficial de Serviços Públicos, Licença para Interesse Particular por tempo indeterminado, sem remuneração, no período máximo de 02 (dois) anos, segundo o disposto no Artigo 61, Inciso VI e Art. 68, do Estatuto do Servidor Público Municipal de 30 de Março de 1993, a partir de 01 de setembro de 2026.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Estrela do Indaiá/MG, 24 de agosto de 2026.

JURACI FRANCISCO SANTANA
Prefeito Municipal

MARINISE PIEDADE DE LOURDES BRAGA VELOSO
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Maria Fernanda Vieira Rodrigues Lopes
Código Identificador:A49A5843

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA NO 186, DE 25-08-2026.

Concede férias regulamentares à Funcionária DANIELA APARECIDA RODRIGUES BRÁULIO**,** e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Estrela do Indaiá/MG, **JURACI FRANCISCO SANTANA**, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a norma estatutária deste Município e Art. 7o, Capítulo II, Inciso XVII da Constituição Federal/88.

RESOLVE CONCEDER, a pedido, a Funcionária desta Prefeitura, a Srª. **DANIELA APARECIDA RODRIGUES BRÁULIO,** as suas férias regulamentares relativas ao período de 05.05.2025 a 04.05.2026, saindo de férias no dia 01 de outubro de 2026 e retornando ao trabalho no dia 31 de outubro de 2026, portanto contando-se assim com direito a 1/3 da remuneração a mais, conforme disposição constitucional acima apontada.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Estrela do Indaiá/MG, 25 de agosto de 2026.

JURACI FRANCISCO SANTANA
Prefeito Municipal

MARINISE PIEDADE DE LOURDES BRAGA VELOSO
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Maria Fernanda Vieira Rodrigues Lopes
Código Identificador:231507E4

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ESTRELA DO SUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2026

PROCESSO Nº 64/2026
INTERESSADO PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DO SUL – MG
DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES: 02/09/2026 ÀS 09:00H
DATA E HORÁRIO DA SESSÃO: 02/09/2026 ÀS 09:10H
PRAZO FINAL DE IMPUGNAÇÃO: 27/08/2026 ÀS 17:00H
OBJETO DA LICITAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA E CONGENERES.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM
LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: R. ALFREDO TORMIM, 32 - ESTRELA DO SUL, MG, CEP: 38.525-000
PREGOEIRA: REGIANE PATRÍCIA DA SILVA AZEVEDO
AMPARO LEGAL: REGIDO PELA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021
DECRETO MUNICIPAL Nº 70/2023
DECRETO MUNICIPAL Nº 07/2026
O EDITAL PODERÁ SER OBTIDO GRATUITAMENTE NO SITE DA PREFEITURA, NO ENDEREÇO WWW.ESTRELADOSUL.MG.GOV.BR

A PARTIR DA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO; INFORMAÇÕES ADICIONAIS PODEM SER OBTIDAS JUNTO, A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.

E-MAIL: LICITACAO@ESTRELADOSUL.MG.GOV.BR

Publicado por:
Regiane Patrícia Silva Azevedo
Código Identificador:5BACA173

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 87/2026

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO Nº 87/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DO SUL – MG

Torna público o extrato do contrato **CONTRATAÇÃO DO SHOW ARTISTICO DA DUPLA BILIONNÁRIO E BATISTA FARIA, NO DIA 19 DE SETEMBRO DE 2026, COM DURAÇÃO TOTAL APROXIMADA DE UMA HORA E QUARENTA MINUTOS,DURANTE AS FESTIVIDADES DA 25 FESTA DE PEÃO DE ESTRELA DO SUL MINAS GERAIS,** decorrente do Processo de inexigibilidade Nº 0011, contrato Nº 87/2026. Empresa Contratada: **BILIONNARIO E BATISTA FARIA- SHOW E EVENTOS LTDA.**
A vigência do Contrato será de 26/08/2026 a 30/09/2026.

Publicado por:
Regiane Patrícia Silva Azevedo
Código Identificador:34A25198

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PROCESSO: Nº 51/2025
TERMO ADITIVO: Nº 01/2026
CONTRATADO: LEANDRO RESENDE VIEIRA
OBJETO: Contratação de profissionais para ministrar aulas e oficinas socioculturais no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Nadir Resende, bem como prestação de serviços técnicos especializados de discotecagem e locução profissional, com o objetivo de atender às demandas das ações sociais, culturais, educativas e institucionais promovidas pelo Município.

FUNDAMENTO: ADITIVO PARA ALTERAÇÃO DO PRAZO CONTRATUAL DO CONTRATO PARA MAIS 12 MESES, CONFORME A NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 08/07/2027

Publicado por:
Regiane Patrícia Silva Azevedo
Código Identificador:5D94A603

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PROCESSO: Nº 42/2025
TERMO ADITIVO: Nº 02/2026
CONTRATADO: DELICIDA LTDA
OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO NA FORMA DE CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA O FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES, PRODUTOS DE PANIFICADORA E SERVIÇOS DE BUFFET PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DURANTE ATIVIDADES INSTITUCIONAIS E EVENTOS PÚBLICOS OFICIAIS.

FUNDAMENTO: ADITIVO PARA ALTERAÇÃO DO PRAZO CONTRATUAL DO CONTRATO PARA MAIS 12 MESES, CONFORME A NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 28/05/2027

Publicado por:
Regiane Patrícia Silva Azevedo
Código Identificador:7DC0C008

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE FELIXLÂNDIA

LICITAÇÕES E CONTRATOS
RETIFICAÇÃO DE EDITAL - PROCESSO 84/2026, CREDENCIAMENTO 12/2026

A Prefeitura Municipal de Felixlândia/MG torna público a retificação do edital do procedimento auxiliar de Credenciamento nº 12/2026 – Processo Licitatório nº 84/2026, Inexigibilidade 19/2026, cujo objeto é a **contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços funerários para atender às necessidades do Departamento Municipal de Serviço Social, conforme especificações, quantidades e prazos, de acordo com o termo de referência constante do anexo I do edital, que dele é parte integrante. No preâmbulo do edital, onde se lê: DATA PARA A APRESENTAÇÃO E ABERTURA DOS ENVELOPES: 20/08/2026, às 08h:00min, leia-se: DATA PARA A APRESENTAÇÃO E ABERTURA DOS ENVELOPES: 10/09/2026, às 08h:00min.** As demais informações permanecem inalteradas.

RAFAEL APARECIDO DA CUNHA.
Chefe do Departamento Municipal de Serviço Social

Publicado por:
Warley Gonçalves Lima
Código Identificador:647F948F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE FORMIGA

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
DESPACHO - PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 040/2025

DESPACHO

Tendo em vista o disposto em Relatório Final, e Conclusão elaborada pela Corregedoria Municipal de Formiga, constantes nos autos do Processo Administrativo Disciplinar nº 040/2025, instaurado pela Portaria nº 6.186 de 12/09/2025, acolho, em sua totalidade, o referido relatório, tendo em vista as apurações dos fatos narrados e determino a aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA, prevista no art. 183, inciso I por descumprimento ao art. 173, inciso II ambos da Lei 41 de 24 de fevereiro de 2011.

Formiga, 19 de agosto de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES
CORONEL LAÉRCIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:4D09AB09

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
DESPACHO - PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 047/2025

DESPACHO

Tendo em vista o disposto em Relatório Final, e Conclusão elaborada pela Corregedoria Municipal de Formiga, constantes nos autos do Processo Administrativo Disciplinar nº 047/2025, instaurado pela Portaria nº 6.254 de 19 de novembro de 2025, acolho, em sua totalidade, o referido relatório, tendo em vista as apurações dos fatos narrados e determino a NÃO RESPONSABILIZAÇÃO das servidoras L.N.P.S, A.D.S.F e A.P.D.S.R e determino o ARQUIVAMENTO com fulcro no art. 203, 1°, I da LC 44/2021

Formiga, 19 de agosto de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES
CORONEL LAÉRCIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:4F2E97E6

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
DESPACHO - PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 051/2025

DESPACHO

Tendo em vista o disposto em Relatório Final, e Conclusão elaborada pela Corregedoria Municipal de Formiga, constantes nos autos do Processo Administrativo Disciplinar nº 051/2025, instaurado pela Portaria nº 6.286 de 18 dezembro de 2025, acolho, em sua totalidade, o referido relatório, tendo em vista as apurações dos fatos narrados e determino a NÃO RESPONSABILIZAÇÃO do servidor E.F.G, determino o ARQUIVAMENTO, nos termos dos artigos 226 e 227 §4º ambos da Lei Complementar n°41, de 24/02/20211.

Formiga, 19 de agosto de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES
CORONEL LAÉRCIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:6506F7D8

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
DESPACHO - PROCESSO DE SINDICÂNCIA Nº 001/2026

DESPACHO

Tendo em vista o disposto em Relatório Final, e Conclusão elaborada pela Corregedoria Municipal de Formiga, constantes nos autos do Processo de Sindicância nº 001/2026, instaurado pela Portaria nº 6.306 de 15 de janeiro de 2026, acolho, em sua totalidade, determino o ARQUIVAMENTO, nos termos do artigo 201 §1°, inciso I da Lei Complementar n° 41, de 24/02/2021.

Formiga, 19 de agosto de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES
CORONEL LAÉRCIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:68CB207C

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
DESPACHO - PROCESSO DE SINDICÂNCIA Nº 003/2026

DESPACHO

Tendo em vista o disposto em Relatório Final, e Conclusão elaborada pela Corregedoria Municipal de Formiga, constantes nos autos do Processo de Sindicância nº 003/2026, instaurado pela Portaria nº 6.325 de 29 de janeiro de 2026, acolho, em sua totalidade, o referido determino o ARQUIVAMENTO do referido processo , fundamentando-se no art. 201 §1°, inciso I da Lei Complementar n° 41, de 24/02/2021.

Formiga, 19 de agosto de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES
CORONEL LAÉRCIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:15D87CA2

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
DESPACHO - PROCESSO DE SINDICÂNCIA Nº 036/2025

DESPACHO

Tendo em vista o disposto em Relatório Final, e Conclusão elaborada pela Corregedoria Municipal de Formiga, constantes nos autos do Processo de Sindicância nº 036/2025, instaurado pela Portaria nº 6.163 de 27 de agosto de 2025, acolho, em sua totalidade, o referido relatório, tendo em vista as apurações dos fatos narrados e determino a RESPONSABILIZAÇÃO da servidora K.A.V, determino a aplicação da penalidade de SUSPENSÃO por 10 dias com fulcro no art. 183, II e por descumprimento aos incisos I,III,IX e X do art. 172 ambos da Lei complementar n° 41, de 24/02/2011.

Formiga, 19 de agosto de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES
CORONEL LAÉRCIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:C88A2E48

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
DESPACHO - PROCESSO DE SINDICÂNCIA Nº 043/2025

DESPACHO

Tendo em vista o disposto em Relatório Final, e Conclusão elaborada pela Corregedoria Municipal de Formiga, constantes nos autos do Processo de Sindicância nº 043/2025, instaurado pela Portaria nº 6.201 de 25 de setembro de 2025, acolho, em sua totalidade, o referido relatório, tendo em vista as apurações dos fatos narrados e determino a RESPONSABILIZAÇÃO da servidora O.B, com a aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA, na violação dos deveres dispostos no incisos I,III, IX, e XI do artigo 174 e com fulcro no art. 185, I ambos da Lei Complementar n° 44, de 24/02/2011.

Formiga, 19 de agosto de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES
CORONEL LAÉRCIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:71098237

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 014/2026 PARA CREDENCIAMENTO DE COMÉRCIO AMBULANTE NO FESTIVAL GASTRONÔMICO RURAL – COMUNIDADE DE CUNHAS – FORMIGA/MG

O MUNICÍPIO DE FORMIGA, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Barão de Piumhi, 121, Centro, Formiga/MG, por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e

Rural, torna público o **credenciamento de pessoas físicas e jurídicas** para a permissão de uso de espaço público com direito à exploração comercial de venda de gêneros alimentícios prontos para consumo imediato, bebidas e demais itens descritos neste edital, na modalidade de COMÉRCIO AMBULANTE, durante o evento que ocorrerá no dia **05 de setembro de 2026**, entre **12h e 23h**, na **Comunidade de Cunhas**.

DO OBJETO

Este edital tem como objetivo credenciar pessoas físicas e jurídicas que possuam capacidade técnica, utensílios e estrutura adequada para o preparo e a comercialização de alimentos para consumo imediato, bebidas e demais itens descritos neste edital, atendendo às exigências sanitárias e leis vigentes, bem como às demais condições aqui previstas, mediante a permissão temporária de uso de espaço público que será válida exclusivamente para o dia **05 de setembro de 2026**, no horário entre **12h e 23h**, durante o Festival Gastronômico Rural na **Comunidade de Cunhas – Formiga/MG.** sendo o na Comunidade de Cunhas.

ÁREAS E VAGAS DISPONÍVEIS

Área 1 – 05 (cinco) Barracas Padronizadas:

As barracas são padronizadas, com dimensões de **2,5 metros de frente por 4 metros de lateral** e serão fornecidas pela Prefeitura.
Cada barraca será destinada para a venda de um prato principal já pré-definido, sendo:
Barraca 01 - tropeiro
Barraca 02 - macarrão na chapa
Barraca 03 - carne de lata
Barraca 04 - galinhada
Barraca 05 - lanches com linguiça

Todas as **05 (cinco) vagas serão reservadas para moradores de COMUNIDADES RURAIS DE FORMIGA/MG,** mediante apresentação de comprovante de endereço atualizado (em nome próprio ou com comprovação de parentesco, contrato de aluguel, etc.).
Se não houver preenchimento das **5 (cinco) vagas por moradores de comunidades rurais de Formiga/MG, ficam liberadas as vagas que sobrarem para outras pessoas físicas ou jurídicas que atendam ao disposto neste edital.**

Observação: Além das 05 (cinco) reservadas para credenciamento, haverá outras **02 (duas) barracas que serão destinadas exclusivamente à Comunidade de Cunhas**, para comercialização de alimentos e bebidas em reconhecimento à sua participação e contribuição para a realização do evento, ficando essas vagas dispensadas do procedimento de credenciamento previsto neste Edital.
Será permitida a venda bebidas alcoólicas e não alcoólicas em embalagens diversas, **exceto vidro. É proibido chopeiras**.
As vagas serão preenchidas considerando a ordem de inscrição no formulário, sendo que no momento do credenciamento, cada ambulante deverá escolher até 03 (três) opções de barraca com o prato principal, sendo a definição por ordem de escolha:
Primeiro será considerada a 1ª opção;
Se já estiver ocupada, será considerada a 2ª opção;
Se necessário, será considerada a 3ª opção.
Cada interessado será credenciado em apenas uma das opções de prato principal escolhidas no momento da inscrição.
Será permitido ao credenciado oferecer um segundo prato, a ser definido em reunião com a organização e demais credenciados, desde que este não seja igual ou similar aos pratos principais das demais barracas previstas neste edital.
É obrigatório a cada ambulante credenciado oferecer o mínimo de 02 (duas) refeições, dentre as opções que estiverem disponíveis em seu cardápio, a fim de atender a equipe de segurança pública e organização envolvida no evento.
Cada credenciado na área 1, deverá disponibilizar 3 (três) jogos de 1 (uma) mesa e 4 (quatro) cadeiras para serem distribuídas na área do evento, conforme definição dos organizadores, para o público fazer suas refeições. O credenciado é responsável pela guarda, pelo manejo e higienização das mesmas.
É vedada a utilização de equipamentos de som dentro ou fora das barracas.

Área 2 - Churrasco no Chão e Drinks Diversos:

1 (uma) vaga para a comercialização de pratos à base de churrasco rústico, prontos para consumo imediato, (exceto os pratos principais já definidos para as barracas padronizadas na área 1) e drinks diversos.
A tenda e estrutura são de responsabilidade integral do credenciado, incluindo montagem, segurança e demais despesas.
É obrigatório o credenciado oferecer o mínimo de 03 (três) refeições, dentre as opções que estiverem disponíveis em seu cardápio, a fim de atender a equipe de segurança pública e organização envolvida no evento.
O credenciado deverá disponibilizar 5 (cinco) jogos de 1 (uma) mesa e 4 (quatro) cadeiras para serem distribuídas na área do evento, conforme definição dos organizadores, para o público fazer suas refeições, sendo responsável pela guarda, pelo manejo e higienização das mesmas.
É vedada a utilização de equipamentos de som dentro ou fora da área 2.

Area 3 – Food Trucks:

2 (duas) vagas para food truck em local previamente definido e delimitado.
O food truck pode ser definido como um veículo adaptado com uma cozinha móvel, de dimensões pequenas, sobre rodas, que transporta e vende alimentos pré-preparados. Nessa modalidade podem se encaixar trailers, kombis, furgões e similares devidamente autorizados para a exploração comercial, nos moldes da regulamentação de trânsito.
Será permitido ao credenciado oferecer alimentos e pratos diversos, desde que não sejam iguais ou similares aos pratos principais definidos para as demais barracas previstas neste edital.
É obrigatório a cada ambulante credenciado oferecer o mínimo de 02 (duas) refeições, dentre as opções que estiverem disponíveis em seu cardápio, a fim de atender a equipe de segurança pública e organização envolvida no evento.
Cada credenciado na área 3, deverá disponibilizar 3 (três) jogos de 1 (uma) mesa e 4 (quatro) cadeiras para serem distribuídas na área do evento, conforme definição dos organizadores, para o público fazer suas refeições. O credenciado é responsável pela guarda, pelo manejo e higienização das mesmas.
É vedada a utilização de equipamentos de som dentro ou fora dos food trucks, e/ou similares.

Área 4 – Doces e Playground:

1 (uma) vaga para colocação de brinquedos para entretenimento das crianças.
1 (uma) vaga para venda de doces diversos.
A barraca/tenda será de responsabilidade integral do credenciado, incluindo montagem, segurança e demais despesas.

Área 5 – Produtores Rurais, Lojas Agrícolas, Artesãos:

2 (duas) vagas destinadas à exposição e comercialização de produtos de origem rural devidamente regularizados junto aos órgãos de inspeção competentes.
2 (duas) vagas para as lojas agrícolas, para exposição e comercialização de equipamentos e insumos voltados ao trabalhador do campo.
2 (duas) vagas para artesãos formiguenses exporem e comercializarem seus produtos.
Havendo vaga(s) remanescente(s), estas serão preenchidas conforme a ordem cronológica de credenciamento.
A barraca ou tenda será de responsabilidade integral do credenciado incluindo montagem, segurança e demais despesas.
É vedada a utilização de equipamentos de som dentro ou fora das barracas/tendas.

Nessa área, NÃO será permitida a manipulação de bebidas e alimentos para consumo imediato, sendo a comercialização de produtos apenas em suas embalagens originais.

Área 6 – Exclusiva para patrocinadores CHOPE:

Será disponibilizada 1 (uma) vaga destinada exclusivamente para pessoas jurídicas do segmento de bebidas que tenham aderido, na condição de patrocinador, ao EDITAL Nº 02/2026 – Chamamento Público para Captação de Patrocínio Institucional de Formiga/MG: https://forms.gle/8Avj6kQbgMbP9EzB6, nas cotas **Ouro, Prata,**

Bronze ou Apoio ficando excluídos os patrocinadores da Cota Incentivo.
A barraca será padronizada, com dimensões de **2,5 metros de frente por 4 metros de lateral** e será fornecida pela Prefeitura.
Não havendo patrocinadores habilitados, a vaga poderá ser ocupada por outros ambulantes – não patrocinadores, cujo CNAE principal ou secundário relacionado a atividades de preparo, manipulação ou comercialização de bebidas, que satisfaçam as condições estabelecidas neste edital e em seus anexos.
É vedada a utilização de equipamentos de som dentro ou fora das barracas/tendas.

DA FORMA DE PAGAMENTO
O local de realização do evento **não dispõe de sinal de internet ou conexão de dados adequada para a utilização de sistemas de pagamento eletrônico**, tais como máquinas de cartão, PIX ou outros meios que dependam de conexão com a internet.
Dessa forma, os credenciados das barracas, deverão estar preparados para realizar as vendas mediante pagamento em espécie (dinheiro), não cabendo à organização do evento qualquer responsabilidade pela indisponibilidade ou impossibilidade de utilização de meios de pagamento eletrônicos.

CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO
4.1. Inscrição e Prazos
Os interessados deverão realizar sua inscrição exclusivamente por meio do formulário eletrônico: https://forms.gle/2bwq1RbMDarLdRyH6
Período de inscrições: **dia 26/08/2026 até às 23h59 do dia 30/08/2026.**

4.2. Resultado do Credenciamento
O resultado final será publicado no site oficial da Prefeitura de Formiga:
https://www.formiga.mg.gov.br/secretarias/secretaria-de-dev-economico/dev-economico/editais/2026 .
Data prevista para publicação: 31/08/2026.

4.3. Documentação Necessária:
Cartão CNPJ válido e ativo (se for Pessoa Jurídica);
RG e CPF do credenciado Pessoa Física ou RG e CPF do representante legal se Pessoa Jurídica;
Comprovante de endereço atualizado em nome próprio ou com comprovação de parentesco anexo junto ao comprovante.
Certidão Negativa de Débitos Municipais (CND);
Para os inscritos interessados na venda de chope, é obrigatório apresentar certificado de registro perante órgão regulamentador.

4.4. Requisitos
Pessoas físicas e jurídicas que possuam capacidade técnica, utensílios e estrutura adequada para o preparo e a comercialização de alimentos, atendendo às exigências sanitárias e leis vigentes, bem como às demais condições previstas neste edital.
Pessoa jurídica cujo CNAE seja compatível com atividade pretendida.
Proibido o credenciamento de gestores e/ou servidores públicos da Administração Municipal de Formiga/MG.
As vagas serão preenchidas por **ordem de inscrição válida, limitadas à quantidade disponível por área e conforme diretrizes constantes neste edital**.
Se não houver preenchimento das **5 (cinco) vagas reservadas na área 1 - praça de alimentação por moradores de comunidades rurais de Formiga/MG, ficam liberadas as vagas que sobrarem para outras pessoas físicas ou jurídicas.**
100% das vagas são destinadas a munícipes de Formiga/MG.

TAXA DE USO DO ESPAÇO PÚBLICO
A taxa referente ao uso do espaço público será de **R$ 53,86 (cinquenta e três reais e oitenta e seis centavos)** por credenciado.
As guias para o pagamento das taxas, serão emitidas **apenas** para o credenciado classificado dentro do número de vagas, conforme resultado publicado.
O credenciamento é ato de autorização para a emissão da guia com a taxa no CPF ou CNPJ do credenciado.
A guia será emitida com base na lista dos credenciados e será enviada ao credenciado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Rural.

OBRIGAÇÕES DOS CREDENCIADOS
Disponibilizar, no momento da montagem, no mínimo uma boquilha, uma lâmpada branca quente acima de 60w e um extintor portátil tipo ABC, com capacidade mínima de 6 kg, para ser instalado dentro da barraca.
Arcar com todos os custos de transporte, montagem, manutenção, limpeza e operação dos equipamentos na sua estrutura de trabalho.
Arcar com a segurança dos seus itens e equipamentos pessoais.
Manter conduta respeitosa e colaborativa com o público, colegas e equipe de fiscalização.
Expor e vender produtos em perfeito estado e condições de consumo, observando os requisitos de segurança sanitária conforme normativas e demais legislações sanitárias.
Seguir as orientações dos fiscais e da organização do evento.
Cumprir integralmente todas as disposições estabelecidas neste edital, bem como a legislação vigente aplicável, sujeitando-se às penalidades cabíveis em caso de descumprimento.

OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO
Emitir a guia com a taxa pelo uso do espaço público e envio ao credenciado.
Emissão da Permissão Temporária de Uso de Espaço Público para o dia do evento.
Fornecer as 06 (seis) barracas padronizadas, com dimensões de **2,5 metros de frente por 4 metros de lateral.**
Acompanhar e orientar a montagem dentro das estruturas disponibilizadas pelo município nas áreas estabelecidas conforme croqui do evento.
Fornecer iluminação em toda as áreas abrangentes do evento.
Fornecer energia para 01 (uma) lâmpada e 01 (uma) tomada para 01 (um) freezer por barraca.
Na barraca de CHOPE, terão ainda tomadas para 02 (duas) chopeiras por barraca.

PENALIDADES
Credenciados que não realizarem a montagem de suas estruturas com antecedência mínima necessária ao início do evento, poderão perder o direito à permissão de uso do espaço público.
O descumprimento das disposições previstas neste Edital, na Permissão Temporária de Uso de Espaço Público, nas normas da organização do evento ou na legislação aplicável sujeitará o expositor credenciado às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais medidas administrativas cabíveis:
Advertência por escrito;
Revogação da Permissão Temporária de Uso de Espaço Público e determinação de desocupação imediata da barraca, quando o descumprimento comprometer a organização, a segurança, a higiene, a ordem pública ou as finalidades do evento;
Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar termos de fomento, termos de colaboração e contratos com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
Declaração de inidoneidade para participar em chamamento público ou celebrar termos de fomento, termos de colaboração e contratos com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada.
Parágrafo único. A sanção estabelecida é de competência exclusiva do Secretário Municipal, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

DISPOSIÇÕES GERAIS

A permissão poderá ser **revogada a qualquer momento** por interesse público, sem direito a indenização.
Os casos omissos serão resolvidos pelos organizadores do evento, com base nos princípios da Administração Pública.
O credenciamento implica na aceitação integral das disposições deste edital.
Integram o presente edital, além de todas as instruções nele contido, os seguintes documentos em anexo:
ANEXO I – Croqui do evento.
ANEXO II – Modelo da Permissão Temporária de Uso de Espaço Público.

Formiga/MG, 26 de agosto de 2026.

LILIANE FRANCIOLE FRAZÃO
Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico e Rural

ANEXO I

CROQUI DO EVENTO

ANEXO II

PERMISSÃO TEMPORÁRIA PARA USO DE ESPAÇO PÚBLICO

Credenciado: _____CPF/CNPJ: _____

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Rural **PERMITE** ao credenciado _____, a comercializar no espaço público localizado na comunidade de Cunhas, conforme o resultado do edital de nº 014/2026 e delimitado no croqui do Anexo I do referido edital referente ao Festival Gastronômico Rural de Cunhas, considerando que o credenciado não tem nenhum impedimento com o Município que o desfavoreça.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

A autorização perderá seus efeitos caso o evento/atividade deixar de cumprir quaisquer determinações do Edital de Chamamento Público n° 014/2026 e normas Municipais, Estaduais e Federais atinentes a matéria.

O responsável afirma que cumprirá todas as normas municipais, estaduais e federais que envolvem o evento/atividade e que se responsabilizará por quaisquer riscos referente a atividade.

A Permissão Temporária de Uso de Espaço Público poderá ser revogada pela Administração a qualquer tempo, desde que configurada situação de conveniência e/ou oportunidade, sem que caiba à Administração ressarcimento ou indenização de qualquer espécie, seja a que título for nos termos da legislação vigente.

A matéria referente à infância e juventude é de caráter prioritário, devendo ser tomadas todas as providencias no sentido de garantir o efetivo cumprimento do Estatuto da Criança e Adolescente.

Validade desta permissão: 05/08/2026.

(Assinado Eletronicamente)
LILIANE FRANCIOLE FRAZÃO
Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico e Rural

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:996256A8

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO NO: 61/2026. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 45/2026, NA MODALIDADE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 08/2026 – REGISTRO DE PREÇOS

SAAE-FORMIGA/MG – Extrato de publicação de Ata de Registro de Preço no: **61/2026**. Processo Licitatório nº **45/2026**, na modalidade Dispensa Eletrônica nº **08/2026** – Registro de Preços. Contratada: **INDUPLASTIL – INDUSTRIA DE PLÁSTICOS ITUIUTABA LTDA** vencedora nos itens **24 e 25,** no valor estimado de **R$4.490,00.** Vigência: **25/08/2026 a 25/08/2027**.

HEYTOR MARCOS SILVA PIMENTA –
Diretor Geral.

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:D0578DAE

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - Nº. 174/2025, PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 236/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 044/2025

Prefeitura Municipal de Formiga MG - Extrato de publicação do Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços - Nº. 174/2025, Processo Licitatório nº. 236/2025 Pregão eletrônico nº. 044/2025 – Contratada: **HNL COZINHA INDUSTRIAL FORMIGA LTDA,** o objeto do presente aditivo é a prorrogação de prazo de vigência da Ata de Registro Preços, por 01(um) ano, contados a partir de 27/08/2026 a 27/08/2027, garantindo o reajuste aos preços homologados com base no índice IPCA-Índice de Preços ao Consumidor Amplo, cujo acumulado em 16/07/2026, corresponde a 4,64%, nos itens:01, 02 e 03.

LAERCIO DOS REIS GOMES –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:20AFA7DF

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
EXTRATO DO TERMO DE APOSTILA Nº: 001 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2026. PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 320/2025 – INEXIGIBILIDADE Nº: 052/2025

EXTRATO DO TERMO DE APOSTILA Nº: 001 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2026. Processo Licitatório nº: 320/2025 – Inexigibilidade nº: 052/2025. CONTRATANTE: Município de Formiga-MG. **CONTRATADO: CARINA BATISTA LEAL. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Em virtude da aprovação da LC 279, de 06 de maio de 2026, que dispõe sobre a Estrutura Organizacional e Administração Direta do Município de Formiga, faz-se necessária a alteração da dotação orçamentária no termo de credenciamento, sendo os serviços custeados com as dotações orçamentárias especificadas abaixo, não ensejando com isso alteração de valor e normas de execução: 1.1.1. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano * 10.001.04.122.1.2179.3.3.90.36 – Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Humano – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.04.122.1.2179.3.3.90.39 – Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Humano – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.243.33.2185.3.3.90.36 – Manutenção do Conselho Tutelar – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.243.33.2185.3.3.90.39 – Manutenção do Conselho Tutelar – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.244.72.2603.3.3.90.36 – Manutenção da Casa de Apoio ao Formiguense em Divinópolis – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.244.72.2603.3.3.90.39 – Manutenção da Casa de Apoio ao Formiguense em Divinópolis – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.244.33.2578.3.3.90.36 – Manutenção dos Conselhos Municipais de Direitos – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.244.33.2578.3.3.90.39 – Manutenção dos Conselhos Municipais de Direitos – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.245.116.2585.3.3.90.36 – Manutenção da Proteção Social Básica (BL PSB) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.245.116.2585.3.3.90.39 – Manutenção da

Proteção Social Básica (BL PSB) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.245.116.2761.3.3.90.36 – Manutenção da Proteção Social Básica (FMAS) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.245.116.2761.3.3.90.39 – Manutenção da Proteção Social Básica (FMAS) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.245.112.2588.3.3.90.36 – Manutenção dos Serviços Socioassistenciais – PMAS FEAS – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.245.112.2588.3.3.90.39 – Manutenção dos Serviços Socioassistenciais – PMAS FEAS – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.246.128.2558.3.3.90.36 – Manutenção do Cadastro Único e Programa Bolsa Família – BF (BL GPBF) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.246.128.2558.3.3.90.39 – Manutenção do Cadastro Único e Programa Bolsa Família – BF (BL GPBF) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 1.1.2. Secretaria Municipal de Cultura * 16.001.13.392.0001.2132.3.3.90.36 - Manutenção das Bibliotecas Públicas Municipais - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física * 16.001.13.392.0001.2132.3.3.90.39 - Manutenção das Bibliotecas Públicas Municipais - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica * 16.004.13.391.0062.2158.3.3.90.36 - Manutenção e Fomento Patrimônio Cultural - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física * 16.004.13.391.0062.2158.3.3.90.39 - Manutenção e Fomento Patrimônio Cultural - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. 1.1.3. Secretaria Municipal de Meio Ambiente: * 15.001.04.122.0001.2225.3.3.90.36-Manutenção da Secretaria de Meio Ambiente - Outros Serviços Pessoa Física 1.1.4. Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Gestão * 14.001.04.122.0001.2230.3.3.90.36 - Manutenção dos Serviços da Secr. Mun. de Planejamento, Administração e Gestão - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física * 14.001.04.122.0001.2230.3.3.90.39 - Manutenção dos Serviços da Secr. Mun. de Planejamento, Administração e Gestão - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 1.1.5. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Rural * 13.001.04.122.0001.2236.3.3.90.39-Manutenção do Desenvolvimento Econômico e Rural - Outros Serviços Pessoa Jurídica * 13.001.04.122.0001.2236.3.3.90.36-Manutenção do Desenvolvimento Econômico e Rural - Outros Serviços Pessoa Física 1.1.6. Procuradoria Municipal * 02.001.04.122.0001.2027.3.3.90.39 - Manutenção dos Serviços da Procuradoria Municipal/Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica * 02.001.04.122.0001.2027.3.3.90.36 - Manutenção dos Serviços da Procuradoria Municipal/Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 1.1.7. Não houveram alterações nas dotações das demais secretarias participantes do termo de credenciamento, permanecendo, para estas, as dotações estabelecidas no instrumento contratual. **DATA:** 29/07/2026.

EXTRATO DO TERMO DE APOSTILA Nº: 001 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2026. Processo Licitatório nº: 320/2025 – Inexigibilidade nº: 052/2025. CONTRATANTE: Município de Formiga-MG. **CONTRATADO: Maria Eduarda Trindade Almeida. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Em virtude da aprovação da LC 279, de 06 de maio de 2026, que dispõe sobre a Estrutura Organizacional e Administração Direta do Município de Formiga, faz-se necessária a alteração da dotação orçamentária no termo de credenciamento, sendo os serviços custeados com as dotações orçamentárias especificadas abaixo, não ensejando com isso alteração de valor e normas de execução: 1.1.1. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano * 10.001.04.122.1.2179.3.3.90.36 – Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Humano – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.04.122.1.2179.3.3.90.39 – Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Humano – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.243.33.2185.3.3.90.36 – Manutenção do Conselho Tutelar – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.243.33.2185.3.3.90.39 – Manutenção do Conselho Tutelar – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.244.72.2603.3.3.90.36 – Manutenção da Casa de Apoio ao Formiguense em Divinópolis – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.244.72.2603.3.3.90.39 – Manutenção da Casa de Apoio ao Formiguense em Divinópolis – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.244.33.2578.3.3.90.36 – Manutenção dos Conselhos Municipais de Direitos – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.244.33.2578.3.3.90.39 – Manutenção dos Conselhos Municipais de Direitos – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.245.116.2585.3.3.90.36 – Manutenção da Proteção Social Básica (BL PSB) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.245.116.2585.3.3.90.39 – Manutenção da Proteção Social Básica (BL PSB) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.245.116.2761.3.3.90.36 – Manutenção da Proteção Social Básica (FMAS) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.245.116.2761.3.3.90.39 – Manutenção da Proteção Social Básica (FMAS) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.245.112.2588.3.3.90.36 – Manutenção dos Serviços Socioassistenciais – PMAS FEAS – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.245.112.2588.3.3.90.39 – Manutenção dos Serviços Socioassistenciais – PMAS FEAS – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.246.128.2558.3.3.90.36 – Manutenção do Cadastro Único e Programa Bolsa Família – BF (BL GPBF) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.246.128.2558.3.3.90.39 – Manutenção do Cadastro Único e Programa Bolsa Família – BF (BL GPBF) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 1.1.2. Secretaria Municipal de Cultura * 16.001.13.392.0001.2132.3.3.90.36 - Manutenção das Bibliotecas Públicas Municipais - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física * 16.001.13.392.0001.2132.3.3.90.39 - Manutenção das Bibliotecas Públicas Municipais - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica * 16.004.13.391.0062.2158.3.3.90.36 - Manutenção e Fomento Patrimônio Cultural - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física * 16.004.13.391.0062.2158.3.3.90.39 - Manutenção e Fomento Patrimônio Cultural - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. 1.1.3. Secretaria Municipal de Meio Ambiente: * 15.001.04.122.0001.2225.3.3.90.36-Manutenção da Secretaria de Meio Ambiente - Outros Serviços Pessoa Física 1.1.4. Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Gestão * 14.001.04.122.0001.2230.3.3.90.36 - Manutenção dos Serviços da Secr. Mun. de Planejamento, Administração e Gestão - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física * 14.001.04.122.0001.2230.3.3.90.39 - Manutenção dos Serviços da Secr. Mun. de Planejamento, Administração e Gestão - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 1.1.5. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Rural * 13.001.04.122.0001.2236.3.3.90.39-Manutenção do Desenvolvimento Econômico e Rural - Outros Serviços Pessoa Jurídica * 13.001.04.122.0001.2236.3.3.90.36-Manutenção do Desenvolvimento Econômico e Rural - Outros Serviços Pessoa Física 1.1.6. Procuradoria Municipal * 02.001.04.122.0001.2027.3.3.90.39 - Manutenção dos Serviços da Procuradoria Municipal/Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica * 02.001.04.122.0001.2027.3.3.90.36 - Manutenção dos Serviços da Procuradoria Municipal/Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 1.1.7. Não houveram alterações nas dotações das demais secretarias participantes do termo de credenciamento, permanecendo, para estas, as dotações estabelecidas no instrumento contratual. **DATA:** 29/07/2026.

EXTRATO DO TERMO DE APOSTILA Nº: 001 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 03/2026. Processo Licitatório nº: 320/2025 – Inexigibilidade nº: 052/2025. CONTRATANTE: Município de Formiga-MG. **CONTRATADO: Maria Eduarda Trindade Almeida. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Em virtude da aprovação da LC 279, de 06 de maio de 2026, que dispõe sobre a Estrutura Organizacional e Administração Direta do Município de Formiga, faz-se necessária a alteração da dotação orçamentária no termo de credenciamento, sendo os serviços custeados com as dotações orçamentárias especificadas abaixo, não ensejando com isso alteração de valor e normas de execução: 1.1.1. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano * 10.001.04.122.1.2179.3.3.90.36 – Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Humano – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.04.122.1.2179.3.3.90.39 – Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Humano – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.243.33.2185.3.3.90.36 – Manutenção do Conselho Tutelar – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.243.33.2185.3.3.90.39 – Manutenção do Conselho Tutelar – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.244.72.2603.3.3.90.36 – Manutenção da Casa de Apoio ao Formiguense em Divinópolis – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.244.72.2603.3.3.90.39 – Manutenção da Casa de

Apoio ao Formiguense em Divinópolis – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.244.33.2578.3.3.90.36 – Manutenção dos Conselhos Municipais de Direitos – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.244.33.2578.3.3.90.39 – Manutenção dos Conselhos Municipais de Direitos – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.245.116.2585.3.3.90.36 – Manutenção da Proteção Social Básica (BL PSB) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.245.116.2585.3.3.90.39 – Manutenção da Proteção Social Básica (BL PSB) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.245.116.2761.3.3.90.36 – Manutenção da Proteção Social Básica (FMAS) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.245.116.2761.3.3.90.39 – Manutenção da Proteção Social Básica (FMAS) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.245.112.2588.3.3.90.36 – Manutenção dos Serviços Socioassistenciais – PMAS FEAS – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.245.112.2588.3.3.90.39 – Manutenção dos Serviços Socioassistenciais – PMAS FEAS – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.246.128.2558.3.3.90.36 – Manutenção do Cadastro Único e Programa Bolsa Família – BF (BL GPBF) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.246.128.2558.3.3.90.39 – Manutenção do Cadastro Único e Programa Bolsa Família – BF (BL GPBF) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 1.1.2. Secretaria Municipal de Cultura * 16.001.13.392.0001.2132.3.3.90.36 - Manutenção das Bibliotecas Públicas Municipais - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física * 16.001.13.392.0001.2132.3.3.90.39 - Manutenção das Bibliotecas Públicas Municipais - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica * 16.004.13.391.0062.2158.3.3.90.36 - Manutenção e Fomento Patrimônio Cultural - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física * 16.004.13.391.0062.2158.3.3.90.39 - Manutenção e Fomento Patrimônio Cultural - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. 1.1.3. Secretaria Municipal de Meio Ambiente: * 15.001.04.122.0001.2225.3.3.90.36-Manutenção da Secretaria de Meio Ambiente - Outros Serviços Pessoa Física 1.1.4. Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Gestão * 14.001.04.122.0001.2230.3.3.90.36 - Manutenção dos Serviços da Secr. Mun. de Planejamento, Administração e Gestão - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física * 14.001.04.122.0001.2230.3.3.90.39 - Manutenção dos Serviços da Secr. Mun. de Planejamento, Administração e Gestão - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 1.1.5. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Rural * 13.001.04.122.0001.2236.3.3.90.39-Manutenção do Desenvolvimento Econômico e Rural - Outros Serviços Pessoa Jurídica * 13.001.04.122.0001.2236.3.3.90.36-Manutenção do Desenvolvimento Econômico e Rural - Outros Serviços Pessoa Física 1.1.6. Procuradoria Municipal * 02.001.04.122.0001.2027.3.3.90.39 - Manutenção dos Serviços da Procuradoria Municipal/Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica * 02.001.04.122.0001.2027.3.3.90.36 - Manutenção dos Serviços da Procuradoria Municipal/Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 1.1.7. Não houveram alterações nas dotações das demais secretarias participantes do termo de credenciamento, permanecendo, para estas, as dotações estabelecidas no instrumento contratual. **DATA:** 29/07/2026.

EXTRATO DO TERMO DE APOSTILA Nº: 001 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 04/2026. Processo Licitatório nº: 320/2025 – Inexigibilidade nº: 052/2025. CONTRATANTE: Município de Formiga-MG. **CONTRATADO: ANR Consultoria Ltda. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Em virtude da aprovação da LC 279, de 06 de maio de 2026, que dispõe sobre a Estrutura Organizacional e Administração Direta do Município de Formiga, faz-se necessária a alteração da dotação orçamentária no termo de credenciamento, sendo os serviços custeados com as dotações orçamentárias especificadas abaixo, não ensejando com isso alteração de valor e normas de execução: 1.1.1. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano * 10.001.04.122.1.2179.3.3.90.36 – Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Humano – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.04.122.1.2179.3.3.90.39 – Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Humano – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.243.33.2185.3.3.90.36 – Manutenção do Conselho Tutelar – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.243.33.2185.3.3.90.39 – Manutenção do Conselho Tutelar – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.244.72.2603.3.3.90.36 – Manutenção da Casa de Apoio ao Formiguense em Divinópolis – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.244.72.2603.3.3.90.39 – Manutenção da Casa de Apoio ao Formiguense em Divinópolis – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.244.33.2578.3.3.90.36 – Manutenção dos Conselhos Municipais de Direitos – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.244.33.2578.3.3.90.39 – Manutenção dos Conselhos Municipais de Direitos – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.245.116.2585.3.3.90.36 – Manutenção da Proteção Social Básica (BL PSB) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.245.116.2585.3.3.90.39 – Manutenção da Proteção Social Básica (BL PSB) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.245.116.2761.3.3.90.36 – Manutenção da Proteção Social Básica (FMAS) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.245.116.2761.3.3.90.39 – Manutenção da Proteção Social Básica (FMAS) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.245.112.2588.3.3.90.36 – Manutenção dos Serviços Socioassistenciais – PMAS FEAS – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.245.112.2588.3.3.90.39 – Manutenção dos Serviços Socioassistenciais – PMAS FEAS – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.246.128.2558.3.3.90.36 – Manutenção do Cadastro Único e Programa Bolsa Família – BF (BL GPBF) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.246.128.2558.3.3.90.39 – Manutenção do Cadastro Único e Programa Bolsa Família – BF (BL GPBF) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 1.1.2. Secretaria Municipal de Cultura * 16.001.13.392.0001.2132.3.3.90.36 - Manutenção das Bibliotecas Públicas Municipais - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física * 16.001.13.392.0001.2132.3.3.90.39 - Manutenção das Bibliotecas Públicas Municipais - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica * 16.004.13.391.0062.2158.3.3.90.36 - Manutenção e Fomento Patrimônio Cultural - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física * 16.004.13.391.0062.2158.3.3.90.39 - Manutenção e Fomento Patrimônio Cultural - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. 1.1.3. Secretaria Municipal de Meio Ambiente: * 15.001.04.122.0001.2225.3.3.90.36-Manutenção da Secretaria de Meio Ambiente - Outros Serviços Pessoa Física 1.1.4. Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Gestão * 14.001.04.122.0001.2230.3.3.90.36 - Manutenção dos Serviços da Secr. Mun. de Planejamento, Administração e Gestão - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física * 14.001.04.122.0001.2230.3.3.90.39 - Manutenção dos Serviços da Secr. Mun. de Planejamento, Administração e Gestão - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 1.1.5. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Rural * 13.001.04.122.0001.2236.3.3.90.39-Manutenção do Desenvolvimento Econômico e Rural - Outros Serviços Pessoa Jurídica * 13.001.04.122.0001.2236.3.3.90.36-Manutenção do Desenvolvimento Econômico e Rural - Outros Serviços Pessoa Física 1.1.6. Procuradoria Municipal * 02.001.04.122.0001.2027.3.3.90.39 - Manutenção dos Serviços da Procuradoria Municipal/Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica * 02.001.04.122.0001.2027.3.3.90.36 - Manutenção dos Serviços da Procuradoria Municipal/Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 1.1.7. Não houveram alterações nas dotações das demais secretarias participantes do termo de credenciamento, permanecendo, para estas, as dotações estabelecidas no instrumento contratual. **DATA:** 29/07/2026.

EXTRATO DO TERMO DE APOSTILA Nº: 001 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 05/2026. Processo Licitatório nº: 320/2025 – Inexigibilidade nº: 052/2025. CONTRATANTE: Município de Formiga-MG. **CONTRATADO: RM Engenharia, Gerenciamento, Fiscalização e Projetos Ltda. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Em virtude da aprovação da LC 279, de 06 de maio de 2026, que dispõe sobre a Estrutura Organizacional e Administração Direta do Município de Formiga, faz-se necessária a alteração da dotação orçamentária no termo de credenciamento, sendo os serviços custeados com as dotações orçamentárias especificadas abaixo, não ensejando com isso alteração de valor e normas de execução: 1.1.1. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano * 10.001.04.122.1.2179.3.3.90.36 – Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Humano – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.04.122.1.2179.3.3.90.39 – Manutenção da Secretaria

de Desenvolvimento Humano – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.243.33.2185.3.3.90.36 – Manutenção do Conselho Tutelar – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.243.33.2185.3.3.90.39 – Manutenção do Conselho Tutelar – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.244.72.2603.3.3.90.36 – Manutenção da Casa de Apoio ao Formiguense em Divinópolis – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.244.72.2603.3.3.90.39 – Manutenção da Casa de Apoio ao Formiguense em Divinópolis – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.244.33.2578.3.3.90.36 – Manutenção dos Conselhos Municipais de Direitos – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.244.33.2578.3.3.90.39 – Manutenção dos Conselhos Municipais de Direitos – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.245.116.2585.3.3.90.36 – Manutenção da Proteção Social Básica (BL PSB) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.245.116.2585.3.3.90.39 – Manutenção da Proteção Social Básica (BL PSB) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.245.116.2761.3.3.90.36 – Manutenção da Proteção Social Básica (FMAS) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.245.116.2761.3.3.90.39 – Manutenção da Proteção Social Básica (FMAS) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.245.112.2588.3.3.90.36 – Manutenção dos Serviços Socioassistenciais – PMAS FEAS – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.245.112.2588.3.3.90.39 – Manutenção dos Serviços Socioassistenciais – PMAS FEAS – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.246.128.2558.3.3.90.36 – Manutenção do Cadastro Único e Programa Bolsa Família – BF (BL GPBF) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.246.128.2558.3.3.90.39 – Manutenção do Cadastro Único e Programa Bolsa Família – BF (BL GPBF) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 1.1.2. Secretaria Municipal de Cultura * 16.001.13.392.0001.2132.3.3.90.36 - Manutenção das Bibliotecas Públicas Municipais - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física * 16.001.13.392.0001.2132.3.3.90.39 - Manutenção das Bibliotecas Públicas Municipais - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica * 16.004.13.391.0062.2158.3.3.90.36 - Manutenção e Fomento Patrimônio Cultural - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física * 16.004.13.391.0062.2158.3.3.90.39 - Manutenção e Fomento Patrimônio Cultural - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. 1.1.3. Secretaria Municipal de Meio Ambiente: * 15.001.04.122.0001.2225.3.3.90.36-Manutenção da Secretaria de Meio Ambiente - Outros Serviços Pessoa Física 1.1.4. Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Gestão * 14.001.04.122.0001.2230.3.3.90.36 - Manutenção dos Serviços da Secr. Mun. de Planejamento, Administração e Gestão - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física * 14.001.04.122.0001.2230.3.3.90.39 - Manutenção dos Serviços da Secr. Mun. de Planejamento, Administração e Gestão - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 1.1.5. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Rural * 13.001.04.122.0001.2236.3.3.90.39-Manutenção do Desenvolvimento Econômico e Rural - Outros Serviços Pessoa Jurídica * 13.001.04.122.0001.2236.3.3.90.36-Manutenção do Desenvolvimento Econômico e Rural - Outros Serviços Pessoa Física 1.1.6. Procuradoria Municipal * 02.001.04.122.0001.2027.3.3.90.39 - Manutenção dos Serviços da Procuradoria Municipal/Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica * 02.001.04.122.0001.2027.3.3.90.36 - Manutenção dos Serviços da Procuradoria Municipal/Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 1.1.7. Não houveram alterações nas dotações das demais secretarias participantes do termo de credenciamento, permanecendo, para estas, as dotações estabelecidas no instrumento contratual. **DATA:** 29/07/2026.

EXTRATO DO TERMO DE APOSTILA Nº: 001 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 06/2026. Processo Licitatório nº: 320/2025 – Inexigibilidade nº: 052/2025. CONTRATANTE: Município de Formiga-MG. **CONTRATADO: KE de Souza Ltda. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Em virtude da aprovação da LC 279, de 06 de maio de 2026, que dispõe sobre a Estrutura Organizacional e Administração Direta do Município de Formiga, faz-se necessária a alteração da dotação orçamentária no termo de credenciamento, sendo os serviços custeados com as dotações orçamentárias especificadas abaixo, não ensejando com isso alteração de valor e normas de execução: 1.1.1. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano * 10.001.04.122.1.2179.3.3.90.36 – Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Humano – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.04.122.1.2179.3.3.90.39 – Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Humano – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.243.33.2185.3.3.90.36 – Manutenção do Conselho Tutelar – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.243.33.2185.3.3.90.39 – Manutenção do Conselho Tutelar – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.244.72.2603.3.3.90.36 – Manutenção da Casa de Apoio ao Formiguense em Divinópolis – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.244.72.2603.3.3.90.39 – Manutenção da Casa de Apoio ao Formiguense em Divinópolis – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.244.33.2578.3.3.90.36 – Manutenção dos Conselhos Municipais de Direitos – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.244.33.2578.3.3.90.39 – Manutenção dos Conselhos Municipais de Direitos – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.245.116.2585.3.3.90.36 – Manutenção da Proteção Social Básica (BL PSB) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.245.116.2585.3.3.90.39 – Manutenção da Proteção Social Básica (BL PSB) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.245.116.2761.3.3.90.36 – Manutenção da Proteção Social Básica (FMAS) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.245.116.2761.3.3.90.39 – Manutenção da Proteção Social Básica (FMAS) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.245.112.2588.3.3.90.36 – Manutenção dos Serviços Socioassistenciais – PMAS FEAS – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.245.112.2588.3.3.90.39 – Manutenção dos Serviços Socioassistenciais – PMAS FEAS – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.246.128.2558.3.3.90.36 – Manutenção do Cadastro Único e Programa Bolsa Família – BF (BL GPBF) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.246.128.2558.3.3.90.39 – Manutenção do Cadastro Único e Programa Bolsa Família – BF (BL GPBF) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 1.1.2. Secretaria Municipal de Cultura * 16.001.13.392.0001.2132.3.3.90.36 - Manutenção das Bibliotecas Públicas Municipais - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física * 16.001.13.392.0001.2132.3.3.90.39 - Manutenção das Bibliotecas Públicas Municipais - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica * 16.004.13.391.0062.2158.3.3.90.36 - Manutenção e Fomento Patrimônio Cultural - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física * 16.004.13.391.0062.2158.3.3.90.39 - Manutenção e Fomento Patrimônio Cultural - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. 1.1.3. Secretaria Municipal de Meio Ambiente: * 15.001.04.122.0001.2225.3.3.90.36-Manutenção da Secretaria de Meio Ambiente - Outros Serviços Pessoa Física 1.1.4. Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Gestão * 14.001.04.122.0001.2230.3.3.90.36 - Manutenção dos Serviços da Secr. Mun. de Planejamento, Administração e Gestão - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física * 14.001.04.122.0001.2230.3.3.90.39 - Manutenção dos Serviços da Secr. Mun. de Planejamento, Administração e Gestão - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 1.1.5. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Rural * 13.001.04.122.0001.2236.3.3.90.39-Manutenção do Desenvolvimento Econômico e Rural - Outros Serviços Pessoa Jurídica * 13.001.04.122.0001.2236.3.3.90.36-Manutenção do Desenvolvimento Econômico e Rural - Outros Serviços Pessoa Física 1.1.6. Procuradoria Municipal * 02.001.04.122.0001.2027.3.3.90.39 - Manutenção dos Serviços da Procuradoria Municipal/Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica * 02.001.04.122.0001.2027.3.3.90.36 - Manutenção dos Serviços da Procuradoria Municipal/Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 1.1.7. Não houveram alterações nas dotações das demais secretarias participantes do termo de credenciamento, permanecendo, para estas, as dotações estabelecidas no instrumento contratual. **DATA:** 29/07/2026.

EXTRATO DO TERMO DE APOSTILA Nº: 001 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 07/2026. Processo Licitatório nº: 320/2025 – Inexigibilidade nº: 052/2025. CONTRATANTE: Município de Formiga-MG. **CONTRATADO: Jadir Carvalho Souza Junior. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Em virtude da aprovação da LC 279, de 06 de maio de 2026, que dispõe sobre a Estrutura Organizacional e Administração Direta do Município de Formiga, faz-se necessária a alteração da dotação orçamentária no

termo de credenciamento, sendo os serviços custeados com as dotações orçamentárias especificadas abaixo, não ensejando com isso alteração de valor e normas de execução: 1.1.1. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano * 10.001.04.122.1.2179.3.3.90.36 – Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Humano – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.04.122.1.2179.3.3.90.39 – Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Humano – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.243.33.2185.3.3.90.36 – Manutenção do Conselho Tutelar – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.243.33.2185.3.3.90.39 – Manutenção do Conselho Tutelar – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.244.72.2603.3.3.90.36 – Manutenção da Casa de Apoio ao Formiguense em Divinópolis – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.244.72.2603.3.3.90.39 – Manutenção da Casa de Apoio ao Formiguense em Divinópolis – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.244.33.2578.3.3.90.36 – Manutenção dos Conselhos Municipais de Direitos – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.244.33.2578.3.3.90.39 – Manutenção dos Conselhos Municipais de Direitos – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.245.116.2585.3.3.90.36 – Manutenção da Proteção Social Básica (BL PSB) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.245.116.2585.3.3.90.39 – Manutenção da Proteção Social Básica (BL PSB) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.245.116.2761.3.3.90.36 – Manutenção da Proteção Social Básica (FMAS) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.245.116.2761.3.3.90.39 – Manutenção da Proteção Social Básica (FMAS) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.245.112.2588.3.3.90.36 – Manutenção dos Serviços Socioassistenciais – PMAS FEAS – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.245.112.2588.3.3.90.39 – Manutenção dos Serviços Socioassistenciais – PMAS FEAS – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.246.128.2558.3.3.90.36 – Manutenção do Cadastro Único e Programa Bolsa Família – BF (BL GPBF) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.246.128.2558.3.3.90.39 – Manutenção do Cadastro Único e Programa Bolsa Família – BF (BL GPBF) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 1.1.2. Secretaria Municipal de Cultura * 16.001.13.392.0001.2132.3.3.90.36 - Manutenção das Bibliotecas Públicas Municipais - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física * 16.001.13.392.0001.2132.3.3.90.39 - Manutenção das Bibliotecas Públicas Municipais - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica * 16.004.13.391.0062.2158.3.3.90.36 - Manutenção e Fomento Patrimônio Cultural - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física * 16.004.13.391.0062.2158.3.3.90.39 - Manutenção e Fomento Patrimônio Cultural - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. 1.1.3. Secretaria Municipal de Meio Ambiente: * 15.001.04.122.0001.2225.3.3.90.36-Manutenção da Secretaria de Meio Ambiente - Outros Serviços Pessoa Física 1.1.4. Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Gestão * 14.001.04.122.0001.2230.3.3.90.36 - Manutenção dos Serviços da Secr. Mun. de Planejamento, Administração e Gestão - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física * 14.001.04.122.0001.2230.3.3.90.39 - Manutenção dos Serviços da Secr. Mun. de Planejamento, Administração e Gestão - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 1.1.5. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Rural * 13.001.04.122.0001.2236.3.3.90.39-Manutenção do Desenvolvimento Econômico e Rural - Outros Serviços Pessoa Jurídica * 13.001.04.122.0001.2236.3.3.90.36-Manutenção do Desenvolvimento Econômico e Rural - Outros Serviços Pessoa Física 1.1.6. Procuradoria Municipal * 02.001.04.122.0001.2027.3.3.90.39 - Manutenção dos Serviços da Procuradoria Municipal/Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica * 02.001.04.122.0001.2027.3.3.90.36 - Manutenção dos Serviços da Procuradoria Municipal/Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 1.1.7. Não houveram alterações nas dotações das demais secretarias participantes do termo de credenciamento, permanecendo, para estas, as dotações estabelecidas no instrumento contratual. **DATA:** 29/07/2026.

EXTRATO DO TERMO DE APOSTILA Nº: 001 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 08/2026. Processo Licitatório nº: 320/2025 – Inexigibilidade nº: 052/2025. CONTRATANTE: Município de Formiga-MG. **CONTRATADO: Conrado Thiago Assessoria Imobiliária Ltda. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Em virtude da aprovação da LC 279, de 06 de maio de 2026, que dispõe sobre a Estrutura Organizacional e Administração Direta do Município de Formiga, faz-se necessária a alteração da dotação orçamentária no termo de credenciamento, sendo os serviços custeados com as dotações orçamentárias especificadas abaixo, não ensejando com isso alteração de valor e normas de execução: 1.1.1. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano * 10.001.04.122.1.2179.3.3.90.36 – Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Humano – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.04.122.1.2179.3.3.90.39 – Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Humano – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.243.33.2185.3.3.90.36 – Manutenção do Conselho Tutelar – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.243.33.2185.3.3.90.39 – Manutenção do Conselho Tutelar – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.244.72.2603.3.3.90.36 – Manutenção da Casa de Apoio ao Formiguense em Divinópolis – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.244.72.2603.3.3.90.39 – Manutenção da Casa de Apoio ao Formiguense em Divinópolis – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.244.33.2578.3.3.90.36 – Manutenção dos Conselhos Municipais de Direitos – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.244.33.2578.3.3.90.39 – Manutenção dos Conselhos Municipais de Direitos – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.245.116.2585.3.3.90.36 – Manutenção da Proteção Social Básica (BL PSB) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.245.116.2585.3.3.90.39 – Manutenção da Proteção Social Básica (BL PSB) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.245.116.2761.3.3.90.36 – Manutenção da Proteção Social Básica (FMAS) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.245.116.2761.3.3.90.39 – Manutenção da Proteção Social Básica (FMAS) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.245.112.2588.3.3.90.36 – Manutenção dos Serviços Socioassistenciais – PMAS FEAS – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.245.112.2588.3.3.90.39 – Manutenção dos Serviços Socioassistenciais – PMAS FEAS – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.246.128.2558.3.3.90.36 – Manutenção do Cadastro Único e Programa Bolsa Família – BF (BL GPBF) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.246.128.2558.3.3.90.39 – Manutenção do Cadastro Único e Programa Bolsa Família – BF (BL GPBF) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 1.1.2. Secretaria Municipal de Cultura * 16.001.13.392.0001.2132.3.3.90.36 - Manutenção das Bibliotecas Públicas Municipais - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física * 16.001.13.392.0001.2132.3.3.90.39 - Manutenção das Bibliotecas Públicas Municipais - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica * 16.004.13.391.0062.2158.3.3.90.36 - Manutenção e Fomento Patrimônio Cultural - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física * 16.004.13.391.0062.2158.3.3.90.39 - Manutenção e Fomento Patrimônio Cultural - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. 1.1.3. Secretaria Municipal de Meio Ambiente: * 15.001.04.122.0001.2225.3.3.90.36-Manutenção da Secretaria de Meio Ambiente - Outros Serviços Pessoa Física 1.1.4. Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Gestão * 14.001.04.122.0001.2230.3.3.90.36 - Manutenção dos Serviços da Secr. Mun. de Planejamento, Administração e Gestão - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física * 14.001.04.122.0001.2230.3.3.90.39 - Manutenção dos Serviços da Secr. Mun. de Planejamento, Administração e Gestão - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 1.1.5. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Rural * 13.001.04.122.0001.2236.3.3.90.39-Manutenção do Desenvolvimento Econômico e Rural - Outros Serviços Pessoa Jurídica * 13.001.04.122.0001.2236.3.3.90.36-Manutenção do Desenvolvimento Econômico e Rural - Outros Serviços Pessoa Física 1.1.6. Procuradoria Municipal * 02.001.04.122.0001.2027.3.3.90.39 - Manutenção dos Serviços da Procuradoria Municipal/Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica * 02.001.04.122.0001.2027.3.3.90.36 - Manutenção dos Serviços da Procuradoria Municipal/Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 1.1.7. Não houveram alterações nas dotações das demais secretarias participantes do termo de credenciamento, permanecendo, para estas, as dotações estabelecidas no instrumento contratual. **DATA:** 29/07/2026.

EXTRATO DO TERMO DE APOSTILA Nº: 001 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 09/2026. Processo Licitatório nº: 320/2025 – Inexigibilidade nº: 052/2025. CONTRATANTE: Município de Formiga-MG. **CONTRATADO: Dyego de Faria Brito. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Em virtude da aprovação da LC 279, de 06 de maio de 2026, que dispõe sobre a Estrutura Organizacional e Administração Direta do Município de Formiga, faz-se necessária a alteração da dotação orçamentária no termo de credenciamento, sendo os serviços custeados com as dotações orçamentárias especificadas abaixo, não ensejando com isso alteração de valor e normas de execução: 1.1.1. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano * 10.001.04.122.1.2179.3.3.90.36 – Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Humano – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.04.122.1.2179.3.3.90.39 – Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Humano – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.243.33.2185.3.3.90.36 – Manutenção do Conselho Tutelar – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.243.33.2185.3.3.90.39 – Manutenção do Conselho Tutelar – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.244.72.2603.3.3.90.36 – Manutenção da Casa de Apoio ao Formiguense em Divinópolis – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.244.72.2603.3.3.90.39 – Manutenção da Casa de Apoio ao Formiguense em Divinópolis – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.244.33.2578.3.3.90.36 – Manutenção dos Conselhos Municipais de Direitos – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.244.33.2578.3.3.90.39 – Manutenção dos Conselhos Municipais de Direitos – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.245.116.2585.3.3.90.36 – Manutenção da Proteção Social Básica (BL PSB) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.245.116.2585.3.3.90.39 – Manutenção da Proteção Social Básica (BL PSB) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.245.116.2761.3.3.90.36 – Manutenção da Proteção Social Básica (FMAS) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.245.116.2761.3.3.90.39 – Manutenção da Proteção Social Básica (FMAS) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.245.112.2588.3.3.90.36 – Manutenção dos Serviços Socioassistenciais – PMAS FEAS – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.245.112.2588.3.3.90.39 – Manutenção dos Serviços Socioassistenciais – PMAS FEAS – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.246.128.2558.3.3.90.36 – Manutenção do Cadastro Único e Programa Bolsa Família – BF (BL GPBF) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.246.128.2558.3.3.90.39 – Manutenção do Cadastro Único e Programa Bolsa Família – BF (BL GPBF) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 1.1.2. Secretaria Municipal de Cultura * 16.001.13.392.0001.2132.3.3.90.36 - Manutenção das Bibliotecas Públicas Municipais - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física * 16.001.13.392.0001.2132.3.3.90.39 - Manutenção das Bibliotecas Públicas Municipais - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica * 16.004.13.391.0062.2158.3.3.90.36 - Manutenção e Fomento Patrimônio Cultural - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física * 16.004.13.391.0062.2158.3.3.90.39 - Manutenção e Fomento Patrimônio Cultural - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. 1.1.3. Secretaria Municipal de Meio Ambiente: * 15.001.04.122.0001.2225.3.3.90.36-Manutenção da Secretaria de Meio Ambiente - Outros Serviços Pessoa Física 1.1.4. Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Gestão * 14.001.04.122.0001.2230.3.3.90.36 - Manutenção dos Serviços da Secr. Mun. de Planejamento, Administração e Gestão - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física * 14.001.04.122.0001.2230.3.3.90.39 - Manutenção dos Serviços da Secr. Mun. de Planejamento, Administração e Gestão - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 1.1.5. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Rural * 13.001.04.122.0001.2236.3.3.90.39-Manutenção do Desenvolvimento Econômico e Rural - Outros Serviços Pessoa Jurídica * 13.001.04.122.0001.2236.3.3.90.36-Manutenção do Desenvolvimento Econômico e Rural - Outros Serviços Pessoa Física 1.1.6. Procuradoria Municipal * 02.001.04.122.0001.2027.3.3.90.39 - Manutenção dos Serviços da Procuradoria Municipal/Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica * 02.001.04.122.0001.2027.3.3.90.36 - Manutenção dos Serviços da Procuradoria Municipal/Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 1.1.7. Não houveram alterações nas dotações das demais secretarias participantes do termo de credenciamento, permanecendo, para estas, as dotações estabelecidas no instrumento contratual. **DATA:** 29/07/2026.

EXTRATO DO TERMO DE APOSTILA Nº: 001 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 10/2026. Processo Licitatório nº: 320/2025 – Inexigibilidade nº: 052/2025. CONTRATANTE: Município de Formiga-MG. **CONTRATADO: Bartolozzi Comercio e Serviços Ltda. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Em virtude da aprovação da LC 279, de 06 de maio de 2026, que dispõe sobre a Estrutura Organizacional e Administração Direta do Município de Formiga, faz-se necessária a alteração da dotação orçamentária no termo de credenciamento, sendo os serviços custeados com as dotações orçamentárias especificadas abaixo, não ensejando com isso alteração de valor e normas de execução: 1.1.1. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano * 10.001.04.122.1.2179.3.3.90.36 – Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Humano – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.04.122.1.2179.3.3.90.39 – Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Humano – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.243.33.2185.3.3.90.36 – Manutenção do Conselho Tutelar – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.243.33.2185.3.3.90.39 – Manutenção do Conselho Tutelar – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.244.72.2603.3.3.90.36 – Manutenção da Casa de Apoio ao Formiguense em Divinópolis – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.244.72.2603.3.3.90.39 – Manutenção da Casa de Apoio ao Formiguense em Divinópolis – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.244.33.2578.3.3.90.36 – Manutenção dos Conselhos Municipais de Direitos – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.244.33.2578.3.3.90.39 – Manutenção dos Conselhos Municipais de Direitos – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.245.116.2585.3.3.90.36 – Manutenção da Proteção Social Básica (BL PSB) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.245.116.2585.3.3.90.39 – Manutenção da Proteção Social Básica (BL PSB) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.245.116.2761.3.3.90.36 – Manutenção da Proteção Social Básica (FMAS) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.245.116.2761.3.3.90.39 – Manutenção da Proteção Social Básica (FMAS) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.245.112.2588.3.3.90.36 – Manutenção dos Serviços Socioassistenciais – PMAS FEAS – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.245.112.2588.3.3.90.39 – Manutenção dos Serviços Socioassistenciais – PMAS FEAS – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.246.128.2558.3.3.90.36 – Manutenção do Cadastro Único e Programa Bolsa Família – BF (BL GPBF) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.246.128.2558.3.3.90.39 – Manutenção do Cadastro Único e Programa Bolsa Família – BF (BL GPBF) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 1.1.2. Secretaria Municipal de Cultura * 16.001.13.392.0001.2132.3.3.90.36 - Manutenção das Bibliotecas Públicas Municipais - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física * 16.001.13.392.0001.2132.3.3.90.39 - Manutenção das Bibliotecas Públicas Municipais - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica * 16.004.13.391.0062.2158.3.3.90.36 - Manutenção e Fomento Patrimônio Cultural - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física * 16.004.13.391.0062.2158.3.3.90.39 - Manutenção e Fomento Patrimônio Cultural - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. 1.1.3. Secretaria Municipal de Meio Ambiente: * 15.001.04.122.0001.2225.3.3.90.36-Manutenção da Secretaria de Meio Ambiente - Outros Serviços Pessoa Física 1.1.4. Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Gestão * 14.001.04.122.0001.2230.3.3.90.36 - Manutenção dos Serviços da Secr. Mun. de Planejamento, Administração e Gestão - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física * 14.001.04.122.0001.2230.3.3.90.39 - Manutenção dos Serviços da Secr. Mun. de Planejamento, Administração e Gestão - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 1.1.5. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Rural * 13.001.04.122.0001.2236.3.3.90.39-Manutenção do Desenvolvimento Econômico e Rural - Outros Serviços Pessoa Jurídica * 13.001.04.122.0001.2236.3.3.90.36-Manutenção do Desenvolvimento Econômico e Rural - Outros Serviços Pessoa Física 1.1.6. Procuradoria Municipal * 02.001.04.122.0001.2027.3.3.90.39 -

Manutenção dos Serviços da Procuradoria Municipal/Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica * 02.001.04.122.0001.2027.3.3.90.36 - Manutenção dos Serviços da Procuradoria Municipal/Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 1.1.7. Não houveram alterações nas dotações das demais secretarias participantes do termo de credenciamento, permanecendo, para estas, as dotações estabelecidas no instrumento contratual. **DATA:** 29/07/2026.

EXTRATO DO TERMO DE APOSTILA Nº: 001 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 11/2026. Processo Licitatório nº: 320/2025 – Inexigibilidade nº: 052/2025. CONTRATANTE: Município de Formiga-MG. **CONTRATADO: GKI Engenharia e Avaliações Ltda. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Em virtude da aprovação da LC 279, de 06 de maio de 2026, que dispõe sobre a Estrutura Organizacional e Administração Direta do Município de Formiga, faz-se necessária a alteração da dotação orçamentária no termo de credenciamento, sendo os serviços custeados com as dotações orçamentárias especificadas abaixo, não ensejando com isso alteração de valor e normas de execução: 1.1.1. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano * 10.001.04.122.1.2179.3.3.90.36 – Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Humano – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.04.122.1.2179.3.3.90.39 – Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Humano – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.243.33.2185.3.3.90.36 – Manutenção do Conselho Tutelar – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.243.33.2185.3.3.90.39 – Manutenção do Conselho Tutelar – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.244.72.2603.3.3.90.36 – Manutenção da Casa de Apoio ao Formiguense em Divinópolis – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.244.72.2603.3.3.90.39 – Manutenção da Casa de Apoio ao Formiguense em Divinópolis – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.244.33.2578.3.3.90.36 – Manutenção dos Conselhos Municipais de Direitos – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.244.33.2578.3.3.90.39 – Manutenção dos Conselhos Municipais de Direitos – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.245.116.2585.3.3.90.36 – Manutenção da Proteção Social Básica (BL PSB) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.245.116.2585.3.3.90.39 – Manutenção da Proteção Social Básica (BL PSB) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.245.116.2761.3.3.90.36 – Manutenção da Proteção Social Básica (FMAS) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.245.116.2761.3.3.90.39 – Manutenção da Proteção Social Básica (FMAS) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.245.112.2588.3.3.90.36 – Manutenção dos Serviços Socioassistenciais – PMAS FEAS – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.245.112.2588.3.3.90.39 – Manutenção dos Serviços Socioassistenciais – PMAS FEAS – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.246.128.2558.3.3.90.36 – Manutenção do Cadastro Único e Programa Bolsa Família – BF (BL GPBF) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.246.128.2558.3.3.90.39 – Manutenção do Cadastro Único e Programa Bolsa Família – BF (BL GPBF) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 1.1.2. Secretaria Municipal de Cultura * 16.001.13.392.0001.2132.3.3.90.36 - Manutenção das Bibliotecas Públicas Municipais - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física * 16.001.13.392.0001.2132.3.3.90.39 - Manutenção das Bibliotecas Públicas Municipais - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica * 16.004.13.391.0062.2158.3.3.90.36 - Manutenção e Fomento Patrimônio Cultural - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física * 16.004.13.391.0062.2158.3.3.90.39 - Manutenção e Fomento Patrimônio Cultural - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. 1.1.3. Secretaria Municipal de Meio Ambiente: * 15.001.04.122.0001.2225.3.3.90.36-Manutenção da Secretaria de Meio Ambiente - Outros Serviços Pessoa Física 1.1.4. Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Gestão * 14.001.04.122.0001.2230.3.3.90.36 - Manutenção dos Serviços da Secr. Mun. de Planejamento, Administração e Gestão - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física * 14.001.04.122.0001.2230.3.3.90.39 - Manutenção dos Serviços da Secr. Mun. de Planejamento, Administração e Gestão - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 1.1.5. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Rural * 13.001.04.122.0001.2236.3.3.90.39-Manutenção do Desenvolvimento Econômico e Rural - Outros Serviços Pessoa Jurídica * 13.001.04.122.0001.2236.3.3.90.36-Manutenção do Desenvolvimento Econômico e Rural - Outros Serviços Pessoa Física 1.1.6. Procuradoria Municipal * 02.001.04.122.0001.2027.3.3.90.39 - Manutenção dos Serviços da Procuradoria Municipal/Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica * 02.001.04.122.0001.2027.3.3.90.36 - Manutenção dos Serviços da Procuradoria Municipal/Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 1.1.7. Não houveram alterações nas dotações das demais secretarias participantes do termo de credenciamento, permanecendo, para estas, as dotações estabelecidas no instrumento contratual. **DATA:** 29/07/2026.

EXTRATO DO TERMO DE APOSTILA Nº: 001 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 12/2026. Processo Licitatório nº: 320/2025 – Inexigibilidade nº: 052/2025. CONTRATANTE: Município de Formiga-MG. **CONTRATADO: MV Oliveira Serviçoes de Engenharia Ltda. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Em virtude da aprovação da LC 279, de 06 de maio de 2026, que dispõe sobre a Estrutura Organizacional e Administração Direta do Município de Formiga, faz-se necessária a alteração da dotação orçamentária no termo de credenciamento, sendo os serviços custeados com as dotações orçamentárias especificadas abaixo, não ensejando com isso alteração de valor e normas de execução: 1.1.1. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano * 10.001.04.122.1.2179.3.3.90.36 – Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Humano – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.04.122.1.2179.3.3.90.39 – Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Humano – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.243.33.2185.3.3.90.36 – Manutenção do Conselho Tutelar – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.243.33.2185.3.3.90.39 – Manutenção do Conselho Tutelar – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.244.72.2603.3.3.90.36 – Manutenção da Casa de Apoio ao Formiguense em Divinópolis – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.244.72.2603.3.3.90.39 – Manutenção da Casa de Apoio ao Formiguense em Divinópolis – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.244.33.2578.3.3.90.36 – Manutenção dos Conselhos Municipais de Direitos – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.244.33.2578.3.3.90.39 – Manutenção dos Conselhos Municipais de Direitos – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.245.116.2585.3.3.90.36 – Manutenção da Proteção Social Básica (BL PSB) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.245.116.2585.3.3.90.39 – Manutenção da Proteção Social Básica (BL PSB) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.245.116.2761.3.3.90.36 – Manutenção da Proteção Social Básica (FMAS) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.245.116.2761.3.3.90.39 – Manutenção da Proteção Social Básica (FMAS) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.245.112.2588.3.3.90.36 – Manutenção dos Serviços Socioassistenciais – PMAS FEAS – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.245.112.2588.3.3.90.39 – Manutenção dos Serviços Socioassistenciais – PMAS FEAS – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.246.128.2558.3.3.90.36 – Manutenção do Cadastro Único e Programa Bolsa Família – BF (BL GPBF) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.246.128.2558.3.3.90.39 – Manutenção do Cadastro Único e Programa Bolsa Família – BF (BL GPBF) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 1.1.2. Secretaria Municipal de Cultura * 16.001.13.392.0001.2132.3.3.90.36 - Manutenção das Bibliotecas Públicas Municipais - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física * 16.001.13.392.0001.2132.3.3.90.39 - Manutenção das Bibliotecas Públicas Municipais - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica * 16.004.13.391.0062.2158.3.3.90.36 - Manutenção e Fomento Patrimônio Cultural - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física * 16.004.13.391.0062.2158.3.3.90.39 - Manutenção e Fomento Patrimônio Cultural - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. 1.1.3. Secretaria Municipal de Meio Ambiente: * 15.001.04.122.0001.2225.3.3.90.36-Manutenção da Secretaria de Meio Ambiente - Outros Serviços Pessoa Física 1.1.4. Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Gestão * 14.001.04.122.0001.2230.3.3.90.36 - Manutenção dos Serviços da Secr. Mun. de Planejamento, Administração e Gestão - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física * 14.001.04.122.0001.2230.3.3.90.39 - Manutenção dos Serviços da Secr. Mun. de Planejamento, Administração e Gestão - Outros

Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 1.1.5. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Rural * 13.001.04.122.0001.2236.3.3.90.39-Manutenção do Desenvolvimento Econômico e Rural - Outros Serviços Pessoa Jurídica * 13.001.04.122.0001.2236.3.3.90.36-Manutenção do Desenvolvimento Econômico e Rural - Outros Serviços Pessoa Física 1.1.6. Procuradoria Municipal * 02.001.04.122.0001.2027.3.3.90.39 - Manutenção dos Serviços da Procuradoria Municipal/Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica * 02.001.04.122.0001.2027.3.3.90.36 - Manutenção dos Serviços da Procuradoria Municipal/Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 1.1.7. Não houveram alterações nas dotações das demais secretarias participantes do termo de credenciamento, permanecendo, para estas, as dotações estabelecidas no instrumento contratual. **DATA:** 29/07/2026.

EXTRATO DO TERMO DE APOSTILA Nº: 001 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 13/2026. Processo Licitatório nº: 320/2025 – Inexigibilidade nº: 052/2025. CONTRATANTE: Município de Formiga-MG. **CONTRATADO: Guimarães Construtora e Projetos Ltda. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Em virtude da aprovação da LC 279, de 06 de maio de 2026, que dispõe sobre a Estrutura Organizacional e Administração Direta do Município de Formiga, faz-se necessária a alteração da dotação orçamentária no termo de credenciamento, sendo os serviços custeados com as dotações orçamentárias especificadas abaixo, não ensejando com isso alteração de valor e normas de execução: 1.1.1. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano * 10.001.04.122.1.2179.3.3.90.36 – Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Humano – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.04.122.1.2179.3.3.90.39 – Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Humano – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.243.33.2185.3.3.90.36 – Manutenção do Conselho Tutelar – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.243.33.2185.3.3.90.39 – Manutenção do Conselho Tutelar – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.244.72.2603.3.3.90.36 – Manutenção da Casa de Apoio ao Formiguense em Divinópolis – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.244.72.2603.3.3.90.39 – Manutenção da Casa de Apoio ao Formiguense em Divinópolis – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.244.33.2578.3.3.90.36 – Manutenção dos Conselhos Municipais de Direitos – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.244.33.2578.3.3.90.39 – Manutenção dos Conselhos Municipais de Direitos – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.245.116.2585.3.3.90.36 – Manutenção da Proteção Social Básica (BL PSB) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.245.116.2585.3.3.90.39 – Manutenção da Proteção Social Básica (BL PSB) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.245.116.2761.3.3.90.36 – Manutenção da Proteção Social Básica (FMAS) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.245.116.2761.3.3.90.39 – Manutenção da Proteção Social Básica (FMAS) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.245.112.2588.3.3.90.36 – Manutenção dos Serviços Socioassistenciais – PMAS FEAS – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.245.112.2588.3.3.90.39 – Manutenção dos Serviços Socioassistenciais – PMAS FEAS – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.246.128.2558.3.3.90.36 – Manutenção do Cadastro Único e Programa Bolsa Família – BF (BL GPBF) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.246.128.2558.3.3.90.39 – Manutenção do Cadastro Único e Programa Bolsa Família – BF (BL GPBF) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 1.1.2. Secretaria Municipal de Cultura * 16.001.13.392.0001.2132.3.3.90.36 - Manutenção das Bibliotecas Públicas Municipais - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física * 16.001.13.392.0001.2132.3.3.90.39 - Manutenção das Bibliotecas Públicas Municipais - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica * 16.004.13.391.0062.2158.3.3.90.36 - Manutenção e Fomento Patrimônio Cultural - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física * 16.004.13.391.0062.2158.3.3.90.39 - Manutenção e Fomento Patrimônio Cultural - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. 1.1.3. Secretaria Municipal de Meio Ambiente: * 15.001.04.122.0001.2225.3.3.90.36-Manutenção da Secretaria de Meio Ambiente - Outros Serviços Pessoa Física 1.1.4. Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Gestão * 14.001.04.122.0001.2230.3.3.90.36 - Manutenção dos Serviços da Secr. Mun. de Planejamento, Administração e Gestão - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física * 14.001.04.122.0001.2230.3.3.90.39 - Manutenção dos Serviços da Secr. Mun. de Planejamento, Administração e Gestão - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 1.1.5. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Rural * 13.001.04.122.0001.2236.3.3.90.39-Manutenção do Desenvolvimento Econômico e Rural - Outros Serviços Pessoa Jurídica * 13.001.04.122.0001.2236.3.3.90.36-Manutenção do Desenvolvimento Econômico e Rural - Outros Serviços Pessoa Física 1.1.6. Procuradoria Municipal * 02.001.04.122.0001.2027.3.3.90.39 - Manutenção dos Serviços da Procuradoria Municipal/Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica * 02.001.04.122.0001.2027.3.3.90.36 - Manutenção dos Serviços da Procuradoria Municipal/Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 1.1.7. Não houveram alterações nas dotações das demais secretarias participantes do termo de credenciamento, permanecendo, para estas, as dotações estabelecidas no instrumento contratual. **DATA:** 29/07/2026.

EXTRATO DO TERMO DE APOSTILA Nº: 001 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 14/2026. Processo Licitatório nº: 320/2025 – Inexigibilidade nº: 052/2025. CONTRATANTE: Município de Formiga-MG. **CONTRATADO: Gilton Marcos da Conceição. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Em virtude da aprovação da LC 279, de 06 de maio de 2026, que dispõe sobre a Estrutura Organizacional e Administração Direta do Município de Formiga, faz-se necessária a alteração da dotação orçamentária no termo de credenciamento, sendo os serviços custeados com as dotações orçamentárias especificadas abaixo, não ensejando com isso alteração de valor e normas de execução: 1.1.1. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano * 10.001.04.122.1.2179.3.3.90.36 – Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Humano – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.04.122.1.2179.3.3.90.39 – Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Humano – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.243.33.2185.3.3.90.36 – Manutenção do Conselho Tutelar – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.243.33.2185.3.3.90.39 – Manutenção do Conselho Tutelar – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.244.72.2603.3.3.90.36 – Manutenção da Casa de Apoio ao Formiguense em Divinópolis – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.244.72.2603.3.3.90.39 – Manutenção da Casa de Apoio ao Formiguense em Divinópolis – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.244.33.2578.3.3.90.36 – Manutenção dos Conselhos Municipais de Direitos – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.244.33.2578.3.3.90.39 – Manutenção dos Conselhos Municipais de Direitos – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.245.116.2585.3.3.90.36 – Manutenção da Proteção Social Básica (BL PSB) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.245.116.2585.3.3.90.39 – Manutenção da Proteção Social Básica (BL PSB) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.245.116.2761.3.3.90.36 – Manutenção da Proteção Social Básica (FMAS) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.245.116.2761.3.3.90.39 – Manutenção da Proteção Social Básica (FMAS) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.245.112.2588.3.3.90.36 – Manutenção dos Serviços Socioassistenciais – PMAS FEAS – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.245.112.2588.3.3.90.39 – Manutenção dos Serviços Socioassistenciais – PMAS FEAS – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.246.128.2558.3.3.90.36 – Manutenção do Cadastro Único e Programa Bolsa Família – BF (BL GPBF) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.246.128.2558.3.3.90.39 – Manutenção do Cadastro Único e Programa Bolsa Família – BF (BL GPBF) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 1.1.2. Secretaria Municipal de Cultura * 16.001.13.392.0001.2132.3.3.90.36 - Manutenção das Bibliotecas Públicas Municipais - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física * 16.001.13.392.0001.2132.3.3.90.39 - Manutenção das Bibliotecas Públicas Municipais - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica * 16.004.13.391.0062.2158.3.3.90.36 - Manutenção e Fomento Patrimônio Cultural - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física * 16.004.13.391.0062.2158.3.3.90.39 - Manutenção e Fomento Patrimônio Cultural - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. 1.1.3. Secretaria Municipal de Meio

Ambiente: * 15.001.04.122.0001.2225.3.3.90.36-Manutenção da Secretaria de Meio Ambiente - Outros Serviços Pessoa Física 1.1.4. Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Gestão * 14.001.04.122.0001.2230.3.3.90.36 - Manutenção dos Serviços da Secr. Mun. de Planejamento, Administração e Gestão - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física * 14.001.04.122.0001.2230.3.3.90.39 - Manutenção dos Serviços da Secr. Mun. de Planejamento, Administração e Gestão - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 1.1.5. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Rural * 13.001.04.122.0001.2236.3.3.90.39-Manutenção do Desenvolvimento Econômico e Rural - Outros Serviços Pessoa Jurídica * 13.001.04.122.0001.2236.3.3.90.36-Manutenção do Desenvolvimento Econômico e Rural - Outros Serviços Pessoa Física 1.1.6. Procuradoria Municipal * 02.001.04.122.0001.2027.3.3.90.39 - Manutenção dos Serviços da Procuradoria Municipal/Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica * 02.001.04.122.0001.2027.3.3.90.36 - Manutenção dos Serviços da Procuradoria Municipal/Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 1.1.7. Não houveram alterações nas dotações das demais secretarias participantes do termo de credenciamento, permanecendo, para estas, as dotações estabelecidas no instrumento contratual. **DATA:** 29/07/2026.

EXTRATO DO TERMO DE APOSTILA Nº: 001 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 15/2026. Processo Licitatório nº: 320/2025 – Inexigibilidade nº: 052/2025. CONTRATANTE: Município de Formiga-MG. **CONTRATADO: MB Gusmão Engenharia Ltda. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Em virtude da aprovação da LC 279, de 06 de maio de 2026, que dispõe sobre a Estrutura Organizacional e Administração Direta do Município de Formiga, faz-se necessária a alteração da dotação orçamentária no termo de credenciamento, sendo os serviços custeados com as dotações orçamentárias especificadas abaixo, não ensejando com isso alteração de valor e normas de execução: 1.1.1. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano * 10.001.04.122.1.2179.3.3.90.36 – Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Humano – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.04.122.1.2179.3.3.90.39 – Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Humano – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.243.33.2185.3.3.90.36 – Manutenção do Conselho Tutelar – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.243.33.2185.3.3.90.39 – Manutenção do Conselho Tutelar – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.244.72.2603.3.3.90.36 – Manutenção da Casa de Apoio ao Formiguense em Divinópolis – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.244.72.2603.3.3.90.39 – Manutenção da Casa de Apoio ao Formiguense em Divinópolis – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.244.33.2578.3.3.90.36 – Manutenção dos Conselhos Municipais de Direitos – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.244.33.2578.3.3.90.39 – Manutenção dos Conselhos Municipais de Direitos – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.245.116.2585.3.3.90.36 – Manutenção da Proteção Social Básica (BL PSB) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.245.116.2585.3.3.90.39 – Manutenção da Proteção Social Básica (BL PSB) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.245.116.2761.3.3.90.36 – Manutenção da Proteção Social Básica (FMAS) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.245.116.2761.3.3.90.39 – Manutenção da Proteção Social Básica (FMAS) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.245.112.2588.3.3.90.36 – Manutenção dos Serviços Socioassistenciais – PMAS FEAS – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.245.112.2588.3.3.90.39 – Manutenção dos Serviços Socioassistenciais – PMAS FEAS – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.246.128.2558.3.3.90.36 – Manutenção do Cadastro Único e Programa Bolsa Família – BF (BL GPBF) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.246.128.2558.3.3.90.39 – Manutenção do Cadastro Único e Programa Bolsa Família – BF (BL GPBF) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 1.1.2. Secretaria Municipal de Cultura * 16.001.13.392.0001.2132.3.3.90.36 - Manutenção das Bibliotecas Públicas Municipais - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física * 16.001.13.392.0001.2132.3.3.90.39 - Manutenção das Bibliotecas Públicas Municipais - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica * 16.004.13.391.0062.2158.3.3.90.36 - Manutenção e Fomento Patrimônio Cultural - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física * 16.004.13.391.0062.2158.3.3.90.39 - Manutenção e Fomento Patrimônio Cultural - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. 1.1.3. Secretaria Municipal de Meio Ambiente: * 15.001.04.122.0001.2225.3.3.90.36-Manutenção da Secretaria de Meio Ambiente - Outros Serviços Pessoa Física 1.1.4. Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Gestão * 14.001.04.122.0001.2230.3.3.90.36 - Manutenção dos Serviços da Secr. Mun. de Planejamento, Administração e Gestão - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física * 14.001.04.122.0001.2230.3.3.90.39 - Manutenção dos Serviços da Secr. Mun. de Planejamento, Administração e Gestão - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 1.1.5. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Rural * 13.001.04.122.0001.2236.3.3.90.39-Manutenção do Desenvolvimento Econômico e Rural - Outros Serviços Pessoa Jurídica * 13.001.04.122.0001.2236.3.3.90.36-Manutenção do Desenvolvimento Econômico e Rural - Outros Serviços Pessoa Física 1.1.6. Procuradoria Municipal * 02.001.04.122.0001.2027.3.3.90.39 - Manutenção dos Serviços da Procuradoria Municipal/Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica * 02.001.04.122.0001.2027.3.3.90.36 - Manutenção dos Serviços da Procuradoria Municipal/Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 1.1.7. Não houveram alterações nas dotações das demais secretarias participantes do termo de credenciamento, permanecendo, para estas, as dotações estabelecidas no instrumento contratual. **DATA:** 29/07/2026.

EXTRATO DO TERMO DE APOSTILA Nº: 001 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 16/2026. Processo Licitatório nº: 320/2025 – Inexigibilidade nº: 052/2025. CONTRATANTE: Município de Formiga-MG. **CONTRATADO: Projetta Schorr Engenharia & Consultoria Ltda. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Em virtude da aprovação da LC 279, de 06 de maio de 2026, que dispõe sobre a Estrutura Organizacional e Administração Direta do Município de Formiga, faz-se necessária a alteração da dotação orçamentária no termo de credenciamento, sendo os serviços custeados com as dotações orçamentárias especificadas abaixo, não ensejando com isso alteração de valor e normas de execução: 1.1.1. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano * 10.001.04.122.1.2179.3.3.90.36 – Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Humano – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.04.122.1.2179.3.3.90.39 – Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Humano – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.243.33.2185.3.3.90.36 – Manutenção do Conselho Tutelar – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.243.33.2185.3.3.90.39 – Manutenção do Conselho Tutelar – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.244.72.2603.3.3.90.36 – Manutenção da Casa de Apoio ao Formiguense em Divinópolis – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.244.72.2603.3.3.90.39 – Manutenção da Casa de Apoio ao Formiguense em Divinópolis – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.244.33.2578.3.3.90.36 – Manutenção dos Conselhos Municipais de Direitos – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.244.33.2578.3.3.90.39 – Manutenção dos Conselhos Municipais de Direitos – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.245.116.2585.3.3.90.36 – Manutenção da Proteção Social Básica (BL PSB) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.245.116.2585.3.3.90.39 – Manutenção da Proteção Social Básica (BL PSB) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.245.116.2761.3.3.90.36 – Manutenção da Proteção Social Básica (FMAS) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.245.116.2761.3.3.90.39 – Manutenção da Proteção Social Básica (FMAS) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.245.112.2588.3.3.90.36 – Manutenção dos Serviços Socioassistenciais – PMAS FEAS – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.245.112.2588.3.3.90.39 – Manutenção dos Serviços Socioassistenciais – PMAS FEAS – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.246.128.2558.3.3.90.36 – Manutenção do Cadastro Único e Programa Bolsa Família – BF (BL GPBF) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.246.128.2558.3.3.90.39 – Manutenção do Cadastro Único e Programa Bolsa Família – BF (BL GPBF) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 1.1.2. Secretaria Municipal de Cultura * 16.001.13.392.0001.2132.3.3.90.36

- Manutenção das Bibliotecas Públicas Municipais - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física * 16.001.13.392.0001.2132.3.3.90.39 - Manutenção das Bibliotecas Públicas Municipais - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica * 16.004.13.391.0062.2158.3.3.90.36 - Manutenção e Fomento Patrimônio Cultural - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física * 16.004.13.391.0062.2158.3.3.90.39 - Manutenção e Fomento Patrimônio Cultural - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. 1.1.3. Secretaria Municipal de Meio Ambiente: * 15.001.04.122.0001.2225.3.3.90.36-Manutenção da Secretaria de Meio Ambiente - Outros Serviços Pessoa Física 1.1.4. Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Gestão * 14.001.04.122.0001.2230.3.3.90.36 - Manutenção dos Serviços da Secr. Mun. de Planejamento, Administração e Gestão - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física * 14.001.04.122.0001.2230.3.3.90.39 - Manutenção dos Serviços da Secr. Mun. de Planejamento, Administração e Gestão - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 1.1.5. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Rural * 13.001.04.122.0001.2236.3.3.90.39-Manutenção do Desenvolvimento Econômico e Rural - Outros Serviços Pessoa Jurídica * 13.001.04.122.0001.2236.3.3.90.36-Manutenção do Desenvolvimento Econômico e Rural - Outros Serviços Pessoa Física 1.1.6. Procuradoria Municipal * 02.001.04.122.0001.2027.3.3.90.39 - Manutenção dos Serviços da Procuradoria Municipal/Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica * 02.001.04.122.0001.2027.3.3.90.36 - Manutenção dos Serviços da Procuradoria Municipal/Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 1.1.7. Não houveram alterações nas dotações das demais secretarias participantes do termo de credenciamento, permanecendo, para estas, as dotações estabelecidas no instrumento contratual. **DATA:** 29/07/2026.

EXTRATO DO TERMO DE APOSTILA Nº: 001 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 18/2026. Processo Licitatório nº: 320/2025 – Inexigibilidade nº: 052/2025. CONTRATANTE: Município de Formiga-MG. **CONTRATADO: Santos & Martins Serviços Ltda . DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Em virtude da aprovação da LC 279, de 06 de maio de 2026, que dispõe sobre a Estrutura Organizacional e Administração Direta do Município de Formiga, faz-se necessária a alteração da dotação orçamentária no termo de credenciamento, sendo os serviços custeados com as dotações orçamentárias especificadas abaixo, não ensejando com isso alteração de valor e normas de execução: 1.1.1. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano * 10.001.04.122.1.2179.3.3.90.36 – Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Humano – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.04.122.1.2179.3.3.90.39 – Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Humano – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.243.33.2185.3.3.90.36 – Manutenção do Conselho Tutelar – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.243.33.2185.3.3.90.39 – Manutenção do Conselho Tutelar – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.244.72.2603.3.3.90.36 – Manutenção da Casa de Apoio ao Formiguense em Divinópolis – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.244.72.2603.3.3.90.39 – Manutenção da Casa de Apoio ao Formiguense em Divinópolis – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.244.33.2578.3.3.90.36 – Manutenção dos Conselhos Municipais de Direitos – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.244.33.2578.3.3.90.39 – Manutenção dos Conselhos Municipais de Direitos – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.245.116.2585.3.3.90.36 – Manutenção da Proteção Social Básica (BL PSB) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.245.116.2585.3.3.90.39 – Manutenção da Proteção Social Básica (BL PSB) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.245.116.2761.3.3.90.36 – Manutenção da Proteção Social Básica (FMAS) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.245.116.2761.3.3.90.39 – Manutenção da Proteção Social Básica (FMAS) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.245.112.2588.3.3.90.36 – Manutenção dos Serviços Socioassistenciais – PMAS FEAS – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.245.112.2588.3.3.90.39 – Manutenção dos Serviços Socioassistenciais – PMAS FEAS – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.246.128.2558.3.3.90.36 – Manutenção do Cadastro Único e Programa Bolsa Família – BF (BL GPBF) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.246.128.2558.3.3.90.39 – Manutenção do Cadastro Único e Programa Bolsa Família – BF (BL GPBF) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 1.1.2. Secretaria Municipal de Cultura * 16.001.13.392.0001.2132.3.3.90.36 - Manutenção das Bibliotecas Públicas Municipais - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física * 16.001.13.392.0001.2132.3.3.90.39 - Manutenção das Bibliotecas Públicas Municipais - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica * 16.004.13.391.0062.2158.3.3.90.36 - Manutenção e Fomento Patrimônio Cultural - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física * 16.004.13.391.0062.2158.3.3.90.39 - Manutenção e Fomento Patrimônio Cultural - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. 1.1.3. Secretaria Municipal de Meio Ambiente: * 15.001.04.122.0001.2225.3.3.90.36-Manutenção da Secretaria de Meio Ambiente - Outros Serviços Pessoa Física 1.1.4. Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Gestão * 14.001.04.122.0001.2230.3.3.90.36 - Manutenção dos Serviços da Secr. Mun. de Planejamento, Administração e Gestão - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física * 14.001.04.122.0001.2230.3.3.90.39 - Manutenção dos Serviços da Secr. Mun. de Planejamento, Administração e Gestão - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 1.1.5. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Rural * 13.001.04.122.0001.2236.3.3.90.39-Manutenção do Desenvolvimento Econômico e Rural - Outros Serviços Pessoa Jurídica * 13.001.04.122.0001.2236.3.3.90.36-Manutenção do Desenvolvimento Econômico e Rural - Outros Serviços Pessoa Física 1.1.6. Procuradoria Municipal * 02.001.04.122.0001.2027.3.3.90.39 - Manutenção dos Serviços da Procuradoria Municipal/Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica * 02.001.04.122.0001.2027.3.3.90.36 - Manutenção dos Serviços da Procuradoria Municipal/Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 1.1.7. Não houveram alterações nas dotações das demais secretarias participantes do termo de credenciamento, permanecendo, para estas, as dotações estabelecidas no instrumento contratual. **DATA:** 29/07/2026.

EXTRATO DO TERMO DE APOSTILA Nº: 001 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 19/2026. Processo Licitatório nº: 320/2025 – Inexigibilidade nº: 052/2025. CONTRATANTE: Município de Formiga-MG. **CONTRATADO: Gabriela Grego Engenharia Ltda. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Em virtude da aprovação da LC 279, de 06 de maio de 2026, que dispõe sobre a Estrutura Organizacional e Administração Direta do Município de Formiga, faz-se necessária a alteração da dotação orçamentária no termo de credenciamento, sendo os serviços custeados com as dotações orçamentárias especificadas abaixo, não ensejando com isso alteração de valor e normas de execução: 1.1.1. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano * 10.001.04.122.1.2179.3.3.90.36 – Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Humano – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.04.122.1.2179.3.3.90.39 – Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Humano – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.243.33.2185.3.3.90.36 – Manutenção do Conselho Tutelar – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.243.33.2185.3.3.90.39 – Manutenção do Conselho Tutelar – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.244.72.2603.3.3.90.36 – Manutenção da Casa de Apoio ao Formiguense em Divinópolis – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.244.72.2603.3.3.90.39 – Manutenção da Casa de Apoio ao Formiguense em Divinópolis – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.244.33.2578.3.3.90.36 – Manutenção dos Conselhos Municipais de Direitos – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.244.33.2578.3.3.90.39 – Manutenção dos Conselhos Municipais de Direitos – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.245.116.2585.3.3.90.36 – Manutenção da Proteção Social Básica (BL PSB) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.245.116.2585.3.3.90.39 – Manutenção da Proteção Social Básica (BL PSB) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.245.116.2761.3.3.90.36 – Manutenção da Proteção Social Básica (FMAS) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.245.116.2761.3.3.90.39 – Manutenção da Proteção Social Básica (FMAS) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.245.112.2588.3.3.90.36 – Manutenção dos Serviços Socioassistenciais – PMAS FEAS – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.245.112.2588.3.3.90.39 –

Manutenção dos Serviços Socioassistenciais – PMAS FEAS – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.246.128.2558.3.3.90.36 – Manutenção do Cadastro Único e Programa Bolsa Família – BF (BL GPBF) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.246.128.2558.3.3.90.39 – Manutenção do Cadastro Único e Programa Bolsa Família – BF (BL GPBF) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 1.1.2. Secretaria Municipal de Cultura * 16.001.13.392.0001.2132.3.3.90.36 - Manutenção das Bibliotecas Públicas Municipais - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física * 16.001.13.392.0001.2132.3.3.90.39 - Manutenção das Bibliotecas Públicas Municipais - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica * 16.004.13.391.0062.2158.3.3.90.36 - Manutenção e Fomento Patrimônio Cultural - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física * 16.004.13.391.0062.2158.3.3.90.39 - Manutenção e Fomento Patrimônio Cultural - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. 1.1.3. Secretaria Municipal de Meio Ambiente: * 15.001.04.122.0001.2225.3.3.90.36-Manutenção da Secretaria de Meio Ambiente - Outros Serviços Pessoa Física 1.1.4. Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Gestão * 14.001.04.122.0001.2230.3.3.90.36 - Manutenção dos Serviços da Secr. Mun. de Planejamento, Administração e Gestão - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física * 14.001.04.122.0001.2230.3.3.90.39 - Manutenção dos Serviços da Secr. Mun. de Planejamento, Administração e Gestão - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 1.1.5. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Rural * 13.001.04.122.0001.2236.3.3.90.39-Manutenção do Desenvolvimento Econômico e Rural - Outros Serviços Pessoa Jurídica * 13.001.04.122.0001.2236.3.3.90.36-Manutenção do Desenvolvimento Econômico e Rural - Outros Serviços Pessoa Física 1.1.6. Procuradoria Municipal * 02.001.04.122.0001.2027.3.3.90.39 - Manutenção dos Serviços da Procuradoria Municipal/Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica * 02.001.04.122.0001.2027.3.3.90.36 - Manutenção dos Serviços da Procuradoria Municipal/Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 1.1.7. Não houveram alterações nas dotações das demais secretarias participantes do termo de credenciamento, permanecendo, para estas, as dotações estabelecidas no instrumento contratual. **DATA:** 29/07/2026.

EXTRATO DO TERMO DE APOSTILA Nº: 001 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 20/2026. Processo Licitatório nº: 320/2025 – Inexigibilidade nº: 052/2025. CONTRATANTE: Município de Formiga-MG. **CONTRATADO: Bruno Montarroios Neto Almeida Corretor e Avaliador de Imóveis Ltda. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Em virtude da aprovação da LC 279, de 06 de maio de 2026, que dispõe sobre a Estrutura Organizacional e Administração Direta do Município de Formiga, faz-se necessária a alteração da dotação orçamentária no termo de credenciamento, sendo os serviços custeados com as dotações orçamentárias especificadas abaixo, não ensejando com isso alteração de valor e normas de execução: 1.1.1. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano * 10.001.04.122.1.2179.3.3.90.36 – Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Humano – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.04.122.1.2179.3.3.90.39 – Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Humano – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.243.33.2185.3.3.90.36 – Manutenção do Conselho Tutelar – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.243.33.2185.3.3.90.39 – Manutenção do Conselho Tutelar – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.244.72.2603.3.3.90.36 – Manutenção da Casa de Apoio ao Formiguense em Divinópolis – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.244.72.2603.3.3.90.39 – Manutenção da Casa de Apoio ao Formiguense em Divinópolis – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.244.33.2578.3.3.90.36 – Manutenção dos Conselhos Municipais de Direitos – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.244.33.2578.3.3.90.39 – Manutenção dos Conselhos Municipais de Direitos – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.245.116.2585.3.3.90.36 – Manutenção da Proteção Social Básica (BL PSB) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.245.116.2585.3.3.90.39 – Manutenção da Proteção Social Básica (BL PSB) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.245.116.2761.3.3.90.36 – Manutenção da Proteção Social Básica (FMAS) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.245.116.2761.3.3.90.39 – Manutenção da Proteção Social Básica (FMAS) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.245.112.2588.3.3.90.36 – Manutenção dos Serviços Socioassistenciais – PMAS FEAS – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.245.112.2588.3.3.90.39 – Manutenção dos Serviços Socioassistenciais – PMAS FEAS – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.246.128.2558.3.3.90.36 – Manutenção do Cadastro Único e Programa Bolsa Família – BF (BL GPBF) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.246.128.2558.3.3.90.39 – Manutenção do Cadastro Único e Programa Bolsa Família – BF (BL GPBF) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 1.1.2. Secretaria Municipal de Cultura * 16.001.13.392.0001.2132.3.3.90.36 - Manutenção das Bibliotecas Públicas Municipais - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física * 16.001.13.392.0001.2132.3.3.90.39 - Manutenção das Bibliotecas Públicas Municipais - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica * 16.004.13.391.0062.2158.3.3.90.36 - Manutenção e Fomento Patrimônio Cultural - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física * 16.004.13.391.0062.2158.3.3.90.39 - Manutenção e Fomento Patrimônio Cultural - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. 1.1.3. Secretaria Municipal de Meio Ambiente: * 15.001.04.122.0001.2225.3.3.90.36-Manutenção da Secretaria de Meio Ambiente - Outros Serviços Pessoa Física 1.1.4. Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Gestão * 14.001.04.122.0001.2230.3.3.90.36 - Manutenção dos Serviços da Secr. Mun. de Planejamento, Administração e Gestão - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física * 14.001.04.122.0001.2230.3.3.90.39 - Manutenção dos Serviços da Secr. Mun. de Planejamento, Administração e Gestão - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 1.1.5. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Rural * 13.001.04.122.0001.2236.3.3.90.39-Manutenção do Desenvolvimento Econômico e Rural - Outros Serviços Pessoa Jurídica * 13.001.04.122.0001.2236.3.3.90.36-Manutenção do Desenvolvimento Econômico e Rural - Outros Serviços Pessoa Física 1.1.6. Procuradoria Municipal * 02.001.04.122.0001.2027.3.3.90.39 - Manutenção dos Serviços da Procuradoria Municipal/Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica * 02.001.04.122.0001.2027.3.3.90.36 - Manutenção dos Serviços da Procuradoria Municipal/Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 1.1.7. Não houveram alterações nas dotações das demais secretarias participantes do termo de credenciamento, permanecendo, para estas, as dotações estabelecidas no instrumento contratual. **DATA:** 29/07/2026.

EXTRATO DO TERMO DE APOSTILA Nº: 001 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 40/2026. Processo Licitatório nº: 320/2025 – Inexigibilidade nº: 052/2025. CONTRATANTE: Município de Formiga-MG. **CONTRATADO: GSS Engenharia Ltda. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Em virtude da aprovação da LC 279, de 06 de maio de 2026, que dispõe sobre a Estrutura Organizacional e Administração Direta do Município de Formiga, faz-se necessária a alteração da dotação orçamentária no termo de credenciamento, sendo os serviços custeados com as dotações orçamentárias especificadas abaixo, não ensejando com isso alteração de valor e normas de execução: 1.1.1. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano * 10.001.04.122.1.2179.3.3.90.36 – Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Humano – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.04.122.1.2179.3.3.90.39 – Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Humano – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.243.33.2185.3.3.90.36 – Manutenção do Conselho Tutelar – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.243.33.2185.3.3.90.39 – Manutenção do Conselho Tutelar – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.244.72.2603.3.3.90.36 – Manutenção da Casa de Apoio ao Formiguense em Divinópolis – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.244.72.2603.3.3.90.39 – Manutenção da Casa de Apoio ao Formiguense em Divinópolis – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.244.33.2578.3.3.90.36 – Manutenção dos Conselhos Municipais de Direitos – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.244.33.2578.3.3.90.39 – Manutenção dos Conselhos Municipais de Direitos – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.245.116.2585.3.3.90.36 – Manutenção da Proteção Social Básica (BL PSB) – Outros Serviços de Terceiros –

Pessoa Física * 10.001.08.245.116.2585.3.3.90.39 – Manutenção da Proteção Social Básica (BL PSB) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.245.116.2761.3.3.90.36 – Manutenção da Proteção Social Básica (FMAS) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.245.116.2761.3.3.90.39 – Manutenção da Proteção Social Básica (FMAS) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.245.112.2588.3.3.90.36 – Manutenção dos Serviços Socioassistenciais – PMAS FEAS – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.245.112.2588.3.3.90.39 – Manutenção dos Serviços Socioassistenciais – PMAS FEAS – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.246.128.2558.3.3.90.36 – Manutenção do Cadastro Único e Programa Bolsa Família – BF (BL GPBF) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.246.128.2558.3.3.90.39 – Manutenção do Cadastro Único e Programa Bolsa Família – BF (BL GPBF) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 1.1.2. Secretaria Municipal de Cultura * 16.001.13.392.0001.2132.3.3.90.36 - Manutenção das Bibliotecas Públicas Municipais - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física * 16.001.13.392.0001.2132.3.3.90.39 - Manutenção das Bibliotecas Públicas Municipais - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica * 16.004.13.391.0062.2158.3.3.90.36 - Manutenção e Fomento Patrimônio Cultural - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física * 16.004.13.391.0062.2158.3.3.90.39 - Manutenção e Fomento Patrimônio Cultural - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. 1.1.3. Secretaria Municipal de Meio Ambiente: * 15.001.04.122.0001.2225.3.3.90.36-Manutenção da Secretaria de Meio Ambiente - Outros Serviços Pessoa Física 1.1.4. Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Gestão * 14.001.04.122.0001.2230.3.3.90.36 - Manutenção dos Serviços da Secr. Mun. de Planejamento, Administração e Gestão - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física * 14.001.04.122.0001.2230.3.3.90.39 - Manutenção dos Serviços da Secr. Mun. de Planejamento, Administração e Gestão - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 1.1.5. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Rural * 13.001.04.122.0001.2236.3.3.90.39-Manutenção do Desenvolvimento Econômico e Rural - Outros Serviços Pessoa Jurídica * 13.001.04.122.0001.2236.3.3.90.36-Manutenção do Desenvolvimento Econômico e Rural - Outros Serviços Pessoa Física 1.1.6. Procuradoria Municipal * 02.001.04.122.0001.2027.3.3.90.39 - Manutenção dos Serviços da Procuradoria Municipal/Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica * 02.001.04.122.0001.2027.3.3.90.36 - Manutenção dos Serviços da Procuradoria Municipal/Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 1.1.7. Não houveram alterações nas dotações das demais secretarias participantes do termo de credenciamento, permanecendo, para estas, as dotações estabelecidas no instrumento contratual. **DATA:** 29/07/2026.

EXTRATO DO TERMO DE APOSTILA Nº: 001 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 41/2026. Processo Licitatório nº: 320/2025 – Inexigibilidade nº: 052/2025. CONTRATANTE: Município de Formiga-MG. **CONTRATADO: Brets Maciel Consultoria Ltda. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Em virtude da aprovação da LC 279, de 06 de maio de 2026, que dispõe sobre a Estrutura Organizacional e Administração Direta do Município de Formiga, faz-se necessária a alteração da dotação orçamentária no termo de credenciamento, sendo os serviços custeados com as dotações orçamentárias especificadas abaixo, não ensejando com isso alteração de valor e normas de execução: 1.1.1. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano * 10.001.04.122.1.2179.3.3.90.36 – Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Humano – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.04.122.1.2179.3.3.90.39 – Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Humano – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.243.33.2185.3.3.90.36 – Manutenção do Conselho Tutelar – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.243.33.2185.3.3.90.39 – Manutenção do Conselho Tutelar – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.244.72.2603.3.3.90.36 – Manutenção da Casa de Apoio ao Formiguense em Divinópolis – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.244.72.2603.3.3.90.39 – Manutenção da Casa de Apoio ao Formiguense em Divinópolis – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.244.33.2578.3.3.90.36 – Manutenção dos Conselhos Municipais de Direitos – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.244.33.2578.3.3.90.39 – Manutenção dos Conselhos Municipais de Direitos – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.245.116.2585.3.3.90.36 – Manutenção da Proteção Social Básica (BL PSB) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.245.116.2585.3.3.90.39 – Manutenção da Proteção Social Básica (BL PSB) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.245.116.2761.3.3.90.36 – Manutenção da Proteção Social Básica (FMAS) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.245.116.2761.3.3.90.39 – Manutenção da Proteção Social Básica (FMAS) – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.245.112.2588.3.3.90.36 – Manutenção dos Serviços Socioassistenciais – PMAS FEAS – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.245.112.2588.3.3.90.39 – Manutenção dos Serviços Socioassistenciais – PMAS FEAS – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica * 10.001.08.246.128.2558.3.3.90.36 – Manutenção do Cadastro Único e Programa Bolsa Família – BF (BL GPBF) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física * 10.001.08.246.128.2558.3.3.90.39 – Manutenção do Cadastro Único e Programa Bolsa Família – BF (BL GPBF) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 1.1.2. Secretaria Municipal de Cultura * 16.001.13.392.0001.2132.3.3.90.36 - Manutenção das Bibliotecas Públicas Municipais - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física * 16.001.13.392.0001.2132.3.3.90.39 - Manutenção das Bibliotecas Públicas Municipais - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica * 16.004.13.391.0062.2158.3.3.90.36 - Manutenção e Fomento Patrimônio Cultural - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física * 16.004.13.391.0062.2158.3.3.90.39 - Manutenção e Fomento Patrimônio Cultural - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. 1.1.3. Secretaria Municipal de Meio Ambiente: * 15.001.04.122.0001.2225.3.3.90.36-Manutenção da Secretaria de Meio Ambiente - Outros Serviços Pessoa Física 1.1.4. Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Gestão * 14.001.04.122.0001.2230.3.3.90.36 - Manutenção dos Serviços da Secr. Mun. de Planejamento, Administração e Gestão - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física * 14.001.04.122.0001.2230.3.3.90.39 - Manutenção dos Serviços da Secr. Mun. de Planejamento, Administração e Gestão - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 1.1.5. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Rural * 13.001.04.122.0001.2236.3.3.90.39-Manutenção do Desenvolvimento Econômico e Rural - Outros Serviços Pessoa Jurídica * 13.001.04.122.0001.2236.3.3.90.36-Manutenção do Desenvolvimento Econômico e Rural - Outros Serviços Pessoa Física 1.1.6. Procuradoria Municipal * 02.001.04.122.0001.2027.3.3.90.39 - Manutenção dos Serviços da Procuradoria Municipal/Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica * 02.001.04.122.0001.2027.3.3.90.36 - Manutenção dos Serviços da Procuradoria Municipal/Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 1.1.7. Não houveram alterações nas dotações das demais secretarias participantes do termo de credenciamento, permanecendo, para estas, as dotações estabelecidas no instrumento contratual. **DATA:** 29/07/2026.

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:79F24249

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES

EXTRATO DO TERMO DE APOSTILA Nº: 001 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 21/2026. PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 67/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº: 025/2026-CREDENCIAMENTO Nº 004/2026

EXTRATO DO TERMO DE APOSTILA Nº: 001 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 21/2026.Processo Licitatório nº: 67/2026 – Inexigibilidade nº: 025/2026-Credenciamento nº 004/2026. CONTRATANTE: Município de Formiga MG.**CONTRATADO:**Oficina Waldiesel Ltda.**DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**Em virtude da aprovação da LC 279, de 06 de maio de 2026, que dispõe sobre a Estrutura Organizacional e Administração Direta do Município de Formiga, faz se necessária a alteração da dotação orçamentaria no termo de credenciamento, sendo os serviços custeados com as dotações orçamentarias especificas abaixo, não ensejando com isso alteração de valor e normas de execução: 1.1.1. Secretaria Municipal de

Educação*17.001.12.122.0001.2113.3.3.90.39 - Manutenção dos Serviços de Administração, Supervisão e Orientação*17.001.12.361.0017.2117.3.3.90.39 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar Fundamental. *17.001.12.361.0021.2134.3.3.90.39 - Manutenção do Ensino Fundamental*17.001.12.362.0017.2121.3.3.90.39 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar Ensino Médio*17.001.12.365.0017.2123.3.3.90.39 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar Educação Infantil. *17.001.12.365.0021.2137.3.3.90.39 - Manutenção do Ensino Infantil – Creche*17.001.12.365.0021.2138.3.3.90.39 - Manutenção do Ensino Infantil- Pré-escola*17.002.12.361.0017.2124.3.3.90.39 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar FEB 301.1.2. Secretaria Municipal de Obras e Trânsito*05.001.04.122.0001.2053.3.3.90.39 - Manutenção dos Veículos Leves –Outros Serviços de terceiros Pessoa Jurídica; *05.001.26.782.0065.255.3.3.90.39 - Manutenção de Caminhões e Máquinas Pesadas - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.1.1.3. Secretaria Municipal de Fiscalização e Regulação Urbana *06.001.04.122.0001.2019.3.3.90.39. - Manutenção dos Serviços da Secretaria Municipal de Fiscalização e Regulação Urbana - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.1.1.4. Secretaria de Meio Ambiente *15.001.04.122.0001.2225.3.3.90.36-Manutenção da Secretaria de Meio Ambiente Outros Serviços Pessoa Física1.1.5. Desenvolvimento Econômico e Rural *13.002.20.608.0044.2170.3.3.90.39-Manutenção do Desenvolvimento Rural – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica *13.002.26.782.0044.2057.3.3.90.39-Manutenção da Rede Rodoviária Municipal Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica *13.002.08.244.0055.2177.3.3.90.39 - Manutenção da Política de Segurança Alimentar e Nutricional-SISAN - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica 1.1.6. Secretaria de Desenvolvimento Humano *10.001.04.122.0001.2179.3.3.90.39 – Manutenção dos Serviços da Secretaria de Desenvolvimento Humano – Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas. *10.001.04.122.0001.2182.3.3.90.39 – Manutenção dos Serviços Funerários e Cemitérios - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas.*10.001.08.122.0033.2056.3.3.90.39 – Manutenção dos Conselhos Municipais de Direitos - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas.*10.001.08.243.0033.2185.3.3.90.39 – Manutenção do Conselho Tutelar – Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas*10.002.08.244.0038.2111.3.3.90.39 – Manutenção do Cadastro Único e Programa Bolsa Família IGD-PBF (BLGPBF) - Outros Serviços de Terceiros
*10.002.08.245.0032.2110.3.3.90.39 – Manutenção do Bloco do PSE de Alta Complexibilidade (BL PSE AC) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas *10.002.08.245.0040.2100.3.3.90.39 – Manutenção do Bloco da PSE Média Complexibilidade (BL PSE MC) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas *10.002.08.245.0046.2105.3.3.90.39 – Manutenção dos Serviços Socioassistenciais – PMAS FEAS - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas *10.002.08.245.0054.2102.3.3.90.39 – Manutenção da Proteção Social Básica (BLPSB) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas *10.006.08.241.0053.2136.3.3.90.39 – Manutenção da Política Municipal da Pessoa Idosa – PMDPI - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas 1.1.7. Não houveram alterações nas dotações das demais secretarias participantes do termo de credenciamento, permanecendo para estas, as dotações estabelecidas no instrumento contratual. **DATA: 24/08/2026**

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:F5FECC47

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
EXTRATO DO TERMO DE APOSTILA Nº: 001 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 22/2026. PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 67/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº: 025/2026-CREDENCIAMENTO Nº 004/2026

EXTRATO DO TERMO DE APOSTILA Nº: 001 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 22/2026.Processo Licitatório nº: 67/2026 – Inexigibilidade nº: 025/2026-Credenciamento nº 004/2026. CONTRATANTE: Município de Formiga MG.**CONTRATADO:**Mauro Breda de Melo & Cia Ltda.**DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**Em virtude da aprovação da LC 279, de 06 de maio de 2026, que dispõe sobre a Estrutura Organizacional e Administração Direta do Município de Formiga, faz se necessária a alteração da dotação orçamentaria no termo de credenciamento, sendo os serviços custeados com as dotações orçamentarias especificas abaixo, não ensejando com isso alteração de valor e normas de execução: 1.1.1. Secretaria Municipal de Educação*17.001.12.122.0001.2113.3.3.90.39 - Manutenção dos Serviços de Administração, Supervisão e Orientação*17.001.12.361.0017.2117.3.3.90.39 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar Fundamental. *17.001.12.361.0021.2134.3.3.90.39 - Manutenção do Ensino Fundamental*17.001.12.362.0017.2121.3.3.90.39 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar Ensino Médio*17.001.12.365.0017.2123.3.3.90.39 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar Educação Infantil. *17.001.12.365.0021.2137.3.3.90.39 - Manutenção do Ensino Infantil – Creche*17.001.12.365.0021.2138.3.3.90.39 - Manutenção do Ensino Infantil- Pré-escola*17.002.12.361.0017.2124.3.3.90.39 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar FEB 301.1.2. Secretaria Municipal de Obras e Trânsito*05.001.04.122.0001.2053.3.3.90.39 - Manutenção dos Veículos Leves –Outros Serviços de terceiros Pessoa Jurídica; *05.001.26.782.0065.255.3.3.90.39 - Manutenção de Caminhões e Máquinas Pesadas - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.1.1.3. Secretaria Municipal de Fiscalização e Regulação Urbana *06.001.04.122.0001.2019.3.3.90.39. - Manutenção dos Serviços da Secretaria Municipal de Fiscalização e Regulação Urbana - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.1.1.4. Secretaria de Meio Ambiente *15.001.04.122.0001.2225.3.3.90.36-Manutenção da Secretaria de Meio Ambiente Outros Serviços Pessoa Física1.1.5. Desenvolvimento Econômico e Rural *13.002.20.608.0044.2170.3.3.90.39-Manutenção do Desenvolvimento Rural – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica *13.002.26.782.0044.2057.3.3.90.39-Manutenção da Rede Rodoviária Municipal Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica *13.002.08.244.0055.2177.3.3.90.39 - Manutenção da Política de Segurança Alimentar e Nutricional-SISAN - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica 1.1.6. Secretaria de Desenvolvimento Humano *10.001.04.122.0001.2179.3.3.90.39 – Manutenção dos Serviços da Secretaria de Desenvolvimento Humano – Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas. *10.001.04.122.0001.2182.3.3.90.39 – Manutenção dos Serviços Funerários e Cemitérios - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas.*10.001.08.122.0033.2056.3.3.90.39 – Manutenção dos Conselhos Municipais de Direitos - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas.*10.001.08.243.0033.2185.3.3.90.39 – Manutenção do Conselho Tutelar – Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas*10.002.08.244.0038.2111.3.3.90.39 – Manutenção do Cadastro Único e Programa Bolsa Família IGD-PBF (BLGPBF) - Outros Serviços de Terceiros*10.002.08.245.0032.2110.3.3.90.39 – Manutenção do Bloco do PSE de Alta Complexibilidade (BL PSE AC) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas *10.002.08.245.0040.2100.3.3.90.39 – Manutenção do Bloco da PSE Média Complexibilidade (BL PSE MC) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas *10.002.08.245.0046.2105.3.3.90.39 – Manutenção dos Serviços Socioassistenciais – PMAS FEAS - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas *10.002.08.245.0054.2102.3.3.90.39 – Manutenção da Proteção Social Básica (BLPSB) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas *10.006.08.241.0053.2136.3.3.90.39 – Manutenção da Política Municipal da Pessoa Idosa – PMDPI - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas 1.1.7. Não houveram alterações nas dotações das demais secretarias participantes do termo de credenciamento, permanecendo para estas, as dotações estabelecidas no instrumento contratual. **DATA: 24/08/2026**

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:454EE9C9

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
EXTRATO DO TERMO DE APOSTILA Nº: 001 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 23/2026. PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 67/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº: 025/2026-CREDENCIAMENTO Nº 004/2026

EXTRATO DO TERMO DE APOSTILA Nº: 001 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 23/2026.Processo Licitatório nº: 67/2026 – Inexigibilidade nº: 025/2026-Credenciamento nº 004/2026. CONTRATANTE: Município de Formiga MG.**CONTRATADO:**João Silvério Pereira.**DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**Em virtude da aprovação da LC 279, de 06 de maio de 2026, que dispõe sobre a Estrutura Organizacional e Administração Direta do Município de Formiga, faz se necessária a alteração da dotação orçamentaria no termo de credenciamento, sendo os serviços custeados com as dotações orçamentarias especificas abaixo, não ensejando com isso alteração de valor e normas de execução: 1.1.1. Secretaria Municipal de Educação*17.001.12.122.0001.2113.3.3.90.39 - Manutenção dos Serviços de Administração, Supervisão e Orientação*17.001.12.361.0017.2117.3.3.90.39 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar Fundamental. *17.001.12.361.0021.2134.3.3.90.39 - Manutenção do Ensino Fundamental*17.001.12.362.0017.2121.3.3.90.39 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar Ensino Médio*17.001.12.365.0017.2123.3.3.90.39 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar Educação Infantil. *17.001.12.365.0021.2137.3.3.90.39 - Manutenção do Ensino Infantil – Creche*17.001.12.365.0021.2138.3.3.90.39 - Manutenção do Ensino Infantil- Pré-escola*17.002.12.361.0017.2124.3.3.90.39 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar FEB 301.1.2. Secretaria Municipal de Obras e Trânsito*05.001.04.122.0001.2053.3.3.90.39 - Manutenção dos Veículos Leves –Outros Serviços de terceiros Pessoa Jurídica; *05.001.26.782.0065.255.3.3.90.39 - Manutenção de Caminhões e Máquinas Pesadas - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.1.1.3. Secretaria Municipal de Fiscalização e Regulação Urbana *06.001.04.122.0001.2019.3.3.90.39. - Manutenção dos Serviços da Secretaria Municipal de Fiscalização e Regulação Urbana - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.1.1.4. Secretaria de Meio Ambiente *15.001.04.122.0001.2225.3.3.90.36-Manutenção da Secretaria de Meio Ambiente Outros Serviços Pessoa Física1.1.5. Desenvolvimento Econômico e Rural *13.002.20.608.0044.2170.3.3.90.39-Manutenção do Desenvolvimento Rural – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica *13.002.26.782.0044.2057.3.3.90.39-Manutenção da Rede Rodoviária Municipal Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica *13.002.08.244.0055.2177.3.3.90.39 - Manutenção da Política de Segurança Alimentar e Nutricional-SISAN - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica 1.1.6. Secretaria de Desenvolvimento Humano *10.001.04.122.0001.2179.3.3.90.39 – Manutenção dos Serviços da Secretaria de Desenvolvimento Humano – Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas. *10.001.04.122.0001.2182.3.3.90.39 – Manutenção dos Serviços Funerários e Cemitérios - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas.*10.001.08.122.0033.2056.3.3.90.39 – Manutenção dos Conselhos Municipais de Direitos - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas.*10.001.08.243.0033.2185.3.3.90.39 – Manutenção do Conselho Tutelar – Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas*10.002.08.244.0038.2111.3.3.90.39 – Manutenção do Cadastro Único e Programa Bolsa Família IGD-PBF (BLGPBF) - Outros Serviços de Terceiros*10.002.08.245.0032.2110.3.3.90.39 – Manutenção do Bloco do PSE de Alta Complexibilidade (BL PSE AC) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas *10.002.08.245.0040.2100.3.3.90.39 – Manutenção do Bloco da PSE Média Complexibilidade (BL PSE MC) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas *10.002.08.245.0046.2105.3.3.90.39 – Manutenção dos Serviços Socioassistenciais – PMAS FEAS - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas *10.002.08.245.0054.2102.3.3.90.39 – Manutenção da Proteção Social Básica (BLPSB) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas *10.006.08.241.0053.2136.3.3.90.39 – Manutenção da Política Municipal da Pessoa Idosa – PMDPI - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas 1.1.7. Não houveram alterações nas dotações das demais secretarias participantes do termo de credenciamento, permanecendo para estas, as dotações estabelecidas no instrumento contratual. **DATA: 24/08/2026**

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:572087AD

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
EXTRATO DO TERMO DE APOSTILA Nº: 001 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 24/2026. PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 67/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº: 025/2026-CREDENCIAMENTO Nº 004/2026

EXTRATO DO TERMO DE APOSTILA Nº: 001 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 24/2026.Processo Licitatório nº: 67/2026 – Inexigibilidade nº: 025/2026-Credenciamento nº 004/2026. CONTRATANTE: Município de Formiga MG.**CONTRATADO:**Hidraumac Ltda.**DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**Em virtude da aprovação da LC 279, de 06 de maio de 2026, que dispõe sobre a Estrutura Organizacional e Administração Direta do Município de Formiga, faz se necessária a alteração da dotação orçamentaria no termo de credenciamento, sendo os serviços custeados com as dotações orçamentarias especificas abaixo, não ensejando com isso alteração de valor e normas de execução: 1.1.1. Secretaria Municipal de Educação*17.001.12.122.0001.2113.3.3.90.39 - Manutenção dos Serviços de Administração, Supervisão e Orientação*17.001.12.361.0017.2117.3.3.90.39 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar Fundamental. *17.001.12.361.0021.2134.3.3.90.39 - Manutenção do Ensino Fundamental*17.001.12.362.0017.2121.3.3.90.39 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar Ensino Médio*17.001.12.365.0017.2123.3.3.90.39 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar Educação Infantil. *17.001.12.365.0021.2137.3.3.90.39 - Manutenção do Ensino Infantil – Creche*17.001.12.365.0021.2138.3.3.90.39 - Manutenção do Ensino Infantil- Pré-escola*17.002.12.361.0017.2124.3.3.90.39 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar FEB 301.1.2. Secretaria Municipal de Obras e Trânsito*05.001.04.122.0001.2053.3.3.90.39 - Manutenção dos Veículos Leves –Outros Serviços de terceiros Pessoa Jurídica; *05.001.26.782.0065.255.3.3.90.39 - Manutenção de Caminhões e Máquinas Pesadas - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.1.1.3. Secretaria Municipal de Fiscalização e Regulação Urbana *06.001.04.122.0001.2019.3.3.90.39. - Manutenção dos Serviços da Secretaria Municipal de Fiscalização e Regulação Urbana - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.1.1.4. Secretaria de Meio Ambiente *15.001.04.122.0001.2225.3.3.90.36-Manutenção da Secretaria de Meio Ambiente Outros Serviços Pessoa Física1.1.5. Desenvolvimento Econômico e Rural *13.002.20.608.0044.2170.3.3.90.39-Manutenção do Desenvolvimento Rural – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica *13.002.26.782.0044.2057.3.3.90.39-Manutenção da Rede Rodoviária Municipal Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica *13.002.08.244.0055.2177.3.3.90.39 - Manutenção da Política de Segurança Alimentar e Nutricional-SISAN - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica 1.1.6. Secretaria de Desenvolvimento Humano *10.001.04.122.0001.2179.3.3.90.39 – Manutenção dos Serviços da Secretaria de Desenvolvimento Humano – Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas. *10.001.04.122.0001.2182.3.3.90.39 – Manutenção dos Serviços Funerários e Cemitérios - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas.*10.001.08.122.0033.2056.3.3.90.39 – Manutenção dos Conselhos Municipais de Direitos - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas.*10.001.08.243.0033.2185.3.3.90.39 – Manutenção do Conselho Tutelar – Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas*10.002.08.244.0038.2111.3.3.90.39 – Manutenção do Cadastro Único e Programa Bolsa Família IGD-PBF (BLGPBF) - Outros Serviços de Terceiros*10.002.08.245.0032.2110.3.3.90.39 – Manutenção do Bloco do PSE de Alta Complexibilidade (BL PSE AC) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas *10.002.08.245.0040.2100.3.3.90.39 – Manutenção do Bloco da PSE

Média Complexibilidade (BL PSE MC) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas *10.002.08.245.0046.2105.3.3.90.39 – Manutenção dos Serviços Socioassistenciais – PMAS FEAS - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas *10.002.08.245.0054.2102.3.3.90.39 – Manutenção da Proteção Social Básica (BLPSB) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas *10.006.08.241.0053.2136.3.3.90.39 – Manutenção da Política Municipal da Pessoa Idosa – PMDPI - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas 1.1.7. Não houveram alterações nas dotações das demais secretarias participantes do termo de credenciamento, permanecendo para estas, as dotações estabelecidas no instrumento contratual. **DATA: 24/08/2026**

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:A4A60F9B

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
EXTRATO DO TERMO DE APOSTILA Nº: 001 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 25/2026. PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 67/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº: 025/2026-CREDENCIAMENTO Nº 004/2026

EXTRATO DO TERMO DE APOSTILA Nº: 001 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 25/2026.Processo Licitatório nº: 67/2026 – Inexigibilidade nº: 025/2026-Credenciamento nº 004/2026. CONTRATANTE: Município de Formiga MG.**CONTRATADO:**Torniminas Serviço de Torno e Solda Ltda Ltda.**DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**Em virtude da aprovação da LC 279, de 06 de maio de 2026, que dispõe sobre a Estrutura Organizacional e Administração Direta do Município de Formiga, faz se necessária a alteração da dotação orçamentaria no termo de credenciamento, sendo os serviços custeados com as dotações orçamentarias especificas abaixo, não ensejando com isso alteração de valor e normas de execução: 1.1.1. Secretaria Municipal de Educação*17.001.12.122.0001.2113.3.3.90.39 - Manutenção dos Serviços de Administração, Supervisão e Orientação*17.001.12.361.0017.2117.3.3.90.39 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar Fundamental. *17.001.12.361.0021.2134.3.3.90.39 - Manutenção do Ensino Fundamental*17.001.12.362.0017.2121.3.3.90.39 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar Ensino Médio*17.001.12.365.0017.2123.3.3.90.39 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar Educação Infantil. *17.001.12.365.0021.2137.3.3.90.39 - Manutenção do Ensino Infantil – Creche*17.001.12.365.0021.2138.3.3.90.39 - Manutenção do Ensino Infantil- Pré-escola*17.002.12.361.0017.2124.3.3.90.39 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar FEB 301.1.2. Secretaria Municipal de Obras e Trânsito*05.001.04.122.0001.2053.3.3.90.39 - Manutenção dos Veículos Leves –Outros Serviços de terceiros Pessoa Jurídica; *05.001.26.782.0065.255.3.3.90.39 - Manutenção de Caminhões e Máquinas Pesadas - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.1.1.3. Secretaria Municipal de Fiscalização e Regulação Urbana *06.001.04.122.0001.2019.3.3.90.39. - Manutenção dos Serviços da Secretaria Municipal de Fiscalização e Regulação Urbana - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.1.1.4. Secretaria de Meio Ambiente *15.001.04.122.0001.2225.3.3.90.36-Manutenção da Secretaria de Meio Ambiente Outros Serviços Pessoa Física1.1.5. Desenvolvimento Econômico e Rural *13.002.20.608.0044.2170.3.3.90.39-Manutenção do Desenvolvimento Rural – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica *13.002.26.782.0044.2057.3.3.90.39-Manutenção da Rede Rodoviária Municipal Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica *13.002.08.244.0055.2177.3.3.90.39 - Manutenção da Política de Segurança Alimentar e Nutricional-SISAN - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica 1.1.6. Secretaria de Desenvolvimento Humano *10.001.04.122.0001.2179.3.3.90.39 – Manutenção dos Serviços da Secretaria de Desenvolvimento Humano – Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas. *10.001.04.122.0001.2182.3.3.90.39 – Manutenção dos Serviços Funerários e Cemitérios - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas.*10.001.08.122.0033.2056.3.3.90.39 – Manutenção dos Conselhos Municipais de Direitos - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas.*10.001.08.243.0033.2185.3.3.90.39 – Manutenção do Conselho Tutelar – Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas*10.002.08.244.0038.2111.3.3.90.39 – Manutenção do Cadastro Único e Programa Bolsa Família IGD-PBF (BLGPBF) - Outros Serviços de Terceiros*10.002.08.245.0032.2110.3.3.90.39 – Manutenção do Bloco do PSE de Alta Complexibilidade (BL PSE AC) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas *10.002.08.245.0040.2100.3.3.90.39 – Manutenção do Bloco da PSE Média Complexibilidade (BL PSE MC) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas *10.002.08.245.0046.2105.3.3.90.39 – Manutenção dos Serviços Socioassistenciais – PMAS FEAS - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas *10.002.08.245.0054.2102.3.3.90.39 – Manutenção da Proteção Social Básica (BLPSB) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas *10.006.08.241.0053.2136.3.3.90.39 – Manutenção da Política Municipal da Pessoa Idosa – PMDPI - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas 1.1.7. Não houveram alterações nas dotações das demais secretarias participantes do termo de credenciamento, permanecendo para estas, as dotações estabelecidas no instrumento contratual. **DATA: 24/08/2026**

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:00289F7E

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
EXTRATO DO TERMO DE APOSTILA Nº: 001 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 26/2026. PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 67/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº: 025/2026-CREDENCIAMENTO Nº 004/2026

EXTRATO DO TERMO DE APOSTILA Nº: 001 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 26/2026.Processo Licitatório nº: 67/2026 – Inexigibilidade nº: 025/2026-Credenciamento nº 004/2026. CONTRATANTE: Município de Formiga MG.**CONTRATADO:**Jose Marcos de Oliveira Jose Marcos de Oliveira Union.**DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**Em virtude da aprovação da LC 279, de 06 de maio de 2026, que dispõe sobre a Estrutura Organizacional e Administração Direta do Município de Formiga, faz se necessária a alteração da dotação orçamentaria no termo de credenciamento, sendo os serviços custeados com as dotações orçamentarias especificas abaixo, não ensejando com isso alteração de valor e normas de execução: 1.1.1. Secretaria Municipal de Educação*17.001.12.122.0001.2113.3.3.90.39 - Manutenção dos Serviços de Administração, Supervisão e Orientação*17.001.12.361.0017.2117.3.3.90.39 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar Fundamental. *17.001.12.361.0021.2134.3.3.90.39 - Manutenção do Ensino Fundamental*17.001.12.362.0017.2121.3.3.90.39 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar Ensino Médio*17.001.12.365.0017.2123.3.3.90.39 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar Educação Infantil. *17.001.12.365.0021.2137.3.3.90.39 - Manutenção do Ensino Infantil – Creche*17.001.12.365.0021.2138.3.3.90.39 - Manutenção do Ensino Infantil- Pré-escola*17.002.12.361.0017.2124.3.3.90.39 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar FEB 301.1.2. Secretaria Municipal de Obras e Trânsito*05.001.04.122.0001.2053.3.3.90.39 - Manutenção dos Veículos Leves –Outros Serviços de terceiros Pessoa Jurídica; *05.001.26.782.0065.255.3.3.90.39 - Manutenção de Caminhões e Máquinas Pesadas - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.1.1.3. Secretaria Municipal de Fiscalização e Regulação Urbana *06.001.04.122.0001.2019.3.3.90.39. - Manutenção dos Serviços da Secretaria Municipal de Fiscalização e Regulação Urbana - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.1.1.4. Secretaria de Meio Ambiente *15.001.04.122.0001.2225.3.3.90.36-Manutenção da Secretaria de Meio Ambiente Outros Serviços Pessoa Física1.1.5. Desenvolvimento Econômico e Rural *13.002.20.608.0044.2170.3.3.90.39-Manutenção do Desenvolvimento Rural – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica *13.002.26.782.0044.2057.3.3.90.39-Manutenção da Rede Rodoviária Municipal Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica *13.002.08.244.0055.2177.3.3.90.39 - Manutenção da Política de Segurança Alimentar e Nutricional-SISAN - Outros Serviços de

Terceiros Pessoa Jurídica 1.1.6. Secretaria de Desenvolvimento Humano *10.001.04.122.0001.2179.3.3.90.39 – Manutenção dos Serviços da Secretaria de Desenvolvimento Humano – Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas. *10.001.04.122.0001.2182.3.3.90.39 – Manutenção dos Serviços Funerários e Cemitérios - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas.*10.001.08.122.0033.2056.3.3.90.39 – Manutenção dos Conselhos Municipais de Direitos - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas.*10.001.08.243.0033.2185.3.3.90.39 – Manutenção do Conselho Tutelar – Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas*10.002.08.244.0038.2111.3.3.90.39 – Manutenção do Cadastro Único e Programa Bolsa Família IGD-PBF (BLGPBF) - Outros Serviços de Terceiros*10.002.08.245.0032.2110.3.3.90.39 – Manutenção do Bloco do PSE de Alta Complexibilidade (BL PSE AC) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas *10.002.08.245.0040.2100.3.3.90.39 – Manutenção do Bloco da PSE Média Complexibilidade (BL PSE MC) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas *10.002.08.245.0046.2105.3.3.90.39 – Manutenção dos Serviços Socioassistenciais – PMAS FEAS - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas *10.002.08.245.0054.2102.3.3.90.39 – Manutenção da Proteção Social Básica (BLPSB) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas *10.006.08.241.0053.2136.3.3.90.39 – Manutenção da Política Municipal da Pessoa Idosa – PMDPI - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas 1.1.7. Não houveram alterações nas dotações das demais secretarias participantes do termo de credenciamento, permanecendo para estas, as dotações estabelecidas no instrumento contratual. **DATA: 24/08/2026**

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:3D6D678B

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
EXTRATO DO TERMO DE APOSTILA Nº: 001 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 27/2026. PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 67/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº: 025/2026-CREDENCIAMENTO Nº 004/2026

EXTRATO DO TERMO DE APOSTILA Nº: 001 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 27/2026.Processo Licitatório nº: 67/2026 – Inexigibilidade nº: 025/2026-Credenciamento nº 004/2026. CONTRATANTE: Município de Formiga MG.**CONTRATADO:**Auto Molas Moreira Ltda.**DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**Em virtude da aprovação da LC 279, de 06 de maio de 2026, que dispõe sobre a Estrutura Organizacional e Administração Direta do Município de Formiga, faz se necessária a alteração da dotação orçamentaria no termo de credenciamento, sendo os serviços custeados com as dotações orçamentarias especificas abaixo, não ensejando com isso alteração de valor e normas de execução: 1.1.1. Secretaria Municipal de Educação*17.001.12.122.0001.2113.3.3.90.39 - Manutenção dos Serviços de Administração, Supervisão e Orientação*17.001.12.361.0017.2117.3.3.90.39 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar Fundamental. *17.001.12.361.0021.2134.3.3.90.39 - Manutenção do Ensino Fundamental*17.001.12.362.0017.2121.3.3.90.39 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar Ensino Médio*17.001.12.365.0017.2123.3.3.90.39 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar Educação Infantil. *17.001.12.365.0021.2137.3.3.90.39 - Manutenção do Ensino Infantil – Creche*17.001.12.365.0021.2138.3.3.90.39 - Manutenção do Ensino Infantil- Pré-escola*17.002.12.361.0017.2124.3.3.90.39 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar FEB 301.1.2. Secretaria Municipal de Obras e Trânsito*05.001.04.122.0001.2053.3.3.90.39 - Manutenção dos Veículos Leves –Outros Serviços de terceiros Pessoa Jurídica; *05.001.26.782.0065.255.3.3.90.39 - Manutenção de Caminhões e Máquinas Pesadas - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.1.1.3. Secretaria Municipal de Fiscalização e Regulação Urbana *06.001.04.122.0001.2019.3.3.90.39. - Manutenção dos Serviços da Secretaria Municipal de Fiscalização e Regulação Urbana - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.1.1.4. Secretaria de Meio Ambiente *15.001.04.122.0001.2225.3.3.90.36-Manutenção da Secretaria de Meio Ambiente Outros Serviços Pessoa Física1.1.5. Desenvolvimento Econômico e Rural *13.002.20.608.0044.2170.3.3.90.39-Manutenção do Desenvolvimento Rural – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica *13.002.26.782.0044.2057.3.3.90.39-Manutenção da Rede Rodoviária Municipal Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica *13.002.08.244.0055.2177.3.3.90.39 - Manutenção da Política de Segurança Alimentar e Nutricional-SISAN - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica 1.1.6. Secretaria de Desenvolvimento Humano *10.001.04.122.0001.2179.3.3.90.39 – Manutenção dos Serviços da Secretaria de Desenvolvimento Humano – Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas. *10.001.04.122.0001.2182.3.3.90.39 – Manutenção dos Serviços Funerários e Cemitérios - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas.*10.001.08.122.0033.2056.3.3.90.39 – Manutenção dos Conselhos Municipais de Direitos - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas.*10.001.08.243.0033.2185.3.3.90.39 – Manutenção do Conselho Tutelar – Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas*10.002.08.244.0038.2111.3.3.90.39 – Manutenção do Cadastro Único e Programa Bolsa Família IGD-PBF (BLGPBF) - Outros Serviços de Terceiros*10.002.08.245.0032.2110.3.3.90.39 – Manutenção do Bloco do PSE de Alta Complexibilidade (BL PSE AC) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas *10.002.08.245.0040.2100.3.3.90.39 – Manutenção do Bloco da PSE Média Complexibilidade (BL PSE MC) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas *10.002.08.245.0046.2105.3.3.90.39 – Manutenção dos Serviços Socioassistenciais – PMAS FEAS - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas *10.002.08.245.0054.2102.3.3.90.39 – Manutenção da Proteção Social Básica (BLPSB) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas *10.006.08.241.0053.2136.3.3.90.39 – Manutenção da Política Municipal da Pessoa Idosa – PMDPI - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas 1.1.7. Não houveram alterações nas dotações das demais secretarias participantes do termo de credenciamento, permanecendo para estas, as dotações estabelecidas no instrumento contratual. **DATA: 24/08/2026**

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:DCEA523E

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
EXTRATO DO TERMO DE APOSTILA Nº: 001 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 28/2026. PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 67/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº: 025/2026-CREDENCIAMENTO Nº 004/2026

EXTRATO DO TERMO DE APOSTILA Nº: 001 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 28/2026.Processo Licitatório nº: 67/2026 – Inexigibilidade nº: 025/2026-Credenciamento nº 004/2026. CONTRATANTE: Município de Formiga MG.**CONTRATADO:**Tecnocar Ltda.**DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**Em virtude da aprovação da LC 279, de 06 de maio de 2026, que dispõe sobre a Estrutura Organizacional e Administração Direta do Município de Formiga, faz se necessária a alteração da dotação orçamentaria no termo de credenciamento, sendo os serviços custeados com as dotações orçamentarias especificas abaixo, não ensejando com isso alteração de valor e normas de execução: 1.1.1. Secretaria Municipal de Educação*17.001.12.122.0001.2113.3.3.90.39 - Manutenção dos Serviços de Administração, Supervisão e Orientação*17.001.12.361.0017.2117.3.3.90.39 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar Fundamental. *17.001.12.361.0021.2134.3.3.90.39 - Manutenção do Ensino Fundamental*17.001.12.362.0017.2121.3.3.90.39 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar Ensino Médio*17.001.12.365.0017.2123.3.3.90.39 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar Educação Infantil. *17.001.12.365.0021.2137.3.3.90.39 - Manutenção do Ensino Infantil – Creche*17.001.12.365.0021.2138.3.3.90.39 - Manutenção do Ensino Infantil- Pré-escola*17.002.12.361.0017.2124.3.3.90.39 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar FEB 301.1.2. Secretaria Municipal de Obras e Trânsito*05.001.04.122.0001.2053.3.3.90.39 - Manutenção dos

Veículos Leves –Outros Serviços de terceiros Pessoa Jurídica; *05.001.26.782.0065.255.3.3.90.39 - Manutenção de Caminhões e Máquinas Pesadas - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.1.1.3. Secretaria Municipal de Fiscalização e Regulação Urbana *06.001.04.122.0001.2019.3.3.90.39. - Manutenção dos Serviços da Secretaria Municipal de Fiscalização e Regulação Urbana - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.1.1.4. Secretaria de Meio Ambiente *15.001.04.122.0001.2225.3.3.90.36-Manutenção da Secretaria de Meio Ambiente Outros Serviços Pessoa Física1.1.5. Desenvolvimento Econômico e Rural *13.002.20.608.0044.2170.3.3.90.39-Manutenção do Desenvolvimento Rural – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica *13.002.26.782.0044.2057.3.3.90.39-Manutenção da Rede Rodoviária Municipal Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica *13.002.08.244.0055.2177.3.3.90.39 - Manutenção da Política de Segurança Alimentar e Nutricional-SISAN - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica 1.1.6. Secretaria de Desenvolvimento Humano *10.001.04.122.0001.2179.3.3.90.39 – Manutenção dos Serviços da Secretaria de Desenvolvimento Humano – Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas. *10.001.04.122.0001.2182.3.3.90.39 – Manutenção dos Serviços Funerários e Cemitérios - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas.*10.001.08.122.0033.2056.3.3.90.39 – Manutenção dos Conselhos Municipais de Direitos - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas.*10.001.08.243.0033.2185.3.3.90.39 – Manutenção do Conselho Tutelar – Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas*10.002.08.244.0038.2111.3.3.90.39 – Manutenção do Cadastro Único e Programa Bolsa Família IGD-PBF (BLGPBF) - Outros Serviços de Terceiros*10.002.08.245.0032.2110.3.3.90.39 – Manutenção do Bloco do PSE de Alta Complexibilidade (BL PSE AC) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas *10.002.08.245.0040.2100.3.3.90.39 – Manutenção do Bloco da PSE Média Complexibilidade (BL PSE MC) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas *10.002.08.245.0046.2105.3.3.90.39 – Manutenção dos Serviços Socioassistenciais – PMAS FEAS - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas *10.002.08.245.0054.2102.3.3.90.39 – Manutenção da Proteção Social Básica (BLPSB) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas *10.006.08.241.0053.2136.3.3.90.39 – Manutenção da Política Municipal da Pessoa Idosa – PMDPI - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas 1.1.7. Não houveram alterações nas dotações das demais secretarias participantes do termo de credenciamento, permanecendo para estas, as dotações estabelecidas no instrumento contratual. **DATA: 24/08/2026**

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:A32C9295

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
EXTRATO DO TERMO DE APOSTILA Nº: 001 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 29/2026. PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 67/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº: 025/2026-CREDENCIAMENTO Nº 004/2026

EXTRATO DO TERMO DE APOSTILA Nº: 001 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 29/2026.Processo Licitatório nº: 67/2026 – Inexigibilidade nº: 025/2026-Credenciamento nº 004/2026. CONTRATANTE: Município de Formiga MG.**CONTRATADO:**Casa das Peças Formiguense Ltda.**DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**Em virtude da aprovação da LC 279, de 06 de maio de 2026, que dispõe sobre a Estrutura Organizacional e Administração Direta do Município de Formiga, faz se necessária a alteração da dotação orçamentaria no termo de credenciamento, sendo os serviços custeados com as dotações orçamentarias especificas abaixo, não ensejando com isso alteração de valor e normas de execução: 1.1.1. Secretaria Municipal de Educação*17.001.12.122.0001.2113.3.3.90.39 - Manutenção dos Serviços de Administração, Supervisão e Orientação*17.001.12.361.0017.2117.3.3.90.39 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar Fundamental. *17.001.12.361.0021.2134.3.3.90.39 - Manutenção do Ensino Fundamental*17.001.12.362.0017.2121.3.3.90.39 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar Ensino Médio*17.001.12.365.0017.2123.3.3.90.39 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar Educação Infantil. *17.001.12.365.0021.2137.3.3.90.39 - Manutenção do Ensino Infantil – Creche*17.001.12.365.0021.2138.3.3.90.39 - Manutenção do Ensino Infantil- Pré-escola*17.002.12.361.0017.2124.3.3.90.39 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar FEB 301.1.2. Secretaria Municipal de Obras e Trânsito*05.001.04.122.0001.2053.3.3.90.39 - Manutenção dos Veículos Leves –Outros Serviços de terceiros Pessoa Jurídica; *05.001.26.782.0065.255.3.3.90.39 - Manutenção de Caminhões e Máquinas Pesadas - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.1.1.3. Secretaria Municipal de Fiscalização e Regulação Urbana *06.001.04.122.0001.2019.3.3.90.39. - Manutenção dos Serviços da Secretaria Municipal de Fiscalização e Regulação Urbana - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.1.1.4. Secretaria de Meio Ambiente *15.001.04.122.0001.2225.3.3.90.36-Manutenção da Secretaria de Meio Ambiente Outros Serviços Pessoa Física1.1.5. Desenvolvimento Econômico e Rural *13.002.20.608.0044.2170.3.3.90.39-Manutenção do Desenvolvimento Rural – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica *13.002.26.782.0044.2057.3.3.90.39-Manutenção da Rede Rodoviária Municipal Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica *13.002.08.244.0055.2177.3.3.90.39 - Manutenção da Política de Segurança Alimentar e Nutricional-SISAN - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica 1.1.6. Secretaria de Desenvolvimento Humano *10.001.04.122.0001.2179.3.3.90.39 – Manutenção dos Serviços da Secretaria de Desenvolvimento Humano – Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas. *10.001.04.122.0001.2182.3.3.90.39 – Manutenção dos Serviços Funerários e Cemitérios - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas.*10.001.08.122.0033.2056.3.3.90.39 – Manutenção dos Conselhos Municipais de Direitos - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas.*10.001.08.243.0033.2185.3.3.90.39 – Manutenção do Conselho Tutelar – Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas*10.002.08.244.0038.2111.3.3.90.39 – Manutenção do Cadastro Único e Programa Bolsa Família IGD-PBF (BLGPBF) - Outros Serviços de Terceiros*10.002.08.245.0032.2110.3.3.90.39 – Manutenção do Bloco do PSE de Alta Complexibilidade (BL PSE AC) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas *10.002.08.245.0040.2100.3.3.90.39 – Manutenção do Bloco da PSE Média Complexibilidade (BL PSE MC) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas *10.002.08.245.0046.2105.3.3.90.39 – Manutenção dos Serviços Socioassistenciais – PMAS FEAS - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas *10.002.08.245.0054.2102.3.3.90.39 – Manutenção da Proteção Social Básica (BLPSB) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas *10.006.08.241.0053.2136.3.3.90.39 – Manutenção da Política Municipal da Pessoa Idosa – PMDPI - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas 1.1.7. Não houveram alterações nas dotações das demais secretarias participantes do termo de credenciamento, permanecendo para estas, as dotações estabelecidas no instrumento contratual. **DATA: 24/08/2026**

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:BD3E5AB6

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
EXTRATO DO TERMO DE APOSTILA Nº: 001 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 30/2026. PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 67/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº: 025/2026-CREDENCIAMENTO Nº 004/2026

EXTRATO DO TERMO DE APOSTILA Nº: 001 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 30/2026.Processo Licitatório nº: 67/2026 – Inexigibilidade nº: 025/2026-Credenciamento nº 004/2026. CONTRATANTE: Município de Formiga MG.**CONTRATADO:**Vinicius Rodrigues Nunes.**DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**Em virtude da aprovação da LC 279, de 06 de maio de 2026, que dispõe sobre a Estrutura Organizacional e Administração Direta do Município de Formiga, faz se necessária a alteração da dotação orçamentaria no termo de credenciamento, sendo os serviços custeados com as dotações orçamentarias especificas abaixo, não ensejando com isso alteração de valor e normas de

execução: 1.1.1. Secretaria Municipal de Educação*17.001.12.122.0001.2113.3.3.90.39 - Manutenção dos Serviços de Administração, Supervisão e Orientação*17.001.12.361.0017.2117.3.3.90.39 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar Fundamental. *17.001.12.361.0021.2134.3.3.90.39 - Manutenção do Ensino Fundamental*17.001.12.362.0017.2121.3.3.90.39 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar Ensino Médio*17.001.12.365.0017.2123.3.3.90.39 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar Educação Infantil. *17.001.12.365.0021.2137.3.3.90.39 - Manutenção do Ensino Infantil – Creche*17.001.12.365.0021.2138.3.3.90.39 - Manutenção do Ensino Infantil- Pré-escola*17.002.12.361.0017.2124.3.3.90.39 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar FEB 301.1.2. Secretaria Municipal de Obras e Trânsito*05.001.04.122.0001.2053.3.3.90.39 - Manutenção dos Veículos Leves –Outros Serviços de terceiros Pessoa Jurídica; *05.001.26.782.0065.255.3.3.90.39 - Manutenção de Caminhões e Máquinas Pesadas - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.1.1.3. Secretaria Municipal de Fiscalização e Regulação Urbana *06.001.04.122.0001.2019.3.3.90.39. - Manutenção dos Serviços da Secretaria Municipal de Fiscalização e Regulação Urbana - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.1.1.4. Secretaria de Meio Ambiente *15.001.04.122.0001.2225.3.3.90.36-Manutenção da Secretaria de Meio Ambiente Outros Serviços Pessoa Física1.1.5. Desenvolvimento Econômico e Rural *13.002.20.608.0044.2170.3.3.90.39-Manutenção do Desenvolvimento Rural – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica *13.002.26.782.0044.2057.3.3.90.39-Manutenção da Rede Rodoviária Municipal Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica *13.002.08.244.0055.2177.3.3.90.39 - Manutenção da Política de Segurança Alimentar e Nutricional-SISAN - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica 1.1.6. Secretaria de Desenvolvimento Humano *10.001.04.122.0001.2179.3.3.90.39 – Manutenção dos Serviços da Secretaria de Desenvolvimento Humano – Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas. *10.001.04.122.0001.2182.3.3.90.39 – Manutenção dos Serviços Funerários e Cemitérios - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas.*10.001.08.122.0033.2056.3.3.90.39 – Manutenção dos Conselhos Municipais de Direitos - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas.*10.001.08.243.0033.2185.3.3.90.39 – Manutenção do Conselho Tutelar – Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas*10.002.08.244.0038.2111.3.3.90.39 – Manutenção do Cadastro Único e Programa Bolsa Família IGD-PBF (BLGPBF) - Outros Serviços de Terceiros*10.002.08.245.0032.2110.3.3.90.39 – Manutenção do Bloco do PSE de Alta Complexibilidade (BL PSE AC) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas *10.002.08.245.0040.2100.3.3.90.39 – Manutenção do Bloco da PSE Média Complexibilidade (BL PSE MC) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas *10.002.08.245.0046.2105.3.3.90.39 – Manutenção dos Serviços Socioassistenciais – PMAS FEAS - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas *10.002.08.245.0054.2102.3.3.90.39 – Manutenção da Proteção Social Básica (BLPSB) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas *10.006.08.241.0053.2136.3.3.90.39 – Manutenção da Política Municipal da Pessoa Idosa – PMDPI - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas 1.1.7. Não houveram alterações nas dotações das demais secretarias participantes do termo de credenciamento, permanecendo para estas, as dotações estabelecidas no instrumento contratual. **DATA: 24/08/2026**

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:38A998B4

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
EXTRATO DO TERMO DE APOSTILA Nº: 001 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 31/2026. PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 67/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº: 025/2026-CREDENCIAMENTO Nº 004/2026

EXTRATO DO TERMO DE APOSTILA Nº: 001 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 31/2026.Processo Licitatório nº: 67/2026 – Inexigibilidade nº: 025/2026-Credenciamento nº 004/2026. CONTRATANTE: Município de Formiga MG.**CONTRATADO:**Neandro Moises TavaresLtda.**DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**Em virtude da aprovação da LC 279, de 06 de maio de 2026, que dispõe sobre a Estrutura Organizacional e Administração Direta do Município de Formiga, faz se necessária a alteração da dotação orçamentaria no termo de credenciamento, sendo os serviços custeados com as dotações orçamentarias especificas abaixo, não ensejando com isso alteração de valor e normas de execução: 1.1.1. Secretaria Municipal de Educação*17.001.12.122.0001.2113.3.3.90.39 - Manutenção dos Serviços de Administração, Supervisão e Orientação*17.001.12.361.0017.2117.3.3.90.39 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar Fundamental. *17.001.12.361.0021.2134.3.3.90.39 - Manutenção do Ensino Fundamental*17.001.12.362.0017.2121.3.3.90.39 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar Ensino Médio*17.001.12.365.0017.2123.3.3.90.39 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar Educação Infantil. *17.001.12.365.0021.2137.3.3.90.39 - Manutenção do Ensino Infantil – Creche*17.001.12.365.0021.2138.3.3.90.39 - Manutenção do Ensino Infantil- Pré-escola*17.002.12.361.0017.2124.3.3.90.39 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar FEB 301.1.2. Secretaria Municipal de Obras e Trânsito*05.001.04.122.0001.2053.3.3.90.39 - Manutenção dos Veículos Leves –Outros Serviços de terceiros Pessoa Jurídica; *05.001.26.782.0065.255.3.3.90.39 - Manutenção de Caminhões e Máquinas Pesadas - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.1.1.3. Secretaria Municipal de Fiscalização e Regulação Urbana *06.001.04.122.0001.2019.3.3.90.39. - Manutenção dos Serviços da Secretaria Municipal de Fiscalização e Regulação Urbana - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.1.1.4. Secretaria de Meio Ambiente *15.001.04.122.0001.2225.3.3.90.36-Manutenção da Secretaria de Meio Ambiente Outros Serviços Pessoa Física1.1.5. Desenvolvimento Econômico e Rural *13.002.20.608.0044.2170.3.3.90.39-Manutenção do Desenvolvimento Rural – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica *13.002.26.782.0044.2057.3.3.90.39-Manutenção da Rede Rodoviária Municipal Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica *13.002.08.244.0055.2177.3.3.90.39 - Manutenção da Política de Segurança Alimentar e Nutricional-SISAN - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica 1.1.6. Secretaria de Desenvolvimento Humano *10.001.04.122.0001.2179.3.3.90.39 – Manutenção dos Serviços da Secretaria de Desenvolvimento Humano – Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas. *10.001.04.122.0001.2182.3.3.90.39 – Manutenção dos Serviços Funerários e Cemitérios - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas.*10.001.08.122.0033.2056.3.3.90.39 – Manutenção dos Conselhos Municipais de Direitos - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas.*10.001.08.243.0033.2185.3.3.90.39 – Manutenção do Conselho Tutelar – Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas*10.002.08.244.0038.2111.3.3.90.39 – Manutenção do Cadastro Único e Programa Bolsa Família IGD-PBF (BLGPBF) - Outros Serviços de Terceiros*10.002.08.245.0032.2110.3.3.90.39 – Manutenção do Bloco do PSE de Alta Complexibilidade (BL PSE AC) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas *10.002.08.245.0040.2100.3.3.90.39 – Manutenção do Bloco da PSE Média Complexibilidade (BL PSE MC) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas *10.002.08.245.0046.2105.3.3.90.39 – Manutenção dos Serviços Socioassistenciais – PMAS FEAS - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas *10.002.08.245.0054.2102.3.3.90.39 – Manutenção da Proteção Social Básica (BLPSB) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas *10.006.08.241.0053.2136.3.3.90.39 – Manutenção da Política Municipal da Pessoa Idosa – PMDPI - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas 1.1.7. Não houveram alterações nas dotações das demais secretarias participantes do termo de credenciamento, permanecendo para estas, as dotações estabelecidas no instrumento contratual. **DATA: 24/08/2026**

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:5A14346C

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
EXTRATO DO TERMO DE APOSTILA Nº: 001 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 32/2026. PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 67/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº: 025/2026-CREDENCIAMENTO Nº 004/2026

EXTRATO DO TERMO DE APOSTILA Nº: 001 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 32/2026.Processo Licitatório nº: 67/2026 – Inexigibilidade nº: 025/2026-Credenciamento nº 004/2026. CONTRATANTE: Município de Formiga MG.**CONTRATADO:**Favarini Motores Ltda**DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**Em virtude da aprovação da LC 279, de 06 de maio de 2026, que dispõe sobre a Estrutura Organizacional e Administração Direta do Município de Formiga, faz se necessária a alteração da dotação orçamentaria no termo de credenciamento, sendo os serviços custeados com as dotações orçamentarias especificas abaixo, não ensejando com isso alteração de valor e normas de execução: 1.1.1. Secretaria Municipal de Educação*17.001.12.122.0001.2113.3.3.90.39 - Manutenção dos Serviços de Administração, Supervisão e Orientação*17.001.12.361.0017.2117.3.3.90.39 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar Fundamental. *17.001.12.361.0021.2134.3.3.90.39 - Manutenção do Ensino Fundamental*17.001.12.362.0017.2121.3.3.90.39 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar Ensino Médio*17.001.12.365.0017.2123.3.3.90.39 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar Educação Infantil. *17.001.12.365.0021.2137.3.3.90.39 - Manutenção do Ensino Infantil – Creche*17.001.12.365.0021.2138.3.3.90.39 - Manutenção do Ensino Infantil- Pré-escola*17.002.12.361.0017.2124.3.3.90.39 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar FEB 301.1.2. Secretaria Municipal de Obras e Trânsito*05.001.04.122.0001.2053.3.3.90.39 - Manutenção dos Veículos Leves –Outros Serviços de terceiros Pessoa Jurídica; *05.001.26.782.0065.255.3.3.90.39 - Manutenção de Caminhões e Máquinas Pesadas - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.1.1.3. Secretaria Municipal de Fiscalização e Regulação Urbana *06.001.04.122.0001.2019.3.3.90.39. - Manutenção dos Serviços da Secretaria Municipal de Fiscalização e Regulação Urbana - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.1.1.4. Secretaria de Meio Ambiente *15.001.04.122.0001.2225.3.3.90.36-Manutenção da Secretaria de Meio Ambiente Outros Serviços Pessoa Física1.1.5. Desenvolvimento Econômico e Rural *13.002.20.608.0044.2170.3.3.90.39-Manutenção do Desenvolvimento Rural – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica *13.002.26.782.0044.2057.3.3.90.39-Manutenção da Rede Rodoviária Municipal Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica *13.002.08.244.0055.2177.3.3.90.39 - Manutenção da Política de Segurança Alimentar e Nutricional-SISAN - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica 1.1.6. Secretaria de Desenvolvimento Humano *10.001.04.122.0001.2179.3.3.90.39 – Manutenção dos Serviços da Secretaria de Desenvolvimento Humano – Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas. *10.001.04.122.0001.2182.3.3.90.39 – Manutenção dos Serviços Funerários e Cemitérios - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas.*10.001.08.122.0033.2056.3.3.90.39 – Manutenção dos Conselhos Municipais de Direitos - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas.*10.001.08.243.0033.2185.3.3.90.39 – Manutenção do Conselho Tutelar – Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas*10.002.08.244.0038.2111.3.3.90.39 – Manutenção do Cadastro Único e Programa Bolsa Família IGD-PBF (BLGPBF) - Outros Serviços de Terceiros*10.002.08.245.0032.2110.3.3.90.39 – Manutenção do Bloco do PSE de Alta Complexibilidade (BL PSE AC) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas *10.002.08.245.0040.2100.3.3.90.39 – Manutenção do Bloco da PSE Média Complexibilidade (BL PSE MC) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas *10.002.08.245.0046.2105.3.3.90.39 – Manutenção dos Serviços Socioassistenciais – PMAS FEAS - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas *10.002.08.245.0054.2102.3.3.90.39 – Manutenção da Proteção Social Básica (BLPSB) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas *10.006.08.241.0053.2136.3.3.90.39 – Manutenção da Política Municipal da Pessoa Idosa – PMDPI - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas 1.1.7. Não houveram alterações nas dotações das demais secretarias participantes do termo de credenciamento, permanecendo para estas, as dotações estabelecidas no instrumento contratual. **DATA: 24/08/2026**

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:E3AD819F

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
EXTRATO DO TERMO DE APOSTILA Nº: 001 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 33/2026. PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 106/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº: 025/2026-CREDENCIAMENTO Nº 005/2026

EXTRATO DO TERMO DE APOSTILA Nº: 001 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 33/2026.Processo Licitatório nº: 106/2026 – Inexigibilidade nº: 025/2026-Credenciamento nº 005/2026. CONTRATANTE: Município de Formiga MG.**CONTRATADO:**Amanda Dominciano Costa.**DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**Em virtude da aprovação da LC 279, de 06 de maio de 2026, que dispõe sobre a Estrutura Organizacional e Administração Direta do Município de Formiga, faz se necessária a alteração da dotação orçamentaria no termo de credenciamento, sendo os serviços custeados com as dotações orçamentarias especificas abaixo, não ensejando com isso alteração de valor e normas de execução: 1.1.1. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano. *10.001.04.122.0001.2179.3.3.90.36 – Manutenção dos Serviços da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física2 1.1.2. Secretaria Municipal de Educação *17.001.12.122.0001.2113.3.3.90.36 Manutenção dos Serviços de Administração, Supervisão e Orientação *17.001.12.361.0021.2.134.3.3.90.36 Manutenção do Ensino Fundamental *17.001.12.364.0024.2.157.3.3.90.36 Manutenção da Universidade Aberta do Brasil –UAB *17.001.12.365.0021.2.137.3.3.90.36 Manutenção do Ensino Infantil - Creche*17.001.12.365.0021.2.138.3.3.90.36 Manutenção do Ensino Infantil - Pré-escola *17.001.12.367.0022.2.126.3.3.90.36 Manutenção da Educação Especial *17.001.12.366.0024.2.159.3.3.90.36 Manutenção da Esc. Mun. de Línguas e Educação Múltipla *17.001.12.367.0022.2.126.3.3.90.36 Manutenção da Educação Especial *17.001.12.392.0020.2.165.3.3.90.36 Manutenção da Escola de Música – EMMELGrata.1.1.3. Secretaria Municipal de Fiscalização e Regulação Urbana *06.001.04.122.0001.2019.3.3.90.36. - Manutenção dos Serviços da Secretaria Municipal de Fiscalização e Regulação Urbana - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física. 1.1.4. Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Gestão *14.001.04.122.0001.2230.3.3.90.36 - Manutenção dos Serviços da Secr. Mun. De Planejamento, Administração e Gestão - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física 1.1.5. Secretaria Meio Ambiente *15.001.04.122.0001.2225.3.3.90.36-Manutenção da Secretaria de Meio Ambiente – Outros Serviços Pessoa Física 1.1.6. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Rural *13.001.04.122.0001.2236.3.3.90.36-Manutenção do Desenvolvimento Econômico e Rural - Outros Serviços Pessoa Física 1.1.7. Não houveram alterações nas dotações das demais secretarias participantes do termo de credenciamento, permanecendo, para estas, as dotações estabelecidas no instrumento contratual. Data 26/06/2026.

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:F684EDF6

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
EXTRATO DO TERMO DE APOSTILA Nº: 001 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 33/2026. PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 67/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº: 025/2026-CREDENCIAMENTO Nº 004/2026

EXTRATO DO TERMO DE APOSTILA Nº: 001 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 33/2026.Processo Licitatório nº: 67/2026 – Inexigibilidade nº: 025/2026-Credenciamento nº

004/2026. CONTRATANTE: Município de Formiga MG.**CONTRATADO:**Recuperadora de Autos Pinheiro Ltda.**DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**Em virtude da aprovação da LC 279, de 06 de maio de 2026, que dispõe sobre a Estrutura Organizacional e Administração Direta do Município de Formiga, faz se necessária a alteração da dotação orçamentaria no termo de credenciamento, sendo os serviços custeados com as dotações orçamentarias especificas abaixo, não ensejando com isso alteração de valor e normas de execução: 1.1.1. Secretaria Municipal de Educação*17.001.12.122.0001.2113.3.3.90.39 - Manutenção dos Serviços de Administração, Supervisão e Orientação*17.001.12.361.0017.2117.3.3.90.39 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar Fundamental. *17.001.12.361.0021.2134.3.3.90.39 - Manutenção do Ensino Fundamental*17.001.12.362.0017.2121.3.3.90.39 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar Ensino Médio*17.001.12.365.0017.2123.3.3.90.39 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar Educação Infantil. *17.001.12.365.0021.2137.3.3.90.39 - Manutenção do Ensino Infantil – Creche*17.001.12.365.0021.2138.3.3.90.39 - Manutenção do Ensino Infantil- Pré-escola*17.002.12.361.0017.2124.3.3.90.39 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar FEB 301.1.2. Secretaria Municipal de Obras e Trânsito*05.001.04.122.0001.2053.3.3.90.39 - Manutenção dos Veículos Leves –Outros Serviços de terceiros Pessoa Jurídica; *05.001.26.782.0065.255.3.3.90.39 - Manutenção de Caminhões e Máquinas Pesadas - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.1.1.3. Secretaria Municipal de Fiscalização e Regulação Urbana *06.001.04.122.0001.2019.3.3.90.39. - Manutenção dos Serviços da Secretaria Municipal de Fiscalização e Regulação Urbana - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.1.1.4. Secretaria de Meio Ambiente *15.001.04.122.0001.2225.3.3.90.36-Manutenção da Secretaria de Meio Ambiente Outros Serviços Pessoa Física1.1.5. Desenvolvimento Econômico e Rural *13.002.20.608.0044.2170.3.3.90.39-Manutenção do Desenvolvimento Rural – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica *13.002.26.782.0044.2057.3.3.90.39-Manutenção da Rede Rodoviária Municipal Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica *13.002.08.244.0055.2177.3.3.90.39 - Manutenção da Política de Segurança Alimentar e Nutricional-SISAN - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica 1.1.6. Secretaria de Desenvolvimento Humano *10.001.04.122.0001.2179.3.3.90.39 – Manutenção dos Serviços da Secretaria de Desenvolvimento Humano – Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas. *10.001.04.122.0001.2182.3.3.90.39 – Manutenção dos Serviços Funerários e Cemitérios - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas.*10.001.08.122.0033.2056.3.3.90.39 – Manutenção dos Conselhos Municipais de Direitos - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas.*10.001.08.243.0033.2185.3.3.90.39 – Manutenção do Conselho Tutelar – Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas*10.002.08.244.0038.2111.3.3.90.39 – Manutenção do Cadastro Único e Programa Bolsa Família IGD-PBF (BLGPBF) - Outros Serviços de Terceiros*10.002.08.245.0032.2110.3.3.90.39 – Manutenção do Bloco do PSE de Alta Complexibilidade (BL PSE AC) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas *10.002.08.245.0040.2100.3.3.90.39 – Manutenção do Bloco da PSE Média Complexibilidade (BL PSE MC) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas *10.002.08.245.0046.2105.3.3.90.39 – Manutenção dos Serviços Socioassistenciais – PMAS FEAS - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas *10.002.08.245.0054.2102.3.3.90.39 – Manutenção da Proteção Social Básica (BLPSB) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas *10.006.08.241.0053.2136.3.3.90.39 – Manutenção da Política Municipal da Pessoa Idosa – PMDPI - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas 1.1.7. Não houveram alterações nas dotações das demais secretarias participantes do termo de credenciamento, permanecendo para estas, as dotações estabelecidas no instrumento contratual. **DATA: 24/08/2026**

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:02FB2468

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES

EXTRATO DO TERMO DE APOSTILA Nº: 001 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 36/2026. PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 67/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº: 025/2026-CREDENCIAMENTO Nº 004/2026

EXTRATO DO TERMO DE APOSTILA Nº: 001 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 36/2026.Processo Licitatório nº: 67/2026 – Inexigibilidade nº: 025/2026-Credenciamento nº 004/2026. CONTRATANTE: Município de Formiga MG.**CONTRATADO:**LL Maquinas Serviços Equipamentos e Peças Ltda.**DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**Em virtude da aprovação da LC 279, de 06 de maio de 2026, que dispõe sobre a Estrutura Organizacional e Administração Direta do Município de Formiga, faz se necessária a alteração da dotação orçamentaria no termo de credenciamento, sendo os serviços custeados com as dotações orçamentarias especificas abaixo, não ensejando com isso alteração de valor e normas de execução: 1.1.1. Secretaria Municipal de Educação*17.001.12.122.0001.2113.3.3.90.39 - Manutenção dos Serviços de Administração, Supervisão e Orientação*17.001.12.361.0017.2117.3.3.90.39 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar Fundamental. *17.001.12.361.0021.2134.3.3.90.39 - Manutenção do Ensino Fundamental*17.001.12.362.0017.2121.3.3.90.39 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar Ensino Médio*17.001.12.365.0017.2123.3.3.90.39 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar Educação Infantil. *17.001.12.365.0021.2137.3.3.90.39 - Manutenção do Ensino Infantil – Creche*17.001.12.365.0021.2138.3.3.90.39 - Manutenção do Ensino Infantil- Pré-escola*17.002.12.361.0017.2124.3.3.90.39 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar FEB 301.1.2. Secretaria Municipal de Obras e Trânsito*05.001.04.122.0001.2053.3.3.90.39 - Manutenção dos Veículos Leves –Outros Serviços de terceiros Pessoa Jurídica; *05.001.26.782.0065.255.3.3.90.39 - Manutenção de Caminhões e Máquinas Pesadas - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.1.1.3. Secretaria Municipal de Fiscalização e Regulação Urbana *06.001.04.122.0001.2019.3.3.90.39. - Manutenção dos Serviços da Secretaria Municipal de Fiscalização e Regulação Urbana - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.1.1.4. Secretaria de Meio Ambiente *15.001.04.122.0001.2225.3.3.90.36-Manutenção da Secretaria de Meio Ambiente Outros Serviços Pessoa Física1.1.5. Desenvolvimento Econômico e Rural *13.002.20.608.0044.2170.3.3.90.39-Manutenção do Desenvolvimento Rural – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica *13.002.26.782.0044.2057.3.3.90.39-Manutenção da Rede Rodoviária Municipal Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica *13.002.08.244.0055.2177.3.3.90.39 - Manutenção da Política de Segurança Alimentar e Nutricional-SISAN - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica 1.1.6. Secretaria de Desenvolvimento Humano *10.001.04.122.0001.2179.3.3.90.39 – Manutenção dos Serviços da Secretaria de Desenvolvimento Humano – Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas. *10.001.04.122.0001.2182.3.3.90.39 – Manutenção dos Serviços Funerários e Cemitérios - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas.*10.001.08.122.0033.2056.3.3.90.39 – Manutenção dos Conselhos Municipais de Direitos - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas.*10.001.08.243.0033.2185.3.3.90.39 – Manutenção do Conselho Tutelar – Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas*10.002.08.244.0038.2111.3.3.90.39 – Manutenção do Cadastro Único e Programa Bolsa Família IGD-PBF (BLGPBF) - Outros Serviços de Terceiros*10.002.08.245.0032.2110.3.3.90.39 – Manutenção do Bloco do PSE de Alta Complexibilidade (BL PSE AC) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas *10.002.08.245.0040.2100.3.3.90.39 – Manutenção do Bloco da PSE Média Complexibilidade (BL PSE MC) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas *10.002.08.245.0046.2105.3.3.90.39 – Manutenção dos Serviços Socioassistenciais – PMAS FEAS - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas *10.002.08.245.0054.2102.3.3.90.39 – Manutenção da Proteção Social Básica (BLPSB) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas *10.006.08.241.0053.2136.3.3.90.39 – Manutenção da Política Municipal da Pessoa Idosa – PMDPI - Outros Serviços de

Terceiros – Pessoas Jurídicas 1.1.7. Não houveram alterações nas dotações das demais secretarias participantes do termo de credenciamento, permanecendo para estas, as dotações estabelecidas no instrumento contratual. **DATA: 24/08/2026**

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:0BF5B051

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
EXTRATO DO TERMO DE APOSTILA Nº: 001 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 37/2026. PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 67/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº: 025/2026-CREDENCIAMENTO Nº 004/2026

EXTRATO DO TERMO DE APOSTILA Nº: 001 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 37/2026.Processo Licitatório nº: 67/2026 – Inexigibilidade nº: 025/2026-Credenciamento nº 004/2026. CONTRATANTE: Município de Formiga MG.**CONTRATADO:**Cleisson Vieira Campos .**DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**Em virtude da aprovação da LC 279, de 06 de maio de 2026, que dispõe sobre a Estrutura Organizacional e Administração Direta do Município de Formiga, faz se necessária a alteração da dotação orçamentaria no termo de credenciamento, sendo os serviços custeados com as dotações orçamentarias especificas abaixo, não ensejando com isso alteração de valor e normas de execução: 1.1.1. Secretaria Municipal de Educação*17.001.12.122.0001.2113.3.3.90.39 - Manutenção dos Serviços de Administração, Supervisão e Orientação*17.001.12.361.0017.2117.3.3.90.39 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar Fundamental. *17.001.12.361.0021.2134.3.3.90.39 - Manutenção do Ensino Fundamental*17.001.12.362.0017.2121.3.3.90.39 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar Ensino Médio*17.001.12.365.0017.2123.3.3.90.39 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar Educação Infantil. *17.001.12.365.0021.2137.3.3.90.39 - Manutenção do Ensino Infantil – Creche*17.001.12.365.0021.2138.3.3.90.39 - Manutenção do Ensino Infantil- Pré-escola*17.002.12.361.0017.2124.3.3.90.39 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar FEB 301.1.2. Secretaria Municipal de Obras e Trânsito*05.001.04.122.0001.2053.3.3.90.39 - Manutenção dos Veículos Leves –Outros Serviços de terceiros Pessoa Jurídica; *05.001.26.782.0065.255.3.3.90.39 - Manutenção de Caminhões e Máquinas Pesadas - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.1.1.3. Secretaria Municipal de Fiscalização e Regulação Urbana *06.001.04.122.0001.2019.3.3.90.39. - Manutenção dos Serviços da Secretaria Municipal de Fiscalização e Regulação Urbana - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.1.1.4. Secretaria de Meio Ambiente *15.001.04.122.0001.2225.3.3.90.36-Manutenção da Secretaria de Meio Ambiente Outros Serviços Pessoa Física1.1.5. Desenvolvimento Econômico e Rural *13.002.20.608.0044.2170.3.3.90.39-Manutenção do Desenvolvimento Rural – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica *13.002.26.782.0044.2057.3.3.90.39-Manutenção da Rede Rodoviária Municipal Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica *13.002.08.244.0055.2177.3.3.90.39 - Manutenção da Política de Segurança Alimentar e Nutricional-SISAN - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica 1.1.6. Secretaria de Desenvolvimento Humano *10.001.04.122.0001.2179.3.3.90.39 – Manutenção dos Serviços da Secretaria de Desenvolvimento Humano – Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas. *10.001.04.122.0001.2182.3.3.90.39 – Manutenção dos Serviços Funerários e Cemitérios - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas.*10.001.08.122.0033.2056.3.3.90.39 – Manutenção dos Conselhos Municipais de Direitos - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas.*10.001.08.243.0033.2185.3.3.90.39 – Manutenção do Conselho Tutelar – Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas*10.002.08.244.0038.2111.3.3.90.39 – Manutenção do Cadastro Único e Programa Bolsa Família IGD-PBF (BLGPBF) - Outros Serviços de Terceiros*10.002.08.245.0032.2110.3.3.90.39 – Manutenção do Bloco do PSE de Alta Complexibilidade (BL PSE AC) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas *10.002.08.245.0040.2100.3.3.90.39 – Manutenção do Bloco da PSE Média Complexibilidade (BL PSE MC) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas *10.002.08.245.0046.2105.3.3.90.39 – Manutenção dos Serviços Socioassistenciais – PMAS FEAS - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas *10.002.08.245.0054.2102.3.3.90.39 – Manutenção da Proteção Social Básica (BLPSB) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas *10.006.08.241.0053.2136.3.3.90.39 – Manutenção da Política Municipal da Pessoa Idosa – PMDPI - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas 1.1.7. Não houveram alterações nas dotações das demais secretarias participantes do termo de credenciamento, permanecendo para estas, as dotações estabelecidas no instrumento contratual. **DATA: 24/08/2026**

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:3C8B06A0

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
EXTRATO DO TERMO DE APOSTILA Nº: 001 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 38/2026. PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 67/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº: 025/2026-CREDENCIAMENTO Nº 004/2026

EXTRATO DO TERMO DE APOSTILA Nº: 001 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 38/2026.Processo Licitatório nº: 67/2026 – Inexigibilidade nº: 025/2026-Credenciamento nº 004/2026. CONTRATANTE: Município de Formiga MG.**CONTRATADO:**Graziely Siva Souza. **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**Em virtude da aprovação da LC 279, de 06 de maio de 2026, que dispõe sobre a Estrutura Organizacional e Administração Direta do Município de Formiga, faz se necessária a alteração da dotação orçamentaria no termo de credenciamento, sendo os serviços custeados com as dotações orçamentarias especificas abaixo, não ensejando com isso alteração de valor e normas de execução: 1.1.1. Secretaria Municipal de Educação*17.001.12.122.0001.2113.3.3.90.39 - Manutenção dos Serviços de Administração, Supervisão e Orientação*17.001.12.361.0017.2117.3.3.90.39 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar Fundamental. *17.001.12.361.0021.2134.3.3.90.39 - Manutenção do Ensino Fundamental*17.001.12.362.0017.2121.3.3.90.39 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar Ensino Médio*17.001.12.365.0017.2123.3.3.90.39 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar Educação Infantil. *17.001.12.365.0021.2137.3.3.90.39 - Manutenção do Ensino Infantil – Creche*17.001.12.365.0021.2138.3.3.90.39 - Manutenção do Ensino Infantil- Pré-escola*17.002.12.361.0017.2124.3.3.90.39 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar FEB 301.1.2. Secretaria Municipal de Obras e Trânsito*05.001.04.122.0001.2053.3.3.90.39 - Manutenção dos Veículos Leves –Outros Serviços de terceiros Pessoa Jurídica; *05.001.26.782.0065.255.3.3.90.39 - Manutenção de Caminhões e Máquinas Pesadas - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.1.1.3. Secretaria Municipal de Fiscalização e Regulação Urbana *06.001.04.122.0001.2019.3.3.90.39. - Manutenção dos Serviços da Secretaria Municipal de Fiscalização e Regulação Urbana - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.1.1.4. Secretaria de Meio Ambiente *15.001.04.122.0001.2225.3.3.90.36-Manutenção da Secretaria de Meio Ambiente Outros Serviços Pessoa Física1.1.5. Desenvolvimento Econômico e Rural *13.002.20.608.0044.2170.3.3.90.39-Manutenção do Desenvolvimento Rural – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica *13.002.26.782.0044.2057.3.3.90.39-Manutenção da Rede Rodoviária Municipal Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica *13.002.08.244.0055.2177.3.3.90.39 - Manutenção da Política de Segurança Alimentar e Nutricional-SISAN - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica 1.1.6. Secretaria de Desenvolvimento Humano *10.001.04.122.0001.2179.3.3.90.39 – Manutenção dos Serviços da Secretaria de Desenvolvimento Humano – Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas. *10.001.04.122.0001.2182.3.3.90.39 – Manutenção dos Serviços Funerários e Cemitérios - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas.*10.001.08.122.0033.2056.3.3.90.39 – Manutenção dos Conselhos Municipais de Direitos - Outros Serviços de Terceiros –

Pessoas Jurídicas.*10.001.08.243.0033.2185.3.3.90.39 – Manutenção do Conselho Tutelar – Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas*10.002.08.244.0038.2111.3.3.90.39 – Manutenção do Cadastro Único e Programa Bolsa Família IGD-PBF (BLGPBF) - Outros Serviços de Terceiros*10.002.08.245.0032.2110.3.3.90.39 – Manutenção do Bloco do PSE de Alta Complexibilidade (BL PSE AC) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas *10.002.08.245.0040.2100.3.3.90.39 – Manutenção do Bloco da PSE Média Complexibilidade (BL PSE MC) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas *10.002.08.245.0046.2105.3.3.90.39 – Manutenção dos Serviços Socioassistenciais – PMAS FEAS - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas *10.002.08.245.0054.2102.3.3.90.39 – Manutenção da Proteção Social Básica (BLPSB) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas *10.006.08.241.0053.2136.3.3.90.39 – Manutenção da Política Municipal da Pessoa Idosa – PMDPI - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas 1.1.7. Não houveram alterações nas dotações das demais secretarias participantes do termo de credenciamento, permanecendo para estas, as dotações estabelecidas no instrumento contratual. **DATA: 24/08/2026**

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:81B0837F

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
EXTRATO DO TERMO DE APOSTILA Nº: 001 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 44/2026. PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 67/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº: 025/2026-CREDENCIAMENTO Nº 004/2026

EXTRATO DO TERMO DE APOSTILA Nº: 001 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 44/2026.Processo Licitatório nº: 67/2026 – Inexigibilidade nº: 025/2026-Credenciamento nº 004/2026. CONTRATANTE: Município de Formiga MG.**CONTRATADO:**KS Radiadores Ltda. **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**Em virtude da aprovação da LC 279, de 06 de maio de 2026, que dispõe sobre a Estrutura Organizacional e Administração Direta do Município de Formiga, faz se necessária a alteração da dotação orçamentaria no termo de credenciamento, sendo os serviços custeados com as dotações orçamentarias especificas abaixo, não ensejando com isso alteração de valor e normas de execução: 1.1.1. Secretaria Municipal de Educação*17.001.12.122.0001.2113.3.3.90.39 - Manutenção dos Serviços de Administração, Supervisão e Orientação*17.001.12.361.0017.2117.3.3.90.39 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar Fundamental. *17.001.12.361.0021.2134.3.3.90.39 - Manutenção do Ensino Fundamental*17.001.12.362.0017.2121.3.3.90.39 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar Ensino Médio*17.001.12.365.0017.2123.3.3.90.39 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar Educação Infantil. *17.001.12.365.0021.2137.3.3.90.39 - Manutenção do Ensino Infantil – Creche*17.001.12.365.0021.2138.3.3.90.39 - Manutenção do Ensino Infantil- Pré-escola*17.002.12.361.0017.2124.3.3.90.39 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar FEB 301.1.2. Secretaria Municipal de Obras e Trânsito*05.001.04.122.0001.2053.3.3.90.39 - Manutenção dos Veículos Leves –Outros Serviços de terceiros Pessoa Jurídica; *05.001.26.782.0065.255.3.3.90.39 - Manutenção de Caminhões e Máquinas Pesadas - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.1.1.3. Secretaria Municipal de Fiscalização e Regulação Urbana *06.001.04.122.0001.2019.3.3.90.39. - Manutenção dos Serviços da Secretaria Municipal de Fiscalização e Regulação Urbana - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.1.1.4. Secretaria de Meio Ambiente *15.001.04.122.0001.2225.3.3.90.36-Manutenção da Secretaria de Meio Ambiente Outros Serviços Pessoa Física1.1.5. Desenvolvimento Econômico e Rural *13.002.20.608.0044.2170.3.3.90.39-Manutenção do Desenvolvimento Rural – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica *13.002.26.782.0044.2057.3.3.90.39-Manutenção da Rede Rodoviária Municipal Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica *13.002.08.244.0055.2177.3.3.90.39 - Manutenção da Política de Segurança Alimentar e Nutricional-SISAN - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica 1.1.6. Secretaria de Desenvolvimento Humano *10.001.04.122.0001.2179.3.3.90.39 – Manutenção dos Serviços da Secretaria de Desenvolvimento Humano – Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas. *10.001.04.122.0001.2182.3.3.90.39 – Manutenção dos Serviços Funerários e Cemitérios - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas.*10.001.08.122.0033.2056.3.3.90.39 – Manutenção dos Conselhos Municipais de Direitos - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas.*10.001.08.243.0033.2185.3.3.90.39 – Manutenção do Conselho Tutelar – Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas*10.002.08.244.0038.2111.3.3.90.39 – Manutenção do Cadastro Único e Programa Bolsa Família IGD-PBF (BLGPBF) - Outros Serviços de Terceiros*10.002.08.245.0032.2110.3.3.90.39 – Manutenção do Bloco do PSE de Alta Complexibilidade (BL PSE AC) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas *10.002.08.245.0040.2100.3.3.90.39 – Manutenção do Bloco da PSE Média Complexibilidade (BL PSE MC) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas *10.002.08.245.0046.2105.3.3.90.39 – Manutenção dos Serviços Socioassistenciais – PMAS FEAS - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas *10.002.08.245.0054.2102.3.3.90.39 – Manutenção da Proteção Social Básica (BLPSB) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas *10.006.08.241.0053.2136.3.3.90.39 – Manutenção da Política Municipal da Pessoa Idosa – PMDPI - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas 1.1.7. Não houveram alterações nas dotações das demais secretarias participantes do termo de credenciamento, permanecendo para estas, as dotações estabelecidas no instrumento contratual. **DATA: 24/08/2026**

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:B9505812

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
EXTRATO DO TERMO DE APOSTILA Nº: 001 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 44/2026. PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 67/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº: 025/2026-CREDENCIAMENTO Nº 004/2026

EXTRATO DO TERMO DE APOSTILA Nº: 001 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 44/2026.Processo Licitatório nº: 67/2026 – Inexigibilidade nº: 025/2026-Credenciamento nº 004/2026. CONTRATANTE: Município de Formiga MG.**CONTRATADO:**KS Radiadores Ltda.**DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**Em virtude da aprovação da LC 279, de 06 de maio de 2026, que dispõe sobre a Estrutura Organizacional e Administração Direta do Município de Formiga, faz se necessária a alteração da dotação orçamentaria no termo de credenciamento, sendo os serviços custeados com as dotações orçamentarias especificas abaixo, não ensejando com isso alteração de valor e normas de execução: 1.1.1. Secretaria Municipal de Educação*17.001.12.122.0001.2113.3.3.90.39 - Manutenção dos Serviços de Administração, Supervisão e Orientação*17.001.12.361.0017.2117.3.3.90.39 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar Fundamental. *17.001.12.361.0021.2134.3.3.90.39 - Manutenção do Ensino Fundamental*17.001.12.362.0017.2121.3.3.90.39 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar Ensino Médio*17.001.12.365.0017.2123.3.3.90.39 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar Educação Infantil. *17.001.12.365.0021.2137.3.3.90.39 - Manutenção do Ensino Infantil – Creche*17.001.12.365.0021.2138.3.3.90.39 - Manutenção do Ensino Infantil- Pré-escola*17.002.12.361.0017.2124.3.3.90.39 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar FEB 301.1.2. Secretaria Municipal de Obras e Trânsito*05.001.04.122.0001.2053.3.3.90.39 - Manutenção dos Veículos Leves –Outros Serviços de terceiros Pessoa Jurídica; *05.001.26.782.0065.255.3.3.90.39 - Manutenção de Caminhões e Máquinas Pesadas - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.1.1.3. Secretaria Municipal de Fiscalização e Regulação Urbana *06.001.04.122.0001.2019.3.3.90.39. - Manutenção dos Serviços da Secretaria Municipal de Fiscalização e Regulação Urbana - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.1.1.4. Secretaria de

Meio Ambiente *15.001.04.122.0001.2225.3.3.90.36-Manutenção da Secretaria de Meio Ambiente Outros Serviços Pessoa Física1.1.5. Desenvolvimento Econômico e Rural *13.002.20.608.0044.2170.3.3.90.39-Manutenção do Desenvolvimento Rural – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica *13.002.26.782.0044.2057.3.3.90.39-Manutenção da Rede Rodoviária Municipal Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica *13.002.08.244.0055.2177.3.3.90.39 - Manutenção da Política de Segurança Alimentar e Nutricional-SISAN - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica 1.1.6. Secretaria de Desenvolvimento Humano *10.001.04.122.0001.2179.3.3.90.39 – Manutenção dos Serviços da Secretaria de Desenvolvimento Humano – Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas. *10.001.04.122.0001.2182.3.3.90.39 – Manutenção dos Serviços Funerários e Cemitérios - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas.*10.001.08.122.0033.2056.3.3.90.39 – Manutenção dos Conselhos Municipais de Direitos - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas.*10.001.08.243.0033.2185.3.3.90.39 – Manutenção do Conselho Tutelar – Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas*10.002.08.244.0038.2111.3.3.90.39 – Manutenção do Cadastro Único e Programa Bolsa Família IGD-PBF (BLGPBF) - Outros Serviços de Terceiros*10.002.08.245.0032.2110.3.3.90.39 – Manutenção do Bloco do PSE de Alta Complexibilidade (BL PSE AC) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas *10.002.08.245.0040.2100.3.3.90.39 – Manutenção do Bloco da PSE Média Complexibilidade (BL PSE MC) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas *10.002.08.245.0046.2105.3.3.90.39 – Manutenção dos Serviços Socioassistenciais – PMAS FEAS - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas *10.002.08.245.0054.2102.3.3.90.39 – Manutenção da Proteção Social Básica (BLPSB) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas *10.006.08.241.0053.2136.3.3.90.39 – Manutenção da Política Municipal da Pessoa Idosa – PMDPI - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas 1.1.7. Não houveram alterações nas dotações das demais secretarias participantes do termo de credenciamento, permanecendo para estas, as dotações estabelecidas no instrumento contratual. **DATA: 24/08/2026**

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:F00D2BC7

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
EXTRATO DO TERMO DE APOSTILA Nº: 001 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 44/2026. PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 67/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº: 025/2026-CREDENCIAMENTO Nº 004/2026

EXTRATO DO TERMO DE APOSTILA Nº: 001 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 44/2026.Processo Licitatório nº: 67/2026 – Inexigibilidade nº: 025/2026-Credenciamento nº 004/2026. CONTRATANTE: Município de Formiga MG.**CONTRATADO:**505 Peças e Serviços Ltda. **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**Em virtude da aprovação da LC 279, de 06 de maio de 2026, que dispõe sobre a Estrutura Organizacional e Administração Direta do Município de Formiga, faz se necessária a alteração da dotação orçamentaria no termo de credenciamento, sendo os serviços custeados com as dotações orçamentarias especificas abaixo, não ensejando com isso alteração de valor e normas de execução: 1.1.1. Secretaria Municipal de Educação*17.001.12.122.0001.2113.3.3.90.39 - Manutenção dos Serviços de Administração, Supervisão e Orientação*17.001.12.361.0017.2117.3.3.90.39 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar Fundamental. *17.001.12.361.0021.2134.3.3.90.39 - Manutenção do Ensino Fundamental*17.001.12.362.0017.2121.3.3.90.39 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar Ensino Médio*17.001.12.365.0017.2123.3.3.90.39 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar Educação Infantil. *17.001.12.365.0021.2137.3.3.90.39 - Manutenção do Ensino Infantil – Creche*17.001.12.365.0021.2138.3.3.90.39 - Manutenção do Ensino Infantil- Pré-escola*17.002.12.361.0017.2124.3.3.90.39 - Manutenção do Serviço de Transporte Escolar FEB 301.1.2. Secretaria Municipal de Obras e Trânsito*05.001.04.122.0001.2053.3.3.90.39 - Manutenção dos Veículos Leves –Outros Serviços de terceiros Pessoa Jurídica; *05.001.26.782.0065.255.3.3.90.39 - Manutenção de Caminhões e Máquinas Pesadas - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.1.1.3. Secretaria Municipal de Fiscalização e Regulação Urbana *06.001.04.122.0001.2019.3.3.90.39. - Manutenção dos Serviços da Secretaria Municipal de Fiscalização e Regulação Urbana - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.1.1.4. Secretaria de Meio Ambiente *15.001.04.122.0001.2225.3.3.90.36-Manutenção da Secretaria de Meio Ambiente Outros Serviços Pessoa Física1.1.5. Desenvolvimento Econômico e Rural *13.002.20.608.0044.2170.3.3.90.39-Manutenção do Desenvolvimento Rural – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica *13.002.26.782.0044.2057.3.3.90.39-Manutenção da Rede Rodoviária Municipal Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica *13.002.08.244.0055.2177.3.3.90.39 - Manutenção da Política de Segurança Alimentar e Nutricional-SISAN - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica 1.1.6. Secretaria de Desenvolvimento Humano *10.001.04.122.0001.2179.3.3.90.39 – Manutenção dos Serviços da Secretaria de Desenvolvimento Humano – Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas. *10.001.04.122.0001.2182.3.3.90.39 – Manutenção dos Serviços Funerários e Cemitérios - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas.*10.001.08.122.0033.2056.3.3.90.39 – Manutenção dos Conselhos Municipais de Direitos - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas.*10.001.08.243.0033.2185.3.3.90.39 – Manutenção do Conselho Tutelar – Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas*10.002.08.244.0038.2111.3.3.90.39 – Manutenção do Cadastro Único e Programa Bolsa Família IGD-PBF (BLGPBF) - Outros Serviços de Terceiros*10.002.08.245.0032.2110.3.3.90.39 – Manutenção do Bloco do PSE de Alta Complexibilidade (BL PSE AC) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas *10.002.08.245.0040.2100.3.3.90.39 – Manutenção do Bloco da PSE Média Complexibilidade (BL PSE MC) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas *10.002.08.245.0046.2105.3.3.90.39 – Manutenção dos Serviços Socioassistenciais – PMAS FEAS - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas *10.002.08.245.0054.2102.3.3.90.39 – Manutenção da Proteção Social Básica (BLPSB) - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas *10.006.08.241.0053.2136.3.3.90.39 – Manutenção da Política Municipal da Pessoa Idosa – PMDPI - Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas 1.1.7. Não houveram alterações nas dotações das demais secretarias participantes do termo de credenciamento, permanecendo para estas, as dotações estabelecidas no instrumento contratual. **DATA: 24/08/2026**

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:F6DD3E9E

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
EXTRATO - INEXIGIBILIDADE Nº 052/2026, PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 190/2026

HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE - HOMOLOGO a Inexigibilidade nº 052/2026, Processo Licitatório nº. 190/2026, em favor de: **DICO PARTICIPAÇÃO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, CNPJ-07.253.194/0001-86,** cujo objeto é a locação de um imóvel, situado na Rua Floriano Peixoto, nº 121 – centro – Formiga – MG, com área de 101,13m², devidamente matriculado junto ao Cartório de Registro de Imóveis de Formiga/MG, sob o nº45349, destinada à instalação, funcionamento e utilização pelos serviços que compõem a Rede de Atenção Especializada da Secretaria Municipal de Saúde. O valor total da referida Inexigibilidade será de **R$210.000,00(duzentos e dez mil reais**), pelo período de 60(sessenta) meses, sendo **R$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais**), mensais, conforme solicitação feita pela Secretaria Municipal de Saúde.

Formiga (MG), 26 de agosto de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:D7A58304

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 194/2026, INEXIGIBILIDADE Nº. 053/2026

HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE - HOMOLOGO o Processo Licitatório nº. 194/2026, Inexigibilidade nº. 053/2026, em favor de: **MARCOS BELO ROCHA** - CNPJ nº. 54.137.194/0001-09, com sede de suas atividades na Av. Geraldo Almeida - nº 835 - bairro Vargem Grande – Formiga-MG - CEP – 35.573-070, cujo objeto é a contratação de empresa responsável pela apresentação do cantor João Marcos Sertanejo, para 01(um) show musical, no estilo "sertanejo", a ser realizado no "Festival Gastronômico de Cunhas", a ser a realizado no dia 05 de setembro de 2026, no Munícipio de Formiga -MG. O valor total da referida contratação é de R$1.600,00 (um mil e seiscentos reais),conforme solicitação feita pela Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte.

Formiga (MG), 26 de agosto de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES.–
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:8F9A8B80

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
XTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 070/2026 – FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE FORMIGA/MG E A IRMANDADE DOS CONGADEIROS DA COMUNIDADE NOSSA SENHORA APARECIDA

EXTRATO DO<u>TERMO DE COLABORAÇÃONº 070/2026</u>– <u>FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE FORMIGA/MG E AIRMANDADE DOS CONGADEIROS DA COMUNIDADE NOSSA SENHORA APARECIDA</u>.<u>Objeto</u>:concessão de repasse financeiro para viabilizar a contratação de transporte para garantir a participação dos Grupos de Congadeiros provenientes das cidades de Passos, Santana do Jacaré, Perdões, Carmo da Mata, Campanha, Bom Despacho, Divinópolis e Abaeté na Festa da Irmandade, que será realizada nos dias 12 e 13 de setembro de 2026, conforme detalhado no Plano de Trabalho e Autorizado pela Lei Municipal nº 6.538, de 19/03/2026.<u>Dotação</u>:16.001.13.392.0000.0085.3.3.50.43 – Subvenções Sociais.<u>Valor</u>:R$ 27.000,00.<u>Vigência</u>: 26/08/2026 a 31/12/2026.<u>Data da Assinatura</u>: 26/08/2026.

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:BB672F9C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE FORMOSO

MUNICÍPIO DE FORMOSO MG
ERRATA DO EXTRATO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 121/2026

A Prefeitura de Formoso/MG, torna público para conhecimento dos interessados, a ERRATA referente ao EXTRATO DE TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO ADIMINTRATIVO 121/2026, PREGÃO PRESENCIAL 07/2026, que se refere: Formação de registro de preços para futura e eventual aquisição de recargas de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), vasilhames para acondicionamento de GLP e respectivos acessórios, destinados ao atendimento das demandas dos órgãos e unidades administrativas vinculados à Prefeitura Municipal de Formoso/MG: **<u>ONDE-SE LÊ</u>**: "*R$ 129.180,00 (cento e vinte e nove mil e cento e oitenta reais)";* **<u>LEIA-SE</u>***: "R$ 127.580,00 (cento e vinte e sete mil e quinhentos e oitenta reais)"*. Matéria veiculada na Edição nº 4347 do Diário Oficial dos Municípios Mineiros, de publicação do dia 25/08/2026. Publique-se, nos termos da lei.

Formoso/MG, 26 de agosto de 2026.

Publicado por:
Taynnah Silva Espindola
Código Identificador:25D0E284

MUNICÍPIO DE FORMOSO MG
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 132/2026 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 82/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 132/2026. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 82/2026. OBJETO: Contratação de prestação de serviços especializados de apoio e facilitação na entrega de guias de IPTU referentes ao exercício de 2026, com atuação em endereços irregulares ou de difícil localização, em atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Economia, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Turístico, Cultura e Inovação do Município de Formoso/MG. FUNDAMENTO LEGAL E JUSTIFICATIVA: Contratação Direta, por dispensa de licitação, em razão do valor, com fundamento no disposto no inciso II do artigo 75 da Lei Federal n° 14.133, de 1° de abril de 2021. PUBLICAÇÃO DO AVISO: 19/08/2026. DECISÃO DA COMISSÃO: 25/08/2026. RATIFICAÇÃO EM 25/08/2026. VALOR GLOBAL: R$ 1.400,00 (mil e quatrocentos reais). CONTRATADO: Wildes Frantiesko Alves de Jesus – CPF: 136.212.066-98.

Formoso/MG, 25 de agosto de 2026.

DINARTE HENRIQUE GUEDES ORNELAS,
Prefeito.

Publicado por:
Taynnah Silva Espindola
Código Identificador:C09A2D6A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE FRANCISCO SA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO SÁ
EXTRATO DE CONTRATO Nº 95/2025

Partes: **PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO SÁ,** CNPJ Nº 22.681.423/0001-57 e **BIOMIG MATERIAIS MEDICO-HOSPITALARES LTDA,** CNPJ Nº 22.355.622/0001-75.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA REALIZAÇÃO DE CURATIVOS ESPECÍFICOS PARA DOENÇA RARA, EM ATENDIMENTO A DEMANDA MUNICIPAL, VISANDO GARANTIR QUALIDADE DE VIDA E EVITAR DANOS EM CRIANÇA DIAGNOSTICADA COM A DOENÇA EPIDERMÓLISE BOLHOSA NO MUNICÍPIO DE FRANCISCO SÁ/MG.

LICITACAO: PAL 066/2025 - Inexigibilidade 32/2025

Valor Global: R$ 1.272.135,00

Vigência:18/06/2025 Até:18/06/2026

Publicado por:
Alex Sander Rocha Aguiar
Código Identificador:FB6D95DD

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO SÁ
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 050/2026

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO SÁ**, CNPJ nº 22.681.423/0001-57

Contratada: **JOTA QUEST PRODUCOES ARTISTICAS E FONOGRAFICAS LTDA**, CNPJ nº 00.795.734/0001-04.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 037/2026/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 015/2026

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por finalidade alterar o respectivo contrato, que tem por objeto a "CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTSTÍCO COM A BANDA JOTA QUEST, PARA APRESENTAÇÃO NO MUNICIPIO DE FRANCISCO SÁ/MG, NAS TRADICIONAIS FESTAS DE SETEMBRO 2026, CONFORME DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO E PROPOSTA DA CONTRATADA"

DO ADITAMENTO
Fica suprimido o valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), correspondente a decréscimo de 17,39% em razão da alteração da data do show.

DO VALOR DO ADITIVO
O valor global e atual do contrato passa de R$460.000,85 para R$ 380.000,00

DA RATIFICAÇÃO
Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas
FUNDAMENTAÇÃO: Art. 107 da Lei 14.133/2021.

Publicado por:
Alex Sander Rocha Aguiar
Código Identificador:9887851A

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO SÁ
PAL. Nº 083/2026 - DISPENSA ELETRONICA. Nº 020/2026

A Prefeitura de Francisco Sá-MG, torna público aos interessados que estará realizando no dia **02/09/2026** (quarta-feira), às 09:00 horas, licitação na modalidade de Dispensa Eletrônica, sob a regência da Lei n° 14.133/2021, em sessão pública, para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, COMPONENTES ORIGINAIS, LUBRIFICANTES E MATERIAIS DE CONSUMO, PARA MÁQUINAS/ EQUIPAMENTOS DA MARCA SUZUKI, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA LAVANDERIA DO HOSPITAL MUNICIPAL DE FRANCISCO SÁ/MG.**

O Edital completo; envio/recebimento das propostas e doc. de habilitação por meio do site: **https://ammlicita.org.br/**

Data limite: Até às **08h59min** do dia **02/09/2026**.

Abertura sessão/envio de lances: às **09h00min** do dia **02/09/2026**.

ALEX SANDER R. AGUIAR
Agente de Contratação.

Publicado por:
Alex Sander Rocha Aguiar
Código Identificador:4769A23E

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO SÁ
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

É inexigível licitação para a despesa abaixo especificada, devidamente justificada, com fundamento no art. 74, inciso II da Lei 14.133/21, com suas alterações posteriores, e em conformidade com o parecer jurídico acostado aos autos, exigência do art. 74, inciso II, do mesmo diploma legal.

N° DO PROCESSO – **066/2025**.
INEXIGIBILIDADE – **032/2025**.

CONTRATADO:

BIOMIG MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 22.355.622/0001-75, sediada na Rua Coronel Vieira Cristo, nº 265, bairro Glalija, na cidade de Belo Horizonte/MG, CEP: 30.520-080.

Valor total de R$ 1.272.135,00 (hum milhão, duzentos e setenta e dois mil e cento e trinta e cinco reais).

OBJETO: "**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA REALIZAÇÃO DE CURATIVOS ESPECÍFICOS PARA DOENÇA RARA, EM ATENDIMENTO A DEMANDA MUNICIPAL, VISANDO GARANTIR QUALIDADE DE VIDA E EVITAR DANOS EM CRIANÇA DIAGNOSTICADA COM A DOENÇA EPIDERMÓLISE BOLHOSA NO MUNICÍPIO DE FRANCISCO SÁ**"

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

FICHA 0449
06.01.05. 10.303.0014.2060 Manutenção Serviços de Assistência Farmacêutica Municipal 33903200 Material de Distribuição Gratuita 1500001002 Recursos Não Vinculados de Impostos

Francisco Sá/MG, 18 de junho de 2025.

BRUNA DE SÁ SOARES
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Alex Sander Rocha Aguiar
Código Identificador:58713C2A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE GRÃO MOGOL

SECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PRC 043 CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 002/2026

ADJUDICAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO MOGOL/MG-Proc. 043/2026, CE 002/2026-Contratação de serviço para execução de obra pública de pavimentação de via
urbana c/blcs, nos termos do CTR Financ. BF 375.868/24-Progr. BDMG-Mobilidade-Sr Prefeito, Diego A. B. Fagundes ADJUDICA a favor de TRANSMACEDO TRANSPORTES LTDA-ME, CNPJ 14.209.695/0001-20-Vlr: R$1.359.896,22. OK

HOMOLOGAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO MOGOL/MG-Proc. 043/2026, CE 002/2026-Contratação de serviço para execução de obra pública de pavimentação de via urbana c/blcs, nos termos do CTR Financ. BF 375.868/24-Progr. BDMG-Mobilidade-Sr Prefeito, Diego A. B. Fagundes HOMOLOGA a favor de TRANSMACEDO TRANSPORTES LTDA-ME, CNPJ 14.209.695/0001-20-Vlr: R$1.359.896,22. OK

CONTRATO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO MOGOL/MG-Proc. 043/2026, CE 002/2026-Contratação de serviço para execução de obra pública de pavimentação de via urbana c/blcs, nos termos do CTR Financ. BF 375.868/24-Progr. BDMG-Mobilidade-Sr Prefeito, Diego A. B. Fagundes formaliza a favor de TRANSMACEDO TRANSPORTES LTDA-ME, CNPJ 14.209.695/0001-20-CTR 046/2026. Valor: R$1.359.896,22. Vigência: 25/02/2027, nos termos da Lei 14133/21-Assina p/Contratada: Reginaldo de Macedo.

Publicado por:
Edilson Braz de Sousa
Código Identificador:55C3FB13

SECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PRC 069 PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS 019/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO MOGOL/MG-Proc. 069/2026-Pregão 019/2026-Registro de preço para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios para atender a necessidade da Secretaria Municipal de Educação e demais secretarias do Município de Grão Mogol/MG, no modo de disputa aberto. Credenciamento: 16/09/2026, 09h30min-licitagraomogol.mg@gmail.com-www.graomogol.mg.gov.br.

Publicado por:
Edilson Braz de Sousa
Código Identificador:E5AFF01B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE GUARACIABA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 095/2025

PROCESSO Nº 078/2025. DISPENSA ELETRÔNICA Nº 003/2025. Contratante: Município de Guaraciaba/MG. Contratada: **GRIFON DIGITAL SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.579.777/0003-08.**
Objeto: Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação do prazo de vigência e a retificação do fundamento legal da prorrogação do Contrato Administrativo nº 095/2025, cujo objeto é a "prestação de serviços de encaminhamento diário, via e-mail ou website, de recortes eletrônicos de publicações de diários oficiais da União, do Estado, de Tribunais e Autarquias que exigem acompanhamento especializado e sistemático que digam respeito ao Município de Guaraciaba/MG, em apoio às atividades da Procuradoria Geral, nos termos da tabela abaixo, conforme condições, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, conforme condições e especificações estabelecidos no Edital e seus anexos.", conforme demonstrado a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de encaminhamento diário, via e-mail ou website, de recortes eletrônicos de publicações de diários oficiais da União, do Estado, de Tribunais e Autarquias que exigem acompanhamento especializado e sistemático que digam respeito ao Município de Guaraciaba/MG.	Serviço	01	R$ 852,26	R$ 852,26

5.1. Em razão da retificação do fundamento legal da prorrogação contratual promovida por este Termo Aditivo, a Cláusula Segunda do Contrato Administrativo nº 095/2025 passa a vigorar com a seguinte redação:

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura e publicação do contrato, prorrogável sucessivamente, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.
2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
2.2.5 Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação
2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
2.5.Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
2.6.O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

Assinatura: 26/08/2026
Vigencia : 25/08/2027

Guaraciaba/MG, 26 de agosto de 2026

DEBORA FERNANDES DE ANDRADE
Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

Publicado por:
Taynara da Costa Rodrigues
Código Identificador:97327C14

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE GUARANI

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
TERMO DE CANCELAMENTO DE PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 113/2026

O **MUNICÍPIO DE GUARANI-MG**, no uso de suas atribuições legais e em observância ao princípio da autotutela administrativa, comunica o **CANCELAMENTO** do presente certame. A medida fundamenta-se na necessidade de revisão e ajustes técnicos no Termo de Referência, visando ao aperfeiçoamento do objeto e à garantia do interesse público. O cancelamento imediato objetiva evitar prejuízos aos licitantes e assegurar a lisura de uma disputa justa e bem fundamentada.

Informamos que o objeto será republicado oportunamente após a adequação da fase interna, com o intuito de ampliar a competitividade e a eficiência da contratação. Esclarecimentos adicionais podem ser obtidos pelo e-mail licitacao@guarani.mg.gov.br ou pelo telefone (32) 3112-1687.

Guarani-MG, 26 de agosto de 2026.

EMERSON PATRICK VIEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renan Braga Pereira
Código Identificador:F4A6A705

JURÍDICO
PORTARIA Nº 69 DE 18 DE AGOSTO DE 2026

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO DE LIVRE NOMEAÇÃO E EXONERAÇÃO"

O Prefeito Municipal de Guarani, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e demais legislações pertinentes,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear **Leandro de Macedo Souza** para o cargo de **Secretário Municipal de Saneamento Básico,** com os provimentos de acordo com o disposto na Lei Municipal nº 1.275/2026.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 18/08/2026.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Guarani, 18 de agosto de 2026

EMERSON PATRICK VIEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Raphaela da Silva Pereira
Código Identificador:4D49CAE7

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE GUAXUPÉ

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
DECISÃO DE INSTAURAÇÃO DE REURB

DECISÃO DE INSTAURAÇÃO DE REURB

Procedimento Nº: 002/2026
Núcleo: Chácara Califórnia (Tomateiro) Matrícula: 18.901

Trata-se de requerimento formulado pela representante dos legitimados, EMPRESA REGULARIZA ASSESSORIA EM NEGÓCIOS IMOBILIARIOS pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ nº 58.449.162/0001-91, com sede a Rua Camilo Fonseca, 110- Centro- cidade de Formiga MG. Com o requerimento vieram as peças referentes ao Projeto de Regularização Fundiária previstas no art. 35, da Lei 13.465/17.

Em razão do pedido, determino a abertura do procedimento administrativo, que o procedimento seja encaminhado aos órgãos técnicos competentes para análise e que classifiquem e fixem uma das modalidades da Reurb ou promovam o indeferimento fundamentado do requerimento em até 180 dias, nos termos dos artigos 32, da Lei nº 13.465/2017, e 23, §2º, do Decreto nº 9.310/2018.
Compete ao ente publico entre outras funções já estabelecidas na Lei nº 13.465/2017 e no Decreto nº 9.310/2018:

1. Caso seja solicitado, elaborar o documento que classifica a modalidade da regularização fundiária no Município, nos termos do inciso I do art. 13 da Lei nº 13.465/2017. Se o documento já existir e for necessário, deve-se promover a revisão;

2. Definir os requisitos para elaboração do projeto de regularização, no que se refere aos desenhos, ao memorial descritivo e ao cronograma físico de obras e serviços a serem realizados, se for o caso (art. 36, §4º da Lei nº 13.465/2017 e art. 31, §5º do Decreto nº 13.465/2017);

3. Aprovar e cumprir o cronograma para término das etapas referentes às buscas cartorárias, notificações;

4. Proceder às buscas necessárias para determinar a titularidade do domínio dos imóveis onde está situado o núcleo urbano informal a ser regularizado, caso já não tenha sido fornecido pelo legitimado requerente;

5. Identificar os ritos da regularização fundiária que podem ser adotados, conferindo primazia à regularização fundiária dos núcleos que possam ser regularizados pelo rito da Reurb Inominada, prevista nos art. 69 da Lei nº 13.465/2017 e art. 87 do Decreto nº 9.310/2018.

6. Notificar os titulares de domínio, os responsáveis pela implantação do núcleo urbano informal, os confinantes e os terceiros eventualmente interessados, para que possam apresentar a possível impugnação no prazo de 30 dias, contado da data de recebimento da notificação. A notificação (pessoal e por edital) deve explicitar que a impugnação pode versar, inclusive, sobre a discordância de eventual titulação final por usucapião, na medida em que não serão renovadas as notificações aos confrontantes e aos demais titulares de direitos reais, bem como a publicação de edital em caso de instauração de usucapião judicial ou extrajudicial para titulação dos beneficiários (art. 24, §1º do Decreto nº 9.310/2018);

7. Notificar a União e o Estado se houver interesse direto dos entes, como no caso de existência de imóveis públicos confrontantes ou no perímetro interno da área a ser regularizada. Nesta hipótese, indicar precisamente onde há interesse da União e do Estado para facilitar a manifestação da anuência;

8. Receber as impugnações e promover procedimento extrajudicial de composição de conflitos, fazendo uso da arbitragem. Também poderão instalar câmaras de prevenção e resolução administrativa de conflitos – no âmbito da administração local –, celebrar termo de ajustes com o Tribunal de Justiça Estadual (art. 14 do Decreto nº 9.310/2018 e art. 21 da Lei nº 13.465/2017) ou, ainda, fazer uso da mediação ofertada pelos serviços notariais e de registro (Provimento 67/CNJ/2018);

9. Lavrar o auto de demarcação urbanística, caso pretenda realizar o procedimento com demarcação urbanística prévia e somente se não for possível adotar o rito previsto no art. 31 da Lei nº 13.465/2017 ou outro rito de regularização fundiária;

10. Na REURB-S: operada sobre área de titularidade de ente público, caberá ao Município promotor a responsabilidade de elaborar o projeto de regularização fundiária e a implantação da infraestrutura essencial, quando necessária; e, se for operada sobre área titularizada por particular, caberá ao Município a responsabilidade de elaborar e custear o projeto de regularização fundiária e a implantação da infraestrutura essencial, quando necessária (art. 33 da Lei nº13.465/2017 e art. 26 do Decreto nº 9.310/2018);

11. Na Reurb-S, fica facultado aos legitimados promover, às próprias expensas, os projetos e os demais documentos técnicos necessários à regularização de seu imóvel;

12. Na Reurb-E, a regularização fundiária será contratada e custeada pelos potenciais beneficiários ou requerentes privados;

13. Na Reurb-E sobre áreas públicas, o Município poderá proceder à elaboração e ao custeio do projeto de regularização fundiária e da implantação da infraestrutura essencial, com posterior cobrança aos seus beneficiários, se houver interesse público;

14. Se for necessária a alienação de bem público, seja consignado pelo órgão pública, a dispensa de desafetação, de autorização legislativa, de avaliação prévia e de licitação para alienação das unidades imobiliárias decorrentes da Reurb, nos termos do art. 71 da Lei nº 13.465/2017 e art. 89 do Decreto nº 9.310/2018;

15. Na Reurb-S, a aquisição de direitos reais pelo particular poderá se dar de forma gratuita. Na Reurb-E, isso ficará condicionado ao justo pagamento do valor da unidade imobiliária, nos termos do art. 16 da Lei nº 13.465/2017 e art. 9º do Decreto nº 9.310/2018 e conforme critérios definidos em ato a ser publicado pelo ente público;

16. Elaborar ou aprovar o projeto de regularização fundiária, dispensando-se as exigências relativas ao percentual e às dimensões de áreas destinadas ao uso público ou ao tamanho dos lotes regularizados, assim como a outros parâmetros urbanísticos e edilícios, independentemente de existência de lei municipal neste sentido (§1º, art. 3º do Decreto nº 9.310/2018);

17. Expedir Habite-se simplificado no próprio procedimento da Reurb, que deverá obedecer aos requisitos mínimos fixados pelos órgãos competentes, observadas as particularidades do caso concreto;

18. Dispensar a emissão do Habite-se no caso de averbação das edificações em Reurb-S, que poderá ser efetivada no cartório de Registro de Imóveis a partir de mera notícia, a requerimento do

interessado, da qual conste a área construída e o número da unidade imobiliária;

19. Celebrar o termo de compromisso a ser assinado pelos responsáveis, públicos ou privados, pelo cumprimento do cronograma físico definido no inciso IX do artigo 35 da Lei nº 13.465/2017 e do inciso X do art. 30 do Decreto nº 9.310/2018;

20. Em caso de Reurb-S, cabe à concessionária ou à permissionária de serviços públicos, mediante provocação, a elaboração do cronograma físico de implantação da infraestrutura essencial e a assinatura do termo de compromisso para cumprimento do cronograma (art. 30, §4º do Decreto nº 9.310/18);

21. Emitir a Certidão de Regularização Fundiária, acompanhada ou não da titulação final (legitimação fundiária, concessão de direito real de uso ou de moradia e legitimação de posse, doação ou compra e venda de bem público, nos termos do art. 42, §3º do Decreto nº 9.310/2018);

22. Proceder à licitação para credenciamento de empresa – caso o legitimado seja a União, Estado ou entidade da administração pública indireta; beneficiários, individual ou coletivamente, diretamente ou por meio de cooperativas habitacionais, associações de moradores, fundações, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público ou outras associações civis que tenham por finalidade atividades nas áreas de desenvolvimento urbano ou regularização fundiária urbana de baixa renda e que não assumiram os custos do levantamento planialtimétrico; a Defensoria Pública e o Ministério Público. No caso de regularização de interesse específico, obras de infraestrutura e os custos da Reurb são de responsabilidade dos beneficiários ou dos parceladores/empreendedores irregulares;

23. Emitir conclusão formal do procedimento.

Publique-se no meio oficial e, na falta de meio oficial, nos átrios da sede da Prefeitura. Dê-se ciência ao legitimado.

Guaxupé MG, 24 de agosto de 2026.

MARCIO ANTÔNIO GONÇALVES PEREIRA
Secretário de Planejamento e Urbanismo

Publicado por:
Marcos Antônio Estevam
Código Identificador:04AE32F4

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
DECRETO N.º 3255 - ABRE CRÉDITOS SUPLEMENTARES COM SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO EM BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR (2025).

DECRETO N.º 3255

ABRE CRÉDITOS SUPLEMENTARES COM SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO EM BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR (2025)

O prefeito de Guaxupé, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 3309 de 07/07/2026, DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementa na importância que abaixo se especifica, e que totaliza R$ 365.942,16 (trezentos e sessenta e cinco mil e novecentos e quarenta e dois reais e dezesseis centavos), a seguinte dotação de despesa do orçamento vigente da autarquia Empresa Municipal de Urbanização de Guaxupé "EMURB GUAXUPÉ":

03	**EMURB – Empresa Municipal de Urbanização de Guaxupé**		
03.03	**Cemitério Municipal Luiz Smargiassi**		
03.03.01.15.452.0505.5009	Obras e Instalações p/ Cemitério Municipal Luiz Smargiassi		
4.4.90.51	Obras e Instalações		
Fonte de Recursos: 2.501.000 – Outros Recursos não Vinculados (Rec.ex. ant.)		R$	365.942,16

Art. 2º - Constitui Recurso para a suplementação mencionada no art. 1º, o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior (2025) da própria Autarquia, no valor de R$ 365.942,16 (trezentos e sessenta e cinco mil e novecentos e quarenta e dois reais e dezesseis centavos), abaixo discriminado por fontes de recursos:
Superávit Financeiro:

Fonte de Recursos: 2.501.000 – Outros Recursos não Vinculados (Rec. ex. ant.)	R$	365.942,16

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data, com publicação posterior ratificativa, retroagindo seus efeitos ao momento em que se verificar, na rubrica específica, a necessidade de suplementação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Guaxupé(MG), 10 de julho de 2026.

JARBAS CORRÊA FILHO
Prefeito Municipal

MÁRCIO ANTÔNIO GONÇALVES PEREIRA
Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo

ELAINE GONÇALVES RICCIARDI CERDEIRA
Secretária Municipal de Finanças

Publicado por:
Marcos Antônio Estevam
Código Identificador:223510B4

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
DECRETO N.º 3265 - ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR COM RECURSO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

DECRETO N.º 3265

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR COM RECURSO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

O Prefeito de Guaxupé, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 3338 de 20/07/2026, DECRETA:
Art. 1º Ficam suplementadas nas importâncias que abaixo se especificam e que totalizam R$ 5.220.952,58 (cinco milhões, duzentos e vinte mil, novecentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e oito centavos), as seguintes dotações de despesa do orçamento vigente:

02	**Poder Executivo**		
02.05 Secretaria Municipal de Saúde			
02.05.03.10.302.0210.2414	Manut. Ativ. Média e Alta Complexidade Ambulat. e Hospitalar – Remun. de Pessoal Ativo e Encargos		
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
Fonte de Recursos: 1.600.000 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal- Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde		R$	1.459.000,00
3.1.90.13	Obrigações Patronais		
Fonte de Recursos: 1.600.000 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal- Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde		R$	332.500,00
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil		
Fonte de Recursos: 1.600.000 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal- Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde		R$	347.000,00
02.05.03.10.302.0210.2417	Manut. Ativ. Hospitalar e Rede de Urgência e Emergência		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
Fonte de Recursos: 1.600.000 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal- Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde		R$	3.082.452,58
	TOTAL	**R$**	**5.220.952,58**

Art. 2º - Constitui Recurso para a suplementação mencionada no art. 1º o excesso de arrecadação já apurado no exercício vigente (2026), considerando-se ainda a tendência do exercício, de acordo com art. 43,§ 1º, inciso II e §§ 3º e 4º da Lei Federal nº 4.320/64, conforme demonstra o Anexo I- Memória de cálculo de apuração do excesso de arrecadação, fonte de recursos:

Fonte de Recursos:	1.600.000	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal- Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R$	5.220.952,58

Art. 3º Este Decreto entra em vigor nesta data, com publicação posterior ratificativa, retroagindo seus efeitos ao momento em que se verificar, na rubrica específica, a necessidade de suplementação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Guaxupé (MG), 23 de julho de 2026.

JARBAS CORRÊA FILHO
Prefeito Municipal

MÁRCIO ANTÔNIO GONÇALVES PEREIRA
Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo

ELAINE GONÇALVES RICCIARDI CERDEIRA
Secretária Municipal de Finanças

Decreto nº 3265 de 23 de julho de 2026
ANEXO I

MEMÓRIA DE CÁLCULO DE APURAÇÃO DO EXCESSO ARRECADAÇÃO – ORÇAMENTO 2026

RECURSOS: 1.600.000- Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal- Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde

Fundamentação legal: Lei Federal nº 4.320/64

Previsão de Arrecadação 2026	**32.939.708,24**	
MESES	**JAN a JUN = TOTAL (A)**	
VALOR	31.514.776,29	
Fonte: Balancete da Receita Consolidado.		
MESES	**JUL a DEZ = TOTAL (B)**	**TOTAL C =(A) + (B)**
VALOR	18.200.000,00	**49.714.776,29**
Fonte: Balancete da Receita Consolidado.		

Demonstração do Excesso de Arrecadação Cálculo

Receita Realizada 01 a 06/2026 (A)	31.514.776,29
Previsão de arrecadação de 07 a 12/2026 (B)	18.200.000,00
SOMA	**49.714.776,29**
Previsão de Receita 2026	32.939.708,24
Excesso de arrecadação	**16.775.068,05**
Excesso utilizado no Decreto nº 3203 de 16/03/2026	380.658,82
Excesso utilizado no Decreto nº 3226 de 06/05/2026	514.000,00
Excesso utilizado no Decreto nº 3243 de 23/06/2026	1.091.000,00
Excesso utilizado no Decreto nº 3253 de 01/07/2026	12.400,00
Excesso utilizado no Decreto nº 3264 de 23/07/2026	550.000,00
Excesso utilizado neste decreto	5.220.952,58
Excesso de arrecadação a realizar	**9.006.056,65**

Publicado por:
Marcos Antônio Estevam
Código Identificador:8F899261

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
DECRETO N.º 3268 - ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR COM RECURSO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

DECRETO N.º 3268

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR COM RECURSO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

O Prefeito de Guaxupé, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 3334 de 14/07/2026, DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada na importância que abaixo se especifica e que totaliza R$ 3.550.000,00 (três milhões, quinhentos e cinquenta mil reais), a seguinte dotação de despesa do orçamento vigente:

02	**Poder Executivo**		
02.05 Secretaria Municipal de Saúde			
02.05.03.10.302.0210.2616	Termos e Parcerias		
3.3.50.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
Fonte de Recursos: 1.600.000 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal- Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde		R$	3.550.000,00

Art. 2º - Constitui Recurso para a suplementação mencionada no art. 1º o excesso de arrecadação já apurado no exercício vigente (2026), considerando-se ainda a tendência do exercício, de acordo com art. 43,§ 1º, inciso II e §§ 3º e 4º da Lei Federal nº 4.320/64, conforme demonstra o Anexo I- Memória de cálculo de apuração do excesso de arrecadação, fonte de recursos:

Fonte de Recursos:	1.600.000	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal- Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R$	3.550.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor nesta data, com publicação posterior ratificativa, retroagindo seus efeitos ao momento em que se verificar, na rubrica específica, a necessidade de suplementação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Guaxupé (MG), 23 de julho de 2026.

JARBAS CORREA FILHO
Prefeito Municipal

MÁRCIO ANTÔNIO GONÇALVES PEREIRA
Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo

ELAINE GONÇALVES RICCIARDI CERDEIRA
Secretátia Municipal de Finanças

Decreto nº 3268 de 23 de julho de 2026

ANEXO I

MEMÓRIA DE CÁLCULO DE APURAÇÃO DO EXCESSO ARRECADAÇÃO – ORÇAMENTO 2026

RECURSOS: 1.710.000- Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal- Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde

Fundamentação legal: Lei Federal nº 4.320/64

Previsão de Arrecadação 2026	**32.939.708,24**	
RECEITA REALIZADA		
MESES	**JAN a JUN = TOTAL (A)**	
VALOR	31.514.776,29	
Fonte: Balancete da Receita Consolidado.		
PROJEÇÃO		
MESES	**JUL a DEZ = TOTAL (B)**	**TOTAL C =(A) + (B)**
VALOR	18.200.000,00	**49.714.776,29**
Fonte: Balancete da Receita Consolidado.		

Demonstração do Excesso de Arrecadação Cálculo

Receita Realizada 01 a 06/2026 (A)	31.514.776,29
Previsão de arrecadação de 07 a 12/2026 (B)	18.200.000,00
SOMA	**49.714.776,29**
Previsão de Receita 2026	32.939.708,24
Excesso de arrecadação	**16.775.068,05**
Excesso utilizado no Decreto nº 3203 de 16/03/2026	380.658,82
Excesso utilizado no Decreto nº 3226 de 06/05/2026	514.000,00

Excesso utilizado no Decreto nº 3243 de 23/06/2026	1.091.000,00
Excesso utilizado no Decreto nº 3253 de 01/07/2026	12.400,00
Excesso utilizado no Decreto nº 3264 de 23/07/2026	550.000,00
Excesso utilizado no Decreto nº 3265 de 23/07/2026	5.220.952,58
Excesso utilizado no Decreto nº 3267 de 23/07/2026	2.073.000,00
Excesso utilizado neste decreto	3.550.000,00
Excesso de arrecadação a realizar	**3.382.996,65**

Publicado por:
Marcos Antônio Estevam
Código Identificador:78408BAF

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA NOMEAÇÃO E POSSE N.º 71/2026

Edital de Convocação para Nomeação e Posse n.º 71/2026

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023

A Secretaria Municipal de Administração de Guaxupé, através de seu representante legal, Benedito Resende Neto, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a homologação do Concurso Público – Edital 01/2023, por meio do Decreto Municipal nº 2.817 de 28 de dezembro de 2023, CONVOCA os candidatos aprovados e classificados, para os cargos efetivos, seguindo rigorosamente a ordem de classificação.
Os candidatos abaixo relacionados deverão comparecer na Diretoria de Gestão de Pessoas, situada na Av. Conde Ribeiro do Valle, n.º 113, Centro, Guaxupé-MG, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados (do recebimento da notificação de convocação) a partir da data da publicação do Edital de convocação, para apresentação dos documentos originais e cópias, conforme Anexo I deste Edital.

Cargo	Classificação	Nome do candidato
ENFERMEIRO I	31º lugar	KELY CRISTINA CELIRIO
PROFESSOR MUNICIPAL	177º lugar	INGRID DOS SANTOS LOPES

O não comparecimento no prazo legal implicará na desistência do classificado, podendo a Prefeitura Municipal convocar o candidato imediatamente posterior, obedecendo rigorosamente a ordem de classificação.

Guaxupé, 26 de agosto de 2026.

BENEDITO RESENDE NETO
Secretário de Administração

ANEXO I

Habilitação para o cargo:

( ) - Título de Eleitor (cópia e original);
( ) - Carteira de Identidade (cópia e original);
( ) - CPF (cópia e original); - Cartão PIS/PASEP para os já inscritos (cópia e original);
( ) - Certidão de nascimento e casamento (cópia e original);
( ) - Certidão de nascimento dos filhos dependentes (cópia e original);
( ) - Quitação com as obrigações militares, somente para homens (cópia e original);
( ) - Quitação com as obrigações eleitorais (cópia e original);
( ) - Comprovante de residência (cópia e original);
( ) - Declaração de bens e/ou Declaração de IRPF (cópia e original);
( ) - 2 fotos 3x4 recentes;
( ) - Diploma comprobatório da escolaridade exigida para o cargo (cópia e original);
( ) - Registro regular no Conselho Profissional conforme o caso (cópia e original);
( ) - Atestado Médico Admissional (original);
( ) Atestado de Antecedentes Criminais;
( ) - Laudo Médico no caso de candidato com deficiência;
( ) -Declaração de não-acumulação de cargos públicos, inclusive função, cargo ou emprego em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios ou de acumulação lícita, nos termos do inciso XVII, art. 37 da CRFB/88;
( ) -Telefone fixo / Celular: **_____ / _____**
( ) - E-mail: _____

Publicado por:
Marcos Antônio Estevam
Código Identificador:8446E2ED

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 047/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ – **Extrato da Ata de Registro de Preços nº 047/2026**, originado da realização do Pregão Eletrônico nº 002/2026, firmado com a empresa **COMERCIAL PRG LTDA. Objeto:** Futura e eventual aquisição de cestas básicas, para serem distribuídas gratuitamente às famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Guaxupé/MG. **Valor:** R$ 412.980,00.

Guaxupé, MG, 26/08/2026

RENATA VALÉRIA ROCHA FERNANDES
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

Publicado por:
Ana Julia Modesto Candido
Código Identificador:F58F2C95

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
EXTRATO DO 01º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 093/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ – Extrato do 01º Termo Aditivo ao Contrato nº 093/2026, originado da Concorrência nº 005/2026, firmado com a empresa **NJ CAETANO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA. Objeto:** O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência por mais 15 (quinze) dias, do contrato que tem por objeto a Contratação de empresa especializada na área de engenharia civil para execução de obra de recapeamento asfáltico em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) na Avenida Presidente Tancredo Neves e vias adjacentes, no município de Guaxupé/MG. **Fundamento Legal:** Artigo 111 da Lei Federal n° 14.133/2021.

Guaxupé, MG, 26/08/2026

MÁRCIO ANTÔNIO GONÇALVES PEREIRA
Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo

Publicado por:
Ana Julia Modesto Candido
Código Identificador:477B6FB2

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
EXTRATO DO 02º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 159/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ – Extrato do 02º Termo Aditivo ao Contrato nº 159/2024, originado da Dispensa Eletrônica nº 033/2024, firmado com a empresa **TELEFONICA BRASIL S.A. Objeto:** O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência por mais 12 (doze) meses e o reajuste de valores de acordo com o Índice INPC acumulado entre agosto de 2025 e julho de 2026, no percentual de 4,098050%, do contrato que tem por objeto a Contratação de empresa especializada em provimento de acesso à rede de dados da Internet (SCM – Serviço de Comunicação Multimídia), conforme Resolução nº 614/13 da Anatel e demais resoluções e regulamentos, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Administração, de acordo com as especificações. **Valor:** R$ 5.583,00. **Fundamento Legal:** Artigo 107 da Lei Federal n° 14.133/2021.

Guaxupé, MG, 21/08/2026

BENEDITO RESENDE NETO
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Ana Julia Modesto Candido
Código Identificador:C3B10A4D

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
EXTRATO DO 09º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 071/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ – Extrato do 09º Termo Aditivo ao Contrato nº 071/2024, originado da Concorrência nº 001/2024, firmado com a empresa **NJ CAETANO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA. Objeto:** O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência por mais 120 (cento e vinte) dias, do contrato que tem por objeto a execução de recapeamento e pavimentação de 12 (doze) locais no Município de Guaxupé/MG, com recursos do Contrato de Financiamento BDMG/BF nº 364.122/23. **Fundamento Legal:** Artigo 111 da Lei Federal n° 14.133/2021.

Guaxupé, MG, 26/08/2026

MÁRCIO ANTÔNIO GONÇALVES PEREIRA
Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo

Publicado por:
Ana Julia Modesto Candido
Código Identificador:B6B15720

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 080/2026

MUNICÍPIO DE GUAXUPÉ – MG, **HOMOLOGAÇÃO Inexigibilidade nº 080/2026** pelo Chefe do Poder Executivo local do Processo Administrativo **nº 226/2026**. Objeto**: Pagamento de taxas de inscrição referente à participação da equipe de judô de Guaxupé, 7ª Etapa do Circuito Mineiro de Judô, a ser realizada na cidade de Poços de Caldas/MG. Contratada: LIGA SUL MINEIRA DE JUDÔ E ENTORNO PAULISTA. Valor: R$ 1.600,00.** Fundamento Legal: art. 74, caput, da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 2.632/22.

Guaxupé/MG, 26 de Agosto de 2026.

JARBAS CORRÊA FILHO –
Prefeito de Guaxupé/MG.

Publicado por:
Odair Jose Alves Junior
Código Identificador:72D99E38

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE IBIÁ

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS
JUSTIFICATIVA DE DISPENSA / INEXIGIBILIDADE Nº 29/2026 – CHAMAMENTO PÚBLICO

TERMO DE FOMENTO Nº 26/2026

ENTE FEDERADO: MUNICÍPIO DE IBIÁ – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
OSC: ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE IBIÁ – APAE

O Município de Ibiá/MG, por intermédio do **Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS**, apresenta a presente **JUSTIFICATIVA PARA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE FOMENTO SEM CHAMAMENTO PÚBLICO** com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ibiá/MG – APAE, com fundamento no art. 29 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, sem prejuízo da incidência das demais disposições aplicáveis do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC.

1. DA JUSTIFICATIVA

O Município de Ibiá/MG, por intermédio do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, pretende celebrar Termo de Fomento com a **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ibiá/MG – APAE**, organização da sociedade civil de natureza filantrópica e sem fins lucrativos, visando à execução de ações destinadas ao fortalecimento e à qualificação do atendimento socioassistencial desenvolvido pelo Centro Dia da entidad**e**, mediante recursos financeiros federais destinados à estruturação da rede e ao fortalecimento da gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Os recursos possuem origem na **Programação nº 312059020250001**, vinculada à **Ação Orçamentária 219G – Estruturação da Rede de Serviços e Fortalecimento da Gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS**, decorrente de **emenda parlamentar individual – RP6**, exercício de 2025, de autoria do Deputado Federal **Mário Heringer**, no montante total de **R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)**.

O Espelho da Programação identifica o Município de Ibiá/MG como ente federado beneficiário, por intermédio do Fundo Municipal de Assistência Social, e indica expressamente a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ibiá – APAE como unidade socioassistencial beneficiária final dos recursos, vinculando a programação ao Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias.
A transferência federal encontra-se submetida ao regime estabelecido pela **Portaria MDS nº 1.044, de 24 de dezembro de 2024**, posteriormente alterada pela **Portaria MDS nº 1.073, de 31 de março de 2025**, que disciplina as transferências fundo a fundo de recursos alocados na Ação Orçamentária 219G, inclusive aqueles decorrentes de emendas parlamentares individuais destinados à estruturação da rede e ao fortalecimento da gestão do SUAS.

A APAE de Ibiá apresentou solicitação formal ao Município para transferência integral do montante de R$ 150.000,00, destinado ao fortalecimento e à qualificação das atividades desenvolvidas pelo Centro Dia da instituição no âmbito da política pública de assistência social.

Para tanto, apresentou Plano de Trabalho denominado **"Fortalecimento e Qualificação do Atendimento Socioassistencial do Centro Dia da APAE de Ibiá"**, com período de execução previsto entre agosto de 2026 e agosto de 2027, destinado ao atendimento continuado de **42 (quarenta e duas) pessoas com deficiência, com idade entre 18 e 59 anos**, atendidas pelo Centro Dia da entidade.

O objeto proposto consiste no fortalecimento da oferta do Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias, mediante aquisição de bens de consumo necessários à manutenção e à qualificação das atividades desenvolvidas pela unidade socioassistencial.

Conforme Plano de Aplicação apresentado, os recursos serão utilizados integralmente da seguinte forma:
a) **R$ 15.705,50** para aquisição de gêneros alimentícios;
b) **R$ 37.380,00** para aquisição de uniformes destinados aos usuários e funcionários vinculados à execução do serviço;
c) **R$ 35.129,45** para aquisição de brinquedos, jogos educativos e materiais sensoriais e psicomotores; e
d) **R$ 61.785,05** para aquisição de materiais de consumo destinados às oficinas desenvolvidas pela entidade.

O conjunto das despesas corresponde integralmente ao valor de **R$ 150.000,00**, inexistindo divergência entre o montante da programação federal e aquele previsto no Plano de Aplicação.

A execução da proposta objetiva assegurar a continuidade e a qualidade do atendimento socioassistencial prestado às pessoas com deficiência, contribuindo para a promoção de sua autonomia,

participação social, convivência e inclusão, bem como para o fortalecimento do suporte oferecido às respectivas famílias.

A parceria apresenta, portanto, **inequívoca finalidade pública**, encontrando-se diretamente relacionada aos objetivos constitucionais da assistência social e à organização do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Importa destacar que os recursos possuem **destinação específica e vinculada**, não se tratando de transferência discricionária de recursos municipais de livre aplicação.

Cuida-se, em realidade, da operacionalização, pelo Município de Ibiá, de política pública financiada pela União, mediante transferência inicialmente realizada do **Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS ao Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS**, para posterior aplicação na finalidade socioassistencial definida na programação federal.

A indicação expressa da APAE de Ibiá como unidade socioassistencial beneficiária final reforça a vinculação material dos recursos à entidade responsável pela execução das atividades que fundamentaram a programação federal, não se mostrando razoável promover procedimento competitivo destinado à escolha de organização diversa para execução de objeto previamente vinculado à unidade beneficiária indicada.

O procedimento administrativo foi submetido à análise do **Controle Interno Municipal**, que examinou o Plano de Trabalho e concluiu pela regularidade das informações apresentadas e pela viabilidade da execução do objeto, reconhecendo que as atividades propostas e a aplicação dos recursos mostram-se compatíveis com a finalidade da parceria e exequíveis dentro do período previsto.

O Controle Interno não apontou irregularidade impeditiva à formalização da parceria, registrando apenas orientação relativa à futura prestação de contas, para que sejam apresentados os documentos comprobatórios referentes às notas fiscais efetivamente pagas durante o período de execução.

O Parecer Jurídico emitido pela Procuradoria Municipal, por sua vez, concluiu pela possibilidade jurídica da celebração da parceria, reconhecendo a adequação do Termo de Fomento e a possibilidade de sua formalização sem chamamento público, considerando especialmente a origem dos recursos em emenda parlamentar individual federal e a incidência do art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Recomendou-se, contudo, que seja certificada nos autos, antes da formalização definitiva da parceria, a data da efetiva disponibilização financeira dos recursos federais ao Fundo Municipal de Assistência Social, permitindo a comprovação da observância do prazo estabelecido pela regulamentação federal para transferência à entidade beneficiária.

Deverão ser igualmente comprovados, antes da assinatura do instrumento, os requisitos de habilitação jurídica, fiscal, previdenciária, trabalhista, técnica e operacional exigidos pela Lei Federal nº 13.019/2014, bem como a inexistência dos impedimentos previstos em seu art. 39.

Diante dessas circunstâncias, verifica-se que:
a) os recursos possuem origem em emenda parlamentar individual federal e destinação específica e vinculada;
b) a APAE de Ibiá encontra-se expressamente identificada como unidade socioassistencial beneficiária final da programação;
c) o objeto encontra-se diretamente vinculado à política pública de assistência social e à estrutura do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;
d) a parceria destina-se ao fortalecimento do Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias;
e) a proposta beneficiará diretamente 42 pessoas com deficiência atendidas pelo Centro Dia da entidade;
f) a aplicação dos recursos encontra-se integralmente discriminada no Plano de Trabalho;
g) a parceria possui finalidade pública inequívoca;
h) o Plano de Trabalho foi submetido ao Controle Interno Municipal, que reconheceu sua regularidade e exequibilidade;
i) a Procuradoria Jurídica Municipal manifestou-se favoravelmente à celebração do Termo de Fomento;
j) a origem parlamentar dos recursos atrai a incidência do regime previsto no art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014; e
k) a formalização da parceria permanece condicionada ao atendimento dos demais requisitos previstos no Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil e na regulamentação federal aplicável.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente justificativa encontra fundamento, principalmente, no art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014, segundo o qual os Termos de Colaboração ou de Fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais serão celebrados sem chamamento público.

"Art. 29. Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei."

No caso concreto, os recursos financeiros objeto da parceria decorrem de **emenda parlamentar individual federal – RP6**, exercício de 2025, vinculada à Programação nº **312059020250001**, destinada à Ação Orçamentária **219G – Estruturação da Rede de Serviços e Fortalecimento da Gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS**, circunstância que autoriza a formalização da parceria sem prévia realização de procedimento competitivo.

A identificação expressa da APAE de Ibiá como unidade socioassistencial beneficiária final da programação federal reforça a especificidade da destinação dos recursos e demonstra que não se trata de verba disponibilizada ao Município para escolha discricionária de qualquer organização da sociedade civil, mas de recurso previamente vinculado ao fortalecimento do serviço socioassistencial desenvolvido pela entidade.

Além disso, mostra-se igualmente pertinente a previsão contida no art. 30, inciso VI, da Lei Federal nº 13.019/2014, que admite a dispensa de chamamento público no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política.

Conforme registrado no Parecer Jurídico que instrui o procedimento, foi apurado que a APAE de Ibiá possui registro e atuação ativa junto ao Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, relativamente à regularização de sua oferta socioassistencial, bem como se encontra devidamente cadastrada no Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social – CNEAS, circunstâncias que reforçam sua regular integração à rede socioassistencial e a incidência da hipótese prevista no art. 30, inciso VI, do MROSC.

A parceria encontra fundamento, ainda, nos arts. 203 e 204 da Constituição Federal, que reconhecem a assistência social como direito do cidadão e dever do Estado e estabelecem, entre seus objetivos, a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.

Igualmente aplicável é a Lei Federal nº 8.742/1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, que organiza a política pública de assistência social e estrutura o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, admitindo a participação das entidades e organizações de assistência social na execução complementar dos serviços socioassistenciais.

No plano regulamentar específico, a execução dos recursos deverá observar a **Portaria MDS nº 1.044, de 24 de dezembro de 2024**, com

as alterações promovidas pela **Portaria MDS nº 1.073, de 31 de março de 2025**, que disciplinam as transferências fundo a fundo realizadas no âmbito da Ação Orçamentária 219G e alcançam, entre outras, as programações decorrentes de emendas parlamentares individuais.

A celebração sem chamamento público não afasta a incidência dos demais requisitos previstos no Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil.

Com efeito, o §4º do art. 32 da Lei Federal nº 13.019/2014 estabelece expressamente que a dispensa e a inexigibilidade de chamamento público, bem como a hipótese prevista no art. 29, não afastam a aplicação dos demais dispositivos da Lei.
Deverão, portanto, ser observados especialmente:
a) os requisitos de habilitação previstos nos arts. 33 e 34 da Lei Federal nº 13.019/2014;
b) a inexistência das situações impeditivas previstas no art. 39;
c) a aprovação definitiva do Plano de Trabalho;
d) a indicação da dotação orçamentária pertinente;
e) a designação do Gestor da Parceria;
f) a atuação da Comissão de Monitoramento e Avaliação;
g) a movimentação dos recursos em conta bancária específica;
h) o acompanhamento da execução das metas e dos resultados;
i) a regular prestação de contas; e
j) a observância das normas específicas do SUAS e da regulamentação federal da Ação Orçamentária 219G.
Registra-se, ainda, que deverá ser certificada nos autos **a data da efetiva disponibilização financeira dos recursos ao Fundo Municipal de Assistência Social**, conforme recomendado no Parecer Jurídico, para verificação do cumprimento do prazo regulamentar estabelecido para a transferência à organização beneficiária.

Dessa forma, encontram-se presentes os fundamentos jurídicos necessários à celebração direta da parceria, sem chamamento público, inexistindo incompatibilidade entre a transferência pretendida, a finalidade da programação federal e o regime jurídico estabelecido pela Lei Federal nº 13.019/2014.

3. CONCLUSÃO
Diante de todo o exposto, considerando:
a) a natureza federal e vinculada dos recursos financeiros;
b) a origem do financiamento em emenda parlamentar individual – RP6, exercício de 2025;
c) a vinculação dos recursos à **Programação nº 312059020250001** e à Ação Orçamentária **219G – Estruturação da Rede de Serviços e Fortalecimento da Gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS**;
d) o valor total da programação, correspondente a **R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)**;
e) a identificação expressa da APAE de Ibiá como unidade socioassistencial beneficiária final dos recursos;
f) a vinculação da programação ao Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias;
g) a finalidade pública consistente no fortalecimento e qualificação do atendimento socioassistencial desenvolvido pelo Centro Dia da APAE de Ibiá;
h) a previsão de atendimento continuado de 42 pessoas com deficiência, com idade entre 18 e 59 anos;
i) a previsão de aplicação integral dos recursos na aquisição de gêneros alimentícios, uniformes, brinquedos e jogos educativos, materiais sensoriais e psicomotores e materiais de consumo destinados às oficinas;
j) a compatibilidade do objeto com a Constituição Federal, a Lei Federal nº 8.742/1993 e as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;
k) a incidência da Portaria MDS nº 1.044/2024, com as alterações promovidas pela Portaria MDS nº 1.073/2025;
l) a possibilidade de celebração da parceria sem chamamento público nos termos do art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014, em razão da origem dos recursos em emenda parlamentar;
m) adicionalmente, a regular vinculação da APAE à política pública de assistência social, inclusive mediante registro junto ao CMAS e cadastramento no CNEAS, circunstância compatível com a hipótese prevista no art. 30, inciso VI, da Lei nº 13.019/2014;
n) a manifestação favorável da Procuradoria Jurídica Municipal;
o) a aprovação do Plano de Trabalho pelo Controle Interno Municipal, sem indicação de irregularidades impeditivas à celebração da parceria; e
p) a necessidade de observância integral dos demais requisitos do MROSC e da regulamentação específica aplicável;
FICA JUSTIFICADA A CELEBRAÇÃO SEM CHAMAMENTO PÚBLICO de Termo de Fomento entre o **Município de Ibiá/MG, por intermédio do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS**, e a **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ibiá/MG – APAE**, visando ao repasse de recursos financeiros no valor total de **R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)**, provenientes da Programação nº 312059020250001, vinculada à Ação Orçamentária 219G, destinados à execução do projeto **"Fortalecimento e Qualificação do Atendimento Socioassistencial do Centro Dia da APAE de Ibiá"**, conforme Plano de Trabalho apresentado e aprovado.

A formalização e execução da parceria deverão observar as seguintes condições:
I – manutenção da regularidade jurídica, fiscal, previdenciária, trabalhista, técnica e operacional da entidade;
II – inexistência dos impedimentos previstos no art. 39 da Lei Federal nº 13.019/2014;
III – certificação, nos autos, da data da efetiva disponibilização financeira dos recursos ao Fundo Municipal de Assistência Social, para verificação do prazo regulamentar de transferência à entidade;
IV – transferência dos recursos para conta bancária específica vinculada à parceria;
V – aplicação dos valores exclusivamente nas despesas previstas no Plano de Trabalho aprovado;
VI – observância da finalidade vinculada estabelecida na Programação nº 312059020250001 e na Ação Orçamentária 219G;
VII – designação do Gestor da Parceria e atuação da Comissão de Monitoramento e Avaliação;
VIII – acompanhamento da execução das metas e dos resultados previstos no Plano de Trabalho;
IX – apresentação, na prestação de contas, dos documentos comprobatórios relativos às despesas efetivamente realizadas, inclusive as respectivas notas fiscais, conforme orientação do Controle Interno; e
X – observância integral das disposições da Lei Federal nº 13.019/2014, da Lei Federal nº 8.742/1993, da Portaria MDS nº 1.044/2024, com as alterações da Portaria MDS nº 1.073/2025, e das demais normas aplicáveis ao Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Publique-se a presente Justificativa, na forma do art. 32 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Ibiá/MG, 24 de agosto de 2026.

GILLIANNO GILLES FERREIRA
Prefeito Municipal de Ibiá

Art. 30. A administração pública poderá dispensar a realização do chamamento público:
[...];
VI - no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política.

Publicado por:
Rejane Cristina Borges Costa
Código Identificador:F377A92F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

EXTRATO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Origem: Pregão Eletrônico 035/2026

P.A.L: 108/2026

Objeto: AQUISIÇÃO DE FERRAGENS PARA ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA, PARA MANUTENÇÃO DAS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIÁ – MG.

Vencedor: ROCHA MADEIRAS LTDA - 32.598.967/0001-03
Valor Total: R$ 193.902,50 (cento e noventa e três mil, novecentos e dois reais e cinquenta centavos.)

Tendo em vista o parecer jurídico favorável emitido pela Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos desta Prefeitura ao respectivo processo licitatório em epígrafe, **ADJUDICO** e **HOMOLOGO** para os devidos fins legais a licitação supra, determinando a consequente lavratura dos Contratos.

Ibiá (MG), 26 de agosto de 2026

GILLIANNO GILLES FERREIRA
Prefeito Municipal

Publique-se

Publicado por:
Emilly Vitoria da Silva Andrade
Código Identificador:BD680001

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

EXTRATO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Origem: Pregão Eletrônico 026/2026

P.A.L: 086/2026

Objeto: AQUISIÇÃO DE 04 (QUATRO) VEÍCULOS DE PASSEIO (5 LUGARES) E 01 (UM) VEICULO MINIVAN (MÍNIMO DE 7 LUGARES), 01 CAMINHONETE, PARA O TRANSPORTE DE EQUIPES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E TAMBÉM UM VACIMOVÉL PARA SECRETARIA DE SAÚDE ALÉM DE 03 (TRÊS) VEÍCULOS DE TRANSPORTE SANITÁRIO (COM ACESSIBILIDADE - 1 CADEIRANTE) PARA TRANSPORTE DE USUÁRIOS DO SUS/MG EM CARÁTER ELETIVO, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE IBIÁ/MG

VENCEDOR - 1: MARKA VEICULOS E PEÇAS S/A - 18.707.422/0001-67
Valor Total: R$ 403.596,00 (Quatrocentos e três mil, quinhentos e noventa e seis reais.)

VENCEDOR – 2: SMV DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA - 03.019.795/0001-78
Valor Total: R$ 125.900,00 (Cento e vinte e cinco mil e novecentos reais.)

VENCEDOR – 3: SOCIETE COMERCIO DE VEICULOS LTDA - 29.987.662/0001-89
Valor Total: R$ 658.000,00 (Seiscentos e cinquenta e oito mil reais..)

VENCEDOR – 4: MANUPA COMERCIO EXPORTACAO IMPORTACAO DE EQUIPAMENTOS E
VEICULOS ADAPTADOS LTDA - 03.093.776/0011-63
Valor Total: R$ 630.000,00 (Seiscentos e trinta mil reais..)

VENCEDOR – 5: FOCO AUTOMOVEIS LTDA - 10.376.703/0002-53
Valor Total: R$ 230.900,00 (Duzentos e trinta mil e novecentos reais.)

Tendo em vista o parecer jurídico favorável emitido pela Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos desta Prefeitura ao respectivo processo licitatório em epígrafe, ADJUDICO e HOMOLOGO para os devidos fins legais a licitação supra, determinando a consequente lavratura dos Contratos.

Ibiá (MG), 26 de agosto de 2026.

GILLIANNO GILLES FERREIRA
Prefeito Municipal

Publique-se

Publicado por:
Emilly Vitoria da Silva Andrade
Código Identificador:54B52648

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIÁ/MG – AVISO DE SUSPENSÃO – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 112/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIÁ/MG – AVISO DE SUSPENSÃO – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 112/2026. A Prefeitura Municipal de Ibiá/MG torna pública a SUSPENSÃO da Concorrência Eletrônica nº 005/2026, cuja sessão pública estava designada para o dia 08/09/2026, às 09h00, pelo site www.licitanet.com.br, destinada à contratação de empresa especializada para execução da obra de reforma da unidade básica de saúde Agda Borges, no município de Ibiá-MG, com fornecimento de materiais, equipamentos, ferramentas, insumos, mão de obra especializada e demais serviços necessários à completa execução da obra, em conformidade com os projetos, planilha orçamentária, memorial descritivo, cronograma físico-financeiro, especificações técnicas e demais documentos integrantes deste edital e de seus anexos. A suspensão decorre da necessidade de readequação dos projetos e inserções na planilha orçamentária e demais documentos integrantes do procedimento. Após a conclusão das correções, o edital e seus anexos serão republicados, com a divulgação de nova data para realização do certame e a reabertura integral do prazo para apresentação das propostas, nos termos do art. 55, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021. Informações pelo telefone (34) 3631-5754 e pelos sites www.ibia.mg.gov.br e www.licitanet.com.br.

VITHOR GABRIEL BORGES DOS REIS **–**
Agente de Contratação.

Publicado por:
Vithor Gabriel Borges Dos Reis
Código Identificador:7FF0FF88

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE RECISÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2023

TERMO DE RESCISÃO PARCIAL CONSENSUAL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 006/2023 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE IBIÁ/MG E A EMPRESA CJ VIAGENS LTDA - ME.

O **MUNICÍPIO DE IBIÁ**, inscrito no CNPJ sob o nº 18.584.961/0001-56, isento de Inscrição Estadual, com sede na cidade de Ibiá/MG na Avenida Tancredo Neves, 663, Bairro Cento, CEP: 38.950-000, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o Sr.**GILLIANNO GILLES FERREIRA**,brasileiro, solteiro, natural de Ibiá/MG, nascido em 11/07/1982, inscrito no CPF sob o n°. 047.073.876-67, portador do RG n° MG-11869577, residente e domiciliado nesta cidade, a seguir denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **CJ VIAGENS LTDA - ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 29.207.816/0001-72, com sede na cidade de Ibiá/MG, na Rua 249, nº 168, bairro Jardim Universitário, CEP: 38.950-000, neste ato representada pelo seu administrador, o Sr.

CRISTIANO RODRIGUES TEIXEIRA, inscrito no CPF sob o nº 031.124.296-05, a seguir denominada **CONTRATADA**, com fundamento no artigo 79, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e alínea "*b*" do item "*11.2*" da Cláusula Décima Primeira do Contrato Administrativo, ajustam o presente **TERMO DE RESCISÃO PARCIAL CONSENSUAL**, sujeitando-se os contratantes às normas e as seguintes cláusulas e condições que aceitam, ratificam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O objeto do presente Termo de Rescisão Parcial Consensual é a extinção/rescisão parcial do Contrato Administrativo nº 006/2023 firmado entre as partes que tem como objeto a "*prestação de serviços de transporte escolar, incluindo veículos com motorista, de propriedade do(a) CONTRATADO(A), conforme CRLV e demais documentos constante dos autos, visando atender as necessidades do Transporte Escolar Municipal, na Zona Rural do Município, em estradas mistas (com e sem pavimentação), segundo os trajetos e horários estabelecidos pelo CONTRATANTE*", **APENAS RELATIVAMENTE aos trajetos denominados "Linhas nos 01 e 06"**, *sendo MANTIDA a prestação de serviços em relação à "Linha nº 44"*.

Justificativa: *Referida rescisão parcial é justificada em razão do acolhimento pela Administração CONTRATANTE do pedido de desistência/rescisão apresentado pela CONTRATADA, havendo consentimento entre as partes para a rescisão do Contrato Administrativo firmado entre as partes, com fundamento no artigo 79, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e alínea "b" do item "11.2" da Cláusula Décima Primeira do ajuste, notadamente porque presente o interesse público, a conveniência e a oportunidade administrativa no ato, com a inclusão das linhas objeto da rescisão no certame Pregão Eletrônico nº 037/2026 a ser realizado brevemente pela Administração CONTRATANTE.*

CLÁUSULA SEGUNDA – DA CONTINUIDADE DO SERVIÇO:

A contratada consente na obrigação de continuidade da prestação do serviço objeto deste termo de rescisão parcial até ser liberada pela Administração Contratante.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO:

Este instrumento é celebrado com fundamento no artigo 79, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e alínea "*b*" do item "*11.2*" da Cláusula Décima Primeira do Contrato Administrativo nº 006/2023, e demais disposições legais aplicáveis na espécie.
E, por estarem, assim, justas e contratadas as partes, firmam o presente termo de rescisão consensual em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Ibiá/MG, 26 de agosto de 2026.

Município de Ibiá
GILLIANNO GILLES FERREIRA
Prefeito Municipal
Contratante

CJ Viagens LTDA – ME
CRISTIANO RODRIGUES TEIXEIRA
Contratada

Testemunhas:

1) _____
Nome: CPF:

2) _____
Nome: CPF:

Publicado por:
Emilly Vitoria da Silva Andrade
Código Identificador:81C8E53C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE IGUATAMA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATAMA
AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO 053/2026
PROCESSO 103/2026

O Município de Iguatama, torna público o pregão eletrônico, objetivando o registro de preços para futura e eventual aquisição de suprimentos e equipamentos de informática para atender as necessidades de diversas secretarias do município de Iguatama. Abertura: 10/09/2026 às 09:00h. Edital disponível: 27/08/2026 no Setor de Licitações: (037) 3353-2289 e site www.iguatama.mg.gov.br e www.licitanet.com.br .

Iguatama, 27 de agosto de 2026

LUCAS VIEIRA LOPES,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Schaiany Karine de Souza
Código Identificador:406D8BE2

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATAMA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº126/2026– PROCESSO N° 88/2026. PREGÃO/ELETRÔNICO N° 045/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATAMA – EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº126/2026– Processo N° 88/2026. Pregão/Eletrônico N° 045/2026. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para prestação de serviços de realização de exames de ressonância magnética e angio ressonância cerebral, para atender as demandas da secretaria municipal de saúde do município de Iguatama/mg. CNPJ: 18.306.688/0001-06 x HUSSEIN ARANTES DIAGNOSTICOS POR IMAGEM LTDA. pessoa jurídica inscrito no CNPJ: 15.162.714/0001-73.

LUCAS VIEIRA LOPES –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Schaiany Karine de Souza
Código Identificador:03A076C8

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATAMA
– EXTRATO DE CONTRATO Nº 103/2026 – PROCESSO N°100/2026, DISPENSA N° 029/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATAMA – EXTRATO DE CONTRATO Nº 103/2026 – Processo N°100/2026, Dispensa N° 029/2026. Objeto: Prestação de serviço de acolhimento instrucional e internação de paciente, compulsório, incluindo entrada e remoção do paciente em cumprimento à ordem judicial. com 1 vaga e pelo período de internação de 03 meses, atendendo a demanda da secretaria municipal de saúde de Iguatama/mg. CNPJ 18.306.688/0001-06 X CENTRO TERAPEUTICO ALGO NOVO LTDA, inscrita no CNPJ: 28.588.303/0001-96.

Iguatama 26 de agosto de 2026.

LUCAS VIEIRA LOPES –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Schaiany Karine de Souza
Código Identificador:80102B8A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE INDIANÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
EXTRATO DE CONTRATO DE PROGRAMA N. 090/2026

PARTES: MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS–MG E CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO

SUSTENTÁVEL DO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA – CIDES –, INSCRITO NO CNPJ Nº 19.526.155/0001-94 OBJETO: CONTRATAÇÃO DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA – CIDES – PARA EXECUTAR AS AÇÕES PRÓPRIAS DE SERVIÇO DE INSPEÇÃO, REGULAMENTADO NA RESOLUÇÃO CIDES 10/2022, NO SEU TERRITÓRIO, POR DELEGAÇÃO, E ADERIR À GESTÃO ASSOCIADA DAS AÇÕES DE COORDENAÇÃO, PLANEJAMENTO, REGULAÇÃO, EXECUÇÃO, INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL NO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO. VALOR GLOBAL: R$60.026,81 (Sessenta mil vinte e seis reais e oitenta e um centavos).DATA DE ASSINATURA: 20/08/2026. PRAZO DE VIGÊNCIA: 31/12/2026. PROCESSO AUTORIZADO: Processo de Dispensa Licitação n.013/2026, art. 75, XI da Lei Federal nº 14.133/2021.

DERIMAR BORGES DA SILVA –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Derimar Borges da Silva
Código Identificador:5C2A6588

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE INHAÚMA

SETOR DE LICITAÇÕES
PROCESSO LICITATÓRIO N° 40/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO N° 21/2026 – REGISTRO DE PREÇOS – AQUISIÇÃO DE PEÇAS AUTOMOTIVAS, COMPONENTES, ACESSÓRIOS, BATERIAS E DEMAIS MATERIAIS

O Município de Inhaúma/MG, por meio do Setor de Licitações e Compras, torna público aos interessados a realização da licitação pública, Processo Licitatório nº 40/2026, na modalidade Pregão Eletrônico nº 21/2026, do tipo menor preço por item, modo de disputa aberto, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021. **Objeto:** Registro de preços para futura e eventual aquisição de peças automotivas, componentes, acessórios, baterias e demais materiais destinados à manutenção preventiva e corretiva dos veículos leves, utilitários, ambulâncias, motocicletas, micro-ônibus, ônibus, caminhões, máquinas pesadas, tratores, implementos agrícolas, implementos rodoviários e demais equipamentos que integram ou venham a integrar a frota oficial da administração pública do município de Inhaúma/MG. **Recebimento das propostas:** até às **08h29min** do dia **10 de setembro de 2026**, por meio da plataforma eletrônica: www.licitardigital.com.br. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no Setor de Licitações e Compras, situado na Praça Expedicionário Claudovino Madaleno, nº 25, Centro, Inhaúma/MG, no horário de 08h00min às 11h00min e de 13h00min às 17h00min, de segunda a sexta-feira, podendo ainda ser obtidos pelos endereços eletrônicos: www.inhauma.mg.gov.br, www.licitardigital.com.br ou pelo e-mail licitacoesdp@inhauma.mg.gov.br. Mais informações poderão ser obtidas pelo e-mail licitacoesdp@inhauma.mg.gov.br.

Inhaúma/MG, 26 de agosto de 2026.

ALDECIR FRANCISCO LUCIANO
Pregoeiro

Publicado por:
Anna Jullya da Silva
Código Identificador:D3CA8FF3

SETOR DE LICITAÇÕES
PROCESSO LICITATÓRIO N° 45/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO N° 23/2026 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE PROCESSAMENTO DE ROUPAS HOSPITALARES

O Município de Inhaúma/MG, por meio do Setor de Licitações e Compras, torna público aos interessados a realização da licitação pública, Processo Licitatório nº 45/2026, na modalidade Pregão Eletrônico nº 23/2026, do tipo menor preço por item, modo de disputa aberto, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021. **Objeto:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de processamento de roupas hospitalares, compreendendo coleta, transporte, lavagem, desinfecção, secagem, passagem, dobragem, embalagem e devolução das roupas utilizadas pelo Centro de Saúde José Antônio Guimarães. **Recebimento das propostas:** até às **08h29min** do dia **14 de setembro de 2026**, por meio da plataforma eletrônica: www.licitardigital.com.br. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no Setor de Licitações e Compras, situado na Praça Expedicionário Claudovino Madaleno, nº 25, Centro, Inhaúma/MG, no horário de 08h00min às 11h00min e de 13h00min às 17h00min, de segunda a sexta-feira, podendo ainda ser obtidos pelos endereços eletrônicos: www.inhauma.mg.gov.br, www.licitardigital.com.br ou pelo e-mail licitacoesdp@inhauma.mg.gov.br. Mais informações poderão ser obtidas pelo e-mail licitacoesdp@inhauma.mg.gov.br.

Inhaúma/MG, 26 de agosto de 2026.

ALDECIR FRANCISCO LUCIANO
Pregoeiro

Publicado por:
Anna Jullya da Silva
Código Identificador:7955531B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE IPANEMA

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

RATIFICAÇÃO EXTRATO DE EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO N°. 096/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 057/2026
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANEMA/MG – AVISO PREGÃO ELETRONICO. Objeto aquisição de materiais para pavimentação de estrada rural do Córrego do Goiás. Abertura dia 10/09/2026 às 13h00min. O edital encontra-se na plataforma digital www.bbmnetlicitacoes.com.br - https://www.ipanema.mg.gov.br ou pelo email: licitacao@ipanema.mg.gov.br.

Ipanema 26 de agosto de 2026.

SAMARA KETULY DE ABREU BRAGA –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Célia Aparecida Rodrigues Cupertino
Código Identificador:2C83B0B7

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE IPUIÚNA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

Prefeitura Municipal De Ipuiuna/MG – Pregão Eletrônico para Registro de Preços n.º 029/2026 – Objeto: "**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIUNA/MG..".** A sessão pública será realizada no dia **10 de setembro 2026 às 13h30min pelo portal** www.licitardigital.com.br. O edital poderá ser consultado e obtido, gratuitamente, pelos sites www.ipuiuna.mg.gov.br e www.licitardigital.com.br. Informações: tel. (35) 98432-5256 ou e-mail: licitaipmg@gmail.com

MAINARA FRANCO MELO -
Pregoeira.

Publicado por:
Mainara Franco Melo
Código Identificador:6D1BD524

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ITACARAMBI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI e D S C COMERCIO E SERVICOS LTDA. CONTRATO nº 1141/2026; OBJETO: Prestação de serviços continuados de apoio operacional e administrativo, mediante disponibilização de mão de obra terceirizada, com dedicação exclusiva, para atendimento das demandas do Município de Itacarambi/MG, especificamente para a função de Assistente Operacional, conforme condições, especificações, quantitativos e exigências estabelecidas no Edital de Credenciamento nº 002/2026, promovido pelo CID-RIOS.; LICITACAO: Adesão a Registro de Preços 1 / 2026 - Valor Global: R$ 7.465.854,32 - Vigência:24/08/2026 Até:31/12/2026

ITACARAMBI, Segunda-feira, 24 de Agosto de 2026

Publicado por:
John Charles Almeida Silva
Código Identificador:290D1DA6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ITAGUARA

PROCURADORIA
DECRETO Nº 2018, DE 20 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO Nº 2018, DE 20 DE AGOSTO DE 2026

Regulamenta os procedimentos para apresentação, análise, execução, acompanhamento e controle das emendas parlamentares individuais de execução obrigatória ao orçamento do Município de Itaguara e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAGUARA, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;
CONSIDERANDO o disposto nos arts. 165 e 166 da Constituição da República Federativa do Brasil;
CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal;
CONSIDERANDO as disposições da Lei Orgânica do Município de Itaguara relativas às emendas parlamentares individuais de execução obrigatória;
CONSIDERANDO as disposições do Plano Plurianual – PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e da Lei Orçamentária Anual – LOA vigentes;
CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer procedimentos objetivos para análise, execução, acompanhamento, controle e transparência das programações decorrentes das emendas parlamentares individuais;

DECRETA:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Decreto regulamenta os procedimentos administrativos, técnicos, orçamentários e financeiros para apresentação, análise, execução, acompanhamento e controle das programações decorrentes de emendas parlamentares individuais de execução obrigatória incluídas na Lei Orçamentária Anual do Município de Itaguara.
§ 1º A execução das programações decorrentes das emendas parlamentares individuais observará:
I – a Constituição Federal;
II – a Lei Orgânica Municipal;
III – a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;
IV – a Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000;
V – o Plano Plurianual – PPA;
VI – a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO;
VII – a Lei Orçamentária Anual – LOA;
VIII – a legislação aplicável às contratações públicas e às parcerias com organizações da sociedade civil; e
IX – as demais normas aplicáveis à execução da despesa pública.
§ 2º O regime de execução obrigatória tem por finalidade assegurar a efetiva entrega à sociedade dos bens, serviços, investimentos, transferências e demais resultados decorrentes das programações incluídas por emendas parlamentares individuais.
§ 3º A obrigatoriedade de execução não afasta o dever de observância das normas constitucionais, legais, orçamentárias, financeiras, administrativas e técnicas aplicáveis à realização da despesa pública.

Art. 2º As emendas parlamentares individuais serão executadas até o limite e segundo os critérios estabelecidos na Lei Orgânica Municipal e na legislação orçamentária correspondente ao exercício.
§ 1º A apuração do montante destinado às emendas parlamentares individuais terá como referência a Receita Corrente Líquida prevista no Projeto de Lei Orçamentária encaminhado pelo Poder Executivo e os percentuais definidos na Lei Orgânica Municipal.
§ 2º Deverá ser observado o percentual mínimo constitucional ou legalmente estabelecido para destinação às ações e serviços públicos de saúde.
§ 3º A distribuição do montante entre os Vereadores observará tratamento igualitário, nos termos da Lei Orgânica Municipal.
§ 4º A parcela das emendas parlamentares individuais destinada a ações e serviços públicos de saúde será computada para fins de cumprimento do limite constitucional mínimo de aplicação em ações e serviços públicos de saúde, vedada sua destinação para pagamento de pessoal ou encargos sociais, nos termos da Constituição Federal.

CAPÍTULO II
DA APRESENTAÇÃO DAS EMENDAS E DO FORMULÁRIO DE INDICAÇÃO

Art. 3º Para fins de posterior operacionalização e execução pelo Poder Executivo, as emendas parlamentares individuais aprovadas na Lei Orçamentária Anual deverão estar acompanhadas do respectivo Formulário de Indicação da Emenda Parlamentar Individual, conforme modelo constante do Anexo I deste Decreto, apresentado pelo autor juntamente com a proposta de emenda ao Projeto de Lei Orçamentária Anual, observado o procedimento estabelecido pelo Poder Legislativo.
§ 1º O Formulário de Indicação da Emenda Parlamentar Individual constituirá documento integrante da respectiva proposta de emenda ao Projeto de Lei Orçamentária Anual, para fins de identificação do objeto e posterior operacionalização e execução pelo Poder Executivo.
§ 2º O Formulário deverá conter, no mínimo:
I – identificação do Vereador autor da emenda;
II – identificação da emenda;
III – objeto da emenda;
IV – valor destinado;
V – indicação da Secretaria Municipal ou área de governo relacionada ao objeto; e
VI – identificação do beneficiário, quando houver destinação específica de recursos.
§ 3º As informações técnicas, orçamentárias e financeiras necessárias à execução da emenda poderão ser definidas ou ajustadas pelos setores técnicos competentes do Poder Executivo, respeitados o objeto, a finalidade e o beneficiário indicados pelo parlamentar.
§ 4º Poderão ser solicitadas informações complementares relativas ao público-alvo, local de execução, resultados esperados, quantitativos, estimativa de custos e demais elementos necessários à análise da viabilidade da emenda, conforme a natureza do objeto, assegurada ao autor a possibilidade de complementação.

Art. 4º A indicação pelo parlamentar deverá permitir a identificação inequívoca do objeto pretendido.
§ 1º Caberá às unidades técnicas competentes promover as adequações de classificação necessárias à correta execução orçamentária da programação.
§ 2º A correção prevista neste artigo não poderá:

I – alterar o objeto indicado pelo parlamentar;
II – alterar o beneficiário indicado, quando juridicamente admissível sua indicação; ou
III – descaracterizar a vontade manifestada pelo autor da emenda.

CAPÍTULO III
DA ANÁLISE E DAS COMPETÊNCIAS

Art. 5º Compete à Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento, Gestão e Finanças coordenar o fluxo administrativo das emendas parlamentares individuais, especialmente:
I – receber e registrar os Formulários de Indicação das Emendas Parlamentares Individuais e os demais documentos pertinentes à sua execução;
II – encaminhá-los às Secretarias Municipais responsáveis pela execução;
III – acompanhar os prazos estabelecidos neste Decreto;
IV – coordenar as adequações orçamentárias necessárias;
V – acompanhar a execução orçamentária e financeira das programações;
VI – manter informações consolidadas sobre a execução das emendas; e
VII – promover a interlocução administrativa com o Poder Legislativo.

Art. 6º Compete à Secretaria Municipal responsável pela execução da emenda:
I – analisar a viabilidade técnica do objeto;
II – verificar a compatibilidade do objeto com as atribuições da respectiva área;
III – verificar a possibilidade material e operacional de execução;
IV – estimar ou validar os custos necessários à execução;
V – indicar eventual necessidade de complementação ou adequação do Formulário de Indicação;
VI – executar o objeto, após cumpridos os requisitos legais;
VII – acompanhar e fiscalizar a execução; e
VIII – informar a conclusão da execução à Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento, Gestão e Finanças.

Art. 7º Compete à Divisão de Contabilidade, no âmbito de suas atribuições:
I – verificar a compatibilidade da programação com o PPA, a LDO e a LOA;
II – orientar quanto à classificação orçamentária da despesa;
III – verificar a existência e suficiência da dotação;
IV – promover ou subsidiar as adequações orçamentárias necessárias;
V – acompanhar os registros da execução orçamentária, financeira e patrimonial; e
VI – prestar as informações técnicas de natureza contábil necessárias à execução das emendas.

Art. 8º Compete ao Controle Interno, no âmbito de suas atribuições legais:
I – acompanhar os procedimentos relacionados à execução das emendas;
II – avaliar a conformidade dos procedimentos administrativos;
III – orientar quanto aos controles necessários;
IV – realizar fiscalização e auditoria, quando cabíveis; e
V – comunicar aos responsáveis eventuais impropriedades ou irregularidades identificadas.
Parágrafo único. A atuação do Controle Interno não substitui a responsabilidade administrativa, técnica, orçamentária, financeira ou jurídica das unidades responsáveis pela execução.

Art. 9º A Procuradoria Jurídica Municipal será consultada sempre que necessária análise jurídica específica, especialmente nas hipóteses envolvendo:
I – dúvida quanto à legalidade do objeto;
II – transferências a entidades privadas;
III – formalização de convênios, acordos, termos de colaboração, termos de fomento ou instrumentos congêneres;
IV – questões relativas à aplicação da legislação de contratações públicas;
V – controvérsia jurídica relacionada à caracterização de impedimento de ordem técnica.

CAPÍTULO IV
DOS IMPEDIMENTOS DE ORDEM TÉCNICA

Art. 10. A execução das programações decorrentes de emendas parlamentares individuais somente deixará de ser obrigatória quando configurado impedimento de ordem técnica devidamente motivado, assim compreendida a situação de natureza fática, técnica ou jurídica que obste ou inviabilize a execução da programação.

Art. 11. Poderão caracterizar impedimento de ordem técnica, conforme as circunstâncias do caso concreto:
I – incompatibilidade do objeto com as competências do Município;
II – incompatibilidade do objeto com a finalidade da programação orçamentária, quando impossível sua adequação sem alteração da finalidade da emenda;
III – impossibilidade jurídica de execução do objeto;
IV – ausência de projeto técnico indispensável à execução de obra ou serviço de engenharia, quando não for possível sua elaboração em tempo hábil;
V - valor manifestamente insuficiente para a execução integral do objeto ou de etapa útil e funcional, ressalvada a possibilidade de complementação de recursos pela entidade beneficiária, quando juridicamente admissível e devidamente comprovada;
VI – impossibilidade de execução dentro das condições técnicas necessárias;
VII – ausência de licenças, autorizações ou requisitos indispensáveis cuja obtenção não seja possível em tempo hábil;
VIII – incompatibilidade do objeto com as atribuições institucionais do órgão indicado para sua execução, quando não for possível seu redirecionamento ao órgão municipal competente sem alteração do objeto ou da finalidade da emenda;
IX – não apresentação das informações ou documentos indispensáveis à análise, após oportunizada sua complementação;
X – impossibilidade de formalização de parceria com organização da sociedade civil por descumprimento de requisito legal;
XI – impedimento legal relacionado à entidade ou beneficiário indicado;
XII – outras situações de natureza técnica ou jurídica que tornem materialmente impossível ou ilegal a execução, desde que devidamente demonstradas e fundamentadas.
§ 1º Não constituem, isoladamente, impedimento de ordem técnica:
I – erro sanável na classificação orçamentária;
II – indicação inadequada do elemento de despesa;
III – indicação inadequada da modalidade de aplicação;
IV – erro sanável na indicação da fonte ou destinação de recursos;
V – necessidade de adequação da classificação funcional-programática ou da ação orçamentária, desde que preservados o objeto e a finalidade da emenda;
VI – outras inconsistências que possam ser corrigidas administrativamente sem alteração do objeto e da finalidade da emenda.
§ 2º Antes do reconhecimento definitivo de impedimento técnico decorrente da ausência, insuficiência ou necessidade de complementação de informações ou documentos indispensáveis à análise, deverá ser oportunizado ao autor da emenda ou à entidade beneficiária, conforme o caso, o respectivo saneamento, quando juridicamente e materialmente possível.
§ 3º Todo impedimento deverá ser formalmente motivado, com indicação objetiva das razões técnicas ou jurídicas que impossibilitem a execução da emenda.

CAPÍTULO V
DA COMUNICAÇÃO E DO SANEAMENTO DOS IMPEDIMENTOS

Art. 12. Identificado impedimento de ordem técnica, o Poder Executivo comunicará formalmente ao Poder Legislativo, observados os prazos estabelecidos na Lei Orgânica Municipal e na legislação orçamentária vigente.
§ 1º A comunicação deverá indicar:
I – identificação da emenda;

II – autor;
III – objeto;
IV – valor;
V – descrição objetiva do impedimento;
VI – respectiva fundamentação técnica ou jurídica; e
VII – quando possível, as providências necessárias ao saneamento.
§ 2º Quando o impedimento puder ser sanado sem alteração do objeto e da finalidade da emenda, serão indicadas as providências necessárias à sua regularização.
§ 3º Não sendo possível o saneamento do impedimento, o autor da emenda poderá apresentar nova indicação ou solicitar o remanejamento da programação, observados os procedimentos e prazos estabelecidos na Lei Orgânica Municipal e na legislação orçamentária vigente.
§ 4º A nova indicação será submetida à análise das unidades competentes.

CAPÍTULO VI
DAS EMENDAS DESTINADAS ÀS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Art. 13. A execução de emendas parlamentares individuais destinadas às organizações da sociedade civil – OSC observará a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, sua regulamentação municipal e as demais normas aplicáveis.
§ 1º A indicação da organização da sociedade civil na programação orçamentária ou no Formulário de Indicação da Emenda Parlamentar Individual não dispensa:
I – a comprovação dos requisitos legais para celebração da parceria;
II – a apresentação do plano de trabalho próprio da parceria;
III – a análise técnica da Administração;
IV – a análise jurídica, quando exigível;
V – a formalização do instrumento jurídico adequado.
§ 2º A organização da sociedade civil beneficiária ficará sujeita às obrigações de acompanhamento, monitoramento, avaliação e prestação de contas previstas na legislação aplicável e no respectivo instrumento de parceria.
§ 3º A execução de recursos oriundos de emenda parlamentar não afasta a incidência das hipóteses de impedimento previstas na legislação aplicável às parcerias.
§ 4º A celebração da parceria sem chamamento público, na hipótese prevista no art. 29 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, não dispensa o cumprimento dos demais requisitos previstos na referida Lei e na regulamentação municipal aplicável.

Art. 14. O Formulário de Indicação da Emenda Parlamentar Individual apresentado pelo Vereador não substitui o plano de trabalho nem os demais documentos exigidos da organização da sociedade civil para a formalização da parceria.

CAPÍTULO VII
DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Art. 15. Concluídas as análises necessárias e não havendo impedimento de ordem técnica, a Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento, Gestão e Finanças adotará as providências necessárias à execução orçamentária e financeira da programação decorrente da emenda parlamentar individual.

Art. 16. A execução das programações decorrentes de emendas parlamentares individuais observará:
I – a programação orçamentária e financeira da execução, observadas as disposições da Lei Orgânica Municipal relativas ao regime de execução obrigatória das emendas parlamentares individuais e às hipóteses de impedimento de ordem técnica;
II – as normas de execução orçamentária e financeira;
III – a legislação aplicável às contratações públicas;
IV – as normas relativas às parcerias com organizações da sociedade civil, quando aplicáveis;
V – as normas de responsabilidade fiscal; e
VI – os demais requisitos legais aplicáveis à realização da despesa.

Art. 17. As dotações correspondentes às programações decorrentes de emendas parlamentares individuais serão identificadas e controladas de forma específica nos sistemas orçamentário, financeiro e contábil do Município, de modo a assegurar sua rastreabilidade, o acompanhamento de sua execução e a observância do regime de execução obrigatória previsto na Lei Orgânica Municipal e na legislação aplicável.
§1º A programação decorrente de emenda parlamentar individual não poderá ser utilizada para finalidade diversa daquela indicada pelo parlamentar, ressalvadas as alterações formalmente realizadas nos termos da legislação aplicável.
§ 2° O **cancelamento ou o remanejamento** das dotações **decorrentes de emendas parlamentares individuais** somente poderá ocorrer nas hipóteses admitidas pela **Lei Orgânica Municipal, pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, pela Lei Orçamentária Anual e pelas demais** normas orçamentárias aplicáveis.

Art. 18. As despesas regularmente empenhadas e não pagas até o encerramento do exercício observarão as normas aplicáveis à inscrição e à execução de restos a pagar.

CAPÍTULO VIII
DO ACOMPANHAMENTO, CONTROLE E TRANSPARÊNCIA

Art. 19. A Secretaria Municipal responsável pela execução acompanhará a realização do objeto da emenda parlamentar individual até sua conclusão, observadas as competências dos demais órgãos e unidades envolvidos.
Parágrafo único. Nas emendas executadas mediante parceria com organização da sociedade civil, o acompanhamento, o monitoramento, a avaliação e a prestação de contas observarão a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, sua regulamentação municipal e o respectivo instrumento de parceria.

Art. 20. Concluída a execução do objeto, a Secretaria Municipal responsável comunicará à Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento, Gestão e Finanças, informando, no mínimo:
I – o objeto executado;
II – os resultados alcançados;
III – eventual saldo ou ocorrência relevante; e
IV – outras informações necessárias ao acompanhamento da execução, quando solicitadas.
Parágrafo único. As informações relativas aos valores empenhados, liquidados e pagos serão obtidas dos registros contábeis e dos sistemas oficiais do Município.

Art. 21. O Poder Executivo assegurará transparência à execução das emendas parlamentares individuais, mediante divulgação no Portal da Transparência do Município, observado o disposto na legislação aplicável, contendo, no mínimo:
I – identificação e autoria da emenda;
II – objeto;
III – beneficiário, quando houver;
IV – valor previsto;
V – valores empenhado, liquidado e pago;
VI – situação da execução.

Art. 22. Os documentos e registros relativos à execução das emendas parlamentares individuais serão mantidos à disposição dos órgãos de controle interno e externo, observadas as disposições legais aplicáveis.

CAPÍTULO IX
DOS PRAZOS

Art. 23. O Formulário de Indicação da Emenda Parlamentar Individual deverá ser apresentado juntamente com a respectiva proposta de emenda ao Projeto de Lei Orçamentária Anual, observado o prazo estabelecido no Regimento Interno do Poder Legislativo.
Parágrafo único. Os demais prazos e procedimentos relativos à análise, complementação, saneamento, comunicação de impedimentos e eventual nova indicação ou remanejamento observarão **os prazos e as condições estabelecidos na Lei Orgânica Municipal, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, na Lei Orçamentária Anual e nas demais normas aplicáveis.**

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24. A execução das emendas parlamentares individuais deverá observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, transparência e interesse público.

Art. 25. Os casos omissos serão dirimidos pelas unidades competentes do Poder Executivo, de acordo com a natureza da matéria, observadas a Lei Orgânica Municipal e as demais normas aplicáveis.

Art. 26. A Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento, Gestão e Finanças poderá expedir orientações técnicas e estabelecer procedimentos operacionais necessários ao cumprimento deste Decreto, observadas as competências dos demais órgãos e unidades administrativas.

Art. 27. Ficam revogados os Decretos Municipais nº 1.923, de 10 de outubro de 2024 e nº 1.929, de 28 de novembro de 2024.

Art. 28. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e aplica-se às emendas parlamentares individuais apresentadas aos Projetos de Lei Orçamentária Anual a partir de sua vigência.

Itaguara/MG, 20 de agosto de 2026.

LUAN BRENNER GONÇALVES DE MORAIS
Prefeito Municipal

ANEXO I
FORMULÁRIO DE INDICAÇÃO DA EMENDA PARLAMENTAR INDIVIDUAL
1. IDENTIFICAÇÃO
1.1 Exercício: _____
1.2 Vereador (a) autor (a): _____
1.3 Emenda nº: _____
1.4 Valor da emenda: R$ _____

2. DESTINAÇÃO
2.1 Área de atuação:
( ) Saúde ( ) Educação ( ) Assistência Social ( ) Infraestrutura ( ) Cultura ( ) Esporte e Lazer ( ) Meio Ambiente ( ) Agropecuária ( ) Outra: _____
2.2 Secretaria Municipal ou área de governo relacionada ao objeto:
_____

3. OBJETO DA EMENDA (Descrever de forma clara e objetiva a finalidade da aplicação dos recursos)
_____

4. VALOR DESTINADO AO OBJETO
R$_____

5. IDENTIFICAÇÃO DO BENEFICIÁRIO – QUANDO HOUVER DESTINAÇÃO ESPECÍFICA
Nome/Razão Social: _____

CNPJ, quando aplicável: _____

Valor destinado: R$ _____

(A indicação de Organização da Sociedade Civil – OSC não dispensa o atendimento aos requisitos estabelecidos pela Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, sua regulamentação municipal e demais normas aplicáveis à formalização da parceria.)

6. DECLARAÇÃO DO PARLAMENTAR

Declaro que as informações constantes deste Formulário correspondem ao objeto da emenda parlamentar individual apresentada e estou ciente de que poderão ser promovidas pelos setores técnicos competentes do Poder Executivo as adequações de classificação orçamentária necessárias à sua execução, desde que preservados o objeto, a finalidade e o beneficiário indicado, quando houver.

Itaguara/MG, ____ de _____ de _____.

_____
Vereador(a)

ANEXO II
DEMONSTRATIVO DE APURAÇÃO DO LIMITE DAS EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS

INFORMAÇÃO	APURAÇÃO
Lei Orçamentária Anual – Exercício	
Receita Corrente Líquida – RCL utilizada como base de cálculo	R$
Percentual previsto na Lei Orgânica Municipal	_____ %
Limite global das emendas parlamentares individuais	R$
Número de Vereadores	
Limite individual por Vereador	R$
Parcela mínima destinada às ações e serviços públicos de saúde	R$
Parcela disponível para as demais programações	R$

Itaguara/MG, ____ de _____ de _____.

Responsável pela apuração
Divisão de Contabilidade
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento, Gestão e Finanças

Publicado por:
Pedro Henrique Resende Fonseca
Código Identificador:783CE3A6

PROCURADORIA
DECRETO Nº 2.019, DE 21 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO Nº 2.019, DE 21 DE AGOSTO DE 2026

Regulamenta a realização de Audiências Públicas Virtuais para participação popular nos processos de elaboração e discussão do Plano Plurianual – PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e da Lei Orçamentária Anual – LOA, no âmbito do Município de Itaguara/MG, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAGUARA, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;
CONSIDERANDO o disposto no art. 48 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece instrumentos de transparência da gestão fiscal, bem como o disposto em seu § 1º, inciso I, que prevê o incentivo à participação popular e a realização de audiências públicas durante os processos de elaboração e discussão dos planos, da lei de diretrizes orçamentárias e dos orçamentos;
CONSIDERANDO o disposto nos arts. 40 e 128 a 134 da Lei Orgânica do Município de Itaguara, que asseguram a participação da sociedade civil nos processos de elaboração dos instrumentos de planejamento e orçamento municipais e preveem a realização de audiências públicas para sua apresentação e discussão;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar meios acessíveis e transparentes para que a população participe dos processos de elaboração e discussão dos instrumentos de planejamento e orçamento municipais;
CONSIDERANDO a possibilidade de utilização de meios eletrônicos e plataformas digitais oficiais como instrumentos de ampliação da participação social, da publicidade e da transparência pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentada a realização de Audiências Públicas Virtuais destinadas a assegurar a participação popular nos processos de elaboração e discussão dos instrumentos de planejamento e orçamento do Município de Itaguara/MG, compreendendo:
I – o Plano Plurianual – PPA;
II – a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO; e

III – a Lei Orçamentária Anual – LOA.
Parágrafo único. As disposições deste Decreto serão aplicadas às audiências públicas realizadas em cada ciclo de elaboração e discussão dos instrumentos previstos nos incisos I a III do caput, observados os respectivos prazos legais.

Art. 2º As Audiências Públicas Virtuais terão como objetivos:
I - ampliar a participação da população nos processos de elaboração e discussão dos instrumentos de planejamento e orçamento municipais;
II - possibilitar aos cidadãos a apresentação de sugestões quanto às diretrizes, objetivos, metas, prioridades e à aplicação dos recursos públicos municipais, conforme o instrumento objeto da audiência;
III - promover a transparência e o controle social no planejamento e na elaboração dos instrumentos orçamentários municipais;
IV - subsidiar a Administração Municipal na definição das prioridades e na elaboração do PPA, da LDO e da LOA, conforme o caso.

Art. 3º As Audiências Públicas Virtuais serão realizadas em datas e horários previamente divulgados, por meio de plataforma digital que possibilite a transmissão da sessão e a participação dos interessados.
§ 1º Durante cada Audiência Pública Virtual serão apresentadas informações relativas ao instrumento de planejamento ou orçamento objeto da respectiva audiência, assegurada à população a possibilidade de encaminhar manifestações, sugestões e questionamentos pelos meios disponibilizados pela Administração Municipal.
§ 2º A forma de acesso à sessão virtual, a data, o horário, os canais destinados à participação popular e as demais orientações necessárias serão divulgados previamente em edital, aviso ou comunicado oficial.
§ 3º A Administração Municipal adotará, observadas as ferramentas tecnológicas disponíveis, mecanismos que possibilitem a participação e a interação dos interessados durante a realização das Audiências Públicas Virtuais.

Art. 4º Como mecanismo complementar às Audiências Públicas Virtuais, será disponibilizado formulário eletrônico para recebimento de sugestões da população, durante período previamente estabelecido e divulgado pela Administração Municipal.
§ 1º O formulário eletrônico deverá possibilitar ao cidadão a apresentação de sugestões relacionadas às áreas de atuação do Município e às diretrizes, objetivos, metas e prioridades pertinentes ao instrumento de planejamento ou orçamento em elaboração ou discussão.
§ 2º O acesso ao formulário será gratuito e permanecerá disponível durante todo o período estabelecido para participação popular.
§ 3º As manifestações encaminhadas por meio do formulário eletrônico integrarão o processo de participação popular relativo ao instrumento objeto da audiência, juntamente com aquelas apresentadas durante a Audiência Pública Virtual.

Art. 5º A Prefeitura Municipal dará ampla publicidade à realização das Audiências Públicas Virtuais e ao período destinado ao recebimento de sugestões por meio do formulário eletrônico, informando, no mínimo:
I – a finalidade da audiência e o instrumento de planejamento ou orçamento a que se refere;
II – a data e o horário de realização da sessão virtual;
III – o endereço eletrônico, plataforma ou outro meio de acesso à transmissão;
IV – as formas de participação e manifestação durante a audiência;
V – o período e o endereço eletrônico para acesso ao formulário destinado ao encaminhamento de sugestões;
VI – os canais oficiais para obtenção de informações e esclarecimento de dúvidas.
Parágrafo único. A divulgação será realizada por meio do sítio eletrônico oficial do Município e poderá ser complementada pelo Portal da Transparência, redes sociais institucionais, meios de comunicação locais e outros instrumentos disponíveis que contribuam para ampliar o conhecimento e a participação da população.

Art. 6º As manifestações e sugestões recebidas durante as Audiências Públicas Virtuais e por meio do formulário eletrônico serão compiladas e analisadas pelos setores responsáveis pela elaboração do respectivo instrumento de planejamento ou orçamento.
§ 1º As sugestões apresentadas possuem caráter participativo e consultivo e serão avaliadas considerando:
I - a competência constitucional e legal do Município;
II - a compatibilidade e a integração entre o Plano Plurianual – PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Orçamentária Anual – LOA, conforme o instrumento objeto de elaboração ou discussão;
III - a disponibilidade de recursos e o equilíbrio orçamentário e fiscal;
IV - a viabilidade técnica, administrativa, jurídica e financeira;
V - o interesse público e as prioridades da Administração Municipal.
§ 2º A apresentação de sugestão pela população não gera direito subjetivo à sua inclusão no respectivo instrumento de planejamento ou orçamento.

Art. 7º Encerrado o período de participação popular, será elaborado relatório de consolidação da respectiva Audiência Pública Virtual, contendo, no mínimo:
I – a data, o horário e a forma de realização da audiência;
II – o período de disponibilização do formulário eletrônico;
III – os meios utilizados para divulgação;
IV – a quantidade de participantes e de manifestações recebidas;
V – a síntese ou consolidação das sugestões apresentadas;
VI – as áreas ou temas contemplados nas manifestações populares.
Parágrafo único. O relatório será divulgado no sítio eletrônico oficial do Município e no Portal da Transparência e permanecerá disponível para consulta pública e para fins de fiscalização pelos órgãos de controle.

Art. 8º A Secretaria Municipal responsável pelo planejamento e orçamento, em conjunto com os demais setores competentes, adotará as providências necessárias à operacionalização das Audiências Públicas Virtuais, à disponibilização do formulário eletrônico, à consolidação das informações recebidas e à guarda dos documentos comprobatórios de sua realização.
Parágrafo único. Deverão ser mantidos, sempre que aplicável, os registros relativos:
I – ao edital, aviso ou comunicado de divulgação da respectiva Audiência Pública Virtual;
II – aos comprovantes de sua divulgação nos canais oficiais;
III – aos registros de realização e transmissão da sessão virtual;
IV – às manifestações e sugestões recebidas;
V – ao formulário eletrônico disponibilizado e às respectivas respostas;
VI – à gravação da sessão virtual;
VII – ao relatório de consolidação previsto no art. 7º deste Decreto.

Art. 9º A realização das Audiências Públicas Virtuais e a disponibilização dos respectivos formulários eletrônicos, nos termos deste Decreto, integram os processos de participação popular na elaboração e discussão do Plano Plurianual – PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e da Lei Orçamentária Anual – LOA, sem prejuízo da adoção de outros mecanismos de transparência e participação social pela Administração Municipal.

Art. 10. As datas, os horários, os períodos de participação, os instrumentos de planejamento ou orçamento abrangidos e as demais informações específicas de cada Audiência Pública Virtual serão definidos e divulgados, a cada processo de elaboração ou discussão, por edital ou outro ato administrativo próprio.

Art. 11. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento, Gestão e Finanças, observadas as disposições deste Decreto e a legislação aplicável.

Art. 12. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itaguara/MG, 21 de agosto de 2026.

LUAN BRENNER GONÇALVES DE MORAIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Henrique Resende Fonseca
Código Identificador:75827B59

PROCURADORIA
EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA VIRTUAL – LOA 2027

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA VIRTUAL – LOA 2027

Dispõe sobre a realização de Audiência Pública Virtual para participação popular no processo de elaboração da Lei Orçamentária Anual – LOA do Município de Itaguara/MG para o exercício de 2027.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITAGUARA/MG**, no uso de suas atribuições legais, em observância ao disposto no art. 48, § 1º, inciso I, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, nos arts. 40 e 134 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o Decreto Municipal nº 2.019, de 21 de agosto de 2026, **TORNA PÚBLICA** a realização de **AUDIÊNCIA PÚBLICA VIRTUAL** PARA PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA 2027, destinada a assegurar e ampliar a participação popular na definição das prioridades para aplicação dos recursos públicos municipais no exercício de 2027, nos termos deste Edital.

Art. 1º A Audiência Pública Virtual tem por objeto possibilitar à população a apresentação de sugestões e prioridades para subsidiar a elaboração da proposta da Lei Orçamentária Anual – LOA do Município de Itaguara/MG para o exercício de 2027.

Art. 2º A Audiência Pública Virtual será realizada no dia 22 de setembro de 2026, às 19 horas, por meio da plataforma Jitsi Meet ou de outra plataforma virtual previamente divulgada pelo Município, com transmissão pelo canal oficial da Prefeitura Municipal de Itaguara no YouTube.
§ 1º Os links de acesso à sala virtual e à transmissão serão previamente divulgados no sítio eletrônico oficial do Município e em suas redes sociais institucionais.
§ 2º Durante a sessão virtual serão apresentadas informações relativas ao processo de elaboração da proposta da Lei Orçamentária Anual – LOA para o exercício de 2027, sendo assegurada aos interessados a possibilidade de encaminhar, por meio da internet, dúvidas, manifestações, sugestões e questionamentos, pelos canais disponibilizados pelo Município durante a Audiência Pública Virtual.
§ 3º A participação será gratuita e aberta aos interessados.

Art. 3º Como mecanismo complementar à Audiência Pública Virtual, será disponibilizado formulário eletrônico para recebimento de sugestões da população, acessível por meio do sítio eletrônico oficial do Município: **https://www.itaguara.mg.gov.br/**.
§ 1º O formulário permanecerá disponível para participação popular no período de 27 de agosto de 2026 até o encerramento da Audiência Pública Virtual, em 22 de setembro de 2026.
§ 2º Por meio do formulário, os interessados poderão indicar áreas consideradas prioritárias para aplicação dos recursos públicos municipais, bem como apresentar sugestões de ações, serviços, projetos e investimentos para o exercício de 2027.
§ 3º As manifestações encaminhadas por meio do formulário eletrônico integrarão o processo de participação popular para elaboração da proposta da LOA 2027, juntamente com aquelas apresentadas durante a Audiência Pública Virtual.

Art. 4º A Prefeitura Municipal promoverá ampla divulgação da Audiência Pública Virtual e do formulário eletrônico por meio de seu sítio eletrônico oficial, Portal da Transparência, redes sociais institucionais e demais meios de comunicação disponíveis.
Parágrafo único. A divulgação informará, no mínimo, a finalidade da audiência, a data e o horário de realização da sessão virtual, o meio de acesso à transmissão, as formas de participação e manifestação durante a audiência, o período de disponibilização do formulário eletrônico e o respectivo meio de acesso.

Art. 5º Os participantes poderão indicar as áreas que considerem prioritárias para aplicação dos recursos públicos municipais no exercício de 2027, bem como apresentar sugestões de ações, serviços, projetos e investimentos.
§ 1º As sugestões apresentadas serão analisadas considerando a competência constitucional e legal do Município, a compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2026–2029 e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para o exercício de 2027, a disponibilidade de recursos e o equilíbrio orçamentário e fiscal, a viabilidade técnica, administrativa, jurídica e financeira, bem como o interesse público e as prioridades da Administração Municipal.
§ 2º A participação popular possui caráter participativo e consultivo, e a apresentação de sugestão não gera direito subjetivo à sua inclusão na proposta orçamentária.

Art. 6º Encerrada a Audiência Pública Virtual e concluído o período destinado ao recebimento das manifestações populares, as manifestações e sugestões apresentadas durante a Audiência Pública Virtual e por meio do formulário eletrônico serão compiladas e analisadas pelos setores responsáveis pela elaboração da proposta orçamentária.
§ 1º Da Audiência Pública Virtual será lavrada ata, que conterá o registro de sua realização e a consolidação do processo de participação popular.
§ 2º A ata conterá, no mínimo, a data, o horário e a forma de realização da audiência, o período de disponibilização do formulário eletrônico, os meios utilizados para divulgação, a quantidade de participantes e de manifestações recebidas, a síntese das sugestões apresentadas e as áreas ou temas contemplados nas manifestações populares.
§ 3º A ata será divulgada no sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de Itaguara, na aba "Contas Públicas", e permanecerá disponível para consulta pública e para fins de fiscalização pelos órgãos de controle.

Art. 7º Informações e esclarecimentos poderão ser obtidos junto à Prefeitura Municipal de Itaguara, por meio dos canais oficiais de atendimento.

Art. 8º Ficam convocados os Secretários Municipais e o Diretor da Autarquia Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE para participarem da Audiência Pública Virtual.

Art. 9º As informações e os documentos apresentados durante a Audiência Pública Virtual serão disponibilizados, sempre que possível e observado o conteúdo passível de divulgação, no sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de Itaguara, na aba "Contas Públicas".

Art. 10. As dúvidas e os questionamentos relativos à elaboração da Lei Orçamentária Anual – LOA para o exercício de 2027 poderão ser encaminhados por meio da Ouvidoria Municipal, pelo endereço eletrônico ouvidoria@itaguara.mg.gov.br.

Art. 11. Este Edital deverá ser publicado no sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal, no Quadro de Avisos e no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, mantido pela Associação Mineira de Municípios – AMM.

Art. 12. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Itaguara/MG, 26 de agosto de 2026.

LUAN BRENNER GONÇALVES DE MORAIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Henrique Resende Fonseca
Código Identificador:C98A9827

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ITAMARATI DE MINAS

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DE APLICAÇÃO DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI DE MINAS – MG
EXTRATO DE APLICAÇÃO DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIDADE CONTRATO Nº 049/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026

INTERESSADA: DELTTA GLOBAL SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.
CNPJ: 55.823.094/0001-90

SANÇÃO: Impedimento de licitar e contratar com o Município de Itamarati de Minas/MG, pelo prazo de 01 (um) ano, nos termos do art. 156, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021.

PERÍODO DE VIGÊNCIA DA SANÇÃO: 18/08/2026 a 18/08/2027.

A penalidade decorre de decisão proferida no âmbito de Processo Administrativo de Responsabilidade, instaurado em razão de fatos relacionados ao Contrato nº 049/2026, decorrente do Pregão Eletrônico nº 001/2026, observados o contraditório e a ampla defesa.
Durante o período de vigência da penalidade, a empresa fica impedida de licitar e contratar com o Município de Itamarati de Minas/MG, na forma da legislação aplicável.

Itamarati de Minas/MG, 26 de agosto de 2026.

HAROLDO LOURENÇO DA ROCHA
Agente de Contratação

Publicado por:
Haroldo Lourenço da Rocha
Código Identificador:99873E8B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ITAMBÉ DO MATO DENTRO

COMPRAS E LICITAÇÕES
PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 075/2026 AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 026/2026

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ DO MATO DENTRO - MINAS GERAIS, por meio do Departamento de Compras e Licitações sediada na Rua Principal, n.71, Centro, CEP: 35820-000, Itambé do Mato Dentro/MG, realizará Dispensa de Licitação, com critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL na hipótese do art. 75, inciso I, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 017/2023 e demais legislação aplicável.

RECEBIMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO:
INICIO: Do dia 27/08/2026
FIM: Até dia 03/09/2026 as 10h00min. (horário de Brasília)
LOCAL DE LANÇAMENTO DAS PROPOSTAS: SITE DA PREFEITURA
SITE DA PREFEITURA – Prefeitura de Itambé do Mato Dentro - MG

1. DO OBJETO:

O objeto da presente dispensa eletrônica é contratação de empresa especializada para execução de piso em granilite/marmorite e rodapés em granilite/marmorite na Escola Municipal de Itambé do Mato Dentro/MG, localizada na Rua Olivier Cândido Gomes, s/n, Centro, compreendendo o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas, insumos e todos os demais recursos necessários à perfeita execução dos serviços, conforme projetos, especificações, memória de cálculo, planilha orçamentária e demais documentos técnicos integrantes da contratação.

Publicado por:
Joziele da Silva Lima
Código Identificador:78B5A2D8

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ITANHANDU

LICITAÇÃO
DECRETO 8261 DE 26.08.2026 - ALTERA REDAÇÃO DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 45 DO DECRETO Nº. 8.185 A DE 18.06.2026

DECRETO Nº 8.261, DE 26 de AGOSTO DE 2026.

Altera Redação do parágrafo único do Artigo 45 do Decreto nº. 8.185 de 18.06.2026

Paulo Henrique Pinto Monteiro, Prefeito do Município de Itanhandu, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere o art. 63, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. – O parágrafo único do art. 45 do Decreto nº 8.185, de 18 de junho de 2026, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 45. .....
Parágrafo único. *Na licitação e na contratação direta para registro de preços não é necessário indicar nem bloquear a dotação orçamentária, cuja indicação somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.* **(NR)**

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itanhandu, 26 de agosto de 2026.

PAULO HENRIQUE PINTO MONTEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Alexandre de Carvalho
Código Identificador:EFBE38FF

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ITATIAIUÇU

SECRETARIA DE CULTURA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 152/2025 – MODALIDADE INEXIGIBILIDADE Nº 020/2025. EXTRATO DO CONTRATO Nº 335/2025.

Processo administrativo nº 152/2025 – modalidade inexigibilidade nº 020/2025**. Extrato do Contrato nº 335/2025**. Partes: Município de Itatiaiuçu e Faz Chover Produções Artísticas e Musicais Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 33.693.686/0001-00. Objeto: A contratação de show artístico musical com a atração consagrada nacionalmente pela crítica especializada e pela opinião pública, denominada **"FERNANDINHO",** no dia 03/05/2025 com início a partir das 21:00 horas, para a Marcha pra Jesus 2025, no Parque de Exposições e Leilões João Belo de Andrade, no Município de Itatiaiuçu/MG – CEP 35.685-000. **Fundamento legal: Art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/21. Vigência do contrato: 01/04/2025 a 31/12/2025. Valor total da contratação: R$210.000,00 (duzentos e dez mil reais).**

Secretária Municipal de Cultura.

Publicado por:
Tathiana Dionísia Hilda de Oliveira
Código Identificador:E6E6EBED

SECRETARIA DE CULTURA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 157/2026 – MODALIDADE INEXIGIBILIDADE Nº 009/2026. EXTRATO DO CONTRATO Nº 328/2026.

Processo administrativo nº 157/2026 – modalidade inexigibilidade nº 009/2026**. Extrato do Contrato nº 328/2026**. Partes: Município de Itatiaiuçu e M7 Music Produções Ltda., inscrita no CNPJ nº 60.327.504/0001-42. Objeto: A contratação de show artístico musical com a atração consagrada nacionalmente pela crítica especializada e

pela opinião pública, denominada **"FELIPE RODRIGUES",** no dia 16/05/2026 a partir das 23:00 horas, para a "5° Marcha pra Jesus de Itatiaiuçu", no Parque de Exposições Joao Belo de Andrade, no Município de Itatiaiuçu/MG – CEP 35.685-000. **Fundamento legal: Art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/21. Vigência do contrato: 07/04/2026 a 31/12/2026. Valor total da contratação: R$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais).**

Secretária Municipal de Cultura.

Publicado por:
Tathiana Dionísia Hilda de Oliveira
Código Identificador:DF3D7725

SECRETARIA DE CULTURA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 158/2026 - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE Nº 010/2026. EXTRATO DO CONTRATO Nº 329/2026 - UASG Nº 984673.

Processo administrativo nº 158/2026 - modalidade inexigibilidade nº 010/2026**. Extrato do Contrato nº 329/2026**. Partes: Município de Itatiaiuçu e LL Vilas Eventos Ltda., inscrita no CNPJ nº 27.673.878/0001-44. Objeto: A contratação de show artístico musical com a atração consagrada nacionalmente pela crítica especializada e pela opinião pública, denominada **"JEFFERSON E SUELLEN",** no dia 16/05/2026 a partir das 23:00 horas, para a "5° Marcha pra Jesus de Itatiaiuçu", no Parque de Exposições Joao Belo de Andrade, no Município de Itatiaiuçu/MG – CEP 35.685-000. **Fundamento legal: Art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/21. Vigência do contrato: 07/04/2026 a 31/12/2026. Valor total da contratação: R$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais).**

Secretária Municipal de Cultura.

Publicado por:
Tathiana Dionísia Hilda de Oliveira
Código Identificador:12C314D2

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 241/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 207/2026 - Nº SEQUENCIAL DA CONTRATAÇÃO NO NOVO DIVULGAÇÃO DE COMPRAS (NOVO DC) - COMPRASNET: 22/2026 - UASG Nº 984673.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 241/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 207/2026
Nº SEQUENCIAL DA CONTRATAÇÃO NO NOVO DIVULGAÇÃO DE COMPRAS (NOVO DC) - COMPRASNET: 22/2026
ASSUNTO: IMPUGNAÇÃO
A pregoeira torna público a impugnação apresentada pela empresa MABELÊ VEÍCULOS ESPECIAIS LTDA - DEMAIS:

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE ITATIAIUÇU/MG:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 22/2026

MABELÊ VEÍCULOS ESPECIAIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 35.457.127/0001-19, com sede na Avenida Santos Dumont, 1.883, Loteamento Aero Espaço Empresarial, salas 1.005 e 1.006, bairro Centro, Município de Lauro de Freitas, Estado da Bahia, CEP 42.702-400, por seu representante legal infra firmado, vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, com base no art. 34 da Lei Federal nº. 14.133/2021, formular a presente **IMPUGNAÇÃO** às disposições do instrumento convocatório, aduzindo, para tanto, as razões fáticas e jurídicas adiante expostas.

Tempestividade.

Conforme fixado no art. 34 da Lei Federal nº. 14.133/2021, a impugnação deverá ser ofertada no prazo de até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas.

No caso em comento, a data limite estipulada para o recebimento das propostas é o dia 27 de agosto de 2026, quinta-feira, o que fixa o dia 24 do mesmo mês, segunda-feira, como termo *ad quem* para apresentação da presente peça.

Portanto, apresentada nesta data, inconteste é a tempestividade das presentes razões.

Da Licitação.

O Ente Público, por intermédio do Sr. Pregoeiro, lançou o Edital do Pregão Eletrônico em tela, para registro de preços de aquisição de veículos diversos, dentre eles van para o transporte de passageiros, de acordo com as especificações constantes do instrumento convocatório e seus anexos.

A ora Impugnante, interessada em participar do certame, analisou os termos e condições de disputa e verificou que o Edital contempla exigências indevidas, por restringirem o universo de competidores.

Desta forma, apresenta-se a presente impugnação, minudenciada nos tópicos seguintes, visando o saneamento do processo licitatório.

Da vedação à preferência por marca. Prazo de garantia exigido atendido por apenas um modelo de veículo, sem prévia justificativa técnica.

Em análise do prazo de garantia exigida para o veículo, objeto do llote 02, observa-se a fixação do mínimo de 24 (vinte e quatro) meses.

Contudo, acaso prevaleça o prazo previsto, estar-se-á diante de situação em que, observadas todas as demais especificações técnicas exigidas, somente o veículo Sprinter, do fabricante Mercedes Benz, poderá ser oferecido, por ser o único que conta com garantia por esse prazo - implicando clara preferência por marca e alijamento da oferta de veículos manufaturados por outros fabricantes, à guisa de qualquer justificativa técnica que assim dispusesse, o que é vedado pelo ordenamento jurídico.

Os demais veículos disponíveis e comercializados no mercado nacional atendem a todas as características técnicas exigidas, somente não o fazendo em relação ao prazo total de garantia, que é conferida pelo prazo de 12 (doze) meses pelos demais fabricantes.

Para bem ilustrar, tem-se que o fabricante IVECO garante o modelo Daily por 12 (doze) meses, ao passo em que apenas o "trem de força" encontra-se albergado pela garantia de 24 (vinte e quatro) meses.

É o que consta da página 5 do manual de garantia do modelo, disponível em https://www.iveco.com/brasil/collections/technical_sheets/Documents/Manual%20Garant ia%20Daily.pdf:

Para bem esclarecer do que se trata o "trem de força", e considerando a omissão do manual do modelo, deve-se recorrer à definição e identificação dos equipamentos componentes do mesmo, disponibilizado pelo próprio fabricante IVECO para os modelos Vertis e Tector (https://www.iveco.com/brasil/collections/technical_sheets/Documents/Manual%20Garan tia%20Medios.pdf), os quais contam com a mesma motorização diesel:

Por sua vez, a política de garantia do modelo Ducato, do fabricante Fiat, é delimitada em 12 (doze) meses, sem maior prazo para equipamentos específicos do veículo (https://ducato.fiat.com.br/#:~:text=Voc%C3%AA%20tem%2012%20meses%20de,do%20se u%20Novo%20Fiat%20Ducato).

Já o fabricante a Renault oferta garantia de 12 meses para veículos utilitários (https://cdn.group.renault.com/ren/br/renault-new-cars/editorial/2022/manuais/fevereiro/Manual-de-Garantia2021-masterfev.pdf), no que se enquadra o modelo Master.

Ao assim proceder, o Edital termina por inserir restrição incompatível com os princípios inerentes às contratações efetuadas pelo Poder Público, todos insertos na Lei Federal nº. 14.133/2021, em seu artigo 5º.

Saliente-se que, ao exigir que os veículos a serem fornecidos atendam a determinada especificação que somente o é por um único modelo de veículo, de um único fabricante – à guisa de qualquer justificativa técnica para tanto -, impede-se que outros licitantes ofertem seus produtos, os quais atingiriam exatamente o mesmo resultado esperado por esta respeitada Administração Pública.

Não se pode olvidar que o certame tem como princípio basilar a isonomia entre os licitantes, buscando ainda a máxima competitividade, com o fim de alcançar a proposta mais vantajosa à Administração Pública.

Sendo assim, são vedadas exigências editalícias que apenas impedem a participação de empresas na licitação, ferindo o princípio da isonomia, conforme ensina o professor Marçal Justen Filho1:

"Não se admite, porém, a discriminação arbitrária, produto de preferências pessoais e subjetivas do ocupante do cargo público. A licitação consiste em um instrumento jurídico para afastar a arbitrariedade na seleção do contratante."

"Assim, o ato convocatório viola o princípio da isonomia quando: a) estabelece discriminação desvinculada do objeto da licitação; b) prevê exigência desnecessária e que não envolve vantagem para a Administração; c) impõe requisitos desproporcionados com necessidades de futura contratação; d) adota discriminação ofensiva de valores constitucionais ou ilegais."

1 FILHO, Marçal Justen. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos – 8ª edição, Dialética – 2001, págs.60, 61 e 78.

"**Veda-se cláusula desnecessária ou inadequada, cuja previsão seja orientada não a selecionar a proposta mais vantajosa, mas a beneficiar particulares. (...) A incompatibilidade poderá derivar de a restrição ser excessiva ou desproporcionada às necessidades da Administração. Poderá, também, decorrer da inadequação entre a exigência e as necessidades da Administração**." (grifos nossos)

Neste sentido, também nos ensina mestre Adilson Abreu Dallari em sua obra Aspectos Jurídicos da Licitação com relação à elaboração dos editais afirma "que o essencial é que não se incluam cláusulas de favorecimentos ou de discriminação em favor ou contra determinados interessados."

E mais adiante à página 107, o ilustre autor continua:

"O edital é um instrumento de chamamento, e deve servir para trazer pessoas, e não para impedir que pessoas que efetivamente poderiam contratar se afastem da licitação. O edital não pode conter cláusulas que representem barreiras impeditivas de participação no procedimento, a quem realmente tem condições de participar ou a quem realmente esteja disposto a se instrumentar para participar"

Em observância a estes princípios, a Lei Federal nº 14.133/21, em seu artigo 41, inciso I, lista as quatro únicas hipóteses em que se admite a indicação da marca, mediante prévia justificativa, e evitando-se qualquer discriminação entre os licitantes, conforme passamos a verificar:

Art. 41. No caso de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá excepcionalmente:

I - indicar uma ou mais marcas ou modelos, desde que formalmente justificado, nas seguintes hipóteses:

em decorrência da necessidade de padronização do objeto;

em decorrência da necessidade de manter a compatibilidade com plataformas e padrões já adotados pela Administração;

quando determinada marca ou modelo comercializados por mais de um fornecedor forem os únicos capazes de atender às necessidades do contratante;

quando a descrição do objeto a ser licitado puder ser mais bem compreendida pela identificação de determinada marca ou determinado modelo aptos a servir apenas como referência;

Ao exigir que para um licitante participar deste certame somente poderá fornecer veículos que atenda a determinadas especificações mínimas que, em conjunto, somente são verificadas no veículo Sprinter, veículo fabricado pela Mercedes, sem prévia justificativa a esse respeito, resta clara a preferência indevida.

Ademais, se o referido vício se não for sanado através da retificação do Edital, poderá acarretar a anulação do processo licitatório pelo Tribunal de Contas competente, fato que, acarretaria prejuízo ainda maior à Administração Pública, pois esta arcaria com o ônus e delonga de uma nova licitação.

Isto porque, não pode a livre concorrência ter sua eficácia frustrada por exigência desnecessária, a qual somente vincula o objeto licitado a uma única empresa enquanto outras diversas tantas que podem oferecer bens similares ou melhores ficam

impedidas, por exigência restritiva e direcionada do instrumento. Neste sentido, vale a leitura de ementa de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul:

"Visa à concorrência pública fazer com que o maior número de licitantes se habilite para o objetivo de facilitar aos órgãos públicos a obtenção de coisas e serviços mais convenientes a seus interesses. Em razão deste escopo, exigências demasiadas e rigorismos inconsentâneos com a boa exegese da lei devem ser arredados." (RDP 14:240)

Conforme exposto, a Doutrina e a Jurisprudência são unânimes ao afirmar que a licitação deve buscar o maior número de participantes, estimulando a concorrência, vez que a Administração só tem a ganhar ao receber diversas propostas, de onde certamente surgirá aquela mais interessante e vantajosa para o erário e, indiretamente para toda a coletividade.

Deste modo, conclui-se que a manutenção do edital, tal como redigido, caracteriza violação aos princípios da Legalidade, Isonomia e Competitividade, maculando de vício de nulidade o presente processo licitatório, acaso não retificado o prazo exigido.

Sendo assim, deve-se evitar qualquer exigência irrelevante e destituída de interesse público, que restrinja a competição. Procedimento dessa natureza viola o princípio da competitividade, como é o caso da exigência de realização de vistoria em seis Estados, às custas do próprio licitante, demandando gastos extremamente elevados e com tempo exíguo para tanto.

O efeito prático disso será a diminuição do universo de competidores, em franco não atendimento ao princípio da competição, de forma injustificada e arbitrária.

Assim, para evitar que a licitação seja deserta ou fracassada, é necessário modificar o item transcrito, para estipular o prazo de garantia mínimo em 12 (doze) meses para o veículo, objeto do lote 02, como medida de isonomia na disputa.

Fundamentos jurídicos.

Permitir a continuidade do certame tal como elaborado o Edital, terminará por ofender os princípios da legalidade, isonomia e da competitividade. São, portanto, vedadas condições ou exigências que se prestem a comprometer, restringir ou a frustrar o caráter competitivo da licitação e a estabelecer preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes.

Para melhor compreensão do alcance e sentido do princípio da competição, e entendimento acerca da necessidade de haver a maior competitividade possível, cumpre, em síntese apertada, conceituar o que é a licitação.

Segundo José dos Santos Carvalho Filho, licitação é:

"o procedimento administrativo vinculado por meio do qual os entes da Administração Pública e aqueles por ela controlados selecionam a melhor proposta entre as oferecidas pelos vários interessados, com dois objetivos – a celebração de contrato, ou a obtenção do melhor trabalho técnico, artístico ou científico." 2

Para Maria Sylvia Zanella Di Pietro, citando José Roberto Dromi, trata-se de:

"procedimento administrativo pelo qual um ente público, no exercício da

função administrativa, abre a todos os interessados, que se sujeitam às condições fixadas no instrumento convocatório, a possibilidade de formularem propostas dentre as quais selecionará e aceitará a mais conveniente para a celebração do contrato."

Os dois conceitos apresentam traços semelhantes, demonstrando, ambos, diversas características deste procedimento complexo que é a licitação.

Trata-se, portanto, da forma mais equânime que encontrou o Estado em contratar, de maneira sempre a buscar a melhor proposta para a Administração Pública.

A própria Lei Federal n. 14.133, em seu já transcrito art. 5º, *caput*, tratou de conceituar licitação, em conformidade com os conceitos doutrinários já vistos e apresentou os princípios ínsitos às licitações, norteadores da atividade exercida pelos administradores durante o certame público.

Logo, o exame da validade ou invalidade dos atos praticados durante o processo de licitação, incluindo-se do próprio instrumento de convocação à disputa, passará antes pela análise à luz destes princípios, enumerados e divididos por José dos Santos Carvalho Filho em princípios básicos e correlatos.

Especificamente quanto ao princípio da competitividade, tem-se que é inerente à essência da licitação, porque só podemos promover esse certame, essa disputa, onde houver competição. É uma questão lógica.

Com efeito, onde há competição, a licitação não só é possível, como em tese, é obrigatória; onde ela não existe, a licitação é impossível.

Em suma, o princípio da competitividade de um lado exige sempre que se verifique a possibilidade de se ter mais de um interessado que

nos possa atender, que nos possa fornecer o que desejamos. Essa constatação determina ou não a promoção da licitação.
Portanto, a competição é exatamente a razão determinante do procedimento da licitação, mas ele tem uma outra faceta que muitas vezes é despercebida pelo operador do Direito.
Se a competição é a alma da licitação, é evidente que quanto mais licitantes participarem do evento licitatório, mais fácil será à Administração Pública encontrar o melhor contratado.
Sendo assim, deve-se evitar qualquer exigência irrelevante e destituída de interesse público, que restrinja a competição, cujo único efeito prático será a diminuição do universo de competidores, em franco não atendimento ao princípio da competição, de forma injustificada e arbitrária.
Conclusão.
Assim, mostra-se imprescindível a alteração do Instrumento Convocatório, devendo ser acolhida a presente Impugnação, nos termos acima delineados e requeridos nos tópicos acima
Nestes termos, Pede deferimento.

De Lauro de Freitas/BA para Itatiaiuçu/MG, em 24 de agosto de 2026.

Mabelê Veículos Especiais LTDA
CAMILE VIANNA FREITAS
RG 822.091.208 SSP BA CPF 928.915.865-49
Sócia Responsável

RESPOSTA:

Prezados,

O impugnante requer a alteração do certame, no que se refere exigência da garantia mínima de 24 (meses) do veículo VAN, com especificações no LOTE 02 do citado edital, sob o argumento de que tal exigência restringiria a competitividade do certame.
Após competente análise, inclusive dos orçamentos prévios realizados, verifica-se que o veículo especificado no LOTE 02, de fato, trata-se de um veículo utilitário, com garantia ofertada de 12 (doze) meses.
Manter a exigência de garantia de 24 (vinte e quatro) meses restringiria a competitividade, princípio tão caro para a Administração Pública.
A Administração Pública rege-se pelo princípio da legalidade, da autotutela e da eficiência, podendo corrigir vícios e erros materiais em seus atos a qualquer tempo, desde que não haja prejuízo a terceiros e seja garantida a ampla publicidade.
Nos termos da legislação aplicável, a alteração do edital exige a mesma publicidade do ato original, bem como a reabertura dos prazos inicialmente propostos, exceto quando a modificação não alterar a formulação das propostas (conforme o art. 55, § 1º, da Lei nº 14.133/2021).
No caso em tela, as modificações pretendidas têm por finalidade assegurar a clareza e a competitividade do certame, sem comprometer a essência das propostas já formuladas.
CONCLUSÃO
Diante do exposto, **opinasse** pelo **ACOLHIMENTO** da manifestação técnica/jurídica e **AUTORIZAR** a retificação do Edital, que passará a vigorar com as seguintes alterações:

Bloco 02:
Onde se lê:
"VAN - carroceria: fechada teto alto: número lugares: mínimo 15 lugares + motorista; número porta: mínimo 03 portas laterais; potência mínima: 130 cv; cilindrada mínima: 2143 cc; com controle de emissão de poluentes conforme PROCONVE P8; direção: hidráulica; tração: conforme linha de produção; suspensão: conforme linha de produção; combustível: diesel; acessórios inclusos: ar-condicionado. O veículo deve ser novo, zero KM, ano/modelo de Fabricação 2026 ou superior. Garantia mínima de 24 (vinte e quatro) meses. Acessório incluso: ar-condicionado, aplicação do insulfilm nos vidros do veículo de acordo com a legislação vigente, tapetes e multimídias com tela a cores mínimo de 7" com câmara de ré instalada. Cinto de segurança retrátil de 03 pontos."
Leia-se:
"VAN - carroceria: fechada teto alto: número lugares: mínimo 15 lugares + motorista; número porta: mínimo 03 portas laterais; potência mínima: 130 cv; cilindrada mínima: 2143 cc; com controle de emissão de poluentes conforme PROCONVE P8; direção: hidráulica; tração: conforme linha de produção; suspensão: conforme linha de produção; combustível: diesel; acessórios inclusos: ar-condicionado. O veículo deve ser novo, zero KM, ano/modelo de Fabricação 2026 ou superior. Garantia mínima de 12 (doze) meses. Acessório incluso: ar-condicionado, aplicação do insulfilm nos vidros do veículo de acordo com a legislação vigente, tapetes e multimídias com tela a cores mínimo de 7" com câmara de ré instalada. Cinto de segurança retrátil de 03 pontos."

Bloco 03:
Onde se lê:
"VEÍCULO TIPO VAN, capacidade mínima: 21 pessoas, portas laterais mínima 1.700 / 1.100 (mm); assentos alto padrão reclináveis; cinto de segurança em todos os lugares; motorização mínima 2.0 diesel; altura mínima do teto 2.600 (mm); largura mínima 1.900 (mm); direção hidráulica ou elétrica. O veículo deve ser novo, zero KM, ano/modelo de Fabricação 2026 ou superior. Garantia mínima de 24 (vinte e quatro) meses. Acessórios inclusos: ar-condicionado, aplicação do insulfilm nos vidros do veículo de acordo com a legislação vigente."
(...)
Leia-se:
"VEÍCULO TIPO VAN, capacidade mínima: 21 pessoas, portas laterais mínima 1.700 / 1.100 (mm); assentos alto padrão reclináveis; cinto de segurança em todos os lugares; motorização mínima 2.0 diesel; altura mínima do teto 2.600 (mm); largura mínima 1.900 (mm); direção hidráulica ou elétrica. O veículo deve ser novo, zero KM, ano/modelo de Fabricação 2026 ou superior. Garantia mínima de 12(doze) meses. Acessórios inclusos: ar-condicionado, aplicação do insulfilm nos vidros do veículo de acordo com a legislação vigente."
(...)

Os demais termos permanecem os mesmos.

Deverá o setor competente proceder com a publicação do Termo de Retificação nos mesmos meios em que o edital original foi divulgado (Diário Oficial, site institucional e portal de compras), bem como a compilação do texto para fins informativos.

Atenciosamente,

MÁRCIA CRISTINA DOS ANJOS FLORES
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Tathiana Dionísia Hilda de Oliveira
Código Identificador:AE61015F

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 188/2026 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 188/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.162/2026, PARA REGISTRO DE PREÇOS - UASG Nº 984673.

Processo administrativo nº 188/2026 - processo licitatório nº 188/2026 - pregão eletrônico nº 90.162/2026, para registro de preços. Conforme sessão pública para apresentação das amostras realizada no dia de hoje 26/08/2026 às 10h:00min, a licitante **UNIFLEX UNIFORMES ESCOLARES LTDA - EPP,** encaminhou as amostras para análise via Correios, tendo sido recebidas pelo Departamento de Compras e Licitações no dia 12/08/2026 às 11h:47min. As amostras foram analisadas e aprovadas provisoriamente, **com ressalvas**, pela equipe designada pela Secretaria Municipal de Educação, por estarem em desconformidade com a arte encaminhada pela Secretaria Requisitante. Sendo assim, em atendimento ao item 5, subitem 5.5 do instrumento convocatório: **"Caso na análise das amostras, haja aprovação com ressalvas, a licitante deverá enviar amostras escoimadas das ressalvas em um prazo de 05 (cinco) dias úteis, que será novamente analisada pela equipe designada pela secretaria de Educação, em sessão pública designada para este fim"**. Deste modo, fica a licitante **UNIFLEX UNIFORMES ESCOLARES LTDA - EPP**, intimada a apresentar novas amostras

dos itens do pregão. As amostras poderão ser enviadas via correios, para o endereço: Rua Tancredo Alves Pedrosa, nº 45, Centro - Itatiaiuçu - CEP: 35.685-000, devendo estar endereçadas para o Departamento de Compras e Licitações. As amostras devem chegar ao departamento até a data e horário designados para a sessão de análise das amostras. Ficam convocados todosos demais licitantes para a nova sessão de apresentação das amostras que se realizará no dia **03/09/2026 às 10h:00min**.

Pregoeira Municipal.

Publicado por:
Tathiana Dionísia Hilda de Oliveira
Código Identificador:D478E2D4

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 241/2026 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 241/2026 - MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 207/2026 - Nº SEQUENCIAL DA CONTRATAÇÃO NO NOVO DIVULGAÇÃO DE COMPRAS (NOVO DC) - COMPRASNET: 22/2026 - UASG Nº 984673.

Processo administrativo nº 241/2026 - processo licitatório nº 241/2026 - modalidade pregão eletrônico nº 207/2026 - **Nº SEQUENCIAL DA CONTRATAÇÃO NO NOVO DIVULGAÇÃO DE COMPRAS (NOVO DC) - COMPRASNET: 22/2026**. Conheço da impugnação interposta pela **MABELÊ VEÍCULOS ESPECIAIS LTDA - DEMAIS,** inscrita no CNPJ sob o nº 35.457.127/0001-19, eis que tempestiva e cumpre as formas previstas na legislação pertinente e no instrumento convocatório. No mérito, **DOU PROVIMENTO**. **Fica reagendada a abertura da sessão pública para o dia 09/09/2026 às 08h30min.**

Secretária Municipal de Educação e Pregoeira Municipal.

Publicado por:
Tathiana Dionísia Hilda de Oliveira
Código Identificador:2EF533EF

SECRETARIA DE FAZENDA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 271/2026 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 271/2026 – MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 237/2026. EXTRATO DO CONTRATO Nº 539/2026.

Processo administrativo nº 271/2026 - processo licitatório nº 271/2026 – modalidade pregão eletrônico nº 237/2026. **Extrato do Contrato nº 539/2026**. Partes: Município de Itatiaiuçu e InfoPrint Comércio e Serviços Ltda. - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 01.721.082/0001-26. Objeto: "Contratação de empresa especializada na prestação de **serviços** (art. 6º, X da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021) para confecção de material gráfico II (GUIA DE IPTU), para fornecimento parcelado, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Fazenda**, exclusivamente para participação de microempresas – ME, empresas de pequeno porte – EPP ou equiparadas,** observados os prazos máximos para prestação dos serviços, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos nos termos e condições descritos e especificados no edital, em especial no Anexo I (Termo de Referência)". **Valor do contrato R$1.747,20 (hum mil, setecentos e quarenta e sete reais e vinte centavos).** Vigência: 20/08/2026 à 31/12/2026.

Secretário Municipal de Fazenda.

Publicado por:
Tathiana Dionísia Hilda de Oliveira
Código Identificador:47922751

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DE GOVERNO
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 286/2023. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 381/2022 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 381/2022 - MODALIDADE: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 05/2022.

MUNICÍPIO DE ITATIAIUÇU/MG - Extrato do 3º termo aditivo ao contrato nº 286/2023. Processo administrativo nº 381/2022 – processo licitatório nº 381/2022 - modalidade: concorrência pública nº 05/2022. Partes: Município de Itatiaiuçu e Ative Comunicação Estratégica Eirelli, inscrita no CNPJ sob o nº 17.243.808/0001-00. Objeto**:** Contratação de empresa para prestação dos serviços de serviços de publicidade ao MUNICÍPIO DE ITATIAIUÇU, conforme definido na Lei 12.232, de 29 de abril de 2010. Acréscimos de até 25%. Fundamentação legal: Art. 65 § 1º da lei 8.666 de 21 de junho de 1.993. **Valor do aditivo: R$614.000,00 (seiscentos e quatorze mil reais**).

Secretária Municipal de Planejamento de Governo.

Publicado por:
Tathiana Dionísia Hilda de Oliveira
Código Identificador:BD64EE92

SECRETARIA DE TRANSPORTES E VIAS PÚBLICAS
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 407/2024. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 099/2023 – MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 071/2023.

MUNICÍPIO DE ITATIAIUÇU/MG - Extrato do 4º termo aditivo ao contrato nº 407/2024. Processo administrativo nº 099/2023 – modalidade: pregão eletrônico nº 071/2023. Partes: Município de Itatiaiuçu e Pavlix Engenharia e Construções Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 19.213.016/0001-00**,** Transinal Sinalização Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 06.326.788/0001-0, ambas designadas como Consórcio Cordilheira do Espinhaço, inscrito no CNPJ sob o nº 50.529.782/0001-29. Fundamentação legal: art. 65, inciso I, alínea "b", da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. **Valor suprimido: R$22.022.963,09 (vinte e dois milhões, vinte e dois mil, novecentos e sessenta e três reais e nove centavos)**.

Secretário Municipal de Transportes e Vias Públicas.

Secretário Municipal de Infraestrutura.

Publicado por:
Tathiana Dionísia Hilda de Oliveira
Código Identificador:B2BB8EDE

SECRETARIA DE TRANSPORTES E VIAS PÚBLICAS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 272/2026 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 272/2026 - MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.238/2026, PARA REGISTRO DE PREÇOS. EXTRATO DO CONTRATO Nº 541/2026.

Processo administrativo nº 272/2026 - processo licitatório nº 272/2026 - modalidade pregão eletrônico nº 90.238/2026, para registro de preços. **Extrato do Contrato nº 541/2026**. Partes: Município de Itatiaiuçu e Licita Viçosa Comércio em Geral Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 53.163.989/0001-10. **Objeto:** "**Compra** (art. 6º, inciso X, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021) de madeiras e pregos, **para registro de preços e** fornecimento parcelado, **com itens destinados à ampla concorrência (itens 01, 03, 05, 06 e 08) e os demais exclusivos para participação de microempresas – ME, empresas de pequeno porte – EPP ou equiparadas,** observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos nos termos e condições descritos e especificados neste edital, especialmente no Anexo I (Termo de Referência)". **Valor do contrato R$108.300,00 (cento e oito mil e trezentos reais). Vigência: 20/08/2026 até 31/12/2026**.

Secretário Municipal de Transportes e Vias Públicas.

Publicado por:
Tathiana Dionísia Hilda de Oliveira
Código Identificador:0FCBBF32

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JACUÍ

CONTRATOS E LICITAÇÕES
EXTRATO CONTRATO 70/2026

O MUNICÍPIO DE JACUÍ/MG torna público o Extrato do Contrato nº 70/2026, referente ao Processo Administrativo nº 104/2026, decorrente da adesão à Ata de Registro de Preços nº 07/2026, oriunda do Pregão Eletrônico nº 01/2026, Processo Licitatório nº 20251218002VBHX, do Consórcio Intermunicipal do Agreste Alagoano. CONTRATADA: **GIVEL – GIVALDO VEÍCULOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 08.571.437/0001-97. VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ **119.493,33 (Cento e dezenove mil, quatrocentos e noventa e três reais e trinta e três centavos).** OBJETO: **Aquisição de 01 (um) veículo pick-up cabine simples, destinado ao fortalecimento e modernização dos serviços de infraestrutura rural e urbana do Município de Jacuí/MG, proporcionando maior agilidade no transporte de equipes, materiais e equipamentos de pequeno porte.** VIGÊNCIA: 25/08/2026 a 25/02/2027.

MARIA CONCEIÇÃO DOS REIS PEREIRA.
Prefeita Municipal

Publicado por:
Joice Cristiane da Silva Vidigal
Código Identificador:A5022E66

CONTRATOS E LICITAÇÕES
EXTRATO CONTRATO 71/2026

O MUNICÍPIO DE JACUÍ/MG torna público o Extrato do Contrato nº 71/2026, referente ao Processo Administrativo nº 105/2026, decorrente da adesão à Ata de Registro de Preços nº 07/2026, oriunda do Pregão Eletrônico nº 01/2026, Processo Licitatório nº 20251218002VBHX, do Consórcio Intermunicipal do Agreste Alagoano. CONTRATADA: **GIVEL – GIVALDO VEÍCULOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 08.571.437/0001-97. VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ **98.000,00 (Noventa e oito mil reais).** OBJETO: **Aquisição de 01 (um) veículo de passeio, zero quilômetro, com capacidade para 05 (cinco) lugares, destinado ao transporte de equipes das Secretarias Municipais de Saúde do Município de Jacuí/MG, conforme especificações constantes da Ata de Registro de Preços aderida e dos documentos que instruem o processo de contratação**. VIGÊNCIA: 25/08/2026 a 25/02/2027.

MARIA CONCEIÇÃO DOS REIS PEREIRA.
Prefeita Municipal

Publicado por:
Joice Cristiane da Silva Vidigal
Código Identificador:325DD430

CONTRATOS E LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO ADITIVO

Município de Jacuí/MG torna público extrato do Termo Aditivo nº. 03 ao Contrato n°. 52/2023, referente ao Processo n°. 136/2023, Credenciamento n°. 04/2023 – CONTRATADA: **Assistência Médica Maria Beatriz – EIRELI – ME,** CNPJ n° 19.587.644/0001-56**. Objeto**: Este Termo Aditivo tem por objeto extensão do prazo da vigência, compreendendo o período de 01 de setembro de 2026 e ficará estendido até 01 de setembro de 2027, e reajuste de valor de acordo com o índice INPC acumulado em 12 meses.

MARIA CONCEIÇÃO DOS REIS PEREIRA.
Prefeita –

Publicado por:
João Pedro Alves Clarismunde
Código Identificador:6ECFE072

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JAPARAIBA

LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 020/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 170/2025 CONCORRÊNCIA Nº 004/2024

OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto o acréscimo de valor decorrente da alteração dos quantitativos de determinados itens constantes da planilha orçamentária, bem como da inclusão de novos itens e da supressão de outros itens originalmente previstos na referida planilha, referente a "Contratação de empresa especializada para OBRA DE REFORMA DO SALÃO COMUNITÁRIO JOÃO LUIZ BORGES, na comunidade rural de São Domingos dos Borges", nos termos previstos no § 1º do artigo 124 da Lei 14.133/21.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Japaraíba – MG.

CONTRATADA: MALTA CONSTRUCAO & INCORPORACAO LTDA
CNPJ: 23.068.764/0001-14.

DO VALOR ADITIVADO:

2.1 - O valor do Acréscimo é de **R$ 14.192,79** (quatorze mil cento e noventa e dois reais e setenta e nove centavos);

2.2 - O valor de supressão é de **R$ 32.123,34** (trinta e dois mil cento e vinte e três reais e trinta e quatro centavos).

DO NOVO VALOR DO CONTRATO:

2.2 – O valor total do contrato passará a vigorar com o valor de R$ 77.209,03 (setenta e sete mil duzentos e nove reais e três centavos).

Japaraíba, 26 de maio de 2026.

ALAN TEIXEIRA BORGES
Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

Publicado por:
Jose Augusto Dos Reis
Código Identificador:B647A103

LICITAÇÃO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 020/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 170/2025 CONCORRÊNCIA Nº 004/2024

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência constante na Cláusula Segunda do Contrato nº 020/2026, pelo período de mais 06 (seis) meses, baseado no art. 107 da Lei nº 14.133/21.

CONTRATANTE: PREFEITURA DE JAPARAÍBA
CONTRATADA: EMPRESA MALTA CONSTRUCAO & INCORPORACAO LTDA, **CNPJ/MF: nº 23.068.764/0001-14**

VIGÊNCIA: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato nº 020/2026, com vencimento para 20 de maio de 2026, passando a vigorar até 19 de novembro de 2026, podendo ser prorrogado.

Japaraíba, 19 de maio de 2026.

ALAN TEIXEIRA BORGES
Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

Publicado por:
Jose Augusto Dos Reis
Código Identificador:9C6C752D

LICITAÇÃO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO N° 141/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 059/2026 REGISTRO DE PREÇOS Nº 044/2026

A Prefeitura Municipal de Japaraíba/MG, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 059/2026,** do tipo **MENOR VALOR POR ITEM,** no **dia 14 de setembro de 2026 às 09:00 horas,** no site www.licitanet.com.br , cujo objeto é o "Registro de Preços visando a futura, eventual e parcelada aquisição de insumos e materiais médico-

hospitalares de consumo ambulatorial, destinados à manutenção contínua dos serviços públicos de saúde das Unidades de Saúde de Japaraíba, Distrito de Capoeirão, Unidades Básicas de Saúde (UBS), Estratégias de Saúde da Família (ESF) e Policlínica, no âmbito de atuação da Secretaria Municipal de Saúde de Japaraíba/MG". Os interessados **poderão adquirir o edital completo** no endereço acima citado ou obter informações no horário de **12:00 às 17:00 horas**, de segunda a sexta feira, pelo telefone (37) 3354-1112, ramal 219 ou *e-mail*: licitacao@japaraiba.mg.gov.br ou pelo site: www.japaraiba.mg.gov.br.

Japaraíba, 26 de agosto de 2026

AMANDA CAROLINE SOARES
Setor de Licitações

Publicado por:
Amanda Caroline Soares
Código Identificador:54E809D2

LICITAÇÃO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO N° 143/2026 CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 004/2026

A Prefeitura Municipal de Japaraíba/MG, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 004/2026,** do tipo **MENOR VALOR GLOBAL POR LOTE,** no **dia 06 de outubro de 2026 às 09:00 horas,** na sede da Prefeitura Municipal situada à Rua Nossa Senhora do Rosário, nº 29, Centro, em Japaraíba/MG, cujo objeto é a "Contratação de empresas especializadas para a execução das obras e dos serviços de Reforma e Revitalização da Praça André e Chiquinha, localizada no Município de Japaraíba/MG, com o objeto dividido em dois lotes: Lote 01 – Obra civil e infraestrutura; e Lote 02 – Implantação paisagística". Os interessados **poderão adquirir o edital completo** no endereço acima citado ou obter informações no horário de **12:00 às 17:00 horas**, de segunda a sexta feira, pelo telefone (37) 3354-1112, ramal 219 ou e-mail: licitacao@japaraiba.mg.gov.br ou pelo site: www.japaraiba.mg.gov.br.

Japaraíba, 26 de agosto de 2026

MARIA CECÍLIA ALVES PEREIRA
Setor de Licitações

Publicado por:
Maria Cecilia Alves Pereira
Código Identificador:BC4C4E44

MUNICIPIO DE JAPARAIBA
LEI N º 1.332/2026 DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O POVO DO MUNICÍPIO DE JAPARAÍBA, Estado de MINAS GERAIS, através de seus representantes legais, aprovou e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente mediante Decreto até o montante de R$ 545.000,00 (quinhentos e quarenta e cinco mil reais) conforme detalhamento a seguir:

CLASSIFICAÇÃO	DOTAÇÃO	FICHA	DR	VALOR
UNIDADE:	**02.09.03 – SECRETARIA MUNIC DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS**			
04 122 0004 1001	INVESTIMENTOS EM IMOVÉIS DE DOMÍNIO PATRIMONIAL DE USO CIVIL			
449051	Obras e Instalações		2500	R$ 125.000,00
25 752 0012 2119	AMPLIAÇÃO DA REDE DE ELETRIFICAÇÃO E ILUMINAÇÃO PÚBLICA			
449051	Obras e Instalações		2500	R$ 420.000,00
TOTAL.....				**R$ 545.000,00**

Art. 2º - Como fonte de recursos para à abertura do referido Crédito Adicional Suplementar acima mencionado, fica o Poder Executivo autorizado a utilizar os seguintes recursos:
Superávit financeiro por fonte de recursos apurado em balanço do exercício anterior no valor de R$ R$ 545.000,00 (quinhentos e quarenta e cinco mil reais), e em conformidade com o art. 43, §2º da Lei nº 4.320/1964, observando-se ainda o art. 8º e seu Parágrafo único, da lei Complementar 101/2000 que trata da exclusividade para a utilização de recursos, conforme detalhamento a seguir:

DR		DESCRIÇÃO	VALOR
2.500		Recursos não vinculados de impostos	R$ 545.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Japaraíba / MG, em 19 de agosto de 2026.

GERALDO ALEXANDRE LOPES
Prefeito Municipal

LAELSON DE LIMA
Assessor Jurídico

Publicado por:
Hélder de Carvalho Reis
Código Identificador:70CB3763

MUNICIPIO DE JAPARAIBA
LEI N º 1.333 /2026 DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O POVO DO MUNICÍPIO DE JAPARAÍBA, Estado de MINAS GERAIS, através de seus representantes legais, aprovou e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente mediante Decreto até o montante de R$ 654.000,00 (seiscentos e cinquenta e quatro mil reais) conforme detalhamento a seguir:

CLASSIFICAÇÃO	DOTAÇÃO	FICHA	FONTE	VALOR
UNIDADE:	**02.06.02 – SUBSECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**			
12 361 0008 2052	AQUISIÇÃO DE UNIFORMES, MATERIAL DIDÁTICO E PEDAGÓGICO – ENSINO FUNDAMENTAL			
33 90 32	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita		2500	R$ 336.000,00
12 365 0008 2059	AQUISIÇÃO DE UNIFORMES, MATERIAL DIDÁTICO E PEDAGÓGICO – ENSINO INFANTIL			
33 90 32	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita		2500	R$ 179.000,00
12 361 0008 2062	AQUISIÇÃO DE UNIFORMES, MATERIAL DIDÁTICO E PEDAGÓGICO – CRECHES			
33 90 32	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita		2500	R$ 139.000,00
TOTAL.....				**R$ 654.000,00**

Art. 2º - Como fonte de recursos para à abertura do referido Crédito Adicional Suplementar acima mencionado, fica o Poder Executivo autorizado a utilizar os seguintes recursos:
Superávit financeiro por fonte de recursos apurado em balanço do exercício anterior no valor de R$ 654.000,00 (seiscentos e cinquenta e quatro mil reais), e em conformidade com o art. 43, §2º da Lei nº 4.320/1964, observando-se ainda o art. 8º e seu Parágrafo único, da lei Complementar 101/2000 que trata da exclusividade para a utilização de recursos, conforme detalhamento a seguir:

FONTE	DESCRIÇÃO	VALOR
2.500	Recursos não vinculados de impostos	R$ 654.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Japaraíba / MG, em 19 de agosto de 2026.

GERALDO ALEXANDRE LOPES
Prefeito Municipal

LAELSON DE LIMA
Assessor Jurídico

Publicado por:
Hélder de Carvalho Reis
Código Identificador:2FAF21FB

MUNICIPIO DE JAPARAIBA
PORTARIA N° 109/2026. DE 17 DE AGOSTO DE 2026. "FICA CONVOCADO OS CANDIDATOS APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO REGIDO PELO EDITAL Nº 01/2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE JAPARAIBA, ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela lei Orgânica Municipal, e
CONSIDERANDO a homologação do resultado final do Concurso Público para provimento de cargos do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Japaraíba, regido pelo Edital nº 01/2024;
CONSIDERANDO a classificação final das candidatas no referido certame, publicada no Diário Oficial em 12 de novembro de 2025;

CONSIDERANDO o disposto no art. 13 e seguintes da Lei Complementar nº 028, de 10 de novembro de 2009 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Japaraíba);

RESOLVE:

Art. 1º. Fica convocado as candidatas abaixo relacionadas, aprovada no Concurso Público regido pelo Edital nº 01/2024, para comparecerem ao setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Japaraíba, a fim de darem continuidade ao processo de contratação:

NOME COMPLETO	CARGO	CLASSIFICAÇÃO
NAIÊLY INÁCIO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	7º Lugar
MARIA EDUARDA LOPES FERREIRA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO (PCD)	1º Lugar vaga PCD
JOSIANE FABIANA DE CARVALHO	AUXILIAR DE SERVIÇOS	7º Lugar
LUCIANA DA TRINDADE VIANA MUNIZ	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA I – PEB I	5º Lugar

Art. 2º. A candidata convocada por esta portaria deverá apresentar-se ao setor de Recursos Humanos no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de publicação deste ato, para dar continuidade às etapas necessárias ao processo de contratação. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, mediante requerimento fundamentado do(a) interessado(a), nos termos do art. 28, § 1º, da Lei Complementar nº 028/2009.

Art. 3º A posse fica condicionada à apresentação de toda a documentação exigida no item 9.2 do Edital nº 01/2024 e à comprovação de aptidão física e mental em exame médico admissional, conforme item 10 do mesmo Edital.

Art. 4º A não apresentação da candidata no prazo estabelecido para continuidade do processo de contratação implicará na revogação deste ato de convocação, nos termos do art. 28, § 4º, da Lei Complementar nº 028/2009.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Japaraíba - MG, 17 de agosto de 2026.

GERALDO ALEXANDRE LOPES
Prefeito Municipal de Japaraíba

Publicado por:
Hélder de Carvalho Reis
Código Identificador:BACD7CF4

MUNICIPIO DE JAPARAIBA
PORTARIA N° 110 DE 19 DE AGOSTO DE 2026. "DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO SERVIDOR NO CARGO COMISSIONADO QUE MENCIONA"

GERALDO ALEXANDRE LOPES, Prefeito do Município de Japaraíba, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere a legislação vigente,
RESOLVE:
Art. 1º Fica exonerada a Sra. **NATALIA APARECIDA FERNANDES**, brasileira, casada, portadora da Carteira de Identidade nº MG-22.067.071, e do CPF nº 156.026.336-93, do cargo comissionado de **DIRETOR GERAL** do Município de Japaraíba, para o qual foi nomeada por meio da **Portaria nº 090/2026**, de 01 de junho de 2026.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Japaraíba - MG, 19 de agosto de 2026.

GERALDO ALEXANDRE LOPES
Prefeito do Município

Publicado por:
Hélder de Carvalho Reis
Código Identificador:5321361B

MUNICIPIO DE JAPARAIBA
PORTARIA N° 111/2026 DE 20 DE AGOSTO DE 2026.
"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR NO CARGO COMISSIONADO QUE MENCIONA"

GERALDO ALEXANDRE LOPES, Prefeito do Município de Japaraíba, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1° - Nomear a Sra. **NATALIA APARECIDA FERNANDES**, brasileira, casada, portadora da identidade MG-22.067.071 e do CPF 156.026.336-93 para o cargo comissionado de **TESOUREIRO MUNICIPAL**.

Art. 2º - Compete à servidora designada no artigo anterior:
I - Realizar pagamento de fornecedores, alimentar o sistema com entradas e saídas, efetuar atendimento ao cliente e fechamento geral;

II. atuar com rotinas administrativas e financeiras de tesouraria, lançamentos contábeis e conciliações bancárias, despesas realizadas e demais tributos, conferir e lançar boletos relativos a compras, cálculos e recebimentos de receitas, fechar o caixa diariamente, conferir e lançar cheques;

III. efetuar conferência do movimento financeiro, acompanhar orçamentos e do fluxo de caixa, emissão de cheques, notas fiscais e outros documentos referentes ao setor de tesouraria;

IV. se responsabilizar pelas contas e cobranças a receber ou a pagar, controle do fluxo financeiro e da organização do caixa do Município e aplicação de recursos financeiros;

V. planejar, organizar, dirigir e controlar os serviços da tesouraria, elaborar e analisar o planejamento do capital, viabilizando os melhores investimentos para adquirir valores de forma segura, fazer um estudo verificando qual investimento trará maior rentabilidade e saber qual é o limite de crédito mais viável para a instituição;

VI. verificar as necessidades e negociar uma linha de crédito com menos custos nos empréstimos e financiamentos, estudar as operações financeiras com intuito de eliminar ou reduzir variações indesejáveis;

VII. Ordenar pagamentos e assinar respectivo empenhos.

VIII. exercer outras atividades correlatas

Art. 3° - Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

Japaraíba - MG, 20 de agosto de 2026.

GERALDO ALEXANDRE LOPES
Prefeito do Município

Publicado por:
Hélder de Carvalho Reis
Código Identificador:2404F5D2

MUNICIPIO DE JAPARAIBA
PORTARIA N.º 99/2026 DE 05 DE AGOSTO DE 2026.
INSTITUI O COMITÊ MUNICIPAL DE ELABORAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DO PLANO DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL, DESIGNA SEUS MEMBROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Japaraíba, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI e XXX do art. 79 da Lei Orgânica do Município, e

Considerando que, nos termos do inciso XV do art. 212-A da Constituição Federal, incluído pela Emenda Constitucional nº 135, de 20 de dezembro de 2024, a partir do exercício de 2026 os Municípios devem destinar no mínimo 4% (quatro por cento) dos recursos do Fundeb à criação de matrículas em tempo integral na educação básica;

Considerando que a Resolução CIF/SEB/MEC nº 23, de 17 de março de 2026, regulamenta as diretrizes para essa destinação e determina que as estimativas anuais de criação de matrículas e as respectivas ações planejadas sejam registradas no Plano de Expansão da Educação Integral em Tempo Integral, a ser registrado no prazo de até 60 (sessenta) dias após a disponibilização do instrumento pelo Ministério da Educação (itens 2.10 e 3.1.2 do Anexo);

Considerando as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral, fixadas pela Resolução CNE/CEB nº 7, de 1º de agosto de 2025;

Considerando as orientações do Guia de Apoio Técnico ao Plano de Expansão da Educação Integral em Tempo Integral (MEC/SEB, 2026) e do Guia para a Alocação e Distribuição de Matrículas em Tempo Integral com Eficiência e Equidade (SEB/MEC, 2023);

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituído o Comitê Municipal de Elaboração, Acompanhamento e Monitoramento do Plano de Expansão da Educação Integral em Tempo Integral (Comitê EITI), vinculado à Secretaria Municipal de Educação, com a finalidade de coordenar a elaboração do Plano, acompanhar sua implementação e monitorar seu cumprimento, em conformidade com as orientações do Ministério da Educação.
§ 1º O Comitê terá natureza consultiva e propositiva quanto ao processo de elaboração do Plano, cabendo ao titular da Secretaria Municipal de Educação a aprovação técnica das metas, mediante despacho fundamentado, e ao Chefe do Poder Executivo a homologação do Plano e dos atos dele decorrentes.
§ 2º O Comitê atuará em articulação com as escolas da rede municipal, o Conselho Municipal de Educação e o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb (CACS-Fundeb).

Art. 2º O Comitê será composto pelos seguintes membros titulares, designados na forma do Anexo Único desta Portaria:
I – o titular da Secretaria Municipal de Educação, ou seu representante, que o presidirá;
II – 1 (um) representante da coordenação pedagógica da Secretaria Municipal de Educação;
III – 1 (um) representante da área financeira e orçamentária da Secretaria Municipal de Educação ou do órgão municipal de finanças;
IV – 2 (dois) diretores de escolas municipais, indicados pela Secretaria Municipal de Educação, em representação da rede;
V – 1 (um) representante do Conselho Municipal de Educação (CME);
VI – 1 (um) representante do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb (CACS-Fundeb);
VII – 1 (um) representante da comunidade escolar, indicado pelas associações de pais ou pelos conselhos escolares das unidades da rede municipal.
§ 1º Cada membro titular terá um suplente, indicado na forma do Anexo Único, que o substituirá em suas ausências e impedimentos.
§ 2º O mandato dos membros do Comitê será de 2 (dois) anos, admitida a recondução, inclusive para fins de acompanhamento e monitoramento do Plano durante a sua vigência.
§ 3º A participação no Comitê será considerada serviço público relevante, não remunerada, exercida sem prejuízo das atribuições dos respectivos cargos, e não implicará criação de cargos, empregos ou funções nem aumento de despesa.
§ 4º A participação dos representantes do Conselho Municipal de Educação e do CACS-Fundeb no Comitê não substitui nem prejudica as competências próprias desses colegiados, aos quais compete manifestar-se de forma autônoma sobre o Plano e sobre a aplicação dos recursos.
§ 5º A substituição de membros far-se-á por portaria do Prefeito Municipal, mediante alteração do Anexo Único, observadas a representação prevista no caput e a indicação pelos respectivos órgãos ou entidades, quando for o caso.

Art. 3º Compete ao Comitê Municipal de Elaboração, Acompanhamento e Monitoramento do Plano de Expansão da Educação Integral em Tempo Integral:
I – coordenar a elaboração do diagnóstico da rede municipal, abrangendo as dimensões indicadas, em caráter orientador, no Guia de Apoio Técnico do MEC, tais como: oferta e atendimento; perfil dos estudantes e equidade; infraestrutura das escolas; profissionais da educação; currículo e materiais pedagógicos; transporte, alimentação escolar e saúde; orçamento disponível; resultados educacionais; e equidade e inclusão;
II – promover o processo participativo de escuta da comunidade escolar e do território, com proteção de dados pessoais, nos termos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), observados os princípios da finalidade, da necessidade e da segurança, especialmente quanto aos dados de crianças e adolescentes;
III – propor as metas anuais de expansão de matrículas em tempo integral, por etapa e modalidade, na forma das Tabelas 1 e 2 do Anexo do Guia de Apoio Técnico do MEC, observada a data de referência do Censo Escolar;
IV – acompanhar e zelar pela destinação do mínimo de 4% (quatro por cento) dos recursos do Fundeb à criação de novas matrículas em tempo integral, em articulação com o órgão municipal de finanças, observada a compatibilidade com o planejamento orçamentário-financeiro e o registro das despesas no Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope);
V – propor a alocação e a distribuição das matrículas com eficiência e equidade, priorizando os territórios de maior vulnerabilidade e garantindo atenção às modalidades específicas da educação básica;
VI – elaborar os objetivos e as ações prioritárias do Plano, organizados nas seis dimensões das ações do Plano de Expansão indicadas no Guia de Apoio Técnico do MEC, em consonância com a Resolução CNE/CEB nº 7, de 2025;
VII – acompanhar e monitorar a execução do Plano, inclusive quanto à execução orçamentária, à permanência e à equidade, propor as suas atualizações periódicas e apresentar relatório trimestral de monitoramento ao titular da Secretaria Municipal de Educação, com ciência ao CACS-Fundeb e ao órgão de controle interno do Município;
VIII – promover a transparência do processo e a participação social, inclusive mediante a apresentação do Plano ao Conselho Municipal de Educação e ao CACS-Fundeb e a sua divulgação à comunidade escolar.

Art. 4º O Comitê reunir-se-á, em caráter ordinário, semanalmente durante o período de elaboração do Plano e, após a sua aprovação, trimestralmente para fins de monitoramento, e, em caráter extraordinário, sempre que convocado por seu presidente ou pela maioria de seus membros.
§ 1º As deliberações serão tomadas por maioria simples dos presentes, com quórum mínimo de maioria absoluta de seus membros, lavrando-se ata de cada reunião.

§ 2º Em caso de empate, o presidente do Comitê terá o voto de qualidade.
§ 3º Em caso de urgência que comprometa o cumprimento do cronograma, o presidente do Comitê poderá decidir ad referendum do colegiado, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, submetendo a decisão à ratificação na primeira reunião subsequente, com registro fundamentado em ata.

Art. 5º O Comitê deverá concluir a elaboração do Plano no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados da publicação desta Portaria, cabendo ao titular da Secretaria Municipal de Educação promover o registro do Plano na ferramenta disponibilizada pelo Ministério da Educação no prazo de até 60 (sessenta) dias após a sua disponibilização, nos termos do item 3.1.2 do Anexo da Resolução CIF/SEB/MEC nº 23, de 2026.
Parágrafo único. O prazo previsto no caput poderá ser prorrogado, mediante justificativa, por ato do titular da Secretaria Municipal de Educação, respeitado o prazo federal para o registro do Plano.

Art. 6º Os casos omissos serão resolvidos pelo titular da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Japaraíba/MG, 05 de agosto de 2026.

GERALDO ALEXANDRE LOPES
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

Relação nominal dos membros titulares e suplentes do Comitê EITI

Representação	Membro Titular	Membro Suplente
Secretaria Municipal de Educação (Presidente)	Roberta Aparecida Lopes Rabelo	Juliana Mendes Prado
Coordenação Pedagógica - SME	Michele Araújo da Silva Alcântara	Mirlene Lúcia Ferreira
Área Financeira e Orçamentária - SME	Geraldo Heleno Borges	Edilene Aparecida Lopes Rocha
Direção de Escola Municipal (1)	Bruna Mendonça Marcos Silva	Elizângela Gonçalves da Silva
Direção de Escola Municipal (2)	Anael Morais Delfino	Rafaella Lopes Pereira
Conselho Municipal de Educação (CME)	Fernanda Terezinha da Silva	Vanilda Florêncio Dias
Conselho do Fundeb (CACS-Fundeb)	Cristiane Florêncio Dias	Debora de Souza Reis
Comunidade Escolar (associações de pais ou conselhos escolares)	Luana de Cassia Pereira Lamounier	Maria Eduarda Dias Miranda

Publicado por:
Hélder de Carvalho Reis
Código Identificador:9B8AC54E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JEQUITIBA

COMISSÃO DE LICITAÇÕES/CONTRATOS
PROCESSO LICITATÓRIO 67/2026 PREGÃO ELETRÔNICO 16/2026 ATA DE REGISTRO DE PREÇO 66/2026

O município de Jequitibá/MG torna público aos interessados ao processo licitatório nº 67/2025 Pregão Eletrônico nº 16/2026**."REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PODA, SUPRESSÃO, SECÇÃO DE RAIZES DE ARVORES, LIMPEZA E TRANSPORTE DO MATERIAL SUPRIMIDO ATÉ O LOCAL DE DESTINO DESIGNADO NO MUNICÍPIO DE JEQUITIBÁ"**. **ATA REGISTRO DE PREÇOS 66/2026**. Licitante Proponente: FENIX SERVIÇOS E PRODUTOS LTDA. Assinatura 24/08/2026. Valor: R$ 23.950,00 (VINTE E TRÊS MIL E NOVECENTOS E CINQUENTA REAIS) período de 12 (doze) meses. A íntegra do processo e contrato, com todas as exigências, condições e especificações estabelecidas, está à disposição dos interessados no setor de licitações da Prefeitura Municipal de jequitibá/MG, situada na Avenida Raimundo Ribeiro da Silva, nº 145– Centro –Jequitibá/MG, ou no site oficial do município:www.jequitiba.mg.gov.brou ainda no site de licitações Licitar Digital:www.licitardigital.com.br. Leis Federais 14.133/2021. Mais informações poderão ser obtidas através dos telefones (31) 2233 0100 - (31) 3717-6222.

WILIAM W. LOPES DE ALMEIDA –
Agente de Contratação e

DOUGLAS SOARES RODRIGUES –
Pregoeiro.

Publicado por:
Joao Gabriel Lopes Reis
Código Identificador:ECFE66F7

COMISSÃO DE LICITAÇÕES/CONTRATOS
PROCESSO LICITATÓRIO 67/2026 PREGÃO ELETRÔNICO 16/2026 ATA REGISTRO DE PREÇO 67/2026

O município de Jequitibá/MG torna público aos interessados ao processo licitatório nº 67/2025 Pregão Eletrônico nº 16/2026**."REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PODA, SUPRESSÃO, SECÇÃO DE RAIZES DE ARVORES, LIMPEZA E TRANSPORTE DO MATERIAL SUPRIMIDO ATÉ O LOCAL DE DESTINO DESIGNADO NO MUNICÍPIO DE JEQUITIBÁ"**. **ATA REGISTRO DE PREÇOS 67/2026**. Licitante Proponente: IDEAL PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA. Assinatura 24/08/2026. Valor: R$ 12.529,80 (DOZE MIL E QUINHENTOS E VINTE E NOVE REAIS E OITENTA CENTAVOS) período 12 (doze) meses. A íntegra do processo e contrato, com todas as exigências, condições e especificações estabelecidas, está à disposição dos interessados no setor de licitações da Prefeitura Municipal de jequitibá/MG, situada na Avenida Raimundo Ribeiro da Silva, nº 145– Centro –Jequitibá/MG, ou no site oficial do município:www.jequitiba.mg.gov.brou ainda no site de licitações Licitar Digital:www.licitardigital.com.br. Leis Federais 14.133/2021. Mais informações poderão ser obtidas através dos telefones (31) 2233 0100 - (31) 3717-6222.

WILIAM W. LOPES DE ALMEIDA –
Agente de Contratação E

DOUGLAS SOARES RODRIGUES –
Pregoeiro.

Publicado por:
Joao Gabriel Lopes Reis
Código Identificador:DCA274ED

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JOÃO MONLEVADE

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
ATO DE HOMOLOGAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Homologo a Inexigibilidade de Licitação nº 016/2026, fundamentada no caput do Art. 74, da Lei 14.133/21 e suas posteriores alterações e Parecer Jurídico nº 654/2026.

Objeto: "CONTRATAÇÃO DA CORPORAÇÃO MUSICAL GUARANY, REPRESENTADA POR ULETE LÚCIO MOTA, ARTISTA DE RENOME REGIONAL, COM A PROPOSTA "APRESENTAÇÃO DA CORPORAÇÃO GUARANY", QUE SE APRESENTARÁ NAS COMEMORAÇÕES DO 07 DE SETEMBRO, NO DIA 07 DE SETEMBRO DE 2026, NA PRAÇA SETE.

Prestadores:

Nº	NOME	CNPJ / CPF	VALOR – R$
01	CORPORAÇÃO MUSICAL GUARANY	18.401.315/0001-06	11.000,00
		VALOR GLOBAL	11.000,00

Condições de pagamento: Faturamento devidamente aprovado pela Fundação Casa de Cultura.

Dotação Orçamentária:

03003001.1339213022.128, 33.90.39, Ficha 656, Fonte 1500000000

João Monlevade, 26 de agosto de 2026.

NADJA LÍRIO FURTADO
Diretora Presidente
Fundação Casa de Cultura

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:BD706BA8

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
ATO DE HOMOLOGAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Homologo a Inexigibilidade de Licitação nº 015/2026, fundamentada no caput do Art. 74, da Lei 14.133/21 e suas posteriores alterações e Parecer Jurídico nº 653/2026.

Objeto: "CONTRATAÇÃO DE JÚLIO CÉSAR FRAGA DE ARAÚJO, REPRESENTANTE DA BANDA BLUE OVER RED, A SE APRESENTAR NO 15º TRILHÃO DE MONLEVADE, DIA 13 DE SETEMBRO DE 2026, NO FINAL DA AVENIDA CASTELO BRANCO".

Prestadores:

Nº	NOME	CNPJ / CPF	VALOR – R$
01	JÚLIO CÉSAR FRAGA DE ARAÚJO	119.223.426-02	5.900,00
		VALOR GLOBAL	5.900,00

Condições de pagamento: Faturamento devidamente aprovado pela Fundação Casa de Cultura.

Dotação Orçamentária:

03003001.1339213022.128, 33.90.36, Ficha 655, Fonte 1500000000.

João Monlevade, 26 de agosto de 2026.

NADJA LÍRIO FURTADO
Diretora Presidente
Fundação Casa de Cultura

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:798346D1

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
DECRETO Nº 141/2026 DE 01 DE JULHO DE 2026

ABRE CRÉDITOS SUPLEMENTARES ÀS DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE .

O **PREFEITO MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE**, no uso das suas atribuições legais, conferidas pelo art. 52, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal; Lei Municipal nº 2778/2025, de 29 de dezembro de 2025, e art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320/1.964.

Decreta:

Art. 1° Ficam abertos créditos adicionais Suplementares para suprir as seguintes dotações do orçamento vigente:

Dotações Suplementadas
Recurso:Suplementação/Anulação Dotação
Ficha 540 Dotação 03001002.1712217012.117.31909100000
Órgão 03001 - DEPTO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTO
Unidade 002 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA
Função 17 - SANEAMENTO
Subfunção 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa 1701 - APOIO ADMINISTRATIVO - DAE
Projeto 2.117 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA
Elemento 31909100000 - SENTENÇAS JUDICIAIS
Fonte 17530000000 - Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos
Valor R$ 5.286,16
Ficha 541 Dotação 03001002.1712217012.117.31909400000
Órgão 03001 - DEPTO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTO
Unidade 002 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA
Função 17 - SANEAMENTO
Subfunção 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa 1701 - APOIO ADMINISTRATIVO - DAE
Projeto 2.117 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA
Elemento 31909400000 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS
Fonte 17530000000 - Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos
Valor R$ 6.115,04
Ficha 545 Dotação 03001002.1712217012.117.33903500000
Órgão 03001 - DEPTO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTO
Unidade 002 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA
Função 17 - SANEAMENTO
Subfunção 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa 1701 - APOIO ADMINISTRATIVO - DAE
Projeto 2.117 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA
Elemento 33903500000 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA
Fonte 17530000000 - Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos
Valor R$ 68.917,20
Ficha 548Dotação 03001002.1712217012.117.33904600000
Órgão 03001 - DEPTO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTO
Unidade 002 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA
Função 17 - SANEAMENTO
Subfunção 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa 1701 - APOIO ADMINISTRATIVO - DAE
Projeto 2.117 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA
Elemento 33904600000 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO
Fonte 17530000000 - Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos
Valor R$ 23.099,65
Ficha 561 Dotação 03001003.1751217021.030.44903900000
Órgão 03001 - DEPTO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTO
Unidade 003 - DIVISÃO DE OPERAÇÃO
Função 17 - SANEAMENTO
Subfunção 512 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO
Programa 1702 - ABASTECIMENTO PÚBLICO
Projeto 1.030 - ELABORAÇÃO DE PROJETO DE UTR - UNIDADE DE TRATAMENTO DE RESÍDUO
Elemento 44903900000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte 17530000000 - Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos
Valor R$ 285,59
Ficha 562 Dotação 03001003.1751217022.120.31900400000

Órgão 03001 - DEPTO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTO
Unidade 003 - DIVISÃO DE OPERAÇÃO
Função 17 - SANEAMENTO
Subfunção 512 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO
Programa 1702 - ABASTECIMENTO PÚBLICO
Projeto 2.120 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA
Elemento 31900400000 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO
Fonte 17530000000 - Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos
Valor R$ 223.300,00
Ficha 566 Dotação 03001003.1751217022.120.31909400000
Órgão 03001 - DEPTO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTO
Unidade 003 - DIVISÃO DE OPERAÇÃO
Função 17 - SANEAMENTO

Subfunção 512 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO
Programa 1702 - ABASTECIMENTO PÚBLICO
Projeto 2.120 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA
Elemento 31909400000 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS
Fonte 17530000000 - Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos
Valor R$ 95.045,97
Ficha 570 Dotação 03001003.1751217022.120.33904600000
Órgão 03001 - DEPTO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTO
Unidade 003 - DIVISÃO DE OPERAÇÃO
Função 17 - SANEAMENTO
Subfunção 512 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO
Programa 1702 - ABASTECIMENTO PÚBLICO
Projeto 2.120 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA
Elemento 33904600000 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO
Fonte 17530000000 - Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos
Valor R$ 393.540,87
Ficha 574 Dotação 03001003.1751217031.031.44905100000
Órgão 03001 - DEPTO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTO
Unidade 003 - DIVISÃO DE OPERAÇÃO
Função 17 - SANEAMENTO
Subfunção 512 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO
Programa 1703 - COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO
Projeto 1.031 - CONSTRUÇÃO DE ETE e#39;S OU SISTEMAS DE TRATAMENTO DE ESGOTO DE BAIXO CUSTO
Elemento 44905100000 - OBRAS E INSTALAÇÕES
Fonte 17530000000 - Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos
Valor R$ 498.253,30
Ficha 580 Dotação 03001003.1751217032.121.31909400000
Órgão 03001 - DEPTO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTO
Unidade 003 - DIVISÃO DE OPERAÇÃO
Função 17 - SANEAMENTO
Subfunção 512 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO
Programa 1703 - COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO
Projeto 2.121 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO
Elemento 31909400000 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS
Fonte 17530000000 - Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos
Valor R$ 18.065,79
Ficha 581 Dotação 03001003.1751217032.121.33903000000
Órgão 03001 - DEPTO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTO
Unidade 003 - DIVISÃO DE OPERAÇÃO
Função 17 - SANEAMENTO
Subfunção 512 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO
Programa 1703 - COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO
Projeto 2.121 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO
Elemento 33903000000 - MATERIAL DE CONSUMO

Fonte 17530000000 - Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos
Valor R$ 16.745,83
Ficha 582 Dotação 03001003.1751217032.121.33903900000
Órgão 03001 - DEPTO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTO
Unidade 003 - DIVISÃO DE OPERAÇÃO
Função 17 - SANEAMENTO
Subfunção 512 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO
Programa 1703 - COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO
Projeto 2.121 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO
Elemento 33903900000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte 17530000000 - Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos
Valor R$ 52.499,18
Ficha 608 Dotação 03001003.1751217021.027.44903900000
Órgão 03001 - DEPTO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTO
Unidade 003 - DIVISÃO DE OPERAÇÃO
Função 17 - SANEAMENTO
Subfunção 512 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO
Programa 1702 - ABASTECIMENTO PÚBLICO
Projeto1.027 - AMPLIAÇÃO, REFORMAS E CONSTRUÇÃO EAT, EAB E RECALQUES
Elemento 44903900000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte 17530000000 - Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos
Valor R$ 285,59
Ficha 615 Dotação 03001003.1751217022.120.33909200000
Órgão 03001 - DEPTO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTO
Unidade 003 - DIVISÃO DE OPERAÇÃO
Função 17 - SANEAMENTO
Subfunção 512 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO
Programa 1702 - ABASTECIMENTO PÚBLICO
Projeto 2.120 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA
Elemento 33909200000 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
Fonte 17530000000 - Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos
Valor R$ 4.852,25
Total Recurso:R$ 1.406.292,42
Suplementação/Anulação Dotação: 1.406.292,42 - Um Milhão, Quatrocentos e Seis Mil, Duzentos e Noventa e Dois Reais, Quarenta e Dois Centavos.
Dotações Anuladas
Recurso:Suplementação/Anulação Dotação
Ficha 536 Dotação 03001001.1712217012.116.44905200000
Órgão 03001 - DEPTO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTO
Unidade 001 - DIRETORIA
Função 17 - SANEAMENTO
Subfunção 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa 1701 - APOIO ADMINISTRATIVO - DAE
Projeto 2.116 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA DIRETORIA
Elemento 44905200000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Fonte 17530000000 - Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos
Valor R$ 2.377,33
Ficha 537 Dotação 03001002.1712217012.117.31900400000
Órgão 03001 - DEPTO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTO
Unidade 002 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA
Função 17 - SANEAMENTO
Subfunção 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa 1701 - APOIO ADMINISTRATIVO - DAE
Projeto 2.117 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA
Elemento 31900400000 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO
Fonte 17530000000 - Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos
Valor R$ 6.115,04

Ficha 538 Dotação 03001002.1712217012.117.31901100000
Órgão 03001 - DEPTO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTO
Unidade 002 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA
Função 17 - SANEAMENTO
Subfunção 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa 1701 - APOIO ADMINISTRATIVO - DAE
Projeto 2.117 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA
Elemento 31901100000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
Fonte 17530000000 - Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos
Valor R$ 65.200,00
Ficha 544Dotação 03001002.1712217012.117.33903000000
Órgão 03001 - DEPTO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTO
Unidade 002 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA
Função 17 - SANEAMENTO

Subfunção 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa 1701 - APOIO ADMINISTRATIVO - DAE
Projeto 2.117 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA
Elemento 33903000000 - MATERIAL DE CONSUMO
Fonte 17530000000 - Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos
Valor R$ 79.617,20
Ficha 545 Dotação 03001002.1712217012.117.33903500000
Órgão 03001 - DEPTO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTO
Unidade 002 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA
Função 17 - SANEAMENTO
Subfunção 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa 1701 - APOIO ADMINISTRATIVO - DAE
Projeto 2.117 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA
Elemento 33903500000 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA
Fonte 17530000000 - Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos
Valor R$ 20.000,00
Ficha 547 Dotação 03001002.1712217012.117.33903900000
Órgão 03001 - DEPTO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTO
Unidade 002 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA
Função 17 - SANEAMENTO
Subfunção 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa 1701 - APOIO ADMINISTRATIVO - DAE
Projeto 2.117 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA
Elemento 33903900000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte 17530000000 - Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos
Valor R$ 32.598,83
Ficha 551 Dotação 03001002.1712217012.117.33909100000
Órgão 03001 - DEPTO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTO
Unidade 002 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA
Função 17 - SANEAMENTO
Subfunção 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa 1701 - APOIO ADMINISTRATIVO - DAE
Projeto 2.117 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA
Elemento 33909100000 - SENTENÇAS JUDICIAIS
Fonte 17530000000 - Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos
Valor R$ 5.286,16
Ficha 554 Dotação 03001002.1712217012.117.44905100000
Órgão 03001 - DEPTO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTO
Unidade 002 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA
Função 17 - SANEAMENTO
Subfunção 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa 1701 - APOIO ADMINISTRATIVO - DAE

Projeto 2.117 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA
Elemento 44905100000 - OBRAS E INSTALAÇÕES
Fonte 17530000000 - Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos
Valor R$ 100.000,00
Ficha 557 Dotação 03001003.1751217021.026.44905100000
Órgão 03001 - DEPTO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTO
Unidade 003 - DIVISÃO DE OPERAÇÃO
Função 17 - SANEAMENTO
Subfunção 512 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO
Programa 1702 - ABASTECIMENTO PÚBLICO
Projeto 1.026 - CONSTRUÇÃO DE RESERVATÓRIOS
Elemento 44905100000 - OBRAS E INSTALAÇÕES
Fonte 17530000000 - Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos
Valor R$ 161.050,00
Ficha 558 Dotação 03001003.1751217021.027.44905100000
Órgão 03001 - DEPTO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTO
Unidade 003 - DIVISÃO DE OPERAÇÃO
Função 17 - SANEAMENTO
Subfunção 512 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO
Programa 1702 - ABASTECIMENTO PÚBLICO
Projeto1.027 - AMPLIAÇÃO, REFORMAS E CONSTRUÇÃO EAT, EAB E RECALQUES
Elemento 44905100000 - OBRAS E INSTALAÇÕES
Fonte 17530000000 - Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos
Valor R$ 285,59
Ficha 559 Dotação 03001003.1751217021.028.44903900000
Órgão 03001 - DEPTO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTO
Unidade 003 - DIVISÃO DE OPERAÇÃO
Função 17 - SANEAMENTO
Subfunção 512 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO
Programa 1702 - ABASTECIMENTO PÚBLICO
Projeto 1.028 - MANUTENÇÃO DE AÇÕES DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL
Elemento 44903900000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte 17530000000 - Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos
Valor R$ 98.253,30
Ficha 560 Dotação 03001003.1751217021.029.44905100000
Órgão 03001 - DEPTO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTO
Unidade 003 - DIVISÃO DE OPERAÇÃO
Função 17 - SANEAMENTO
Subfunção 512 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO
Programa 1702 - ABASTECIMENTO PÚBLICO
Projeto 1.029 - GERENCIAMENTO E IMPLANTAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETO DE COMBATE A PERDAS DE ÁGUA TRATADA
Elemento 44905100000 - OBRAS E INSTALAÇÕES
Fonte 17530000000 - Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos
Valor R$ 100.000,00
Ficha 562 Dotação 03001003.1751217022.120.31900400000
Órgão 03001 - DEPTO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTO
Unidade 003 - DIVISÃO DE OPERAÇÃO
Função 17 - SANEAMENTO
Subfunção 512 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO
Programa 1702 - ABASTECIMENTO PÚBLICO
Projeto 2.120 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA
Elemento 31900400000 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO
Fonte 17530000000 - Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos
Valor R$ 7.252,29
Ficha 563 Dotação 03001003.1751217022.120.31901100000
Órgão 03001 - DEPTO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTO

Unidade 003 - DIVISÃO DE OPERAÇÃO
Função 17 - SANEAMENTO
Subfunção 512 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO
Programa 1702 - ABASTECIMENTO PÚBLICO
Projeto 2.120 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA
Elemento 31901100000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
Fonte 17530000000 - Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos
Valor R$ 245.893,68
Ficha 567 Dotação 03001003.1751217022.120.33903000000
Órgão 03001 - DEPTO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTO
Unidade 003 - DIVISÃO DE OPERAÇÃO
Função 17 - SANEAMENTO
Subfunção 512 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO
Programa 1702 - ABASTECIMENTO PÚBLICO
Projeto 2.120 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA
Elemento 33903000000 - MATERIAL DE CONSUMO
Fonte 17530000000 - Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos
Valor R$ 31.520,75
Ficha 569 Dotação 03001003.1751217022.120.33903900000
Órgão 03001 - DEPTO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTO

Unidade 003 - DIVISÃO DE OPERAÇÃO
Função 17 - SANEAMENTO
Subfunção 512 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO
Programa 1702 - ABASTECIMENTO PÚBLICO
Projeto 2.120 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA
Elemento 33903900000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte 17530000000 - Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos
Valor R$ 100.000,00
Ficha 576 Dotação 03001003.1751217031.033.44905100000
Órgão 03001 - DEPTO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTO
Unidade 003 - DIVISÃO DE OPERAÇÃO
Função 17 - SANEAMENTO
Subfunção 512 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO
Programa 1703 - COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO
Projeto 1.033 - ESTRUTURAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTO PARA REGIÕES DISTANTES
Elemento 44905100000 - OBRAS E INSTALAÇÕES
Fonte 17530000000 - Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos
Valor R$ 100.000,00
Ficha 578Dotação 03001003.1751217032.121.31901100000
Órgão 03001 - DEPTO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTO
Unidade 003 - DIVISÃO DE OPERAÇÃO
Função 17 - SANEAMENTO
Subfunção 512 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO
Programa 1703 - COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO
Projeto 2.121 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO
Elemento 31901100000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
Fonte 17530000000 - Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos
Valor R$ 18.065,79
Ficha 583 Dotação 03001003.1751217032.121.33904600000
Órgão 03001 - DEPTO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTO
Unidade 003 - DIVISÃO DE OPERAÇÃO
Função 17 - SANEAMENTO
Subfunção 512 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO
Programa 1703 - COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO
Projeto 2.121 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO
Elemento 33904600000 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO
Fonte 17530000000 - Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos

Valor R$ 118.490,87
Ficha 585 Dotação 03001003.1751217032.121.44905100000
Órgão 03001 - DEPTO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTO
Unidade 003 - DIVISÃO DE OPERAÇÃO
Função 17 - SANEAMENTO
Subfunção 512 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO
Programa 1703 - COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO
Projeto 2.121 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO
Elemento 44905100000 - OBRAS E INSTALAÇÕES
Fonte 17530000000 - Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos
Valor R$ 285,59
Ficha 593 Dotação 03001005.1712217012.119.33903500000
Órgão 03001 - DEPTO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTO
Unidade 005 - DIVISÃO DE CONTROLE INTERNO
Função 17 - SANEAMENTO
Subfunção 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa 1701 - APOIO ADMINISTRATIVO - DAE
Projeto 2.119 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIVISÃO DE CONTROLE INTERNO
Elemento 33903500000 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA
Fonte 17530000000 - Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos
Valor R$ 114.000,00
Total Recurso:R$ 1.406.292,42

Art. 2° Para atender ao disposto no(s) artigo(s) acima, utilizar-se-á como recurso o abaixo descrito, nos termos do artigo 43, parágrafo 1o da Lei 4.320/64. Suplementação/Anulação Dotação: R$1.406.292,42 (Um milhão, quatrocentos e seis mil, duzentos e noventa e dois reais e quarenta e dois centavos).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

João Monlevade, 01 de julho de 2026.

LAÉRCIO JOSÉ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Assessoria de Governo, no décimo terceiro dia do mês de maio de 2026.

CRISTIANO VASCONCELOS ARAÚJO
Assessor de Governo

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:AEB646AC

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO 122° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 126/2021– ASSOCIAÇÃO SÃO VICENTE DE PAULO DE JOÃO MONLEVADE – MG – HOSPITAL GERAL DE URGÊNCIA – TIPO II

Objeto: *"Contratação de ações e serviços de saúde, eletivos ou não, de média e alta complexidade em hemodiálise, de apoio diagnóstico e terapêutico e dos atendimentos de urgência e emergência que contemplam a atenção hospitalar e/ou ambulatorial, inclusive o Pronto Socorro, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS da micro região de João Monlevade/MG, definindo a inserção da CONTRATADA, na rede regionalizada e hierarquizada de ações e serviços de saúde, visando a garantia da atenção integral à saúde dos usuários, com garantia de atendimento ininterrupto"*,
Possibilitar o repasse ao prestador do valor creditado em 11/08/2026, no Fundo Municipal de Saúde, referente ao custeio do Programa Agora Tem Especialista MAC-Componente Cirúrgico – competência abril/2026;
Portaria GM/MS n°9.810 de 27/12/2025.
Valor: R$299.480,45
Dotação orçamentária: 1030210032.060 – 33903900000 – Ficha 465 – F.R. 16000000000.
Data: 25/08/2026

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:877E7D41

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO 3º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO N° 128/2023 – ITAÚ UNIBANCO S.A.

Objeto:"*Contratação de instituição financeira para prestação de serviços, pela contratada, de PAGAMENTOS, ARRECADAÇÃO E O RECEBIMENTO DE TODOS OS IMPOSTOS, TAXAS, MULTAS, CONTRIBUIÇÕES E QUAISQUER OUTRAS RECEITAS QUE FOREM DEVIDAS AO MUNICÍPIO, POR QUAISQUER CONTRIBUINTES, obrigatoriamente em padrão FEBRABAN por intermédio de suas agências, com prestação de contas por meio magnético dos valores arrecadados (via VAN ou transmissão direta)"*, decorrente da Inexigibilidade nº 22/2023, Processo nº 362/2023, com fundamento no Artigo 57 e 65 da Lei 8.666/93 - **Vigência: 29/08/2026 a 28/08/2027 - Valor: R$ 28.833,87 - Dotação Orçamentária:** 04.12304032.028 / 3390390000, Ficha: 157, Fonte de Recurso: 15000000000 **- Data**: 25/08/2026.

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:594475B4

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 77/2024 – DELCIO PESSOA TRANSPORTES LTDA

Objeto: "*CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS COM FORNECIMENTO DE 01 (UM) VEÍCULO TIPO ÔNIBUS RODOVIÁRIO, PARA TRANSPORTAR UNIVERSITÁRIOS, PARTINDO DO MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE COM DESTINO AO VALE DO AÇO*", conforme os termos do Pregão Eletrônico nº. 17/2024, Processo Licitatório nº. 83/2024, com fundamento na Lei 14.133/21. - **Valor: R$665.400,00 – Vigência:** 02/09/2026 a 01/09/2027 - **Dotações Orçamentárias:** 0836412022.048 – 3390390000 – Ficha 167 – F.R. 15000000000- **Data:** 25/08/2026.

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:312E849A

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 78/2024 – MONTEIRO MARTINS VIAGENS E TURISMO LTDA

Objeto: "*CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS COM FORNECIMENTO DE 01 (UM) VEÍCULO TIPO ÔNIBUS RODOVIÁRIO, PARA TRANSPORTAR UNIVERSITÁRIOS, PARTINDO DO MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE COM DESTINO A CIDADE DE ITABIRA/MG"*, decorrente do Pregão Eletrônico nº. 17/2024, Processo Licitatório nº. 83/2024, com fundamento no Artigo 124 da Lei 14.133/2021. - **Valor:** R$237.300,00 – **Vigência: 02/09/2026 a 01/09/2027** - **Dotações Orçamentárias:**0836412022.048 – 33903900000 – Ficha 167 – F.R. 15000000000- **Data:** 25/08/2026

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:82959C87

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
NOTIFICAÇÃO Nº 10/2026 FUNDAÇÃO CASA DE CULTURA DE JOÃO MONLEVADE COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10
NOTIFICADA: CMR SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA. CNPJ: 53.029.729/0001-57
ENDEREÇO: Avenida Amazonas, nº 1.283, Centro, Tumiritinga/MG, CEP: 35.125-000

NOTIFICAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO E INTIMAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE DEFESA

Assunto: Notificação- Instauração de processo administrativo nº 10/2026 para apuração de possíveis infrações administrativas cometidas - Portaria nº 250/2026
Referência: Caso responda esta Notificação, indicar expressamente o Processo nº 10/2026.

Prezada,
A Comissão Permanente de Sindicância e Atos Administrativos nomeada pela Portaria nº 84/2026, vem comunicá-la da instauração de PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA APURAÇÃO DE POSSÍVEIS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS, processo nº 10/2026, de acordo com o art. 75º, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21, referente ao Processo Licitatório 12/2025 , tendo em vista o contido nos autos do Pregão Eletrônico nº 001/2025, contrato administrativo nº 528/2026 pelo descumprimento das obrigações legais, conforme descrito abaixo:

falhas na execução contratual: locação, instalação e operação de grupo gerador de energia;

ausência de responsável técnico

Diante do exposto, nos termos da Lei nº 14.133/21 e em atendimento às disposições editalícias, para que a empresa possa exercer os direitos constitucionais do contraditório e ampla defesa, NOTIFICAMOS V.Sª para apresentar **DEFESA PRÉVIA ESCRITA** relativa aos fatos acima narrados em até 15 (dez) dias úteis do recebimento desta, bem como especificar as provas que pretende

produzir, comprovado por meio de AR (Aviso de Recebimento) ou outro documento hábil, sob pena de aplicação das sanções previstas nos dispositivos acima citados, podendo resultar na aplicação de impedimento de licitar e contratar com a União, Estados e Municípios, por até 05 (cinco) anos além da multa.

A defesa escrita deverá ser encaminhada para endereço eletrônico sindicanciacomissao2@gmail.com (endereço eletrônico do setor que vai receber a defesa) ou ser enviada por correio ou ainda protocolada junto a este Município no Setor de Protocolo.

O processo será impulsionado de ofício independentemente de apresentação de Defesa, art. 2, XII, da Lei 9.784/1999.

João Monlevade, 26 de agosto de 2.026.

CARLOS ALEXANDRE RODRIGUES DE MOURA
Presidente da Comissão Permanente de Sindicância e Atos Administrativos

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:D6D413F3

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
PORTARIA Nº 07, DE 26 DE AGOSTO DE 2026. DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO E A VALIDADE DA SINALIZAÇÃO TEMPORÁRIA DE TRÂNSITO, BEM COMO SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA CIRCULAÇÃO E A FISCALIZAÇÃO DURANTE A REALIZAÇÃO DA XXXIII CAVALGADA DE JOÃO MONLEVADE, NO PERÍOD

A AUTORIDADE MUNICIPAL DE TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG, no uso das suas competências e atribuições previstas na Lei Federal nº 9503, de 23 de setembro de 1997 e suas alterações, que institui o Código de Trânsito Brasileiro – CTB, e;
CONSIDERANDO que compete aos órgãos e entidades executivos de trânsito dos Municípios, no âmbito de sua circunscrição, cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, bem como planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito de veículos, pedestres e animais, nos termos do art. 24 da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro – CTB.

CONSIDERANDO que a circulação em vias terrestres abertas à circulação rege-se pelas disposições do Código de Trânsito Brasileiro e demais normas complementares expedidas pelos órgãos e entidades competentes do Sistema Nacional de Trânsito;

CONSIDERANDO o disposto no art. 80 do CTB, segundo o qual sempre que necessário será colocada, ao longo da via, sinalização prevista na legislação e nas normas decorrentes do CTB, destinada à regulamentação, advertência, indicação, orientação e controle da circulação.

CONSIDERANDO que a sinalização de trânsito regularmente implantada, inclusive aquela de caráter temporário, possui eficácia e obrigatoriedade enquanto estiver devidamente instalada e vigente, devendo ser observada por todos os usuários da via.

CONSIDERANDO que o art. 89 do CTB estabelece a prevalência das ordens do agente de trânsito sobre as normas de circulação e demais sinais, bem como a prevalência da sinalização sobre as demais normas de trânsito, observada a hierarquia legal.

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a segurança viária, a preservação da vida, a fluidez do trânsito e a adequada mobilidade de pedestres, condutores e demais usuários das vias públicas durante a realização da **XXXIII Cavalgada de João Monlevade**.

CONSIDERANDO a realização do evento no período compreendido entre os dias 27 e 30 de agosto de 2026, no Espaço Logística, situado no Bairro Sion, e em seu entorno, com reflexos na circulação viária local.

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas temporárias de engenharia de tráfego, sinalização, regulamentação da circulação, restrição, desvio e controle do trânsito, de acordo com as condições verificadas no local.

CONSIDERANDO, ainda, que o descumprimento das normas de circulação, da sinalização regulamentar e das ordens emanadas dos "**AGENTES DE TRÂNSITO" e/ou os** "**AGENTES DA AUTORIDADE DE TRÂNSITO"** caracteriza infração de trânsito, sujeitando o infrator às penalidades e medidas administrativas cabíveis, na forma prevista no CTB.

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a implantação de sinalização temporária de trânsito, pelo Setor de Trânsito e Transporte – SETTRAN, do Município de João Monlevade, nas vias públicas localizadas no entorno do Espaço Logística, no Bairro Sion, e em outros trechos que venham a ser tecnicamente necessários à segurança e à operação do trânsito durante a realização da Cavalgada de João Monlevade.

Art. 2º A sinalização temporária será implantada no período de 27 a 30 de agosto de 2026, podendo sua instalação ocorrer antecipadamente e sua retirada ocorrer posteriormente, pelo tempo estritamente necessário à organização, realização e desmobilização do evento.

Parágrafo único. A sinalização temporária compreenderá, conforme necessidade técnica e operacional, sinais de regulamentação, advertência, indicação, dispositivos auxiliares, barreiras, cones, cavaletes, painéis, canalizadores e demais elementos de sinalização previstos na legislação de trânsito e nas normas técnicas aplicáveis.

Art. 3º Durante o período de vigência da sinalização temporária, poderão ser adotadas, conforme necessidade técnica e operacional, as seguintes medidas:

Proibição ou restrição temporária de estacionamento;
Proibição ou restrição temporária de parada;
Interdição total ou parcial de vias;
Alteração temporária do sentido de circulação;
Implantação de desvios e rotas alternativas;
Controle e canalização do fluxo de veículos e pedestres;
Reserva temporária de áreas para operação, apoio, segurança ou organização do evento; e
Outras medidas de engenharia de tráfego necessárias à segurança, à mobilidade e à fluidez da circulação.

Art. 4º A sinalização temporária implantada nos termos desta Portaria terá plena validade e eficácia jurídica durante o período em que estiver regularmente instalada, devendo ser obrigatoriamente observada por todos os usuários das vias, inclusive condutores de veículos, motociclistas, ciclistas, pedestres e demais pessoas que utilizem as áreas abrangidas pela operação de trânsito.

§ 1º A obrigatoriedade da observância da sinalização temporária independe de prévia ciência individual do usuário da via, uma vez que regularmente implantada e visível, nos termos da legislação de trânsito.

§ 2º As ordens e orientações emanadas pelos "**AGENTES DE TRÂNSITO**" e pelos "**AGENTES DA AUTORIDADE DE TRÂNSITO**" deverão ser imediatamente observadas, respeitada a hierarquia prevista no art. 89 do CTB.

Art. 5º O desrespeito à sinalização temporária regularmente implantada, às restrições de circulação, estacionamento ou parada, às interdições, aos desvios e às determinações dos "**AGENTES DE TRÂNSITO" e** "**AGENTES DA AUTORIDADE DE TRÂNSITO**" constituirá infração de trânsito, quando a conduta estiver tipificada no Código de Trânsito Brasileiro, sujeitando o infrator às consequências legalmente previstas.

§ 1º Verificada a prática de infração, o "**AGENTE DE TRÂNSITO" e/ou** "**AGENTE DA AUTORIDADE DE TRÂNSITO**" deverá proceder à respectiva autuação, nos termos dos arts. 280 e seguintes do CTB, observados os requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

§ 2º Poderão ser aplicadas ao infrator as penalidades legalmente cabíveis, bem como as medidas administrativas previstas no CTB, de acordo com a natureza e a tipificação da infração constatada.

§ 3º A remoção de veículo, a retenção, o recolhimento de documentos ou qualquer outra medida administrativa somente serão adotados nas hipóteses expressamente previstas na legislação de trânsito e mediante a observância dos procedimentos legais aplicáveis.

Art. 6º Os veículos estacionados ou parados em desacordo com a sinalização temporária e com as restrições regularmente estabelecidas estarão sujeitos à fiscalização e à adoção das providências administrativas cabíveis, inclusive remoção, quando autorizada pela legislação aplicável.

Art. 7º O Setor de Trânsito e Transporte - SETTRAN poderá, durante a vigência desta Portaria, promover ajustes operacionais na sinalização e nas medidas de circulação, inclusive ampliar, reduzir, deslocar ou modificar dispositivos de sinalização, interdições e desvios, sempre que houver necessidade técnica ou operacional para garantir a segurança viária e o adequado funcionamento do trânsito.

Parágrafo único. As alterações operacionais realizadas nos termos do caput deverão observar as disposições do CTB, as normas técnicas vigentes e os princípios da segurança viária, da razoabilidade, da proporcionalidade e do interesse público.

Art. 8º A fiscalização do cumprimento desta Portaria será exercida pelos "**AGENTES DE TRÂNSITO"** e/ou pelos "**AGENTES DA AUTORIDADE DE TRÂNSITO"**, no âmbito de suas respectivas atribuições.

Art. 9º Os casos omissos serão resolvidos pela Autoridade Municipal de Trânsito, observadas as disposições da Lei Federal nº 9.503/1997 - Código de Trânsito Brasileiro, as normas complementares do Conselho Nacional de Trânsito — CONTRAN e demais legislações aplicáveis.

Art. 10 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos especificamente durante o período necessário à implantação, vigência e retirada da sinalização temporária destinada à realização da Cavalgada de João Monlevade, no período de 27 a 30 de agosto de 2026.

João Monlevade/MG, 26 de agosto de 2026.

JOSÉ JAYME FIGUEIREDO FRANCO
Autoridade Municipal de Trânsito
Decreto Municipal nº 04/2025

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:0171B769

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
PORTARIA Nº 499/2026 DE 19 DE AGOSTO DE 2026

NOMEIA O COMITÊ ESTRATÉGICO MUNICIPAL DA POLÍTICA DE ALFABETIZAÇÃO DOMUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE, no desempenho de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 52, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal pelo art 8° do Decreto n° 167 de 19 de agosto 2026;

R E S O L V E:

Art. 1° Nomear, representantes para compor o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização, com caráter consultivo e a finalidade de acompanhar e avaliar a aplicação da Política Municipal de Alfabetização do Município em consonância com o compromisso Nacional Criança Alfabetizada:

Secretaria Municipal de Educação:

Alda Ferreira da Silva Fernandes

Articuladora Municipal do compromisso Nacional Criança Alfabetizada:

Gilmara Cotta Mendes

Representante da Gestão Escolar das Escolas ou Centros Municipais de Educação Infantil:

Flávia Célia de Oliveira

Representante da Gestão Escolar das Escolas de anos iniciais do Ensino Fundamental:

Rosimeire do Rosário Guerra Silva

Representante da Coordenação Pedagógica dos anos iniciais do Ensino Fundamental:

Ricardo Alisson Carvalho Silva

Representante de Professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental:

Denise de Cássia Messias Araújo

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

João Monlevade, em 19 de Agosto de 2026.

LAÉRCIO JOSÉ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Assessoria de Governo, ao décimo nono dia do mês de Agosto de 2026.

CRISTIANO VASCONCELOS ARAÚJO
Assessor de Governo

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:ACBD3650

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
PORTARIA Nº 500/2026 DE 20 DE AGOSTO DE 2026

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE APURAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO INSTAURADO EM DESFAVOR DA EMPRESA LICITALI SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE, no desempenho de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 52, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais aplicáveis;

CONSIDERANDO a portaria 820/2025 que instaurou processo administrativo em desfavor da empresa LICITALI SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.

R E S O L V E:

Art. 1º Prorrogar o prazo de apuração do processo administrativo descrito no art 2° da portaria supracitada pelo período de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos na data de 22 de junho de 2026.

João Monlevade, em 20 de Agosto de 2026.

LAÉRCIO JOSÉ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Assessoria de Governo, ao vigésimo dia do mês de agosto de 2026.

CRISTIANO VASCONCELOS ARAÚJO
Assessor de Governo

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:065403E0

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
PORTARIA Nº 502/2026 DE 21 DE AGOSTO DE 2026

CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTO A SERVIDORA.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 52, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

Art. 1º Conceder, a servidora abaixo mencionada, a partir de **18 de Agosto de 2026,** licença sem vencimento, pelo período de 01 (um) ano de suas atividades, no cargo de Técnica de Contabilidade**,** do quadro de Servidores do Município de João Monlevade - MG.

Glenda Marie Formiga - Matrícula 6038.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos na data de 18 de agosto de 2026.

João Monlevade, em 21 de Agosto de 2026.

LAÉRCIO JOSÉ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Assessoria de Governo, ao vigésimo primeiro dia do mês de agosto de 2026.

CRISTIANO VASCONCELOS ARAÚJO
Assessor de Governo

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:1F95FCED

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
PORTARIA Nº 503/2026 DE 24 DE AGOSTO DE 2026

DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E PEDAGÓGICA ESPECÍFICA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JOÃO MONLEVADE, ALOCAÇÃO DE COORDENADORIAS, ATRIBUIÇÕES DE SERVIDORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE, no desempenho de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 52, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais aplicáveis;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal n° 167, de 19 de agosto de 2026, que instituiu a Política Municipal de Alfabetização no Município de João Monlevade/MG;
CONSIDERANDO a adesão do Município ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e as ações previstas no Plano de Trabalho Anual para a promoção da alfabetização na Rede Municipal de Ensino;
CONSIDERANDO a necessidade de alocar servidores destinados a ampliar a capacidade técnica e operacional da Secretaria Municipal de Educação para planejar, monitorar e executar ações continuadas de alfabetização;
CONSIDERANDO a importância de uma governança pedagógica descentralizada que conecte diretamente a Secretaria Municipal de Educação às unidades escolares;

R E S O L V E:

Art. 1º Ficam criadas as seguintes coordenadorias para se responsabilizarem pela implementação da Política Municipal de Alfabetização na Secretaria Municipal de Educação de João Monlevade:

I - Coordenação Geral de Alfabetização
II - Coordenação Pedagógica das Práticas de Leitura e Escrita na Educação Infantil
III – Coordenação Pedagógica da Alfabetização e Recomposição das Aprendizagens nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental
IV – Coordenação das Práticas Inclusivas na Alfabetização
V – Coordenação da Gestão e Monitoramento de Dados da Alfabetização
Art. 2º A estrutura instituída por esta Portaria atuará sob as seguintes diretrizes:
I - Monitoramento contínuo: acompanhamento em tempo real dos indicadores de matrícula, frequência escolar e proficiência em leitura e escrita das instituições que compõem a rede municipal de ensino.
II - Fortalecimento da gestão: suporte direto às equipes diretivas e coordenações pedagógicas das escolas.
III - Formação em serviço: desenvolvimento de programas de capacitação continuada para professores alfabetizadores.
Art 3° Ficam designados os seguintes servidores para atuarem nas coordenadorias previstas no Art. 1o desta Portaria:
I - Coordenação Geral de Alfabetização: GILMARA COTTA MENDES
II - Coordenação Pedagógica das Práticas de Leitura e Escrita na Educação Infantil: VANISE PENA GUIMARÃES
III – Coordenação Pedagógica da Alfabetização e Recomposição das Aprendizagens nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: POLIANA COTA MARTINS ALVES
IV – Coordenação das Práticas Inclusivas na Alfabetização: WALQUÍRIA ANGÉLICA DOS SANTOS
V – Coordenação da Gestão e Monitoramento de Dados da Alfabetização: GUSTAVO TORRES CAMPOLINA
Art. 4º Compete aos servidores alocados para atuarem nas coordenadorias previstas no Art. 1o desta Portaria:
I - Subsidiar o Secretário Municipal de Educação no planejamento orçamentário anual das ações de alfabetização.
II - Elaborar editais, termos de referência e manuais técnicos para a aquisição de acervos literários e materiais complementares.
III - Desenvolver todas as ações necessárias para a aplicação dos 3 Ciclos Avaliativos previstos na Plataforma Criança Alfabetizada garantindo a participação de, no mínimo, 80% dos estudantes em cada Ciclo.
IV – Fomentar práticas de leitura e escrita na educação infantil por meio de formação de professores e coordenadores pedagógicos para qualificar o trabalho pedagógico com foco na linguagem oral, leitura e escrita na pré-escola, respeitando os direitos e as especificidades da primeira infância
V – Realizar visitas de monitoramento nas unidades escolares para acompanhamento das práticas de alfabetização que estão sendo desenvolvidas.
VI – Analisar e discutir junto a cada equipe escolar os indicadores de aprendizagem fornecidos após a aplicação de cada ciclo avaliativo das Avaliações Formativas da Plataforma Criança Alfabetizada.
VII – Realizar e/ou promover encontros formativos juntos aos gestores, coordenadores pedagógicos e professores com o objetivo de aprimorar as práticas de alfabetização e recomposição das aprendizagens desenvolvidas.
VIII – Utilizar os dados fornecidos pelo sistema de gestão I-Educar para monitoramento da matrícula, frequência escolar e realização de busca ativa.
IX – Promover estratégias para disseminar as boas práticas desenvolvidas nas escolas e Cemeis da rede.
Art. 5º Os servidores designados nos termos desta Portaria manterão seus vencimentos originais.
Art; 6° As despesas decorrentes da execução das ações desta portaria correrão por conta de dotações orçamentárias próprias vinculadas à Secretaria Municipal de Educação.
Art. 7° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

João Monlevade, em 24 de Agosto de 2026.

LAÉRCIO JOSÉ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Assessoria de Governo, ao vigésimo quarto dia do mês de Agosto de 2026.

CRISTIANO VASCONCELOS ARAÚJO
Assessor de Governo

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:8865E0AB

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
PORTARIA Nº 504/2026 DE 25 DE AGOSTO DE 2026

EXONERA VICE DIRETORA DO CEMEI LUZ AOS PEQUENINOS - UNIDADE NOVA MONLEVADE DO MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE, no desempenho de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 52, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1° Exonerar, a partir de 21 de Agosto de 2026, **Alessandra Silva de Almeida, Matrícula 014090** do cargo de Vice Diretora da escola Cemei Luz aos Pequeninos - Unidade Nova Monlevade do Município de João Monlevade - MG.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos na data de 21 de Agosto de 2026.

João Monlevade, em 25 de Agosto de 2026.

LAÉRCIO JOSÉ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Assessoria de Governo, no vigésimo quinto dia do mês de Agosto de 2026.

CRISTIANO VASCONCELOS ARAÚJO
Assessor de Governo

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:9350819F

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
PORTARIA Nº 505/2026 DE 25 DE AGOSTO DE 2026

EXONERA SERVIDORA POR MOTIVO DE APOSENTADORIA E ADESÃO AO PROGRAMA DE APOSENTADORIA INCENTIVADA - PAI

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE, no desempenho de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 52, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO as disposições do Plano de Aposentadoria Incentivada - PAI constantes na cláusula terceira do Acordo Coletivo 2026 aprovado pela Lei Municipal n° 2.793/2026, que estabelece o seguinte: " CLÁUSULA TERCEIRA - PROGRAMA DE APOSENTADORIA INCENTIVADA - PAI - fica instituído, no âmbito do Município de João Monlevade, o Programa de Aposentadoria Incentivada - PAI, com o objetivo de possibilitar melhor alocação dos recursos humanos, propiciar a modernização da administração e auxiliar o equilíbrio das contas públicas, nos termos e condições a seguir estabelecidas(...)",

CONSIDERANDO que a servidora assinou declaração concordando com a cláusula nos termos constantes no Programa de Aposentadoria Incentivada - PAI e principalmente o §16, da cláusula terceira, do Acordo Coletivo 2026, aprovado pela Lei Municipal n° 2.793/2026.

R E S O L V E:
Art.1º Exonerar, a partir de 31 de Agosto de 2026**, Sheila Nogueira da Rocha Braga, Matrícula 5484, do cargo efetivo Orientador Pedagógico III por motivo de adesão ao Programa de Aposentadoria Incentivada - PAI.**

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de 31 de Agosto de 2026.

João Monlevade, em 25 de Agosto de 2026.

LAÉRCIO JOSÉ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Assessoria de Governo, no vigésimo quinto dia do mês de Agosto de 2026.

CRISTIANO VASCONCELOS ARAÚJO
Assessor de Governo

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:29658906

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
PORTARIA Nº 506/2026 DE 25 DE AGOSTO DE 2026

EXONERA SERVIDORA POR MOTIVO DE APOSENTADORIA E ADESÃO AO PROGRAMA DE APOSENTADORIA INCENTIVADA - PAI

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE, no desempenho de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 52, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO as disposições do Plano de Aposentadoria Incentivada - PAI constantes na cláusula terceira do Acordo Coletivo 2026 aprovado pela Lei Municipal n° 2.793/2026, que estabelece o seguinte: " CLÁUSULA TERCEIRA - PROGRAMA DE APOSENTADORIA INCENTIVADA - PAI - fica instituído, no âmbito do Município de João Monlevade, o Programa de Aposentadoria Incentivada - PAI, com o objetivo de possibilitar melhor alocação dos recursos humanos, propiciar a modernização da administração e auxiliar o equilíbrio das contas públicas, nos termos e condições a seguir estabelecidas(...)",

CONSIDERANDO que a servidora assinou declaração concordando com a cláusula nos termos constantes no Programa de Aposentadoria Incentivada - PAI e principalmente o §16, da cláusula terceira, do Acordo Coletivo 2026, aprovado pela Lei Municipal n° 2.793/2026.

R E S O L V E:
Art.1º Exonerar, a partir de 28 de Agosto de 2026**, Geralda Moraes de Paiva Bicalho, Matrícula 2991, do cargo efetivo Professor P6 - Anos Iniciais Ensino Fundamental por motivo de adesão ao Programa de Aposentadoria Incentivada - PAI.**

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de 28 de Agosto de 2026.

João Monlevade, em 25 de Agosto de 2026.

LAÉRCIO JOSÉ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Assessoria de Governo, no vigésimo quinto dia do mês de Agosto de 2026.

CRISTIANO VASCONCELOS ARAÚJO
Assessor de Governo

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:269C48F8

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
PORTARIA Nº 507/2026 DE 25 DE AGOSTO DE 2026

EXONERA SERVIDORA POR MOTIVO DE APOSENTADORIA E ADESÃO AO PROGRAMA DE APOSENTADORIA INCENTIVADA - PAI

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE, no desempenho de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 52, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO as disposições do Plano de Aposentadoria Incentivada - PAI constantes na cláusula terceira do Acordo Coletivo 2026 aprovado pela Lei Municipal n° 2.793/2026, que estabelece o seguinte: " CLÁUSULA TERCEIRA - PROGRAMA DE APOSENTADORIA INCENTIVADA - PAI - fica instituído, no âmbito do Município de João Monlevade, o Programa de Aposentadoria Incentivada - PAI, com o objetivo de possibilitar melhor alocação dos recursos humanos, propiciar a modernização da administração e auxiliar o equilíbrio das contas públicas, nos termos e condições a seguir estabelecidas(...)",

CONSIDERANDO que a servidora assinou declaração concordando com a cláusula nos termos constantes no Programa de Aposentadoria Incentivada - PAI e principalmente o §16, da cláusula terceira, do Acordo Coletivo 2026, aprovado pela Lei Municipal n° 2.793/2026.

R E S O L V E:
Art.1º Exonerar, a partir de 28 de Agosto de 2026**, Vera Lúcia Barboza, Matrícula 3345, do cargo efetivo Professor P6 - Anos Iniciais Ensino Fundamental por motivo de adesão ao Programa de Aposentadoria Incentivada - PAI.**

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de 28 de Agosto de 2026.3

João Monlevade, em 25 de Agosto de 2026.

LAÉRCIO JOSÉ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Assessoria de Governo, no vigésimo quinto dia do mês de Agosto de 2026.

CRISTIANO VASCONCELOS ARAÚJO
Assessor de Governo

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:7A6B884F

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO TERMO DE FOMENTO Nº 18/2025

TERMO DE APOSTILAMENTO AO PLANO DE TRABALHO DO TERMO DE FOMENTO Nº 18/2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JOÃO MONLEVADE – APAE.

O MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa à Rua Geraldo Miranda, nº 337, Bairro Nossa Senhora da Conceição, João Monlevade/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 18.401.059/0001-57, doravante denominado MUNICÍPIO, e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JOÃO MONLEVADE – APAE, inscrita no CNPJ sob o nº 19.155.282/0001-24, com sede na Rua Palmas, nº 234, Bairro Baú, João Monlevade/MG, doravante denominada ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – OSC, resolvem formalizar o presente TERMO DE APOSTILAMENTO AO PLANO DE TRABALHO do Termo de Fomento nº 18/2025, mediante as condições seguintes.

1. DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1. O presente apostilamento fundamenta-se no art. 57 da Lei Federal nº 13.019/2014, que permite a revisão do plano de trabalho para alteração de valores ou de metas, mediante termo aditivo ou apostila ao plano de trabalho original.

1.2. Considera-se, ainda, o disposto no art. 42, parágrafo único, da Lei nº 13.019/2014, segundo o qual o plano de trabalho constitui parte integrante e indissociável do instrumento de parceria.

2. DO OBJETO DO APOSTILAMENTO

2.1. O presente Termo de Apostilamento tem por objeto formalizar a alteração da forma de execução da atividade de Fonoaudiologia prevista no Plano de Trabalho integrante do Termo de Fomento nº 18/2025, mantendo-se inalterados o objeto principal, a finalidade da parceria e o público beneficiário.

2.2. A alteração decorre da solicitação apresentada pela APAE por meio do Ofício nº 89/2026, de 26 de agosto de 2026, mediante a qual a OSC requereu autorização para que os serviços de Fonoaudiologia passem a ser executados mediante prestação de serviços por pessoa jurídica – CNPJ, em regime de plantões, com carga horária de 16 (dezesseis) horas semanais, considerando a média de 04 (quatro) semanas mensais, totalizando 64 (sessenta e quatro) horas mensais.

3. DA ALTERAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

3.1. Fica alterada a previsão referente à atividade de Fonoaudiologia constante do Plano de Trabalho, que passa a vigorar com a seguinte redação:

META	INDICADOR DE CUMPRIMENTO DA META	FORMA DE EXECUÇÃO	DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS	CUSTO PREVISTO
Atendimento fonoaudiológico, média de 30 atendimentos/mês	Número de atendimentos realizados mensalmente	Contratação de profissional de Fonoaudiologia, mediante prestação de serviços por pessoa jurídica – CNPJ, em regime de plantões, com carga horária de 16 horas semanais, considerando a média de 04 semanas mensais, totalizando 64 horas mensais	Comprovante da contratação; documento fiscal correspondente; comprovante de pagamento mediante transferência eletrônica; relatório mensal de atendimentos contendo as datas dos atendimentos realizados e demais documentos exigidos para a prestação de contas	R$ 5.040,00/mês

3.2. A prestação dos serviços na forma ora estabelecida terá início a partir de setembro de 2026, conforme solicitado pela OSC.

3.3. A alteração ora formalizada não modifica a meta de atendimento fonoaudiológico, permanecendo prevista a média de 30 atendimentos mensais, nem altera o público beneficiário ou a finalidade da parceria.

3.4. Permanecem aplicáveis os demais parâmetros, documentos comprobatórios e obrigações estabelecidos no Plano de Trabalho e no Termo de Fomento nº 18/2025, no que não forem incompatíveis com a presente alteração.

4. DO VALOR GLOBAL DA PARCERIA

4.1. O presente apostilamento não implica acréscimo do valor global da parceria, permanecendo inalterado o montante de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

4.2. A alteração da forma de execução e do valor mensal previsto para a atividade de Fonoaudiologia deverá ser suportada pelos recursos já destinados à execução do objeto da parceria, observada a disponibilidade financeira e o plano de aplicação dos recursos aprovado.

4.3. A OSC deverá aplicar os recursos exclusivamente na execução do objeto pactuado, observando as disposições da Lei nº 13.019/2014, do Termo de Fomento nº 18/2025 e do Plano de Trabalho, inclusive quanto à comprovação das despesas na prestação de contas.

5. DA AUSÊNCIA DE ALTERAÇÃO DO OBJETO

5.1. O presente apostilamento não altera o objeto do Termo de Fomento nº 18/2025, que permanece voltado ao atendimento especializado aos usuários da APAE mediante a atuação da equipe multidisciplinar.

5.2. A alteração limita-se à forma de execução da atividade de Fonoaudiologia, passando a prestação do serviço a ser realizada mediante contratação de pessoa jurídica, sem modificação da finalidade pública da parceria ou da meta de atendimento pactuada.

6. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

6.1. Para fins de prestação de contas, a OSC deverá apresentar documentação suficiente para demonstrar a efetiva execução dos serviços de Fonoaudiologia e a regular aplicação dos recursos, incluindo, conforme aplicável, documento fiscal emitido pela pessoa jurídica contratada, comprovante de pagamento, relatório dos atendimentos realizados e demais documentos exigidos pela Administração Pública.

6.2. A alteração da forma de contratação não afasta a responsabilidade da OSC pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, nem a obrigação de demonstrar o nexo entre a despesa realizada e a execução do objeto da parceria.

7. DA RATIFICAÇÃO

7.1. Permanecem ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Fomento nº 18/2025 e do respectivo Plano de Trabalho que não tenham sido expressamente alteradas por este Termo de Apostilamento.

7.2. O presente Termo de Apostilamento passa a integrar o Plano de Trabalho do Termo de Fomento nº 18/2025 para todos os fins de direito.

E, por estarem de acordo, firmam o presente Termo de Apostilamento.

João Monlevade/MG, ____ de _____ de 2026.

RAPHAEL BICALHO GARCIA
Presidente da APAE

LAÉRCIO JOSÉ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:5BA6704D

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
RETIFICAÇÃO DE EXTRATO DE TERMO ADITIVO 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 70/2025 – RAMINELLI INDÚSTRIA COMÉRCIO PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA

Objeto: *"Contratação de empresa para construção de Unidade Básica de Saúde, Porte 3, na Avenida Luzia Brandão Fraga de Souza, Bairro Loanda, com fornecimento de equipamentos, mão de obra e serviços técnicos necessários à execução do objeto, conforme memorial descritivo, planilhas e demais anexos"*, decorrente da Concorrência Eletrônica nº 03/2025, Processo nº 30/2025,com fundamento na Lei 14.133/2021 **–Valor:** R$65.141,52-**Dotação Orçamentária:** 1030110021.002/ 44905100000, Ficha 441, Fonte de Recurso 15000001002- **Data**: 17/08/2026

Onde lê-se: 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 70/2025

Leia-se: 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 77/2025

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:6A4AE7CD

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
TERMO DE ADJUDICAÇÃO EDITAL DO CONCORRÊNCIA Nº 000009/2026

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente constante no preâmbulo do Edital do Concorrência nº 000009/2026, Processo Administrativo nº 000160/2026, após análise, conferência e deliberação, resolve ADJUDICAR o procedimento em epígrafe, nos seguintes termos:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A CONSTRUÇÃO DO TELHADO NO PRÉDIO DA SEDE DAPREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE, com fornecimento de equipamentos, mão de obra, materiais e serviços técnicos necessários à execução do objeto, conforme memorial descritivo, planilhas e demais anexos.

LAÉRCIO JOSE RIBEIRO na condição de **Autoridade Competente** Adjudicou o(s) lote(s) em favor de:

Fornecedor	Estimado	Adjudicado	Diferença
ESTRUTURAL EDIFICACAO LTDA - 08.604.549/0001-05 estrutural140@bol.com.br - (31) 98540-6287	1.154.708,38	866.031,29	288.677,09 Proveito (25,00%)
Totais	1.154.708,38	866.031,29	288.677,09 Proveito (25,00%)

João Monlevade, 26 de Agosto de 2026.

LAÉRCIO JOSE RIBEIRO
Autoridade Competente

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:51EF31B2

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 000009/2026

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente constante no preâmbulo do Edital de **Concorrência** nº **000009/2026**, Processo Administrativo nº **000160/2026**, após análise, conferência e deliberação, resolve **HOMOLOGAR** o procedimento em epígrafe, nos seguintes termos:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A CONSTRUÇÃO DO TELHADO NO PRÉDIO DA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE, com fornecimento de equipamentos, mão de obra, materiais e serviços técnicos necessários à execução do objeto, conforme memorial descritivo, planilhas e demais anexos.

LAÉRCIO JOSE RIBEIRO na condição de **Autoridade Competente** Homologou o(s) lote(s) em favor de:

Fornecedor	Estimado	Homologado	Diferença
ESTRUTURAL EDIFICACAO LTDA - 08.604.549/0001-05 estrutural140@bol.com.br - (31) 98540-6287	1.154.708,38	866.031,29	288.677,09 Proveito (25,00%)
Totais	1.154.708,38	866.031,29	288.677,09 Proveito (25,00%)

João Monlevade, 26 de Agosto de 2026.

LAÉRCIO JOSE RIBEIRO
Autoridade Competente

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:73DB89D7

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JOÃO PINHEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
2º TERMO ADITIVO DE AUMENTO DE QUANTITATIVO AO CONTRATO Nº 484/2025 - DERIVADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 178/2025, MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 074/2025.

O **MUNICÍPIO DE JOÃO PINHEIRO,** inscrito no CNPJ sob o nº 16.930.299/0001-13, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. Gláucon Cézar Cardoso**, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominada simplesmente de **CONTRATANTE,** e a empresa **Laboratórios B. Braun S/A**, empresa com sede na Estrada Guaxindiba, nº 1990, lote 39 E, bairro Guaxindiba, município de São Gonçalo - RJ, CEP: 24.722-030, inscrita no CNPJ sob o nº 31.673.254/0010-95, neste ato representada pela **Sra. Regina Santos Ammiratti**, brasileira, casada, gerente de vendas públicas, inscrita no CPF sob o nº 330.200.468-07 e documento de identidade nº 32.363.166-6 SSP/SP, residente e domiciliada em São Gonçalo – RJ, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, têm entre si justo e avençado, e resolvem celebrar o presente termo aditivo, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores, pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1 - O presente termo aditivo tem por objeto o **Aditivo de aumento do quantitativo em 25% aos itens 8 e 9 do Contrato nº 484/2025**, a contar da data de sua assinatura, a fim de dar continuidade na aquisição de insumos e materiais destinados à atenção integral à Doença Renal Crônica, com a finalidade de viabilizar e dar continuidade às atividades assistenciais da Clínica de Hemodiálise "Denílson Honório da Silva" do Município de João Pinheiro/MG., conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento considerando a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, conforme discriminado abaixo:
Item: 08
Descrição:Dialisador Capilar Para Hemodiálise Média E Alta Performance, Área 1.7 A 1.8 M². Membrana 100% Sinté
Unid. Fornec.:UND
Qtde. do Contrato:400
Qtde. Aditivo 25%:100
Valor Unitário:R$ 35,00
Valor Reajustado:R$ 3.500,00

Item: 09
Descrição:Dialisador Capilar Para Hemodiálise Alto Fluxo, Área 2.0 A 2.1 M². Membrana 100% Sintética. Esterili
Unid. Fornec.: UND
Qtde. do Contrato:400
Qtde. Aditivo 25%:100
Valor Unitário:R$ 40,00
Valor Reajustado:R$ 4.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO
2.1 - O presente aditamento ao contrato nº 484/2025 atende os limites da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA TERCEIRA - SETOR REQUISITANTE
3.1 - Este aditivo atende pedido da Secretaria Municipal de Saúde, através da Secretária Sra. Patrícia Helena da Silva, conforme solicitado através Documento de Formalização de Demanda, em anexo.

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO
4.1 - Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas do Contrato nº 484/2025, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO
5.1 - A Prefeitura Municipal de João Pinheiro – MG providenciará a publicação do presente Termo, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, consoante atende os limites do prescrito na Lei nº 14.133/21.

E, por assim estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente termo aditivo.

Publicado por:
Natália Cordeiro Macedo
Código Identificador:C3531602

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
3L CONSTRUTORA LTDA - CHAMADA PÚBLICA/CREDENCIAMENTO Nº 006/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 80/2026 – INEXIGIBILIDADE 016/2026

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO
Credenciamento nº 6/2026
Processo Administrativo: 81/2026
Credenciada: 3L CONSTRUTORA LTDA
Objeto: Credenciamento de empresa especializada para locação de máquinas pesadas e caminhões, para prestação de serviços sob demanda, conforme a necessidade e planejamento da Secretaria Municipal de Obras, visando à execução de serviços de reparo, manutenção e conservação das estradas vicinais e demais vias rurais do Município.
Fundamentação: Fundamento: O presente chamamento público para credenciamento tem fundamento no art. 78, I c/c art. 79 da lei 14.133/2021, e do art. 59 ao art. 92 do Decreto Municipal n° 267/2025.
Dotação Orçamentária:
02.06.06.26.782.2601.2032.3.3.90.39 – ficha 261.
Vigência: De 24 junho de 2026 até 24 de junho de 2027.

Publicado por:
Natália Cordeiro Macedo
Código Identificador:133710D4

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
7º TERMO ADITIVO - PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA AO CONTRATO Nº 193/2024 – DERIVADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 92/2024, MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2024.

O **MUNICÍPIO DE JOÃO PINHEIRO,** inscrito no CNPJ sob o nº 16.930.299/0001-13, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. Gláucon Cézar Cardoso**, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominada simplesmente de **CONTRATANTE,** e a empresa **Líder Engenharia e Planejamento de Cidades Ltda.,** empresa com sede à Rua São Sebastião, nº 669, sala L, bairro Centro, município Buritizal/SP, CEP: 14.570-000, inscrita no CNPJ sob o nº 50.723.208/0001-07, neste ato **representada pelo Sr. Robson Ricardo Resende**, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob o nº 221.648.578-01 e documento de identidade nº 265946979 SSP/SP, residente e domiciliado na cidade Ribeirão Preto/SP, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, têm entre si justo e avençado, e resolvem celebrar o presente termo aditivo, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores, pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1 - O presente termo aditivo tem por objeto a **PRORROGAÇÃO da vigência do contrato nº 193/2024, até 22 de novembro de 2026**, a contar da data de sua assinatura, a fim de dar continuidade à prestação de serviços de assessoria na execução da revisão do Plano Diretor do Município de João Pinheiro/MG.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO
2.1 - O presente aditamento ao contrato nº 193/2024 atende os limites do prescrito na Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA TERCEIRA - SETOR REQUISITANTE
3.1 - Este aditivo atende pedido da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, conforme solicitado através do DFD - Documento de Formalização de Demanda e, Parecer Jurídico da Advocacia-Geral do Município, ambos em anexo.

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO
4.1 - Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas do Contrato nº 193/2024, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO
5.1 - A Prefeitura Municipal de João Pinheiro/MG providenciará a publicação do presente Termo, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, consoante ao que dispõe a Lei nº 14.133/21.
E, por assim estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente termo aditivo.

Publicado por:
Natália Cordeiro Macedo
Código Identificador:FAE7D07F

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 68/2026 PREGÃO ELETRÔNICO N° 036/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 083/2026.

EXTRATO DE ATA
ATA DE RESGISTRO DE PREÇO Nº 68/2026
Espécie: Ata
Fornecedor: MUVE LOCADORA LTDA
Objeto: O objeto do presente instrumento é Registro de Preços para prestação de serviços de locação de veículos automotores, de diferentes categorias, sem motorista, sem fornecimento de combustível e com quilometragem livre, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde de João Pinheiro/MG.
Fundamentação: em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável.
Valor: R$ 858.000,00 (oitocentos e cinquenta e oito mil reais).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes do objeto da presente Ata, correrão por conta de dotações orçamentárias do Município, consignadas no orçamento do exercício de vigente, a serem indicadas no ato da contratação, na ocasião da solicitação de fornecimento de produtos ou serviços, e no orçamento do exercício seguinte à conta de dotações orçamentárias daquele exercício nos termos do parágrafo 2° do art. 127 do Decreto Municipal n° 267/2025.
Vigência: De 25 de agosto de 2026 a 25 de agosto de 2027.

Publicado por:
Natália Cordeiro Macedo
Código Identificador:6A93D0D8

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 70/2026 PREGÃO ELETRÔNICO N° 036/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 083/2026.

EXTRATO DE ATA
ATA DE RESGISTRO DE PREÇO Nº 70/2026
Espécie: Ata
Fornecedor: MCM LOCAÇÕES LTDA
Objeto: O objeto do presente instrumento é Registro de Preços para prestação de serviços de locação de veículos automotores, de diferentes categorias, sem motorista, sem fornecimento de combustível e com quilometragem livre, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde de João Pinheiro/MG.
Fundamentação: em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável.
Valor: R$ 409.368,00 (quatrocentos e nove mil trezentos e sessenta e oito reais).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes do objeto da presente Ata, correrão por conta de dotações orçamentárias do Município, consignadas no orçamento do exercício de vigente, a serem indicadas no ato da contratação, na ocasião da solicitação de fornecimento de produtos ou serviços, e no orçamento do exercício seguinte à conta de dotações orçamentárias daquele exercício nos termos do parágrafo 2° do art. 127 do Decreto Municipal n° 267/2025.
Vigência: De 21 de agosto de 2026 a 21 de agosto de 2027.

Publicado por:
Natália Cordeiro Macedo
Código Identificador:7DE48E73

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
CREDENCIAMENTO Nº 006/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO: 80/2026 - INEXIGIBILIDADE: 016/2026

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO
Credenciamento nº 006/2026
Processo Administrativo: 80/2026
Inexigibilidade: 016/2026
Credenciada: M&G Terraplanagem Ltda
Objeto: Credenciamento para empresa especializada para locação de máquinas pesadas e caminhões, para prestação de serviços sob demanda, conforme a necessidade e planejamento da Secretaria Municipal de Obras, visando à execução de serviços de reparo, manutenção e conservação das estradas vicinais e demais vias rurais do Município de João Pinheiro/MG.
Fundamentação: O presente chamamento público para credenciamento tem fundamento no art. 78, I c/c art. 79 da lei 14.133/2021, e do art. 59 ao art. 92 do Decreto Municipal n° 267/2025, e fazem parte integrante deste termo de adesão ao credenciamento independente de transcrição o edital e todos os seus anexos.
Dotação Orçamentária: 02.06.06.26.782.2601.2032.3.3.90.39 – Ficha 261.
Vigência: 21 de agosto de 2026 até 21 de agosto de 2027.

Publicado por:
Natália Cordeiro Macedo
Código Identificador:875C9089

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
RESPOSTA A PEDIDO DE ESCLARECIMENTO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 131/2026

RESPOSTA A PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
Concorrência Eletrônica nº 009/2026
Processo Administrativo nº 131/2026
1. DO QUESTIONAMENTO
O interessado C3 INDÚSTRIA COMÉRCIO E PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA apresentou, em 24/08/2026 às 14h19, o seguinte questionamento acerca do item 8.1 do Edital:
"O item 8.1 do edital estabelece que a documentação de habilitação poderá ser enviada apenas após o fim da disputa de lances. Diante disso, questionamos: o comprovante da apólice de garantia deve ser anexado previamente, utilizando-se exclusivamente a aba do botão 'i'? Em caso afirmativo, a inserção desse documento nesta etapa não configuraria quebra de sigilo e identificação antecipada do licitante? Ressaltamos a dúvida pois a plataforma não disponibiliza nenhum outro campo ou aba específica para o envio desta comprovação."
2. DA ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO
2.1. Da distinção entre garantia de proposta e documentação de habilitação
A dúvida suscitada pelo interessado decorre da aparente sobreposição entre dois institutos de natureza jurídica distinta na sistemática da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021: (i) a garantia de proposta, prevista no art. 58 da Lei, e (ii) a documentação de habilitação, disciplinada nos arts. 62 a 70 do mesmo diploma.
Nos termos do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, o processo licitatório observa, como regra geral, a seguinte sequência de fases: preparatória, divulgação do edital, apresentação de propostas e lances, julgamento, habilitação, recursal e homologação. A inversão da ordem tradicional — com o julgamento das propostas precedendo a fase de habilitação — é precisamente o fundamento do item 8.1 do Edital, que restringe o envio da documentação de habilitação à etapa posterior ao encerramento da disputa de lances, evitando-se, assim, a análise de habilitação de licitantes cujas propostas não venham a ser classificadas em primeiro lugar.
A garantia de proposta, todavia, não integra o rol de documentos de habilitação. Por força do art. 58 da Lei nº 14.133/2021, quando prevista no instrumento convocatório, a garantia constitui requisito de pré-habilitação, ou seja, condição de admissibilidade e de seriedade da própria proposta, devendo ser prestada no momento de sua apresentação, portanto, antes do início da fase de disputa — e não junto à documentação de habilitação, que somente é exigida do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, após encerrados os lances.
Essa distinção é reforçada pelo próprio regime da garantia de proposta: sua exigência é limitada a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação (art. 58, § 1º), admite as modalidades previstas no art. 96 da Lei (caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária) e é devolvida ao licitante no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do contrato ou da declaração de fracasso do certame (art. 58, § 2º), disciplina inteiramente distinta e incompatível com a lógica de apresentação diferida da habilitação.
Diante disso, respondendo objetivamente à primeira indagação: sim, o comprovante da apólice de garantia da proposta deve ser anexado previamente à disputa de lances, no ato de cadastramento da proposta inicial, uma vez que se trata do único meio hábil, na ferramenta empregada, para a inserção tempestiva desse documento.
Da jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre o momento de apresentação da garantia de proposta na Lei nº 14.133/2021. A questão relativa ao momento correto de apresentação da garantia de proposta já foi objeto de deliberação específica do TCU sob a vigência da Lei nº 14.133/2021. No Acórdão nº 1.128/2026 – Plenário (TC 006.548/2026-1, Relator Ministro Benjamin Zymler, sessão de 6/5/2026), o Tribunal, ao apreciar representação que questionava a exigência de garantia de proposta previamente ao cadastramento da proposta no sistema eletrônico, julgou a representação improcedente e assentou que a expressão "requisito de pré-habilitação", empregada pelo art. 58 da Lei nº 14.133/2021, autoriza a exigência da garantia antes da fase de disputa competitiva, no próprio ato de cadastramento da proposta, por se tratar de mecanismo de gestão de risco e de proteção contra comportamentos oportunistas, apto a assegurar a seriedade das ofertas.
Registre-se que a jurisprudência do TCU formada sob a vigência da Lei nº 8.666/1993 (cf. compilação oficial "Licitações e Contratos" do TCU, itens relativos à garantia de proposta) chegou a reputar irregular a exigência de garantia em momento anterior à apresentação dos documentos de habilitação, sob o argumento de que tal prática permitiria o conhecimento antecipado, pela Administração, das empresas participantes.
Esse entendimento, contudo, foi construído sob a lógica procedimental da lei revogada, em que a fase de habilitação antecedia o julgamento das propostas. Sob a sistemática da Lei nº 14.133/2021, que já inverteu essa ordem, postergando a habilitação para depois do julgamento (art. 17), o fundamento daqueles precedentes não se aplica: a garantia de proposta não é documento de habilitação, mas requisito de pré-habilitação exigível no cadastramento da proposta, sendo essa exatamente a sistemática expressamente chancelada pelo TCU no Acórdão nº 1.128/2026, não havendo, portanto, incompatibilidade com o novo regime legal nem com o item 8.1 do Edital.
2.2. Da ausência de quebra de sigilo ou de identificação antecipada do licitante
Quanto à segunda indagação, o sigilo a que alude o art. 17, § 1º, da Lei nº 14.133/2021 tutela o conteúdo e o valor das propostas em relação aos demais licitantes concorrentes até a fase própria de abertura/disputa. Nas plataformas eletrônicas de licitação, o mecanismo de sigilo é assegurado tecnicamente pela própria ferramenta: durante a fase de disputa, os participantes permanecem identificados entre si apenas por codinomes, números ou identificadores genéricos (ex.: "Licitante 1", "Fornecedor A"), independentemente dos documentos e anexos inseridos nos campos complementares do sistema. O acesso aos anexos da aba "i" é restrito à autoridade condutora do certame, não sendo disponibilizado aos demais concorrentes durante a disputa, de modo que a existência do anexo, por si só, não revela a identidade do licitante a seus competidores nem compromete a impessoalidade do julgamento.
É relevante notar que o próprio Acórdão nº 1.128/2026 do TCU, ao validar a exigência prévia da garantia de proposta no regime da Lei nº 14.133/2021, não identificou violação ao sigilo das propostas ou à impessoalidade do certame decorrente dessa antecipação, tratando a questão como de natureza estritamente procedimental e de adequação das plataformas eletrônicas, e não como risco à isonomia entre os concorrentes.
Assim, a inserção do comprovante de garantia da proposta nessa etapa não configura quebra de sigilo nem identificação antecipada do licitante perante os demais participantes, tratando-se de providência

compatível com os princípios da competitividade, da impessoalidade e do julgamento objetivo (art. 5º da Lei nº 14.133/2021), e não com uma exposição indevida de dados a terceiros concorrentes.

3. DA RESPOSTA

O comprovante da apólice de garantia da proposta deve, de fato, deverá ser anexado previamente ao início da disputa de lances, por ocasião do cadastramento da proposta, utilizando-se a aba/botão "i" da plataforma, ante a inexistência de campo específico para esse fim, nos termos do art. 58 da Lei nº 14.133/2021 e do entendimento consolidado pelo TCU no Acórdão nº 1.128/2026 – Plenário.

Tal procedimento não configura quebra de sigilo, tampouco identificação antecipada do licitante perante os demais concorrentes, uma vez que o sigilo assegurado pelo art. 17, § 1º, da Lei nº 14.133/2021 recai sobre o conteúdo das propostas frente aos demais participantes, sendo tecnicamente preservado pela ferramenta eletrônica durante toda a fase de disputa. A exigência de que a documentação de habilitação seja enviada somente após o encerramento da disputa de lances, prevista no item 8.1 do Edital, refere-se exclusivamente aos documentos de habilitação (arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021), não alcançando a garantia de proposta, que possui natureza e momento de apresentação próprios, na forma reconhecida pelo TCU.

As informações complementares quanto ao cadastro da garantia da proposta no sistema www.bnc.org.br serão prestadas pelo suporte técnico da plataforma, por meio do WhatsApp (42) 3026-4555.

João Pinheiro/MG, 26 de agosto de 2026.

JUAREZ MOURA DA SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
Juarez Moura da Silva
Código Identificador:EDBCDADC

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
TERMO DE ADESÃO AO CREDENCIAMENTO 118/2026 - CHAMADA PÚBLICA/CREDENCIAMENTO Nº 002/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2026.

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO
Credenciamento nº 118/2026
Processo Administrativo: 013/2026
Credenciada: Clínica Geral Dra. Sorriso Ltda
Objeto: Credenciamento para contratação de empresas especializadas para prestação de serviços médicos, atendimentos médicos, consultas especializadas complementares para a saúde pública municipal, a ser executado no Hospital Municipal Antônio Carneiro Valadares, UPA, Clinica de Hemodiálise e Secretaria Municipal de Saúde do Município de João Pinheiro MG.
Fundamentação: Fundamento: O presente chamamento público para credenciamento tem fundamento no art. 78, I c/c art. 79 da lei 14.133/2021, e do art. 59 ao art. 92 do Decreto Municipal n° 267/2025, e fazem parte integrante deste termo de adesão ao credenciamento independente de transcrição o edital e todos os seus anexos.
Dotação Orçamentária:
fichas 345, 409, 423, 432, 452, 463.
Vigência: 24 de fevereiro de 2026 até 24 de fevereiro de 2027.

Publicado por:
Natália Cordeiro Macedo
Código Identificador:D6471AF0

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 131/2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 131/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 041/2026
UNIDADE GESTORA/REQUISITANTE: Secretaria Municipal de Educação
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso II, c/c art. 72, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e Decreto Municipal nº 270/2025

1 – DO RELATÓRIO

Trata-se de processo de contratação direta, por dispensa de licitação, para a contratação de empresa especializada em planejamento, organização, execução e acompanhamento integral de processo de certificação de profissionais da educação, destinado à formação de cadastro de candidatos certificados e aptos à futura designação para a função de Diretor Escolar das unidades da Rede Municipal de Ensino de João Pinheiro/MG, em atendimento à Condicionalidade I da complementação VAAR do FUNDEB, nos termos do art. 14, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 14.113/2020.

O processo foi instruído com o Documento de Formalização da Demanda – DFD, o Estudo Técnico Preliminar, o Termo de Referência, a pesquisa/mapa de preços de mercado, o Termo de Dispensa de Licitação e demais elementos exigidos pelo art. 72 da Lei Federal nº 14.133/2021, dos quais se extrai que a contratação, no valor global de R$ 39.435,00 (trinta e nove mil, quatrocentos e trinta e cinco reais), enquadra-se na hipótese de dispensa prevista no art. 75, inciso II, da referida Lei.

A escolha da contratada **CONECTE-SE BRASIL CONSULTORIA EM EDUCAÇÃO E TREINAMENTO LTDA**, CNPJ nº 52.188.110/0001-22, decorreu da pesquisa de preços realizada, da compatibilidade de seu objeto social com o objeto contratado e da compatibilidade da proposta apresentada com os valores praticados no mercado, observados os requisitos de habilitação exigidos.

2 – DA FUNDAMENTAÇÃO

Considerando que a instrução processual atende aos requisitos do art. 72 da Lei Federal nº 14.133/2021; considerando que a contratação enquadra-se na hipótese de dispensa de licitação em razão do valor, prevista no art. 75, inciso II, da mesma Lei; considerando a inexistência de fracionamento indevido de despesa, nos termos do § 1º do mesmo artigo; e considerando, ainda, o interesse público na implementação do processo de certificação de profissionais da educação para provimento da função de Diretor Escolar segundo critérios técnicos de mérito e desempenho, em atendimento à Condicionalidade I da complementação VAAR do FUNDEB, manifesto-me pela regularidade do processo e pela viabilidade da contratação direta.

3 – DA RATIFICAÇÃO

RATIFICO, nos termos do art. 72 c/c o art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, o presente processo de Dispensa de Licitação, reconhecendo a regularidade dos atos praticados e a adequação da contratação direta ao caso concreto, para a contratação de empresa especializada destinada ao processo de certificação de profissionais da educação da Rede Municipal de Ensino de João Pinheiro/MG, em favor de **CONECTE-SE BRASIL CONSULTORIA EM EDUCAÇÃO E TREINAMENTO LTDA**, CNPJ nº 52.188.110/0001-22, no valor global de R$ 39.435,00 (trinta e nove mil, quatrocentos e trinta e cinco reais).

4 – DA HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGO o presente processo de contratação direta, autorizando a despesa correspondente à conta da dotação orçamentária 12.122.0402.2113 – 3.3.90.39.00 – Ficha 494, da Secretaria Municipal de Educação, e determinando o prosseguimento dos atos necessários à formalização da contratação, inclusive a emissão da nota de empenho e a assinatura do respectivo instrumento contratual.

5 – DA PUBLICIDADE

Determino, como condição de eficácia do presente ato, a divulgação do Extrato de Dispensa de Licitação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e no sítio eletrônico oficial do Município, nos termos do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6 – DA CONCLUSÃO

Após ratificado e homologado, encaminhe-se o processo ao setor competente para as providências de praxe, a formalização do instrumento contratual e o acompanhamento da execução contratual, cabendo a gestão do contrato a Ester Lopes Cançado de Souza, Secretária Municipal de Educação, e a fiscalização a Ueslei Aparecido Soares, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.

João Pinheiro/MG, 24 de agosto de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juarez Moura da Silva
Código Identificador:9BC72CBA

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LAGAMAR

LICITAÇÕES, CONTRATOS E EXTRATOS DE CONTRATOS ABERTURA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0051/2026 – CONCORRÊNCIA N° 002/2026.

ABERTURA DE EDITAL

A PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGAMAR–MG

Torna – se pública a **ABERTURA** do Processo Licitatório **nº 0051/2026** – Concorrência n° **002/2026.**

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA TÉCNICA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA DA ANTIGA CAPELA NOSSA SENHORA DA ABADIA (SALÃO PAROQUIAL): SEGUNDA ETAPA, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO IEPHA/HABILITAÇÃO/FEC/DCR Nº. 129467584/2025, INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS, HABILITADO ATRAVÉS DO EDITAL FEC 07/2025 – RESTAURA MINAS - REPASSE AOS MUNICÍPIOS, INCLUINDO MÃO DE OBRA E MATERIAIS**
Abertura no dia **10/09/2026 às 08h00min** (horário de Brasília). Informações e edital completo poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Lagamar, pelo e-mail: licitacao@lagamar.mg.gov.br, pelo telefone: (34) 3812-1916 ou pelo site oficial: https://lagamar.mg.gov.br/licitacoes.html.

VINÍCIUS DE PAULO CORRÊA
Agente de Contratação

Lagamar,26 de agosto 2026.

JOSÉ ALVES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vinicius de Paulo Correa
Código Identificador:36FD2068

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LAGOA DA PRATA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA CONVOCAÇÃO CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE MOTORISTA

CONVOCAÇÃO CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

O Secretário Municipal de Administração e Governo da Prefeitura Municipal de Lagoa da Prata-MG, no uso de suas atribuições, vem, por meio deste ato, tornar pública a CONVOCAÇÃO dos seguintes candidatos aprovados e classificados no Processo Seletivo **nº 004/2025** para Contratação Temporária de Excepcional Interesse Público para o cargo de **MOTORISTA.**

Antonio Lopes Junior
Breno Anderson Januário Borges
Mauro Aparecido De Oliveira Junior

Os candidatos indicados neste ato deverão comparecer portando originais e cópias dos documentos exigidos no respectivo Edital, no prazo máximo de 48 horas, a partir da data de publicação.

O candidato que não se apresentar dentro do prazo estipulado será considerado desistente de contrato, independente da assinatura de termo de desistência. Quaisquer dúvidas poderão ser sanadas no Setor de Recursos Humanos, através do contato (37) 99107 5845 ou no endereço de e-mail rh@lagoadaprata.mg.gov.br.

Lagoa da Prata-MG**, 26/08/2026**

ALYSSON ELIAS MACEDO
Secretário Municipal de Administração e Governo

Publicado por:
Davi Henrique Miranda Melo
Código Identificador:9F54B294

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA CONVOCAÇÃO CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSOR APOIO À COMUNICAÇÃO, LINGUAGEM E TECNOLOGIAS ASSISTIVAS

CONVOCAÇÃO CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

O Secretário Municipal de Administração e Governo da Prefeitura Municipal de Lagoa da Prata-MG, no uso de suas atribuições, vem, por meio deste ato, tornar pública a CONVOCAÇÃO dos seguintes candidatos aprovados e classificados no Processo Seletivo **nº 008/2025** para Contratação Temporária de Excepcional Interesse Público para o cargo de **Professor Apoio à Comunicação, Linguagem e Tecnologias Assistivas:**

Joice Leidiane de Sousa

Os candidatos indicados neste ato deverão comparecer portando originais e cópias dos documentos exigidos no respectivo Edital, no prazo máximo de 48 horas, a partir da data de publicação.

Os candidatos que não se apresentarem dentro do prazo estipulado será considerado desistente de contrato, independente da assinatura de termo de desistência. Quaisquer dúvidas poderão ser sanadas no Setor de Recursos Humanos, através do contato (37) 99107 5845 ou no endereço de e-mail rh@lagoadaprata.mg.gov.br.

Lagoa da Prata-MG, **26/08/2026**

ALYSSON ELIAS MACEDO
Secretário Municipal de Administração e Governo

Publicado por:
Davi Henrique Miranda Melo
Código Identificador:14F4913E

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA CONVOCAÇÃO CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE SERVENTE ESCOLAR

CONVOCAÇÃO CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

O Secretário Municipal de Administração e Governo da Prefeitura Municipal de Lagoa da Prata-MG, no uso de suas atribuições, vem, por meio deste ato, tornar pública a CONVOCAÇÃO dos seguintes candidatos aprovados e classificados no Processo Seletivo **nº 001/2025** para Contratação Temporária de Excepcional Interesse Público para o cargo de **SERVENTE ESCOLAR:**

Fabiana Cristina De Souza Oliveira
Letícia Barbosa

Os candidatos indicados neste ato deverão comparecer portando originais e cópias dos documentos exigidos no respectivo Edital, no prazo máximo de 48 horas, a partir da data de publicação.

O candidato que não se apresentar dentro do prazo estipulado será considerado desistente de contrato, independente da assinatura de termo de desistência. Quaisquer dúvidas poderão ser sanadas no Setor de Recursos Humanos, através do contato (37) 99107 5845 ou no endereço de e-mail rh@lagoadaprata.mg.gov.br.

Lagoa da Prata-MG, **26/08/2026**

ALYSSON ELIAS MACEDO
Secretário Municipal de Administração e Governo

Publicado por:
Davi Henrique Miranda Melo
Código Identificador:45067993

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GOVERNO
O MUNICÍPIO DE LAGOA DA PRATA TORNA PUBLICO O AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 58/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 321/2026

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL HOSPITALAR DE CONSUMO (FRASCOS PARA DIETA ENTERAL, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE (UBS) DO MUNICÍPIO, GARANTINDO O ADEQUADO ACONDICIONAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FORNECIMENTO DE DIETAS ENTERAIS AOS PACIENTES ASSISTIDOS PELA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE, CONFORME DEMANDA, PELO PERÍODO DE 12 MESES.

DATA DE ABERTURA: 01/09/2026 ÀS 07h00
www.licitardigital.com.br

LAGOA DA PRATA, 26 DE AGOSTO DE 2026.

MATEUS SIVELLY BORGES
Agente de Contratação

Publicado por:
Mateus Sivelly Borges
Código Identificador:324B1C3B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GOVERNO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E RATIFICAÇÃO DA DISPENSA ELETRONICA Nº 056/2026

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais,HOMOLOGA, ADJUDICA E RATIFICAa DISPENSA ELETRONICA Nº 056/2026, nos termos do Artigo 75 II, da Lei 14.133/2021, junto à empresa:

28.250.680 RUBENS BASILIO DE FARIA - 28.250.680/0001-10
R$ 4.198,00 (quatro mil, cento e noventa e oito reais),

visando a aquisição de painéis de senha para atender as demandas da Policlínica I e da Farmácia Municipal., conforme PROCESSO n°: 313/2026.

Lagoa da Prata, 26 de Agosto de 2026.

DI GIANNE DE OLIVEIRA NUNES
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Mateus Sivelly Borges
Código Identificador:AA470891

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GOVERNO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 118/2026

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais,**HOMOLOGA, ADJUDICA E RATIFICA**a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº **118/2026**, nos termos do **Artigo 74, V** da Lei 14.133/2021, junto à empresa**JNT IMOBILIARIA E INCORPORAÇÕES – CNPJ 04.461.904/0001-75,** visando **Locação de imóvel situado a Av. Getúlio Vargas, nº. 827, Loja 04, Centro, nesta cidade, para o funcionamento da Biblioteca Municipal Cel. José Vital,** no valor de R$ R$ 198.000,00 (Cento e noventa e oito mil reais), conforme PROCESSO n°: **190/2026**, INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO **Nº 118/2026**

Lagoa da Prata, 26 de agosto de 2026.

DI GIANNE DE OLIVEIRA NUNES
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Vanessa Cristina Santos Pinto
Código Identificador:AF98F87B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LAGOA SANTA

COORDENAÇÃO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 045/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO 168/2026

Contratada: B3 S.A. - BRASIL, BOLSA, BALCAO CNPJ: 09.346.601/0001-25

Objeto: contratação direta, por inexigibilidade de licitação, da B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO, para a prestação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, compreendendo assessoramento técnico, consultivo e operacional à administração pública na organização, preparação e condução do procedimento licitatório destinado à seleção da futura concessionária da Parceria Público-Privada (PPP) do Projeto Lagoa Santa 360 - Cidade Inteligente do Município de Lagoa Santa/MG.

Fundamentação: inciso III, alínea c, do artigo 74, da Lei Federal 14.133/21 e alterações subseqüentes.

Valor: em caso de insucesso da licitação, será devido pelo Município o valor de R$ 187.731,17 (cento e oitenta e sete mil, setecentos e trinta e um reais e dezessete centavos), correspondente a 24% (vinte e quatro por cento) do valor do contrato.

Lagoa Santa, em 26 de agosto de 2026.

BRENO SALOMÃO GOMES
Prefeito

Publicado por:
Tathiana Maria Viana Stemler Morandi de Queiroz
Código Identificador:D311C52C

COORDENAÇÃO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
ERRATA

Errata do Pregão Eletrônico RP nº 028/2026, abertura será mantida no dia 14/09/2026 com recebimento das propostas comerciais até 09h. Objeto: contratação de empresa para a realização de diversos serviços de adaptação, conservação, limpeza, manutenção, zeladoria, poda e supressão em espaços, áreas, prédios públicos, vias e praças públicas do perímetro urbano do Município de Lagoa Santa- MG. A errata na íntegra estará disponível nos sites www.lagoasanta.mg.gov.br e https://licitar.digital/

MONIQUE DUARTE COELHO DE OLIVEIRA/
Pregoeira.

Publicado por:
Tathiana Maria Viana Stemler Morandi de Queiroz
Código Identificador:F3919CA5

SECRETARIA DE TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE/COPEFOR-COMISSÃO PERMANENTE PROCESSANTE DE FORNECEDORES
INTIMAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA – torna pública a **INTIMAÇÃO** enviada à **ROSILAN COMÉRCIO E LICITAÇÕES LTDA** – CNPJ: 21.767.486/0001-68 **–** Ata de

Registro de Preços Nº 163/2025. A **Intimação** encontra-se disponibilizada no site www.lagoasanta.mg.gov.br e no Processo Interno nº **1698/2026.**

Em **26/08/2026.**

LEANDRA CARVALHO
Membro da COPEFOR

Publicado por:
Leandra Márcia de Carvalho
Código Identificador:80D4D39D

SECRETARIA DE TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE/COPEFOR-COMISSÃO PERMANENTE PROCESSANTE DE FORNECEDORES
INTIMAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA – torna pública a **INTIMAÇÃO** enviada à **OXI QUIMICA LTDA CNPJ: 65.271.868/0001-71** ARP Nº 142/2026. A Intimação encontra-se disponibilizada no site www.lagoasanta.mg.gov.br e no Processo Interno nº **1699/2026.** Em 26/08/26

LEANDRA CARVALHO
Membro da COPECAF

Publicado por:
Leandra Márcia de Carvalho
Código Identificador:CF6916FC

SECRETARIA DE TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE/COPEFOR-COMISSÃO PERMANENTE PROCESSANTE DE FORNECEDORES
SANÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA – torna pública a **SANÇÃO** enviada à empresa **UNIQUE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**– CNPJ: **23.864.942/001-13 –** Ata de Registro de Preços Nº 040/2026. A **sanção** encontra-se disponibilizada no site www.lagoasanta.mg.gov.br e no Processo Interno nº **1322/2026.**

Em **26/08/2026.**

DEBORAH VIEIRA
Membro da COPEFOR

Publicado por:
Deborah Vieira Costa
Código Identificador:BD171161

SECRETARIA DE TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE/COPEFOR-COMISSÃO PERMANENTE PROCESSANTE DE FORNECEDORES
SANÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA – torna pública a **SANÇÃO** enviada à empresa **IVG BRASIL LTDA**– CNPJ: **36.519.422/0001-15 –** Contrato Nº 125/2025. A **sanção** encontra-se disponibilizada no site www.lagoasanta.mg.gov.br e no Processo Interno nº **636/2026.** Em **26/08/2026.**

DEBORAH VIEIRA
Membro da COPEFOR

Publicado por:
Deborah Vieira Costa
Código Identificador:77AB8E9F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LARANJAL

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ANULAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 041/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2026 REGISTRO DE PREÇOS

DECISÃO DO PREGOEIRO

O Pregoeiro do Municipio de Laranjal, no uso de suas atribuições legais mais especificamente aquelas elencadas na Lei 14.133/2021 e Portaria Municipal Nº 080/2026, resolve:

1) **ANULAR** o Processo Administrativo Licitatório Nº 041/2026 – Pregão Eletrônico Nº 021/2026.
2) Decisão do pregoeiro: Pela anulação do Pregão Eletrônico com base no art. 71, inciso III da Lei Federal nº 14.133/2021, assegurando-se previamente aos licitantes a oportunidade de manifestação no prazo legal. Determinando na oportunidade, assim que possível a abertura de novo processo.
3) Publique-se

Laranjal, 24 de agosto de 2026.

JORGE ROSA DA ROCHA JUNIOR
Pregoeiro
Portaria 080/2026

Publicado por:
Araci Silva de Mello Paula
Código Identificador:A19D2883

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 043/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO N° 022/2026 REGISTRO DE PREÇO

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação o registro de preço para futura e eventual aquisição de uniformes destinados aos servidores da Secretaria Municipal de Saúde, proporcionando identificação funcional, padronização da vestimenta, segurança, conforto e melhores condições para o desempenho das atividades desenvolvidas pelos profissionais no exercício de suas atribuições. Conforme o constante no Termo de Referência – Anexo I do presente edital.

Empresa vencedora:

ROMANAS CONFECÇÕES LIMITADA
CNPJ: 11.087.589/0001-23
RUA FLORIANO PEIXOTO, Nº 60, CENTRO, ALTEROSA/MG, CEP: 37.145-000
Valor Global Total R$33.997,50 (trinta e três mil novecentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos)

Condição de pagamento: O pagamento será efetuado em conta corrente do fornecedor, num prazo de até 30 (trinta) dias após a entrega, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, entrega dos documentos na Contabilidade/Tesouraria e o visto da Secretaria requisitante, comprovando a entrega.

Data da assinatura da homologação: 18/08/2026.

Publicado por:
Araci Silva de Mello Paula
Código Identificador:2ABE081D

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
LEI COMPLEMENTAR Nº 91 DE 26 DE AGOSTO DE 2026

Altera os Anexos III, V, VII e VIII e cria o Anexo III A da Lei Complementar nº 36/14 que "*Dispõe sobre o Plano de Cargos, a Carreira, os Vencimentos dos Profissionais do Magistério Público da Educação Básica, incluso o Pessoal do Quadro de Pessoal Técnico-Administrativo-Educacional e de Apoio do Município de Laranjal – MG e dá outras providências".*

A Câmara Municipal de LARANJAL– MG, por seus representantes, **aprovou** e eu, Prefeito Municipal, **sanciono** a seguinte Lei que altera os Anexos III, V, VII e VIII e cria o Anexo III A da Lei

Complementar nº 36/14 de 22.12.14, os quais passam a ter a seguinte redação:

Art. 1º. Os Anexos III, V, VII, VIII e III A, da Lei n° 36 de 2014 passam a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO III – LEI 36/14
TABELA DE VENCIMENTOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL/SME
QUADRO DOS CARGOS DE CARREIRA DOCENTE E DE PEDAGOGOS/ESPECIALISTAS
GRUPO DE NÍVEL SUPERIOR DE ESCOLARIDADE
ANO DE 2026
VALOR REFERÊNCIA PARA 40H = R$ 5.130,63 ASSEGURADA A PROPORCIONALIDADE PARA JORNADAS DIVERSAS JORNADA DE 27H 30MIN

SIMBOLO DE VENCIMENTOS	VALOR R$	SIMBOLO DE VENCIMENTOS	VALOR R$
N01	R$3.527,30	**N15**	R$5.335,36
N02	R$3.633,12	**N16**	R$5.495,42
N03	R$3.742,11	**N17**	R$5.660,28
N04	R$3.854,38	**N18**	R$5.830,09
N05	R$3.970,01	**N19**	R$6.004,99
N06	R$4.089,11	**N20**	R$6.185,14
N07	R$4.211,78	**N21**	R$6.370,70
N08	R$4.338,13	**N22**	R$6.561,82
N09	R$4.468,28	**N23**	R$6.758,67
N10	R$4.602,33	**N24**	R$6.961,43
N11	R$4.740,40	**N25**	R$7.170,27
N12	R$4.882,61	**N26**	R$7.385,38
N13	R$5.029,09	**N27**	R$7.606,94
N14	R$5.179,96	**N28**	R$7.835,15

OBSERVAÇÃO:
O VALOR REFERÊNCIA DE **R$ 5.130,63** PARA A JORNADA DE 40H CORRESPONDE AO VALOR ESTIPULADO PELO MEC, COM **VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º.01.26**, NOS TERMOS ESTABELECIDOS NO ART. 2º, DA LEI FEDERAL 15.437/26

ANEXO III A - LEI 36/14
TABELA DE VENCIMENTOS PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL/SME
QUADRO DOS CARGOS DE CARREIRA DE PEDAGOGOS/ESPECIALISTAS
GRUPO DE NÍVEL SUPERIOR DE ESCOLARIDADE
ANO DE 2026
VALOR REFERÊNCIA PARA 40H = R$ 5.130,63 ASSEGURADA A PROPORCIONALIDADE PARA JORNADAS DIVERSAS
JORNADA DE 40 H

SIMBOLO DE VENCIMENTOS	VALOR R$	SIMBOLO DE VENCIMENTOS	VALOR R$
N02	R$5.284,54	**N13**	R$7.315,04
N04	R$5.606,37	**N15**	R$7.760,52
N06	R$5.947,79	**N17**	R$8.233,14
N08	R$6.310,02	**N19**	R$8.734,54
N10	R$6.694,30	**N21**	R$9.266,47

ANEXO V – LEI 36/14
TABELA DE VENCIMENTOS PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL/MG
PESSOAL DO GRUPO OCUPACIONAL DE SERVIÇO TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL
ANO 2026
TABELA IDÊNTICA A DOS DEMAIS SERVIDORES CONTEMPLADOS NA LEI 41/15

SIMBOLO DE VENCIMENTOS	VALOR R$	SIMBOLO DE VENCIMENTOS	VALOR R$
N01	R$1.621,00	**N31**	R$3.934,59
N02	R$1.669,63	**N32**	R$4.052,63
N03	R$1.719,72	**N33**	R$4.174,21
N04	R$1.771,31	**N34**	R$4.299,44
N05	R$1.824,45	**N35**	R$4.428,42
N06	R$1.879,18	**N36**	R$4.561,27
N07	R$1.935,56	**N37**	R$4.698,11
N08	R$1.993,63	**N38**	R$4.839,05
N09	R$2.053,43	**N39**	R$4.984,22
N10	R$2.115,04	**N40**	R$5.133,75
N11	R$2.178,49	**N41**	R$5.287,76
N12	R$2.243,84	**N42**	R$5.446,40
N13	R$2.311,16	**N43**	R$5.609,79
N14	R$2.380,49	**N44**	R$5.778,08
N15	R$2.451,91	**N45**	R$5.951,42
N16	R$2.525,47	**N46**	R$6.129,97
N17	R$2.601,23	**N47**	R$6.313,87
N18	R$2.679,27	**N48**	R$6.503,28
N19	R$2.759,64	**N49**	R$6.698,38
N20	R$2.842,43	**N50**	R$6.899,33
N21	R$2.927,71	**N51**	R$7.106,31
N22	R$3.015,54	**N52**	R$7.319,50
N23	R$3.106,00	**N53**	R$7.539,09
N24	R$3.199,18	**N54**	R$7.765,26
N25	R$3.295,16	**N55**	R$7.998,22
N26	R$3.394,01	**N56**	R$8.238,16
N27	R$3.495,83	**N57**	R$8.485,31
N28	R$3.600,71	**N58**	R$8.739,87
N29	R$3.708,73	**N59**	R$9.002,06
N30	R$3.819,99	**N60**	R$9.272,12

OBSERVAÇÃO:
a tabela de vencimentos contidos neste anexo é a mesma aplicável aos demais servidores que ganham, no mínimo, o valor menor definido para o salário mínimo nacional, dado que esses servidores, apesar de laborarem para a educação, não foram incluídos entre os PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO, contemplados no Art. 2º, § 2º da lei 11.738/08, mas podem ser pagos com o percentual de 70% (setenta por cento). Sendo assim, o valor do N01 corresponde a R$ 1.621,00 (Hum mil seiscentos e vinte e um reais) que é o menor valor a ser pago ao servidor municipal, conforme determinação constitucional **VIGENTE DESDE 01.01.2026.**

ANEXO VII - LEI 36/14
TABELA DE VENCIMENTOS PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL/SME
CARGOS DO PROFESSOR EFETIVO DO 6º AO 9º ANOS – ATÉ A ENTRADA EM VIGOR DA LEI 36/2014 DE 22.12.14 – E AQUELES COM EXIGÊNCIA CURRICULAR
ANO DE 2026
VALOR REFERÊNCIA PARA 40H = R$ 5.130,63
ASSEGURADA A PROPORCIONALIDADE PARA JORNADAS DIVERSAS
JORNADA EM HORA AULA

SIMBOLO DE VENCIMENTOS	VALOR R$	SIMBOLO DE VENCIMENTOS	VALOR R$
N01	R$39,14	**N12**	R$54,18
N02	R$40,31	**N13**	R$55,80
N03	R$41,52	**N14**	R$57,48
N04	R$42,77	**N15**	R$59,20
N05	R$44,05	**N16**	R$60,98
N06	R$45,37	**N17**	R$62,81
N07	R$46,74	**N18**	R$64,69
N08	R$48,14	**N19**	R$66,63
N09	R$49,58	**N20**	R$68,63
N10	R$51,07	**N21**	R$70,69
N11	R$52,60	**N22**	R$72,81

ANEXO VIII - LEI 36/14
TABELA DE VENCIMENTOS PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL/SME
CARGOS DO PROFESSOR EFETIVO OU CONTRATADO - 6º AO 9º ANOS – APÓS A ENTRADA EM VIGOR DA LEI 36/2014 DE 22.12.14
VALOR REFERÊNCIA PARA 40H = R$ 5.130,63 ASSEGURADA A PROPORCIONALIDADE PARA JORNADAS DIVERSAS
JORNADA EM HORA AULA

SIMBOLO DE VENCIMENTOS	VALOR R$	SIMBOLO DE VENCIMENTOS	VALOR R$
N01	R$28,49	**N12**	R$39,44
N02	R$29,34	**N13**	R$40,62
N03	R$30,23	**N14**	R$41,84
N04	R$31,13	**N15**	R$43,09
N05	R$32,07	**N16**	R$44,39
N06	R$33,03	**N17**	R$45,72
N07	R$34,02	**N18**	R$47,09
N08	R$35,04	**N19**	R$48,50
N09	R$36,09	**N20**	R$49,96
N10	R$37,17	**N21**	R$51,46

N11	R$38,29	**N22**	R$53,00

OBSERVAÇÃO:
O VALOR REFERÊNCIA DE **R$ 5.130,63** PARA A JORNADA DE 40H CORRESPONDE AO VALOR ESTIPULADO PELO MEC, COM **VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º.01.26**, NOS TERMOS ESTABELECIDOS NO ART. 2º, DA LEI FEDERAL 15.437/26

Art. 2º. Para fins de pagamento aos profissionais da Educação Básica/PEB I, o valor do vencimento para a jornada de trabalho será fixado levando em conta o mínimo de **R$3.527,30** (três mil quinhentos e vinte e sete reais e trinta centavos) para **27ha30min semanais,** cujo valor utilizado para sua fixação é de **R$ 5. 130,63** (cinco mil cento e trinta reais e sessenta e três centavos)**,** referente ao valor definido pelo MEC para a jornada de 40h, com base no art. 2º, da Lei Federal nº 15.437/26
§ 1º. Considerando o disposto no *caput* deste artigo, as demais jornadas de trabalho terão seus vencimentos fixados proporcionalmente àquela efetivamente laborada, sempre considerando o valor indicado no caput deste artigo para a jornada de 40h semanais.
§ 2º. Os servidores que integram o Grupo Ocupacional de Serviço Técnico Administrativo Educacional e de Apoio terão seus vencimentos reajustados no mesmo índice concedido aos demais servidores, integrantes da carreira de que trata a Lei 41/15, tendo como menor valor o salário mínimo nacional e a diferença percentual de 3% (três por cento) entre cada nível, conforme previsto no respectivo Plano de Carreira, sendo que a vigência a ser considerada é a mesma aplicada aos demais servidores, ou seja, 01.01.26, em face da alteração do novo salário mínimo a partir dessa data.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as demais disposições que com ela sejam conflitantes, com efeitos financeiros retroativos a data de 01.01.26.

Art. 4º. As diferenças de vencimentos decorrentes desta lei, relativas aos meses de janeiro/2026 a julho/2026 serão pagas de forma parcelada nos meses subsequentes.
Paragrafo único. As diferenças salarias atinge somente os profissionais dos Anexos III, III – A e VIII, mantendo os demais os parâmetros da Lei Complementar nº 90 de 2026.

Art. 5º. Fica revogado em sua totalidade a Lei Complementar nº 90 de 2026.

MANDO, PORTANTO, a todos as autoridades a quem o conhecimento de execução desta Lei pertencer, que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

Laranjal, 26 de agosto de 2026.

FERNANDO GONÇALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal de Laranjal

Publicado por:
Araci Silva de Mello Paula
Código Identificador:7473E927

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
LEI COMPLEMENTAR Nº 92 DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

"Altera o anexo I na Lei Complementar nº 69/2023, que dispõe sobre a alteração do Plano de Cargos e Carreiras e vencimentos dos servidores públicos do quadro geral do Município de Laranjal e dá outras providências".

O Povo do Município de Laranjal, por seus representantes **aprovou**, e em seu nome, **sanciono** a seguinte Lei:

Art. 1º. O Anexo I da Lei Complementar nº 69 de 19 de maio de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:
PREFEITURA DE LARANJAL
ANEXO I
Quadro dos Cargos de Provimento Efetivo

Quadro Geral de Cargos

Denominação	Nº de Cargos	Símbolo de Vencimentos	Carga Horária
Médico	04	N40 ao N57	20 horas
Assistente Social	04	Nº 23 ao N40	30 horas
Farmacêutico	02	N40 ao N57	40 horas
Fisioterapeuta	05	N17 ao N34	30 horas
Fonoaudiólogo	02	N17 ao N34	30 horas
Nutricionista	02	N23 ao N34	40 horas
Psicólogo	06	N 23 ao N40	40 horas
Técnico de Enfermagem	03	N 12 ao N29	40 horas
Técnico de Contabilidade	01	N 12 ao N29	40 horas
Operador de Máquinas	07	N 11 ao N28	40 horas
Assistente Administrativo	20	N 08 ao N25	40 horas
Fiscal de Obras	01	N 08 ao N25	40 horas
Pedreiro	15	N 08 ao N25	40 horas
Motorista	27	N 07 ao N24	40horas
Fiscal Sanitário	02	N 08 ao N25	40 horas
Operário	75	N 01 ao N17	40 horas
Soldador	02	N 01 ao N17	40 horas
Serviçal	30	N 01 ao N17	40 horas

Art. 2º. Ficam ratificadas as atribuições dos cargos constantes da lei complementar nº 41/2015 e 46/2018 acrescidas, nesta Lei, dos novos cargos, com atribuições específicas.
Art.3º. Revogam-se as disposições em contrário.
Art.4º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

MANDO, PORTANTO, a todos as autoridades a quem o conhecimento de execução desta Lei pertencer, que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

FERNANDO GONÇALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Araci Silva de Mello Paula
Código Identificador:34F5764C

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
LEI N.º 1.452 DE 26 DE AGOSTO DE 2026

Ratifica as alterações e consolidação do Estatuto do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Mata Leste – CISLESTE e dá outras providências.

O Povo do Município de Laranjal, por seus representantes **aprovou**, e em seu nome, **sanciono** a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam ratificadas as alterações do Estatuto do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Mata Leste - CISLESTE, cuja adesão do Município foi autorizada pela Lei Municipal nº. 1.004, de 11 de outubro de 2011.

Art. 2º O texto consolidado do Estatuto do contrato firmado entre o Município de Laranjal e o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Mata Leste - CISLESTE segue anexo, disponível também para consulta no endereço eletrônico do CISUM (https:// www.cisleste.mg.gov.br).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MANDO, PORTANTO, a todos as autoridades a quem o conhecimento de execução desta Lei pertencer, que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

FERNANDO GONÇALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Araci Silva de Mello Paula
Código Identificador:462109E7

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
LEI N.º 1.453 DE 26 DE AGOSTO DE 2026

Institui o Dia do Laranjalense Ausente, estabelece sua celebração como feriado municipal, revoga a Lei

Municipal nº 405 de 27 de novembro de 1984, e dá outras providências.

O Povo do Município de Laranjal, por seus representantes **aprovou**, e em seu nome, **sanciono** a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Laranjal/MG, o **Dia do Laranjalense Ausente**, destinado à celebração, valorização e preservação dos vínculos históricos, culturais e afetivos dos laranjalenses com o Município.
Art. 2º O Dia do Laranjalense Ausente será celebrado, anualmente, na segunda-feira imediatamente posterior ao segundo domingo do mês de agosto.
Art. 3º A data prevista no art. 2º desta Lei fica declarada feriado municipal no Município de Laranjal/MG.
Art. 4º As comemorações alusivas ao Dia do Laranjalense Ausente poderão integrar o calendário de festividades tradicionais do Município, especialmente aquelas realizadas no período da tradicional Exposição Agropecuária de Laranjal, respeitada a programação estabelecida para cada exercício.
Art. 5º Fica expressamente revogada a Lei Municipal nº 405, de 27 de novembro de 1984.
Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MANDO, PORTANTO, a todos as autoridades a quem o conhecimento de execução desta Lei pertencer, que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

Laranjal, 26 de agosto de 2026.

FERNANDO GONÇALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Araci Silva de Mello Paula
Código Identificador:2EC6AFB8

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LEME DO PRADO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 022/2026

A Prefeitura Municipal de Leme do Prado/MG torna público, que fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico n.º 022/2026. Objeto: Registro de preço para futura e eventual aquisição de materiais permanentes para manutenção das secretarias e demais setores da prefeitura municipal de Leme do Prado/MG. Envio de propostas por meio do sistema https://licitar.digital/ até as 08h29min do dia 22/09/2026, Data e Horário de Abertura da Sessão: 22/09/2026 às 08h30min. Aos interessados, demais informações bem como edital completo estará à disposição na sede do município de Leme do Prado/MG, situada à Av. São Geraldo, 259, Bairro Gabriel Pereira, nos sites https://licitar.digital/ e www.lemedoprado.mg.gov.br/licitacoes/1.

JOSEANY CORDEIRO SANTOS -
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Jose Adriano Gomes
Código Identificador:EE153FE6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LEOPOLDINA

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO PRC Nº 160/2026

Na qualidade de Chefe do Poder Executivo Municipal, e em razão de os autos estarem instruídos com os documentos elencados no art. 72 da Lei nº 14.133/21 cabíveis à espécie e no art. 125 do Decreto Municipal nº 5.570/2025, conforme certificado, AUTORIZO a presente COMPRA DIRETA, POR DISPENSA EM RAZÃO DO VALOR, AQUISIÇÃO DE PACOTES DE COPOS DESCARTAVEIS DE 200 ML, PARA ATENDER A SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL, COM FULCRO NO ART. 75, INCISO II, DA LEI 14.133/2021, nos termos da requisição e termo de referência anexo, com fundamento no art. 72, inciso VIII, do mesmo Codex, e no art. 136, inciso V, daquele Decreto.

DETERMINO a publicação desta autorização, bem como do extrato do contrato ou instrumento equivalente, no sítio eletrônico oficial do Município, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no diário oficial do Município, dentro do prazo de 10 (dez) dias úteis, na forma dos arts. 136, p. único, e 162, p. único, ambos do Decreto Municipal nº 5.570/25.

ENCAMINHE-SE a Secretaria Municipal de Administração, para as providências cabíveis.

Leopoldina, 25 de agosto de 2026.

PEDRO AUGUSTO JUNQUEIRA FERRAZ
Prefeito de Leopoldina

ANA PAULA SALVADOR PEDRONI CASTRO
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Marina de Oliveira Lima
Código Identificador:B9F4316A

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO PRC Nº 160/2026

Na qualidade de Chefe do Poder Executivo Municipal, e em razão de os autos estarem instruídos com os documentos elencados no art. 72 da Lei nº 14.133/21 cabíveis à espécie e no art. 125 do Decreto Municipal nº 5.570/2025, conforme certificado, AUTORIZO a presente COMPRA DIRETA, POR DISPENSA EM RAZÃO DO VALOR, AQUISIÇÃO DE PACOTES DE COPOS DESCARTAVEIS DE 200 ML, PARA ATENDER A SECRETARIA DE SAÚDE E TODAS AS UNIDADES DE SAUDE, COM FULCRO NO ART. 75, INCISO II, DA LEI 14.133/2021, nos termos da requisição e termo de referência anexo, com fundamento no art. 72, inciso VIII, do mesmo Codex, e no art. 136, inciso V, daquele Decreto.

DETERMINO a publicação desta autorização, bem como do extrato do contrato ou instrumento equivalente, no sítio eletrônico oficial do Município, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no diário oficial do Município, dentro do prazo de 10 (dez) dias úteis, na forma dos arts. 136, p. único, e 162, p. único, ambos do Decreto Municipal nº 5.570/25.

ENCAMINHE-SE a Secretaria Municipal de Administração, para as providências cabíveis.

Leopoldina, 15 de agosto de 2026.

PEDRO AUGUSTO JUNQUEIRA FERRAZ
Prefeito de Leopoldina

MARCIO VIEIRA MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Marina de Oliveira Lima
Código Identificador:9364C842

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2026 - PRC Nº 074/2026.

Objeto: A aquisição de pó de café, em razão da revogação do item no Pregão nº 119/2025, visando ao atendimento das necessidades das

diversas Secretarias Municipais e da Guarda Civil Municipal do Município de Leopoldina, para o exercício de 2026.
Empresas Vencedoras :
SIQUEIRA COMÉRCIO & DISTRIBUIÇÃO LTDA /CNPJ: 65.227.305/0001-86/Valor Total: R$ 42.424,55
AGROPECUÁRIA FAZENDA DO BENTO IND. COM. LTDA. /CNPJ: 38.749.487/0001-82/Valor Total: R$ 117.796,82

Recursos: PRÓPRIO, SUS, FEAS, FNAS
Condições de pagamento: O pagamento devido será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega da Nota Fiscal, juntamente com a certidão negativa do INSS e FGTS, caso a empresa tenha empregados e caso não tenha, declaração no corpo da Nota Fiscal, em conformidade com as instruções normativas da Previdência Social.
Data da Assinatura da Homologação: 11/08/2026
Signatários: Pedro Augusto Junqueira Ferraz – Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2026 - PRC nº 074/2026.
Objeto: A aquisição de pó de café, em razão da revogação do item no Pregão nº 119/2025, visando ao atendimento das necessidades das diversas Secretarias Municipais e da Guarda Civil Municipal do Município de Leopoldina, para o exercício de 2026.
Empresa Vencedora :

CONTRATO Nº: 158/2026 - SIQUEIRA COMÉRCIO & DISTRIBUIÇÃO LTDA /CNPJ: 65.227.305/0001-86/Valor Total: R$ 42.424,55
CONTRATO Nº: 159/2026 - AGROPECUÁRIA FAZENDA DO BENTO IND. COM. LTDA. /CNPJ: 38.749.487/0001-82/Valor Total: R$ 117.796,82
Recursos: PRÓPRIO, SUS, FEAS, FNAS
Condições de pagamento: O pagamento devido será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega da Nota Fiscal, juntamente com a certidão negativa do INSS e FGTS, caso a empresa tenha empregados e caso não tenha, declaração no corpo da Nota Fiscal, em conformidade com as instruções normativas da Previdência Social.
Data da Assinatura do contrato: 19/08/2026
Vigência: 31/12/2026
Signatários: Pedro Augusto Junqueira Ferraz – Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele do Nascimento
Código Identificador:8D9068BD

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
DECISÃO ADMINISTRATIVA

Procedimento licitatório nº: Pregão eletrônico nº 54/2026

O Prefeito Municipal de Leopoldina, no uso de suas atribuições legais, e diante dos documentos instruídos neste procedimento licitatório, os quais dão conta da existência de razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, consubstanciado nas informações prestadas pela Chefia do Terminal Rodoviário através do memorando nº 012/2026, decide, com fundamento no art. 71 da Lei nº 14.133/2021 e na súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal, REVOGAR o referido certame licitatório, com arrimo no parecer da Procuradoria Geral do Município nº 303/2026.

Publique-se.

Leopoldina/MG, dia 26 de agosto de 2026.

PEDRO AUGUSTO JUNQUEIRA FERRAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele do Nascimento
Código Identificador:8AE51315

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026
CADASTRAMENTO E CREDENCIAMENTO DE PROTETORES INDEPENDENTES DE ANIMAIS E DE ENTIDADES DE PROTEÇÃO ANIMAL
SEM REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 230/2026

Preâmbulo

O MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA, Estado de Minas Gerais, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 17.733.643/0001-47, com sede administrativa na Rua Lucas Augusto, nº 68, Centro, CEP 36700-088, Leopoldina/MG, representado pelo seu PREFEITO , Senhor PEDRO AUGUSTO JUNQUEIRA FERRAZ, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, com sede na Rua Presidente Carlos Luz, nº 699, 2º andar, Sala 201, Centro, CEP 36700-952, Leopoldina/MG, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Meio Ambiente, Senhor LUIZ HENRIQUE NOGUEIRA GESUALDI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e pela legislação de regência, TORNA PÚBLICO o presente EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO, destinado ao cadastramento e ao credenciamento, sem repasse de recursos financeiros e sem qualquer contraprestação pecuniária, de protetores independentes de animais (pessoas físicas) e de organizações da sociedade civil, associações e demais entidades de proteção animal (pessoas jurídicas) que atuem no território do Município de Leopoldina/MG, na forma e nas condições estabelecidas neste instrumento e em seus anexos.
O presente Edital permanecerá aberto em FLUXO CONTÍNUO, admitindo inscrições a qualquer tempo durante o seu prazo de vigência, sem prejuízo dos cronogramas específicos de análise previstos na Cláusula 8.

1. Do Objeto

1.1. Constitui objeto do presente Edital o chamamento público destinado ao cadastramento e ao credenciamento de protetores independentes de animais e de entidades de proteção animal atuantes no Município de Leopoldina/MG, com a finalidade de conhecer, organizar, qualificar e integrar a rede local de proteção e bem-estar animal, bem como de viabilizar, de forma isonômica, transparente e voluntária, a colaboração dessa rede com a Administração Pública Municipal.
1.2. O Edital estrutura-se em 3 (três) módulos autônomos e cumulativos, descritos na Cláusula 4, a saber:
a) MÓDULO I – CADASTRO: cadastramento no Cadastro Municipal de Protetores Independentes e Entidades de Proteção Animal de Leopoldina, de caráter obrigatório para todos os interessados e suficiente, por si só, para quem pretenda apenas ser identificado e integrado à rede municipal;
b) MÓDULO II – HABILITAÇÃO PARA ATUAÇÃO COLABORATIVA GRATUITA: credenciamento facultativo dos cadastrados que desejem prestar, de forma voluntária e gratuita, serviços de apoio às ações municipais de proteção e bem-estar animal;
c) MÓDULO III – LARES TEMPORÁRIOS: credenciamento facultativo dos cadastrados que desejem receber, em regime de guarda temporária e a título gratuito, animais sob responsabilidade do Município.
1.3. A adesão aos Módulos II e III é facultativa e independente entre si, podendo o interessado optar por um, por ambos ou por nenhum deles, hipótese em que permanecerá regularmente cadastrado nos termos do Módulo I.
1.4. O presente Edital NÃO ENVOLVE, em nenhum de seus módulos, transferência de recursos financeiros, pagamento, remuneração, subvenção, auxílio, contribuição ou qualquer espécie de contraprestação pecuniária aos cadastrados ou credenciados, nos termos da Cláusula 36.

2. Da Fundamentação Legal

2.1. O presente Edital fundamenta-se no seguinte arcabouço normativo:
2.1.1. Âmbito federal:
a) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, art. 23, incisos VI e VII (competência comum para proteger o meio ambiente

e preservar a fauna), art. 30, incisos I e II (competência do Município para legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual) e art. 225, caput e § 1º, inciso VII (dever do Poder Público de proteger a fauna e vedar práticas que submetam os animais a crueldade);
b) Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente;
c) Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, art. 32, com a redação dada pela Lei Federal nº 14.064, de 29 de setembro de 2020, que tipifica os crimes de abuso, maus-tratos, ferimento e mutilação de animais, com pena qualificada quando se tratar de cão ou gato;
d) Lei Federal nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre o serviço voluntário, base jurídica da atuação colaborativa gratuita das pessoas físicas de que trata o Módulo II;
e) Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC), com as alterações da Lei Federal nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015, em especial o art. 2º, inciso VIII-A, que define o acordo de cooperação como instrumento de parceria que não envolve transferência de recursos financeiros, e os arts. 23 a 32, que disciplinam o chamamento público;
f) Lei Federal nº 13.426, de 30 de março de 2017, que dispõe sobre a política de controle da natalidade de cães e gatos;
g) Lei Federal nº 14.228, de 20 de outubro de 2021, que veda a eliminação de cães e gatos por órgãos de controle de zoonoses, canis públicos e estabelecimentos oficiais congêneres;
h) Lei Federal nº 15.046, de 17 de dezembro de 2024, que institui o Cadastro Nacional de Animais Domésticos;
i) Decreto Federal nº 12.439, de 17 de abril de 2025, que institui o Programa Nacional de Proteção e Manejo Populacional Ético de Cães e Gatos – ProPatinhas – e o Sistema do Cadastro Nacional de Animais Domésticos – SinPatinhas –, e a Portaria MMA nº 1.676, de 20 de maio de 2026, que estabelece os instrumentos e procedimentos para a formalização da adesão dos entes federativos;
j) Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), em especial o art. 7º, incisos III e V, e o art. 23;
k) Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação);
l) Lei Federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aplicada subsidiariamente ao processo administrativo municipal;
m) Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, aplicável apenas de forma subsidiária e no que couber, observado o disposto na Cláusula 36.2;
n) Lei Federal nº 5.517, de 23 de outubro de 1968, e Decreto Federal nº 64.704, de 17 de junho de 1969, que regulam o exercício da profissão de médico-veterinário e definem os atos que lhe são privativos;
o) Resoluções do Conselho Federal de Medicina Veterinária – CFMV, em especial a Resolução CFMV nº 1.236, de 26 de outubro de 2018, que define e caracteriza crueldade, abuso e maus-tratos contra animais vertebrados, e a Resolução CFMV nº 1.069, de 27 de outubro de 2014, quanto aos estabelecimentos médico-veterinários.

2.1.2. Âmbito do Estado de Minas Gerais:

a) Constituição do Estado de Minas Gerais, art. 214, § 1º, inciso VII;
b) Lei Estadual nº 21.970, de 15 de janeiro de 2016, que dispõe sobre a proteção, a identificação e o controle populacional de cães e gatos no Estado, destacando-se: o art. 2º, que veda o extermínio de cães e gatos para fins de controle populacional; o art. 3º, que atribui ao Município, com o apoio do Estado, a execução das ações de proteção, identificação e controle populacional; o art. 8º, que trata das campanhas educativas; e o art. 8º-A, que autoriza a concessão, aos cuidadores e protetores de animais cadastrados na forma de regulamento, de preferência em programas públicos de castração, vacinação e atendimento de animais;
c) Lei Estadual nº 23.304, de 30 de maio de 2019, que atribuiu à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD a gestão das políticas públicas relativas à fauna doméstica;
d) Lei Estadual nº 24.313, de 28 de abril de 2023, e Decreto Estadual nº 48.706, de 2023, que criaram a Superintendência de Educação Ambiental e Fauna Doméstica – SEFAU e a Diretoria de Fauna Doméstica – DFAD, no âmbito da SEMAD;
e) Lei Estadual nº 25.227, de 28 de abril de 2025, que dispõe sobre a criação para fins de reprodução e a comercialização de cães e gatos de raça no Estado e institui o Cadastro Estadual de Criação e Comércio de Cães e Gatos de Raça de Minas Gerais – Cecar-MG;
f) Decreto Estadual nº 47.132, de 20 de janeiro de 2017, no que for aplicável por analogia às parcerias sem transferência de recursos;
g) Cadastro Estadual de Entidades de Proteção Animal e de Protetores e Sistema Estadual de Identificação de Animais Domésticos, ambos mantidos pela SEMAD.

2.1.3. Âmbito do Município de Leopoldina:

a) Lei Orgânica do Município de Leopoldina;
b) Lei Complementar Municipal nº 92, de 2024, que dispõe sobre a política de proteção, conservação, preservação, controle, licenciamento e fiscalização do meio ambiente e da melhoria da qualidade de vida no Município de Leopoldina, marco geral da política ambiental municipal no qual se insere a proteção da fauna doméstica;
c) Lei Municipal nº 4.688, de 14 de setembro de 2022, que criou o Fundo Municipal do Bem-Estar Animal – FMBEA, instrumento orçamentário específico das ações de proteção e bem-estar animal no Município;
d) Decreto Municipal nº 4.300, de 2017, que regulamenta, no âmbito do Município de Leopoldina, a Lei Federal nº 13.019/2014, aplicável aos acordos de cooperação de que trata o Módulo II;
e) demais atos normativos municipais aplicáveis à matéria.

2.2. Aplicam-se ainda, subsidiariamente, as normas técnicas e sanitárias vigentes, em especial as expedidas pelo Ministério da Saúde, pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e pelos Conselhos Federal e Regional de Medicina Veterinária.

3. Das Definições

3.1. Para os fins deste Edital, considera-se:
I – PROTETOR INDEPENDENTE DE ANIMAIS: pessoa física, residente e domiciliada no Município de Leopoldina/MG, que, por iniciativa própria, sem finalidade lucrativa e sem vínculo com pessoa jurídica constituída, exerce de forma habitual e continuada atividades de resgate, acolhimento, alimentação, cuidado sanitário, encaminhamento à castração, recuperação, guarda ou promoção da adoção de cães, gatos e demais animais domésticos em situação de abandono, risco, vulnerabilidade ou maus-tratos;
II – ENTIDADE DE PROTEÇÃO ANIMAL: pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, regularmente constituída, incluídas as organizações da sociedade civil de que trata o art. 2º, inciso I, da Lei Federal nº 13.019/2014, as associações e as demais organizações não governamentais, cujo estatuto social contemple, entre suas finalidades, a proteção, a defesa ou o bem-estar animal;
III – REDE MUNICIPAL DE PROTEÇÃO ANIMAL: conjunto formado pelos órgãos e unidades municipais com atribuição na matéria e pelos protetores independentes e entidades de proteção animal regularmente cadastrados nos termos deste Edital;
IV – CADASTRO: ato administrativo de registro declaratório do protetor independente ou da entidade de proteção animal no Cadastro Municipal de que trata o Módulo I, sem geração, por si só, de direitos, obrigações de fazer ou vínculo de qualquer natureza com o Município;
V – CREDENCIAMENTO: ato administrativo pelo qual o Município reconhece que o cadastrado preenche os requisitos objetivos para integrar o Módulo II e/ou o Módulo III, habilitando-o à celebração do respectivo instrumento de formalização;
VI – ATUAÇÃO COLABORATIVA GRATUITA: prestação espontânea, voluntária, não remunerada e não obrigatória de atividades de apoio às ações municipais de proteção e bem-estar animal, sem vínculo empregatício, funcional ou de qualquer outra natureza;
VII – LAR TEMPORÁRIO: residência ou instalação particular, credenciada nos termos do Módulo III, que recebe, em regime de guarda temporária e a título gratuito, animal sob responsabilidade do Município, até que sobrevenha sua adoção definitiva, sua devolução ao Município ou outra destinação legalmente cabível;
VIII – GUARDA TEMPORÁRIA: transferência precária, gratuita e revogável da posse direta do animal ao mantenedor do lar temporário, permanecendo o Município como responsável pela destinação final do animal;
IX – ANIMAL COMUNITÁRIO: cão ou gato que estabelece com a comunidade em que vive vínculos de dependência e manutenção, ainda que não possua responsável único e definido;

X – MAUS-TRATOS: as condutas assim definidas no art. 32 da Lei Federal nº 9.605/1998 e na Resolução CFMV nº 1.236/2018;
XI – COMISSÃO: a Comissão de Análise e Acompanhamento do Cadastro e Credenciamento, designada nos termos da Cláusula 33.

4. Da Estrutura Modular do Edital

4.1. Este Edital organiza-se em módulos autônomos, de modo que a supressão, a suspensão ou a não implementação de qualquer dos Módulos II e III não prejudica a validade, a eficácia ou a execução dos demais.
4.2. O MÓDULO I – CADASTRO constitui requisito prévio e obrigatório de acesso aos Módulos II e III, não sendo admitida a habilitação nestes últimos sem o prévio deferimento do cadastro.
4.3. A opção pelos Módulos II e/ou III é manifestada pelo interessado no ato da inscrição ou a qualquer tempo posterior, mediante apresentação do Termo de Opção constante do ANEXO III, acompanhado da documentação específica correspondente.
4.4. O interessado que optar exclusivamente pelo Módulo I não assume qualquer obrigação de prestação de serviços ao Município, nem se sujeita a vistoria técnica, escalas, convocações ou apresentação de relatórios, ressalvado o dever de manter seus dados cadastrais atualizados.
4.5. A relação entre os módulos é sintetizada no quadro abaixo:

Módulo	Natureza	Pressuposto	Instrumento de formalização
I	Obrigatório	Inexistente	Deferimento do cadastro e emissão de certidão
II	Facultativo	Módulo I deferido	Termo de Adesão ao Serviço Voluntário (PF) ou Acordo de Cooperação (PJ)
III	Facultativo	Módulo I deferido e vistoria aprovada	Termo de Guarda Temporária e Responsabilidade

4.6. A Administração poderá, mediante ato fundamentado do Secretário Municipal de Meio Ambiente, publicado com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, suspender temporariamente a abertura de inscrições para qualquer dos Módulos II e III, sem que disso decorra direito a indenização, preservados os credenciamentos já formalizados.

5. Dos Princípios e Diretrizes

5.1. O presente Edital observa os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, isonomia, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, segurança jurídica, interesse público, transparência e controle social.
5.2. São diretrizes específicas deste chamamento público:
I – o reconhecimento da senciência animal e da dignidade da vida animal, na forma do art. 3º, inciso I, do Decreto Federal nº 12.439/2025;
II – a vedação absoluta ao extermínio de cães e gatos como método de controle populacional, nos termos do art. 2º da Lei Estadual nº 21.970/2016 e da Lei Federal nº 14.228/2021;
III – a priorização do manejo populacional ético, fundado em esterilização cirúrgica, identificação, registro e educação;
IV – o fortalecimento da participação social e o reconhecimento do protagonismo histórico dos protetores independentes e das entidades de proteção animal na proteção da fauna doméstica local;
V – a progressiva integração das ações municipais aos programas federais e estaduais de proteção da fauna doméstica, notadamente o ProPatinhas e o SinPatinhas e o Sistema Estadual de Identificação de Animais Domésticos, condicionada à formalização da adesão do Município e à liberação de acesso pelos órgãos gestores;
VI – a vedação a qualquer forma de acumulação de animais em condições incompatíveis com o bem-estar animal, ainda que sob alegação de finalidade protetiva;
VII – a não substituição do dever estatal pela atuação voluntária, que possui caráter complementar e colaborativo.

6. Dos Legitimados a Participar

6.1. Poderão inscrever-se no presente chamamento público:
I – as PESSOAS FÍSICAS que, cumulativamente: sejam maiores de 18 (dezoito) anos e plenamente capazes; residam e sejam domiciliadas no Município de Leopoldina/MG há, no mínimo, 6 (seis) meses; exerçam atividade de proteção animal no território municipal; e estejam em situação regular perante a Fazenda Pública Municipal;
II – as PESSOAS JURÍDICAS de direito privado sem fins lucrativos que, cumulativamente: estejam regularmente constituídas e com inscrição ativa no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ há, no mínimo, 12 (doze) meses; possuam sede, filial ou atuação comprovada no Município de Leopoldina/MG; prevejam expressamente em seu estatuto social finalidade compatível com a proteção, a defesa ou o bem-estar animal; e apresentem regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária.
6.2. O requisito temporal de constituição previsto no inciso II do item 6.1 poderá ser reduzido para 6 (seis) meses, mediante decisão fundamentada da Comissão, quando comprovada atuação efetiva e relevante no Município.
6.3. A comprovação de residência de que trata o inciso I do item 6.1 far-se-á por meio de conta de água, energia elétrica, telefonia fixa ou correspondência oficial emitida por órgão público, em nome do interessado, com data de emissão não superior a 3 (três) meses, admitida, na impossibilidade, declaração de residência firmada sob as penas da lei, na forma do ANEXO IX.
6.4. Não se exige, para fins de cadastro, tempo mínimo de atuação como protetor independente, bastando a apresentação da declaração de que trata o ANEXO IV, acompanhada de, ao menos, 2 (dois) elementos de comprovação, tais como registros fotográficos datados, comprovantes de atendimento veterinário, comprovantes de castração, registros em redes sociais dedicadas à causa ou declaração firmada por, no mínimo, 2 (dois) protetores ou entidades já cadastradas.

7. Das Vedações

7.1. É vedada a participação, em qualquer módulo, de pessoa física ou jurídica que:
I – tenha sido condenada, em decisão administrativa definitiva ou judicial transitada em julgado, por maus-tratos, abuso, crueldade ou abandono de animais;
II – responda a processo administrativo sancionador ou a ação penal, em curso, pelas condutas descritas no inciso I, hipótese em que a inscrição ficará sobrestada até a decisão final;
III – exerça, direta ou indiretamente, atividade de criação para fins de reprodução ou de comercialização de animais, ainda que sem finalidade lucrativa declarada, ressalvada a hipótese de criador regularmente inscrito no CECAR-MG - Cadastro Estadual de Criação e Comércio de Cães e Gatos de Raça - criado pela Lei nº 25.227/2025 que comprove segregação absoluta entre a atividade comercial e a atividade protetiva, mediante decisão fundamentada da Comissão;
IV – mantenha animais em condições caracterizadoras de acumulação, superlotação, insalubridade ou de qualquer outra situação incompatível com o bem-estar animal;
V – esteja impedida, suspensa ou declarada inidônea para licitar, contratar ou celebrar parcerias com a Administração Pública;
VI – tenha sido descredenciada nos termos da Cláusula 32, durante o prazo da respectiva penalidade;
VII – tenha entre seus dirigentes, no caso de pessoa jurídica, agente político, membro de Poder ou do Ministério Público, ou servidor público municipal que exerça atribuição de análise, fiscalização, monitoramento ou decisão relacionada a este Edital, bem como seus cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau;
VIII – utilize ou tenha utilizado a condição de protetor ou de entidade de proteção animal para obtenção de vantagem econômica indevida, inclusive mediante comercialização de animais sob a aparência de adoção.
7.2. A vedação prevista no inciso VII não impede a participação de servidor público municipal que atue como protetor independente em atividade estranha às atribuições relacionadas a este Edital, desde que declarada a ausência de conflito de interesses e observado o art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, aplicado por analogia.
7.3. A constatação, a qualquer tempo, de hipótese de vedação acarretará o indeferimento da inscrição ou o descredenciamento, sem prejuízo das medidas administrativas, cíveis e penais cabíveis.

8. Do Prazo, da Forma e do Local de Inscrição

8.1. As inscrições são GRATUITAS e permanecerão abertas em fluxo contínuo, a partir da publicação deste Edital, pelo prazo de 12 (doze) meses, prorrogável por iguais períodos mediante ato do Secretário Municipal de Meio Ambiente.
8.2. A inscrição será realizada, à escolha do interessado:
I – presencialmente, na sede da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, situada na Rua Presidente Carlos Luz, nº 699, 2º andar, Sala 201, Centro, Leopoldina/MG, de segunda a sexta-feira, das 9 às 17 horas, mediante protocolo; ou
II – por meio eletrônico, com o envio da documentação digitalizada em formato PDF para o endereço meioambienteleopoldina@gmail.com, com a indicação, no campo assunto, da expressão "CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026 – PROTEÇÃO ANIMAL".
8.3. As inscrições protocoladas até o último dia útil de cada mês serão analisadas pela Comissão até o 20º (vigésimo) dia do mês subsequente, publicando-se o resultado no sítio eletrônico oficial do Município.
8.4. O interessado responde pela veracidade e pela atualidade das informações e dos documentos apresentados, na forma da lei.
8.5. Verificada a ausência ou a insuficiência de documento, a Comissão notificará o interessado, por correio eletrônico ou aplicativo de mensagens, concedendo-lhe prazo de 10 (dez) dias corridos para saneamento, prorrogável uma vez por igual período mediante pedido justificado.
8.6. O não atendimento à diligência no prazo assinalado acarretará o arquivamento da inscrição, admitida nova inscrição a qualquer tempo.
8.7. Esclarecimentos: (32) 3449-6282 ou meioambienteleopoldina@gmail.com.

Módulo I — Cadastro

Cadastro Municipal de Protetores Independentes e Entidades de Proteção Animal de Leopoldina — MÓDULO OBRIGATÓRIO

9. Do Objeto e da Finalidade do Módulo I

9.1. Fica instituído, no âmbito da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, o CADASTRO MUNICIPAL DE PROTETORES INDEPENDENTES E ENTIDADES DE PROTEÇÃO ANIMAL DE LEOPOLDINA, banco de dados de natureza declaratória destinado ao registro, à identificação e ao mapeamento das pessoas físicas e jurídicas que atuam na proteção da fauna doméstica no território municipal.
9.2. São finalidades do Cadastro:
I – conhecer a realidade da proteção animal em Leopoldina, dimensionando o número de protetores e entidades atuantes, o quantitativo de animais sob seus cuidados, as áreas de maior incidência de abandono e as principais dificuldades enfrentadas;
II – subsidiar, com dados objetivos, a formulação, a execução e a avaliação das políticas públicas municipais de proteção e bem-estar animal, inclusive para fins de planejamento orçamentário e de captação de recursos federais e estaduais;
III – estabelecer canal permanente e institucionalizado de comunicação entre a Administração e a rede de proteção animal;
IV – permitir a definição de critérios objetivos e impessoais para a concessão de eventual prioridade em programas públicos municipais de castração, vacinação, microchipagem e atendimento veterinário, na forma do art. 8º-A da Lei Estadual nº 21.970/2016, quando e se instituídos;
V – constituir a primeira base de dados municipal sobre a fauna doméstica sob cuidado da rede de proteção, apta a viabilizar, quando formalizada a adesão do Município, a integração com o Cadastro Estadual de Entidades de Proteção Animal e de Protetores, mantido pela SEMAD, e com o SinPatinhas, instituído pelo Decreto Federal nº 12.439/2025;
VI – dar suporte às ações de educação ambiental e de guarda responsável desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente.
9.3. O Cadastro NÃO possui natureza fiscalizatória, sancionatória ou de controle sobre a atividade privada de proteção animal, não constituindo condição para o seu exercício.
9.4. O Cadastro será constituído e mantido em base de dados própria da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, em meio físico e eletrônico, sob responsabilidade da Comissão, independentemente da existência de sistema informatizado específico.
9.5. O Município de Leopoldina não dispõe, na data de publicação deste Edital, de adesão formalizada ao ProPatinhas e ao SinPatinhas, nem de acesso liberado ao Sistema Estadual de Identificação de Animais Domésticos, mantido pela SEMAD. Enquanto não implementados, os registros previstos neste Edital serão mantidos exclusivamente na base municipal de que trata o item 9.4, sem prejuízo de sua validade e eficácia.
9.6. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente adotará as providências necessárias à adesão do Município ao ProPatinhas e ao SinPatinhas, na forma do Decreto Federal nº 12.439/2025 e da Portaria MMA nº 1.676/2026, e à solicitação de acesso ao Sistema Estadual de Identificação de Animais Domésticos, promovendo, uma vez implementados, a migração dos dados já coletados.

10. Da Documentação — Pessoa Física

10.1. A pessoa física deverá apresentar:
I – Formulário de Inscrição devidamente preenchido e assinado (ANEXO I);
II – cópia de documento oficial de identificação com foto e do Cadastro de Pessoas Físicas – CPF;
III – comprovante de residência atualizado, na forma do item 6.3, ou declaração de residência (ANEXO IX);
IV – Declaração de Atuação como Protetor Independente (ANEXO IV), acompanhada dos elementos de comprovação de que trata o item 6.4;
V – Declaração de Ciência, Concordância e Consentimento para Tratamento de Dados Pessoais (ANEXO IX);
VI – relação dos animais sob seus cuidados, com indicação de espécie, quantidade aproximada, faixa etária, situação de castração e de vacinação antirrábica, em conformidade com o campo próprio do ANEXO I;
VII – certidão negativa de débitos municipais, dispensada a apresentação quando obtida diretamente pela Administração.
10.2. A relação de que trata o inciso VI possui caráter meramente informativo e declaratório, destinando-se exclusivamente ao dimensionamento da política pública, não gerando obrigação de comprovação documental individualizada por animal.

11. Da Documentação — Pessoa Jurídica

11.1. A pessoa jurídica deverá apresentar:
I – Formulário de Inscrição devidamente preenchido e assinado pelo representante legal (ANEXO II);
II – cópia do estatuto social consolidado e vigente, registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, do qual conste finalidade compatível com a proteção, a defesa ou o bem-estar animal;
III – cópia da ata de eleição e posse da atual diretoria, devidamente registrada;
IV – comprovante de inscrição e de situação cadastral no CNPJ, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias;
V – cópia de documento oficial de identificação com foto e do CPF do representante legal, bem como do respectivo instrumento de procuração, quando for o caso;
VI – comprovante de endereço da sede ou de unidade de atuação no Município de Leopoldina/MG;
VII – Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa de Débitos Estaduais; Certidão Negativa de Débitos Municipais; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT; e Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, quando a entidade possuir empregados;
VIII – relatório sintético de atividades desenvolvidas nos últimos 12 (doze) meses, com descrição das ações realizadas no Município;
IX – Declaração de Ciência, Concordância e Consentimento para Tratamento de Dados Pessoais (ANEXO IX);
X – comprovante de inscrição no Cadastro Estadual de Entidades de Proteção Animal e de Protetores, mantido pela SEMAD, quando houver.
11.2. A ausência do documento referido no inciso X não impede o cadastramento, hipótese em que a Secretaria Municipal de Meio

Ambiente orientará a entidade quanto ao procedimento de inscrição estadual.

12. Da Análise e do Deferimento

12.1. A análise das inscrições será realizada pela Comissão, que verificará exclusivamente:
I – a completude e a regularidade formal da documentação;
II – o atendimento aos requisitos da Cláusula 6;
III – a inexistência das vedações da Cláusula 7.
12.2. A análise do Módulo I é vinculada e não comporta juízo de conveniência, oportunidade, mérito ou classificação, devendo ser deferida toda inscrição que atenda aos requisitos objetivos deste Edital.
12.3. Não há limite numérico de cadastrados, tampouco seleção, pontuação, classificação ou concorrência entre os interessados.
12.4. Deferido o cadastro, será emitida a CERTIDÃO DE CADASTRO, com indicação do número de registro, da data de deferimento e do prazo de validade, disponibilizada ao interessado em meio físico ou eletrônico.
12.5. A relação dos cadastrados será publicada e mantida atualizada no sítio eletrônico oficial do Município, observado o disposto na Cláusula 34.

13. Dos Efeitos do Cadastro

13.1. O cadastro deferido produz os seguintes efeitos:
I – reconhecimento formal do cadastrado como integrante da Rede Municipal de Proteção Animal;
II – inclusão nos canais oficiais de comunicação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, para recebimento de informações sobre campanhas, mutirões, capacitações, editais e programas;
III – legitimidade para requerer a habilitação nos Módulos II e III;
IV – possibilidade de acesso prioritário a programas públicos municipais de castração, vacinação, microchipagem e atendimento veterinário, na forma do art. 8º-A da Lei Estadual nº 21.970/2016, condicionada à existência do programa, à disponibilidade de vagas e aos critérios estabelecidos em ato próprio;
V – possibilidade de participação em instâncias de consulta, escuta e planejamento das políticas municipais de proteção animal.
13.2. O cadastro NÃO gera, em nenhuma hipótese:
I – direito subjetivo a repasse de recursos financeiros, insumos, ração, medicamentos, materiais ou benefícios de qualquer natureza;
II – vínculo empregatício, estatutário, funcional ou de prestação de serviços com o Município;
III – delegação de poder de polícia, de competência fiscalizatória ou de qualquer prerrogativa de autoridade pública;
IV – autorização para representar o Município, utilizar seus símbolos oficiais ou manifestar-se em seu nome;
V – transferência ao Município da responsabilidade civil, sanitária ou penal pelos animais mantidos sob a guarda particular do cadastrado;
VI – obrigação de prestar qualquer serviço à Administração.
13.3. A eventual concessão dos benefícios de que trata o inciso IV do item 13.1 dependerá de ato normativo específico, de prévia dotação orçamentária e de critérios objetivos e impessoais de distribuição, não decorrendo automaticamente deste Edital.

14. Da Validade, da Atualização e do Recadastramento

14.1. O cadastro terá validade de 24 (vinte e quatro) meses, contados da data de seu deferimento, renovável por iguais períodos mediante requerimento do interessado.
14.2. O cadastrado obriga-se a comunicar à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, no prazo de 30 (trinta) dias, qualquer alteração relativa a endereço, contato, representação legal, quantitativo relevante de animais sob seus cuidados ou ocorrência de fato que configure hipótese de vedação.
14.3. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente promoverá, anualmente, atualização geral dos dados cadastrais, mediante convocação publicada no sítio eletrônico oficial do Município, com prazo não inferior a 30 (trinta) dias para resposta.
14.4. O não atendimento a 2 (duas) convocações consecutivas de atualização, devidamente comprovadas, ensejará a suspensão do cadastro, que poderá ser reativado a qualquer tempo mediante regularização, sem necessidade de nova inscrição.

Módulo II — Habilitação para Atuação Colaborativa Gratuita

Prestação voluntária e não remunerada de serviços de apoio ao Município — MÓDULO FACULTATIVO

15. Do Objeto e da Natureza do Módulo II

15.1. O Módulo II destina-se ao credenciamento facultativo dos cadastrados que manifestem interesse em colaborar, de forma espontânea, voluntária, gratuita e não remunerada, com as ações municipais de proteção e bem-estar animal.
15.2. A atuação de que trata este Módulo possui natureza complementar e colaborativa, não substituindo, suprindo ou desonerando a Administração Pública Municipal de suas competências e responsabilidades legais, tampouco caracterizando terceirização de atividade estatal.
15.3. A colaboração é sempre facultativa quanto a cada convocação específica, sendo lícito ao credenciado recusar participação em qualquer ação, sem necessidade de justificativa e sem qualquer penalidade, ressalvado o disposto no item 32.2, inciso IV.
15.4. O credenciamento no Módulo II não gera exclusividade, reserva de atividade, expectativa de convocação ou direito a quantitativo mínimo de participações.

16. Das Frentes de Atuação Colaborativa

16.1. A atuação colaborativa gratuita poderá abranger, conforme opção do credenciado manifestada no ANEXO III, as seguintes frentes:
I – APOIO A MUTIRÕES DE CASTRAÇÃO: identificação e mobilização de animais e tutores em situação de vulnerabilidade, organização de listas de encaminhamento, apoio logístico ao pré e ao pós-operatório e acompanhamento da recuperação;
II – APOIO A CAMPANHAS DE VACINAÇÃO, VERMIFUGAÇÃO E MICROCHIPAGEM: divulgação, mobilização comunitária e apoio operacional nos pontos de atendimento;
III – FEIRAS E EVENTOS DE ADOÇÃO RESPONSÁVEL: organização, divulgação, condução dos animais, triagem de candidatos à adoção e acompanhamento pós-adoção;
IV – EDUCAÇÃO AMBIENTAL E GUARDA RESPONSÁVEL: participação em ações educativas em escolas, associações de moradores e espaços públicos, na forma do art. 8º da Lei Estadual nº 21.970/2016 e da Lei Federal nº 9.795/1999;
V – APOIO AO RESGATE E AO TRANSPORTE DE ANIMAIS: auxílio em ocorrências envolvendo animais feridos, doentes, abandonados ou vítimas de maus-tratos, sempre sob coordenação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e, quando for o caso, com acompanhamento de médico veterinário;
VI – APOIO AO CANIL MUNICIPAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS: colaboração em atividades de socialização, enriquecimento ambiental, higienização, passeios e registro fotográfico dos animais para divulgação e adoção;
VII – MANEJO DE ANIMAIS COMUNITÁRIOS: identificação, monitoramento, alimentação, encaminhamento à castração e acompanhamento sanitário de animais comunitários, com registro em ficha própria;
VIII – MANUTENÇÃO DE COMEDOUROS E BEBEDOUROS PÚBLICOS, quando instituídos pelo Município;
IX – APOIO À COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL: produção de conteúdo informativo e educativo sobre a causa animal, mediante prévia aprovação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
X – ORIENTAÇÃO À POPULAÇÃO quanto aos canais oficiais de denúncia de maus-tratos e aos procedimentos de adoção responsável;
XI – ATUAÇÃO TÉCNICA VOLUNTÁRIA DE MÉDICO VETERINÁRIO: participação de profissional regularmente inscrito no Conselho Regional de Medicina Veterinária de Minas Gerais – CRMV-MG em ações pontuais promovidas pelo Município, compreendendo atendimento clínico e triagem em ocorrências de resgate, esterilização cirúrgica em mutirões, vacinação, vermifugação, microchipagem, avaliação de animais para adoção e apoio técnico à

constatação de maus-tratos, observado integralmente o regime específico da Cláusula 16.3.
16.2. É expressamente VEDADO ao credenciado, no exercício da atuação colaborativa:
I – praticar atos privativos de médico veterinário, nos termos da Lei Federal nº 5.517/1968, incluindo diagnóstico, prescrição, aplicação de medicamentos injetáveis, procedimentos cirúrgicos ou eutanásia, ressalvada exclusivamente a hipótese da Cláusula 16.3;
II – realizar apreensão, autuação, ingresso em domicílio ou qualquer ato de poder de polícia administrativa;
III – arrecadar recursos, cobrar valores ou receber doações em nome do Município;
IV – utilizar a condição de credenciado para obtenção de vantagem pessoal, promoção político-eleitoral ou finalidade estranha ao objeto deste Edital;
V – prestar informações à imprensa ou a terceiros em nome da Administração;
VI – expor imagem de animal em situação de sofrimento de forma sensacionalista ou que viole a dignidade de pessoas envolvidas.
16.3. Do regime da atuação técnica voluntária de médico veterinário.
16.3.1. A frente de atuação prevista no inciso XI do item 16.1 é privativa de profissional com inscrição ativa e regular no CRMV-MG, sendo vedado o seu exercício por qualquer outro credenciado.
16.3.2. A atuação de que trata esta Cláusula possui caráter EPISÓDICO, PONTUAL E COMPLEMENTAR, restringindo-se às ações previamente convocadas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, e NÃO SUBSTITUI, NÃO SUPRE E NÃO EQUIVALE a serviço veterinário público de caráter regular e continuado.
16.3.3. A implantação, pelo Município, de serviço veterinário público de caráter regular e continuado — compreendida a prestação permanente de assistência clínica, diagnóstica e cirúrgica gratuita à população — dependerá de procedimento próprio e específico, na forma da Cláusula 32.2, não podendo ser suprida pela atuação voluntária disciplinada neste Edital.
16.3.4. É vedado ao médico veterinário credenciado, no exercício desta frente de atuação:
I – atender demanda espontânea da população fora das ações formalmente convocadas;
II – realizar atendimento em consultório particular, em domicílio ou em qualquer local diverso do designado para a ação;
III – cobrar ou receber, a qualquer título e de quem quer que seja, valor pelos procedimentos realizados na ação;
IV – utilizar a participação na ação para captação de clientela, divulgação comercial de estabelecimento próprio ou obtenção de vantagem profissional indireta;
V – realizar procedimento incompatível com a estrutura disponível no local da ação ou com o estado clínico do animal;
VI – praticar eutanásia como método de controle populacional, conduta vedada pela Lei Federal nº 14.228/2021 e pelo art. 2º da Lei Estadual nº 21.970/2016.
16.3.5. Os procedimentos serão realizados exclusivamente em instalação do Município ou em estabelecimento médico-veterinário regularmente inscrito no CRMV-MG, dotado de responsável técnico formalmente designado, observadas as Resoluções CFMV nº 1.069/2014 e nº 1.236/2018 e as normas sanitárias aplicáveis.
16.3.6. Os procedimentos de esterilização cirúrgica observarão os protocolos técnicos de manejo populacional ético e as normas expedidas pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária, empregando-se meios e técnicas que causem o menor sofrimento ao animal, na forma da Lei Federal nº 13.426/2017.
16.3.7. Todo animal atendido terá ficha clínica ou prontuário individualizado, elaborado pelo profissional responsável e arquivado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente na base municipal de que trata o item 9.4, observado o disposto no item 9.5 quanto ao lançamento nos sistemas estadual e nacional.
16.3.8. Os insumos, medicamentos, materiais de consumo, equipamentos e instalações necessários à ação serão providos pelo Município, observada a disponibilidade orçamentária, não cabendo ao profissional custeá-los nem responder por sua ausência ou insuficiência.
16.3.9. A responsabilidade técnica e ética pelos atos praticados é pessoal e intransferível do médico veterinário, nos termos da Lei Federal nº 5.517/1968 e do Código de Ética do Médico Veterinário, aplicando-se o disposto no item 20.4.
16.3.10. Estudantes de medicina veterinária e profissionais de áreas afins poderão prestar apoio nas ações, sob supervisão direta e presencial do médico veterinário responsável, vedada, em qualquer hipótese, a prática de ato privativo.
16.3.11. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente designará, para cada ação, servidor responsável pela coordenação técnica, ao qual competirá conferir a regularidade da inscrição profissional dos participantes e registrar as ocorrências.

17. Dos Requisitos Específicos e da Documentação

17.1. Além do cadastro deferido no Módulo I, o interessado deverá apresentar:
I – Termo de Opção pelos Módulos (ANEXO III), com indicação expressa das frentes de atuação pretendidas;
II – no caso de pessoa física, Termo de Adesão ao Serviço Voluntário (ANEXO VI), firmado nos termos da Lei Federal nº 9.608/1998;
III – no caso de pessoa jurídica, indicação nominal dos representantes que atuarão nas ações, com os respectivos Termos de Adesão ao Serviço Voluntário individuais, e manifestação de interesse na celebração do Acordo de Cooperação (ANEXO VII);
IV – para a frente de atuação prevista no inciso V do item 16.1, cópia de Carteira Nacional de Habilitação válida e documento do veículo, quando o credenciado se dispuser a realizar transporte de animais com veículo próprio;
V – declaração de que possui condições físicas e de saúde compatíveis com as atividades pretendidas;
VI – comprovante de vacinação antirrábica humana ou compromisso de submeter-se a esquema profilático, quando exigido pela natureza da atividade e disponibilizado pela rede pública de saúde;
VII – para a frente de atuação prevista no inciso XI do item 16.1: comprovante de inscrição ativa e certidão de regularidade perante o CRMV-MG, com validade não superior a 90 (noventa) dias, e declaração de inexistência de penalidade ético-disciplinar em vigor; e, quando a ação for realizada em estabelecimento indicado pelo próprio profissional, comprovante de inscrição do estabelecimento no CRMV-MG e identificação do respectivo responsável técnico.
17.2. A participação de pessoa jurídica no Módulo II poderá ser formalizada por meio de ACORDO DE COOPERAÇÃO, nos termos do art. 2º, inciso VIII-A, da Lei Federal nº 13.019/2014 e do Decreto Municipal nº 4.300/2017, por não envolver transferência de recursos financeiros, observada a minuta do ANEXO VII.
17.3. Não haverá seleção, classificação, pontuação ou limitação numérica de credenciados no Módulo II, sendo habilitados todos os que preencherem os requisitos objetivos, em conformidade com a natureza não competitiva do credenciamento.

18. Da Formalização, da Convocação e da Isonomia

18.1. Deferida a habilitação, será firmado o instrumento correspondente à natureza jurídica do credenciado, na forma do item 17.1, com vigência de 12 (doze) meses, prorrogável por iguais períodos até o limite da validade do cadastro.
18.2. As convocações para as ações serão realizadas por meio dos canais oficiais de comunicação, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, ressalvadas as situações de urgência devidamente justificadas.
18.3. Quando o número de credenciados interessados exceder as vagas disponíveis em determinada ação, a seleção observará, sucessivamente:
I – a compatibilidade entre a frente de atuação declarada e a natureza da ação;
II – o sistema de rodízio, priorizando-se os credenciados com menor número de participações no período de 12 (doze) meses anteriores;
III – a ordem cronológica de manifestação de interesse;
IV – o sorteio público, em caso de empate.
18.4. O controle das convocações e das participações será mantido em registro próprio pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, disponível para consulta pelos interessados e pelos órgãos de controle.

19. Das Obrigações e das Responsabilidades

19.1. São obrigações do credenciado no Módulo II:
I – observar as orientações técnicas e operacionais da Secretaria Municipal de Meio Ambiente durante as ações;
II – zelar pela integridade física e pelo bem-estar dos animais envolvidos, adotando técnicas de manejo que minimizem estresse e sofrimento;
III – utilizar os equipamentos de proteção individual disponibilizados ou exigidos para a atividade;
IV – manter conduta ética, respeitosa e não discriminatória com a população, com os servidores e com os demais credenciados;
V – preservar o sigilo dos dados pessoais a que tiver acesso em razão da atividade, na forma da Lei Federal nº 13.709/2018;
VI – comunicar imediatamente à Secretaria Municipal de Meio Ambiente qualquer situação de maus-tratos, risco sanitário ou irregularidade constatada;
VII – apresentar, quando integrante de ação continuada, Relatório de Atividades na forma do ANEXO X;
VIII – tratando-se de médico veterinário, manter atualizada a inscrição no CRMV-MG durante toda a vigência do credenciamento, elaborar as fichas clínicas ou prontuários dos animais atendidos e entregá-los à Secretaria Municipal de Meio Ambiente ao término de cada ação.
19.2. São obrigações do Município:
I – coordenar tecnicamente as ações e definir os protocolos de atuação;
II – disponibilizar, na medida da disponibilidade orçamentária e operacional, equipamentos de proteção individual, materiais e apoio logístico necessários às atividades convocadas;
III – prestar orientação e promover capacitação dos credenciados, preferencialmente em periodicidade semestral;
IV – emitir certificado de participação, quando solicitado;
V – assegurar tratamento isonômico e impessoal a todos os credenciados.

20. Da Ausência de Vínculo e de Remuneração

20.1. Nos termos do art. 1º, parágrafo único, da Lei Federal nº 9.608/1998, o serviço voluntário NÃO GERA VÍNCULO EMPREGATÍCIO, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim.
20.2. A atuação colaborativa de que trata este Módulo é integralmente GRATUITA, não fazendo jus o credenciado a salário, honorário, diária, ajuda de custo, gratificação, bolsa, auxílio ou qualquer outra forma de contraprestação, direta ou indireta.
20.3. Eventual ressarcimento de despesas expressamente autorizadas, prévia e formalmente, pela Administração, na forma do art. 3º da Lei Federal nº 9.608/1998, dependerá de previsão em ato específico e de disponibilidade orçamentária, não decorrendo deste Edital.
20.4. O credenciado responde civil e penalmente pelos atos que praticar com dolo ou culpa, não se transferindo ao Município responsabilidade por danos decorrentes de conduta praticada fora das orientações e do escopo das ações convocadas.

Módulo III — Lares Temporários

Guarda temporária e gratuita de animais sob responsabilidade do Município — MÓDULO FACULTATIVO

21. Do Objeto do Módulo III

21.1. O Módulo III destina-se ao credenciamento facultativo de LARES TEMPORÁRIOS, assim entendidas as residências ou instalações particulares aptas a receber, em regime de guarda temporária e a título estritamente gratuito, animais sob responsabilidade do Município de Leopoldina/MG.
21.2. São finalidades do Módulo III:
I – reduzir o tempo de permanência de animais em ambiente de abrigo coletivo, com ganhos de bem-estar, socialização e prognóstico de adoção;
II – ampliar a capacidade municipal de acolhimento de animais resgatados, apreendidos em razão de maus-tratos ou entregues por decisão judicial ou administrativa;
III – viabilizar cuidados individualizados a animais em recuperação clínica ou cirúrgica, filhotes, idosos e animais com necessidades especiais;
IV – contribuir para o cumprimento da vedação de eliminação de cães e gatos prevista na Lei Federal nº 14.228/2021 e no art. 2º da Lei Estadual nº 21.970/2016.
21.3. A permanência do animal em lar temporário é medida provisória e não configura adoção, doação ou transferência definitiva de propriedade ou de responsabilidade.

22. Dos Requisitos do Lar Temporário

22.1. O interessado deverá comprovar:
I – cadastro deferido no Módulo I;
II – disponibilidade de espaço físico adequado, seguro e salubre, com proteção contra fuga, intempéries e acesso a vias públicas;
III – condições de prover alimentação adequada, água potável permanente, higiene, abrigo e cuidados básicos ao animal;
IV – disponibilidade de tempo compatível com as necessidades do animal acolhido;
V – anuência expressa de todos os moradores maiores de idade do imóvel (ANEXO VIII);
VI – autorização do proprietário do imóvel, quando o interessado for locatário, e do condomínio, quando aplicável;
VII – compatibilidade entre a capacidade declarada e o número de animais já mantidos sob sua responsabilidade.
22.2. Fica estabelecido o limite máximo de 3 (três) animais do Município por lar temporário, simultaneamente, ressalvada a hipótese de ninhada de filhotes acompanhada da matriz, contabilizada como unidade única, e a elevação do limite mediante decisão fundamentada da Comissão, após vistoria específica que ateste a adequação das instalações.
22.3. Os animais mantidos em lar temporário não se somam, para fins do limite do item 22.2, aos animais de propriedade particular do credenciado, os quais, contudo, serão considerados na avaliação da capacidade global de acolhimento.

23. Da Vistoria Técnica

23.1. A habilitação no Módulo III é condicionada à VISTORIA TÉCNICA PRÉVIA do local, realizada por servidores designados pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, preferencialmente com a participação de médico veterinário.
23.2. A vistoria será previamente agendada, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, e registrada em Ficha de Vistoria Técnica (ANEXO V), da qual será entregue cópia ao interessado.
23.3. A vistoria avaliará, objetivamente: a área disponível; as condições de segurança, higiene, ventilação, iluminação e proteção contra intempéries; a existência de abrigo, comedouros e bebedouros; as condições dos animais eventualmente já presentes; e a compatibilidade entre a estrutura e a capacidade declarada.
23.4. Constatada inadequação sanável, a Comissão notificará o interessado, concedendo prazo de 30 (trinta) dias para adequação e realização de nova vistoria, sem prejuízo de nova solicitação a qualquer tempo em caso de indeferimento.
23.5. Serão realizadas vistorias periódicas de acompanhamento, com periodicidade mínima semestral enquanto houver animal do Município sob guarda temporária, admitida vistoria extraordinária a qualquer tempo em caso de denúncia fundamentada.
23.6. A recusa injustificada em permitir a vistoria de acompanhamento acarretará a suspensão imediata do credenciamento no Módulo III e a adoção das providências para recolhimento do animal.

24. Do Encaminhamento do Animal e da Guarda Temporária

24.1. O encaminhamento de animal a lar temporário será formalizado mediante TERMO DE GUARDA TEMPORÁRIA E RESPONSABILIDADE (ANEXO VIII), do qual constarão a identificação do animal, sua ficha sanitária, o estado de saúde no momento da entrega, o prazo estimado de permanência e as obrigações das partes.
24.2. O animal será entregue, sempre que as condições clínicas e a disponibilidade operacional permitirem, castrado, vacinado e vermifugado, com registro na base municipal de que trata o item 9.4.
24.2.1. A identificação por microchip e o correspondente lançamento no Sistema Estadual de Identificação de Animais Domésticos e no

SinPatinhas serão realizados a partir da liberação de acesso e da formalização da adesão referidas no item 9.6, aplicando-se, até então, a identificação do animal por ficha individual, registro fotográfico e sinais particulares.
24.3. Não sendo possível a realização prévia dos procedimentos referidos no item 24.2, constará do Termo o cronograma de sua execução, sob responsabilidade do Município.
24.4. A escolha do lar temporário observará a compatibilidade entre o perfil do animal e as condições do lar credenciado e, havendo mais de um lar apto, o critério de rodízio previsto no item 18.3.
24.5. O prazo de permanência será estabelecido no Termo, admitida prorrogação por acordo entre as partes, e não excederá o período necessário à destinação definitiva do animal.

25. Das Obrigações no Módulo III

25.1. São obrigações do mantenedor do lar temporário:
I – prover alimentação adequada, água potável, higiene, abrigo e afeto ao animal;
II – manter o animal em ambiente seguro, impedindo fuga, acesso desacompanhado a vias públicas e contato com animais de situação sanitária desconhecida;
III – observar rigorosamente as prescrições e os protocolos veterinários indicados pelo Município;
IV – comunicar imediatamente à Secretaria Municipal de Meio Ambiente qualquer alteração no estado de saúde, fuga, desaparecimento, óbito, acidente ou ocorrência relevante envolvendo o animal;
V – conduzir o animal aos atendimentos veterinários agendados pelo Município;
VI – permitir as vistorias de acompanhamento;
VII – colaborar com a divulgação do animal para adoção, inclusive mediante fornecimento de registros fotográficos atualizados e informações sobre temperamento e comportamento;
VIII – restituir o animal ao Município quando solicitado, no prazo estabelecido no Termo;
IX – não transferir a guarda do animal a terceiros, a qualquer título, sem autorização prévia e expressa do Município;
X – não submeter o animal a maus-tratos, abandono, comercialização, reprodução, exposição em eventos não autorizados ou qualquer uso estranho à finalidade da guarda.
25.2. São obrigações do Município:
I – manter a titularidade e a responsabilidade final sobre o animal;
II – prestar assistência médico-veterinária ao animal, na rede própria ou credenciada, observada a disponibilidade orçamentária e operacional;
III – disponibilizar, na medida da disponibilidade, ração, medicamentos e insumos necessários à manutenção do animal;
IV – promover a divulgação do animal para adoção responsável;
V – recolher o animal em caso de encerramento da guarda temporária, no prazo estabelecido no Termo;
VI – prestar orientação técnica ao mantenedor.
25.3. A disponibilização de insumos prevista no inciso III do item 25.2 não constitui repasse de recursos financeiros e será realizada, quando houver, por meio de entrega direta de bens, mediante recibo, observados os princípios da impessoalidade e da isonomia entre os credenciados.

26. Da Adoção, da Devolução e do Encerramento

26.1. O mantenedor do lar temporário terá PREFERÊNCIA para a adoção definitiva do animal sob sua guarda, desde que atendidos os requisitos do processo municipal de adoção responsável e observado o limite de animais compatível com sua estrutura.
26.2. Sobrevindo candidato à adoção, o mantenedor será previamente consultado e poderá exercer a preferência de que trata o item 26.1 no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
26.3. A guarda temporária poderá ser encerrada:
I – pela adoção definitiva do animal;
II – por iniciativa do mantenedor, mediante comunicação com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, ressalvadas as situações de urgência;
III – por decisão fundamentada do Município, em caso de descumprimento das obrigações, de risco ao bem-estar do animal ou de interesse público justificado;
IV – por óbito do animal, devidamente comunicado e, quando possível, atestado por médico veterinário;
V – por decisão judicial.
26.4. Em qualquer hipótese de encerramento sem adoção, o Município providenciará o recolhimento do animal no prazo máximo de 15 (quinze) dias, ou imediatamente nas situações de risco.
26.5. A comprovação de maus-tratos, abandono ou comercialização do animal sob guarda temporária acarretará o descredenciamento imediato, o recolhimento do animal e a comunicação aos órgãos de persecução penal, nos termos do art. 32 da Lei Federal nº 9.605/1998.

Disposições Comuns aos Três Módulos

27. Do Indeferimento e dos Recursos

27.1. O indeferimento da inscrição ou da habilitação será sempre motivado, com indicação expressa do requisito não atendido ou da vedação incidente, e comunicado ao interessado por meio dos contatos informados na inscrição.
27.2. Do indeferimento, da suspensão e do descredenciamento caberá RECURSO ADMINISTRATIVO, dirigido à Comissão, no prazo de 10 (dez) dias corridos contados da ciência da decisão.
27.3. A Comissão poderá reconsiderar a decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis; não o fazendo, encaminhará o recurso, devidamente instruído, ao Secretário Municipal de Meio Ambiente, que decidirá em caráter definitivo no prazo de 10 (dez) dias úteis.
27.4. Nos procedimentos de suspensão e descredenciamento, é assegurado o contraditório e a ampla defesa, com prazo de 10 (dez) dias corridos para apresentação de defesa prévia, nos termos do art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal e da Lei Federal nº 9.784/1999.
27.5. O recurso interposto contra a decisão de descredenciamento terá efeito suspensivo, salvo quando fundado em situação de risco iminente ao bem-estar animal, hipótese em que a decisão produzirá efeitos imediatos.
27.6. O indeferimento não impede a apresentação de nova inscrição, a qualquer tempo, uma vez sanada a causa que o motivou.

28. Da Suspensão e do Descredenciamento

28.1. O cadastro ou o credenciamento poderá ser SUSPENSO, pelo prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, nas seguintes hipóteses:
I – desatualização cadastral, na forma do item 14.4;
II – descumprimento de obrigação acessória prevista neste Edital;
III – existência de procedimento apuratório em curso que recomende a suspensão cautelar;
IV – solicitação do próprio interessado.
28.2. Ensejam o DESCREDENCIAMENTO:
I – a prática de maus-tratos, abuso, crueldade ou abandono de animais, apurada em processo administrativo ou reconhecida judicialmente;
II – a prestação de declaração ou informação falsa;
III – a superveniência de qualquer das vedações da Cláusula 7;
IV – a assunção de compromisso em ação convocada, com ausência injustificada e reiterada, comprometendo a execução da ação;
V – a violação das vedações do item 16.2;
VI – o descumprimento grave ou reiterado das obrigações dos Módulos II ou III;
VII – a comercialização, a cessão não autorizada ou o desvio de finalidade quanto a animal sob guarda temporária;
VIII – o uso indevido de insumos ou bens recebidos do Município.
28.3. O descredenciamento nos Módulos II ou III não implica, necessariamente, o cancelamento do cadastro no Módulo I, salvo nas hipóteses dos incisos I, II, III e VII do item 28.2, que acarretam o cancelamento integral.
28.4. O descredenciado ficará impedido de nova inscrição pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, contados da decisão definitiva, salvo nas hipóteses do inciso I do item 28.2, em que o impedimento observará o prazo da sanção aplicada na esfera competente.
28.5. As medidas previstas nesta Cláusula não afastam a responsabilização administrativa, civil e penal cabível, nem a comunicação obrigatória aos órgãos competentes, notadamente ao Ministério Público e à autoridade policial, nas hipóteses de crime.

29. Da Comissão de Análise e Acompanhamento

29.1. A execução deste Edital será conduzida por COMISSÃO DE ANÁLISE E ACOMPANHAMENTO DO CADASTRO E CREDENCIAMENTO, composta por, no mínimo, 3 (três) servidores designados por portaria do Secretário Municipal de Meio Ambiente, publicada previamente ao início das análises.
29.2. A Comissão contará, sempre que possível, com a participação de médico veterinário e de representante do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – CODEMA.
29.3. Compete à Comissão:
I – analisar as inscrições e emitir decisão motivada quanto ao deferimento ou indeferimento;
II – promover diligências e solicitar esclarecimentos e documentos complementares;
III – realizar ou determinar a realização das vistorias técnicas;
IV – manter e atualizar o Cadastro Municipal e o registro de convocações e participações;
V – instruir os procedimentos de suspensão e descredenciamento, assegurados o contraditório e a ampla defesa;
VI – apreciar, em juízo de reconsideração, os recursos interpostos;
VII – elaborar relatório anual consolidado sobre a execução deste Edital, com dados sobre o número de cadastrados, credenciados, ações realizadas e animais acolhidos em lares temporários;
VIII – propor ao Secretário Municipal de Meio Ambiente aprimoramentos normativos e operacionais.
29.4. Os membros da Comissão declararão a inexistência de conflito de interesses, devendo declarar-se impedidos nas hipóteses do art. 18 da Lei Federal nº 9.784/1999.

30. Da Proteção de Dados Pessoais

30.1. O tratamento dos dados pessoais coletados em razão deste Edital observará integralmente a Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD), sendo o Município de Leopoldina o controlador dos dados.
30.2. Os dados serão tratados com as seguintes finalidades específicas: execução de política pública de proteção e bem-estar animal, cumprimento de obrigação legal e regulatória, exercício regular de direitos e atendimento ao interesse público, nos termos do art. 7º, incisos II, III e V, e do art. 23 da LGPD.
30.3. Serão divulgados publicamente, na relação de cadastrados, apenas: nome ou razão social, número de registro no Cadastro, frentes de atuação declaradas, módulos em que está habilitado e, no caso de pessoa jurídica, CNPJ e canal público de contato.
30.4. Os demais dados, incluídos endereço residencial, telefone pessoal, CPF, documentos de identificação e informações constantes de fichas de vistoria, terão acesso restrito aos servidores e membros da Comissão diretamente envolvidos na execução deste Edital e aos órgãos de controle, no exercício de suas competências.
30.5. É assegurado ao titular o exercício dos direitos previstos no art. 18 da LGPD, mediante requerimento dirigido à Secretaria Municipal de Meio Ambiente.
30.6. O compartilhamento de dados com os sistemas estadual e federal de proteção animal ocorrerá exclusivamente na medida necessária à execução das políticas públicas correspondentes, observados os arts. 26 e 27 da LGPD.
30.7. Os dados serão mantidos pelo prazo de vigência do cadastro e por mais 5 (cinco) anos após seu encerramento, para fins de prestação de contas e controle, findo o qual serão eliminados ou anonimizados.

31. Da Publicidade e do Controle Social

31.1. Serão publicados no sítio eletrônico oficial do Município e no órgão oficial de imprensa do Município:
I – o presente Edital e seus anexos, bem como eventuais retificações e prorrogações;
II – a portaria de designação da Comissão;
III – os resultados mensais de análise das inscrições;
IV – a relação atualizada dos cadastrados e credenciados, observada a Cláusula 30;
V – o relatório anual consolidado de execução.
31.2. Qualquer cidadão poderá apresentar denúncia fundamentada acerca de irregularidade na execução deste Edital, pelos canais oficiais da Secretaria Municipal de Meio Ambiente ou pela Ouvidoria Municipal.

32. Da Ausência de Repasse Financeiro e da Dotação Orçamentária

32.1. O presente Edital NÃO IMPLICA transferência de recursos financeiros, repasse, subvenção, auxílio, contribuição, pagamento, remuneração ou qualquer contraprestação pecuniária aos cadastrados ou credenciados, razão pela qual dispensa a indicação de dotação orçamentária específica para essa finalidade.
32.2. Por não haver contratação onerosa nem prestação remunerada de serviços, não incide, quanto ao objeto deste Edital, o regime de credenciamento previsto no art. 79 da Lei Federal nº 14.133/2021, cuja aplicação pressupõe contratação com dispêndio de recursos públicos. Caso a Administração venha a instituir programa de apoio material ou de remuneração de serviços, tal iniciativa dependerá de procedimento próprio e específico, observados, conforme o caso, o art. 79 da Lei Federal nº 14.133/2021 ou os arts. 23 a 32 da Lei Federal nº 13.019/2014 e o Decreto Municipal nº 4.300/2017, com utilização, quando cabível, dos recursos do Fundo Municipal do Bem-Estar Animal – FMBEA, criado pela Lei Municipal nº 4.688/2022.
32.3. As despesas eventualmente decorrentes de ações de apoio operacional, tais como aquisição de equipamentos de proteção individual, insumos veterinários e materiais de campanha, correrão à conta das dotações próprias da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, consignadas na Lei Orçamentária Anual vigente, e não constituem contraprestação aos credenciados.

33. Da Impugnação e dos Pedidos de Esclarecimento

33.1. Qualquer cidadão ou pessoa jurídica é parte legítima para impugnar o presente Edital, por escrito, mediante protocolo na sede da Secretaria Municipal de Meio Ambiente ou pelo endereço eletrônico indicado no item 8.2, no prazo de 30 (trinta) dias contados de sua publicação.
33.2. A impugnação será decidida no prazo de 10 (dez) dias úteis, com publicação da decisão no sítio eletrônico oficial do Município.
33.3. Acolhida a impugnação com efeito sobre a formulação do Edital, este será retificado na parte pertinente e republicado.
33.4. Os pedidos de esclarecimento poderão ser formulados a qualquer tempo, pelos canais indicados no item 8.7, e serão respondidos no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sendo as respostas de interesse geral publicadas no sítio eletrônico oficial.

34. Das Disposições Finais

34.1. A participação neste chamamento público implica a integral e irrestrita aceitação dos termos deste Edital e de seus anexos.
34.2. A Administração poderá, a qualquer tempo, revogar o presente Edital por razões de interesse público devidamente justificadas, ou anulá-lo por vício de legalidade, sem que disso decorra direito a indenização, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
34.3. As alterações supervenientes da legislação federal, estadual ou municipal aplicáveis à matéria incidirão de pleno direito sobre este Edital e sobre os instrumentos dele decorrentes.
34.4. O Município poderá, mediante ato do Secretário Municipal de Meio Ambiente, expedir instruções complementares e formulários operacionais destinados à execução deste Edital, vedada a criação de exigências não previstas neste instrumento.
34.5. Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão, com recurso ao Secretário Municipal de Meio Ambiente, ouvida a Procuradoria-Geral do Município quando a matéria envolver controvérsia jurídica.
34.6. Integram o presente Edital, para todos os fins, os seguintes anexos:
ANEXO I – Formulário de Inscrição – Pessoa Física (Módulo I);
ANEXO II – Formulário de Inscrição – Pessoa Jurídica (Módulo I);
ANEXO III – Termo de Opção pelos Módulos II e III;
ANEXO IV – Declaração de Atuação como Protetor Independente;
ANEXO V – Ficha de Vistoria Técnica;
ANEXO VI – Termo de Adesão ao Serviço Voluntário (Lei Federal nº 9.608/1998);
ANEXO VII – Minuta de Acordo de Cooperação (Lei Federal nº 13.019/2014, art. 2º, VIII-A);

ANEXO VIII – Termo de Guarda Temporária e Responsabilidade – Lar Temporário;
ANEXO IX – Declaração de Ciência, Concordância, Residência e Consentimento para Tratamento de Dados Pessoais;
ANEXO X – Relatório de Atividades.
34.7. Disposição transitória. Nenhuma exigência, prazo ou obrigação estabelecida neste Edital fica condicionada à existência de sistema informatizado municipal, estadual ou federal de registro de animais domésticos. Até que se formalize a adesão do Município ao ProPatinhas e ao SinPatinhas e se obtenha acesso ao Sistema Estadual de Identificação de Animais Domésticos, todos os registros, controles e comprovações previstos neste instrumento serão realizados na base de dados própria da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, na forma dos itens 9.4 a 9.6.
34.8. Fica eleito o foro da Comarca de Leopoldina, Estado de Minas Gerais, para dirimir as questões oriundas deste Edital, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Leopoldina/MG,25 de agosto de 2026.

PEDRO AUGUSTO JUNQUEIRA FERRAZ
Prefeito Municipal

LUIZ HENRIQUE NOGUEIRA GESUALDI
Secretário Municipal de Meio Ambiente

VINÍCIUS FRANZONI BARBOSA FERREIRA
Oficial de Serviços Administrativos - Elaboração

ANEXO I

Formulário de Inscrição — Pessoa Física (Protetor Independente) — Módulo I

Ao Senhor Secretário Municipal de Meio Ambiente de Leopoldina/MG.
Venho, pelo presente, requerer minha inscrição no Cadastro Municipal de Protetores Independentes e Entidades de Proteção Animal de Leopoldina, nos termos do Edital de Chamamento Público nº 001/2026.

1. Identificação

Nome completo	
CPF	
Documento de identidade / órgão emissor	
Data de nascimento	
Endereço completo	
Bairro / CEP	
Telefone / WhatsApp	
E-mail	
Rede social vinculada à causa animal	
Profissão / ocupação	

2. Atuação

Tempo de atuação como protetor	
Área/bairros de atuação	
Atua individualmente ou em grupo?	
Vínculo com ONG, coletivo ou entidade	

3. Frentes de atuação exercidas
( ) Resgate de animais
( ) Acolhimento e abrigo
( ) Alimentação de animais comunitários
( ) Encaminhamento à castração
( ) Custeio de tratamento veterinário
( ) Divulgação e promoção de adoções
( ) Lar temporário
( ) Educação e conscientização
( ) Outra: _____

4. Animais sob seus cuidados (dado declaratório)

Espécie	**Total**	**Castrados**	**Vacinados (antirrábica)**	**Microchipados**
Cães				
Gatos				
Outros				
Local de manutenção dos animais				
Capacidade máxima de acolhimento				
Principais dificuldades enfrentadas				

5. Interesse em módulos adicionais
( ) Desejo aderir ao MÓDULO II — Atuação Colaborativa Gratuita
( ) Desejo aderir ao MÓDULO III — Lar Temporário
( ) Desejo apenas o cadastro (Módulo I)
A adesão aos Módulos II e III exige o preenchimento do ANEXO III e da documentação específica correspondente.
Declaro, sob as penas da lei, que as informações prestadas são verdadeiras e que estou ciente do inteiro teor do Edital de Chamamento Público nº 001/2026.
Leopoldina/MG, ____ de _____ de _____.

_____
Assinatura do requerente

ANEXO II

Formulário de Inscrição — Pessoa Jurídica (OSC, ONG ou Entidade de Proteção Animal) — Módulo I

Ao Senhor Secretário Municipal de Meio Ambiente de Leopoldina/MG.
A entidade abaixo qualificada requer sua inscrição no Cadastro Municipal de Protetores Independentes e Entidades de Proteção Animal de Leopoldina, nos termos do Edital de Chamamento Público nº 001/2026.

1. Identificação da entidade

Razão social	
Nome fantasia	
CNPJ	
Data de constituição	
Natureza jurídica	
Endereço da sede	
Bairro / CEP / Município	
Telefone institucional	
E-mail institucional	
Sítio eletrônico / redes sociais	

2. Representação legal

Nome do representante legal	
CPF	
Cargo / função	
Telefone / WhatsApp	
E-mail	
Mandato (início e término)	

3. Atuação institucional

Finalidade estatutária relacionada à causa animal	
Áreas/bairros de atuação em Leopoldina	
Nº de associados / voluntários ativos	
Possui médico veterinário responsável? (nome e CRMV)	
Inscrição no Cadastro Estadual (SEMAD), se houver	

4. Estrutura e animais sob responsabilidade

Espécie	**Total**	**Castrados**	**Vacinados (antirrábica)**	**Microchipados**
Cães				
Gatos				
Outros				
Possui abrigo próprio? (endereço e área)				
Capacidade máxima de acolhimento				
Rede de lares temporários vinculada (nº)				

5. Interesse em módulos adicionais

( ) Desejo aderir ao MÓDULO II — Atuação Colaborativa Gratuita (mediante Acordo de Cooperação)
( ) Desejo aderir ao MÓDULO III — Lar Temporário
( ) Desejo apenas o cadastro (Módulo I)
Declaro, sob as penas da lei, que as informações prestadas são verdadeiras, que a entidade preenche os requisitos do Edital e que não incide em nenhuma das vedações de sua Cláusula 7.
Leopoldina/MG, ____ de _____ de _____.

_____
Assinatura do representante legal
Carimbo da entidade

ANEXO III

Termo de Opção pelos Módulos II e III

Nome / Razão social	
CPF / CNPJ	
Nº do cadastro (Módulo I)	

1. Módulo II — Atuação Colaborativa Gratuita
( ) SIM, desejo aderir ao Módulo II
( ) NÃO desejo aderir ao Módulo II
Em caso positivo, indique as frentes de atuação pretendidas (Cláusula 16.1):
( ) I — Apoio a mutirões de castração
( ) II — Apoio a campanhas de vacinação, vermifugação e microchipagem
( ) III — Feiras e eventos de adoção responsável
( ) IV — Educação ambiental e guarda responsável
( ) V — Apoio ao resgate e ao transporte de animais
( ) VI — Apoio ao Canil Municipal São Francisco de Assis
( ) VII — Manejo de animais comunitários
( ) VIII — Manutenção de comedouros e bebedouros públicos
( ) IX — Apoio à comunicação institucional
( ) X — Orientação à população
( ) XI — Atuação técnica voluntária de médico veterinário (exclusivo para inscritos no CRMV-MG)

Disponibilidade (dias e turnos)	
Possui veículo para transporte?	
Experiência prévia relevante	
Inscrição no CRMV-MG (se frente XI)	
Área de atuação / especialidade	

2. Módulo III — Lar Temporário
( ) SIM, desejo aderir ao Módulo III
( ) NÃO desejo aderir ao Módulo III
Em caso positivo, informe:

Endereço do local de acolhimento	
Tipo de imóvel (casa/apartamento/chácara)	
Imóvel próprio ou locado	
Área disponível para os animais (m²)	
Espécie e porte que pode acolher	
Quantidade simultânea pretendida	
Possui outros animais no local? (quantos)	
Aceita animais em recuperação clínica?	

Declaro estar ciente de que a adesão ao Módulo III está condicionada à aprovação em vistoria técnica prévia e de que a guarda temporária não configura adoção.
Leopoldina/MG, ____ de _____ de _____.

_____
Assinatura do interessado / representante legal

ANEXO IV

Declaração de Atuação como Protetor Independente

Eu, _____, portador(a) do documento de identidade nº _____ e inscrito(a) no CPF sob o nº _____, residente e domiciliado(a) na _____, Bairro _____, Leopoldina/MG, DECLARO, sob as penas da lei e para os fins do Edital de Chamamento Público nº 001/2026, que:

a) atuo como protetor(a) independente de animais no Município de Leopoldina/MG desde _____ / _____, exercendo de forma habitual, voluntária e sem finalidade lucrativa as atividades a seguir descritas;
b) mantenho os animais sob meus cuidados em condições compatíveis com o bem-estar animal, provendo-lhes alimentação, água, abrigo, higiene e assistência veterinária na medida das minhas possibilidades;
c) não pratiquei nem pratico qualquer conduta caracterizadora de maus-tratos, abuso, crueldade ou abandono de animais;
d) não exerço, direta ou indiretamente, atividade de criação para fins de reprodução ou de comercialização de animais;
e) não incido em nenhuma das vedações previstas na Cláusula 7 do referido Edital.
Descrição sucinta da atuação

Elementos de comprovação apresentados (mínimo de dois)
( ) Registros fotográficos datados
( ) Comprovantes de atendimento veterinário
( ) Comprovantes de castração
( ) Registros em redes sociais dedicadas à causa animal
( ) Declaração firmada por protetores ou entidades já cadastrados
( ) Outro: _____
Estou ciente de que a prestação de declaração falsa sujeita o declarante às sanções previstas no art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do indeferimento ou do cancelamento do cadastro.
Leopoldina/MG, ____ de _____ de _____.

_____
Assinatura do declarante

ANEXO V

Ficha de Vistoria Técnica — Módulo III (Lar Temporário)

Nº da vistoria / processo	
Data e horário	
Natureza (prévia / periódica / extraordinária)	
Nome do vistoriado	
CPF / CNPJ	
Endereço vistoriado	

1. Avaliação das instalações

Item avaliado	Adequado	Inadequado	Observações
Área disponível compatível com a capacidade declarada			
Segurança contra fuga e acesso a vias públicas			
Abrigo contra sol, chuva, frio e vento			
Ventilação e iluminação natural			
Higiene e destinação adequada de dejetos			
Comedouros e bebedouros em número suficiente			
Disponibilidade permanente de água potável			
Ausência de superlotação ou acumulação			
Possibilidade de isolamento sanitário, se necessário			
Condições gerais dos animais já presentes no local			

2. Capacidade aferida

Nº de animais próprios no local	
Nº de animais do Município já acolhidos	
Capacidade máxima recomendada	
Restrições de porte ou espécie	

3. Conclusão

( ) APROVADO para credenciamento no Módulo III
( ) APROVADO COM RESSALVAS — adequações a realizar no prazo de 30 (trinta) dias
( ) NÃO APROVADO — motivação abaixo

4. Motivação e recomendações técnicas

_____
Servidor Responsável Pela Vistoria
Matrícula / Cargo

_____
Médico(A) Veterinário(A)
CRMV-MG nº _____

_____
Vistoriado — Ciente

ANEXO VI

Termo de Adesão ao Serviço Voluntário — Módulo II

Termo firmado com fundamento na Lei Federal nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, e no Edital de Chamamento Público nº 001/2026.

Nome do voluntário	
CPF	
Documento de identidade	
Endereço	
Telefone / WhatsApp	
E-mail	
Nº do cadastro (Módulo I)	
Entidade vinculada (se houver)	
Registro profissional — CRMV-MG (se aplicável)	

Cláusula Primeira — Do objeto
O presente Termo tem por objeto a prestação de serviço voluntário, não remunerado, pelo voluntário acima qualificado, em atividades de apoio às ações de proteção e bem-estar animal desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Leopoldina/MG, nas frentes de atuação por ele indicadas no ANEXO III do Edital.
Cláusula Segunda — Da natureza do vínculo
Nos termos do art. 1º, parágrafo único, da Lei Federal nº 9.608/1998, o serviço voluntário ora ajustado não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim, não fazendo o voluntário jus a qualquer remuneração, salário, honorário, diária, gratificação, bolsa ou auxílio.
Cláusula Terceira — Das atividades e da jornada
3.1. As atividades serão exercidas de forma episódica, mediante convocação prévia da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, sendo facultado ao voluntário recusar qualquer convocação, sem necessidade de justificativa.
3.2. Não há jornada mínima ou máxima estabelecida, nem obrigação de disponibilidade permanente.
3.3. As atividades serão exercidas sob coordenação técnica da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, observados os protocolos e as orientações por ela expedidos.
Cláusula Quarta — Das obrigações do voluntário
O voluntário obriga-se a observar as obrigações previstas no item 19.1 do Edital, especialmente: seguir as orientações técnicas; zelar pelo bem-estar dos animais; utilizar os equipamentos de proteção individual; manter conduta ética; preservar o sigilo dos dados pessoais a que tiver acesso; e abster-se das condutas vedadas no item 16.2 do Edital.
Cláusula Quinta — Das obrigações do Município
O Município obriga-se a coordenar tecnicamente as ações, disponibilizar equipamentos de proteção individual e apoio logístico na medida de sua disponibilidade, promover capacitação, emitir certificado de participação quando solicitado e assegurar tratamento isonômico.
Cláusula Quinta-A — Da atuação técnica de médico veterinário
Sendo o voluntário médico veterinário inscrito no CRMV-MG e tendo optado pela frente prevista no inciso XI do item 16.1 do Edital, aplica-se integralmente o regime da Cláusula 16.3, que declara conhecer, destacando-se o caráter episódico e complementar da atuação, as vedações do item 16.3.4 e a responsabilidade técnica e ética pessoal e intransferível pelos atos praticados, nos termos da Lei Federal nº 5.517/1968.
Cláusula Sexta — Do ressarcimento de despesas
Nos termos do art. 3º da Lei Federal nº 9.608/1998, o voluntário poderá ser ressarcido de despesas comprovadamente realizadas no desempenho das atividades, desde que expressamente autorizadas de forma prévia e formal pela Administração e havendo disponibilidade orçamentária, o que não decorre automaticamente deste Termo.
Cláusula Sétima — Da responsabilidade
O voluntário responde civil e penalmente pelos atos que praticar com dolo ou culpa, não se transferindo ao Município a responsabilidade por danos decorrentes de conduta praticada fora do escopo e das orientações das ações convocadas.
Cláusula Oitava — Da vigência e da rescisão
8.1. O presente Termo vigorará por 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, prorrogável por iguais períodos até o limite da validade do cadastro no Módulo I.
8.2. O Termo poderá ser rescindido a qualquer tempo, por iniciativa de qualquer das partes, mediante simples comunicação escrita, sem ônus ou penalidade, ressalvadas as hipóteses de descredenciamento previstas na Cláusula 28 do Edital.

E, por estarem de acordo, firmam o presente Termo.
Leopoldina/MG, ____ de _____ de _____.

_____
Voluntário

_____
Secretário Municipal de Meio Ambiente

Testemunhas:
1 – Assinatura: _____
Nome: _____
CPF: _____

2 – Assinatura: _____
Nome: _____
CPF: _____

ANEXO VII

Minuta de Acordo de Cooperação — Módulo II (Pessoa Jurídica)

Acordo de cooperação celebrado com fundamento no art. 2º, inciso VIII-A, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, por não envolver transferência de recursos financeiros.
ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº _____/2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA/MG, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, E _____, PARA AS FINALIDADES QUE ESPECIFICA.
O MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA, Estado de Minas Gerais, inscrito no CNPJ sob o nº 17.733.643/0001-47, com sede na Rua Lucas Augusto, nº 68, Centro, CEP 36700-088, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Meio Ambiente, Senhor LUIZ HENRIQUE NOGUEIRA GESUALDI, doravante denominado MUNICÍPIO, e _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, neste ato representada por _____, doravante denominada ORGANIZAÇÃO, resolvem celebrar o presente Acordo de Cooperação, decorrente do Edital de Chamamento Público nº 001/2026, mediante as cláusulas e condições seguintes.
Cláusula Primeira — Do objeto
Constitui objeto do presente Acordo a mútua cooperação entre os partícipes para a execução de ações de proteção e bem-estar animal no Município de Leopoldina/MG, mediante a atuação colaborativa, voluntária e gratuita da ORGANIZAÇÃO nas frentes indicadas no ANEXO III do Edital, sem qualquer transferência de recursos financeiros.
Cláusula Segunda — Do plano de trabalho
As ações objeto deste Acordo observarão o plano de trabalho simplificado apresentado pela ORGANIZAÇÃO e aprovado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, que integra este instrumento independentemente de transcrição.
Cláusula Terceira — Das obrigações da ORGANIZAÇÃO
I – executar as ações pactuadas com zelo, observando as orientações técnicas do MUNICÍPIO;
II – indicar nominalmente os representantes que atuarão nas ações, com os respectivos Termos de Adesão ao Serviço Voluntário;

III – manter, durante toda a vigência, as condições que ensejaram o credenciamento, comunicando qualquer alteração;
IV – observar as vedações do item 16.2 do Edital;
V – apresentar Relatório de Atividades, na forma do ANEXO X, com periodicidade semestral;
VI – dar publicidade à parceria de forma compatível com os princípios da Administração Pública, vedada a promoção pessoal ou político-eleitoral;

VII – observar a Lei Federal nº 13.709/2018 quanto aos dados pessoais a que tiver acesso.

Cláusula Quarta — Das obrigações do MUNICÍPIO

I – coordenar tecnicamente as ações e definir os protocolos de atuação;
II – disponibilizar apoio logístico e equipamentos de proteção individual, na medida de sua disponibilidade;
III – promover capacitação dos representantes indicados;
IV – acompanhar e monitorar a execução do objeto;
V – assegurar tratamento isonômico às demais organizações credenciadas.

Cláusula Quinta — Da ausência de transferência de recursos

5.1. O presente Acordo não envolve transferência de recursos financeiros, aquisição de bens, comodato, doação patrimonial ou qualquer forma de compartilhamento de recurso patrimonial, razão pela qual dispensa a indicação de dotação orçamentária e a prestação de contas financeira.
5.2. A eventual entrega de insumos pelo MUNICÍPIO, quando houver, será formalizada mediante recibo próprio e não descaracteriza a natureza deste instrumento.

Cláusula Sexta — Do gestor da parceria

Fica designado como gestor deste Acordo de Cooperação o servidor _____, matrícula nº _____, a quem competirá acompanhar a execução do objeto e emitir relatório conclusivo ao término da vigência.

Cláusula Sétima — Da vigência

O presente Acordo vigorará por 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, prorrogável por iguais e sucessivos períodos, mediante termo aditivo, até o limite da validade do cadastro da ORGANIZAÇÃO no Módulo I.

Cláusula Oitava — Da denúncia e da rescisão

O Acordo poderá ser denunciado por qualquer dos partícipes, mediante comunicação escrita com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, e rescindido a qualquer tempo em caso de descumprimento de suas cláusulas, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Cláusula Nona — Da publicidade

O extrato do presente Acordo será publicado no órgão oficial de imprensa do Município e disponibilizado no sítio eletrônico oficial, na forma do art. 38 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Cláusula Décima — Do foro

Fica eleito o foro da Comarca de Leopoldina/MG para dirimir as questões oriundas deste Acordo, com renúncia a qualquer outro.
E, por estarem de acordo, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.
Leopoldina/MG, ____ de _____ de _____.

_____
Secretário Municipal De Meio Ambiente — Município

Representante Legal — Organização

Testemunhas:
1 – Assinatura: _____
Nome: _____
CPF: _____

2 – Assinatura: _____
Nome: _____
CPF: _____

ANEXO VIII

Termo de Guarda Temporária e Responsabilidade — Módulo III (Lar Temporário)

Nº do Termo / processo	
Nome do mantenedor	
CPF / CNPJ	
Endereço do lar temporário	
Telefone / WhatsApp	
Nº do cadastro (Módulo I)	
Nº e data da vistoria aprovada	

1. Identificação do animal

Item	Informação
Nome / identificação	
Espécie e raça aparente	
Sexo e porte	
Idade aproximada	
Pelagem e sinais particulares	
Nº do microchip	
Castrado (sim/não/data)	
Vacinação antirrábica (data)	
Vermifugação (data)	
Estado de saúde na entrega	
Tratamento em curso / medicação	
Origem (resgate, apreensão, entrega, decisão judicial)	

2. Condições da guarda

2.1. O MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA entrega ao mantenedor acima qualificado, em GUARDA TEMPORÁRIA, gratuita, precária e revogável, o animal identificado nesta ficha, permanecendo o Município como responsável pela sua destinação final.
2.2. A guarda temporária NÃO CONFIGURA adoção, doação ou transferência definitiva de propriedade ou de responsabilidade.
2.3. Prazo estimado de permanência: _____, prorrogável por acordo entre as partes.

3. Obrigações do mantenedor

O mantenedor declara conhecer e obriga-se a cumprir integralmente as obrigações do item 25.1 do Edital, comprometendo-se especialmente a: prover alimentação, água, higiene, abrigo e afeto; manter o animal em ambiente seguro; observar as prescrições veterinárias; comunicar imediatamente qualquer alteração de saúde, fuga, óbito ou ocorrência relevante; conduzir o animal aos atendimentos agendados; permitir as vistorias; colaborar com a divulgação para adoção; restituir o animal quando solicitado; não transferir a guarda a terceiros sem autorização; e não submeter o animal a maus-tratos, abandono, comercialização ou reprodução.

4. Obrigações do Município

O Município obriga-se a manter a titularidade e a responsabilidade final sobre o animal; prestar assistência médico-veterinária na rede própria ou credenciada; disponibilizar insumos na medida de sua disponibilidade; promover a divulgação para adoção; recolher o animal em caso de encerramento; e prestar orientação técnica.

5. Anuência dos moradores

Os moradores maiores de idade do imóvel abaixo assinados declaram anuir com o acolhimento do animal no local:

Nome completo	CPF	Assinatura

6. Encerramento

A guarda temporária encerrar-se-á nas hipóteses do item 26.3 do Edital, assegurada ao mantenedor a preferência para a adoção definitiva, nos termos dos itens 26.1 e 26.2.
Declaro estar ciente de que a prática de maus-tratos, abandono ou comercialização do animal sob guarda temporária acarretará o descredenciamento imediato, o recolhimento do animal e a comunicação aos órgãos de persecução penal, nos termos do art. 32 da Lei Federal nº 9.605/1998.

Leopoldina/MG, ____ de _____ de _____.

_____
Mantenedor Do Lar Temporário

_____
Servidor Responsável Pela Entrega
Matrícula / Cargo

_____
Secretário Municipal De Meio Ambiente

ANEXO IX

Declaração de Ciência, Concordância, Residência e Consentimento para Tratamento de Dados Pessoais

Eu, _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____ / representante legal de _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, DECLARO, para os fins do Edital de Chamamento Público nº 001/2026, que:

1. Ciência e concordância

Tenho pleno conhecimento do inteiro teor do Edital e de seus anexos, com cujos termos concordo integralmente, e estou ciente de que o cadastro não gera direito a repasse de recursos, vínculo funcional, delegação de poder de polícia ou obrigação de prestação de serviços.

2. Inexistência de vedações

Não incido em nenhuma das vedações previstas na Cláusula 7 do Edital, em especial: não fui condenado por maus-tratos, abuso, crueldade ou abandono de animais; não exerço atividade de criação para reprodução ou comercialização de animais; não mantenho animais em condições de acumulação ou insalubridade; e não estou impedido, suspenso ou declarado inidôneo para contratar ou celebrar parcerias com a Administração Pública.

3. Declaração de residência (quando aplicável)

Na impossibilidade de apresentar comprovante de residência em meu nome, declaro, sob as penas da lei e nos termos da Lei Federal nº 7.115/1983, residir no endereço a seguir indicado, no Município de Leopoldina/MG:

Endereço completo	
Bairro / CEP	
Tempo de residência	

4. Consentimento para tratamento de dados pessoais

Nos termos da Lei Federal nº 13.709/2018, CONSINTO com o tratamento dos meus dados pessoais pelo Município de Leopoldina, na qualidade de controlador, para as finalidades de execução da política pública de proteção e bem-estar animal, cumprimento de obrigação legal e regulatória e exercício regular de direitos, ciente de que:

a) serão divulgados publicamente apenas nome ou razão social, número de registro, frentes de atuação, módulos habilitados e, no caso de pessoa jurídica, CNPJ e canal público de contato;

b) os demais dados terão acesso restrito aos servidores envolvidos na execução do Edital e aos órgãos de controle;

c) os dados poderão ser compartilhados com os sistemas estadual e federal de proteção animal, na medida necessária à execução das políticas correspondentes;

d) posso exercer, a qualquer tempo, os direitos previstos no art. 18 da LGPD, mediante requerimento à Secretaria Municipal de Meio Ambiente;

e) os dados serão mantidos durante a vigência do cadastro e por mais 5 (cinco) anos, findo o qual serão eliminados ou anonimizados.

( ) CONCORDO com o tratamento dos meus dados pessoais nos termos acima.

( ) AUTORIZO o uso de imagem e voz em materiais institucionais de divulgação das ações de proteção animal, a título gratuito.

Leopoldina/MG, ____ de _____ de _____.

_____
Assinatura do declarante / representante legal

ANEXO X

Relatório de Atividades

Nome / Razão social	
CPF / CNPJ	
Nº do cadastro (Módulo I)	
Módulo(s) a que se refere	
Período de referência	

1. Ações de que participou (Módulo II)

Data	Ação / frente de atuação	Local	Nº de animais / pessoas atendidos

2. Animais sob guarda temporária no período (Módulo III)

Identificação / microchip	Entrada	Situação atual	Observações

3. Dificuldades encontradas, sugestões e demandas para a política municipal

Declaro que as informações prestadas neste relatório são verdadeiras.
Leopoldina/MG, ____ de _____ de _____.

_____
Assinatura do credenciado / representante legal

_____
Recebido por — Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Matrícula / cargo

Publicado por:
Luiz Henrique Nogueira Gesualdi
Código Identificador:B90A74C1

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.132/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº42/2026 – PRC Nº 119/2026
OBJETO: A presente Ata tem por objeto o registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de pipoqueiro, algodão doce, cama elástica, tobogã, touro mecânico, trenzinho da alegria e piscina de bolinha para atender a demanda das Secretarias Municipais de Turismo, Educação, Saúde, Esporte, Assistência Social, especificado no item do Termo de Referência, anexo I do Edital de licitação, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta cujo preço tenha sido registrado, independente de transcrição.
Fornecedor – TOE'S LANCHETERIA LTDA – CNPJ nº.56.101.015/0001-09
- Valor total: R$ 33.440,00
Vigência: A validade das Atas de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da data de divulgação no PNCP.
Data da assinatura da Ata:25/08/2026

PEDRO AUGUSTO JUNQUEIRA FERRAZ –
Prefeito de Leopoldina

ANTÔNIO CARLOS OLIVEIRA SILVA

Publicado por:
Marina de Oliveira Lima
Código Identificador:12B5ABE1

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
EXTRATO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº12/2026 – PRC Nº 15/2026

OBJETO: A presente contratação tem por objeto o registro de preço para futura e eventual contratação de empresa para contratação de empresa para aquisição de material hidráulico para atendimento às necessidades das Secretarias Municipais de Saúde; Obras, Educação; Assistência Social e Serviços Urbanos, de acordo com as especificações e quantitativos constantes do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.
- Ata de Registro de Preços nº.122/2026 – M.D MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - CNPJ nº. 21.896.442/0001-38 - Valor total: R$204.514,41
- Ata de Registro de Preços nº.123/2026 – Z & M LTDA - CNPJ nº. 09.813.309/0001- 75 – valor total: R$156.663,85
- Ata de Registro de Preços nº.125/2026 COMERCIAL PRIME LTDA - CNPJ nº. 55.176.303/0001-51 – valor total: R$23.774,73
Vigência: A validade das Atas de Registro de Preços serão de 1 (um) ano, contado a partir da data de divulgação no PNCP.
Condições de pagamento: O pagamento será efetuado num prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, entrega dos documentos na Contabilidade/Tesouraria e o visto da Secretaria requisitante, comprovando os serviços e deverão

observar as disposições dos arts. 215 e seguintes do Decreto Municipal nº 5.188/23.

PEDRO AUGUSTO JUNQUEIRA FERRAZ –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marina de Oliveira Lima
Código Identificador:AFBD50E5

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
EXTRATO HOMOLOGAÇÃO COMPLEMENTAR DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 119/2025 - PRC Nº 262/2025

Objeto: O objeto do presente instrumento é a aquisição de gêneros alimentícios com vista ao atendimento das necessidades das diversas secretarias e da Guarda Civil Municipal, do município de Leopoldina, para o exercício de 2026, conforme condições, especificações, quantidades, exigências e estimativas contidas no Termo de Referência.

Empresas Vencedoras:
COMERCIAL LOTUS DISTRIBUIDORA LTDA/CNPJ: 40.796.555/0001-06/Valor Total: R$ 1.173,84
JC TEIXEIRA E CIA LTDA/CNPJ: 41.737.131/0001-33/Valor Total: R$ 39.808,24
CAMPOS SOLUÇÕES ATACADISTAS LTDA /CNPJ: 60.915.736/0001-11/Valor Total: R$ 4.197,20

Recursos: PRÓPRIO, SAUDE, BLATB nº emenda 43020005 Ana Pimentel, ESTSUS, FEAS Conta nº 27.859-9 DINA, FNAS Conta nº 31.026-3 BL.PSB, FNAS/BL.MAC- Conta nº 32.914-4 BL.MAC, FNAS Conta nº 4752- Caixa Econômica Federal, FNAS/PBF- Conta nº 31.018-2, FNAS Conta nº 32.914-2- BL.MAC

Condições de pagamento:O pagamento devido será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega da Nota Fiscal, juntamente com a certidão negativa do INSS e FGTS, caso a empresa tenha empregados e caso não tenha, declaração no corpo da Nota Fiscal, em conformidade com as instruções normativas da Previdência Social.
Data da Assinatura da Homologação:13/08/2026
Signatários: Pedro Augusto Junqueira Ferraz – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 119/2025 - PRC nº 262/2025
Objeto: O objeto do presente instrumento é a aquisição de gêneros alimentícios com vista ao atendimento das necessidades das diversas secretarias e da Guarda Civil Municipal, do município de Leopoldina, para o exercício de 2026, conforme condições, especificações, quantidades, exigências e estimativas contidas no Termo de Referência.
Empresas Vencedoras:
COMERCIAL LOTUS DISTRIBUIDORA LTDA/CNPJ: 40.796.555/0001-06/Valor Total: R$ 1.173,84
JC TEIXEIRA E CIA LTDA/CNPJ: 41.737.131/0001-33/Valor Total: R$ 39.808,24
CAMPOS SOLUÇÕES ATACADISTAS LTDA /CNPJ: 60.915.736/0001-11/Valor Total: R$ 4.197,20
Empresas Contratadas
Contrato nº 161/2026 – COMERCIAL LOTUS DISTRIBUIDORA LTDA/CNPJ: 40.796.555/0001-06/Valor Total: R$ 1.173,84
Contrato nº 162/2026- JC TEIXEIRA E CIA LTDA/CNPJ: 41.737.131/0001-33/Valor Total: R$ 39.808,24
Contrato nº 163/2026- CAMPOS SOLUÇÕES ATACADISTAS LTDA /CNPJ: 60.915.736/0001-11/Valor Total: R$ 4.197,20

Vigência: O prazo de vigência do contrato será até 31 de dezembro de 2026, a partir da data de sua publicação no PNCP, podendo haver prorrogação de acordo com o art.192 do decreto 5.570/25 e seus incisos.
Data da Assinatura:19/08/2026
Signatários: Pedro Augusto Junqueira Ferraz – Prefeito Municipal.
Comercial Lotus Distribuidora Ltda
JC Teixeira e Cia Ltda
Campos Soluções Atacadistas Ltda

Publicado por:
Gisele do Nascimento
Código Identificador:3CF65909

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
RESULTADO FINAL DO PROCESSO DE HABILITAÇÃO DAS ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2026 CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – COMSEA BIÊNIO 2026/2028
A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LEOPOLDINA/MG, em cumprimento ao Edital de Chamamento Público nº 03/2026, torna público o Resultado Final do Processo de Habilitação para composição do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA, Biênio 2026/2028.
Decorrido o prazo para apresentação de recursos nos dias 21 e 24 de agosto de 2026, não foram apresentados recursos contra o resultado Preliminar, ficando definitivamente habilitadas as seguintes entidades:
I – ENTIDADES HABILITADAS COMO CANDIDATAS
1. APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais;
2. Asilo Santo Antônio;
3. Conhecer Educação e Cultura;
4. Fundação Presidente Antônio Carlos – FUPAC/UNIPAC – Leopoldina;
5. CEPS – Centro de Educação e Promoção Social Anita Borela;
6. APIL – Associação das Pioneiras de Leopoldina;
7. ACIL – Associação Comercial e Industrial de Leopoldina;
8. Associação dos Pequenos Produtores e Empreendedores Rurais da Agricultura Familiar da Zona da Mata e Vertentes.
As entidades acima estão habilitadas como candidatas às 08 (oito) vagas da Sociedade Civil, com respectivos suplentes.
II – ENTIDADE HABILITADA COMO ELEITORA
9. Conselho Particular São José de Leopoldina da Sociedade de São Vicente de Paulo.
A entidade acima está habilitada exclusivamente como eleitora, nos termos do art. 4º, inciso II, do Edital, podendo participar da Assembleia Geral e exercer o direito de voto, sem concorrer às vagas.
A Assembleia Geral de Eleição será realizada em 28 de agosto de 2026, às 9h30, na Sala dos Conselhos Municipais, situada na Rua Tiradentes, nº 112, Centro, Leopoldina/MG.

Leopoldina/MG, 20 de agosto de 2026.

ANA PAULA SALVADOR PEDRONI CASTRO
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Gisele do Nascimento
Código Identificador:AD578E8A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LIMEIRA DO OESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA DO OESTE
AVISO DE LICITAÇÃO DISPENSA ELETRÔNICA N° 01/2026

O **MUNICÍPIO DE LIMEIRA DO OESTE - MG**, através da Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária, por intermédio do Agente de Contratação designado através da **Portaria nº 42 de 24 de agosto de 2026,** torna público aos interessados, que promoverá licitação na modalidade **DISPENSA, NA FORMA ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO,** tendo por objeto a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA DESTE MUNICÍPIO,** de acordo com as condições e especificações descritas no Edital e seus anexos.

A sessão pública de julgamento será realizada eletronicamente no site **www.licitanet.com.br no dia 01 de setembro de 2026 a partir das 08:00 (oito) horas.**

O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico, **www.licitanet.com.br** e poderão ser obtidas cópias no setor de Licitações, situado na Rua Pernambuco, n° 780, bairro Centro, na cidade de Limeira do Oeste/MG, nos dias úteis, no horário das 07h:00 às 11h:30min e das 13h:00 às 16h:30min,

Limeira do Oeste - MG, 26 de agosto de 2026.

AMARILDO DIAS DE CASTRO
Secretário Municipal de Agricultura e Pecuária

Publicado por:
Otávio Gonçalves Freitas
Código Identificador:F9172FBC

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LUZ

GABINETE DO PREFEITO
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 038/2026

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 038/2026 QUE AJUSTAM O MUNICÍPIO DE LUZ/MG E A EMPRESA OXIBOM COMÉRCIO DE GASES EIRELI, COM FUNDAMENTO NO PRC Nº 209/2026 - PREGÃO Nº 009/2026.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES

Resolvem as partes neste aditivo de Contrato, o **MUNICÍPIO DE LUZ/MG,** com sede na Av. Laerton Paulinelli, nº 153, bairro Monsenhor Parreiras, inscrito no CNPJ sob o nº 18.301.036/0001-70, neste ato representado pelo prefeito municipal, **SR. AÍLTON DUARTE,**; doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **HORIZONTE AZUL LICITA LTDA**, neste ato, representada por **Ramon de Oliveira Paim**, , resolvem aditar a Cláusula Primeira do do **Contrato de Prestação de Serviços** nº **038/2026**, nos termos do Art. 92, Inciso V, Art. 104, I, Art. 124, Inciso I, alíneas "a" e "b", art. 125 e 126 caput da Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA
Fica acrescido 25% (vinte e cinco por cento) as quantidades do item 01 – Areia Média do contrato e conseqüentemente alterando seu valor global uma vez que aumento das quantidades vai gerou um acréscimo em valor de **R$2.700,00 (dois mil e setecentos reais)** passando o valor do contrato de **R$10.800 (dez mil e oitocentos reais)** para **R$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**

As demais Cláusulas do contrato ora aditado permanecem inalteradas.
E por estarem assim, justos e contratados, firmam o presente Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que cumpra as suas finalidades.

Luz, 13 de agosto de 2026.

AÍLTON DUARTE	Horizonte Azul Licita LTDA
Prefeito Municipal	***RAMON DE OLIVEIRA PAIM***
Contratante	Contratada

Testemunhas:

ROBERTO BASÍLIO	**JOÃO HENRIQUE C. RODRIGUES**
SECRETÁRIO M. DE OBRAS	**SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO**

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:F860D8A9

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 134/2026 – INEXIGIBILIDADE 082/2026

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 134/2026 DE 05/08/2026. PRC Nº 1.309/2026– INEXIGIBILIDADE 082/2026. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZ/MG. CONTRATADO: **NOSSA SENHORA DA LUZ TRANSPORTES LTDA.** OBJETO: **"CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS PARA ATENDER AO DESPORTO DO MUNICIPIO.** VALOR GLOBAL: **R$ 89.125,00**. VIGÊNCIA: **12(DOZE) MESES.**

LUZ/MG**, 05/08/2026**.

AILTON DUARTE.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:B7A36C01

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATOS Nº 124/2026 - PREGÃO N° 26/2026

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CONTRATOS DE FORNECIMENTO Nº 124/2026. PRC Nº 926/2026.
PREGÃO N° 26/2026.

CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 124/2026. PRC Nº 926/2026 – PREGÃO N° 26/2026. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZ/MG. CONTRATADO: ABBOTT LABORATORIOS DO BRASIL. **OBJETO:** AQUISIÇÃO DE APARELHO DE MONITORAMENTO CONTÍNUO FREESTYLE LIBRE E FREE STYLE LIBRE 2 PLUS PARA ATENDER A DEMANDA DAS SEGUINTES ORDENS JUDICIAIS: Nº 0018518-11.2017.8.13.0388; Nº 5001818-30.2021.8.13.0388; Nº 5001589-36.2022.8.13.0388; Nº 5001155-81.2021.8.13.0388. VALOR: R$ 45.181,90 (QUARENTA E UM MIL, CENTO E OITENTA E UM REAIS E NOVENTA CENTAVOS)..

LUZ/MG, 22/07/2026.

AÍLTON DUARTE.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:805E2078

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATOS Nº 138/2026 - DISPENSA N° 035/2026

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 138/2026 - DISPENSA N° 035/2026
CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 138/2026 - PRC Nº 1.178/2026 – DISPENSA N° 035/2026. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZ/MG. **CONTRATADO: VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA. OBJETO: "AQUISIÇÃO DE BIBLIOTECAS DE LIVROS DE LITERATURA, VISANDO ATENDER À DEMANDA DA REDE DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL E DA BIBLIOTECA PÚBLICA, EM CONFORMIDADE COM AS CONDIÇÕES, QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIAS NO TERMO DE REFERÊNCIA. VALOR: R$ 59.944,00. VIGÊNCIA:** O PRAZO DO CONTRATO SERÁ **12 MESES**, CONTADOS DA SUA ASSINATURA**.**

LUZ/MG, 07/08/2026.

AÍLTON DUARTE.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:99163FB4

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATOS Nº 139/2026 - DISPENSA N° 032/2026

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 139/2026. PRC Nº 1.150/2026.
DISPENSA N° 032/2026
CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 139/2026. **PRC Nº 1.150/2026 – DISPENSA N° 032/2026.** CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZ/MG. **CONTRATADO: EMPRESA PONTUAL ELEVADORES LTDA ME**. **OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO TÉCNICA CONTÍNUA, PREVENTIVA E CORRETIVA NA PLATAFORMA DE ACESSIBILIDADE INSTALADA NO EDIFÍCIO DO CENTRO ADMINISTRATIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZ. VIGÊNCIA:** 12 MESES; VALOR GLOBAL: **R$ 4.437,90.** O PRAZO DO CONTRATO SERÁ **12 MESES**, CONTADOS DA SUA ASSINATURA**.**

LUZ/MG, 07/08/2026.

AÍLTON DUARTE.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:AA116A05

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATOS Nº 143/2026 - PREGÃO N° 32/2026

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CONTRATOS DE FORNECIMENTO Nº 143/2026. PRC Nº 1.332/2026.
PREGÃO N° 32/2026.

CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 143/2026. PRC Nº 1.132/2026 – PREGÃO N° 32/2026. **CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZ/MG. **CONTRATADO: DETENTORA DA ATA DE REGISTRO PREÇO – IRMÃOS CASTRO LTDA. OBJETO: CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO POR TÉCNICO PROFISSIONAL (DENTISTA) DE PRÓTESES DENTARIAS PARCIAL OU TOTAL PARA ATENDER USUARIOS DOS PSF'S DO MUNICIPIO**. **VALOR: R$ 290.659,00 (DUZENTOS E NOVENTA MIL, SEISCENTOS E CINQÜENTA E NOVE REAIS).**

LUZ/MG, 20/08/2026.

AÍLTON DUARTE.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:1AD68739

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATOS Nº 56/2026 - INEXIGIBILIDADE N° 85/2026

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 56/2026. PRC Nº 1.483/2026.
INEXIGIBILIDADE N° 85/2026

CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 156/2026. PRC Nº 1.483/2026 – INEXIGIBILIDADE N° 085/2026. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZ/MG. **CONTRATADOS: AMADEUS CONSULTORIA LTDA,** INSCRITA NO **CNPJ: 02.786.239/0001-64. OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE NATUREZA PREDOMINANTEMENTE INTELECTUAL, CONSISTENTES EM CONSULTORIA E ASSESSORIA EM DIREITO PÚBLICO, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GESTÃO DE PESSOAS, COM VISTAS À ELABORAÇÃO DE DIAGNÓSTICOS INSTITUCIONAIS, PARECERES TÉCNICOS E JURÍDICOS, ESTUDOS ESPECIALIZADOS, PROPOSIÇÕES DE SOLUÇÕES, MINUTAS DE PROJETOS DE LEI E DEMAIS ATOS NORMATIVOS NECESSÁRIOS À REESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA, REVISÃO DE CARGOS E FUNÇÕES. VALOR: R$ 13.000,00 . VIGÊNCIA:** O PRAZO DO CONTRATO SERÁ **12 MESES**, CONTADOS DA SUA ASSINATURA**.**

LUZ/MG, 21/08/2026.

AÍLTON DUARTE.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:564E44C1

GABINETE DO PREFEITO
PROCESSO Nº: 1646/2026 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 043/2026

Processo nº: 1646/2026
Dispensa de Licitação nº: 043/2026
Data: 26/08/2026

RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

Como Prefeito Municipal de Luz, em cumprimento ao que preceitua o artigo 71, inciso IV da Lei Federal 14.133/2021, com respaldo no **Parecer de N.º 695/2026**, de 25 de agosto de 2026, da lavra Procuradoria Jurídica do Município de Luz, **RATIFICO** contratação para: **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FILMAGEM, CAPTAÇÃO DE IMAGENS, PRODUÇÃO AUDIOVISUAL E EDIÇÃO DE VÍDEOS 73ª FESTA DO ROSÁRIO, SANTA EFIGÊNIA E SÃO BENEDITO E DO DESFILE CÍVICO DE 7 DE SETEMBRO DE 2026"** e autorizo o empenho das despesas em favor da empresa licitante**:**

DIOGO CHAVES PRODUÇÕES LTDA
CNPJ: 11.548.324/0001-85

Fundamento Legal: Artigo 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021.

Valor Global: R$ 29.900,00 (Vinte e nove mil e novecentos reais)

Publique-se.

Luz/MG, 26 de agosto de 2026

AILTON DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:E7F09E3F

GABINETE DO PREFEITO
PROCESSO Nº: 1652/2026 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 044/2026

Processo nº: 1652/2026
Dispensa de Licitação nº: 044/2026
Data: 26/08/2026

RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

Como Prefeito Municipal de Luz, em cumprimento ao que preceitua o artigo 71, inciso IV da Lei Federal 14.133/2021, com respaldo no **Parecer de N.º 686/2026**, de 25 de agosto de 2026, da lavra Procuradoria Jurídica do Município de Luz, **RATIFICO** contratação para: **"Contratação da empresa "Bilu Locações", especializada na prestação de serviços de estrutura para eventos vem atender a demanda para evento 103 anos do Aniversário da Cidade, dias 4, 5 e 6 de setembro"** e autorizo o empenho das despesas em favor da empresa licitante**:**

VINICIUS SOUSA ALVES

CNPJ: 15.264.862/0001-07

Fundamento Legal: Artigo 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021.

Valor Global: R$ 24.750,00 (Vinte e quatro mil e setecentos e cinqüenta reais)

Publique-se.

Luz/MG, 26 de agosto de 2026

AILTON DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:559DDE62

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO- SAAE
CONTRATO Nº 141-2026 – INEXIGIBILIDADE 53/2026

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 141-2026 DE 10/08/2026. PRC Nº 1.167/2026– INEXIGIBILIDADE 53/2026. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZ/MG. CONTRATADO: **TRANS BINHO LTDA.** OBJETO: **"CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS PARA ATENDER AO DESPORTO DO MUNICIPIO.** VALOR GLOBAL: **R$ R$ 20.012,50**. VIGÊNCIA: **12(DOZE) MESES.**

LUZ/MG**, 10/08/2026**.

AILTON DUARTE.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:F3379B8E

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO- SAAE
MEMORANDO INTERNO N.º 01/2026

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO- SAAE
MEMORANDO INTERNO N.º 01/2026

MEMORANDO INTERNO 01/2026

Luz/MG, 07 de agosto de 2026.

Ilmo. Sr.
Luis Augusto Mendes Carvalho
Diretor-Presidente SAAE Luz
Luz / MG

Senhor Diretor-Presidente,

Na condição de Diretora Administrativa do SAAE Luz e, revendo a legislação municipal acerca da Promoção funcional dos servidores da autarquia municipal, especialmente a Lei Complementar N° 014/2010 de 26 de novembro de 2010, em seu art. 16 e 17 preceitua que*a promoção é a elevação do servidor ao nível superior àquele ao qual se encontra dentro da carreira a que pertence, ocorrerá por avaliação*– média global igual ou superior a 70% (setenta por cento) nas avaliações de desempenho ou por titulação combinada com avaliação de desempenho em conformidade com o Anexo III da referida Lei.Verifiquei que o servidor que concluiu graduação e especialização, faz jus à promoção desde a data da apresentação do diploma e requerimento formal.

Eis os dados do servidor que graduou e requereu a Promoção, nos termos do art. 17, II da Lei Complementar N° 014/2010 de 26 de novembro de 2010, no SAAE Luz e têm direito à mesma:

Servidor	Cargo	Apresentação do Diploma
Miller da Silva Meireles	Ajudante Administrativo	05/08/2026

Atenciosamente.

LÍVIA DUARTE DE MIRANDA SILVA
Diretora Administrativa

DESPACHO

Ref.: Memorando Interno 01/206
Assunto: Promoção funcional

O Diretor-Presidente do SAAE Luz/MG, no uso de suas atribuições,

Considerando o Memorando Interno nº 01/2026, da lavra da servidora Diretora Administrativa do SAAE, através do qual informa acerca da ocorrência do requisito para a concessão da promoção funcional do servidor nele descrito, com fundamento jurídico no art. 16 e 17 da Lei 014/2010, de 26 de novembro de 2010.

Considerando a necessidade de se resolver acerca da questão, decide:

Determinar a autuação do Memorando Interno nº 01/2026, formando-se procedimento administrativo com numeração cronológica;

Proceder à lavratura de Portaria para regulamentar a concessão da Promoção funcional ao servidor.

Luz/MG, 07 de agosto de 2026.

LUIS AGUSTO MENDES CARVALHO
Diretor-Presidente SAAE Luz

HOMOLOGAÇÃO

Processo Administrativo nº 01/2026
Ref.: Memorando Interno 01/2026
Assunto: Promoção funcional

O Diretor-Presidente do SAAE Luz, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando os termos do Memorando Interno nº 01/2022 da lavra da servidora Diretora Administrativa;

Considerando o disposto nos artigos 16 e 17, Lei Complementar nº 014/2010, de 26 de novembro de 2010.

HOMOLOGA, o presente procedimento, para os fins de direito, reconhecendo e implementado a promoção funcional dos seguintes servidores da autarquia municipal SAAE Luz:

Servidor	Cargo	Apresentação do Diploma
Miller da Silva Meireles	Ajudante Administrativo	05/08/2026

Luz/MG, 07 de agosto de 2026.

LUIS AUGUSTO MENDES CARVALHO
Diretor-Presidente SAAE Luz

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:D47DE22A

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO- SAAE
PORTARIA N.º 10, DE 26 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA N.º 10, DE 26 DE AGOSTO DE 2026

CONCEDE PROMOÇÃO FUNCIONAL AO SERVIDOR QUE MENCIONA EM RAZÃO DA ESPECIALIZAÇÃO REALIZADA

A Diretora Presidente da Autarquia Municipal Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE, do Município de Luz, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe conferem o Artigo 5º, § 2º, da Lei Complementar N.º 014/2010, de 26 de novembro de 2010;

Considerando os termos do Memorando Interno N.º 01/2026, da lavra da servidora Diretora Administrativa;
Considerando o disposto nos artigos 16 e 17, da Lei Complementar N.º 014/2010, de 26 de novembro de 2010;
Considerando o diploma apresentado pelo Servidor;
RESOLVE:
Art. 1° - Conceder promoção funciona ao servidor a seguir relacionado, em razão da graduação e especialização:
I – Miller da Silva Medeiros, Ajudante Administrativo, Matrícula N.º 54, Diploma de Especialização;
Art. 2° - Conceder Promoção funcional ao Servidor Miller da Silva Medeiros, ocupante do cargo de Ajudante Administrativo, Matrícula N.º 54, em razão da graduação e especialização concluída;
Art. 3° - A partir do pagamento vencimental do mês de agosto de 2026 o servidor promovido passará a receber os vencimentos com base no disposto da Lei Complementar N.º 206, de 26 de janeiro de 2026.
Art. 4° - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Luz/MG, 26 de agosto de 2026.

LÍVIA DUARTE DE MIRANDA SILVA
Diretora-Presidente SAAE Luz

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:69D66A78

SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS
ATO Nº 114/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE(FÉRIAS PRÊMIO)/ CONVERSÃO EM PÉCUNIA em razão de aposentadoria – ATO Nº 114/2026

Autoriza a conversão em pecúnia de Licença Premio Assiduidade (Férias Prêmio) nos termos da Lei Complementar Nº. 073/2016, de 13/7/2016, a servidora:

IRAÍS PEREIRA CAMARGOS – Matrícula Nº. 111, Cargo: Professor da Educação Básica I – PEB I. Conversão em pecúnia do saldo total de 16 (dezesseis) meses de Licença Prêmio Assiduidade (Férias Prêmio) em razão de aposentadoria, referentes ao períodos completados em 18/06/1996, 17/06/2001, 16/06/2006, 15/06/2011, 13/06/2016 e 12/06/2021.

Prefeitura Municipal de Luz, 18 de Agosto de 2026.

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:E9674D8D

SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS
ATO Nº 115/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
RETIFICA PUBLICAÇÃO DE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE(FÉRIAS PRÊMIO)/ AFASTAMENTO – ATO Nº 115/2026

RETIFICA-SE O ATO Nº 092/2026 – publicado em 10/07/2026, que autoriza licença prêmio por assiduidade à JOANA DARC DA COSTA: ocupante do cargo de Técnico Médio de Saúde 2 – TMS2 – Técnico em Enfermagem, matrícula nº 5354. Concessão de 2 (dois) meses no período de 01/07/2026 a 29/08/2026, referentes ao período completado em 23/11/2018.

Leia-se:

JOANA DARC DA COSTA – Matrícula Nº. 5354, Cargo: Técnico Médio de Saúde 2 – TMS2 – Técnico em Enfermagem. Concessão de **1 (um)** mês no período de 01/07/2026 a 30/07/2026, referente ao período completado em 23/11/2018.

Prefeitura Municipal de Luz, 18 de Agosto de 2026.

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:0A1C3FB4

SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS
ATO Nº 116/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE(FÉRIAS PRÊMIO)/ AFASTAMENTO – ATO Nº 116/2026

Autoriza o afastamento para gozo de Licença Premio Assiduidade (Férias Prêmio) nos termos do Art. 83, da Lei Complementar Nº. 034/2013, de 31/7/2013, a servidora:

SANDRA LAZARA FERREIRA COSTA – Matrícula Nº. 4027, Cargo: Auxiliar de Serviços Administrativos – Auxiliar Administrativo. Concessão de 1 (um) mês no período de 03/08/2026 a 01/09/2026, referente ao período completado em 22/08/2018.

Prefeitura Municipal de Luz, 18 de Agosto de 2026.

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:890D0F20

SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS
ATO Nº 117/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE(FÉRIAS PRÊMIO)/ AFASTAMENTO – ATO Nº 117/2026

Autoriza o afastamento para gozo de Licença Premio Assiduidade (Férias Prêmio) nos termos do Art. 83, da Lei Complementar Nº. 076/2016, de 13/7/2016, a servidora:

CLAUDIA ELENA DE OLIVEIRA SANTOS – Matrícula Nº. 4936, Cargo: Especialista da Educação Básica – EEB - Supervisor. Concessão de 1 (um) mês no período de 03/08/2026 a 01/09/2026, referente ao período completado em 27/02/2017.

Prefeitura Municipal de Luz, 18 de Agosto de 2026.

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:2D4C15BC

SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS
ATO Nº 118/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE(FÉRIAS PRÊMIO)/ AFASTAMENTO – ATO Nº 118/2026

Autoriza o afastamento para gozo de Licença Premio Assiduidade (Férias Prêmio) nos termos do Art. 83, da Lei Complementar Nº. 073/2016, de 13/7/2016, a servidora:

MARIA GERALDA DE CARVALHO PEREIRA – Matrícula Nº. 1449, Cargo: Professor da Educação Básica 2 – PEB 2. Concessão de 2 (dois) meses no período de 03/08/2026 a 01/10/2026, referente ao terceiro período completado em 30/01/2004.

Prefeitura Municipal de Luz, 18 de Agosto de 2026.

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:86221FF4

SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS
ATO Nº 119/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE(FÉRIAS PRÊMIO)/ AFASTAMENTO – ATO Nº 119/2026

Autoriza o afastamento para gozo de Licença Premio Assiduidade (Férias Prêmio) nos termos do Art. 83, da Lei Complementar Nº. 034/2013, de 31/7/2013, a servidora:

CAMILA RAMOS SILVA – Matrícula Nº. 5919, Cargo: Agente Comunitário de Estratégia de Saúde da Família. Concessão de 1 (um) mês no período de 06/08/2026 a 04/09/2026, referente ao terceiro período completado em 29/06/2020.

Prefeitura Municipal de Luz, 18 de Agosto de 2026.

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:0600E9EE

SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS
ATO Nº 120/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
LICENÇA ELEITORAL –ATO Nº 120/2026
Concede Licença eleitoral nos termos do Art. 98, da Lei Federal Nº. 9.504/97, de 30/9/1997, o servidor:

DAVI DE FREITA CALACIO – ocupante do cargo de Especialista da Educação Básica – EEB - Supervisor, matrícula nº 7166. Licença em 17/07/2026 e 05/08/2026, referente a 02/10/2022 em que esteve a disposição da justiça eleitoral.

Luz, 18 de Agosto de 2026.

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:C63BD6D7

SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS
ATO Nº 121/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
LICENÇA ELEITORAL –ATO Nº 121/2026
Concede Licença eleitoral nos termos do Art. 98, da Lei Federal Nº. 9.504/97, de 30/9/1997, o servidor:

DAVI DE FREITA CALACIO – ocupante do cargo de Professor da Educação Básica – PEB 2 - AEE, matrícula nº 8029. Licença em 17/07/2026 e 05/08/2026, referente a 02/10/2022 em que esteve a disposição da justiça eleitoral.

Luz, 18 de Agosto de 2026

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:5712DFE8

SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS
ATO Nº 122/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
LICENÇA ELEITORAL –ATO Nº 122/2026
Concede Licença eleitoral nos termos do Art. 98, da Lei Federal Nº. 9.504/97, de 30/9/1997, o servidor:

JAQUELINE BERNARDES DA SILVA – ocupante do cargo de Técnico Médio da Saúde – TMS 2 – Técnico em Enfermagem, matrícula nº 5357. Licença em 05/08/2026 e 06/08/2026, referente a 06/10/2024 em que esteve a disposição da justiça eleitoral.

Luz, 18 de Agosto de 2026.

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:114FD6AE

SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS
ATO Nº 123/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
AUSÊNCIA AO SERVIÇO por motivo de luto –ATO Nº 123/2026

Registra-se ausência ao serviço por motivo de luto, nos termos do inciso III, do art. 106, da Lei Complementar Nº 034/2013, de 31/7/2013, por 8 (oito) dias consecutivos ao servidor:

DENISE MARIA CHAVES – Matrícula Nº. 1539, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, a partir de 31/07/2026.

Luz, 18 de Agosto de 2026.

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:6269986D

SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS
ATO Nº 124/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
AUSÊNCIA AO SERVIÇO por motivo de luto –ATO Nº 124/2026

Registra-se ausência ao serviço por motivo de luto, nos termos do inciso III, do art. 106, da Lei Complementar Nº 076/2016, de 13/7/2016, por 2 (dois) dias consecutivos ao servidor:

MEIRE BERNARDES DE SOUZA – Matrícula Nº. 5950, ocupante do cargo de Especialista da Educação Básica – EEB - Supervisor, a partir de 05/08/2026.

Luz, 18 de Agosto de 2026.

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:1907FFBE

SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS
ATO Nº 125/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
LICENÇA ELEITORAL –ATO Nº 125/2026
Concede Licença eleitoral nos termos do Art. 98, da Lei Federal Nº. 9.504/97, de 30/9/1997, o servidor:

CINTYA ALCANTARA RIBEIRO – ocupante do cargo de Professor da Educação Básica – PEB 2 - AEE, matrícula nº 7162. Licença em 14/08/2026, referente a 03/10/2024 em que esteve a disposição da justiça eleitoral.

Luz, 18 de Agosto de 2026.

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:DD10CF63

SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS
ATO Nº 126/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
LICENÇA ELEITORAL –ATO Nº 126/2026

Concede Licença eleitoral nos termos do Art. 98, da Lei Federal Nº. 9.504/97, de 30/9/1997, o servidor:

IRINEIA SILVA GONÇALVES AMARAL – ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços da Educação Básica - ASEB, matrícula nº 7184. Licença em 10/08/2026, 11/08/2026, 12/08/2026, 13/08/2026, 14/08/2026 e 15/08/2026, referentes a 02/10/2022, 28/08/2024 e 06/10/2024 em que esteve a disposição da justiça eleitoral.

Luz, 18 de Agosto de 2026.

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:63CB90AB

SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS
ATO Nº 127/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
AUSÊNCIA AO SERVIÇO por motivo de luto –ATO Nº 127/2026

Registra-se ausência ao serviço por motivo de luto, nos termos do inciso III, do art. 106, da Lei Complementar Nº 076/2016, de 13/7/2016, por 8 (oito) dias consecutivos ao servidor:

ARLENE BATISTA DAMASCENO SILVA – Matrícula Nº. 8051, ocupante do cargo de Professor da Educação Básica – PEB 1, a partir de 05/08/2026.

Luz, 18 de Agosto de 2026.

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:D8728953

SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS
ATO Nº 128/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
AUSÊNCIA AO SERVIÇO por motivo de luto –ATO Nº 128/2026

Registra-se ausência ao serviço por motivo de luto, nos termos do inciso III, do art. 106, da Lei Complementar Nº 076/2016, de 13/7/2016, por 8 (oito) dias consecutivos ao servidor:

IZAURA MARIA CHAVES PAULINELLI – Matrícula Nº. 3098, ocupante do cargo de Professor da Educação Básica – PEB 1, a partir de 31/07/2026.

Luz, 18 de Agosto de 2026.

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:25FD4FE8

SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS
CONTRATOS 2026

CONTRATOS 2026

Contrato Nº 060/2026 – Partes: Prefeitura Municipal de Luz x CARLA EDUARDA FERREIRA SILVA. Objeto: Auxiliar de Serviços Urbanos I – ASUI – Faxineira – I/0. Vencimento: R$ 1.621,59. Vigência: 08/05/2026 a 07/06/2027.

Contrato Nº 063/2026 – Partes: Prefeitura Municipal de Luz x ROANE JESSICA DE OLIVEIRA E SILVA. Objeto: Professor da Educação Básica II – AEE – Atendimento Educacional Especializado – I/0. Vencimento: R$ 3.173,51. Vigência: 11/05/2026 a 03/07/2026.

Contrato Nº 064/2026 – Partes: Prefeitura Municipal de Luz x CHEINA DE LIMA BARBOSA. Objeto: Professor da Educação Básica I – PEB I – I/0. Vencimento: R$ 3.081,07. Vigência: 25/05/2026 a 21/07/2026.

Contrato Nº 065/2026 – Partes: Prefeitura Municipal de Luz x RAPHAEL OLIVEIRA LEITE SILVA. Objeto: Assistente de Serviços Urbanos I – ASSUI – Motorista – I/0. Vencimento: R$ 2.325,0. Vigência: 16/06/2026 a 16/12/2026.

Contrato Nº 066/2026 – Partes: Prefeitura Municipal de Luz x JULIANA RODRIGUES MIZAEL. Objeto: Professor da Educação Básica I – PEB I – I/0. Vencimento: R$ 3.081,07. Vigência: 16/06/2026 a 21/07/2026.

Contrato Nº 067/2026 – Partes: Prefeitura Municipal de Luz x ELISIFANIA CAROLA DOS SANTOS FERREIRA. Objeto: Auxiliar de Serviços Urbanos I – ASUI – Faxineira – I/0. Vencimento: R$ 1.621,59. Vigência: 17/06/2026 a 31/12/2026.

Contrato Nº 068/2026 – Partes: Prefeitura Municipal de Luz x ANGELA APARECIDA NUNES MARQUES. Objeto: Auxiliar de Serviços Urbanos I – ASUI – Gari – I/0. Vencimento: R$ 1.621,59. Vigência: 18/06/2026 a 17/06/2027.

Contrato Nº 069/2026 – Partes: Prefeitura Municipal de Luz x CARLA MARIA DE ALMEIDA PINTO. Objeto: Professor da Educação Básica I – PEB I – I/0. Vencimento: R$ 3.081,07. Vigência: 22/06/2026 a 31/08/2026.

RESCISÕES DE CONTRATOS

Termo de Rescisão: Contrato nº 069/2024 – Partes: Prefeitura Municipal de Luz x REGIANE LINO VILETE. Objeto: Agente de Saúde AS2- Faxineira I/0. Data rescisória: 08/07/2026.

Termo de Rescisão: Contrato nº 095/2025 – Partes: Prefeitura Municipal de Luz x JEFERSON MARTINS DA SILVA. Objeto: Auxiliar de Serviços Urbanos II – ASUII – Auxiliar de Coleta de Lixo – I/0. Data rescisória: 12/07/2026.

Termo de Rescisão: Contrato nº 038/2026 – Partes: Prefeitura Municipal de Luz x MARCILIA MARIA SILVA MACHADO. Objeto: Assistente de Serviços Urbanos II – ASSUII – Motorista – I/0. Data rescisória: 23/07/2026.

Termo de Rescisão: Contrato nº 051/2026 – Partes: Prefeitura Municipal de Luz x HUGO DORJO SILVA FIUSA. Objeto: Médico de Estratégia de Saúde da Família – MESF – I/0. Data rescisória: 26/07/2026.
Termo de Rescisão: Contrato nº 060/2026 – Partes: Prefeitura Municipal de Luz x CARLA EDUARDA FERREIRA SILVA. Objeto: Auxiliar de Serviços Urbanos I – ASUI – Faxineira – I/0. Data rescisória: 13/07/2026.

_____

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:F4B1484D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MAR DE ESPANHA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RETORNO DA SESSÃO PÚBLICA PROCESSO LICITATÓRIO Nº 110/2026 PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2026

AVISO DE RETORNO DA SESSÃO PÚBLICA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 110/2026
PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2026

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para execução de serviços de engenharia destinados à execução, reconstrução, manutenção e adequação de calçadas e passeios públicos no Município de Mar de Espanha/MG.

AVISO DE RETORNO DA SESSÃO PÚBLICA

A Prefeitura Municipal de Mar de Espanha/MG, por intermédio da **Agente de Contratação**, torna público aos interessados que, em razão da suspensão da sessão pública realizada em **25 de agosto de 2026**, para análise de questão suscitada durante a fase de credenciamento, fica designado o **retorno da sessão pública do Pregão Presencial nº 027/2026 para o dia 31 de agosto de 2026, às 10h00min**, na **Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Mar de Espanha/MG**, situada na Praça Barão de Ayuruoca, nº 53, Centro.
A sessão terá por finalidade dar **regular prosseguimento ao certame**, com a continuidade das fases previstas no instrumento convocatório.
Informa-se, ainda, que a questão que motivou a suspensão da sessão foi submetida à análise da **Assessoria Jurídica**, tendo sido emitido parecer quanto à compatibilidade do objeto social da empresa **PADRÃO CONSTRUÇÕES E REFORMAS LTDA.** com o objeto da contratação, cuja conclusão será registrada e considerada no prosseguimento da sessão.
Ficam as empresas participantes **devidamente comunicadas acerca da data, horário e local para retomada da sessão pública**.

Mar de Espanha/MG, 26 de agosto de 2026.

JOICE POZENATO SOARES
Agente de Contratação

Publicado por:
Joice Pozenato Soares
Código Identificador:8C6C7CF1

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO Nº 084/2026 NÚMERO DA ATA: 035/2026

Processo nº: 084/2026
Pregão:021/2026
Número da Ata: 035/2026
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL NATURAL, COM E SEM GÁS, E VASILHAMES, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE MAR DE ESPANHA/MG.
Empresa detentora da ata: ANDRÉ L T DE SOUZA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO.
CNPJ: 406.194.730-0001/96
VALOR TOTAL: R$ 25.169,80 (vinte e cinco mil cento e sessenta e nove reais e oitenta centavos)
Data da Assinatura da Ata: 23/06/2026

JOICE POZENATO SOARES
Diretora do Departamento de Licitações e Contratos

Publicado por:
Joice Pozenato Soares
Código Identificador:34410950

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO Nº 084/2026 NÚMERO DA ATA: 036/2026

Processo nº: 084/2026
Pregão:021/2026
Número da Ata: 036/2026
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL NATURAL, COM E SEM GÁS, E VASILHAMES, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE MAR DE ESPANHA/MG.
Empresa detentora da ata: COMERCIAL P&L LDTA.
CNPJ: 45.539.312/0001-06
VALOR TOTAL: R$ 78.800,00 (setenta e oito mil e oitocentos reais)
Data da Assinatura da Ata: 23/06/2026

JOICE POZENATO SOARES
Diretora do Departamento de Licitações e Contratos

Publicado por:
Joice Pozenato Soares
Código Identificador:A32B62C0

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO Nº 113/2026
NÚMERO DE CONTRATO: 089/2026

Processo nº: 113/2026
Número de Contrato: 089/2026
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS, UNIFORMES E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO SETOR DE ENDEMIAS DO MUNICÍPIO DE MAR DE ESPANHA/MG, VISANDO PROPORCIONAR CONDIÇÕES ADEQUADAS DE SEGURANÇA, PROTEÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE PREVENÇÃO, CONTROLE E COMBATE ÀS DOENÇAS E AGRAVOS DE INTERESSE EPIDEMIOLÓGICO.
Empresa Contratada: EQUIPABICAS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E COLETIVOS LTDA.
CNPJ da Contratada: 29.140.377/0001-28
Empresa Contratante: Prefeitura Municipal de Mar de Espanha
CNPJ da Contratante: 18.535.658/0001-63
Valor: R$ 61.340,40 (sessenta e um mil, trezentos e quarenta reais e quarenta centavos)
Data da Assinatura do contrato: 26/08/2026

JOICE POZENATO SOARES -
Diretora do Departamento de Licitações e Contratos

Publicado por:
Joice Pozenato Soares
Código Identificador:3B776DC8

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO RATIFICAÇÃO PROCESSO N° 113/2026
DISPENSA N° 035/2026

EXTRATO RATIFICAÇÃO
Processo n° 113/2026 Dispensa n° 035/2026
Objeto: Aquisição de materiais, equipamentos, uniformes e equipamentos de proteção individual destinados ao atendimento das necessidades do Setor de Endemias do Município de Mar de Espanha/MG, visando proporcionar condições adequadas de segurança, proteção e operacionalização das atividades de prevenção, controle e combate às doenças e agravos de interesse epidemiológico. Ratificação O Prefeito Municipal de Mar de Espanha/MG, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 71, inciso V da Lei nº 14.133/2021, RATIFICA o resultado do Processo Licitatório para: EquipaBicas Equipamentos de proteção individual e coletivo LTDA - CNPJ: 29.140.377/0001-28 Valor Total de R$ 61.340,40 (sessenta e um mil, trezentos e quarenta reais e quarenta centavos)

MAR DE ESPANHA, 26 de Agosto de 2026.

WELINGTON MARCOS RODRIGUES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joice Pozenato Soares
Código Identificador:DC5D9BAB

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO RATIFICAÇÃO PROCESSO N° 120/2026
DISPENSA N° 036/2026

EXTRATO RATIFICAÇÃO
Processo n° 120/2026 Dispensa n° 036/2026
Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento e aplicação de adesivos veiculares personalizados, destinados à identificação e padronização visual dos veículos pertencentes à frota da Prefeitura Municipal de Mar de Espanha/MG. Ratificação O Prefeito Municipal de Mar de Espanha/MG, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 71, inciso V da Lei nº 14.133/2021, RATIFICA o resultado do Processo Licitatório para: 65.215.723 CARLA ARAUJO MAZZI - CNPJ: 65.215.723/0001-53 Valor Total de R$ 4.430,40 (quatro mil, quatrocentos e trinta reais e quarenta centavos)

MAR DE ESPANHA, 24 de Agosto de 2026.

WELINGTON MARCOS RODRIGUES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joice Pozenato Soares
Código Identificador:8A04CF32

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MATUTINA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2026

Prefeitura Municipal de Matutina(MG). **PAL 38/2026 – Pregão Eletrônico 14/2026**. Objeto: **Prestação de Serviços de Revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico e Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Elaboração do Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da Construção Civil deste município de Matutina/MG.** A sessão licitatória se realizará pela plataforma eletrônica no endereço digital: https://licitanet.com.br/, abertura prevista para **14/09/2026, às 08:00 horas**. O edital e os seus anexos estão disponíveis na íntegra no sítio https://licitanet.com.br/, no site www.matutina.mg.gov.br/editais e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Informações também no Setor de Licitações desta Prefeitura, no endereço: Rua José Londe Filho, 354 – centro, de segunda a sexta-feira, das 07:00 às 11:00 horas e de 12:30 às 16:00 horas e pelos tels: (34) 3674 1220 e 9 9734 4082. Email: licitacaomat@matutina.mg.gov.br.

VILMAR MARTINS –
Pregoeiro.

Publicado por:
Vilmar Martins
Código Identificador:489138C8

CONTRATOS E TERMOS ADITIVOS
EXTRATO DO 1º(PRIMEIRO) TERMO ADITIVO DO CONTRATO 0134/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUTINA/MG, torna público Extrato do 1º(primeiro) Termo Aditivo do Contrato 0134/2025 - Processo Licitatório Nº 055/2025 Pregão Eletrônico Nº17/2025. Contratado: **NNL ACESSORIOS DE MODA LTDA** , inscrição no CNPJ 00.498.393/0001-05 , com sede na Av. Rui Barbosa, nº551 Centro em Patrocínio/MG CEP 38.740-012, alterações da Cláusula Segunda - item 2.1 – do Prazo. O prazo para prestação do serviço fica prorrogado até 14 de agosto de 2027 e item 5.1 – do Valor Fica reajustado o valor do contrato supracitado em 4,327080% conforme variação do INPC(IBGE) no período, incidindo sobre o valor dos itens constantes no contrato

Publicado por:
Edilma Almeida Martins
Código Identificador:3E9CA1DF

CONTRATOS E TERMOS ADITIVOS
EXTRATO DO 4º(QUARTO) TERMO ADITIVO DO CONTRATO 0113/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUTINA/MG, torna público Extrato do 4º(quarto) Termo Aditivo do Contrato 0113/2025 - **Processo Administrativo Nº 018/2024 – Concorrência Nº 01/2024**. Contratado: **CONCRETIZA ENGENHARIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 36.757.764/0001-73, com sede na Rua Ataualpa Dias Maciel, n.º 556 Bairro Rosário, cidade de Patos de Minas, CEP 38.701-000, alterações da Cláusula Segunda - item 2.2 – do Prazo. O prazo para prestação do serviço fica prorrogado até 28 de agosto de 2027.

Publicado por:
Edilma Almeida Martins
Código Identificador:3E966901

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MENDES PIMENTEL

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO – PROCESSO 040/2026
PREGÃO PRESENCIAL N.º 007/2026

O Município de Mendes Pimentel, Estado de Minas Gerais, através da PREFEITURA MUNICIPAL, torna público, para conhecimento dos interessados que fará realizar no dia **11 de setembro de 2026, as 09h00min (nove horas),** licitação da modalidade PREGÃO, na forma Presencial, do tipo menor preço por item, sob a égide da Lei n.º 14.133/21 e suas alterações posteriores, transmissão ao vivo no canal do município no YouTube: https://www.youtube.com/@licitamendes, sendo conduzida pelo Pregoeiro, de acordo com edital e anexos, para **aquisição de medicamentos ÉTICOS GENÉRICOS E SIMILARES de A a Z da linha Farma, considerando o maior desconto ofertado Sobre o preço da Tabela Oficial de Medicamentos da revista ABC Farma, para distribuição gratuita a população carente do município.** Edital e seus Anexos poderão ser obtidos gratuitamente no site do município no endereço www.mendespimentel.mg.gov.br, link "Licitações" ou solicitado pelo e-mail: licitacao@mendespimentel.mg.gov.br, bem como pessoalmente com o Pregoeiro ou sua Equipe de Apoio no endereço da Equipe de Licitações, na Praça Benedito Quintino, n.º 15 – Centro, Mendes Pimentel, MG, CEP: 35.270-000, no horário de 8 às 11 horas e de 13 às 16 horas.

Mendes Pimentel - MG, 26 de agosto de 2026.

LUCAS KHASSIUS CARDOSO ARAÚJO LOPES
Diretor de Licitações – Decreto n.º 1.286/2026

Publicado por:
Simone Aparecida Maria José
Código Identificador:FF471731

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MINAS NOVAS

DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Minas Novas, torna público que realizará o Processo Administrativo de Licitação nº **111/2026**, Pregão eletrônico nº **046/2026** objetivando a AQUISIÇÃO DE 03 (TRÊS)

MOTOCICLETAS ZERO QUILÔMETRO, SENDO 01 (UMA) DESTINADA AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE AMBIENTAL E 02 (DUAS) DESTINADAS AO ATENDIMENTO DAS EQUIPES e MULTIPROFISSIONAIS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE.Inicio da sessão de disputa de preços **09:00horas** do dia **11/09/2026**.Referencia do tempo:horário oficial de Brasília. Modo de disputa **Aberto/Fechado** Local: através do site AMM Licita www.licitardigital.com.br. Edital e os demais documentos complementares poderão ser obtidos gratuitamente no site da Prefeitura Municipal de Minas Novas/MG, através do endereço eletrônico https://www.minasnovas.mg.gov.br/, na Plataforma de Licitações AMM Licita (Licitar Digital), através do endereço eletrônico www.licitardigital.com.br e também no prédio Sede da Prefeitura Municipal de Minas Novas/MG, em dias e horários de expediente, a partir da data de sua publicação.

MARIA APARECIDA ALECRIM DA COSTA.
Pregoeira

Publicado por:
Maria Aparecidaalecrim da Costa
Código Identificador:B0F5B892

DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO ADITIVO PAL 98/2025

DIVISÃO DE COMPRAS/LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMOS ADITIVOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS - EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 01. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 116/2025. PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 098/2025, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2025. OBJETO TERMO ADITIVO: O PRESENTE TERMO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E RENOVAÇÃO DE SALDO DA REFERIDA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONTADOS A PARTIR DO PRIMEIRO DIA ÚTIL SUBSEQUENTE AO VENCIMENTO DA MESMA. PROMITENTE FORNECEDORA: PUCMED EIRELI. CNPJ: N° 22.424.549/0001- 46. DATA TERMO ADITIVO: 26/08/2026.

ALESSANDO MOTA BARBOSA.
Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS - EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 01. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 116/2025. PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 098/2025, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2025. OBJETO TERMO ADITIVO: O PRESENTE TERMO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E RENOVAÇÃO DE SALDO DA REFERIDA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONTADOS A PARTIR DO PRIMEIRO DIA ÚTIL SUBSEQUENTE AO VENCIMENTO DA MESMA. PROMITENTE FORNECEDORA: ODONTOMASTER EQUIPAMENTOS LTDA. CNPJ: N° 54.860.907/0001-50. DATA TERMO ADITIVO: 26/08/2026.

ALESSANDO MOTA BARBOSA.
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS - EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 01. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 116/2025. PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 098/2025, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2025. OBJETO TERMO ADITIVO: O PRESENTE TERMO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E RENOVAÇÃO DE SALDO DA REFERIDA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONTADOS A PARTIR DO PRIMEIRO DIA ÚTIL SUBSEQUENTE AO VENCIMENTO DA MESMA. PROMITENTE FORNECEDORA: MEGA DENTAL IMPORTACAO, EXPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA. CNPJ: N° 25.341.162/0001-14. DATA TERMO ADITIVO: 26/08/2026.

ALESSANDO MOTA BARBOSA.
Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS - EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 01. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 118/2025. PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 098/2025, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2025. OBJETO TERMO ADITIVO: O PRESENTE TERMO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E RENOVAÇÃO DE SALDO DA REFERIDA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONTADOS A PARTIR DO PRIMEIRO DIA ÚTIL SUBSEQUENTE AO VENCIMENTO DA MESMA. PROMITENTE FORNECEDORA: MOREIRA & XAVIER DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA. CNPJ: N° 45.586.275/0001-97. DATA TERMO ADITIVO: 26/08/2026.

ALESSANDO MOTA BARBOSA.
Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS - EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 01. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 116/2025. PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 098/2025, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2025. OBJETO TERMO ADITIVO: O PRESENTE TERMO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA REFERIDA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONTADOS A PARTIR DO PRIMEIRO DIA ÚTIL SUBSEQUENTE AO VENCIMENTO DA MESMA. PROMITENTE FORNECEDORA: MG FLEX LTDA. CNPJ: N° 43.121.365/0001-87. DATA TERMO ADITIVO: 26/08/2026.

ALESSANDO MOTA BARBOSA.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Carlos Fabiano Correia Dos Santos
Código Identificador:0D6BD178

DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO - PAL Nº 013/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS - EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 01. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 082/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 013/2026, PREGÃO ELETRÔNICO, Nº 002/2026. EMPRESA REGISTRADA: PAULO FRANCYS GOMES SANTOS & CIA LTDA. CNPJ Nº 12.733.679/0001-04. OBJETO: REALINHAMENTO DO PREÇO DA REFERIDA ATA NO PREÂMBULO, A PARTIR DE SUA ASSINATURA, EM CONSONÂNCIA COM A DESCRIÇÃO ABAIXO:

MATERIAL/SERVIÇO	UN.	VALOR ARP. R$	VALOR REALINHADO R$
COPO DESCARTÁVEL 200 ML	Un	3,10	6,44

DATA ASSINATURA TERMO ADITIVO: 26/08/2026.

ALESSANDRO MOTA BARBOSA.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Odair José Barbosa
Código Identificador:B3F2314A

DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO - PAL Nº 187/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS - EXTRATO DE CONTRATO N° 241/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 187/2025, INEXIGIBILIDADE Nº 054/2025, CREDENCIAMENTO Nº 010/2025. OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM 01(UM) CAMINHÃO PIPA, PARA ABASTECIMENTO DE ÁGUA, ESPECIALMENTE NO TRANSPORTE E NA DISTRIBUIÇÃO EMERGENCIAL DE ÁGUA POTÁVEL NAS COMUNIDADES AFETADAS PELA ESTIAGEM NO MUNICÍPIO DE MINAS NOVAS/MG, COM

RECURSOS ORIUNDOS DO PROCESSO Nº 59052.039519/2026-62/DEFESA CIVIL E CONTRAPARTIDA MUNICIPAL, DE INTERESSE DA DEFESA CIVIL MUNICIPAL. CONTRATADA(O): GLEIDSON CARDOSO ALMEIDA CNPJ: 61.041.242/0001-18. VALOR: R$27.000,00. DATA DE ASSINATURA: 26/08/2026. VIGÊNCIA: 26/08 A 26/11/2026.

ALESSANDRO MOTA BARBOSA.
Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS - EXTRATO DE CONTRATO N° 242/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 187/2025, INEXIGIBILIDADE Nº 054/2025, CREDENCIAMENTO Nº 010/2025. OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM 01(UM) CAMINHÃO PIPA, PARA ABASTECIMENTO DE ÁGUA, ESPECIALMENTE NO TRANSPORTE E NA DISTRIBUIÇÃO EMERGENCIAL DE ÁGUA POTÁVEL NAS COMUNIDADES AFETADAS PELA ESTIAGEM NO MUNICÍPIO DE MINAS NOVAS/MG, COM RECURSOS ORIUNDOS DO PROCESSO Nº 59052.039519/2026-62/DEFESA CIVIL E CONTRAPARTIDA MUNICIPAL, DE INTERESSE DA DEFESA CIVIL MUNICIPAL. CONTRATADA(O): WM EMPREENDIMENTOS E LOGÍSTICA LTDA. CNPJ: 35.868.359/0001-60. VALOR: R$27.000,00. DATA DE ASSINATURA: 26/08/2026. VIGÊNCIA: 26/08 A 26/11/2026.

ALESSANDRO MOTA BARBOSA.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Odair José Barbosa
Código Identificador:3FADBD0A

DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
LEI NUMERO 2.689, DE 25 DE GAOSTO DE 2026

LEI Nº 2.689, DE 25 DE AGOSTO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO NO ÂMBITO DO MUNICÍPIODEMINAS NOVAS/MG, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MINAS NOVAS, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Fica instituída a Política Municipal de Alfabetização no âmbito do Município de Minas Novas, destinada a assegurar a alfabetização de todas as crianças na idade certa, promover a recomposição das aprendizagens dos estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental e garantir a melhoria contínua dos indicadores educacionais da rede pública municipal.

Parágrafo único. A Política Municipal de Alfabetização será desenvolvida em regime de colaboração com a União e o Estado de Minas Gerais, observadas as diretrizes do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, do Pacto Mineiro pela Alfabetização, da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), do Currículo Referência de Minas Gerais e do Plano Municipal de Educação.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS

Art. 2º. São objetivos da Política Municipal de Alfabetização:

garantir que todas as crianças estejam alfabetizadas até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;

promover a recomposição das aprendizagens dos estudantes dos 3º, 4º e 5º anos que apresentem defasagens;

reduzir as desigualdades educacionais no âmbito do Município;

fortalecer a qualidade da alfabetização mediante a adoção de práticas pedagógicas baseadas em evidências;

promover o monitoramento contínuo da aprendizagem; VI. fortalecer a formação continuada dos profissionais da educação;

incentivar e viabilizar a participação ativa das famílias no processo de alfabetização;

fomentar a cultura de monitoramento, avaliação e melhoria contínua da aprendizagem na rede pública municipal.

CAPÍTULO III

DOS PRINCÍPIOS

Art. 3º. Constituem princípios da Política Municipal de Alfabetização:

garantia do direito fundamental à alfabetização na idade certa;

equidade e inclusão educacional;

gestão educacional baseada em evidências;

valorização dos profissionais da educação;

formação continuada e em serviço;

colaboração mútua entre o Estado, o Município e a União;

gestão democrática;

monitoramento permanente dos resultados;

respeito às especificidades e à realidade local.

CAPÍTULO IV

DOS EIXOS ESTRUTURANTES

Art. 4º. A Política Municipal de Alfabetização será implementada por meio dos seguintes eixos estruturantes:

Gestão e Governança da Alfabetização;

Formação Continuada dos Professores Alfabetizadores;

Práticas Pedagógicas e Avaliação da Aprendizagem;

Intervenção Pedagógica e Recomposição das Aprendizagens;

Articulação com as Famílias e a Comunidade;

Infraestrutura, Materiais Didáticos e Recursos Tecnológicos;

Compartilhamento de Práticas Pedagógicas Inspiradoras.

CAPÍTULO V

DA GOVERNANÇA

Art. 5º. Compete à Secretaria Municipal de Educação coordenar, planejar e supervisionar a implementação da Política Municipal de Alfabetização.

Art. 6º. Fica instituído o Comitê Municipal de Governança da Alfabetização, órgão de caráter consultivo e de acompanhamento da referida política.

§ 1º. O Comitê será regulamentado e seus membros designados por meio de Portaria expedida pela Secretaria Municipal de Educação.

§ 2º. O Comitê contará com representantes dos seguintes segmentos:

da Secretaria Municipal de Educação;

das equipes gestoras das unidades escolares;

dos coordenadores pedagógicos atuantes na rede;

dos professores alfabetizadores;

do Conselho Municipal de Educação;

Art. 7º. Compete ao Comitê Municipal de Governança da Alfabetização:

acompanhar a implementação das ações da Política Municipal de Alfabetização;

monitorar os indicadores educacionais obtidos pela rede pública municipal;

propor aperfeiçoamentos e ajustes nas estratégias pedagógicas e de gestão;

acompanhar a execução do Plano Municipal de Ação para a Alfabetização;

elaborar e publicar relatórios anuais de avaliação da política.

CAPÍTULO VI

DO PLANO MUNICIPAL DE AÇÃO PARA A ALFABETIZAÇÃO

Art. 8º. O Plano Municipal de Ação para a Alfabetização constitui o instrumento oficial de planejamento, execução, monitoramento e avaliação da Política Municipal de Alfabetização.

§ 1º. O Plano será elaborado e coordenado pela Secretaria Municipal de Educação.

§ 2º. O Plano deverá ser atualizado anualmente ou sempre que houver necessidade de adequação às metas educacionais.

§ 3º. O Plano conterá, no mínimo:

diagnóstico detalhado da rede pública municipal de ensino;

metas municipais de alfabetização e aprendizagem;

estratégias pedagógicas e administrativas a serem adotadas;

cronograma de execução das atividades;

indicação dos setores e agentes responsáveis;

indicadores de monitoramento e avaliação;

mecanismos de acompanhamento e revisão de metas.

Art. 9º. O Plano observará os eixos estruturantes estabelecidos no artigo 4º desta Lei, contemplando ações integradas de gestão, formação docente, práticas pedagógicas, recomposição de

aprendizagens, articulação familiar, infraestrutura e compartilhamento de boas práticas.
CAPÍTULO VII
DO PÚBLICO ALVO
ART. 10 - A Política Municipal de Alfabetização tem por público-alvo:
I-crianças matriculadas na Educação Infantil nas turmas de pré-escola;
II-estudantes das turmas de 1º e 2º anos do Ensino Fundamental;
III-estudantes dos ciclos subsequentes do Ensino Fundamental que apresentam níveis aquém do esperado na alfabetização;
IV-estudantes da Educação de Jovens e Adultos;
V-estudantes das comunidades escolares quilombola.
Parágrafo único. São beneficiários prioritários da Política Municipal de Alfabetização os grupos a que se referem os incisos I e II do caput deste artigo.
ART. 11 - São agentes envolvidos na Política Municipal de Alfabetização:
professores da Educação Infantil atuantes nas turmas de pré-escola;
professores atuantes nas turmas de 1º e 2º ano do Ensino Fundamental;
professores das comunidades escolar quilombola;
IV-pedagogos escolares que atuam com turmas de 1º e 2º ano do Ensino Fundamental;
V- diretores escolares de turmas de 1º e 2º ano do Ensino Fundamental; VI- demais profissionais que atuam nas unidades educacionais (turmas de 1º e 2º ano do Ensino Fundamental);
VII - equipe técnico-pedagógica da Secretaria Municipal da Educação (turmas de 1º e 2º ano do Ensino Fundamental);
VIII -comunidade escolar.
CAPÍTULO VIII
DO MONITORAMENTO
Art. 12. O monitoramento dos resultados da Política Municipal de Alfabetização será realizado de forma contínua, mediante a utilização dos resultados obtidos:
nas avaliações internas, compreendendo as avaliações diagnósticas e processuais;
na Avaliação da Fluência em Leitura;
nas avaliações do Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública
(SIMAVE);
nos indicadores oficiais do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
nas demais avaliações de caráter nacional, estadual ou municipal aplicáveis.
Art. 13. Os resultados do monitoramento deverão subsidiar:

o planejamento anual de metas e ações do Município;
a elaboração e revisão dos planos de ação de cada unidade escolar;
a definição de temas e metodologias para as formações continuadas dos docentes;
a estruturação de programas de recomposição das aprendizagens;
a revisão e o aperfeiçoamento das metas municipais estabelecidas.
CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 14. A Política Municipal de Alfabetização integrará o planejamento estratégico da Secretaria Municipal de Educação e observará as metas fixadas no Plano Municipal de Educação.
Art. 15. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário.
Art. 16. Os casos omissos nesta Lei serão resolvidos por ato da Secretaria Municipal de Educação.
Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Minas Novas-MG, 25 de Agosto de 2026.

ALESSANDRO MOTA BARBOSA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Niete Borges Rosa
Código Identificador:6D8CE7E6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MIRABELA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRABELA/MG– Dispensa Eletrônica nº 026/2026, recebimento das propostas de 27/08/2026 às 08:00hrs até 08/09/2026 às 08h29min – Prazo para lances dia 08/09/2026 das 08h30min até às 14h30min. Objeto:**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DESTINADOS A SALA DE RAIOS – X (RAIO X FIXO E MÓVEL) E EQUIPAMENTO DE ULTRASSOM, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA GERENCIA MUNICIPAL DE SAÚDE E HOSPITAL MUNICIPAL SÃO SEBASTIÃO.** Edital disponível no sítio oficial do município https://mirabela.mg.gov.br/licitacoes-mirabela-mg-2/ e no portal de compras públicas www.portaldecompraspublicas.com.br. Dúvidas e esclarecimentos pelo e-mail licitacao@mirabela.mg.gov.br ou pelo telefone (38) 93300-5965.

FERNANDA CRISTINA VIEIRA E SILVA RODRIGUES – Agente de Contratação.

Publicado por:
Fernanda Cristina Vieira e Silva Rodrigues
Código Identificador:B549A4D2

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRABELA/MG – 13º Termo Aditivo ao Contrato nº 013/2024, Processo nº 182/2023 - Partes: Município de Mirabela/MG e a empresa **LEAPHAR LOCADORA DE VEICULOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.358.551/0001-50- Objeto: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, ANO LETIVO 2024, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS DESTE EDITAL, PARA ATENDER A DEMANDA DA GERENCIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**. Em conformidade aos documentos (partes integrantes deste aditivo) que encontram-se devidamente arquivados nos autos do Processo Licitatório epigrafado, à saber: solicitação/justificativa de pedido de aditivo, encaminhados pela Gerência de Educação desta Prefeitura, todos ratificados pelo Procurador Jurídico Municipal através de parecer; o Termo de Contrato nº 013/2024 **sofrerá ACRÉSCIMO** de quantidade. Após as alterações pretendidas neste termo aditivo passará a vigorar o acréscimo de quantitativo de quilômetros conforme tabela acima especificadas, o que corresponde a um acréscimo equivalente a R$ 2.246,68 (dois mil, duzentos e quarenta e seis reais e sessenta e oito centavos), isto a partir da data de 03 de agosto de 2026 e a regular assinatura deste termo.. Ratificada por Jonatas Gonçalves Rego - Gerente Municipal de Educação.

Mirabela, 03 de agosto de 2026.

Publicado por:
Fernanda Cristina Vieira e Silva Rodrigues
Código Identificador:E5D49A73

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRABELA/MG – 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 030/2026, Processo nº 024//2026 - Partes: Município de Mirabela/MG e a empresa **PROJEMINAS COMERCIO E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 25.372.472/0001-04- Objeto: **CONTRATAÇÃO CONSORCIADA DE EMPRESAS PARA LOCAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DE EVENTOS (PALCO, TENDAS, BANHEIROS QUÍMICOS, E OUTROS) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CONSÓCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA ÁREA MINEIRA DA SUDENE – CIMAMS**. Em conformidade aos documentos (partes integrantes deste aditivo) que encontram-se

devidamente arquivados nos autos do Processo epigrafado, à saber: solicitação/justificativa de pedido de aditivo, encaminhados pela Secretaria de cultura, lazer e turismo deste Município, todos ratificados pelo Procurador Jurídico Municipal através de parecer; o Termo de Contrato nº 030/2026 **sofrerá acréscimo** de quantidade. O valor do Contrato primitivo é de R$ 1.580.088,75 (um milhão quinhentos e oitenta mil e oitenta e oito reais e setenta e cinco centavos) e após as alterações pretendidas neste 1º termo aditivo passará a vigorar o acréscimo no importe de 9.35844458104% sobre o valor global do contrato primitivo, o que corresponde a R$ 147.871,73 (cento e quarenta e sete mil, oitocentos e setenta e um reais e setenta e três centavos), o valor atualizado do contrato é de R$ 1.727.960,48 (um milhão, setecentos e vinte e sete mil, novecentos e sessenta reais e quarenta e oito centavos), isto a partir da data de assinatura deste termo. Ratificada por Danilo Ferreira Veloso - Secretário Municipal de Cultura.

Mirabela, 26 de agosto de 2026.

Publicado por:
Fernanda Cristina Vieira e Silva Rodrigues
Código Identificador:CC5D1F18

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRABELA/MG – EXTRATO DE CONTRATO 230/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 126/2026, DISPENDA ELETRÔNICA Nº 022/2026. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SISTEMA DE SEGURANÇA ELETRÔNICA TIPO OLHO VIVO, PARA UTILIZAÇÃO NA TRADICIONAL FESTA DE AGOSTO DE 2026**. Contratado: **LFCJ SERVIÇOS INTEGRADOS LTDA**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 51.943.993/0001-76, no valor de R$ 6.000,00, vigência: **30 (TRINTA) dias** contados a partir da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Mirabela, 26 de agosto de 2026.

DANILO FERREIRA VELOSO –
Secretário de Cultura, Lazer e Turismo.

Publicado por:
Fernanda Cristina Vieira e Silva Rodrigues
Código Identificador:959B2E7F

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRABELA/MG – RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE nº 038/2026 – Processo nº 132/2026 – Objeto: **CONTRATAÇÃO DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS, CONSISTENTES NA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS PARA CRIAÇÃO DO DISTRITO DE RIACHO DAS PEDRAS, COM BASE NAS LEGISLAÇÕES VIGENTES, E NOS TERMOS DA PROPOSTA APRESNTADA EM ANEXO.** Contratadas: **FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO**, inscrita no CNPJ: 17.464.652/0001-80, no valor de R$ 4.200,00.

Mirabela, 25 de agosto de 2026.

YURI GUIMARÃES RODRIGUES –
Secretário Municipal de Administração.

Publicado por:
Fernanda Cristina Vieira e Silva Rodrigues
Código Identificador:9ADC4E66

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MIRADOURO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 559, DE 24 DE AGOSTO DE 2026

"Determina Abertura de Vaga para Nomeação"

Cloves da Silva Botelho, Prefeito Municipal de Miradouro, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, conferidas na forma da legislação em vigor, etc...

Considerando as atuais necessidades de pessoal para a efetivação dos serviços prestados pelo Município à população;

Considerando que o número de vagas constantes do Edital nº 001/2026, que convocou o Concurso Público, é insuficiente para atender tais necessidades

Decreta:

Art. 1º - Para atender ao preenchimento de vaga inadiável, determino a abertura de vaga abaixo mencionada, para **nomeação**, de acordo Lei Complementar nº 004/2007, e suas alterações posteriores, que estabelece o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Miradouro/MG, as quais se somarão às já abertas através do Edital nº 001/2026, que convocou Concurso Público:

NOME DO CARGO	NUMERO DE VAGAS
Motorista	01

Art. 2º - As vagas constantes do art. 1º estão previstas na Lei nº 1.208/2007 e suas alterações posteriores.

Art. 3º - Para preenchimento das vagas acima, serão convocados candidatos aprovados no Concurso Público cujo resultado foi homologado em 21 de agosto de 2026, pelo Decreto nº 566/2026, por ordem rigorosa de classificação.

Art. 4º - Para atender as despesas constantes deste Decreto será utilizada dotação orçamentária própria, já existente.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Miradouro-MG, 24 de agosto de 2026

CLOVES DA SILVA BOTELHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Allan Martins Raposo
Código Identificador:32885DE6

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 560, DE 24 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a Convocação de Candidatos aprovados no Concurso Público- Edital n° 001/2026

Cloves da Silva Botelho, Prefeito Municipal de Miradouro, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, conferidas na forma da legislação em vigor, etc...

Considerando o disposto no Inciso 13 – Da Posse, do Edital nº 01/2026 do Concurso Público, cujas provas foram realizadas em 19 de julho de 2026.

Decreta:
Art. 1º - Ficam convocados os candidatos aprovados no Concurso Público, cujas provas foram realizadas em 19 de julho de 2026, e que teve seu resultado homologado conforme Decreto nº 566/2026, de 21 de agosto de 2026, publicado no Diário Oficial do Município, para preenchimento dos seguintes cargos, de acordo com a ordem de classificação e número de vagas abertas pelo Edital e Decreto nº 559/2026:

I – Nível Superior de Ensino

CARGO	CLASSIFIFICADOS CONVOCADOS
Assistente Social	1º lugar
Fiscal de Vigilância Sanitária	1º lugar
Fonoaudiólogo	1º lugar
Terapeuta Ocupacional	1º lugar

II – Cargos de Nível Ensino Fundamental Completo

NOME DO CARGO	CLASSIFIFICADOS CONVOCADOS
Cuidador Social	Do 1º ao 4º Lugar

III - Cargos de Nível Fundamental Incompleto de Escolaridade

NOME DO CARGO	CLASSIFIFICADOS CONVOCADOS
Motorista	Do 1º ao 5º lugar
Operário	Do 1º ao 2º lugar

Art. 2º - Os candidatos deverão comparecer no Departamento de Recursos Humanos, da Prefeitura Municipal de Miradouro, à Praça Santa Rita, nesta cidade, até o dia 16 de setembro próximo, prazo limite para apresentação dos documentos exigidos por lei, constantes do subitem 13.4 do Edital do Concurso Público nº 01/2026, sob pena de tornar a sua convocação sem efeito, e será imediatamente convocado o candidato subsequente.

Art. 3º - Os candidatos deverão se submeter à avaliação médica de que trata o item 12.1.1, devendo apresentar os exames médicos exigidos, que serão devidamente informados aos candidatos pelo Setor de Pessoal do Município, quando do agendamento da avaliação médica.

Art. 4º - O candidato que não comparecer, dentro do prazo constante do artigo 2º deste Decreto, para tomar posse ou assinar o Termo de Desistência, será considerado desistente.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Miradouro-MG, 24 de agosto de 2026.

CLOVES DA SILVA BOTELHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Allan Martins Raposo
Código Identificador:C143DA63

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 1° ADITIVO AO CONTRATO Nº 093/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO N.º 081/2025. Dispensa N.º 015/2025. EMPRESA: **VANDERSON ANDRADE SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA-** Objeto: Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços Técnicos Jurídicos relacionados à Regularização Fundiária Urbana (REURB), nos termos da Lei nº 13.465/2017 e demais normas aplicáveis. Vigência: 25/09/2026 a 25/09/2027.

Publicado por:
Alessandra Romualdo Mendes
Código Identificador:038F807D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
INFORMATIVO DE FINALIZAÇÃO DE OBRA PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 036/2025 – CONCORRÊNCIA PÚBLICA ELETRÔNICA Nº 001/2025

O Município de Miradouro/MG informa a finalização da obra de pavimentação em bloco de concreto sextavado nas Ruas Padre Alfredo Kobal, Francisco Pereira Leite, João Ezequiel da Silveira e Antônio Matos de Lima, executada pela empresa CONSTRUTORA CARDOSO E TRANSPORTES LTDA., no valor de R$ 291.268,87.Contrato de Repasse OGU MCIDADES nº 965291/2024 – Operação nº 1096399-59 – Programa Mobilidade Urbana.

Informa-se, ainda, que a Prestação de Contas Final foi aprovada no SIAFI em 21/08/2026, conforme comunicação da Caixa Econômica Federal.

Publicado por:
Alessandra Romualdo Mendes
Código Identificador:CD07FD6A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MOEMA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI N.º 1926/2026

LEI N.º 1926/2026

" Institui a Política Municipal de Habitação de Interesse Social e o Sistema Municipal de Habitação de Interesse Social do Município de Moema/MG, reestrutura o Conselho Municipal de Habitação e o Fundo Municipal de Habitação, revoga a Lei Municipal nº 1.509/2015 e dá outras providências."

O Povo do Município de Moema, por seus representantes, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DA POLÍTICA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Art. 1º Esta Lei institui a Política Municipal de Habitação de Interesse Social-PMHIS e o Sistema Municipal de Habitação de Interesse Social – SMHIS do Município de Moema/MG, reestrutura o Conselho Municipal de Habitação, que passa a denominar-se **Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS**, bem como o Fundo Municipal de Habitação, que passa a denominar-se **Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS**, estabelecendo normas para sua organização, funcionamento, planejamento, controle social e aplicação dos recursos destinados à política habitacional.

Art. 2º A Política Municipal de Habitação de Interesse Social observará os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da função social da propriedade, da gestão democrática das cidades, da transparência administrativa, da participação popular e do desenvolvimento urbano sustentável.

Art. 3º São objetivos da Política Municipal de Habitação de Interesse Social:

I – assegurar o acesso da população à moradia digna;
II – reduzir o déficit habitacional do Município;
III – promover a melhoria das condições de habitabilidade das moradias existentes;
IV – estimular a regularização fundiária urbana;
V – promover o desenvolvimento urbano sustentável;
VI – integrar a política habitacional às políticas de assistência social, saúde, educação, saneamento básico, mobilidade urbana, meio ambiente e desenvolvimento econômico;
VII – priorizar famílias em situação de vulnerabilidade social;
VIII – incentivar a participação popular na formulação, acompanhamento e avaliação da política habitacional;
IX – garantir transparência na utilização dos recursos públicos destinados à habitação;
X – promover a universalização do acesso à infraestrutura urbana essencial.

Art. 4º A Política Municipal de Habitação será executada em conformidade com:

I – a Constituição Federal;
II – a Lei Federal nº 11.124, de 16 de junho de 2005;
III – a Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade;
IV – a legislação urbanística municipal;
V – os programas habitacionais da União, do Estado de Minas Gerais e do Município.

Art. 5º O Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social deliberará sobre a política municipal de subsídios habitacionais, observadas as seguintes diretrizes:

I – os programas municipais priorizarão famílias com renda de até 3 (três) salários mínimos, observados os critérios técnicos, sociais, econômicos e financeiros estabelecidos pelo Município;
II – quando os programas habitacionais forem executados com recursos da União, do Estado de Minas Gerais ou de outros entes públicos, prevalecerão os critérios de elegibilidade previstos na legislação, regulamentos e atos normativos específicos do respectivo programa.
Parágrafo único. A concessão de benefícios habitacionais observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, isonomia, transparência e interesse público, vedada qualquer forma de favorecimento pessoal ou de discriminação, ressalvadas as prioridades estabelecidas em lei e nos programas habitacionais específicos.

CAPÍTULO II
DO SISTEMA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Art. 6º O Sistema Municipal de Habitação de Interesse Social – SMHIS constitui o conjunto de órgãos, entidades, instrumentos e ações destinados ao planejamento, execução, acompanhamento e controle da Política Municipal de Habitação de Interesse Social.
Art. 7º Integram o Sistema Municipal de Habitação de Interesse Social:
I – o órgão gestor da Política Municipal de Habitação de Interesse Social;
II – o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS;
III – o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS;
IV – o Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS;
V – os programas, projetos e ações habitacionais desenvolvidos pelo Município.
Art. 8º O Sistema Municipal de Habitação de Interesse Social observará os seguintes princípios:
I – participação social;
II – descentralização administrativa;
III – transparência dos atos administrativos;
IV – controle social;
V – eficiência na aplicação dos recursos públicos;
VI – cooperação entre os entes federativos;
VII – integração entre políticas públicas.
Art. 9º O Município poderá celebrar convênios, acordos, termos de cooperação, contratos de repasse e demais instrumentos jurídicos com a União, o Estado de Minas Gerais, instituições financeiras oficiais, organismos públicos ou privados e entidades da sociedade civil para implementação da Política Municipal de Habitação de Interesse Social.

CAPÍTULO III
DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – CMHIS

Art. 10º O Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS é órgão colegiado permanente, integrante do Sistema Municipal de Habitação de Interesse Social, de caráter consultivo, deliberativo, normativo e fiscalizador, responsável pelo controle social da Política Municipal de Habitação de Interesse Social, substituindo o Conselho anteriormente instituído pela Lei Municipal nº 1.509/2015.
Art. 11. Compete ao Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social:
I – participar da formulação, acompanhamento, monitoramento e avaliação da Política Municipal de Habitação de Interesse Social;
II – acompanhar a elaboração, revisão e execução do Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS;
III – deliberar sobre diretrizes, prioridades e metas da política habitacional do Município;
IV – acompanhar e fiscalizar a execução dos programas habitacionais municipais e os realizados em parceria com a União, o Estado de Minas Gerais e demais instituições públicas ou privadas;
V – exercer o controle social da Política Municipal de Habitação de Interesse Social;
VI – acompanhar, fiscalizar e deliberar sobre as prioridades de aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, observadas as disponibilidades orçamentárias e financeiras;
VII – propor critérios para seleção de beneficiários dos programas habitacionais, observada a legislação específica de cada programa;
VIII – acompanhar os indicadores relativos ao déficit habitacional e às necessidades habitacionais do Município;
IX – incentivar estudos, levantamentos e diagnósticos destinados ao planejamento da política habitacional;
X – promover a participação popular por meio de audiências públicas, consultas públicas, reuniões e conferências municipais;
XI – convocar, preferencialmente a cada quatro anos, a Conferência Municipal de Habitação e acompanhar a implementação de suas deliberações;
XII – propor ao Poder Executivo medidas destinadas ao aperfeiçoamento da política habitacional;
XIII – acompanhar ações de regularização fundiária urbana e melhoria habitacional de interesse social;
XIV – emitir pareceres, recomendações e manifestações técnicas sobre matérias de sua competência;
XV – instituir câmaras técnicas, grupos de trabalho ou comissões temporárias para subsidiar suas deliberações;
XVI – elaborar, aprovar e alterar seu Regimento Interno;
XVII – elaborar relatório anual de suas atividades;
XVIII – solicitar acesso às informações e ao cadastro do patrimônio imobiliário municipal necessárias ao exercício de suas atribuições, observada a legislação aplicável;
XIX – promover ações de divulgação, orientação e educação da população acerca dos programas habitacionais e dos critérios de acesso às políticas públicas de habitação.
XX – exercer outras competências correlatas previstas em lei.
Art. 12. O Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social será composto por 10 (dez) membros titulares e respectivos suplentes, observada a paridade entre Poder Público e Sociedade Civil.

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO

I – um representante da Secretaria Municipal de Administração;
II – um representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
III – um representante da Secretaria Municipal de Saúde;
IV – um representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
V – um representante da Secretaria Municipal de Obras Estradas e Serviços;

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

VI – um representante indicado pelo CREA, CAU ou entidade profissional equivalente;
VII – dois representantes de entidades da sociedade civil legalmente constituídas e atuantes nas áreas de habitação, desenvolvimento comunitário, assistência social ou regularização fundiária;
VIII – um representante das associações comunitárias ou de moradores do Município;
IX – um representante da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, preferencialmente da Subseção de Bom Despacho.
§ 1º Os membros titulares e suplentes serão nomeados por ato do Prefeito Municipal.
§ 2º Cada membro titular terá um suplente indicado pela mesma entidade ou órgão representado.
§ 3º É vedada a participação de membro que possua interesse direto ou indireto em matéria submetida à deliberação do Conselho, hipótese em que deverá declarar seu impedimento.
§ 4º Sempre que possível, será observada a diversidade de representação da sociedade civil e a participação equilibrada entre homens e mulheres na composição do colegiado.
Art. 13. O mandato dos conselheiros será de 02 (dois) anos, permitida uma única recondução por igual período.
Art. 14. Perderá automaticamente o mandato o conselheiro que:
I – deixar de comparecer, sem justificativa, a três reuniões consecutivas ou cinco alternadas durante o mandato;
II – deixar de representar a entidade que o indicou;
III – solicitar seu desligamento;
IV – praticar ato incompatível com os princípios da Administração Pública;
V – sofrer condenação definitiva por ato de improbidade administrativa ou por crime contra a Administração Pública, enquanto perdurarem os efeitos da condenação.

Parágrafo único. Na hipótese de vacância, assumirá automaticamente o respectivo suplente até o término do mandato.
Art. 15. A Diretoria Executiva do Conselho será composta por Presidente, Vice-Presidente e Secretário, eleitos dentre os membros titulares.
Art. 16. O Conselho reunir-se-á ordinariamente, a cada dois meses e extraordinariamente sempre que convocado por seu Presidente ou pela maioria absoluta de seus membros.
§ 1º As reuniões poderão ocorrer de forma presencial, virtual ou híbrida.
§ 2º As deliberações serão tomadas por maioria simples dos membros presentes, observado o quórum mínimo de maioria absoluta para instalação da reunião.
§ 3º As reuniões serão públicas, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas em lei.
Art. 16-A. O exercício da função de conselheiro constitui serviço público relevante, não remunerado.
Art. 17. Caberá ao Poder Executivo Municipal fornecer apoio técnico, administrativo, financeiro e operacional necessário ao pleno funcionamento do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social.

CAPÍTULO IV
DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – FMHIS

Art. 18. O Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS constitui instrumento de natureza contábil e financeira destinado à captação, gerenciamento e aplicação de recursos voltados ao desenvolvimento da Política Municipal de Habitação de Interesse Social.
Art. 19. Constituem receitas do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social:
I – dotações consignadas no orçamento do Município e seus créditos adicionais;
II – transferências voluntárias da União, do Estado de Minas Gerais e de outros entes públicos;
III – recursos provenientes de convênios, contratos de repasse, termos de compromisso, acordos de cooperação e instrumentos congêneres;
IV – emendas parlamentares;
V – doações, contribuições, auxílios, subvenções e legados de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas;
VI – recursos oriundos de organismos nacionais e internacionais;
VII – rendimentos provenientes da aplicação financeira de seus recursos;
VIII – receitas decorrentes de operações legalmente autorizadas;
IX – outras receitas que lhe forem destinadas por lei.
Art. 20. Os recursos do FMHIS serão aplicados, prioritariamente, em:
I – produção e aquisição de unidades habitacionais de interesse social;
II – construção, ampliação, reforma e melhoria habitacional;
III – regularização fundiária urbana;
IV – urbanização de assentamentos e núcleos urbanos informais;
V – implantação ou melhoria da infraestrutura básica relacionada à habitação;
VI – aquisição de áreas destinadas à implantação de programas habitacionais;
VII – elaboração de estudos, projetos, levantamentos e diagnósticos habitacionais;
VIII – assistência técnica para habitação de interesse social, observada a legislação aplicável;
IX – desenvolvimento de ações de trabalho social vinculadas aos programas habitacionais;
X – atendimento habitacional em situações de emergência, calamidade pública ou risco social;
XI – outras ações compatíveis com a Política Municipal de Habitação de Interesse Social.
Art. 21. O FMHIS será administrado pelo órgão municipal responsável pela política habitacional, observadas as normas de direito financeiro, contabilidade pública, responsabilidade fiscal e controle interno.
Art. 22. Compete ao Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social:
I – acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos do FMHIS;
II – deliberar sobre as prioridades de investimento dos recursos do Fundo;
III – apreciar a prestação de contas anual do Fundo, sem prejuízo da fiscalização exercida pelos órgãos de controle interno e externo;
IV – emitir recomendações destinadas ao aperfeiçoamento da gestão dos recursos.
Art. 23. Os recursos do FMHIS serão depositados em conta bancária específica, mantida em instituição financeira oficial, vinculada ao órgão gestor da política habitacional de interesse social.
Parágrafo único. O Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social terá acesso às informações relativas à execução orçamentária e financeira do Fundo, sempre que necessário ao exercício de suas atribuições.

CAPÍTULO V
DO PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – PLHIS

Art. 24. O Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS constitui o principal instrumento de planejamento da Política Municipal de Habitação de Interesse Social, devendo estabelecer as diretrizes, objetivos, metas, programas e ações destinados à redução do déficit habitacional e à promoção do acesso à moradia digna.
Art. 25. O Plano Local de Habitação de Interesse Social será elaborado, revisado e atualizado pelo Poder Executivo Municipal, com participação da sociedade civil mediante processo participativo e após manifestação do Conselho Municipal.
Art. 26. Compete ao Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social acompanhar a implementação, monitorar os resultados e propor revisões do Plano Local de Habitação de Interesse Social, sempre que necessário.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 27. O Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social elaborará relatório anual de suas atividades, contendo, no mínimo:
I – as reuniões realizadas;
II – as deliberações aprovadas;
III – o acompanhamento da Política Municipal de Habitação de Interesse Social;
IV – a execução dos programas habitacionais;
V – a situação da execução financeira do FMHIS;
VI – recomendações ao Poder Executivo.
Parágrafo único. O relatório anual será disponibilizado no Portal da Transparência do Município.
Art. 28. Os atos do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social observarão os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, transparência, participação social, controle social, boa governança e supremacia do interesse público.
Art. 29. O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei, no que couber, mediante Decreto.
Art. 30. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.
Art. 31. Fica expressamente revogada a Lei Municipal nº 1.509/2015, e demais disposições em contrário.
Art. 32. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Moema, Aos 25 de agosto de 2026.

JOSÉ GERALDO ANDALÉCIO COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo de Souza Ferreira
Código Identificador:14781809

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI N.º 1927/2026

LEI N.º 1927/2026

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO

VIGENTE POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E POR SUPERAVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Povo do Município de Moema, por seus representantes, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º - Considerando ainda o disposto no art. 45 da Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei nº 1.861/25, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2026 até o valor de R$ 968.000,00 (novecentos e sessenta e oito mil reais), para reforço das seguintes dotações:
02 05 02 10 301 0006 2.023 – Manutenção das Atividades do PSF.

CONTA		CO	DR	VALOR
3390 39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		2621	185.000,00
4490 52	Equipamentos e Material Permanente		2621	150.000,00

02 05 02 10 301 0022 2.015 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.

CONTA		CO	DR	VALOR
3390 39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		2621	78.000,00
4490 52	Equipamentos e Material Permanente		2621	105.000,00

02 05 02 10 302 0022 2.083 – MAC – Média e Alta Complexidade.

CONTA		CO	DR	VALOR
4490 52	Equipamentos e Material Permanente		1621	272.600,00

02 06 02 15 512 0011 2.037 – Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública.

CONTA		CO	DR	VALOR
3390 39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		2501	127.400,00
4490 52	Equipamentos e Material Permanente		2501	50.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à cobertura dos créditos suplementares de que trata o artigo anterior decorrerão:
I – do excesso de arrecadação, proveniente de recursos oriundos de resolução do Estado, no valor de R$ 272.600,00 (duzentos e setenta e dois mil e seiscentos reais); e
II – do superávit financeiro, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, no valor de R$ *695.400,00 (seiscentos e noventa e cinco mil e quatrocentos reais.*
Parágrafo Único: A apuração do superávit financeiro baseia-se no dispositivo do art. 43, § 2º da Lei nº. 4.320/1964, ou seja, a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, observando-se, ainda, o disposto no art. 8º e o seu Parágrafo Único, da Lei Complementar 101/2000, que trata da exclusividade para a utilização de recursos vinculados.
Art. 3º - A aplicação dos recursos observará a legislação vigente, especialmente as disposições da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.
Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Moema, Aos 25 de agosto de 2026.

JOSÉ GERALDO ANDALÉCIO COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo de Souza Ferreira
Código Identificador:8B47083D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MURIAÉ

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
DECRETO Nº 14.411, DE 26 DE AGOSTO DE 2026

"Abre Crédito Adicional Suplementar na Lei Orçamentária nº 7.518, de 15 de dezembro de 2025"

O Prefeito Municipal de Muriaé, Estado de Minas Gerais, Sr. MARCOS GUARINO DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições conferidas por Lei;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 7.750, de 25 de agosto de 2026, que autorizou o Chefe do Poder Executivo Municipal a efetivar abertura de Crédito Adicional Suplementar na Lei Orçamentária nº 7.518, de 15 de dezembro de 2025;

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar, conforme art. 41, inciso I, da Lei nº 4.320/64, na importância de **R$ 182.500,00** (cento e oitenta e dois mil e quinhentos reais), conforme discriminado abaixo:
02 - EXECUTIVO
12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
0018.0122.0001.2591 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE BEM-ESTAR ANIMAL
1693 3339030000000000000 - Material de consumo
15000000099 **R$ 77.000,00**
1697 3449052000000000000 - Equipamentos e material permanente
15000000099 **R$ 30.500,00**

TOTAL R$ 107.500,00

02.12.01.0018.0541.0001.2501 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA
2164 3335041000000000000 - Contribuições
15000000099 **R$ 20.000,00**

TOTAL R$ 20.000,00

02.12.01.0018.0541.0023. 1253 - CONTRUÇÃO, REFORMA E MANUTENÇÃO DE PRAÇAS E JARDINS – ORÇAMENTO PARTICIPATIVO
1731 3449052000000000000 - Equipamentos e material permanente
15000000099 **R$ 15.000,00**

TOTAL R$ 15.000,00

02 - EXECUTIVO
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
02 - FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - RP
0010.0302.0040.2481 - GESTÃO PLANEJAMENTO FAMILIAR
965 3339339000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica 15000000095 **R$ 20.000,00**

TOTAL R$ 20.000,00

02 - EXECUTIVO
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DESENVOLVIMENTO SOCIAL
02 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – VINCULADAS
0008.0244.0049.2310 - GESTÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS
1106 3339032000000000000 - Material, bem ou serviço para distribuição gratuita 15000000099 **R$ 20.000,00**

TOTAL R$ 20.000,00

TOTAL GERAL R$ 182.500,00

Art. 2º - Para o atendimento do crédito transcrito no artigo anterior deste ato, fica igualmente a Chefia do Poder Executivo Municipal, conforme art. 43, § 1º, inciso III, da Lei 4.320/64, autorizada a utilizar como recursos aqueles provenientes de anulação, parcial ou total, das seguintes dotações orçamentárias:

02 - EXECUTIVO
12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
0018.0122.0001.2591 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE BEM-ESTAR ANIMAL
2165 3335041000000000000 - Contribuições
15000000099 **R$ 107.000,00**

_____
TOTAL R$ 107.000,00

02.12.01.0018.0541.0001.1235 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MAQUINÁRIOS E EQUIPAMENTOS
1719 3449052000000000000 - Equipamentos e material permanente
15000000099 **R$ 20.500,00**

_____
TOTAL R$ 20.500,00

02.12.01.0018.541.0001.2501 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA
2164 3335041000000000000 - Contribuições
15000000099 **R$ 15.000,00**

_____
TOTAL R$ 15.000,00

02 - EXECUTIVO
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
02 - FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - RP
0010.0301.0037.2118 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA
2163 3335041000000000000 - Contribuições
15000000095 **R$ 20.000,00**

_____
TOTAL R$ 20.000,00

02 - EXECUTIVO
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DESENVOLVIMENTO SOCIAL
03 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – ADMINISTRATIVO
0008.0244.0001.0018 - CONCESSÃO DE SUBVENÇÕES
1279 3335043000000000000 - Subvenções sociais
15000000099 **R$ 20.000,00**

_____
TOTAL R$ 20.000,00

_____
TOTAL GERAL R$ 182.500,00

Art. 3º - Os créditos das dotações constantes desta lei poderão ser anulados ou suplementados caso necessário no decorrer do exercício financeiro de 2026.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Muriaé, 26 de agosto de 2026.

MARCOS GUARINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal de Muriaé

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:A9AF6ECC

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
DECRETO Nº 14.412, DE 26 DE AGOSTO DE 2026

"Abre Crédito Adicional Suplementar na Lei Orçamentária nº 7.518, de 15 de dezembro de 2025"

O Prefeito Municipal de Muriaé, Estado de Minas Gerais, Sr. MARCOS GUARINO DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições conferidas por Lei;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 7.750, de 25 de agosto de 2026, que autorizou o Chefe do Poder Executivo Municipal a efetivar abertura de Crédito Adicional Suplementar na Lei Orçamentária nº 7.518, de 15 de dezembro de 2025;

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar, conforme art. 41, inciso I, da Lei nº 4.320/64, na importância de **R$ 75.000,00** (setenta e cinco mil reais), conforme discriminado abaixo:
04 – FUNDARTE
01 – FUNDARTE
02 – FMPC - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA
0013.0392.0013 - EXPANSÃO DA CULTURA
0013.0392.0013.2364 - APOIO E REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica
15000000099 **R$ 34.500,00**

_____
TOTAL R$ 34.500,00

04 – FUNDARTE
01 – FUNDARTE
06 – FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE
0027.0812.0006 - EXPANSÃO DAS PRÁTICAS DE ESPORTE E LAZER
0027.0812.0006.1010 - REALIZAÇÃO E APOIO DE JOGOS ESTUDANTIS E EVENTOS ESPORTIVOS
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica
15000000099 **R$ 15.500,00**

_____
TOTAL R$ 15.500,00

04.01.06.0027.0812.0006.2019 - GESTÃO DA ESCOLA MUNICIPAL DE ESPORTES
4490520000 - Equipamentos e material permanente
15000000099 **R$25.000,00**

_____
TOTAL R$ 25.000,00

_____
TOTAL GERAL R$ 75.000,00

Art. 2º - Para o atendimento do crédito transcrito no artigo anterior deste ato, fica igualmente a Chefia do Poder Executivo Municipal, conforme art. 43, § 1º, inciso III, da Lei 4.320/64, autorizada a utilizar como recursos aqueles provenientes de anulação, parcial ou total, das seguintes dotações orçamentárias:
04 – FUNDARTE
01 – FUNDARTE
02 – FMPC - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA
0013.0392.0013 - EXPANSÃO DA CULTURA
0013.0392.0013.2364 - APOIO E REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS
3350410000 - Contribuições
15000000099 **R$ 49.500,00**

_____
TOTAL R$ 49.500,00

04 – FUNDARTE
01 – FUNDARTE
06 – FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE
0027.0812.0006 - EXPANSÃO DAS PRÁTICAS DE ESPORTE E LAZER
0027.0812.0006.1011 - CONVÊNIO COM MUNICÍPIOS, ESTADO, UNIÃO, INSTITUIÇÕES PRIVADA
3350410000 - Contribuições
15000000099 **R$ 25.500,00**

_____
TOTAL R$ 25.500,00

_____
TOTAL GERAL R$ 75.000,00

Art. 3º - Os créditos das dotações constantes desta lei poderão ser anulados ou suplementados caso necessário no decorrer do exercício financeiro de 2026.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Muriaé, 26 de agosto de 2026.

MARCOS GUARINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal de Muriaé

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:2CE04E46

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
DECRETO Nº 14.413, DE 26 DE AGOSTO DE 2026

"Abre Crédito Adicional Especial na Lei Orçamentária nº 7.518, de 15 de dezembro de 2025"

O Prefeito Municipal de Muriaé, Estado de Minas Gerais, Sr. MARCOS GUARINO DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições conferidas por Lei;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 7.751, de 25 de agosto de 2026, que autorizou o Chefe do Poder Executivo Municipal a efetivar abertura de Crédito Adicional Especial na Lei Orçamentária nº 7.518, de 15 de dezembro de 2025;

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Especial, conforme art. 41, inciso II, da Lei nº 4.320/64, na importância de **R$ 20.833,30** (vinte mil, oitocentos e trinta e três mil e trinta centavos), conforme discriminado abaixo:
02 - EXECUTIVO
03- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
0004.0122.0010.0011 - GESTÃO DO CORPO DE BOMBEIROS
2482 3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica
15000000099 **R$ 20.833,30**

_____
TOTAL R$ 20.833,30

Art. 2º - Para o atendimento do crédito transcrito no artigo anterior deste ato, fica igualmente a Chefia do Poder Executivo Municipal, conforme art. 43, § 1º, inciso III, da Lei 4.320/64, autorizada a utilizar como recursos aqueles provenientes de anulação, parcial ou total, das seguintes dotações orçamentárias:
02 - EXECUTIVO
01 - GABINETE DO PREFEITO
01 – ADMINISTRATIVO
0004.0122.0001.2003 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE
44 3339039000000000000 - Indenizações e restituições
15000000099 **R$ 20.833,30**

_____
TOTAL R$ 20.833,30

Art. 3º - Os créditos das dotações constantes desta lei poderão ser anulados ou suplementados caso necessário no decorrer do exercício financeiro de 2026.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Muriaé, 26 de agosto de 2026.

MARCOS GUARINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal de Muriaé

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:D4BEA9E4

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
DECRETO Nº 14.414, DE 26 DE AGOSTO DE 2026

"Abre Crédito Adicional Suplementar na Lei Orçamentária nº 7.518, de 15 de dezembro de 2025"

O Prefeito Municipal de Muriaé, Estado de Minas Gerais, Sr. MARCOS GUARINO DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições conferidas por Lei;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 7.752, de 25 de agosto de 2026, que autorizou o Chefe do Poder Executivo Municipal a efetivar abertura de Crédito Adicional Suplementar na Lei Orçamentária nº 7.518, de 15 de dezembro de 2025;

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar, conforme art. 41, inciso I, da Lei nº 4.320/64, na importância de **R$ 399.430,00** (trezentos e noventa e nove mil, quatrocentos e trinta reais), conforme especificação abaixo.

02 - EXECUTIVO
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
01 - FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – VINCULADOS
0010.0301.0037.2531 - IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES DE ATIVIDADE FÍSICA (IAF)
2484 3339030000000000000 - Material de consumo
26000000099 **R$ 349.430,00**
2485 3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica 26000000099 **R$ 50.000,00**

_____
TOTAL R$ 399.430,00

Art. 2º - Para o atendimento do crédito transcrito no artigo anterior deste ato, fica igualmente a Chefia do Poder Executivo Municipal, autorizada a utilizar como recursos aqueles provenientes de Superávit Financeiro, no valor de **R$ 399.430,00** (trezentos e noventa e nove mil, quatrocentos e trinta reais) na conta da Caixa Econômica Federal 104.0133.624071-5, conforme art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64.

Art. 3º - Os créditos das dotações constantes desta lei poderão ser anulados ou suplementados caso necessário no decorrer do exercício financeiro de 2026.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Muriaé, 26 de agosto de 2026.

MARCOS GUARINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal de Muriaé

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:42029718

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

TERMO DE CONVÊNIO: Partes: **MUNICÍPIO DE MURIAÉ**, CNPJ nº 17.947.581/0001-76, e **ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA BANCO DO BRASIL – AABB MURIAÉ (MG)**, CNPJ nº 22.786.834/0001-07. **Objeto:** Estabelecer mútua cooperação entre as partes, visando oferecer aos servidores públicos ativos do Município de Muriaé condições especiais para adesão ao quadro de associados da AABB Muriaé (MG). **Condições:** Concessão de desconto de 40% (quarenta por cento) sobre o valor da taxa de adesão vigente, observadas as condições previstas no instrumento. **Vigência:** Da data de formalização até 31 de dezembro de 2029. **Data de assinatura:** 26 de agosto de 2026.

MARCOS GUARINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:044A21FD

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 011/2026
(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 9919/2026)

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 011/2026. Processo Administrativo nº 9919/2026. Inexigibilidade de Chamamento Público nº 011/2026 – Emenda Parlamentar Impositiva nº 238/2025. Partes: Município de Muriaé, por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, e a **OBRA UNIDA LAR OZANAM**, inscrita no CNPJ nº 26.142.455/0001-35. Objeto: Constitui objeto do presente Termo a formalização de parceria para o repasse financeiro, oriundo de emenda parlamentar individual impositiva, para a execução do "Projeto Informatizando o Lar Ozanam", com vigência proposta de 06 (seis) meses, no âmbito da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, especificamente no serviço de Acolhimento Institucional sob a modalidade de Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI), ofertando atendimento integral a até 48 pessoas idosas residentes na instituição, conforme Plano de Trabalho aprovado e integrante deste instrumento. Valor total: **R$ 10.000,00 (dez mil reais)**. Vigência: **06 (seis) meses, contados a partir da data de sua publicação**. Data da assinatura: 25 de agosto de 2026. Fundamento legal: Lei Federal nº 13.019/2014 e Decretos Municipais nº 12.783/2024 e nº 14.113/2026.

MARCOS GUARINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:82797724

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 014/2026
(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7009/2026)

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 014/2026. Processo Administrativo nº 7009/2026. Inexigibilidade de Chamamento Público nº 014/2026 – Emendas Parlamentares Impositivas números 29/2025, 66/2025, 88/2025, 103/2025, 119/2025, 137/2025, 153/2025, 181/2025, 197/2025, 222/2025 e 231/2025. Partes: Município de Muriaé, por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, e a **OBRAS SOCIAIS PRÓ-MORADIA**, inscrita no CNPJ nº 26.117.713/0001-23. Objeto: Constitui objeto do presente Termo a formalização de parceria para o repasse financeiro, oriundo de emendas parlamentares individuais impositivas, para a execução do projeto "Construção de 14 Casas", com vigência proposta de julho/2026 a julho/2027, consistente na construção de 14 (quatorze) unidades habitacionais destinadas a famílias em situação de vulnerabilidade social do Município de Muriaé, por meio da metodologia de mutirão assistido desenvolvida pela entidade no âmbito do Programa Pró-Moradia, com estimativa de atendimento de aproximadamente 56 (cinquenta e seis) pessoas, conforme Plano de Trabalho aprovado e integrante deste instrumento. Valor total: **R$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais)**. Vigência: **12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação**. Data da assinatura: 25 de agosto de 2026. Fundamento legal: Lei Federal nº 13.019/2014 e Decretos Municipais nº 12.783/2024 e nº 14.113/2026.

MARCOS GUARINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:8FCBAE72

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 016/2026
(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8106/2026)

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 016/2026. Processo Administrativo nº 8106/2026. Inexigibilidade de Chamamento Público nº 016/2026 – Emendas Parlamentares Impositivas números 46/2025, 77/2025, 97/2025, 154/2025, 171/2025 e 199/2025. Partes: Município de Muriaé, por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, e a **OBRA UNIDA LAR OZANAM**, inscrita no CNPJ nº 26.142.455/0001-35. Objeto: Constitui objeto do presente Termo a formalização de parceria para o repasse financeiro, oriundo de emenda parlamentar individual impositiva, para a execução de projeto que consiste em custeio de ações desenvolvidas pela entidade para apoio à execução do projeto habitacional de interesse social, conforme Plano de Trabalho aprovado e integrante deste instrumento. Valor total: **R$ 100.500,00 (cem mil e quinhentos reais).** Vigência: **06 (seis) meses, contados a partir da data de sua publicação**. Data da assinatura: 25 de agosto de 2026. Fundamento legal: Lei Federal nº 13.019/2014 e Decretos Municipais nº 12.783/2024 e nº 14.113/2026.

MARCOS GUARINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:4509CBD0

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
LEI Nº 7.748/ 2026

Denomina Portal de Entrada e do Calçadão do Distrito de Vermelho João Luiz Thurler Secunho, e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Muriaé:
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica denominado o Portal de Entrada e do Calçadão do Distrito de Vermelho Muriaé-MG João Luiz Thurler Secunho.

Art. 2º O Poder Executivo deverá realizar a comunicação aos órgãos e concessionárias de serviços públicos, bem como mandará confeccionar e afixar placas indicativas no referido local.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MANDO, PORTANTO, a todos as autoridades a quem o conhecimento de execução desta Lei pertencer, que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

Muriaé, 25 de agosto de 2026.

MARCOS GUARINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal de Muriaé

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:23F82CD0

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
LEI Nº 7.749/ 2026

Declara de Utilidade Pública Municipal a Associação Amigos de Iracambi.

O Prefeito Municipal de Muriaé:
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Municipal a Associação Amigos de Iracambi, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 03.412.130/0001-20.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MANDO, PORTANTO, a todos as autoridades a quem o conhecimento de execução desta Lei pertencer, que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

Muriaé, 25 de agosto de 2026.

MARCOS GUARINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal de Muriaé

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:141F4D55

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
LEI Nº 7.750 /2026

"Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a efetivar abertura de Crédito Adicional Suplementar na Lei Orçamentária nº 7.518, de 15 de dezembro de 2025"

O Prefeito Municipal de Muriaé:
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou, e eu, em seu nome sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder, por ato próprio, a abertura de Crédito Adicional Suplementar, conforme art. 41, inciso I, da Lei nº 4.320/64, na importância de **R$ 257.000,00** (duzentos e cinquenta e sete mil reais), conforme discriminado abaixo:
02 - EXECUTIVO
12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
0018.0122.0001.2591 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE BEM-ESTAR ANIMAL
1693 3339030000000000000 - Material de consumo
15000000099 **R$ 77.000,00**
1697 3449052000000000000 - Equipamentos e material permanente
15000000099 **R$ 30.500,00**

___
TOTAL R$ 107.500,00

02.12.01.0018.0541.0001.2501 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA
2164 3335041000000000000 - Contribuições
15000000099 **R$ 20.000,00**

___
TOTAL R$ 20.000,00

02.12.01.0018.0541.0023. 1253 - CONTRUÇÃO, REFORMA E MANUTENÇÃO DE PRAÇAS E JARDINS – ORÇAMENTO PARTICIPATIVO
1731 3449052000000000000 - Equipamentos e material permanente
15000000099 **R$ 15.000,00**

___
TOTAL R$ 15.000,00

02 - EXECUTIVO
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
02 - FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - RP
0010.0302.0040.2481 - GESTÃO PLANEJAMENTO FAMILIAR
965 3339339000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica 15000000095 **R$ 20.000,00**

___
TOTAL R$ 20.000,00

02 - EXECUTIVO
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DESENVOLVIMENTO SOCIAL
02 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – VINCULADAS
0008.0244.0049.2310 - GESTÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS
1106 3339032000000000000 - Material, bem ou serviço para distribuição gratuita 15000000099 **R$ 20.000,00**

___
TOTAL R$ 20.000,00

04 – FUNDARTE
01 – FUNDARTE
02 – FMPC - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA
0013.0392.0013 - EXPANSÃO DA CULTURA
0013.0392.0013.2364 - APOIO E REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica
15000000099 **R$ 34.500,00**

___
TOTAL R$ 34.500,00

04 – FUNDARTE
01 – FUNDARTE
06 – FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE
0027.0812.0006 - EXPANSÃO DAS PRÁTICAS DE ESPORTE E LAZER
0027.0812.0006.1010 - REALIZAÇÃO E APOIO DE JOGOS ESTUDANTIS E EVENTOS ESPORTIVOS
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica
15000000099 **R$ 15.500,00**

___
TOTAL R$ 15.500,00

04.01.06.0027.0812.0006.2019 - GESTÃO DA ESCOLA MUNICIPAL DE ESPORTES
4490520000 - Equipamentos e material permanente
15000000099 **R$25.000,00**

___
TOTAL R$ 25.000,00

___
TOTAL GERAL R$ 257.500,00

Art. 2º - Para o atendimento do crédito transcrito no artigo anterior deste ato, fica igualmente a Chefia do Poder Executivo Municipal, conforme art. 43, § 1º, inciso III, da Lei 4.320/64, autorizada a utilizar como recursos aqueles provenientes de anulação, parcial ou total, das seguintes dotações orçamentárias:

02 - EXECUTIVO
12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
0018.0122.0001.2591 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE BEM-ESTAR ANIMAL
2165 3335041000000000000 - Contribuições
15000000099 **R$ 107.000,00**

___
TOTAL R$ 107.000,00

02.12.01.0018.0541.0001.1235 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MAQUINÁRIOS E EQUIPAMENTOS
1719 3449052000000000000 - Equipamentos e material permanente
15000000099 **R$ 20.500,00**

___
TOTAL R$ 20.500,00

02.12.01.0018.541.0001.2501 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA
2164 3335041000000000000 - Contribuições
15000000099 **R$ 15.000,00**

___
TOTAL R$ 15.000,00

02 - EXECUTIVO
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
02 - FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - RP
0010.0301.0037.2118 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA

2163 3335041000000000000 - Contribuições
15000000095 **R$ 20.000,00**

___
TOTAL R$ 20.000,00

02 - EXECUTIVO
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DESENVOLVIMENTO SOCIAL
03 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – ADMINISTRATIVO
0008.0244.0001.0018 - CONCESSÃO DE SUBVENÇÕES
1279 3335043000000000000 - Subvenções sociais
15000000099 **R$ 20.000,00**

___
TOTAL R$ 20.000,00

04 – FUNDARTE
01 – FUNDARTE
02 – FMPC - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA
0013.0392.0013 - EXPANSÃO DA CULTURA
0013.0392.0013.2364 - APOIO E REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS
3350410000 - Contribuições
15000000099 **R$ 49.500,00**

___
TOTAL R$ 49.500,00

04 – FUNDARTE
01 – FUNDARTE
06 – FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE
0027.0812.0006 - EXPANSÃO DAS PRÁTICAS DE ESPORTE E LAZER
0027.0812.0006.1011 - CONVÊNIO COM MUNICÍPIOS, ESTADO, UNIÃO, INSTITUIÇÕES PRIVADA
3350410000 - Contribuições
15000000099 **R$ 25.500,00**

___
TOTAL R$ 25.500,00

___
TOTAL GERAL R$ 257.500,00

Art. 3º - Os créditos das dotações constantes desta lei poderão ser anulados ou suplementados, caso necessário, no decorrer do exercício financeiro de 2026.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MANDO, PORTANTO, a todos as autoridades a quem o conhecimento de execução desta Lei pertencer, que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

Muriaé, 25 de agosto de 2026.

MARCOS GUARINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal de Muriaé

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:47DE26AA

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
LEI Nº 7.751 /2026

"Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a efetivar abertura de Crédito Adicional Especial na Lei Orçamentária nº 7.518, de 15 de dezembro de 2025"

O Prefeito Municipal de Muriaé:
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou, e eu, em seu nome sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder, por ato próprio, a abertura de Crédito Adicional Especial, conforme art. 41, inciso II, da Lei nº 4.320/64, na importância de **R$ 20.833,30** (vinte mil, oitocentos e trinta e três mil e trinta centavos), conforme discriminado abaixo:

02 - EXECUTIVO
03- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
0004.0122.0010.0011 - GESTÃO DO CORPO DE BOMBEIROS
2482 3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica
15000000099 **R$ 20.833,30**

_____
TOTAL R$ 20.833,30

Art. 2º - Para o atendimento do crédito transcrito no artigo anterior deste ato, fica igualmente a Chefia do Poder Executivo Municipal, conforme art. 43, § 1º, inciso III, da Lei 4.320/64, autorizada a utilizar como recursos aqueles provenientes de anulação, parcial ou total, das seguintes dotações orçamentárias:
02 - EXECUTIVO
01 - GABINETE DO PREFEITO
01 – ADMINISTRATIVO
0004.0122.0001.2003 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE
44 3339093000000000000 - Indenizações e restituições
15000000099 **R$ 20.833,30**

_____
TOTAL R$ 20.833,30

Art. 3º - Os créditos das dotações constantes desta lei poderão ser anulados ou suplementados, caso necessário, no decorrer do exercício financeiro de 2026.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MANDO, PORTANTO, a todos as autoridades a quem o conhecimento de execução desta Lei pertencer, que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

Muriaé, 25 de agosto de 2026.

MARCOS GUARINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal de Muriaé

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:423CDC8E

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
LEI Nº 7.752/2026

"Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a efetivar abertura de Crédito Adicional Suplementar na Lei Orçamentária nº 7.518, de 15 de dezembro de 2025"

O Prefeito Municipal de Muriaé:
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou, e eu, em seu nome sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder, por ato próprio, a abertura de Crédito Adicional Suplementar, conforme art. 41, inciso I, da Lei nº 4.320/64, na importância de **R$ 399.430,00** (trezentos e noventa e nove mil, quatrocentos e trinta reais), conforme especificação abaixo.

02 - EXECUTIVO
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
01 - FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – VINCULADOS
0010.0301.0037.2531 - IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES DE ATIVIDADE FÍSICA (IAF)
2484 3339030000000000000 - Material de consumo
26000000099 **R$ 349.430,00**
2485 3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica 26000000099 **R$ 50.000,00**

_____
TOTAL R$ 399.430,00

Art. 2º - Para o atendimento do crédito transcrito no artigo anterior deste ato, fica igualmente a Chefia do Poder Executivo Municipal,

autorizada a utilizar como recursos aqueles provenientes de Superávit Financeiro, no valor de **R$ 399.430,00** (trezentos e noventa e nove mil, quatrocentos e trinta reais) na conta da Caixa Econômica Federal 104.0133.624071-5, conforme art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64.

Art. 3º - Os créditos das dotações constantes desta lei poderão ser anulados ou suplementados, caso necessário, no decorrer do exercício financeiro de 2026.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MANDO, PORTANTO, a todos as autoridades a quem o conhecimento de execução desta Lei pertencer, que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

Muriaé, 25 de agosto de 2026.

MARCOS GUARINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal de Muriaé

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:4235F555

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
NOTIFICAÇÃO 029/2026 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E URBANISMO

NOTIFICAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E URBANISMO

SETOR DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS

NOTIFICAÇÃO 029/2026

NOTIFICANTE: MUNICÍPIO DE MURIAÉ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 17.947.581/0001-76, com sede à Av. Maestro Sansão, nº 236, "Centro Administrativo Tancredo Neves", bairro Centro, Muriaé (MG), CEP: 36.880-002, neste ato representado por sua Secretaria Municipal de Obras Públicas e Urbanismo.

NOTIFICADA: ISM CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 18.973.779/0001-97, situada à Rua Lincoln Marinho, nº 108, apt 102, Barra, Muriaé-MG, CEP 36.884-092, na pessoa de sua representante legal, Sra. ISABELLA ALVES SOUSA MOURA, ou outro(a) que venha a lhe substituir.

Pela melhor forma admitida em Direito, através do presente instrumento, o NOTIFICANTE, por seu representante legal, que a essa subscreve, vem NOTIFICAR formalmente Vossa Senhoria, referente à execução da obra de manutenção da Quadra do Primavera, localizada no Bairro Primavera, Município de Muriaé/MG, tendo em vista a verificação de atraso na execução da obra, bem como a paralisação dos serviços no local, sem que tenha sido apresentada, até o momento, justificativa formal para a interrupção dos trabalhos.

Constatou-se, ainda, que, até a presente data, não foi instalada a placa de identificação da obra, em desconformidade com as exigências aplicáveis à execução e à identificação da obra pública.
Diante do exposto, fica a empresa NOTIFICADA para que adote as providências necessárias à regularização das situações apontadas, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados do recebimento da presente notificação.

Esta notificação está vinculada às responsabilidades firmadas no Contrato Administrativo 067001/2025, Pregão Eletrônico 009/2025.

Muriaé, 25 de agosto de 2026.

LEANDRO BARBOSA DE OLIVEIRA
CREA 383355MG
Engenheiro Civil

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:54547F5C

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
PORTARIA Nº 76, DE 26 DE AGOSTO DE 2026 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Dispõe sobre a prorrogação do prazo de inscrições do Edital de Processo Seletivo Público Simplificado para Contratação Temporária por Excepcional Interesse Público para as funções de Fonoaudiólogo e Psicopedagogo.

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o disposto no item 1.2 do Edital nº 09, de 12 de agosto de 2026, que prevê a possibilidade de prorrogação do prazo de inscrições do Processo Seletivo Público Simplificado para Contratação Temporária por Excepcional Interesse Público para as funções de Fonoaudiólogo e Psicopedagogo, mediante ato da Secretária Municipal de Educação;

RESOLVE

Art. 1º. Fica prorrogado até o dia 04 de setembro de 2026 o prazo de inscrições do Processo Seletivo Público Simplificado destinado à formação de cadastro de reserva de estagiários de pós-graduação em Educação Especial/Inclusiva ou áreas afins, regido pelo Edital nº 09, de 12 de agosto de 2026.

Parágrafo único. Permanecem inalteradas as demais disposições constantes do Edital nº 09, de 12 de agosto de 2026.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Muriaé/MG, 26 de agosto de 2026.

MARIA CRISTINA NAVARRO AQUINO RIBEIRO
Secretária Municipal de Educação

ANEXO I

CRONOGRAMA

ITEM	ATIVIDADE	DATA
01	Período das Inscrições	14/07/2026 a 04/09/2026
02	Resultado Preliminar	18/09/2026
03	Prazo recursal contra o resultado preliminar	21/09/2026 e 22/09/2026
04	Resultado dos recursos contra o resultado preliminar	25/09/2026
05	Divulgação do resultado definitivo	28/09/2026
06	Homologação do resultado definitivo	28/09/2026

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:81CA77E4

DEMSUR - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SANEAMENTO URBANO
2º ADITIVO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2025

O DEMSUR - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SANEAMENTO URBANO TORNA PÚBLICO A REALIZAÇÃO DO 2º ADITIVO REFERENTE AO PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2025 - OBJETO: REAJUSTA O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 015/2025, REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TELEFÔNICO COMUTADO (STFC), COMPATÍVEL COM O EQUIPAMENTO PABX IP HIBRIDO EXISTENTE NO DEMSUR, INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA LOCAL, COM TECNOLOGIA SIP E COM FACILIDADES DE COMUNICAÇÕES UNIFICADAS, PARA A REALIZAÇÃO DE LIGAÇÕES TELEFÔNICAS E SERVIÇO DE GESTÃO

TELEFÔNICA PARA DIGITRONCO, 0800 E 115, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA AUTARQUIA. O PRESENTE ADITIVO ESTÁ EM CONFORMIDADE COM A CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE, DO CONTRATO Nº 015/2025, SENDO APLICADO O ÍNDICE IPCA REFERENTE AO ACUMULADO DE 12 MESES, COM PERCENTUAL DE 4,44%. OS EFEITOS FINANCEIROS DECORRENTES DO REAJUSTE VIGORAM A PARTIR DE 26/08/2026 - CONTRATADA: **ACTEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA, CNPJ N° 71.228.209/0001-55** – VALOR: R$ 1.127,76 (UM MIL, CENTO E VINTE E SETE REAIS E SETENTA E SEIS CENTAVOS) - DATA: 25/08/2026 -

PATRICI DE PAULA COELHO PEDROSA **-**
Diretora Geral Do DEMSUR.

Seq	Item	Descrição/Especificação	UN	Valor Unitário	Valor Unitário Reajustado
1	12992	LINK TELEFONIA 06CH SIMULTÂNEOS. SINALIZAÇÃO DE ENTREGA R2.	MEN	R$ 744,97	R$ 778,05
2	12950	MANUTENÇÃO 01 CENTRAL PABX HÍBRIDA ISION IP 1500 FABRICANTE LEUCOTRON. EQUIPADO COM: - 16 CANAIS MG, 16 RAMAIS ANALÓGICOS15 RAMAIS IP.(INSTALADA NA GÁVEA)	MEN	R$ 378,39	R$ 395,19
3	12949	MANUTENÇÃO 01 CENTRAL PABX HÍBRIDA ISION IP 1600 FABRICANTE LEUCOTRON. EQUIPADO COM: - 16 CANAIS MG, 56 RAMAIS ANALÓGICOS, 05 RAMAIS IP, 21 TRONCOS IP, 01 CONTACTION TELEFONISTA, 05 PA CALL CENTER,01 - INTERFACE CELULAR, 01 SISTEMA AVALI-E PARA CHAMADAS RECEBIDAS,01 GRAVADOR DE 5 POSIÇÕES.(INSTALADA DEMSUR ADMINISTRATIVO)	MEN	R$ 411,90	R$ 430,19
4	12991	SERVIÇO DE GESTÃO TELEFÔNICA PARA DIGITRONCO, 0800 E 115.	MEN	R$ 581,39	R$ 607,20

Publicado por:
Brenda Lacerda Bertussi
Código Identificador:D827E261

DEMSUR - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SANEAMENTO URBANO
ADESÃO Nº 010/2026 - CONTRATO Nº 027/2026

O DEMSUR - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SANEAMENTO URBANO TORNA PÚBLICO A REALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 027/2026 - PROCESSO DE LICITAÇÃO ADESÃO Nº 010/2026 – OBJETO: CONTRATAÇAO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE REAGENTES E VIDRARIAS PARA LABORATÓRIO PARA ESTA AUTARQUIA ATRAVÉS DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 061/2026 ORIUNDA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026 – PROCESSO Nº 007/2026 DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS – CISAB/ZM, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA – **CONTRATADA: RC SCIENTIFIC COMÉRCIO DE INSTRUMENTOS ANALÍTICOS EIRELI - CNPJ: 27.263.741/0001-11** - VALOR TOTAL: R$ 2.490,00 (DOIS MIL QUATROCENTOS E NOVENTA REAIS) - DATA DE ASSINATURA: 20/08/2026 – VIGÊNCIA: 24/08/2026 A 24/08/2027 - PATRICI DE PAULA COELHO PEDROSA - DIRETORA GERAL DO DEMSUR.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
72	REAGENTE DPD EM PÓ PARA ANÁLISE DE CLORO RESIDUAL LIVRE EM AMOSTRAS DE ÁGUA com as seguintes características: Faixa de análise de 0,02 a 2,00 mg/L; Reagente embalado em sachês individuais e vedados com quantidade suficiente para 10 mL de amostra; Reagente de rápida Dissolução rápida; Não gera turbidez; Kit com 100 sachês; Validade no mínimo 1 ano a partir da data de entrega.	UN	60	**R$ 39,00**	**R$ 2.340,00**
149	CUBETA REDONDA EM VIDRO 24,5 mm com as seguintes características: Tampa rosqueável; Diâmetro 24,5 mm; compatível com turbidímetro AP2000, marca PoliControl. Embalagem com 1 unidade.	UN	3	**R$ 50,00**	**R$ 150,00**

Publicado por:
Brenda Lacerda Bertussi
Código Identificador:5E572D54

DEMSUR - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SANEAMENTO URBANO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO - ADESÃO Nº 013/2026 - CISAB/ZM

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO

Para os fins legais, considerando o processo licitatório 007/2026, modalidade de licitação Pregão Eletrônico 005/2026, que originou a Ata de Registro de Preços nº 063/2026 do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico da Zona da Mata de Minas Gerais – CISAB/ZM, ao qual o DEMSUR figurou como órgão participante;
Considerando que o Setor de Licitações realizou os atos administrativos necessários para a formalização interna do procedimento de compra compartilhada;
Considerando a existência de saldo orçamentário, conforme atestado pelo contador da autarquia;
Considerando que a aquisição de Reagentes e Vidrarias é demanda contínua e importante da autarquia, conforme solicitação do Bioquímico do Setor de Controle de Qualidade da Água;
Considerando que a empresa vencedora da Ata de Registro de Preços nº 063/2026 enviou toda a documentação exigida em item 09 do Edital do Pregão Eletrônico 005/2026, devidamente conferida pela Agente de Contratação.
Eu, Patrici de Paula Coelho Pedrosa, Diretora Geral do DEMSUR, RESOLVO AUTORIZAR a formalização do instrumento contratual para execução dos serviços objeto do procedimento licitatório.

OBJETO: CONTRATAÇAO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE REAGENTES E VIDRARIAS PARA LABORATÓRIO PELOS ENTES PÚBLICOS ESPECIFICADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA, EDITAL E DEMAIS ANEXOS, QUE INTEGRARÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

CONTRATADA: GLOBALTECH COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 60.210.106/0001-41, com sede na Rua José Versolato, nº 111 – Bloco B, bairro Centro – São bernardo do Campo/SP – CEP 09.750-730, com valor total de R$ 5.630,00 (cinco mil, seiscentos e trinta reais).

Lote 55 do Edital Convocatório

Descrição	Quant. Licitada	Quant. Aderida	Valor Unitário	Valor Total
KIT DE PADRÕES DE TURBIDEZ com as seguintes características: com as seguintes características: Compatível com equipamentos modelos 2100P/2100Q, marca HACH; Composição: formazinha estabilizada; Composto por 4 cubetas lacradas: 10, 20, 100 e 800 NTU; Pronto para uso sem necessidade de diluição ou preparo prévio; Devem ser fornecidas instruções claras de armazenamento e manuseio, conforme especificação do fabricante; Embalagem contendo etiquetas de identificação, número de lote, data de fabricação e validade. Validade no mínimo 1 ano a partir da data de entrega.	14	**3**	**R$ 590,00**	**R$ 1.770,00**

Lote 58 do Edital Convocatório

Descrição	Quant. Licitada	Quant. Aderida	Valor Unitário	Valor Total
KIT DE PADRÕES SECUNDÁRIOS DE CLORO com as seguintes características: Compatível com equipamento Pocket Colorimétrico para análise de pH e cloro, marca HACH; Método DPD; Faixa de medição: 0 a 4 mg/L; Composto por padrões secundários para verificação nas concentrações: 0,00 – 0,20 – 1,5 e 2,7 ppm; Padrões em gel solidificado; Acompanha: Instruções claras de armazenamento e manuseio, conforme especificação do fabricante; certificado de análise. Validade no mínimo 1 ano a partir da data de entrega.	15	**3**	**R$ 1.000,00**	**R$ 3.000,00**

Lote 61 do Edital Convocatório

Descrição	Quant. Licitada	Quant. Aderida	Valor Unitário	Valor Total

KIT PADRÃO DE COR com as seguintes características: Para utilização no colorímetro DL-Cor, marca Del Lab; Cubetas com tampa rosqueável; Composto por: 1 cubeta padrão 0 uC, 1 cubeta padrão 10 uC, 1 cubeta padrão 100 uC e 1 cubeta padrão 500 uC. Validade no mínimo 1 ano a partir da data de entrega.	13	**3**	**R$ 180,00**	**R$ 540,00**

Lote 108 do Edital Convocatório				
Descrição	**Quant. Licitada**	**Quant. Aderida**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
SOLUÇÃO TAMPÃO pH 4,0 com as seguintes características: pH 4,00 +/- 0,01 à 25°C +/- 0,2°; Frasco com 250 mL; Com certificado de análise e rastreabilidade ao NIST; Validade no mínimo 1 ano a partir da data de entrega.	94	**10**	**R$ 16,00**	**R$ 160,00**

Lote 109 do Edital Convocatório				
Descrição	**Quant. Licitada**	**Quant. Aderida**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
SOLUÇÃO TAMPÃO pH 7,0 com as seguintes características: pH 7,00 +/- 0,01 à 25°C +/- 0,2°; Frasco com 250 mL; Com certificado de análise e rastreabilidade ao NIST; Validade no mínimo 1 ano a partir da data de entrega.	96	**10**	**R$ 16,00**	**R$ 160,00**

Sem mais para o momento,

Muriaé (MG), 26 de agosto de 2026

PATRICI DE PAULA COELHO PEDROSA
Diretora Geral do DEMSUR

Publicado por:
Débora Ribeiro Lopes Carneiro Moreira
Código Identificador:99F04591

FUNDARTE - FUNDAÇÃO DE CULTURA E ARTE DE MURIAÉ
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 020/2026

A FUNDARTE - FUNDAÇÃO DE CULTURA E ARTES DE MURIAÉ TORNA PÚBLICO O PROCEDIMENTO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 020/2026 – OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE APRESENTAÇÃO MUSICAL DA DUPLA PAULO JR. E NATHAN NO DIA 29/08/2026 NA 15ª EXPOFEST NO DISTRITO DE VERMELHO, NO MUNICÍPIO DE MURIAÉ/MG – RAZÃO DO PROCEDIMENTO: INCISO II DO ARTIGO Nº 74 NA LEI FEDERAL Nº 14.133/21 – CONTRATADA: PAULO JUNIOR O REI DO FORRO MINEIRO LTDA – VALOR: R$ 13.000,00 –

SANDRO AREAL CARRIZO -
Diretor Geral

Publicado por:
Sebastião Álvaro Vasconcelos Júnior
Código Identificador:F2DCDDF5

LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 082/2026

Aviso de licitação – Pregão Eletrônico nº 082/2026 – Objeto: Constitui objeto da presente contratação a prestação de serviços especializados de levantamento patrimonial, inventário físico, identificação, catalogação, organização e atualização cadastral dos bens patrimoniais móveis do Município de Muriaé/MG, compreendendo a utilização de tecnologia RFID, registro fotográfico, integração dos dados ao sistema de gestão patrimonial do Município, fornecimento dos materiais necessários e demais serviços correlatos, conforme condições e especificações estabelecidas no Termo de Referência. Fica marcada a sessão de licitação para o dia 16/09/2026 às 13:00 h, por meio do Portal Bolsa Nacional de Compras – https://bnc.org.br/. O edital poderá ser obtido nos sites https://bnc.org.br/ e https://muriae.atende.net Informações complementares: Setor de Licitação - situado no Centro Administrativo "Pres. Tancredo Neves", Av. Maestro Sansão, 236, 3º andar, Centro, Muriaé – MG. Telefone (32) 3696.3317.

Publicado por:
Lucas Paulo Sabino
Código Identificador:D9AE7EE2

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE NATALÂNDIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NATALÂNDIA
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO CREDENCIAMENTO 012/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 082/2026.

CREDENCIAMENTO Nº 012/2026.

INEXIGIBILIDADE Nº 019/2026.

DESPACHO HOMOLOGATÓRIO.

Acolho, homologo e ratifico a decisão da Comissão descrita na Ata de julgamento do Processo Administrativo Licitatório nº 082/2026, Credenciamento nº 012/2026, Inexigibilidades nº 019/2026.

ADJUDICANDO A PESSOA JURÍDICA: ITEM 01 (contratação de pessoas físicas e/ou jurídicas para prestação de serviços médicos na especialidade de endocrinologista para a realização de consultas médicas, para atender as necessidades da secretaria municipal de saúde**) - MCK LTDA,** CNPJ nº **22.318.917/0001-71**– **VALOR GLOBAL: R$90.000,00.** Objeto Credenciamento de pessoas físicas e/ou jurídicas para prestação de serviços médicos na especialidade de endocrinologista para realização de consultas médicas, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Natalândia/MG, conforme especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência.
Formalize os contratos respectivos com início de execução de acordo com as necessidades da Administração Municipal, e anote as demais providências junto aos proponentes adjudicados.
Publique-se na forma legal.

Prefeitura Municipal de Natalândia/MG, 26 de agosto de 2026.

PAULO SERGIO LAURINDO MODESTO
Prefeito

Publicado por:
Bruna Adaleia
Código Identificador:948E91A5

PREFEITURA MUNICIPAL DE NATALÂNDIA
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO CREDENCIAMENTO N° 006/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 031/2026.

CREDENCIAMENTO Nº 006/2026.

INEXIGIBILIDADE Nº 011/2026.

DESPACHO HOMOLOGATÓRIO.

Acolho, homologo e ratifico a decisão da Comissão descrita na Ata de julgamento do Processo Administrativo Licitatório nº 031/2026, Credenciamento nº 006/2026, Inexigibilidades nº 011/2026.

ADJUDICANDO A PESSOA JURÍDICA: 63.649.322 RAFAEL DIVINO MARQUES SILVA, inscrita no CNPJ: 63.649.322/0001-86, ITEM 01 (PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REPAROS MECÂNICOS E GERAL LINHA LEVE MULTIMARCAS (AUTOMÓVEIS EM GERAL) INCLUSIVE SERVIÇOS NOS SISTEMAS DE DIREÇÃO HIDRAULICOS MONTAGEM E DESMONTAGEM DO MOTOR, CAIXA DE MARCHAS E REGULAGENS EM GERAL) – VALOR R$ 121.000,00; **ITEM 02** (PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E REPAROS MECÂNICOS EM GERAL - LINHA DIESEL MULTIMARCAS (MÁQUINAS PESADAS EM GERAL, TRATORES, RETROESCAVADEIRAS,

CARREGADEIRA, MOTO NIVELADORA ETC) INCLUSIVE SERVIÇOS NOS SISTEMAS DE DIREÇÃO HIDRAULICOS, MONTAGEM E DESMONTAGEM DO MOTOR, CAIXA DE MARCHAS E REGULAGENS EM GERAL) – VALOR R$ 157.000,00; **ITEM 03** (PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E REPAROS MECÂNICOS EM GERAL - UTILITÁRIOS (VAN, KOMBI, UTILITÁRIOS, ETC) INCLUSIVE SERVIÇOS NOS SISTEMAS DE DE DIREÇÃO HIDRAULICOS, MONTAGEM E DESMONTAGEM DO MOTOR, CAIXA DE MARCHAS E REGULAGENS EM GERAL) – VALOR R$ 134.000,00; **ITEM 04** (PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E REPAROS MECÂNICOS EM GERAL - LINHA DIESEL MULTIMARCAS (CAMINHÕES, ÔNIBUS, MICRO-ÔNIBUS, ETC) INCLUSIVE SERVIÇOS NOS SISTEMAS DE DE DIREÇÃO HIDRAULICOS, MONTAGEM E DESMONTAGEM DO MOTOR, CAIXA DE MARCHAS E REGULAGENS EM GERAL) – VALOR R$ 149.000,00; **ITEM 05** (PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E REPAROS MECÂNICOS EM GERAL – LINHA MOTO MULTIMARCAS) – VALOR R$ 9.800,00; **ITEM 06** (SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO MULTIMARCAS (LEVE, PESADO E UTILITÁRIO) - FECHADURAS, MAÇANETAS, TRINCOS, REGULAGEM DE PORTAS E VIDROS) – VALOR R$ 18.000,00; **ITEM 07** (PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA AUTO ELÉTRICO EM GERAL LINHA LEVE (AUTOMÓVEIS LEVES EM GERAL) - VALOR R$ 14.300,00; **ITEM 08** (PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA AUTO ELÉTRICO EM GERAL - UTILITÁRIOS (VAN, KOMBI, UTILITÁRIOS, ETC) – VALOR R$ 17.500,00; **ITEM 09** (PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA AUTO ELÉTRICO EM GERAL LINHA DIESEL -MULTIMARCAS (CAMINHÕES, ÔNIBUS, MICRO-ÔNIBUS, ETC) – VALOR R$ 19.400,00; **ITEM 10** (PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA AUTO ELÉTRICO EM GERAL LINHA PESADA - MULTIMARCAS (MÁQUINAS PESADAS EM GERAL, TRATORES, RETROESCAVADEIRAS, CARREGADEIRA, MOTO NIVELADORA ETC) – VALOR R$ 19.500,00. Valor Global R$ 659.500,00.
Objeto: Credenciamento de Pessoas Jurídicas a contratação de empresa para prestação de serviços mecânicos em geral, mão de obra (hora/trabalhada) para manutenção preventiva e corretiva com aplicação e fornecimento de peças e acessórios para manutenção da frota de veículos, caminhões, ônibus, motos e maquinas.
Formalize os contratos respectivos com início de execução de acordo com as necessidades da Administração Municipal, e anote as demais providências junto aos proponentes adjudicados.
Publique-se na forma legal.

Prefeitura Municipal de Natalândia/MG, 26 de agosto de 2026.

PAULO SERGIO LAURINDO MODESTO
Prefeito

Publicado por:
Bruna Adaleia
Código Identificador:37AF6BCB

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE NOVA PONTE

CAMARA MUNICIPAL DE NOVA PONTE
EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO PUBLICIDADE DE CONTRATO

A **CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA PONTE - MG**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, cadastrada no CNPJ sob o n.º 21.241.542/0001-26, torna público o extrato do Contrato Administrativo nº. 038/2026, do Processo Licitatório nº. 038/2026, sob modalidade de Inexigibilidade nº. 021/2026; **OBJETO:** Contratação de Serviços especializados de capacitação e desenvolvimento do Poder Legislativo Municipal para atualização e qualificação dos Servidores e Vereadores: no curso "DESENVOLVIMENTO URBANO SEGURO: ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS PARA CIDADES MAIS RESILIENTES" nos dias 25/08/2026 a 28/08/2026, na cidade de Brasília, DF, para a Câmara Municipal de Nova Ponte, MG. **CONTRATADO**: Instituto Conecta Brasil Capacitação em Gestão Pública LTDA, CNPJ 58.457.287/0001-63. **VALOR GLOBAL**: R$ 7.250,00 (sete mil duzentos e cinquenta reais). **VIGÊNCIA DO CONTRATO**: 18/08/2026 a 04/09/2026.

Câmara Municipal de Nova Ponte – MG, 25 de agosto de 2026.

DAVID ALBERT SILVA
Presidente da Câmara Municipal de Nova Ponte/MG

Publicado por:
Nayara Angelo Malfer Santos
Código Identificador:9B3C6750

CAMARA MUNICIPAL DE NOVA PONTE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PUBLICIDADE DA HOMOLOGAÇÃO

A **CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA PONTE - MG**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, cadastrada no CNPJ sob o n.º 21.241.542/0001-26 – HOMOLOGAÇÃO. **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 021/2026**. **OBJETO**: Contratação de Serviços especializados de capacitação e desenvolvimento do Poder Legislativo Municipal para atualização e qualificação dos Servidores e Vereadores: no curso "DESENVOLVIMENTO URBANO SEGURO: ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS PARA CIDADES MAIS RESILIENTES" nos dias 25/08/2026 a 28/08/2026, na cidade de Brasília, DF, para a Câmara Municipal de Nova Ponte, MG. **CONTRATADO**: Instituto Conecta Brasil Capacitação em Gestão Pública LTDA, CNPJ 58.457.287/0001-63. **VALOR GLOBAL**: R$ 7.250,00 (sete mil duzentos e cinquenta reais). **VIGÊNCIA DO CONTRATO**: 25/08/2026 a 04/09/2026. **FUNDAMENTO:** Homologo a condição de Inexigibilidade de Licitação enquadrando-a nos dispositivos legais previstos no art. 74, III, alínea "f", da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas posteriores alterações.

Nova Ponte – MG, 25 de agosto de 2026.

DAVID ALBERT SILVA
Presidente da Câmara Municipal de Nova Ponte/MG

Publicado por:
Nayara Angelo Malfer Santos
Código Identificador:E40BF13C

DEPARTAMENTO DE RH
EXTRATO DE CONTRATOS JULHO 2026

CONTRATO Nº.: 127/2026
CONTRATADO (A): LUCIANO NUNES CARLOS
CARGO: Aux. Servicos Gerais (AMBOS OS SEXOS)
VIGÊNCIA: 01/07/2026 a 31/12/2026
VENCIMENTO MENSAL: valor previsto em tabela salarial adotada
DATA DA ASSINATURA: 01/07/2026

CONTRATO Nº.: 128/2026
CONTRATADO (A): MARIO FRANCISCO LIMA JUNIOR
CARGO: Vigia
VIGÊNCIA: 03/07/2026 a 31/12/2026
VENCIMENTO MENSAL: valor previsto em tabela salarial adotada
DATA DA ASSINATURA: 03/07/2026

CONTRATO Nº.: 128 A/2026
CONTRATADO (A): RICARDO GUNDIM DA COSTA
CARGO: Aux. Servicos Gerais (AMBOS OS SEXOS)
VIGÊNCIA: 03/07/2026 a 31/12/2026
VENCIMENTO MENSAL: valor previsto em tabela salarial adotada
DATA DA ASSINATURA: 03/07/2026

CONTRATO Nº.: 129/2026
CONTRATADO (A): VILMA DOS REIS OLIVEIRA
CARGO: Aux. Servicos Gerais (AMBOS OS SEXOS)
VIGÊNCIA: 06/07/2026 a 31/12/2026

VENCIMENTO MENSAL: valor previsto em tabela salarial adotada
DATA DA ASSINATURA: 06/07/2026

CONTRATO Nº.: 130/2026
CONTRATADO (A): REJAINE FERREIRA BORGES VIEIRA
CARGO: Aux. Servicos Gerais (AMBOS OS SEXOS)
VIGÊNCIA: 06/07/2026 a 31/12/2026
VENCIMENTO MENSAL: valor previsto em tabela salarial adotada
DATA DA ASSINATURA: 06/07/2026

CONTRATO Nº.: 131/2026
CONTRATADO (A): JOSAFA FERREIRA SALGADO
CARGO: Aux. Servicos Gerais (AMBOS OS SEXOS)
VIGÊNCIA: 08/07/2026 a 31/12/2026
VENCIMENTO MENSAL: valor previsto em tabela salarial adotada
DATA DA ASSINATURA: 08/07/2026

CONTRATO Nº.: 132/2026
CONTRATADO (A): MIKAEL SILVA DE LIMA
CARGO: Aux. Servicos Gerais (AMBOS OS SEXOS)
VIGÊNCIA: 09/07/2026 a 31/12/2026
VENCIMENTO MENSAL: valor previsto em tabela salarial adotada
DATA DA ASSINATURA: 09/07/2026

CONTRATO Nº.: 133/2026
CONTRATADO (A): ALCIONE RODRIGUES DE SOUZA
CARGO: Vigia
VIGÊNCIA: 09/07/06/2026 a 31/12/2026
VENCIMENTO MENSAL: valor previsto em tabela salarial adotada
DATA DA ASSINATURA: 09/07/2026

CONTRATO Nº.: 134/2026
CONTRATADO (A): ANA LAURA OLIVERTINO GRACIANO BORGES
CARGO: Assistente Administrativo
VIGÊNCIA: 14/07/2026 a 31/12/2026
VENCIMENTO MENSAL: valor previsto em tabela salarial adotada
DATA DA ASSINATURA: 14/07/2026

CONTRATO Nº.: 135/2026
CONTRATADO (A): MARCIA REJANE DA SILVA REIS
CARGO: Aux. Servicos Gerais (AMBOS OS SEXOS)
VIGÊNCIA: 14/07/2026 a 31/12/2026
VENCIMENTO MENSAL: valor previsto em tabela salarial adotada
DATA DA ASSINATURA: 14/07/2026

CONTRATO Nº.: 136/2026
CONTRATADO (A): ROSIMERE BARBOSA DA SILVA
CARGO: Aux. Servicos Gerais (AMBOS OS SEXOS)
VIGÊNCIA: 15/07/2026 a 31/12/2026
VENCIMENTO MENSAL: valor previsto em tabela salarial adotada
DATA DA ASSINATURA: 15/07/2026

CONTRATO Nº.: 137/2026
CONTRATADO (A): PABLYNE HELLEN GOMES REIS
CARGO: Educador
VIGÊNCIA: 16/07/2026 a 31/12/2026
VENCIMENTO MENSAL: valor previsto em tabela salarial adotada
DATA DA ASSINATURA: 16/07/2026

CONTRATO Nº.: 138/2026
CONTRATADO (A): MATEUS CIPRIANO BRANDAO
CARGO: Aux. Servicos Gerais (AMBOS OS SEXOS)
VIGÊNCIA: 20/07/2026 a 31/12/2026
VENCIMENTO MENSAL: valor previsto em tabela salarial adotada
DATA DA ASSINATURA: 20/07/2026

CONTRATO Nº.: 139/2026
CONTRATADO (A): JESSICA TAIANE DE SOUZA SILVA
CARGO: Assistente Administrativo
VIGÊNCIA: 20/07/2026 a 31/12/2026
VENCIMENTO MENSAL: valor previsto em tabela salarial adotada
DATA DA ASSINATURA: 20/07/2026

CONTRATO Nº.: 139 A/2026
CONTRATADO (A): GIRLENE MARIA DA SILVA
CARGO: Assistente Administrativo
VIGÊNCIA: 21/07/2026 a 31/12/2026
VENCIMENTO MENSAL: valor previsto em tabela salarial adotada
DATA DA ASSINATURA: 21/07/2026

CONTRATO Nº.: 140/2026
CONTRATADO (A): FRANCISCA MARIA ALVES DA SILVA
CARGO: Aux. Servicos Gerais (AMBOS OS SEXOS)
VIGÊNCIA: 23/07/2026 a 31/12/2026
VENCIMENTO MENSAL: valor previsto em tabela salarial adotada
DATA DA ASSINATURA: 23/07/2026

CONTRATO Nº.: 141/2026
CONTRATADO (A): CARLOS ANDRE MENDES
CARGO: Aux. Servicos Gerais (AMBOS OS SEXOS)
VIGÊNCIA: 23/07/2026 a 31/12/2026
VENCIMENTO MENSAL: valor previsto em tabela salarial adotada
DATA DA ASSINATURA: 23/07/2026

CONTRATO Nº.: 142/2026
CONTRATADO (A): ADELINO FERREIRA DE ABREU
CARGO: Pedreiro
VIGÊNCIA: 28/07/2026 a 31/12/2026
VENCIMENTO MENSAL: valor previsto em tabela salarial adotada
DATA DA ASSINATURA: 28/07/2026

Publicado por:
Phamela Cristina Ferreira
Código Identificador:E6C7BE1D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE OURO BRANCO

PREFEITURA DE OURO BRANCO
ORTARIA PMOB/344, DE 10 DE AGOSTO DE 2026
SUBSTITUI SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NA FUNÇÃO DE FISCAL DE ALVARÁ DE URBANIZAÇÃO

P
O Prefeito do Município de Ouro Branco, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, especialmente das que são previstas no art. 77, incisos III, VII e XI da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o memorando nº 344/2026 da Secretaria Municipal de Obras e Gestão Urbana, no qual solicita designação de Fiscal de Alvará de Urbanização;

RESOLVE:
Art. 1º. Substituir Renato Batista Paolucci na função de Fiscal de Alvará de Urbanização, designando Gisele de Oliveira Neiva para exercer a referida função.

Art. 2º. A servidora ora designada ficará responsável pelo acompanhamento, fiscalização e controle das atividades relacionadas ao seguinte alvará:

I – Alvará de Urbanização nº 004/2025 – Lauto's Residencial SPE LTDA – CNPJ: 51.474.536/0001-80;
II – Processo nº 2024.017.051;
III – Número de lotes: 388, com área total de 306.113,50 m².

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os efeitos a 4 de agosto de 2026.

Ouro Branco, 10 de agosto de 2026.

SÁVIO RODRIGUES FONTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida da Silva
Código Identificador:BF59C6B1

PREFEITURA DE OURO BRANCO
ORTARIA PMOB/348, DE 10 DE AGOSTO DE 2026
EXONERA, A PEDIDO, SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DO CARGO DE INSPETOR DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL

P

O Prefeito Municipal de Ouro Branco, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art.77 da Lei Orgânica do Município;

Considerando o requerimento apresentado pelo Guarda Civil Municipal Altino Gomes, por meio do qual solicita sua exoneração, a pedido, do cargo de Inspetor da Guarda Civil Municipal;

Considerando que o servidor foi nomeado para o cargo de Inspetor por meio do Decreto Municipal nº 11.352, de 06 de junho de 2024;

Considerando que o último serviço prestado pelo servidor na função de Inspetor ocorreu em 03 de março de 2025, passando a exoneração a produzir efeitos a partir de 04 de março de 2025.

RESOLVE,

Art. 1º. Exonerar, a pedido, com efeitos retroativos a 4 de março de 2025, o servidor público municipal Altino Gomes do cargo de Inspetor da Guarda Civil Municipal.

Art. 2°. A exoneração de que trata esta Portaria refere-se exclusivamente ao servidor mencionado no art. 1º, não implicando a revogação do Decreto Municipal nº 11.352, de 06 de junho de 2024, permanecendo referido ato normativo vigente quanto às demais disposições e designações nele estabelecidas.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de publicação.

Ouro Branco, 10 de agosto de 2026

SÁVIO RODRIGUES FONTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida da Silva
Código Identificador:0D27A1D7

PREFEITURA DE OURO BRANCO
PORTARIA PMOB/347, DE 10 DE AGOSTO DE 2026
SUBSTITUI SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NA FUNÇÃO DE FISCAL DE ALVARÁ DE URBANIZAÇÃOPORTARIA PMOB/347, DE 10 DE AGOSTO DE 2026 SUBSTITUI SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NA FUNÇÃO DE FISCAL DE ALVARÁ DE URBANIZAÇÃ

O Prefeito do Município de Ouro Branco, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, especialmente das que são previstas no art. 77, incisos III, VII e XI da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o memorando nº 343/2026 da Secretaria Municipal de Obras e Gestão Urbana, no qual solicita designação de Fiscal de Alvará de Urbanização;

RESOLVE:

Art. 1º. Substituir Renato Batista Paolucci na função de Fiscal de Alvará de Urbanização, designando Gisele de Oliveira Neiva para exercer a referida função.

Art. 2º. A servidora ora designada ficará responsável pelo acompanhamento, fiscalização e controle das atividades relacionadas ao seguinte alvará:

- Alvará de Urbanização ° 002/2026 – Empresa SPE do Loteamento Park Real LTDA – CNPJ: 41.937.451/0001-37
- Processo n° 008.333/2014
- Número de Lotes: 165, com área total de 39.580,33m²

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os efeitos a 4 de agosto de 2026.

Ouro Branco, 10 de agosto de 2026.

SÁVIO RODRIGUES FONTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida da Silva
Código Identificador:259321E4

PREFEITURA DE OURO BRANCO
TORNA PÚBLICO O SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 166/2024

A PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO BRANCO **TORNA PÚBLICO O SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 166/2024**, FIRMADO COM **DANIEL LUIS DA SILVEIRA**, ORIUNDO DA **INEXIGIBILIDADE Nº 041/2024 – PRC Nº 138/2024.** O objeto do termo aditivo é a prorrogação da vigência contratual pelo período de 1 mês, vigorando entre 27/08/2026 a 26/09/2026. Visou também reajustar os preços praticados pelo índice IGP-M de 2,76%. Valor da renovação: R$ 4.443,67 (Quatro mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e sessenta e sete centavos). Data de assinatura: 25/08/2026.

Publicado por:
Davidson Vinício Lima da Silva
Código Identificador:14999D30

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE OURO FINO

COMISSÃO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO SUSPENSA PROCESSO LICITATÓRIO N.º 152/2026 CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 010/2026

O Município de Ouro Fino/MG torna público, para conhecimento dos interessados, que fica SUSPENSA a Concorrência Pública n.º 010/2026, referente ao Processo Licitatório n.º 152/2026, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE OBRA PÚBLICA, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA IMPLANTAÇÃO DE PÁTIO DE TRANSBORDO PARA GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO MUNICÍPIO DE OURO FINO/MG. A suspensão ocorre a pedido do Departamento Municipal de Obras, Infraestrutura, Meio Ambiente e Trânsito, para a realização de readequações e ajustes necessários na documentação técnica e nos elementos que compõem o processo licitatório, visando assegurar a adequada definição do objeto e das condições para a execução da obra. Dessa forma, ficam temporariamente suspensos os prazos e as datas anteriormente estabelecidos para cadastramento e apresentação das propostas, abertura das propostas e fase de disputa de lances, até a conclusão das adequações necessárias. Após a conclusão das readequações, será publicado novo aviso, com a definição das novas datas e dos prazos para a realização do certame, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

GISLAINE CRISTINA BATISTA TEIXEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Gislaine Cristina Batista Teixeira
Código Identificador:E6F627A7

COMISSÃO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DE Ata de Registro de Preço

Prefeitura Municipal de Ouro Fino – MG – Extrato de Ata de Registro de Preço - Processo Licitatório nº 172/2026 – Pregão Eletrônico nº 067/2026 – Extrato de Ata de Registro de Preço – Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de madeiras serradas e

aparelhadas em madeira de lei (Angelim e Cumaru), destinadas à manutenção e execução de obras do Município de Ouro Fino/MG. Ata de Registro de Preço nº 168/2026 – Contratada: LUIZ ANTÔNIO BERTOLIM & BERTOLIN LTDA – Valor R$ 153.230,00 – Ata de Registro de Preço nº 169/2026 – Contratada: RAFEL AZEVEDO RIBEIRO DOS SANTOS – Valor R$ 138.938,00 - Assinatura: 20/08/2026 – Validade até 20/08/2027 -

ANTÔNIO BENEDITO SALGUEIRO MIGUEL
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Natã Leonardo Pereira
Código Identificador:37D0DBA3

COMISSÃO DE LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO FINO – MG - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 173/2026 - MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2026 – REGISTRO DE PREÇOS Nº 053/2026 - EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS –

Prefeitura Municipal de Ouro Fino – MG - Processo Licitatório nº 173/2026 - Modalidade Pregão Eletrônico nº 068/2026 – Registro de Preços nº 053/2026 - Extrato de Ata de Registro de Preços – Objeto. Aquisição de mesas, raquetes, redes, bolinhas, marcadores de placar, capas de proteção e demais acessórios necessários à prática da modalidade de tênis de mesa, destinados ao atendimento das atividades esportivas e educacionais desenvolvidas junto aos munícipes e aos alunos da rede municipal de ensino. Ata de Registro de Preços nº 176/2026 – Signatário: Vanderlei Colodrão - Valor Estimado R$ 20.007,00 - Data: 25/08/2026 - Validade (12) meses após assinatura do contrato -

ANTÔNIO BENEDITO SALGUEIRO MIGUEL -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Edmar Pinto de Carvalho
Código Identificador:B8A1B3B2

COMISSÃO DE LICITAÇÕES
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 181/2026 CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 012/2026

O Município de Ouro Fino torna público que fará realizar o **Processo Licitatório n.º 181/2026 – Concorrência Pública n.º 012/2026,** cujo Edital se encontra à disposição dos interessados no site: **www.ourofino.mg.gov.br,** na aba Licitações**. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE OBRA PÚBLICA, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA COBERTA A SER IMPLANTADA NA CEMEI MARIA DO CARMO SALGUEIRO MIGUEL, NO MUNICÍPIO DE OURO FINO/MG, CONFORME CONVÊNIO Nº 1261001347/2026, PROPOSTA 000752/2026, PLANO DE TRABALHO 000674/2026, INSTRUMENTO N° 1261001347/2026**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Início de Cadastramento das Propostas: 31/08/2026 às 08h00min. Fim de Cadastramento das Propostas: 07/10/2026 às 08h00min. Abertura das Propostas e análises: 07/10/2026 às 08h15min. Fase de Disputa de Lances: 07/10/2026 às 08h30min. Formulação de consultas e obtenção do Edital: Endereço Eletrônico:licitacoes@ourofino.mg.gov.br.

GISLAINE CRISTINA BATISTA TEIXEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Gislaine Cristina Batista Teixeira
Código Identificador:8A6EFAB6

COMISSÃO DE LICITAÇÕES
TERMO ADITIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO FINO – MG. Termo Aditivo ao Contrato nº 026/2026. Processo Administrativo nº 049/2026, modalidade Dispensa nº 012/2026. Contratada: 54.271.744 WELLINGTON SANTOS PAULINO, inscrita no CNPJ nº 54.271.744/0001-70. Objeto: acréscimo quantitativo de 25% (vinte e cinco por cento) dos serviços de locação de brinquedos infláveis e recreativos, incluindo transporte, montagem, desmontagem, acompanhamento técnico e monitoramento durante os eventos promovidos pelos Departamentos Municipais da Prefeitura Municipal de Ouro Fino/MG. O acréscimo corresponde ao valor de R$ 11.412,50 (onze mil, quatrocentos e doze reais e cinquenta centavos), passando o valor total do contrato para R$ 57.062,50 (cinquenta e sete mil e sessenta e dois reais e cinquenta centavos). Data: 25/08/2026.

ANTÔNIO BENEDITO SALGUEIRO MIGUEL –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Natã Leonardo Pereira
Código Identificador:CC73E200

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO Nº 4.506/2026

DECRETO Nº 4.506/2026

Abre Crédito Suplementar em favor da Diretoria de Desenvolvimento Social, no valor de R$ 51.753,03, para os fins que especifica.

ANTONIO BENEDITO SALGUEIRO MIGUEL, Prefeito do Município de Ouro Fino - MG, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 2º, da Lei Municipal nº 3.407 de 20 de agosto de 2026 e no artigo 42 da Lei Federal nº 4.320/64,
DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito suplementar em favor da Diretoria de Desenvolvimento Social, no valor de R$ 51.753,03 (cinquenta e um mil setecentos e cinquenta e três reais e três centavos), com as seguintes dotações orçamentárias:

CLASSIFICAÇÃO	FICHA	FONTE	VALOR
02.05.02.08.245.0014.0.013 - Transf Financeiras ao Lar de Idosos			
3350 43 - Subvenções Sociais	443	1.500.000.0.000.000	R$ 10.000,00
3350 43 - Subvenções Sociais	444	1.749.000.0.065.002	R$ 41.753,30
TOTAL			R$ 51.753,30

Art. 2º. Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o artigo anterior decorrem das seguintes fontes:

- anulação da dotação orçamentária a seguir especificada, conforme o inciso III, do § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/1964:

CLASSIFICAÇÃO	FICHA	FONTE	VALOR
02.05.02.08.244.0013.2.070 - Gestão Prog Bolsa Familia e Cad Único			
3390 36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	422	1.500.000.0.000.000	R$ 10.000,00

- excesso de arrecadação, considerando a tendência do exercício financeiro de 2026, apurado na fonte de recurso a seguir especificada, conforme o disposto no inciso II do § 1º e no § 3º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/1964, combinado com o parágrafo único do artigo 8º e com o inciso I do artigo 50, da Lei Complementar nº 101/2000:

FONTE	DESCRIÇÃO	VALOR
749	Outras Vinculações de transferências	R$ 41.753,03

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro Fino, 26 de agosto de 2026.

ANTONIO BENEDITO SALGUEIRO MIGUEL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Prado de Sousa
Código Identificador:7608CA50

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI Nº 3.412/2026

LEI Nº 3.412/2026

"Dispõe sobre a obrigatoriedade de conservação e limpeza de terrenos particulares localizados na zona urbana do Município de Ouro Fino e dá outras providências."

ANTÔNIO BENEDITO SALGUEIRO MIGUEL, Prefeito do Município de Ouro Fino/MG, no uso das atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Os proprietários, possuidores ou titulares, a qualquer título, de imóveis urbanos, edificados ou não, ficam obrigados a mantê-los permanentemente limpos, conservados e livres de mato, resíduos, entulhos, materiais inservíveis e quaisquer objetos que possam comprometer a saúde pública, a segurança, a salubridade, a higiene urbana ou o meio ambiente.

Art. 2º O descumprimento do disposto nesta Lei sujeita o responsável às medidas administrativas previstas na legislação municipal aplicável, observado o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa.

Art. 3º Na hipótese de permanência da situação que coloque em risco a saúde pública, a segurança coletiva, o meio ambiente ou a salubridade urbana, poderão ser adotadas pelo Poder Público as medidas administrativas cabíveis previstas na legislação vigente, inclusive aquelas decorrentes do exercício do poder de polícia administrativa.

Art. 4º Quando houver a execução subsidiária de serviços pelo Poder Público, nos casos admitidos pela legislação, o proprietário, possuidor ou titular do imóvel responderá pelo ressarcimento integral das despesas efetivamente realizadas, observado o devido processo administrativo.
Art. 5º (VETADO)

Art. 6º (VETADO)

Art. 7º Os débitos decorrentes da aplicação desta Lei poderão ser vinculados ao cadastro imobiliário do imóvel exclusivamente para fins de controle administrativo, sem alteração da natureza jurídica do crédito.
Art. 8º Na aplicação desta Lei serão assegurados ao interessado o contraditório, a ampla defesa e o devido processo legal, nos termos da Constituição Federal e da legislação pertinente.

Art. 9° As despesas eventualmente decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro Fino, 25 de Agosto de 2026.

ANTÔNIO BENEDITO SALGUEIRO MIGUEL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Prado de Sousa
Código Identificador:D2131828

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PAINEIRAS

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TERMO ADITIVO: 001/2026

CONTRATO: 31/2025

PROCESSO: 82/2025

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Paineiras/MG

CONTRATADA: TEC-RAD Tecnologia em Radioproteção LTDA

CNPJ: 65.716.995/0001-37

OBJETO: Prorrogação da vigência do Contrato firmado entre as partes em 22/08/2025, a partir de 26/08/2026 por mais 12 (doze) meses e aplicação de índice de reajuste conforme Cláusula Quinta.

DATA DE ASSINATURA: 25/08/2026

Paineiras/MG, 26 de agosto de 2026.

Publicado por:
Otavio Verissimo Costa Alvares
Código Identificador:447C8655

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PARACATU

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO N.º 8.283, DE 28 DE JULHO DE 2026

Declara de Utilidade Pública, para fins de desapropriação de pleno domínio e constituição de servidão pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA/MG, terrenos necessários ao Sistema de Esgoto Sanitário no Município de Paracatu.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE PARACATU** – Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO que os serviços de saneamento básico são direito adjetivo à garantia da dignidade da pessoa humana, e devem ser assegurados à população por todos os entes federativos, conforme previsto no art. 23, IX da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a necessidade de execução de obras para concluir o sistema de esgoto sanitário e tratamento do Município, por se tratar de questão que afeta à saúde pública;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação de pleno domínio ou de constituição de servidão, pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA/MG, Empresa Concessionária de Serviço Público, por via amigável ou judicial, as áreas de terrenos situadas no Município de Paracatu, necessárias à implantação de unidades do Sistema de Esgoto Sanitário pertencente ao município de Paracatu, conforme descrições topográficas abaixo caracterizadas e descritas, a saber:

a) Área de Servidão:

I - DESCRIÇÃO TOPOGRÁFICA DA FAIXA DE SERVIDÃO DA REDE COLETORA DE ESGOTO 02 NA CIDADE DE PARACATU/MG.

PROPRIETÁRIO PRESUMIDO: Posseiro Alessandro Silva Brandão

ENDEREÇO: Rua Joaquim Brochado, 400, bairro São Sebastião, Paracatu/MG, CEP 38.609-990

GLEBA: Única

ÁREA: 208,54m² (duzentos e oito metros quadrados e cinquenta e quatro centímetros quadrados)

UTILIZAÇÃO DO TERRENO: Servidão.

CLASSIFICAÇÃO DO TERRENO: Urbano não parcelado

DATUM SIRGAS2000, FUSO 23º – MERIDIANO CENTRAL – 45ºW.

MATERIALIZAÇÃO DO VÉRTICE DE PARTIDA, TRANSPORTE DAS AMARRAÇÕES E DESCRIÇÃO DAS DIVISAS: Esta faixa se define com 3,00m de largura, sendo 1,50m para cada lado e paralelo ao eixo. Partindo do V01 (vértice um), de coordenadas N=8.096.944,999m e E=340.485,938m; deste segue com azimute 69º31'02" e distância de 19,61m, até o V02 (vértice dois), de coordenadas N=8.096.951,862m e E=304.504,310m; deste segue com azimute 329º14'14" e distância de 50,27m, até o V03 (vértice três), de coordenadas N=8.096.995,059m e E=304.478,598m; sendo este o vértice final do eixo da faixa descrita

A faixa de servidão definida pelos vértices V01, V02 e V03 confronta-se: pelo vértice V01 confronta com a Rua Travessa 1; pelo vértice V02 pelas laterais da faixa com área remanescente de posse de Alessandro Silva Brandão; pelo vértice V03 confronta com a Rua Joaquim Brochado.

Art. 2°. As áreas mencionadas no art. 1° deste Decreto, destinam-se à implantação de unidades do sistema de esgoto sanitário, neste Município, e sua regularização será promovida pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA/MG.

Art. 3°. Fica autorizada a Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA/MG, na conformidade com a legislação vigente, a promover a desapropriação de pleno domínio, do terreno descrito no artigo 1º deste Decreto, cabendo-lhe arcar com todos os ônus decorrentes da desapropriação.

Art. 4°. A urgência da desapropriação de que trata este Decreto poderá ser alegada no respectivo processo judicial, nos termos do Decreto-Lei Federal n° 3.365, de 21 de junho de 1941, para os efeitos de imissão na posse do bem a ser expropriado.

Art. 5°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paracatu – Minas Gerais, 28 de julho de 2026.

PEDRO AGUIAR ADJUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Henrique Torres Caixeta
Código Identificador:0F40D10F

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
EXTRATO DE JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

PROCESSO Nº. 13110/2026. OBJETO: Celebração de parceria destinada a viabilizar repasse de recurso financeiro. **PROPONENTE: ASSOCIAÇÃO DE APOIO AOS PRODUTORES DO ENTRE RIBEIROS. JUSTIFICATIVA:** Justifica-se a pretensa formalização de parceria **com a APHA- ASSOCIAÇÃO DE APOIO AOS PRODUTORES DO ENTRE RIBEIROS, inscrito no CNPJ nº 20.211.314/0001-40,** nos termos do Inciso II do art.31 da Lei Federal nº 13.019/14, o qual dispõe acerca da inexigibilidade de chamamento público para parceria decorrente de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária. Fica aberto o prazo de impugnação, previsto no §2º do art. 32 da Lei Federal 13.019/2014.

Paracatu-MG, 26 de agosto de 2026.

UMARQUES DA SILVA COUTO,
Secretário Municipal de Saúde, Portaria n° 1168/2025.

Publicado por:
Deiverson Gonçalves Dos Santos
Código Identificador:0C28414F

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
EXTRATO DE JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

PROCESSO Nº. 13107/2026. **OBJETO:** Lar em Expansão. **PROPONENTE:** Lar São Vicente de Paulo da Sociedade de São Vicente de Paulo. **JUSTIFICATIVA:** Justifica-se a pretensa formalização de parceria com a Organização da Sociedade Civil Lar São Vicente de Paulo da Sociedade de São Vicente de Paulo, inscrita no CNPJ n°: 20.582.680/0001-06, nos termos do Inciso VI do art. 30 da Lei Federal nº 13.019/2014, o qual dispõe acerca da dispensa da realização de chamamento público no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política. Fica aberto o prazo de impugnação, previsto no §2º do art. 32 da Lei Federal 13.019/2014.

Paracatu-MG, 26 de agosto de 2026.

ANA MARIA DE ANDRADE SILVA,
Secretária Municipal de Assistência Social, Portaria: 0145/2025.

Publicado por:
Deiverson Gonçalves Dos Santos
Código Identificador:F8A36FEB

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU - MG TERMO DE CONVÊNIO Nº 207/2026 PROCESSO: 5296/2026

CONVENENTES: Município de Paracatu/MG e a **Lar São Vicente de Paulo da Sociedade São Vicente de Paulo**, **CNPJ nº: 20.582.680/0001-06**. **DATA:** 26/08/2026. Nome do Parlamentar da Emenda Impositiva, Vereador Kassius Kennedy Clemente Batista, **indicação nº:** 283/2026. **FUNDAMENTO**: LEI Orgânica Municipal dada pela Emenda N° 28 de 19.06.2000, em seu artigo 86°, inciso XIX c/c parágrafo único, Lei Federal nº 13.019/2014, Decreto Municipal nº 6.707/2023; anexos e demais normas correlatas. **PROCESSO:** 5296/2026. **OBJETO DA PARCERIA:** Realizar a aquisição de um veículo utilitário 7 lugares para realização de transporte de moradores e colaboradores em atividades externas a instituição. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 02.06.01.10.122.0067.2233.4.4.50.42, Ficha: 568, Fonte: 1.500. CONTA CORRENTE DA OSC PARA RECEBIMENTO DO RECURSO**: **Conta: 201.450-5, Agência: 380-8, Banco do Brasil**. **PRAZO DE EXECUÇÃO/VIGÊNCIA: 31/01/2027**. **VALOR**: **R$160.000,00. ASSINATURAS:** Umarques da Silva Couto, Secretário Municipal de Saúde, convenente, e, Geraldo Magela Teixeira da Mota, representante OSC, conveniada.

Publicado por:
Deiverson Gonçalves Dos Santos
Código Identificador:D4FB26C4

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO FUMIP Nº 01/2026

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA – CMDPI DE PARACATU/MG, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e em conformidade com as disposições estabelecidas no Edital de Chamamento Público para Credenciamento FUMIP nº 01/2026, que tem por objeto selecionar Organizações da Sociedade Civil – OSCs, sem fins lucrativos, para execução de programas, ações e projetos voltados à promoção, proteção e defesa dos direitos da

pessoa idosa, TORNA PÚBLICO o RESULTADO FINAL do processo de avaliação e seleção das propostas.
Considerando a conclusão da etapa de avaliação das propostas, realizada pelos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI;
Considerando que foram observados os critérios de avaliação previstos no edital, totalizando 100 (cem) pontos, compreendendo: I – compatibilidade do valor solicitado; II – coerência entre objetivos, metodologia e efetividade; III – relevância e impacto social; IV – viabilidade técnica; V – diferencial e abrangência; e VI – participação em capacitações sobre a Lei Federal nº 13.019/2014 e o Decreto Municipal nº 6.707/2023;
Considerando que o edital estabelece como habilitadas as propostas que obtiverem pontuação igual ou superior a 60 (sessenta) pontos;
Considerando que não houve interposição de recurso contra o resultado preliminar, dentro do prazo estabelecido no edital, tornando-se definitiva a classificação das propostas;
TORNA PÚBLICO o Resultado Final, em ordem de pontuação:

I – CLASSIFICAÇÃO FINAL DAS PROPOSTAS HABILITADAS:
PROJETO DE INICIAÇÃO ESPORTIVA DO UNIÃO ESPORTE CLUBE
Proposta: Hidro Vida União
Pontuação final: 100 pontos – HABILITADA.

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCACIONAL, CULTURAL E AMBIENTAL DO NOROESTE DE MINAS GERAIS – ACECANOR.
Proposta: Fortalecer para Cuidar
Pontuação final: 98 pontos – HABILITADA.

FUNDAÇÃO CONSCIENCIARTE
Proposta: Projeto Conexões – Memórias, Saberes e Convivência Intergeracional
Pontuação final: 96 pontos – HABILITADA

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE
Proposta: Envelhecimento Ativo e Inclusivo – Hidroginástica Adaptada para Pessoas Idosas com Deficiência
Pontuação final: 93 pontos – HABILITADA

ASSOCIAÇÃO ESTHER SIQUEIRA TILLMANN – ASSOCEST
Proposta: Tecendo Memórias
Pontuação final: 93 pontos – HABILITADA

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL – ACIS
Proposta: Caminhos da Memória e da Cidadania, Turismo Social e Envelhecimento Ativo em Paracatu/MG
Pontuação final: 86 pontos – HABILITADA.

ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS DO CENTRO ESPÍRITA FÉ, ESPERANÇA E CARIDADE.
Proposta: Viver com Dignidade – Espaço de Convivência para o Envelhecimento Ativo
Pontuação final: 85 pontos – HABILITADA.

ASSOCIAÇÃO CULTURAL AXÉ DENDÊ CAPOEIRA DE PARACATU
Proposta: Quilombo Vivo 60+
Pontuação final: 80 pontos – HABILITADA.

PROJETO ATUAR SEMEANDO AMOR
Proposta: Idoso Assistido, Vida Protegida
Pontuação final: 75 pontos – HABILITADA

ASSOCIAÇÃO PROJETO CONVIVER DE BRAÇOS ABERTOS PARA VOCÊ
Proposta: Vida Plena 60+ – Programa de Envelhecimento Ativo, Saúde e Convivência
Pontuação final: 73 pontos – HABILITADA.

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE NOVA ESPERANÇA DE PARACATU – ABNEP
Proposta: Fortalecer Vidas
Pontuação final: 61 pontos – HABILITADA.

ASSOCIAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DE PARACATU – ADP
Proposta: Conectados na Melhor Idade
Pontuação final: 47 pontos – INABILITADA.

Em observância ao critério mínimo de pontuação estabelecido no Edital, fica registrada a seguinte proposta como INABILITADA: ASSOCIAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DE PARACATU – ADP / Proposta: Conectados na Melhor Idade / Pontuação: 47 pontos – INABILITADA.
A proposta acima não atingiu a pontuação mínima de 60 (sessenta) pontos estabelecida pelo edital para habilitação.
II – DA HOMOLOGAÇÃO
Diante do encerramento da fase recursal e não tendo sido interposto recurso contra o resultado preliminar, o CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA – CMDPI, por meio de seu Presidente, HOMOLOGA o Resultado Final do Edital de Chamamento Público para Credenciamento FUMIP nº 01/2026, ratificando a classificação das propostas habilitadas e a inabilitação da proposta que não alcançou a pontuação mínima exigida.
A presente homologação produz os efeitos previstos no edital, ficando as Organizações da Sociedade Civil classificadas sujeitas às demais etapas, procedimentos, exigências documentais e condições estabelecidas no instrumento convocatório e na legislação aplicável.
A classificação apresentada neste Resultado Final observa exclusivamente a pontuação obtida na avaliação das propostas, em ordem decrescente, conforme os registros do Conselho responsável pela análise e julgamento.
III – DA PUBLICAÇÃO
O presente Resultado Final e Homologação será publicado nos meios oficiais de divulgação do Município e do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI, para conhecimento dos interessados e demais efeitos legais.

Paracatu/MG, 26 de agosto de 2026.

GILSON MARTINS DE MELO
Presidente
Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI
Gestão 2025/2027

Publicado por:
Deiverson Gonçalves Dos Santos
Código Identificador:B28711EF

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 193/2026

CONVENENTES: Município de Paracatu/MG e a **Cáritas Diocesana de Paracatu-MG**, **CNPJ nº: 20.583.522/0001-70. DATA:** 24/08/2026. **FUNDAMENTO**: LEI Orgânica Municipal dada pela Emenda N° 28 de 19.06.2000, em seu artigo 86°, inciso XIX c/c parágrafo único, Lei Federal nº 13.019/2014, Decreto Municipal nº 6.707/2023 e; anexos e demais normas correlatas. **PROCESSO: 5146/2026. OBJETO DA PARCERIA:** Repasse financeiro modalidade Emenda Impositiva, Vereador Kassius Kennedy Clemente Batista, Indicação nº 161/2026, objeto custeio de despesas essenciais ao funcionamento institucional. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 02.15.01.13.392.0043.2200.3.3.50.41., Ficha: 1.557. VALOR: R$20.000,00. PRAZO DE EXECUÇÃO/VIGÊNCIA: 31/07/2027. ASSINATURAS:** Thiago dos Reis Gomes Venâncio, Secretário Municipal de Cultura, convenente, e, Tânia Martins Santana, representante OSC, conveniada.

Publicado por:
Deiverson Gonçalves Dos Santos
Código Identificador:B6225893

SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 17/2026

AVISO DE LICITAÇÃO / Prefeitura Municipal de Paracatu-MG/ Secretaria Municipal de Cultura. **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 17/2026**. Processo Licitatório Nº 141/2026 – Tipo: Menor Preço (Global), cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA OBRA DE RESTAURO DO IMÓVEL TOMBADO LOCALIZADO NO ENDEREÇO RUA JOAQUIM DA SILVA PEREIRA, Nº 09 - SANTANA**. As propostas e documentos serão recebidos virtualmente a partir das 17h30m do dia: **27/08/2026** até às 8h59min do dia **14/09/2026** com início da Sessão da disputa de lances às 09h (horário de Brasília-DF), quando iniciará a fase de lances, conforme especificações e normas contidas no Edital e seus Anexos, à disposição dos interessados na Superintendência de Suprimentos/Departamento de Licitações - situada na Avenida São João Paulo II, nº 2.045, Bairro: Paracatuzinho, Paracatu-MG, CEP: 38.603-401 e nos site da Prefeitura Municipal: ***www.paracatu.mg.gov.br***, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP): ***https://www.gov.br/pncp/pt-br***, e também, no portal onde realizar-se-á a abertura das propostas de preços e lances: ***www.novobbmnet.com.br***.

Paracatu-MG, 26 de agosto de 2026.

DIEGO LIMA DE LIRA –
Membro da Comissão.

Publicado por:
Lúcio Prado Ferreira Gomes
Código Identificador:1C3F8F5F

SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 16/2026

AVISO DE LICITAÇÃO / Prefeitura Municipal de Paracatu-MG/ Secretaria Municipal de Meio Ambiente. **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 16/2026**. Processo Licitatório Nº 134/2026 – Tipo: Menor Preço (Global), cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE AMPLIAÇÃO E CRIAÇÃO DE NOVAS "CÉLULAS" IMPERMEABILIZADAS DO ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL DE PARACATU-MG**. As propostas e documentos serão recebidos virtualmente a partir das 17:30h do dia: **27/08/2026** até às 8h59min do dia **05/10/2026** com início da Sessão da disputa de lances às 09h (horário de Brasília-DF), quando iniciará a fase de lances, conforme especificações e normas contidas no Edital e seus Anexos, à disposição dos interessados na Superintendência de Suprimentos/Departamento de Licitações - situada na Avenida São João Paulo II, nº 2.045, Bairro: Paracatuzinho, Paracatu-MG, CEP: 38.603-401 e nos site da Prefeitura Municipal: www.paracatu.mg.gov.br, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP): https://www.gov.br/pncp/pt-br, e também, no portal onde realizar-se-á a abertura das propostas de preços e lances: www.novobbmnet.com.br.

Paracatu-MG, 26 de agosto de 2026.

DIEGO LIMA DE LIRA –
Membro da Comissão.

Publicado por:
Lúcio Prado Ferreira Gomes
Código Identificador:B64A4F5D

SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO 8º TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 170/2020

Prefeitura Municipal De Paracatu - Minas Gerais
Processo: 7.328/2020

EXTRATO 8º TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 170/2020
(PROCESSO: 7.328/2020)

CONTRATANTES: Município de Paracatu e **ELETROPAR CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA.** Objeto: **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO DISTRITO INDUSTRIAL DE PARACATU-MG.** Prorrogação da vigência. **DATA: 24/08/2026. VENCIMENTO: 24/11/2026. FUNDAMENTAÇÃO:** Art. 57, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666 de 1993. **ASSINATURAS: URBANO MEM DE SÁ** pela Contratante e **ELETROPAR CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA** pela Contratada.

Publicado por:
Lúcio Prado Ferreira Gomes
Código Identificador:127A5E02

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PAULA CÂNDIDO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 034/2026 PREGÃO ELETRÔNICO nº 021/2026 REGISTRO DE PREÇOS nº 012/2026 Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO, DESCUPINIZAÇÃO, CONTROLE SANITÁRIO INTEGRADO NO COMBATE DE VETORES E PRAGAS URBANAS, LIMPEZA DE CAIXA E RESERVATÓRIOS D'AGUA, APLICAÇÃO DE INSETICIDAS COM UBV PESADO (FUMACÊ), COMBATE AS DOENÇAS ARBOVIROSE E INFECTOCONTAGIOSAS, por 12 (doze) meses. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 141/2026 Empresa: CONTROLE DE PRAGAS E FAUNAS A PREVENTIVA LTDA CNPJ: 37.376.669/0001-92, Valor Total de R$ 119.525,00 (cento e dezenove mil quinhentos e vinte e cinco reais.) Vigência: 27/08/2026 a 27/08/2027.

EVERALDO ROBERTO DA CONCEIÇÃO -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Edvania Aparecida Camilo
Código Identificador:F9826B76

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PEDRA DO INDAIÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DO INDAIÁ
EXTRATO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO Nº: 038/2026

PREGÃO/ADESÃO Nº: 006/2026

ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS: Consórcio Interfederativo Multifinalitário para o Desenvolvimento Ambiental Sustentável do Norte de Minas - CODANORTE.

ENTIDADE DETENTORA DA ATA: Mabele Veículos Especiais Ltda

ENTIDADE ADERENTE À ATA: Município de Pedra do Indaiá/MG

OBJETO: ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº 085/2024, decorrente do Pregão Eletrônico nº 012/2024; gerenciada pelo Consórcio Interfederativo Multifinalitário para o Desenvolvimento Ambiental Sustentável do Norte de Minas - CODANORTE, que tem como objeto o registro de preços para aquisição de veículos, inclusive adaptados, zero km, primeiro emplacamento, para atender as necessidades apresentadas pela Secretaria Municipal de Saúde.

VALOR GLOBAL: R$ 326.593,88 (trezentos e vinte e seis mil quinhentos e noventa e três reais e oitenta e oito centavos).

Pedra do Indaiá, 25 de agosto de 2026.

MATEUS MARCIANO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Luiza Morais Silva
Código Identificador:C8C31F79

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DO INDAIÁ
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO Nº: 038/2026

PREGÃO/ADESÃO Nº: 006/2026

MODALIDADE: Pregão/Adesão a Ata de Registro de Preços

OBJETO DA LICITAÇÃO: ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº 085/2024, decorrente do Pregão Eletrônico nº 012/2024; gerenciada pelo Consórcio Interfederativo Multifinalitário para o Desenvolvimento Ambiental Sustentável do Norte de Minas - CODANORTE, que tem como objeto o registro de preços para aquisição de veículos, inclusive adaptados, zero km, primeiro emplacamento, para atender as necessidades apresentadas pela Secretaria Municipal de Saúde.

O Prefeito Municipal de Pedra do Indaiá, considerando a regularidade deste processo, conforme parecer jurídico, HOMOLOGA o presente Processo Licitatório, nos termos da Lei 14.133/2021.

Pedra do Indaiá, 25 de agosto de 2026.

MATEUS MARCIANO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Luiza Morais Silva
Código Identificador:D98261FC

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PEDRINÓPOLIS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO 071

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO 071/2026

A Prefeitura Municipal de Pedrinópolis – MG, torna público o Extrato Do Termo de Contrato sendo:

CONTRATANTE:	**PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINOPOLIS**
GESTOR:	**RAFAEL FERREIRA SILVA**
CONTRATADA:	**MARA MARCHI PACHECO - EPP**
CNPJ Nº:	**20.121.738/0001-14**
OBJETO:	**AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTICIOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE PEDRINÓPOLIS - MG, QUE SERÃO ENTREGUES DE FORMA PARCELADA, CONFORME QUANTIDADES, CARACTERÍSTICAS, E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026.**
VIGÊNCIA:	**O CONTRATO TERÁ VIGÊNCIA DE 12 (DOZE) MESES APÓS ASSINATURA**
PROCESSO Nº:	**030/2026**
MODALIDADE:	**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026**
VALOR:	**R$ 96.530,50 (NOVENTA E SEIS MIL, QUINHENTOS E TRINTA REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).**
CONTRATO Nº:	**071/2026**
DATA DE ASSINATURA:	**19/08/2026**

Publicado por:
Igor Cardoso de Oliveira
Código Identificador:281DE59E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO 072

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO 072/2026

A Prefeitura Municipal de Pedrinópolis – MG, torna público o Extrato Do Termo de Contrato sendo:

CONTRATANTE:	**PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINOPOLIS**
GESTOR:	**RAFAEL FERREIRA SILVA**
CONTRATADA:	**INVICTUS SOLUCOES INTEGRADAS LTDA**
CNPJ Nº:	**44.922.087/0001-20**
OBJETO:	**AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTICIOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE PEDRINÓPOLIS - MG, QUE SERÃO ENTREGUES DE FORMA PARCELADA, CONFORME QUANTIDADES, CARACTERÍSTICAS, E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026.**
VIGÊNCIA:	**O CONTRATO TERÁ VIGÊNCIA DE 12 (DOZE) MESES APÓS ASSINATURA**
PROCESSO Nº:	**030/2026**
MODALIDADE:	**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026**
VALOR:	**R$ 146.579,65 (CENTO E QUARENTA E SEIS MIL, QUINHENTOS E SETENTA E NOVE REAIS E SESSENTA E CINCO CENTAVOS).**
CONTRATO Nº:	**072/2026**
DATA DE ASSINATURA:	**12/08/2026**

Publicado por:
Igor Cardoso de Oliveira
Código Identificador:4129E3AB

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO 073

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO 073/2026

A Prefeitura Municipal de Pedrinópolis – MG, torna público o Extrato Do Termo de Contrato sendo:

CONTRATANTE:	**PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINOPOLIS**
GESTOR:	**RAFAEL FERREIRA SILVA**
CONTRATADA:	**COPAFI PEREIRA & BESSA LTDA**
CNPJ Nº:	**41.785.874/0001-89**
OBJETO:	**AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTICIOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE PEDRINÓPOLIS - MG, QUE SERÃO ENTREGUES DE FORMA PARCELADA, CONFORME QUANTIDADES, CARACTERÍSTICAS, E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026.**
VIGÊNCIA:	**O CONTRATO TERÁ VIGÊNCIA DE 12 (DOZE) MESES APÓS ASSINATURA**
PROCESSO Nº:	**030/2026**
MODALIDADE:	**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026**
VALOR:	**R$ 631.396,10 (SEISCENTOS E TRINTA E UM MIL, TREZENTOS E NOVENTA E SEIS REAIS E DEZ CENTAVOS).**
CONTRATO Nº:	**073/2026**
DATA DE ASSINATURA:	**11/08/2026**

Publicado por:
Igor Cardoso de Oliveira
Código Identificador:34A248DF

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO 074

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO 074/2026

A Prefeitura Municipal de Pedrinópolis – MG, torna público o Extrato Do Termo de Contrato sendo:

CONTRATANTE:	**PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINOPOLIS**
GESTOR:	**RAFAEL FERREIRA SILVA**
CONTRATADA:	**CAFÉ SILVA LTDA**
CNPJ Nº:	**09.228.128/0001-81**
OBJETO:	**AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTICIOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE PEDRINÓPOLIS - MG, QUE SERÃO ENTREGUES DE FORMA PARCELADA, CONFORME QUANTIDADES, CARACTERÍSTICAS, E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026.**
VIGÊNCIA:	**O CONTRATO TERÁ VIGÊNCIA DE 12 (DOZE) MESES APÓS ASSINATURA**
PROCESSO Nº:	**030/2026**
MODALIDADE:	**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026**
VALOR:	**R$ 83.422,50 (OITENTA E TRÊS MIL, QUATROCENTOS E VINTE E DOIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)**
CONTRATO Nº:	**074/2026**
DATA DE ASSINATURA:	**20/08/2026**

Publicado por:
Igor Cardoso de Oliveira
Código Identificador:5200DE17

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO 075

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO 075/2026

A Prefeitura Municipal de Pedrinópolis – MG, torna público o Extrato Do Termo de Contrato sendo:

CONTRATANTE:	**PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINOPOLIS**
GESTOR:	**RAFAEL FERREIRA SILVA**
CONTRATADA:	**TELES SOLUCOES EMPRESARIAIS LTDA**
CNPJ Nº:	**48.566.347/0001-22**
OBJETO:	**AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTICIOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE PEDRINÓPOLIS - MG, QUE SERÃO ENTREGUES DE FORMA PARCELADA, CONFORME QUANTIDADES, CARACTERÍSTICAS, E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026.**
VIGÊNCIA:	**O CONTRATO TERÁ VIGÊNCIA DE 12 (DOZE) MESES APÓS ASSINATURA**
PROCESSO Nº:	**030/2026**
MODALIDADE:	**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026**
VALOR:	**R$ 8.265,00 (OITO MIL, DUZENTOS E SESSENTA E CINCO REAIS)**
CONTRATO Nº:	**075/2026**
DATA DE ASSINATURA:	**26/08/2026**

Publicado por:
Igor Cardoso de Oliveira
Código Identificador:64BD4BCF

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO 076

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO 076/2026

A Prefeitura Municipal de Pedrinópolis – MG, torna público o Extrato Do Termo de Contrato sendo:

CONTRATANTE:	**PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINOPOLIS**
GESTOR:	**RAFAEL FERREIRA SILVA**
CONTRATADA:	**ROSILENE VIEIRA LOPES EPP**
CNPJ Nº:	**10.279.430/0001-48**
OBJETO:	**AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTICIOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE PEDRINÓPOLIS - MG, QUE SERÃO ENTREGUES DE FORMA PARCELADA, CONFORME QUANTIDADES, CARACTERÍSTICAS, E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026.**
VIGÊNCIA:	**O CONTRATO TERÁ VIGÊNCIA DE 12 (DOZE) MESES APÓS ASSINATURA**
PROCESSO Nº:	**030/2026**
MODALIDADE:	**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026**
VALOR:	**R$ 11.698,70 (ONZE MIL, SEISCENTOS E NOVENTA E OITO REAIS E SETENTA CENTAVOS)**
CONTRATO Nº:	**076/2026**
DATA DE ASSINATURA:	**10/08/2026**

Publicado por:
Igor Cardoso de Oliveira
Código Identificador:D5CA9202

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO 077

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO 077/2026

A Prefeitura Municipal de Pedrinópolis – MG, torna público o Extrato Do Termo de Contrato sendo:

CONTRATANTE:	**PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINOPOLIS**
GESTOR:	**RAFAEL FERREIRA SILVA**
CONTRATADA:	**NETTARE INDUSTRIA, COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE ALIMENTOS LTDA.**
CNPJ Nº:	**06.191.896/0001-10**
OBJETO:	**AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTICIOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE PEDRINÓPOLIS - MG, QUE SERÃO ENTREGUES DE FORMA PARCELADA, CONFORME QUANTIDADES, CARACTERÍSTICAS, E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026.**
VIGÊNCIA:	**O CONTRATO TERÁ VIGÊNCIA DE 12 (DOZE) MESES APÓS ASSINATURA**
PROCESSO Nº:	**030/2026**
MODALIDADE:	**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026**
VALOR:	**R$ 76.400,00 (SETENTA E SEIS MIL E QUATROCENTOS REAIS).**
CONTRATO Nº:	**077/2026**
DATA DE ASSINATURA:	**11/08/2026**

Publicado por:
Igor Cardoso de Oliveira
Código Identificador:A4500946

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO 083

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO 083/2026

A Prefeitura Municipal de Pedrinópolis – MG, torna público o Extrato Do Termo de Contrato sendo:

CONTRATANTE:	**PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINOPOLIS**
GESTOR:	**RAFAEL FERREIRA SILVA**
CONTRATADA:	**MÉTODO PROJETOS E CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA**
CNPJ Nº:	**10.495.235/0001-55**
OBJETO:	**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ELÉTRICA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELÉTRICA, POR MEDIÇÃO, PARA A CONSTRUÇÃO DE EXTENSÃO DE REDE DE ENERGIA ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA, MELHORIA E AMPLIAÇÃO NO ÍNDICE DE ILUMINAMENTO DE VIAS PÚBLICAS DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP, ENGLOBANDO O PERÍMETRO URBANO, ZONA RURAL E BAIRROS MAIS AFASTADOS (ANTES CONHECIDOS COMO DISTRITOS), COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA. CONFORME ESPECIFICAÇÕES, NORMAS TÉCNICAS E CONDIÇÕES DESCRITAS NO PROJETO BÁSICO - PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE PEDRINÓPOLIS/MG.**
VIGÊNCIA:	**O PRAZO DE VIGÊNCIA DESTE INSTRUMENTO DE CONTRATO É DE 12 (DOZE) MESES, A PARTIR DE SUA ASSINATURA.**
PROCESSO Nº:	**009/2026**
MODALIDADE:	**ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°. 07/2025 - PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 09/2025 - CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 02/2025.**
VALOR:	**R$ 30.956,47 (TRINTA MIL NOVECENTOS E CINQUENTA E SEIS REAIS E QUARENTA E SETE CENTAVOS)**
CONTRATO Nº:	**083/2026**
DATA DE ASSINATURA:	**26/08/2026**

Publicado por:
Igor Cardoso de Oliveira
Código Identificador:628FAB5C

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
RATIFICAÇÃO

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO

Processo nº 011/2026
Adesão a ata de registro preços nº 013/2026

Ratifico, o referido processo cujo objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE VEÍCULOS 0 KM (PRIMEIRO EMPLACAMENTO) PARA ATENDIMENTO À DEMANDA DOS ENTES CONSORCIADOS AO CISALP E DAS PRÓPRIAS DEMANDAS DO CONSÓRCIO, NOS MOLDES DA LEI 14.133/2021 -** ATRAVÉS DO PROCESSO LICITATÓRIO **Nº 043/2026 (ORGÃO GERENCIADOR) - ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2026 - V - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2026 -** PROCESSO ADMINISTRATIVO DO **ORGÃO ADERENTE MUNICIPIO DE PEDRINÓPOLIS-MG** DE Nº**. 011/2026.** O OBJETIVO É: **AQUISIÇÃO DE 1(UM) VEÍCULO AMBULÂNCIA TIPO A (SIMPLES REMOÇÃO) – PICK-UP 4x4: TOYOTA HILUX AMB. BAU DE ALUMINIO - ANO 26/26**, sendo: Ambulância Tipo A (simples remoção), zero quilômetro, ano/modelo vigente ou superior, montada sobre veículo utilitário tipo pick-up com tração 4x4, destinada ao transporte de pacientes sem risco de vida. Veículo devidamente transformado em ambulância, em conformidade com a Portaria nº. 2.048/2002 do

Ministério da Saúde e demais normas aplicáveis, contendo, no mínimo: Sinalização óptica e acústica conforme legislação vigente; Sistema de comunicação; Sistema elétrico compatível com os equipamentos instalados; Compartimento traseiro destinado ao paciente, isolado da cabine; Iluminação interna adequada para atendimento; Revestimento interno lavável, impermeável e piso antiderrapante; Maca retrátil com sistema de fixação e cintos de segurança; Assento para acompanhante com cinto de segurança; Suporte para soro; Rede de oxigênio medicinal com cilindro e acessórios; Compartimentos internos para acondicionamento de materiais; Itens de segurança para paciente e equipe; Demais Requisitos: Veículo base tipo pick-up, com tração 4x4; Motorização compatível com a operação e capacidade de carga adequada à transformação; Direção assistida (hidráulica, elétrica ou eletro-hidráulica); Ar-condicionado na cabine e ventilação/climatização no compartimento do paciente; Freios com sistema ABS e demais itens de segurança exigidos pela legislação; Atender integralmente às exigências da Portaria nº.. 2.048/2002 do Ministério da Saúde e suas atualizações; Transformação realizada por empresa especializada, com certificação conforme legislação vigente; Veículo entregue devidamente licenciado, emplacado e caracterizado como ambulância; Garantia mínima de 12 (doze) meses; Veículo novo, sem uso, com todos os equipamentos obrigatórios exigidos pelos órgãos competentes; Observação complementar: Os equipamentos e materiais deverão atender integralmente às especificações previstas na legislação vigente, COM RECURSOS ORIUNDOS DA **RESOLUÇÃO SES Nº 11.032, DE 17 DE ABRIL DE 2026 – SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**. VALOR DA REFERIDA CONTRATAÇÃO SERÁ DE **R$ 287.000,00(DUZENOS E OITENTA E SETE MIL REAIS), JUNTO À EMPRESA: WA VEÍCULOS E CONSTRUÇÕES LTDA-ME,** INSCRITA NO **CNPJ Nº 30.936.530/0001-07**, VIGÊNCIA CONTRATUAL PELO PERÍODO DE 12(doze) MESES, CONTADOS DA ASSINATURA DO CONTRATO.

Pedrinópolis – MG, 25 de Agosto de 2026 –

RAFAEL FERREIRA SILVA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Igor Cardoso de Oliveira
Código Identificador:D822F1C6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PERDIZES

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SEGURANÇA PÚBLICA, TRÂNSITO, MOBILIDADE URBANA E DEFESA CIVIL
EXTRATO I TERMO DE ADITAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIZES/MG. EXTRATO – I TERMO ADITIVO DE CONTRATO N° 106/2026 ORIGEM: Processo Licitatório Nº 050/2026 – Concorrência Eletrônica Nº 007/2026 OBJETO: O objeto do presente Termo de Aditivo é a alteração da CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO, do Contrato, conforme Processo Licitatório nº 050/2026, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PERDIZES - MG e PAVINI ENGENHARIA LTDA, em data de 28 de maio de 2026 CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Perdizes CONTRATADO: PAVINI ENGENHARIA LTDA PERÍODO DO CONTRATO: Fica prorrogado o prazo de execução do contrato de origem cujo período contará até 31 de dezembro de 2026. Certifico que o presente Extrato de Contrato foi publicado e exposto no Quadro de Avisos da PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIZES - MG.

Perdizes - MG, 22 de junho de 2026

SR. HAMILTON FIRMINO DA SILVA
Secretario(a) Municipal de Segurança Pública, Trânsito, Mobilidade Urbana e Defesa Civil Contratante

Publicado por:
Wilson Antonio Fraga Junior
Código Identificador:5C09ADE8

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PERDÕES

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE PERDÕES - ACP - EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 024/2026

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 024/2026

Partícipes: Município de Perdões/MG e Associação Cultural de Perdões – ACP, inscrita no CNPJ sob o nº 15.010.043/0001-25.

Fundamento Legal: Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e alterações posteriores.

Objeto: Conjugação de esforços entre os partícipes para a execução do projeto constante do Plano de Trabalho aprovado, visando ao fomento das atividades desenvolvidas pela Organização da Sociedade Civil, mediante repasse de recursos financeiros.

Valor: R$ 33.000,00 (trinta e três mil reais), destinados ao investimento na entidade.

Dotação Orçamentária: Recursos provenientes da dotação orçamentária constante na lei de indicação da emenda.

Forma de Repasse: 04 (quatro) parcelas de R$ 8.250,00 (oito mil duzentos e cinquenta reais) cada, com início do pagamento no mês de setembro de 2026.

Vigência: Da data da assinatura até 24 de agosto de 2027, compreendendo o período de execução do objeto fixado em 12 (doze) meses, acrescido do prazo para apresentação e análise da prestação de contas final.

Prestação de Contas: A Organização da Sociedade Civil deverá apresentar a prestação de contas final no prazo máximo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do instrumento, nos termos estabelecidos no Termo de Fomento.

Data da Assinatura: 24 de agosto de 2026.

Signatários: Guilherme Pereira Freitas – Prefeito Municipal de Perdões/MG; Aline Faria Natali Fernandes – Presidente da Associação Cultural de Perdões – ACP.

Perdões/MG, 24 de agosto de 2026.

Publicado por:
Guilherme de Souza Komaroff
Código Identificador:1B77EE41

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO ASSOCIAÇÃO DE CICLISMO PERDOENSE - DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO TERMO DE FOMENTO Nº 032/2026

DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO
TERMO DE FOMENTO Nº 032/2026

PARCERIA ENTRE O MUNICÍPIO DE PERDÕES/MG E A ASSOCIAÇÃO DE CICLISMO PERDOENSE, COM RECURSOS PROVENIENTES DE EMENDA PARLAMENTAR IMPOSITIVA PREVISTA NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL Nº 3.657/2025, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 13.019/2014.

OBJETO

O presente ato tem por objeto a formalização de parceria entre o Município de Perdões/MG e a ASSOCIAÇÃO DE CICLISMO PERDOENSE, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 55.535.657/0001-45, para execução de projeto previsto no Plano de Trabalho aprovado, mediante repasse de recursos financeiros. Os recursos serão destinados à execução das ações e despesas previstas no Plano de Trabalho, especialmente aquelas relacionadas à aquisição, instalação, montagem, configuração e operacionalização inicial dos equipamentos permanentes nele previstos, observada a vinculação dos recursos ao objeto da parceria.

ENTIDADE BENEFICIÁRIA
A ASSOCIAÇÃO DE CICLISMO PERDOENSE, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 55.535.657/0001-45, com sede na Rua Guilherme Honório da Silva, nº 67, Apto 101, Bairro Várzea dos Barbosas, Perdões/MG, CEP 37.260-000, neste ato representada por seu Presidente, VANILSON GUIMARÃES PEREIRA.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
A celebração da presente parceria sem a realização de chamamento público encontra fundamento no art. 29 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que estabelece hipótese específica para as parcerias que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias.
A presente parceria também observará, no que couber, os demais dispositivos da Lei Federal nº 13.019/2014, especialmente aqueles relativos aos requisitos para celebração da parceria, execução do objeto, monitoramento, avaliação, transparência e prestação de contas.

JUSTIFICATIVA
A presente parceria decorre da destinação de recursos por meio de emenda parlamentar impositiva prevista na Lei Orçamentária Anual nº 3.657/2025, no valor de R$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais), destinados à ASSOCIAÇÃO DE CICLISMO PERDOENSE, para execução do projeto previsto no Plano de Trabalho aprovado.
Nos termos do art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014, as parcerias que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias são celebradas sem chamamento público, observadas as demais exigências legais.
A entidade apresentou Plano de Trabalho, considerado adequado ao atendimento do interesse público, e deverá aplicar os recursos exclusivamente nas despesas previstas, observando as metas e condições estabelecidas na parceria.
Dessa forma, considerando a origem dos recursos, a existência de interesse público e o atendimento aos requisitos previstos na legislação aplicável, justifica-se a celebração do Termo de Fomento nº 032/2026 com a ASSOCIAÇÃO DE CICLISMO PERDOENSE, no valor de R$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais), sem a realização de chamamento público, nos termos do art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014.

DISPOSIÇÕES FINAIS
Diante do exposto, determino a publicação do presente ato de Dispensa de Chamamento Público, para fins de publicidade e transparência, observadas as disposições da Lei Federal nº 13.019/2014 e demais normas aplicáveis.
A presente justificativa deverá integrar o processo administrativo da parceria, juntamente com o Plano de Trabalho, os documentos de regularidade da Organização da Sociedade Civil, os pareceres técnico e jurídico e os demais documentos exigidos pela legislação.

Perdões/MG, 26 de agosto de 2026.

GUILHERME PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Guilherme de Souza Komaroff
Código Identificador:2CDC20EA

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DA COMUNIDADE DA LAGOA - EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 028/2026

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 028/2026

PARTÍCIPES: MUNICÍPIO DE PERDÕES/MG e a **ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DA COMUNIDADE DA LAGOA**, inscrita no CNPJ nº 07.016.356/0001-62.

OBJETO: Conjugação de esforços entre os partícipes para a execução de projeto voltado ao fomento das atividades desenvolvidas pela Organização da Sociedade Civil, com foco na promoção econômica, agricultura familiar e desenvolvimento sustentável, mediante a aquisição de complementos agrícolas, insumos, maquinários e afins da agricultura, conforme metas, etapas e custos estabelecidos no Plano de Trabalho aprovado.

VALOR: R$ 38.298,06 (trinta e oito mil duzentos e noventa e oito reais e seis centavos), provenientes de Emendas Parlamentares Impositivas.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas correrão à conta da dotação orçamentária constante na Lei Municipal nº 3.694, de 25 de junho de 2026, destinada à execução das Emendas Parlamentares Impositivas.

DESEMBOLSO: O recurso será repassado em até 04 (quatro) parcelas, sendo a primeira no valor de R$ 9.798,06 (nove mil setecentos e noventa e oito reais e seis centavos) e as demais no valor de R$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais) cada, iniciando-se no mês de setembro de 2026, condicionado à regular execução do objeto e ao cumprimento das obrigações previstas no Termo de Fomento.

VIGÊNCIA: Da data de assinatura até 21 de agosto de 2027.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, Lei Orçamentária Anual nº 3.657, de 30 de dezembro de 2025, Lei Municipal nº 3.694, de 25 de junho de 2026, e demais normas aplicáveis.

DATA DA ASSINATURA: 21 de agosto de 2026.

SIGNATÁRIOS: GUILHERME PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Perdões, e VALDEMIR APARECIDO PEREIRA, Presidente da Associação dos Agricultores Familiares da Comunidade da Lagoa.

Publicado por:
Guilherme de Souza Komaroff
Código Identificador:C3C8475F

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DA COMUNIDADE DA SERRA DO PIÃO - EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 012/2026

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 012/2026

Processo: Parceria celebrada nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014.

Partícipes: Município de Perdões/MG, CNPJ nº 18.244.343/0001-67, e a Associação dos Agricultores Familiares da Comunidade da Serra do Pião, CNPJ nº 06.879.242/0001-83.

Objeto: Celebração de parceria para a conjugação de esforços entre os partícipes visando à execução de projeto de interesse público destinado ao fortalecimento da agricultura familiar e ao melhoramento da infraestrutura rural da Comunidade da Serra do Pião, conforme Plano de Trabalho aprovado, em conformidade com a Lei Federal nº 13.019/2014.

Valor Total da Parceria: R$ 3.332,50 (três mil trezentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos).

Forma de Repasse: Parcela única, conforme cronograma de desembolso previsto no Termo de Fomento.

Vigência: De 13 de julho de 2026 a 13 de julho de 2027.

Fundamentação Legal: Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014; Lei Orgânica do Município; Lei Orçamentária Anual nº 3.657, de 30 de dezembro de 2025; Lei Municipal nº 3.694, de 25 de junho de 2026, e demais normas aplicáveis.

Data da Assinatura: 25 de agosto de 2026.

Signatários: Guilherme Pereira Freitas, Prefeito Municipal de Perdões, e José Aparecido de Faria, Presidente da Associação dos Agricultores Familiares da Comunidade da Serra do Pião.

Publicado por:
Guilherme de Souza Komaroff
Código Identificador:81128C87

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CORAL ARTENCANTO - DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO TERMO DE FOMENTO Nº 031/2026

DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO
TERMO DE FOMENTO Nº 031/2026

PARCERIA ENTRE O MUNICÍPIO DE PERDÕES/MG E O CORAL ARTENCANTO, COM RECURSOS PROVENIENTES DE EMENDA PARLAMENTAR IMPOSITIVA PREVISTA NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL Nº 3.657/2025, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 13.019/2014.

OBJETO
O presente ato tem por objeto a formalização de parceria entre o Município de Perdões/MG e a CORAL ARTENCANTO, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 04.416.414/0001-57, para execução de projeto previsto no Plano de Trabalho aprovado, mediante repasse de recursos financeiros. Os recursos serão destinados à execução das ações e despesas previstas no Plano de Trabalho, especialmente aquelas relacionadas à aquisição, instalação, montagem, configuração e operacionalização inicial dos equipamentos permanentes nele previstos, observada a vinculação dos recursos ao objeto da parceria.

ENTIDADE BENEFICIÁRIA
A CORAL ARTENCANTO, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 04.416.414/0001-57, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 56, Centro, Perdões/MG, CEP 37.260-000, neste ato representada por sua Presidente, LUZIA BARBOSA CARVALHO.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
A celebração da presente parceria sem a realização de chamamento público encontra fundamento no art. 29 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que estabelece hipótese específica para as parcerias que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias.
A presente parceria também observará, no que couber, os demais dispositivos da Lei Federal nº 13.019/2014, especialmente aqueles relativos aos requisitos para celebração da parceria, execução do objeto, monitoramento, avaliação, transparência e prestação de contas.

JUSTIFICATIVA
A presente parceria decorre da destinação de recursos por meio de emenda parlamentar impositiva prevista na Lei Orçamentária Anual nº 3.657/2025, no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), destinados à CORAL ARTENCANTO, para execução do projeto previsto no Plano de Trabalho aprovado.
Nos termos do art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014, as parcerias que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias são celebradas sem chamamento público, observadas as demais exigências legais.
A entidade apresentou Plano de Trabalho, considerado adequado ao atendimento do interesse público, e deverá aplicar os recursos exclusivamente nas despesas previstas, observando as metas e condições estabelecidas na parceria.
Dessa forma, considerando a origem dos recursos, a existência de interesse público e o atendimento aos requisitos previstos na legislação aplicável, justifica-se a celebração do Termo de Fomento nº 031/2026 com a CORAL ARTENCANTO, no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), sem a realização de chamamento público, nos termos do art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014.

DISPOSIÇÕES FINAIS
Diante do exposto, determino a publicação do presente ato de Dispensa de Chamamento Público, para fins de publicidade e transparência, observadas as disposições da Lei Federal nº 13.019/2014 e demais normas aplicáveis.
A presente justificativa deverá integrar o processo administrativo da parceria, juntamente com o Plano de Trabalho, os documentos de regularidade da Organização da Sociedade Civil, os pareceres técnico e jurídico e os demais documentos exigidos pela legislação.

Perdões/MG, 26 de agosto de 2026.

GUILHERME PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Guilherme de Souza Komaroff
Código Identificador:859D1298

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECISÃO ADMINISTRATIVA – IMPUGNAÇÃO AO EDITAL Nº 007/2026 – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE ASSISTENTE SOCIAL CREAS

DECISÃO ADMINISTRATIVA – IMPUGNAÇÃO AO EDITAL Nº 007/2026 – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE ASSISTENTE SOCIAL CREAS

Impugnante: Vinícius Batista Leal
CPF: 089.***.***-98
Protocolo: recebido em 25/08/2026, via e-mail institucional

1. RELATÓRIO

Trata-se de Impugnação apresentada, tempestivamente, pelo candidato Vinícius Batista Leal em face do Edital nº 007/2026, que rege o Processo Seletivo Simplificado destinado à contratação temporária de Assistente Social para atuação no CREAS.

O impugnante insurge-se especificamente contra os itens 3.1 e 3.2 e o Anexo III – Tabela de Pontuação Curricular, sustentando, em síntese: (i) que a pontuação exclusivamente baseada em tempo de experiência profissional contraria a própria noção de "análise curricular"; (ii) que a ausência de pontuação para titulação acadêmica e cursos de capacitação viola isonomia, razoabilidade e proporcionalidade; (iii) que o próprio Município, no Edital nº 008/2026 (Processo Seletivo para Médico Clínico Geral), adotou critério de pontuação que contempla titulação acadêmica, o que evidenciaria incoerência entre os certames.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1. Da tempestividade e da admissibilidade

A impugnação foi apresentada dentro do prazo fixado no item 9.1 do Edital (25/08/2026 a 27/08/2026) e veio acompanhada de fundamentação, de modo que atende aos requisitos formais de admissibilidade.

2.2. Da discricionariedade administrativa e dos limites do controle sobre critérios de seleção

A Administração Pública possui ampla margem de discricionariedade para definir os critérios de avaliação em processos seletivos

simplificados, desde que tais critérios guardem relação lógica com a natureza do cargo e sejam aplicados de forma uniforme a todos os candidatos. No caso, a pontuação exclusivamente baseada em experiência profissional foi aplicada igualmente a todos os concorrentes, não havendo, sob esse aspecto isolado, ilegalidade a ser reconhecida.

2.3. Da coerência entre os processos seletivos do Município

Não obstante o exposto no item anterior, a Comissão Organizadora reconhece a pertinência do argumento relativo à ausência de uniformidade entre os critérios adotados nos Editais nº 007/2026 (Assistente Social CREAS) e nº 008/2026 (Médico Clínico Geral), ambos processos seletivos simplificados por análise curricular, publicados na mesma data e sob a mesma metodologia de seleção. A adoção de critério de pontuação para titulação acadêmica em um certame e sua completa ausência no outro, sem justificativa técnica específica que diferencie as duas funções quanto à relevância da qualificação acadêmica complementar, não se mostra a solução mais consentânea com os princípios da impessoalidade, da isonomia e da própria coerência da atuação administrativa.

2.4. Da conveniência da revisão do Anexo III

Diante disso, e por reconhecer que a formação acadêmica complementar constitui elemento objetivo e relevante para o exercício técnico da função de Assistente Social junto ao CREAS, a Comissão Organizadora entende conveniente e oportuno rever a Tabela de Pontuação Curricular do Edital nº 007/2026, de modo a nela incluir critério específico e proporcional de pontuação para Titulação Acadêmica, nos mesmos moldes já adotados no Edital nº 008/2026, resguardada a preponderância da experiência profissional como critério de maior peso.

3. DISPOSITIVO

Ante o exposto, a Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado nº 007/2026 DEFERE PARCIALMENTE a impugnação apresentada pelo candidato Vinícius Batista Leal, para determinar a retificação do item 3.2, do Anexo III e do cronograma do Edital nº 007/2026, na forma da Retificação nº 001/2026, publicada conjuntamente com esta decisão, ficando reaberto e prorrogado o prazo de inscrições, nos termos ali estabelecidos, para que todos os candidatos, isonomicamente, possam apresentar a documentação comprobatória de titulação acadêmica.

Publique-se. Cientifique-se o impugnante.

Perdões/MG, 26 de agosto de 2026

LAUANDA SANTOS SALVADOR EVA
Presidente da Comissão Organizadora

Publicado por:
Sávio Carvalho Dos Santos
Código Identificador:0F6C9E22

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
INDEPENDENTE ESPORTE CLUBE - EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 023/2026

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 023/2026

PARTÍCIPES: Município de Perdões/MG e Independente Esporte Clube.

OBJETO: Conjugação de esforços para execução de projeto voltado à promoção da prática do futebol, à difusão do civismo e da cultura física saudável, ao entretenimento de caráter social e cultural, bem como para aquisição de materiais de consumo e custeio de despesas operacionais e administrativas da entidade, conforme Plano de Trabalho aprovado.

VALOR: R$ 10.000,00 (dez mil reais).

VIGÊNCIA: Da data de assinatura até 17 de agosto de 2027, pelo período de 12 (doze) meses, acrescido do prazo destinado à apresentação e análise da prestação de contas final.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, suas alterações posteriores, Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 3.657 (Lei Orçamentária Anual de 2026).

RECURSOS: Os recursos serão repassados em até 2 (duas) parcelas sucessivas, a partir de agosto de 2026, condicionados à regular execução do objeto e à adimplência da Organização da Sociedade Civil.

DATA DA ASSINATURA: 17 de agosto de 2026.

SIGNATÁRIOS: Guilherme Pereira Freitas – Prefeito Municipal de Perdões; Aderlei José Freire – Presidente do Independente Esporte Clube.

Publicado por:
Guilherme de Souza Komaroff
Código Identificador:A825D738

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LAR TRABALHO E ESCOLA DO MENOR PERDONENSE - DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO TERMO DE FOMENTO Nº 033/2026

DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO
TERMO DE FOMENTO Nº 033/2026

PARCERIA ENTRE O MUNICÍPIO DE PERDÕES/MG E A O LAR TRABALHO E ESCOLA DO MENOR PERDONENSE – LATEMP, COM RECURSOS PROVENIENTES DE EMENDA PARLAMENTAR IMPOSITIVA PREVISTA NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL Nº 3.657/2025, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 13.019/2014.

OBJETO
O presente ato tem por objeto a formalização de parceria entre o Município de Perdões/MG e o LAR TRABALHO E ESCOLA DO MENOR PERDONENSE – LATEMP, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 18.913.988/0001-45, para execução de projeto previsto no Plano de Trabalho aprovado, mediante repasse de recursos financeiros. Os recursos serão destinados à execução das ações e despesas previstas no Plano de Trabalho, especialmente aquelas relacionadas à aquisição de equipamentos e insumos para a estrutura física da instituição, bem como aquisição de materiais de escritório e outros ligados ao processo de ensino aprendizagem aos assistidos.

ENTIDADE BENEFICIÁRIA
LAR TRABALHO E ESCOLA DO MENOR PERDONENSE – LATEMP, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 18.913.988/0001-45, com sede na Rua dos Vereadores, 164, Perdões/MG, CEP 37.260-000, neste ato representada por sua Presidente, TEREZA JORGE DE BASTOS **.**
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
A celebração da presente parceria sem a realização de chamamento público encontra fundamento no art. 29 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que estabelece hipótese específica para as parcerias que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias.
A presente parceria também observará, no que couber, os demais dispositivos da Lei Federal nº 13.019/2014, especialmente aqueles relativos aos requisitos para celebração da parceria, execução do objeto, monitoramento, avaliação, transparência e prestação de contas.

JUSTIFICATIVA
A presente parceria decorre da destinação de recursos por meio de emenda parlamentar impositiva prevista na Lei Orçamentária Anual nº 3.657/2025, no valor de R$ 25.000 (vinte e cinco mil reais), destinados ao LAR TRABALHO E ESCOLA DO MENOR

PERDONENSE – LATEMP, para execução do projeto previsto no Plano de Trabalho aprovado.
Nos termos do art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014, as parcerias que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias são celebradas sem chamamento público, observadas as demais exigências legais.
A entidade apresentou Plano de Trabalho, considerado adequado ao atendimento do interesse público, e deverá aplicar os recursos exclusivamente nas despesas previstas, observando as metas e condições estabelecidas na parceria.
Dessa forma, considerando a origem dos recursos, a existência de interesse público e o atendimento aos requisitos previstos na legislação aplicável, justifica-se a celebração do Termo de Fomento nº 033/2026 com a LAR TRABALHO E ESCOLA DO MENOR PERDONENSE – LATEMP, no valor de R$ R$ 25.000 (vinte e cinco mil reais), sem a realização de chamamento público, nos termos do art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014.

DISPOSIÇÕES FINAIS
Diante do exposto, determino a publicação do presente ato de Dispensa de Chamamento Público, para fins de publicidade e transparência, observadas as disposições da Lei Federal nº 13.019/2014 e demais normas aplicáveis.
A presente justificativa deverá integrar o processo administrativo da parceria, juntamente com o Plano de Trabalho, os documentos de regularidade da Organização da Sociedade Civil, os pareceres técnico e jurídico e os demais documentos exigidos pela legislação.

Perdões/MG, 26 de agosto de 2026.

GUILHERME PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Guilherme de Souza Komaroff
Código Identificador:625F05F5

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI MUNICIPAL Nº 3.708 DE 26 DE AGOSTO DE 2026. ESTABELECE AS DIRETRIZES A SEREM OBSERVADAS NA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO DE PERDÕES PARA O EXERCÍCIO DE 2027 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI MUNICIPAL Nº 3.708 DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

ESTABELECE AS DIRETRIZES A SEREM OBSERVADAS NA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO DE PERDÕES PARA O EXERCÍCIO DE 2027 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PERDÕES – MG, no uso das atribuições que lhe confere o art. 71, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Esta Lei estabelece as diretrizes orçamentárias do Município de Perdões para o exercício de 2027, em cumprimento ao disposto no § 2º do artigo 165 da Constituição Federal e às determinações da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 e suas alterações posteriores, compreendendo:

I – As metas e prioridades da Administração Pública Municipal;
II – A estrutura e organização dos orçamentos;
III – As diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
IV – As disposições relativas à dívida pública do Município;
V – As disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos
sociais;
VI – As disposições sobre alterações na legislação tributária e sua adequação orçamentária; e

VII – As disposições gerais.

§1°. As diretrizes, metas e prioridades constantes do Plano Plurianual e desta Lei considerar-se-ão modificadas por leis posteriores e pelos créditos adicionais abertos.

§2º. Esta Lei dispõe, dentre outras matérias, sobre o equilíbrio das finanças públicas, ou seja, o equilíbrio entre receitas e despesas, os passivos contingentes, as alterações na estrutura organizacional do município, eventuais alterações tributárias, os critérios e as formas de limitação de empenho, o controle de custo e a avaliação dos resultados dos programas, as demais condições e exigências para transferências de recursos para entidades públicas e privadas e a despesa com pessoal para os fins do § 1º do artigo 169 da Constituição Federal, e compreende os anexos de que tratam os §§ 1º ao 3º do artigo 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 e suas alterações.

CAPÍTULO II
DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º O anexo de *metas e prioridades*, excepcionalmente, não comporá a lei das diretrizes orçamentárias para 2027. O projeto de lei do Plano Plurianual, relativo ao período de 2026 a 2029, tratará destas metas e destas prioridades municipais.

§1º. O projeto de lei orçamentária para o exercício de 2027 deverá ser elaborado em harmonia com as metas e prioridades estabelecidas na forma prevista no *caput* deste artigo.

§2º. A regra contida no caput deste artigo, não se constitui em limite à programação das despesas.

§3o. O projeto de lei orçamentária para o exercício de 2027 deverá conter em anexo, demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos, diretrizes e metas constantes no § 1º do art. 4º da LC 101/2000.

Art. 3º. As Metas Fiscais e os Riscos Fiscais são especificados, respectivamente nos Anexos I e II desta Lei, elaborados de acordo com os §§ 1º e 3º do artigo 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 e suas alterações, abrangendo todos os órgãos e entidades dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

Parágrafo único. Os valores apresentados nos Anexos citados no *caput* deste artigo estão expressos em milhares de reais, em consonância com as regras estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, conforme Portaria nº 699, de 7 de julho de 2023, que aprovou a 14ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF.

CAPÍTULO III
DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º. Para efeito desta Lei entende-se por:

I – Programa: instrumento protagonista de organização da ação governamental, que integra o planejamento estratégico e tático com o operacional, visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;
II – Atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;
III – Projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou para o aperfeiçoamento da ação de governo;
IV – Operação especial: as despesas que não contribuem para manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto nem contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

V – Unidade orçamentária: o nível intermediário da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;
VI – Especificação da fonte e destinação dos recursos: o detalhamento da origem e da destinação de recursos, definido pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE/MG, para fins de elaboração da Lei Orçamentária Anual – LOA e de prestação de contas por meio do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios – SICOM; e
VII –G da origem de fontes de recursos: o agrupamento da origem de fontes de recursos contido na LOA por categorias de programação.

§1º. Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos ou operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§2º. Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam, de forma harmonizada com a Portaria MOG nº 42, de 14 de abril de 1999 e suas alterações.

§3º. As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas na LOA por programas e respectivos projetos, atividades ou operações especiais.

§4º. A classificação da estrutura programática para 2027 poderá sofrer alterações para a adequação ao Plano de Contas Único da Administração Pública Federal, regulamentado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN e pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE/MG.

§5º. Os gestores devem fazer um levantamento das soluções de tecnologia da informação, relacionadas à execução orçamentária, financeira e patrimonial, à contabilidade pública e à gestão fiscal, inclusive, sistemas de folha de pagamento, almoxarifado e dívida ativa e outros correspondentes de todos os órgãos da administração direta e indireta do Município, segundo o Decreto 10.540/2020 publicado pelo Governo Federal, que estabelece que todos os órgãos municipais devem estar incluídos em um Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle (Siafic).

Art. 5º. Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social discriminarão a despesa, no mínimo, por:

I – Órgão e unidade orçamentária;
II – Função;
III – Subfunção;
IV – Programa;
V – Ação;
VI – Categoria econômica;
VII – Grupo de natureza de despesa;
VIII – Modalidade de aplicação;
IX – Esfera orçamentária; e
X – Origem da fonte e aplicação programada de recursos;
XI – Elemento de despesa.

Art. 6º. As operações intraorçamentárias entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Município serão executadas por meio de empenho, liquidação e pagamento, nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e suas alterações, utilizando-se a modalidade de aplicação 91, nos termos do Anexo II – Natureza da Despesa da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 4 de maio de 2001 e suas alterações.

Art. 7º. O Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA para o exercício de 2027, a ser encaminhado pelo Executivo à Câmara, será constituído de:

I – Texto da lei;
II – Quadros orçamentários consolidados;
III – Anexos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, discriminando a receita e a despesa na forma da legislação;
IV – Orçamento de investimento da empresa municipal;
V – Tabelas explicativas, mensagem circunstanciada e quadros orçamentários determinados pela Lei Federal nº 4.320, de 1964 e suas alterações, pela Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 e suas alterações, e demais legislações de regência;
VI – Relatório de metas físicas e financeiras dos programas municipais; e
VII – plano de aplicação dos fundos municipais, convênios e operações de
crédito.

Parágrafo único. O Poder Executivo poderá enviar à Câmara Municipal os projetos de Lei Orçamentária Anual e relativos a créditos adicionais por meio eletrônico.

Art. 8°. Todos os órgãos e entidades componentes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social encaminharão à Secretaria Municipal de Planejamento, ou outro órgão que vier a substitui-la, por meio do Sistema de Demonstrativos Fiscais, as informações relativas às suas propostas parciais de orçamento, para a consolidação do Projeto de Lei Orçamentária Anual.

Parágrafo único. Para atender ao disposto no §3º do art. 12 da Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) o Executivo Municipal apresentará à Câmara Municipal, até o dia 31 (trinta e um) de julho de 2026, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 9º. A Lei Orçamentária Anual poderá conter dotações relativas a projetos a serem desenvolvidos por meio de parcerias público-privadas reguladas pela Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004 e suas alterações, e nas Leis nºs 10.776, de 13 de maio de 2011 e suas alterações, e 13.043, de 2 de janeiro de 2019, ou por meio de consórcios públicos regulados pela Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005 e suas alterações.

CAPÍTULO IV
DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I
Das Diretrizes Gerais

Art. 10. As unidades orçamentárias do Poder Executivo, à época da elaboração de suas propostas orçamentárias e ajustes do Plano Plurianual para o exercício de 2027, deverão compatibilizar seus projetos de acordo com as diretrizes especificadas pela Secretaria Municipal de Planejamento no que se refere às projeções macroeconômicas e fiscais atualizadas.

Art. 11. O Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2027 será elaborado em observância às determinações da Constituição Federal, da Lei Orgânica Municipal, da Lei Federal nº 4.320, de 1964 e suas alterações, da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 e suas alterações, das Portarias e demais atos dos órgãos competentes do Governo Federal, das determinações colacionadas pelo TCEMG e do disposto nesta Lei.

Parágrafo único. As informações gerenciais e as fontes financeiras agregadas nos créditos orçamentários serão ajustadas diretamente pelos órgãos contábeis dos Poderes Executivo e Legislativo para atender às necessidades da execução orçamentária.

Art. 12. A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2027, serão elaboradas a valores correntes do exercício de 2026, projetados ao exercício a que se refere, considerando os principais agregados macroeconômicos divulgados pelo Banco Central, Ministério da Economia, Fundação João Pinheiro e instituições financeiras renomadas.

Parágrafo único. O Projeto de Lei Orçamentária atualizará a estimativa da margem de expansão das despesas, considerando os

acréscimos de receita resultantes do crescimento da economia e da evolução de outras variáveis econômicas que implicam aumento da base de cálculo, bem como de alterações na legislação tributária do Município.

Art. 13. Para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária, o Poder Legislativo e os órgãos da Administração Indireta encaminharão, até o dia 15 (quinze) de agosto de 2026, ao setor de planejamento do Executivo Municipal, o orçamento de suas despesas acompanhado de quadro de detalhamento de despesas de modo a justificar o seu montante.

Parágrafo único. As emendas individuais e de bancada, de execução obrigatória, poderão ser apresentadas e obedecerão ao disposto no art. 140-A da Lei Orgânica Municipal de Perdões/MG.

Art. 14- O projeto de lei orçamentária anual conterá dotação para Reserva de Recursos para Emendas Individuais Impositivas, em conformidade com o art. 140-A da Lei Orgânica Municipal. (**)

§ 1º Aplica-se este artigo, no que couber, para indicação das emendas de bancada, conforme previsto na legislação municipal vigente.

§ 2º As indicações relativas às emendas individuais deverão ser compatíveis com a Lei Orgânica do Município, o Plano Plurianual, a legislação aplicável à política pública a ser atendida e a legislação eleitoral vigente.

§ 3º Para fins de atendimento aos dispositivos relacionados às emendas individuais ao orçamento público municipal, os órgãos de execução observarão cronograma para análise e verificação de eventuais impedimentos das programações e demais procedimentos necessários à viabilização da execução das respectivas emendas, considerando que:

I - até 45 (quarenta e cinco) dias após a publicação da LOA, o Poder Executivo enviará, mediante ofício, à Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas da Câmara Municipal as justificativas do impedimento, correlacionando número da emenda, fato irregular e fundamento previsto no § 4º deste artigo;
II - até 20 (vinte) dias após o término do prazo previsto no inciso I deste parágrafo, cada parlamentar indicará à Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas da Câmara Municipal o remanejamento do objeto e da programação orçamentária e financeira cujo impedimento seja insuperável, a partir de orientação técnica do Poder Executivo;
III - até 10 (dez) dias após o término do prazo previsto no inciso II deste parágrafo, a Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas da Câmara Municipal enviará ao Poder Executivo o consolidado dos remanejamentos apontados no inciso II deste parágrafo;
IV - até 45 (quarenta e cinco) dias após o prazo previsto no inciso III deste parágrafo, na hipótese de o remanejamento demandar ajuste no objeto da emenda ou necessidade de autorização para abertura de crédito especial, o Poder Executivo encaminhará projeto de lei em atendimento à mencionada indicação do Poder Legislativo;
V - na hipótese de descumprimento do percentual mínimo de aplicação dos recursos para ações e serviços de saúde ou daquele destinado a pessoas jurídicas de direito privado, as emendas individuais do parlamentar serão devolvidas para ajuste no prazo previsto no inciso II deste parágrafo;
VI - na hipótese de manutenção do descumprimento dos percentuais a que se refere o inciso V deste parágrafo, as emendas individuais do parlamentar serão desconsideradas para fins de apuração do cumprimento das regras de obrigatoriedade de execução;
VII - o valor das emendas individuais por autor corresponderá a 1/9 (um nove avos) do montante previsto na dotação específica e servirá como base para apuração do cumprimento dos percentuais a que se referem os incisos V e VI deste parágrafo;
VIII - na hipótese de o remanejamento previsto no inciso II deste parágrafo ser de ordem orçamentária e não depender da aprovação do projeto de lei a que se refere o inciso IV deste parágrafo, o Poder Executivo publicará decreto de suplementação em atendimento à mencionada indicação do Poder Legislativo;
IX - o projeto de lei a que se refere o inciso IV deste parágrafo tratará exclusivamente dos ajustes das programações classificadas como inexequíveis nos termos do inciso I deste parágrafo;
X - se o autor da emenda impositiva com impedimentos não estiver no exercício do mandato para realizar os procedimentos previstos neste parágrafo, os respectivos valores poderão ser utilizados pelo Poder Executivo como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais.

§ 4º Consideram-se impedimentos de ordem técnica insuperáveis: I - aumento de despesa em matéria de iniciativa privativa, nos termos da Lei Orgânica Municipal; II - alteração de gastos com pessoal, nos termos do art. 169, § 1º, da Constituição Federal; III - criação ou autorização de criação de fundos contábeis ou institucionais com recursos do Município.

§ 5º Os impedimentos de ordem técnica de que trata este artigo serão apurados pelos gestores responsáveis pela execução das respectivas programações orçamentárias e comporão relatório a ser comunicado pelo Poder Executivo à Câmara Municipal.

§ 6º As entidades privadas beneficiadas deverão, para fins de operacionalização das emendas, apresentar plano de trabalho ao Poder Executivo, contendo cronograma físico e financeiro, plano de aplicação e dados de conta corrente específica.

§ 7º Eventual recurso superveniente à LOA, que tenha como objetivo a mesma destinação das emendas parlamentares, autoriza o remanejamento, a qualquer tempo, mediante ofício ou abertura de crédito.”

§ 8º As disposições deste artigo aplicam-se a todas as modalidades de emendas parlamentares de execução obrigatória previstas na legislação municipal, compreendendo, entre outras, aquelas destinadas à realização de obras, serviços, reformas, ampliações, benfeitorias, aquisição de bens permanentes, materiais e equipamentos para órgãos e entidades da administração pública municipal, inclusive os vinculados às Secretarias Municipais, bem como aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos

Art. 15. A Procuradoria Geral do Município, ou outro órgão que vier a substituí-la, encaminhará à Secretaria Municipal de Finanças, ou outro órgão que vier a substituí-la, até 1º de julho de 2026, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciários e a previsão dos débitos judiciais transitados em julgado de pequeno valor, a serem incluídos na proposta orçamentária para o exercício de 2027, nos termos do § 5º do artigo 100 da Constituição Federal (redação dada pela Emenda Constitucional 114, de 2021) e do artigo 87 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, discriminados por órgão e entidade da Administração Pública Municipal, especificando: (**)

I – Quanto à previsão relacionada aos precatórios:

a) número do precatório, Tribunal de origem e natureza do pagamento;
b) número do processo originário;
c) nome do beneficiário;
d) valor condenatório homologado ou corrigido conforme sentença;
e) tipo de causa; e
f) órgão ou entidade responsável pelo pagamento; e

II – Quanto à previsão dos débitos judiciais transitados em julgado relacionados às requisições de pequeno valor – RPV:

a) número do processo originário e Tribunal de origem;
b) nome do beneficiário;
c) valor condenatório homologado ou corrigido conforme sentença;
d) tipo de causa; e
e) órgão ou entidade responsável pelo pagamento.

§ 1º Todos os pagamentos serão corrigidos e efetuados cronologicamente conforme disposição contida nas sentenças judiciais transitadas em julgado ou conforme orientação normativa ou jurisprudencial.

§ 2º No decorrer do exercício de 2027, os débitos judiciais transitados em julgado de pequeno valor e as despesas decorrentes das condenações judiciais a que o Município for condenado após a elaboração do orçamento anual serão encaminhadas aos respectivos órgãos e entidades para pagamento mediante suplementação, caso necessário, priorizando aquelas de caráter alimentar nos termos dos §§1º e 2º do artigo 100 da Constituição Federal.

§ 3º Por determinação da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 e suas alterações, os precatórios não pagos tempestivamente comporão a Dívida Fundada do Município.

Art. 16. A Lei Orçamentária Anual não consignará recursos para início de novos projetos se não estiverem adequadamente atendidos os que estão em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público, conforme determinação do artigo 45 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 e suas alterações. (**)

§1º. A regra constante do *caput* deste artigo aplica-se no âmbito de cada fonte de recurso, conforme as vinculações legalmente estabelecidas.

§2º. Entende-se por adequadamente atendidos os projetos cuja alocação de recursos orçamentários esteja compatível com os cronogramas físico-financeiros pactuados e em vigência.

Art. 17. A Lei Orçamentária Anual conterá dotação para reserva de contingência, no valor de até 5% (cinco por cento) da Receita Corrente Líquida, a ser utilizada para atender passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos ou como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais, observado o disposto nos artigos 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 1964 e suas alterações, e no artigo 8º da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 2001 e suas alterações. (**)

Parágrafo único. O Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA para o exercício de 2027 consignará, sob a dotação para reserva de contingência, recursos até o limite de 2,0% (dois por cento), destinados às Emendas Impositivas dos vereadores e 1,0% (um por cento) para emendas de bancada da receita corrente líquida efetivamente arrecadada no exercício anterior, destinados à fonte origem de recurso para fins de atendimento às emendas individuais dos vereadores.

Art. 18. O Poder Executivo fica autorizado a arcar com as despesas de competência de outros entes da Federação, desde que alinhadas com o Planejamento Integrado do Município, nos termos do artigo 62 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 e suas alterações. (**)

Parágrafo único. A cessão de servidores para outras esferas de Governo independe do cumprimento das exigências dispostas no *caput* deste artigo, desde que não sejam admitidas para esse fim específico, salvo se para realizar atividades em que o Município tenha responsabilidade solidária com outros entes da Federação, em especial nas áreas de educação, saúde e assistência social.

Art. 19. Para fins do disposto no § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 2000, são consideradas despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse os limites previstos nos incisos I e II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021, nas hipóteses neles descritas. (**)

Art. 20. Até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária para o exercício de 2027, o Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, de modo a compatibilizar a realização de despesas ao efetivo ingresso das receitas municipais. (**)

§1º. Integrarão a programação financeira as transferências financeiras de caixa para caixa, do Tesouro Municipal para as pessoas jurídicas da Administração Pública Municipal Direta e Indireta e destas para o Tesouro Municipal.

§2º. O repasse de recursos financeiros do Executivo para o Legislativo fará parte da programação financeira e do cronograma de que trata este artigo, devendo ocorrer na forma de duodécimos a serem pagos até o dia 20 (vinte) de cada mês.

Art. 21. No mesmo prazo previsto no *caput* do artigo 20 desta Lei, a Administração Pública Municipal Direta e Indireta estabelecerão metas bimestrais para a realização das respectivas receitas estimadas. (**)

Art. 22. Fica o Poder Executivo autorizado a criar grupo de natureza de despesa e fonte de recursos, dentro de cada projeto, atividade ou operação especial, para atender às suas peculiaridades, mediante decreto. (**)

§1º. A criação de grupo de natureza de despesa e de fonte de recursos somente poderá ocorrer a partir da anulação total ou parcial, de outros, dentro da mesma ação e com mesma fonte.

§2º. Fonte de recurso poderá, também, ser criada a partir da apuração de excesso de arrecadação com vinculação específica, para a qual não tenha sido verificada previsão inicial.

Seção II
Do Equilíbrio entre Receitas e Despesas

Art. 23. Na elaboração da Lei Orçamentária Anual e em sua execução, a Administração buscará o equilíbrio das finanças públicas considerando, sempre, ao lado da situação financeira, o cumprimento das vinculações constitucionais e legais e a imperiosa necessidade de prestação adequada dos serviços públicos. (**)

Parágrafo único. São vedados aos ordenadores de despesa quaisquer procedimentos que viabilizem a execução de despesas sem suficiente disponibilidade de dotação orçamentária ou ainda sem o cumprimento dos artigos 15 e 16 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 e suas alterações.

Art. 24. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária para o exercício de 2027 serão orientadas no sentido de alcançar o superávit primário, conforme discriminado no Anexo I – Metas Fiscais, constante desta Lei. (**)

Art. 25 - As Secretarias Municipais e o Controle Interno Municipal, dentro de suas respectivas capacidades técnicas, irão aperfeiçoar os mecanismos de avaliação das políticas públicas, conforme dispõe o art. 37, § 16 da Constituição Federal, inclusive com divulgação dos resultados e metas alcançados. (**)

Seção III
Dos Critérios e das Formas de Limitação de Empenho

Art. 26. Na hipótese de ser constatada, após o encerramento de cada bimestre, frustração na arrecadação de receitas capaz de comprometer a obtenção dos resultados nominal e primário, fixados no Anexo I – Metas Fiscais desta Lei, por atos a serem adotados nos 30 (trinta) dias subsequentes, os Poderes Executivo e Legislativo determinarão, de maneira proporcional, a limitação de empenho e movimentação financeira, em montantes necessários à preservação dos resultados almejados. (**)

§1º. O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo, para as providências deste, o correspondente montante que lhe caberá na limitação de empenho e movimentação financeira, acompanhado da devida memória de cálculo.

§ 2º. Na limitação de empenho e movimentação financeira, serão adotados critérios que produzam o menor impacto possível nas ações de caráter social, particularmente nas de educação, saúde e assistência social, e na compatibilização dos recursos vinculados, bem como na busca da continuidade das obras e reformas em andamento e da preservação do patrimônio público.

§ 3º. Não serão objeto de limitação de empenho e movimentação financeira as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do Município, inclusive as destinadas ao pagamento do serviço

da dívida e precatórios judiciais e, também, as despesas de pessoal e seus respectivos encargos.

§ 4º. Na limitação de empenho e movimentação financeira também será adotada, na hipótese de ser necessária, a redução de eventual excesso da dívida consolidada, obedecendo-se ao que dispõe o artigo 31 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 e suas alterações.

§ 5º. Na ocorrência de calamidade pública, serão dispensadas a obtenção dos resultados fiscais programados e a limitação de empenho enquanto perdurar essa situação, nos termos do disposto no artigo 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 e suas alterações.

§ 6º. A limitação de empenho e movimentação financeira poderá ser suspensa, no todo ou em parte, caso a situação de frustração na arrecadação de receitas se reverta nos bimestres seguintes.

Art. 27. Os critérios e a forma de limitação de empenho de que trata a alínea *b* do inciso I do artigo 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 e suas alterações, serão processados mediante os seguintes procedimentos operacionais e contábeis: (**)

I – Revisão física e financeira contratual, adequando-se aos limites definidos por órgãos responsáveis pela política econômica e financeira do Município, formalizadas pelo respectivo aditamento contratual; e

II – Contingenciamento do saldo de empenho a liquidar, ajustando-se à revisão contratual determinada pelo inciso I do *caput* deste artigo.

Seção IV
Do Controle de Custos e da Avaliação dos Resultados dos Programas Financiados com Recursos dos Orçamentos

Art. 28. Para atender ao disposto no inciso I do artigo 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 e suas alterações, os Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo adotarão providências perante os respectivos setores de contabilidade e orçamento para, com base nas despesas liquidadas, apurarem os custos e resultados das ações e programas estabelecidos no Plano Plurianual do Município. (**)

§ 1º. Os custos e resultados apurados serão apresentados em relatórios elaborados na forma dos artigos 52 a 55 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 e suas alterações.

§ 2º. Os relatórios de que trata o § 1º deste artigo conterão, ainda, avaliação dos resultados alcançados e sua comparação com as metas previstas nas peças orçamentárias para o período.

§ 3º. Merecerá destaque o aprimoramento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, por intermédio da modernização dos instrumentos de planejamento, execução, monitoramento, avaliação e controle interno.

§4º. O Poder Executivo promoverá amplo esforço de redução de custos, otimização de gastos e reordenamento de despesas do setor público municipal, sobretudo pelo aumento da produtividade na prestação de serviços públicos e sociais.

§5º. As políticas públicas e metas alinhadas com os Planos Nacional e Municipal de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e Ações e Serviços Públicos de Saúde serão consideradas pelos respectivos órgãos durante seus planejamentos direcionados à elaboração da Lei Orçamentária.

§6º. As políticas públicas municipais serão alinhadas com as diretrizes principais da União e do Estado exaradas nos seus respectivos projetos de lei de diretrizes orçamentárias e deverão ser implementadas sob as premissas da eficácia, eficiência e efetividade.

Seção V
Das Demais Condições e das Exigências para Transferência de Recursos a Entidades Privadas

Art. 29. Na realização de ações de competência do Município, poderá este adotar a estratégia de transferir recursos a instituições privadas sem fins lucrativos, desde que compatíveis com os programas constantes da Lei Orçamentária Anual, mediante parceria, convênio, ajuste ou instrumento congênere, pelo qual fiquem claramente definidos os deveres e obrigações de cada parte, a forma e os prazos para prestação de contas, sem prejuízo, no que couber, do que dispõe o artigo 26 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 e suas alterações. (**)

§1º. As parcerias voluntárias, alinhadas com o Plano Plurianual do Município, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a Administração Pública Municipal e as organizações da sociedade civil deverão observar as condições e exigências das Leis Federais nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações, e 13.204, de 14 de dezembro de 2015, e das disposições da legislação municipal.

§2º. A subvenção de recursos públicos para os setores público e privado, objetivando cobrir necessidades de pessoas físicas e déficits de pessoas jurídicas, sem prejuízo do que dispõe o art. 26 da LC 101, de 2000, será precedida de análise do plano de aplicação de metas de interesse social, e a concessão priorizará os setores da sociedade civil que não tenham atendimento direto a servidores municipais.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO

Art. 30. A administração da dívida pública municipal interna tem por objetivo principal minimizar custos, reduzir o montante da dívida pública, viabilizar fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal e promover a trajetória sustentável da dívida pública.(**)

§1º. Deverão ser garantidos, na Lei Orçamentária Anual, os recursos necessários para pagamento da amortização, juros e demais encargos da dívida pública.

§2º. O Município, por meio de seus órgãos e entidades, subordinar-se-á às normas estabelecidas na Resolução do Senado Federal nº 40, de 20 de dezembro de 2001 e suas alterações, em atendimento aos incisos VI e IX do artigo 52 da Constituição Federal.

Art. 31. A Lei Orçamentária Anual poderá conter autorização para contratação de operações de crédito pelo Poder Executivo, a qual ficará condicionada ao atendimento das normas estabelecidas na Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 e suas alterações, e nas Resoluções do Senado Federal nºs 40, de 2001 e suas alterações, e 43, de 21 de dezembro de 2001 e suas alterações. (**)

§1º. A gestão financeira do Município cuidará para a sustentabilidade da dívida pública, recomendando a compatibilidade dos resultados fiscais com a trajetória da dívida, e, se for o caso, propor medidas de ajustes, suspensões e vedações, inclusive com um planejamento de alienação de ativos com vistas à redução do montante da dívida, conforme colaciona as novas premissas do art. 163, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional 109, de 2021.

§2º. A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração em consonância com a trajetória sustentável da dívida pública, conforme art. 165, § 2º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional 109, de 2021.

Art. 32. O Município deverá conduzir sua política fiscal buscando manter a dívida pública municipal em níveis sustentáveis especificando, observando o disposto no art. 164-A da Constituição Federal. (**)

Parágrafo único. Sustentabilidade da dívida, especificando: (*)

I) Indicadores de sua apuração;
II) Níveis de compatibilidade dos resultados fiscais com a trajetória da dívida;

III) Trajetória de convergência do montante da dívida com os limites definidos em legislação;
IV) Medidas de ajuste, suspensões e vedações;
V) planejamento de alienação de ativos com vistas à redução do montante da dívida.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 33. Desde que respeitados os limites e vedações previstos nos artigos 20 ao 22, parágrafo único, da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 e suas alterações, e cumpridas as exigências previstas nos artigos 15 a 17 do referido diploma legal, fica autorizado o aumento da despesa com pessoal para: (**)

I – Revisão geral anual de que trata o inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, concessão de vantagem ou aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções de confiança, alteração ou implementação de estruturas de carreiras;
II – Admissão ou contratação de pessoal a qualquer título; e
III – Adequação a qualquer reestruturação administrativa proposta ou incremento de funções de confiança e cargos de provimento em comissão.

§1º. Os aumentos de despesa de que trata este artigo somente poderão ocorrer se houver:

I – Prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, desde que comprovada existência de disponibilidade financeira;
II – Lei específica para as hipóteses previstas no inciso I do *caput* deste artigo; e
III – observância aos limites fixados nos artigos 29 e 29-A da Constituição Federal, no caso do Poder Legislativo.

§2º. Estão a salvo das regras contidas no § 1º deste artigo a concessão de vantagens já previstas na legislação pertinente, de caráter meramente homologatório.

§3º. Na hipótese de se ter atingido o limite prudencial de que trata o parágrafo único do artigo 22 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 e suas alterações, a convocação para prestação de horas suplementares de trabalho somente poderá ocorrer nos seguintes casos:

I – Calamidade pública;
II – Execução de programas emergenciais de saúde pública;
III – Em situações de extrema gravidade, devidamente reconhecida pelo Chefe do respectivo Poder; e
IV – Manutenção do calendário escolar municipal.

§4º. As despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo deverão atender às disposições contidas nos artigos 18 a 20 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 e suas alterações.

§5º Atendido o disposto no art. 29-A da Constituição da República, o repasse ao Poder Legislativo Municipal, no exercício de 2027, será de 7% (sete por cento) do somatório da receita tributária e das transferências previstas no §5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159 daquela Constituição, efetivamente realizado no exercício de 2026, cujo montante deverá ser consignado por estimativa na Lei Orçamentária de 2027. (*)

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃOTRIBUTÁRIA E SUA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 34. As alterações propostas na legislação tributária, das quais poderão resultar acréscimos de receita e que tenham previsão de apresentação ou já tramitem no Poder Legislativo quando da elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual, poderão ensejar a inclusão desses acréscimos, de maneira destacada, na previsão da receita, propiciando a fixação de despesas em igual montante, também de maneira destacada, observado o disposto no § 2º do artigo 7º da Lei Federal nº 4.320, de 1964 e suas alterações. (**)

Parágrafo único. Não sendo aprovadas as alterações de que trata o *caput* deste artigo, os créditos orçamentários destacados serão considerados indisponíveis para quaisquer fins.

Art. 35. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita só será promovida se atendidas às exigências do artigo 14 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 e suas alterações. (**)

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 36. Fica o Poder Executivo autorizado a alterar, mediante decreto, as fontes e a destinação de recursos da receita orçamentária, as codificações e as nomenclaturas das naturezas de receitas, os códigos e as descrições das modalidades de aplicação, dos grupos de natureza de despesa, das funcionais programáticas e unidades orçamentárias constantes da Lei Orçamentária para o exercício de 2027 e em seus créditos adicionais, para fins de correção de erros materiais. (**)

Art. 37. A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá de prévia autorização legislativa e da existência de recursos disponíveis para acorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa, nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 1964 e suas alterações, e da Constituição Federal. (**)

Parágrafo único. A Lei orçamentária conterá autorização para os Poderes Executivo e Legislativo Municipal procederem a abertura de créditos adicionais suplementares até determinado limite, em valor percentual, sobre os respectivos orçamentos.

Art. 38. O Executivo Municipal poderá através de decreto, mediante autorização legislativa, remanejar, transpor e transferir recursos, nos termos do inciso VI do artigo 167 da Constituição Federal. (**)
Parágrafo único. Para fins do caput deste artigo, entende-se como:

I – Remanejamentos: as realocações na organização de um ente público, com destinação de recursos de um órgão para outro;
II – Transposições: as realocações no âmbito dos programas de trabalho e/ou ações, dentro do mesmo órgão; e
III – Transferências: as realocações de recursos entre as categorias econômicas de despesa, dentro do mesmo órgão e o mesmo programa de trabalho.

Art. 39. O Orçamento Fiscal discriminará a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação, com as respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a categoria econômica, o grupo de natureza da despesa, a modalidade de aplicação e a fonte e a destinação de recursos. (**)

§1º. A Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2027 conterá a destinação de recursos, classificados pelo Grupo de Destinação de Recursos e Fontes de Recursos, regulamentados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN e pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCEMG.

§2º. As fontes de recursos indicadas na Lei Orçamentária Anual serão regulamentadas por decreto do Poder Executivo.

§ 3º. Os recursos legalmente vinculados a finalidades específicas serão utilizados apenas para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

§4º. As receitas oriundas de aplicações financeiras terão as mesmas fontes dos recursos originais.

Art. 40. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, autorizados nos últimos 4 (quatro) meses do exercício, conforme disposto no § 2º do artigo 167 da Constituição Federal, será efetivada mediante decreto, nos limites de seus saldos. (**)

Art. 41. Durante a execução orçamentária, ficam o Poder Executivo, o Poder Legislativo e as Entidades da Administração Indireta, autorizados a criar elemento de despesa e fonte de recursos, dentro de cada projeto, atividade ou operação especial, para atender às suas peculiaridades, mediante decreto. (**)

Art. 42. As proposições legislativas e respectivas emendas que, direta ou indiretamente, importem ou autorizem diminuição de receita ou aumento de despesa deverão estar acompanhadas de estimativas desses efeitos no exercício em que entrarem em vigor e nos 2 (dois) subsequentes, detalhando a memória de cálculo respectiva a correspondente compensação, para efeito de adequação orçamentária e financeira e compatibilidade com as disposições constitucionais e legais que regem a matéria. (**)

Parágrafo único. Os recursos decorrentes de emendas que ficarem sem despesas correspondentes ou alterarem os valores da receita orçamentária poderão ser utilizados mediante crédito adicional suplementar e especial, com prévia e específica autorização legislativa nos termos do § 8º do art. 166 da Constituição Federal.

Art. 43. Até o momento da publicação da Lei Orçamentária Anual, se esta ocorrer depois de encerrado o exercício de 2026, ficam os Poderes Executivo e Legislativo autorizados a realizar despesas, observado o limite mensal de 1/12 (um doze avos) de cada programa da proposta original encaminhada ao Legislativo. (**)

Parágrafo único. Ocorrendo a hipótese prevista no *caput* deste artigo, as providências de que trata o *caput* dos artigos 20 e 21 desta Lei serão efetivadas no mês de janeiro de 2027.

Art. 44. Os recursos não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para a abertura de créditos adicionais suplementares por excesso de arrecadação, mediante decreto do Chefe do Poder Executivo. (**)

§1º. Como base de cálculo, serão consideradas as receitas previstas por fonte de recursos, comparando-as com as receitas efetivamente arrecadadas por fontes de recursos, sendo o limite, a diferença positiva entre estas e os recursos não previstos, acrescidos da previsão de rendimentos financeiros.

§2º. As respectivas naturezas de receita serão atualizadas na medida da nova receita criada ou no valor do excesso de arrecadação estimado.

Art. 45. O Poder Executivo ao apurar que, no período de 12 (doze) meses, a relação entre despesas correntes e receitas correntes supera 95% (noventa e cinco por cento), poderá enquanto permanecer a situação, aplicar o ajuste fiscal de vedação conforme determina o art. 167-A da Constituição Federal (Emenda Constitucional 109/21). (**)

I - Concessão, a qualquer título, de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração de membros de Poder ou de órgão, de servidores e empregados públicos, exceto dos derivados de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior ao início da aplicação das medidas de que trata este artigo;

II - Criação de cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa;

III - Alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - Admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, ressalvadas:

a) as reposições de cargos de chefia e de direção que não acarretem aumento de despesa;
b) as reposições decorrentes de vacâncias de cargos efetivos ou vitalícios;
c) as contratações temporárias de que trata o inciso IX do caput do art. 37 desta Constituição; e
d) as reposições de temporários para prestação de serviço militar e de alunos de órgãos de formação de militares;

V - Realização de concurso público, exceto para as reposições de vacâncias previstas no inciso IV deste caput;

VI - Criação ou majoração de auxílios, vantagens, bônus, abonos, verbas de representação ou benefícios de qualquer natureza, inclusive os de cunho indenizatório, em favor de membros de Poder e de servidores e empregados públicos, ou ainda de seus dependentes, exceto quando derivados de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior ao início da aplicação das medidas de que trata este artigo;

VII - Criação de despesa obrigatória;

VIII - Adoção de medida que implique reajuste de despesa obrigatória acima da variação da inflação, observada a preservação do poder aquisitivo referida no inciso IV do *caput* do art. 7º desta Constituição;

IX - Criação ou expansão de programas e linhas de financiamento, bem como remissão, renegociação ou refinanciamento de dívidas que impliquem ampliação das despesas com subsídios e subvenções;

X - Concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária, conforme art. 167-A da Constituição.

Art. 46. Integram a presente Lei: (**)

I - Quadro 1 Índices Oficiais;
II - Quadro 5 Avaliação do Percentual de Crescimento da Receita;
III - Quadro 5 Histórico da Receita Bimestral;
IV - Quadro 5 Histórico da Receita Mensal;
V - Quadro 5 Projeção da Receita Anual;
VI - Quadro 5 Projeção da Receita Mensal;
VII - Quadro 6 Avaliação do Percentual de Crescimento da Despesa;
VIII - Quadro 6 Histórico da Despesa Bimestral;
IX - Quadro 6 Histórico da Despesa Mensal;
X - Quadro 6 Projeção da Despesa Anual;
XI - Quadro 6 Projeção da Despesa Mensal;
XII - Quadro 7 Dívida Consolidada;
XIII - Quadro 8 Demonstrativo de Metas Anuais;
XIV - Quadro 9 Avaliação de Cumprimento de Metas fiscais Exercício Anterior;
XV - Quadro 10 Metas Fiscais Atuais Comprimento Exercícios Anteriores;
XVI - Quadro 11 Evolução do Patrimônio Líquido;
XVII - Quadro 12 Origem Aplicação Recursos Com Alienação Ativos;
XVIII - Quadro 13 Demonstrativo Risco Fiscais Providencias;
XIX - Quadro 14 Margem de Expansão da Despesa;
XX - Quadro 15 Variação do Quadro de Pessoal;
XXI - Quadro 17 Demonstrativo Receitas Despesas RPPS PREVIDENCIARIO;
XXII - Quadro 18 Demonstrativo da Projeção Atuarial RPPS PREVIDENCIARIO;
XXIII - Relatório Demonstrativo de Metas e Prioridades LDO 2027; (***)
XXIV - Relatório Lei Diretrizes Orçamentária Demonstrativo das Prioridades da LDO função subfunção. (***)

Art. 47. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. (**)

Prefeitura Municipal de Perdões/MG, 26 de agosto de 2026

GUILHERME PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

JOANA DARC RESENDE COSTA
Secretária Municipal de Planejamento

(*) Redação dada pela emenda de redação de autoria da Comissão de Legislação, Justiça e Redação.

(**) Redação dada pela emenda aditiva de autoria dos Vereadores Marcos Tadeu de Carvalho, Anderson Carvalho Pereira, Antônio José Bastos Nascimento, Artur Ferreira Neto, Fernando Alvarenga Costa, Florisvaldo Diniz, Helton Vicente de Souza, Márcio Oliveira Rodrigues e Thelles Vitor Ferreira.
(***) Redação dada pela emenda aditiva de autoria do Vereador Helton Vicente de Souza.
Lei oriunda do Projeto de Lei nº 38/2026 de autoria do Executivo Municipal.

Publicado por:
Sávio Carvalho Dos Santos
Código Identificador:C7F30054

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PRIMEIRA RETIFICAÇÃO Nº 001/2026 AO EDITAL Nº 007/2026 – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE ASSISTENTE SOCIAL CREAS

PRIMEIRA RETIFICAÇÃO Nº 001/2026 AO EDITAL Nº 007/2026 – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE ASSISTENTE SOCIAL CREAS

O MUNICÍPIO DE PERDÕES, por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, no uso de suas atribuições legais, e em atenção à decisão proferida pela Comissão Organizadora acerca da impugnação do Edital, torna pública a PRIMEIRA RETIFICAÇÃO do Edital nº 007/2026, referente ao Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária de Assistente Social – CREAS, nos termos a seguir.

1. DAS ALTERAÇÕES

1.1. O item 3.2 do Edital passa a vigorar com a seguinte redação:

3.2. A pontuação máxima total é de 10 (dez) pontos, distribuídos entre os critérios de Experiência Profissional e Titulação Acadêmica, conforme tabela a seguir:

1.2. Ficam incluídos os itens 3.3 e 3.4 ao Edital, passando os itens 3.3, 3.4 e 3.5 originais a serem renumerados como 3.5, 3.6 e 3.7, com a seguinte redação:

3.3. As pontuações de Doutorado e Mestrado não são cumulativas entre si; será considerada apenas a titulação de maior grau.

3.4. Especializações/Pós-graduações e cursos de capacitação são pontuados individualmente, respeitados os limites indicados na tabela.

1.3. O Anexo III – Tabela de Pontuação Curricular passa a vigorar com a seguinte redação:

CRITÉRIO	PONTUAÇÃO UNITÁRIA	PONTUAÇÃO MÁXIMA
I – EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL (até 6 pontos)		
Atuação como Assistente Social em serviço público (por ano completo comprovado)	1 pts / ano	4 pontos
Atuação como Assistente Social em serviço privado (por ano completo comprovado)	1 pts / ano	2 pontos
II – TITULAÇÃO ACADÊMICA (até 4 pontos)		
Doutorado concluído em Serviço Social ou áreas afins	2 pts	2 pontos
Mestrado concluído em Serviço Social ou áreas afins	1 pts	1 ponto
Pós-graduação / Especialização lato sensu (mín. 360h) em Serviço Social ou áreas afins – por curso	0,5 pts / curso	0,5 ponto (máx. 1 curso)
Cursos de capacitação profissional, treinamentos, participações em palestras, congressos etc. Apresentação de certificados ou declarações com carga horária igual ou superior a 50 (cinquenta) horas, realizados nos últimos 05 anos.	0,25 pts / título	0,5 ponto (máx. 2 títulos)
PONTUAÇÃO MÁXIMA TOTAL		**10 pontos**

1.4. O item 4 do Edital passa a contar com o subitem 4.2, com a seguinte redação, renumerando-se os subitens 4.2 a 4.5 originais para 4.3 a 4.6:

4.2. Para comprovação de titulação acadêmica, o candidato deverá apresentar:

a) Diploma ou certificado de conclusão devidamente registrado, ou declaração de conclusão emitida por instituição reconhecida pelo MEC;
b) Histórico escolar ou documento equivalente que comprove a carga horária mínima exigida para especialização/pós-graduação;
c) Certificados de cursos de capacitação, treinamentos, palestras ou congressos, com carga horária mínima de 50 (cinquenta) horas.

1.5. O item 9 – Do Cronograma – passa a vigorar com a seguinte redação:

PROCEDIMENTO	PERÍODO
Publicação da Retificação nº 001/2026 no Diário Oficial do Município	26/08/2026
Período de Inscrições e Entrega de Documentos (reaberto e prorrogado)	26/08/2026 a 01/09/2026
Divulgação do Resultado Preliminar	03/09/2026
Prazo para interposição de Recursos do Resultado Preliminar	04/09/2026
Divulgação Das Decisões dos Recursos e Resultado Final	09/09/2026
Início das Convocações	Conforme necessidade administrativa

2. DA REABERTURA DE PRAZOS E DA SITUAÇÃO DOS CANDIDATOS JÁ INSCRITOS

2.1. Em razão da alteração dos critérios de pontuação curricular, fica reaberto e prorrogado o prazo de inscrições e entrega de documentos até 04/09/2026, conforme novo cronograma constante do item 1.5 desta Retificação, assegurando-se a todos os candidatos, inclusive aos que já se inscreveram sob a redação original do Edital, a oportunidade de apresentar a documentação comprobatória de titulação acadêmica de que trata o novo item 4.2.

2.2. Os candidatos que já tiverem enviado sua inscrição não precisarão reenviar os documentos já entregues, bastando o encaminhamento, dentro do novo prazo, da documentação complementar referente à titulação acadêmica e da Tabela de Pontuação (Anexo III) atualizada.

3. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1. Permanecem inalteradas as demais disposições do Edital nº 007/2026 não expressamente alteradas por esta Retificação.

3.2. Esta Retificação entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios Mineiros.

Prefeitura Municipal de Perdões/MG, 26 de agosto de 2026

GUILHERME PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal de Perdões

LAUANDA SANTOS SALVADOR EVA
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

Publicado por:
Sávio Carvalho Dos Santos
Código Identificador:E65819FB

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PERDÕES - EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 013/2026 -

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 013/2026 - SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PERDÕES.

PARTÍCIPES: Município de Perdões/MG e Santa Casa de Misericórdia de Perdões.

OBJETO: Conjugação de esforços entre o Município de Perdões/MG e a Santa Casa de Misericórdia de Perdões para execução do projeto constante do Plano de Trabalho aprovado, destinado à aquisição, instalação, montagem, configuração e demais despesas diretamente vinculadas aos equipamentos permanentes previstos no Plano de Trabalho, visando ao atendimento de finalidade de relevante interesse público na área da saúde.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e suas alterações posteriores; Lei Orgânica do Município; Lei Orçamentária Anual nº 3.657, de 30 de dezembro de 2025; Lei Municipal nº 3.694, de 25 de junho de 2026; e Dispensa de Chamamento Público nº 011/2026.

VALOR: R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), provenientes de emenda parlamentar impositiva. O repasse será realizado em 07 (sete) parcelas, sendo a primeira no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) e as demais 06 (seis) parcelas no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) cada.

Dotação Orçamentária: As despesas correrão à conta da dotação orçamentária constante na lei de indicação da respectiva emenda parlamentar impositiva.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do Termo, podendo ser prorrogada mediante Termo Aditivo, observado o disposto na Lei Federal nº 13.019/2014.

DATA DE ASSINATURA: 10 de agosto de 2026.

SIGNATÁRIOS: Guilherme Pereira Freitas – Prefeito Municipal de Perdões; Aderlei José Freire – Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Perdões.

Publicado por:
Guilherme de Souza Komaroff
Código Identificador:860E6187

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
SÃO CRISTÓVÃO ESPORTE CLUBE - EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 025/2026

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 025/2026

PARTÍCIPES: MUNICÍPIO DE PERDÕES/MG e SÃO CRISTÓVÃO ESPORTE CLUBE, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 10.837.211/0001-37.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e suas alterações posteriores.

OBJETO: Conjugação de esforços para execução do projeto previsto no Plano de Trabalho, consistente na construção de alambrado e demais benfeitorias destinadas à segurança das crianças e adolescentes que participam das atividades desenvolvidas na sede da entidade, visando ao fomento das atividades de interesse social desenvolvidas pela organização.

VALOR: R$ 23.000,00 (vinte e três mil reais).

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes do repasse correrão à conta da dotação orçamentária constante na lei de indicação da emenda parlamentar.

FORMA DE REPASSE: O valor será repassado em até 04 (quatro) parcelas de R$ 5.750,00 (cinco mil setecentos e cinquenta reais) cada, com início do pagamento no mês de setembro de 2026.

VIGÊNCIA: Da data de assinatura até 21 de agosto de 2027, compreendendo o período de execução do objeto, fixado em 12 (doze) meses, acrescido do prazo para apresentação e análise da prestação de contas final.

PRESTAÇÃO DE CONTAS: A Organização da Sociedade Civil deverá apresentar a prestação de contas final no prazo máximo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do instrumento, observadas as disposições estabelecidas no Termo de Fomento e na legislação aplicável.

DATA DA ASSINATURA: 21 de agosto de 2026.

SIGNATÁRIOS: GUILHERME PEREIRA FREITAS – Prefeito Municipal de Perdões; JORGE CARLOS NAVEGANTE – Presidente do São Cristóvão Esporte Clube.

Perdões/MG, 21 de agosto de 2026.

GUILHERME PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Guilherme de Souza Komaroff
Código Identificador:6FC5EBD0

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
EXTRATO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 145/2026 - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 02/2026

O Município de Perdões/MG, por intermédio do Departamento de Licitações, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade **Concorrência, na forma Eletrônica**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, tendo por objeto a **contratação de serviços especializados para a execução, com mão de obra, da implantação dos Sistemas de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico nas Escolas Municipais José Norberto, Otaviano Alvarenga e Padre Pedro Machado, pertencentes à rede municipal de ensino do Município de Perdões/MG**.

Modo de disputa: Aberto-Fechado.

Data de início para recebimento das propostas: 26/08/2026, às 16h18min.
Data do certame: 10/09/2026, às 09h00min.
Local: Plataforma Compras.gov.br.

O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis para consulta no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e na plataforma de realização do certame.

Perdões/MG, 26 de agosto de 2026.

ADRIANA BERTONI
Diretora do Departamento de Licitações
Prefeitura Municipal de Perdões

Publicado por:
Adriana Bertoni
Código Identificador:5748AA5B

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL DE CHAMADA PARA CONTRATAÇÃO 65/2026

ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Rua José Tomas Pereira- 290 - Centro – Fone (35) 3864-1281
E-mail: educação.perdoes.mg.gov.br
CNPJ – 18.244.343/0001-67
EDITAL DE CHAMADA PARA CONTRATAÇÃO 65/2026

O Prefeito Municipal comunica aos candidatos à Função Pública sobre a chamada para atender as escolas da rede municipal de Perdões**,** conforme especificações abaixo:
Função: Monitor de creche

Dia: 28/08//26 Horário: 13h30 Local: Secretaria Municipal de Educação

Local	Turno	Período
Cemei Ana Rezende Pereira	Integral	01/09/26 A 30/09/26

Apresentar originais de todos estes documentos e observar as diretrizes do Decreto de Contratação 5.445/25 03/12/25:
I -Documento de identidade e CPF;
II – Comprovante de habilitação ou diploma registrado;

III – Declaração de conclusão de curso com data de validade de até 30 dias;
IV – Comprovante de quitação eleitoral;
V – Comprovante de regularidade militar (para candidatos do sexo masculino, quando aplicável);
VI – Comprovante de inscrição no PIS/PASEP ou declaração de não inscrição;
VII – Comprovante de endereço atualizado;
VIII – Certidão de tempo de serviço, se utilizada para classificação;
IX – Declaração de regularidade de CPF, emitida no momento do edital;
IX – Demais documentos específicos do cargo, conforme o Anexo I, II e III.
A Qualificação cadastral para o e-social - será emitida na hora do edital.

Perdões, 26 de agosto de 2026

MÁRCIA REGINA MARTINS BARTELS

Publicado por:
Márcia Regina Martins Bartels
Código Identificador:1F88A1CE

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS PORTARIA Nº 11.163/26 DE 22 DE JULHO DE 2026. AFASTA POR DOENÇA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, JOSIANE DA SILVA VICENTE.

PORTARIA Nº 11.163/26 de 22 de julho de 2026.

AFASTA POR DOENÇA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, JOSIANE DA SILVA VICENTE.

O Prefeito Municipal de Perdões, Guilherme Pereira Freitas no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica afastada por motivo de doença a partir de 21/07/2026, a Servidora Pública Municipal**, JOSIANE DA SILVA VICENTE,** lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme atestado médico apresentado na Secretaria de Recursos Humanos.

Art. 2º - Durante os 15 (quinze) primeiros dias do afastamento da atividade da servidora, a remuneração será paga pela Prefeitura Municipal de Perdões, e a partir do 16º (décimo sexto) a remuneração caberá ao INSS após perícia médica realizada pelo médico perito deste Instituto.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 21/07/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDÕES, 22 de julho de 2026.

GUILHERME PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

ELENIZE DE FÁTIMA CARVALHO LUIZ
Secretária Municipal de Adm. e Recursos Humanos

OBS: ESTA PUBLICAÇÃO SUBSTITUI AS PUBLICAÇÕES ANTERIORES DESTE MESMO ATO POR CONTER ERRO MATERIAL.

Publicado por:
Elenize de Fátima Carvalho Luiz
Código Identificador:6A408C6F

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS PORTARIA Nº 11.197/26 DE 18 DE AGOSTO DE 2026. AFASTA PARA TRATAMENTO DA SAÚDE O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, CAMILO DE LELIS FERREIRA.

PORTARIA Nº 11.197/26 de 18 de agosto de 2026.

AFASTA PARA TRATAMENTO DA SAÚDE O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, CAMILO DE LELIS FERREIRA.

O Prefeito Municipal de Perdões, Guilherme Pereira Freitas, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a emenda constitucional 103/2019;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica afastado para tratamento da saúde, a partir de 18/08/2026, o Servidor Público Municipal, CAMILO DE LELIS FERREIRA, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Meio Ambiente e Serviços Públicos, conforme atestado médico apresentado na Secretaria Municipal de Recursos Humanos.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDÕES, 18 de agosto de 2026.

GUILHERME PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

ELENIZE DE FÁTIMA CARVALHO LUIZ
Secretária Municipal de Adm. e Recursos Humanos

Publicado por:
Elenize de Fátima Carvalho Luiz
Código Identificador:D0054A0D

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS PORTARIA Nº 11.198/26, DE 19 DE AGOSTO DE 2026. HOMOLOGA ESTÁGIO PROBATÓRIO DE CLEVERSON FELIPE DA SILVA.

PORTARIA Nº 11.198/26, de 19 de agosto de 2026

HOMOLOGA ESTÁGIO PROBATÓRIO

O Prefeito Municipal de Perdões, Guilherme Pereira Freitas, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao Artigo 49 e Parágrafo Único das DTF da Lei Municipal nº 1.695/94 de 22.02.94 e Artigo 23 e Parágrafos 1º e 3º da Lei Municipal nº 1.697/94 de 25.02.94,
RESOLVE:

Art. 1º- Homologar o estágio probatório do servidor público municipal **CLEVERSON FELIPE DA SILVA** aprovado em concurso Público de Provas e Títulos – Edital 001/2023, e nomeado em 11/05/2023 através da Portaria nº 9.351/2023, de acordo com avaliação efetuada, considerando satisfatório para o exercício do cargo de **TÉCNICO EM ENFERMAGEM.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDÕES, 19 de agosto de 2026.

GUILHERME PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

ELENIZE DE FÁTIMA CARVALHO LUIZ
Secretária Municipal de Adm. e Recursos Humanos

Publicado por:
Elenize de Fátima Carvalho Luiz
Código Identificador:23F83DFA

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS PORTARIA Nº 11.199/26 DE 21 DE AGOSTO DE 2026. AFASTA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, MARIA ANGELA DE BARROS FERNANDES ALVES, POR LICENÇA MATERNIDADE.

PORTARIA nº 11.199/26 de 21 de agosto de 2026.

AFASTA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, *MARIA ANGELA DE BARROS FERNANDES ALVES*, POR LICENÇA MATERNIDADE.

O Prefeito Municipal de Perdões, Guilherme Pereira Freitas, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica afastada por 120 (cento e vinte) dias, de acordo com o artigo 7º, inciso XVIII, da Constituição Federal, a servidora ***MARIA ANGELA DE BARROS FERNANDES ALVES*****,** no período de 21/08/2026 A 18/12/2026, conforme atestado médico apresentado na Secretaria Municipal de Recursos Humanos.

Art. 2º - Durante o período que perdurar o referido afastamento, a servidora perceberá seus vencimentos do INSS (Instituto Nacional de Seguro Social).

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDÕES, 21 de agosto de 2026.

GUILHERME PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

ELENIZE DE FÁTIMA CARVALHO LUIZ
Secretária Municipal de Adm. e Recursos Humanos

Publicado por:
Elenize de Fátima Carvalho Luiz
Código Identificador:A75C0764

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 11.200/26, DE 23 DE AGOSTO DE 2026.
HOMOLOGA ESTÁGIO PROBATÓRIO DE IEVE MENDONÇA BASTOS.

PORTARIA Nº 11.200/26, de 23 de agosto de 2026

HOMOLOGA ESTÁGIO PROBATÓRIO

O Prefeito Municipal de Perdões, Guilherme Pereira Freitas, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao Artigo 49 e Parágrafo Único das DTF da Lei Municipal nº 1.695/94 de 22.02.94 e Artigo 23 e Parágrafos 1º e 3º da Lei Municipal nº 1.697/94 de 25.02.94,
RESOLVE:

Art. 1º- Homologar o estágio probatório da servidora pública municipal **IEVE MENDONÇA BASTOS** aprovada em concurso Público de Provas e Títulos – Edital 001/2022, e nomeada em 19/06/2023 através da Portaria nº 9.419/2023, de acordo com avaliação efetuada, considerando satisfatório para o exercício do cargo de **DENTISTA PSF.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDÕES, 23 de agosto de 2026.

GUILHERME PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

ELENIZE DE FÁTIMA CARVALHO LUIZ
Secretária Municipal de Adm. e Recursos Humanos

Publicado por:
Elenize de Fátima Carvalho Luiz
Código Identificador:2D8723C4

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PIEDADE DE PONTE NOVA

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEDADE DE PONTE NOVA

ERRATA À DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 057/2026
PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2026

O Município de Piedade de Ponte Nova/MG, por intermédio da Agente de Contratação, torna pública a presente ERRATA referente à Divulgação do Resultado de Julgamento da Licitação do Processo de Licitação nº 057/2026 – Pregão Presencial nº 008/2026, cujo objeto é o Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na cessão de licença de uso, implantação, migração de dados, suporte técnico, manutenção corretiva, adaptativa e evolutiva, de sistemas informatizados de gestão pública, devidamente integrados entre si, contemplando os módulos orçamentário, financeiro, contábil, patrimonial, administrativo, recursos humanos, controle interno, portal da transparência, tributos, almoxarifado, frota, obras públicas, e demais funcionalidades necessárias à Administração Pública Municipal, visando atender às demandas da Prefeitura Municipal de Piedade de Ponte Nova/MG, para correção do valor global informado na publicação.

ONDE SE LÊ:

"**PLANO INFORMÁTICA LTDA**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº **23.366.974/0001-99**, no valor global de R$ 74.000,00 (setenta e quatro mil reais)."

LEIA-SE:

"**PLANO INFORMÁTICA LTDA**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº **23.366.974/0001-99**, no valor global de R$ 183.835,00 (cento e oitenta e três mil, oitocentos e trinta e cinco reais)."

Permanecem inalteradas e ratificadas as demais informações constantes da publicação original.

Piedade de Ponte Nova/MG, 26 de agosto de 2026.

KÍMBERLY J. TOMAZ VIEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Vanilce Das Graças Oliveira Souza
Código Identificador:38F3AC7C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PIRAJUBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAJUBA
PREGÃO ELETRÔNICO 034/2026 - ÓLEO LUBRIFICANTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAJUBA
AVISO DE LICITAÇÃO PR Nº 034/2026

A Prefeitura Municipal De Pirajuba Torna Público Nos Termos Das Leis 14.133/2021 E Suas Alterações Que Fará Realizar Através De Seu Pregoeiro O Pregão Eletrônico 034/2026 REFERE-SE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DESTINADA NO FORNECIMENTO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FROTAS NO MUNICIPIO DE PIRAJUBA/MG, nos termos da Resolução SES/MG nº 10.797, de 05 de dezembro de 2025. Data Da Abertura Da Sessão: 17 De setembro De 2026 As 09:00 Horas. O Edital Poderá Ser Acessado No Site Www.Pirajuba.Mg,Gov.Br/Licitacoes, E Www.Licitanet.Com.Br. Duvidas E Esclarecimentos Ser Obtidas Pelo E-Mail Licitacao@Pirajuba.Mg.Gov.Br.

Pirajuba-MG, 26 de agosto De 2026.

DIOGO Q. DE OLIVEIRA.
Pregoeiro.

Publicado por:
Diogo Quintiliano de Oliveira
Código Identificador:58651D72

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAJUBA
PREGÃO ELETRÔNICO 035/2026 - MATERIAIS DE INFORMÁTICA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAJUBA
AVISO DE LICITAÇÃO PR Nº 035/2026

A Prefeitura Municipal De Pirajuba Torna Público Nos Termos Das Leis 14.133/2021 E Suas Alterações Que Fará Realizar Através De Seu Pregoeiro O Pregão Eletrônico 035/2026 REFERE-SE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DESTINADA NO FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE INFORMÁTICA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS NO MUNICIPIO DE PIRAJUBA/MG, nos termos da Resolução SES/MG nº 10.797, de 05 de dezembro de 2025. Data Da Abertura Da Sessão: 22 De setembro De 2026 As 09:00 Horas. O Edital Poderá Ser Acessado No Site Www.Pirajuba.Mg,Gov.Br/Licitacoes, E Www.Licitanet.Com.Br. Duvidas E Esclarecimentos Ser Obtidas Pelo E-Mail Licitacao@Pirajuba.Mg.Gov.Br.

Pirajuba-MG, 26 de agosto De 2026.

DIOGO Q. DE OLIVEIRA.
Pregoeiro.

Publicado por:
Diogo Quintiliano de Oliveira
Código Identificador:E637DB67

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PIRANGA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRANGA
DECRETO 5631, DE 06 DE AGOSTO DE 2026.

REGULAMENTA A LEI MUNICIPAL Nº 2.109/2025, ALTERADA PELA LEI MUNICIPAL Nº 2.159/2026, PARA DISPOR SOBRE A REALIZAÇÃO DE SORTEIO DE PREMIAÇÕES NO ÂMBITO DA CAMPANHA DE EDUCAÇÃO FISCAL E DE INCENTIVO AO ADIMPLEMENTO E À REGULARIZAÇÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Piranga/MG, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 113, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, e com fundamento na Lei Municipal nº 2.109/2025, alterada pela Lei Municipal nº 2.159/2026; e, **CONSIDERANDO**:
- que a Lei Municipal nº 2.109/2025, alterada pela Lei Municipal nº 2.159/2026, autoriza a realização de eventos de interesse público e a concessão de premiações pelas Secretarias Municipais;
- que o parágrafo único do art. 1º da Lei Municipal nº 2.109/2025 reconhece como de interesse público as campanhas de educação fiscal, de adimplemento e de regularização de créditos tributários municipais, inclusive as voltadas ao pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU;
- que o art. 2º da referida Lei estabelece o valor máximo de até R$ 10.000,00 (dez mil reais) por evento, respeitadas as disposições orçamentárias vigentes;
- a necessidade de estimular o adimplemento espontâneo dos tributos municipais, de valorizar o contribuinte adimplente e de fortalecer a arrecadação e a justiça fiscal no Município;
- os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência, insculpidos no art. 37, *caput*, da Constituição da República;
- a necessidade de conferir plena transparência e idoneidade ao procedimento de sorteio;

DECRETA:

CAPÍTULO I
DO OBJETO E DA FINALIDADE

Art. 1º. Este Decreto regulamenta a realização de sorteio de premiações, no âmbito da campanha de educação fiscal e de incentivo ao adimplemento e à regularização de créditos tributários municipais, nos termos da Lei Municipal nº 2.109/2025, alterada pela Lei Municipal nº 2.159/2026.

Art. 2º. A campanha tem por finalidade estimular o pagamento pontual dos tributos municipais, premiar os contribuintes adimplentes e difundir a consciência e a cidadania fiscal junto à população.

CAPÍTULO II
DO SORTEIO E DAS PREMIAÇÕES

Art. 3º. O sorteio será realizado no dia 13 de novembro de 2026, junto à Rádio Difusora de Piranga 90.5 FM, em horário a ser definido e divulgado.

Art. 4º. Serão distribuídos 10 (dez) prêmios no valor de R$ 1.000,00 (mil reais) cada um, perfazendo o montante total de R$ 10.000,00 (dez mil reais), respeitado o limite estabelecido no art. 2º da Lei Municipal nº 2.109/2025, alterada pela Lei Municipal nº 2.159/2026, e as disposições orçamentárias vigentes.

Parágrafo único. Cada contribuinte participante concorrerá a apenas 1 (um) prêmio, ficando excluído dos sorteios subsequentes o contribuinte já contemplado no mesmo evento.

Art. 5º. O sorteio será conduzido de forma idônea, pública e transparente, sendo integralmente gravado em vídeo e posteriormente divulgado nas redes sociais oficiais e no sítio eletrônico oficial do Município de Piranga (https://www.piranga.mg.gov.br/).

CAPÍTULO III
DOS PARTICIPANTES

Art. 6º. Participarão do sorteio os contribuintes do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) que, até 31 de agosto de 2026, estiverem com o referido imposto devidamente quitado, sem qualquer débito a ele relativo perante a Fazenda Pública Municipal.

§ 1º Concorrerão exclusivamente os contribuintes de imóveis sujeitos à incidência do IPTU, ficando excluídos os imóveis não tributados, tais como os isentos e os imunes.

§ 2º Na hipótese de parcelamento de débitos de IPTU (REFIS) em vigor, somente participará o contribuinte que não possua qualquer parcela vencida e pendente de pagamento até a data referida no *caput*.

§ 3º Não poderão participar do sorteio o Prefeito Municipal, o Vice-Prefeito, o Secretário Municipal de Fazenda, os servidores da Seção de Cadastro e Fiscalização e o Assessor Jurídico da referida Seção.

§ 4º O impedimento previsto no § 3º não se estende aos cônjuges das pessoas ali indicadas nem aos demais servidores municipais, que poderão participar do sorteio, desde que preenchidas as condições estabelecidas neste Decreto.

CAPÍTULO IV
DO LEVANTAMENTO, DA DIVULGAÇÃO E DA IMPUGNAÇÃO

Art. 7º. A Seção de Cadastro e Fiscalização promoverá o levantamento dos contribuintes do IPTU em situação de adimplência, considerada a posição existente em 31 de agosto de 2026, nos termos do art. 6º deste Decreto, elaborando a lista preliminar dos participantes.

Art. 8º. A lista preliminar dos participantes será divulgada nos meios de comunicação oficiais do Município entre os dias 1º a 30 de setembro de 2026 e mantida disponível para consulta.

Parágrafo único. Após a divulgação prevista no *caput*, o interessado terá o prazo de 15 (quinze) dias corridos para comparecer à Prefeitura Municipal, junto à Seção de Cadastro e Fiscalização, e impugnar a sua não inclusão ou apresentar questionamentos.

Art. 9º. As impugnações e os questionamentos serão apresentados por escrito e dirigidos à Seção de Cadastro e Fiscalização, à qual competirá a respectiva análise e decisão em prazo compatível com a realização do sorteio.

Art. 10. Encerrado o prazo de impugnação e decididos os questionamentos apresentados, será divulgada a lista oficial e definitiva dos participantes do sorteio.

Parágrafo único. A divulgação das listas restringir-se-á aos dados estritamente necessários à identificação dos participantes e à

transparência do certame, observada a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

CAPÍTULO V

DA REALIZAÇÃO DO SORTEIO E DA ENTREGA DOS PRÊMIOS

Art. 11. O sorteio será realizado a partir da lista oficial dos participantes, mediante procedimento que assegure igualdade de chances a todos os habilitados e a plena aleatoriedade do resultado.

Art. 12. Concluído o sorteio, os contemplados serão comunicados e o resultado será divulgado nas redes sociais oficiais e no sítio eletrônico oficial do Município.

Art. 13. Realizado o sorteio, os contemplados terão o prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da divulgação do resultado, para comparecer à Prefeitura Municipal, junto à Seção de Cadastro e Fiscalização, apresentar documento oficial de identificação e informar os dados da conta bancária de sua titularidade para fins de pagamento.

§ 1º O pagamento dos prêmios será realizado, após a confirmação das informações prestadas e da permanência da condição de adimplência, por meio de transferência bancária para a conta informada pelo contribuinte contemplado.

§ 2º Decorrido o prazo previsto no *caput* sem o comparecimento do contemplado ou sem a apresentação da documentação e dos dados bancários, ou constatado que o contemplado não preenchia as condições de participação, será designado novo sorteio complementar, se necessário.

§ 3º A entrega dos prêmios observará as normas de execução orçamentária e financeira aplicáveis.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento municipal.

Art. 15. As dúvidas e os esclarecimentos relativos ao sorteio poderão ser dirigidos à Seção de Cadastro e Fiscalização, pelo aplicativo WhatsApp (31) 3746-1837 ou pelo telefone fixo (31) 3923-0615, ramal 1.

Art. 16. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Fazenda, por meio da Seção de Cadastro e Fiscalização.

Art. 17. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Piranga/MG, 06 de agosto de 2026.

LUIS HELVÉCIO SILVA ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo Hebert Dias Maciel
Código Identificador:4C1F7782

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRANGA
PORTARIA Nº 067 DE 26 DE AGOSTO DE 2026

PROJETO DE INCENTIVO ÀS BOAS PRÁTICAS NA EDUCAÇÃO – PIRANGA/MG

APRESENTAÇÃO

O trabalho com o projeto de incentivo às boas práticas constitui uma das posturas metodológicas de ensino mais dinâmicas e eficientes, sobretudo pela sua força inovadora e motivadora, de aprendizagens em situação real e do trabalho em cooperação.

Ele propicia também a conexão de várias áreas do conhecimento, fazendo com que a aprendizagem se torne significativa para o educando. Com o projeto, os professores têm a oportunidade de utilizar diferentes métodos e estratégias de ensino que se adequam à demanda daquela sala de aula.

É sabido, que as nossas Escolas Municipais já desenvolvem projetos e experiências exitosas em aprendizagem e diversidade para nossos alunos, porém essas práticas ficam restritas entre os muros das escolas, não sendo divulgadas, nem valorizadas como deveriam e muito menos compartilhadas entre as outras escolas da rede.

Pensando nisso, a Secretaria Municipal de Educação de Piranga/MG, em 2025, elaborou esse projeto que tem como objetivo reconhecer, divulgar e promover a disseminação de resultados das práticas educacionais desenvolvidas no ambiente escolar que contribuem para a melhoria da qualidade do processo de aprendizagem de nossas escolas. E também valorizar toda a equipe que contribui para um ensino público cada vez melhor, anualmente.

Este projeto enfatiza a participação de toda a comunidade escolar, incluindo professores, supervisores pedagógicos, diretores e demais funcionários a fim de promover uma abordagem colaborativa e inclusiva. Essa participação engloba desde a elaboração do projeto, a implementação de ações e a avaliação de resultados, garantindo que a escola reflita os objetivos e as necessidades da comunidade.

A ideia é registrar práticas executadas com resultados positivos comprovados e disseminá-las amplamente, fazendo-as chegar, por meio de publicações e reuniões pedagógicas, às demais escolas do município.

As Boas Práticas devem ser compostas de:

* atenção individual ao aluno;
* consciência e práticas de rede;
* parcerias;
* avaliação sistemática;
* atividades complementares e interdisciplinares;
* formação do corpo docente;
* valorização da leitura e da escrita;
* foco na aprendizagem;
* planejamento;
* atividades lúdicas e prazerosas;
* valores;
* educação formativa;
* meio ambiente;
* conscientização.

JUSTIFICATIVA

Vivemos em um momento de constante mudança, e na educação não seria diferente, precisamos inovar e buscar estratégias diferenciadas a fim de aguçar, motivar o interesse e a participação dos alunos durante as aulas.

Pensando nisso, este projeto justifica-se em atentar aos educadores à busca e realização de práticas pedagógicas atraentes e inovadoras pautadas na implementação de estratégias, métodos e tecnologias que visam melhorar a qualidade do ensino, promovendo a aprendizagem significativa e preparar os estudantes para os desafios das evoluções alinhando o ensino às mudanças constantes da sociedade, de modo a conectar a metodologia de ensino e o Plano Político Pedagógico ao mundo moderno com a finalidade de compartilhar as experiências.

OBJETIVOS:

•Trabalhar a motivação dos colaboradores, com o objetivo de aumentar seu engajamento e performance;
• Estimular a busca por aulas mais instigantes;
• Promover a aprendizagem;
• Estimular as discussões e trabalhos em grupos;
• Ser replicáveis, consistentes, adaptáveis e com a facilidade de utilizar novos recursos e metodologias;
• Promover a interação entre os colegas e estes, poderem partilhar e conversar sobre opiniões e visões diferentes sobre determinado assunto;
• Valorizar e divulgar as boas práticas educativas que ocorrem nas escolas da rede pública municipal de Piranga;
• Incentivar os professores, gestores e demais funcionários a desenvolverem práticas de ensino e aprendizagem que contribuam para o avanço qualitativo da educação no município;
• Apoiar o desenvolvimento de experiências pedagógicas inovadoras que atendam à diversidade cultural e à inclusão educacional;
• Estimular o desenvolvimento da gestão democrática e formação continuada nas unidades escolares, tendo como foco a melhoria do processo de aprendizagem;
• Desenvolver e divulgar as práticas educacionais em outras unidades de ensino da Rede.

METODOLOGIA E AÇÕES

Sugerimos que busquem práticas direcionadas para:
• Estratégias pedagógicas de aprendizagens que envolvam os estudantes;
• Inspiração para aplicabilidade em outras unidades escolares;
• Didática específica para cada faixa etária; mas isso não diz que é vedada a adaptação para outra faixa etária;
• Seja intencionalidade educacional:
Que tenha expectativa/resultados de aprendizagem;
Didática adequada à natureza e conteúdo dos alunos;
Capacidade de envolver os alunos de forma a incluir todos;

Possibilidade de envolver a escola como um todo, família e comunidade;
Avaliar se os alunos são convidados a refletir, representar e documentar suas experiências e compartilhar suas ideias, utilizando diferentes meios e modos para garantir a efetiva participação de todos, sem exceção;
Reconhecer se a aprendizagem de conceitos, procedimentos, atitudes e valores se apresentam de forma integrada, e prepara os estudantes para serem cidadãos globais, considerando e respeitando a diversidade.

PERÍODO
A observação e a escolha das práticas acontecerão durante todo o ano letivo, pelos diretores, supervisores e demais membros da equipe escolar. E ao final do ano escolar, em três momentos serão apresentadas as práticas para análise e avaliação.
A divulgação, das melhores práticas, acontecerá na semana de planejamento do ano seguinte. Os educadores que tiverem suas boas práticas como destaque, deverão compartilhar em coletivo as vivências na realização das atividades.
Cada escola poderá ter uma prática ou mais contempladas.
ENVOLVIDOS:
Secretário Municipal, diretores, supervisores, professores, alunos e demais funcionários das Escolas da Rede Municipal de Educação de Piranga/MG.
AVALIAÇÃO
Durante o ano letivo, os trabalhos deverão ser monitorados, analisados e registrados. O processo final deverá ocorrer em duas etapas:
• 1º momento: o diretor, vice-diretor, coordenador e/ou supervisor, deverá(ão) escolher uma prática voltada à alfabetização ou recomposição da aprendizagem, trabalhada durante o ano letivo por um professor ou grupo de professores de sua escola.
• 2º momento: o(s) professor(es) selecionado(s) irão apresenta a sua prática, oralmente e se quiser com ajuda de registros da sua própria prática, com ações expositivas a seu critério (vídeos, fotos, banner, portfólio etc, lembrando de informar que precisará usar tecnologia), no dia da premiação.
Os profissionais e alunos envolvidos na práticas vencedoras, ganharão um certificado de reconhecimento de Boas Práticas do ano, além de uma bonificação, que poderá ser uma placa, cesta, entre outras, em prol da contribuição e busca de melhoria da alfabetização ou recomposição dos estudantes no Município de Piranga/MG.
Não será critério de avaliação a divulgação do professor nas redes sociais.

Piranga, 26 de agosto de 2026.

_____
LUIS HELVÉCIO SILVA ARAÚJO

Publicado por:
Rodrigo Hebert Dias Maciel
Código Identificador:50444C95

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRANGA/MG. AVISO DE HOMOLOGAÇÃO Processo Licitatório Nº. 141/2026, Pregão Eletrônico Nº. 90044/2026. O Prefeito do Município de Piranga/MG, no uso e gozo de suas atribuições legais e, com base na Lei 14.133/2021, HOMOLOGA o Pregão Eletrônico que tem por objeto: CONTRATAÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS DESTINADOS AO TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E ESTADUAIS, EM ESTRADAS PAVIMENTADAS E NÃO PAVIMENTADAS, NO MUNICÍPIO DE PIRANGA/MG. Contratadas: COOPERATIVA DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DE VICOSA - COOPERA - 13.050.371/0001-20 no valor total de R$ 62.832,00 (vinte e seis mil, quarenta e oito reais), HELTON TRANSPORTES LTDA - CPF/CNPJ: 39.966.630/0001-50 no valor total de R$ 117.645,00 (cento e dezessete mil, seiscentos e quarenta e cinco reais). Período de 12 (doze) meses.

Piranga/MG,26/08/2026

LUÍS HELVÉCIO SILVA ARAÚJO
Prefeito Municipal de Piranga/MG

Publicado por:
Glauciely Natalia Ventura
Código Identificador:D7E83074

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRANGA/MG. AVISO DE HOMOLOGAÇÃO. Proc. Licitatório nº. 160/2026, Inexigibilidade nº. 051/2026. O Prefeito do Município de Piranga/MG, no uso e gozo de suas atribuições legais e, com fulcro no art. 74, caput, da Lei 14.133/2021, HOMOLOGA a Inexigibilidade que tem por objeto a "CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÃO MUSICAL DO ARTISTA IDSON, A SER REALIZADA NO DIA 05 DE SETEMBRO DE 2026, NO ÂMBITO DO EVENTO "FESTIVAL DO AMENDOIM – II EDIÇÃO", NO MUNICÍPIO DE PIRANGA/MG". Contratada: IDSON PEIXOTO PESSOA 82791325620 - CNPJ: 32.804.446/0001-65, Valor Total de R$1.000,00 (um mil reais). Período de 03 (três) meses.

Piranga/MG, 26/08/2026

LUÍS HELVÉCIO SILVA ARAÚJO
Prefeito Municipal de Piranga/MG

Publicado por:
Glauciely Natalia Ventura
Código Identificador:17860A25

SETOR DE LICITAÇÕES
DECISÃO EM RECURSO ADMINISTRATIVO

DECISÃO EM RECURSO ADMINISTRATIVO

Assunto: Recurso Administrativo – Aplicação de Penalidades
Processo Administrativo de Responsabilização – PAR: 010/2026
Recorrente: SF Transporte e Turismo Ltda.
CNPJ: 50.004.733/0001-72

Trata-se de **Recurso Administrativo** interposto pela empresa **SF Transporte e Turismo Ltda**, inscrita no CNPJ nº **50.004.733/0001-72**, em face da decisão proferida no âmbito do **Processo Administrativo de Responsabilização – PAR nº 010/2026**, que aplicou à empresa as penalidades de multa compensatória, impedimento de licitar e contratar com o Município de Piranga/MG pelo prazo de 03 (três) anos e cancelamento do seu registro na Ata de Registro de Preços nº 041/2025.
A decisão recorrida foi proferida em 30 de julho de 2026, encaminhada à empresa por e-mail em 30 de julho de 2026 e publicada no Diário Oficial do Município em 31 de julho de 2026, juntamente com o respectivo extrato de intimação para apresentação de recurso.
A empresa apresentou recurso administrativo em 12 de agosto de 2026.
Assim, reconheço a **tempestividade** do recurso, razão pela qual passo à análise de seu mérito.
Em suas razões recursais, a empresa sustenta, em síntese, que o atraso no início da execução dos serviços teria decorrido de falha mecânica imprevisível na retroescavadeira destinada ao atendimento da Autorização de Fornecimento/Serviço nº 000001. Alega, ainda, boa-fé, ausência de dolo ou má-fé, histórico anterior de prestação de serviços junto ao Município e prontidão atual para executar os serviços.
Ao final, requer o acolhimento do recurso, com o reconhecimento da boa-fé e ausência de intenção de inexecução; a não aplicação da multa compensatória no valor de R$ 3.570,00; o afastamento da penalidade de impedimento de licitar e contratar; o afastamento do cancelamento da Ata de Registro de Preços; e a concessão de autorização para início imediato dos serviços.
Inicialmente, cumpre registrar que, por se tratar de decisão proferida pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, autoridade máxima no âmbito da Administração Municipal, não há autoridade hierarquicamente superior para remessa do recurso. Assim, compete

ao próprio Prefeito Municipal proceder à análise e julgamento das razões recursais apresentadas.
No mérito, o recurso não merece provimento.
As razões apresentadas pela empresa não trazem elementos novos capazes de afastar os fundamentos da decisão recorrida. Em verdade, o recurso apenas reitera argumentos já apresentados e devidamente analisados no curso do PAR, especialmente quanto à alegada falha mecânica, boa-fé e ausência de intenção de descumprir as obrigações assumidas.
Conforme apurado no processo, foi emitida a **Autorização de Fornecimento/Serviço nº 000001**, em 28 de abril de 2026, para a prestação de **300 horas de serviços de retroescavadeira**, no valor unitário de R$ 119,00, totalizando R$ 35.700,00, com a finalidade de atender à manutenção e conservação das estradas do Município de Piranga/MG.
O prazo previsto para início da execução era de 48 (quarenta e oito) horas, contado da ordem de início expedida pelo Município. Todavia, a empresa não iniciou os serviços no prazo contratual previsto.
Em razão da ausência de início da execução, foi expedida notificação em 04 de maio de 2026, tendo a empresa apresentado justificativa fundada em alegada falha mecânica, com previsão estimada de retorno às atividades no prazo de 60 (sessenta) dias.
A justificativa apresentada foi indeferida em 02 de junho de 2026, por não afastar o inadimplemento contratual, especialmente porque competia à contratada dispor dos meios necessários ao cumprimento do objeto assumido, inclusive quanto à disponibilidade de equipamento apto à prestação dos serviços.
Na oportunidade, ainda foi concedido novo prazo para início dos serviços até as 8h do dia 08 de junho de 2026. Mesmo após o novo prazo, a empresa não iniciou a execução dos serviços, apresentando documento denominado "Notificação de Condicionamento de Execução Superveniente ou Rescisão Consensual Imediata", por meio do qual condicionou o início das atividades à concessão de novo prazo de 15 (quinze) dias úteis ou, alternativamente, requereu a rescisão consensual imediata do ajuste, sem aplicação de penalidades.
Portanto, não procede a alegação de que a Administração teria exigido o início dos serviços de forma abrupta ou desproporcional. Entre a emissão da Autorização de Fornecimento/Serviço, em 28 de abril de 2026, e o indeferimento da justificativa, em 02 de junho de 2026, transcorreram mais de 30 (trinta) dias, período suficiente para que a empresa adotasse providências concretas para regularizar a prestação, substituir o equipamento ou comprovar, de forma robusta, eventual impossibilidade absoluta de execução do objeto.
A alegada falha mecânica também não afasta a responsabilidade administrativa da empresa. A manutenção do equipamento, a disponibilidade da máquina, a substituição em caso de avaria e a estrutura operacional necessária à execução do objeto integram o risco ordinário da atividade desempenhada pela contratada.
Ademais, o Termo de Referência estabelecia o dever da contratada de manter veículos, equipamentos e materiais necessários ao bom desempenho da prestação dos serviços em perfeitas condições de manutenção, bem como de adotar providências em caso de avaria, de modo a evitar a interrupção dos serviços.
O recurso também não comprova a ocorrência de caso fortuito ou força maior apta a afastar a responsabilidade da empresa. As alegações apresentadas permanecem insuficientes para demonstrar impossibilidade absoluta de execução do objeto por outros meios, tampouco comprovam que a contratada tenha adotado, tempestivamente, medidas eficazes para cumprir a obrigação assumida.
A boa-fé alegada pela recorrente, bem como eventual histórico anterior de prestação de serviços ao Município, já foram considerados no processo como circunstâncias de ponderação, mas não possuem força para afastar a infração constatada. No caso concreto, restou demonstrado que a empresa recebeu a ordem/autorização de serviço, não iniciou a execução no prazo contratual, foi notificada, teve sua justificativa indeferida, recebeu novo prazo e, ainda assim, permaneceu sem iniciar os serviços.
Também não há fundamento para acolher o pedido de autorização para início imediato dos serviços como forma de afastar as penalidades já aplicadas. A possibilidade atual de execução não descaracteriza o inadimplemento anteriormente configurado, nem afasta os efeitos da inexecução no momento em que os serviços foram formalmente solicitados pela Administração.
A conduta apurada ultrapassou mero atraso pontual. Houve ausência de início da execução dos serviços de retroescavadeira solicitados pela Administração, comprometendo a programação da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Planejamento Urbanístico, especialmente em razão da necessidade de manutenção e conservação das estradas vicinais.
Dessa forma, permanecem hígidos os fundamentos da decisão recorrida, especialmente quanto à configuração da infração administrativa prevista no art. 155, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, consistente em dar causa à inexecução total do contrato/obrigação assumida.
As penalidades aplicadas também observam a dosimetria prevista no art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza e a gravidade da infração, as peculiaridades do caso concreto, a essencialidade dos serviços, a ausência de início da execução mesmo após notificações e concessão de novo prazo, bem como a insuficiência das justificativas apresentadas pela empresa.
A multa compensatória de 10% sobre o valor da Autorização de Fornecimento/Serviço nº 000001, correspondente a R$ 3.570,00, encontra respaldo no instrumento convocatório e na Lei nº 14.133/2021. O impedimento de licitar e contratar pelo prazo de 03 (três) anos mostra-se compatível com a gravidade concreta da conduta, sem que se tenha aplicado penalidade mais gravosa. O cancelamento do registro da empresa na Ata de Registro de Preços nº 041/2025 decorre do descumprimento das obrigações assumidas.
Diante do exposto, **CONHEÇO** do recurso administrativo interposto pela empresa **SF Transporte e Turismo Ltda**, por ser tempestivo, e, no mérito, **NEGO-LHE PROVIMENTO**, mantendo integralmente a decisão proferida em 30 de julho de 2026, que aplicou à recorrente as seguintes penalidades:
a) multa compensatória correspondente a **10% (dez por cento)** sobre o valor da Autorização de Fornecimento/Serviço nº 000001, perfazendo o valor de **R$ 3.570,00 (três mil quinhentos e setenta reais)**;
b) impedimento de licitar e contratar com o Município de Piranga/MG pelo prazo de **03 (três) anos**, com fundamento no art. 156, inciso III e §4º, da Lei nº 14.133/2021;
c) cancelamento do registro da empresa na Ata de Registro de Preços nº 041/2025, em razão do descumprimento das obrigações assumidas.
Publique-se a presente decisão no Diário Oficial do Município e intime-se a empresa recorrente.
Após a publicação e certificação nos autos, adotem-se as providências necessárias para:
a) encaminhamento ao setor competente para emissão e cobrança da multa aplicada;
a.1) não havendo pagamento voluntário, adoção das medidas administrativas e judiciais cabíveis para satisfação do crédito, inclusive inscrição em dívida ativa;
b) cancelamento do registro da empresa na Ata de Registro de Preços nº 041/2025;
c) registro e atualização da penalidade de impedimento nos sistemas competentes, na forma do art. 161 da Lei nº 14.133/2021.
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Piranga/MG, 26 de agosto de 2026.

LUÍS HELVÉCIO SILVA ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Glauciely Natalia Ventura
Código Identificador:28500B34

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRANGA/MG. EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. Processo Licitatório Nº. 114/2026, Pregão Eletrônico Nº. 90034/2026, Registro de Preços nº. 019/2026. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO. Contratadas: 59.753.143 SUELLEN CILEIDE JASTE DE OLIVEIRA FAISTAUER - 59.753.143/0001-17 , Valor total de R$ 8.779,00 (oito mil, setecentos e setenta e nove reais); AMAZONAS COMERCIO DE ADESIVOS E BRINDES LTDA - 11.383.230/0001-01 Valor

total de R$ 3.316,50 (três mil, trezentos e dezesseis reais e cinquenta centavos); ARTE MIDIA SOLUCAO VISUAL LTDA - 59.771.809/0001-60 Valor total de R$ 11.985,00 (onze mil novecentos e oitenta e cinco reais); ; BRAZIL LIDER COMUNICACAO VISUAL E COMERCIO LTDA - 41.682.046/0001-15 Valor total de R$ 42.980,00 (quarenta e dois mil, novecentos e oitenta reais) ; EMBACOM LTDA - 47.156.456/0001-09 Valor total de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais); I. S. LICITAÇÕES LTDA - 48.501.228/0001-91 Valor total de R$ 116.995,00 (cento e dezesseis mil, novecentos e noventa e cinco reais); PERFIL SOLUCOES EMPRESARIAIS LTDA - 39.685.763/0001-59 Valor total de R$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais) ; R2MG MIDIA GRAFICA LTDA - 41.428.778/0001-83 Valor total de R$ 8.700,00 (oito mil e setecentos reais); RB COMUNICAÇÃO VISUAL EIRELI EPP - 27.232.288/0001-86 Valor total de R$ 8.282,00,00 (oito mil, duzentos e oitenta e dois reais). Período de 12 (doze) meses.

Piranga/MG, 20/08/2026

ANTÔNIO JOSÉ TRINDADE DE PAIVA
Secretário Municipal de Educação
Por Delegação – Decreto Municipal nº 5370/2026

Publicado por:
Glauciely Natalia Ventura
Código Identificador:E94E536B

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRANGA/MG. EXTRATO DE CONTRATO. Proc. Licitatório nº. 160/2026, Inexigibilidade nº. 051/2026. Objeto: "CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÃO MUSICAL DO ARTISTA IDSON, A SER REALIZADA NO DIA 05 DE SETEMBRO DE 2026, NO ÂMBITO DO EVENTO "FESTIVAL DO AMENDOIM – II EDIÇÃO", NO MUNICÍPIO DE PIRANGA/MG". Contratada: IDSON PEIXOTO PESSOA 82791325620 - CNPJ: 32.804.446/0001-65, Valor Total de R$1.000,00 (um mil reais). Período de 03 (três) meses.

Piranga/MG, 26/08/2026

VITOR TIAGO DE SOUZA
Secretário Municipal de Cultura e Turismo
Por Delegação – Decreto Municipal nº 5370/2026

Publicado por:
Glauciely Natalia Ventura
Código Identificador:3F60C3CE

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO EM RECURSO ADMINISTRATIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRANGA/MG. EXTRATO DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO EM RECURSO ADMINISTRATIVO. Processo Administrativo de Responsabilização – PAR nº 010/2026. Processo Administrativo nº 153/2025. Pregão Eletrônico nº 90052/2025. Registro de Preços nº 036/2025. Ata de Registro de Preços nº 041/2025. Recorrente: SF TRANSPORTE E TURISMO LTDA, CNPJ nº 50.004.733/0001-72. Objeto: apuração de descumprimento das obrigações assumidas no âmbito da Ata de Registro de Preços nº 041/2025, especialmente quanto à ausência de início da execução dos serviços de retroescavadeira formalmente solicitados pela Administração. Decisão: o Prefeito Municipal conheceu do recurso administrativo interposto pela empresa, por tempestivo, e, no mérito, negou-lhe provimento, mantendo integralmente a decisão administrativa de aplicação das penalidades de multa compensatória no valor de R$ 3.570,00, impedimento de licitar e contratar com o Município de Piranga/MG pelo prazo de 03 (três) anos e cancelamento do registro da empresa na Ata de Registro de Preços nº 041/2025. Fica a empresa intimada da decisão proferida.

Piranga/MG, 26 de agosto de 2026.

LUÍS HELVÉCIO SILVA ARAÚJO
Prefeito Municipal de Piranga/MG

Publicado por:
Glauciely Natalia Ventura
Código Identificador:6FAE8A0F

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRANGA/MG. EXTRATO DO SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO. Processo Administrativo nº 047/2026. Concorrência Eletrônica nº 90001/2026. Contrato nº 099/2026. Objeto: registro da retomada da execução da obra de construção da Unidade Básica de Saúde – UBS Porte I, localizada no Bairro Vila do Carmo, Município de Piranga/MG, ocorrida em 13/08/2026, conforme Ofício nº 11/2026; readequação do cronograma de execução em razão da suspensão ocorrida entre 07/05/2026 e 12/08/2026, totalizando 98 (noventa e oito) dias corridos, com fixação do novo termo final do prazo de execução em 03/05/2027; e correção de erro material constante do Primeiro Termo de Apostilamento. Contratada: DL2 ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ nº 30.480.108/0001-90.

Piranga/MG, 25/08/2026.

ISABEL CRISTINA DE SOUZA PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde
(Por Delegação – Decreto Municipal nº 5370/2026)

Publicado por:
Glauciely Natalia Ventura
Código Identificador:AF9BD46F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PIRAPETINGA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA

EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA
Processo Licitatório nº: 093/2025
Pregão Eletrônico nº: 023/2025
Ata de Registro de Preços nº: 015/2025
Processo Administrativo nº. 02-001565/2026
Requerente: 50% EMBALAGENS LTDA
Assunto: Solicitação de Revisão de Preço Registrado (Reequilíbrio Econômico-Financeiro)
DECISÃO:
O Prefeito Municipal de Pirapetinga/MG, no uso de suas atribuições legais e com esteio no Parecer Jurídico emitido nos autos, resolve pelo **INDEFERIMENTO** do pedido de revisão e reequilíbrio econômico-financeiro formulado pela empresa **50% EMBALAGENS LTDA**, tendo em vista a ausência de comprovação de fatos supervenientes e extraordinários ou da efetiva variação de custos decorrentes das oscilações alegadas, nos termos do art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei Federal nº 14.133/2021.

Pirapetinga/MG, 26 de junho de 2026.

LUIZ HENRIQUE PEREIRA DA COSTA
Prefeito Municipal
Município de Pirapetinga - MG

Publicado por:
Alan Rambaldi de Souza Costa '
Código Identificador:DCD74747

SETOR DE LICITAÇÃO E COMPRAS
TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 083/2025, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE PIRAPETINGA-MG E A SR(A) UERICA DA SILVA GOMES. PROCESSO Nº 49/2025 CREDENCIAMENTO 003/2025

Município de Pirapetinga, *pessoa jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ nº 018.092.825/0001-49, com sede na Praça Dirceu de Oliveira Martins, nº 01, Centro, Pirapetinga, MG, por seu representante legal, Prefeito Municipal Sr. Luiz Henrique Pereira da Costa, CPF nº 680.687.867-91, brasileiro, residente e domiciliado no Município de Pirapetinga*, e;

CONTRATADA: Sr(a) **UERICA DA SILVA GOMES, inscrito no CPF sob o nº 127.238.936-77**.

Resolve celebrar o presente TERMO DE RESCISÃO, segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A contratante resolve, em conformidade com o artigo 137 da Lei nº 14.133/21, RESCINDIR o Contrato nº 083/2025, referente ao Processo Nº nº 049/2025, CREDENCIAMENTO 003/2025, cujo objeto é a contratação de pessoa física para o fornecimento da mão de obra exclusiva para monitoria do transporte escolar, para atendimento aos estudantes da Rede Municipal de Ensino matriculados na Rede Municipal de Ensino de Pirapetinga/MG..

CLÁUSULA SEGUNDA

A presente rescisão é motivada por acordo entre as partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

A presente rescisão não gerará qualquer ônus para nenhuma das partes. Considerando que motivada por acordo entre as partes, não será aplicação quaisquer penalidades.

CLÁUSULA QUARTA

É competente o foro da Comarca de Pirapetinga, MG, para dirimir quaisquer questões referentes a este Termo de Rescisão Contratual.

Pirapetinga, 18 de agosto de 2026.

LUIZ HENRIQUE PEREIRA DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aquila de Mattos Brum Pereira
Código Identificador:029982CE

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PIRAPORA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
ATO AUTORIZATIVO - PROCESSO Nº: 063/2026 - DISPENSA Nº: 016/2026

Objeto: Aquisição de materiais de papelaria para atender as necessidades da rede Municipal de Ensino na execução de suas atividades. Considerando que o presente processo encontra-se em conformidade com a Lei Nº: 14.133/2021, adjudico e homologo esta dispensa, em favor da empresa FCS SERVICOS EDUCACIONAIS LTDA - CNPJ: 64.344.301/0001-15; no valor global de R$ 63.465,00 (sessenta e três mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais).

Pirapora/MG, 25/08/2026 –

ALEXANDRO COSTA CESAR -
Prefeito.

Publicado por:
Poliana Alves Araujo Martins
Código Identificador:B3AB517E

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 010/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPORA - Homologação - processo Nº: 040/2026- Pregão Eletrônico 010/2026. Objeto: registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de oficinas e artesanato para atender as secretarias municipais de educação – semed, ação social – semase saúde–sesau na realização de oficinas socioassistenciais.Considerandoque o presente processo encontra-se em conformidade com a Lei14.133/2021, ADJUDICO/HOMOLOGO este - Pregão Eletrônico emfavor das empresas: FRANCINETE DE JESUS BARBOSA E SOUZA - 11.698.905/0001-01, no valor global de R$ 45.729,12; BELCLIPS DISTRIBUIDORA LTDA - 25.897.729/0001-33, no valor global de R$ 167.289,41; PAPELARIA SULAMERICANA LTDA - 10.670.994/0001-07, no valor global de R$ 125.475,20; PASCELLY E CIA LTDA - 09.208.586/0001-59, no valor global de R$ 34.811,60; DAGEAL - COMERCIO DE MATERIAL DE ESCRITORIO LTDA - 07.245.458/0001-50, no valor global de R$ 8.938,02; Y S DIAS COMERCIO DE PAPELARIA - 36.310.930/0001-99, no valor global de R$ 2.006,00; ROBERTSON DANIEL RAUTER DA SILVA FILHO - 60.424.398/0001-15, no valor global de R$ 704,40.

Pirapora/MG, 21/08/2026.

ALEXANDRO COSTA CESAR.
Prefeito.

Publicado por:
Thiago de Souza Matos
Código Identificador:B11A2245

SECRETARIA DE GOVERNO
DECRETO Nº 072/2026

DECRETO Nº 072/2026

Nomeia membros do Conselho Municipal do Idoso – CMI.

O Prefeito Municipal de Pirapora/MG, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 125, I, "m", "o", da lei Orgânica Municipal e considerando o disposto na Lei Municipal nº 1.741/2004 que institui o Conselho Municipal do Idoso;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os membros do Conselho Municipal do Idoso, que passa a ser composta pelos seguintes membros:

I – Governo Municipal

Representantes da Secretaria Municipal da Família e Políticas Sociais
Titulares: Teresinha Mendes Medeiros Vaz
Lessiléia Aparecida Ramos Coelho
Suplentes: Valdineia Vargas
Francisca Celestina Caldeira

Representantes da Secretaria Municipal de Educação
Titular: Andréia Dias Abreu Peixoto
Suplente: Isabel Cristina Pereira Lopes

Representantes da Secretaria Municipal de Saúde
Titular: Cleidiane Berto Aguiar
Suplente: Sonja Tatiana Flores Gomes

Representantes da Secretaria Municipal da Juventude, Esporte e Lazer
Titular: Renata Heloísa de Jesus Souza
Suplente: Leidiane Gonçalves da Fonseca

Representantes da Secretaria de Turismo - EMUTUR
Titular: Daniele Cristina Entreportes Silva
Suplente: Elaine Ramos Mourão

II – Das Organizações Sociais

Representantes da Pastoral da Pessoa Idosa
Titular: Helder Geraldo Bezerra

Suplente: Sirlene Reginalda da Silva

Representantes da Associação Casa de Cultura Afro Gerais
Titular: Vanessa Damasceno Campos
Suplente: Everalda Fernandes da Silva

Representantes do Lar dos Idosos São Vicente de Paulo
Titular: Barnabé Barbosa Carvalho
Suplente: Ailton Domingos de Almeida Mariz

Representantes da Associação da 3ª Idade de Pirapora
Titulares: Daniele Cristina Palma Santana
Joselita Pereira Dantas
Edvaldiva de Castro
Suplentes: Schirley de Oliveira
Elisabete de Souza Leite
Maria Júlia Castelão

Art. 2º - Fica responsável pela Secretaria Executiva deste Conselho a Senhora Angelina Costa Ribeiro.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Pirapora/MG, 05 de agosto de 2026.

ALEXANDRO COSTA CESAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jefferson Domingues Pereira
Código Identificador:D1BBCA74

SECRETARIA DE GOVERNO
PORTARIA Nº 285/2026

PORTARIA Nº 285/2026

"Nomeia Membros do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher."

O Prefeito Municipal de Pirapora/MG, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 125, I, "m", "o", da lei Orgânica Municipal e considerando o disposto na Lei Municipal nº 2.186/2013 que altera a Lei Municipal nº 1.752/2004 que institui o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear membros do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, que passa a ser composta pelas seguintes membros:

•
Representantes da Secretaria Municipal da Família e Políticas Sociais

Titulares: Umbelina Diniz Tavares
Kênia Maria de Oliveira Barros

Suplentes: Mirian Aparecida Soares
Katia Carlos Nobre

•
Representantes da Secretaria Municipal de Educação

Titular: Maria Giovana Lopes Dumont

Suplente: Ângela Maria Machado Bessa

•
Representantes da Secretaria Municipal de Saúde

Titular: Sabrina Rocha Martins de Oliveira

Suplente: Ester Lisboa da Silva

•
Representante da EMATER

Titular: Fabiane Pereira Pinheiro

Suplente: Andrea Cristina de Oliveira

•
Representantes do Conselho Tutelar

•

Titular: Jane Vaz Ferreira Santos

Suplente: Eimar Santos Carvalho

II – Das Organizações Sociais

•
Representantes da Comunidade Rural

Titular: Marlene Rodrigues de Gouveia

Suplente: Janeide Barbosa do Nascimento

•
Representante do ROTARY Club de Pirapora Praia

Titular: Bernadete Veloso da Silva

Suplente: Isabela Silva Gomes

•
Representante do O Movimento GRAAL no Brasil

Titular: Matilde Aparecida Anjos dos Santos

•
Suplente: Aleixandrina Édila Miranda Santos

•
Representantes do CONSEP

Titular: Carla Valéria Soares Vita

Suplente: Cinara Dreide Xavier Araujo Vieira

Representantes da Casa de Cultura Afro Gerais

•
Titular: Rosinalva Teixeira Silva

•

•
Suplente: Everalda Fernandes da Silva

Representante do Instituto Humanitário Amar

•
Titular: Lilian Santana Rocha

•

•
Suplente: Daiana Demonty Soares Pereira
Art. 2º - Conforme o Art. 4º § 3º da referida lei, fica nomeada a conselheira Kênia Maria de Oliveira Barros como presidenta deste Conselho.

Art. 3º - Fica responsável pela Secretaria Executiva deste Conselho a senhora Angelina Costa Ribeiro.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Pirapora/MG, 20 de agosto de 2026

ALEXANDRO COSTA CESAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thiago Brito Barbosa
Código Identificador:363C6161

SECRETARIA DE GOVERNO
PORTARIA Nº 286/2026

PORTARIA Nº 286/2026

Dispõe sobre a convocação de candidatos aprovados no concurso público edital nº 01/2023, para contratação temporária de professores de educação infantil – PEB, no âmbito da rede municipal de ensino de Pirapora/MG.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAPORA, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, com a Lei Municipal nº 2.479/2021 e demais normas aplicáveis,
CONSIDERANDO a necessidade temporária de excepcional interesse público, em razão de afastamentos legais de servidores efetivos (licença saúde, licença maternidade e outras hipóteses previstas em lei), que ocasionam demanda imediata de profissionais na Rede Municipal de Ensino;
CONSIDERANDO a existência de candidatos aprovados no Concurso Público regido pelo Edital nº 01/2023, já homologado, que poderão suprir a necessidade temporária;

RESOLVE:
Art. 1º. Ficam convocados os candidatos aprovados no Concurso Público – Edital nº 01/2023, obedecida a ordem de classificação, para fins de **contratação temporária** nos cargos de:

I – **Professor de Educação Infantil – (PEB)**
I.01 – Isabel Cristina Da Luz
I.02 - Delsilene Soares Dos Santos
I.03 – Joyce De Oliveira Paiva
I.04 – Alice Soares Moura
I.05 – Priscila Santiago Teixeira Braga
I.06 – Leisiane Aparecida Dos Santos Evangelista
I.07 – Ivone Rodrigues Novi
I.08 – Claudia Silva De Moura Queiroz
I.09 – Nayara Alice Silva Manhaes
I.10 – Welington Coimbra Ferreira

Art. 2º. A contratação ocorrerá exclusivamente em caráter temporário, pelo prazo de até **06 (seis) meses**, prorrogável nos termos da Lei, conforme necessidade da Administração, sem geração de vínculo efetivo ou direito à estabilidade.

Art. 3º. Os candidatos convocados deverão apresentar-se na **Diretoria de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Pirapora**, situado à Rua Antônio Nascimento nº 274, no Centro, no prazo máximo de **05 (cinco) dias corridos**, contados da publicação desta Portaria, munidos da documentação exigida no Edital de Convocação nº 002/2026.

Art. 4º. O não comparecimento do candidato dentro do prazo fixado implicará em **renúncia à contratação temporária**, sem prejuízo de sua classificação no concurso público vigente.

Art. 5º. Compete à Secretaria Municipal de Educação e a Diretoria de Recursos Humanos da Prefeitura de Pirapora adotar as medidas necessárias para a execução desta Portaria, inclusive o disposto no art. 4º, §2º da Lei 2479/2021.

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pirapora/MG, 25 de agosto de 2026.

ALEXANDRO COSTA CESAR
Prefeito Municipal

***Republicado por retificação.*

Publicado por:
Jefferson Domingues Pereira
Código Identificador:D7005B49

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PITANGUI

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 164/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 164/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 089/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2026

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos para distribuição gratuita na Farmácia Básica, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Pitangui/MG.
ÓRGÃO GERENCIADOR: Município de Pitangui/MG – Prefeitura Municipal de Pitangui.
DETENTORA DA ATA: Guerra MED LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 46.279.635/0001-70.
VALOR TOTAL REGISTRADO: R$ 4.203,00
VIGÊNCIA: de 31 de julho de 2026 a 30 de julho de 2027.

Publicado por:
Pompeia Leao Caldas
Código Identificador:86FCEF57

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 070/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 070/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 209/2026 – INEXIGIBILIDADE 009/2026

OBJETO: Locação de imóvel situado na Rua Coronel Agenor de Faria, nº 194, Comunidade Rio do Peixe, zona rural do município de Pitangui/MG, destinado ao funcionamento provisório da Escola Municipal Jorge Morato durante a execução das obras de reforma de sua sede definitiva.
ÓRGÃO GERENCIADOR: Município de Pitangui/MG – Prefeitura Municipal de Pitangui.
DETENTORA DO CONTRATO: Valéria Cézar Azevedo Vilaça, inscrita no CPF sob o nº 778.387.186-00.
VALOR TOTAL: R$ 20.892,00
VIGÊNCIA: de 10 de agosto de 2026 a 09 de agosto de 2027.

Publicado por:
Pompeia Leao Caldas
Código Identificador:5987C292

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE POÇO FUNDO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA CONCORRENCIA 01-26

Ata da Reunião do Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Poço Fundo MG, referente ao Processo Licitatório N° 93/2026, na modalidade Concorrência Eletrônica N° 01/2026, tendo como objeto o CONTRATAÇÃO, NA FORMA INTEGRADA, DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DE ENGENHARIA CIVIL PARA

REALIZAÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE VINTE UNIDADES HABITACIONAIS NO ÂMBITO DO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA (PMCMV), COMPREENDENDO A ELABORAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS BÁSICO E EXECUTIVO, A EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, A MONTAGEM, A REALIZAÇÃO DE TESTES E AS DEMAIS OPERAÇÕES NECESSÁRIAS E SUFICIENTES PARA A ENTREGA FINAL DAS UNIDADES HABITACIONAIS ÀS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS, INCLUINDO A INFRAESTRUTURA ESSENCIAL NECESSÁRIA, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS. Aos vinte seis dias do mês de agosto de 2026, às 16h45min, a Comissão de Contratação recebeu a DECISÃO do Prefeito Municipal, onde diz "*O Prefeito Municipal de Poço Fundo – MG, Sr. Rosiel de Lima, no uso de suas atribuições legais como autoridade superior, embasado nas Atas, no Laudo Técnico de Engenharia, na Nota Técnica Complementar ao Laudo Técnico e no Parecer Jurídico, DECIDE POR MANTER a habilitação e classificação da empresa INFRATOP ENGENHARIA LTDA, no Processo Licitatório nº 93/2026, Concorrência nº 01/2026, tendo como objeto a CONTRATAÇÃO, NA FORMA INTEGRADA, DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DE ENGENHARIA CIVIL PARA REALIZAÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE VINTE UNIDADES HABITACIONAIS NO ÂMBITO DO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA (PMCMV), COMPREENDENDO A ELABORAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS BÁSICO E EXECUTIVO, A EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, A MONTAGEM, A REALIZAÇÃO DE TESTES E AS DEMAIS OPERAÇÕES NECESSÁRIAS E SUFICIENTES PARA A ENTREGA FINAL DAS UNIDADES HABITACIONAIS ÀS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS, INCLUINDO A INFRAESTRUTURA ESSENCIAL NECESSÁRIA, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS. Decido ainda que, este certame seguirá com os trâmites legais para adjudicação e homologação, sendo a empresa acima vencedora com o valor global de R$ 2.678.499,50 (dois milhões, seiscentos e setenta e oito mil, quatrocentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos)*".Diante disso, a Agente de Contratação solicitará à empresa vencedora a proposta realinhada do valor global ofertado. Após o recebimento do Realinhamento por parte da empresa INFRATOP ENGENHARIA LTDA, prosseguiremos para adjudicação e homologação deste certame. Nada mais havendo lavrou-se a presente ata assinada pela Agente de Contratação e sua equipe de apoio, conforme Portaria nº 131, de 17 de julho de 2026.

Publicado por:
Patricia Sarkis Carneiro Abrahao
Código Identificador:0EE7E4B9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECISAO

O Prefeito Municipal de Poço Fundo – MG, Sr. Rosiel de Lima, no uso de suas atribuições legais como autoridade superior, embasado nas Atas, no Laudo Técnico de Engenharia, na Nota Técnica Complementar ao Laudo Técnico e no Parecer Jurídico, DECIDE POR MANTER a habilitação e classificação da empresa INFRATOP ENGENHARIA LTDA, no Processo Licitatório nº 93/2026, Concorrência nº 01/2026, tendo como objeto a CONTRATAÇÃO, NA FORMA INTEGRADA, DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DE ENGENHARIA CIVIL PARA REALIZAÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE VINTE UNIDADES HABITACIONAIS NO ÂMBITO DO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA (PMCMV), COMPREENDENDO A ELABORAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS BÁSICO E EXECUTIVO, A EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, A MONTAGEM, A REALIZAÇÃO DE TESTES E AS DEMAIS OPERAÇÕES NECESSÁRIAS E SUFICIENTES PARA A ENTREGA FINAL DAS UNIDADES HABITACIONAIS ÀS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS, INCLUINDO A INFRAESTRUTURA ESSENCIAL NECESSÁRIA, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS. Decido ainda que, este certame seguirá com os trâmites legais para adjudicação e homologação, sendo a empresa acima vencedora com o valor global de R$ 2.678.499,50 (dois milhões, seiscentos e setenta e oito mil, quatrocentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos).

Poço Fundo, 26 de agosto de 2026

ROSIEL DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patricia Sarkis Carneiro Abrahao
Código Identificador:0FF18CB0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO APOSTILAMENTO

TERMO DE APOSTILAMENTO N° 01/26
INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
PROCESSO LICITATÓRIO N° 4/26
CREDENCIAMENTO N°01/26
CONTRATANTE: Município de Poço Fundo - MG, pessoa jurídica de direito público, com sede a Praça Tancredo Neves, n° 3.000, nesta cidade, CNPJ nº 18.242.792/ 0001-76, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o Sr. Rosiel de Lima.
OBJETO: Constitui Objeto deste a Credenciamento de conjuntos musicais para apresentação em diversos eventos do município de Poço Fundo, conforme descrito no edital.
Com fundamento no **art.136, inc. IV da Lei Federal nº 14.133/2021**, realiza-se o presente apostilamento, cujo objetivo é a inclusão da Dotação Orçamentária, passando a vigorar além dos presentes no processo neste apostilamento a seguir:
674 02040813392200320300000339030002501000
Nada mais, assino o presente Termo para que produza os seus legais efeitos.

Poço Fundo-MG, 13 de agosto de 2026

ROSIEL DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patricia Sarkis Carneiro Abrahao
Código Identificador:7C389CED

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE POUSO ALEGRE

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 4.982, DE 26 DE AGOSTO DE 2026

Nomeia liquidante para as movimentações dos empenhos para pagamentos do Município de Pouso Alegre e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições previstas no artigo 69, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, resolve:
Art. 1º Nomear Rayssa Cristina Lopes Alvarenga, matrícula nº 23.700, na condição de liquidante durante as movimentações dos empenhos para pagamentos do Município de Pouso Alegre, no âmbito da Superintendência de Proteção e Cuidado Animal no período de 26 de agosto de 2026 a 05 de setembro de 2026, com as seguintes atribuições:
I - Acompanhar os processos licitatórios de sua Secretaria em sua totalidade;
II - Receber e verificar a legalidade e legitimidade dos contratos e respectivos aditivos de sua Secretaria;
III - Responsabilizar-se pelos processos de pagamento que devem ter a estrutura de montagem exigida pelo Controle Interno;
IV - Acompanhar todos os serviços de sua Secretaria, inclusive de obras executadas, quando houver;
V - Manter atualizada a listagem do Patrimônio da Secretaria e informar a Secretaria de Administração quando houver alteração Patrimonial ou nova aquisição;

VI - Assinar Notas de Autorização de Pagamento, conforme art. 63 da Lei 4.320/64, liberadas pelo Sistema IPM.
Art. 2º A liquidante fica obrigada a obedecer, cumprir e fazer cumprir todas as normas constitucionais e legais e princípios que norteiam os atos administrativos, contratos e operações de sua área, em especial da moralidade, publicidade, legalidade, impessoalidade, probidade, lisura, preservação do patrimônio, bens e haveres da municipalidade, sob pena de responsabilidade.
Parágrafo único. A liquidante, assim como os Secretários, os Superintendentes e o Gerente do Departamento de Gestão Contábil e Orçamentária, responde junto ao Sistema Informatizado de Contas do Município (SICOM).
Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com ressalva ao disposto no **art. 1º**.

Pouso Alegre/MG, 26 de agosto de 2026.

JOSÉ DIMAS DA SILVA FONSECA
Prefeito Municipal

RENATO GARCIA DE OLIVEIRA DIAS
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Arielen Scodeler
Código Identificador:B873EA50

SECRETARIA DE FINANÇAS
NOTIFICAÇÃO POR EDITAL 14

A Secretária Municipal de Finanças, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com art. 72, § 1°, alíneas "a" e "i", da Lei Orgânica do Município de Pouso Alegre, art. 11, incisos XVII e XVIII, da Lei Municipal n° 5.881/2017, art. 67 da Lei Municipal n° 1.086/1971 e art. 37, caput, da Constituição Federal, NOTIFICA as pessoas físicas e jurídicas abaixo listadas, inscritas na dívida ativa do Município, para pagamento do débito ou sua impugnação no prazo de 30 (trinta) dias após a publicação deste edital, sob pena de ajuizamento da competente ação judicial.
A regularização do débito poderá ser realizada na Central de Atendimento localizada na Rua Dionísio Machado, 96 Jardim Santa Lúcia, Pouso Alegre/MG.
Caso já tenha quitado o débito apontado, favor desconsiderar a presente notificação. Listagem de contribuintes:

Código do contribuinte: 1507
Nome: FP IMPERMEABILIZACAO LTDA
Origem da dívida: SIMPLES NACIONAL, ISSQN EMPRESA
Exercício: 2021, 2022, 2023, 2024
Valor: R$ 8.888,54 (oito mil, oitocentos e oitenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos)

Código do contribuinte: 184796
Nome: FRANCIELLY FERNANDES MOREIRA CANDIDO
Origem da dívida: ISSQN AUTÔNOMO
Exercício: 2022, 2023, 2024, 2025, 2026
Valor: R$ 5.341,07 (cinco mil, trezentos e quarenta e um reais e sete centavos)

Código do contribuinte: 22634258
Nome: HB GRECO REPRESENTACAO E CONSULTORIA LTDA
Origem da dívida: SIMPLES NACIONAL, ISSQN EMPRESA
Exercício: 2022, 2023
Valor: R$ 4.855,46 (quatro mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e seis centavos)

Código do contribuinte: 217859
Nome: IGREJA BATISTA BIBLICA POUSO ALEGRE
Origem da dívida: IPTU
Exercício: 2022, 2023, 2024, 2025
Valor: R$ 4.857,35 (quatro mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e trinta e cinco centavos)

Código do contribuinte: 2081712
Nome: MARLY CRISTINA OLIVEIRA FERREIRA
Origem da dívida: SIMPLES NACIONAL, ISSQN EMPRESA
Exercício: 2022, 2023, 2024, 2025
Valor: R$ 84.748,47 (oitenta e quatro mil, setecentos e quarenta e oito reais e quarenta e sete centavos)

Código do contribuinte: 22826440
Nome: ROMULO MORAIS DA SILVA 03965735411
Origem da dívida: ISSQN EMPRESA
Exercício: 2023
Valor: R$ 5.823,73 (cinco mil, oitocentos e vinte e três reais e setenta e três centavos)

Código do contribuinte: 1015078
Nome: ROSA MARIA DA COSTA GALLO
Origem da dívida: IPTU
Exercício: 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025
Valor: R$ 3.704,07 (três mil, setecentos e quatro reais e sete centavos)

Código do contribuinte: 2073360
Nome: SAPUCAI INCORPORADORA E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - ME
Origem da dívida: IPTU
Exercício: 2025
Valor: R$ 31.540,08 (trinta e um mil, quinhentos e quarenta reais e oito centavos)

Código do contribuinte: 2065019
Nome: SIMONE COSTA DE PAIVA
Origem da dívida: TAXA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, MULTA DE POSTURA
Exercício: 2024, 2025
Valor: R$ 4.313,98 (quatro mil, trezentos e treze reais e noventa e oito centavos)

Código do contribuinte: 1076597
Nome: SUZI DE CARVALHO SILVA
Origem da dívida: ISSQN AUTÔNOMO, TAXA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
Exercício: 2021, 2022, 2023, 2024, 2025

Valor: R$ 4.154,33 (quatro mil, cento e cinquenta e quatro reais e trinta e três centavos)

Código do contribuinte: 1020296
Nome: VITOR LORETO DE LIMA (ESPÓLIO)
Origem da dívida: IPTU
Exercício: 2021, 2022, 2023, 2024, 2025
Valor: R$ 4.362,00 (quatro mil, trezentos e sessenta e dois reais)

Código do contribuinte: 11119
Nome: VS GRECO REPRESENTACAO E CONSULTORIA LTDA - ME
Origem da dívida: ISSQN EMPRESA
Exercício: 2020
Valor: R$ 3.629,62 (três mil, seiscentos e vinte e nove reais e sessenta e dois centavos)

Pouso Alegre, 25 de Agosto de 2026.

ROBERTA FERREIRA MARQUES DE SOUSA
Secretária Municipal de Finanças

Publicado por:
Renata Fabiana Barbosa
Código Identificador:DDDD9429

SECRETARIA DE POLÍTICA SOCIAIS
RESULTADO DEFINITIVO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2026/SMPS/CMDPI

O Município de Pouso Alegre, através da Secretaria Municipal de Políticas Sociais, representada pela Secretária Sra. Marcela Reis Severino do Nascimento, no uso de suas atribuições previstas no item 10.14.1 do Edital do Chamamento Público nº

002/2026/SMPS/CMDPI, que estabelece que, não havendo recurso e contrarrazões poderão ser suprimidos os prazos previstos nas etapas 7 e 8 do item 10.12 e 10.13 do presente Edital, homologa e divulga o Resultado Definitivo, do processo de seleção que tem por objetivo a seleção de até 07 (sete) propostas de Organizações da Sociedade Civil – OSCs, para a celebração de parceria, por meio de Termo de Fomento, para que, em regime demútua cooperação, desenvolvam um Projeto voltado para pessoas idosas do Município de Pouso Alegre/MG, através da transferência de recursos financeiros do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso de Pouso Alegre/MG (FMI).

EIXO 1 – ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE IDOSOS

Proponente	CNPJ	Pontuação Total	Classificação
Congregação das Missionárias Filhas do Coração de Maria	42.481.770/0001-43	120	1º
Associação de Caridade de Pouso Alegre – Asilo Betânia da Providência	23.953.730/0002-93	114	2º
Asilo Nossa Senhora Auxiliadora	18.191.411/0001-77	107,5	3º

EIXO 2 – PROJETOS DE DEFESA E PROMOÇÃO DE DIREITOS DA PESSOA IDOSA

Proponente	CNPJ	Pontuação Total	Classificação
Movimento Social São José Pró Tuberculosos	23.954.266/0001-79	120	1º
Congregação das Irmãs Salesianas dos Sagrados Corações	04.834.065/0006-06	120	2º
PROSSAN – Projeto Santo Antônio	05.369.990/0001-53	95	3º

Pouso Alegre, 26 de agosto de 2026.

MARCELA REIS SEVERINO DO NASCIMENTO
Secretária Municipal de Políticas Sociais

Publicado por:
Laerte Henrique Piza
Código Identificador:6CE75694

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
CONTRATO Nº 372/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE/MG – CONTRATO Nº 372/2026 – PREGAO ELETRONICO Nº 83/2025 – Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE ONDULAÇOES TRANSVERSAISE TRAVESSIAS ELEVADAS PARA PEDESTRES.A vigência do contrato será de 12 (doze) meses contados do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP. Assinatura em: 19/08/2026. CONTRATADA: **DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA.** Valor R$ 354.986,51 (trezentos e cinquenta e quatro mil novecentos e oitenta e seis reais e cinquenta e um centavos). Dotação orçamentária: 02.015.2115.0026.0782.0041.3.3.90.39.00 – ficha 1085.

Publicado por:
Ana Carolina Boschi Santana
Código Identificador:779D1F5F

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
CONTRATO Nº 373/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE/MG – CONTRATO Nº 373/2026 – PREGAO ELETRONICO Nº 47/2024 – Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA SE SERVIÇOS DE LAVANDERIA CONVENCIONAL. A vigência do contrato será de 12 (doze) meses contados do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP. Assinatura em: 18/08/2026. CONTRATADA: **LAVANDERIA SUL MINEIRA LTDA.** Valor R$ 196.351,87 (cento e noventa e seis mil trezentos e cinquenta e um reais e oitenta e sete centavos). Dotação orçamentária: 02.011.000.0010.0302.0002.2014.3.3.3.90.39.00 – ficha 1498

Publicado por:
Ana Carolina Boschi Santana
Código Identificador:181F845C

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
CONTRATO Nº 376/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE/MG – CONTRATO Nº 376/2026 – PREGAO ELETRONICO Nº 42/2026 – Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA DISPONIBILIZAÇÃO DE SOLUÇÃO INTEGRADA DE GESTÃO DE DISPOSITIVOS MÓVEIS (MDM), COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS EM REGIME DE COMODATO, CONTEMPLANDO OS SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO, MONITORAMENTO, MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO, DESTINADOS AO ATENDIMENTOS DAS DEMANDAS DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE/MG.A vigência do contrato será de 12 (doze) meses contados do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP. Assinatura em: 25/08/2026. CONTRATADA: UNICÓPIA LTDA**.** Valor R$ 1.238.160,00 (um milhão duzentos e trinta e oito mil cento e sessenta reais). Dotação orçamentária:
02.011.000.0010.0301.0002.2011.3.3.90.40.00 – ficha 1495 /
02.011.000.0010.0305.0002.2047.3.3.90.39.40.00 – ficha 1550.

Publicado por:
Ana Carolina Boschi Santana
Código Identificador:2C112C14

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
PREGÃO ELETRÔNICO N° 75/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE/MG – ERRATA – Pregão Eletrônico nº 75/2026 – Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de desfile com carros temáticos natalinos e com personagens para a Parada Natalina do município de Pouso Alegre. No título da publicação do Diário Oficial dos Municípios Mineiros (AMM), de 26 de agosto de 2026, **onde se lê**: "*ATA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 75/2026*." **leia-se**: "*PREGÃO ELETRÔNICO Nº 75/2026*.".

GUSTAVO LUÍS FERNANDES SILVA –
Pregoeiro Municipal.

Pouso Alegre/MG, 26 de agosto de 2026.

Publicado por:
Cyntia Conceição Matoso
Código Identificador:240832F5

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
PRORROGAÇÃO ATA REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO ELETRONICO Nº 37/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE/MG – PRORROGAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 245/2025 – Decorrência: Pregão Eletrônico nº 37/2025. Objeto: **AQUISIÇÃO DE REAGENTES E INSUMOS PARA ATENDER A DEMANDA DO LABORATORIO MUNICIPAL.** Data da assinatura: 24/08/2026. Vigência: 12 (doze) meses, contatos do dia 02/09/2026 até 02/09/2027. Detentora: **HOFFMANNLAB PRODUTOS PARA LABORATÓRIO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 25.371.614/0001-00. Valor: R$ **32.721,85 (trinta e dois mil setecentos e vinte e um reais e oitenta e cinco centavos). Dotação orçamentária nº**
02.011.000.0010.0302.0002.2016.3.3.90.30.00– ficha 860 /
02.011.000.0010.0302.2016.3.3.90.30.00 – ficha 861.

Publicado por:
Ana Carolina Boschi Santana
Código Identificador:6D5F6A52

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PRATA

ASSESSORIA JURÍDICA
EXTRATO - 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 292/2024

Processo nº 368/2024 – Adesão Carona.
Partes: Município de Prata-MG e **TATU POÇOS ARTESIANOS LTDA**.
Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato que tem por objeto **"Adesão mediante Carona à Ata de Registro de Preços nº 002/2024, oriunda do Processo nº 000001/2024, Pregão Eletrônico nº 000001/2024, realizado pela Prefeitura Municipal de São Domingos do Prata, objetivando o "Registro de Preços para eventual prestação de serviço de perfuração de poços semi artesianos e serviços afins", para contratação de empresa especializadas em serviços de perfuração de poços artesianos do Povoado de Monjolinho, Parque do Jatobá, Escola Municipal Professor Marcos Hermínio Martins de Rezende, Escola Municipal Maria Carmen de Souza Novais, no Município de Prata/MG"**.
Fundamento Legal: art. 105 e art. 107 da Lei 14.133/2021.
Valor Total: R$664.000,00 (seiscentos e sessenta e quatro mil reais).
Prazo de vigência: de 11/09/2026 a 10/09/2027.
Data da assinatura: 26/08/2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Silva Ferreira Nunes
Código Identificador:4B8B4F51

ASSESSORIA JURÍDICA
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 273/2026 – PROCESSO 196/2026

Objeto: Adesão mediante "CARONA" à Ata de Registro de Preços n° 037/2025, oriundas do Edital n° 095/2024 - Processo Licitatório n° 141/2024 – Concorrência Eletrônica n° 007/2024 – Registro de Preços n° 057/2024, da Prefeitura do Município de Sacramento, cujo objeto é Registro de preços visando a futura e eventual contratação de empresa especializada na execução de serviços de engenharia, quais sejam: manutenção de infraestrutura urbana compreendendo manutenção corretiva de pavimentos, manutenção preventiva, pavimentação de vias, recapeamento de vias, serviços de contenções, serviços de drenagem, dragagem e serviços complementares em diversos logradouros, com fornecimento de mão de obra e materiais, em atendimento a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, atendendo a Secretaria Municipal de Obras do Município do Prata/MG.
Partes: Prefeitura Municipal do Prata e **AGRIMAQ COMERCIAL LTDA.**
Valor Total da Adesão: R$30.000,00 (trinta mil reais).
Vigência: até 25/08/2027.

Prata/MG, em 26 de agosto de 2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Silva Ferreira Nunes
Código Identificador:5C3EB6DC

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DA LICITAÇÃO

Despacho do Prefeito Municipal
26/08/2026.

Processo Licitatório nº 094/2026 – Modalidade: Pregão Eletrônico nº 030/2026 – Objeto: **Contratação de empresa especializada para execução de serviços de coleta, transporte e destinação final de Resíduos do Serviço de Saúde-RSS, classificados como Grupo A - Subgrupo A1, A2, A3, A4 ou A5, Grupo B e Grupo E, conforme as diretrizes estabelecidas pela RDC ANVISA nº 222/2018, pela Resolução CONAMA nº 358/2005 e demais normas ambientais e sanitárias aplicáveis, com fornecimento de recipientes adequados de armazenagem, no município do Prata/MG.**

Homologando o procedimento licitatório realizado na modalidade de Pregão Eletrônico, do tipo menor preço global, à empresa **SERVIOESTE SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o **n° 03.392.348/0008-36** vencedora do menor preço global no valor total de **R$ 48.480,00 (quarenta e oito mil quatrocentos e oitenta reais).** Autorizando as despesas e a lavratura do respectivo contrato.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Roseane Alves Gonzaga
Código Identificador:F8AF9079

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO LICITATÓRIO Nº 195/2026.

Processo Licitatório nº 094/2026 – Modalidade: Pregão Eletrônico nº 030/2026.
Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de serviços de coleta, transporte e destinação final de Resíduos do Serviço de Saúde-RSS, classificados como Grupo A - Subgrupo A1, A2, A3, A4 ou A5, Grupo B e Grupo E, conforme as diretrizes estabelecidas pela RDC ANVISA nº 222/2018, pela Resolução CONAMA nº 358/2005 e demais normas ambientais e sanitárias aplicáveis, com fornecimento de recipientes adequados de armazenagem, no município do Prata/ MG.
Contratante: Município do Prata-MG – Contratada: SERVIOESTE SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 03.392.348/0008-36 vencedora do menor preço global no valor total de R$ 48.480,00 (quarenta e oito mil quatrocentos e oitenta reais).
Vigência: 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, de comum acordo entre as partes, de acordo com a Lei 14.133/21 e legislação correlata, por meio de termo aditivo.
Data da assinatura: 26/08/2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Roseane Alves Gonzaga
Código Identificador:E05633D2

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE QUARTEL GERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO DE Nº. 175/2026, PROCESSO: 262/2026 (ART. 75, INCISO IV ALÍNEA "A" DA LEI FEDERAL 14.133/2021);
AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO DE Nº. 175/2026, PROCESSO: 262/2026 (ART. 75, IN

RENATO AUGUSTO MENDES, Solicitante da demanda em exercício no uso de suas atribuições legais fincadas na lei orgânica, e, ainda no que prescreve o art. 75, inciso IV alínea "a" da lei 14.133/2021, **AUTORIZO, e, RATIFICO**, a contratação do licitante **MINAUTO MINAS AUTOMOVEIS LTDA** no valor de **R$ 2.452,55 (Dois Mil e Quatrocentos e Cinquenta e Dois Reais e Cinquenta e Cinco Centavos).** via Dispensa de licitação devendo o setor de compras proceder a emissão da ordem de serviço, bem como também devendo o ato em questão ser publicado no site oficial do município, e, ainda no diário oficial dos municípios mineiros, (AMM), na forma contida no parágrafo único do art. 72 da já citada lei de licitações.

Quartel Geral, 17 de agosto de 2026.

Publicado por:
Cibele de Assis Campos
Código Identificador:6591E198

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO DE Nº. 182/2026, PROCESSO 269/2026 ART. 75 § 7º DA LEI FEDERAL 14.133/2021 C/C ART. 8º § 4º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 098/2022;

RENATO AUGUSTO MENDES, Solicitante da demanda em exercício no uso de suas atribuições legais fincadas na lei orgânica, e, ainda no que prescreve o **ART. 75, § 7º DA LEI FEDERAL 14.133/2021 C/C ART. 8º § 4º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 098/2022, RATIFICO E AUTORIZO,** contratação do licitante **ROMUALDO AUTO PEÇAS DE ABAETE LTDA** no valor de **R$ 4.382,00 (Quatro Mil e Trezentos e Oitenta e Dois Reais),** devendo o setor de compras proceder a emissão da ordem de serviço devendo o ato em questão ser publicado no site oficial do município, e, ainda no diário oficial dos municípios mineiros, (AMM), na forma contida no parágrafo único do art. 72 da já citada lei de licitações.

Quartel Geral, 24 de agosto de 2026.

Publicado por:
Cibele de Assis Campos
Código Identificador:86B969A2

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO DE Nº. 183/2026, PROCESSO 271/2026 ART. 75 § 7º DA LEI FEDERAL 14.133/2021 C/C ART. 8º § 4º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 098/2022;

RENATO AUGUSTO MENDES, solicitante da demanda em exercício no uso de suas atribuições legais fincadas na lei orgânica, e, ainda no que prescreve o **ART. 75, § 7º DA LEI FEDERAL 14.133/2021 C/C ART. 8º § 4º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 098/2022, RATIFICO E AUTORIZO,** contratação do licitante **ROMUALDO AUTO PEÇAS DE ABAETE LTDA ,** no valor de **R$ 5.705,00 (Cinco Mil e Setecentos e Cinco Reais) ,** devendo o setor de compras proceder a emissão da ordem de serviço devendo o ato em questão ser publicado no site oficial do município, e, ainda no diário oficial dos municípios mineiros, (AMM), na forma contida no parágrafo único do art. 72 da já citada lei de licitações.

Quartel Geral, 26 de Agosto de 2026.

Publicado por:
Cibele de Assis Campos
Código Identificador:C61AA7F2

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LEILÃO

–PREFEITURA MUNICIPAL DE QUARTEL GERAL/ MG – Processo licitatório nº 272/2026 – Leilão: 02/2026. Torna publico para conhecimento dos interessados o Aviso do Processo licitatório cujo objeto: Alienação dos seguintes veiculos: Spin 1.8L AT - Placa RUU 9B12 - Ano: 2022/2023; Caminhão Iveco Eurocargo 170 E22, ano: 2010/2011, placa: HLF 4845; Doblo ano 2017, placa QNN 0515 no estado que se encontra. Data de abertura das propostas comerciais e abertura da sessão do leilão eletrônico: dia 22/09/2026 ás 08:00 hs. Site para realização do Leilão eletrônico: https://ammlicita.org.br/. Informações (37) 999575102 –

CIBELE DE ASSIS CAMPOS –
Presidente da Comissão Permanente de Licitação 26/08/2026

Publicado por:
Cibele de Assis Campos
Código Identificador:34EFDEC4

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE QUARTEL GERAL / MG – Torna público para conhecimento dos interessados que encontra-se aberto a partir do dia 02/09/2026, o Processo Licitatório Nº 273/2026 – Inexigibilidade 28/2026, Credenciamento 15/2026. **OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E/OU JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE EVENTUAL (TÁXI), EM VEÍCULO CUJA CAPACIDADE MÍNIMA SEJA DE 5 LUGARES, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.** Para mais informações (37) 99957-5102.

CIBELE DE ASSIS CAMPOS
Agente de Contratação e Equipe de Apoio – 26/08/2026.

Publicado por:
Cibele de Assis Campos
Código Identificador:E2474B5E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
DECRETO Nº 62/2026

"Dispõe sobre a declaração de inservíveis para a Administração Municipal de Quartel Geral, os bens móveis que especifica, para efeito de alienação, por venda, através de Leilão, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação, e dá outras providências".

GASPAR CARLOS FILHO, Prefeito do Município de Quartel Geral/MG, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere a lei orgânica municipal, tendo em vista as disposições dos artigos art. 28, inciso IV da lei federal 14.133/2021, e,

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de saúde e secretaria municipal de transportes constatou a necessidade de alienação de veículo, (bens inservíveis) para atendimento a diversas Secretarias, e, tendo em vista o laudo de avaliação da comissão formada para tal fim na forma da Portaria de nº 010/2023;

CONSIDERANDO, o disposto do art. 6º, inciso X, art. 60, inciso XXVI, e art. 91 todos da Lei orgânica municipal que autoriza a alienação de bens móveis no âmbito de Quartel Geral/MG;
CONSIDERANDO, que o município vem renovando gradativamente sua frota municipal, com aquisição de novos veículos tipo, Automóveis, ônibus, dentre outros, etc;

DECRETA:

Artigo 1º. Ficam declarado inservível para a Administração Pública Municipal, com vistas à alienação de bens móveis, por venda, mediante prévia avaliação e licitação na modalidade leilão, nos termos do art. 28, inciso IV c.c. art.31 § 2º II da Lei Federal nº. 14.133/2021, no estado em que se encontra os veículos, a saber:
I-Um VEÍCULO, Espécie Tipo: **Caminhão Iveco Eurocargo 170E22 – PLACA: HLF: 4845, ano: 2010/2011, cor branca, nº de patrimônio: 000969.**

II – Um VEÍCULO, Espécie: **Spin 1.8L AT – Placa RUU 9B12 – Ano: 2022/2023**

III – Um VEÍCULO, Espécie Tipo: **Doblo – placa QNN 0515 – ano: 2017/2017, cor branca**

Artigo 2º. Os bens arrematados serão entregues ao arrematante, acompanhado do certificado/instrumento autorizativo de transferência dos veículos automotores e maquinários, logo após a comprovação do efetivo pagamento procedido na forma prevista no edital de leilão.
Artigo 3º. Fica autorizada a baixa patrimonial dos bens móveis declarados inservíveis mencionado neste decreto.
Artigo 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Quartel Geral, 25/08/2026

GASPAR CARLOS FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cibele de Assis Campos
Código Identificador:685CE070

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
DECRETO Nº 63, DE 25 DE AGOSTO DE 2026

Institui, no âmbito do Poder Executivo do Município de Quartel Geral, a Política Municipal pela Primeira Infância, dispõe sobre a elaboração, a aprovação, a implementação, o monitoramento e a avaliação do Plano Municipal pela Primeira Infância – PMPI e institui o Comitê Municipal da Primeira Infância**.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE QUARTEL GERAL, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO o disposto no art. 227 da Constituição da República, que estabelece o dever da família, da sociedade e do Estado de assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, os direitos fundamentais que especifica;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, especialmente as normas relativas à proteção integral, à prioridade absoluta, à municipalização do atendimento e à participação dos conselhos de direitos;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.257, de 8 de março de 2016 – Marco Legal da Primeira Infância, e suas alterações, que estabelece princípios e diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas para a primeira infância e autoriza a instituição, pelos Municípios, de comitê intersetorial de políticas públicas para a primeira infância;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 14.880, de 4 de junho de 2024, que incorporou ao Marco Legal da Primeira Infância disposições relativas à atenção precoce e ao desenvolvimento inclusivo das crianças de zero a três anos;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 15.220, de 26 de setembro de 2025, que alterou o Marco Legal da Primeira Infância para prever sistema nacional de informação sobre o desenvolvimento integral da primeira infância;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 15.069, de 23 de dezembro de 2024, que institui a Política Nacional de Cuidados, com atenção especial à primeira infância e à atuação intersetorial dos entes federativos;
CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 12.574, de 5 de agosto de 2025, que institui a Política Nacional Integrada da Primeira Infância e estabelece diretrizes de articulação e colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;
CONSIDERANDO, no que couber, a Resolução nº 171, de 4 de dezembro de 2014, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, relativa à elaboração participativa e intersetorial de planos decenais de direitos da criança e do adolescente;
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1.203, de 2013, que dispõe sobre a política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, define o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA como órgão deliberativo e controlador dessas políticas e lhe atribui competência para formular políticas públicas e acompanhar sua execução;
CONSIDERANDO as Leis Federais nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, com suas alterações, que disciplinam, respectivamente, as políticas públicas de saúde, educação e assistência social;
CONSIDERANDO a necessidade de planejamento intersetorial, participativo, territorializado, monitorável e articulado com os instrumentos municipais de planejamento e orçamento para assegurar a prioridade absoluta dos direitos das crianças na primeira infância,
DECRETA:
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 1º Este Decreto:
I – institui, no âmbito do Poder Executivo do Município de Quartel Geral, a Política Municipal pela Primeira Infância;
II – dispõe sobre a elaboração, a aprovação, a implementação, o monitoramento e a avaliação do Plano Municipal pela Primeira Infância – PMPI; e
III – institui o Comitê Municipal da Primeira Infância como instância de articulação intersetorial.
§ 1º Para os fins deste Decreto, considera-se primeira infância o período que abrange os primeiros seis anos completos ou setenta e dois meses de vida da criança, nos termos do art. 2º da Lei Federal nº 13.257, de 8 de março de 2016.
§ 2º A Política Municipal pela Primeira Infância integra e complementa, com recorte específico para a primeira infância, a Política Municipal de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente prevista na Lei Municipal nº 1.203, de 2013.
§ 3º A execução deste Decreto observará as competências legalmente atribuídas ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, ao Conselho Tutelar e aos órgãos e às entidades da administração pública.
Art. 2º São princípios e diretrizes da Política Municipal pela Primeira Infância:
I – a prioridade absoluta na garantia dos direitos da criança;
II – o atendimento ao interesse superior da criança e o reconhecimento de sua condição de sujeito de direitos e de cidadã;
III – a promoção do desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, cognitivo, afetivo, social e cultural;
IV – o respeito à individualidade, aos ritmos de desenvolvimento e à diversidade das crianças e de seus contextos familiares, sociais, culturais e territoriais;
V – a promoção da equidade e a redução das desigualdades de acesso a bens, serviços, programas e políticas públicas;
VI – a proteção integral contra toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão;
VII – a intersetorialidade e a integração das políticas públicas municipais;
VIII – a convivência familiar e comunitária e o fortalecimento das famílias e das redes de cuidado;
IX – a participação social e o controle social, especialmente por intermédio do CMDCA;
X – a participação das crianças na definição das ações que lhes digam respeito, observadas suas características etárias e de desenvolvimento;
XI – a inclusão, a acessibilidade e a atenção às crianças com deficiência e às crianças que necessitem de atenção precoce;
XII – a qualificação permanente dos profissionais que atuem nas políticas destinadas à primeira infância;
XIII – o planejamento baseado em diagnóstico, evidências, dados e indicadores;
XIV – o monitoramento, a avaliação periódica e a transparência dos resultados das políticas públicas; e
XV – a articulação e a cooperação com a União, o Estado de Minas Gerais e os demais Municípios, respeitadas as respectivas competências.
CAPÍTULO II
DO PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA
Art. 3º Fica determinada a elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância – PMPI, instrumento de planejamento estratégico e intersetorial de duração decenal destinado a orientar a atuação do Município na promoção, proteção e garantia dos direitos das crianças na primeira infância.
§ 1º O PMPI será elaborado com a participação dos órgãos e das entidades da administração pública municipal, do CMDCA, do Conselho Tutelar, da sociedade civil, das famílias e das próprias crianças, observadas as formas de participação previstas neste Decreto.
§ 2º Os órgãos e as entidades da administração pública municipal prestarão, no âmbito de suas competências e observadas as disponibilidades orçamentária e financeira, apoio técnico, administrativo e logístico à elaboração, à implementação, ao monitoramento e à avaliação do PMPI.
§ 3º O PMPI será articulado com os planos municipais de saúde, educação, assistência social e demais planos setoriais e deverá guardar compatibilidade, no que couber, com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual.
Art. 4º O PMPI conterá, no mínimo:

I – diagnóstico da situação da primeira infância no Município, elaborado a partir de dados oficiais, registros administrativos e outras fontes tecnicamente adequadas;
II – identificação das desigualdades territoriais, sociais e de acesso a serviços públicos;
III – definição de objetivos, diretrizes, metas, ações e resultados esperados;
IV – indicação dos órgãos e dos setores responsáveis ou corresponsáveis pela execução das ações;
V – definição de prazos e estratégias de implementação;
VI – indicadores destinados ao acompanhamento das metas e dos resultados;
VII – mecanismos de monitoramento, avaliação periódica e divulgação dos resultados;
VIII – estratégias de participação social, participação das famílias e escuta das crianças;
IX – ações destinadas à formação e à qualificação dos profissionais que atuem com crianças na primeira infância;
X – medidas de inclusão, acessibilidade e atenção precoce às crianças com deficiência, às crianças que necessitem de atendimento educacional especializado e às crianças em situação de risco ou vulnerabilidade;
XI – estimativa dos recursos necessários à implementação das ações, observadas as normas de planejamento, responsabilidade fiscal e execução orçamentária;
XII – mecanismos de articulação com as políticas e os sistemas federal e estadual relacionados à primeira infância;
XIII – procedimentos para coleta, organização, utilização e compartilhamento de dados necessários ao acompanhamento da primeira infância, observada a legislação de proteção de dados pessoais; e
XIV – mecanismos e periodicidade de revisão do Plano.

Art. 5º Constituem áreas prioritárias do PMPI, sem prejuízo de outras relacionadas ao desenvolvimento integral da criança:
I – saúde;
II – alimentação e nutrição;
III – educação infantil;
IV – assistência social à criança e à sua família;
V – convivência familiar e comunitária;
VI – cultura;
VII – brincar, esporte e lazer;
VIII – espaço urbano, habitação, mobilidade, saneamento e meio ambiente, no âmbito das competências municipais;
IX – prevenção de acidentes;
X – prevenção e enfrentamento de todas as formas de violência, negligência, abuso e exploração;
XI – proteção contra a pressão consumista e adoção de medidas destinadas a evitar a exposição precoce à comunicação mercadológica;
XII – promoção da inclusão, da acessibilidade e do desenvolvimento integral das crianças com deficiência;
XIII – atenção precoce às crianças de zero a três anos, nos termos da legislação aplicável;
XIV – apoio às famílias, aos responsáveis e às redes comunitárias de cuidado; e
XV – formação e valorização dos profissionais que atuem diretamente com a primeira infância.

CAPÍTULO III
DO COMITÊ MUNICIPAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA

Art. 6º Fica instituído o Comitê Municipal da Primeira Infância, instância colegiada intersetorial de caráter consultivo, propositivo e de articulação, destinada a coordenar tecnicamente a elaboração do PMPI e a acompanhar sua implementação, seu monitoramento e sua avaliação.
§ 1º O Comitê ficará vinculado ao Gabinete do Prefeito para fins de coordenação institucional e apoio administrativo.
§ 2º O Gabinete do Prefeito será o órgão responsável pela coordenação institucional do Comitê, para os fins do § 1º do art. 7º da Lei Federal nº 13.257, de 8 de março de 2016.
§ 3º A instituição do Comitê não implica criação de cargo, emprego ou função pública, nem de unidade administrativa autônoma.
Art. 7º O Comitê Municipal da Primeira Infância será composto por um representante titular e respectivo suplente de cada um dos seguintes órgãos ou segmentos:
I – Gabinete do Prefeito;
II – Secretaria Municipal de Educação;
III – Secretaria Municipal de Assistência Social;
IV – Secretaria Municipal de Saúde;
V – Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Turismo;
VI – órgão municipal responsável pelas áreas de planejamento e finanças;
VII – Conselho Tutelar;
VIII – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA; e
IX – sociedade civil organizada com atuação relacionada à promoção ou à defesa dos direitos da criança.
§ 1º Os representantes dos órgãos municipais serão indicados pelos respectivos titulares, e os representantes dos órgãos colegiados serão indicados de acordo com suas normas próprias.
§ 2º O representante da sociedade civil e seu suplente serão indicados mediante procedimento definido pelo CMDCA, assegurada a participação das entidades e dos movimentos representativos da sociedade civil.
§ 3º Os membros titulares e suplentes serão designados por Portaria do Prefeito Municipal.
§ 4º A substituição de membro do Comitê será realizada mediante nova indicação do órgão ou segmento representado e formalizada por Portaria do Prefeito Municipal.
Art. 8º O representante do Gabinete do Prefeito exercerá a coordenação executiva do Comitê, sem prejuízo do caráter colegiado de suas deliberações.
§ 1º O Comitê poderá eleger, entre seus membros, Presidente, Vice-Presidente ou Relator, conforme dispuser seu regimento interno.
§ 2º O regimento interno disciplinará a periodicidade das reuniões, a convocação, o quórum, a organização dos trabalhos, a elaboração das atas e os demais procedimentos necessários ao funcionamento do colegiado.
Art. 9º Compete ao Comitê Municipal da Primeira Infância:
I – coordenar tecnicamente o processo de elaboração do PMPI;
II – promover a articulação intersetorial entre os órgãos municipais envolvidos nas políticas destinadas à primeira infância;
III – articular a participação do CMDCA, do Conselho Tutelar, de outros conselhos de políticas públicas, da sociedade civil, das famílias e das crianças;
IV – organizar e sistematizar informações e diagnósticos necessários à elaboração e ao monitoramento do PMPI;
V – promover consultas públicas, audiências, oficinas, seminários e outras formas adequadas de participação social;
VI – assegurar a participação e a escuta das crianças na elaboração e na avaliação do PMPI;
VII – compatibilizar a proposta do PMPI com os planos setoriais municipais e com os instrumentos municipais de planejamento;
VIII – elaborar a versão preliminar do PMPI e submetê-la à participação social;
IX – consolidar as contribuições recebidas e elaborar a proposta final do PMPI;
X – encaminhar a proposta final ao CMDCA para deliberação no âmbito de suas competências legais;
XI – acompanhar tecnicamente a implementação das ações previstas no PMPI após sua institucionalização;
XII – consolidar informações relativas ao cumprimento das metas e elaborar relatórios periódicos de monitoramento;
XIII – propor medidas destinadas à correção de desvios, ao aperfeiçoamento das ações e à revisão do PMPI; e
XIV – promover articulação com instâncias estaduais e federais responsáveis por políticas e ações destinadas à primeira infância.
Art. 10. Representantes do Ministério Público, da Defensoria Pública, do Poder Judiciário, de outros conselhos de políticas públicas, de órgãos estaduais ou federais, de instituições acadêmicas e de entidades públicas ou privadas poderão ser convidados a participar das reuniões do Comitê, com direito a voz e sem direito a voto.
§ 1º O Comitê poderá convidar técnicos, especialistas e representantes de instituições para participar de reuniões, oficinas, debates, palestras e seminários relacionados às suas atribuições.
§ 2º A participação no Comitê será considerada serviço público relevante e não será remunerada.

CAPÍTULO IV
DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL E DA ESCUTA DAS CRIANÇAS

Art. 11. A elaboração, o monitoramento e a avaliação do PMPI assegurarão a participação das crianças, respeitadas suas características etárias, formas de expressão e estágio de desenvolvimento.
§ 1º A participação das crianças será realizada mediante atividades, metodologias e linguagens adequadas às diferentes faixas etárias, de modo a permitir a expressão de sentimentos, percepções, experiências, desejos e ideias sobre os assuntos que lhes digam respeito.
§ 2º As atividades de escuta serão planejadas e conduzidas por profissionais qualificados em processos de participação e escuta infantil.
§ 3º As contribuições das crianças serão sistematizadas e consideradas na elaboração e na avaliação do PMPI, devendo ser assegurada, sempre que possível, devolutiva adequada sobre o aproveitamento das manifestações apresentadas.
§ 4º Os procedimentos de escuta deverão resguardar a dignidade, a intimidade, a imagem, a segurança e os dados pessoais das crianças e observar as normas de proteção integral aplicáveis.
Art. 12. A sociedade civil, as famílias, os responsáveis e os profissionais que atuem na rede de proteção e atendimento participarão do processo de elaboração e avaliação do PMPI por meio de consultas públicas, audiências, oficinas, conferências, reuniões territoriais ou outros mecanismos adequados de participação.
Parágrafo único. A versão preliminar do PMPI deverá ser disponibilizada para conhecimento público e recebimento de contribuições antes de seu encaminhamento ao CMDCA.

CAPÍTULO V
DA APROVAÇÃO, DA IMPLEMENTAÇÃO, DO MONITORAMENTO E DA REVISÃO DO PLANO

Art. 13. Concluída a proposta final do PMPI, o Comitê a encaminhará ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA para apreciação e deliberação, nos termos das competências previstas na Lei Municipal nº 1.203, de 2013.
Parágrafo único. A deliberação do CMDCA não afasta as competências constitucionais e legais do Chefe do Poder Executivo e da Câmara Municipal quanto à institucionalização e à execução do Plano.
Art. 14. Após a aprovação pelo CMDCA, o PMPI será encaminhado ao Chefe do Poder Executivo para submissão à Câmara Municipal de Quartel Geral, por meio de projeto de lei destinado à sua institucionalização, acompanhado da respectiva exposição de motivos.
Parágrafo único. O texto integral do PMPI deverá acompanhar o projeto de lei como anexo.
Art. 15. Após a institucionalização do PMPI, os órgãos e as entidades municipais responsáveis pelas ações nele previstas adotarão, no âmbito de suas competências, as providências necessárias à sua implementação.
§ 1º As metas e ações do PMPI deverão ser consideradas, no que couber, na elaboração e na revisão do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual, observadas as normas constitucionais, legais, fiscais e orçamentárias aplicáveis.
§ 2º A existência de meta ou ação no PMPI não substitui as autorizações legais, orçamentárias, administrativas ou financeiras exigidas para sua execução.
Art. 16. O monitoramento e a avaliação do PMPI serão realizados de forma contínua e intersetorial.
§ 1º Os órgãos responsáveis pelas ações previstas no PMPI fornecerão ao Comitê as informações necessárias ao acompanhamento das metas e dos indicadores, observadas as normas aplicáveis ao tratamento e à proteção de dados pessoais.
§ 2º O Comitê consolidará, no mínimo anualmente, relatório de monitoramento contendo informações sobre:
I – a execução das ações previstas;
II – o cumprimento das metas e dos indicadores;
III – os resultados alcançados;
IV – as dificuldades e os riscos identificados; e
V – as recomendações de aperfeiçoamento.
§ 3º O relatório de monitoramento será encaminhado ao CMDCA e aos órgãos municipais responsáveis e será disponibilizado ao público, ressalvadas as informações legalmente protegidas.
§ 4º O CMDCA exercerá o acompanhamento e o controle social da execução do PMPI no âmbito das competências que lhe são atribuídas pela legislação municipal e federal.
Art. 17. O PMPI será submetido a avaliações periódicas e poderá ser revisto quando necessário ao aperfeiçoamento de suas metas e ações ou à adequação superveniente às necessidades da primeira infância.
§ 1º As propostas de revisão serão precedidas de análise técnica e participação social e serão submetidas à apreciação do CMDCA.
§ 2º As alterações que incidam sobre conteúdo do PMPI institucionalizado por lei serão encaminhadas ao Poder Legislativo quando dependerem de alteração legislativa.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18. O Comitê Municipal da Primeira Infância terá o prazo de cento e oitenta dias, contado da publicação da Portaria de designação de seus membros, para concluir a proposta do PMPI e encaminhá-la ao CMDCA.
Parágrafo único. O prazo previsto no caput poderá ser prorrogado uma única vez, por até cento e oitenta dias, mediante ato fundamentado do Prefeito Municipal.
Art. 19. As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta das dotações orçamentárias próprias consignadas aos órgãos municipais competentes, observadas a disponibilidade orçamentária e financeira e as normas legais aplicáveis à abertura de créditos adicionais.
Art. 20. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Quartel Geral, 25 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

GASPAR CARLOS FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cibele de Assis Campos
Código Identificador:5D9DF12F

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE CONTRATO - PROCESSO LICITATÓRIO 244/2026 PREGÃO ELETRÔNICO/RP DE N°46/2026

EXTRATO DA ATA DE CONTRATO - PROCESSO LICITATÓRIO 244/2026
PREGÃO ELETRÔNICO/RP DE N°46/2026

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ÉTICOS E SIMILARES COM BASE NO MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE OS PREÇOS PRATICADOS NO BANCO DE PREÇO EM SAÚDE (BPS) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME QUANTIDADES CARACTERÍSTICAS E ESPECIFICAÇÕES.

FORNECEDORES	VALOR DO DESCONTO
LF COMERCIO DE MEDICAMENTOS DE ABAETE LTDA	5,00 %
RAFAEL GUSTAVO MENDES	15,50 %

VIGENCIA: 17/08/2026 à 16/08/2027
Condições: Conforme ata de julgamento

Quartel Geral, 17/08/2026.

CIBELE ASSIS CAMPOS
Agente De Contratação

Publicado por:
Cibele de Assis Campos
Código Identificador:DB929266

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUARTEL GERAL/MG – PROCESSO LICITATÓRIO N° 233/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO: 41/2026 – TORNA PÚBLICO PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS O **EXTRATO DO CONTRATO** DO PROCESSO LICITATÓRIO CUJO OBJETO: **AQUISIÇÃO DE PRÊMIOS PARA SORTEIO DO IPTU DE**

ACORDO COM AS LEIS 1.520/2026 E 1.523/2026, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA. **CONTRATADOS:** AGR SOLUCOES INTEGRADAS LTDA - VALOR GLOBAL DO CONTRATO: R$ 1.543,00 (Um Mil e Quinhentos e Quarenta e Tres Reais) - **NASA MOTOS PECAS E SERVICOS LTDA - R$ 18.700,00 (Dezoito Mil e Setecentos Reais) - VALE COMERCIO DE MATERIAIS LTDA - R$ 1.453,45 (Um Mil e Quatrocentos e Cinquenta e Tres Reais e Quarenta e Cinco Centavos)** - VIGÊNCIA: **25/08/2026 À 17/08/2027.** – CIBELE DE ASSIS CAMPOS – PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – 31/12/2026.

Publicado por:
Cibele de Assis Campos
Código Identificador:33CD7FD9

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
LAUDO DE AVALIAÇÃO TÉCNICA DE BENS INSERVÍVEIS DA COMISSÃO NOMEADA PELA PORTARIA DE Nº010/2023

O Presente Laudo Técnico de Avaliação é a nossa sugestão de **AVALIAÇÃO DO BEM** como valor de "**LANCE INICIAL**", conforme Portaria de nº010/2023, e, ainda art. 31 § 2º inciso II da Lei federal 14.133/2021.
Todos valores podem ser ajustados para mais ou para menos conforme vosso entendimento.
Este Laudo Técnico de Avaliação de Bens é resultado de diligências necessárias, do valor médio de mercado, efetuada com base em métodos comparativos, que envolveram pesquisas com garagistas da região compreendendo os municípios da região referente ao bem inservível delineado na forma do Decreto Municipal nº 62/2026
Do atual estado de conservação e funcionamento do veículo, dos pequenos defeitos generalizados, da ausência de manutenções e falta de itens e peças, da quilometragem
rodada, do custo de recuperação e demais particularidades.
Salientamos que os veículos de propriedade de órgãos públicos são leiloados no estado em que encontram-se (sem quaisquer garantias), que além da observação da lei de oferta e procura, levando em consideração que na compra em lojas, o comprador dispõe de vários artifícios facilitadores de venda como pagamentos parcelados, financiamentos, tanque cheio, IPVA etc.
Além da obrigatoriedade da garantia contra vícios ocultos, em do cumprimento as exigências esculpidas no código de defesa do consumidor, (lei federal 8.078/90).
A avaliação dos veículos contidos no Decreto nº **010/2023**, baseia-se na tabela FIPE, e, ainda, baseia-se por cálculo de depreciação por uso e ou deterioração dos mesmos.
Lembramos ainda que **LANCES INICIAIS ATRATIVOS** condizentes com o estado do bem levado a leilão, observando as condições mercadológicas, fazem com que haja mais interessados, consequentemente mais disputas entre pessoa física e pessoa jurídica (particulares e garagistas), proporcionando uma considerável elevação do valor na venda final.
O presente documento servirá como base para a confecção, do edital público de leilão, podendo sofrer alterações quanto a nomenclaturas dos lotes, ordem e descrição dos bens, assim
como inclusão de mais dados segundo as vossas orientações e preferências.

LOTE 01:Caminhão Iveco Eurocargo 170E22 – PLACA: HLF: 4845, ano: 2010/2011, cor branca, nº de patrimônio: 000969.

LANCE INICIAL: R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais);
JUSTIFICATIVA DA AVALIAÇÃO: Avaliação de preço mínimo inicial com base no valor médio de mercado deste tipo de veículo usado através de Tabela FIPE, levando em consideração, o estado físico, a falta de histórico de manutenção, desconhecimento das condições da parte mecânica e elevada Quilometragem. Este veículo será levado a Leilão sem garantias de vícios ocultos e quaisquer outros defeitos que possa ter, ficando todos os riscos por conta do arrematante.

LOTE 02: Spin 1.8L AT – Placa RUU 9B12 – Ano: 2022/2023
LANCE INICIAL: R$ 50.000 (Cinquenta mil reais);
JUSTIFICATIVA DA AVALIAÇÃO: Avaliação de preço mínimo inicial com base no valor médio de mercado deste tipo de veículo usado através de Tabela FIPE, levando em consideração, o estado físico, a falta de histórico de manutenção, desconhecimento das condições da parte mecânica e elevada Quilometragem. Este veículo será levado a Leilão sem garantias de vícios ocultos e quaisquer outros defeitos que possa ter, ficando todos os riscos por conta do arrematante

LOTE 03: Doblo – placa QNN 0515 – ano: 2017/2017, cor branca
LANCE INICIAL: R$ 20.000,00 (Vinte mil reais)
JUSTIFICATIVA DA AVALIAÇÃO: Avaliação de preço mínimo inicial com base no valor médio de mercado deste tipo de veículo usado através de Tabela FIPE, levando em consideração, o estado físico, a falta de histórico de manutenção, desconhecimento das condições da parte mecânica e elevada Quilometragem. Este veículo será levado a Leilão sem garantias de vícios ocultos e quaisquer outros defeitos que possa ter, ficando todos os riscos por conta do arrematante

Quartel Geral, 25/08/2026

VONINHO ALVES DA SILVA
Presidente

JOSÉ VANDERLEI DA SILVA
Membro

CLEYTON JOSÉ LIMA
Membro

Publicado por:
Cibele de Assis Campos
Código Identificador:78B5AEE5

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 018, DE 25 DE AGOSTO DE 2026

DESIGNA OS MEMBROS DO COMITÊ MUNICIPAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA, INSTITUÍDO PELO DECRETO Nº 63, DE 25 DE AGOSTO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE QUARTEL GERAL, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; e tendo em vista o disposto nos arts. 7º e 8º do Decreto nº 63, de 25 de agosto de 2026,
RESOLVE:
Art. 1º Ficam designados, para compor o Comitê Municipal da Primeira Infância, instituído pelo art. 6º do Decreto nº 63, de 25 de agosto de 2026, os representantes titulares e respectivos suplentes indicados pelos órgãos e segmentos representados, na forma do art. 7º do referido Decreto e do Anexo Único desta Portaria.
Art. 2º A coordenação executiva do Comitê Municipal da Primeira Infância será exercida pelo representante titular do Gabinete do Prefeito, nos termos do art. 8º, caput, do Decreto nº 63, de 25 de agosto de 2026.
Art. 3º O Comitê poderá eleger, entre seus membros, Presidente, Vice-Presidente ou Relator, conforme dispuser seu regimento interno, nos termos do art. 8º, § 1º, do Decreto nº 63, de 25 de agosto de 2026.
Art. 4º Os membros titulares e suplentes designados por esta Portaria permanecerão no exercício de suas funções até nova designação, sem prejuízo de eventual recomposição do Comitê após a conclusão da etapa de elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância – PMPI.
Parágrafo único. A conclusão e o encaminhamento da proposta do PMPI ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA não implicam a extinção do Comitê nem o encerramento de suas atribuições de acompanhamento da implementação, monitoramento, avaliação e revisão do Plano, na forma do Decreto nº 63, de 25 de agosto de 2026.
Art. 5º A substituição de qualquer membro titular ou suplente designado por esta Portaria dependerá de nova indicação do respectivo órgão ou segmento representado e será formalizada por Portaria do

Prefeito Municipal, nos termos do art. 7º, § 4º, do Decreto nº 63, de 25 de agosto de 2026.
Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Quartel Geral, 25 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GASPAR CARLOS FILHO
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO
COMPOSIÇÃO NOMINAL DO COMITÊ MUNICIPAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA

Órgão / Segmento	Titular	Suplente
I – Gabinete do Prefeito	Fernanda da Cruz Caetano Oliveira	Voninho Alves da Silva
II – Secretaria Municipal de Educação	Rozélia Geralda de Oliveira	Priscilla Luanna Silva de Oliveira
III – Secretaria Municipal de Assistência Social	Zanaidi Aparecida Silva	Raquel Alves Fiuza
IV – Secretaria Municipal de Saúde	Dorvalino Felipe da Silva Neto	Rayane Carla Oliveira e Sousa
V – Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Turismo	Ricardo Aparecido Santos	Anderson Carvalho Guimarães
VI – Órgão municipal responsável pelas áreas de planejamento e finanças	Marlene Mendes da Silva	Gillia Taina Ferreira Silva
VII – Conselho Tutelar	Mileny Caetano Sousa	Valéria Maria de Castro
VIII – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA	Sarah Altina de Lima	Marnei Inácio Xavier
IX – Sociedade civil organizada	Tassiana Alexandre da Silva	Izabel Cristina de Oliveira

Publicado por:
Cibele de Assis Campos
Código Identificador:23B1E557

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE RIACHO DOS MACHADOS

PREFEITURA DE RIACHO DOS MACHADOS
AVISO DE LEILÃO

O MUNICÍPIO DE RIACHO DOS MACHADOS torna público, para conhecimento de todos o Leilão Público ON-LINE Nº 001/2026, objetivando a ALIENAÇÃO DOS BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS, PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE RIACHO DOS MACHADOS/MG, RELACIONADOS NO ANEXO I DO EDITAL. O edital e seus anexos podem ser obtidos nos sites https://riachodosmachados.mg.gov.br/licitacoes/ , https://www.marcusviniciusleiloes.com.br/ . DATA VISITAÇÃO: 15/09/2026 à 28/09/2026. LOCAL: Rua Almerinda Barbosa Silva, n° 02, Bairro de Lourdes, Riacho dos Machados, MG, CEP.: 39.529-000, Garagem da Prefeitura. Início para recebimento dos lances a partir do dia 15/09/2026 às 08:00 horas (horário de Brasília-DF) e com encerramento para o recebimento dos lances em 29/09/2026 às 14:00 horas (horário de Brasília - DF) pelo site www.marcusviniciusleiloes.com.br .

RICARDO DA SILVA PAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erica Cristina da Silva
Código Identificador:C804EE8F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

CORREGEDORIA DO MUNICÍPIO
ENCERRAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR N° 4437/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG
CORREGEDORIA MUNICIPAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - AUTOS: 4437/2023

Comissão Processante: Suelen Mesquita de Jesus, Mardem Santos Barbosa e Fernanda R. de A. Rodrigues.

EM DESFAVOR DE: T.G.C.

RESULTADO: Processo arquivado,com fulcro no art. 174, I e II, da Lei Complementar Municipal 038/2006, modificada pela Lei Complementar Municipal 169/2017.

Retroagindo a data 25/08/2026.

Publicado por:
Fernanda Ribeiro de Almeida Rodrigues
Código Identificador:267DB84B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA SRH Nº 1216/2026

PORTARIA DE CESSÃO DE SERVIDOR

O Prefeito Municipal de Ribeirão das Neves, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VI do artigo 95 e com fundamento na alínea "b" do inciso II do artigo 58, ambos da Lei Orgânica do Município, e

Considerando o interesse da Administração Municipal em fortalecer a cooperação com os demais órgãos da Administração Pública;

Resolve:

Art. 1º Ceder o(a) senhor(a) **GILMARA FERREIRA DOS SANTOS**, matrícula nº 9779, servidor(a) efetivo(a) no cargo de Professor de Educação Básica – Educação Infantil Séries Iniciais (EISI), lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer suas funções junto à Prefeitura Municipal de Vespasiano, no período de 01 de Janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2027.

Art. 2º A cessão será com ônus para o cessionário, ou seja, a Prefeitura Municipal de Vespasiano arcará com todos os encargos decorrentes da relação de trabalho da servidora cedida.

Art. 3º A servidora cedida permanecerá vinculada ao quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves, para todos os efeitos legais.

Art. 4º A presente nomeação terá efeito a partir do dia 01 de Janeiro de 2025.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG, EM 24 DE AGOSTO DE 2026.

TÚLIO MARTINS RAPOSO
Prefeito de Ribeirão das Neves

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:31C7D4A0

GERÊNCIA LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 060/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES – MG

Pregão Eletrônico 060/2026

Torna público que se encontra disponível no site www.ribeiraodasneves.mg.gov.br, o edital do Pregão Eletrônico 060/2026, cujo objeto consiste na contratação de empresa especializada para fornecimento de kit atleta personalizado, composto por camiseta esportiva, meia esportiva (cano alto), viseira esportiva e bolsa térmica de alta capacidade, destinados aos participantes dos eventos esportivos promovidos pela secretaria municipal de esporte, cultura e turismo de Ribeirão das Neves/MG, por meio de sistema

de**registro de preços**. A data para realização da sessão será dia 11/09/2026 às 09:00 hrs.

VERÔNICA TRINDADE GUIMARÃES ALVES DIAS/
Pregoeira.

Publicado por:
Tatiele Cristina Ferreira de Souza
Código Identificador:0C019951

GERÊNCIA LICITAÇÃO
TORNA PÚBLICO O EXTRATO DA CELEBRAÇÃO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL N° 015/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG – Torna público o extrato da celebração do 1º Termo Aditivo ao Contrato de Locação de Imóvel N° 015/2026 no Processo SEI Nº 456.333.025174/2025-96

Partes: Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves (Locatária) com Interveniência da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo e **Rogério da Silva Mendes,** (Locador).

Objeto do aditivo: prorrogação do prazo de vigência do contrato por 24 (vinte e quatro) meses com início em 24 de agosto de 2026 e término em 23 de agosto de 2028.

Data da assinatura do aditivo: 21 de agosto de 2026.

MARCÍLIO RODRIGUES DE SOUZA /
Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo

Publicado por:
Tatiele Cristina Ferreira de Souza
Código Identificador:EF7FF984

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 078/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG – Torna público o extrato da celebração do 4º Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços N° 078/2022, referente ao Processo Nº 142/2022. Partes: Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves (Contratante) com Interveniência da Procuradoria-Geral Do Município e a empresa **ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S.A.** (contratada). **Objeto do aditivo:** Prorrogação da vigência por 12 (doze) meses com início em 23 de agosto de 2026 e término em 23 de agosto de 2027, bem como acrescentar ao contrato original o percentual de reajuste em 4,391720% passando o valor do contrato para R$ 18.460,02 (dezoito mil, quatrocentos e sessenta reais e dois centavos).

Data da assinatura do aditivo: 21 de agosto de 2026.

MARCELO FONSECA DA SILVA /
Procuradoria-Geral do Município

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:988ED91A

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
PORTARIA Nº 15/2026 – SMMADS/PMRN

ALTERA A PORTARIA Nº 014/2026 – SMMADS/PMRN, QUE DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE GESTOR E FISCAL DO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 037/2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Município de Ribeirão das Neves**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, em especial pela **Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021**,

CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº **0346/2025**, cujo objeto consiste na locação de imóvel situado na Avenida Ari Teixeira da Costa, nº 1500, Bairro Savassi, em Ribeirão das Neves/MG;

CONSIDERANDO o Contrato de Locação de Imóvel nº **037/2026**, decorrente do referido processo administrativo;

CONSIDERANDO a Portaria nº **014/2026 – SMMADS/PMRN**, que designou a servidora Fabiana Antunes Ireno, matrícula nº 517953, para exercer a função de Fiscal do Contrato de Locação de Imóvel nº 037/2026;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação da fiscalização contratual à atual organização administrativa da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em razão da não permanência da servidora anteriormente designada na unidade responsável pelo acompanhamento das atividades relacionadas ao imóvel objeto da contratação;

CONSIDERANDO a necessidade de que a fiscalização do contrato seja exercida por servidora que esteja diretamente vinculada à unidade e às atividades que demandam a utilização do imóvel, de modo a assegurar maior efetividade no acompanhamento da execução contratual;

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 8º e 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, quanto ao acompanhamento e à fiscalização da execução dos contratos administrativos;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o **art. 2º da Portaria nº 014/2026 – SMMADS/PMRN**, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 2º – Fiscal do Contrato

*Designar a servidora **CLAUDIA REGINA DE ABREU GOMES, matrícula nº 00030996**, para exercer a função de **Fiscal do Contrato de Locação de Imóvel nº 037/2026**, decorrente do Processo Administrativo nº 0346/2025."*

Art. 2º Permanecem inalteradas as disposições da **Portaria nº 014/2026 – SMMADS/PMRN** que não tenham sido expressamente modificadas pela presente Portaria, inclusive a designação da servidora **Lívia de Souza Costa Mateus, matrícula nº 20534**, como Gestora do Contrato.

Art. 3º A servidora ora designada deverá exercer as atribuições inerentes à fiscalização contratual, acompanhando e registrando a execução do contrato, verificando o cumprimento das condições pactuadas e comunicando formalmente à autoridade competente eventuais irregularidades constatadas.
Art. 4º A presente alteração não implica modificação do objeto, das condições ou das demais disposições estabelecidas no Contrato de Locação de Imóvel nº 037/2026.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ribeirão das Neves, 25 de agosto de 2026.

MARCILIO RODRIGUES DE SOUSA
Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

LÍVIA DE SOUZA COSTA MATEUS
Gestora do Contrato

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:2EB910B8

SECRETARIA DE SEGURANÇA, TRÂNSITO E TRANSPORTE
RECURSOS LANÇADOS NA 091° SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA JARIT DE 2026

Nos termos e conformidade dos dispositivos regulamentares vigentes, faz-se público, para conhecimento dos interessados que esta Junta Administrativa de Recursos de Infrações do Transporte - (JARIT) / RIBEIRÃO DAS NEVES - MG, quando da sessão realizada no dia 26/08/2026 julgou os recursos abaixo especificados, com as seguintes decisões.

NRO. DO ANI	ENQUADRAMENTO	PROTOCOLO	DATA DE JULGAMENTO	MOVIMENTO
2613	4045	782	26/08/2026	INDEFERIMENTO DO RECURSO- JARIT
2614	4045	783	26/08/2026	INDEFERIMENTO DO RECURSO -JARIT

TOTAL DE REGISTROS LISTADOS: 02

Presidência da JARIT/ RIBEIRÃO DAS NEVES - MG, 26 de agosto de 2026.

Publicado por:
Ana Paula Lima Barros
Código Identificador:437FB804

SECRETARIA DE SEGURANÇA, TRÂNSITO E TRANSPORTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA, TRÂNSITO E TRANSPORTES NOTIFICAÇÃO N°05/2026 DE VEÍCULO ABANDONADO EM VIA PÚBLICA

NOTIFICAÇÃO DE VEÍCULO ABANDONADO EM VIA PÚBLICA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES
NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 05 DE 2026

A Secretaria Municipal de Segurança, Trânsito e Transportes, nos termos da Lei Municipal 3815/2017, NOTIFICA o proprietário, responsável legal ou possuidor do veículo abaixo relacionado, caracterizado como veículo em situação de abandono em vias públicas do Município de Ribeirão das Neves, em desacordo com a Le Municipal n° 3.815 de 14 de junho de 2017, para promover a retirada do veículo da via pública no prazo de (cinco) dias úteis a partir da publicação desta, ou apresentar defesa prévia no prazo de 72 (setenta e duas) horas junto s SMST, situada a Rua Ari Teixeira da Costa n° 1100, bairro Savassi, telefone 3627-6943, sob pena de apreensão/remoção do referido veículo para o pátio municipal.

CARACTERIZAÇÃO	
ESPÉCIE DO VEÍCULO: PASSAGEIRO	**MARCA/MODELO:** VW/KOMBI LOTAÇÃO
CHASSI:SP8AC690341YA542475	**PLACA:** GVQ8541 / MG
NOME: SAMUEL CARVALHO CHAGAS	**COR:** BRANCA
LOCALIZAÇÃO DO VEÍCULO/CARCAÇAO	
LOGADOURO: RUA RAIMUNDO GENTIL ARAUJO	**BAIRRO:** VIENA
PONTO DE REFERÊNCIA: FINAL DA RUA	**N°:** 167

CARACTERIZAÇÃO	
ESPÉCIE DO VEÍCULO: PASSAGEIRO	**MARCA/MODELO:** VW/VOYAGE CL
CHASSI: 9BWZZZ30ZJT061003	**PLACA:** GLZ6B09 / MG
NOME: MARTINHO TOMAZ DE SANTANA	**COR:** VERDE
LOCALIZAÇÃO DO VEÍCULO/CARCAÇAO	
LOGADOURO: RUA SANTO ANTÔNIO	**BAIRRO:** TONY
PONTO DE REFERÊNCIA: AO LADO DA ACADEMIA	**N°:** 303

CARACTERIZAÇÃO	
ESPÉCIE DO VEÍCULO: PASSAGEIRO	**MARCA/MODELO:** FIAT/UNO ELECTRONIC
CHASSI: 9BD146000S5537795	**PLACA:** LAV2167 / MG
NOME: JULIANO WARNEY DOS S. FAGUNDES	**COR:** VERMELHA
LOCALIZAÇÃO DO VEÍCULO/CARCAÇAO	
LOGADOURO: RUA JOSE CRISPIM DA FONSECA	**BAIRRO:** ELIANA
PONTO DE REFERÊNCIA:	**N°:** 119

CARACTERIZAÇÃO	
ESPÉCIE DO VEÍCULO: MISTO	**MARCA/MODELO:** VW/KOMBI
CHASSI: 9BWZZZ231TP046311	**PLACA:** GTK9034 / MG
NOME: TANIA MARCIA DE JESUS SILVA	**COR:** BRANCA
LOCALIZAÇÃO DO VEÍCULO/CARCAÇAO	
LOGADOURO: RUA DIAMANTINA	**BAIRRO:** PEDRA BRANCA
PONTO DE REFERÊNCIA:	**N°:** 500

CARACTERIZAÇÃO	
ESPÉCIE DO VEÍCULO: PASSAGEIRO	**MARCA/MODELO:** FIAT/UNO MILLE EX
CHASSI: 9BD158018W4024249	**PLACA:** GSZ6873 / MG
NOME: ENY FRANCISCA XAVIER	**COR:** CINZA
LOCALIZAÇÃO DO VEÍCULO/CARCAÇAO	
LOGADOURO: RUA EMILIA PEREIRA	**BAIRRO:** SAN MARINO
PONTO DE REFERÊNCIA: FINAL DA RUA	**N°:** S/Nº

CARACTERIZAÇÃO	
ESPÉCIE DO VEÍCULO: PASSAGEIRO	**MARCA/MODELO:** FORD/ESCORT L
CHASSI:9BFBXXLBAHBT83750	**PLACA:** GNS8118 / MG
NOME: JOSE TOMAS SOARES	**COR:** CINZA
LOCALIZAÇÃO DO VEÍCULO/CARCAÇAO	
LOGADOURO: RUA VINTE E CINCO	**BAIRRO:** SAN MARINO
PONTO DE REFERÊNCIA:	**N°:** 111

RIBEIRÃO DAS NEVES - MG, 26 de AGOSTO de 2026.

LEINILSON MARCOS BARBOSA ALVES
Secretário Municipal de Segurança, Trânsito e Transportes

Publicado por:
Ricardo de Almeida
Código Identificador:D1B05B05

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ORDEM DE SERVIÇO Nº 001/2026

ORDEM DE SERVIÇO Nº 001/2026
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 215/2019
PROCESSO N° 295/2018

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PARA: CONCESSIONÁRIA DE INFRAESTRUTURA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA SPE S/A.

Referência/Objeto: CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELATIVOS À MODERNIZAÇÃO, OTIMIZAÇÃO, EFICIENTIZAÇÃO, EXPANSÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DAS NEVES.

ASSUNTO: INÍCIO DE SERVIÇOS.

Prezados Senhores,

Dando prosseguimento aos procedimentos preconizados no oitavo termo aditivo do contrato, a ser realizado através de aporte, estamos autorizando a V.Sas., darem início à prestação de SERVIÇOS DE OBRAS DE ILUMINAÇÃO NO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DAS NEVES, CONFORME CONSTAM NAS PLANILHAS E DOCUMENTOS ANEXADOS AO PROCESSO.

Atenciosamente,

JOCIANE SILVA ALMEIDA
Concessionária

ALEX DE ALMEIDA FERREIRA SILVA
Secretário Municipal De Administração

26/08/2026

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:BBAC4E49

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E CULTURA
TERMO DE RETIFICAÇÃO

Solicitamos a retificação das informações constantes no **Termo de Apostilamento, Solicitação de Fornecimento e JPOF**, referentes ao **Contrato de Registro de Preços nº 090/2026**, Processo nº **3738/2026**, celebrado com a empresa **LOCALL PRINT**

LOCAÇÕES, CONSULTORIAS E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº **33.264.279/0001-70**, conforme especificado abaixo:

1. DA RETIFICAÇÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ONDE SE LÊ:

SOLICITAMOS APOSTILAMENTO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DESTA SECRETARIA AO CONTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 090/2026, PROCESSO Nº 3738/2026, DA EMPRESA LOCALL PRINT LOCAÇÕES, CONSULTORIAS E SERVIÇOS LTDA, CNPJ Nº 33.264.279/0001-70, CONFORME ABAIXO:
16.001.04.122.0101.2673 – GESTÃO DE PESSOAL E BENEFÍCIOS – ESPORTE E CULTURA
3.3.90.40 – SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
FICHA 1096 – FONTE 1.500.000.0000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS
AUTORIZAÇÃO DA SECRETARIA
SOLICITAMOS AUTORIZAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PARA LOCAÇÃO DE COMPUTADORES.

LEIA-SE:

SOLICITAMOS APOSTILAMENTO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DESTA SECRETARIA AO CONTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 090/2026, PROCESSO Nº 3738/2026, DA EMPRESA LOCALL PRINT LOCAÇÕES, CONSULTORIAS E SERVIÇOS LTDA, CNPJ Nº 33.264.279/0001-70, CONFORME ABAIXO:
16.001.04.122.0101.2796 – ESPORTE E CULTURA
3.3.90.40 – SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
FICHA 1096 – FONTE 1.500.000.0000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS
AUTORIZAÇÃO DA SECRETARIA
SOLICITAMOS AUTORIZAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PARA LOCAÇÃO DE COMPUTADORES.

2. DA RETIFICAÇÃO DA JUSTIFICATIVA

ONDE SE LÊ:

JUSTIFICATIVA: LOCAÇÃO DE COMPUTADORES DESTINADOS ÀS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO (SEMECTUR), VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DOS SETORES ADMINISTRATIVOS DO PARQUE JUSTINÓPOLIS, DA BIBLIOTECA INDUSTRIAL E DA SEDE DA SECRETARIA, SENDO INDISPENSÁVEL PARA ASSEGURAR A CONTINUIDADE E A EFICIÊNCIA DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS.

LEIA-SE:

JUSTIFICATIVA: LOCAÇÃO DE COMPUTADORES DESTINADOS ÀS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO (SEMECTUR), VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DOS SETORES ADMINISTRATIVOS DO PARQUE JUSTINÓPOLIS, DA BIBLIOTECA INDÚSTRIA DO CONHECIMENTO E DA SEDE DA SECRETARIA, SENDO INDISPENSÁVEL PARA ASSEGURAR A CONTINUIDADE E A EFICIÊNCIA DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS.

3. DA RETIFICAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Onde se lê:

Classificação Orçamentária	Nº Ficha	Fonte	Valor OF/AD
16.001.04.122.0101.2673.3.3.90.40	1096	1.500.000.0000	R$ 4.520,00

Leia-se:

Classificação Orçamentária	Nº Ficha	Fonte	Valor OF/AD
16.001.04.122.0101.2796.3.3.90.40	1096	1.500.000.0000	R$ 4.520,00

Dessa forma, ficam **retificadas as informações acima especificadas**, permanecendo **inalteradas as demais disposições e informações constantes nos documentos**, que não tenham sido expressamente modificadas por meio deste Termo de Retificação.

Sem mais para o momento, renovamos nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:0754013B

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MODERNIZAÇÃO TRIBUTÁRIA – COMAT

Data: 20/07/2026
Hora: 09:05 às 11:04
Local: Secretaria de Fazenda

Presentes:
Vitor Eustáquio Moreira Pereira - Presidente da Comissão
Flávio Guimarães Takahashi Vilas Boas - Membro da Comissão
Eder Ambrozio Cardoso - Membro da Comissão
Zaqueu Moreira da Silva - Membro da Comissão
Priscilla Maria Lara - Membro da Comissão
Fabiano Augusto Gomes - Suporte Administrativo da Comissão
Ordem do dia:
1. Apresentação dos resultados da arrecadação municipal referente ao 1º semestre de 2026, em comparação com as metas tributárias fixadas pela Resolução SEMFA nº 002/2025.
2. Deliberação e votação do percentual do adicional de produtividade fiscal a ser pago aos servidores da área de tributação no 2º semestre de 2026, nos termos do art. 23, §4º, da Lei nº 3.742/2016.
Deliberações:
Havendo número legal, o senhor Presidente declarou aberta a reunião. **01. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA ARRECADAÇÃO MUNICIPAL REFERENTE AO 1º SEMESTRE DE 2026.** O Sr. Flávio Guimarães Takahashi Vilas Boas apresentou aos membros da Comissão o resultado consolidado da arrecadação municipal do 1º semestre de 2026, comparativamente às metas tributárias fixadas pela Resolução SEMFA nº 002/2025, com valores contabilizados até 16/07/2026, ressalvando que ainda poderiam existir pagamentos referentes à competência de 06/2026 pendentes de conciliação e contabilização, os quais, todavia, não teriam o condão de alterar o resultado já alcançado. Os valores apresentados foram os seguintes:

Receita	Meta	Arrecadação	% Alcançado
IPTU	R$ 23.763.199,44	R$ 23.422.471,81	98,57%
ISS	R$ 18.242.919,28	R$ 26.681.557,40	146,26%
ITBI	R$ 4.892.188,87	R$ 8.346.214,98	170,60%
Dívida Ativa	R$ 11.109.256,91	R$ 12.128.849,92	109,18%
IRRF	R$ 5.357.224,10	R$ 5.129.776,25	95,75%
VAF	R$ 26.316.162,85	R$ 27.390.728,74	104,08%
Taxas	R$ 1.024.340,43	R$ 1.668.130,60	162,85%
TOTAL	**R$ 90.705.291,88**	**R$ 104.767.729,70**	**115,50%**

O Sr. Flávio destacou o desempenho acima da meta na arrecadação do ITBI (170,60%), das Taxas (162,85%) e do ISS (146,26%), e observou que o IPTU (98,57%) e o IRRF (95,75%) ficaram ligeiramente abaixo da meta individual, sem, contudo, comprometer o resultado consolidado, que atingiu 115,50% da meta total estabelecida para o semestre. Os demais membros manifestaram-se sobre os fatores que podem ter contribuído para o resultado, sem outras observações relevantes. **02. DELIBERAÇÃO E VOTAÇÃO DO ADICIONAL DE PRODUTIVIDADE FISCAL PARA O 2º SEMESTRE DE 2026.** Em seguida, o Sr. Flávio retomou o disposto no art. 23, §4º, da Lei nº 3.742, de 4 de abril de 2016, que estabelece as faixas de pagamento do adicional de produtividade fiscal, variável de 0% a 60% do vencimento básico, conforme o percentual da meta alcançado: (I) de 0% a 50%, sem direito ao adicional; (II) de 51% a 70%, adicional de 30%; (III) de 71% a 80%, adicional de 40%; (IV) de 81% a 90%, adicional de 50%; e (V) de 91% a 100%, adicional de 60%. Tendo em vista que o resultado consolidado de 115,50% da meta superou o limite máximo previsto no inciso V, os membros deliberaram pela aplicação do percentual máximo de 60% (sessenta por cento) sobre o vencimento básico, a ser pago a todos os servidores da carreira de Auditor Fiscal de Tributos Municipais em exercício, como referência para a rubrica "Produtividade Fiscal Aud" durante todo o 2º semestre de 2026. A matéria foi colocada em votação, tendo os membros presentes se manifestado favoravelmente, de forma unânime, à aprovação do percentual de 60% (sessenta por cento). Ficou

deliberado que a decisão seria formalizada e encaminhada à Superintendência de Recursos Humanos, aos cuidados do Sr. Victor Alves de Sousa Araújo, por meio de memorando específico da Comissão. Não havendo mais nada a tratar, a reunião foi encerrada às 11 horas e 04 minutos. A presente ata foi lavrada por mim, Flávio Guimarães Takahashi Vilas Boas, que a assino digitalmente.

Assinaturas:

_____
Fabiano Augusto Gomes
Suporte Administrativo da Comissão

_____
Eder Ambrozio Cardoso
Membro da Comissão

_____
Zaqueu Moreira da Silva
Membro da Comissão

_____
Priscilla Maria Lara
Membro da Comissão

_____
Flávio Guimarães Takahashi Vilas Boas
Superintendente de Tributos e Arrecadaçã

_____
Vitor Eustáquio Moreira Pereira
Secretário de Fazenda
Presidente da Comissão

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:4571050F

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

Atestamos, para os devidos fins, a conclusão satisfatória da execução dos serviços de **REFORMA E AMPLIAÇÃO DAS ESCOLAS QUE FORAM MUNICIPALIZADAS, NO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DAS NEVES**, conforme estabelecido no contrato n° **192/2023**, de 25 de Abril de 2023, celebrado entre este órgão e a empresa **SOLUÇÃO ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E ESTRUTURAS METÁLICAS LTDA.** Ordem de Serviço de 07 de dezembro de 2023.

Qualquer pendência ou ajuste necessário será tratado conforme as cláusulas contratuais, e a entrega definitiva estará sujeita à realização de eventuais correções ou complementações, de acordo com as normas estabelecidas.

Ribeirão das Neves, 15 de maio de 2025.

ADRIANO SOUZA DE OLIVEIRA
Engenheiro Civil
Solução Engenharia, Construções e Estruturas Metálicas LTDA

ANDRÉ ALEXANDRE DA SILVA MOTTA
Secretário Municipal de Obras

DOLORES KICILA ALVES CARLOS
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:F49B6A58

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

Atestamos, para os devidos fins, a conclusão satisfatória dos serviços **reforma e construção de quadras poliesportivas em Escolas Municipais** de Ribeirão das Neves, com fornecimento de mão de obra, fornecimento dos materiais, em conformidade com o contrato nº **171/2023** firmado em 05 de setembro de 2023, entre a Prefeitura Municipal e a empresa **FORZAN LOCAÇÕES E SERVIÇOS EIRELI**, com a Ordem de Serviço nº 06/2023 emitida em 07 de novembro de 2023. Este termo de recebimento será publicado no Diário Oficial do Município e entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de **08 de outubro de 2024**.

Qualquer pendência ou ajuste necessário será tratado conforme as cláusulas contratuais, e a entrega definitiva estará sujeita à realização de eventuais correções ou complementações, de acordo com as normas estabelecidas.

Ribeirão das Neves, 24 de agosto de 2026.

ADRIANO SOUZA DE OLIVEIRA
Fiscal Do Contrato
JOAQUIM FRANCISCO DA SILVA FILHO
Forzan Locações E Serviços EIRELI.

ANDRÉ ALEXANDRE DA SILVA MOTTA
Secretário Municipal De Obras

DOLORES KÍCILA ALVES CARLOS
Secretária Municipal De Educação

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:97ADC506

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE RODEIRO

DEPARTAMENTO DE CULTURA E TURISMO
RESULTADO FINAL FASE DE HABILITAÇÃO
CHAMAMENTO PÚBLICO 02/2026

RESULTADO FINAL FASE DE HABILITAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO 02/2026
SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)
A Prefeitura Municipal de Rodeiro-MG, através da Diretoria Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo, torna público o resultado FINAL da fase de habilitação do edital 02/2026 - seleção de projetos culturais a serem contemplados com apoio financeiro, regulamentado pelas; Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento) e na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade).
Relação de proponentes classificados / desclassificados

Nome do Proponente.	Nome do Projeto	Status
JAMILE MARINS SANTOS MENDONÇA	VOZES DO NATAL-CORAL INFANTIL DE RODEIRO	HABILITADA
CARLOS KENNEDY TEIXEIRA DE OLIVEIRA	CAPOEIRARTE-ACESSO A CIDADANIA	HABILITADO
ALFREDO LUIZ BRAGA FERREIRA	CAPOEIRA ALEM DA CRENÇA	HABILITADO
GABRIEL INACIO JUSTE	SABORES DE RODEIRO	HABILITADO

- Fica convocado os **proponentes habilitados no Edital nº 02/2026** a proceder à assinatura do **Termo de Execução Cultural**, que será encaminhado para o endereço eletrônico (e-mail) informado no ato da inscrição.
A assinatura do Termo de Execução Cultural constitui etapa necessária para a formalização da execução da proposta contemplada no âmbito do **Edital nº 02/2026**.

Publicado por:
Fábio Rogério Fernandes Paiva
Código Identificador:6D943B7F

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Extrato do primeiro termo de Aditivo contratual
Processo Licitatório nº 001/2026
Dispensa nº 001/2026
Contrato nº 001/2026
O presente aditivo contratual tem como objeto promover a adição do valor de R$ 123.493,76 (cento e vinte e três mil quatrocentos e noventa e três reais e setenta e seis centavos) ao orçamento definido no contrato original, em razão do saldo remanescente de Emendas Impositivas ainda não utilizadas.
Fica alterada a CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR que passa a vigorar com a seguinte redação:
"CLÁUSULA IV – DO VALOR
4.1 – O valor total do presente contrato é de R$ 923.493,76 (novecentos e vinte e três mil quatrocentos e noventa e três reais e setenta e seis centavos), podendo ser alterado em conformidade com a Lei Federal nº 11.107/2005 e Decreto no 6017/2007.
Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato original, permanecendo inalterado nas demais condições.
Vigência: 05/08/2026 A 31/12/2026
Data de Assinatura: 05/08/2026
Partes – Prefeitura Municipal de Rodeiro e Consórcio Intermunicipal de Saúde de Ubá e Região – SIMSAUDE, CNPJ 11.592.737/0001-67
Signatários: José Carlos Ferreira - Prefeito Municipal e Fernando Antônio Dutra Macedo – Presidente do SIMSAUDE

Publicado por:
Luciano Teixeira Ervilha
Código Identificador:73571F03

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ROSÁRIO DA LIMEIRA

GABINETE
DECRETO ESPECIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA

Exercício: 2026 Página(s): 1/1

Decreto Especial

Decreto N° 78 - de 09 de Julho de 2026

Abre Crédito Especial no Valor de R$ 1.042.602,00 conforme dotações do Município de ROSÁRIO DA LIMEIRA conforme Lei nº 671, de 08 de julho de 2026.

Arte. 1 - Fica aberto Crédito Especial no valor de R$ 1.042.602,00 (um milhão, quarenta e dois mil e seiscentos e dois reais) conforme seguintes doações do Município de ROSÁRIO DA LIMEIRA. Órgão 02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA Unidade 10 - Secretaria de Esporte, Cultura, Lazer e Turismo Subunidade 01 - Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer 15 - URBANISMO 15.452 - SERVIÇOS URBANOS 15.452.001 - FORTALECIMENTO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL 15.452.001.1.0036 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS 4.4.90.51.00-1.700.000 - OBRAS E INSTALAÇÕES - - - - - R$ 1.042.602,00 Total da Subunidade 01 - - R$ 1.042.602,00 Total da Unidade 10 - - - R$ 1.042.602,00 Total da Instituição 02 - - - R$ 1.042.602,00 Total Geral Acrescido - -- - R$ 1.042.602,00 Arte. 2 - Para atender ao que prescreve o artigo anterior, será utilizado como fonte de recurso: EXCESSO DE ARRECADAÇÃO na forma do parágrafo 1°, inciso I a IV do artigo 43 da Lei Federal 4.320. Total Geral Anulado - - - - R$ 0,00 Arte. 3 - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de ROSÁRIO DA LIMEIRA, 09 de julho de 2026

CRISTOVAM GONZAGA DA LUZ
Prefeito Municipal
CPF: ***.007.656-**

Com tecnologia TCPDF (www.tcpdf.org) SiplanWeb - Planejar Consultores Associados

Publicado por:
Samara Viana de Souza
Código Identificador:B5836219

GABINETE
DECRETO SUPLEMENTAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA

Exercício: 2026 Página(s): 1/1

Decreto Suplementar

Decreto N° 75 - de 02 de Julho de 2026

Abre Crédito Suplementar no Valor de R$ 41.638,62 como doações do Município de ROSÁRIO DA LIMEIRA

O Prefeito de ROSÁRIO DA LIMEIRA, no uso de suas atribuições, e devidamente autorizado pelo disposto na Lei n° 660, 01 de dezembro de 2025 Decreta: Arte. 1 - Fica aberto Crédito Suplementar no valor de R$ 41.638,62 (quarenta e um mil, seiscentos e trinta e oito reais e sessenta e dois centavos) como seguintes dotações do Município de ROSÁRIO DA LIMEIRA. Órgão 02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA Unidade 05 - Secretaria de Saúde Subunidade 01 - Secretaria de Saúde 2.05.01.10.301.0005.2.0025-1.600.000 - 3.3.90.30.00 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES NA ATENÇÃO BÁSICA/PRIMARIA - - - - - R$ 26.093,02 Total da Subunidade 01 - - - - R$ 26.093,02 Subunidade 02 - Fundo Municipal de Saúde 2.05.02.10.122.0005.2.0028-1.600.000 - 3.3.90.30.00 MANUTENÇÃO DA SAUDE BUCAL - - - - - R$ 15.545,60 Total da Subunidade 02 - - - - R$ 15.545,60 Total da Unidade 05 - - - - - - - - - - R$ 41.638,62 Total da Instituição 02 - - -- R$ 41.638,62 Total Geral Acrescido - - - - -- - R$ 41.638,62 Arte. 2 - Para atender ao que prescreve o artigo anterior, será utilizado como fonte de recurso: EXCESSO DE ARRECADAÇÃO na forma do parágrafo 1°, inciso I a IV do artigo 43 da Lei Federal 4.320. Total Geral Anulado - - - - - R$ 0,00 Arte. 3 - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de ROSÁRIO DA LIMEIRA, 02 de julho de 2026

CRISTOVAM GONZAGA DA LUZ
Prefeito Municipal
CPF: ***.007.656-**

Com tecnologia TCPDF (www.tcpdf.org)

Publicado por:
Samara Viana de Souza
Código Identificador:80597CEF

GABINETE
DECRETO SUPLEMENTAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA

Exercício: 2026 Página(s): 1/1

Decreto Suplementar

Decreto N° 76 - de 02 de Julho de 2026

Abre Crédito Suplementar no Valor de R$ 77.154,36 como doações do Município de ROSÁRIO DA LIMEIRA

O Prefeito de ROSÁRIO DA LIMEIRA, no uso de suas atribuições, e devidamente autorizado pelo disposto na Lei n° 660, 01 de dezembro de 2025 Decreta: Arte. 1 - Fica aberto Crédito Suplementar no valor de R$ 77.154,36 (setenta e sete mil, cento e cinquenta e quatro reais e

trinta e seis centavos) como seguintes dotações do Município de ROSÁRIO DA LIMEIRA. Órgão 02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA Unidade 05 - Secretaria de Saúde Subunidade 01 - Secretaria de Saúde 2.05.01.10.301.0005.2.0025-1.500.000 - 3.3.90.30.00 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES NA ATENÇÃO BÁSICA/PRIMARIA - - - - - R$ 50.000,00 Total da Subunidade 01 - - - - - - - - - R$ 50.000,00 Subunidade 02 - Fundo Municipal de Saúde 2.05.02.10.303.0005.2.0032-1.500.000 - 3.3.90.30.00 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA FARMÁCIA DE TODOS - - - - - R$ 11.022,93 Total da Subunidade 02 - - - - - - - - - R$ 11.022,93 Total da Unidade - - - - - - - - - R$ 61.022,93 Unidade 06 - Seg. de Obras Saneamento e Defesa Civil Subunidade 01 - Sec. de Obras Saneamento e Defesa Civil 2.06.01.26.782.0006.2.0043-1.720.000 - 3.3.90.30.00 MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS RURAIS DO MUNICÍPIO - - - - - R$ 14.787,91 Total da Subunidade 01 - - - - - - - - - R$ 14.787,91 Total da Unidade 06 - - - - - - - - - R$ 14.787,91 Unidade 08 - Sec Assistência e Desenvolvimento Social Subunidade 01 - Sec Assistência e Desenvolvimento Social 2.08.01.08.122.0008.2.0052-1.720.000 - 3.3.90.30.00 MANUT DAS ATIVIDADES SECRETO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - - - - - R$ 1.343,52 Total da Subunidade 01 - - - - - - - - - R$ 1.343,52 Total da Unidade 08 - - - - - - - - - R$ 1.343,52 Total da Instituição 02 - - - - - - - - - R$ 77.154,36 Total Geral Acrescido - - - - - - - - - R$ 77.154,36 Arte. 2 - Para atender ao que prescreve o artigo anterior, será utilizada como fonte de recurso: ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES do Orçamento do Município na forma do parágrafo 1°, inciso I a IV do artigo 43 da Lei Federal 4.320. Órgão 02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA Unidade 05 - Secretaria de Saúde Subunidade 01 - Secretaria de Saúde 2.05.01.10.301.0005.2.0025-1.500.000 - 3.3.90.08.00 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES NA ATENÇÃO BÁSICA/PRIMARIA - - - - - R$ 50.000,00 2.05.01.10.301.0005.2.0025-1.500.000 - 3.3.90.48.00 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES NA ATENÇÃO BÁSICA/PRIMARIA - - - - - R$ 11.022,93 Total da Subunidade 01 - - - - - - - - - R$ 61.022,93 Total da Unidade - - - - - - - - - R$ 61.022,93 Unidade 06 - Seg. de Obras Saneamento e Defesa Civil Subunidade 01 - Sec. de Obras Saneamento e Defesa Civil 2.06.01.26.782.0006.2.0043-1.720.000 - 3.3.90.39.00 MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS RURAIS DO MUNICÍPIO - - - - - R$ 16.131,43 Total da Subunidade 01 - - - - - - - - - R$ 16.131,43 Total da Unidade 06 - - - - - - - - - R$ 16.131,43 Total da Instituição 02 - - - - - - - - - R$ 77.154,36 Total Geral Anulado - - - - - - - - - R$ 77.154,36 Arte. 3 - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de ROSÁRIO DA LIMEIRA, 02 de julho de 2026

CRISTOVAM GONZAGA DA LUZ
Prefeito Municipal
CPF: ***.007.656-**

Com tecnologia TCPDF (www.tcpdf.org) SiplanWeb - Planejar Consultores Associados

Publicado por:
Samara Viana de Souza
Código Identificador:6397FCF9

GABINETE
DECRETO SUPLEMENTAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA

Exercício: 2026 Página(s): 1/2

Decreto Suplementar

Decreto N° 79 - de 09 de Julho de 2026

Abre Crédito Suplementar no Valor de R$ 372.992,36 como doações do Município de ROSÁRIO DA LIMEIRA

O Prefeito de ROSÁRIO DA LIMEIRA, no uso de suas atribuições, e devidamente autorizado pelo disposto na Lei n° 660, 01 de dezembro de 2025 Decreta: Arte. 1 - Fica aberto Crédito Suplementar no valor de R$ 372.992,36 (trezentos e setenta e dois mil, novecentos e noventa e dois reais e trinta e seis centavos) as seguintes doações do Município de ROSÁRIO DA LIMEIRA. Órgão 02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA Unidade 02 - Secretaria de Administração Subunidade 01 - Secretaria de Administração 2.02.01.04.122.0002.2.0006-1.500.000 - 3.3.90.93.00 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - - - - - R$ 500,00 Total da Subunidade 01 - - - - - - R$ 500,00 Total da Unidade 02 - - - - - - - R$ 500,00 Unidade 03 - Secretaria da Fazenda Subunidade 01 - Secretaria da Fazenda 2.03.01.04.129.0002.2.0015-1.500.000 - 3.1.90.04.00 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE FAZENDA - - - - - R$ 9.728,79 Total da Subunidade 01 - - - - R$ 9.728,79 Total da Unidade 03 - - - - - R$ 9.728,79 Unidade 04 - Secretaria de Educação Subunidade 01 - Secretaria de Educação 2.04.01.12.122.0004.2.0017-1.500.000 - 3.1.90.04.00 MANUT. DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - - - - - R$ 48.002,12 2.04.01.12.361.0004.2.0020-1.540.000 - 3.1.90.16.00 REMUNERAÇÃO PROF. ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 70% - - - - - R$ 10.633,24 Total da Subunidade 01 - - - - - R$ 58.635,36 Total da Unidade 04 - - - - - - R$ 58.635,36 Unidade 05 - Secretaria de Saúde Subunidade 01 - Secretaria de Saúde 2.05.01.10.122.0005.2.0024-1.500.000 - 3.1.90.04.00 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADIMINSTRATIVAS DA SAÚDE - - - - - R$ 42.000,00 2.05.01.10.301.0005.2.0025-1.500.000 - 3.1.90.11.00 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES NA ATENÇÃO BÁSICA/PRIMARIA - - - - - R$ 195.508,88 2.05.01.10.122.0005.2.0024-1.500.000 - 3.1.90.16.00 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADIMINSTRATIVAS DA SAÚDE - - - - - R$ 13.268,57 Total da Subunidade 01 - - R$ 250.777,45 Subunidade 02 - Fundo Municipal de Saúde 2.05.02.10.301.0005.2.0030-1.604.000 - 3.1.90.11.00 PROGRAMA AGENTE COMUNITÁRIO DA SAÚDE -ACS - - - - - R$ 8.000,00 2.05.02.10.122.0005.2.0028-1.600.000 - 3.3.90.30.00 MANUTENÇÃO DA SAUDE BUCAL - - - - - R$ 5.040,00 2.05.02.10.303.0005.2.0032-1.500.000 - 3.3.90.30.00 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA FARMÁCIA DE TODOS - - - - - R$ 9.769,84 Total da Subunidade 02 - - - - - - R$ 22.809,84 Total da Unidade 05 - - - - - R$ 273.587,29 Unidade 06 - Seg. de Obras Saneamento e Defesa Civil Subunidade 01 - Sec. de Obras Saneamento e Defesa Civil 2.06.01.15.452.0006.2.0036-1.500.000 - 3.1.90.04.00 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES/SERVIÇOS URBANOS - - - - - R$ 11.500,00 2.06.01.15.122.0006.2.0035-1.500.000 - 3.1.90.16.00 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS - - - - - R$ 3.149,55 Total da Subunidade 01 - - - - - R$ 14.649,55 Total da Unidade 06 - - - - R$ 14.649,55 Unidade 07 - Sec de Agric. Meio Ambiente Subunidade 01 - Sec de Agric. Meio Ambiente e Turismo 2.07.01.18.541.0007.2.0044-1.500.000 - 3.1.90.16.00 MANUT DA COLETA/DESTINAÇÃO DO LIXO URBANO/RURAL - - - - - R$ 4.771,37 Total da Subunidade 01 - - - - - R$ 4.771,37 Total da Unidade 07 - - - - - - R$ 4.771,37 Unidade 08 - Sec Assistência e Desenvolvimento Social Subunidade 01 - Sec Assistência e Desenvolvimento Social 2.08.01.08.122.0008.2.0052-1.500.000 - 3.1.90.04.00 MANUT DAS ATIVIDADES SECRETO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - - - - - R$ 8.500,00 Total da Subunidade 01 - - - - - - - R$ 8.500,00 Subunidade 02 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2.08.02.08.244.0008.2.0061-1.660.000 - 3.3.90.39.00 BLOCO DE GESTÃO DO SUAS - IGD SUAS - - - - - R$ 2.620,00 Total da Subunidade 02 - - - - R$ 2.620,00 Total da Unidade 08 - - - - - R$ 11.120,00 Total da Instituição 02 - - - - R$ 372.992,36 Total Geral Acrescido - - - - - R$ 372.992,36 Arte. 2 - Para atender ao que prescreve o artigo anterior, será utilizada como fonte de recurso: EXCESSO DE ARRECADAÇÃO e ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES do Orçamento do Município na forma do parágrafo 1°, inciso I a IV do artigo 43 da Lei Federal 4.320. Órgão 02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA Unidade 01 - Gabinete do Prefeito Subunidade 01 - Gabinete do Prefeito 2.01.01.04.122.0002.2.0005-1.500.000 - 3.3.90.39.00 DIVULGAÇÃO DE ATOS DO GOVERNO - - - - - R$ 500,00 SiplanWeb - Planejar Consultores Associados

Publicado por:
Samara Viana de Souza
Código Identificador:6AB6C968

GABINETE
DECRETO SUPLEMENTAR NOVO ELEMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA

Exercício: 2026 Página(s): 1/1

Decreto Suplementar Novo Elemento

Decreto N° 77 - de 02 de Julho de 2026

Não se aplica nenhum orçamento vigente à natureza das despesas que menciona e de outras providências.
O Prefeito de ROSÁRIO DA LIMEIRA, no uso de suas atribuições, e devidamente autorizado pelo disposto na Lei n° 660, 01 de dezembro de 2025 Decreta: Arte. 1 - Fica inserido no orçamento vigente, conforme discriminação abaixo, a(s) seguinte(s) Natureza(s) de despesa(s): abrindo-se para este fim Órgão 02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA Unidade 01 - Gabinete do Prefeito Subunidade 01 - Gabinete do Prefeito 2.01.01.04.122.0002.2.0004-1.720.000 - 3.3.90.30.00 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO GABINETE - - - - - R$ 701,07 Total da Subunidade 01 - - - - - - - - - R$ 701,07 Total da Unidade 01 - - - - - - - - - R$ 701,07 Unidade 02 - Secretaria de Administração Subunidade 01 - Secretaria de Administração 2.02.01.06.122.0002.2.0013-1.720.000 - 3.3.90.30.00 MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO COM A POLÍCIA MILITAR - - - - - R$ 1.276,82 Total da Subunidade 01 - - - - - - - - - R$ 1.276,82 Total da Unidade 02 - - - - - - - - - R$ 1.276,82 Unidade 05 - Secretaria de Saúde Subunidade 01 - Secretaria de Saúde 2.05.01.10.301.0005.2.0025-1.600.000 - 3.3.90.39.00 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES NA ATENÇÃO BÁSICA/PRIMARIA - - - - - R$ 14.586,00 Total da Subunidade 01 - - - - - - - - - R$ 14.586,00 Total da Unidade 05 - - - - - - - - - R$ 14.586,00 Unidade 07 - Sec de Agric. Meio Ambiente Subunidade 01 - Sec de Agric. Meio Ambiente e Turismo 2.07.01.20.122.0007.2.0046-1.720.000 - 3.3.90.30.00 MANUT DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA - - - - - R$ 1.763,31 Total da Subunidade 01 - - - - - - - - - R$ 1.763,31 Total da Unidade 07 - - - - - - - - - R$ 1.763,31 Total da Instituição 02 - - - - - - - - - R$ 18.327,20 Total Geral Acrescido - - - - - - - - - R$ 18.327,20 Arte. 2 - Para atender ao que prescreve o artigo anterior, será utilizada como fonte de recurso: EXCESSO DE ARRECADAÇÃO e ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES do Orçamento do Município na forma do parágrafo 1°, inciso I a IV do artigo 43 da Lei Federal 4.320. Órgão 02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DA LIMEIRA Unidade 06 - Seg. de Obras Saneamento e Defesa Civil Subunidade 01 - Sec. de Obras Saneamento e Defesa Civil 2.06.01.26.782.0006.2.0043-1.720.000 - 3.3.90.39.00 MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS RURAIS DO MUNICÍPIO - - - - - R$ 3.741,20 Total da Subunidade 01 - - - - - - - - - R$ 3.741,20 Total da Unidade 06 - - - - - - - - - R$ 3.741,20 Total da Instituição 02 - - - - - - - - - R$ 3.741,20 Total Geral Anulado - - - - - - - - - R$ 3.741,20 Arte. 3 - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de ROSÁRIO DA LIMEIRA, 02 de julho de 2026

CRISTOVAM GONZAGA DA LUZ
Prefeito Municipal
CPF: ***.007.656-**

Com tecnologia TCPDF (www.tcpdf.org) SiplanWeb - Planejar Consultores Associados

Publicado por:
Samara Viana de Souza
Código Identificador:79F58F56

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE RUBELITA

GABINETE
PORTARIA Nº: 112, DE 26 DE AGOSTO DE 2026

Nomeia coordenador e vice coordenador do Comite Intersetorial da Primeira Infancia e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Rubelita, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 13.257, de 8 de março de 2016 (Marco Legal da Primeira Infância);

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº: 041 de 29 de Julho de 2026, que instituiu o Comitê Intersetorial da Primeira Infância;

CONSIDERANDO a necessidade de organização e coordenação dos trabalhos do Comitê Intersetorial da Primeira Infância,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a **Sra. Marta Dias Ramalho**, ocupante do cargo de Monitor de Brinquedoteca como **COORDENADORA** do Comitê Intersetorial da Primeira Infância.

Art. 2º Nomear a **Sra. Maria Creuza de Jesus**, ocupante do cargo de Assistente Social, como **VICE COORDENADORA** do Comitê Intersetorial da Primeira Infância.
Art. 3º As funções de Coordenador e Vice Coordenador do Comitê Intersetorial da Primeira Infância possuem caráter institucional, consultivo e não remunerado, não implicando exercício de atribuições executivas, administrativas ou de ordenação de despesas.

Art. 4º O(A) Vice Coordenador(a) substituirá o(a) Coordenador(a) em seus impedimentos ou ausências legais.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Rubelita (MG), 26 de Agosto de 2026.

OSMARY DAVID MIRANDA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Gabriela Pereira da Silva
Código Identificador:04D6CBEA

GABINETE
PORTARIA Nº. 113 DE 26 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a exoneração de agente público que menciona e contém outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE RUBELITA, ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 76, incisos V e IX da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1° - Exonerar o Sr. **LUIZ FERNANDO FERREIRA DE SOUZA**, brasileiro, portador da carteira de identidade n° RG-176.026.406-75 PCMG e inscrito no CPF/MF sob n°176.026.406-75, do cargo de provimento em comissão de **Secretário Executivo do Município de Rubelita – MG**

Art. 2° - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 25 de Agosto de 2026.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Rubelita, 26 de Agosto de 2.026.

OSMARY DAVID MIRANDA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Gabriela Pereira da Silva
Código Identificador:3AEA6BBB

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTA BARBARA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
DECISÃO ADMINISTRATIVA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 119/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 48/2026
INTERESSADA: ARNALDO DONIZETTI DA SILVA EQUIPAMENTOS MÉDICOS ME
CNPJ Nº 32.344.304/0001-62

I – DOS FATOS

Trata-se de requerimento apresentado pela empresa **ARNALDO DONIZETTI DA SILVA EQUIPAMENTOS MÉDICOS ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 32.344.304/0001-62, por meio do qual solicita a desistência de sua participação no Pregão Eletrônico nº 48/2026, bem como o reconhecimento de sua recusa em formalizar a contratação sem a aplicação de penalidades administrativas.

Conforme relatado pela própria requerente, a empresa participou do Pregão Eletrônico nº 48/2026, promovido por este Município, tendo sido declarada vencedora do certame. Informa, contudo, que não houve a assinatura do instrumento contratual ou o aceite do termo de convocação.

Como justificativa para a recusa, a empresa alega a ocorrência de suposto erro material decorrente de homonímia entre o Município de **S**anta Bárbara/MG e o Município de Santa Bárbara d'Oeste/SP. Sustenta que sua intenção seria participar de procedimento licitatório promovido pelo Município paulista, localizado nas proximidades de sua sede, situada em Salto/SP, e que, por equívoco no processo de triagem e cadastramento de editais na plataforma eletrônica, acabou participando do certame promovido pelo Município de Santa Bárbara/MG.

A requerente afirma, ainda, que o alegado equívoco inviabilizaria a execução do objeto contratado, em razão das dificuldades logísticas, operacionais e financeiras decorrentes da distância entre sua sede e o Município de Santa Bárbara/MG, mantendo-se os custos operacionais apresentados em sua proposta.

A empresa sustenta que sua manifestação ocorre de forma tempestiva e antes da celebração do contrato, invocando os princípios da boa-fé, lealdade e transparência administrativa. Requer, ao final, o deferimento de sua desistência, o cancelamento da adjudicação/homologação em seu nome, o prosseguimento do certame mediante convocação do licitante remanescente e, especialmente, a não aplicação de penalidades administrativas, sob o fundamento de que teria agido de boa-fé e que a recusa decorreria de erro material relacionado à alegada homonímia municipal.

É o relatório. Decido.

II – DA ANÁLISE DO PEDIDO

A pretensão apresentada pela empresa não comporta acolhimento nos termos em que foi formulada.

Inicialmente, cumpre destacar que a própria requerente reconhece ter participado do Pregão Eletrônico nº 48/2026 e ter sido declarada vencedora do certame, bem como admite que, posteriormente, não formalizou a contratação. Assim, a controvérsia não está relacionada à existência da participação da empresa no procedimento licitatório, mas à justificativa apresentada para sua recusa em formalizar a contratação.

A participação em procedimento licitatório, especialmente mediante apresentação de proposta e posterior classificação como vencedora, produz efeitos no âmbito administrativo e impõe ao licitante o dever de observar as condições estabelecidas no edital e os compromissos decorrentes de sua própria manifestação de vontade.

A alegação de que a participação teria ocorrido em razão de erro de cadastramento decorrente da semelhança entre os Municípios de Santa Bárbara/MG e Santa Bárbara d'Oeste/SP, embora constitua circunstância que deverá ser devidamente examinada pela Administração, não pode ser acolhida, de plano, como causa suficiente para afastar as consequências decorrentes da recusa em formalizar a contratação.

Com efeito, a conferência do Município responsável pelo procedimento, do objeto licitado, das condições de execução e da compatibilidade da contratação com sua capacidade operacional constitui providência que deve ser realizada pelo próprio licitante antes da apresentação de sua proposta. A alegação posterior de equívoco no cadastramento, portanto, não permite, por si só, desconstituir os efeitos dos atos praticados no curso do procedimento licitatório.

Do mesmo modo, a circunstância de a empresa possuir sede no Estado de São Paulo e alegar dificuldades logísticas e financeiras para a execução do objeto no Município de Santa Bárbara/MG não se mostra, isoladamente, suficiente para justificar a recusa, uma vez que a avaliação prévia da viabilidade econômica, operacional e logística da contratação integra o âmbito de responsabilidade do próprio licitante.

A Lei Federal nº 14.133/2021 estabelece, em seu art. 90, que o licitante vencedor será convocado para assinar o termo de contrato ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e nas condições estabelecidas no edital, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na legislação.

O § 5º do referido artigo dispõe, ainda, que a recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeita às penalidades legalmente previstas.

Dessa forma, não se mostra possível, neste momento, reconhecer que a justificativa apresentada pela empresa seja suficiente para afastar, de forma automática, eventual responsabilidade administrativa, tampouco deferir o pedido de não aplicação de penalidades.

A alegação de erro material decorrente da suposta homonímia entre os Municípios deverá, ser submetida à análise em procedimento administrativo próprio, no qual deverão ser examinados os elementos apresentados pela empresa, as circunstâncias do cadastramento e da participação no certame, a convocação para formalização da contratação e os demais elementos pertinentes à apuração dos fatos.

Nesse contexto, a instauração de Processo Administrativo mostra-se necessária como instrumento destinado à adequada apuração da conduta atribuída à empresa, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa.

Quanto ao pedido de convocação do licitante remanescente, a eventual continuidade do procedimento deverá observar as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente o art. 90, bem como as condições estabelecidas no instrumento convocatório e a ordem de classificação do certame.

Assim, diante dos elementos atualmente disponíveis, o pedido de afastamento prévio de qualquer consequência administrativa não pode ser acolhido, devendo a questão ser submetida à competente apuração, sem prejuízo da adoção das medidas necessárias ao regular prosseguimento do procedimento licitatório.

III – DA DECISÃO

Diante do exposto, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021 e nos princípios que regem a Administração Pública, **INDEFIRO** o pedido apresentado pela empresa **ARNALDO DONIZETTI DA SILVA EQUIPAMENTOS MÉDICOS ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 32.344.304/0001-62, especialmente quanto à pretensão de que sua recusa em formalizar a contratação seja reconhecida, desde logo, como justificada e isenta de quaisquer consequências administrativas, devendo os fatos serem devidamente apurados em procedimento administrativo próprio.

DETERMINO, a instauração de Processo Administrativo, destinado à apuração dos fatos relacionados à recusa da empresa em formalizar a contratação, devendo ser assegurados à interessada o contraditório, a ampla defesa e o devido processo legal.

DETERMINO, ainda, que sejam adotadas as providências administrativas necessárias ao regular prosseguimento do procedimento licitatório quanto à convocação do licitante

remanescente, observada a ordem de classificação, as condições estabelecidas no edital e as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

Dê-se ciência da presente decisão à empresa interessada.

Santa Bárbara/MG, 25 de agosto de 2026.

SIMONE DO ROSÁRIO GERMANO
Secretária Municipal de Administração Pública

Publicado por:
Daianne Cristine Aparecida Dos Santos
Código Identificador:A030CB89

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 240/2026

Processo nº: 028/2026
Pregão Eletrônico nº: 013/2026
Ata de Registro de Preços nº: 240/2026

Promitente Fornecedora:DISTRIMIX DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ/MF nº 01.417.694/0001-20

Objeto: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de medicamentos padronizados e não padronizados, bem como para eventuais demandas judiciais, em atendimento a política pública de assistência farmacêutica do município, conforme edital e mapa de apuração que integram este instrumento, independentemente de transcrição.

Valor:O valor estimado desta ata é de R$ 2.531,50 (dois mil quinhentos e trinta e um reais e cinquenta centavos), sendo que o compromisso de entrega somente estará caracterizado mediante recebimento da Nota de Autorização de Fornecimento - NAF

Vigência: 26/08/2026 a 26/08/2027.

Data assinatura: 26 de agosto de 2026

Santa Bárbara, 26 de agosto de 2026

WANESSA DE LANA ALVES REZENDE
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Fabricio José Mota de Oliveira
Código Identificador:C320FE25

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 108/2025

Processo nº: 0111/2025
Pregão Nº 041/2025
Contrato nº: 108/2025

1º Aditivo ao Contrato nº 108/2025

Contratada: LARA ARAÚJO MACHADO 07567137658, CNPJ nº 29.402.931/0001-06

Objeto: Constitui objeto do presente Termo Aditivo, a prorrogação da vigência do Contrato, por mais 12 (doze) meses, contados a partir do termino da vigência atual, com vencimento em 26/08/2027.

Prazo: O prazo de vigência do Contrato será de 27 de agosto de 2026 até 26 de agosto de 2027.

Vigência: 27/08/2026 a 26/08/2027.

Santa Bárbara, 26 de agosto de 2026

LUCINÉIA IMACULADA VALADARES DAMÁSIO
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Fabricio José Mota de Oliveira
Código Identificador:DC7F307C

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 100/2022

Processo nº: 0143/2022
Pregão Nº 074/2022
Contrato nº: 100/2022

4º Aditivo ao Contrato nº 100/2022

Contratada: ALEXSANDER FERREIRA GONÇALVES TRANSPORTES, CNPJ nº 36.308.550/0001-10

Objeto: Constitui objeto do presente Termo Aditivo, a prorrogação da vigência do Contrato, por mais 12 (doze) meses, contados a partir do termino da vigência atual, com vencimento em 26/08/2027.

Prazo: O prazo de vigência do Contrato será de 27 de agosto de 2026 até 26 de agosto de 2027.

Vigência: 27/08/2026 a 26/08/2027.

Santa Bárbara, 26 de agosto de 2026

LUCINÉIA IMACULADA VALADARES DAMÁSIO
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Fabricio José Mota de Oliveira
Código Identificador:BB693ED1

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 32/26

PREFEITURA DE SANTA BÁRBARA/MG - PROCESSO N.º 159/26 –INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 32/26. Objeto: contratação de empresa especializada para fornecimento, implantação, parametrização, customização, licenciamento de uso em modelo de Software as a Service (SaaS), suporte técnico, manutenção, treinamento, atualização tecnológica e disponibilização da Plataforma Digital Emprega 360°. Contratada: EMPREGA 360 LTDA. Fundamento Legal: art. 74, inciso I, da Lei 14.133/21. Valor estimado da contratação: R$ 255.024,00 (duzentos e cinquenta e cinco mil e vinte e quatro reais). Ratificado em 26/08/2026 por Simone do Rosário Germano.

Santa Bárbara, 26/08/2026

SIMONE DO ROSÁRIO GERMANO
Secretária Municipal de Administração Pública

Publicado por:
Robson Arcanjo Martins
Código Identificador:FBD02815

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 070/2026

Processo: 154/2026.
Pregão Eletrônico: 070/2026.
Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte técnico e universitário, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Santa Bárbara – MG, conforme características, condições, obrigações e requisitos técnicos do edital e de seus anexos.

Fornecedor: SALLES TRANSPORTES DE PASSAGEIROS LTDA - CPF/CNPJ: 08.234.366/0001-37				
Descrição Item	**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
Lote 1 - cód. Int. 23061 - ROTA JOAO MONLEVADE - ONIBUS 1 Prestação de serviços de transporte técnico e universitário - rota João Monlevade/MG	60.000	quilometro	7,00	420.000,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais)				

TOTAL DO PROCESSO: R$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais).

Santa Bárbara, 26 de agosto de 2026.

ROBSON ARCANJO MARTINS,
Pregoeiro Oficial.

Publicado por:
Marina Moreira Gonçalves de Oliveira
Código Identificador:91620002

CONTABILIDADE
DECRETO 6676/2026

UF: MINAS GERAIS

MUNICÍPIO: SANTA BARBARA FOLHA: 1

DECRETO No:06676 /2026

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

O PREFEITO MUNICIPAL de SANTA BARBARA, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei No 4320/64 e, Lei Municipal Nº 2192 / 2025
CONSIDERANDO:
O Prefeito Municipal de Santa Barbara.MG, de acordo com a autorização contida no Art. 4 da Lei Orçamentária Anual 2192.2025. Decreta: SUPLEMENTAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS POR SUPERÁVIT FINANCEIRO.
DECRETA:
Artigo 1º - Ficam abertos creditos Adicionais SUPLEMENTARES para suprir as seguintes dotações do orçamento vigente:
02 PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BARBARA-MG
02.06 SECRETARIA DE ADMINISTRACAO PUBLICA
02.06.00 SECRETARIA DE ADMINISTRACAO PUBLICA
04 Administracao
04.122 Administracao Geral
04.122.0053 ACOES PARA VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLI
04.122.0053.2231 VALORIZAÇÃO E BEM ESTAR SERVIDOR PÚBLICO
3.3.90.32.00 358 Material, Bem ou Serviço p/Dist.Gratuita 703.006,93
2.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 703.006,93
02.10 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
02.10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE FMS
10 Saude
10.301 Atencao Basica
10.301.0058 GESTAO DA ATENCAO BASICA
10.301.0058.2177 MANUT ATEND E ASSIST AO PACIENTE NA ATEN
3.3.90.32.00 745 Material, Bem ou Serviço p/Dist.Gratuita 85.000,00
2.600.000.0000 Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS 85.000,00
02.08 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E URBANISM
02.08.00 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E URBANISM
25 Energia
25.752 Energia Eletrica
25.752.0041 GESTÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA
25.752.0041.2110 MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA
3.3.90.30.00 1083 Material de Consumo 20.000,00
2.751.000.0000 Recur. da Contrib. Cust. Serv. Ilumin. 20.000,00
TOTAL: R$ 808.006,93
Artigo 2º - Para Atender ao disposto no(s) artigo(s) acima, utilizar-se-a como recurso o abaixo descrito, nos termos do artigo 43, parágrafo 1º da Lei 4320/64.
Por Superavit Financeiro:
R$ 808.006,93

Art. 3º - A justificativa para a abertura dos créditos suplementares de que trata o art. 1º, encontra-se disposta no Anexo I.

Art. 4º - A demonstração dos saldos de créditos passíveis de abertura no presente exercício e o percentual e utilização do limite anual total autorizado, nos termos do art. 2º da Lei nº 2.095, de 1 de agosto de 2023, encontram-se dispostos no Anexo II.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

SANTA BARBARA, 26 DE AGOSTO DE 2026

ALCEMIR JOSE MOREIRA
Prefeito Municipal

Anexo I
EXPOSIÇÃO DE JUSTIFICATIVAS
I.1 - Exposição dos motivos que justificam a abertura dos créditos suplementares, conforme inciso I do art. 2º da Lei nº 2095, de 01 de agosto de 2023:
I.1.1 – Conforme autorização contida no §1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, as suplementações, visam atender os seguintes objetivos:
Secretaria Municipal de Saúde

A suplementação visa atender a aquisição de dietas enterais e suplementos nutricionais.

Secretaria Municipal de Administração

A suplementação visa atender a aquisição de material para valorização do servidor.

Secretaria Municipal de Infraestrutura e urbanismo

A suplementação visa atender a aquisição de material de consumo para manutenção da iluminação pública.

ANEXO II
SALDO ATUAL DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES
III.1 - Demonstração dos saldos de créditos suplementares passíveis de abertura no presente exercício e o percentual de utilização do limite anual total autorizado no art. 4 da Lei nº 2192, de 29 de dezembro de 2025.

DEMONSTRATIVO DOS SALDOS DE CRÉDITO SUPLEMENTARES POR SUPERÁVIT,AUTORIZADOS 2026	
Limite total anual autorizado (8%)	R$ 20.951.882,62
Valor de créditos suplementares por SUPERÁVIT FINANCEIRO abertos anteriormente	R$ 19.744.405,15
Valor dos Decretos publicados nesta data	R$ 808.006,93
Valor dos créditos suplementares por superávit financeiro abertos no exercício	R$ 20.552.412,08
Saldo de créditos suplementares por SUPERÁVIT FINANCEIRO	R$ 399.470,54
Percentual utilizado	7,85%
Atualizado em 26/08//2026	

Decreto publicado no Diário oficial dos Municípios AMM.

Publicado por:
Amanda Luíza Araújo Casita
Código Identificador:D38A2678

CONTABILIDADE
DECRETO 6677/2026

UF: MINAS GERAIS

MUNICÍPIO: SANTA BARBARA FOLHA: 1

DECRETO No:06677 /2026

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL ABRE CREDITO ADICIONAL

SUPLEMENTAR

O PREFEITO MUNICIPAL de SANTA BARBARA, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei No

4320/64 e, Lei Municipal Nº 2192 / 2025
CONSIDERANDO:
O Prefeito Municipal de Santa Barbara.MG, de acordo com a autorização contida no Art. 4 da Lei
Orçamentária Anual 2192.2025. Decreta: SUPLEMENTAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO.
DECRETA:
Artigo 1º - Ficam abertos creditos Adicionais SUPLEMENTARES para suprir as seguintes dotações do
orçamento vigente:
02 PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BARBARA-MG
02.05 SECRETARIA DE DES MOBE PROTECAO SOCIAL
02.05.03 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
08 Assistencia Social
08.244 Assistencia Comunitaria
08.244.0024 CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS
08.244.0024.2099 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CADASTRO ÚN
3.1.90.11.00 231 Vencimentos e Vant. Fixas- Pessoal Civil 4.954,75
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 4.954,75
3.1.90.13.00 232 Obrigações Patronais 743,01
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 743,01
08.244.0025 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL
08.244.0025.2101 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CREAS
3.1.90.16.00 239 Outras Despesas Variáveis -Pessoal Civil 1.451,54
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 1.451,54
02.06 SECRETARIA DE ADMINISTRACAO PUBLICA
02.06.00 SECRETARIA DE ADMINISTRACAO PUBLICA
04 Administracao
04.122 Administracao Geral
04.122.0015 GESTAO ADMINISTRATIVA
04.122.0015.2202 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES NÚCLEOS SETORI
3.1.90.94.00 314 Indenizações e Restituições Trabalhistas 4.567,33
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 4.567,33
02.07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO
02.07.01 ADMINISTRACAO DO ENSINO FUNDAMENTAL
12 Educacao
12.122 Administracao Geral
12.122.0004 GESTAO GERAL DA EDUCACAO
12.122.0004.2002 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA
3.1.90.11.00 377 Vencimentos e Vant. Fixas- Pessoal Civil 88.587,79
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 88.587,79
3.1.90.13.00 378 Obrigações Patronais 16.233,62
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 16.233,62
3.1.90.16.00 379 Outras Despesas Variáveis -Pessoal Civil 463,10
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 463,10
12.361 Ensino Fundamental
12.361.0008 GESTAO DA EDUCACAO BASICA
12.361.0008.2028 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUND
3.1.90.04.00 410 Contratação por Tempo Determinado 82.346,04
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 82.346,04

3.1.90.94.00 414 Indenizações e Restituições Trabalhistas 18.911,93
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 18.911,93
02.07.02 FUNDO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO BASICO
12 Educacao
12.361 Ensino Fundamental
12.361.0008 GESTAO DA EDUCACAO BASICA
12.361.0008.2255 MANUT ATIVIDADE ENS FUNDAMENTAL DOCENTE
3.1.90.94.00 458 Indenizações e Restituições Trabalhistas 2.826,88
1.540.000.0000 Transferências do FUNDEB - Impostos / 2.826,88
12.365 Educacao Infantil
12.365.0005 GESTAO DAS CRECHES MUNICIPAIS
12.365.0005.2011 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS CRECHES MU
3.1.90.94.00 466 Indenizações e Restituições Trabalhistas 4.604,07
1.540.000.0000 Transferências do FUNDEB - Impostos / 4.604,07
02.07.03 ADMINISTRACAO DA ASSISTENCIA AO EDUCAND
12 Educacao
12.392 Difusao Cultural
12.392.0009 PROMOCAO E DIFUSAO DO ENSINO MUSICAL
12.392.0009.2020 MANUT DAS ATIVIDADES DA ESCOLA DE MÚSICA
3.1.90.13.00 499 Obrigações Patronais 11.877,19
1.501.000.0000 Outros Recursos não Vinculados 11.877,19
02.08 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E URBANISM
02.08.00 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E URBANISM
15 Urbanismo
15.451 Infra-estrutura Urbana
15.451.0096 ENGENHARIA E ARQUITETURA
15.451.0096.2326 ENGENHARIA E ARQUITETURA
3.1.90.94.00 558 Indenizações e Restituições Trabalhistas 11.649,31
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 11.649,31
02.09 SECRETARIA MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
02.09.00 SECRETARIA MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
04 Administracao
04.122 Administracao Geral
04.122.0015 GESTAO ADMINISTRATIVA
04.122.0015.2052 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENT
3.1.90.94.00 608 Indenizações e Restituições Trabalhistas 4.750,23
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 4.750,23
02.10 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
02.10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE FMS
10 Saude
10.122 Administracao Geral
10.122.0057 GESTAO GERAL DA SAUDE
10.122.0057.2169 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA
3.1.90.04.00 686 Contratação por Tempo Determinado 9.346,20
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 9.346,20
10.122.0060 GESTAO DA FARMACIA BASICA
10.122.0060.2189 MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA
3.1.90.04.00 713 Contratação por Tempo Determinado 1.621,00

1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 1.621,00
10.301 Atencao Basica
10.301.0058 GESTAO DA ATENCAO BASICA
10.301.0058.2174 MANUTENÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE
3.1.90.04.00 732 Contratação por Tempo Determinado 195.069,92
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 41.435,21
1.604.000.0000 Transf.Gov. Fed. Ag. Comunitários de 153.634,71
3.1.90.11.00 733 Vencimentos e Vant. Fixas- Pessoal Civil 356.672,25
1.600.000.0000 Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS 356.672,25
3.1.90.94.00 736 Indenizações e Restituições Trabalhistas 10.551,48
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 10.551,48
10.302 Assist. Hospitalar e Ambulatorial
10.302.0059 MANUTENCAO DA MEDIA COMPLEXIDADE
10.302.0059.2180 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SAUSB
3.1.90.16.00 753 Outras Despesas Variáveis -Pessoal Civil 15.482,58
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 15.482,58
10.302.0059.2186 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE MÉDIA COMPL
3.1.90.13.00 767 Obrigações Patronais 5.818,09
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 5.818,09
10.302.0067 REDE DE ASSISTENCIA A SAUDE MENTAL
10.302.0067.2178 MANUTENÇÃO DO ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL
3.1.90.94.00 795 Indenizações e Restituições Trabalhistas 952,32
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 952,32
02.11 SEC DE CULTURA DESENVOLVIMENTO DO TURIS
02.11.01 SECRETARIA GERAL
04 Administracao
04.122 Administracao Geral

04.122.0044 GESTAO DA CULTURA TURISMO E ESPORTE
04.122.0044.2117 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA
3.1.90.13.00 824 Obrigações Patronais 1.142,61
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 1.142,61
02.14 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
02.14.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
04 Administracao
04.122 Administracao Geral
04.122.0099 NUCLEO DE CONVENIOS E PREST DE CONTAS
04.122.0099.2329 MANUT DO NÚCLEO DE CONV E PREST DE CONTA
3.1.90.13.00 983 Obrigações Patronais 21,69
1.501.000.0000 Outros Recursos não Vinculados 21,69
02.04 SECRETARIA DE GOVERNO, ESPORTES E ORDEM
02.04.02 DIRETORIA DE ESPORTE
27 Desporto e Lazer
27.812 Desporto Comunitario
27.812.0054 GESTAO DO DESPORTO MUNICIPAL
27.812.0054.2160 MANUTENÇÃO DA DIRETORIA DE ESPORTES
3.1.90.04.00 1188 Contratação por Tempo Determinado 10.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 10.000,00
02.04.03 DIRETORIA DE ORDEM PUBLICA

06 Seguranca Publica
06.125 Normatizacao e Fiscalizacao
06.125.0055 OPERECIONALIZACAO DOS SERVICOS DE SEGURA
06.125.0055.2165 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA GUARDA CIVI
3.1.90.16.00 1210 Outras Despesas Variáveis -Pessoal Civil 50.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 50.000,00
TOTAL DOS CRÉDITOS: R$ 910.644,93

Artigo 2º - Para Atender ao disposto no(s) artigo(s) acima, utilizar-se-a como recurso o abaixo
descrito, nos termos do artigo 43, parágrafo 1º da Lei 4320/64:
02 PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BARBARA-MG
02.05 SECRETARIA DE DES MOBE PROTECAO SOCIAL
02.05.01 ADMINISTRACAO DA SECRETARIA
04 Administracao
04.122 Administracao Geral
04.122.0015 GESTAO ADMINISTRATIVA
04.122.0015.2058 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA
3.3.90.39.00 167 Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica 4.954,75
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 4.954,75
02.05.03 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
08 Assistencia Social
08.244 Assistencia Comunitaria
08.244.0022 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
08.244.0022.2086 MANUTENÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA E ASS
3.3.90.39.00 208 Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica 2.194,55
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 2.194,55
02.06 SECRETARIA DE ADMINISTRACAO PUBLICA
02.06.00 SECRETARIA DE ADMINISTRACAO PUBLICA
04 Administracao
04.122 Administracao Geral
04.122.0015 GESTAO ADMINISTRATIVA
04.122.0015.2219 MANUT ATIVI DA CONTABILI. TESOURARIA
3.1.90.11.00 320 Vencimentos e Vant. Fixas- Pessoal Civil 4.567,33
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 4.567,33
02.07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO
02.07.01 ADMINISTRACAO DO ENSINO FUNDAMENTAL
12 Educacao
12.361 Ensino Fundamental
12.361.0008 GESTAO DA EDUCACAO BASICA
12.361.0008.2024 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO TRANSPORTE
3.1.90.04.00 403 Contratação por Tempo Determinado 18.551,42
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 18.551,42
3.3.90.39.00 409 Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica 88.587,79
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 88.587,79
12.361.0008.2028 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUND
3.1.90.16.00 413 Outras Despesas Variáveis -Pessoal Civil 463,10

1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 463,10
12.361.0008.2266 PROGRAMA CONEXÃO EM REDE
3.1.90.11.00 421 Vencimentos e Vant. Fixas- Pessoal Civil 11.898,88
1.501.000.0000 Outros Recursos não Vinculados 11.898,88
12.365 Educacao Infantil
12.365.0101 ADMINISTRACAO E MANUTENCAO DA PRE ESCOLA
12.365.0101.2331 ADMINISTRAÇÃO E MANUTENÇÃO DA PRÉ ESCOLA
3.1.90.04.00 432 Contratação por Tempo Determinado 35.145,55
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 35.145,55
3.1.90.11.00 433 Vencimentos e Vant. Fixas- Pessoal Civil 63.794,62
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 63.794,62
02.07.02 FUNDO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO BASICO
12 Educacao
12.361 Ensino Fundamental
12.361.0008 GESTAO DA EDUCACAO BASICA
12.361.0008.2255 MANUT ATIVIDADE ENS FUNDAMENTAL DOCENTE
3.1.90.16.00 457 Outras Despesas Variáveis -Pessoal Civil 2.826,88
1.540.000.0000 Transferências do FUNDEB - Impostos / 2.826,88
12.365 Educacao Infantil
12.365.0005 GESTAO DAS CRECHES MUNICIPAIS
12.365.0005.2012 MANUT DAS ATIVID EDUCACAO INFANTIL CRECH
3.3.90.30.00 467 Material de Consumo 4.604,07
1.540.000.0000 Transferências do FUNDEB - Impostos / 4.604,07
02.08 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E URBANISM
02.08.00 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E URBANISM
15 Urbanismo
15.451 Infra-estrutura Urbana
15.451.0096 ENGENHARIA E ARQUITETURA
15.451.0096.2326 ENGENHARIA E ARQUITETURA
3.1.90.11.00 555 Vencimentos e Vant. Fixas- Pessoal Civil 11.649,31
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 11.649,31
02.09 SECRETARIA MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
02.09.00 SECRETARIA MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
18 Gestao Ambiental
18.452 Servicos Urbanos
18.452.0032 GESTÃO DA LIMPEZA URBANA
18.452.0032.2073 COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS
3.3.90.30.00 636 Material de Consumo 4.750,23
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 4.750,23
02.10 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
02.10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE FMS
10 Saude
10.301 Atencao Basica
10.301.0058 GESTAO DA ATENCAO BASICA
10.301.0058.2174 MANUTENÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE
3.1.90.04.00 732 Contratação por Tempo Determinado 356.672,25
1.600.000.0000 Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS 356.672,25
3.1.90.11.00 733 Vencimentos e Vant. Fixas- Pessoal Civil 116.338,92

1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 41.435,21
1.604.000.0000 Transf.Gov. Fed. Ag. Comunitários de 74.903,71
3.1.90.94.00 736 Indenizações e Restituições Trabalhistas 9.627,00
1.604.000.0000 Transf.Gov. Fed. Ag. Comunitários de 9.627,00
10.302 Assist. Hospitalar e Ambulatorial
10.302.0059 MANUTENCAO DA MEDIA COMPLEXIDADE
10.302.0059.2184 MANUTENÇÃO DO ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO
3.1.90.13.00 761 Obrigações Patronais 37.761,19

1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 37.761,19
10.305 Vigilancia Epidemiologica
10.305.0061 GESTAO DA VIGILANCIA EM SAUDE
10.305.0061.2193 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA VIGILÂNCIA EM SA
3.1.90.04.00 806 Contratação por Tempo Determinado 12.774,00
1.604.000.0000 Transf.Gov. Fed. Ag. Comunitários de 12.774,00
3.1.90.13.00 808 Obrigações Patronais 56.330,00
1.604.000.0000 Transf.Gov. Fed. Ag. Comunitários de 56.330,00
02.10.02 ADMINISTRACAO DA ASSISTENCIA AO PACIENT
10 Saude
10.242 Assistencia a Pessoa com Deficiencia
10.242.0069 ATENCAO AOS PORTADORES DE NECESSIDADES E
10.242.0069.2324 ATENDIMENTO DE ÓRTESES E PRÓTESES
3.3.90.30.00 816 Material de Consumo 6.010,48
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 6.010,48
02.11 SEC DE CULTURA DESENVOLVIMENTO DO TURIS
02.11.02 DIRETORIA DE CULTURA E TURISMO
13 Cultura
13.391 Patrim. Hist. Art. e Arqueologico
13.391.0045 MEMORIA E PATRIMONIO CULTURAL
13.391.0045.2122 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES PATRIMÔNIO CUL
3.3.90.30.00 848 Material de Consumo 1.142,61
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 1.142,61
02.04 SECRETARIA DE GOVERNO, ESPORTES E ORDEM
02.04.02 DIRETORIA DE ESPORTE
27 Desporto e Lazer
27.812 Desporto Comunitario
27.812.0054 GESTAO DO DESPORTO MUNICIPAL
27.812.0054.2160 MANUTENÇÃO DA DIRETORIA DE ESPORTES
3.3.90.36.00 1195 Outros Serviços Terceiros- Pessoa Física 10.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 10.000,00
02.04.03 DIRETORIA DE ORDEM PUBLICA
06 Seguranca Publica
06.125 Normatizacao e Fiscalizacao
06.125.0055 OPERECIONALIZACAO DOS SERVICOS DE SEGURA
06.125.0055.1079 AQUISIÇÃO MOVEISEQUIPAMENTOS GUARDA MUNI
4.4.90.52.00 1207 Equipamento e Material Permanente 50.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 50.000,00

TOTAL: R$ 910.644,93
Art. 3º - A justificativa para a abertura dos créditos suplementares de que trata o art. 1º, encontra-se disposta no Anexo I.

Art. 4º - A demonstração dos saldos de créditos passíveis de abertura no presente exercício e o percentual e utilização do limite anual total autorizado, nos termos do art. 2º da Lei nº 2.095, de 1 de agosto de 2023, encontram-se dispostos no Anexo II.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

SANTA BARBARA, 25 DE AGOSTO DE 2026

ALCEMIR JOSE MOREIRA
Prefeito Municipal

Parte das Justificativas
Anexo I
EXPOSIÇÃO DE JUSTIFICATIVAS
I.1 - Exposição dos motivos que justificam a abertura dos créditos suplementares, conforme inciso I do art. 2º da Lei nº 2095, de 01 de agosto de 2023:
I.1.1 – Conforme autorização contida no §1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, as suplementações, visam atender os seguintes objetivos:

As suplementações se fazem necessárias para atender folha de pagamento dos servidores.

ANEXO II
SALDO ATUAL DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES
III.1 - Demonstração dos saldos de créditos suplementares passíveis de abertura no presente exercício e o percentual de utilização do limite anual total autorizado no art. 4 da Lei nº 2192, de 29 de dezembro de 2025.

DEMONSTRATIVO DOS SALDOS DE CRÉDITO SUPLEMENTARES POR ANULAÇÃO,AUTORIZADOS 2026	
Limite total anual autorizado (8%)	R$ 20.951.882,62
Valor de créditos suplementares por anulação abertos anteriormente	R$ 14.195.555,45
Valor dos Decretos publicados nesta data	R$ 910.644,93
Valor dos créditos suplementares por anulação abertos no exercício	R$ 15.106.200,38
Saldo de créditos suplementares por anulação	R$ 5.845.682,24
Percentual utilizado	5,77%
Atualizado em 26/08/2026	

Decreto publicado no Diário oficial dos Municípios AMM.

Publicado por:
Amanda Luíza Araújo Casita
Código Identificador:3A1D77A7

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO
PORTARIA N.º 03/2026

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO, no uso de suas atribuições legais, **CONSIDERANDO:**

a) A necessidade de aprimoramento dos procedimentos de realização de despesas e fiscalização, de forma a contemplar o princípio da segregação de funções, que rege o sistema de controle interno municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam designadas para atuar como fiscais, juntamente com os demais fiscais já indicados nos respectivos instrumentos e em substituição ao servidor Pedro Augusto dos Santos Ferreira - Mat.: 12.509, as servidoras Junia Gonçalves de Paula - Mat.: 12.909 e Waldene Aparecida Dimas Oliveira - Mat.: 12.872, nos contratos e atas de registro de preços abaixo relacionados:

Contratado	Objeto	Fiscais designadas
Portal Segurança Eletrônica LTDA - EPP Ata: 159/2026	Prestação de serviços de vigilância eletrônica em prédios públicos.	Junia Gonçalves de Paula - Mat.: 12.909 Waldene Aparecida Dimas Oliveira - Mat.: 12.872
RJ Distribuidora de Gás LTDA Ata: 144/2025	Registro de preços para eventual e futura aquisição de botijão de gás, água mineral e itens correlatos, segundo características, condições, obrigações e requisitos técnicos do edital e de seus anexos.	Junia Gonçalves de Paula - Mat.: 12.909 Waldene Aparecida Dimas Oliveira - Mat.: 12.872
Top Center Tecnologia Contrato: 082/2025	Locação de impressora multifuncional colorida, formato A3, e de impressora multifuncional monocromática, formato A4.	Junia Gonçalves de Paula - Mat.: 12.909 Waldene Aparecida Dimas Oliveira - Mat.: 12.872
J. T. INDUSTRIA E COMÉRCIO DE CAFÉS LTDA Ata de Registro de Preços: 032/2026	Registro de preços para eventual e futura aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis destinados ao preparo da Alimentação Escolar para os alunos da Rede Municipal de Ensino, bem como para o atendimento do Programa de Segurança Alimentar da unidade do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social, e eventual e futura aquisição de café, açúcar e chá mate para atendimento a eventos promovidos pela Municipalidade e Fóruns de Gestão Pública.	Junia Gonçalves de Paula - Mat.: 12.909 Waldene Aparecida Dimas Oliveira - Mat.: 12.872
FRUTFICA COMERCIO LTDA Ata de Registro de Preços: 109/2026	Registro de preços para futura e eventual aquisição de papel A4 para atendimento das demandas das Secretarias Municipais.	Junia Gonçalves de Paula - Mat.: 12.909 Waldene Aparecida Dimas Oliveira - Mat.: 12.872
OSCIMAR COTA BARBOSA 05266999659 Ata de Registro de Preços: 110/2026	Registro de preços para futura e eventual aquisição de papel A3 para atendimento das demandas das Secretarias Municipais.	Junia Gonçalves de Paula - Mat.: 12.909 Waldene Aparecida Dimas Oliveira - Mat.: 12.872
EMPRESA CARAÇA TRANSPORTES E TURISMO LTDA	Credenciamento de empresas concessionárias do serviço de transporte rodoviário	Junia Gonçalves de Paula - Mat.: 12.909 Waldene Aparecida Dimas Oliveira -

Contrato: 003/2026	intermunicipal de passageiros, devidamente autorizadas pelo DER/MG, visando à aquisição de passagens intermunicipais destinadas ao deslocamento de servidores públicos municipais e outros munícipes em atividades e ações de interesse da Administração Pública.	Mat.: 12.872

Art. 2º. Compete às fiscais dos contratos e atas acima identificadas exercer a verificação concreta do objeto, devendo verificar a qualidade e a procedência da prestação, encaminhar informações ao gestor, atestar documentos fiscais, exercer o relacionamento necessário com a contratada e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do respectivo instrumento.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 17 de agosto de 2026.

Santa Bárbara, 26 de agosto de 2026.

JOÃO HENRIQUE RESENDE GIACOMIN
Secretário Municipal de Infraestrutura e Urbanismo

Publicado por:
Leidiane Aparecida Perdigão
Código Identificador:536DEFAD

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTA MARIA DO SALTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO ERRATA AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO/MG
ERRATA AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026

A Prefeitura Municipal de Santa Maria do Salto/MG, através do Departamento de Licitações e Contratos, torna pública a presente **ERRATA**, referente aos Avisos de Licitação do **Pregão Eletrônico nº 009/2026 – Processo Administrativo nº 047/2026, para correção das datas anteriormente divulgadas.**.
Onde se lê:
"Fim do cadastramento das propostas 03/08/2026 às 09:00h. Início da sessão de disputa de lances dia 03/08/2026 às 09:15h."
Leia-se:
"Fim do cadastramento das propostas **04/09/2026 às 09:00h**. Início da sessão de disputa de lances dia **04/09/2026 às 09:15h**."
Permanecem **inalteradas as demais informações** constantes nos respectivos Avisos de Licitação.

Santa Maria do Salto/MG, 24 de agosto de 2026.

Publicado por:
Josenei Barbosa Silva Santos
Código Identificador:7B13A8C6

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO ERRATA DE AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA Nº 008/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO SALTO/MG
ERRATA AVISO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA Nº 008/2026

A Prefeitura Municipal de Santa Maria do Salto/MG, através do Departamento de Licitações e Contratos, torna pública a presente **ERRATA**, referente aos Avisos de Licitação da **Concorrência Eletrônica nº 008/2026 – Processo Administrativo nº 046/2026** e para correção das datas anteriormente divulgadas.
Onde se lê:
"Fim do cadastramento das propostas 04/08/2026 às 09:00h. Início da sessão de disputa de lances dia 04/08/2026 às 09:15h."
Leia-se:
"Fim do cadastramento das propostas **08/09/2026 às 09:00h**. Início da sessão de disputa de lances dia **08/09/2026 às 09:15h**."
Permanecem **inalteradas as demais informações** constantes nos respectivos Avisos de Licitação.

Santa Maria do Salto/MG, 24 de agosto de 2026.

Publicado por:
Josenei Barbosa Silva Santos
Código Identificador:2FC8D4D8

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTANA DA VARGEM

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES AVISO DE CREDENCIAMENTO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 107/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 51/2026

AVISO DE CREDENCIAMENTO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 107/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 51/2026

A Prefeitura Municipal de Santana da Vargem torna público para conhecimento dos interessados, o edital de Inexigibilidade nº 51/2026 – Processo Licitatório nº 107/2026. **Objeto:** CHAMAMENTO PÚBLICO para CREDENCIAMENTO de Pessoas Físicas ou Jurídicas para realização de atendimento Odontológico Endodôntico, conforme demanda da Secretaria Municipal de Saúde. A apresentação dos documentos será a partir do dia **14 de setembro de 2026** pelas seguintes maneiras:
FORMA PRESENCIAL: O recebimento e protocolo dos envelopes será a partir do dia **14 de setembro de 2026** das 07h00min às 16h00min, na Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – Centro, Santana da Vargem/MG.
FORMA ELETRÔNICA: Os documentos poderão ser enviados através de e-mail no endereço eletrônico compras1@santanadavargem.mg.gov.br, a partir do dia **14 de setembro de 2026.**
O edital está disponível no site www.santanadavargem.mg.gov.br, no www.portaldecompraspublicas.com.br ou no Departamento de Compras e Licitações na Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – Centro – Santana da Vargem – CEP: 37.195-000. Informações pelo telefone (35) 98402-7281, ou e-mail compras1@santanadavargem.mg.gov.br.

Santana da Vargem/MG, 26 de Agosto de 2026.

Publicado por:
Larissa Araujo Miranda de Paula
Código Identificador:9EBB1CF9

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 80/2026

PROCESSO Nº 88/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N° 29/2026
Objeto: "Pregão eletrônico para registro de preços para futura e eventual aquisição de fraldas geriátricas descartáveis para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde"
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM
Contratado: **SKY CLEAN COM. EQUIPAMENTOS LTDA CNPJ: 55.442.589/0001-70**
Vigência: 26/08/2026 A 26/08/2027
Valor estimado: R$ 35.150,00 (trinta e cinco mil e cento e cinquenta reais)
Autorização: Argemiro Rodrigues Galvão – Prefeito Municipal.

Publicado por:
Cristiane de Jesus Silva
Código Identificador:48CED50E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES TERMO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE

Processo Administrativo nº. 002/2026

Processo Licitatório 036/2025 – Pregão Eletrônico nº 007/2025

Pelo presente termo, em razão do julgamento proferido nos autos do Processo Administrativo em epígrafe, aplico à empresa **Biogram Comércio de Insumos Farmacêuticos Ltda.,** inscrita no CNPJ nº 30.540.358/0001-78, a penalidade de **"IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR"** com o Município de Santana da Vargem/MG**, pelo período de 3 (três) anos,** cumulada com **"MULTA COMPENSATÓRIA NO PERCENTUAL DE 10% (DEZ POR CENTO), CALCULADA SOBRE O VALOR TOTAL ESTIMADO DOS CONTRATOS INADIMPLENTES, ATÉ O PRAZO DE 02 (DOIS) DIAS ÚTEIS",** conforme art. 156, III e § 7º da Lei 14.133/21, bem como subitens 6.3.3, 6.3.4 e 6.5 da Ata de Registro de Preços nº 108/2025, referente ao Processo Licitatório nº 036/2025 - Pregão Eletrônico nº 007/2025.

Santana da Vargem - MG, 25 de agosto de 2026.

ARGEMIRO RODRIGUES GALVÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane de Jesus Silva
Código Identificador:6B8C67CB

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
TERMO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE

Processo Administrativo nº. 003/2026
Processo Licitatório 138/2024 – Pregão Eletrônico nº 043/2024

Pelo presente termo, em razão do julgamento proferido nos autos do Processo Administrativo em epígrafe, aplico à empresa **Jonas Badin Silveira - Informática,** inscrita no CNPJ nº 22.368.638/0001-12, a penalidade de **"IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR"** com o Município de Santana da Vargem/MG**, pelo período de 3 (três) anos,** cumulada com **"MULTA COMPENSATÓRIA NO PERCENTUAL DE 10% (DEZ POR CENTO), CALCULADA SOBRE O VALOR TOTAL ESTIMADO DOS CONTRATOS INADIMPLENTES, ATÉ O PRAZO DE 02 (DOIS) DIAS ÚTEIS",** conforme art. 156, III e § 7º da Lei 14.133/21, bem como subitens 6.3.3, 6.3.4 e 6.5 da Ata de Registro de Preços nº 152/2024, referente ao Processo Licitatório nº 138/2024 - Pregão Eletrônico nº 043/2024.

Santana da Vargem - MG, 25 de agosto de 2026.

ARGEMIRO RODRIGUES GALVÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane de Jesus Silva
Código Identificador:5DAC6F59

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
TERMO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE

Processo Administrativo nº. 004/2026
Processo Licitatório 034/2025 – Pregão Eletrônico nº 006/2025

Pelo presente termo, em razão do julgamento proferido nos autos do Processo Administrativo em epígrafe, aplico à empresa **K2M Máquinas Ltda.,** inscrita no CNPJ nº 50.445.599/0001-45, a penalidade de **"IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR"** com o Município de Santana da Vargem/MG**, pelo período de 3 (três) anos,** conforme art. 156, III da Lei 14.133/21 c/c subitem 10.3.4 do Edital e 7.3.4 do Termo de Contrato, relativos ao Processo Licitatório nº 034/2025 - Pregão Eletrônico nº 006/2025.

Santana da Vargem - MG, 25 de agosto de 2026.

ARGEMIRO RODRIGUES GALVÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane de Jesus Silva
Código Identificador:687A9A90

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
TERMO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE

Processo Administrativo nº. 018/2025
Processo Licitatório 151/2024 – Pregão Eletrônico nº 055/2024

Pelo presente termo, em razão do julgamento proferido nos autos do Processo Administrativo em epígrafe, aplico à empresa **Oxi Química Ltda.,** inscrita no CNPJ nº 65.271.868/0001-71, a penalidade de **"IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR"** com o Município de Santana da Vargem/MG**, pelo período de 3 (três) anos,** conforme art. 156, III e §4° da Lei 14.133/21 c/c subitem 10.3.4 do Edital e 6.3.4 da Minuta da Ata de Registro de Preços, relativos ao Processo Licitatório nº 151/2024 - Pregão Eletrônico nº 055/2024.

Santana da Vargem - MG, 25 de agosto de 2026.

ARGEMIRO RODRIGUES GALVÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane de Jesus Silva
Código Identificador:34620AAF

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
TERMO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE

Processo Administrativo nº. 014/2025
Processo Licitatório 160/2024 – Pregão Eletrônico nº 061/2024

Pelo presente termo, em razão do julgamento proferido nos autos do Processo Administrativo em epígrafe, aplico à empresa Prime Material Médico Hospitalar Ltda**.,** inscrita no CNPJ nº 12.092.502/0001-98, a penalidade de **"IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR"** com o Município de Santana da Vargem/MG**, pelo período de 3 (três) anos,** cumulada com **"MULTA COMPENSATÓRIA NO PERCENTUAL DE 0,5% (MEIO POR CENTO), CALCULADA SOBRE O VALOR TOTAL ESTIMADO DO CONTRATO, POR DIA DE INADIMPLÊNCIA, ATÉ O PRAZO DE 02 (DOIS) DIAS ÚTEIS",** consoante art. 156, II e § 7º da Lei 14.133/21, replicado nos subitens 6.3.2 e 6.5 da Ata de Registro de Preços nº 056/2025, referente ao Processo Licitatório nº 160/2024 - Pregão Eletrônico nº 061/2024.

Santana da Vargem - MG, 25 de agosto de 2026.

ARGEMIRO RODRIGUES GALVÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane de Jesus Silva
Código Identificador:5FE1EA8E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTANA DE CATAGUASES

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE CATAGUASES
CONTRATADA: BITTNER MILANI TRANSPORTE E PREMOLDADOS LTDA
PROCESSO LICITATÓRIO: 79/2026
CONCORRENCIA : 02/2026
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOCOS INTER-TRAVADOS E IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA

DE DRENAGEM PLUVIAL NA RUA ANTÔNIO CAVALCANTE SOBRAL, NO MUNICÍPIO DE SANTANA DE CATAGUASES/MG, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS, TRANSPORTE E DEMAIS INSUMOS NECESSÁRIOS À COMPLETA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS
CONTRATO Nº 109/2026
VALOR: R$ 551.000,00
HOMOLOGAÇÃO: 26/08/2026 A 26/02/2027

SANTANA DE CATAGUASES-MG, 26 DE AGOSTO DE 2026

MARCOS ANTONIO FERREIRA
- Prefeito Municipal -

Publicado por:
Ana Maria Pereira de Oliveira
Código Identificador:B31D8017

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito do Município de Santana de Cataguases, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e, considerando haver a Senhora pregoeira cumprido todas as exigências do procedimento de licitação na modalidade, Processo de Licitação nº 79/2026, na modalidade Concorrência nº 02/2026, contratação de empresa especializada para execução de obra de pavimentação em blocos inter-travados e implantação de sistema de drenagem pluvial na Rua Antônio Cavalcante Sobral, no Município de Santana de Cataguases/MG, incluindo o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas, transporte e demais insumos necessários à completa execução dos serviços, vem **HOMOLOGAR** o presente processo administrativo de licitação, para que produza os efeitos legais e jurídicos da empresa **BITTNER MILANI TRANSPORTE E PREMOLDADOS LTDA**, inscrito no CNPJ: 05.105.684/0001-000, localizada na Rua Dr. Antônio Cavalcante Sobral, 310, Bairro São Francisco, Santana de Cataguases- MG, CEP: 36.795-000. R$ 551.000,00 (quinhentos e cinquenta e um mil).

Santana de Cataguases, MG, 21 de agosto de 2026.

MARCOS ANTONIO FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Pereira de Oliveira
Código Identificador:9EF38854

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO

TERMO ADITIVO TERCEIRO AO CONTRATO Nº 132/2024

CONTRATANTE: O MUNICIPIO DE SANTANA DE CATAGUASES, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Agostinho Alves de Araújo, nº 26, centro, nesta cidade de Santana de Cataguases, Estado de Minas Gerais, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o n.º 17.702.515/0001-36, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Prefeito Municipal Marcos Antônio Ferreira, CPF: 380.293.756-20, Identidade M 2.396.684 SSP/MG, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Santana de Cataguases/MG, CONTRATADA: **R P GONCALVES LTDA**, inscrita no CNPJ: 40.558.184/0001-24, localizada na Rua LI Dr. Edson Resende, 221, Santana de Campestre, Astolfo Dutra, MG, representada pelo senhor Vicente Patrício Neto, CPF: 089.011.636-10, celebram o Aditivo nº Terceiro ao Contrato 132/2024, Processo: 105/2024, Pregão Eletrônico: 42/2024 nos seguintes termos:

As partes acima qualificadas, com base no Contrato nº 132/2024, firmado em 23 de agosto de 2024, e considerando a necessidade de prorrogação da vigência, e índice IPCA, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO, contratações de empresas especializadas em prestação de serviços de mão de obra para realização de serviços de pedreiro, ajudante/servente de pedreiro, pintor e roçador para roçagem mecanizada, de forma suplementar à mão de obra existente na Administração Municipal, solicitação encaminhada através do memorando subsecretaria de Obras e Frotas nº 31/2025, assinado pelo senhor Jose Claudio Rodrigues Soares, considerando a necessidade de extensão do prazo originalmente acordado, pelo período de 12 (doze) meses, os serviços demão de obra objeto do contrato são de natureza essencial e continuada, fundamentais para manutenção predial, reformas de casa do projeto MELHORIA DIGNA, voltado para Assistência Social, o que reforça a importância da continuidade da mesma equipe para garantir qualidade, segurança técnica e eficiência, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:
1.1.O presente Termo Aditivo tem por objeto a renovação de prazo, mediante **Cláusula Segunda – da Vigência,** fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, a contar de 26/08/2026 a 26/08/2027.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES
2.1. Fica autorizada o reequilíbrio financeiro em conformidade com o artigo 130 da Lei Federal nº 14.133/2021 no índice do IPCA índice dos últimos doze meses 4,44 %, dos serviços abaixo a seguir.

EMPRESA: RP GONÇALVES LTDA					
CNPJ: 40.558.184/0001-24					
ENDEREÇO: RUA LI DR. EDSON RESENDE, 221, SANTANA DE CAMPESTRE, ASTOLFO DUTRA- MG					
REPRESENTANTE: VICENTE FABRICIO NETO, CPF: 089.911.636-10					
E-MAIL: CAMPESTRECOMERCIOESERVICOS@GMAIL.COM					**TEL.: 32 99935-7121**
ITENS	**DESCRIÇÃO**	**UNID**	**QUANT**	**VALOR UNIT**	**VALOR TOTAL**
01	Prestação de serviços de mão de obra de pedreiro + ajudante de pedreiro/servente	DIARIA	400	R$ 435,70	R$ 174.280,00
02	Prestação de serviços de mão de obra de pintor	DIARIA	350	R$ 264,07	R$ 92.424,50
03	Roçada mecanizada	DIARIA	100	R$ 220,05	R$ 22.005,00

CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR DO CONTRATO
2.1 - O valor do aditivo ao contrato 132/2024 será de R$ 288.709,50 (duzentos e oitenta e oito mil setecentos e nove reais e cinquenta centavos).
CLAUSULA QUARTA: Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do instrumento particular ora alterado**.** E por assim ajustados, assinam o presente aditivo ao contrato, em duas vias, que segue com a concordância de duas testemunhas.

Santana de Cataguases-MG, 26 de agosto de 2026.

MUNICÍPIO DE SANTANA DE CATAGUASES-MG
CNPJ/CPF: 17.702.515/0001-36

R P GONCALVES LTDA
CNPJ: 40.558.184/0001-24

TESTEMUNHAS

ASSINATURA: _____

ASSINATURA:_____

Publicado por:
Ana Maria Pereira de Oliveira
Código Identificador:A76DDCD6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTA VITÓRIA

DEPARTAMENTO DE ATOS E PUBLICAÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026 – FOMENTO

SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB – CICLO 02 – MUNICÍPIO DE SANTA VITÓRIA/MG

O Município de Santa Vitória/MG, por meio da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, torna público o **Edital de Chamamento Público nº 01/2026 – Fomento – Seleção de Projetos para Firmar Termo de Execução Cultural com Recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB – Ciclo 02 – Município de Santa Vitória/MG**, destinado à seleção de projetos culturais para celebração de Termo de Execução Cultural. **Valor total:** R$ 112.735,25 (cento e doze mil, setecentos e trinta e cinco reais e vinte e cinco centavos). **Inscrições: 27 de agosto de 2026 a 17 de setembro 2026,** por meio da Plataforma Cult Editais, conforme condições estabelecidas no Edital.
O Edital completo e seus anexos estarão disponíveis nos canais oficiais do Município.

Santa Vitória/MG, 26 de agosto de 2026.

Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
MUNICÍPIO DE SANTA VITÓRIA/MG

Publicado por:
Amanda Alves Ferreira
Código Identificador:8EFBE24D

DEPARTAMENTO DE ATOS E PUBLICAÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2026 – PREMIAÇÃO

PREMIAÇÃO PARA AGENTES CULTURAIS COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB – CICLO 02 – MUNICÍPIO DE SANTA VITÓRIA/MG
O Município de Santa Vitória/MG, por meio da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, torna público o **Edital de Chamamento Público nº 02/2026 – Premiação – Premiação para Agentes Culturais com Recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB – Ciclo 02 – Município de Santa Vitória/MG**, destinado à concessão de premiações a agentes culturais, em reconhecimento às trajetórias, atuações e contribuições culturais já realizadas no Município. **Valor total:** R$ 53.747,42 (cinquenta e três mil, setecentos e quarenta e sete reais e quarenta e dois centavos). **Inscrições: 27 de agosto de 2026 a 17 de setembro 2026**, por meio da Plataforma CultBR Editais, conforme condições estabelecidas no Edital.
O Edital completo e seus anexos estarão disponíveis nos canais oficiais do Município.

Santa Vitória/MG, 26 de agosto de 2026.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO
Município de Santa Vitória/MG

Publicado por:
Amanda Alves Ferreira
Código Identificador:0DF441CA

DEPARTAMENTO LICITAÇÕES E CONTRATOS
MUNICÍPIO DE SANTA VITÓRIA – SEGUNDA CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO (REGIME JURÍDICO: LEI. 14.133/2021) Nº 006/2025 – PROCESSO Nº 039/2025

PERÍODO DE CREDENCIAMENTO: Das 08h do dia 28 de agosto até as 12h30min do dia 04 de setembro de 2026. LOCAL: Sede da Prefeitura Municipal de Santa Vitória e através da Plataforma Eletrônica Licita Mais Brasil https://licitamaisbrasil.com.br/. OBJETO: Chamada Pública para credenciamento de PESSOAS JURÍDICAS (RESTAURANTES) PARA FORNECIMENTO CONTINUADO DE ALIMENTAÇÃO PRONTA PARA CONSUMO, DO TIPO MARMITEX E LANCHES, nos municípios de Ituiutaba e Uberlândia/MG, visando atender as necessidades da Secretaria de Saúde de Santa Vitória/MG, nos termos e condições estabelecidas neste Edital, pelo preço fixado nas tabelas do Termo da Referência (Anexo I), a partir de preços referenciais de mercado. Demais informações pelo tel. (34) 3251-8557 das 12h às 17h e-mail comissao.permanente@santavitoria.mg.gov.br. O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site www.santavitoria.mg.gov.br (Portal da Transparência/Licitação), no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), endereço eletrônico https://www.gov.br/pncp/pt-br e na Plataforma https://licitamaisbrasil.com.br/.

Município de Santa Vitória, MG, aos 26 dias do mês de agosto de 2026.

SANDRA APARECIDA BARBOSA FERNANDES -
Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por:
Fabiana Pires Oliveira
Código Identificador:B5A18F78

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTO ANTONIO DO AVENTUREIRO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO AVENTUREIRO/MG. EXTRATO DE CONTRATO. PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 078/2026. PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2026. Contrato Administrativo Nº 069/2026. Contratado: GIROPEL DISTRIBUIDORA LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR O FORNECIMENTO DE JOGOS E BRINQUEDOS PARA MANUTENÇÃO E APRIMORAMENTO DAS AÇÕES DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL. Valor: R$57.139,85. Vigência contratual: 12 meses. Dotação Orçamentária: 4.4.90.52.00.2.05.00.12.361.0009.2.0021(2.546.000) e 3.3.90.30.00.2.05.00.12.361.0009.2.0021(1.546.000).24/08/2026.

JÚLIA MARA SILVA COSTA –
Agente de Contratação.

AMAURY DE SÁ FERREIRA –
Prefeito.

Publicado por:
Rodrigo da Costa Bittencourt
Código Identificador:B02042D5

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO AVENTUREIRO/MG. EXTRATO DE CONTRATO. PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 085/2026. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 034/2026. Contrato Administrativo Nº 068/2026. Contratado: HLO PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PALCO, GERADOR E PAINEL DE LED, A FIM DE REALIZAR AS FESTIVIDADES DA 39ª EXPOSIÇÃO AGROPECUÁRIA E CONCURSO LEITEIRO DE SANTO ANTÔNIO DO AVENTUREIRO QUE OCORRERÁ DO PRÓXIMO DIA 11 A 13 DE SETEMBRO. Valor: R$ 38.850,00. Vigência contratual: 12 meses. Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.00.2.11.00.20.606.0007.2.0063 (1.500.000).24/08/2026.

JÚLIA MARA SILVA COSTA –
Pregoeira.

AMAURY DE SÁ FERREIRA –
Prefeito.

Publicado por:
Rodrigo da Costa Bittencourt
Código Identificador:5BA2C62D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTO ANTONIO DO ITAMBÉ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0154/2026

Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Itambé/MG torna público extrato de Ata de Registro de Preços gerado através do Processo Licitatório nº 0064/2026 — Pregão Eletrônico nº 0026/2026.**Partes:**MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ X PRESTACAO DE SERVICOS WR LTDA.**Ata no valor Total de:**R$ 43.994,00 (quarenta e três mil e novecentos e noventa e quatro reais).**Objeto:**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLADOR DE ACESSO E BRIGADISTA PARA ATENDIMENTO AOS EVENTOS PROMOVIDOS OU APOIADOS PELO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ/MG.**Assinatura:**25/08/2026 — **Vigência:**25/08/2027. **Fundamento Legal:** Art. 28, Inciso I da lei 14.133/21.

Santo Antônio do Itambé/MG, Terça-feira , 25 de Agosto de 2026.

RONAM WESLEY SALES
Prefeito de Santo Antônio do Itambé/MG

Publicado por:
Marina Leri Fernandes
Código Identificador:11BD2EBD

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0155/2026

Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Itambé/MG torna público extrato de Ata de Registro de Preços gerado através do Processo Licitatório nº 0064/2026 — Pregão Eletrônico (14.133/21) nº 0026/2026.**Partes:**MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ X SAMBART DO BRASIL PRODUCAO DE EVENTOS CULTURAIS LTDA.**Ata no valor Total de:**R$ 168.000,00 (cento e sessenta e oito mil reais).**Objeto:**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLADOR DE ACESSO E BRIGADISTA PARA ATENDIMENTO AOS EVENTOS PROMOVIDOS OU APOIADOS PELO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ/MG.**Assinatura:**25/08/2026 — **Vigência:**25/08/2027. **Fundamento Legal:** Art. 28, Inciso I da lei 14.133/21.

Santo Antônio do Itambé/MG, Terça-feira , 25 de Agosto de 2026.

RONAM WESLEY SALES
Prefeito de Santo Antônio do Itambé/MG

Publicado por:
Marina Leri Fernandes
Código Identificador:63924386

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 0069/2025

Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Itambé/MG torna público extrato do PRIMEIRO Termo Aditivo ao contrato administrativo gerado através do **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ/MG – EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO – Processo Licitatório nº** 0059/2026 **– Pregão Eletrônico nº 0021/2026 – Ata de Registro de Preços nº** 0069/2025**.** Partes: Município de Santo Antônio do Itambé/MG, CNPJ nº 18.303.222/0001-49, e CORDIAL GENEROS ALIMENTICIOS LTDA, CNPJ nº 21.016.690/0001-47. **Objeto do Aditivo:** PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0069/2025 ATÉ 28/08/2027. **Fundamento Legal:** art. 84, Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 0080/2023.

Santo Antônio do Itambé/MG, 26 de agosto de 2026.

RONAM WESLEY SALES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marina Leri Fernandes
Código Identificador:AA597280

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 0070/2025

Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Itambé/MG torna público extrato do PRIMEIRO Termo Aditivo ao contrato administrativo gerado através do **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ/MG – EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO – Processo Licitatório nº** 0059/2026 **– Pregão Eletrônico nº 0021/2026 – Ata de Registro de Preços nº** 0070/2025**.** Partes: Município de Santo Antônio do Itambé/MG, CNPJ nº 18.303.222/0001-49, e FENIX ORGANIZACOES DE SERVICOS, LOCACAO E COMERCIO LTDA, CNPJ nº 43.568.381/0001-12. **Objeto do Aditivo:** PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0070/2025 ATÉ 28/08/2027. **Fundamento Legal:** art. 84, Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 0080/2023.

Santo Antônio do Itambé/MG, 26 de agosto de 2026.

RONAM WESLEY SALES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marina Leri Fernandes
Código Identificador:D781F387

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 0071/2025

Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Itambé/MG torna público extrato do Segundo Termo Aditivo ao contrato administrativo gerado através do **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ/MG – EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO – Processo Licitatório nº** 0059/2026 **– Pregão Eletrônico nº 0021/2026 – Ata de Registro de Preços nº** 0071/2025**.** Partes: Município de Santo Antônio do Itambé/MG, CNPJ nº 18.303.222/0001-49, e JVX COMERCIAL LTDA, CNPJ nº 33.524.142/0001-07. **Objeto do Aditivo:** PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0071/2025 ATÉ 28/08/2027. **Fundamento Legal:** art. 84, Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 0080/2023.

Santo Antônio do Itambé/MG, 26 de agosto de 2026.

RONAM WESLEY SALES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marina Leri Fernandes
Código Identificador:B17ADB1A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTO ANTÔNIO DO MONTE

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 13/2026

PROCESSO 0101/2026

INEXIGIBILIDADE Nº. 013/2026

Nos termos do disposto na Lei 14.133 de 1º de Abril de 2021, em seu Art. 74, inciso II e, considerando as razões apresentadas na justificativa contida no Processo em epígrafe, RATIFICO o ato de Inexigibilidade de Licitação para contratação da empresa TRAZENDO A ARCA EVENTOS E PUBLICIDADE LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº 08.744.960/0001-78, com sede na Rua Geni Saraiva, nº 835, casa 11 lote 1, Bairro Ponto Chic em Nova

Iguaçu/RJ, para prestação de serviço de apresentação artística musical, com todos os custos e encargos incluidos, compreendendo apresentação da "Banda Trazendo a Arca" a ser realizado com duração de 90 (noventa minutos) no dia 05 de setembro de 2026 na Praça Benedito Valadares (Praça da Estação), Centro nesta Municipalidade, por ocasião do evento comemorativo do Dia da Marcha para Jesus, instituído no calendário oficial do município de Santo Antônio do Monte pela Lei Municipal nº 2.774 de 22 de abril de 2025, atendendo a solicitação da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, pelo valor total de R$ 110.000,00 (Cento e Dez mil reais) e a despesa decorrente desta contratação será debitada à seguinte dotação orçamentária: 02.10.13.813.1105.2148.33.90.39 Ficha 954 Fonte 15000000000.

Santo Antônio do Monte MG, 26 de Agosto de 2026.

LEONARDO LACERDA CAMILO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Natália Costa Pinto
Código Identificador:A31407C2

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE DIALOGO COMPETITIVO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO/MG. AVISO DE LICITAÇÃO. DIALOGO COMPETITIVO Nº 01/2026 - PROCESSO LICITATORIO Nº 117/2026. OBJETO: Concessão de uso de bem público onerosa, pelo prazo de 15 (quinze) anos, do imóvel municipal conhecido como espaço "PEIXE VIVO", mediante o encargo de elaboração de projeto e execução de intervenções estruturais de reforma, adequação comercial e ambiental. **Modalidade:** Diálogo Competitivo (Fase 1 – Habilitação e Pré-Seleção). **Critério de Julgamento da Fase Final:** Técnica e Preço (Ponderação entre proposta técnica e maior oferta de outorga mensal). **Data de Publicação:** 28 de agosto de 2026. **Data Limite Para Impugnações:** 30 de setembro de 2026. **Data da Sessão Pública de Entrega dos Envelopes: 05 DE OUTUBRO NO SETOR DE LICITAÇÕES, DAS 09:00 HORAS ÀS 12:59 HORAS**. Edital e maiores informações na sede da Prefeitura no horário de 07:00 as 13:00 horas ou através do site www.saofrancisco.mg.gov.br.

São Francisco/MG, 26 de agosto de 2026.

MIGUEL PAULO SOUZA FILHO –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Roberto Eder Alves da Rocha
Código Identificador:49284EE4

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO/MG – Extrato de Ata de Registro de Preços do Processo Licitatório nº 086/2026 - Pregão Eletrônico nº 013/2026 – Registro de Preços. OBJETO: Registro de Preços para futuras e eventuais Aquisições de Cestas Básicas Alimentícias, a serem realizadas de forma parcelada, sob demanda, destinadas a atender as necessidades das Secretarias Municipais Requisitantes. SIGNATÁRIA: Ata de Registro de Preços nº 057/2026: Sabores Distribuidora de Alimentos Ltda, perfazendo o valor global de R$ 1.586.655,00. Órgão Gerenciador**:** Município de São Francisco/MG. Vigência: 12 (doze) meses. Data de assinatura da Ata de Registro de Preços: 25/08/2026.

São Francisco/MG, 26 de agosto de 2026.

Ass.: Ronaldo Alves Silva – Secretário Municipal de Administração e Finanças.

Publicado por:
Márcio Valdeir Leal
Código Identificador:9B02A7E0

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO E REPUBLICAÇÃO DO EDITAL (PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2026)

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 097/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2026

O Município de São Francisco do Glória/MG, por intermédio do Setor de Licitações, torna público, para conhecimento dos interessados, a **RETIFICAÇÃO E REPUBLICAÇÃO** do Edital referente ao **Processo Licitatório nº 097/2026 – Pregão Eletrônico nº 068/2026**, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviço terapêutico, acompanhamento multidisciplinar e suporte educacional e clínico a crianças com dificuldades de aprendizagem e/ou com deficiências intelectuais, auditivas, físicas e múltiplas, visando promover o desenvolvimento global, inclusão social e escolar e melhoria da qualidade de vida dos atendidos.

A retificação decorre da necessidade de adequações e ajustes no instrumento convocatório e seus anexos, permanecendo inalteradas as demais disposições que não tenham sido expressamente modificadas pela versão retificada.

Considerando que as alterações promovidas repercutem nas condições estabelecidas no instrumento convocatório, fica **reaberto o prazo para apresentação das propostas**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

A sessão pública, anteriormente designada para **27 de agosto de 2026**, fica **REMARCADA para o dia 10 de setembro de 2026, às 08h30min (horário de Brasília/DF)**.

O **Edital Retificado** e seus anexos encontram-se disponíveis aos interessados nos mesmos meios de divulgação e acesso utilizados para o instrumento convocatório original.

São Francisco do Glória/MG, 26 de agosto de 2026.

FRANCIELE ALVES SANTANA RODRIGUES
Agente de Contratação

Publicado por:
Franciele Alves Santana Rodrigues
Código Identificador:D33FFEC0

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO GONÇALO DO RIO PRETO

ASSESSORIA GABINETE
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE DIRETORAS ESCOLARES APROVADAS NO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2026 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO GONÇALO DO RIO PRETO/MG.

PORTARIA Nº 33/2026

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE DIRETORAS ESCOLARES APROVADAS NO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2026 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO GONÇALO DO RIO PRETO/MG.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO RIO PRETO, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente,
CONSIDERANDO o Edital nº 01/2026 – SME, que regulamentou o Processo Seletivo Público para provimento da função de Diretor(a)

Escolar da Rede Municipal de Ensino de São Gonçalo do Rio Preto/MG;
CONSIDERANDO que o referido Processo Seletivo destinou-se ao provimento das funções de Diretor(a) Escolar da **Escola Núcleo Municipal Zulma Rocha dos Santos** e do **Centro Municipal de Educação Infantil Zélia Rocha**;
CONSIDERANDO o resultado final do Processo Seletivo Público nº 001/2026, publicado em conformidade com o cronograma estabelecido no Edital;
CONSIDERANDO que as candidatas nomeadas foram aprovadas e classificadas para o exercício da função de Diretoras Escolares nas respectivas unidades de ensino;
RESOLVE:
Art. 1º Nomear a Sra. **Irene da Conceição Santos Rocha**, para exercer a função de **Diretora Escolar da Escola Núcleo Municipal Zulma Rocha dos Santos**, em conformidade com o resultado final do Processo Seletivo Público nº 001/2026 da Secretaria Municipal de Educação de São Gonçalo do Rio Preto/MG.
Art. 2º Nomear a Sra. **Betânia Aparecida Silva Neto**, para exercer a função de **Diretora Escolar do Centro Municipal de Educação Infantil Zélia Rocha**, em conformidade com o resultado final do Processo Seletivo Público nº 001/2026 da Secretaria Municipal de Educação de São Gonçalo do Rio Preto/MG.
Art. 3º As Diretoras nomeadas exercerão suas funções pelo período de **04 (quatro) anos**, nos termos do item 10.1 do Edital nº 01/2026 – SME, observadas as disposições legais, regulamentares e administrativas aplicáveis.
Art. 4º As Diretoras nomeadas deverão exercer as atribuições inerentes à função, compreendendo a gestão técnico-pedagógica e administrativa das respectivas unidades escolares, observando os princípios da gestão democrática do ensino público e as normas da Rede Municipal de Ensino.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de Setembro de 2026.
Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Rio Preto/MG, 25 de agosto de 2026.

PREFEITO MUNICIPAL
Prefeito Municipal de São Gonçalo do Rio Preto/MG

Publicado por:
Ludmila Santos Leite
Código Identificador:6EED22AC

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO GOTARDO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E PLANEJAMENTO
DECISÃO ADMINISTRATIVA 14/2026

DECISÃO ADMINISTRATIVA 14/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Tomada de Contas Especial nº 02/2026
PORTARIA DE INSTAURAÇÃO: Portaria nº 12, de 28 de janeiro de 2026
INTERESSADA: ASSAUMEX – Associação dos Amigos e Usuários de Medicamentos Excepcionais – CNPJ nº 20.474.488/0001-04
ASSUNTO: Análise da Nota Técnica nº 15/2026 da Controladoria-Geral do Município e reconhecimento de vício procedimental na instauração da Tomada de Contas Especial.

•
RELATÓRIO

Considerando a necessidade de análise quanto à regularidade do procedimento, o Gabinete do Prefeito encaminhou à Controladoria-Geral do Município, por meio do Memorando Interno nº 257/2026, de 15 de julho de 2026, os autos da Tomada de Contas Especial nº 02/2026, solicitando análise e emissão de parecer técnico acerca da regularidade do procedimento e das conclusões apresentadas pela Comissão Processante, com posterior encaminhamento à Procuradoria-Geral do Município.
Em atendimento ao encaminhamento constante do Memorando Interno nº 257/2026, a Controladoria-Geral do Município procedeu à análise dos autos e emitiu a Nota Técnica nº 15/2026, em 31 de julho de 2026.
Embora o referido Memorando tenha previsto, após a manifestação técnica da Controladoria-Geral, o encaminhamento dos autos à Procuradoria-Geral do Município, a emissão da Nota Técnica nº 15/2026, ao identificar vício procedimental relevante e recomendar a anulação dos atos atingidos e o retorno do procedimento à fase administrativa antecedente, passou a demandar, antes de qualquer prosseguimento quanto ao mérito da apuração, a recomposição da regularidade procedimental.
Diante das conclusões apresentadas pela Controladoria-Geral, os autos foram submetidos à apreciação da autoridade administrativa competente para adoção das providências saneadoras recomendadas, consistentes no reconhecimento do vício, na anulação dos atos atingidos e no retorno do procedimento à fase administrativa de análise da prestação de contas.
Segundo consignado na referida Nota Técnica, a prestação de contas apresentada pela ASSAUMEX foi reprovada pela Comissão de Avaliação sem que tivesse sido oportunizado à entidade prazo adequado para apresentação de defesa, regularização das inconsistências identificadas ou recomposição voluntária de eventual dano ao erário, sob o fundamento de que as irregularidades constatadas seriam consideradas não passíveis de saneamento.
A Controladoria-Geral apontou, ainda, que, na sequência, foi emitido parecer jurídico e instaurada a Tomada de Contas Especial, sem demonstração do cumprimento das medidas administrativas antecedentes exigidas pela legislação de regência.
Da análise dos autos, a Controladoria-Geral constatou, em síntese, a ausência de documentos que demonstrassem:
a) a adoção das medidas administrativas destinadas à caracterização ou elisão do dano e à identificação dos responsáveis;
b) a adoção de providências administrativas voltadas à regularização da situação, à cobrança administrativa e à tentativa de recomposição voluntária do erário;
c) a insuficiência das medidas administrativas adotadas, pressuposto para a instauração da Tomada de Contas Especial;
d) a comunicação da instauração do procedimento ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, quando exigível; e
e) a adequada instrução processual da Tomada de Contas Especial, mediante produção das provas necessárias, individualização dos responsáveis, quantificação do eventual dano e elaboração de relatório final em conformidade com as exigências normativas.
A Controladoria-Geral concluiu, portanto, que não restou demonstrado o preenchimento dos pressupostos legais que autorizariam a utilização da Tomada de Contas Especial como medida excepcional de responsabilização, tendo sido praticados os atos subsequentes com fundamento em procedimento instaurado sem a observância das etapas administrativas que deveriam antecedê-lo.
Ressaltou, ainda, que as fases posteriores previstas na regulamentação aplicável, relativas à manifestação do órgão de Controle Interno, ao pronunciamento da autoridade administrativa competente e ao eventual encaminhamento dos autos ao Tribunal de Contas, ainda não haviam sido implementadas em razão do encaminhamento prematuro do processo à Controladoria-Geral.
Ao final, a Controladoria-Geral recomendou à autoridade administrativa competente:
I – o reconhecimento formal da existência de vício procedimental decorrente da inobservância das etapas obrigatórias previstas na Lei Federal nº 13.019/2014 e na Instrução Normativa do TCEMG;
II – a anulação, no exercício do poder-dever de autotutela administrativa, dos atos praticados a partir da decisão que reprovou a prestação de contas;
III – o retorno do procedimento à fase administrativa de análise da prestação de contas, assegurando-se à ASSAUMEX a observância do procedimento previsto nos arts. 69 a 72 da Lei Federal nº 13.019/2014, inclusive com sua formal notificação para ciência das irregularidades, apresentação de defesa, eventual saneamento das

inconsistências e, quando cabível, recomposição voluntária do dano ao erário;
IV – somente após o regular esgotamento das medidas administrativas e permanecendo presentes os pressupostos legais, a avaliação quanto à eventual instauração de nova Tomada de Contas Especial; e
V – caso a Tomada de Contas Especial já tenha sido comunicada ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, a comunicação da decisão administrativa que reconhecer a anulação do procedimento, para atualização dos registros perante a Corte de Contas.
É o relatório.

•

FUNDAMENTAÇÃO

2.1. Da necessidade de observância do procedimento legal

A Administração Pública encontra-se estritamente vinculada ao princípio da legalidade, previsto no art. 37, caput, da Constituição Federal, bem como às garantias do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, asseguradas pelo art. 5º, LIV e LV, da Constituição. Tais garantias não constituem mera formalidade, mas verdadeiros pressupostos de validade da atuação administrativa, especialmente quando o procedimento possa resultar na imputação de responsabilidade, na constituição de débito ou na imposição de obrigação de ressarcimento ao erário.
Nesse contexto, a instauração e o desenvolvimento de Tomada de Contas Especial devem observar rigorosamente a legislação de regência e as normas expedidas pelo órgão de controle competente, não sendo juridicamente admissível a utilização do procedimento como mecanismo automático de responsabilização ou como sucedâneo das providências administrativas ordinárias destinadas à apuração e regularização de eventuais pendências.
A Tomada de Contas Especial possui finalidade específica: apurar os fatos, identificar os responsáveis, quantificar eventual dano ao erário e buscar o respectivo ressarcimento, devendo ser instaurada somente quando presentes os pressupostos legais e após a adoção das medidas administrativas cabíveis para saneamento da irregularidade e recomposição voluntária do eventual prejuízo.
No caso concreto, a Nota Técnica nº 15/2026, da Controladoria-Geral do Município, identificou vícios procedimentais relevantes tanto na condução da prestação de contas quanto na posterior instauração da Tomada de Contas Especial nº 02/2026.
Conforme expressamente apontado pela Controladoria, não restou demonstrado nos autos o prévio esgotamento das medidas administrativas necessárias à regularização das pendências, à oportunização de manifestação e defesa pela entidade e à eventual recomposição voluntária de valores aos cofres públicos.
Tal circunstância assume especial relevância jurídica. Isso porque a Administração não pode avançar diretamente para uma medida de natureza excepcional e potencialmente gravosa sem antes demonstrar que foram efetivamente adotadas as providências administrativas antecedentes previstas no regime jurídico aplicável.
A ausência dessa demonstração compromete não apenas a regularidade formal do procedimento, mas também a própria observância dos princípios da legalidade, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, segurança jurídica, contraditório e ampla defesa, na medida em que impede verificar se a entidade teve efetiva oportunidade de sanar as irregularidades apontadas antes da instauração da medida de controle.
Não se pretende, com isso, afastar a competência ou o dever da Administração de apurar eventual dano ao erário. Ao contrário: a apuração deve ocorrer de forma regular, mediante procedimento válido, transparente e compatível com as garantias constitucionais e com as normas de controle aplicáveis.

Assim, diante dos vícios apontados pela própria Controladoria-Geral do Município, mostra-se juridicamente inadequado o prosseguimento da Tomada de Contas Especial nº 02/2026 sem que, previamente, sejam verificadas e, se necessário, saneadas as irregularidades procedimentais identificadas, com a adoção das medidas administrativas antecedentes cabíveis.
Em observância aos arts. 5º, LIV e LV, e 37, caput, da Constituição Federal, bem como à legislação e às normas de controle que disciplinam a matéria, impõe-se o respeito à sequência procedimental legalmente estabelecida, evitando-se que eventual responsabilização ou imputação de débito seja fundada em procedimento cuja própria instauração não tenha sido precedida do cumprimento das etapas administrativas necessárias.
Dessa forma, o prosseguimento da Tomada de Contas Especial, nas condições em que instaurada, mostra-se juridicamente questionável, recomendando-se a adoção das providências necessárias ao saneamento dos vícios apontados pela Controladoria e à regularização da fase administrativa antecedente, antes de eventual continuidade da apuração especial.

2.2. Do vício procedimental identificado

A análise realizada pela Controladoria-Geral do Município, consubstanciada na Nota Técnica nº 15/2026, identificou vício relevante na condução da prestação de contas apresentada pela ASSAUMEX, uma vez que não se encontra suficientemente demonstrado nos autos que a entidade tenha sido formalmente cientificada das irregularidades apontadas e tenha recebido oportunidade efetiva para apresentar esclarecimentos, complementar a documentação, sanar inconsistências ou, quando cabível, promover a recomposição voluntária de eventual prejuízo ao erário.
A questão não configura mera irregularidade formal. Trata-se de providência diretamente relacionada à validade do procedimento administrativo, sobretudo porque a reprovação da prestação de contas constitui ato capaz de produzir consequências jurídicas e patrimoniais desfavoráveis à entidade e, posteriormente, fundamentar a adoção de medidas de responsabilização e ressarcimento.
A Constituição Federal, em seu art. 5º, LIV e LV, assegura o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa também no âmbito dos processos administrativos, enquanto o art. 37, caput, submete a Administração Pública aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Tais garantias impõem à Administração o dever de assegurar que o administrado tenha conhecimento efetivo das irregularidades que lhe são atribuídas e oportunidade real de se manifestar antes da adoção de medidas administrativas de caráter gravoso.
No mesmo sentido, a Lei Federal nº 9.784/1999, aplicável como referência geral aos processos administrativos e aos princípios que regem a atuação administrativa, estabelece, em seus arts. 2º e 3º, a observância dos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, segurança jurídica e interesse público, assegurando ao administrado o direito de apresentar alegações e documentos antes da decisão administrativa.
A exigência de prévia ciência e possibilidade de saneamento também se mostra compatível com a própria finalidade do procedimento de prestação de contas. Antes de se concluir pela existência de irregularidade definitiva e, especialmente, antes de se avançar para mecanismo destinado à apuração de eventual dano e responsabilização, deve-se permitir que a entidade esclareça os fatos, apresente documentação complementar e demonstre, se for o caso, a regular aplicação dos recursos.
Essa providência é ainda mais relevante quando se considera que a Tomada de Contas Especial não constitui instrumento ordinário ou automático de análise de prestação de contas, mas procedimento destinado à apuração de fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do eventual dano e obtenção do respectivo ressarcimento, conforme a disciplina legal e regulamentar aplicável.
Assim, a instauração de procedimento de natureza excepcional e potencialmente gravosa pressupõe que a Administração demonstre o cumprimento das providências administrativas antecedentes, inclusive aquelas destinadas à correção das irregularidades, à obtenção de esclarecimentos e à recomposição voluntária do eventual dano.
A própria Nota Técnica nº 15/2026, elaborada pelo órgão de Controle Interno, apontou a insuficiência dessas providências no caso concreto. Desse modo, não se trata de mera presunção de irregularidade, mas de vício expressamente identificado pela unidade técnica responsável pelo controle interno da Administração, circunstância que deve ser considerada antes do prosseguimento da apuração.
Ademais, o art. 20 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB (Decreto-Lei nº 4.657/1942) determina que as decisões administrativas considerem as consequências práticas da medida adotada, enquanto seu art. 22 impõe que, na interpretação das normas sobre gestão pública, sejam considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo. Tais disposições reforçam a necessidade de que decisões

administrativas de responsabilização sejam precedidas de adequada instrução, motivação e análise das circunstâncias concretas.
Dessa forma, a ausência de comprovação de que a ASSAUMEX foi regularmente cientificada das irregularidades e teve oportunidade efetiva de saneá-las, apresentar defesa e, quando cabível, promover a recomposição voluntária de eventual dano, compromete a regularidade da reprovação da prestação de contas e repercute diretamente sobre a validade dos atos posteriores dela decorrentes.
Não se sustenta, portanto, o afastamento da competência da Administração para apurar eventual dano ou responsabilidade. O que se impõe é que essa apuração seja realizada mediante procedimento regularmente constituído, devidamente instruído e compatível com as garantias constitucionais e legais aplicáveis, preservando-se tanto o interesse público quanto o direito de defesa da entidade.
Diante disso, considerando as conclusões da Controladoria-Geral do Município, impõe-se o reconhecimento do vício procedimental identificado e a adoção das providências necessárias ao saneamento do procedimento, com a regularização das etapas administrativas antecedentes, assegurando-se à entidade a ciência formal das irregularidades, a oportunidade de manifestação e apresentação de documentos e, se for o caso, a possibilidade de saneamento das pendências ou recomposição voluntária de eventual dano, antes da adoção ou prosseguimento de medidas de responsabilização patrimonial.

2.3. Da autotutela administrativa

A Administração Pública está submetida ao princípio da legalidade, previsto no art. 37, caput, da Constituição Federal, de modo que seus atos devem ser praticados em estrita observância às normas que disciplinam a atuação administrativa e às garantias asseguradas aos administrados.
Como decorrência desse princípio, a Administração exerce o denominado poder-dever de autotutela, que lhe impõe a obrigação de revisar e corrigir seus próprios atos quando constatada ilegalidade ou vício capaz de comprometer sua validade, independentemente de provocação judicial.
A matéria encontra respaldo na Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal, segundo a qual:
"A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial."
No mesmo sentido, o art. 53 da Lei Federal nº 9.784/1999 estabelece que a Administração deve anular seus próprios atos quando eivados de vício de legalidade, ressalvados os casos em que a própria lei determine solução diversa.
Importante destacar que, no caso em análise, não se está diante de mera revisão por conveniência ou oportunidade administrativa, mas da necessidade de correção de vício de legalidade identificado no curso do procedimento. A Nota Técnica nº 15/2026, da Controladoria-Geral do Município, órgão responsável pelo controle interno, apontou expressamente falhas na condução da prestação de contas e recomendou a anulação dos atos praticados a partir da decisão que reprovou as contas, justamente em razão da inobservância das etapas administrativas necessárias.
A manutenção de atos praticados com vício procedimental, após sua identificação pelo órgão de controle interno, poderia representar a própria perpetuação da irregularidade, em afronta aos princípios da legalidade, segurança jurídica, devido processo administrativo, contraditório e ampla defesa.
Nesse contexto, a autotutela administrativa constitui instrumento destinado não apenas à proteção da Administração, mas também à preservação da legitimidade, regularidade e segurança jurídica de seus próprios atos, permitindo que o procedimento seja corrigido antes que eventual vício produza consequências jurídicas e patrimoniais mais gravosas.
Por outro lado, o reconhecimento do vício não implica afastamento da obrigação de apurar eventual irregularidade ou dano ao erário. Ao contrário, a correção do procedimento permite que a apuração prossiga de forma juridicamente válida, assegurando-se à entidade interessada a oportunidade de apresentar esclarecimentos, complementar a documentação e, se for o caso, promover a regularização das pendências ou a recomposição voluntária de eventual dano.

Diante disso, considerando as conclusões da Nota Técnica nº 15/2026 da Controladoria-Geral do Município, mostra-se juridicamente adequada e necessária a adoção das providências recomendadas pelo órgão de Controle Interno, com a anulação dos atos praticados a partir da decisão de reprovação da prestação de contas e o retorno dos autos à fase administrativa adequada, a fim de que sejam observadas as etapas procedimentais necessárias e assegurado à ASSAUMEX o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa.
Tal providência prestigia, simultaneamente, o princípio da legalidade, o dever de autotutela, a segurança jurídica, o devido processo administrativo e o próprio interesse público, permitindo que eventual apuração de responsabilidade e ressarcimento ao erário, caso efetivamente cabíveis, ocorra com fundamento em procedimento regularmente constituído e juridicamente válido.

2.4. Do retorno dos autos à fase administrativa de prestação de contas

O reconhecimento do vício procedimental identificado não implica, por si só, o reconhecimento da regularidade da prestação de contas apresentada pela ASSAUMEX, tampouco representa afastamento ou desconsideração das irregularidades apontadas pelos setores técnicos competentes.
A providência ora proposta possui natureza estritamente saneadora e procedimental, destinando-se a restabelecer a legalidade do procedimento e assegurar que a análise da prestação de contas seja concluída mediante observância das etapas administrativas pertinentes e das garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa.
Com efeito, a invalidação dos atos praticados a partir da decisão de reprovação não impede que a Administração prossiga na apuração das inconsistências identificadas. Ao contrário, permite que tais questões sejam submetidas novamente à apreciação administrativa, em procedimento devidamente instruído e com efetiva participação da entidade interessada.
Nesse sentido, os autos deverão retornar à fase administrativa de análise da prestação de contas, cabendo à unidade competente promover a formal notificação da ASSAUMEX acerca das irregularidades e pendências identificadas, com a indicação clara dos pontos que demandam esclarecimento e da documentação necessária à sua eventual regularização.
Deverá ser assegurado à entidade prazo razoável e juridicamente adequado para apresentação de defesa, justificativas, documentos complementares e demais elementos capazes de esclarecer ou sanar as inconsistências apontadas, em observância aos arts. 5º, LIV e LV, da Constituição Federal, bem como aos princípios da legalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade e segurança jurídica que regem a atuação administrativa.
De igual modo, quando juridicamente cabível e constatada a existência de eventual prejuízo ao erário, deverá ser oportunizada à entidade a possibilidade de promover a respectiva recomposição voluntária, antes da adoção de medidas administrativas de natureza excepcional destinadas à apuração de responsabilidade e ressarcimento.
Somente após a conclusão regular dessa etapa, com a análise da manifestação e da documentação eventualmente apresentada pela ASSAUMEX, deverá a Administração proceder à reavaliação da prestação de contas e à definição das medidas subsequentes cabíveis.
Caso, após o regular saneamento do procedimento, persistam irregularidades relevantes, reste caracterizado eventual dano ao erário e estejam presentes os demais pressupostos legais e regulamentares, poderá a Administração avaliar, de forma devidamente motivada, a necessidade de instauração de nova Tomada de Contas Especial, observadas as normas de regência.

Dessa forma, o retorno dos autos à fase de prestação de contas não representa arquivamento, absolvição ou reconhecimento da regularidade das contas, mas tão somente a recomposição da regularidade procedimental, permitindo que eventual responsabilização seja apurada de maneira legítima, fundamentada e em estrita observância ao devido processo administrativo.

2.5. Dos prazos decorrentes do saneamento e da renovação dos atos processuais.

O retorno dos autos à fase administrativa de análise da prestação de contas não constitui mera retomada da tramitação anteriormente realizada, mas recomposição da sequência procedimental que foi interrompida pela prática de atos sem a observância das etapas administrativas antecedentes necessárias.

Em razão da natureza saneadora da presente decisão e da anulação dos atos processuais atingidos pelo vício, os atos necessários à recomposição da fase procedimental deverão ser renovados, observando-se, a partir dos respectivos marcos processuais, os prazos legalmente estabelecidos. Assim, não se trata de mera suspensão ou continuidade dos prazos anteriormente em curso, mas de renovação dos atos processuais atingidos pelo vício, com a consequente observância dos prazos legais a partir dos novos marcos processuais estabelecidos pela recomposição do procedimento.

Nesse sentido, a análise da prestação de contas deverá observar a sequência procedimental adequada, compreendendo, em síntese: (i) o recebimento e a análise da prestação de contas; (ii) a identificação de eventual irregularidade ou omissão; (iii) a formal notificação da organização da sociedade civil; (iv) a oportunidade de saneamento das irregularidades ou cumprimento das obrigações; (v) eventual prorrogação, quando juridicamente cabível; (vi) a nova análise pela Administração; (vii) a decisão quanto à prestação de contas; e, somente se persistirem irregularidades e eventual dano ao erário, (viii) a adoção das medidas administrativas antecedentes à eventual instauração de Tomada de Contas Especial.

No que se refere especificamente à oportunidade de saneamento, a nova notificação da ASSAUMEX deverá observar o disposto no art. 70, § 1º, da Lei Federal nº 13.019/2014, assegurando-se à entidade o prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, contado da respectiva ciência, para sanar as irregularidades ou cumprir as obrigações indicadas pela Administração, admitida, quando cabível e mediante justificativa, a prorrogação por igual período, nos termos da legislação aplicável.

Após a manifestação da entidade ou o decurso do prazo concedido, deverá ser realizada nova análise administrativa da prestação de contas, com apreciação dos documentos, justificativas e demais elementos apresentados, certificando-se nos autos o resultado da análise e as providências subsequentes.

Quanto ao prazo para apreciação da prestação de contas, deverá ser observado o disposto no art. 71, caput, da Lei Federal nº 13.019/2014, de até 150 (cento e cinquenta) dias, contado conforme o respectivo marco legal, admitida a prorrogação nas hipóteses e condições legalmente previstas.

Considerando, entretanto, que os atos praticados na fase anterior foram atingidos pela anulação ora determinada e que a presente decisão possui natureza saneadora, a apreciação da prestação de contas deverá ser realizada novamente no âmbito da fase procedimental ora restabelecida, observando-se o respectivo prazo legal a partir do novo marco processual definido pela renovação dos atos, e não simplesmente mediante o aproveitamento da tramitação realizada no procedimento viciado.

A renovação da fase administrativa não significa reconhecimento da regularidade das contas, tampouco implica afastamento das irregularidades anteriormente identificadas. Significa, tão somente, que tais irregularidades deverão ser novamente submetidas à apreciação administrativa, com plena observância do contraditório, da ampla defesa e dos prazos legalmente estabelecidos.

Somente após a conclusão válida dessa fase, persistindo irregularidades e eventual dano ao erário, deverão ser adotadas as medidas administrativas destinadas à sua caracterização ou elisão, à identificação dos responsáveis, à cobrança administrativa e à busca da recomposição voluntária dos valores, observando-se o contraditório e a ampla defesa.

Somente após o efetivo esgotamento das medidas administrativas antecedentes poderá ser avaliada a presença dos pressupostos necessários à eventual instauração de nova Tomada de Contas Especial, não sendo juridicamente adequado utilizar a TCE para suprir ou substituir as etapas administrativas que devem necessariamente precedê-la.

Todos os atos praticados em cumprimento à presente decisão deverão ser formalmente documentados nos autos, com a indicação das respectivas datas, da ciência da entidade, dos termos inicial e final dos prazos aplicáveis, das eventuais diligências realizadas, das manifestações apresentadas e das respectivas conclusões administrativas.

•

DISPOSITIVO

Diante do exposto, considerando as conclusões constantes da Nota Técnica nº 15/2026 da Controladoria-Geral do Município, o disposto na Lei Federal nº 13.019/2014, nas normas regulamentares aplicáveis às Tomadas de Contas Especiais e nos princípios que regem a Administração Pública, DECIDO:

I – ACOLHER as conclusões e recomendações constantes da Nota Técnica nº 15/2026 da Controladoria-Geral do Município, reconhecendo a existência de vício procedimental na condução da prestação de contas e na instauração da Tomada de Contas Especial nº 02/2026;

II – ANULAR, com fundamento no poder-dever de autotutela administrativa, os atos administrativos praticados a partir da decisão que reprovou a prestação de contas da ASSAUMEX, em razão da inobservância das etapas procedimentais necessárias ao regular prosseguimento da apuração;

III – DETERMINAR o retorno dos autos à fase administrativa de análise da prestação de contas do Termo de Fomento nº 24/2023, para recomposição da sequência procedimental e renovação dos atos atingidos pelo vício, observando-se, a partir dos respectivos marcos processuais, os prazos legalmente estabelecidos;

IV – DETERMINAR à Comissão responsável pela análise da prestação de contas que proceda à formal notificação da ASSAUMEX – Associação dos Amigos e Usuários de Medicamentos Excepcionais, acerca das irregularidades e pendências identificadas, com indicação clara dos fatos constatados e das providências necessárias, assegurando-se à entidade o prazo previsto no art. 70, § 1º, da Lei Federal nº 13.019/2014, de até 45 (quarenta e cinco) dias, contado da ciência da notificação, para saneamento das irregularidades ou cumprimento das obrigações, admitida eventual prorrogação por igual período, quando juridicamente cabível e devidamente justificada;

V – DETERMINAR que, apresentada a manifestação da entidade ou decorrido o prazo concedido, a Comissão responsável proceda à nova análise da prestação de contas, com apreciação dos documentos, justificativas e demais elementos apresentados, observando-se o prazo previsto no art. 71, caput, da Lei Federal nº 13.019/2014, e as hipóteses legais de prorrogação;

VI – DETERMINAR que, persistindo irregularidades após a conclusão da fase de saneamento, sejam adotadas as medidas administrativas cabíveis para a caracterização ou elisão de eventual dano ao erário, identificação dos responsáveis e busca da recomposição dos valores, inclusive mediante cobrança administrativa e oportunidade de recomposição voluntária, observados o contraditório e a ampla defesa;

VII – ESTABELECER que somente após o regular esgotamento das medidas administrativas antecedentes, e permanecendo presentes os pressupostos legais e regulamentares, seja avaliada a necessidade de eventual instauração de nova Tomada de Contas Especial;

VIII – DETERMINAR que todos os atos praticados em cumprimento à presente decisão sejam devidamente documentados nos autos, com registro das respectivas datas, notificações, manifestações, diligências, prazos e conclusões administrativas;

IX – DETERMINAR que, caso a Tomada de Contas Especial nº 02/2026 já tenha sido comunicada ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, seja promovida a comunicação da presente decisão à Corte de Contas, para ciência e atualização dos registros pertinentes;

X – DETERMINAR o encaminhamento de cópia desta decisão à Controladoria-Geral do Município, à Secretaria Municipal de Saúde e aos demais setores envolvidos, para conhecimento e adoção das providências de suas respectivas competências, permanecendo os autos em tramitação administrativa até o cumprimento das providências ora determinadas.

São Gotardo/MG, 26 de agosto de 2026.

MAKOTO EDISON SEKITA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna de Cássia Lima
Código Identificador:0784ADDD

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE
RESOLUÇÃO APROVANDO A AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL DE FUNCIONAMENTO

Resolução Nº 005, de 26 de agosto de 2026.

Dispõe sobre a aprovação de empreendimentos para fins de expedição de Licença Ambiental Simplificada – Relatório Ambiental Simplificado (LAS-RAS), Classe 3; e Licença Ambiental Simplificada – Cadastro (LAS-Cadastro), Classe 1; pelo Conselho Municipal de Conservação e Defesa do Meio Ambiente do Município de São Gotardo.

Considerado o disposto no art. 10, IV c/c art. 11, III ambos do Decreto Municipal nº 096, de 01 de julho de 2019, que traz a modalidade de licenciamento ambiental.
O Conselho Municipal de Conservação e Defesa do Meio Ambiente do Município de São Gotardo, no uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade de dar cumprimento ao disposto no artigo 46 da Lei Complementar Municipal nº 184, de 22 agosto de 2018; no artigo 5º, XII c/c artigo 25 ambos da Lei Municipal nº 2.348, de 03 de junho de 2019; e no artigo 2º, §2º da Resolução CODEMA nº 001, de 11 de setembro de 2019, resolvendo:

Artigo 1º - Fica aprovado o empreendimento abaixo listado, autorizando-se a expedição de Licença Ambiental Simplificada – Relatório Ambiental Simplificado (LAS-RAS), Classe 3; e Licença Ambiental Simplificada – Cadastro (LAS-Cadastro), Classe 1, referente aos respectivos processos ambientais:

01	**PROCESSO AMBIENTAL Nº 26033101/2026 – FAZENDA CRUVINEL E BOA SORTE – MATRÍCULA Nº 26.326, 26.327 E 26.328 –** Licenciamento Ambiental Simplificado – Relatório Ambiental Simplificado, LAS-RAS (Classe 3).
02	**PROCESSO AMBIENTAL Nº 26062501/2026 – FAZENDA LOTES 77 E 79 PADAP - MATRÍCULAS Nº 27.267 E 27.263–** Licenciamento Ambiental Simplificado – Relatório Ambiental Simplificado, LAS-RAS (Classe 3).
03	**PROCESSO AMBIENTAL Nº 26081401/2026 – GERALEITE AGRONEGÓCIOS S/A –** Licenciamento Ambiental Simplificado – Cadastro, LAS-Cadastro (Classe 1).

Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Gotardo/Minas Gerais, 26 de agosto de 2026.

DENER HENRIQUE DE CASTRO
Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Presidente do CODEMA
SISMAM

Publicado por:
Dener Henrique de Castro
Código Identificador:DD9495C8

SETOR DE CONVÊNIOS
JUSTIFICATIVA DE CHAMAMENTO PÚBLICO E TERMO DE FOMENTO 54-2026- SPARTA ESPORTE CLUBE - LEI 3006- 100.000,00

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

Instrumento: Termo de Fomento
Proponente/OSC: Sparta Esporte Clube
CNPJ: 20.055.273/0001-40
Endereço: Rua Professora Maria Coeli Franco, nº 09, Centro, São Gotardo/MG
Representante Legal: Francisco Miguel da Silva – Presidente
Valor do Fomento: R$ 100.000,00 (cem mil reais)
Objeto: Execução de ações conjuntas de incentivo ao futebol amador e de base, abrangendo o custeio parcial da participação do Sparta Esporte Clube em campeonato desportivo regional (12 jogos), a manutenção operacional das equipes, e a promoção de jogos de integração preliminares com as escolinhas desportivas de base locais e times master antes das partidas principais, promovendo lazer comunitário e recolhimento de doações solidárias.
I – DO OBJETO E DA RELEVÂNCIA PÚBLICA DO FOMENTO
A presente parceria visa conjugar esforços entre o Município de São Gotardo e o Sparta Esporte Clube para a execução de ações de incentivo ao futebol amador e de base, abrangendo o custeio parcial da participação da entidade em campeonato desportivo regional, a manutenção operacional das equipes e a realização de jogos de integração preliminares com as escolinhas desportivas de base locais e equipes master antes das partidas principais.
As ações propostas possuem relevante interesse público, na medida em que promovem o incentivo à prática esportiva, o desenvolvimento do futebol amador e de base, a integração entre crianças, jovens, adultos e comunidade, bem como a oferta de atividades de lazer e convivência social.
O projeto prevê, ainda, a realização de ações de caráter solidário, mediante o recolhimento de doações de alimentos não perecíveis nos dias dos eventos, destinados a entidades de assistência social locais, ampliando o alcance social da iniciativa esportiva.
O Sparta Esporte Clube constitui entidade desportiva de caráter amador com atuação no Município de São Gotardo, e sua participação em competição regional contribui para a representação esportiva do Município, para a mobilização da comunidade e para o fortalecimento das atividades esportivas locais.
A iniciativa também possui potencial de promover a circulação de atletas, familiares, torcedores e visitantes no Município durante a realização das partidas, contribuindo para o lazer comunitário e para a movimentação da economia local.
A parceria encontra fundamento no artigo 217 da Constituição Federal, segundo o qual é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada cidadão.
II – DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS DA INEXIGIBILIDADE
A Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, estabelece normas gerais para as parcerias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil, mediante termos de colaboração, termos de fomento ou acordos de cooperação.
Nos termos do artigo 31 da referida Lei, o chamamento público será considerado inexigível quando houver inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, nas hipóteses legalmente previstas.
Dispõe o artigo 31, inciso II, da Lei Federal nº 13.019/2014:
"Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica.
II – o objeto da parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000."
No presente caso, encontra-se configurada a hipótese prevista no inciso II do artigo 31, uma vez que a parceria decorre de autorização legal específica que identifica expressamente a entidade beneficiária.
A Lei Municipal nº 3.006, de 21 de julho de 2026, autorizou o Poder Executivo Municipal a repassar recursos financeiros ao Sparta Esporte Clube, expressamente identificado na legislação, no valor de até R$ 100.000,00 (cem mil reais), mediante celebração de parceria na modalidade Termo de Fomento.
A referida legislação estabelece, ainda, que os recursos serão destinados às ações de incentivo ao desporto de base e amador, ao custeio de despesas logísticas e de arbitragem e à manutenção das atividades de representação oficial do Município em torneios desportivos, conforme as especificações constantes do Plano de Trabalho homologado pela Secretaria Municipal de Esporte.
Dessa forma, a autorização legislativa específica e a identificação nominal da Organização da Sociedade Civil beneficiária caracterizam a hipótese legal de inexigibilidade de chamamento público prevista no artigo 31, inciso II, da Lei Federal nº 13.019/2014.
III – DA AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA E DA VINCULAÇÃO AO PLANO DE TRABALHO

A Lei Municipal nº 3.006, de 21 de julho de 2026, constitui autorização legislativa específica para o repasse de recursos ao Sparta Esporte Clube, estabelecendo o limite de até R$ 100.000,00 (cem mil reais).
O Plano de Trabalho apresentado pela entidade integra a documentação do processo administrativo e detalha o objeto da parceria, as ações a serem executadas, as metas, o cronograma de execução e o plano de aplicação dos recursos.
O objeto constante do Plano de Trabalho consiste na execução de ações conjuntas de incentivo ao futebol amador e de base, abrangendo o custeio parcial da participação do Sparta Esporte Clube em campeonato desportivo regional, a manutenção operacional das equipes e a realização de jogos de integração preliminares com as escolinhas desportivas de base locais e equipes master antes das partidas principais, promovendo lazer comunitário e recolhimento de doações solidárias.
A aplicação dos recursos deverá observar integralmente o objeto e as especificações constantes do Plano de Trabalho aprovado e homologado pela Secretaria Municipal de Esporte, em conformidade com a legislação aplicável.
IV – DA RELEVÂNCIA PÚBLICA E DO INTERESSE MUNICIPAL
A parceria proposta está diretamente relacionada às políticas públicas municipais de incentivo ao esporte e ao lazer, especialmente no que se refere ao fortalecimento do futebol amador e de base e à promoção de atividades esportivas abertas à participação da comunidade.
A participação do Sparta Esporte Clube em competição desportiva regional representa forma de representação oficial do Município no âmbito esportivo, ao mesmo tempo em que proporciona oportunidades de integração e desenvolvimento das atividades de base.
As ações previstas para os jogos preliminares ampliam o alcance da parceria para além da equipe principal, permitindo a participação de escolinhas desportivas de base e equipes master, promovendo convivência, lazer e integração entre diferentes públicos.
O recolhimento de alimentos não perecíveis durante os eventos também acrescenta caráter social à iniciativa, mediante posterior destinação das doações a entidades de assistência social locais.
V – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
A despesa decorrente da presente parceria possui previsão orçamentária na seguinte dotação:
Código da despesa: 33.50.41.00 Ficha:1085 Fonte: 1500
Detalhamento da Ficha: Patrocínio a Equipes da Cidade em Eventos Esportivos – CONTRIBUIÇÕES
O valor do fomento será de R$ 100.000,00 (cem mil reais), respeitado o limite autorizado pela Lei Municipal nº 3.006/2026 e as condições estabelecidas no Plano de Trabalho.
VI – DA REGULARIDADE E DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL
O prosseguimento da parceria fica condicionado à regular instrução do processo administrativo, com a apresentação e análise da documentação exigida pela legislação aplicável, inclusive quanto à comprovação da regularidade jurídica, fiscal, previdenciária e trabalhista da Organização da Sociedade Civil, bem como ao atendimento dos demais requisitos previstos na Lei Federal nº 13.019/2014 e na legislação municipal pertinente.
A celebração do Termo de Fomento deverá observar as condições estabelecidas no Plano de Trabalho e os princípios que regem a Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e economicidade.
A entidade ficará responsável pela execução do objeto e pela prestação de contas dos recursos recebidos, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014, da regulamentação municipal aplicável e das condições estabelecidas no instrumento de parceria.
VII – DA CONCLUSÃO
Diante de todo o exposto, considerando:
I – a relevância pública do objeto, voltado ao incentivo ao futebol amador e de base, à promoção do esporte, do lazer e da integração comunitária;
II – a finalidade de representação oficial do Município em competição desportiva regional;
III – a previsão de ações de integração com escolinhas desportivas de base e equipes master, bem como de ações de caráter solidário;
IV – a existência da Lei Municipal nº 3.006, de 21 de julho de 2026, que autorizou expressamente o Poder Executivo Municipal a repassar recursos financeiros ao Sparta Esporte Clube, identificado nominalmente como entidade beneficiária;
V – o enquadramento da situação na hipótese prevista no artigo 31, inciso II, da Lei Federal nº 13.019/2014;
VI – a existência de dotação orçamentária para a execução da parceria; e
VII – a apresentação de Plano de Trabalho contendo o detalhamento do objeto, das ações, das metas, do cronograma de execução e do plano de aplicação dos recursos;
JUSTIFICA-SE A INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO para a celebração de Termo de Fomento com o Sparta Esporte Clube, inscrito no CNPJ nº 20.055.273/0001-40, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), com fundamento no artigo 31, inciso II, da Lei Federal nº 13.019/2014.
O prosseguimento da parceria fica condicionado à regular instrução do processo administrativo, à aprovação do Plano de Trabalho, ao atendimento dos requisitos legais pela entidade e ao cumprimento das demais exigências previstas na legislação aplicável.
Publique-se a presente justificativa no sítio oficial do Município de São Gotardo, para fins de publicidade e transparência, nos termos do artigo 32 da Lei Federal nº 13.019/2014.

São Gotardo/MG, 05 de agosto de 2026.

ADRIENE INÊS SELENITA DOS SANTOS
Secretaria Municipal de Esporte

TERMO DE FOMENTO Nº 54/2026

Termo de Fomento que entre si celebram o município de São Gotardo/MG e a Organização da Sociedade Civil, SPARTA ESPORTE CLUBE, tendo como objeto a execução de ações conjuntas de incentivo ao futebol amador e de base, abrangendo o custeio parcial da participação do Sparta Esporte Clube em campeonato desportivo regional (12 jogos), a manutenção operacional das equipes, e a promoção de jogos de integração preliminares com as escolinhas desportivas de base locais e times master antes das partidas principais, promovendo lazer comunitário e recolhimento de doações solidárias.

MUNICÍPIO DE SÃO GOTARDO, pessoa jurídica de Direito Público, , inscrita no CNPJ sob o nº 18.602.037/0001-55, com endereço na Rua Professora Maria Coeli Franco, 13, Centro, São Gotardo/MG, neste ato representado pela Secretária Municipal do Esporte, ADRIENE INÊS SELENITA DOS SANTOS, nomeada por meio de Decreto nº 004 de 01 de janeiro de 2025, portadora da Carteira de Identidade nº MG- 12.546822 Órgão Expedidor SSP/MG e inscrita no CPF nº 051.369.396-30, residente e domiciliada em São Gotardo; e o SPARTA ESPORTE CLUBE situado na Rua Professora Maria Coeli Franco, nº 09 , bairro Centro, município de São Gotardo/MG, CEP 38.800-000, inscrita no CNPJ sob o nº 20.055.273/0001-40, neste ato representada por seu Presidente FRANCISCO MIGUEL DA SILVA, residente e domiciliado na Rua Vereador Vicente Teixeira, nº 425, Projeto Solar , no município de São Gotardo , CEP: 38.800-000, portador da Carteira de Identidade nº M4.580.481 Órgão Expedidor SSP/MG, e CPF sob o nº 553.932.926-00; ambos em conjunto denominados PARCEIROS, sujeitando-se, no que couber, RESOLVEM celebrar o presente Termo de Fomento, decorrente da Inexigibilidade de Chamamento Público nº 54/2026, tendo em vista o que consta do Processo n. 54/2026 e em observância às disposições da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, do Decreto nº 220 de 10 de novembro de 2017, Lei Municipal nº 3.006 de 21 de julho de 2026, que autorizaram o repasse financeiro à Organização da Sociedade Civil, e sujeitando-se, no que couber, ao Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentária e à Lei Orçamentária Anual, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente Termo de Fomento tem por objeto a execução de ações conjuntas de incentivo ao futebol amador e de base, abrangendo o custeio parcial da participação do Sparta Esporte Clube em campeonato desportivo regional (12 jogos), a manutenção operacional das equipes, e a promoção de jogos de integração preliminares com as escolinhas desportivas de base locais e times master antes das partidas

principais, promovendo lazer comunitário e recolhimento de doações solidárias. O objeto do Termo de Fomento é de relevância pública e social definido no Plano de Trabalho, que rubricado pelas partes, integra o presente instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARCEIROS

2.1 São obrigações comuns dos PARCEIROS:
I – Conjugar esforços e cooperar um com o outro para a plena realização do objeto;
II – Promover publicidade e transparência das informações referentes a esta parceria;
III – Fornecer, quando requisitadas pelos órgãos de controle interno e externo e nos limites de sua competência específica, informações relativas à parceria independente de autorização judicial; e
IV – Priorizar a busca por soluções pacíficas e extrajudiciais, na hipótese de qualquer dúvida ou controvérsia sobre a interpretação e cumprimento deste Termo;

2.2 São obrigações do MUNICÍPIO:
I – Transferir os recursos para a execução deste objeto;
II – Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
III – Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, antes e durante a vigência do objeto;
IV – Promover a transferência dos recursos financeiros para conta bancária específica indicada pela OSC;
V – Aplicar as penalidades previstas e proceder às sanções administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos;
VI – Publicar o extrato deste instrumento no Diário Oficial e respectivas alterações, se for o caso;
VII – Receber e analisar as prestações de contas encaminhadas pela OSC;
VIII – Elaborar parecer sobre a prestação de contas da OSC, a fim de atender os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, conforme artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal e avaliar se houve aplicação correta dos recursos no Plano de Trabalho apresentado, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014;
IX – Aplicar as penalidades previstas neste instrumento;
X – Sempre que solicitado, prestar informações e esclarecimentos referente à parceria aos integrantes da OSC;
XI – Designar o gestor da parceria e os membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação;

2.3 São obrigações da OSC:
I – Responsabilizar-se pela execução do objeto do Termo de Fomento, especificado no plano de trabalho;
II – Prestar informações e esclarecimentos sempre que solicitados, desde que necessários ao acompanhamento e controle da execução do objeto;
III – Permitir o livre acesso dos agentes da administração pública, dos membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação, do controle interno e do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais aos processos, documentos e informações relacionadas a este Termo de Fomento, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;
IV – Divulgar esta parceria em seu sítio na internet, redes e mídias sociais digitais, e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, conforme previsto no art. 11 da Lei Federal n.º 13.019/2014;
V – Responsabilizar-se pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, conforme o caso;
VI – Responsabilizar-se pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do Termo de Fomento, mantendo as certidões negativas em dia, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;
VII – não remunerar com os recursos repassados: (a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal; (b) servidor ou empregado público, inclusive que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública municipal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; (c) pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra a administração pública ou contra o patrimônio público, de crimes eleitorais sujeitos a pena privativa de liberdade, e de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores;
VIII – Comprovar a exata aplicação da parcela anteriormente repassada, na forma da legislação aplicável, mediante procedimento da fiscalização da administração pública municipal;
IX – Não praticar desvio de finalidade na aplicação do recurso, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da administração pública nas contratações e demais atos praticados na execução da parceria e deixar de adotar as medidas saneadoras eventualmente apontadas pela administração pública;
X – Prestar todos os serviços, conforme Plano de Trabalho, em anexo, mediante a contratação dos profissionais e pagamento dos respectivos salários, gerenciamento e coordenação dos trabalhos, ficando vedada a redistribuição dos recursos à outra Organização da Sociedade Civil, congênere ou não;
XI – Observar todos os critérios de qualidade técnica, eficiência, economicidade, prazos e os custos previstos;
XII – Comprovar todas as despesas por meio de nota fiscal eletrônica ou recibo de autônomo (RPA), ficando vedadas informações genéricas ou sem especificações dos serviços efetivamente prestados, comprovado por meio de controles ou registros, além de demonstrar os custos praticados ou ajustados de forma a permitir a conferência atinente à regularidade dos valores pagos;
XIII – Justificar o preço das despesas efetuadas, com entrega das cotações, pesquisa de preços e outros documentos pertinentes, para fins de comprovação de razoabilidade e compatibilidade com o mercado, par afins de aquisição de materiais e serviços.
XIV – Aplicar os recursos repassados pelo Município e os correspondentes à sua contrapartida, exclusivamente no objeto constante na Cláusula Primeira;
XV – Comprovar a existência de conta bancária específica e exclusiva para o presente instrumento, nesta efetuando todas as movimentações financeiras relacionadas aos recursos do presente termo;
XVI – Não aplicar taxa de administração ou despesas administrativas como condição para a execução do presente objeto;
XVII – Ressarcir aos cofres públicos, ao final da parceria, o saldo remanescente oriundo das aplicações dos recursos financeiros;
XVIII – Promover a devolução aos cofres públicos dos recursos financeiros não aplicados corretamente conforme o Plano de Trabalho;
XIX – Comprovar de forma integral no final do Termo de Fomento todas as metas quantitativas e atendimentos de maneira nominal, constante no Plano de Trabalho;
XX – Manter-se adimplente com o Poder Público no que tange a prestação de contas de exercícios anteriores.
XXI – Manter sua habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e previdenciária devidamente regularizada durante toda a vigência da parceria; e
XXII – Comunicar ao Município a substituição dos responsáveis pela OSC, assim como alterações em seu Estatuto;
XXIII – Apresentar até 10 (dez) dias, após o encerramento de cada trimestre, relatório sobre a execução da parceria, apresentando comparativo específico das metas propostas com os resultados quantitativos e qualitativos alcançados.
XXIV – Prestar contas na forma fixada na Cláusula Sexta, mantendo a guarda dos documentos pelo prazo de 10 (dez) anos, contados do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas final ou do decurso do prazo para a sua apresentação;
XXV – Garantir o cumprimento da contrapartida em bens e serviços conforme estabelecida no Plano de Trabalho, se for o caso.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 O MUNICÍPIO transferirá à OSC o valor total de R$ 100.000,00 (cem mil reais), de acordo com o cronograma de desembolso e com o plano de aplicação previstos no Plano de Trabalho aprovado, anexo

único deste instrumento, em conta corrente específica nº 15.708-2, Agência 3267, SICOOB CREDISG, de titularidade de OSC.

3.2 Os recursos serão automaticamente aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, todos com liquidez diária, enquanto não empregados na sua finalidade.

3.3 O repasse dos recursos financeiros a que se refere esta cláusula será efetuado conforme o seguinte planejamento:

Parcelas Valor Data estipulada
1 R$ 100.000,00 AGOSTO/ 2026 Valor Total R$ 100.000,00

3.4 Toda a movimentação financeira deve ser efetuada, obrigatoriamente, em conta corrente específica da parceria, isenta de tarifa bancária, em agência de instituição financeira autorizada, regulada ou supervisionada pelo Banco Central.

3.5 Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos;

3.6 As despesas decorrentes da execução deste Termo de Fomento, ocorrerão à conta de recursos alocados no respectivo orçamento do MUNICÍPIO, na dotação orçamentária a seguir informada, ou suas equivalentes para os próximos exercícios financeiros:

Ficha 1085 - Código da despesa: 33.50.41.00 - Fonte : 1500 Valor: R$ 100.000,00
Detalhamento da ficha: Patrocínio a Equipes da Cidade em Eventos Esportivos - CONTRIBUIÇÕES
Repasse referente a subvenção

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

4.1 Os recursos somente poderão ser utilizados para pagamento de despesas constantes do Plano de Trabalho, nas hipóteses previstas na Lei nº 13.019/14, vedada sua utilização em finalidade diversa da pactuada neste instrumento.

4.2 Toda movimentação de recursos no âmbito desta parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação eletrônica do beneficiário final. Os pagamentos devem ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, por meio da Transferência Eletrônica Disponível – TED –, Documento de Ordem de Crédito – DOC –, PIX, débito em conta e boleto bancário, todos sujeitos à identificação do beneficiário final.

4.3 Demonstrada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, excepcionalmente, poderá admitir a realização de pagamentos em espécie ou cheques nominais e cruzados, desde que devidamente justificado.

4.4 Os recursos transferidos pelo MUNICÍPIO não poderão ser utilizados para despesas efetuadas em período anterior ou posterior à vigência da parceria, permitido o pagamento de despesas após o término da parceria, desde que a constituição da obrigação tenha ocorrido durante a vigência da mesma e esteja prevista no plano de trabalho, sendo a realização do pagamento limitada ao prazo para apresentação da prestação de contas final.

4.4.1 O pagamento das verbas rescisórias da equipe de trabalho da organização da sociedade civil, poderá ser realizada ainda que após o término da execução da parceria, desde que provisionada e proporcional ao período de atuação do profissional na execução das metas previstas no plano de trabalho.

4.5 A OSC deverá restituir o saldo residual dos recursos, inclusive com os rendimentos não utilizados, caso não efetue a boa execução dos recursos.

4.6 A inadimplência ou irregularidade na prestação de contas inabilitará a OSC a participar de novos parceriais, acordos ou ajustes com a Administração Municipal.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE PELO VÍNCULO TRABALHISTA, PREVIDENCIÁRIO, FISCAL E COMERCIAL

5.1 A OSC é exclusivamente responsável pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao seu funcionamento e ao adimplemento do termo de Fomento, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária do MUNICÍPIO os respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição a sua execução.

5.2 A inadimplência da OSC em relação às obrigações previstas no item anterior não transfere ao MUNICÍPIO a responsabilidade por seu pagamento.

5.3 A remuneração de equipe de trabalho com recursos transferidos pelo MUNICÍPIO não gera vínculo trabalhista ao MUNICÍPIO.

CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

6.1 A prestação de contas tem por objetivo o controle de resultados e deverá conter elementos que permitam verificar o cumprimento do objeto da parceria e o alcance das metas e dos resultados previstos.

6.2 A prestação de contas do presente Termo de Fomento deverá ser de maneira parcial, de em carater mensal, isso é, após o efetivo gasto do recurso na conta bancária (data da saída do valor no extrato bancário), a OSC deverá apresentar os devidos comprovantes, notas ficais e afins em até 30 (trinta) dias. Ficando ainda ressalvado, que após a finalização do Termo de Fomento, a OSC deverá prestar contas em definitivo no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do término da parceria.

6.3 A OSC deverá apresentar, conforme previsto no plano de trabalho, relatório de execução do objeto, que deverá conter:
I – descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
II – demonstração do alcance das metas;
III – documentos de comprovação da execução das ações e do alcance das metas que evidenciem o cumprimento do objeto, definidos no plano de trabalho como meios de verificação, como listas de presenças, fotos, vídeos e outros;
IV – documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida em bens ou serviços, quando houver;
V – relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver;
VI – justificativa na hipótese de não cumprimento do alcance das metas.

6.3.1 O relatório de que trata este item deverá fornecer elementos para avaliação:
I – dos impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas;
II – do grau de satisfação do público-alvo, quando pesquisado;

6.4 A OSC deverá obter de seus fornecedores e prestadores de serviços notas, comprovantes fiscais ou recibos, com data, valor, nome e número de inscrição no CNPJ da OSC e do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço, para fins de comprovação das despesas.

6.4.1 No caso de pagamento encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao seu funcionamento e ao adimplemento do termo de Fomento, é obrigatória a apresentação de cópia dos comprovantes referentes aos pagamentos das obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, ficando dispensada a inserção de notas, comprovantes fiscais ou recibos.

6.5 A OSC deverá manter a guarda dos documentos originais relativos à execução das parcerias pelo prazo de dez anos, contados do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas final ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

6.6 Nas parcerias com vigência igual ou superior a um ano, a OSC deverá apresentar prestação de contas anual, exclusivamente com relação ao desenvolvimento de seu objeto, para fins de monitoramento do cumprimento das metas previstas no plano de trabalho.

6.5.1 A prestação de contas anual deverá ser apresentada no prazo de até 30 (trinta) dias;

6.5.2 A prestação de contas consistirá na apresentação do relatório de execução do objeto, que deverá observar o disposto no item 6.3.

6.6 A OSC deverá apresentar a prestação de contas final, por meio de relatório final de execução do objeto, que deverá conter os elementos previstos no item 6.2, no prazo de até trinta dias, contado do dia seguinte ao término da vigência da parceria

6.6.1 Caso haja saldo não gasto, deverá ser apresentado na prestação de contas final o comprovante de recolhimento do saldo remanescente de que trata o art. 52 da Lei Federal nº 13.019/14, e eventual provisão de reserva de recursos para pagamento das verbas rescisórias de que trata o § 3º e §4º do art. 44 do Decreto nº. 16.746/17 e o inciso I do art. 46 da Lei Federal nº 13.019/14.

6.6.2 O MUNICÍPIO analisará a prestação de contas final em até noventa dias, contados da data de recebimento do relatório final de execução do objeto, prorrogável justificadamente por igual período.

6.6.3 A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela Administração Pública Municipal deverá dispor sobre:
a) Aprovação da prestação de contas;
b) Aprovação da prestação de contas com ressalvas, mesmo que cumpridos o objeto e as metas da parceria, estiver evidenciada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte dano ao erário;
c) Rejeição da prestação de contas, quando houver omissão no dever de prestar contas, descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidas no plano de trabalho, desfalque ou desvio de dinheiro, bens valores e dano ao erário,m com a imediata determinação das providências administrativas e judiciais cabíveis para devolução dos valores aos cofres públicos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

7.1 As ações de monitoramento e avaliação terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular das parcerias, diante do que deverão contemplar a análise das informações da parceria e da documentação técnica apresentada.

7.2 O MUNICÍPIO designará um gestor para realizar o acompanhamento e fiscalização desta parceria.

7.3 O MUNICÍPIO designará, em ato específico, os integrantes da comissão de monitoramento e avaliação para analisar os relatórios técnicos de monitoramento e avaliação, que deverão ser por ela homologados.

7.4 O gestor emitirá Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação da parceria e o submeterá à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada para homologação.

7.5 Na hipótese de o relatório técnico de monitoramento e avaliação evidenciar irregularidade ou não comprovação do alcance das metas, ainda que parcial, o gestor da parceria notificará a OSC para, no prazo de 20 (vinte) dias, apresentar justificativa.

7.6 Nas hipóteses em que o monitoramento e avaliação da parceria constate a existência de evidências de irregularidades na aplicação de parcelas anteriormente recebidas; desvio de finalidade da aplicação dos recursos ou o inadimplemento da O.S.C. em relação a obrigações estabelecidas no presente Termo de Fomento; ou em que a O.S.C. deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pelo MUNICÍPIO ou pelos órgãos de controle interno ou externo, o MUNICÍPIO poderá reter as parcelas dos recursos financeiros destinados à O.S.C, até o saneamento das impropriedades constatadas;

7.7 Na hipótese de existência de irregularidade ou inexecução parcial do objeto, mesmo após a notificação da O.S.C. para saná-las, o relatório técnico parcial de monitoramento e avaliação poderá concluir pela rescisão unilateral da parceria, determinando a devolução dos valores repassados relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada e, em não havendo a referida devolução, a instauração de tomada de contas especial.

7.8 O MUNICÍPIO deverá informar à Controladoria-Geral do Município e à Procuradoria-Geral do Município sobre as irregularidades verificadas nas parcerias celebradas.

7.9 A execução da parceria poderá ser acompanhada e fiscalizada pelos conselhos de políticas públicas, sem prejuízo da fiscalização realizada pelo MUNICÍPIO, pelos órgãos de controle e mecanismos de controle social previstos na legislação.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES

8.1 Caso a execução da parceria estiver em desacordo com o estabelecido no Plano de Trabalho e ou com as normas e legislação vigente, o MUNICÍPIO poderá aplicar à OSC sanções de advertência, suspensão temporária e declaração de inidoneidade, na forma da Lei 13.019/2014, sendo garantidos os direitos de ampla defesa e contraditório da OSC.

8.2 Nas hipóteses dos itens 12.2.1 a 12.2.4 da Cláusula Décima Segunda, a rescisão poderá levar à:

8.2.1 Suspensão temporária da participação em chamamento público, suspensão temporária para requerer credenciamento prévio, suspensão temporária do credenciamento prévio e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades do MUNICÍPIO, por prazo não superior a dois anos;

8.2.2 Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público, declaração de inidoneidade para requerer credenciamento prévio, ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o MUNICÍPIO, que será concedida sempre que a O.S.C ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item 8.2.1.

8.3 Na hipótese do item 12.2.2 dessa cláusula a rescisão deverá gerar apuração dos possíveis prejuízos gerados ao MUNICÍPIO.

8.3.1 Havendo constatação de prejuízo para o MUNICÍPIO, a OSC deverá ressarci-lo sob pena de suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades do MUNICÍPIO, pelo prazo máximo de dois anos;

8.3.2 Passado o prazo de dois anos e perdurando os motivos determinantes da punição, a OSC será declarada inidônea para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, até que ocorre o saneamento.

8.4 Quando da conclusão, denúncia ou rescisão da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, deverão ser devolvidos ao MUNICÍPIO, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de instauração de Tomada de Contas Especial providenciada pelo órgão competente do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA NONA - DA DIVULGAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

9.1 Obriga-se a OSC, em razão deste Termo de Fomento, a fazer constar identificação do MUNICÍPIO, nos formulários, cartazes, folhetos, anúncios e matérias na mídia, assim como produtos da

parceria, tais como livros, relatórios, vídeos, internet e outros meios de divulgação, observando a legislação eleitoral vigente.

9.2 A utilização de logomarca, brasão ou demais símbolos do MUNICÍPIO deverão ser previamente autorizados pela Assessoria da Comunicação do Município.

9.3 A OSC compromete-se a publicar no seu sítio eletrônico oficial, quando houver, ou no sítio eletrônico público do Mapa das OSCs, e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerçam suas ações, desde a celebração das parcerias até cento e oitenta dias após a apresentação da prestação de contas final, as informações de que trata o art. 11 da Lei Federal nº 13.019/2014.
9.4 Fica vedada a utilização de símbolos partidários e ou de caráter eleitoral em qualquer material de divulgação.
9.5 O Município publicará o extrato do presente termo de fomento no Diário Oficial do Municipal e no quadro de avisos da Prefeitura Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA

10.1 Este Termo de Fomento, terá vigência do dia 14 de agosto de 2026 até o dia 31 de dezembro de 2026, possibilitada a sua prorrogação, desde que justificada.

10.2 A vigência da parceria poderá ser alterada mediante solicitação fundamentada da OSC por meio de Termo Aditivo, devidamente justificada e formalizada, a ser apresentada ao MUNICÍPIO, em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término da sua vigência, desde que não haja alteração de seu objeto.

10.3 A alteração do prazo de vigência do Termo de Fomento, em decorrência de atraso na liberação dos recursos por responsabilidade do MUNICÍPIO, será promovida “de ofício”, limitada ao período do atraso verificado, por meio de Termo de Apostila.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO

11.1 Este Termo de Fomento, poderá ser alterado, com as devidas justificativas, mediante Termo Aditivo, Certidão de Apostilamento e ajuste no Plano de Trabalho, devendo o respectivo pedido ser apresentado pela OSC com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

11.2 É vedada a alteração do objeto do Termo de Fomento, permitida a ampliação, redução ou exclusão de metas, sem prejuízo da funcionalidade do objeto, desde que respeitados os limites legais e devidamente justificada e aprovada pelo MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1 É facultado aos PARCEIROS rescindirem este instrumento a qualquer tempo, delimitando as respectivas condições, sanções e responsabilidades, estipulando-se prazo mínimo de antecedência para a comunicação dessa intenção, não inferior a 60 (sessenta) dias.

12.2 Esta parceria poderá ser rescindida quando:

12.2.1 Ocorrer o descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nela estabelecidas;

12.2.2 Quando a O.S.C. não sanar as impropriedades constantes do item 7.9 da cláusula sétima;

12.2.3 Pela superveniência de normas legais ou razões de interesse público que a torne formal ou materialmente inexequível;

12.2.4 For denunciada a qualquer tempo, por qualquer das partes mediante prévio aviso com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS BENS PERMANENTES E DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

13.1 Os materiais permanentes a serem adquiridos para a implementação das atividades especificadas na cláusula primeira deverão ser orçados e comprados pelo valor médio de mercado, tendo como norteador os princípios da legalidade, moralidade e economicidade, sob pena de nulidade das despesas.

13.2 Fica desde já definida a titularidade da OSC. acerca dos bens permanentes adquiridos e ou produzidos em razão da execução deste Termo, podendo o MUNICÍPIO reavê-los, após a consecução completa do objeto ou em caso de confirmadas irregularidades, na hipótese de melhor atendimento ao interesse social.

13.2.1 Os materiais permanentes reavidos pelo MUNICÍPIO, serão retirados no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contado da data de notificação da Rescisão dessa parceria.

13.3. É vedada a doação, venda, cessão, empréstimo, transferência ou qualquer outra transmissão de titularidade dos bens permanentes adquiridos e ou produzidos em razão da execução deste Termo;

13.4. Nas hipóteses de produção de bens de propriedade intelectual decorrente da execução do objeto desta parceria, a titularidade dos referidos bens será compartilhada pelos PARCEIROS, ficando sua utilização condicionada à celebração de instrumento próprio, observada a legislação vigente.

13.4.1. Nas hipóteses em que, em virtude da execução do objeto desta parceria, a OSC contratar quaisquer serviços dos quais decorram bens previstos no item

13.4.2. Fica a OSC obrigada a constar do contrato a ser celebrado, cláusula de cessão dos referidos direitos por parte de seu detentor.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. Não logrando êxito na tentativa de conciliação e solução administrativa, fica eleito o foro da comarca de São Gotardo para dirimir os conflitos decorrentes deste Instrumento, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem acordados com os termos dessa parceria as partes firmam em 3 (três) vias de igual teor e forma o presente instrumento.

São Gotardo/MG, 14 de agosto de 2026

ADRIENE INÊS SELENITA DOS SANTOS
Secretária Municipal de Esporte

FRANCISCO MIGUEL DA SILVA
Presidente do SPARTA

Publicado por:
Maria Neli de Oliveira Teixeira
Código Identificador:7016149E

SETOR DE CONVÊNIOS
JUSTIFICATIVA DE INEXIG. DE CHAM. PUBLICO E TERMO DE FOMENTO 59-2026- ASSOCIAÇÃO MTB DO CERRADO DE CICLISMO IMPOSITIVA - 36500,00- LEI 2953

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO
Instrumento: Termo de Fomento
Proponente/OSC: Associação MTB do Cerrado de Ciclismo
CNPJ: 49.924.279/0001-99
Endereço: Avenida Rui Barbosa, nº 566, Centro, São Gotardo/MG
Representante Legal: Heloisio Ribeiro Lopes Junior – Presidente
Valor do Fomento: R$ 36.500,00 (trinta e seis mil e quinhentos reais)
Origem do recurso: Emenda Impositiva Individual – Ofício nº 56/2026 da Câmara Mu-nicipal de São Gotardo

I – DO OBJETO E DA RELEVÂNCIA PÚBLICA DO FOMENTO
A presente parceria visa à realização da 5ª Maratona de MTB, compreendendo a disponibilização de estrutura e serviços necessários à realização do evento, incluin-do locação de estruturas, premiações,

serviços gráficos e materiais de divulgação, hidratação dos participantes e demais despesas diretamente relacionadas à execução do objeto, conforme plano de aplicação dos recursos. A destinação dos recursos de-corre de emenda impositiva individual encaminhada pela Câmara Municipal de São Gotardo por meio do Ofício nº 56/2026, tendo a Associação MTB do Cerrado de Ci-clismo sido indicada como entidade beneficiária.

A Câmara Municipal encaminhou o Plano de Trabalho inicialmente apresentado pela OSC e registrou o endosso dos parlamentares aos seus objetivos, metas e ações, ressalvando expressamente que a análise técnica, jurídica, financeira, docu-mental e de conveniência administrativa permanece sob competência do Poder Execu-tivo e dos órgãos municipais responsáveis pela instrução do procedimento.

No exercício de sua competência administrativa, a Secretaria Municipal de Es-porte procedeu à análise da proposta, promovendo os ajustes necessários para ade-quação do Plano de Trabalho às exigências legais e administrativas aplicáveis, sendo o documento revisado o instrumento que servirá de referência para a formalização e execução da parceria.

A parceria apresenta relevante interesse público por promover o esporte, o ci-clismo, o lazer, a integração comunitária e a realização de atividades esportivas no Município de São Gotardo.

II – DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS DA INEXIGIBILIDADE

A Lei Federal nº 13.019/2014 estabelece, em seu art. 31, que será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou quando as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica.

No presente caso, a análise da inexigibilidade deve considerar as caracterísi-cas concretas do objeto, a finalidade da parceria, a atuação institucional da entidade indicada e os elementos constantes do processo administrativo.

A existência da emenda impositiva individual e a indicação da Associação MTB do Cerrado de Ciclismo pela Câmara Municipal constituem elementos relevantes da formação da demanda pública, mas não substituem a análise administrativa quanto aos requisitos legais da parceria.

Assim, a presente justificativa fundamenta-se na inviabilidade de competição, conforme os elementos técnicos e documentais constantes do processo, devendo a formalização da parceria permanecer condicionada à análise jurídica e ao cumprimento dos demais requisitos legais.

III – DA CARACTERIZAÇÃO DA INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO

A Associação MTB do Cerrado de Ciclismo possui atuação institucional direta-mente relacionada ao ciclismo e ao desenvolvimento de atividades esportivas vincula-das à modalidade Mountain Bike, apresentando compatibilidade entre suas finalidades institucionais e o objeto previsto no Plano de Trabalho.

A entidade possui experiência na realização de atividades e eventos relaciona-dos ao Mountain Bike no Município de São Gotardo, circunstância que contribui para a demonstração de sua capacidade de execução das ações propostas.

A especificidade do projeto, aliada à atuação especializada da entidade na mo-dalidade esportiva objeto da parceria, constitui elemento relevante para a análise da inviabilidade de competição, especialmente diante da destinação específica da emenda impositiva e da indicação da entidade beneficiária pelo Poder Legislativo Municipal.

Ressalta-se que a escolha da OSC não decorre exclusivamente da indicação parlamentar, mas da análise conjunta dos elementos constantes do processo adminis-trativo, especialmente a compatibilidade entre a finalidade institucional da entidade, sua experiência e o objeto do Plano de Trabalho aprovado pelo órgão técnico municipal.

IV – DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO E DA RAZOABILIDADE DOS CUSTOS

O valor de R$ 36.500,00 (trinta e seis mil e quinhentos reais) corresponde ao montante destinado à Associação MTB do Cerrado de Ciclismo por meio da emenda impositiva individual encaminhada pela Câmara Municipal de São Gotardo.

A aplicação dos recursos deverá ocorrer exclusivamente nas despesas previs-tas no Plano de Trabalho aprovado pela Secretaria Municipal de Esporte, observadas as respectivas especificações, quantidades e valores.

A razoabilidade dos custos deverá ser aferida mediante a documentação apre-sentada pela OSC, incluindo orçamento, pesquisa de preços, notas fiscais ou outros documentos aptos a demonstrar a compatibilidade das despesas com os preços prati-cados no mercado, conforme exigências da legislação aplicável e da instrução proces-sual.

A execução financeira deverá observar os princípios da legalidade, economici-dade, eficiência e transparência, bem como a vinculação integral das despesas ao ob-jeto da parceria.

V – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente da presente parceria possui previsão orçamentária na seguinte dotação:

Código da Despesa: 33.50.41.00 1223 CONTRIBUIÇÕES

27.812.0113.4503 EI Associação MTB do Cerrado de Ciclismo

O valor do fomento será de R$ 36.500,00 (trinta e seis mil e quinhentos reais), conforme Plano de Trabalho, com previsão de repasse em parcela única no mês de agosto de 2026.

VI – DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, considerando a destinação da emenda impositiva individual, a indicação da Associação MTB do Cerrado de Ciclismo como entidade beneficiária, a

compatibilidade entre sua finalidade institucional e o objeto proposto, sua experiência na modalidade esportiva e os elementos constantes do processo administrativo, justi-fica-se a inexigibilidade de chamamento público, nos termos do art. 31 da Lei Fede-ral nº 13.019/2014, desde que ratificada pela autoridade competente e após manifesta-ção jurídica favorável quanto ao enquadramento legal.

O prosseguimento do feito fica condicionado à regular instrução do processo, à aprovação do Plano de Trabalho pelo órgão competente, à comprovação da regulari-dade da Organização da Sociedade Civil, à disponibilidade orçamentária e financeira, à manifestação jurídica e ao cumprimento das demais exigências legais e administrativas aplicáveis.

A presente justificativa deverá ser publicada na forma prevista na Lei Federal nº 13.019/2014, assegurando-se a transparência do procedimento e o prazo legal para eventual impugnação.

São Gotardo/MG, 11 de agosto de 2026.

ADRIENE INÊS SELENITA DOS SANTOS
Secretaria Municipal de Esporte

TERMO DE FOMENTO Nº 59/2026

Termo de Fomento que entre si celebram o Município De São Gotardo/MG e a Organização Da Sociedade Civil ASSOCIAÇÃO MTB DO CERRADO DE CICLISMO cujo objeto é a realização da 5ª Maratona de MTB , compreendendo a disponibilização de estrutura e serviços necessários à realização do evento, incluindo locação de estruturas, premiações, serviços gráficos e materiais de divulgação, hidratação dos participantes e demais despesas diretamente relacionadas à execução do objeto, conforme aplicação dos recursos .

MUNICÍPIO DE SÃO GOTARDO, pessoa jurídica de Direito Público, , inscrita no CNPJ sob o nº 18.602.037/0001-55, com endereço na Rua Professora Maria Coeli Franco, 13, Centro, São Gotardo/MG, neste ato representado pela Secretária Municipal do Esporte, ADRIENE INÊS SELENITA DOS SANTOS, nomeada por meio de Decreto nº 004 de 01 de janeiro de 2021, no Diário Oficial do Município de São Gotardo, Portadora do Registro Geral nº MG 12.546.822 - Órgão Expedidor SSP/MG e CPF Nº 051.369.936-30, residente e domiciliada em São Gotardo e a ASSOCIAÇÃO MTB DO CERRADO DE CICLISMO, Organização da Sociedade Civil, doravante denominada OSC, situada na Avenida Rui Barbosa, nº 566, bairro Centro, município de São Gotardo / MG , CEP 38.800-000, inscrita no CNPJ sob o nº 49.924.279/0001-99, neste ato representada por seu Presidente HELOISIO RIBEIRO LOPES JUNIOR , residente e domiciliado na Rua Rio Doce, nº 466- Jardim Sol Nascente, no município de São Gotardo, CEP: 38.800-000, portador da Carteira de Identidade nº MG- 14.373.782 SSP/MG , e CPF sob o nº 071.314.576-55; ambos em conjunto denominados PARCEIROS, sujeitando-se, no

que couber, RESOLVEM celebrar o presente Termo de Fomento, decorrente da Inexigibilidade de Chamamento Público nº 59/2026, tendo em vista o que consta do Processo n. 59/2026 e em observância às disposições da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, do Decreto nº 220 de 10 de novembro de 2017, Lei Municipal nº 2953 de 10 de abril de 2026 , que autorizaram o repasse financeiro à Organização da Sociedade Civil, e sujeitando-se, no que couber, ao Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentária e à Lei Orçamentária Anual, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo de Fomento tem por objeto a formalização da relação de parceria, em regime de mútua cooperação entre o MUNICÍPIO e a OSC., para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a ações relativas cujo objeto é a realização da 5ª Maratona de MTB , compreendendo a disponibilização de estrutura e serviços necessários à realização do evento, incluindo locação de estruturas, premiações, serviços gráficos e materiais de divulgação, hidratação dos participantes e demais despesas diretamente relacionadas à execução do objeto, conforme aplicação dos recursos .

1.1 . O objeto do Termo de Fomento é de relevância pública e social definido no Plano de Trabalho, que rubricado pelas partes, integra o presente instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARCEIROS

2.1 São obrigações comuns dos PARCEIROS:
I – Conjugar esforços e cooperar um com o outro para a plena realização do objeto;
II – Promover publicidade e transparência das informações referentes a esta parceria;
III – Fornecer, quando requisitadas pelos órgãos de controle interno e externo e nos limites de sua competência específica, informações relativas à parceria independente de autorização judicial; e
IV – Priorizar a busca por soluções pacíficas e extrajudiciais, na hipótese de qualquer dúvida ou controvérsia sobre a interpretação e cumprimento deste Termo;

2.2 São obrigações do MUNICÍPIO:
I – Transferir os recursos para a execução deste objeto;
II – Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
III – Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, antes e durante a vigência do objeto;
IV – Promover a transferência dos recursos financeiros para conta bancária específica indicada pela OSC;
V – Aplicar as penalidades previstas e proceder às sanções administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos;
VI – Publicar o extrato deste instrumento no Diário Oficial e respectivas alterações, se for o caso;
VII – Receber e analisar as prestações de contas encaminhadas pela OSC;
VIII – Elaborar parecer sobre a prestação de contas da OSC, a fim de atender os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, conforme artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal e avaliar se houve aplicação correta dos recursos no Plano de Trabalho apresentado, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014;
IX – Aplicar as penalidades previstas neste instrumento;
X – Sempre que solicitado, prestar informações e esclarecimentos referente à parceria aos integrantes da OSC;
XI – designar o gestor da parceria e os membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação;

2.3 São obrigações da OSC:
I – Responsabilizar-se pela execução do objeto do Termo de Fomento, especificado no plano de trabalho;
II – Prestar informações e esclarecimentos sempre que solicitados, desde que necessários ao acompanhamento e controle da execução do objeto;
III – Permitir o livre acesso dos agentes da administração pública, dos membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação, do controle interno e do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais aos processos, documentos e informações relacionadas a este Termo de Fomento, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;
IV – Divulgar esta parceria em seu sítio na internet, redes e mídias sociais digitais, e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, conforme previsto no art. 11 da Lei Federal n.º 13.019/2014;
V – Responsabilizar-se pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, conforme o caso;
VI – Responsabilizar-se pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do Termo de Fomento, mantendo as certidões negativas em dia, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;
VII – não remunerar com os recursos repassados: (a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal; (b) servidor ou empregado público, inclusive que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública municipal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; (c) pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra a administração pública ou contra o patrimônio público, de crimes eleitorais sujeitos a pena privativa de liberdade, e de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores;
VIII – Comprovar a exata aplicação da parcela anteriormente repassada, na forma da legislação aplicável, mediante procedimento da fiscalização da administração pública municipal;
IX – Não praticar desvio de finalidade na aplicação do recurso, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da administração pública nas contratações e demais atos praticados na execução da parceria e deixar de adotar as medidas saneadoras eventualmente apontadas pela administração pública;
X – Prestar todos os serviços, conforme Plano de Trabalho, em anexo, mediante a contratação dos profissionais e pagamento dos respectivos salários, gerenciamento e coordenação dos trabalhos, ficando vedada a redistribuição dos recursos à outra Organização da Sociedade Civil, congênere ou não;
XI – Observar todos os critérios de qualidade técnica, eficiência, economicidade, prazos e os custos previstos;
XII – Comprovar todas as despesas por meio de nota fiscal eletrônica ou recibo de autônomo (RPA), ficando vedadas informações genéricas ou sem especificações dos serviços efetivamente prestados, comprovado por meio de controles ou registros, além de demonstrar os custos praticados ou ajustados de forma a permitir a conferência atinente à regularidade dos valores pagos;
XIII – Justificar o preço das despesas efetuadas, com entrega das cotações, pesquisa de preços e outros documentos pertinentes, para fins de comprovação de razoabilidade e compatibilidade com o mercado, par afins de aquisição de materiais e serviços.
XIV – Aplicar os recursos repassados pelo Município e os correspondentes à sua contrapartida, exclusivamente no objeto constante na Cláusula Primeira;
XV – Comprovar a existência de conta bancária específica e exclusiva para o presente instrumento, nesta efetuando todas as movimentações financeiras relacionadas aos recursos do presente termo;
XVI – Não aplicar taxa de administração ou despesas administrativas como condição para a execução do presente objeto;
XVII – Ressarcir aos cofres públicos, ao final da parceria, o saldo remanescente oriundo das aplicações dos recursos financeiros;
XVIII – Promover a devolução aos cofres públicos dos recursos financeiros não aplicados corretamente conforme o Plano de Trabalho;
XIX – Comprovar de forma integral no final do Termo de Fomento todas as metas quantitativas e atendimentos de maneira nominal, constante no Plano de Trabalho;
XX – Manter-se adimplente com o Poder Público no que tange a prestação de contas de exercícios anteriores.

XXI – manter sua habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e previdenciária devidamente regularizada durante toda a vigência da parceria; e
XXII – Comunicar ao Município a substituição dos responsáveis pela OSC, assim como alterações em seu Estatuto;
XXIII – Apresentar até 10 (dez) dias, após o encerramento de cada trimestre, relatório sobre a execução da parceria, apresentando comparativo específico das metas propostas com os resultados quantitativos e qualitativos alcançados.
XXIV – Prestar contas na forma fixada na Cláusula Sexta, mantendo a guarda dos documentos pelo prazo de 10 (dez) anos, contados do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas final ou do decurso do prazo para a sua apresentação;
XXV – Garantir o cumprimento da contrapartida em bens e serviços conforme estabelecida no Plano de Trabalho, se for o caso.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 O MUNICÍPIO transferirá à OSC o valor total de R$ 36.500,00 (trinta e seis mil e quinhentos reais) de acordo com o cronograma de desembolso e com o plano de aplicação previstos no Plano de Trabalho aprovado, anexo único deste instrumento, em conta corrente específica nº 15.670-1 Agência 3267, Sicoob Credisg , de titularidade de OSC.

3.2 Os recursos serão automaticamente aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, todos com liquidez diária, enquanto não empregados na sua finalidade.

3.3 O repasse dos recursos financeiros a que se refere esta cláusula será efetuado conforme o seguinte planejamento:

Parcela Valor Data estipulada
1 R$ 36.500,00 Agosto/2026 Valor Total R$ 36.500,00

3.4 Toda a movimentação financeira deve ser efetuada, obrigatoriamente, em conta corrente específica da parceria, isenta de tarifa bancária, em agência de instituição financeira autorizada, regulada ou supervisionada pelo Banco Central.

3.5 Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos;

3.6 As despesas decorrentes da execução deste Termo de Fomento, ocorrerão à conta de recursos alocados no respectivo orçamento do MUNICÍPIO, na dotação orçamentária a seguir informada, ou suas equivalentes para os próximos exercícios financeiros:

Ficha 1223 - 02 014 001 27 812 0113 4503 – Código da Despesa : 33.50.41.00 Fonte : 1500 Repasse referente a Emenda Impositiva
Os recursos financeiros serão movimentados por meio das seguintes contas bancárias do Município:
Caixa Econômica Federal – AG: 1820- conta corrente 575237454-1 e ou Banco do Brasil S/A – AG: 0483-9 – conta corrente 46.374-4

Segue abaixo o quadro demonstrativo das emendas parlamentares, contendo a identificação dos vereadores autores das emendas e os respectivos valores destinados à execução da parceria :

Área Vereador Valor (R$)
Diversas Adriano Leonel de Andrade R$ 4.000,00; Carlos Alves de Camargos R$ 2.000,00; Fernando de Albuquerque França R$ 1.000,00;João Wilson de Camargos R$ 2.500,00; Leonardo Pompeu Madeira R$ 5.000,00, Marcos Paulo Ferreira de Souza R$ 5.000,00;
Márcia Resende Araújo R$ 4.000,00; Renê Luiz César Ferreira R$ 2.500,00; Rithelle Silva R$ 3.000,00; Roberto Carlos de Oliveira R$ 3.000,00; Silvério de Paula R$ 3.000,00; Waldemário de Sousa França Filho R$ 1.500,00
Total – Contribuição para a Associação MTB do Ce... R$ 36.500,00

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

4.1 Os recursos somente poderão ser utilizados para pagamento de despesas constantes do Plano de Trabalho, nas hipóteses previstas na Lei nº 13.019/14, vedada sua utilização em finalidade diversa da pactuada neste instrumento.

4.2 Toda movimentação de recursos no âmbito desta parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação eletrônica do beneficiário final. Os pagamentos devem ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, por meio da Transferência Eletrônica Disponível – TED –, Documento de Ordem de Crédito – DOC –, PIX, débito em conta e boleto bancário, todos sujeitos à identificação do beneficiário final.

4.3 Demonstrada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, excepcionalmente, poderá admitir a realização de pagamentos em espécie ou cheques nominais e cruzados, desde que devidamente justificado.

4.4 Os recursos transferidos pelo MUNICÍPIO não poderão ser utilizados para despesas efetuadas em período anterior ou posterior à vigência da parceria, permitido o pagamento de despesas após o término da parceria, desde que a constituição da obrigação tenha ocorrido durante a vigência da mesma e esteja prevista no plano de trabalho, sendo a realização do pagamento limitada ao prazo para apresentação da prestação de contas final.

4.4.1 O pagamento das verbas rescisórias da equipe de trabalho da organização da sociedade civil, poderá ser realizada ainda que após o término da execução da parceria, desde que provisionada e proporcional ao período de atuação do profissional na execução das metas previstas no plano de trabalho.

4.5 A OSC deverá restituir o saldo residual dos recursos, inclusive com os rendimentos não utilizados, caso não efetue a boa execução dos recursos.

4.6 A inadimplência ou irregularidade na prestação de contas inabilitará a OSC a participar de novos parceriais, acordos ou ajustes com a Administração Municipal.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE PELO VÍNCULO TRABALHISTA, PREVIDENCIÁRIO, FISCAL E COMERCIAL

5.1 A OSC é exclusivamente responsável pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao seu funcionamento e ao adimplemento do termo de Fomento, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária do MUNICÍPIO os respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição a sua execução.

5.2 A inadimplência da OSC em relação às obrigações previstas no item anterior não transfere ao MUNICÍPIO a responsabilidade por seu pagamento.

5.3 A remuneração de equipe de trabalho com recursos transferidos pelo MUNICÍPIO não gera vínculo trabalhista ao MUNICÍPIO.

CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

6.1 A prestação de contas tem por objetivo o controle de resultados e deverá conter elementos que permitam verificar o cumprimento do objeto da parceria e o alcance das metas e dos resultados previstos.

6.2 A prestação de contas do presente Termo de Fomento deverá ser de maneira parcial, de em carater mensal, isso é, após o efetivo gasto do recurso na conta bancária (data da saída do valor no extrato bancário), a OSC deverá apresentar os devidos comprovantes, notas ficais e afins em até 30 (trinta) dias. Ficando ainda ressalvado, que após a finalização do Termo de Fomento, a OSC deverá prestar contas em definitivo no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do término da parceria.

6.3 A OSC deverá apresentar, conforme previsto no plano de trabalho, relatório de execução do objeto, que deverá conter:
I – descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
II – demonstração do alcance das metas;
III – documentos de comprovação da execução das ações e do alcance das metas que evidenciem o cumprimento do objeto, definidos no plano de trabalho como meios de verificação, como listas de presenças, fotos, vídeos e outros;
IV – documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida em bens ou serviços, quando houver;
V – relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver;
VI – justificativa na hipótese de não cumprimento do alcance das metas.

6.3.1 O relatório de que trata este item deverá fornecer elementos para avaliação:
I – dos impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas;
II – do grau de satisfação do público-alvo, quando pesquisado;

6.4 A OSC deverá obter de seus fornecedores e prestadores de serviços notas, comprovantes fiscais ou recibos, com data, valor, nome e número de inscrição no CNPJ da OSC e do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço, para fins de comprovação das despesas.

6.4.1 No caso de pagamento encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao seu funcionamento e ao adimplemento do termo de Fomento, é obrigatória a apresentação de cópia dos comprovantes referentes aos pagamentos das obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, ficando dispensada a inserção de notas, comprovantes fiscais ou recibos.

6.5 A OSC deverá manter a guarda dos documentos originais relativos à execução das parcerias pelo prazo de dez anos, contados do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas final ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

6.6 Nas parcerias com vigência igual ou superior a um ano, a OSC deverá apresentar prestação de contas anual, exclusivamente com relação ao desenvolvimento de seu objeto, para fins de monitoramento do cumprimento das metas previstas no plano de trabalho.

6.5.1 A prestação de contas anual deverá ser apresentada no prazo de até 30 (trinta) dias;

6.5.2 A prestação de contas consistirá na apresentação do relatório de execução do objeto, que deverá observar o disposto no item 6.3.

6.6 A OSC deverá apresentar a prestação de contas final, por meio de relatório final de execução do objeto, que deverá conter os elementos previstos no item 6.2, no prazo de até trinta dias, contado do dia seguinte ao término da vigência da parceria

6.6.1 Caso haja saldo não gasto, deverá ser apresentado na prestação de contas final o comprovante de recolhimento do saldo remanescente de que trata o art. 52 da Lei Federal nº 13.019/14, e eventual provisão de reserva de recursos para pagamento das verbas rescisórias de que trata o § 3º e §4º do art. 44 do Decreto nº. 16.746/17 e o inciso I do art. 46 da Lei Federal nº 13.019/14.

6.6.2 O MUNICÍPIO analisará a prestação de contas final em até noventa dias, contados da data de recebimento do relatório final de execução do objeto, prorrogável justifcadamente por igual período.

6.6.3 A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela Administração Pública Municipal deverá dispor sobre:
a) Aprovação da prestação de contas;
b) Aprovação da prestação de contas com ressalvas, mesmo que cumpridos o objeto e as metas da parceria, estiver evidenciada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal qie não resulte dano ao erário;
c) Rejeição da prestação de contas, quando houver omissão no dever de prestar contas, descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidas no plano de trabalho, desfalque ou desvio de dinheiro, bens valores e dano ao erário,m com a imediata determinação das providências administrativas e judiciais cabíveis para devolução dos valores aos cofres públicos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

7.1 As ações de monitoramento e avaliação terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular das parcerias, diante do que deverão contemplar a análise das informações da parceria e da documentação técnica apresentada.

7.2 O MUNICÍPIO designará um gestor para realizar o acompanhamento e fiscalização desta parceria.

7.3 O MUNICÍPIO designará, em ato específico, os integrantes da comissão de monitoramento e avaliação para analisar os relatórios técnicos de monitoramento e avaliação, que deverão ser por ela homologados.

7.4 O gestor emitirá Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação da parceria e o submeterá à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada para homologação.

7.5 Na hipótese de o relatório técnico de monitoramento e avaliação evidenciar irregularidade ou não comprovação do alcance das metas, ainda que parcial, o gestor da parceria notificará a OSC para, no prazo de 20 (vinte) dias, apesentar justificativa.

7.6 Nas hipóteses em que o monitoramento e avaliação da parceria constate a existência de evidências de irregularidades na aplicação de parcelas anteriormente recebidas; desvio de finalidade da aplicação dos recursos ou o inadimplemento da O.S.C. em relação a obrigações estabelecidas no presente Termo de Fomento; ou em que a O.S.C. deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pelo MUNICÍPIO ou pelos órgãos de controle interno ou externo, o MUNICÍPIO poderá reter as parcelas dos recursos financeiros destinados à O.S.C, até o saneamento das impropriedades constatadas;

7.7 Na hipótese de existência de irregularidade ou inexecução parcial do objeto, mesmo após a notificação da O.S.C. para saná-las, o relatório técnico parcial de monitoramento e avaliação poderá concluir pela rescisão unilateral da parceria, determinando a devolução dos valores repassados relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada e, em não havendo a referida devolução, a instauração de tomada de contas especial.

7.8 O MUNICÍPIO deverá informar à Controladoria-Geral do Município e à Procuradoria-Geral do Município sobre as irregularidades verificadas nas parcerias celebradas.

7.9 A execução da parceria poderá ser acompanhada e fiscalizada pelos conselhos de políticas públicas, sem prejuízo da fiscalização realizada pelo MUNICÍPIO, pelos órgãos de controle e mecanismos de controle social previstos na legislação.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES

8.1 Caso a execução da parceria estiver em desacordo com o estabelecido no Plano de Trabalho e ou com as normas e legislação vigente, o MUNICÍPIO poderá aplicar à OSC sanções de advertência, suspensão temporária e declaração de inidoneidade, na forma da Lei 13.019/2014, sendo garantidos os direitos de ampla defesa e contraditório da OSC.

8.2 Nas hipóteses dos itens 12.2.1 a 12.2.4 da Cláusula Décima Segunda, a rescisão poderá levar à:

8.2.1 Suspensão temporária da participação em chamamento público, suspensão temporária para requerer credenciamento prévio, suspensão temporária do credenciamento prévio e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades do MUNICÍPIO, por prazo não superior a dois anos;

8.2.2 Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público, declaração de inidoneidade para requerer credenciamento prévio, ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o MUNICÍPIO, que será concedida sempre que a O.S.C ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item 8.2.1.

8.3 Na hipótese do item 12.2.2 dessa cláusula a rescisão deverá gerar apuração dos possíveis prejuízos gerados ao MUNICÍPIO.

8.3.1 Havendo constatação de prejuízo para o MUNICÍPIO, a OSC deverá ressarci-lo sob pena de suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades do MUNICÍPIO, pelo prazo máximo de dois anos;

8.3.2 Passado o prazo de dois anos e perdurando os motivos determinantes da punição, a OSC será declarada inidônea para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, até que ocorre o saneamento.

8.4 Quando da conclusão, denúncia ou rescisão da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, deverão ser devolvidos ao MUNICÍPIO, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de instauração de Tomada de Contas Especial providenciada pelo órgão competente do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA NONA - DA DIVULGAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

9.1 Obriga-se a OSC, em razão deste Termo de Fomento, a fazer constar identificação do MUNICÍPIO, nos formulários, cartazes, folhetos, anúncios e matérias na mídia, assim como produtos da parceria, tais como livros, relatórios, vídeos, internet e outros meios de divulgação, observando a legislação eleitoral vigente.

9.2 A utilização de logomarca, brasão ou demais símbolos do MUNICÍPIO deverão ser previamente autorizados pela Assessoria da Comunicação do Município.

9.3 A OSC compromete-se a publicar no seu sítio eletrônico oficial, quando houver, ou no sítio eletrônico público do Mapa das OSCs, e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerçam suas ações, desde a celebração das parcerias até cento e oitenta dias após a apresentação da prestação de contas final, as informações de que trata o art. 11 da Lei Federal nº 13.019/2014.
9.4 Fica vedada a utilização de símbolos partidários e ou de caráter eleitoral em qualquer material de divulgação.
9.5 O Município publicará o extrato do presente termo de fomento no Diário Oficial do Municipal e no quadro de avisos da Prefeitura Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA

10.1 Este Termo de Fomento, terá vigência do dia 25 de agosto de 2026 até o dia 31 de dezembro de 2026, possibilitada a sua prorrogação, desde que justificada.

10.2 A vigência da parceria poderá ser alterada mediante solicitação fundamentada da OSC por meio de Termo Aditivo, devidamente justificada e formalizada, a ser apresentada ao MUNICÍPIO, em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término da sua vigência, desde que não haja alteração de seu objeto.

10.3 A alteração do prazo de vigência do Termo de Fomento, em decorrência de atraso na liberação dos recursos por responsabilidade do MUNICÍPIO, será promovida “de ofício”, limitada ao período do atraso verificado, por meio de Termo de Apostila.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO

11.1 Este Termo de Fomento, poderá ser alterado, com as devidas justificativas, mediante Termo Aditivo, Certidão de Apostilamento e ajuste no Plano de Trabalho, devendo o respectivo pedido ser apresentado pela OSC com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

11.2 É vedada a alteração do objeto do Termo de Fomento, permitida a ampliação, redução ou exclusão de metas, sem prejuízo da funcionalidade do objeto, desde que respeitados os limites legais e devidamente justificada e aprovada pelo MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1 É facultado aos PARCEIROS rescindirem este instrumento a qualquer tempo, delimitando as respectivas condições, sanções e responsabilidades, estipulando-se prazo mínimo de antecedência para a comunicação dessa intenção, não inferior a 60 (sessenta) dias.

12.2 Esta parceria poderá ser rescindida quando:

12.2.1 Ocorrer o descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nela estabelecidas;

12.2.2 Quando a O.S.C. não sanar as impropriedades constantes do item 7.9 da cláusula sétima;

12.2.3 Pela superveniência de normas legais ou razões de interesse público que a torne formal ou materialmente inexequível;

12.2.4 For denunciada a qualquer tempo, por qualquer das partes mediante prévio aviso com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS BENS PERMANENTES E DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

13.1 Os materiais permanentes a serem adquiridos para a implementação das atividades especificadas na cláusula primeira deverão ser orçados e comprados pelo valor médio de mercado, tendo como norteador os princípios da legalidade, moralidade e economicidade, sob pena de nulidade das despesas.

13.2 Fica desde já definida a titularidade da OSC. acerca dos bens permanentes adquiridos e ou produzidos em razão da execução deste Termo, podendo o MUNICÍPIO reavê-los, após a consecução completa do objeto ou em caso de confirmadas irregularidades, na hipótese de melhor atendimento ao interesse social.

13.2.1 Os materiais permanentes reavidos pelo MUNICÍPIO, serão retirados no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contado da data de notificação da Rescisão dessa parceria.

13.3. É vedada a doação, venda, cessão, empréstimo, transferência ou qualquer outra transmissão de titularidade dos bens permanentes adquiridos e ou produzidos em razão da execução deste Termo;

13.4. Nas hipóteses de produção de bens de propriedade intelectual decorrente da execução do objeto desta parceria, a titularidade dos referidos bens será compartilhada pelos PARCEIROS, ficando sua utilização condicionada à celebração de instrumento próprio, observada a legislação vigente.

13.4.1. Nas hipóteses em que, em virtude da execução do objeto desta parceria, a OSC contratar quaisquer serviços dos quais decorram bens previstos no item

13.4.2. Fica a OSC obrigada a constar do contrato a ser celebrado, cláusula de cessão dos referidos direitos por parte de seu detentor.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. Não logrando êxito na tentativa de conciliação e solução administrativa, fica eleito o foro da comarca de São Gotardo para dirimir os conflitos decorrentes deste Instrumento, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem acordados com os termos dessa parceria as partes firmam em 3 (três) vias de igual teor e forma o presente instrumento.

São Gotardo/MG, 25 de agosto de 2026

ADRIENE INÊS SELENITA DOS SANTOS
Secretária Municipal de Esporte

HELOÍSIO RIBEIRO LOPES JUNIOR
Presidente da Associação MTB do Cerrado de Ciclismo

Publicado por:
Maria Neli de Oliveira Teixeira
Código Identificador:ECF85922

SETOR DE CONVÊNIOS
JUSTIFICATIVA DE INEXIG. DE CHAM. PUBLICO E TERMO DE FOMENTO 60-2026- ASSOCIAÇÃO MTB DO CERRADO DE CICLISMO - LEI 3009- 13.500,00

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO
Instrumento: Termo de Fomento
Proponente/OSC: Associação MTB do Cerrado de Ciclismo (CNPJ nº 49.924.279/0001-99)
Endereço: Avenida Rui Barbosa, nº 566, Centro, São Gotardo/MG
Representante Legal: Heloisio Ribeiro Lopes Junior (Presidente)
Valor do Fomento: R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)
Objeto: Custeio de despesas com serviços técnicos de cronometragem eletrônica e locução para a realização da 5ª Maratona de MTB de São Gotardo.
I — DO OBJETO E DA RELEVÂNCIA PÚBLICA DO FOMENTO
A presente parceria visa conjugar esforços entre o Município de São Gotardo e a Associação MTB do Cerrado de Ciclismo para a realização da 5ª Maratona de MTB de São Gotardo, evento desportivo de grande relevância que integra o calendário oficial do município. O fomento de R$ 13.500,00 destina-se especificamente ao custeio de serviços técnicos indispensáveis para a integridade da competição: a cronometragem eletrônica (essencial para apuração fidedigna dos tempos e classificação dos ciclistas) e a locução profissional (responsável pela comunicação de segurança, protocolo e condução do evento).
O incentivo ao ciclismo amador atende ao mandamento do artigo 217 da Constituição Federal, promovendo a saúde, o turismo esportivo regional e estimulando o comércio local por meio da atração de atletas e visitantes de diversas localidades.
II — DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS DA INEXIGIBILIDADE
O Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC — Lei Federal nº 13.019/2014), em seu artigo 31, estabelece que o chamamento público é inexigível quando restar configurada a inviabilidade de competição. Veja-se:
"Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica (...)"
Complementarmente, por envolver a destinação direta de recursos públicos a uma entidade de direito privado específica, cumpre-se a exigência contida no artigo 26 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), a qual determina que tal repasse seja amparado por lei específica autorizativa aprovada pelo Poder Legislativo Municipal, cuja minuta já se encontra sob análise.
III — DA CARACTERIZAÇÃO DA INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO
A inviabilidade de competição para a execução do objeto proposto não decorre de escolha discricionária desta pasta, mas sim de condições fáticas e jurídicas que impossibilitam a disputa concorrencial no âmbito do município de São Gotardo, conforme fundamentado a seguir:
1. Da Exclusividade Estatutária (Inviabilidade Jurídica de Competição)
Em análise técnica realizada no cadastro de entidades do terceiro setor do município, constatou-se que a Associação MTB do Cerrado de Ciclismo é a única pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos que possui em seus objetivos estatutários a finalidade específica e exclusiva de promoção, fomento e difusão do esporte ciclístico (Mountain Bike - MTB) no âmbito de São Gotardo/MG.
Outras entidades desportivas locais possuem fins genéricos (voltados ao futebol amador ou lazer multiesportivo), carecendo da previsão estatutária e da especialidade necessária para representar a governança e a organização de uma prova oficial de ciclismo de montanha.
2. Da Exclusividade Técnica e Operacional (Inviabilidade Fática de Competição)
A organização de uma maratona de Mountain Bike exige alto grau de especialização técnica. Trata-se de evento que envolve o mapeamento de trilhas em terrenos acidentados de alta complexidade, sinalização técnica de segurança, controle de pontos de hidratação em áreas rurais de difícil acesso, além de coordenação de resgate e suporte médico de urgência ao longo do trajeto.
A Associação MTB do Cerrado de Ciclismo é a única agremiação local detentora do know-how prático e de corpo técnico de voluntários qualificados para planejar e executar a logística de uma prova dessa magnitude. Tal exclusividade operacional restou demonstrada no sucesso de edições anteriores, a exemplo da parceria celebrada via Inexigibilidade de Chamamento Público nº 23/2025.
Portanto, por ser a única entidade local jurídica e operacionalmente vocacionada para o atingimento das metas propostas, resta plenamente justificada a impossibilidade de competição para a execução deste objeto singular.
IV — DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO E DA RAZOABILIDADE DOS CUSTOS
O montante financeiro de R$ 13.500,00 é considerado plenamente proporcional e razoável em face dos custos de mercado para a prestação dos serviços elencados. O valor destina-se a cobrir despesas finalísticas e operacionais estritas:
• Serviços de Cronometragem Eletrônica: Contratação de empresa especiali-zada para o fornecimento de sensores, chips descartáveis para bicicletas, antenas receptoras e software de apuração em tempo real, garantindo a lisura técnica exigida pela Federação de Ciclismo.
• Serviços de Locução Profissional: Contratação de profissional de locução esportiva para conduzir o protocolo de largada, orientações técnicas de segurança durante o percurso e anúncio dos atletas no pódio.
Esta Secretaria Municipal de Esporte certifica que os valores propostos se encontram em consonância com as tabelas de referência de eventos similares e cotações prévias de mercado, atendendo ao princípio da economicidade.
V — DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
O valor de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) será destinado exclu-sivamente às despesas previstas no Plano de Trabalho, relacionadas aos serviços de cronometragem eletrônica e locução, observadas as condições estabelecidas no instrumento de parceria e na legislação aplicável e pago em parcela única e correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: Código da despesa: 33.50.41.00
Ficha: 1085, Fonte: 1500
Detalhamento da Ficha: Patrocínio a Equipes da Cidade em Eventos Esportivos – CONTRIBUIÇÕES

Os recursos financeiros serão movimentados por meio das seguintes contas bancá-rias do Município:
• Caixa Econômica Federal – Agência 1820 – Conta Corrente nº 575237454-1; e/ou
• Banco do Brasil – Agência 0483-9 – Conta Corrente nº 46.374-4.

VI – CONCLUSÃO
Diante de todo o exposto, resta plenamente demonstrada a inviabilidade de competição, tanto pela singularidade fática do evento quanto pela exclusividade estatutária da proponente no território municipal.
Dessa forma, esta autoridade declara a INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO, com fulcro no artigo 31, inciso II, da Lei Federal nº 13.019/2014, autorizando o prosseguimento do feito para a assinatura do Termo de Fomento com a Associação MTB do Cerrado de Ciclismo, condicionando-se o repasse à aprovação da lei específica autorizativa pelo Poder Legislativo, à regular instrução do Plano de Trabalho e à apresentação das certidões de regularidade fiscal exigidas por lei.

Publique-se esta justificativa no sítio oficial do município de São Gotardo, para fins de transparência e cumprimento do prazo de impugnação de que trata o artigo 32 do MROSC.

São Gotardo/MG, 12 de agosto de 2026.

ADRIENE INÊS SELENITA DOS SANTOS
Secretaria Municipal de Esporte

TERMO DE FOMENTO Nº 60/2026

Termo de Fomento que entre si celebram o Município De São Gotardo/MG e a Organização Da Sociedade Civil ASSOCIAÇÃO MTB DO CERRADO DE CICLISMO, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a ações relativas para a realização da 5ª Maratona de MTB de São Gotardo, evento desportivo de grande relevância que integra o calendário oficial do município. O fomento de R$ 13.500,00 destina-se especificamente ao custeio de serviços técnicos indispensáveis para a integridade da competição: a cronometragem eletrônica (essencial para apuração fidedigna dos tempos e classificação dos ciclistas) e a locução profissional (responsável pela comunicação de segurança, protocolo e condução do evento). O objeto do Termo de Fomento é de relevância pública e social definido no Plano de Trabalho, que rubricado pelas partes, integra o presente instrumento.

MUNICÍPIO DE SÃO GOTARDO, pessoa jurídica de Direito Público, , inscrita no CNPJ sob o nº 18.602.037/0001-55, com endereço na Rua Professora Maria Coeli Franco, 13, Centro, São Gotardo/MG, neste ato representado pela Secretária Municipal do Esporte, ADRIENE INÊS SELENITA DOS SANTOS, nomeada por meio de Decreto nº 004 de 01 de janeiro de 2021, no Diário Oficial do Município de São Gotardo, Portadora do Registro Geral nº MG 12.546.822 - Órgão Expedidor SSP/MG e CPF Nº 051.369.936-30, residente e domiciliada em São Gotardo e a ASSOCIAÇÃO MTB DO CERRADO DE CICLISMO, Organização da Sociedade Civil, doravante denominada OSC, situada na Avenida Rui Barbosa, nº 566, bairro Centro, município de São Gotardo / MG , CEP 38.800-000, inscrita no CNPJ sob o nº 49.924.279/0001-99, neste ato representada por seu Presidente HELOISIO RIBEIRO LOPES JUNIOR , residente e domiciliado na Rua Rio Doce, nº 466- Jardim Sol Nascente, no município de São Gotardo, CEP: 38.800-000, portador da Carteira de Identidade nº MG- 14.373.782 SSP/MG , e CPF sob o nº 071.314.576-55; ambos em conjunto denominados PARCEIROS, sujeitando-se, no que couber, RESOLVEM celebrar o presente Termo de Fomento, decorrente da Inexigibilidade de Chamamento Público nº 60/2026, tendo em vista o que consta do Processo n. 60/2026 e em observância às disposições da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, do Decreto nº 220 de 10 de novembro de 2017, Lei Municipal nº 3009 de 21 de julho de 2026 , que autorizaram o repasse financeiro à Organização da Sociedade Civil, e sujeitando-se, no que couber, ao Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentária e à Lei Orçamentária Anual, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo de Fomento tem por objeto a formalização da relação de parceria, em regime de mútua cooperação entre o MUNICÍPIO e a OSC., para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a ações relativas para a realização da 5ª Maratona de MTB de São Gotardo, evento desportivo de grande relevância que integra o calendário oficial do município. O fomento de R$ 13.500,00 destina-se especificamente ao custeio de serviços técnicos indispensáveis para a integridade da competição: a cronometragem eletrônica (essencial para apuração fidedigna dos tempos e classificação dos ciclistas) e a locução profissional (responsável pela comunicação de segurança, protocolo e condução do evento). O objeto do Termo de Fomento é de relevância pública e social definido no Plano de Trabalho, que rubricado pelas partes, integra o presente instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARCEIROS

2.1 São obrigações comuns dos PARCEIROS:
I – Conjugar esforços e cooperar um com o outro para a plena realização do objeto;
II – Promover publicidade e transparência das informações referentes a esta parceria;
III – Fornecer, quando requisitadas pelos órgãos de controle interno e externo e nos limites de sua competência específica, informações relativas à parceria independente de autorização judicial; e
IV – Priorizar a busca por soluções pacíficas e extrajudiciais, na hipótese de qualquer dúvida ou controvérsia sobre a interpretação e cumprimento deste Termo;

2.2 São obrigações do MUNICÍPIO:
I – Transferir os recursos para a execução deste objeto;
II – Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
III – Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, antes e durante a vigência do objeto;
IV – Promover a transferência dos recursos financeiros para conta bancária específica indicada pela OSC;
V – Aplicar as penalidades previstas e proceder às sanções administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos;
VI – Publicar o extrato deste instrumento no Diário Oficial e respectivas alterações, se for o caso;
VII – Receber e analisar as prestações de contas encaminhadas pela OSC;
VIII – Elaborar parecer sobre a prestação de contas da OSC, a fim de atender os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, conforme artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal e avaliar se houve aplicação correta dos recursos no Plano de Trabalho apresentado, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014;
IX – Aplicar as penalidades previstas neste instrumento;
X – Sempre que solicitado, prestar informações e esclarecimentos referente à parceria aos integrantes da OSC;
XI – designar o gestor da parceria e os membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação;

2.3 São obrigações da OSC:
I – Responsabilizar-se pela execução do objeto do Termo de Fomento, especificado no plano de trabalho;
II – Prestar informações e esclarecimentos sempre que solicitados, desde que necessários ao acompanhamento e controle da execução do objeto;
III – Permitir o livre acesso dos agentes da administração pública, dos membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação, do controle interno e do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais aos processos, documentos e informações relacionadas a este Termo de Fomento, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;
IV – Divulgar esta parceria em seu sítio na internet, redes e mídias sociais digitais, e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, conforme previsto no art. 11 da Lei Federal n.º 13.019/2014;
V – Responsabilizar-se pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, conforme o caso;
VI – Responsabilizar-se pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do Termo de Fomento, mantendo as certidões negativas em dia, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;
VII – não remunerar com os recursos repassados: (a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal; (b) servidor ou empregado público, inclusive que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública municipal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; (c) pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra a administração pública ou contra o patrimônio público, de crimes eleitorais sujeitos a pena privativa de liberdade, e de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores;

VIII – Comprovar a exata aplicação da parcela anteriormente repassada, na forma da legislação aplicável, mediante procedimento da fiscalização da administração pública municipal;
IX – Não praticar desvio de finalidade na aplicação do recurso, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da administração pública nas contratações e demais atos praticados na execução da parceria e deixar de adotar as medidas saneadoras eventualmente apontadas pela administração pública;
X – Prestar todos os serviços, conforme Plano de Trabalho, em anexo, mediante a contratação dos profissionais e pagamento dos respectivos salários, gerenciamento e coordenação dos trabalhos, ficando vedada a redistribuição dos recursos à outra Organização da Sociedade Civil, congênere ou não;
XI – Observar todos os critérios de qualidade técnica, eficiência, economicidade, prazos e os custos previstos;
XII – Comprovar todas as despesas por meio de nota fiscal eletrônica ou recibo de autônomo (RPA), ficando vedadas informações genéricas ou sem especificações dos serviços efetivamente prestados, comprovado por meio de controles ou registros, além de demonstrar os custos praticados ou ajustados de forma a permitir a conferência atinente à regularidade dos valores pagos;
XIII – Justificar o preço das despesas efetuadas, com entrega das cotações, pesquisa de preços e outros documentos pertinentes, para fins de comprovação de razoabilidade e compatibilidade com o mercado, par afins de aquisição de materiais e serviços.
XIV – Aplicar os recursos repassados pelo Município e os correspondentes à sua contrapartida, exclusivamente no objeto constante na Cláusula Primeira;
XV – Comprovar a existência de conta bancária específica e exclusiva para o presente instrumento, nesta efetuando todas as movimentações financeiras relacionadas aos recursos do presente termo;
XVI – Não aplicar taxa de administração ou despesas administrativas como condição para a execução do presente objeto;
XVII – Ressarcir aos cofres públicos, ao final da parceria, o saldo remanescente oriundo das aplicações dos recursos financeiros;
XVIII – Promover a devolução aos cofres públicos dos recursos financeiros não aplicados corretamente conforme o Plano de Trabalho;
XIX – Comprovar de forma integral no final do Termo de Fomento todas as metas quantitativas e atendimentos de maneira nominal, constante no Plano de Trabalho;
XX – Manter-se adimplente com o Poder Público no que tange a prestação de contas de exercícios anteriores.
XXI – manter sua habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e previdenciária devidamente regularizada durante toda a vigência da parceria; e
XXII – Comunicar ao Município a substituição dos responsáveis pela OSC, assim como alterações em seu Estatuto;
XXIII – Apresentar até 10 (dez) dias, após o encerramento de cada trimestre, relatório sobre a execução da parceria, apresentando comparativo específico das metas propostas com os resultados quantitativos e qualitativos alcançados.
XXIV – Prestar contas na forma fixada na Cláusula Sexta, mantendo a guarda dos documentos pelo prazo de 10 (dez) anos, contados do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas final ou do decurso do prazo para a sua apresentação;
XXV – Garantir o cumprimento da contrapartida em bens e serviços conforme estabelecida no Plano de Trabalho, se for o caso.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 O MUNICÍPIO transferirá à OSC o valor total de R$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) de acordo com o cronograma de desembolso e com o plano de aplicação previstos no Plano de Trabalho aprovado, anexo único deste instrumento, em conta corrente específica nº 15.724-4 Agência 3267, Sicoob Credisg , de titularidade de OSC.

3.2 Os recursos serão automaticamente aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, todos com liquidez diária, enquanto não empregados na sua finalidade.

3.3 O repasse dos recursos financeiros a que se refere esta cláusula será efetuado conforme o seguinte planejamento:

Parcela Valor Data estipulada
1 R$ 13.500,00 Agosto/2026 Valor Total R$ 13.500,00

3.4 Toda a movimentação financeira deve ser efetuada, obrigatoriamente, em conta corrente específica da parceria, isenta de tarifa bancária, em agência de instituição financeira autorizada, regulada ou supervisionada pelo Banco Central.

3.5 Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos;

3.6 As despesas decorrentes da execução deste Termo de Fomento, ocorrerão à conta de recursos alocados no respectivo orçamento do MUNICÍPIO, na dotação orçamentária a seguir informada, ou suas equivalentes para os próximos exercícios financeiros:

Ficha 1085 – 02 014 001 27 811 0113 1133 - Código da Despesa : 33.50.41.00 ; Fonte: 1500
Detalhamento da Ficha : Patrocinio a Equipes da Cidade em Eventos Esportivos – Contribuições
Os recursos financeiros serão Conta : 575237454-1 – AG: 1820-1- CEF e/ ou Conta corrente 46374-4 AG: 0483-9- Banco do Brasil .

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

4.1 Os recursos somente poderão ser utilizados para pagamento de despesas constantes do Plano de Trabalho, nas hipóteses previstas na Lei nº 13.019/14, vedada sua utilização em finalidade diversa da pactuada neste instrumento.

4.2 Toda movimentação de recursos no âmbito desta parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação eletrônica do beneficiário final. Os pagamentos devem ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, por meio da Transferência Eletrônica Disponível – TED –, Documento de Ordem de Crédito – DOC –, PIX, débito em conta e boleto bancário, todos sujeitos à identificação do beneficiário final.

4.3 Demonstrada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, excepcionalmente, poderá admitir a realização de pagamentos em espécie ou cheques nominais e cruzados, desde que devidamente justificado.

4.4 Os recursos transferidos pelo MUNICÍPIO não poderão ser utilizados para despesas efetuadas em período anterior ou posterior à vigência da parceria, permitido o pagamento de despesas após o término da parceria, desde que a constituição da obrigação tenha ocorrido durante a vigência da mesma e esteja prevista no plano de trabalho, sendo a realização do pagamento limitada ao prazo para apresentação da prestação de contas final.

4.4.1 O pagamento das verbas rescisórias da equipe de trabalho da organização da sociedade civil, poderá ser realizada ainda que após o término da execução da parceria, desde que provisionada e proporcional ao período de atuação do profissional na execução das metas previstas no plano de trabalho.

4.5 A OSC deverá restituir o saldo residual dos recursos, inclusive com os rendimentos não utilizados, caso não efetue a boa execução dos recursos.

4.6 A inadimplência ou irregularidade na prestação de contas inabilitará a OSC a participar de novos parceriais, acordos ou ajustes com a Administração Municipal.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE PELO VÍNCULO TRABALHISTA, PREVIDENCIÁRIO, FISCAL E COMERCIAL

5.1 A OSC é exclusivamente responsável pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao seu funcionamento e ao adimplemento do termo de Fomento, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária do MUNICÍPIO os respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição a sua execução.

5.2 A inadimplência da OSC em relação às obrigações previstas no item anterior não transfere ao MUNICÍPIO a responsabilidade por seu pagamento.

5.3 A remuneração de equipe de trabalho com recursos transferidos pelo MUNICÍPIO não gera vínculo trabalhista ao MUNICÍPIO.

CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

6.1 A prestação de contas tem por objetivo o controle de resultados e deverá conter elementos que permitam verificar o cumprimento do objeto da parceria e o alcance das metas e dos resultados previstos.

6.2 A prestação de contas do presente Termo de Fomento deverá ser de maneira parcial, de em carater mensal, isso é, após o efetivo gasto do recurso na conta bancária (data da saída do valor no extrato bancário), a OSC deverá apresentar os devidos comprovantes, notas ficais e afins em até 30 (trinta) dias. Ficando ainda ressalvado, que após a finalização do Termo de Fomento, a OSC deverá prestar contas em definitivo no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do término da parceria.

6.3 A OSC deverá apresentar, conforme previsto no plano de trabalho, relatório de execução do objeto, que deverá conter:
I – descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
II – demonstração do alcance das metas;
III – documentos de comprovação da execução das ações e do alcance das metas que evidenciem o cumprimento do objeto, definidos no plano de trabalho como meios de verificação, como listas de presenças, fotos, vídeos e outros;
IV – documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida em bens ou serviços, quando houver;
V – relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver;
VI – justificativa na hipótese de não cumprimento do alcance das metas.

6.3.1 O relatório de que trata este item deverá fornecer elementos para avaliação:
I – dos impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas;
II – do grau de satisfação do público-alvo, quando pesquisado;

6.4 A OSC deverá obter de seus fornecedores e prestadores de serviços notas, comprovantes fiscais ou recibos, com data, valor, nome e número de inscrição no CNPJ da OSC e do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço, para fins de comprovação das despesas.

6.4.1 No caso de pagamento encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao seu funcionamento e ao adimplemento do termo de Fomento, é obrigatória a apresentação de cópia dos comprovantes referentes aos pagamentos das obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, ficando dispensada a inserção de notas, comprovantes fiscais ou recibos.

6.5 A OSC deverá manter a guarda dos documentos originais relativos à execução das parcerias pelo prazo de dez anos, contados do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas final ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

6.6 Nas parcerias com vigência igual ou superior a um ano, a OSC deverá apresentar prestação de contas anual, exclusivamente com relação ao desenvolvimento de seu objeto, para fins de monitoramento do cumprimento das metas previstas no plano de trabalho.

6.5.1 A prestação de contas anual deverá ser apresentada no prazo de até 30 (trinta) dias;

6.5.2 A prestação de contas consistirá na apresentação do relatório de execução do objeto, que deverá observar o disposto no item 6.3.

6.6 A OSC deverá apresentar a prestação de contas final, por meio de relatório final de execução do objeto, que deverá conter os elementos previstos no item 6.2, no prazo de até trinta dias, contado do dia seguinte ao término da vigência da parceria

6.6.1 Caso haja saldo não gasto, deverá ser apresentado na prestação de contas final o comprovante de recolhimento do saldo remanescente de que trata o art. 52 da Lei Federal nº 13.019/14, e eventual provisão de reserva de recursos para pagamento das verbas rescisórias de que trata o § 3º e §4º do art. 44 do Decreto nº. 16.746/17 e o inciso I do art. 46 da Lei Federal nº 13.019/14.

6.6.2 O MUNICÍPIO analisará a prestação de contas final em até noventa dias, contados da data de recebimento do relatório final de execução do objeto, prorrogável justifcadamente por igual período.

6.6.3 A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela Administração Pública Municipal deverá dispor sobre:
a) Aprovação da prestação de contas;
b) Aprovação da prestação de contas com ressalvas, mesmo que cumpridos o objeto e as metas da parceria, estiver evidenciada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal qie não resulte dano ao erário;
c) Rejeição da prestação de contas, quando houver omissão no dever de prestar contas, descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidas no plano de trabalho, desfalque ou desvio de dinheiro, bens valores e dano ao erário,m com a imediata determinação das providências administrativas e judiciais cabíveis para devolução dos valores aos cofres públicos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

7.1 As ações de monitoramento e avaliação terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular das parcerias, diante do que deverão contemplar a análise das informações da parceria e da documentação técnica apresentada.

7.2 O MUNICÍPIO designará um gestor para realizar o acompanhamento e fiscalização desta parceria.

7.3 O MUNICÍPIO designará, em ato específico, os integrantes da comissão de monitoramento e avaliação para analisar os relatórios técnicos de monitoramento e avaliação, que deverão ser por ela homologados.

7.4 O gestor emitirá Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação da parceria e o submeterá à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada para homologação.

7.5 Na hipótese de o relatório técnico de monitoramento e avaliação evidenciar irregularidade ou não comprovação do alcance das metas, ainda que parcial, o gestor da parceria notificará a OSC para, no prazo de 20 (vinte) dias, apesentar justificativa.

7.6 Nas hipóteses em que o monitoramento e avaliação da parceria constate a existência de evidências de irregularidades na aplicação de parcelas anteriormente recebidas; desvio de finalidade da aplicação dos recursos ou o inadimplemento da O.S.C. em relação a obrigações estabelecidas no presente Termo de Fomento; ou em que a O.S.C. deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pelo MUNICÍPIO ou pelos órgãos de controle interno ou externo, o MUNICÍPIO poderá reter as parcelas dos recursos financeiros destinados à O.S.C, até o saneamento das impropriedades constatadas;

7.7 Na hipótese de existência de irregularidade ou inexecução parcial do objeto, mesmo após a notificação da O.S.C. para saná-las, o relatório técnico parcial de monitoramento e avaliação poderá concluir pela rescisão unilateral da parceria, determinando a devolução dos valores repassados relacionados à irregularidade ou inexecução

apurada ou à prestação de contas não apresentada e, em não havendo a referida devolução, a instauração de tomada de contas especial.

7.8 O MUNICÍPIO deverá informar à Controladoria-Geral do Município e à Procuradoria-Geral do Município sobre as irregularidades verificadas nas parcerias celebradas.

7.9 A execução da parceria poderá ser acompanhada e fiscalizada pelos conselhos de políticas públicas, sem prejuízo da fiscalização realizada pelo MUNICÍPIO, pelos órgãos de controle e mecanismos de controle social previstos na legislação.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES

8.1 Caso a execução da parceria estiver em desacordo com o estabelecido no Plano de Trabalho e ou com as normas e legislação vigente, o MUNICÍPIO poderá aplicar à OSC sanções de advertência, suspensão temporária e declaração de inidoneidade, na forma da Lei 13.019/2014, sendo garantidos os direitos de ampla defesa e contraditório da OSC.

8.2 Nas hipóteses dos itens 12.2.1 a 12.2.4 da Cláusula Décima Segunda, a rescisão poderá levar à:

8.2.1 Suspensão temporária da participação em chamamento público, suspensão temporária para requerer credenciamento prévio, suspensão temporária do credenciamento prévio e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades do MUNICÍPIO, por prazo não superior a dois anos;

8.2.2 Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público, declaração de inidoneidade para requerer credenciamento prévio, ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o MUNICÍPIO, que será concedida sempre que a O.S.C ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item 8.2.1.

8.3 Na hipótese do item 12.2.2 dessa cláusula a rescisão deverá gerar apuração dos possíveis prejuízos gerados ao MUNICÍPIO.

8.3.1 Havendo constatação de prejuízo para o MUNICÍPIO, a OSC deverá ressarci-lo sob pena de suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades do MUNICÍPIO, pelo prazo máximo de dois anos;

8.3.2 Passado o prazo de dois anos e perdurando os motivos determinantes da punição, a OSC será declarada inidônea para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, até que ocorre o saneamento.

8.4 Quando da conclusão, denúncia ou rescisão da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, deverão ser devolvidos ao MUNICÍPIO, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de instauração de Tomada de Contas Especial providenciada pelo órgão competente do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA NONA - DA DIVULGAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

9.1 Obriga-se a OSC, em razão deste Termo de Fomento, a fazer constar identificação do MUNICÍPIO, nos formulários, cartazes, folhetos, anúncios e matérias na mídia, assim como produtos da parceria, tais como livros, relatórios, vídeos, internet e outros meios de divulgação, observando a legislação eleitoral vigente.

9.2 A utilização de logomarca, brasão ou demais símbolos do MUNICÍPIO deverão ser previamente autorizados pela Assessoria da Comunicação do Município.

9.3 A OSC compromete-se a publicar no seu sítio eletrônico oficial, quando houver, ou no sítio eletrônico público do Mapa das OSCs, e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerçam suas ações, desde a celebração das parcerias até cento e oitenta dias após a apresentação da prestação de contas final, as informações de que trata o art. 11 da Lei Federal nº 13.019/2014.
9.4 Fica vedada a utilização de símbolos partidários e ou de caráter eleitoral em qualquer material de divulgação.
9.5 O Município publicará o extrato do presente termo de fomento no Diário Oficial do Municipal e no quadro de avisos da Prefeitura Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA

10.1 Este Termo de Fomento, terá vigência do dia 25 de agosto de 2026 até o dia 31 de dezembro de 2026, possibilitada a sua prorrogação, desde que justificada.

10.2 A vigência da parceria poderá ser alterada mediante solicitação fundamentada da OSC por meio de Termo Aditivo, devidamente justificada e formalizada, a ser apresentada ao MUNICÍPIO, em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término da sua vigência, desde que não haja alteração de seu objeto.

10.3 A alteração do prazo de vigência do Termo de Fomento, em decorrência de atraso na liberação dos recursos por responsabilidade do MUNICÍPIO, será promovida “de ofício”, limitada ao período do atraso verificado, por meio de Termo de Apostila.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO

11.1 Este Termo de Fomento, poderá ser alterado, com as devidas justificativas, mediante Termo Aditivo, Certidão de Apostilamento e ajuste no Plano de Trabalho, devendo o respectivo pedido ser apresentado pela OSC com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

11.2 É vedada a alteração do objeto do Termo de Fomento, permitida a ampliação, redução ou exclusão de metas, sem prejuízo da funcionalidade do objeto, desde que respeitados os limites legais e devidamente justificada e aprovada pelo MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1 É facultado aos PARCEIROS rescindirem este instrumento a qualquer tempo, delimitando as respectivas condições, sanções e responsabilidades, estipulando-se prazo mínimo de antecedência para a comunicação dessa intenção, não inferior a 60 (sessenta) dias.

12.2 Esta parceria poderá ser rescindida quando:

12.2.1 Ocorrer o descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nela estabelecidas;

12.2.2 Quando a O.S.C. não sanar as impropriedades constantes do item 7.9 da cláusula sétima;

12.2.3 Pela superveniência de normas legais ou razões de interesse público que a torne formal ou materialmente inexequível;

12.2.4 For denunciada a qualquer tempo, por qualquer das partes mediante prévio aviso com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS BENS PERMANENTES E DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

13.1 Os materiais permanentes a serem adquiridos para a implementação das atividades especificadas na cláusula primeira deverão ser orçados e comprados pelo valor médio de mercado, tendo como norteador os princípios da legalidade, moralidade e economicidade, sob pena de nulidade das despesas.

13.2 Fica desde já definida a titularidade da OSC. acerca dos bens permanentes adquiridos e ou produzidos em razão da execução deste

Termo, podendo o MUNICÍPIO reavê-los, após a consecução completa do objeto ou em caso de confirmadas irregularidades, na hipótese de melhor atendimento ao interesse social.

13.2.1 Os materiais permanentes reavidos pelo MUNICÍPIO, serão retirados no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contado da data de notificação da Rescisão dessa parceria.

13.3. É vedada a doação, venda, cessão, empréstimo, transferência ou qualquer outra transmissão de titularidade dos bens permanentes adquiridos e ou produzidos em razão da execução deste Termo;

13.4. Nas hipóteses de produção de bens de propriedade intelectual decorrente da execução do objeto desta parceria, a titularidade dos referidos bens será compartilhada pelos PARCEIROS, ficando sua utilização condicionada à celebração de instrumento próprio, observada a legislação vigente.

13.4.1. Nas hipóteses em que, em virtude da execução do objeto desta parceria, a OSC contratar quaisquer serviços dos quais decorram bens previstos no item

13.4.2. Fica a OSC obrigada a constar do contrato a ser celebrado, cláusula de cessão dos referidos direitos por parte de seu detentor.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. Não logrando êxito na tentativa de conciliação e solução administrativa, fica eleito o foro da comarca de São Gotardo para dirimir os conflitos decorrentes deste Instrumento, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem acordados com os termos dessa parceria as partes firmam em 3 (três) vias de igual teor e forma o presente instrumento.

São Gotardo/MG, 25 de agosto de 2026

ADRIENE INÊS SELENITA DOS SANTOS
Secretária Municipal de Esporte

HELOÍSIO RIBEIRO LOPES JUNIOR
Presidente da Associação MTB do Cerrado de Ciclismo

Publicado por:
Maria Neli de Oliveira Teixeira
Código Identificador:905BEFE4

SETOR DE CONVÊNIOS
RETIFICAÇÃO À PUBLICAÇÃO DA JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 49/2026 - ADCCAM - 9000,00

Retificação à Publicação da justificativa de Inexigibilidade de Chamamento Público nº 49/2026 , *inexigibilidade realizada nos termos do art. 31, II, da Lei Federal nº 13.019/2014, para realização de termo de fomento entre o Município de São Gotardo/MG e a Organização da Sociedade Civil* ***"****,* ***ADCCAM - ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA E CULTURAL DE CAPOEIRA ARTE MINEIRA "****, cujo objeto visa solicitar recursos financeiros para fins de execução de aulas de capoeira com as crianças e adolescentes carentes do município, tendo também a disponibilidade de materiais esportivos (instrumentos musicais, vestuário, cordas e certificados), para os treinos mistos, no âmbito da política municipal de cultura e esporte, meio a serem formalizados por meio do termo de parceria, nos termos da Lei Federal n°13.019/2014 e demais legislações vigentes.*

Cláusula 1 – IDENTIFICAÇÃO
Fica ratificada a cláusula 1 - Da Identificação
Onde se lê : Justificativa de Inexigibilidade de Chamamento Público e Termo de Fomento 54/2026 – Sparta Esporte Clube – Lei 3006 – 100.000,00
Leia-se : Justificativa de Inexigibilidade de Chamamento Público e Termo de Fomento 49/2026 ADCCAM – Lei 2953- 9.000,00

CLÁUSULA QUARTA – DAS DEMAIS CONDIÇÕES
4 - Permanecem inalteradas as demais cláusulas da publicação da Justificativa de Inexigibilidade de Chamamento pulico nº 49/2026, que continuarão a viger nas condições anteriormente avençadas.

São Gotardo, 26 de agosto de 2026

JOYCE FABIULA RODRIGUES
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

Publicado por:
Maria Neli de Oliveira Teixeira
Código Identificador:B0A67982

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DA PONTE

ASSESSORIA JURIDICA
LEI MUNICIPAL Nº 2.385 DE 26 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre o parcelamento e reparcelamento de débitos do Município de São João da Ponte com seu Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, inclusive débitos já judicializados, de que tratam os arts. 115 e 117 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, com a redação conferida pela Emenda Constitucional nº 136, de 9 de setembro de 2025.

O Prefeito Municipal de São João da Ponte, no uso de suas atribuições legais;

Faz saber que a Câmara Municipal de São João da Ponte aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o parcelamento e o reparcelamento das contribuições previdenciárias e dos demais débitos do Município de São João da Ponte, inclusive débitos já judicializados, incluídas suas autarquias e fundações, com seu Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, em até trezentas prestações mensais, iguais e sucessivas, observado o disposto no Anexo XVII da Portaria MTP nº 1.467, de 2 de junho de 2022, que trata do parcelamento especial autorizado com base nos arts. 115 e 117 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, na redação dada pelo art. 2º da Emenda Constitucional nº136, de 9 de setembro de 2025.

§ 1º As contratações a que se refere o caput poderão abranger quaisquer tipos de débitos, inclusive de contribuições não repassadas dos segurados e beneficiários do RPPS, relativos às competências até agosto de 2025.

§ 2º Os acordos de parcelamento e de reparcelamento deverão ser firmados até 31 de agosto de 2026, ressalvados os acordos judiciais, que não se sujeitam às regras previstas nos demais dispositivos desta lei, podendo ser firmados no momento processual oportuno ou na fase em que se encontram. Quanto aos demais acordos, estes estarão condicionados:

I - à adesão, junto à Secretaria de Regime Próprio e Complementar do Ministério da Previdência Social, ao Programa de Regularidade Previdenciária de que trata o Anexo XVIII da Portaria MTP nº 1.467, de 2 de junho de 2022; e

II - às adequações do RPPS à Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, e à instituição e vigência do Regime de Previdência Complementar dos servidores filiados ao RPPS, nos termos dodisposto no art. 115, caput, incisos I a IV, do ADCT.

Art. 2º Para apuração dos montantes devidos a serem parcelados, os valores originais serão atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, acrescidos de juros compostos de 0,50% (meio por cento) ao mês, acumulados desde a data de vencimento até a data da consolidação do termo de acordo de parcelamento.

Parágrafo único. Em caso de inclusão, nos parcelamentos de que trata esta lei, de débitos já parcelados anteriormente, para apuração dos novos saldos devedores, aplicam-se os critérios previstos no caput aos valores dos montantes consolidados dos parcelamentos ou reparcelamentos anteriores deduzidos das respectivas prestações pagas, acumulados desde a data da consolidação dos parcelamentos ou reparcelamentos anteriores até a data da nova consolidação dos termos de reparcelamento.

Art. 3º As prestações vincendas serão atualizadas mensalmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, acrescido de juros compostos de 0,50% (meio por cento) ao mês,acumulados desde a data de consolidação dos montantes devidos nos termos de acordo de parcelamento ou reparcelamento até o mês do pagamento.

Art. 4º As prestações vencidas serão atualizadas mensalmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, acrescido de juros compostos de 0,50% (meio por cento) ao mês e multa de 1,00% (um por cento), acumulados desde a data do seu vencimento, até o mês do efetivo pagamento.

Art. 5º O pagamento das prestações dosacordos de parcelamentoe de reparcelamento previstos nesta Lei será realizado por meio de retençãono Fundo de Participação dos Municípios - FPM, na forma prevista no art. 117 do ADCT e no Anexo XVII da Portaria MTP nº 1.467, de 2022.

§ 1º A retenção dos valores das parcelas no FPM deverá constar de cláusula dos termos de parcelamento ou reparcelamento e de autorização fornecida ao agente financeiro responsável pela liberação dos recursos do Fundo, concedida no ato de formalização desses termos, e vigorará até a quitação das prestações nestes acordadas.

§ 2º Caso a vinculação do FPM para pagamento das prestações dos acordos de parcelamento e reparcelamento, embora já autorizada, ainda esteja pendente de implementação, ou não seja suficiente para quitação das parcelas, ou não ocorra por qualquer outro motivo, o Município é responsável pelo seu pagamento integral ou de seu complemento,na data de vencimento de cada parcela prevista nos acordos, inclusive dos respectivos acréscimos legais.

Art. 6º Ovencimento da primeira prestação das contratações de que trata esta Lei será no dia dez do segundo mês subsequente ao da assinatura dos termos de acordo de parcelamento, e o das demais prestações vincendas, no dia dez dos meses seguintes.

Art. 7 - ºOs acordos de parcelamento ou reparcelamento de que trata esta Lei ficarão suspensos em caso de não comprovação, até o dia 10 de dezembro de 2026, à Secretaria de Regime Próprio e Complementar do Ministério da Previdência Social, das condições cumulativas previstas nos incisos I a IV do caput do art. 115 do ADCT.

Parágrafo único. A suspensão de que trata o caput implica a impossibilidade de renegociação das respectivas dívidas até ulterior cumprimento das condições a que ele se refere.

Art. 8º Os acordos de parcelamento ou reparcelamento de que trata esta Lei ficarão suspensos no caso de inadimplência no pagamento das prestações devidas por 3 (três) meses consecutivos ou por seis meses alternados ou de descumprimento do Programa de Regularidade Previdenciária.

Parágrafo único. Na hipótese de inadimplência de que trata o caput, ficam mantidos a obrigatoriedade de adimplemento das prestações em atraso e o vencimento das parcelas vincendas, sem prejuízo de sanções e penalidades a que estejam sujeitos os responsáveis.

Art. 9º O Instituto de Previdência de São João da Ponte - PREVPONTE deverá rescindir os parcelamentos de que trata esta lei:

I - em caso de revogação da autorização fornecida ao agente financeiro para vinculação do FPM prevista no art. 5º;

II -casonão seja possível a comprovação das condições a que se refere o art. 7º, caput, pelo Município, até 10 de dezembro de 2026; e

III - se o Município, após ter comprovado as condiçõesa que se refere o art. 7º,caput, vier a descumpri-las, inclusive por meio de alteração da legislação de seu RPPS.

Art. 10. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

São João da Ponte, 26 de Agosto de 2026.

FABIO LUIZ FERNANDES CORDEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leonardo Jaias Pereira da Silva Junior
Código Identificador:D9F38A69

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE INTENÇÃO DE ADESÃO

AVISO DE INTENÇÃO DE ADESÃO
A Fundação Municipal de Assistência à Saúde - FUMASA torna público o **INTERESSE DE ADERIR** à Ata de Registro de Preços n° 031/2024, referente ao Procedimento administrativo n° 031/2024, pregão eletrônico nº 031/2024, do **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DO EXTREMO SUL DE MINAS - CIMESMI**, que tem como objeto originário a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO INTEGRADA DE FROTAS, ABRANGENDO RASTREAMENTO VEICULAR, CONTROLE DE ABASTECIMENTO, INTERMEDIAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA**, POR MEIO DE REDE CREDENCIADA, conforme condições estabelecidas no termo de referência**,** conforme segue:
Fornecedor CENTRO AMERICA COMÉRCIO,SERVIÇOS, GESTÃO TECNOLÓGICA LTDA **- CNPJ: 09.179.444/0001-00.**

ITEM	DESCRIIVO	VALOR ESTIMADO	TAXA ADMINISTRATIVA
01	Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gestão integrada de frotas, abrangendo rastreamento veicular, controle de abastecimento, intermediação para aquisição de peças e serviços de manutenção corretiva e preventiva, por meio de rede credenciada.	R$ 450.000,00	-0,00%
VALOR GLOBAL: R$ R$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais).			

Valor Global estimado da adesão: **R$ R$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais).**

São João da Ponte – MG, 26 de agosto de 2026.

NOEME LAURA ALVES CORREA
Presidente da FUMASA

Publicado por:
Camila Ruas Ferreira
Código Identificador:D2C064DE

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N° 117/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 065/2025
CREDENCIAMENTO Nº 009/2025

REQUISITANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE – MG.

O Município de São João da Ponte - MG, por intermédio da Agente de Contratação do Município, designado pela Portaria nº 073 de 07 de Julho de 2026, torna público o extrato do contrato do Processo Administrativo nº 117/2025 – Inexigibilidade de Licitação n° 032//2025, Credenciamento nº 009/2025, que tem

como objeto o CREDENCIAMENTO DE MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MOTORISTAS CATEGORIAS "B" E "D", POR DEMANDA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA PONTE – MG, para atender à demanda da Secretaria Municipal da Administração, juntamente com a Secretaria Municipal de Infraestrutura, no município de São João da Ponte/MG, de acordo com os critérios, termos e condições estabelecidas neste Edital e Termo de Referência, conforme detalhado a seguir:

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE – MG
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 200/2026
EMPRESA: 62.503.178 FRANCISCO LEONARDO SOARES
CNPJ: 62.503.178/0001-02

Vigência: 19/08/2026 até 18/08/2027.

Publique-se o resultado para conhecimento público.

Prefeitura Municipal de São João da Ponte - MG, 19 de agosto de 2026.

FÁBIO LUIZ FERNANDES CORDEIRO
Prefeito

Publicado por:
Camila Ruas Ferreira
Código Identificador:187999EC

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N° 117/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 065/2025
CREDENCIAMENTO Nº 009/2025

REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

O Município de São João da Ponte - MG, por intermédio do Prefeito Municipal, torna público o extrato de RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO, Processo Administrativo nº 117/2025 – Inexigibilidade de Licitação n° 065/2025, Credenciamento nº 009/2025, que tem como objeto o CREDENCIAMENTO DE MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MOTORISTAS CATEGORIAS "B" E "D", POR DEMANDA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA PONTE – MG, para atender à demanda da Secretaria Municipal da Administração, juntamente com a Secretaria Municipal de Infraestrutura, no município de São João da Ponte/MG, de acordo com os critérios, termos e condições estabelecidas neste Edital e Termo de Referência, conforme detalhado a seguir:

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE – MG
EMPRESA: 62.503.178 FRANCISCO LEONARDO SOARES
CNPJ: 62.503.178/0001-02

Publique-se o resultado para conhecimento público.

Prefeitura Municipal de São João da Ponte - MG, 19 de agosto de 2026.

FÁBIO LUIZ FERNANDES CORDEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Ruas Ferreira
Código Identificador:543BA525

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 203/2026

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 084/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 052/2026
TERMO DE ADESÃO Nº 017/2026

ORIGEM: ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 039/2026 - CONSORCIO INTERFEDERATIVO MINAS GERAIS – CIMINAS.

O **Município de São João da Ponte - MG**, por intermédio da agente de contratação, nomeada através da Portaria n°: 073 de 07 de julho de 2026 torna se público o extrato do contrato que tem como objeto o Registro de preços para **Aquisição de veículos pesados, Máquinas Rodoviárias e equipamentos, máquinas Agrícolas e Implementos Agrícolas, em atendimento às demandas dos municípios consorciados ao CIMINAS**, através de procedimento de carona a ata de registro de preço n° 039/2026, processo licitatório n° 044/2025 pregão eletrônico nº 020/2025 no **CONSORCIO INTERFEDERATIVO MINAS GERAIS – CIMINAS**, com fulcro no caput do art. 86, da Lei Federal De Licitação nº 14.133/21, em atendimento a Secretaria Municipal de Infraestrutura, conforme detalhado a seguir:

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE – MG

CONTRATADA: BAMAQ S/A BANDEIRANTES MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS
CNPJ: 18.209.965/0001-54
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 203/2026

VALOR GLOBAL TOTAL ESTIMADO: R$ 440.000,00 (Quatrocentos e quarenta mil reais)

VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES (19/08/2026 a 18/07/2027)

Publique-se o resultado para conhecimento público.

São João da Ponte - MG, 19 de agosto de 2026.

CAMILA RUAS FERREIRA
Agente de Contratação
Portaria nº 073, de 07/07/2026

Publicado por:
Camila Ruas Ferreira
Código Identificador:D52A5AA1

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 084/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 052/2026
TERMO DE ADESÃO Nº 017/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 039/2026 - CONSORCIO INTERFEDERATIVO MINAS GERAIS – CIMINAS.

ADJUDICO e **HOMOLOGO** para todos os efeitos de direito nos termos do da Lei 14.133/2021, o Procedimento Administrativo Nº 084/2026 – Inexigibilidade de Licitação Nº 052/2026, com fundamento no fulcro no caput do Artigo 86 da Lei 14.133/2021, para Registro de preços para **Aquisição de veículos pesados, Máquinas Rodoviárias e equipamentos, máquinas Agrícolas e Implementos Agrícolas, em atendimento às demandas dos municípios consorciados ao CIMINAS**, através de procedimento de carona a ata de registro de preço n° 039/2026, processo licitatório n° 044/2025 pregão eletrônico nº 020/2025 no **CONSORCIO INTERFEDERATIVO MINAS GERAIS – CIMINAS**, com fulcro no caput do art. 86, da Lei Federal De Licitação nº 14.133/21, em atendimento a Secretaria Municipal de Infraestrutura, conforme abaixo:

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE – MG

CONTRATADA: BAMAQ S/A BANDEIRANTES MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS
CNPJ: 18.209.965/0001-54
VALOR: R$ 440.000,00 (Quatrocentos e quarenta mil reais)
VIGÊNCIA:12 (doze) meses da assinatura do contrato.

Publique-se para conhecimento público

São João da Ponte - MG, 19 de agosto de 2026.

FÁBIO LUIZ FERNANDES CORDEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Ruas Ferreira
Código Identificador:DA2C659E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO LOURENÇO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PROCESSO 0229/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0089/2026

Extrato de Adjudicação – A Agente de Contratação de SÃO LOURENÇO, no uso de suas atribuições, ADJUDICA a(s) empresa(s) Lubec Serviços Ltda, inscrita noCNPJNº. 26.857.749/0001-43,com o valor de R$ 619.770,00 (seiscentos e dezenove mil setecentos e setenta reais), licitante (s) vencedora (s) do processo licitatório nº 0229/2026 na modalidade de Pregão Eletrônico sob o Nº 0089/2026.

São Lourenço, 17 de Agosto de 2026.

JANAÍNA OLIVEIRA DOS SANTOS –
Agente de Contratação

Extrato de Homologação – O Secretário Municipal de Desenvolvimento Social de SÃO LOURENÇO, no uso de suas atribuições homologa o julgamento da Agente de Contratação ao processo licitatório nº 0229/2026 na modalidade de Pregão Eletrônico sob o Nº 0089/2026, que tem como objeto: Fornecimento de marmitex para atender o Restaurante Solidário, para futura e eventual contratação com inscrição em ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

São Lourenço, 17 de Agosto de 2026.

RALPH EBOLI LAGE –
Secretário Municipal de Desenvolvimento Social.

Publicado por:
Juliana Rangel de Oliveira Assis
Código Identificador:47C7FBCD

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PROCESSO 0236/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0092/2026

Extrato de Adjudicação – A Agente de Contratação de SÃO LOURENÇO, no uso de suas atribuições, ADJUDICA a(s) empresa(s) G.A. FIX Construtora, inscrita no CNPJ nº.31.139.940/0001-90, com o valor de R$ 195.000,00 (cento e noventa e cinco mil reais), licitante (s) vencedora (s) do processo licitatório nº 0236/2026 na modalidade de Pregão Eletrônico sob o Nº 0092/2026.

São Lourenço, 20 de Agosto de 2026.

JANAÍNA OLIVEIRA DOS SANTOS –
Agente de Contratação

Extrato de Homologação – A Secretária Municipal de Educação de SÃO LOURENÇO, no uso de suas atribuições homologa o julgamento da Agente de Contratação ao processo licitatório nº 0236/2026 na modalidade de Pregão Eletrônico sob o Nº 0092/2026, que tem como objeto: Fornecimento de concreto usinado para pequenos reparos e manutenção predial das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de São Lourenço/MG, para futura e eventual aquisição, com inscrição em Ata de Registro de Preços.

São Lourenço, 20 de Agosto de 2026.

NATÁLIA CRISTINA DE CARVALHO –
Secretária Municipal de Educação.

Publicado por:
Juliana Rangel de Oliveira Assis
Código Identificador:76F28D5B

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PROCESSO 0249/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0095/2026

Extrato de Adjudicação – A Agente de Contratação de SÃO LOURENÇO, no uso de suas atribuições, ADJUDICA a(s) empresa(s) Criativa Soluções para Construção Ltda, inscrita no CNPJ nº. 19.994.997/0001-70, com o valor de R$ 2.280,00 (dois mil, duzentos e oitenta reais), João Vitor Fonseca Ferreira, inscrita no CNPJ nº.32.304.508/0001-70, com o valor de R$ 5.102,50 (cinco mil, cento e dois reais e cinquenta centavos) eR J Comércio e Serviços Gerais Ltda, inscrita no CNPJ nº.11.819.860/0001-78, com o valor de R$ 1.812,00 (hum mil, oitocentos e doze reais), licitante (s) vencedora (s) do processo licitatório nº 0249/2026 na modalidade de Pregão Eletrônico sob o Nº 0095/2026.

São Lourenço, 24 de Agosto de 2026.

JANAÍNA OLIVEIRA DOS SANTOS –
Agente de Contratação

Extrato de Homologação – A Secretária Municipal de Cultura e Patrimônio de SÃO LOURENÇO, no uso de suas atribuições homologa o julgamento da Agente de Contratação ao processo licitatório nº 0249/2026 na modalidade de Pregão Eletrônico sob o Nº 0095/2026, que tem como objeto: Aquisição de materiais destinados à manutenção da Casa da Cultura Coronel Leonel Junqueira e de materiais para artesanato destinados à confecção de placas de sinalização turística, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio.

São Lourenço, 24 de Agosto de 2026.

RENATA COSTA PRADO –
Secretária Municipal de Cultura e Patrimônio.

Publicado por:
Juliana Rangel de Oliveira Assis
Código Identificador:075F8A21

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PROCESSO 0253/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0097/2026

Extrato de Adjudicação – A Agente de Contratação de SÃO LOURENÇO, no uso de suas atribuições, ADJUDICA a(s) empresa(s) Souza e Amaral Esportes Ltda, inscrita no CNPJ nº. 26.176.661/0001-66, com o valor de R$ 32.500,00(trinta e dois mil e quinhentos reais), licitante (s) vencedora (s) do processo licitatório nº 0253/2026 na modalidade de Pregão Eletrônico sob o Nº 0097/2026.

São Lourenço, 25 de Agosto de 2026.

JANAÍNA OLIVEIRA DOS SANTOS –
Agente de Contratação

Extrato de Homologação – O Secretário Municipal de Esportes e Lazer de SÃO LOURENÇO, no uso de suas atribuições homologa o julgamento da Agente de Contratação ao processo licitatório nº 0253/2026 na modalidade de Pregão Eletrônico sob o Nº 0097/2026, que tem como objeto: Aquisição de Materiais Esportivos de Consumo

(Kits Esportivos), destinados a atender a população de São Lourenço pela Secretaria Municipal de Esportes. Através de convênio de saída nº 1481003624/2026/SEDESE celebrados entre o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Social e o Município de São Lourenço.

São Lourenço, 25 de Agosto de 2026.

RENATO MOTTA DE CARVALHO –
Secretária Municipal de Esportes e Lazer.

Publicado por:
Juliana Rangel de Oliveira Assis
Código Identificador:F3E6A120

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PROCESSO 0275/2026 – DISPENSA Nº 0071/2026

Extrato de Adjudicação – A Agente de Contratação de SÃO LOURENÇO, no uso de suas atribuições, ADJUDICA a(s) empresa(s) KING SPORTS LTDA, inscrita no CNPJ nº. 00.609.901/0001-85, com o valor de R$ 22.350,00 (vinte e dois mil, trezentos e cinquenta reais), licitante (s) vencedora (s) do processo licitatório nº 0275/2026 na modalidade de Dispensa sob o Nº 0071/2026.

São Lourenço, 25 de Agosto de 2026.

JANAÍNA OLIVEIRA DOS SANTOS –
Agente de Contratação

Extrato de Homologação – O Secretário Municipal de Esportes e Lazer de SÃO LOURENÇO, no uso de suas atribuições homologa o julgamento da Agente de Contratação ao processo licitatório nº 0275/2026 na modalidade de Dispensa sob o Nº 0071/2026, que tem como objeto: Aquisição de uniformes esportivos completos destinados às equipes de handebol masculino, handebol feminino e futsal feminino, bem como à comissão técnica da Secretaria Municipal de Esportes do Município de São Lourenço/MG, com recursos oriundos da Emenda Impositiva nº 164.

São Lourenço, 25 de Agosto de 2026.

RENATO MOTTA DE CARVALHO –
Secretário Municipal de Esportes e Lazer.

Publicado por:
Juliana Rangel de Oliveira Assis
Código Identificador:404BD5CF

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PROCESSO 0277/2026 – DISPENSA Nº 0072/2026

Extrato de Adjudicação – A Agente de Contratação de SÃO LOURENÇO, no uso de suas atribuições, ADJUDICA a(s) empresa(s) AUTO PEÇAS VIRGINIA LTDA, inscrita no CNPJ nº. 70.962.808/0001-35, com o valor de R$ 332,00 (trezentos e trinta e dois reais), licitante (s) vencedora (s) do processo licitatório nº 0277/2026 na modalidade de Dispensa sob o Nº 0072/2026.

São Lourenço, 24 de Agosto de 2026.

JANAÍNA OLIVEIRA DOS SANTOS –
Agente de Contratação

Extrato de Homologação – A Secretária Municipal de Saúde de SÃO LOURENÇO, no uso de suas atribuições homologa o julgamento da Agente de Contratação ao processo licitatório nº 0277/2026 na modalidade de Dispensa sob o Nº 0072/2026, que tem como objeto: Franquia do veículo Chev Onix 10 MT HB - placa:RTP-1H70 Ano:2021/2022, conforme especificação do presente Termo de Referência.

São Lourenço, 24 de Agosto de 2026.

ERIKA JUNGER DE TOLEDO RAMOS –
Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por:
Juliana Rangel de Oliveira Assis
Código Identificador:5FD9E788

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PROCESSO 0278/2026 – DISPENSA Nº 0073/2026

Extrato de Adjudicação – A Agente de Contratação de SÃO LOURENÇO, no uso de suas atribuições, ADJUDICA a(s) empresa(s) Ideal Comércio de Veículos e Peças Ltd, inscrita no CNPJ nº. 04.582.480/0001-05, com o valor de R$2.387,52(dois mil, trezentos e oitenta e sete reais e cinquenta e dois centavos), licitante (s) vencedora (s) do processo licitatório nº 0278/2026 na modalidade de Dispensa sob o Nº 0073/2026.

São Lourenço, 24 de Agosto de 2026.

JANAÍNA OLIVEIRA DOS SANTOS –
Agente de Contratação

Extrato de Homologação – A Secretária Municipal de Saúde de SÃO LOURENÇO, no uso de suas atribuições homologa o julgamento da Agente de Contratação ao processo licitatório nº 0278/2026 na modalidade de Dispensa sob o Nº 0073/2026, que tem como objeto: Revisão em garantia de 1 ano do veículo Fiat Argo 1.0 - Placa:TXI-8J60 Ano:2025/2026 e dos 150.000 km do veículo Fiat Argo 1.0 - Placa: SYN-6F54 Ano:2023/2024, conforme especificação do presente Termo de Referência.

São Lourenço, 24 de Agosto de 2026.

ERIKA JUNGER DE TOLEDO RAMOS –
Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por:
Juliana Rangel de Oliveira Assis
Código Identificador:A7F84ABD

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO EDITAL PROCESSO 0198/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO 0078/2026 – REPUBLICAÇÃO

Objeto: Prestação de serviços contínuos de monitoramento ininterrupto de temperatura e umidade em câmaras frias da rede de vacinação do Município de São Lourenço/MG, com fornecimento de equipamentos em regime de comodato. Sessão Pública às 13:00h do dia 16/09/2026. Credenciamento: até as 13:00h do dia 16/09/2026. Apresentação das propostas: até as 13:00h do dia 16/09/2026. Início dos lances: sob comando da pregoeira após completar a análise das propostas. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília – DF. Editais e informações complementares na sede da Prefeitura Municipal, na Gerência de Licitações pelo telefone (35) 99893-9005, ou no site www.saolourenco.mg.gov.br –

JANAÍNA OLIVEIRA DOS SANTOS –
Pregoeira Oficial e

CLÁUDIA NOGUEIRA DE SOUZA -
Pregoeira Substituta.

Publicado por:
Juliana Rangel de Oliveira Assis
Código Identificador:B2C56F20

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 10.736 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 170.752,95 DOTAÇÕES DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO.

DECRETO Nº 10.736

Abre Crédito Suplementar no Valor de R$ 170.752,95 dotações do Município de São Lourenço.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO, no uso de suas atribuições, e devidamente autorizado pelo disposto na Lei Municipal nº. 3.821, 30 de dezembro de 2025.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Suplementar no valor de R$ 170.752,95 (cento e setenta mil, setecentos e cinquenta e dois reais e noventa e cinco centavos), as seguintes dotações do Município de São Lourenço.
Órgão 02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO
Unidade 02 - ADVOCACIA GERAL DO MUNICÍPIO
Sub-Unidade 00 - ADVOCACIA GERAL DO MUNICÍPIO
2.02.00.03.091.0001.2.0013-1.500.000 - 3.3.90.39.00 GESTÃO DA COORDENADORIA GERAL DO PROCON - - - R$ 24.000,00

Total da Sub-Unidade 00 - - - - R$ 24.000,00

Total da Unidade 02 - - - - - R$ 24.000,00

Unidade 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
Sub-Unidade 01 - DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
2.03.01.04.122.0001.2.0016-1.501.000 - 3.3.90.30.00 GESTÃO DO ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO - - - - R$ 61.000,00

Total da Sub-Unidade 01 - - -- R$ 61.000,00

Total da Unidade 03 - - - - - - R$ 61.000,00

Unidade 06 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Sub-Unidade 00 - FUNDO MUNCIPAL DE SAÚDE
2.06.00.10.302.0003.2.0068-1.500.000 - 3.3.90.36.00 GESTÃO DA POLICLÍNICA - - - - - - - - - - - - - R$ 14.000,00
2.06.00.10.122.0003.2.0055-1.500.000 - 3.3.90.39.00 GESTÃO DO SUS - - - - - R$ 10.000,00

Total da Sub-Unidade 00 - - - -- R$ 24.000,00

Total da Unidade 06 - - - - - -- R$ 24.000,00

Unidade 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Sub-Unidade 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Continua folha 02
DECRETO Nº 10.736
Folha 02

2.07.05.08.244.0014.2.0076-1.500.000 - 3.3.90.32.00 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - - - - - R$ 31.128,41

Total da Sub-Unidade 05 - - - R$ 31.128,41

Total da Unidade 07 - - - - - R$ 31.128,41

Unidade 08 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Sub-Unidade 00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2.08.00.08.244.0013.2.0084-1.500.000 - 3.3.90.36.00 BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MEDIA E ALTA - - - R$ 7.024,54

Total da Sub-Unidade 00 - - - - R$ 7.024,54

Total da Unidade 08 - - - - R$ 7.024,54

Unidade 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
Sub-Unidade 00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
2.10.00.27.122.0006.2.0095-1.500.000 - 3.3.90.14.00 GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - - - - R$ 2.000,00
2.10.00.27.122.0006.2.0095-1.500.000 - 3.3.90.39.00 GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - - - - R$ 5.000,00

Total da Sub-Unidade 00 - - - - R$ 7.000,00

Total da Unidade 10 - - R$ 7.000,00

Unidade 13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E PATRIMÔNIO
Sub-Unidade 00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E PATRIMÔNIO
2.13.00.13.392.0007.2.0114-1.500.000 - 3.3.90.39.00 REALIZAÇÃO E APOIO A EVENTOS CULTURAIS - - - R$ 16.600,00

Total da Sub-Unidade 00 - - R$ 16.600,00

Total da Unidade 13 - - - R$ 16.600,00

Total da Instituição 02 - - - R$ 170.752,95

Total Geral Acrescido - - - R$ 170.752,95

Art. 2º Para atender o que prescreve o artigo anterior, será utilizada como fonte de recurso: ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES do Orçamento do Município na forma do parágrafo 1°, inciso I a IV do artigo 43 da Lei Federal 4.320.

Continua folha 03
DECRETO Nº 10.736
Folha 03

Órgão 02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO
Unidade 02 - ADVOCACIA GERAL DO MUNICÍPIO
Sub-Unidade 00 - ADVOCACIA GERAL DO MUNICÍPIO
2.02.00.03.091.0001.2.0012-1.500.000 - 3.3.90.39.00 GESTÃO DA ADVOCACIA GERAL DO MUNICÍPIO - - - - - - R$ 24.000,00

Total da Sub-Unidade 00 - - - R$ 24.000,00

Total da Unidade 02 - - - R$ 24.000,00

Unidade 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
Sub-Unidade 01 - DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
2.03.01.04.122.0001.2.0017-1.501.000 - 3.3.90.46.00 GESTÃO DA DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS - - - - R$ 61.000,00

Total da Sub-Unidade 01 - - - - R$ 61.000,00

Sub-Unidade 02 - DIRETORIA DE FAZENDA
2.03.02.04.123.0001.2.0021-1.500.000 - 3.3.90.39.00 GESTÃO DA DIRETORIA DE FAZENDA - - - R$ 7.000,00

Total da Sub-Unidade 02 - - - - R$ 7.000,00

Total da Unidade 03 - - - - R$ 68.000,00

Unidade 06 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Sub-Unidade 00 - FUNDO MUNCIPAL DE SAÚDE
2.06.00.10.122.0003.2.0055-1.500.000 - 3.3.90.30.00 GESTÃO DO SUS - - - - - R$ 14.000,00
2.06.00.10.302.0003.2.0065-1.500.000 - 3.3.90.39.00 CONTRATUALIZAÇÃO TETO MAC - - - - - - R$ 10.000,00

Total da Sub-Unidade 00 - - - R$ 24.000,00

Total da Unidade 06 - - - - R$ 24.000,00

Unidade 08 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Sub-Unidade 00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2.08.00.08.244.0013.2.0084-1.500.000 - 4.4.90.52.00 BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MEDIA E ALTA - - - R$ 7.024,54

Total da Sub-Unidade 00 - - - - - - - R$ 7.024,54

Sub-Unidade 04 - FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO

Continua folha 04
DECRETO Nº 10.736
Folha 04

2.08.04.08.244.0015.2.0089-1.500.000 - 3.3.90.39.00 TERMO DE PARCERIA FMI FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO - - - - - R$ 31.128,41

Total da Sub-Unidade 04 - - - - - R$ 31.128,41

Total da Unidade 08 - - - - - R$ 38.152,95

Unidade 13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E PATRIMÔNIO
Sub-Unidade 01 - FUNDO DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL
2.13.01.12.392.0009.2.0115-1.500.000 - 3.3.90.39.00 FESTA DE AGOSTO – PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL - - - - - - R$ 16.600,00

Total da Sub-Unidade 01 - - - - - R$ 16.600,00

Total da Unidade 13 - - - - - - R$ 16.600,00

Total da Instituição 02 - - - - - R$ 170.752,95

Total Geral Anulado - - - - R$ 170.752,95

.

Prefeitura Municipal de São Lourenço, 20 de agosto de 2026.

WALTER JOSÉ LESSA
Prefeito Municipal

ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA DOS REIS
Secretário Municipal de Governo

MARCOS RAMIRO MENDES
Diretor de Contabilidade

WJL/GCJ/cmv

Publicado por:
Vera Lucia Barbosa Sanita
Código Identificador:50A43A5F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 10.737 INSERE NO ORÇAMENTO VIGENTE A NATUREZA DE DESPESA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 10.737

Insere no Orçamento vigente a natureza de despesa que menciona e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO**, no uso de suas atribuições, e devidamente autorizado pelo disposto na Lei Municipal nº. 3.821, 30 de dezembro de 2025.

DECRETA:

Art. 1º Fica inserido no orçamento vigente, conforme discriminação abaixo, a(s) seguinte(s) natureza(s) de despesa(s): autorizando-se para este fim, a abertura de crédito suplementar no valor de R$ 13.306,06 (treze mil, trezentos e seis reais e seis centavos), as seguintes dotações do Município de São Lourenço:
Órgão 02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO
Unidade 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA
Sub-Unidade 00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA
2.04.00.15.122.0005.2.0032-1.700.000 - 3.3.90.93.00 GESTÃO DA SECRETARIA MUN INFRAESTRUTURA URBANA -R$ 13.306,06

Total da Sub-Unidade 00 - - - - - - - - R$ 13.306,06

Total da Unidade 04 - - - - - - - - - - - - R$ 13.306,06

Total da Instituição 02 - - - - - - - - - - R$ 13.306,06

Total Geral Acrescido - - - - - - - - - - - - - - - R$ 13.306,06

Art. 2º Para atender o que prescreve o artigo anterior, será utilizada como fonte de recurso: EXCESSO DE ARRECADAÇÃO na forma do parágrafo 1°, inciso I a IV do artigo 43 da Lei Federal 4.320.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de São Lourenço, 20 de agosto de 2026.

WALTER JOSÉ LESSA
Prefeito Municipal

ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA DOS REIS
Secretário Municipal de Governo

MARCOS RAMIRO MENDES
Diretor de Contabilidade

WJL/GCJ/cmv

Publicado por:
Vera Lucia Barbosa Sanita
Código Identificador:F50C8F27

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº. 10.738 DESIGNA COORDENADOR DE PROJETOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS.

DECRETO Nº. 10.738

Designa Coordenador de Projetos, Orçamentos e Fiscalização de Obras Públicas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO, no uso de suas atribuições legais constantes dos incisos IX, XII, XIII e XVII do art. 88 da Lei Orgânica Municipal - LOM; **considerando** que ao Chefe do Executivo compete decidir sobre as nomeações e exonerações dos titulares de cargos públicos em consonância com o disposto na Lei Complementar nº. 002/11, de 01/08/2011, e suas alterações; **considerando** a necessidade de designação de pessoa para responder pelas funções do referido cargo, enquanto durar o período de licença médica da titular; **considerando** que cabe ao Prefeito Municipal dispor sobre a organização e funcionamento da Administração Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o **Sr. Matheus de Castro Pereira** para responder pelas atribuições do cargo de confiança, comissionado, *ad nutum*, de **"Coordenador de Projetos, Orçamentos e Fiscalização de Obras Públicas",** previsto no Anexo III da Lei Complementar nº. 002/11, de 01/08/2011, e suas alterações, enquanto durar o período de licença médica do titular do cargo, a partir da presente data.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de São Lourenço, em 24 de agosto de 2026.

WALTER JOSÉ LESSA
Prefeito Municipal

ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA DOS REIS
Secretário Municipal de Governo

WJL/ACAR/scs

Publicado por:
Vera Lucia Barbosa Sanita
Código Identificador:BF3D3710

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº. 10.739 EXONERA ASSISTENTE DE TRANSPORTES E MANUTENÇÃO.

DECRETO Nº. 10.739

Exonera Assistente de Transportes e Manutenção**.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO, no uso de suas atribuições legais constantes dos incisos IX, XII, XIII e XVII do art. 88 da Lei Orgânica Municipal - LOM; **considerando** que ao Chefe do Executivo compete decidir sobre as nomeações e exonerações dos titulares de cargos públicos em consonância com o disposto na Lei Complementar nº. 002/11, de 01/08/2011, e suas alterações; **considerando** que cabe ao Prefeito Municipal dispor sobre a organização e funcionamento da Administração Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado o **Sr. Juan Ferrer Reis Martins,** das atribuições do cargo de confiança, comissionado, *ad nutum*, de "**Assistente de Transportes e Manutenção"** previsto no Anexo III da Lei Complementar nº. 002/11, de 01/08/2011, e suas alterações, a partir de 25/08/2026.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de São Lourenço, em 24 de agosto de 2026.

WALTER JOSÉ LESSA
Prefeito Municipal

ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA DOS REIS
Secretário Municipal de Governo

WJL/ACAR/scs

Publicado por:
Vera Lucia Barbosa Sanita
Código Identificador:CF347CCA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº. 10.740 DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DA COORDENADORA, DA VICE-COORDENADORA E DA SECRETÁRIA DO COMITÊ INTERSETORIAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO.

DECRETO Nº. 10.740

Dispõe sobre a designação da Coordenadora, da Vice-Coordenadora e da Secretária do Comitê Intersetorial da Primeira Infância do Município de São Lourenço.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO, no uso de suas atribuições legais constantes dos incisos IX, XII, XIII e XVII do art. 88 da Lei Orgânica Municipal - LOM; **considerando** o Decreto nº 10.556, de 24 de março de 2026, que cria o Comitê Intersetorial da Primeira Infância, de caráter permanente, com participação das instituições públicas e privadas e setores do Governo Municipal e da sociedade civil para criação, aprovação, implementação, monitoramento e avaliação do Plano Municipal pela Primeira Infância e outras políticas para a primeira infância; **considerando** o Decreto nº 10.729, de 11 de agosto de 2026, que dispõe sobre a nomeação dos membros do Comitê Intersetorial da Primeira Infância no Município de São Lourenço; **considerando** a solicitação realizada através do Ofício nº 0537/2026, expedido pela Secretaria Municipal de Educação, para designação da Coordenadora, da Vice-Coordenadora e da Secretária do Comitê Intersetorial da Primeira Infância; **considerando** a necessidade de organização e funcionamento do Comitê Intersetorial da Primeira Infância; **considerando** que cabe ao Prefeito Municipal dispor sobre a organização e funcionamento da Administração Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Ficam designadas, para exercer as funções de Coordenadora, Vice-Coordenadora e Secretária do Comitê Intersetorial da Primeira Infância do Município de São Lourenço, as seguintes servidoras:

I – Coordenadora: Rosemari Forasteiro de Souza;

II – Vice-Coordenadora: Lilian Augusta Rodrigues de Carvalho;

III – Secretária: Natália de Carvalho Moraes Alves.

Art. 2º Compete à Coordenadora dirigir e coordenar os trabalhos do Comitê Intersetorial da Primeira Infância, cabendo-lhe, especialmente, convocar e presidir suas reuniões e promover a articulação entre os órgãos, entidades e instituições integrantes do Comitê.

Parágrafo único. Na ausência ou impedimento da Coordenadora, a Vice-Coordenadora exercerá suas atribuições.

Art. 3º Compete à Secretária do Comitê prestar apoio administrativo aos trabalhos, elaborar e organizar as atas das reuniões, manter os registros e documentos do Comitê e auxiliar na convocação e organização de suas atividades.

Art. 4º As funções de que trata este Decreto serão exercidas sem prejuízo das atribuições dos cargos ocupados pelas designadas e não implicarão qualquer acréscimo remuneratório, salvo disposição legal em contrário.

Continua folha 02
DECRETO Nº. 10.740
Folha 02

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de São Lourenço, em 24 de agosto de 2026.

WALTER JOSÉ LESSA
Prefeito Municipal

ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA DOS REIS
Secretário Municipal de Governo

WJL/ACAR/scs

Publicado por:
Vera Lucia Barbosa Sanita
Código Identificador:94E5C7C3

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº. 10.741 DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DE LOCAL PARA A REALIZAÇÃO DA FEIRA LIVRE DOMINICAL, EM CARÁTER EXCEPCIONAL, EM RAZÃO DOS EVENTOS "EXPO SÃO LOURENÇO PARA JESUS" E "37º ANIVERSÁRIO MUNDIAL MOTOCLUBE ABUTRES".

DECRETO Nº. 10.741

Dispõe sobre a transferência de local para a realização da Feira Livre Dominical, em caráter excepcional, em razão dos eventos "Expo São Lourenço para Jesus" e "37º Aniversário Mundial Motoclube Abutres".

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO**, no uso de suas atribuições legais constantes do inciso IX do art. 88 da Lei Orgânica Municipal - LOM; **considerando** os termos do Oficio

164/2026, de 21/08/2026, da Secretaria Municipal de Turismo, e despachos da Diretoria Administrativa e Gerência de Fiscalização de Tributos; **considerando** que cabe ao Prefeito dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecida, em caráter excepcional, a transferência do local de realização da Feira Livre Dominical, em razão dos eventos "Expo São Lourenço para Jesus" e "37º Aniversário Mundial Motoclube Abutres", para a Avenida João Pessoa, Rua João Laranja e adjacências, no bairro Estação, nos seguintes dias: 03 a 06 e 11 a 13 de setembro de 2026 (dois finais de semana consecutivos).

Parágrafo único. A feira funcionará das 17h00 dos sábados até às 13h00 dos domingos, considerando o tempo necessário para montagem e desmontagem das bancas dos feirantes. Como ponto de referência, o novo local situa-se na Rua atrás da Sorveteria R'Bom e nas proximidades do Water Clube São Lourenço.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação**.**

Prefeitura Municipal de São Lourenço, em 26 de agosto de 2026.

WALTER JOSÉ LESSA
Prefeito Municipal

ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA DOS REIS
Secretário Municipal de Governo

WJL/ACAR/scs

Publicado por:
Vera Lucia Barbosa Sanita
Código Identificador:9E32E1A3

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
LEI MUNICIPAL Nº 3.853/2026 ALTERA O ARTIGO 15 DA LEI Nº 3.080, DE 05 DE JUNHO DE 2012, PARA ALTERAR O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR.

LEI MUNICIPAL Nº 3.853/2026

Altera o artigo 15 da Lei nº 3.080, de 05 de junho de 2012, para alterar o horário de funcionamento do Conselho Tutelar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO/MG, no uso de suas atribuições legais e com fundamento nos arts. 64 e 88, VI, da Lei Orgânica deste Município, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o caput do art. 15 da Lei Municipal n.º 3.080, de 05 de junho de 2012, passando a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 15 O Conselho Tutelar será composto por 05 (cinco) membros escolhidos pela comunidade local com mandato de 04 (quatro) anos, permitida recondução por novos processos de escolha. O Conselho Tutelar funcionará em sua sede nos dias úteis das 08:00 às 17:00 horas, ininterruptamente, de segunda a sexta-feira, e nos demais dias e horários, em regime de plantão ou sobreaviso para os demais casos emergenciais."
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de São Lourenço, em 21 de julho de 2026.

WALTER JOSÉ LESSA
Prefeito Municipal

NATHANE DOS SANTOS SILVA RAPOSO
Secretária Municipal de Governo

Projeto de Lei nº. 0046/2026
WJL/NSSR/scs

Publicado por:
Vera Lucia Barbosa Sanita
Código Identificador:F2B29276

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
LEI MUNICIPAL Nº 3.855/2026 INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE VOLTA PARA MINHA TERRA E ESTABELECE DIRETRIZES PARA AÇÕES DE ACOLHIMENTO E APOIO A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL QUE DESEJEM RETORNAR À SUA CIDADE DE ORIGEM.

LEI MUNICIPAL Nº 3.855/2026

Institui o Programa Municipal de Volta para Minha Terra e estabelece diretrizes para ações de acolhimento e apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade social que desejem retornar à sua cidade de origem.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO/MG, no uso de suas atribuições legais e com fundamento nos arts. 64 e 88, VI, da Lei Orgânica deste Município, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei institui o programa municipal De Volta para Minha Terra no âmbito do Município de São Lourenço.

Art. 2º São objetivos do programa municipal:

I - estabelecer diretrizes para a formulação e implementação de ações de acolhimento e apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade social que, de forma voluntária, consciente e assistida, manifestem o desejo de retornar à sua cidade de origem;
II - promover o restabelecimento e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários da pessoa atendida; e
III - assegurar apoio ao retorno voluntário à cidade de origem, observados os princípios da dignidade da pessoa humana e da proteção social.

Art. 3º São diretrizes fundamentais do programa:

I – a promoção irrestrita da dignidade da pessoa humana e da proteção social, com absoluto respeito à autonomia individual, à livre manifestação de vontade e a não compulsoriedade de qualquer medida;
II – o fortalecimento e a reconstrução dos vínculos familiares e comunitários, buscando a reintegração social plena e a superação da situação de rua, reconhecendo a importância das raízes e do pertencimento;
III – a articulação e a cooperação intersetorial entre órgãos públicos, entidades sociais e instituições da sociedade civil que atuem na assistência social, saúde, educação e trabalho, para a construção de uma rede de apoio integrada e humanizada;
IV – o incentivo à escuta ativa, à orientação social e ao encaminhamento qualificado das pessoas em situação de vulnerabilidade, garantindo o acesso a informações claras, serviços adequados e um diálogo acolhedor;
V – a observância rigorosa da legislação vigente e dos princípios constitucionais, em especial o direito de ir e vir, a vedação ao higienismo social e a disponibilidade orçamentária e financeira do Município, para a sustentabilidade e efetividade das ações;
VI – a garantia de que o processo de retorno seja planejado e acompanhado, visando à sustentabilidade da reintegração na cidade de origem e à prevenção de novas situações de rua.

Art. 4º Os procedimentos, critérios e demais aspectos necessários à execução desta Lei serão definidos em regulamento, observadas a discricionariedade administrativa do Poder Executivo, a disponibilidade orçamentária e financeira e as prioridades da política municipal de assistência social.

Continua folha 02
LEI MUNICIPAL Nº 3.855/2026

Folha 02

Art. 5º Para a execução do programa, o Poder Executivo poderá promover, dentre outras medidas compatíveis com seus objetivos, as seguintes ações de acolhimento e apoio:

I – oferta de orientação social e psicossocial, com foco nas opções disponíveis e na construção de um plano de retorno individualizado, baseado na escuta qualificada e no respeito à história de vida de cada pessoa;
II – encaminhamento aos serviços públicos e da rede socioassistencial competentes, de acordo com as necessidades individuais e a manifestação voluntária da pessoa, garantindo acesso à saúde, à documentação, à qualificação profissional e à moradia, quando aplicável;
III – apoio institucional para articulação com órgãos e entidades públicas ou privadas da cidade de origem, visando à confirmação de acolhida familiar ou institucional e à organização de um suporte inicial para adaptação e reintegração, buscando um ambiente seguro e estruturado para o recomeço;
IV – incentivo à reintegração familiar e comunitária, com a participação de equipes psicossociais para avaliação e acompanhamento antes, durante e após o retorno, assegurando que a reconexão com a comunidade de origem ocorra de forma segura, digna e duradoura.

Art. 6º A execução das ações previstas nesta Lei dependerá de regulamentação pelo Poder Executivo e observará a disponibilidade orçamentária e financeira do Município.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de São Lourenço, em 13 de agosto de 2026.

WALTER JOSÉ LESSA
Prefeito Municipal

ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA DOS REIS
Secretário Municipal de Governo

Projeto de Lei nº. 0044/2026
WJL/ACAR/scs

Publicado por:
Vera Lucia Barbosa Sanita
Código Identificador:345DACDB

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
LEI MUNICIPAL Nº 3.856/2026 DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O "MOVIMENTO DEDICO – DESPERTAR DA DIVINA CONSCIÊNCIA".

LEI MUNICIPAL Nº 3.856/2026

Declara de utilidade pública o "Movimento Dedico – Despertar da Divina Consciência".

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO/MG, no uso de suas atribuições legais e com fundamento nos arts. 64 e 88, VI, da Lei Orgânica deste Município, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o "Movimento Dedico - Despertar Divina Consciência", situada na Avenida Getúlio Vargas, 1098, Centro, São Lourenço - Minas Gerais, em conformidade com a Lei Municipal nº 2.303/99.

Art. 2º Integram a presente lei, como anexos:

I - Ata de Fundação da Entidade;
II - Estatuto da Entidade;
III - Ata da Assembleia Geral para eleição da última diretoria;
IV - Xerox do Documento de Identidade do Presidente da Entidade;
V - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;
VI - Alvará de Localização;
VII - Certidão Negativa de Tributos Municipais;
VIII - Certidão Negativa de Débito do INSS;
IX - Balanço Patrimonial;
X - Parecer do Conselho afim à entidade; e
XI - Relatório das Atividades da entidade.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de São Lourenço, em 13 de agosto de 2026.

WALTER JOSÉ LESSA
Prefeito Municipal

ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA DOS REIS
Secretário Municipal de Governo

Projeto de Lei nº. 0045/2026
WJL/ACAR/scs

Publicado por:
Vera Lucia Barbosa Sanita
Código Identificador:2B5BCD61

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
LEI MUNICIPAL Nº 3.857/2026 DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE INCENTIVO A EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS MEDIANTE DESCONTO SOBRE O VALOR DE AVALIAÇÃO DA ÁREA OBJETO DE CONCESSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO MUNICIPAL.

LEI MUNICIPAL Nº 3.857/2026

Dispõe sobre a concessão de incentivo a empreendimentos turísticos mediante desconto sobre o valor de avaliação da área objeto de concessão de uso de bem público municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO/MG, no uso de suas atribuições legais e com fundamento nos arts. 64 e 88, VI, da Lei Orgânica deste Município, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei institui o Programa Municipal de Incentivo ao Desenvolvimento Turístico, destinado a fomentar a implantação, ampliação ou modernização de empreendimentos turísticos considerados de relevante interesse público mediante a concessão de desconto sobre o valor de avaliação da área objeto de concessão de uso de bem público municipal.

Parágrafo único. O incentivo previsto nesta Lei tem por finalidade estimular investimentos privados capazes de promover o desenvolvimento econômico, turístico, social e a geração de emprego e renda no Município.

Art. 2º Poderão ser beneficiários do programa as pessoas jurídicas que obtenham concessão de uso de bem público municipal destinada à exploração de empreendimento turístico e que atendam aos seguintes requisitos:

I – apresentem projeto de investimento compatível com a finalidade da concessão;
II – demonstrem capacidade econômico-financeira para execução do empreendimento;
III – estejam em situação regular perante as Fazendas Públicas, a Seguridade Social, o FGTS e a Justiça do Trabalho;
IV – observem a legislação ambiental, urbanística, tributária e de acessibilidade;
V – comprovem potencial para incremento da atividade turística e geração de empregos diretos e indiretos.

Art. 3º O incentivo consistirá em desconto incidente sobre o valor de avaliação da área objeto da concessão de uso de bem público municipal.

§ 1º O benefício não altera as demais obrigações contratuais assumidas pela concessionária.

§ 2º A concessão do desconto deverá estar expressamente prevista no edital de licitação, quando esta for exigida, e no respectivo contrato administrativo.

§3º O valor de avaliação do imóvel será apurado previamente por comissão de avaliação designado pelo Município, observadas as normas técnicas aplicáveis e a legislação patrimonial.

Art. 4º Os percentuais máximos de desconto observarão os seguintes limites:

I – 30% para investimentos comprovados iguais ou superiores a R$ 2.500.000,00;

Continua folha 02
LEI MUNICIPAL Nº 3.857/2026
Folha 02

II – 50% para investimentos comprovados iguais ou superiores a R$ 5.000.000,00;
III – 70% para investimentos comprovados iguais ou superiores a R$ 10.000.000,00.

§1º A concessão do percentual máximo dependerá da análise do interesse público e da demonstração da viabilidade econômica do empreendimento;

§2º Os benefícios previstos nesta Lei não geram direito adquirido e poderão ser revogados em caso de descumprimento das condições estabelecidas.

Art. 5º O pedido de enquadramento será instruído com:

I – projeto detalhado do empreendimento;
II – cronograma físico-financeiro;
III – memorial descritivo;
IV – estudo de impacto econômico e turístico;
V – estimativa de geração de empregos;
VI – documentação comprobatória da capacidade financeira;
VII – documentação relativa à regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e ambiental;
VIII – outros documentos definidos no edital ou em regulamento.

Art. 6º A análise do pedido competirá aos órgãos técnicos da Administração Municipal, que elaborarão parecer fundamentado acerca:

I – da viabilidade econômica do empreendimento;
II – do relevante interesse público do empreendimento;
III – dos benefícios econômicos esperados para o Município;
IV – da adequação do investimento aos objetivos desta Lei.

Art. 7º Constituem contrapartidas mínimas da concessionária:

I – realizar integralmente os investimentos previstos;
II – iniciar a operação do empreendimento no prazo contratualmente estabelecido;
III – manter o empreendimento em funcionamento durante toda a vigência da concessão;
IV – manter, durante a vigência da concessão, o quantitativo mínimo de empregos que fundamentou a concessão do benefício, ressalvadas as hipóteses devidamente justificadas.
V – permitir o acompanhamento e fiscalização pela Administração Municipal.

Art. 8º Os investimentos considerados para fins de enquadramento deverão ser comprovados mediante documentação idônea, podendo ser exigidos:

I – notas fiscais;
II – contratos;

Continua folha 03
LEI MUNICIPAL Nº 3.857/2026
Folha 03

III – laudos técnicos;
IV – medições de obra;
V – registros contábeis;
VI – comprovantes de pagamento;
VII – outros documentos necessários à verificação da efetiva realização dos investimentos, sem prejuízo da realização de diligências e inspeções no local.

Art. 9º O benefício poderá ser revogado caso a concessionária:
I – apresente informações ou documentos falsos;
II – deixe de executar o projeto aprovado;
III – interrompa injustificadamente a execução do projeto;
IV – descumpra obrigações contratuais ou legais;
V – não mantenha as condições que justificaram a concessão do incentivo;
VI - deixar de iniciar a execução do empreendimento no prazo contratualmente previsto.

§ 1º A revogação dependerá de processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa.

§ 2º Revogado o benefício, a concessionária deverá restituir ao Município os valores correspondentes aos descontos concedidos, atualizados monetariamente, sem prejuízo das demais sanções contratuais.

Art. 10 A concessão do incentivo dependerá de decisão motivada da autoridade competente, observados:

I – o interesse público;
II – a viabilidade econômico-financeira do empreendimento;
III – a disponibilidade do bem público;
IV – a compatibilidade com o planejamento turístico e econômico municipal.

Art. 11 A concessão de uso de bem público observará a legislação aplicável, inclusive o art. 19 da Lei Orgânica Municipal e a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, quando esta for cabível.

Art. 12 O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber.

Art. 13 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de São Lourenço, em 13 de agosto de 2026.

WALTER JOSÉ LESSA
Prefeito Municipal

Continua folha 04
LEI MUNICIPAL Nº 3.857/2026
Folha 04

ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA DOS REIS
Secretário Municipal de Governo

Projeto de Lei nº. 0035/2026
WJL/ACAR/scs

Publicado por:
Vera Lucia Barbosa Sanita
Código Identificador:5E02C9CB

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº. 4.111 DISPÕE SOBRE A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO ESPECIAL E COMISSÃO DE APOIO PARA ELABORAÇÃO DO PROTOCOLO MUNICIPAL DE ACESSO AMBULATORIAL E DE EXAMES DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº. 4.111

Dispõe sobre a constituição de Comissão Especial e Comissão de Apoio para elaboração do Protocolo Municipal de Acesso Ambulatorial e de Exames do Município de São Lourenço e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO, no uso de suas atribuições legais constantes dos incisos IX, XII e XVII do art. 88 da Lei Orgânica Municipal - LOM, **considerando** a necessidade de elaboração do Protocolo Municipal de Acesso Ambulatorial e de Exames, com a finalidade de organizar e padronizar os fluxos de acesso aos serviços de saúde no âmbito do Município de São Lourenço; **considerando** a necessidade de estabelecer critérios técnicos e assistenciais para os encaminhamentos, solicitações de consultas especializadas, procedimentos e exames, visando à qualificação da regulação do acesso aos serviços de saúde; **considerando** a necessidade de atuação integrada e multiprofissional dos servidores e profissionais da Secretaria Municipal de Saúde para a elaboração, análise e validação dos referidos protocolos; **considerando** a necessidade de designação das referidas comissões para dar início aos trabalhos de elaboração e organização dos protocolos; **considerando** que ao Chefe do Poder Executivo Municipal incumbe dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados para compor a **Comissão Especial para elaboração do Protocolo Municipal de Acesso Ambulatorial e de Exames**, os seguintes membros:

I – João Carlos Tavares da Costa
Médico de Família e Comunidade – Coordenador de Controle e Avaliação

II – Therezia Raffoul Domingos Teles
Enfermeira da Estratégia Saúde da Família

III – Clarissa Andrade Sacramento
Odontóloga da Estratégia Saúde da Família

Art. 2º Ficam nomeados para compor a **Comissão de Apoio Técnico para elaboração do Protocolo Municipal de Acesso Ambulatorial e de Exames**, os seguintes membros:

I – Ricardo Frederico Pinto Silveira
Farmacêutico atuante na rede municipal

II – Cristiane Noronha de Souza Abanca
Fisioterapeuta atuante no serviço municipal

III – Akemi Costa Wakigawa Murata
Gerente de Vigilância em Saúde

Continua folha 02
PORTARIA Nº. 4.111
Folha 02

Art. 3º Constituem atribuições da Comissão Especial:

I – elaborar o Protocolo Municipal de Acesso Ambulatorial;
II – elaborar o Protocolo Municipal de Solicitação e Regulação de Exames;
III – estabelecer critérios técnicos e clínicos para encaminhamento e priorização dos usuários;
IV – padronizar os fluxos de encaminhamento entre a Atenção Primária à Saúde, a Atenção Especializada e o serviço de regulação;
V – elaborar fluxogramas e demais instrumentos necessários à organização dos encaminhamentos da Rede Municipal de Saúde;
VI – analisar e consolidar as contribuições apresentadas pela Comissão de Apoio Técnico; e
VII – apresentar os protocolos elaborados à Secretaria Municipal de Saúde para análise e aprovação.

Art. 4º Constituem atribuições da Comissão de Apoio Técnico:

I – prestar suporte técnico à Comissão Especial na elaboração dos protocolos;
II – analisar e avaliar as propostas e critérios técnicos apresentados pela Comissão Especial;
III – contribuir para a adequação dos protocolos aos fluxos e à realidade da Rede Municipal de Saúde;
IV – apresentar sugestões e recomendações técnicas relacionadas às matérias em análise; e
V – prestar o suporte necessário à Comissão Especial para o desenvolvimento dos trabalhos.

Art. 5º As Comissões terão o prazo de 60 (sessenta) dias, contado da data de publicação desta Portaria, para conclusão dos trabalhos, podendo o referido prazo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa e autorização da autoridade competente.

Art. 6º Os trabalhos realizados pelas referidas Comissões serão remunerados, sendo assegurado o pagamento de gratificação de função, exceto aos cargos de agentes políticos, nos termos do art. 109 da Lei Complementar nº. 002/11, de 01/08/2011, e suas alterações.

Art. 7º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de São Lourenço, em 25 de agosto de 2026.

WALTER JOSÉ LESSA
Prefeito Municipal

Continua folha 02
PORTARIA Nº. 4.111
Folha 02

ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA DOS REIS
Secretário Municipal de Governo

WJL/ACAR/scs

Publicado por:
Vera Lucia Barbosa Sanita
Código Identificador:081A73E8

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº. 4.112 DISPÕE SOBRE A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO ESPECIAL PARA ATUALIZAÇÃO DO CÓDIGO MUNICIPAL SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº. 4.112

Dispõe sobre a constituição de Comissão Especial para atualização do Código Municipal Sanitário do Município de São Lourenço e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO, no uso de suas atribuições legais constantes dos incisos IX, XII e XVII do art. 88 da Lei Orgânica Municipal - LOM, **considerando** a necessidade de revisão e atualização do Código Municipal Sanitário, atualmente vigente no Município, instituído no ano de 2015; **considerando** as significativas alterações ocorridas na legislação sanitária brasileira desde a edição do atual Código Municipal Sanitário, especialmente em razão da publicação e atualização de normas federais, estaduais e regulamentos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa; **considerando** a necessidade de adequação da legislação municipal às normas sanitárias vigentes, bem como às novas atividades e serviços existentes no Município; **considerando** a necessidade de identificar dispositivos desatualizados, conflitantes ou insuficientes no Código Municipal Sanitário vigente e propor as alterações necessárias; **considerando** a necessidade de aprimorar os procedimentos de licenciamento, fiscalização e inspeção sanitária, bem como as disposições relativas às infrações e penalidades sanitárias; **considerando** a necessidade de proporcionar maior segurança jurídica aos agentes públicos, aos estabelecimentos regulados e à população;

considerando que ao Chefe do Poder Executivo Municipal incumbe dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Fica constituída a Comissão Especial para atualização do Código Municipal Sanitário do Município de São Lourenço, destinada à revisão, análise e elaboração de proposta de atualização da legislação sanitária municipal.

Art. 2º Ficam nomeados para compor a Comissão Especial os seguintes membros:

I – Liliane Marinho Ottoni Costa
II – João Felipe Ribeiro Maciel
III – José Roberto Figueiredo Paolilo

Art. 3º Constituem atribuições da Comissão Especial:

I – revisar e atualizar o Código Municipal Sanitário vigente;
II – adequar a legislação municipal às normas federais e estaduais vigentes e aos regulamentos sanitários aplicáveis;
III – identificar lacunas, inconsistências, dispositivos desatualizados ou conflitantes na legislação atualmente vigente;
IV – aperfeiçoar os procedimentos de licenciamento, fiscalização e inspeção sanitária;
V – estabelecer regras claras para o exercício das atividades sujeitas à Vigilância Sanitária;
VI – aprimorar os dispositivos relativos às infrações e penalidades sanitárias;

Continua folha 02
PORTARIA Nº. 4.112
Folha 02

VII – propor medidas que proporcionem maior segurança jurídica aos agentes públicos e aos particulares sujeitos à fiscalização;
VIII – fortalecer as ações municipais de prevenção e controle dos riscos sanitários;
IX – promover maior uniformidade e eficiência na atuação da Vigilância Sanitária Municipal; e
X – apresentar proposta final de atualização legislativa para apreciação e encaminhamento às instâncias competentes.

Art. 4º A Comissão poderá solicitar informações, documentos e apoio técnico aos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, sempre que necessários ao desenvolvimento dos trabalhos.

Art. 5º A Comissão terá o prazo de 60 (sessenta) dias, contado da data de publicação desta Portaria, para conclusão dos trabalhos, podendo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa apresentada pela Comissão e autorização da autoridade competente.

Art. 6º Os trabalhos realizados pela Comissão serão remunerados, sendo assegurado o pagamento de gratificação de função, exceto aos cargos de agentes políticos, nos termos do art. 109 da Lei Complementar nº. 002/11, de 01/08/2011, e suas alterações.

Art. 7º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de São Lourenço, em 25 de agosto de 2026.

WALTER JOSÉ LESSA
Prefeito Municipal

ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA DOS REIS
Secretário Municipal de Governo

WJL/ACAR/scs

Publicado por:
Vera Lucia Barbosa Sanita
Código Identificador:B3CB945F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
RESOLUÇÃO CMDPI Nº 001/2026 DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE SÃO LOURENÇO/MG.

RESOLUÇÃO CMDPI Nº 001/2026

Dispõe sobre a aprovação do Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de São Lourenço/MG.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE SÃO LOURENÇO – CMDPI, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 3.699, de 12 de setembro de 2024, especialmente os arts. 2º, inciso X, 12 e 21, e

CONSIDERANDO que compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa elaborar e aprovar seu Regimento Interno;

CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº 3.699/2024 estabelece que os atos do Conselho serão instituídos por meio de resoluções aprovadas pela maioria de seus membros;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer normas para a organização, o funcionamento e o desenvolvimento das atividades do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de São Lourenço/MG;

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, realizada em reunião realizada em 13 de Novembro de 2025;

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de São Lourenço/MG, na forma do Anexo I desta Resolução, que dela passa a fazer parte integrante para todos os fins.

Art. 2º O Regimento Interno aprovado por esta Resolução estabelece as normas de organização, funcionamento, competências, atribuições e procedimentos internos do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de São Lourenço/MG.

Art. 3º O Regimento Interno deverá ser observado por todos os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, sem prejuízo das disposições estabelecidas na legislação municipal, estadual e federal aplicável.

Art. 4º O Regimento Interno poderá ser alterado mediante proposta apresentada ao Plenário e aprovação pela maioria dos membros do Conselho, observadas as disposições da legislação vigente.

Art. 5º Determina-se a publicação desta Resolução e de seu Anexo I no órgão oficial de publicação do Município, para fins de publicidade e eficácia.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço/MG, 24 de Agosto de 2026.

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa
CMDPI – São Lourenço/MG

Publicado por:
Vera Lucia Barbosa Sanita
Código Identificador:7DE429E6

SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO
EXTRATO DO CONTRATO SAAE/SLO N.º 064/2026

Contrato SAAE/SLO n.º64/2026
Contratante: SAAE de São Lourenço/MG
Contratada: Lotus Brasil Serviços e Comércio Ltda.

CNPJ:54.421.038/0001-67
Modalidade: Dispensa de Licitação n.º 95/2026
Objeto: aquisição de materiais hidráulicos em PVC e diversos para consumo pelo período de 12 meses.
Valor total:R$ 38.166,20 (trinta e oito mil, cento e sessenta e seis Reais e vinte centavos).
Forma de pagamento: contraentrega do material.
Vigência:12 meses a partir da assinatura do contrato.
Data da assinatura:26/08/2026.

EDUARDO RODRIGUES DA SILVA
Diretor Presidente.

Publicado por:
Fabiana Aparecida de Castro Brito
Código Identificador:7C5C0E18

SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO
EXTRATO DO CONTRATO SAAE/SLO Nº065/2026

Contrato SAAE/SLO n.º65/2026
Contratante: SAAE de São Lourenço/MG
Contratada: Alpha Soluções em Saneamento Ltda
CNPJ:45.246.664/0001-27
Modalidade: Dispensa n.º100/2026 (Art.75, Inciso III, a, da Lei nº14.133/2021)
Objeto: aquisição de materiais hidráulicos diversos para o sistema de abastecimento de água.
Valor total:R$ 24.730,00 (vinte e quatro mil, setecentos e trinta reais)
Forma de pagamento: contraentrega do material.
Vigência:12 meses a partir da assinatura do contrato.
Data da assinatura:26/08/2026.

EDUARDO RODRIGUES DA SILVA
Diretor Presidente.

Publicado por:
Fabiana Aparecida de Castro Brito
Código Identificador:79C148CC

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI MUNICIPAL Nº 5390

LEI MUNICIPAL Nº 5390
PROJETO DE LEI Nº 5877

"ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 5.040, DE 1º DE SETEMBRO DE 2023, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE GESTÃO ANIMAL DO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A Câmara Municipal de São Sebastião do Paraíso, no uso de suas atribuições legais, aprova, e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei:
Art. 1º Fica alterado o art. 49 e ficam acrescidos os arts. 49-A, 49-B e 49-C na Lei Municipal nº 5.040, de 1º de setembro de 2023, que passam a vigorar com a seguinte redação:
(...)
Art. 49. A criação para fins de reprodução e a comercialização de cães e gatos de raça no Município de São Sebastião do Paraíso obedecerão ao disposto nesta Lei.
§ 1º Consideram-se cães e gatos de raça aqueles que apresentem características semelhantes e definidas, transmitidas hereditariamente, que os tornam diferentes de outros conjuntos de indivíduos da mesma espécie.
§ 2º A criação para fins de reprodução e a comercialização de cães e gatos de raça no Município somente poderão ser realizadas por criadores devidamente inscritos no Município, por meio de departamento a ser designado pelo Poder Executivo.
§ 3º Para fins de criação e comercialização de cães e gatos de raça, o interessado deverá manter cadastro no Município, com as seguintes informações:
I – estar inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;
II – contar com licença de funcionamento expedida pelo Poder Público Municipal, a ser renovada anualmente;
III – apresentar laudo médico-veterinário dos animais sob sua responsabilidade, atestando a predominância das características genéticas e a padronização típica da raça;
IV – ter como responsável técnico médico-veterinário devidamente inscrito no Conselho Regional de Medicina Veterinária – CRMV;
V – manter o cadastro atualizado perante o Município, informando o tipo de raça comercializada e a quantidade de cães sob sua responsabilidade.
§ 4º O laudo médico-veterinário a que se refere o inciso III do § 3º poderá ser substituído por registro perante entidade estadual ou municipal de cinofilia e gatofilia, responsável pela padronização das raças.
Art. 49-A. A empresa responsável pelo criadouro cadastrado, nos termos desta Lei, deverá garantir o bem-estar dos animais, assegurando-lhes:
I – cuidados com a saúde, por meio de acompanhamento veterinário periódico;
II – alimentação adequada e de fácil acesso, de modo a evitar a fome e a sede;
III – condições apropriadas de alojamento, limpeza e conforto;
IV – comercialização dos animais com, no mínimo, 60 (sessenta) dias de vida;
V – vacinação em dia de todos os animais.
§ 1º É vedada a exposição de cães e gatos de raça para fins de comercialização em locais externos às dependências do estabelecimento do criador cadastrado nos termos desta Lei, salvo nos casos de exposição decorrente da realização de eventos de criadores autorizados pelo Poder Público competente, desde que os locais sejam adequados ao bem-estar dos animais.
§ 2º Em caso de simulação de doação para fins de compra e venda de cães e gatos de raça, o criador perderá o direito ao cadastro de que trata esta Lei, bem como ficará sujeito à sanção administrativa prevista.
§ 3º A matriz destinada à procriação deverá ter idade mínima de 9 (nove) meses e idade máxima de 6 (seis) anos, ficando limitada a apenas 3 (três) reproduções ao longo da vida, observado o intervalo mínimo de 12 (doze) meses entre as gestações, devendo, após esse período, ser esterilizada.
Art. 49-B. Os responsáveis por criadouros que não atenderem ao disposto nesta Lei sofrerão as sanções administrativas cabíveis, além de terem os animais apreendidos, o alvará cassado e de se sujeitarem às demais medidas previstas nesta Lei, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis.
Parágrafo único. Os animais apreendidos serão encaminhados ao Canil ou Gatil Municipal ou entregues a entidades de proteção animal para fins de doação, mediante assinatura de termo de compromisso.
Art. 49-C. É proibida a criação, reprodução, comercialização e instalação de criadouros de cães das raças Pit Bull (American Pit Bull Terrier), American Staffordshire Terrier, Staffordshire Bull Terrier, American Bully e demais cães resultantes de cruzamentos com características fenotípicas predominantes dessas raças, no âmbito do Município de São Sebastião do Paraíso.
Parágrafo único. Os atuais proprietários dos animais abrangidos por este artigo deverão observar rigorosamente as normas de guarda responsável, identificação, vacinação e segurança previstas na legislação municipal.

Art. 2º Fica alterado o Anexo Único da Lei Municipal nº 5.040, de 1º de setembro de 2023, mediante o acréscimo da seguinte tabela ao rol das infrações médias:

Código da Infração	**207**
Descrição	Manter criadouro, comercializar ou reproduzir cães e gatos de raça em desacordo com o previsto nesta Lei.
Classificação	Média
Incidência da Pena	Por ato
Valor da Multa em VRM	Mínimo 10 (dez) VRM e máximo 20 (vinte) VRM

Art. 3º O Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei para melhor aplicação de seus dispositivos.
Art. 4º Esta Lei entra em vigor 90 (noventa) dias após a data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso, 11 de agosto de 2026.

MARCELO DE MORAIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Larissa Bonfim Cecchini
Código Identificador:D9545B09

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI MUNICIPAL Nº 5391

LEI MUNICIPAL Nº 5391
PROJETO DE LEI Nº 5879

"INSTITUI A CAMPANHA JUNHO VERDE, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A PREVENÇÃO E CUIDADOS COM O MEIO AMBIENTE NO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO."

A Câmara Municipal de São Sebastião do Paraíso, no uso de suas atribuições legais, aprova, e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei:
Art. 1º Fica instituída a Campanha "Junho Verde", Mês de Conscientização e de Adoção de Medidas Voltadas à Política Municipal de Conscientização sobre a Prevenção e os Cuidados com o Meio Ambiente, com o objetivo de promover ações educativas e informativas que visem à preservação, à recuperação e ao manejo sustentável dos recursos naturais no Município de São Sebastião do Paraíso.
Art. 2º A Política Municipal de Conscientização sobre a Prevenção e os Cuidados com o Meio Ambiente será desenvolvida por meio das seguintes diretrizes:
I – promoção de campanhas educativas voltadas à população em geral, com o objetivo de informar sobre a importância da preservação ambiental e das práticas sustentáveis no dia a dia;
II – implementação de programas de educação ambiental nas escolas municipais, com foco na formação da consciência ecológica entre os alunos, incentivando-os a atuar como agentes de transformação no cuidado com o meio ambiente;
III – criação de parcerias com organizações não governamentais, instituições de ensino, empresas e outros entes públicos para o desenvolvimento de projetos e ações de conscientização ambiental;
IV – realização de atividades de plantio de árvores, coleta seletiva de resíduos, reciclagem e outras práticas que promovam a sustentabilidade e a preservação dos recursos naturais no Município;
V – promoção de palestras, oficinas e seminários sobre temas relacionados à preservação ambiental, às mudanças climáticas, à gestão de resíduos sólidos e ao uso racional dos recursos hídricos;
VI – divulgação de materiais informativos, como cartilhas, vídeos e folders, que orientem a população sobre a adoção de práticas sustentáveis em suas rotinas;
VII – estabelecimento de um calendário anual de atividades voltadas à conscientização ambiental, a ser elaborado pelo setor municipal responsável pelo meio ambiente, em conjunto com outras Secretarias Municipais, escolas, organizações da sociedade civil e empresas.
Art. 3º A implementação das diretrizes previstas nesta Lei deverá contar com a participação ativa da comunidade, das escolas, das empresas e das organizações da sociedade civil, visando à criação de uma cultura de sustentabilidade e de responsabilidade ambiental no Município.
Art. 4º O Poder Executivo poderá firmar convênios e parcerias com instituições públicas e privadas para a execução das ações previstas nesta Lei, bem como buscar recursos junto aos Governos Estadual e Federal para financiar as iniciativas de conscientização ambiental no Município.
Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.
Art. 6º Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso, 11 de agosto de 2026.

MARCELO DE MORAIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Larissa Bonfim Cecchini
Código Identificador:75CEEA7B

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI MUNICIPAL Nº 5392

LEI MUNICIPAL Nº 5392
PROJETO DE LEI Nº 5883

"REVOGA IN TOTUM A LEI MUNICIPAL N° 4.834, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2021, QUE AUTORIZA O MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO A DOAR IMÓVEL DE PROPRIEDADE DO PATRIMÔNIO PÚBLICO À EMPRESA CREMER S.A., E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MARCELO DE MORAIS, Prefeito do Município de São Sebastião do Paraíso, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1o Fica revogada, ***in totum,*** a Lei Municipal n° 4.834, de 29 de dezembro de 2021, que autoriza o Município de São Sebastião do Paraíso a doar imóvel de propriedade do patrimônio público à empresa Cremer S.A.

Art. 2o Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso/MG, 11 de agosto de 2026.

MARCELO DE MORAIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Larissa Bonfim Cecchini
Código Identificador:BCAE51E7

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
ATO DE AUTORIZAÇÃO DA DISPENSA 054 2026

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Processo Licitatório nº	**11901/2026**
Dispensa Eletrônica com Disputa nº	**054/2026**

Eu, Marcelo de Morais, na qualidade de Prefeito do município de São Sebastião Do Paraíso, MG, considerando o resultado do procedimento de contratação direta modalidade Dispensa Eletrônica com Disputa, cujo objeto é Fornecimento de medalhas e troféus destinados a atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação para premiação dos participantes do 13º Torneio Escolar Municipal, a ser realizado no período de 31 de agosto a 11 de setembro, com entrega imediata e integral., decidido pela Comissão de Contratação, venho por meio deste termo:

AUTORIZAR a prosseguir na contratação com a(s) empresa(s) vencedora(s), 68.377.355 ALINE AFONSO AGUIAR SANTOS (CNPJ nº 68377355000138, no valor de R$ 4.160,00), FGM SOLUÇÕES E FORNECIMENTOS LTDA (CNPJ nº 48159432000176, no valor de R$ 745,30), visando à efetivação da(s) contratação(ões), objeto deste processo, nos termos da(s) proposta(s)

apresentada(s) e das condições estabelecidas no aviso de contratação conforme documentos anexos aos autos.

São Sebastião Do Paraíso, 26 de agosto de 2026.

MARCELO DE MORAIS
Prefeito

Publicado por:
Iolane Batista
Código Identificador:990954A3

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
ATO DE AUTORIZAÇÃO DA DISPENSA 51 2026

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Processo Licitatório nº	**11223/2026**
Dispensa Eletrônica com Disputa nº	**051/2026**

Eu, Marcelo de Morais, na qualidade de Prefeito do município de São Sebastião Do Paraíso, MG, considerando o resultado do procedimento de contratação direta modalidade Dispensa Eletrônica com Disputa, cujo objeto é Fornecimento de materiais de consumo e permanentes, compreendendo fronhas, travesseiros, cobertores, livros de registro específico de medicamentos e tanquinho de lavar roupas, destinados a atender e suprir as necessidades operacionais dos diversos setores e unidades sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde do Município, com entrega imediata e integral.
, decidido pela Comissão de Contratação, venho por meio deste termo:

AUTORIZAR a prosseguir na contratação com a(s) empresa(s) vencedora(s), GRAFENO COMERCIO LTDA (CNPJ nº 58614466000167, no valor de R$ 612,50), visando à efetivação da(s) contratação(ões), objeto deste processo, nos termos da(s) proposta(s) apresentada(s) e das condições estabelecidas no aviso de contratação conforme documentos anexos aos autos.

São Sebastião Do Paraíso, 26 de agosto de 2026.

MARCELO DE MORAIS
Prefeito

Publicado por:
Iolane Batista
Código Identificador:E2BA2F7C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SAPUCAÍ MIRIM

COMISSÃO DE PREGÃO E LICITAÇÃO
AVISO HOMOLOGAÇÃO PE 12 MATERIAL DE CONSTRUÇÃO

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N° 012/2026

A Prefeitura Municipal de Sapucaí-Mirim, em face da realização do Pregão Eletrônico n° 012/2026, que objetivou o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, MATERIAIS ELÉTRICOS, MATERIAIS HIDRÁULICOS, TINTAS, MADEIRAS, FERRAGENS, FERRAMENTAS E DEMAIS MATERIAIS CORRELATOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS PRÉDIOS PÚBLICOS, VIAS PÚBLICAS, PRAÇAS, ESPAÇOS PÚBLICOS, REDES DE INFRAESTRUTURA E DEMAIS BENS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE SAPUCAÍMIRIM/MG, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA, NO EDITAL E EM SEUS ANEXOS.**, a fim de atender a demanda deste município, com fulcro no inciso VII, do art. 17, da Lei n° 14.133/21 e Decreto Municipal nº 2421/2023, decide **ADJUDICAR e HOMOLOGAR** o objeto da presente licitação, pelo valor unitário dos itens do procedimento licitatório, às empresas abaixo relacionadas:

SIDNEI RODRIGUES DA SILVA CPF04158281636, inscrita no CNPJ n° 09.125.433/0001-48, detentora das melhores ofertas para os itens: 001 – R$ 0,05; 003 – R$ 0,24; 009 – R$ 1,20; 010 – R$ 1,30; 011 – R$ 1,40; 013 – R$ 1,01; 015 – R$ 1,70; 016 – R$ 0,41; 017 – R$ 0,91; 019 – R$ 2,01; 021 – R$ 3,91; 024 – R$ 14,11; 026 – R$ 15,91; 030 – R$ 7,41; 042 – R$ 99,71; 043 – R$ 3,51; 044 – R$ 1,81; 046 – R$ 2,91; 047 – R$ 19,91; 048 – R$ 3,81; 049 – R$ 5,81; 051 – R$ 9,71; 052 – R$ 14,91; 053 – R$ 17,11; 054 – R$ 1,41; 055 – R$ 1,91; 056 – R$ 6,61; 062 – R$ 0,09; 063 – R$ 0,04; 064 – R$ 0,91; 065 – R$ 0,04; 066 – R$ 2,11; 067 – R$ 2,41; 069 – R$ 14,91; 070 – R$ 21,11; 079 – R$ 131,11; 080 – R$ 211,11; 081 – R$ 0,81; 082 – R$ 31,31; 083 – R$ 9,91; 084 – R$ 8,91; 085 – R$ 6,91; 086 – R$ 7,71; 087 – R$ 2,11; 088 – R$ 4,41; 089 – R$ 7,71; 090 – R$ 12,91; 091 – R$ 2,11; 092 – R$ 1,41; 093 – R$ 1,41; 094 – R$ 5,71; 095 – R$ 0,04; 096 – R$ 171,71; 097 – R$ 9,71; 098 – R$ 61,11; 104 – R$ 1,11; 105 – R$ 5,51; 106 – R$ 11,21; 107 – R$ 8,81; 108 – R$ 75,91; 109 – R$ 1,21; 110 – R$ 1,21; 111 – R$ 1,31; 114 – R$ 0,81; 115 – R$ 1,41; 116 – R$ 6,51; 117 – R$ 34,51; 118 – R$ 1,11; 119 – R$ 1,41; 120 – R$ 23,11; 121 – R$ 1,71; 122 – R$ 1,61; 123 – R$ 9,11; 124 – R$ 9,61; 125 – R$ 9,91; 126 – R$ 8,51; 127 – R$ 0,61; 128 – R$ 3,01; 129 – R$ 4,41; 131 – R$ 10,11; 132 – R$ 9,11; 136 – R$ 30,11; 137 – R$ 7,51; 141 – R$ 21,91; 148 – R$ 2,61; 149 – R$ 66,11; 150 – R$ 59,11; 151 – R$ 19,11; 152 – R$ 0,31; 154 – R$ 27,91; 155 – R$ 3,61; 159 – R$ 44,11; 169 – R$ 45,11; 174 – R$ 49,11; 182 – R$ 2,31; 185 – R$ 16,41; 186 – R$ 55,31; 187 – R$ 39,11; 188 – R$ 47,11; 197 – R$ 4,91; 208 – R$ 0,61; 210 – R$ 0,51; 212 – R$ 26,91; 213 – R$ 8,91; 214 – R$ 98,01; 215 – R$ 283,91; 216 – R$ 269,71; 217 – R$ 1,91; 218 – R$ 7,61; 221 – R$ 32,11; 222 – R$ 35,11; 226 – R$ 89,11; 228 – R$ 11,11; 229 – R$ 8,41; 230 – R$ 4,11; 239 – R$ 0,18; 242 – R$ 2,11; 248 – R$ 1,21; 249 – R$ 0,81; 250 – R$ 7,41; 252 – R$ 12,11; 253 – R$ 4,31; 256 – R$ 15,41; 257 – R$ 1,71; 258 – R$ 2,71; 259 – R$ 8,51; 260 – R$ 0,81; 261 – R$ 1,01; 262 – R$ 0,91; 264 – R$ 6,81; 268 – R$ 2,71; 271 – R$ 2,41; 274 – R$ 29,91; 276 – R$ 38,11; 277 – R$ 77,11; 278 – R$ 64,01; 280 – R$ 2,01; 281 – R$ 1,01; 284 – R$ 2,81; 286 – R$ 4,91; 287 – R$ 4,91; 288 – R$ 1,81; 289 – R$ 1,21; 291 – R$ 15,91; 292 – R$ 8,01; 293 – R$ 5,01; 294 – R$ 41,91; 295 – R$ 0,21; 296 – R$ 0,31; 297 – R$ 0,11; 298 – R$ 0,11; 299 – R$ 0,11; 300 – R$ 0,41; 301 – R$ 0,41; 302 – R$ 0,91; 303 – R$ 2,41; 304 – R$ 1,11; 305 – R$ 1,81; 306 – R$ 3,19; 307 – R$ 0,79; 308 – R$ 0,51; 309 – R$ 1,01; 313 – R$ 25,11; 323 – R$ 33,11; 324 – R$ 3,61; 325 – R$ 5,41; 329 – R$ 1,91; 334 – R$ 0,41; 335 – R$ 2,51; 349 – R$ 164,68; 362 – R$ 35,91; 404 – R$ 12,41; 432 – R$ 28,21; 434 – R$ 52,21; 435 – R$ 42,01; 438 – R$ 14,41; 485 – R$ 870,00; 509 – R$ 922,00; 544 – R$ 49,00; 547 – R$ 251,01; 548 – R$ 168,00; 550 – R$ 91,11; 551 – R$ 55,11; 552 – R$ 65,25; 555 – R$ 59,11; 556 – R$ 117,25; 557 – R$ 339,11; 558 – R$ 400,25; 559 – R$ 22,25; 560 – R$ 244,11; 561 – R$ 59,11; 562 – R$ 63,11; 563 – R$ 11,25; 577 – R$ 49,11; 578 – R$ 59,11; 579 – R$ 55,11; 580 – R$ 55,11; 581 – R$ 79,11; 582 – R$ 29,11; 583 – R$ 49,11; 584 – R$ 39,11; 588 – R$ 32,25; 589 – R$ 44,25; 590 – R$ 42,25; 591 – R$ 35,25; 593 – R$ 5,11; 596 – R$ 3,55; 597 – R$ 5,11; 598 – R$ 7,65; 599 – R$ 6,65; 600 – R$ 19,11; 609 – R$ 3,55; 610 – R$ 9,95; 611 – R$ 12,25; 613 – R$ 10,25; 614 – R$ 9,95; 615 – R$ 1,99; 616 – R$ 16,11; 617 – R$ 495,25; 619 – R$ 2,25; 620 – R$ 1,99; 621 – R$ 19,11; 622 – R$ 23,25; 623 – R$ 325,25; 638 – R$ 6,65; 641 – R$ 12,25; 642 – R$ 1,25; 643 – R$ 2,25; 644 – R$ 5,11; 645 – R$ 4,91; 646 – R$ 3,71; 657 – R$ 12,11; 658 – R$ 11,11; 662 – R$ 7,11.

APARECIDA DONIZETE NOGUEIRA SILVA MATERIAIS DE, inscrita no CNPJ n° 18.776.769/0001-61, detentora das melhores ofertas para os itens: 002 – R$ 0,85; 004 – R$ 0,85; 005 – R$ 1,15; 006 – R$ 0,25; 007 – R$ 4,55; 008 – R$ 3,85; 012 – R$ 1,55; 014 – R$ 1,85; 018 – R$ 0,10; 020 – R$ 3,65; 022 – R$ 16,65; 023 – R$ 29,95; 025 – R$ 24,55; 027 – R$ 3,55; 028 – R$ 12,55; 029 – R$ 13,55; 031 – R$ 269,75; 032 – R$ 14,55; 033 – R$ 7,55; 035 – R$ 18,95; 036 – R$ 0,15; 037 – R$ 22,15; 038 – R$ 15,55; 039 – R$ 3,25; 040 – R$ 8,25; 041 – R$ 9,95; 050 – R$ 3,55; 057 – R$ 42,15; 058 – R$ 4,25; 059 – R$ 8,15; 060 – R$ 3,25; 061 – R$ 0,05; 068 – R$ 41,15; 071 – R$ 7,25; 072 – R$ 14,15; 073 – R$ 11,15; 074 – R$ 11,15; 075 – R$ 11,25; 076 – R$ 11,25; 077 – R$ 15,25; 078 – R$ 1,05; 099 – R$ 12,25; 100 – R$ 44,25; 101 – R$ 26,15; 102 – R$ 12,25; 103 – R$ 21,00; 133 – R$ 13,25; 134 – R$ 11,75; 135 – R$ 9,25; 138 – R$ 14,95; 139 – R$ 19,25; 140 – R$ 1,25; 147 – R$ 10,25; 153 – R$ 0,25; 156 – R$ 0,35; 160 – R$ 49,95; 162 – R$ 48,95; 180 – R$ 5,25; 181 – R$ 10,25; 189 – R$ 22,25; 190 – R$ 125,25; 195 – R$

0,25; 198 – R$ 3,25; 199 – R$ 76,25; 200 – R$ 272,25; 203 – R$ 2,25; 204 – R$ 5,25; 206 – R$ 2,25; 209 – R$ 2,15; 211 – R$ 0,55; 219 – R$ 1,05; 220 – R$ 3,15; 223 – R$ 27,25; 224 – R$ 1,65; 227 – R$ 100,15; 231 – R$ 4,95; 232 – R$ 6,05; 233 – R$ 3,25; 234 – R$ 0,35; 236 – R$ 0,65; 237 – R$ 2,25; 241 – R$ 1,25; 243 – R$ 52,25; 245 – R$ 25,25; 246 – R$ 0,75; 247 – R$ 1,05; 251 – R$ 5,25; 263 – R$ 69,25; 265 – R$ 57,25; 266 – R$ 30,25; 267 – R$ 3,25; 269 – R$ 1,55; 270 – R$ 2,25; 275 – R$ 18,25; 282 – R$ 11,25; 283 – R$ 405,35; 285 – R$ 5,25; 290 – R$ 19,85; 315 – R$ 24,25; 316 – R$ 275,25; 317 – R$ 55,25; 318 – R$ 405,25; 319 – R$ 125,25; 320 – R$ 299,35; 321 – R$ 370,05; 326 – R$ 11,05; 327 – R$ 5,25; 331 – R$ 32,05; 332 – R$ 29,05; 333 – R$ 24,55; 338 – R$ 988,25; 343 – R$ 19,95; 356 – R$ 2,65; 357 – R$ 0,15; 371 – R$ 455,25; 374 – R$ 22,25; 385 – R$ 6,35; 386 – R$ 3,45; 387 – R$ 4,99; 390 – R$ 5,43; 391 – R$ 6,95; 392 – R$ 19,85; 394 – R$ 38,25; 397 – R$ 0,48; 398 – R$ 12,25; 399 – R$ 1,09; 400 – R$ 1,45; 401 – R$ 8,35; 402 – R$ 3,05; 403 – R$ 7,25; 407 – R$ 38,65; 411 – R$ 1,05; 412 – R$ 2,90; 413 – R$ 17,65; 414 – R$ 1,75; 417 – R$ 1,35; 418 – R$ 1,65; 470 – R$ 3,55; 471 – R$ 2,25; 472 – R$ 5,00; 473 – R$ 2,25; 481 – R$ 110,25; 490 – R$ 20,15; 493 – R$ 15,25; 495 – R$ 8,65; 496 – R$ 22,35; 497 – R$ 15,65; 498 – R$ 9,95; 499 – R$ 16,35; 500 – R$ 15,65; 501 – R$ 15,25; 502 – R$ 17,25; 508 – R$ 225,35; 530 – R$ 24,25; 549 – R$ 210,25; 587 – R$ 109,33; 612 – R$ 22,83; 624 – R$ 39,93; 625 – R$ 39,93; 626 – R$ 14,93; 630 – R$ 19,95; 631 – R$ 12,33; 632 – R$ 37,93; 633 – R$ 39,95; 634 – R$ 82,05; 635 – R$ 0,93; 636 – R$ 5,55; 637 – R$ 4,25; 639 – R$ 7,25; 640 – R$ 8,93; 647 – R$ 4,25; 648 – R$ 3,25; 649 – R$ 22,25; 650 – R$ 12,25; 651 – R$ 35,25; 652 – R$ 724,93; 653 – R$ 147,93; 655 – R$ 32,05; 656 – R$ 11,39; 661 – R$ 13,05; 663 – R$ 139,05; 664 – R$ 32,05; 665 – R$ 21,05; 666 – R$ 69,10; 667 – R$ 78,93; 668 – R$ 6,25; 669 – R$ 32,05; 670 – R$ 109,05; 671 – R$ 15,05; 672 – R$ 33,65.

CASTRO, CASTRO E CIA LTDA, inscrita no CNPJ n° 20.690.939/0001-32, detentora das melhores ofertas para os itens: 034 – R$ 14,90; 146 – R$ 2,15; 157 – R$ 39,00; 158 – R$ 3,90; 161 – R$ 67,60; 163 – R$ 0,55; 164 – R$ 8,10; 165 – R$ 10,00; 166 – R$ 65,00; 167 – R$ 7,10; 170 – R$ 6,45; 172 – R$ 52,00; 173 – R$ 63,00; 191 – R$ 45,00; 202 – R$ 2,04; 205 – R$ 1,14; 207 – R$ 1,10; 312 – R$ 30,00; 314 – R$ 22,00; 322 – R$ 50,00; 328 – R$ 0,77; 336 – R$ 18,00; 337 – R$ 285,00; 339 – R$ 999,00; 344 – R$ 9,00; 345 – R$ 9,00; 346 – R$ 11,00; 347 – R$ 29,50; 351 – R$ 0,14; 352 – R$ 0,15; 353 – R$ 0,18; 354 – R$ 0,22; 355 – R$ 0,21; 358 – R$ 12,00; 359 – R$ 10,30; 360 – R$ 12,00; 361 – R$ 7,30; 364 – R$ 22,10; 365 – R$ 35,20; 366 – R$ 6,00; 367 – R$ 6,00; 369 – R$ 34,70; 370 – R$ 40,00; 372 – R$ 11,20; 373 – R$ 35,00; 396 – R$ 5.399,00; 405 – R$ 10,15; 406 – R$ 11,20; 409 – R$ 5,10; 423 – R$ 7,85; 424 – R$ 11,60; 425 – R$ 6,00; 426 – R$ 4,98; 427 – R$ 12,65; 428 – R$ 7,00; 429 – R$ 60,00; 433 – R$ 53,00; 436 – R$ 3,98; 437 – R$ 36,90; 450 – R$ 15,20; 451 – R$ 20,30; 455 – R$ 9,25; 456 – R$ 44,95; 460 – R$ 15,07; 465 – R$ 6,25; 469 – R$ 350,00; 474 – R$ 230,00; 545 – R$ 30,00; 546 – R$ 259,00; 573 – R$ 259,00; 575 – R$ 17,10; 576 – R$ 38,00; 585 – R$ 59,05; 586 – R$ 39,60; 601 – R$ 5,45; 602 – R$ 6,40; 603 – R$ 12,20; 604 – R$ 2,80; 605 – R$ 10,00; 606 – R$ 18,60; 607 – R$ 12,30; 608 – R$ 15,10; 618 – R$ 3,15; 654 – R$ 1.349,90; 660 – R$ 3,70.

RES BLOCO LTDA, inscrita no CNPJ n° 45.116.109/0001-27, detentora das melhores ofertas para os itens: 045 – R$ 2,35; 393 – R$ 175,00; 419 – R$ 0,90.

SANTOS TINTAS & CORES LTDA, inscrita no CNPJ n° 20.857.095/0004-14, detentora das melhores ofertas para os itens: 112 – R$ 31,24; 113 – R$ 3,24; 130 – R$ 329,10; 177 – R$ 7,10; 178 – R$ 11,34; 179 – R$ 5,40; 193 – R$ 174,10; 194 – R$ 115,14; 196 – R$ 10,10; 201 – R$ 99,00; 225 – R$ 37,10; 235 – R$ 0,40; 238 – R$ 0,45; 240 – R$ 0,10; 244 – R$ 6,50; 272 – R$ 238,98; 273 – R$ 78,20; 279 – R$ 22,90; 310 – R$ 6,50; 375 – R$ 7,94; 376 – R$ 17,69; 377 – R$ 14,99; 378 – R$ 2,19; 379 – R$ 4,79; 380 – R$ 9,94; 381 – R$ 3,69; 383 – R$ 60,34; 388 – R$ 15,64; 389 – R$ 16,34; 395 – R$ 49,54; 408 – R$ 115,20; 415 – R$ 61,00; 416 – R$ 15,54; 420 – R$ 9,95; 421 – R$ 180,00; 422 – R$ 11,20; 439 – R$ 1,89; 440 – R$ 3,10; 441 – R$ 4,84; 442 – R$ 6,34; 443 – R$ 9,44; 444 – R$ 2,44; 445 – R$ 12,99; 475 – R$ 11,00; 476 – R$ 27,00; 477 – R$ 85,00; 479 – R$ 25,24; 480 – R$ 13,99; 486 – R$ 21,04; 487 – R$ 300,00; 494 – R$ 22,89; 505 – R$ 184,34; 506 – R$ 209,00; 507 – R$ 240,00; 510 – R$ 70,00; 511 – R$ 70,00; 513 – R$ 12,00; 514 – R$ 35,00; 515 – R$ 165,00; 516 – R$ 35,00; 517 – R$ 40,00.

DIPAR FERRAGENS EIRELI, inscrita no CNPJ n° 16.868.674/0001-42, detentora das melhores ofertas para os itens: 142 – R$ 27,82; 143 – R$ 59,01; 144 – R$ 11,05; 145 – R$ 12,15; 594 – R$ 5,84; 595 – R$ 19,04; 659 – R$ 4,56.

VRM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ n° 31.868.626/0001-48, detentora das melhores ofertas para os itens: 168 – R$ 2,07; 171 – R$ 5,84; 183 – R$ 6,00; 255 – R$ 15,10; 330 – R$ 2,04; 350 – R$ 0,07; 384 – R$ 10,54; 410 – R$ 8,49; 431 – R$ 62,05; 452 – R$ 8,78; 454 – R$ 4,54; 463 – R$ 21,59; 464 – R$ 15,99.

J & M ESPIGARES GESTAO E SUPRIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ n° 66.057.130/0001-79, detentora das melhores ofertas para os itens: 175 – R$ 170,00; 466 – R$ 169,90; 467 – R$ 225,00; 468 – R$ 350,00.

TEMPO DO BRASIL COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ n° 35.010.744/0001-71, detentora das melhores ofertas para os itens: 176 – R$ 369,24.

SALVI E LOPES E CIA LTDA., inscrita no CNPJ n° 82.478.140/0001-34, detentora das melhores ofertas para os itens: 184 – R$ 11,24; 311 – R$ 11,79; 342 – R$ 22,24; 512 – R$ 5,74; 592 – R$ 19,02.

MADEIREIRA BRAUNA LTDA, inscrita no CNPJ n° 04.727.577/0001-50, detentora das melhores ofertas para os itens: 192 – R$ 30,10; 535 – R$ 25,19.

INFANTARIA COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ n° 20.795.155/0001-79, detentora das melhores ofertas para os itens: 254 – R$ 1,25; 340 – R$ 16,42; 341 – R$ 20,37; 363 – R$ 7,86; 368 – R$ 21,44; 430 – R$ 24,50; 446 – R$ 14,29; 447 – R$ 20,76; 453 – R$ 3,71.

SAPUCAI ATACAREJO DA CONSTRUÇÃO, inscrita no CNPJ n° 34.654.556/0001-13, detentora das melhores ofertas para os itens: 348 – R$ 8,50; 448 – R$ 70,00; 449 – R$ 50,00; 461 – R$ 135,00; 462 – R$ 30,00.

CABANA MAGAZINE LTDA, inscrita no CNPJ n° 51.621.518/0001-83, detentora das melhores ofertas para os itens: 382 – R$ 40,24; 459 – R$ 87,74.

ORTHOVIDA INDUSTRIA E NEGOCIOS DIGITAIS LTDA, inscrita no CNPJ n° 14.323.297/0001-30, detentora das melhores ofertas para os itens: 457 – R$ 31,23; 458 – R$ 31,89.

CASTRO ARANTES QUÍMICA INDUSTRIAL LTDA, inscrita no CNPJ n° 11.202.638/0001-21, detentora das melhores ofertas para os itens: 478 – R$ 94,99; 482 – R$ 245,52; 483 – R$ 109,34; 484 – R$ 44,64; 488 – R$ 52,99; 489 – R$ 100,34; 491 – R$ 44,64; 492 – R$ 99,94; 503 – R$ 359,99; 504 – R$ 93,96.

LAST MOON EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ n° 55.913.536/0001-90, detentora das melhores ofertas para os itens: 518 – R$ 584,50; 519 – R$ 554,50.

MONTEIRO MADEIRA TRATADA LTDA, inscrita no CNPJ n° 47.804.047/0001-71, detentora das melhores ofertas para os itens: 520 – R$ 219,00; 521 – R$ 538,50; 522 – R$ 14,50; 523 – R$ 541,99; 525 – R$ 8,50; 526 – R$ 1.413,00; 527 – R$ 9,79; 528 – R$ 14,00; 529 – R$ 19,32; 531 – R$ 52,99; 532 – R$ 21,00; 533 – R$ 32,20; 534 – R$ 30,00; 536 – R$ 16,99; 537 – R$ 7,35; 538 – R$ 10,50; 539 – R$ 15,75; 540 – R$ 10,99; 541 – R$ 39,50; 542 – R$ 19,80; 568 – R$ 78,00; 569 – R$ 92,00; 570 – R$ 165,00; 571 – R$ 331,00.

SERRARIA DOIS IRMÃOS VENÁ LTDA, inscrita no CNPJ n° 07.006.509/0001-90, detentora das melhores ofertas para os itens: 524 – R$ 1,99; 564 – R$ 5,10; 565 – R$ 9,10; 566 – R$ 31,99; 567 – R$ 15,24; 572 – R$ 259,99.

AREAL MANTIQUEIRA LIMITADA, inscrita no CNPJ n° 32.078.089/0001-03, detentora das melhores ofertas para os itens: 543 – R$ 76,00.

VILA BELA INDUSTRIA DE ARTEFATOS DECIMENTO LTDA, inscrita no CNPJ n° 62.810.957/0001-50, detentora das melhores ofertas para os itens: 553 – R$ 60,00; 554 – R$ 65,00.

TERRAPLENAGEM E TRANSPORTE MOTTA LTDA, inscrita no CNPJ n° 00.755.936/0001-22, detentora das melhores ofertas para os itens: 574 – R$ 239,00.

CH3 ELETRO E ELETRONICOS LTDA, inscrita no CNPJ n° 39.581.101/0001-39, detentora das melhores ofertas para os itens: 627 – R$ 472,99; 628 – R$ 379,99; 629 – R$ 345,99.

Sapucaí-Mirim, 20 de agosto de 2026.

NILSON GONÇALVES TRINDADE
Prefeito Municipal de Sapucaí- Mirim

Publicado por:
Elaine Cristina Dos Santos
Código Identificador:E54069CB

COMISSÃO DE PREGÃO E LICITAÇÃO
AVISO HOMOLOGAÇÃO PE 14 RODEIO

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N° 014/2026

A Prefeitura Municipal de Sapucaí-Mirim, em face da realização do Pregão Eletrônico n° 014/2026, que objetivou a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DO 12º SAPUCAÍ RODEO FESTIVAL, EVENTO DE GRANDE PORTE COM LOCAÇÃO DE ESTRUTURA E REALIZAÇÃO DE RODEIO EM TOUROS, O EVENTO QUE SERÁ REALIZADO NO DIA 17/12/2026 A 20/12/2026, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA.**, a fim de atender à demanda deste município, com fulcro no inciso VII, do art. 17, da Lei n° 14.133/21 e Decreto Municipal nº 2421/2023, decide **ADJUDICAR e HOMOLOGAR** o objeto da presente licitação, pelo valor lote do lote do procedimento licitatório, à empresa abaixo relacionada:
MAURICIO AUGUSTO FLAUZINO DA FONSECA ME, inscrita no CNPJ nº 13.932.194/0001-05, detentora da melhor oferta para o lote: 01 – R$ 306.000,00.

Sapucaí-Mirim, 26 de agosto de 2026.

NILSON GONÇALVES TRINDADE
Prefeito Municipal de Sapucaí- Mirim

Publicado por:
Elaine Cristina Dos Santos
Código Identificador:78C46FB9

COMISSÃO DE PREGÃO E LICITAÇÃO
EXTRATO ADITIVO DE PRAZO

EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO
CONTRATO:071/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026

PARTES**:**
MUNICÍPIO DE SAPUCAÍ MIRIM/MG-CNPJ 18.026.005/0001-59
PAVIDEZ ENGENHARIA LTDA -CNPJ 01.744.153/0001-06
OBJETO: TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO ORIGINAL Nº 071/2026, CUJO OBJETO É IMPLANTAÇÃO DE ACESSO – MELHORAMENTO EM SISTEMA VIÁRIO URBANO(TREVO) NO MUNICÍPIO DE SAPUCAÍ-MIRIM.

JUSTIFICATIVA: A prorrogação ampara-se tecnicamente nas intercorrências imprevisíveis verificadas em campo e formalizadas pela CONTRATADA, consistentes em divergências entre o projeto executivo original e as reais condições locais (localização das redes de drenagem pluvial existentes, poços de visita - PV's e necessidade de remanejamento de uma adutora de 200 mm por parte da concessionária local), sem culpa da contratada, nos termos do Artigo 111 da Lei nº 14.133/2021.

Vigência:29/07/2026 a 29/09/2026

Sapucaí-Mirim,29 de julho de 2026

NILSON GONÇALVES TRINDADE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Cristina Dos Santos
Código Identificador:71747ED6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SEM PEIXE

DIVISÃO DE COMPRAS
AVISO INTENÇÃO DE ADESÃO 012/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEM PEIXE. AVISO DE INTENÇÃO DE ADESÃO 012/2026. Adesão a Ata de Registro de Preço Nº 29/2025. A Prefeitura Municipal de Sem Peixe torna público o interesse em aderir à Ata de Registro de Preços Nº 29/2025 do Pregão nº 014/2025 do processo Licitatório nº 024/2025, referente ao registro de preços para futura e eventual Aquisição de Veículos da linha leve, afim de atender as necessidades dos entes consorciados ao CIMINAS, onde atenderá as necessidades do transporte escolar, destinados ao atendimento de alunos matriculados em escolas da rede municipal de ensino, de acordo com o Programa Fortalecimento das Escolas, conforme o Convênio nº 1261004187/2026/SEE-MG. **Fornecedor: Prodoeste Veículos e Serviços LTDA, inscrita no CNPJ de nº 20.495.149/0001-04, com endereço à Rodovia MG 050, KM 202, Bairro: Souza e Silva, Formigas/MG**. Ata nº 29/2025.

Sem Peixe, 26 de agosto de 2026.

Publicado por:
Jaciana Carla Jardim Miranda
Código Identificador:97E1C34F

DIVISÃO DE COMPRAS
EXTRATO DE RETIFICAÇÃO DO PRC 079/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEM PEIXE. **RETIFICAÇÃO DO CONTRATO DA DISPENSA 034/2026, PROCESSO 079/2026** publicado na data 15/07/2026 no Diário Oficial dos Municípios Mineiros e no Diário Eletrônico Municipal. Onde se lê: "Sem Peixe 08 de julho de 2026", leia-se "Sem Peixe 16 de julho de 2026"

Sem Peixe, 26 de agosto de 2026.

Publicado por:
Andreza Cris Alves da Silva
Código Identificador:7D5013EB

DIVISÃO DE COMPRAS
EXTRATO DO 1 ADITIVO CONCORRÊNCIA 010/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEM PEIXE. PROCESSO CONCORRENCIA 010/2025. EXTRATO DO 1º ADITIVO. Objeto: A alteração dos valores contrato com acréscimos no valor total estimado do contrato em decorrência da necessidade de modificação da planilha orçamentaria, com acréscimo do item 16 "TRAMA DE AÇO COMPOSTA POR TERÇAS PARA TELHADOS", que se faz necessário para termino da obra. Contratado: **CONSTRUTORA EMPREENDIMENTOS QUARESMA E CIA LTDA, CNPJ:13.525.230/0001-16,** com endereço sede no Sitio Camões, s/nº, zona rural, Sem Peixe/MG, CEP: 35.441-000.

Sem Peixe, 25 de agosto de 2026.

Publicado por:
Jaciana Carla Jardim Miranda
Código Identificador:1B5C9652

DIVISÃO DE COMPRAS
EXTRATO DO ADITIVO DE CONTRATO PRC 051/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEM PEIXE – Extrato do 5º Aditivo - Processo Dispensa Nº 051/2021. Objeto: Realização de prorrogação contratual até 13 de outubro de 2027. Contratado: **FUTURIZE TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA,** pessoa jurídica, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 10.516.690/0001-90, com sede na Avenida José Maria dos Santos, nº 345, Centro, Coimbra - Minas Gerais, CEP: 36.550-000.

Sem Peixe, 25 de agosto de 2026.

Publicado por:
Andreza Cris Alves da Silva
Código Identificador:1C88EA87

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SERRA AZUL DE MINAS

COMPRAS E LICITAÇÃO
ADITIVO DE ACRÉSCIMO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 040/2026

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE SERRA AZUL DE MINAS – MG E, DE OUTRO, O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO VALE DO JEQUITINHONHA – CIM JEQUITINHONHA.

OBJETO: LOCAÇÃO DE 01 (UMA) MÁQUINA MOTONIVELADORA, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PATROLAMENTO, NIVELAMENTO E RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE SERRA AZUL DE MINAS, POR MEIO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO VALE DO JEQUITINHONHA – CIM JEQUITINHONHA, OBSERVANDO AS DISPOSIÇÕES DA LEI MUNICIPAL Nº 1.001/2025 E DO ART. 75, INCISO XI, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Serra Azul de Minas – MG.
CONTRATADO: Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Vale do Jequitinhonha – CIM Jequitinhonha.
PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 016/2026.
MODALIDADE: Dispensa nº 006/2026.
CONTRATO Nº: 040/2026.
JUSTIFICATIVA
Considerando que o Município de Serra Azul de Minas/MG celebrou o **Contrato nº 040/2026**, decorrente do **Processo Licitatório nº 016/2026 – Dispensa nº 006/2026**, com o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO VALE DO JEQUITINHONHA – CIM JEQUITINHONHA**, tendo por objeto a **locação de 01 (uma) máquina motoniveladora, para execução de serviços de patrolamento, nivelamento e recuperação de estradas vicinais do Município de Serra Azul de Minas**, observando as disposições do art. 75, inciso XI, da Lei Federal nº 14.133/2021;
Considerando a necessidade da **Secretaria Municipal de Obras, Transporte e Urbanismo** de dar continuidade e ampliar a execução dos serviços de patrolamento, nivelamento e recuperação das estradas vicinais municipais, indispensáveis à manutenção das condições adequadas de trafegabilidade, segurança e acesso da população rural;
Considerando que o **art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021** admite alterações nos contratos administrativos, mediante as devidas justificativas, inclusive quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto;
Considerando que, nos termos do **art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021**, nas alterações unilaterais previstas no inciso I do caput do art. 124, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até **25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato**, ressalvadas as hipóteses legalmente previstas;
Considerando que o acréscimo pretendido corresponde a **22,5 (vinte e dois vírgula cinco)** a mais do quantitativo originalmente contratado, encontrando-se, portanto, dentro do limite legal estabelecido pela Lei Federal nº 14.133/2021;
Considerando que a alteração pretendida não modifica a natureza essencial do objeto originalmente contratado e visa atender à necessidade administrativa devidamente caracterizada pela Secretaria Municipal de Obras, Transporte e Urbanismo;
Considerando o interesse público na continuidade dos serviços de manutenção, patrolamento, nivelamento e recuperação das estradas vicinais do Município de Serra Azul de Minas/MG;
Resolvem as partes celebrar o presente **PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 040/2026**, mediante as cláusulas e condições seguintes:
O MUNICÍPIO DE SERRA AZUL DE MINAS, Estado de Minas Gerais, inscrito no CNPJ sob o nº 18.303.230/0001-95, com sede administrativa na Avenida Geraldo Gomes de Brito, nº 94, Centro, Serra Azul de Minas/MG, doravante denominado CONTRATANTE,
E, de outro lado, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO VALE DO JEQUITINHONHA – CIM JEQUITINHONHA, inscrito no CNPJ sob o nº 22.835.076/0001-70, com sede administrativa na Rua Zeca Bruno, nº 131, Salas 1 e 3, Bairro Cazuza, Diamantina/MG, CEP 39.100-000, neste ato representado por seu Presidente, Sr. JOSÉ EDUARDO DE PAULA RABELO, brasileiro, casado, agente político, portador do RG nº 50.***.69 SSP e CPF nº 689.***.***20, doravante denominado CONTRATADO,
Resolvem celebrar o presente Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 040/2026, decorrente do Processo Licitatório nº 016/2026, dispensa nº 006/2026, mediante as cláusulas e condições seguintes.
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ACRÉSCIMO QUANTITATIVO
Fica acrescido ao quantitativo originalmente contratado o percentual de **25% (vinte e cinco por cento)**, para atendimento à demanda da Secretaria Municipal de Obras, Transporte e Urbanismo, conforme especificação abaixo:
O acréscimo estabelecido nesta cláusula integra o objeto do Contrato nº 040/2026, permanecendo mantidas as mesmas condições contratuais, observados os valores unitários originalmente pactuados e as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo correrão por conta das dotações orçamentárias próprias e específicas consignadas no orçamento vigente do Município de Serra Azul de Minas/MG para o exercício de **2026**, vinculadas à Secretaria Municipal de Obras, Transporte e Urbanismo.
CLÁUSULA TERCEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
O presente Termo Aditivo encontra fundamento nos **arts. 124 e 125 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, bem como nas demais normas aplicáveis à contratação e nas justificativas constantes do respectivo processo administrativo.
CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO
Permanecem **inalteradas, ratificadas e em pleno vigor** todas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato nº 040/2026 que não tenham sido expressamente modificadas pelo presente Termo Aditivo.
E, por estarem justas e acordadas, firmam as partes o presente **PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 040/2026**, em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Serra Azul de Minas/MG, 19 de agosto de 2026.

Publicado por:
Carla Araujo Goncalves
Código Identificador:C72C5D63

COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO PAL 048/2026- DISPENSA 9/2026
DATA 21 DE AGOSTO DE 2026
OBJETO:CONSÓRCIO INTEGRADO MULTIFINALITÁRIO DO VALE DO JEQUITINHONHA – CIM JEQUITINHONHA, para o FORNECIMENTO DE SERVIÇOS E MATERIAIS PARA PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS EM VÁRIOS PONTOS DO MUNICÍPIO DE SERRA AZUL DE MINAS/MG.
EMPRESA CONTRATADA: CONSÓRCIO INTEGRADO MULTIFINALITÁRIO DO VALE DO JEQUITINHONHA – CIM JEQUITINHONHA
CNPJ:22.835.076/0001-70

CONTRATO Nº 56/2026
MUNICÍPIO DE SERRA AZUL DE MINAS-MG pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob nº. 18.303.230/0001 95,com sede a Av. Geraldo Gomes de Brito, nº 94 – Bairro Centro, na cidade de Serra Azul de Minas, CEP 39.165-

000 – MG, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LEONARDO ELEOTERIO CANDIDO

Publicado por:
Carla Araujo Goncalves
Código Identificador:EB04808D

COMPRAS E LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Dispensa de Licitação – Art. 75, XI, da Lei nº 14.133/2021
Processo Administrativo nº: 048/2026
Dispensa de Licitação nº: 009/2026
Interessado: Município de Serra Azul de Minas/MG
Contratada: CONSÓRCIO INTEGRADO MULTIFINALITÁRIO DO VALE DO JEQUITINHONHA – CIM JEQUITINHONHA
Objeto: FORNECIMENTO DE SERVIÇOS E MATERIAIS PARA PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS EM VÁRIOS PONTOS DO MUNICÍPIO DE SERRA AZUL DE MINAS/MG.
DESPACHO
Trata-se de processo administrativo instaurado com a finalidade de contratação do **CONSÓRCIO INTEGRADO MULTIFINALITÁRIO DO VALE DO JEQUITINHONHA – CIM JEQUITINHONHA**, para o **FORNECIMENTO DE SERVIÇOS E MATERIAIS PARA PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS EM VÁRIOS PONTOS DO MUNICÍPIO DE SERRA AZUL DE MINAS/MG**, conforme especificações constantes no Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, Justificativa do Preço e demais documentos que instruem os autos.
A contratação direta encontra fundamento no art. 75, inciso XI, da Lei nº 14.133/2021, estando o processo devidamente instruído nos termos do art. 72 da referida Lei.
Analisando os autos, verifica-se que:
A necessidade da contratação está devidamente caracterizada;
A escolha da contratada foi adequadamente justificada;
O preço apresentado é compatível com o praticado no mercado e vantajoso para a Administração;
Foram observados os princípios da legalidade, publicidade, eficiência e economicidade;
Há dotação orçamentária suficiente para suportar a despesa.
Diante do exposto, **RATIFICO A DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com fundamento no art. 75, inciso XI, da Lei nº 14.133/2021, e **AUTORIZO** a contratação do **CONSÓRCIO INTEGRADO MULTIFINALITÁRIO DO VALE DO JEQUITINHONHA – CIM JEQUITINHONHA**, para o fornecimento dos serviços e materiais destinados à perfuração de poços artesianos em vários pontos do Município de Serra Azul de Minas/MG, pelo valor global de **R$ 122.772,65 (cento e vinte e dois mil, setecentos e setenta e dois reais e sessenta e cinco centavos)** , conforme condições estabelecidas no Termo de Referência e no instrumento contratual ou equivalente.
Determino, ainda:
A publicação do extrato do presente ato, na forma da legislação vigente;
A adoção das providências necessárias à formalização do contrato ou instrumento equivalente;
O regular acompanhamento e fiscalização da execução contratual.
Publique-se.
Cumpra-se.

Serra Azul de Minas/MG, 21 de agosto de 2026.

LEONARDO ELEOTERIO CANDIDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carla Araujo Goncalves
Código Identificador:317E6E8E

COMPRAS E LICITAÇÃO
TERMO DE DISPENSA

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo de Licitação nº048/2026
Dispensa nº09/2026
01 – DO OBJETO
Objeto da Contratação: FORNECIMENTO DE SERVIÇOS E MATERIAIS PARA PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS EM VÁRIOS PONTOS DO MUNICÍPIO DE SERRA AZUL DE MINAS/MG.
02 – DO CONTRATADO
Contratado: CONSÓRCIO INTEGRADO MULTIFINALITÁRIO DO VALE DO JEQUITINHONHA – CIM JEQUITINHONHA.
03 – DOS PREÇOS
O valor total estimado da contratação é de **R$ 122.772,65 (cento e vinte e dois mil, setecentos e setenta e dois reais e sessenta e cinco centavos)**
04 – DA CONDIÇÃO DE PAGAMENTO
O pagamento será efetuado mediante a efetiva execução dos serviços e fornecimento dos materiais, devidamente comprovados e atestados pela Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, observadas as condições e prazos estabelecidos no instrumento de contratação.
05 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Dotações Orçamentárias:
Cód. Orçamentário: 10.1.1.20.122.2.2089.33903900
Cód. Orçamentário: 10.1.3.18.541.25.2096.33933900
06 – RAZÕES DA DISPENSA
A contratação visa assegurar o **fornecimento de serviços e materiais para perfuração de poços artesianos em vários pontos do Município de Serra Azul de Minas/MG**, buscando ampliar e garantir o acesso à água, especialmente nas localidades que apresentam dificuldades de abastecimento.
A execução dos serviços de perfuração de poços artesianos constitui medida necessária para atendimento das demandas do Município, principalmente das comunidades rurais e demais localidades que necessitam de alternativas adequadas de abastecimento de água.
A contratação apresenta-se como solução adequada e eficiente para atendimento da necessidade da Administração Municipal, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e demais documentos que integram o processo administrativo, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.
07 – RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR
A escolha do contratado justifica-se em razão de sua capacidade para executar os serviços e fornecer os materiais necessários à perfuração dos poços artesianos, conforme especificações e condições estabelecidas no processo administrativo.
O valor da contratação encontra-se compatível com os preços praticados no mercado e com os parâmetros apurados na pesquisa de preços, conforme documentação constante dos autos, demonstrando a adequação e a vantajosidade da contratação para a Administração Pública.

Serra Azul de Minas/MG, 21 de agosto de 2026.

CARLA ARAÚJO GONÇALVES
Membro da CPL

Publicado por:
Carla Araujo Goncalves
Código Identificador:A3E3736B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SERRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRO
TORNA PÚBLICA A REABERTURA DO PROCESSO 081/2026, PREGÃO ELETRÔNICO 030/2026

Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada em fornecimento de academias ao ar livre e parques infantis com referência ao Convênio nº 979838/2025, celebrado entre o Ministério do Esporte e a Prefeitura Municipal de Serro.Inicio do cadastro de propostas: 28/08/2026 às 08h. Término do cadastro das propostas: 09/09/2026 às 08:00h. Data da sessão pública: 09/09/2026 às 08:15h. Teor encontra-se na íntegra disponível emwww.serro.mg.gov.br.

CELINE MOREIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Celine Ribeiro Moreira
Código Identificador:93221D58

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRO
TORNA PÚBLICO A RATIFICAÇÃO DO PROCESSO 087/2026, INEXIGIBILIDADE 016/2026

Objeto: Contratação de show artístico para a Festa do Queijo 2026. Empresa: SAM BUSINESS LTDA, CNPJ: 22.644.513/0001-78. valor: R$230.000,00. RATIFICADA. Teor encontra-se na íntegra disponível emwww.serro.mg.gov.br.

CELINE MOREIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Celine Ribeiro Moreira
Código Identificador:2C01473C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SIMÃO PEREIRA

PREFEITURA DE SIMÃO PEREIRA
EXTRATO DA RATIFICAÇÃO DO PROCESSO 090/2026 CUJO O OBJETO E A FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A COMPOR OS INGREDIENTES DA MERENDA ESCOLAR DURANTE OS MESES DE: AGOSTO A DEZEMBRO DE 2026, PRODUZIDOS POR AGRICULTORES FAMILIARES.

PUBLICAÇÃO DA RATIFICAÇÃO DA DISPENSA

O MUNICÍPIO DE SIMÃO PEREIRA/MG torna público a Dispensa de Licitação com fundamentação legal na Lei Federal n.º 11.947 de 16 de junho de 2009, à RESOLUÇÃO/CD/FNDE nº 26 de 17 de junho de 2013, com as alterações dada pela **RESOLUÇÃO/CD/FNDE Nº 4, DE 2 DE ABRIL DE 2015,** e subsidiariamente à Lei Federal n.º 14.133/21 e alterações, e aos ditames do presente Edital. **Natureza do procedimento: Chamada Pública** N° 001/2025, Processo 001/2025 que tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios produzidos em regime de Agricultura Familiar, em favor da Rede Municipal de Ensino do Município de Simão Pereira-MG para a composição da MERENDA ESCOLAR/2025, no **valor total de R$ 123.694,45 (cento e vinte e três mil e seiscentos e noventa e quatro reais e quarenta e cinco centavos),** sendo para os AGRICULTORES FAMILIARES:

· **Isaquiel de Souza Jacinto**, Inscrito no CPF n° 033.992.356-31 no valor de **R$ 22.303,30 (vinte e dois mil e trezentos e três reais e trinta centavos)**

· **José Geraldo de Paula,** Inscrito no CPF n° 384.233.086-34 no valor total de **R$ 22.112,00 (vinte e dois mil e cento e doze reais)**

· **Rita Barra Cescas,** Inscrita no CPF nº 760.394.556-91 no valor total de **R$ 26.638,50 (vinte e seis mil e seiscentos e trinta e oito reais e cinquenta centavos)**
·

· **Tarcísio Barra Cescas,** Inscrito no CPF n° 058.024.806-29 no valor total **de R$ 13.860,00 (treze mil e oitocentos e sessenta reais)**

· **Elisabeth Damião Pinto Gomes,** Inscrita no CPF n° 066.607.135-54 no valor total de **R$ 19.927,45 (dezenove mil e novecentos e vinte e sete reais e quarenta e cinco centavos)**

· **Gabriel Correia de Paula,** inscrito no CPF sob n.° 096.611.966-56 no valor total de **R$: 18.853,50 (dezoito mil e oitocentos e cinquenta e três reais e cinquenta centavos)**

Dê-se ciência desta decisão aos interessados, providencie-se a celebração do(s) necessário(s) contrato, e o empenho da despesa nas dotações próprias do orçamento vigente, e publique-se o presente ato no Diário Oficial dos Municípios Mineiros–AMM, no Quadro Oficial de Avisos instalado no saguão da sede da Prefeitura e no site da Prefeitura, para fins de eficácia da Ratificação aqui proferida.

Simão Pereira/MG.
Em 26 de agosto de 2026.

DAVID CARVALHO PIMENTA
Prefeito Municipal de Simão Pereira

Publicado por:
Emerson Corrêa Gomes
Código Identificador:AD249275

PREFEITURA DE SIMÃO PEREIRA
EXTRATO DO CONTRATO 114/2026 CUJO O OBJETO E A FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A COMPOR OS INGREDIENTES DA MERENDA ESCOLAR DURANTE OS MESES DE: AGOSTO A DEZEMBRO DE 2026, PRODUZIDOS POR AGRICULTORES FAMILIARES, ORGANIZADOS EM GRUPOS FORMAIS .

AVISO **RESUMO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**	
O Prefeito Municipal de Simão Pereira, em cumprimento ao art. 94, inciso I da Lei 14.133/2021, torna público que o município firmou o seguinte instrumento contratual:	
Tipo	Fornecimento
Número do processo	090/2026
Número do Contrato	114/2126
Contratante	Município de Simão Pereira
Contratado	Tarcísio Barra Cescas
Objeto	FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A COMPOR OS INGREDIENTES DA MERENDA ESCOLAR DURANTE OS MESES DE: AGOSTO A DEZEMBRO DE 2026, PRODUZIDOS POR AGRICULTORES FAMILIARES, ORGANIZADOS EM GRUPOS FORMAIS OU INFORMAIS, OU AINDA, EMPREENDEDORES FAMILIARES RURAIS
Fundamento	Dispensa de licitação nº 009/2026 – Art. 75 da Lei 14.133/21 e subsequentes alterações.
Dotação Orçamentária	**3.3.90.30.00.2.06.01.12.306.0003.2.0025 DISTRIBUIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR**
Prazo	De 26 de agosto de 2026 a 31 de dezembro de 2026
Valor	R$ 26.638,50 (vinte e seis mil e seiscentos e trinta e oito reais e cinquenta centavos),
Data de assinatura	26 de agosto de 2026
Signatário - Contratante	David Carvalho Pimenta, Prefeito Municipal
Signatário - Contratado	Rita Barra Cescas, Agricultor

Simão Pereira/MG, 26 de agosto de 2026.

DAVID CARVALHO PIMENTA.
Prefeito Municipal de Simão Pereira

Publicado por:
Emerson Corrêa Gomes
Código Identificador:7ED9E922

PREFEITURA DE SIMÃO PEREIRA
EXTRATO DO CONTRATO 115/2026 CUJO O OBJETO E A FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A COMPOR OS INGREDIENTES DA MERENDA ESCOLAR DURANTE OS MESES DE: AGOSTO A DEZEMBRO DE 2026, PRODUZIDOS POR AGRICULTORES FAMILIARES, ORGANIZADOS EM GRUPOS FORMAIS

AVISO
RESUMO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL
O Prefeito Municipal de Simão Pereira, em cumprimento ao art. 94, inciso I da Lei 14.133/2021, torna público que o município firmou o seguinte instrumento contratual:

Tipo	Fornecimento
Número do processo	090/2026
Número do Contrato	115/2026
Contratante	Município de Simão Pereira
Contratado	Tarcísio Barra Cescas
Objeto	FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A COMPOR OS INGREDIENTES DA MERENDA ESCOLAR DURANTE OS MESES DE: AGOSTO A DEZEMBRO DE 2026, PRODUZIDOS POR AGRICULTORES FAMILIARES, ORGANIZADOS EM GRUPOS FORMAIS OU INFORMAIS, OU AINDA, EMPREENDEDORES FAMILIARES RURAIS
Fundamento	Dispensa de licitação nº 009/2026 – Art. 75 da Lei 14.133/21 e subsequentes alterações.
Dotação Orçamentária	3.3.90.30.00.2.06.01.12.306.0003.2.0025 DISTRIBUIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR
Prazo	De 26 de agosto de 2026 a 31 de dezembro de 2026

Valor	R$ 13.860,00 (treze mil e oitocentos e sessenta reais),
Data de assinatura	26 de agosto de 2026
Signatário - Contratante	David Carvalho Pimenta, Prefeito Municipal
Signatário - Contratado	Tarcisio Barra Cescas, Agricultor

Simão Pereira/MG, 26 de agosto de 2026.

DAVID CARVALHO PIMENTA.
Prefeito Municipal de Simão Pereira

Publicado por:
Emerson Corrêa Gomes
Código Identificador:942BCC2F

PREFEITURA DE SIMÃO PEREIRA
EXTRATO DO CONTRATO 116/2026 CUJO OBJETO E A FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A COMPOR OS INGREDIENTES DA MERENDA ESCOLAR DURANTE OS MESES DE: AGOSTO A DEZEMBRO DE 2026, PRODUZIDOS POR AGRICULTORES FAMILIARES, ORGANIZADOS EM GRUPOS FORMAIS

AVISO **RESUMO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**	
O Prefeito Municipal de Simão Pereira, em cumprimento ao art. 94, inciso I da Lei 14.133/2021, torna público que o município firmou o seguinte instrumento contratual:	
Tipo	Fornecimento
Número do processo	090/2026
Número do Contrato	116/2026
Contratante	Município de Simão Pereira
Contratado	Elisabeth Damião Pinto Gomes
Objeto	FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A COMPOR OS INGREDIENTES DA MERENDA ESCOLAR DURANTE OS MESES DE: AGOSTO A DEZEMBRO DE 2026, PRODUZIDOS POR AGRICULTORES FAMILIARES, ORGANIZADOS EM GRUPOS FORMAIS OU INFORMAIS, OU AINDA, EMPREENDEDORES FAMILIARES RURAIS
Fundamento	Dispensa de licitação nº 009/2026 – Art. 75 da Lei 14.133/21 e subsequentes alterações.
Dotação Orçamentária	3.3.90.30.00.2.06.01.12.306.0003.2.0025 DISTRIBUIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR
Prazo	De 26 de agosto de 2026 a 31 de dezembro de 2026
Valor	R$ 19.927,45 (dezenove mil e novecentos e vinte sete reais e quarenta e cinco centavos),
Data de assinatura	26 de agosto de 2026
Signatário - Contratante	David Carvalho Pimenta, Prefeito Municipal
Signatário - Contratado	Elisabeth Damião Pinto Gomes, Agricultora

Simão Pereira/MG, 26 de agosto de 2026.

DAVID CARVALHO PIMENTA.
Prefeito Municipal de Simão Pereira

Publicado por:
Emerson Corrêa Gomes
Código Identificador:0AEA1DD0

PREFEITURA DE SIMÃO PEREIRA
EXTRATO DO CONTRATO 117/2026 CUJO O OBJETO E A FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A COMPOR OS INGREDIENTES DA MERENDA ESCOLAR DURANTE OS MESES DE: AGOSTO A DEZEMBRO DE 2026, PRODUZIDOS POR AGRICULTORES FAMILIARES, ORGANIZADOS EM GRUPOS FORMAIS

AVISO **RESUMO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**	
O Prefeito Municipal de Simão Pereira, em cumprimento ao art. 94, inciso I da Lei 14.133/2021, torna público que o município firmou o seguinte instrumento contratual:	
Tipo	Fornecimento
Número do processo	090/2026
Número do Contrato	117/2026
Contratante	Município de Simão Pereira
Contratado	Gabriel Correia de Paula
Objeto	FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A COMPOR OS INGREDIENTES DA MERENDA ESCOLAR DURANTE OS MESES DE: AGOSTO A DEZEMBRO DE 2026, PRODUZIDOS POR AGRICULTORES FAMILIARES, ORGANIZADOS EM GRUPOS FORMAIS OU INFORMAIS, OU AINDA, EMPREENDEDORES FAMILIARES RURAIS
Fundamento	Dispensa de licitação nº 009/2026 – Art. 75 da Lei 14.133/21 e subsequentes alterações.
Dotação Orçamentária	3.3.90.30.00.2.06.01.12.306.0003.2.0025 DISTRIBUIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR
Prazo	De 26 de agosto de 2026 a 31 de dezembro de 2026
Valor	R$ 18.853,50 (dezoito mil e oitocentos e cinquenta e três reais e cinquenta centavos),
Data de assinatura	26 de agosto de 2026
Signatário - Contratante	David Carvalho Pimenta, Prefeito Municipal
Signatário - Contratado	Gabriel Correia de Paula, Agricultor

Simão Pereira/MG, 26 de agosto de 2026.

DAVID CARVALHO PIMENTA.
Prefeito Municipal de Simão Pereira

Publicado por:
Emerson Corrêa Gomes
Código Identificador:34D16112

PREFEITURA DE SIMÃO PEREIRA
EXTRATO DO CONTRATO 118/2026 CUJO O OBJETO E A FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A COMPOR OS INGREDIENTES DA MERENDA ESCOLAR DURANTE OS MESES DE: AGOSTO A DEZEMBRO DE 2026, PRODUZIDOS POR AGRICULTORES FAMILIARES, ORGANIZADOS EM GRUPOS FORMAIS

AVISO
RESUMO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

O Prefeito Municipal de Simão Pereira, em cumprimento ao art. 94, inciso I da Lei 14.133/2021, torna público que o município firmou o seguinte instrumento contratual:

Tipo	Fornecimento
Número do processo	090/2026
Número do Contrato	118/2026
Contratante	Município de Simão Pereira
Contratado	Isaquiel de Souza Jacinto
Objeto	FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A COMPOR OS INGREDIENTES DA MERENDA ESCOLAR DURANTE OS MESES DE: AGOSTO A DEZEMBRO DE 2026, PRODUZIDOS POR AGRICULTORES FAMILIARES, ORGANIZADOS EM GRUPOS FORMAIS OU INFORMAIS, OU AINDA, EMPREENDEDORES FAMILIARES RURAIS
Fundamento	Dispensa de licitação nº 009/2026 – Art. 75 da Lei 14.133/21 e subsequentes alterações.
Dotação Orçamentária	3.3.90.30.00.2.06.01.12.306.0003.2.0025 DISTRIBUIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR
Prazo	De 26 de agosto de 2026 a 31 de dezembro de 2026
Valor	R$ 22.303,30 (vinte e dois mil e trezentos e três reais e trinta centavos),
Data de assinatura	26 de agosto de 2026
Signatário - Contratante	David Carvalho Pimenta, Prefeito Municipal
Signatário - Contratado	Isaquiel de Souza Jacinto, Agricultor

Simão Pereira/MG, 26 de agosto de 2026.

DAVID CARVALHO PIMENTA.
Prefeito Municipal de Simão Pereira

Publicado por:
Emerson Corrêa Gomes
Código Identificador:8CC5C5B7

PREFEITURA DE SIMÃO PEREIRA
EXTRATO DO CONTRATO 119/2026 CUJO O OBJETO E A FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A COMPOR OS INGREDIENTES DA MERENDA ESCOLAR DURANTE OS MESES DE: AGOSTO A DEZEMBRO DE 2026, PRODUZIDOS POR AGRICULTORES FAMILIARES, ORGANIZADOS EM GRUPOS FORMAIS

AVISO
RESUMO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL
O Prefeito Municipal de Simão Pereira, em cumprimento ao art. 94, inciso I da Lei 14.133/2021, torna público que o município firmou o seguinte instrumento contratual:

Tipo	Fornecimento
Número do processo	090/2026
Número do Contrato	119/2026
Contratante	Município de Simão Pereira
Contratado	Jose Geraldo de Paula
Objeto	FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A COMPOR OS INGREDIENTES DA MERENDA ESCOLAR DURANTE OS MESES DE: AGOSTO A DEZEMBRO DE 2026, PRODUZIDOS POR AGRICULTORES

	FAMILIARES, ORGANIZADOS EM GRUPOS FORMAIS OU INFORMAIS, OU AINDA, EMPREENDEDORES FAMILIARES RURAIS
Fundamento	Dispensa de licitação nº 009/2026 – Art. 75 da Lei 14.133/21 e subsequentes alterações.
Dotação Orçamentária	3.3.90.30.00.2.06.01.12.306.0003.2.0025 DISTRIBUIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR
Prazo	De 26 de agosto de 2026 a 31 de dezembro de 2026
Valor	R$ 22.112,00 (vinte e dois mil e cento e doze reais),
Data de assinatura	26 de agosto de 2026
Signatário - Contratante	David Carvalho Pimenta, Prefeito Municipal
Signatário - Contratado	José Geraldo de Paula, Agricultor

Simão Pereira/MG, 26 de agosto de 2026.

DAVID CARVALHO PIMENTA.
Prefeito Municipal de Simão Pereira

Publicado por:
Emerson Corrêa Gomes
Código Identificador:22AB33DF

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE TEIXEIRAS

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAUDE DE TEIXEIRAS
CONTRATO DO PROCESSO ADMISTRATIVO Nº 10/2026

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 10/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 02/2026

A **FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TEIXEIRAS – FUMSAT**, torna público o extrato do **Contrato Administrativo nº 10/2026**, decorrente do Processo Administrativo nº 10/2026 e da Inexigibilidade de Licitação nº 02/2026, fundamentada no art. 74, caput, inciso III, alíneas "b", "c" e "f", da Lei Federal nº 14.133/2021.

CONTRATANTE: Fundação Municipal de Saúde de Teixeiras – FUMSAT, CNPJ nº 18.134.122/0001-36.

CONTRATADA: Borges de Matos Sociedade Individual de Advocacia, CNPJ nº 49.826.306/0001-90.

OBJETO: Contratação de serviços técnicos jurídicos especializados, de natureza predominantemente intelectual, na área de licitações e contratos administrativos, destinados ao suporte técnico-jurídico da Fundação Municipal de Saúde de Teixeiras/MG – FUMSAT, compreendendo orientação aos agentes públicos, emissão de pareceres, avaliações, análises e manifestações técnico-jurídicas, bem como apoio especializado nas matérias relacionadas às contratações públicas, com atendimento técnico presencial de 04 (quatro) horas, uma vez por semana, e suporte técnico remoto nos dias úteis.

VALOR: R$ 35.760,00 (trinta e cinco mil setecentos e sessenta reais), correspondente a 12 (doze) parcelas mensais de R$ 2.980,00.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado sucessivamente, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração e observada a vigência máxima prevista no art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

DATA DA ASSINATURA: 06 de agosto de 2026.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Municipal nº 553/2024 e demais normas aplicáveis.

SIGNATÁRIOS: Paulo Sérgio de Oliveira – Presidente da FUMSAT – Contratante; Davidson Rodrigo Gomes Borges de Matos – Representante legal da Borges de Matos Sociedade Individual de Advocacia – Contratada.

Teixeiras/MG, 06 de agosto de 2026.

Publicado por:
Juda Machado Ramos Mol
Código Identificador:78C0801E

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAUDE DE TEIXEIRAS
EDITAL INEXIGIBILIDADE Nº 003/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 012/2026 - CREDENCIAMENTO Nº 002/2026

AVISO DE CREDENCIAMENTO
EDITAL Nº 011/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 003/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 012/2026
CREDENCIAMENTO Nº 002/2026

A **FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TEIXEIRAS – MG**, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará **CREDENCIAMENTO de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços de oftalmologia**, compreendendo consultas, exames diagnósticos específicos e procedimentos cirúrgicos e ambulatoriais, incluindo o fornecimento de equipamentos, aparelhos, insumos, próteses oftálmicas e óculos aos usuários, nos termos da Tipologia III da Deliberação CIB-SUS/MG nº 4.065/2022 e suas alterações, conforme condições, exigências e valores estabelecidos no Edital e seus anexos.

Recebimento dos documentos de habilitação: a partir de **27/08/2026, às 08h00min**.

Primeira sessão de habilitação: 11/09/2026, às 08h00min.

Sessões subsequentes: primeira segunda-feira de cada mês, às 08h00min, durante a vigência do credenciamento, observadas as disposições do Edital quanto a feriados e dias sem expediente administrativo.

Prazo para protocolo dos documentos: até **10/09/2027, às 17h00min**, observado o horário oficial do Município.

Local: Portal de Compras Públicas.

O credenciamento permanecerá aberto para o cadastramento permanente de novas pessoas jurídicas interessadas que atendam integralmente às condições de habilitação previstas no Edital e seus anexos.

O procedimento será regido pela Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente pelos arts. 74, inciso IV, e 79, inciso II, pelo Decreto Federal nº 11.878/2024, no que couber, pelo Decreto Municipal nº 553/2024, pela Lei Complementar nº 123/2006 e demais normas aplicáveis.

O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis na íntegra no **Portal de Compras Públicas** e, complementarmente, no sítio eletrônico oficial do Município de Teixeiras/MG.

Publicado por:
Juda Machado Ramos Mol
Código Identificador:4A993473

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE TEÓFILO OTONI

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEÓFILO OTONI 2025
ATO NORMATIVO Nº 01 /2026 – COORDENAÇÃO ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Dispõe sobre a adesão ao Protocolo de Inserção e Retirada do Implante Subdérmico de Etonogestrel (Implanon®) pelo enfermeiro no âmbito da Rede Municipal de Saúde e estabelece o fluxo assistencial para atendimento das usuárias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TEÓFILO OTONI/ MG, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher;

CONSIDERANDO as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) para ampliação do acesso aos métodos contraceptivos de longa duração; CONSIDERANDO a Lei Federal nº 7.498/1986, que dispõe sobre o exercício profissional da enfermagem;

CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 94.406/1987; CONSIDERANDO as Resoluções do Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) vigentes acerca da atuação do enfermeiro na saúde sexual e reprodutiva;

CONSIDERANDO o Protocolo de Inserção e Retirada do Implante Subdérmico de Etonogestrel (Implanon®) elaborado pelo Conselho Regional de Enfermagem de Minas Gerais – COREN-MG, disponível pelo link: https://www.corenmg.gov.br/wpcontent/uploads/2026/06/protocolo_implanon.pdf;

RESOLVE:

CAPÍTULO DA ADESÃO AO PROTOCOLO

Art. I 1º Fica instituída, no âmbito da Rede Municipal de Saúde de Teófilo Otoni/ MG, a adesão ao Protocolo de Inserção e Retirada do Implante Subdérmico de Etonogestrel (Implanon®) elaborado pelo Conselho Regional de Enfermagem de Minas Gerais – COREN-MG.
Art. 2º Os enfermeiros devidamente capacitados e habilitados poderão realizar consulta de enfermagem, inserção e retirada do Implante Subdérmico de Etonogestrel (Implanon®), observadas as normas técnicas, éticas e legais vigentes.
Art. 3º A capacitação dos profissionais deverá ser comprovada mediante certificação emitida por instituição reconhecida ou treinamento validado pela Secretaria Municipal de Saúde.
CAPÍTULO II DO ACESSO DAS USUÁRIAS
Art. 4º O acesso das usuárias ao método contraceptivo ocorrerá mediante:
I – procura espontânea da usuária na Unidade Básica de Saúde;
II – encaminhamento realizado por profissional da equipe multiprofissional;
III – demanda identificada durante consultas médicas, de enfermagem, pré-natal, puerpério ou demais atendimentos da rede municipal.
CAPÍTULO III DAS INTERCORRÊNCIAS
Art. 5º As intercorrências imediatas durante a inserção ou retirada do implante deverão ser avaliadas pelo enfermeiro responsável e registradas em prontuário
Art. 6º Nos casos de intercorrências clínicas leves, incluindo dor local, pequeno hematoma, sangramento discreto ou reação vasovagal sem complicações, a usuária será assistida na própria unidade de saúde, conforme protocolos assistenciais vigentes.
Art. 7º Nos casos de urgência ou emergência, a usuária deverá ser encaminhada imediatamente à Unidade de Pronto Atendimento (UPA) ou serviço hospitalar de referência definido pela Secretaria Municipal de Saúde.
CAPÍTULO IV DA RETIRADA DE IMPLANTE NÃO PALPÁVEL OU PROFUNDO
Art. 8º Quando houver dificuldade técnica para retirada do implante em razão de:
I – implante não palpável;
II – implante profundamente inserido;
III – migração do dispositivo;
IV – proximidade com estruturas vasculares ou nervosas;
V – falha em tentativa de retirada ambulatorial; o procedimento deverá ser interrompido e a usuária encaminhada para avaliação especializada.
Art. 9º O encaminhamento será realizado para o serviço de referência municipal ou regional de Ginecologia, Planejamento Reprodutivo ou Cirurgia Ambulatorial.
A usuária com indicação de retirada de implante não palpável ou profundo será encaminhada para avaliação médica na Casa de Saúde da Mulher, serviço de referência municipal, onde será realizada avaliação especializada e, quando indicado, os exames complementares necessários à localização e avaliação do dispositivo. Após a avaliação, nos casos em que houver indicação de procedimento cirúrgico, a usuária será encaminhada ao Hospital Municipal Raimundo Gobira, para realização da retirada do implante, por profissional habilitado e em ambiente assistencial apropriado, conforme avaliação especializada. Nos casos em que não houver indicação cirúrgica, a conduta será definida pela equipe responsável, conforme avaliação clínica e localização do implante. § 1º Antes do encaminhamento poderá ser solicitado Raio x, indicado para localização do dispositivo. § 2º A retirada do implante profundo deverá ocorrer exclusivamente por profissional habilitado e em ambiente assistencial apropriado, conforme avaliação especializada.
CAPÍTULO V DAS RESPONSABILIDADES
Art. 10. Compete à Secretaria Municipal de Saúde:
I – garantir a capacitação dos profissionais;
II – assegurar insumos e materiais necessários para realização dos procedimentos;
III – definir e divulgar os serviços de referência para atendimento das intercorrências;
IV – monitorar os indicadores relacionados ao uso do método.
Art. 11. Compete aos enfermeiros habilitados cumprir integralmente as recomendações constantes no Protocolo de Inserção e Retirada do Implante Subdérmico de Etonogestrel (Implanon®) do COREN-MG.
CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 12. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Teófilo Otoni/ MG, observada a legislação vigente.
Art. 13. Este Ato Normativo entra em vigor na data de sua publicação.

Teófilo Otoni/ MG, 13 de agosto de 2026.

FÁBIO MARINHO DOS SANTOS
Prefeito Municipal de Teófilo Otoni/MG

JORGE GUEDES BORBOREMA
Secretário Municipal de Saúde de Teófilo Otoni/MG

Publicado por:
Emerson Gomes Campos
Código Identificador:D0755AAF

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEÓFILO OTONI 2025
PORTARIA NR 064 DE 26 DE AGOSTO DE 2026 - CORREGEDORIA

PORTARIA NR 064 DE 26 DE AGOSTO DE 2026

"Dispõe sobre nomeação de servidor público municipal como defensor dativo no Processo Administrativo Disciplinar nº 08/2025".

A Corregedora do Município de Teófilo Otoni - MG no uso de suas atribuições legais delegada pelo Art. 1º da Resolução Interna CGM Nº 01/2026 de 28 de janeiro de 2026 e tendo em vista o disposto no artigo 4º inciso XIII e do o § 2º do artigo 70 ambos da Lei Municipal no 6.209, de 16/06/2011, e;

CONSIDERANDO que a servidora SORAIA RIBEIRO DUARTE foi regularmente notificada, contudo, não apresentou defesa nos autos do processo Administrativo Disciplinar 008/2025;

CONSIDERANDO o termo de revelia juntado aos autos, fls 074, pelo presidente da comissão, conforme reza o § 1º do Art. 70 da Municipal nº 6.209, de 16/06/2011;

CONSIDERANDO a previsão legal contida no Art. 70, § 2º da Lei Municipal n° 6.209, de 16/06/2011 para que seja designado um servidor público como defensor dativo da acusada;
RESOLVE:
Art. 1° Designar o servidor público municipal **Vitor Hiago Colares**, matricula 120302, cargo de agente administrativo para, sem prejuízo de suas demais atribuições, exercer o encargo de defensor dativo da servidora SORAIA RIBEIRO DUARTE, matricula 130069, Cargo de auxiliar de serviços da SMEC, e apresentar a defesa escrita da referida servidora, nos autos do PAD nº 08/2025, podendo requerer à CPAD eventuais providências relacionadas a esta atividade.

Art 2º O servidor designado estará dispensada do registro de ponto, sem prejuízo da remuneração, nos dias e períodos que for exercer a defensoria, devendo comunicar previamente, sua ausência à sua chefia imediata, essa autorização se restringe aos períodos necessários para estudo, preparação e elaboração de peças defensivas, sem comprometer o funcionamento do seu setor de trabalho.
Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Teófilo Otoni, 26 de agosto de 2026.

EDIÉLEM LOURENÇO DOS SANTOS
Corregedora Geral do Município

Publicado por:
Manoel José Costa Ramos
Código Identificador:CC3D888F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DA REUNIÃO DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO RELATIVOS AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 007/2026 – CREDENCIAMENTO – Nº. 001/2026

Ao vigésimo sexto dia dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis às 14:30 (quatorze horas e trinta minutos), no edifício sede da Prefeitura Municipal de Teófilo Otoni, reuniu-se a Agente de Contratação e Equipe de Apoio abaixo assinados, para proceder aos trabalhos relativos ao **PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 007/2026 – CREDENCIAMENTO Nº. 001/2026**, que tem como objeto o **"CREDENCIAMENTO EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MULTIDICIPLINARES VOLTADOS AO ATENDIMENTO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNOS DO NEURODESENVOLVIMENTO NO NÚCLEO DE ACOLHIMENTO AO NEURODIVERGENTE-NAN, CONFORME DEMANDA DA REDE SUS DO MUNICÍPÍO DE TEÓFILO OTONI-MG".** Aberta a sessão, verificou que foi protocolado via e-mail à documentação da seguinte empresa: A P DIAS DE SIQUEIRA -CNPJ Nº 31.870.344/0001-85 em 24/08/2026 às 14:00h. Após detida análise foi julgada e **HABILITADA** à empresa: A P DIAS DE SIQUEIRA -CNPJ Nº 31.870.344/0001-85, por cumprir todas as exigências do edital. Em obediência ao item 4.3 do instrumento convocatório, fica aberto o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação de recurso quanto o credenciamento ou não credenciamento, que começa a contar do próximo dia útil da publicação desta decisão no Portal AMM/MG ou no Portal Nacional de Contratações Públicas-PNCP e/ou Diário Oficial do Município. Não tendo nada mais a tratar, encerramos a sessão às 15h:10 min. (quinze horas e dez minutos) e lavramos a presente Ata que depois de lida e achada conforme será assinada pelos presentes.

CLARISSA MOURA
Agente de Contratação

OLAVO AZEVEDO
Servidor Público
Credenciamentos

Publicado por:
Olavo Azevedo
Código Identificador:E1F579CE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DA REUNIÃO DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO RELATIVOS AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 66/2025 CREDENCIAMENTO – Nº. 002/2025

Ao sétimo dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e sei às 14h:00 min. (quatorze horas), no edifício sede da Prefeitura Municipal de Teófilo Otoni, reuniu-se a Agente de Contratação e Equipe de Apoio abaixo assinados, para proceder aos trabalhos relativos ao **PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 66/2024 – CREDENCIAMENTO Nº. 002/2025**, que tem como objeto o **CREDENCIAMENTO de pessoa jurÍDíca para prestação de serviços odontológicos nas unidades de saúde no atendimento à rede de atenção primaria psf´s e na atenção secundária ceo de teófilo otoni-mg.** Aberta a sessão, verificou que foi protocolado via e-mail conforme certame de edital a seguinte empresa no respectivo dia e horário: **MC SCOFIELD ODONTO LTDA-CNPJ 67.052.943/0001-39,** do dia 06/08/2026 às 13h:04 min. Após detida análise foi julgada **HABILITADA** a empresa: **M C SCOFIELD ODONTO LTDA-CNPJ 67.052.943/0001-39** que foi protocolado conforme certame de edital por cumprir todas as exigências do edital. Em obediência ao item 4.3 do instrumento convocatório, fica aberto o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação de recurso quanto o credenciamento ou não credenciamento, que começa a contar do próximo dia útil da publicação desta decisão no Portal Nacional de Contratações Públicas- PNCP e/ou Diário Oficial do Município. Não tendo nada mais a tratar, encerramos a sessão às 14h:20 (quatorze horas e vinte minutos) e lavramos a presente Ata que depois de lida e achada conforme será assinada pelos presentes.

ISABELA FERRAZ DE OLIVEIRA COSTA
Agente de Contratação

OLAVO AZEVEDO
Agente Público

Publicado por:
Olavo Azevedo
Código Identificador:962023F1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 046/2026

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 046/2026 - Data da Sessão: 29/07/2026, 8h30min. Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais destinados a sinalização viária (horizontal) do Município de Teófilo Otoni/MG. **Empresas Vencedoras**: **PRIMOR COMERCIO DE TINTAS PRODUTOS E SERVICOS DE SINALIZACAO LTDA** foi considerada vencedora do item demonstrado no Relatório de Lances anexo ao processo, totalizando R$ R$159.895,00;

Teófilo Otoni/MG, 26/08/2026.

BRENER FERRAZ GASPAR -
Secretário Municipal de Administração.

Publicado por:
Almir Rodrigues Dos Santos
Código Identificador:CBA8786B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 117/2024

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 117/2024 **- Contratante:** Município de Teófilo Otoni/MG – **Contratada: PILARES ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº 38.293.522/0001-00 **- Referência**: Processo Licitatório nº 067/2024, na modalidade Pregão Eletrônico nº 028/2024 **- Data de Assinatura:** 15/05/2026 **– Do Objeto:** O presente Termo tem como objeto aditamento qualitativo do Contrato nº 117/2024. **Do Prazo:** O valor atual do Contrato nº 117/2024 é de R$ 361.005,95 (trezentos e sessenta e um mil cinco reais e noventa e cinco centavos), e sofrerá um acréscimo de 12,478091%, equivalente ao montante de R$ 45.046,65 (quarenta e cinco mil quarenta e seis reais e sessenta e cinco centavos) passando, portanto, ao valor global de R$ 406.052,60 (quatrocentos e seis mil cinquenta e dois reais e sessenta centavos), para a inclusão dos itens 1.5.9, 1.5.10, 1.5.11, 1.5.12, 1.7.1, 1.7.2, 1.7.3, 1.7.4, 1.7.5, e acréscimo em outros, em razão de adequação técnica do projeto).

Teófilo Otoni/MG, 26 de agosto 2026.

JOSÉ NELSON SOBRINHO –
Secretário Municipal de Obras Civis.

Publicado por:
Almir Rodrigues Dos Santos
Código Identificador:4045F034

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEÓFILO OTONI/MG
EXTRATO DO CONTRATO Nº 044/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 044/2026 – Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE TENDAS, BANHEIROS QUÍMICOS, GRADIL, PALCOS, BACK DROOP E PORTAL DE ENTRADA PARA ATENDER AS DEMANDAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TEÓFILO OTONI/MG. Contratada: MAXIMO ESTRUTURAS LTDA – ME, inscrita no CNPJ sob o nº 09.157.364/0001-54. Referência: Processo Licitatório n° 107/2024 na modalidade Pregão Eletrônico n° 051/2024. Da Dotação Orçamentária: 02.08.01.13.695.2015.4066.3.3.90.39.00 – Ficha: 328 – Fonte: 1.500.000. Do valor: O valor total da contratação é de R$ 228.295,52 (duzentos e vinte e oito mil, duzentos e noventa e cinco reais, cinquenta dois centavos). Da Vigência: O presente contrato terá prazo vigência de 3 (três) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Data da Assinatura: 03/07/2026. Teófilo Otoni/MG,

26/08/2026. GRAYCE FERREIRA CORDEIRO PIMENTA – Secretária Municipal de Cultura e Patrimônio Histórico

Publicado para o setor de contratos PMTO.

Publicado por:
Olavo Azevedo
Código Identificador:B1FDE268

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEÓFILO OTONI/MG
EXTRATO DO CONTRATO Nº 055/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 055/2026 – Objeto: ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2026 DO CISMEM – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO E SAÚDE DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO MUCURI, PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELÉTRICA DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESOBSTRUÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, BEM COMO À INSTALAÇÃO DE KITS DE LUMINÁRIAS DE LED. Contratada: P A R NAJAR CASTRO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 17.953.030/0001-15. Referência: Adesão à Ata de Registro de Preços n° 012/2026. Da Dotação Orçamentária: 02.17.01.25.752.2052.3041.4.4.90.51.00 – Ficha: 714 – Fonte: 1.751.000. Do valor: O valor total da contratação é de R$ 3.999.906,95 (Três milhões, novecentos e noventa e nove mil, novecentos e seis reais e noventa e cinco centavos). Da Vigência: O presente contrato terá prazo vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Data da Assinatura: 25/08/2026.

Teófilo Otoni/MG, 26/08/2026.

BRUNO BALARINI GONCALVES –
Secretário Municipal de Planejamento.

Publicado para o setor de contratos.

Publicado por:
Olavo Azevedo
Código Identificador:4FF07706

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL D TEÓFILO OTONI/MG
EXTRATO DO CONTRATO Nº 050/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 050/2026 – Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE TENDAS, BANHEIROS QUÍMICOS, GRADIL, PALCOS, BACK DROOP E PORTAL DE ENTRADA PARA ATENDER AS DEMANDAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TEÓFILO OTONI/MG. Contratada: JUMP PROMOCOES LTDA – ME, inscrita no CNPJ sob o nº 07.683.661/0001-08. Referência: Processo Licitatório n° 107/2024 na modalidade Pregão Eletrônico n° 051/2024. Da Dotação Orçamentária: 02.08.01.13.695.2015.4066.3.3.90.39.00 – Ficha: 328 – Fonte: 1.500.000. Do valor: O valor total da contratação é de R$ 361.795,64 (trezentos e sessenta e um mil, setecentos e noventa e cinco reais, sessenta e quatro centavos). Da Vigência: O presente contrato terá prazo vigência de 3 (três) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Data da Assinatura: 31/07/2026.

Teófilo Otoni/MG, 26/08/2026.

GRAYCE FERREIRA CORDEIRO PIMENTA –
Secretária Municipal de Cultura e Patrimônio Histórico.

Publicado para o setor de contratos PMTO.

Publicado por:
Olavo Azevedo
Código Identificador:1456BE77

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO TERMO DE RATIFICAÇÃO CREDENCIAMENTO Nº 002/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 066/2025 RETIFICAÇÃO DA RATIFICAÇÃO

Em matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros no dia 25/08/2026. Edição 4346.

ONDE SE LÊ:
"RATIFICAÇÃO

O Secretário Municipal de Administração interina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação pertinente,**RATIFICA**a presente**INEXIGIBILIDADE / CREDENCIAMENTO**, processada com fundamento e previsões legais da lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e DECRETO Nº 8.429, DE 22 DE JUNHO DE 2023 para que se proceda ao credenciamento da empresa: Escola Infantil Sonho Meu LTDA -CNPJ nº 20.025.181/0001-18 para o**CREDENCIAMENTO de pessoa jurídica para prestação de serviços odontológicos nas unidades de saúde no atendimento à rede de atenção primaria psf´s e na atenção secundária CEO de Teófilo Otoni-MG,**conforme demanda e chamamento da secreta . ria de saúde."

Teófilo Otoni/MG, 21 de agosto de 2026.

BRENER FERRAZ GASPAR
Secretário Municipal de Administração

LEIA-SE:

ATO DE CREDENCIAMENTO
CREDENCIAMENTO Nº 001/2026
Processo Licitatório 007/2026

RATIFICAÇÃO

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação pertinente,**RATIFICA O ATO DE CREDENCIAMENTO**, processado com fundamento no inciso IV, do artigo 74 da Lei Federal nº 14.133/2021 e DECRETO Nº 8.429, DE 22 DE JUNHO DE 2023. "Regulamenta a Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos, no Âmbito do Município de Teófilo Otoni/MG", para proceder ao credenciamento da empresa: Escola Infantil Sonho Meu LTDA-CNPJ nº 20.025.181/0001-18 para prestação de serviços de **CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MULTIDISCIPLINARES VOLTADOS AO ATENDIMENTODECRIANÇAS COMTRANSTORNOS DO NEURODESENVOLVIMENTO NO NÚCLEODE ACOLHIMENTO AO NEURODIVERGENTE - NAN, CONFORME DEMANDA DA REDE SUS DO MUNICÍPIO DE TEÓFILO OTONI/MG.**

Teófilo Otoni/MG, 21 de agosto de 2026.

BRENER FERRAZ GASPAR
SecretárioMunicipal de Administração

Publicado por:
Olavo Azevedo
Código Identificador:4869B67E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO CREDENCIAMENTO Nº 002/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 066/2025

O Secretário Municipal de Administração interina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação pertinente, **RATIFICA** a presente **INEXIGIBILIDADE / CREDENCIAMENTO**, processada com fundamento e previsões legais da lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e DECRETO Nº 8.429, DE 22 DE JUNHO DE 2023 para que se proceda ao credenciamento

da empresa: **MC SCOFIELD ODONTO LTDA-CNPJ nº 67.052.943/0001-39** para o **CREDENCIAMENTO de pessoa jurÍDíca para prestação de serviços odontológicos nas unidades de saúde no atendimento à rede de atenção primaria psf´s e na atenção secundária ceo de teófilo otoni-mg,** conforme demanda e chamamento da secreta . ria de saúde.

Teófilo Otoni/MG, 26 de Agosto de 2026.

BRENER FERRAZ GASPAR
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Olavo Azevedo
Código Identificador:90B1D675

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO CREDENCIAMENTO Nº 006/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 198/2024

O Secretário Municipal de Administração interina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação pertinente, **RATIFICA** a presente **INEXIGIBILIDADE / CREDENCIAMENTO**, processado com fundamento no inciso IV, do artigo 74 da Lei Federal nº 14.133/2021 e DECRETO Nº 8.429, DE 22 DE JUNHO DE 2023. "Regulamenta a Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos, no Âmbito do Município de Teófilo Otoni/MG", para proceder ao credenciamento da empresa: **HABILITADA**: SERVIÇOS MÉDICOS DR. DÊNIO JOSÉ SOARES-CNPJ Nº 18.583.327/0001-07 para prestação de serviços por apresentar as exigências do edital e dentro das legalidades previstas em lei para o **CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS PARA ATUAÇÃO JUNTO AO HOSPITAL MUNICIPAL DR RAIMUNDO GOBIRA E A UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA 24H, NO MUNICÍPIO DE TEÓFILO OTONI/MG.**

Teófilo Otoni/MG, 26 de agosto de 2026.

BRENER FERRAZ GASPAR
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Olavo Azevedo
Código Identificador:4CB508F6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE TRÊS CORAÇÕES

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS CORAÇÕES. AVISO DE PUBLICAÇÃO DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO: N.º 0113/2026

Prefeitura municipal de Três Corações. Aviso de publicação do edital do pregão eletrônico: n.º 0113/2026. Processo n.° 0393/2026. Objeto: Aquisição de geladeira, para atender às necessidades da secretaria municipal de desenvolvimento econômico – sedec. O município de Três Corações/prefeitura municipal de Três Corações, com sede na Av. Brasil, n.º 225, bairro Jardim américa, cep 37.410-900,torna pública a licitação na modalidade pregão eletrônico. Data de julgamento das propostas: 14/09/2026 às 14h:00min. Local: plataforma de licitações ammlicita – www.ammlicita.org.br. Conforme lei federal n.º 14.133 de 01.04.2021 e alterações, decreto municipal n.° 4.767/23 e pelas demais condições fixadas neste edital. Requisitante: secretaria municipal de desenvolvimento econômico. O edital completo, seus anexos, impugnações, recursos, decisões e demais atos deverão ser acompanhados pelos interessados para ciência através do site www.ammlicita.org.br ou no departamento de licitação das 09:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas.

Três Corações, 25 de Agosto de 2026.

LUIS CARLOS SILVA CARVALHO.
Pregoeiro

Publicado por:
Heitor de Paula Maia
Código Identificador:4885A337

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS CORAÇÕES.
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO EXTRATO DO CONTRATO DA INEXIGIBILIDADE Nº 23/2026

Prefeitura municipal de três corações. departamento de compras e licitação extrato do contrato da inexigibilidade nº 23/2026. objeto: locação de imóvel urbano, situado à rua salomão naback, nº 60, centro, três corações/mg, destinado ao atendimento da proposta de desinstitucionalização. contrato: nº 200/2026. partes: prefeitura municipal de três corações x mozart pereira magalhaes valor: r$9.600,00(nove mil e seiscentos reais) o prazo deste contrato será de 12 (doze)meses. publicado no quadro de avisos da prefeitura de três corações em 16/06/2026.

três corações, 16 de junho de 2026

LISA PAULA DE ANDRADE VILELA
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

Publicado por:
Heitor de Paula Maia
Código Identificador:CA51AAC1

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS CORAÇÕES.
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO. EXTRATO DO CONTRATO ORIUNDO DA INEXIGIBILIDADE Nº 15/2026.

Prefeitura municipal de Três Corações. Departamento de compras e licitação. Extrato do contrato oriundo da inexigibilidade nº 15/2026. Objeto: Locação de imóvel para atender unidade de atendimento integrado (uai), localizado na Avenida rei pelé, nº 1.048 - centro - Três Corações - Mg. contrato: nº 169/2026. Partes: prefeitura municipal de Três Corações x Dom Ferrao Participacoes Ltda. valor: r$120.000,00 (cento e vinte mil reais). o prazo deste contrato será de 12(doze) meses. Publicado no quadro de avisos da prefeitura de Três Corações em 11/05/2026.

Três Corações, 11 de Maio de 2026.

GUSTAVO JOÃO ROBERTO GORGULHO FRANCO
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Publicado por:
Heitor de Paula Maia
Código Identificador:1731512F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS CORAÇÕES.
EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DA ATA DE REGISTO DE PREÇOS N° 166/2026

Prefeitura municipal de Três Corações. Extrato de termo de rescisão amigável da ata de registo de preços n° 166/2026. Pregão eletrônico nº 022/2026. Processo administrativo n° 081/2026. Objeto: Aquisição de carnes para atender as necessidades das secretarias da prefeitura municipal de Três Corações. Partes: Prefeitura municipal de Três Corações x Brasfrios Logistica e Transportes Ltda,. A rescisão tem por fundamento o art. 138, inciso ii da lei federal nº 14.1333/21. Publicado no quadro de aviso da prefeitura de Três Corações em 19/08/2026.

Três Corações, 26 de Agosto de 2026.

DANIEL SANTOS RIBEIRO.
Secretário de Educação

Publicado por:
Heitor de Paula Maia
Código Identificador:304E03B1

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS CORAÇÕES.
EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DOS ITENS: 2, 5, 6, 11, 12, 17, 18, 23, 24, 27, 28, 30, 31, 37 E 38 DA ATA DE REGISTO DE PREÇOS N° 56/2026. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0159/2025**

Prefeitura municipal de Três Corações. Extrato de termo de rescisão amigável dos itens: 2, 5, 6, 11, 12, 17, 18, 23, 24, 27, 28, 30, 31, 37 e 38 da ata de registo de preços n° 56/2026. Pregão eletrônico nº 0159/2025. Processo administrativo n° 0342/2025. Objeto: Aquisição de materiais de informática para atender as necessidades das secretarias. Partes: Prefeitura municipal de Três Corações x Vector Ti - Suprimentos de Ti e Eletronicos Ltda,. A rescisão tem por fundamento o art. 138, inciso ii da lei federal nº 14.1333/21. Publicado no quadro de aviso da prefeitura de Três Corações em 06/08/2026.

Três Corações, 26 de Agosto de 2026.

HERMES XIMENES NAVES.
Secretário de Comunicação e Relações Institucionais.

Publicado por:
Heitor de Paula Maia
Código Identificador:8177BBDB

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE TRÊS MARIAS

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE TRÊS MARIAS
DECRETO Nº 4.196/2026**

Dispõe sobre aposentadoria de servidora.

O Prefeito Municipal de Três Marias, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 98, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Aposentadoria Voluntária Por Idade e Tempo de Contribuição com Proventos Integrais, nos termos do artigo 6º da EC 41/2003, c/c Art. 40, §5º da CF/88, e artigo 53 da Lei Municipal nº 1.945/2005 e suas alterações, conforme requerimento nº 473/2026, datado de 07 de agosto de 2026, a servidora efetiva **Sra. DENICE NUNES DE CAMPOS BARBOSA,** MASP. nº 4897-7, NIII, cargo Professor I, inscrita no CPF sob o nº xxx.258.806-xx, PASEP nº 1.705.756.970-8, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através do Instituto de Previdência Municipal de Três Marias - IPREM-TM.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor **a partir de 02 de setembro de 2026.**

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Três Marias, 17 de agosto de 2026.

MARIA DE FÁTIMA SILVA FERRAZ MENEZES
Superintendente do IPREM-TM

JOSÉ AUGUSTO DE MESQUITA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Cardoso Figueiredo Viana
Código Identificador:187DF8BD

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ESPORTE E TURISMO
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 004/2026**

O Município de Três Marias/MG, através da Agente de Contratação, torna público para conhecimento dos interessados, que até às **13h45min do dia 02/09/2026**, estará recebendo os envelopes contendo a documentação e proposta para procedimento de **CHAMAMENTO PÚBLICO**, para **celebrar parceria entre o Município de Três Marias e Organização da Sociedade Civil – OSC, para administrar os banheiros físicos do Terminal Turístico Praia Mar de Minas durante a realização dos Eventos: "CARNAVAL TEMPORÃO", nos dias 04 a 07 de setembro de 2026, e "REVEILLON", nos dias 31 de dezembro e 01 de janeiro de 2027**. **Início da sessão será dia 02/06/2026 às 14h00min na Secretaria Municipal de Administração – SEMAD, situada à Praça Castelo Branco, nº 03 – Centro - Três Marias.** O Edital completo estará disponível no site: www.tresmarias.mg.gov.br ou ser adquirido na Divisão de Licitação, à Praça Castelo Branco, 03 – Centro – Três Marias-MG. Mais informações pelo Tel: (38) 3754-8832/8929.

Prefeitura Municipal de Três Marias/MG, 26 de agosto de 2026.

LUCIENE MENDES DA CUNHA OLIVEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Janaina Cardoso Figueiredo Viana
Código Identificador:88B73812

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 080/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 162/2026**

O Município de Três Marias/MG, através do Pregoeira, torna público, que estará recebendo propostas até o dia 10/09/2026 às 08:59, objetivando **Aquisição de mobiliários e bens permanentes através do programa FNDE Proinfancia- Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Publica de Educação Infantil no munícipio de Três Marias. Assistencia Financeira do MEC-MOB- Equipe ProInfancia. Processo nº: 23400000988202302, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Educação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, do** tipo **MENOR PREÇO ITEM,** pelo **MODO ABERTO,** através do site**:** https://licitar.digital. **Início da sessão dia 10/09/2026 ás 09:00h00min na Secretaria Municipal de Administração – SEMAD, situada à Praça Castelo Branco, nº 03 – Centro - Três Marias.** O Edital completo está disponível no site: https://licitar.digital / www.tresmarias.mg.gov.br. Mais informações pelo Telefone: (38) 3754-8832 ou (38) 3754-8929.

Prefeitura Municipal de Três Marias, 26 de agosto de 2026.

LUCIENE MENDES DA CUNHA OLIVEIRA
Pregoeira

Publicado por:
Kely Aparecida da Silva
Código Identificador:9ABD37AF

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE TRÊS PONTAS

**PREFEITURA DE TRÊS PONTAS
AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DIRETA**

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 29/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 136/2026

Analisados os documentos que instruem o presente Processo Administrativo, em especial o Termo de Referência, a justificativa da contratação, a pesquisa de preços, a disponibilidade orçamentária e a documentação de habilitação da contratada, verifico o atendimento

dos requisitos para a contratação direta previstos no art. 72, bem como o enquadramento da hipótese de dispensa no art. 75, inciso IV, alínea "a", da Lei Federal nº 14.133/2021.
A contratação tem por objeto a realização da revisão obrigatória dos 30.000 km do ônibus Mercedes-Benz, modelo ITALBUS NASCARE 2, placa TXW6I41, pertencente à frota da Secretaria Municipal de Saúde, compreendendo o fornecimento de peças, componentes, materiais e mão de obra necessários à execução dos serviços, no valor total de R$ 3.575,45 (três mil, quinhentos e setenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos).
Consta nos autos que o veículo se encontra dentro do período de garantia do fabricante, sendo indispensável que a revisão periódica seja executada por concessionária autorizada da marca Mercedes-Benz, mediante a utilização de peças genuínas e observância dos procedimentos técnicos estabelecidos pela montadora, sob pena de perda da garantia. Verifica-se, ainda, que a empresa Prodoeste Veículos e Serviços Ltda., inscrita no CNPJ nº 20.495.149/0013-30, é concessionária autorizada da marca, circunstância que justifica a contratação direta com fundamento no art. 75, inciso IV, alínea "a", da Lei Federal nº 14.133/2021.
Verifico, ainda, que a necessidade administrativa encontra-se devidamente motivada, visando à preservação da garantia do veículo, à adequada conservação do patrimônio público, à segurança operacional e à continuidade dos serviços públicos prestados pela Secretaria Municipal de Saúde, bem como que a pesquisa de preços demonstra a compatibilidade do valor contratado com os preços praticados para o objeto.
Diante do exposto, AUTORIZO a contratação direta, por dispensa de licitação, da empresa **Prodoeste Veículos e Serviços Ltda**., inscrita no **CNPJ nº 20.495.149/0013-30**, para a realização da revisão obrigatória dos 30.000 km do ônibus Mercedes-Benz, modelo ITALBUS NASCARE 2, placa TXW6I41, com fornecimento de peças, componentes, materiais e mão de obra necessários, pelo valor total de **R$ 3.575,45 (três mil, quinhentos e setenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos)**, com fundamento nos arts. 72 e 75, inciso IV, alínea "a", da Lei Federal nº 14.133/2021.

Determino a juntada desta autorização aos autos e a adoção das providências necessárias à formalização da contratação e à publicação dos atos pertinentes, na forma da legislação vigente.

Após, encaminhem-se os autos ao setor competente para emissão do instrumento contratual ou instrumento equivalente.

Três Pontas - MG, 26 de agosto de 2026.

GIOVANIA RABELLO PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Gabriela Felix Santos
Código Identificador:54B4FE49

PREFEITURA DE TRÊS PONTAS
EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO – DISPENSA N.º 030/2026 - PROCESSO N.º 130/2026 - CONTRATO N.º 089/2026

Objeto: Aquisição de Ar-Condicionado de 18.000 BTUs, em atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, em especial da Divisão de Tecnologia da Informação. **Contratante:** Prefeitura Municipal de Três Pontas – MG. **Contratada**: **RR INFORMATICA LTDA** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 64.393.069/0001-05, com valor total de R$ 3.699,00 (três mil seiscentos e noventa e nove reais). **Vigência:** 26/08/2026 a 26/02/2027. **Data:** 26/08/2026.

Publicado por:
Gabriela Felix Santos
Código Identificador:73AA7792

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE TUPACIGUARA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO 268/2024

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 268/2024.

O MUNICÍPIO DE TUPACIGUARA/MG TORNA PÚBLICO O 2º TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 268/2024 OBJETIVANDO A PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL PARA 13/09/2027 NOS TERMOS DO ARTIGO 106 E 107 DA LEI FEDERAL Nº 14.133/21, JUSTIFICATIVA, PARECER E AUTORIZAÇÃO.

BRUNO RODRIGUES MACHADO
Secretário Municipal de Administração e Finanças - Decreto Nº. 006/2023.

Publicado por:
Patricia Ferreira de Melo Alencar
Código Identificador:8866AE60

PROCURADORES DO MUNICÍPIO DE TUPACIGUARA
DECRETO Nº 189, DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

DECRETO Nº 189, DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

"DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE PAGAMENTO DA PARCELA ÚNICA DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO – IPTU, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2026, DISPOSTO NO DECRETO Nº 178 DE 28 DE JULHO DE 2026."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE TUPACIGUARA**, Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 98, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e demais disposições constitucionais e regulamentares,

DECRETA:

Art.1º Fica prorrogado o prazo estabelecido no inciso I e na alínea *"a"* do inciso II do art. 1º do Decreto nº 178, de 28 de julho de 2026, passando a vigorar na forma disposta a seguir:
Art.1º.....
I- em parcela única, com vencimento no dia 30 de setembro de 2026, com desconto de 30% (trinta por cento);

II.....
1ª parcela até o dia 30 de setembro de 2026;

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Tupaciguara/MG, 26 de agosto de 2026.

FRANCISCO LOURENÇO BORGES NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Teófilo Pinto Ribeiro Neto
Código Identificador:C5752DDA

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE TURMALINA

MUNICÍPIO DE TURMALINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURMALINA/MG, AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2026

Torna pública a realização do Pregão Eletrônico nº 043/2026 do Tipo: Menor Preço por Item, destinado Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais pedagógicos destinados à Educação Especial, para atendimento das necessidades dos alunos da Educação

Infantil e do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Turmalina/MG, que será regido pela L**F** 14.133/2021, Decretos Municipais 127/2023 (regulamenta dispositivos da LF 14.133/2021), 129/2023 (regulamenta o Sistema de Registro de Preços) e 130/2023 (critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica), LC 123/2006 e posteriores alterações e demais disposições legais aplicáveis à espécie, bem como condições fixadas no Edital e seus anexos, com envio de propostas e documentos de habilitação por meio do sistema https://licitar.digital/ até as 07h59min do dia 09/09/2026, Data e Horário de Abertura da Sessão: 09/09/2026 às 08h00min. Demais informações e Edital à disposição na Av. Lauro Machado, nº 230 – Centro, pelos telefones (38) 3527-1257 Ramais 210 e 211 e (38) 93300-4972 no horário de 08h00hs às 16h00hs, pelo e-mail: licitacao@turmalina.mg.gov.br, pelo site www.turmalina.mg.gov.br/licitacoes/1 e pelo sistema https://licitar.digital/.

REFEITURA MUN. DE TURMALINA/MG, 26 de agosto de 2026.

GABRIEL GOMES CORDEIRO.
Pregoeiro.

Publicado por:
Gabriel Gomes Cordeiro
Código Identificador:DC9827B5

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE UBAÍ

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE INTENÇÃO DE ADESÃO A ATA Nº 012/2025

A PREFEITURA MUNICIPAL DE UBAÍ-MG, Torna público para o conhecimento de todos, Intenção em adesão à Ata de Registro de Preços nº 012/2025 do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO VALE DO PARAIBUNA – CIMPAR, resultante do Pregão Eletrônico n° 007/2025, com base na Lei 14.133/2021 e suas alterações, ne por simetria, no Decreto Federal nº 11.462/2023, bem como demais normativas aplicáveis, RECURSO ORIUNDOS DO CONVÊNIO 1261004092-2026 SEE/MG. Detalhes da adesão são especificados a seguir: ● Órgão Gerenciador: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO VALE DO PARAIBUNA – CIMPAR, ● Objeto da ARP: **REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E ESCOLAR, VISANDO SUPRIR AS DEMANDAS DAS UNIDADES DE ENSINO DA REDE PÚBLICA DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CIMPAR, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DEFINIDAS BO TERMO DE REFERÊNCIA (TR)**.

Publicado por:
Priscila Mendes Silva
Código Identificador:410AF5EE

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO 2° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2025; ADESÃO A ATA PRP N° 001/2025; PROCESSO LICITATÓRIO 001/2025

A PREF. MUNICIPAL DE UBAI-MG – Torna publico para conhecimento dos interessados, EXTRATO DO 2° TERMO ADITIVO AO CONTRATO nº 002/2025. Adesão a Ata PRP 001/2025; Processo licitatório 001/2025, Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, ÓRGÃO GERENCIADOR CIMPAR. Contratado**: LOC BH LOCADORA DE VEÍCULOS DE BELO HORIZONTE LTDA-ME, Valor aditado R$ 9.518,73 correspondente a 4,6084% do Valor Global; Vigência 20/08/2026 a 28/01/2027.

FREDERICO FREIRE LIMA,
Agente de Contratação.

Publicado por:
Priscila Mendes Silva
Código Identificador:AFC43902

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO 3° TERMO ADITIVO AO CREDENCIAMENTO 020/2024; INEXIGIBILIDADE POR CRE-DENCIAMENTO 005/2024; PROCESSO LICITATÓRIO 061/2024

A PREF. MUNICIPAL DE UBAI-MG – Torna publico para conhecimento dos interessados, 3° TERMO ADITIVO AO CREDENCIAMENTO 020/2024, Inexigibilidade por Credenciamento 005/2024, Processo licitatório 061/2024, Objeto:"**TERMO DE CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS PARA AS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL REFERENCIADAS E ACOMPANHADAS PELO CRAS DO MUNICIPIO DE UBAÍ-MG"**. Contratada: W F Ferreira Porto LTDA; Vigência 23/08/2026 a 23/08/2027.

FREDERICO FREIRE LIMA,
Agente de Contratação.

Publicado por:
Priscila Mendes Silva
Código Identificador:0A4D5F57

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 053/2026; ADESÃO A ATA PRP N° 013/2026, PREGÃO ELETRÔNICO 064/2025 – PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBÉ DE MINAS; PROCESSO LICITATÓRIO 071/2026

A PREF. MUNICIPAL DE UBAI-MG – Torna publico para conhecimento dos interessados, EXTRATO DO CONTRATO nº 053/2026. Adesão a Ata PRP 013/2026, Pregão Eletrônico 64/2025 – Prefeitura Municipal de Imbé de Minas/MG; Processo licitatório 071/2026, Objeto:**ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA MODERNIZAÇÃO, MANUTENÇÃO, EXTENSÃO E EFICIENTIZAÇÃO ENERGÉTICA DO PARQUE DE ILUMINAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IMBÉ DE MINAS E PARTICIPANTES, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS, PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE UBAÍ-MG. Contratado**: ZEUS ELETRICA LTDA, no valor global de R$ 94.168,80; Vigência 17/08/2026 a 16/08/2027.

FREDERICO FREIRE LIMA,
Agente de Contratação.

Publicado por:
Priscila Mendes Silva
Código Identificador:0AFA5019

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE UNIÃO DE MINAS

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO PUBLICIDADE DE CONTRATO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 071/2026 - INEXIGIBILIDADE Nº. 05/2026

EXTRATO PUBLICIDADE DE CONTRATO

O MUNICÍPIO DE UNIÃO DE MINAS – MG, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, cadastrada no CNPJ sob o nº 01.051.819/0001-40**, do Processo Licitatório nº. 071/2026, sob modalidade de Inexigibilidade nº. 05/2026.** Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL, LOCALIZADO NA AVENIDA CINCO, N° 679 - CENTRO, NA CIDADE UNIÃO DE MINAS - MG, DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, para o período de 12 meses. Contratada: **CLEIDE CAMILO DIAS, inscrito no CPF nº 038.683.396-63**. Valor **R$**

15.000,00 (quinze mil reais). Validade do contrato a contar da data de assinatura do contrato e 31 de dezembro de 2026.

União de Minas-MG, 26 de agosto de 2026 –

GEOVA TOMAZ DE ALMEIDA -
Prefeito.

Publicado por:
Dinovan Queiroz de Almeida
Código Identificador:1387EE45

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 005/2026 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 71/2026

O MUNICÍPIO DE UNIÃO DE MINAS – MG, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, cadastrada no CNPJ sob o n.º 01.051.819/0001-40, – RATIFICAÇÃO Inexigibilidade de Licitação nº 005/2026. Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL, LOCALIZADO NA AVENIDA CINCO, N° 679 - CENTRO, NA CIDADE UNIÃO DE MINAS - MG, DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO., para o período de 12 meses. Contratada: **CLEIDE CAMILO DIAS, inscrito no CPF nº 038.683.396-63**. Valor **R$ 15.000,00 (quinze mil reais), sendo o valor mensal de R$1.250,00 (um mil e duzentos e cinquenta reais).** Validade do contrato a contar da data de assinatura do contrato e 31 de dezembro de 2026.

Ratifico a condição de Inexigibilidade de Licitação enquadrando-a nos dispositivos legais previstos no inciso V do art. 74 da Lei 14.133/2021 à **CLEIDE CAMILO DIAS, inscrito no CPF nº 038.683.396-63**. União de Minas/MG – 26 de agosto de 2026 -Prefeitura Municipal de União de Minas/MG.

Publicado por:
Dinovan Queiroz de Almeida
Código Identificador:F87286D5

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 5980, DE 26 DE AGOSTO DE 2026. EXONERA, A PEDIDO, EMPREGADA PÚBLICA QUE MENCIONA

DECRETO Nº 5980, DE 26 DE AGOSTO DE 2026.

Exonera, a pedido, empregada pública que menciona

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DE MINAS**, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, com suporte no inciso VI, do Artigo 69, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o requerimento apresentando pela empregada pública,

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerada, a pedido, a empregada pública, abaixo mencionada, de seu respectivo cargo, aprovada no concurso público nº 01/2024, conforme dados abaixo:

NOME	CARGO	DATA EXONERAÇÃO
DANIELA FERREIRA RODRIGUES	PSICÓLOGA	25/08/2026

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos na data de 25/08/2026.

União de Minas/MG, 26 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GEOVA TOMAZ DE ALMEIDA
- Prefeito –

Publicado por:
Regina Maria Soares Ferreira
Código Identificador:F656E2DB

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE URUCUIA

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 033/2026

O Município de Urucuia/MG, por intermédio da Prefeitura Municipal, torna público o Termo de Credenciamento nº 033/2026, celebrado com a empresa **M L ATENDIMENTO MEDICO LTDA**, inscrita no CNPJ nº 26.122.041/0001-44, decorrente do Procedimento Administrativo nº 043/2026, Inexigibilidade de Licitação nº 017/2026 e Edital de Credenciamento nº 008/2026, tendo por objeto o **credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços especializados na área de saúde, atendendo às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Urucuia/MG**, em regime de contratações paralelas e não excludentes, sem garantia de demanda mínima, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021. A CREDENCIADA fica habilitada para a prestação do serviço de **Médico(a) Ginecologista/Obstetrícia para atendimento no Hospital**, pelo valor de **R$ 475,00 (quatrocentos e setenta e cinco reais) por hora**, conforme condições estabelecidas no Edital, Termo de Referência e Termo de Credenciamento. A vigência será de **12 (doze) meses**, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada nos termos da legislação aplicável. Data da assinatura: **21 de agosto de 2026**.

JOSÉ AILSON DANTAS QUEIROZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maysa Alves de Souza
Código Identificador:603F7CB2

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUCUIA – MG
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2026 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 006/2026 (IPMUR)

A Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Urucuia/MG, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 74, inciso III, da Lei 14.133/2021, vem através do presente **AUTORIZAR** a contratação da **PERFORMACE LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 41.125.556/0001-91, com sede na Avenida Olinda, nº 960, Quadra H4, Lote 01/03, Park Lozandes, Torre 01, Sala 2404, Edifício Lozandes Corporate Design, Goiânia - GO, CEP: 74884-120, cujo objeto é **Pagamento de taxa de inscrição para participação no curso de capacitação "Como Analisar Uma Avaliação Atuarial", que ocorrerá nos dias 02 e 03 de setembro de 2026 em Goiânia - GO**, no valor global de **R$ 720,00 (setecentos e vinte reais)**, Dotação Orçamentária: 410109.272.0047.2115 339039000000 reduzido 1037 fonte 18020000; conforme Processo Administrativo nº 007/2026, Inexigibilidade nº 006/2026 nas conformidades do Inciso VIII, do artigo 72, da Lei nº 14.133/21 e em consonância Parágrafo Único do Art. 72 da Lei mencionada anteriormente.

Urucuia/MG, 26 de agosto de 2026.

ROSE ABIRRIAN NOBRE.
Presidente da IPMUR

Publicado por:
Maysa Alves de Souza
Código Identificador:62009E4F

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUCUIA – MG
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

O Prefeito Municipal de Urucuia/MG**,** no uso de suas atribuições e com fundamento na Lei nº 14.133/2021, vem através do presente AUTORIZAR o credenciamento das respectivas empresas: **L G R SERVIÇOS MÉDICOS LTDA CNPJ: 59.899.731/0001-63 nos itens 22, 23 e 24;** junto ao Processo Administrativo Licitatório nº 043/2026, Inexigibilidade de Licitação nº 017/2026, Edital de Credenciamento nº 008/2026, cujo objeto é Credenciamento de

pessoas jurídicas para prestação de serviços especializados na área de saúde, atendendo às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Urucuia/MG.

Urucuia-MG, 26 de agosto de 2026.

JOSÉ AILSON DANTAS QUEIROZ
Prefeito

Publicado por:
Maysa Alves de Souza
Código Identificador:88744D47

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE VERDELÂNDIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Verdelândia-MG torna público que realizará no dia 28/08/2026, o Processo Licitatório N°071/2026, na modalidade Credenciamento Eletrônico N°016/2026, através do endereço eletrônico: licitar.digital. Objeto: Credenciamento de fornecedores para fornecimento parcelado e sob demanda de refeições tipo prato feito (PF) e marmitex, destinadas às necessidades das Secretarias Municipais de Verdelândia/MG, conforme especificações constantes no termo de referência – anexo i, parte integrante do presente edital, conforme Termo de Referência e especificações do Edital Convocatório disponível no endereço eletrônico informado e no site https://verdelandia.mg.gov.br/. Informações: Setor de Licitações, situada a Rua Avenida Renato Azeredo, N°2001, Janaiba. E-mail: licitacoes@verdelandia.mg.gov.br.

CLAYTON SHASSE PEREIRA DE SOUZA JUNIOR
Agente de Contratação

Publicado por:
Clayton Shasse Pereira de Souza Junior
Código Identificador:89A42F80

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE VERÍSSIMO

DEPARTAMENTO CONTABIL E FINANCEIRO
CONTRATO 141/2026

EXTRATO CONTRATO 141/2026 – ADESÃO REGISTRO DE PREÇO EXTERNA 03/2026 — OBJETO: Aquisição de 01 veículo tipo de ambulância de transporte simples remoção (tipo A) — veículo tipo furgão (L1H1), DIESEL 150 CV, 0 (zero) km, ano/modelo 2025/2026 – 2026/2026. - CONTRATADO – SOCIETE COMERCIO DE VEICULOS LTDA. Valor do contrato: R$318.900,00 (trezentos e dezoito mil e novecentos reais). VIGÊNCIA DO CONTRATO: data de assinatura até 24 de agosto de 2027.

Veríssimo/MG, 24 de agosto de 2026.

MARCO AURÉLIO DOS SANTOS HORTÊNCIO –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Carla Betânia Fernandes Silva
Código Identificador:F434BC7D

DEPARTAMENTO CONTABIL E FINANCEIRO
REAVISO DE LICITAÇÃO PE 23/2026

Prefeitura Municipal de Veríssimo/MG - Pregão Eletrônico nº 23/2026 - Republica Aviso de Licitação – Torna público que fará realizar no Diretoria de Licitação, Licitação Modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço global, com o seguinte objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de mão de obra mecânica corretiva com fornecimento de peças, destinada a veículo pertencente a frota municipal. Abertura de propostas iniciais e início da sessão pública: 16/09/2026, às 09H00. Tudo de conformidade com a Lei 14.133/2021. Maiores informações estarão à disposição no endereço eletrônico, www.licitanet.com.br; www.verissimo.mg.gov.br. Contato (34) 3304 - 5641 – Diretoria de Licitação, Veríssimo/MG.

THAÍS MATEUS DA SILVA ARAÚJO.
Pregoeira Oficial

Publicado por:
Carla Betânia Fernandes Silva
Código Identificador:6B306C44

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE VOLTA GRANDE

LICITAÇÕES E EXTRATOS
AVISO DE AUTORIZAÇÃO/RATIFICAÇÃO. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 088/2026, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 043/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA GRANDE/MG. AVISO DE AUTORIZAÇÃO/RATIFICAÇÃO. Processo Licitatório nº 088/2026, Dispensa de Licitação nº 043/2026. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONTAGEM E ESCORAMENTO ESTRUTURAL PARA CONFECÇÃO DE LAJE EM CONCRETO ARMADO DA AMPLIAÇÃO DO VESTIARIO DO CAMPO MUNICIPALANTONIO SOARES ALVIM NO BAIRRO BONSUCESSO**. Processo ratificado nesta data. GMS REFORMAS LTDA - ME inscrita no CNPJ sob o nº 26.866.436/0001-51 no valor total de R$ 2.880,00 (Dois mil oitocentos e oitenta reais).

Volta Grande – MG 26 de agosto de 2026.

IVAN SOARES PULLIG –
Prefeito.

Certifico para os devidos fins de direito que, de conformidade com o disposto no art. 106 da Lei Orgânica Municipal, cópia do extrato supra, foi devidamente afixado no mural desta Prefeitura, nesta data, o qual permanecerá por quinze dias consecutivos.

Volta Grande-MG, 26 de agosto de 2026.

P/Equipe de Apoio

Publicado por:
Ytallo Jardim de Souza
Código Identificador:00991018

LICITAÇÕES E EXTRATOS
AVISO DE AUTORIZAÇÃO/RATIFICAÇÃO. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 092/2026, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 045/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA GRANDE/MG. AVISO DE AUTORIZAÇÃO/RATIFICAÇÃO. Processo Licitatório nº 092/2026, Dispensa de Licitação nº 045/2026. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EQUIPE DE APOIO E BRIGADISTAS PARA CAMPEONATO MUNICIPAL**. Processo ratificado nesta data. M M MAZINE VIGILANCIA inscrita no CNPJ sob o nº 27.796.856/0001-71 no valor total de R$ 12.200,00 (Doze mil e duzentos reais). Volta Grande – MG 26 de agosto de 2026. IVAN SOARES PULLIG – Prefeito.

Certifico para os devidos fins de direito que, de conformidade com o disposto no art. 106 da Lei Orgânica Municipal, cópia do extrato supra, foi devidamente afixado no mural desta Prefeitura, nesta data, o qual permanecerá por quinze dias consecutivos.

Volta Grande-MG, 26 de agosto de 2026.

P/ Equipe de Apoio

Publicado por:
Ytallo Jardim de Souza
Código Identificador:7DAFE175

LICITAÇÕES E EXTRATOS
AVISO DE INTENÇÃO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA GRANDE/MG. INTENÇÃO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. OMunicípio de Volta Grande torna público o interesse em aderir à Ata de Registro de Preços nº 306/2025, decorrente do Processo de Pregão Eletrônico nº 257/2025, realizada pela Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FANTASIAS DO PERSONAGEM ZÉ GOTINHA, cujas especificações técnicas constam no Termo de Referência da Secretaria de Estado de Saúde e no ETP - Estudo Técnico Preliminar deste Município, anexos ao processo de adesão. Fornecedor: CRIATIVA PRODUTOS LTDA. inscrita no CNPJ sob o nº 55.491.907/0001-92 no valor total de R$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Volta Grande, 26/08/2026.

RODRIGO DA COSTA BITTENCOURT -
Agente de Contratação.

Publicado por:
Rodrigo da Costa Bittencourt
Código Identificador:E9BC31CE

LICITAÇÕES E EXTRATOS
EXTRATO DE PROCESSO - PROC. 082/2026 - DISP. 042/2026

PREFEITURA MUNICIPAL VOLTA GRANDE/MG - EXTRATO DE PROCESSO - Processo de Licitação nº 086/2026. Dispensa de Licitação nº 042/2026. Justificativa: Art. 75, II, da Lei Federal 14.133/2021. LUZ GESTÃO CULTURAL LTDA. Objeto: **CAPACITAÇÃO EM ESTRATÉGIAS DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E ELABORAÇÃO DE PROJETOS**: R$ 6.000,00. Pagamento: Em até 10 dias após a emissão da nota fiscal. Dotação Orçamentária:
3.3.90.39.00.2.10.01.13.392.0014.2.0063 – 1.719.000
Thiago Alves Bastos – Agente de Contratação. Ivan Soares Pullig – Prefeito.

Certifico para os devidos fins de direito que, de conformidade com o disposto no art. 106 da Lei Orgânica Municipal, cópia do Extrato supra, foi devidamente afixado no mural desta Prefeitura, nesta data, o qual permanecerá por quinze dias consecutivos.

Volta Grande-MG, 26 de agosto de 2026.

P/Equipe de Apoio

Publicado por:
Thiago Alves Bastos
Código Identificador:35AAB4FD

LICITAÇÕES E EXTRATOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO PROCESSO 089/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA GRANDE/MG - EXTRATO DE PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - Processo de Licitação nº 089/2026. Dispensa de Licitação nº 044/2026. Justificativa: Art. 75, II, da Lei Federal 14133/2021. Favorecido: **J. SAHID E CIA LTDA**. Objeto: **Aquisição de troféus e medalhas personalizados para premiação dos participantes e vencedores do Campeonato Rural 2026, promovido pelo Município de Volta Grande/MG**. Valor Total: R$ 1.884,50. Pagamento: Em até 30 dias após a emissão da nota fiscal. Dotação Orçamentária: 3.3.90.31.00.2.09.01.27.812.0015.2.0057 (1.500.000). 25/08206.

ALESSANDRA RIBERIO DA SILVA –
Agente de Contratação.

IVAN SOARES PULLIG –
Prefeito.

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva
Código Identificador:F9962D61

PUBLICAÇÃO
LEI N.º 1.762/2026 - INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE VOLTA GRANDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEI N.º 1.762/2026

"INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE VOLTA GRANDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE VOLTA GRANDE, ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das prerrogativas que lhe são estabelecidas pelo artigo 82, Inciso I da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Volta Grande/MG, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de Alfabetização como documento balizador de ações e estratégias para assegurar a alfabetização de estudantes desde a pré-escola (turmas de Pré I e Pré II) até o final do 2º ano do Ensino Fundamental - Anos Iniciais, promovendo ações articuladas e sustentadas nas legislações nacionais e diretrizes pedagógicas atualizadas.

Art. 2º Para fins do disposto nesta Lei, adotam-se as seguintes definições:
I - Alfabetização em Língua Portuguesa: aprendizagem do sistema de escrita alfabética, com domínio de suas convenções, com autonomia para a produção de textos escritos e leitura de textos com fluência e compreensão;
II - Letramento em Língua Portuguesa: uso da linguagem em práticas sociais de leitura e escrita;
III - Alfabetização em Matemática: uso de conceitos matemáticos em diferentes contextos e práticas sociais;
IV - Concepção indissociável: compreensão de que a alfabetização e o letramento constituem processos indissociáveis e complementares no desenvolvimento do educando.

CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

Art. 3º São princípios da Política Municipal de Alfabetização:
I - garantia do direito à educação de qualidade e inclusiva, respeitando a diversidade sociocultural e as necessidades específicas dos educandos;
II - articulação entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, assegurando a continuidade pedagógica;
III - integração e cooperação entre os entes federativos, respeitado o disposto no § 1º do art. 211 da Constituição da República Federativa do Brasil, promovendo a colaboração entre União, Estados e Municípios para a melhoria contínua do processo de alfabetização;
IV - adesão voluntária a programas e ações do Ministério da Educação que corroborem o Currículo da Rede Municipal de Ensino, assegurando que as iniciativas nacionais complementem e fortaleçam as diretrizes locais;
V - implantação de programas e ações voltadas à alfabetização no âmbito da Rede Municipal de Ensino, com foco na promoção de práticas pedagógicas inovadoras e inclusivas;
VI - valorização e desenvolvimento de programas de formação continuada de professores alfabetizadores, coordenadores e gestores, assegurando que os profissionais estejam constantemente atualizados com as práticas de ensino de alfabetização e letramento nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática;
VII - adoção da concepção interacionista de linguagem, em que a língua é o recurso para realizar ações linguísticas, o meio para a

interação social, o diálogo, a produção e a construção de sentidos, em situações de leitura, escrita e oralidade;
VIII - aquisição da língua escrita com função social, como instrumento de oportunidades, superação de vulnerabilidades sociais e condição para o exercício pleno da cidadania, sendo seu ensino por meio da sistematização da escrita alfabética e dos diferentes gêneros textuais;
IX - valorização do letramento e das práticas sociais letradas desde a Educação Infantil ao Ensino Fundamental;
X - valorização de uma metodologia dialógica e reflexiva na alfabetização e no letramento matemático, que possibilite aos estudantes a construção e a compreensão dos conceitos matemáticos por meio da resolução de problemas;
XI - integração entre as políticas públicas municipais voltadas para a infância;
XII - monitoramento e avaliação permanente dos processos de ensino e aprendizagem.

Art. 4º São objetivos da Política Municipal de Alfabetização:
I - assegurar que as crianças desde a pré-escola (turmas de Pré I e Pré II) tenham garantido o acesso à criação de uma cultura de leitura, escrita e oralidade na rotina escolar, e a ampliação das suas experiências com a linguagem escrita, promovendo reflexões sobre o significado da infância e sobre como aproximar as crianças de experiências significativas;
II - assegurar que todos os estudantes sejam alfabetizados até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, garantindo o direito à alfabetização como elemento estruturante para a construção de trajetórias escolares bem-sucedidas;
III - implementar programas e ações voltadas à alfabetização no âmbito da Rede Municipal de Ensino;
IV - fomentar pesquisas voltadas ao desenvolvimento de adequações pedagógicas, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com o objetivo de promover o ensino e a aprendizagem de estudantes público-alvo da educação inclusiva, assegurando condições de acessibilidade plena;
V - selecionar e ampliar a aquisição de tecnologias educacionais para a alfabetização de estudantes, assegurada a diversidade de recursos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados no processo de ensino-aprendizagem;
VI - participar, anualmente, de avaliações de larga escala da alfabetização dos estudantes, bem como estimular as escolas a criarem os respectivos instrumentos de monitoramento e avaliação, considerando a realidade de cada comunidade escolar, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os estudantes até o final do 2º ano do Ensino Fundamental.

CAPÍTULO III
DAS DIRETRIZES

Art. 5º Constituem diretrizes para a implementação da Política Municipal de Alfabetização:

I - priorização da alfabetização até os dois primeiros anos do Ensino Fundamental;
II - incentivo a práticas de ensino para o desenvolvimento da linguagem oral, leitura e formação leitora a partir da Educação Infantil, sendo as ações intensificadas nas turmas de Pré I e Pré II e mantidas nos demais anos escolares;
III - estímulo aos hábitos de leitura e escrita de diferentes gêneros textuais e à apreciação literária por meio de ações que os integrem à prática cotidiana das famílias e/ou responsáveis, escolas, bibliotecas e de outras instituições educacionais;
IV - valorização do professor alfabetizador, reconhecendo seu papel fundamental no processo de ensino-aprendizagem;
V - promoção de estudos nas unidades educacionais aos professores alfabetizadores, realizadas pelas equipes pedagógicas das unidades escolares e dos formadores das equipes de orientadores pedagógicos ou formadores da Secretaria Municipal de Educação;
VI - fortalecimento das equipes gestoras das unidades escolares por meio de estudos, mentorias e ações formativas;
VII - fortalecimento das equipes técnico-pedagógicas (orientadores pedagógicos e formadores) com a participação em palestras, congressos, simpósios e afins, relacionados à alfabetização e ao letramento;
VIII - elaboração de materiais pedagógicos, pela equipe técnico-pedagógica (orientadores pedagógicos e formadores) da Secretaria Municipal de Educação, para subsidiar o planejamento dos professores de Educação Infantil e professores alfabetizadores;
IX - fundamentação nos estudos e encaminhamentos orientados pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), pelo Currículo da Educação Infantil e do Ensino Fundamental - Anos Iniciais e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica.

CAPÍTULO IV
DO PÚBLICO-ALVO E DOS AGENTES ENVOLVIDOS
Art. 6º A Política Municipal de Alfabetização tem por público-alvo:
I - crianças matriculadas na Educação Infantil nas turmas de Pré I e Pré II;
II - estudantes das turmas de 1º e 2º anos do Ensino Fundamental - Anos Iniciais;
III - estudantes dos ciclos subsequentes do Ensino Fundamental que apresentam níveis aquém do esperado na alfabetização;
IV - estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA).
Parágrafo único. São beneficiários prioritários da Política Municipal de Alfabetização os grupos a que se referem os incisos I e II do caput deste artigo.

Art. 7º São agentes envolvidos na Política Municipal de Alfabetização:
I - professores da Educação Infantil atuantes nas turmas de Pré I e Pré II;
II - professores atuantes nas turmas de 1º e 2º anos do Ensino Fundamental;
III - pedagogos escolares que atuam com turmas de 1º e 2º anos do Ensino Fundamental;
IV - diretores escolares de turmas de 1º e 2º anos do Ensino Fundamental;
V - demais profissionais que atuam nas unidades educacionais (turmas de 1º e 2º anos do Ensino Fundamental);
VI - equipe técnico-pedagógica (orientadores pedagógicos e formadores) da Secretaria Municipal de Educação;
VII - comunidade escolar.

CAPÍTULO V
DA IMPLEMENTAÇÃO

Art. 8º A Política Municipal de Alfabetização será implementada por meio de programas e ações que incluam:
I - orientações curriculares e estabelecimento de metas objetivas, propostas a partir dos documentos legais, para a Educação Infantil (turmas de Pré I e Pré II) e para as turmas de 1º e 2º anos do Ensino Fundamental;

II - formação de professores de Educação Infantil (atuantes nas turmas de Pré I e Pré II) e de turmas de 1º e 2º anos do Ensino Fundamental voltada para a alfabetização e letramento;
III - ênfase no ensino de conhecimentos linguísticos e matemáticos e de metodologia de ensino de Língua Portuguesa e Matemática em programas de formação continuada de professores da Educação Infantil atuantes nas turmas de Pré I e Pré II, e de professores de turmas de 1º e 2º anos do Ensino Fundamental;
IV - promoção de mecanismos de certificação de professores alfabetizadores;
V - formação de gestores educacionais para dar suporte pedagógico aos professores da Educação Infantil atuantes nas turmas de Pré I e Pré II, aos professores alfabetizadores do Ensino Fundamental, às crianças e aos estudantes;
VI - seleção e/ou produção de materiais didático-pedagógicos destinados à alfabetização, com promoção de formação de professores para o uso desses materiais;
VII - produção e disseminação de materiais com pesquisas de fundamentação teórica, encaminhamentos metodológicos e de boas práticas de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa e Matemática;
VIII - difusão de recursos educacionais para ensino e aprendizagem de leitura, de escrita e de matemática;

IX - recomposição de aprendizagens para estudantes que não tenham sido plenamente alfabetizados até o 2º ano do Ensino Fundamental ou que apresentem dificuldades nesse processo;
X - documentação das ações planejadas para recompor as aprendizagens dos estudantes em processo de alfabetização, por meio de um plano de apoio pedagógico;
XI - incentivo à versão e à validação de instrumentos de avaliação e diagnóstico interno;
XII - elaboração, organização e aplicação de avaliação interna e externa de larga escala nas turmas de 2º ano do Ensino Fundamental em unidades municipais de ensino.

CAPÍTULO VI
DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 9º Constituem mecanismos de monitoramento e avaliação da Política Municipal de Alfabetização:
I - monitoramento e avaliação da qualidade, eficiência, eficácia e efetividade de programas e ações implementadas por meio da Secretaria Municipal de Educação;
II - monitoramento da aprendizagem dos estudantes em processo de alfabetização, avaliado pelos instrumentos de acompanhamento pedagógico realizado pelos professores, coordenadores, gestores das unidades educacionais, com acompanhamento da equipe técnico-pedagógica (orientadores pedagógicos e formadores) da Secretaria Municipal de Educação;
III - acompanhamento dos registros das ações planejadas para recompor as aprendizagens dos estudantes em processo de alfabetização;
IV - análise de resultados de avaliações internas e externas e incentivo ao uso deles nos processos de ensino-aprendizagem;
V - desenvolvimento de indicadores municipais para avaliar a eficácia escolar na alfabetização, que priorizem a fluência em leitura oral, a competência leitora, a proficiência em escrita e em matemática.

CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. Compete à Secretaria Municipal de Educação, conforme a Política Municipal de Alfabetização, a elaboração do Plano de Ação Anual de Alfabetização.
Art. 11. Compete à Secretaria Municipal de Educação a coordenação estratégica dos programas e das ações decorrentes da Política Municipal de Alfabetização, bem como, em conjunto com o Conselho Municipal de Educação, o acompanhamento e o monitoramento da execução dessa política.
Art. 12. Fica o Poder Executivo autorizado a instituir e designar, por meio de ato próprio, a Comissão de Monitoramento e Avaliação da Política Municipal de Alfabetização, encarregada de acompanhar a execução, aplicar os indicadores municipais e validar os relatórios periódicos estabelecidos nesta Lei.
Art. 13. Fica autorizada a designação da Comissão de Trabalho Intersetorial de apoio às famílias e estudantes em idade de alfabetização da Rede Municipal.

Art. 14. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento da Secretaria Municipal de Educação, podendo ser suplementadas na forma da legislação orçamentária vigente.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Volta Grande, 26 de agosto de 2026.

IVAN SOARES PULLIG
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lavinya Gonsalves de Souza
Código Identificador:0A19D92E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETÉ

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ - ORÇAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL- AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA – ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL - TIPO SUPLEMENTAR – SUBVENÇÃO SOCIAL – DESENVOLVIMENTO RURAL

Faço saber que o Povo de Abaeté, por seus representantes legais na Câmara Municipal, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, fica autorizado a promover a abertura de crédito adicional suplementar no importe de R$350.000,00 (Trezentos e cinquenta mil reais), para reforçar a seguinte dotação orçamentária no orçamento vigente do exercício de 2026:

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FONTE	VALOR R$
02.13.03 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural 20.606.0061.2047 Gestão e Fomento do Desenvolvimento Rural 3.3.50.43.00 Subvenções Sociais	1.500.000.0000	350.000,00
TOTAL GERAL	*	**350.000,00**

Art. 2º - Como fonte de recursos para suportar a abertura de crédito autorizada no artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação total e ou parcial das seguintes dotações orçamentárias que integram o orçamento municipal, até o importe de R$350.000,00 (Trezentos e cinquenta mil reais):

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FONTE	VALOR R$
02.07.03 - Secretaria Municipal de Infraestrutura 15.451.0045.2021 - Gestão dos Serviços de Infraestrutura Urbana 3.3.90.36.00 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	1.500.000.0000	350.000,00
TOTAL GERAL	*	**350.000,00**

Art. 3º - Os créditos abertos em conformidade com o art. 1º poderão ser suplementados no limite dos valores de possíveis novas transferências de recursos ao Município, com a finalidade precípua deste ato normativo e de acordo com o limite aprovado na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2026.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 25 de Agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

IVANIR DELADIER DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:AA66CA3F

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ - PODER EXECUTIVO – CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL - SERVIDOR PÚBLICO - PROVIDÊNCIAS.

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, tendo em vista o disposto no Decreto Municipal nº 194/2025, considerando-se o atendimento dos documentos exigidos para a concessão, nos termos previstos no art. 60 da Lei Complementar Municipal nº 108/2023, **RESOLVE***:*

Art. 1º - O Município de Abaeté, por seu Poder Executivo, através da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos concede progressão vertical à agente pública municipal, **Alice Dias de Souza Gomes,** ocupante do cargo público de provimento efetivo de **Auxiliar Administrativo,** lotada na **Secretaria Municipal de Planejamento,** no quadro de servidores da Prefeitura Municipal de Abaeté.

Art. 2º - A Agente Pública Municipal, com vencimento determinado pelo enquadramento no **Nível I e Grau C,** permanecendo no **Grau C** que se encontrava antes desta concessão e sendo reposicionado(a) no **Nível II,** a partir da competência do mês de **agosto de 2026** para todos os fins de direito.

Art. 3º - Concluída a concessão da Progressão Vertical, a Agente Pública Municipal enquadra-se e faz jus ao vencimento correspondente ao **Nível II e Grau C,** a partir da competência de **agosto de 2026.**

Art. 4º - O Departamento de Recursos Humanos deve promover o registro na folha funcional da Agente Pública Municipal, bem como os registros em sistema de Recursos Humanos e informativo junto ao Sistema de Previdência Social (E-social).

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor data de sua publicação

Abaeté, 26 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:5DC48B44

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES – SERVIDOR PÚBLICO – PROVIDÊNCIAS

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, consoante previsto nos incisos VI, VIII e XIII do art. 72 c/c o disposto no inciso I do Art. 98, ambos da Lei Orgânica do Município, tendo em vista o requerimento apresentado pelo servidor e, observando-se o poder diretivo conferido ao empregador para a fixação do período concessivo de férias; pelo disposto no parágrafo único do art. 108 da Lei Municipal nº 1.660/1997 (Estatuto Servidores Públicos Municipais), ***RESOLVE:***

Art. 1º – O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo, estabelece o período concessivo de férias à servidora que menciona em relação ao período disposto nesta portaria.

Parágrafo Único. Concede-se período de férias regulamentares entre 16/09/2026 e 05/10/2026 para a servidora pública municipal **Adriana Aparecida Silva Andrade,** ocupante do cargo público de Diretor de Departamento, matrícula funcional nº 03165-9, referente ao período aquisitivo de 08/10/2024 e 07/10/2025.
Art. 2º - O Departamento de Recursos Humanos deve promover o registro de férias concedido nesta portaria, os lançamentos devidos em razão da concessão do período de férias, além da inclusão sistema de recursos humanos e cópia deste ato devidamente publicado na pasta funcional da servidora para o devido registro.

Art. 3º - É expressamente vedado o início do gozo de férias sem a publicação do ato concessivo.

Art. 4º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 26 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:B24A057C

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – CONCESSÃO DE LICENÇA-PRÊMIO – SERVIDOR PÚBLICO – REQUERIMENTO JUSTIFICADO - PROVIDÊNCIAS

A Secretária Municipal de Administração do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, consoante previsto nos incisos VI, VIII e XIII do art. 72 c/c o disposto no inciso I do Art. 98, ambos da Lei Orgânica do Município, considerando-se o disposto no art. 104 da Lei Municipal nº 1.660/1997 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais) e a Certidão de Registro Público nº 954/2026, informando a existência de período aquisitivo, ***RESOLVE:***

Art. 1º – O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo e através da Secretaria Municipal de Administração, concede licença-prêmio à servidora pública municipal, Sra. **Nilda Imaculada da Silva,** matrícula funcional nº 00174-3, pelo prazo de 30 (Trinta) dias, na forma disposta nesta portaria.

Parágrafo Único. A licença-prêmio de que trata esta Portaria se refere ao período aquisitivo compreendido entre 02/08/2009 e 01/08/2014, é concedida pelo prazo de 30 (trinta dias), no período de 10/09/2026 e 09/10/2026.

Art. 2º - O Departamento de Recursos Humanos deve promover o registro de férias concedido nesta portaria, os lançamentos devidos em razão da concessão do período de férias, além da inclusão sistema de recursos humanos e cópia deste ato devidamente publicado na pasta funcional da servidora para o devido registro.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 26 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:CA4A6972

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – CONCESSÃO DE LICENÇA-PRÊMIO – SERVIDOR PÚBLICO – REQUERIMENTO JUSTIFICADO - PROVIDÊNCIAS

A Secretária Municipal de Administração do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, consoante previsto nos incisos VI, VIII e XIII do art. 72 c/c o disposto no inciso I do Art. 98, ambos da Lei Orgânica do Município, considerando-se o disposto no art. 104 da Lei Municipal nº 1.660/1997 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais) e a Certidão de Registro Público nº 954/2026, informando a existência de período aquisitivo, ***RESOLVE:***

Art. 1º – O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo e através da Secretaria Municipal de Administração, concede licença-prêmio à servidora pública municipal, Sra. **Nilda Imaculada da Silva,** matrícula funcional nº 00174-3, pelo prazo de 30 (Trinta) dias, na forma disposta nesta portaria.

Parágrafo Único. A licença-prêmio de que trata esta Portaria se refere ao período aquisitivo compreendido entre 02/08/2009 e 01/08/2014, é concedida pelo prazo de 30 (trinta dias), no período de 10/09/2026 e 09/10/2026.

Art. 2º - O Departamento de Recursos Humanos deve promover o registro de férias concedido nesta portaria, os lançamentos devidos em razão da concessão do período de férias, além da inclusão sistema de recursos humanos e cópia deste ato devidamente publicado na pasta funcional da servidora para o devido registro.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 26 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:25119864

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO – CONCESSÃO DE LICENÇA-PRÊMIO – SERVIDOR PÚBLICO – REQUERIMENTO JUSTIFICADO - PROVIDÊNCIAS

A Secretária Municipal de Administração do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, consoante previsto nos incisos VI, VIII e XIII do art. 72 c/c o disposto no inciso I do Art. 98, ambos da Lei Orgânica do Município, considerando-se o disposto no art. 104 da Lei Municipal nº 1.660/1997 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais) e a Certidão de Registro Público nº 953/2026, informando a existência de período aquisitivo, ***RESOLVE:***

Art. 1º – O Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seu Poder Executivo e através da Secretaria Municipal de Administração, concede licença-prêmio à servidora pública municipal, Sra. **Dalva da Costa Lopes,** matrícula funcional nº 01149-5, pelo prazo de 30 (Trinta) dias, na forma disposta nesta portaria.

Parágrafo Único. A licença-prêmio de que trata esta Portaria se refere ao período aquisitivo compreendido entre 16/10/2019 e 15/10/2024, é concedida pelo prazo de 30 (trinta dias), no período de 14/09/2026 e 13/10/2026.

Art. 2º - O Departamento de Recursos Humanos deve promover o registro de férias concedido nesta portaria, os lançamentos devidos em razão da concessão do período de férias, além da inclusão sistema de recursos humanos e cópia deste ato devidamente publicado na pasta funcional da servidora para o devido registro.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 26 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:E4EDB377

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO
EXONERAÇÃO A PEDIDO – SERVIDOR PÚBLICO - PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal e demais legislação municipal pertinente:

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora **Amanda Sabrina Teixeira da Costa,** no Cargo de Assistente Técnico Educacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir do dia 20 de agosto de 2026.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Abaeté, 26 de agosto de 2026.

1

IVANIR DELADIER DA COSTA
Prefeito Municipal

Praça Dr. Amador Álvares, 167 – Centro – Abaeté-MG – CEP: 35620-000

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:141D4990

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ – PODER EXECUTIVO
MUNICIPAL DE ABAETÉ – ALTERA LEI MUNICIPAL Nº 3.127/2026 - CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL - CONTRIBUIÇÕES - AUXÍLIOS - ANO 2026 - PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que o Povo de Abaeté, por seus representantes legais na Câmara Municipal, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O art. 1º da Lei Municipal nº 3.127/2026 passa a vigorar acrescido do item 37 com a seguinte redação:
Art. 1º - .....

Nº	ENTIDADE BENEFICIÁRIA	VALOR R$
37	Sindicato dos Produtores Rurais de Abaeté	350.000,00

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 25 de Agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

IVANIR DELADIER DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:B0BB8209

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVARENGA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVARENGA
EXTRATO DE ADITIVO

PROCESSO 041/2022 – PREGÃO 021/2022. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÀRIOS INCLUINDO FORNECIMENTO DE URNAS MORTUÁRIAS**.** 4º ADITIVO: CONTRATADO: FUNERÁRIA REGIONAL PAX LTDA - ME, CNPJ 27.946.159/0001-50. VIGÊNCIA: 05/09/2026 À 04/09/2027.

Publicado por:
Cristiane Vieira de Souza
Código Identificador:EC601E23

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUÁ

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO 070/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG - EXTRATO DO CONTRATO Nº070/2026: A Prefeitura Municipal de Arapuá/MG torna público extrato do contrato Nº070/2026, originado da adesão Nº016/2026 a Ata de Registro de Preços Nº002/2025, oriunda do Processo Administrativo Nº003/2025 e Pregão Eletrônico nº 001/2025, sendo o Órgão gestor: CIDERSU - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL, inscrito no CNPJ no 21.466.597/0001-34.

Objeto: O registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de uniformes escolar, esportivos e de uso dos servidores municipais que executam atividades específicas nos municípios que compõem o Consórcio Intermunicipal Para o Desenvolvimento Regional Sustentável – CIDERSU.
Contratante: MUNICÍPIO DE ARAPUÁ, CNPJ nº 19.942.895/0001-01.
Contratada: R.M.A DE SOUZA ATACADISTA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 24.767.522/0001-81.
Representantes: Ramon Mayderson Alacrino de Souza e Raphael Alves Pereira.
Valor do contrato: R$ 437.877,32 (quatrocentos e trinta e sete mil, oitocentos e setenta e sete reais e trinta e dois centavos).
O contrato encontra-se disponível no site: https://arapua.mg.gov.br/

Arapuá/MG, 26 de agosto de 2026.

EMÍLIO DOS SANTOS BOAVENTURA GONDIN –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcio Wanderson de Castro Galvão
Código Identificador:335DEA61

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO 072/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG - EXTRATO DO CONTRATO Nº072/2026: A Prefeitura Municipal de Arapuá/MG torna público extrato do contrato Nº072/2026, originado do Processo Licitatório Nº083/2026, Inexigibilidade Nº032/2026.
Objeto: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA 'CEM POR CENTO CONTEUDO DIGITAL LTDA', REPRESENTANTE DA DUPLA SERTANEJA "CARVALHO E MARIANO", PARA REALIZAÇÃO DE APRESENTAÇÃO MUSICAL NO DIA 27/09/2026, DURANTE O EVENTO: "2ª CAVALGADA DO BIGODE", NO MUNICÍPIO DE ARAPUÁ/MG.
Contratante: MUNICÍPIO DE ARAPUÁ, CNPJ nº 19.942.895/0001-01.
Contratada: CEM POR CENTO CONTEUDO DIGITAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 56.285.479/0001-04.
Representante: João Paulo Mariano Borges.
Valor do contrato: R$ 20.000,00 (vinte mil reais).
Vigência: De 26/08/2026 à 24/12/2026.
Dotação: Fundo Municipal de Turismo - FUNTUR
02.05.03 23.695.0039 2.0111 3.3.90.39.00.00- Ficha: 249 Fonte:500
O contrato encontra-se disponível no site: https://arapua.mg.gov.br/

Arapuá/MG, 26 de agosto de 2026.

EMÍLIO DOS SANTOS BOAVENTURA GONDIN –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcio Wanderson de Castro Galvão
Código Identificador:DF0EF6F6

CONTRATOS
EXTRATO DO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 033/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG - EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº033/2024: A Prefeitura Municipal de Arapuá/MG torna público extrato do segundo termo aditivo do contrato Nº033/2024, originado do Processo licitatório Nº067/2024, Pregão eletrônico 008/2024.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA CLÍNICA; SERVIÇOS TÉCNICOS CONTINUADOS EM EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES, COM EXECUÇÃO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, CALIBRAÇÃO, TREINAMENTOS DE OPERADORES, INCLUINDO FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSORIOS NECESSÁRIOS PARA REPOSIÇÃO À CADA EQUIPAMENTO MÉDICO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARAPUÁ/MG.
Contratante: MUNICÍPIO DE ARAPUÁ, CNPJ nº 19.942.895/0001-01.
Contratada: LIFETEC HOSPITALAR LTDA, CNPJ nº 13.704.844/0001-65.
Representante legal: Murilo Soares Mota.
Fundo Municipal de Saúde - Ficha: 317;
Dotação: 02.06.02 10 301.0019 2.0037 3.3.90.39
Fonte: 500; CO: 1002, 0000.
Vigência: 12 (doze) meses.
O termo aditivo do contrato encontra-se disponível no site: https://arapua.mg.gov.br/

Arapuá/MG, 26 de agosto de 2026.

EMÍLIO DOS SANTOS BOAVENTURA GONDIN –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcio Wanderson de Castro Galvão
Código Identificador:75E8031D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTOLFO DUTRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTOLFO DUTRA
DECRETO Nº 791, DE 25 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO Nº 791, DE 25 DE AGOSTO DE 2026

REGULAMENTA A UTILIZAÇÃO DE VEÍCULOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO E A RESPONSABILIDADE POR INFRAÇÕES DE TRÂNSITO COMETIDAS EM SUA CONDUÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ASTOLFO DUTRA/MG**, WESLEY CORDEIRO DE SOUZA, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO que os veículos oficiais destinam-se exclusivamente à execução de serviços públicos; CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar a utilização da frota municipal e a responsabilização por infrações de trânsito eventualmente cometidas; CONSIDERANDO o disposto no Código de Trânsito Brasileiro e na legislação municipal aplicável aos servidores públicos,

D E C R E T A:

Art. 1º. Os veículos pertencentes à frota do Município, próprios ou terceirizados, destinam-se exclusivamente ao atendimento de atividades administrativas e serviços públicos, sendo vedada sua utilização para fins particulares.

Art. 2º. As infrações de trânsito cometidas na condução de veículos oficiais serão de responsabilidade do servidor ou agente público que estiver conduzindo o veículo no momento da infração.

§ 1º. Caberá ao condutor efetivamente identificado a responsabilidade pelas infrações decorrentes de atos praticados na direção do veículo, inclusive as consequências incidentes sobre sua habilitação e o ônus econômico da penalidade pecuniária, assegurado o exercício do direito de defesa.

§ 2º. No caso de veículos locados, cedidos, arrendados ou disponibilizados ao Município por terceiros, a distribuição das responsabilidades observará o Código de Trânsito Brasileiro e as disposições contratuais aplicáveis, sem prejuízo da responsabilidade legal perante o órgão de trânsito competente.

§ 3º. A responsabilidade financeira do condutor dependerá de sua efetiva identificação, da correspondência entre sua conduta e a infração e da inexistência de circunstância que atribua a responsabilidade ao proprietário ou a terceiro.

§ 4º. O condutor responderá pelo pagamento da multa e demais encargos decorrentes da infração cometida, observados os princípios do Contraditório e da Ampla Defesa.

Art. 3º. Compete à Secretaria Municipal responsável pela gestão da frota a qual pertence cada veículo:
I – Receber as notificações de autuação relativas aos veículos oficiais do Município;
II – Identificar o condutor do veículo no momento da infração;
III – Promover a indicação do condutor junto ao órgão de trânsito competente, quando necessário;
IV – Notificar formalmente o servidor identificado como condutor do veículo.

Art. 4º. Para fins de identificação do condutor do veículo no momento da infração, poderão ser utilizados todos os meios admitidos, como os registros de controle de utilização da frota, dados provenientes de sistemas de rastreamento veicular instalados nos veículos oficiais, dentre outras formas idôneas.

Art. 5º. Recebida a notificação da autuação, a Secretaria Municipal responsável ou o Setor responsável pela gestão do veículo deverá:
I – Registrar a data de recebimento e os prazos constantes da notificação;
II – Promover a identificação do condutor efetivo, utilizando os meios previstos no art. 4º deste Decreto;
III – Comunicar formalmente o condutor identificado, fornecendo-lhe cópia da notificação e dos elementos utilizados para sua identificação;
IV – Solicitar os documentos e as assinaturas necessários à indicação do condutor perante o órgão de trânsito;
V – Realizar a indicação do condutor dentro do prazo previsto no art. 257, § 7º, do Código de Trânsito Brasileiro.

§ 1º. O condutor poderá apresentar justificativa caso sustente não ter conduzido o veículo ou identifique erro, falha técnica ou inconsistência nos registros utilizados pela Administração.

§ 2º. A justificativa será examinada de forma motivada pela unidade competente, mediante confronto dos registros eletrônicos com escalas, ordens de serviço, fichas de utilização, imagens, rastreamento e demais elementos disponíveis.

§ 3º. A assinatura do formulário de identificação do condutor não representa reconhecimento da infração nem renúncia ao direito de apresentar defesa prévia ou recurso administrativo.

§ 4º. Caso pretenda impugnar a autuação, o condutor identificado deverá elaborar e apresentar a respectiva defesa prévia por seus próprios meios e às suas expensas, observando os prazos e procedimentos estabelecidos pelo órgão de trânsito competente.

§ 5º. O condutor deverá encaminhar à Secretaria ou Setor responsável cópia da defesa apresentada, do respectivo comprovante de protocolo, dos andamentos relevantes e da decisão proferida pelo órgão de trânsito.

§ 6º. Caberá ao Município fornecer ao condutor os documentos administrativos necessários e praticar os atos que dependam exclusivamente de sua condição de proprietário do veículo, sem assumir a elaboração ou os custos da defesa relacionada a ato praticado na direção.

§ 7º. Quando a autuação estiver relacionada a obrigação legalmente atribuída ao proprietário, caberá ao Município avaliar e, se for o caso, elaborar e apresentar a respectiva defesa ou recurso.

§ 8º. A recusa injustificada, a omissão ou o atraso do condutor no fornecimento dos documentos ou na assinatura do formulário de identificação, quando resultar na perda do prazo legal e na aplicação de multa adicional ao Município pela não identificação do condutor, poderá ensejar o ressarcimento do prejuízo, após regular apuração administrativa.

Art. 6º. O servidor notificado ficará ciente de que a multa decorrente de infração de trânsito cometida na condução de veículo oficial, quando decorrente de ato praticado na direção e regularmente atribuída à sua responsabilidade, ficará a seu cargo.

§ 1º. Não sendo efetuado o pagamento voluntário da multa no prazo informado na notificação, o Município poderá promover o ressarcimento ao Erário mediante desconto em folha de pagamento, mediante autorização expressa, específica e escrita do servidor, ou mediante competente processo administrativo, observados os limites previstos na legislação aplicável.

§ 2º. A autorização deverá ser concedida após a ciência do servidor acerca da infração, do valor devido e das condições do desconto, podendo constar da própria notificação ou de termo específico.

§ 3º. Na ausência de autorização para o desconto em folha, o Município poderá receber o pagamento voluntário ou adotar as medidas administrativas e judiciais cabíveis para o ressarcimento do valor devido.

Art. 7º. Os servidores autorizados a conduzir veículos oficiais deverão possuir Carteira Nacional de Habilitação válida e observar as normas do Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 8º. Os servidores autorizados a conduzir veículos oficiais poderão assinar termo de responsabilidade pelo uso do veículo, comprometendo-se a observar as normas de trânsito e as disposições deste Decreto.

Art. 9º. Os servidores públicos municipais que, nos termos da legislação municipal vigente, estejam autorizados a conduzir veículos oficiais ficam igualmente autorizados a utilizar tais veículos para o desempenho de atividades e serviços públicos inerentes às suas funções, observadas as normas deste Decreto e a legislação aplicável.

Parágrafo único. A utilização de que trata o *caput* restringe-se exclusivamente ao exercício de atividades de interesse da Administração Pública, vedado o uso para fins particulares.

Art. 10. Todos os atos e procedimentos relacionados a este Decreto deverão ser documentados e mantidos pelo setor responsável.

Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Dado e passado no Gabinete do Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Astolfo Dutra/MG, Wesley Cordeiro de Souza, aos 25 dias do mês de agosto de 2026

REGISTRE-SE; PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

WESLEY CORDEIRO DE SOUZA
Prefeito municipal

Publicado por:
Rodolpho da Silva Messias
Código Identificador:F5DD33AC

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTOLFO DUTRA
DECRETO Nº 792, DE 26 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO Nº 792, DE 26 DE AGOSTO DE 2026

REGULAMENTA O USO, A GUARDA E A CONSERVAÇÃO DO IDENTIFICADOR ELETRÔNICO PESSOAL DO SISTEMA DE RASTREAMENTO E GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ASTOLFO DUTRA/MG,** WESLEY CORDEIRO DE SOUZA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, CONSIDERANDO o artigo 37, *caput*, da Constituição Federal, que impõe à Administração Pública a estrita observância dos princípios da legalidade, impessoalidade,

moralidade, publicidade e, fundamentalmente, da eficiência administrativa; CONSIDERANDO a necessidade de aprimorar os mecanismos de gestão, controle, racionalização e otimização do uso da frota de veículos oficiais pertencentes ou a serviço do Poder Executivo Municipal; CONSIDERANDO o dever de zelar pela guarda, conservação e correta destinação dos bens públicos, assegurando que os veículos oficiais sejam utilizados exclusivamente no estrito interesse do serviço público, coibindo desvios de finalidade e o uso para fins particulares; CONSIDERANDO que a implantação de tecnologia de monitoramento e rastreamento viabiliza a redução de custos com combustíveis e manutenção, o planejamento de rotas eficientes e o aumento da segurança dos agentes públicos e dos munícipes transportados; CONSIDERANDO o direito fundamental à transparência ativa e ao controle social dos atos administrativos, em consonância com as diretrizes da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação); CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), que autoriza o tratamento de dados pela Administração Pública para a execução de competências legais e atendimento da finalidade pública de proteção ao patrimônio; CONSIDERANDO, por fim, que a prerrogativa de monitoramento patrimonial em horário de serviço harmoniza-se com o poder de direção do empregador público e não viola a privacidade dos servidores, desde que previamente informados,

D E C R E T A:

CAPÍTULO I
DA FINALIDADE E DA PROPRIEDADE

Art. 1º O identificador eletrônico destina-se à identificação pessoal do agente público durante a condução de veículos da frota municipal, permitindo a vinculação do motorista aos registros operacionais gerados pelo sistema de rastreamento e gestão.

Parágrafo único. O dispositivo permanecerá como patrimônio ou componente do sistema de gestão do Município, sendo entregue ao agente público apenas para utilização funcional, sem transferência de sua propriedade.

CAPÍTULO II
DO CARÁTER PESSOAL E INTRANSFERÍVEL

Art. 2º O identificador é de uso estritamente pessoal, exclusivo e intransferível, ficando expressamente proibidos:
I - O empréstimo, a cessão, a troca ou o compartilhamento com outro agente público ou terceiro;
II - A utilização de identificador pertencente a outro motorista;
III - A duplicação, adulteração ou reprodução do dispositivo ou de seu código;
IV - A utilização para finalidade estranha ao serviço público;
V - A entrega do dispositivo a pessoa não autorizada;
VI - Qualquer intervenção no identificador, no rastreador ou nos demais componentes do sistema de controle da frota.

Parágrafo único. O agente público não poderá alegar desconhecimento das utilizações realizadas com seu identificador quando tiver voluntariamente permitido seu uso por terceiro, sem prejuízo da apuração de quem efetivamente conduzia o veículo.

CAPÍTULO III
DO PROCEDIMENTO DE UTILIZAÇÃO

Art. 3º Antes de iniciar o deslocamento, o agente deverá registrar seu identificador no equipamento instalado no veículo e verificar se o sistema confirmou corretamente sua identificação.

§ 1º É vedado iniciar ou prosseguir a condução quando:
I - O agente estiver sem seu identificador individual;
II - O sistema não reconhecer o identificador;
III - Houver indicação de falha, bloqueio ou irregularidade no equipamento;
IV - O agente estiver utilizando dispositivo pertencente a outra pessoa.

§ 2º Verificada falha técnica, o motorista deverá comunicar imediatamente o setor responsável pela frota e aguardar orientação, não podendo utilizar outro identificador por iniciativa própria.

§ 3º A disponibilização de identificador substituto, provisório ou definitivo somente será válida quando formalmente realizada pelo setor responsável, mediante registro da nova vinculação.

CAPÍTULO IV
DA GUARDA E CONSERVAÇÃO

Art. 4º O agente público assume pessoalmente o dever de guarda, conservação e utilização adequada do identificador, devendo protegê-lo contra perda, extravio, furto, roubo, dano, quebra, adulteração ou uso indevido.

§ 1º O identificador não deverá ser deixado no interior do veículo, em locais de livre acesso ou sob a guarda de terceiros.

§ 2º O agente deverá comunicar imediatamente qualquer defeito, desgaste, irregularidade ou dificuldade de leitura do dispositivo, abstendo-se de tentar consertá-lo ou modificá-lo.

§ 3º A responsabilidade pela guarda inicia-se na retirada ou formalização da entrega e permanece até a devolução formal do identificador, mediante recibo emitido pelo setor competente.

CAPÍTULO V
DOS REGISTROS DO SISTEMA E DA PROTEÇÃO DE DADOS

Art. 5º O sistema de rastreamento poderá registrar a identidade do motorista, o veículo utilizado, a data e o horário da condução, o trajeto, a localização, a velocidade, as paradas, o tempo de utilização e outras informações operacionais relacionadas ao uso da frota.

§ 1º Os registros referidos no *caput* poderão ser utilizados para, dentre outros:
I - Controle e planejamento da frota e de viagens;
II - Proteção do patrimônio público;
III - Segurança dos agentes públicos e dos usuários;
IV - Apuração de acidentes, danos, infrações e utilização indevida;
V - Fiscalização do cumprimento de rotas e ordens de serviço;
VI - Instrução de procedimentos administrativos, judiciais ou perante órgãos de controle.

§ 2º Os registros do sistema constituirão elementos de informação para a identificação do condutor e para a apuração dos fatos, podendo ser confrontados com ordens de serviço, fichas de veículos, escalas, imagens, registros de abastecimento e outros dados disponíveis.

§ 3º O tratamento dos dados pessoais será realizado para o atendimento de finalidade pública e o exercício das atribuições administrativas do Município, com acesso restrito aos agentes e setores competentes, observada a legislação vigente sobre proteção de dados pessoais.

CAPÍTULO VI
DA HABILITAÇÃO E DAS CONDIÇÕES PARA CONDUÇÃO

Art. 6º O agente obriga-se a manter sua Carteira Nacional de Habilitação (CNH) válida e compatível com a categoria do veículo conduzido, comunicando imediatamente à chefia qualquer vencimento, suspensão, cassação, restrição ou impedimento para dirigir.

Parágrafo único. A posse ou o recebimento do identificador não constitui, isoladamente, autorização irrestrita para conduzir qualquer veículo, permanecendo necessária a observância das atribuições do cargo, das ordens de serviço e das autorizações expedidas pela Administração.

CAPÍTULO VII
DA COMUNICAÇÃO DE OCORRÊNCIAS

Art. 7º A perda, o extravio, o furto, o roubo, o dano ou qualquer irregularidade envolvendo o identificador deverá ser comunicado imediatamente, por escrito, à chefia imediata e ao setor responsável pela frota.

§ 1º A comunicação deverá indicar, sempre que possível, a data, o horário, o local e as circunstâncias da ocorrência.

§ 2º O boletim de ocorrência deverá ser apresentado nos casos de furto, roubo ou quando solicitado pela Administração.

§ 3º Recebida a comunicação, o setor responsável providenciará o bloqueio do identificador, evitando sua utilização indevida.

§ 4º A demora injustificada na comunicação, quando possibilitar uso indevido ou causar prejuízo ao Município, será considerada na apuração da responsabilidade do agente.

CAPÍTULO VIII
DO RESSARCIMENTO AO ERÁRIO

Art. 8º Comprovado que a perda, o extravio, a inutilização ou o dano ao identificador decorreu de ação ou omissão dolosa ou culposa do agente público, este deverá ressarcir ao Município o valor integral e atualizado necessário à reposição do dispositivo.

§ 1º O valor do ressarcimento corresponderá ao custo efetivamente suportado ou comprovado pelo Município para aquisição, configuração e ativação de novo identificador.

§ 2º O ressarcimento não será exigido automaticamente nas hipóteses de furto, roubo, caso fortuito ou força maior, devendo ser examinadas as circunstâncias concretas e o cumprimento dos deveres de guarda e comunicação.

§ 3º A responsabilização será precedida de regular apuração administrativa, assegurados ao agente o contraditório e a ampla defesa.

§ 4º Eventual desconto em remuneração somente poderá ocorrer nas hipóteses e pela forma admitidas no regime jurídico aplicável, sem prejuízo do pagamento voluntário ou da adoção das medidas administrativas e judiciais cabíveis.

CAPÍTULO IX
DO IMPEDIMENTO TEMPORÁRIO PARA CONDUÇÃO

Art. 9º Em caso de perda, extravio, furto, roubo, dano, bloqueio ou inutilização do identificador, o agente público ficará impedido de conduzir veículos da frota municipal até que lhe seja formalmente disponibilizado novo dispositivo.

§ 1º Durante o período de impedimento, o agente não poderá utilizar identificador de outro motorista nem conduzir veículo sem o devido registro no sistema.

§ 2º O impedimento possui natureza operacional, decorrente da impossibilidade de identificação e controle do condutor, não constituindo, por si só, penalidade disciplinar.

§ 3º O agente permanecerá à disposição da chefia para o desempenho de outras atribuições compatíveis, podendo haver reorganização temporária do serviço.

§ 4º A perda ou o extravio, especialmente quando decorrente de negligência ou reincidência, poderá ser objeto de apuração funcional, com as consequências previstas no regime jurídico municipal.

§ 5º A condução de veículo durante o período de impedimento constituirá descumprimento das normas vigentes e sujeitará o agente às medidas administrativas cabíveis.

CAPÍTULO X
DAS INFRAÇÕES DE TRÂNSITO E MULTAS

Art. 10. As infrações de trânsito decorrentes de atos praticados na direção do veículo serão atribuídas ao agente público identificado pelo respectivo código/número individual como condutor na data e no horário da ocorrência, observadas as regras do Código de Trânsito Brasileiro.

§ 1º Caberão ao motorista identificado:
I - A pontuação correspondente em sua Carteira Nacional de Habilitação;
II - As medidas administrativas e restrições pessoais previstas na legislação de trânsito;
III - O pagamento da multa, primordialmente, ou o eventual ressarcimento integral ao Município, secundariamente, caso a penalidade tenha sido inicialmente suportada pelos cofres públicos, na forma de regulamentação específica, se houver, compatibilizando-se com este Decreto;
IV - Os encargos diretamente decorrentes da infração que lhe seja imputável.

§ 2º Os registros do sistema de rastreamento serão utilizados para identificar o condutor, sem prejuízo do exame de escalas, ordens de serviço, fichas de utilização, imagens e demais elementos disponíveis.

§ 3º Recebida a notificação da autuação, o Município comunicará o agente identificado para que forneça os documentos e assine, dentro do prazo fixado, o formulário necessário à indicação do condutor infrator perante o órgão de trânsito.

§ 4º O agente deverá colaborar com o procedimento de identificação, fornecendo cópia legível e atualizada de sua CNH e demais documentos necessários, sem prejuízo de apresentar justificativa caso sustente não ter sido o condutor ou entenda haver erro no registro.

§ 5º A recusa injustificada, a omissão ou o atraso do agente no fornecimento dos documentos ou na assinatura da indicação, quando resultar na perda do prazo legal e na aplicação de multa adicional ao Município pela não identificação do condutor, ensejará o ressarcimento desse prejuízo, após regular apuração administrativa.

§ 6º A assinatura do formulário de identificação não impede o agente de apresentar defesa da autuação ou recurso perante o órgão de trânsito, às suas expensas, observados os prazos e procedimentos legais e a regulamentação municipal pertinente.

§ 7º Se a autuação for cancelada ou a penalidade afastada definitivamente, não será exigido ressarcimento. Caso o pagamento já tenha ocorrido, deverão ser adotadas as providências administrativas para sua restituição ou compensação.

§ 8º Não serão atribuídas ao motorista as multas relacionadas exclusivamente:
I - À falta de licenciamento ou regularização documental do veículo;
II - À propriedade, ao registro ou à conservação estrutural do veículo;
III - À ausência de equipamentos cuja instalação ou manutenção caiba à Administração;
IV - A outras obrigações legalmente impostas ao proprietário.

§ 9º A ressalva do § 8º não será aplicada quando ficar demonstrado que o agente contribuiu diretamente para a infração, deixou de comunicar irregularidade perceptível ou conduziu o veículo contrariando determinação expressa de não utilização.

§ 10. O empréstimo ou compartilhamento do identificador não autoriza a atribuição de pontuação a pessoa diversa do efetivo condutor, mas sujeitará o titular e o usuário indevido à apuração das respectivas responsabilidades administrativas e patrimoniais.

CAPÍTULO XI
DOS DANOS, ACIDENTES E USO IRREGULAR

Art. 11. O identificador individual não afasta a necessidade de apuração específica de acidentes, avarias, abastecimentos irregulares, desvios de rota, utilização não autorizada ou outros prejuízos relacionados ao uso do veículo.

Parágrafo único. A responsabilidade patrimonial, administrativa, civil ou penal dependerá da natureza do fato, do nexo entre a conduta e o resultado e da demonstração de dolo ou culpa, quando exigida pela legislação.

CAPÍTULO XII
DA DEVOLUÇÃO DO DISPOSITIVO

Art. 12. O identificador deverá ser imediatamente devolvido ao setor responsável nas seguintes situações:
I - Exoneração, demissão, aposentadoria ou encerramento do vínculo;
II - Afastamentos ou licenças;
III - Mudança de cargo, função ou lotação que dispense a condução de veículos;
IV - Suspensão ou perda da habilitação;
V - Substituição do dispositivo;
VI - Solicitação da chefia ou do setor responsável pela frota.

Parágrafo único. A devolução será formalizada mediante recibo, permanecendo o agente responsável pelo dispositivo até a efetiva entrega.

CAPÍTULO XIII
DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Art. 13. O empréstimo, a cessão, o compartilhamento, a adulteração, a omissão de extravio, a utilização de dispositivo alheio, a condução sem identificação ou qualquer tentativa de impedir ou falsear os registros do sistema constituem descumprimento das normas de regência e poderão ensejar:
I - Bloqueio do identificador;
II - Impedimento operacional para condução;
III - Apuração administrativa ou disciplinar;
IV - Ressarcimento dos prejuízos causados;
V - Responsabilização civil ou penal, quando cabível.

Parágrafo único. A aplicação de qualquer consequência sancionatória observará o regime jurídico aplicável ao agente e as garantias do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa.

CAPÍTULO XIV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. Os agentes públicos atualmente autorizados à condução de veículos oficiais deverão assinar Termo de Recebimento e Ciência das regras dispostas neste Decreto no ato da entrega do dispositivo.

Art. 15. O uso do identificador eletrônico estende-se aos servidores municipais legalmente autorizados à condução de veículos oficiais no desempenho de suas atribuições funcionais.

Parágrafo único. O disposto neste Decreto aplica-se integralmente aos servidores cujo cargo originário não seja o de motorista, desde que haja previsão ou autorização legal para a condução de veículos da frota.

Art. 16. Aplicam-se, no que for cabível, as disposições do Decreto Municipal nº 791, de 25 de agosto de 2026.

Art. 17. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Dado e passado no Gabinete do Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Astolfo Dutra/MG, Wesley Cordeiro de Souza, aos 26 dias do mês de agosto de 2026

REGISTRE-SE; PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

WESLEY CORDEIRO DE SOUZA
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO
TERMO DE RECEBIMENTO E CIÊNCIA
RASTREADORES DE VEÍCULOS – DECRETO Nº 792/2026

TERMO DE ENTREGA, GUARDA, USO E RESPONSABILIDADE DE IDENTIFICADOR ELETRÔNICO INDIVIDUAL DO SISTEMA DE RASTREAMENTO E GESTÃO DA FROTA MUNICIPAL

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE ASTOLFO DUTRA/MG, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, CNPJ nº 17.702/507/0001-90, sede do Paço Municipal à Praça Governador Valadares, 77, Centro, 36.780-000, por intermédio da Secretaria Municipal/Setor abaixo descrito, entrega ao agente público abaixo identificado o dispositivo eletrônico individual destinado à identificação do condutor perante o sistema de rastreamento, controle e gestão dos veículos da frota municipal.

I – IDENTIFICAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO
Nome: _____
Matrícula: _____
Cargo/Função: _____
Secretaria/Setor de lotação:_____
CNH nº: _____ Categoria: _____
Validade da CNH: _____/_____/_____

II – IDENTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO
Tipo: ☐Chaveiro eletrônico ☐Cartão ☐Tag ☐Outro: ____
Número/Código individual: _____
Número de série: _____
Data de entrega e ativação: _____/_____/_____
Estado de conservação: ☐ Novo ☐ Em perfeito funcionamento ☐ Outro: _
Valor estimado de reposição na data da entrega: R$ _____
Secretaria e/ou Setor responsável: _____

Pelo presente instrumento, DECLARO que:

I – Recebi o identificador eletrônico acima individualizado, em perfeitas condições de funcionamento e para uso estritamente funcional;

II – Tenho plena ciência das disposições do Decreto Municipal nº 792/2026, comprometendo-me a cumprir integralmente suas normas sobre a guarda, conservação, uso pessoal e intransferível do dispositivo, bem como sobre a identificação de condutor e responsabilidade por infrações de trânsito e danos ao patrimônio;

III – Comprometo-me a comunicar imediatamente ao setor competente qualquer perda, extravio, furto, roubo, dano ou defeito no equipamento, bem como qualquer alteração no status de minha Habilitação (CNH).

Este termo é assinado em duas vias de igual teor: Uma ficará com o agente público e a outra será arquivada no setor responsável pela gestão da frota.

Astolfo Dutra/MG, _____ de _____ de _____.

NOME/CARIMBO E ASSINATURA DO SERVIDOR

NOME/CARIMBO E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA ENTREGA

Publicado por:
Rodolpho da Silva Messias
Código Identificador:40585ED5

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTOLFO DUTRA
PORTARIA 221

PORTARIA/RH Nº 221, DE 08 DE AGOSTO DE 2026

NOMEIA PARA SERVIDOR(A) PARA CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O **PREFEITO DE ASTOLFO DUTRA/MG**, WESLEY CORDEIRO DE SOUZA, no uso de suas atribuições legais,

considerando a Lei Orgânica Municipal, considerando a Lei Complementar nº 02, de 26 de fevereiro de 1.999, bem como considerando as demais normas aplicáveis ao tema,

R E S O L V E:

Art. 1º. Nomear, a partir desta data, o Sr. FÁBIO ALAN REZENDE DA SILVA como ocupante do cargo em comissão de "Assessor de Serviços Urbanos".

Art. 2º. Determinar ao Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal de Astolfo Dutra/MG que adote todas as providências e anotações necessárias para efetivação do presente ato nos assentos funcionais do(a) doravante servidor(a).

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Dado e passado no Gabinete do Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Astolfo Dutra/MG, Wesley Cordeiro de Souza, aos 08 dias do mês de agosto de 2026

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

WESLEY CORDEIRO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodolpho da Silva Messias
Código Identificador:39C40F71

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DE MINAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DE MINAS
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DE MINAS – **RATIFICAÇÃO**, **ADJUDICAÇÃO e HOMOLOGAÇÃO**da Dispensa Emergencial nº 07/2026, Processo nº 73/2026. Objeto: Contratação de instituição especializada para prestação de serviços de acolhimento institucional, em modalidade de residência inclusiva ou equipamento equivalente, destinado ao atendimento de alta complexidade para pessoa com deficiência. O serviço deverá contemplar hospedagem, alimentação balanceada, acompanhamento multidisciplinar contínuo (cuidadores 24h, assistência de enfermagem e suporte nutricional) e atividades de convivência social, visando assegurar a proteção integral, saúde e dignidade da usuária em situação de vulnerabilidade, conforme as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).Empresa: **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PIRACEMA (APAE PIRACEMA) CNPJ nº 02.992.947/0001-51.**Valor Total: R$ 120.000,00. Vigência 12 meses.

Bela Vista de Minas, 26 de agosto de 2026.

SAMANTHA APARECIDA ÁVILA COSTA MAGALHÃES–
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Edilaine Pereira de Vasconcelos
Código Identificador:9F4CEDBF

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BICAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BICAS
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo nº 122/2026. **Modalidade Pregão Eletrônico nº 05/2026**. Objeto: registro de preços para a aquisição de suprimentos de informática para atender as necessidades das Secretarias Municipais. Após retificação do descritivo do item 2 (estabilizador), a sessão foi prorrogada para o **dia 08/09/2026, às 14h00min**. Os interessados poderão obter cópia do edital na Praça Raul Soares, nº 20, na cidade de Bicas ou acessar os endereços eletrônicos https://www.portaldecompraspublicas.com.br e http://www.bicas.mg.gov.br. Departamento de Licitações.
Processo nº 116/2026. **Modalidade Pregão Eletrônico nº 04/2026**. Objeto: registro de preços para a aquisição de material de higiene e limpeza para atender as demandas das Secretarias Municipais. A sessão inicialmente marcada para o **dia 27/08/2026, às 08h30min** está suspensa para adequação do edital. Nova data será publicada assim que concluída as retificações.

Publicado por:
Gustavo Pena Mazzoco
Código Identificador:7C82E7F9

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIQUINHAS

LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO

NÚMERO : 000086 / 2026 Processo Licitatório nº 00079 / 2026, Concorrência 000003 / 2026 que objetiva a contratação de empresa especializada para execução de obras de engenharia destinadas à construção de unidades habitacionais no Município de Biquinhas-MG, conforme o Termo de Compromisso SEPLAG/SCRPB nº 120857416/2025 no âmbito do projeto de "CONSTRUÇÃO D .
Contratada: CONSTRUTORA M ABREU LTDA, pessoa jurídica de direito privado estabelecida à Avenida Juca Cordeiro, n° 615 , Sala 01 Escritorio 02 CENTRO, João Pinheiro de MG , inscrita no CNPJ sob o n° 62.171.247/0001-28. Valor global de R$ 1.498.000,0000 (Um Milhão e Quatrocentos e Noventa e Oito Mil Reais). Dotação Orçamentária: 02.07.01.15.122.0021.2033.44905100. Vigência: 20 de Agosto de 2026 até 31 de Dezembro de 2027.

Publicado por:
Lorena Souza Oliveira Menezes
Código Identificador:DEF428F7

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIUVA

ASSESSORIA JURIDICA
DECRETO MUNICIPAL Nº 9.023/2026

DECRETO MUNICIPAL Nº 9.023/2026

"INSTITUI AS COMISSÕES MUNICIPAIS DE SELEÇÃO E DE JULGAMENTO DE RECURSOS DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA – FNHIS SUB-50, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOCAIUVA, Estado de Minas Gerais, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 86, inciso I da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO a necessidade de instituir as comissões responsáveis pela seleção dos beneficiários e pelo julgamento dos recursos administrativos no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – FNHIS Sub-50, no Município de Bocaiuva-MG;

CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 0670/2026/SMDS, datado de 27 de julho de 2026, subscrito pela Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, que solicita a edição de ato municipal para criação e composição das comissões responsáveis pela seleção e pelo julgamento de recursos dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida;

CONSIDERANDO os termos do Memorando nº 228/2026/SMG/GAB, datado de 29 de julho de 2026, subscrito pela Secretária Municipal de Governo, que solicita a edição de Decreto Municipal constituindo a Comissão Municipal de Seleção e Julgamento de Recursos dos Beneficiários do Programa Minha Casa

Minha Vida, conforme composição encaminhada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;
CONSIDERANDO o Edital nº 001/2026, referente ao chamamento para inscrição e cadastramento no Programa Minha Casa Minha Vida – FNHIS Sub-50, que disciplina o processo de seleção e prevê a atuação da Comissão Municipal de Seleção e da Comissão Municipal de Recursos Administrativos;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam instituídas, no âmbito do Município de Bocaiuva-MG, para atuação no processo seletivo regido pelo Edital nº 001/2026, as seguintes comissões:
I - Comissão Municipal de Seleção dos Beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida; e
II - Comissão Municipal de Recursos Administrativos do Programa Minha Casa Minha Vida.
Art. 2º - A Comissão Municipal de Seleção dos Beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida será composta pelos seguintes membros:

I.MEMBROS TITULARES

NOME	CARGO	MATRÍCULA	CPF
IZABELLA TORRES QUEIROGA	PRESIDENTE	15691	084.***.***-**
CLAUDINÉIA RIBEIRO	VICE-PRESIDENTE	2512	056.***.***-**
THAIS FRANCIELLY ALVES CARDOSO	SECRETÁRIA	15702	092.***.***-**
NICILVÂNIA PEREIRA DE OLIVEIRA	MEMBRO	15690	040.***.***-**
CAIO PITTERSON SILVA	MEMBRO	15722	082.***.***-**

II - MEMBROS SUPLENTES:

NOME	CARGO	MATRÍCULA	CPF
ODAIR JOSÉ DOS SANTOS	SUPLENTE	21165	006.***.***-**
CAMILLA TAVARES MURTA ALVES	SUPLENTE	21397	134.***.***-**
MAYRE DE CÁSSIA OLIVEIRA	SUPLENTE	17332	057.***.***-**
CHARD ANGÉLICA VIEIRA NOGUEIRA	SUPLENTE	7204	986.***.***-**
CARLOS ROBERT DIAS MELO	SUPLENTE	15648	120.***.***-**

Art. 3º - Compete à Comissão Municipal de Seleção dos Beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida:

I - Coordenar os processos de seleção das famílias candidatas ao programa habitacional;

II - Analisar inscrições, formulários e documentação apresentada;

III - Verificar o enquadramento das famílias nos critérios legais estabelecidos para o programa habitacional;

IV - Realizar consultas e cruzamentos de informações em sistemas oficiais;

V - Elaborar as listas preliminares e definitivas dos beneficiários;

VI - Emitir pareceres e registros técnicos necessários à instrução dos processos;

VII - Encaminhar os resultados para publicação oficial;

VIII - Assegurar a observância dos critérios de seleção e da legislação vigente;

IX - Encaminhar dossiês à Caixa Econômica Federal.

Art. 4º - A Comissão Municipal de Recursos Administrativos do Programa Minha Casa Minha Vida será composta pelos seguintes membros:

I - MEMBROS TITULARES:

NOME	CARGO	MATRÍCULA	CPF
VIVIANE PEREIRA SOARES	PRESIDENTE	15749	071.***.***-**
RENATO PEREIRA COSTA	VICE-PRESIDENTE	21143	042.***.***-**
WILLIAN GUILHERME SILVA ALFREDO	MEMBRO	20468	096.***.***-**

II - MEMBROS SUPLENTES:

NOME	CARGO	MATRÍCULA	CPF
ANA CÁSSIA FONSECA MAIA	SUPLENTE	15380	073.***.***-**
MARNEY APARECIDA DE OLIVEIRA PAULINO	SUPLENTE	15619	040.***.***-**
LIDIANE GOMES COSTA	SUPLENTE	20447	069.***.***-**

Art. 5º - Compete à Comissão Municipal de Recursos Administrativos do Programa Minha Casa Minha Vida:

I - Receber, analisar e julgar os recursos administrativos apresentados pelas(os) candidatas(os);

II - Solicitar documentação complementar, quando necessário;

III - Reavaliar decisões da Comissão Municipal de Seleção;

IV - Emitir parecer conclusivo sobre os recursos interpostos;

V - Deliberar pela manutenção ou revisão das decisões recorridas;
VI - Garantir o contraditório e a ampla defesa.
VII - Apreciar as impugnações ao Edital nº 001/2026, nos termos nele previstos.
Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bocaiuva-MG, 26 de agosto de 2026.

ROBERTO JAIRO TORRES
Prefeito Municipal de Bocaiuva-MG

Publicado por:
Patrocino Caetano de Oliveira Neto
Código Identificador:2AB80E73

ASSESSORIA JURIDICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 150/2026

PORTARIA MUNICIPAL Nº 150/2026

"INSTAURA SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, CUJOS TRABALHOS SERÃO CONDUZIDOS PELA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, NOMEADA ATRAVÉS DA PORTARIA MUNICIPAL DE Nº 112/2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOCAIÚVA, Estado de Minas Gerais, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por Lei, na forma dos artigos 164 e 166 da Lei Municipal de nº 3.266, de 03 de setembro de 2007 - Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bocaiuva-MG, e

CONSIDERANDOo teor do Ofício nº 993/SM/TTIP, subscrito pelo Secretário Municipal de Transporte, Trânsito e Iluminação Pública, por meio do qual solicita a adoção das providências cabíveis e, caso comprovada a responsabilidade do Município, a restituição de eventual dano material causado ao veículo automotor FORD / KA SE AT 1.5 SD C, placa QPO8G48, de propriedade da Sra. Suellen Thais Leite Morais, inscrita no CPF sob o nº 068.***.***.-**, conforme registrado no REDS nº 2026-029735454-001, no qual consta relato de prejuízo financeiro decorrente de danos materiais à lataria do referido

veículo, supostamente ocasionados por servidor público municipal durante a operação e/ou condução de máquina pá-carregadeira;
CONSIDERANDOos termos do Memorando nº 260/2026/SMG/GAB, de 20 de agosto de 2026, subscrito pela Secretária Municipal de Governo, por meio do qual solicita a instauração de sindicância administrativa destinada à apuração de eventual responsabilidade do Município em razão de fato ocorrido no dia 29 de junho de 2026, durante a execução de serviço público realizado pela Secretaria Municipal de Transporte, Trânsito e Iluminação Pública - SMTTIP, com a utilização de máquina pá-carregadeira, na Rua Padre Pedro, bairro Bonfim, município de Bocaiuva-MG, nas proximidades da Tenda da Amizade;

CONSIDERANDO, por fim, que o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa constituem garantias asseguradas pela Constituição Federal de 1988, cuja observância é obrigatória no âmbito dos processos administrativos;

RESOLVE:

Art. 1º - DETERMINARa instauração de**SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA**, destinada à apuração dos fatos descritos no Ofício nº 993/SM/TTIP, subscrito pelo Secretário Municipal de Transporte, Trânsito e Iluminação Pública, bem como à identificação do servidor público responsável pela operação e/ou condução de máquina pá-carregadeira durante a execução de serviço público realizado no dia 29 de junho de 2026, na Rua Padre Pedro, bairro Bonfim, no Município de Bocaiuva, nas proximidades da Tenda da Amizade, ocasião em que teriam sido ocasionados supostos danos materiais à lataria de veículo automotor, conforme relato constante do REDS nº 2026-029735454-001.
Parágrafo Único - A sindicância tem por finalidade verificar a eventual responsabilidade civil objetiva do Município pelos danos materiais supostamente causados ao veículo automotor FORD / KA SE AT. 1.5 SD C, placa: QPO8G48, de propriedade da Sra. Suellen Thais Leite Morais, inscrita no CPF sob o nº 068.***.***.-**, possibilitando, caso constatados os pressupostos legais, a adoção das medidas administrativas cabíveis para a reparação do dano, sem prejuízo da apuração de eventual responsabilidade funcional do agente envolvido e do exercício do direito de regresso pelo Município, na forma da legislação aplicável.
Art. 2º - Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, fica designada a Comissão de Sindicância, nomeada através da Portaria Municipal nº 112/2026, posteriormente alterada pela Portaria Municipal nº 129/2026.
Art. 3º - Para o desempenho de suas atribuições, a Comissão de Sindicância terá acesso a toda a documentação necessária à elucidação dos fatos, podendo promover as diligências que entender necessárias, bem como requisitardocumentos, colher depoimentos, realizar convocações e determinar a produção das provas pertinentes à completa instrução do feito, sem prejuízo das atribuições previstas no artigo 4º da Portaria Municipal nº 112, de 02 de julho de 2026.

Art. 4º - A Comissão de Sindicância terá o prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos e apresentar relatório final circunstanciado a autoridade competente, podendo o referido prazo ser prorrogado, uma única vez, por igual período, a critério da autoridade superior, nos termos do art. 166, parágrafo único da Lei Municipal nº 3.266/2007 - Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bocaiuva-MG.

Parágrafo Único - Na condução dos trabalhos, a Comissão deverá assegurar aos interessados o exercício do contraditório e da ampla defesa, em estrita observância ao disposto no art. 174 da Lei Municipal nº 3.266/2007.
Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Bocaiúva-MG, 26 de agosto de 2026

ROBERTO JAIRO TORRES
Prefeito Municipal de Bocaiúva-MG

Publicado por:
Patrocino Caetano de Oliveira Neto
Código Identificador:C3AC5609

ASSESSORIA JURIDICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 151/2026

PORTARIA MUNICIPAL Nº 151/2026

"Instaura Processo Administrativo para apuração de descumprimento contratual imputada à empresa ARG COMERCIAL LTDA, CNPJ nº 55.848.555/0001-80, referente à Ata de Registro de Preços nº 139/2025, e dá outras providências**".**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BOCAIUVA**, Estado de Minas Gerais, no exercício das atribuições legais, e

CONSIDERANDO a necessidade de o Município de Bocaiuva instaurar processo administrativo para apuração de infrações praticadas em processos licitatórios e contratos administrativos, por pessoas físicas e/ou jurídicas, em sede de licitações, atas de registro de preços, dispensas, inexigibilidades, contratações ou execuções de objetos pactuados;

CONSIDERANDO o Memorando nº 851/2026/SME, subscrito pela Secretária Municipal de Educação, que relata irregularidades na qualidade das carnes fornecidas, apresentando desconformidades para o consumo, como quantidades excessivas de gordura e presença de material plástico, no âmbito da Ata de Registro de Preços nº 139/2025;

CONSIDERANDO o Ofício nº 268/2026/SMG/GAB, subscrito pela Secretária Municipal de Governo, que requer a instauração de processo administrativo para apuração de infrações e aplicação de sanções em desfavor da referida empresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Instaurar Processo Administrativo com o objetivo de apurar os fatos relacionados ao descumprimento contratual quanto à qualidade dos produtos entregues na Ata de Registro de Preços nº 139/2025 (Pregão Eletrônico nº 38/2025 e Processo Licitatório nº 74/2025), formalizada com a empresa ARG COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 55.848.555/0001-80.

Art. 2º - A Comissão Processante será constituída por 03 (três) integrantes designados pelo Prefeito Municipal, nos termos da Portaria Municipal nº 112/2026;
Art. 3º - São atribuições da Comissão de Apuração de Responsabilidade a instrução do feito, a garantia do contraditório e da ampla defesa, a elaboração de relatório final versando sobre a materialidade das infrações e a recomendação quanto à rescisão unilateral e aplicação de sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

I - Identificação da suposta infração;
II - Autuação de processo administrativo específico;
III - Comunicação ao contratado para ciência e apresentação de justificativa prévia referente à suposta infração;
IV - Instrução do feito, com produção dos meios de prova pertinentes;
V - Elaboração de Relatório Final;
VI - Ciência ao contratado do inteiro teor do Relatório Final, para apresentação, caso queira, de Defesa Final, na forma de memorial;
VII - Remessa dos autos à autoridade competente, para decisão ou adoção de outras providências que repute necessárias.

Art. 4º - Os serviços da presente Comissão serão prestados sem ônus aos cofres municipais, porém considerados de relevância pública.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bocaiúva-MG, 26 de agosto de 2026

ROBERTO JAIRO TORRES
Prefeito Municipal de Bocaiúva – MG

Publicado por:
Patrocino Caetano de Oliveira Neto
Código Identificador:E1773E21

ASSESSORIA JURIDICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 152/2026

PORTARIA MUNICIPAL Nº 152/2026

"Instaura Processo Administrativo para apuração de descumprimento contratual imputada à empresa FRIGORÍFICO CALAFATE LTDA, CNPJ nº 41.902.610/0003-20, referente à Ata de Registro de Preços nº 334/2025, e dá outras providências".

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BOCAIUVA**, Estado de Minas Gerais, no exercício das atribuições legais, e

CONSIDERANDO a necessidade de o Município de Bocaiuva instaurar processo administrativo para apuração de infrações praticadas em processos licitatórios e contratos administrativos, por pessoas físicas e/ou jurídicas, em sede de licitações, atas de registro de preços, dispensas, inexigibilidades, contratações ou execuções de objetos pactuados;

CONSIDERANDO o Memorando nº 843/2026/SME, subscrito pela Secretária Municipal de Educação, que relata irregularidades na qualidade das carnes fornecidas, apresentando desconformidades para o consumo, como quantidades excessivas de gordura e presença de material plástico, no âmbito da Ata de Registro de Preços nº 334/2025;

CONSIDERANDO o Ofício nº 267/2026/SMG/GAB, subscrito pela Secretária Municipal de Governo, que requer a instauração de processo administrativo para apuração de infrações e aplicação de sanções em desfavor da referida empresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Instaurar Processo Administrativo com o objetivo de apurar os fatos relacionados ao descumprimento contratual quanto à qualidade dos produtos entregues na Ata de Registro de Preços nº 334/2025 (Pregão Eletrônico nº 84/2025 e Processo Licitatório nº 166/2025), formalizada com a empresa FRIGORÍFICO CALAFATE LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 41.902.610/0003-20.

Art. 2º - A Comissão Processante será constituída por 03 (três) integrantes designados pelo Prefeito Municipal, nos termos da Portaria Municipal nº 112/2026;
Art. 3º - São atribuições da Comissão de Apuração de Responsabilidade a instrução do feito, a garantia do contraditório e da ampla defesa, a elaboração de relatório final versando sobre a materialidade das infrações e a recomendação quanto à rescisão unilateral e aplicação de sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

I - Identificação da suposta infração;
II - Autuação de processo administrativo específico;
III - Comunicação ao contratado para ciência e apresentação de justificativa prévia referente à suposta infração;
IV - Instrução do feito, com produção dos meios de prova pertinentes;
V - Elaboração de Relatório Final;
VI - Ciência ao contratado do inteiro teor do Relatório Final, para apresentação, caso queira, de Defesa Final, na forma de memorial;
VII - Remessa dos autos à autoridade competente, para decisão ou adoção de outras providências que repute necessárias.
Art. 4º - Os serviços da presente Comissão serão prestados sem ônus aos cofres municipais, porém considerados de relevância pública.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bocaiúva-MG, 26 de agosto de 2026

ROBERTO JAIRO TORRES
Prefeito Municipal de Bocaiúva – MG

Publicado por:
Patrocino Caetano de Oliveira Neto
Código Identificador:A867E834

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA PENHA

MUNICIPIO DE BOM JESUS DA PENHA
EXTRATO DE EDITAL

AVISO DE PUBLICAÇÃO EDITAL

Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Penha- Aviso de Licitação.**Processo n° 131/2026, Concorrência n° 12/2026**. Objeto: Contratação para execução de obra de engenharia destinada à construção de uma nova portaria/guarita no Município de Bom Jesus da Penha/MG, compreendendo o fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas e demais insumos necessários à perfeita execução dos serviços, conforme projeto, memorial descritivo, planilha orçamentária, especificações técnicas, local de execução e demais documentos integrantes do processo, em atendimento à Transferência Especial nº 1491000633/2026. A sessão pública desta Concorrência Eletrônica será realizada no dia 15/09/2026 às 08:00 horas, perante o sistema eletrônico provido pelo(a)**AMM Licita** no endereço eletrônico**https://app2.licitardigital.com.br/pesquisa**. O Edital estará disponível através dos Sites: https://app2.licitardigital.com.br/pesquisa, https://bomjesusdapenha.mg.gov.br/ eno Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Informações pelo telefone (35) 99826-9915ou Email:licitacao@bomjesusdapenha.mg.gov.br.

Bom Jesus da Penha,26/08/2026

DANIEL RUBENS GALLI
Agente de Contratação

Publicado por:
Jayne Luisa Tomé114.992.946-46
Código Identificador:5A40E6EE

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO – CREDENCIAMENTO 001/2026

ADJUDICAÇÃO
ADJUDICO o objeto desta licitação a(s) empresa(s):
ROMANO DERMATOLOGIA LTDA, INSCRITA NO CNPJ 61.703.423/0001-62 Credenciou para o Item 03 – Dermatologista no valor de R$ 115,44 (cento e quinze reais e quarenta e quatro centavos) por consulta.

Empresa(s) essa(s) devidamente classificada(s) no Processo Licitatório 012/2026, referente a escolha da proposta mais vantajosa para contratação de empresa especializada para **CREDENCIAMENTO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIDADES MÉDICAS, A FIM DE ATENDER OS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DE BORDA DA MATA/MG.**

Borda da Mata/MG 26 de agosto de 2026.

JOSÉ EPAMINONDAS DA SILVA
Chefe de Gabinete

HOMOLOGAÇÃO
Tendo em vista o que consta nos autos do Processo Licitatório 012/2026 e diante do resultado apresentado pela Comissão

Permanente de Licitação, HOMOLOGO o presente certame, para todos os efeitos previstos em Lei.

Borda da Mata/MG 26 de agosto de 2026.

JOSÉ EPAMINONDAS DA SILVA
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Marco Antonio Rocha Villibor
Código Identificador:1F6A5EF7

PREFEITURA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA
ATA DE JULGAMENTO PROCESSO LICITATÓRIO 012/2026
INEXIGIBILIDADE 010/2026 CREDENCIAMENTO 001/2026

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIDADES MÉDICAS, A FIM DE ATENDER OS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DE BORDA DA MATA/MG CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

Aos vinte e um dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis, Marco Antônio Rocha Villibor, Agente de Contratação da Prefeitura Municipal de Borda da Mata, situada na Praça Antônio Megale, 86 – Centro, Borda da Mata/MG, regularmente nomeado pela portaria nº 001/2025 para recebimento dos documentos de habilitação do Processo Licitatório em epigrafe.

A empresa **ROMANO DERMATOLOGIA LTDA**, inscrita no CNPJ 61.703.423/0001-62 se credenciou através do e-mail no dia 26/08/2026 com a documentação de habilitação para credenciamento no Item 03 – Dermatologista, a fim de viabilizar o credenciamento, observando-se as exigências previstas no instrumento convocatório.

Após conferencia da documentação apresentada pelas empresas constatou-se que:
Para o **Item 03 – Dermatologista**, o edital estabeleceu quantitativo estimado de **900 consultas para o período de 12 (doze) meses**, ao valor unitário de **R$ 115,44**, correspondendo a uma estimativa global de **R$ 103.896,00** para o período, não significando, contudo, que tal quantitativo ou valor será necessariamente executado ou contratado individualmente por cada profissional ou empresa credenciada.
A natureza do credenciamento pressupõe a possibilidade de existência de **mais de um prestador apto e credenciado para o mesmo serviço**, cabendo à Administração realizar a distribuição dos atendimentos conforme os critérios objetivos estabelecidos no edital.
Registra-se que, anteriormente à análise da documentação da empresa **ROMANO DERMATOLOGIA LTDA**, inscrita no CNPJ 61.703.423/0001-62 já havia profissional habilitada e credenciada para a especialidade de Dermatologia.
Assim, com o eventual credenciamento da empresa ora analisada, passarão a existir **duas prestadoras credenciadas para o Item 03**, ficando o quantitativo estimado de atendimentos sujeito à distribuição entre as credenciadas, na forma prevista no instrumento convocatório.
Ressalta-se que o quantitativo de 900 consultas constitui **estimativa global da Administração para o período de 12 meses**, não representando direito subjetivo de qualquer credenciada à execução integral desse quantitativo.
Da mesma forma, o eventual ingresso de novos profissionais ou empresas que atendam aos requisitos do edital poderá resultar em nova distribuição dos atendimentos, sempre observados os critérios objetivos previamente estabelecidos pela Administração.
Consequentemente, a empresa **ROMANO DERMATOLOGIA LTDA**, inscrita no CNPJ 61.703.423/0001-62 não possui garantia de execução de quantidade mínima ou determinada de consultas, salvo se houver previsão expressa nesse sentido no instrumento convocatório, ficando sua atuação condicionada à efetiva demanda dos serviços e às regras de distribuição estabelecidas.
DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA O ITEM 03
O Item 03 corresponde à prestação de serviços de **consulta médica especializada em Dermatologia**, devendo cada consulta possuir duração mínima de 15 (quinze) minutos e máxima de 30 (trinta) minutos, com registro no sistema e-SUS.
Para a execução do serviço, o edital estabeleceu que o profissional deverá possuir:
Diploma ou Certificado de Conclusão do Ensino Superior no Curso de Medicina;
Registro de Qualificação de Especialista – RQE em Dermatologia; e registro ativo perante o Conselho Regional de Medicina – CRM.
A documentação apresentada pela empresa foi analisada pela Administração, verificando-se a comprovação dos requisitos profissionais necessários à execução dos serviços correspondentes ao Item 03.
DA NÃO EXIGÊNCIA DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA PARA O ITEM 03
No que se refere à comprovação de capacidade técnico-operacional, o subitem **6.4.1.1.1, alínea "b"**, do edital estabeleceu expressamente:
"A empresa deve possuir atestado de capacidade técnica abrangendo as especialidades dos itens 1, 4, 5, 6, 7 e 8, conforme § 1º, Artigo 67 da Lei Federal nº 14.133/2021."
Verifica-se que o próprio instrumento convocatório **delimitou expressamente as especialidades sujeitas à exigência de atestado de capacidade técnica**, tendo indicado os itens **1, 4, 5, 6, 7 e 8**.
O **Item 03 – Dermatologista não consta desse rol**.
A exigência de documentação de habilitação deve observar os limites estabelecidos no instrumento convocatório, não sendo admissível, na fase de julgamento, criar requisito ou ampliar exigência que não foi estabelecida previamente no edital.
Tal entendimento decorre dos princípios previstos no art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente os princípios da **legalidade, igualdade, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, julgamento objetivo, segurança jurídica e vinculação ao edital**.
Além disso, o art. 67, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021 estabelece que a exigência de atestados deve ficar restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação.
Dessa forma, considerando que a própria Administração, ao elaborar o edital, definiu objetivamente que a comprovação mediante atestado abrangeria as especialidades correspondentes aos **itens 1, 4, 5, 6, 7 e 8**, não cabe ao Agente de Contratação exigir posteriormente atestado específico para a especialidade do **Item 03**.
A exigência posterior de atestado para Dermatologia representaria alteração das regras originalmente estabelecidas no procedimento e poderia comprometer a isonomia e a competitividade, na medida em que criaria condição não prevista no instrumento convocatório.
Assim, **a ausência de atestado de capacidade técnica especificamente relacionado ao Item 03 não constitui motivo para inabilitação da empresa ROMANO DERMATOLOGIA LTDA.**
DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA
O edital estabeleceu, em seu subitem **6.3.2**, a apresentação do balanço patrimonial, demonstração de resultado do exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, ressalvadas as hipóteses previstas no próprio edital.
O subitem **6.3.3** estabeleceu a comprovação da boa situação financeira mediante os índices de Liquidez Geral – LG, Solvência Geral – SG e Liquidez Corrente – LC.
O subitem **6.3.4** estabeleceu a apresentação de declaração assinada por profissional habilitado da área contábil quanto ao atendimento dos índices econômicos previstos no edital.
Por sua vez, o subitem **6.3.5** estabeleceu:
"Comprovação de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação."
A empresa **ROMANO DERMATOLOGIA LTDA, INSCRITA NO CNPJ 61.703.423/0001-62**apresentou comprovação de capital social no valor de **R$ 10.000,00**.
Registra-se, entretanto, que o quantitativo de **900 consultas** previsto para o Item 03 corresponde a uma **estimativa global para 12 meses**, destinada ao conjunto dos prestadores que vierem a ser credenciados para a especialidade, não constituindo quantitativo individual assegurado à empresa.
A Administração já possui profissional credenciada para a especialidade e, com o credenciamento da empresa ROMANO DERMATOLOGIA LTDA., o quantitativo estimado de consultas será compartilhado/distribuído entre as prestadoras, conforme os critérios estabelecidos no edital.
Dessa forma, a mera divisão matemática do quantitativo global de 900 consultas pelo número de credenciadas **não representa**

necessariamente o quantitativo individual de cada contratada, tampouco constitui garantia de execução.

A análise do requisito previsto no subitem 6.3.5 deve, portanto, observar a metodologia de estimativa estabelecida no edital e a própria natureza do procedimento de credenciamento, não podendo ser atribuído à empresa, para fins de habilitação, quantitativo individual que não tenha sido previamente assegurado pela Administração.

DO FORMALISMO MODERADO E DA POSSIBILIDADE DE SANEAMENTO

A Lei Federal nº 14.133/2021 estabelece mecanismos destinados a permitir o saneamento de falhas formais durante o procedimento, desde que preservadas a isonomia, a segurança jurídica e a vinculação ao instrumento convocatório.

O art. 64 da Lei nº 14.133/2021 admite, mediante diligência, a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados e a comprovação de fatos existentes à época da abertura do certame, desde que não se altere a substância dos documentos ou a situação jurídica do licitante.

Nesse contexto, eventual ausência formal, inconsistência ou necessidade de esclarecimento documental deve ser analisada de maneira proporcional à finalidade da exigência, evitando-se tanto o formalismo excessivo quanto a flexibilização indevida das regras do edital.

O princípio do formalismo moderado não autoriza a Administração a deixar de observar requisito efetivamente previsto no edital, mas permite que sejam saneadas falhas formais ou esclarecidas informações quando a condição exigida já existia e pode ser comprovada documentalmente.

No presente caso, a análise deve considerar a natureza do credenciamento, a inexistência de garantia de execução integral do quantitativo global e a necessidade de preservação da competitividade, sem afastar os requisitos efetivamente estabelecidos no instrumento convocatório.

DA OBSERVÂNCIA À ISONOMIA ENTRE OS CREDENCIADOS

O credenciamento possui característica própria de admissão de múltiplos prestadores que atendam às condições estabelecidas no edital.

Assim, a habilitação da empresa **ROMANO DERMATOLOGIA LTDA, INSCRITA NO CNPJ 61.703.423/0001-62**para o Item 03 não representa concessão de exclusividade, preferência ou garantia de quantitativo determinado de consultas.

A empresa será inserida na relação de prestadores habilitados para a especialidade, juntamente com os demais profissionais ou empresas que atendam aos requisitos estabelecidos no edital.

A distribuição dos atendimentos deverá ocorrer de acordo com os critérios previamente definidos pela Administração, de forma objetiva e isonômica, evitando favorecimento individual e assegurando tratamento equivalente entre os credenciados.

Caso novos prestadores sejam posteriormente credenciados para a mesma especialidade, estes também deverão integrar a sistemática de distribuição prevista no edital, sem que o ingresso da empresa ora analisada lhe assegure preferência ou quantitativo fixo.

DA DECISÃO

Diante da análise realizada, considerando:

a) que a empresa **ROMANO DERMATOLOGIA LTDA, INSCRITA NO CNPJ 61.703.423/0001-62** requereu credenciamento especificamente para o **Item 03 – Dermatologista**;

b) que o Item 03 possui quantitativo estimado global de **900 consultas para o período de 12 meses**, não representando garantia de execução integral ou individual para qualquer credenciada;

c) que já existe profissional credenciada para a especialidade de Dermatologia e que a inclusão da empresa ora analisada ampliará o número de prestadores aptos à execução do serviço;

d) que o quantitativo será distribuído entre os prestadores credenciados de acordo com os critérios objetivos estabelecidos no edital;

e) que a documentação profissional apresentada demonstra o atendimento aos requisitos exigidos para o exercício da especialidade de Dermatologia, especialmente quanto à formação médica, CRM e RQE;

f) que a exigência de atestado de capacidade técnica prevista no subitem 6.4.1.1.1, alínea "b", foi expressamente direcionada aos **itens 1, 4, 5, 6, 7 e 8**, não abrangendo o Item 03;

g) que não é juridicamente adequado criar, durante a fase de habilitação, exigência de atestado não prevista para a especialidade do Item 03;

h) que a empresa comprovou capital social de **R$ 10.000,00**, devendo a análise do requisito econômico-financeiro observar a metodologia estabelecida no edital e a natureza global e estimativa do quantitativo do credenciamento;

i) que eventual necessidade de esclarecimento ou saneamento documental deve observar os limites do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021;

j) e considerando os princípios da legalidade, isonomia, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, julgamento objetivo, segurança jurídica, eficiência, interesse público e vinculação ao instrumento convocatório;

DECIDE-SE PELA HABILITAÇÃO DA EMPRESA ROMANO DERMATOLOGIA LTDA, INSCRITA NO CNPJ 61.703.423/0001-62PARA O ITEM 03 – DERMATOLOGISTA, reconhecendo-se sua aptidão para integrar o rol de prestadores credenciados, observadas integralmente as condições estabelecidas no edital.

O presente credenciamento **não implica garantia de contratação de quantitativo mínimo ou determinado de consultas**, ficando a execução dos serviços condicionada à demanda da Administração, à disponibilidade orçamentária, às regras de distribuição estabelecidas no edital e à ordem/sistemática de atendimento definida para os prestadores credenciados.

Registra-se, ainda, que eventual credenciamento posterior de novos prestadores para a especialidade de Dermatologia não prejudicará a habilitação da empresa, devendo os novos credenciados ser submetidos aos mesmos requisitos e à mesma sistemática objetiva de distribuição dos serviços.

Por fim, determina-se o prosseguimento do procedimento de credenciamento, com a inclusão da empresa **ROMANO DERMATOLOGIA LTDA, INSCRITA NO CNPJ 61.703.423/0001-62** no rol de prestadores habilitados para o **Item 03 – Dermatologista**, observadas as demais disposições do edital e da legislação aplicável.

A empresa **ROMANO DERMATOLOGIA LTDA, INSCRITA NO CNPJ 61.703.423/0001-62** apresentou no dia 26/08/2026 os documentos solicitados para credenciamento e assinatura do Contrato Administrativo de Prestação de Serviços para o Item 03 – Dermatologista.

Considerando a necessidade da continuidade da prestação dos serviços, informa-se que os licitantes devidamente aptos, após a assinatura do termo de credenciamento (contrato) já iniciaram a execução das atividades.

Nada mais havendo digno de registro, nem a tratar, foi encerrada a sessão, lavrando-se a presente Ata, que vai assinada pelo Agente de Contratação e pela Equipe de Apoio, sendo posteriormente disponibilizada no sítio oficial do Município.

Publicar-se-á a decisão nos meios de comunicações oficiais da Prefeitura Municipal de Borda da Mata.

Borda da Mata, 26 de agosto de 2026.

MARCO ANTONIO ROCHA VILLIBOR
Agente de Contratação

Publicado por:
Marco Antonio Rocha Villibor
Código Identificador:1A5A223E

PREFEITURA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO – DISPENSA Nº 065/2026 SERVIÇO DE ACOLHIMENTO E ABRIGO DE ANIMAIS

O Município de Borda da Mata, torna público aos interessados, que nos termos do Art. 75, Inciso II da Lei nº 14.133/2021, estará

recebendo de pessoas jurídicas do ramo, por e-mail ou protocolo presencial em sua sede, entre os dias 28/08/2026 ao dia 02/09/2026, proposta de preços, para dispensa de licitação, pelo menor preço ofertado, para **"DISPENSA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO E ABRIGO DE ANIMAIS ABANDONADOS DO MUNICIPIO DE BORDA DA MATA",** a documentação inerente a habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, deverão ser apresentadas concomitantemente à apresentação da proposta, a empresa deverá encaminhar/protocolar a documentação prevista no item 14 do Termo de Referência e em seus respectivos subitens, sob pena de inabilitação. O Termo de Referência, encontra-se disponível no site: http://www.bordadamata.mg.gov.br. O e-mail de contato para fins de recebimento das cotações é marco-licitacao@bordadamata.mg.gov.br e/ou licitacao@bordadamata.mg.gov.br . A contratação será regida pela Lei nº 14.133/2021.

Borda da Mata, 26 de agosto de 2026

MARCO ANTONIO ROCHA VILLIBOR
Agente de Contratação

Publicado por:
Marco Antonio Rocha Villibor
Código Identificador:FCD482D3

PREFEITURA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 196/2026

Município de Borda da Mata – MG Processo nº 012/2026. Modalidade de Inexigibilidade nº 010/2026. Credenciamento nº 001/2026. Objeto: credenciamento é a contratação de empresas especializadas para prestação de serviços de especialidades médicas, a fim de atender os usuários do Sistema Único de Saúde de Borda da Mata/MG, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos. Credenciado: **ROMANO DERMATOLOGIA LTDA, INSCRITA NO CNPJ 61.703.423/0001-62** Credenciou para o Item 03 – Dermatologista no valor de R$ 115,44 (cento e quinze reais e quarenta e quatro centavos) por consulta. Assinatura: 21/08/2026. Vigência: 21/08/2026 a 21/08/2027.

Borda da Mata/MG 21 de agosto de 2026.

SILVIO MONTEIRO DE CARVALHO NETO
Secretaria Municipal de Saúde

Publicado por:
Marco Antonio Rocha Villibor
Código Identificador:53C02B88

PREFEITURA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA
RETIFICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2026
PREGÃO ELETRÔNICO COMPRAS NET CONTRATAÇÃO Nº /2026 - UASG 984165

O Município de Borda da Mata/MG, por meio de seu Pregoeiro, informa que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, cujo objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para o REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE RAÇÕES E PRODUTOS DE USO VETERINÁRIO, INCLUINDO VERMÍFUGOS E ANTIPARASITÁRIOS DESTINADOS AO CONTROLE DE PARASITAS INTERNOS E EXTERNOS EM CÃES E GATOS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Abertura da sessão: 15/09/2026 às 09:00. O edital está disponibilizado no site www.bordadamata.mg.gov.br e Portal de compras do Governo Federal pelo site www.comprasnet.gov.br. Informações (35) 3592-0200.

Borda da Mata/MG, 26 de agosto de 2026.

MARCO ANTONIO ROCHA VILLIBOR
Pregoeiro

Publicado por:
Marco Antonio Rocha Villibor
Código Identificador:4FF04E84

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAZÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAZÓPOLIS
COMISSÃO DE LICITAÇÃO -
CANCELAMENTO/REVOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 126/2026 DISPENSA Nº 040/2026

O Município deBrazópolis, por intermédioda Comissão de Licitações, nomeada pelasPortarias nº 020/2026, tornapúblico o**CANCELAMENTO/REVOGAÇÃO** do Processo Licitatórionº 126/2026–Dispensa nº040/2026, cujo objetoé a **CONTRATAÇÃO DE UM QUIMICO, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TRATAMENTO E ABASTECIMENTO DE AGUA DO DISTRITO DE LUMINOSA E FLORESTA, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUARIA ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE**. Após as solicitações conforme Parecer Jurídico e Decisão Administrativa, novo processo será redigido e dado publicidade dos seus Atos.

Brazópolis, 26 de agosto de 2026.

Publicado por:
Juliana Alves de Freitas
Código Identificador:8C751364

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAZÓPOLIS
DECISÃO ADMINISTRATIVA - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 126/2026 DISPENSA Nº 040/2026

DECISÃO ADMINISTRATIVA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 126/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 040/2026
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 108/2026
CONTRATADA: MARIA DARA VILAS BOAS GONZAGA

OBJETO: Contratação de profissional da área de Química para execução de serviços de tratamento e abastecimento de água dos Distritos de Luminosa e Floresta.

DECISÃO DE EXTINÇÃO CONSENSUAL DO CONTRATO, REVOGAÇÃO DOS EFEITOS REMANESCENTES DO PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO E DETERMINAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE NOVO CERTAME

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BRAZÓPOLIS/MG**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, após análise dos autos do Processo Licitatório nº 126/2026 – Dispensa de Licitação nº 040/2026, do Contrato Administrativo nº 108/2026 e dos fatos supervenientes ocorridos após a conclusão do procedimento de contratação,
CONSIDERANDO que o Processo Licitatório nº 126/2026 teve por objeto a contratação de profissional da área de Química para execução de serviços de tratamento e abastecimento de água dos Distritos de Luminosa e Floresta;
CONSIDERANDO que o Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência estabeleceram, dentre os requisitos de qualificação, a apresentação de diploma ou certificado de conclusão de Curso Superior em Química, registro ativo no Conselho Regional de Química – CRQ e comprovação de experiência na área, admitida por atestado, carta de recomendação, Carteira de Trabalho ou outro documento equivalente;
CONSIDERANDO que, após o recebimento das propostas e análise da documentação, a Sra. **Maria Dara Vilas Boas Gonzaga** foi declarada vencedora, tendo sua habilitação sido objeto de recurso administrativo interposto pelo participante Frederico Matias Lemos;
CONSIDERANDO que, no julgamento daquele recurso, levou-se em consideração, dentre outros documentos, manifestação individualizada expedida pelo próprio Conselho Regional de Química de Minas

Gerais – CRQ-MG, que, após análise da formação acadêmica e das atribuições profissionais da vencedora, havia reconhecido sua aptidão para o exercício da responsabilidade técnica examinada;

CONSIDERANDO que, diante dos documentos então disponíveis, o recurso administrativo foi desprovido, mantendo-se a habilitação e a classificação da Sra. Maria Dara Vilas Boas Gonzaga, seguindo-se a ratificação da contratação direta e a celebração do Contrato Administrativo nº 108/2026;

CONSIDERANDO, entretanto, que, após a celebração do contrato, a contratada comunicou formalmente ao Município a impossibilidade de assumir a função de responsável técnica necessária à execução do objeto, informando que o Conselho Regional de Química teria revisto o entendimento anteriormente manifestado acerca da extensão de suas atribuições profissionais;

CONSIDERANDO que a responsabilidade técnica perante o Conselho Regional de Química integra o próprio núcleo das obrigações assumidas, uma vez que o Termo de Referência expressamente atribuiu ao profissional contratado a obrigação de responsabilizar-se tecnicamente pelo tratamento da água perante o Conselho profissional;

CONSIDERANDO que não se revela juridicamente possível nem administrativamente prudente permitir a execução de serviços diretamente relacionados ao tratamento e ao controle da qualidade da água destinada ao consumo da população sem a correspondente responsabilidade técnica regularmente reconhecida pelo Conselho profissional competente;

CONSIDERANDO que o art. 92, inciso XVI, da Lei Federal nº 14.133/2021 estabelece a obrigação de o contratado manter, durante toda a execução do contrato, as condições exigidas para sua qualificação na contratação direta;

CONSIDERANDO que o desenvolvimento do procedimento e, especialmente, os fatos ocorridos posteriormente à contratação evidenciaram que os requisitos originalmente estabelecidos para a comprovação da capacidade técnico-profissional **não foram suficientemente detalhados para demonstrar, de maneira inequívoca, que o profissional a ser contratado possuía todas as atribuições específicas necessárias à assunção da responsabilidade técnica pela integralidade dos serviços pretendidos**;

CONSIDERANDO que o instrumento de planejamento exigiu curso superior em Química, registro no Conselho e experiência na área, mas não estabeleceu, de forma suficientemente individualizada, quais atribuições profissionais deveriam estar efetivamente anotadas no registro do candidato, nem qual documentação técnica específica deveria demonstrar previamente a possibilidade de assunção da responsabilidade técnica pelo objeto;

CONSIDERANDO que tal circunstância somente se tornou plenamente perceptível no transcorrer do processo, especialmente após a revisão do entendimento anteriormente manifestado pelo próprio Conselho profissional, configurando fato superveniente relevante para a Administração;

CONSIDERANDO que essa constatação não implica afirmar que a contratada tenha apresentado documento falso, omitido informação relevante ou agido de má-fé, pois, ao tempo de sua habilitação, encontrava-se amparada por manifestação formal do próprio CRQ-MG favorável à sua aptidão;

CONSIDERANDO que, ao tomar conhecimento da impossibilidade de assumir regularmente a responsabilidade técnica, a própria contratada comunicou espontaneamente a Administração, manifestando não possuir condições de prosseguir na execução do ajuste;

CONSIDERANDO, assim, a presença de circunstâncias suficientes para o encerramento consensual da relação contratual, sem imputação de conduta sancionável à contratada;

CONSIDERANDO que o art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 admite a **extinção consensual do contrato**, por acordo entre as partes, desde que presente o interesse da Administração, exigindo seu § 1º autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e redução a termo no respectivo processo;

CONSIDERANDO, ainda, que a situação ocorrida demonstrou a conveniência e a necessidade de **reformular o planejamento da contratação**, de forma a estabelecer requisitos técnicos mais precisos e capazes de assegurar, previamente, que o futuro contratado esteja efetivamente habilitado pelo respectivo Conselho profissional para assumir a responsabilidade técnica por todas as atividades compreendidas no objeto;

CONSIDERANDO que a Administração não deve utilizar o procedimento anterior para contratação de participante remanescente quando constatada, supervenientemente, a necessidade de reformulação dos próprios requisitos técnicos que serviram de parâmetro para aquela seleção;

CONSIDERANDO que a utilização dos mesmos requisitos originalmente previstos para contratação de remanescente perpetuaria justamente a deficiência de planejamento técnico que os fatos posteriores vieram a revelar;

CONSIDERANDO que a Lei nº 14.133/2021 permite a revogação por razões de conveniência e oportunidade decorrentes de **fato superveniente devidamente comprovado**, sendo tal disciplina aplicável, no que couber, às contratações diretas, conforme art. 71, inciso II e §§ 2º e 4º;

CONSIDERANDO que o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais reconhece que a revogação deve estar fundamentada em fato superveniente real, pertinente e suficiente, havendo necessária correspondência entre os motivos declarados pela Administração e as circunstâncias concretas verificadas no processo;

CONSIDERANDO, no caso concreto, que o fato superveniente não consiste em mera mudança imotivada de vontade administrativa, mas na constatação, surgida no desenvolvimento da própria contratação, de que a sistemática inicialmente utilizada para aferição da capacidade técnico-profissional não ofereceu segurança suficiente para comprovar previamente a possibilidade de assunção da responsabilidade técnica necessária à execução do objeto;

CONSIDERANDO que a finalidade da revogação não é afastar determinado participante ou favorecer terceiro, mas permitir a abertura de nova disputa fundada em requisitos técnicos adequadamente planejados, objetivos, proporcionais e aplicáveis indistintamente a todos os futuros interessados;

CONSIDERANDO, por fim, que, previamente à presente decisão definitiva de revogação, foi assegurada aos interessados oportunidade específica para manifestação acerca da intenção de desfazimento do procedimento, nos termos do art. 71, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, tendo sido analisadas as manifestações eventualmente apresentadas, sem que delas resultassem razões capazes de afastar o interesse público na realização de nova contratação;

DECIDE:

Art. 1º – Da extinção consensual do Contrato nº 108/2026

Fica **AUTORIZADA A EXTINÇÃO CONSENSUAL – RESCISÃO AMIGÁVEL – DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 108/2026**, celebrado entre o Município de Brazópolis/MG e **MARIA DARA VILAS BOAS GONZAGA**, com fundamento no art. 138, inciso II e § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

A extinção decorre da impossibilidade supervenientemente comunicada pela contratada de assumir regularmente a responsabilidade técnica necessária à execução do objeto perante o Conselho Regional de Química, circunstância incompatível com a continuidade do vínculo.

Art. 2º – Da ausência de sanção à contratada

NÃO SERÁ APLICADA SANÇÃO ADMINISTRATIVA À CONTRATADA em razão dos fatos que deram causa à extinção do ajuste.

A decisão fundamenta-se na inexistência, até o presente momento, de elementos indicativos de dolo, fraude, má-fé, falsidade documental ou ocultação deliberada de condição impeditiva pela contratada.

Registra-se, especialmente, que sua habilitação esteve amparada em manifestação formal anteriormente expedida pelo próprio Conselho Regional de Química, que reconhecia sua aptidão profissional, tendo a impossibilidade de assunção da responsabilidade técnica surgido posteriormente, após revisão do entendimento técnico do Conselho.

A comunicação espontânea da impossibilidade à Administração também demonstra conduta colaborativa da contratada e recomenda, à luz da proporcionalidade e das peculiaridades do caso concreto, o encerramento consensual sem imposição de penalidade.

Art. 3º – Dos efeitos financeiros da extinção

O termo de extinção consensual deverá consignar que nenhum pagamento será devido por serviços não executados.
Caso tenha ocorrido prestação efetiva de algum serviço antes da comunicação da impossibilidade, eventual pagamento ficará condicionado à comprovação da efetiva execução, medição, regular liquidação da despesa e ateste do responsável pela fiscalização.

Art. 4º – Da revogação do procedimento
Em razão dos fatos supervenientes devidamente demonstrados nos autos e da necessidade de reformulação dos requisitos técnicos da contratação, **FICAM REVOGADOS OS EFEITOS REMANESCENTES DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 126/2026 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 040/2026**, com fundamento no art. 71, inciso II e §§ 2º e 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021.
A presente revogação possui natureza prospectiva e não se destina a desconstituir retroativamente os atos regularmente praticados e consumados no procedimento, inclusive a contratação anteriormente formalizada, cuja extinção é objeto específico dos artigos anteriores desta decisão.
O desfazimento dos efeitos ainda remanescentes funda-se na conveniência e oportunidade de **não prosseguir com qualquer nova contratação baseada nos requisitos técnicos originalmente estabelecidos**, diante da necessidade supervenientemente constatada de reformulação desses requisitos.

Art. 5º – Do não aproveitamento de participante remanescente
Em consequência da revogação ora determinada, **não será realizada convocação de participante remanescente do Processo Licitatório nº 126/2026 para assumir o objeto do Contrato nº 108/2026**.
A decisão não constitui juízo negativo acerca da capacidade ou da documentação de qualquer participante remanescente, mas decorre da constatação de que os próprios critérios de qualificação técnico-profissional utilizados no procedimento anterior necessitam ser revistos e aperfeiçoados.
Não se mostra coerente instaurar novo julgamento ou promover contratação remanescente com fundamento em condições técnicas que a própria Administração, diante dos acontecimentos posteriores, reconheceu necessitarem de maior precisão e adequação.

Art. 6º – Da instauração de novo procedimento de contratação
DETERMINO A IMEDIATA INSTAURAÇÃO DE NOVO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO destinado à contratação dos serviços necessários ao tratamento e ao controle da qualidade da água dos Distritos de Luminosa e Floresta.
O novo procedimento deverá ser integralmente instruído com os documentos de planejamento exigidos pela Lei nº 14.133/2021, especialmente novo Estudo Técnico Preliminar e novo Termo de Referência.

Art. 7º – Da reformulação da qualificação técnico-profissional
Na elaboração do novo Estudo Técnico Preliminar e do novo Termo de Referência, **DEVERÁ SER DADA ESPECIAL ATENÇÃO À CORRETA E COMPLETA DEFINIÇÃO DOS REQUISITOS DE CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL**, de modo a impedir a repetição da situação verificada no Processo nº 126/2026.
Para tanto, o setor requisitante deverá, previamente à publicação da nova contratação:
I – identificar, de forma precisa, todas as atividades técnicas que integrarão o objeto;
II – identificar quais atribuições profissionais são legalmente necessárias para o exercício dessas atividades e para a assunção da correspondente responsabilidade técnica;
III – verificar junto ao Conselho Regional de Química – CRQ-MG, se necessário mediante consulta formal, quais categorias e atribuições profissionais habilitam o profissional a assumir integralmente a responsabilidade técnica pretendida;
IV – estabelecer no Termo de Referência os documentos idôneos e atualizados necessários à demonstração das atribuições profissionais exigidas;
V – prever comprovação de registro e regularidade perante o Conselho profissional competente;
VI – definir, mediante justificativa técnica, a experiência profissional efetivamente necessária à segurança da execução do objeto e a forma adequada de sua comprovação;
VII – estabelecer, de maneira objetiva, a documentação necessária para demonstrar que o profissional poderá assumir perante o Conselho competente a responsabilidade técnica correspondente ao objeto;
VIII – estabelecer o momento adequado para apresentação da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, Anotação de Função Técnica – AFT, Certificado de Responsabilidade Técnica ou outro documento equivalente exigido pelo respectivo Conselho;
IX – evitar exigências excessivas ou sem pertinência direta com o objeto, preservando-se simultaneamente a segurança técnica, a competitividade, a proporcionalidade e a isonomia entre os interessados.
A qualificação técnica deverá ser definida a partir **das necessidades efetivas do serviço e das normas que disciplinam o exercício da profissão**, e não em função da situação individual de qualquer participante do procedimento anterior.

Art. 8º – Da finalidade da nova contratação
O novo procedimento deverá proporcionar condições para que a Administração tenha segurança, **antes da celebração do contrato**, de que o futuro vencedor:
I – possui formação profissional compatível;
II – possui registro ativo e regular perante o respectivo Conselho;
III – detém as atribuições profissionais necessárias a todas as atividades incluídas no objeto;
IV – possui a experiência técnica que vier a ser considerada necessária e proporcional pela área competente; e
V – encontra-se apto a assumir formalmente a responsabilidade técnica pelos serviços contratados.
A providência visa assegurar que não volte a ocorrer situação em que, somente após o encerramento da seleção e celebração do contrato, se constate impossibilidade de formalização da responsabilidade técnica necessária ao objeto.

Art. 9º – Das providências administrativas
DETERMINO:
I – a juntada aos autos de toda a documentação relacionada à comunicação da contratada e à manifestação do Conselho Regional de Química;
II – a adoção das providências de publicidade legalmente exigidas para a extinção do contrato e para o encerramento do procedimento;
III – o arquivamento do Processo Licitatório nº 126/2026 após o cumprimento das providências administrativas pendentes;
IV – o imediato encaminhamento da demanda à Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente e aos setores de Compras e Licitações para elaboração dos novos documentos de planejamento;
V – que o novo processo possua **numeração própria e instrução autônoma**, sem aproveitamento automático dos critérios de habilitação técnica do procedimento ora encerrado;
VI – que seja juntada cópia desta decisão ao novo procedimento, para que os fatos ocorridos sejam considerados durante o planejamento e não se repitam na futura contratação.

Art. 10 – Disposições finais
A presente decisão é fundamentada em razões de interesse público, segurança técnica e aperfeiçoamento do planejamento administrativo, não constituindo reconhecimento de fraude ou irregularidade dolosa praticada pela contratada ou pelos agentes que atuaram no procedimento originário.
O fato superveniente ocorrido durante a execução demonstrou a necessidade de aperfeiçoamento das exigências técnicas e justifica a adoção de providência preventiva destinada a assegurar maior segurança jurídica, sanitária e operacional na futura contratação.

Publique-se.

Registre-se.

Dê-se ciência aos interessados.

Cumpra-se.

Brazópolis/MG, 26 de agosto de 2026.

JOÃO TORRES PEREIRA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliana Alves de Freitas
Código Identificador:D1A45CFC

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAZÓPOLIS
EXTRATO DE ATAS VINCULADAS AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 163/2026 PREGÃO ELETRONICO Nº 049/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAZÓPOLIS/MG: Torna público os extratos de atas vinculadas a Ata de Registro de Preços n° 211/2025, 212/2025 e 213/2025, proveniente do Pregão Eletrônico nº 049/2025, Processo Licitatório nº 163/2025 cujo objeto é REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS, EM ATENDIMENTO ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, devido a desistência da empresa RIBEIRO COMÉRCIO VAREJISTA E ATACADISTA LTDA – ME, conforme motivos informados ao Município. Ata vinculada a Ata de Registro nº 211/2025: H.A DISTRIBUIDORA LTDA, com sede à avenida João Baptista Piffer, Nº 215, Bairro Jardim Aeroporto, CEP 37560-176, Município de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ sob o nº 01.255.291/0001-21, pelo valor global estimado de R$ 63.503,27 (Sessenta e Três Mil, Quinhentos e Três Reais e Vinte e Sete Centavos). Ata vinculada a Ata de Registro de Preços nº 212/2025 - KARVALHO FERRAMENTAS E SERVIÇOS LTDA com sede a Avenida Padre Lourenço, Nº 2100, Bairro Nossa Senhora de Fátima, CEP 37502-507, Município de Itajubá, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ sob o nº 62.121.270/0001-08, no valor estimado de R$ 33.357,59 (Trinta e Três Mil, Trezentos e Cinquenta e Sete Reais e Cinquenta e Nove Centavos). Ata vinculada a Ata de Registro de Preços nº 213/2025 – NEW LIMP PRODUTOS PARA LIMPEZA LTDA com sede a rua Presidente Kennedy, Nº 581, Bairro Centro, CEP 37640-000, Município de Extrema, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ sob o nº 66.200.015/0001-01, no valor estimado de R$ 6.753,60 (Seis Mil, Setecentos e Cinquenta e Três Reais e Sessenta Centavos). Vigência: 26/08/2026 a 10/12/2026. Assinada em 26/08/2026.

Brazópolis/MG, 26/08/2026.

JOÃO TORRES PEREIRA JÚNIOR -
Chefe do Poder Executivo.

Publicado por:
Juliana Alves de Freitas
Código Identificador:DAA05879

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAZÓPOLIS
EXTRATO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 063/2025 REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 063/2025 CONCORRÊNCIA Nº 002/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAZÓPOLIS - Torna público o extrato do 2º termo aditivo ao contrato nº 63/25, referente ao Processo Licitatório nº 63/25 Concorrência nº 02/25, entre o município de Brazópolis e a empresa PAVIDEZ ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 01.744.153/0001-06 - O presente Termo Aditivo de prorrogação contratual terá a vigência de 30/8/26 à 30/11/26. Assinado em 26/08/2026.

Brazópolis 26/08/2026.

JOÃO TORRES PEREIRA JUNIOR -
Chefe do Poder Executivo.

Publicado por:
Juliana Alves de Freitas
Código Identificador:83036422

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIANA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIANA
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 155/2025

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 155/2025

CONTRATANTE: Município de Caiana – CNPJ nº 18.114.256/0001-95.
CONTRATADA: **MORAIS & GRILLO VETERINARIA LTDA** – CNPJ nº40.222.117/0001-34 .
INSTRUMENTO: 1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 155/2025.
PROCESSO ADMINISTRATIVO: nº 1170/2025.
OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 155/2025, por mais 12 (doze) meses, cujo objeto é a **Contratação de Pessoa Física ou Jurídica para prestação de serviços veterinários, conforme especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento as necessidades da Prefeitura Municipal de Caiana-MG**, tendo em vista a permanência da necessidade da execução dos serviços e a vantajosidade da continuidade contratual para a Administração Pública.
VALOR: O presente termo aditivo não implica alteração do valor originalmente contratado.
VIGÊNCIA: Até 28/08/2027.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.
DATA DA ASSINATURA: 26/08/2026.

Publicado por:
Helen Viana Ribeiro
Código Identificador:DA42B9B8

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALDAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CALDAS-MG
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO- INEXIGIBILIDADE 25/2026

Contrato Nº 140/2026- Processo Licitatório nº 220/2026 – Inexigibilidade nº 25/2026
Partes: 26.133.375 ELGA YAMASHITA
Objeto: Contratação de empresa especializada para execução do Projeto "Teia das Gerações – Saberes, Mitos e Soberania Feminina", aprovado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – TJMG.
Vigência: 24/08/2026 a 24/10/2026
Valor: R$9.000,00 (nove mil reais).
Dotação Orçamentária:
Ficha: 245 - 08.241.0032.2.072 3390.39.00, fonte 1669.99

Publicado por:
Hendy Lince Fonseca de Souza
Código Identificador:7E480281

PREFEITURA MUNICIPAL DE CALDAS-MG
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO- R.P CONSTRUBASE- CONCORREÊNCIA 07/2026

Contrato Nº 139/2026- Processo Licitatório nº 206/2026- Concorrência nº 07/2026
Partes: R. P. CONSTRUBASE MOGI GUACU LTDA
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO EM CBUQ DA RUA DR. BERNARDO DA VEIGA, NO MUNICÍPIO DE CALDAS/MG.
Vigência: 24/08/2026 a 24/10/2026
Valor: R$200.000,00 (duzentos mil reais).
Dotação Orçamentária:

Sec. Obras	**Ficha 475**	**02.02.13-4490.51.00-15.452.0008-1.147**	**Fonte 1.710.83**

HENDY LINCE FONSECA DE SOUZA
Gerente de Contratos

Publicado por:
Hendy Lince Fonseca de Souza
Código Identificador:6CC7E4B7

PREFEITURA MUNICIPAL DE CALDAS-MG
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO- LUIZ THADEU DE SOUZA- CREDENCIAMENTO 16/2023

Contrato Nº 134/2026- Processo Licitatório nº 259/2023 – Credenciamento nº 16/2023
Partes: 49.592.712 LUIZ THADEU DE SOUZA
Objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURIDICAS PARA PRESTACAO DE SERVICOS DE PEDREIRO, CARPINTEIRO, ELETRICISTA, PINTOR, SERVENTE DE PEDREIRO, JARDINEIRO, MARCENEIRO, ENCANADOR, CALHEIRO E LOCACAO DE EQUIPAMENTOS PARA MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO MUNICIPIO DE CALDAS/MG
Vigência: 11/08/2026 a 11/08/2027
Dotação Orçamentária:
As despesas das futuras contratações decorrentes deste ato, correrão à conta de dotação própria consignada no Orçamento Geral, previstas para as Secretarias Municipais solicitantes.

Publicado por:
Hendy Lince Fonseca de Souza
Código Identificador:9538E1B4

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ
ATO QUE AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 34/2026

Objeto:

CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NA MODALIDADE RESIDÊNCIA INCLUSIVA.

Informação complementar:CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÕES ESPECIALIZADAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NA MODALIDADE RESIDÊNCIA INCLUSIVA, DESNTINADO A JOVENS E ADULTOS COM DEFICIÊNCIA, COM IDADE IGUAL OU SUPERIOR A 18 (DEZOITO) ANOS COMPLETOS E INFERIOR A 60 (SESSENTA) ANOS, DE AMBOS OS SEXOS, COM VINCULOS FAMILIARES ROMPIDOS OU FRAGILIZADOS, SEM CONDIÇÕES DE AUTOSSUSTENTO OU RETAGUARDA FAMILIAR, EM SINTONIA COM A TIFICAÇÃO NACIONAL DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRAR$ 66.000,00

Publicado por:
Fabiana de Paula Liz
Código Identificador:FD650AB5

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ
COMUNICADO DE PUBLICAÇÃO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2026

COMUNICADO DE PUBLICAÇÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2026

A Prefeitura Municipal de Cambuí/MG, por intermédio da Comissão de Contratação, comunica aos interessados e às empresas participantes da **Concorrência Pública nº 01/2026**, com o objetivo de **CONTRATAÇÃO DE 01 (UMA) AGÊNCIA DE PUBLICIDADE PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PUBLICIDADE PARA REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES INTEGRADAS QUE POSSIBILITE O ESTUDO, O PLANEJAMENTO, A CONCEITUAÇÃO, A CONCEPÇÃO, A CRIAÇÃO, A EXECUÇÃO INTERNA, A INTERMEDIAÇÃO E A SUPERVISÃO DA EXECUÇÃO EXTERNA E NA DISTRIBUIÇÃO DE PUBLICIDADE AOS VEÍCULOS E DEMAIS MEIOS DE DIVULGAÇÃO**, que, conforme informado durante a sessão pública realizada em 20 de agosto de 2026, foram publicados nesta data os documentos referentes ao julgamento das Propostas Técnicas, incluindo o material utilizado para a divulgação do resultado do julgamento geral da Proposta Técnica.
Considerando que, durante a referida sessão, todos os licitantes manifestaram intenção de recurso e que foi informado que, após a publicação de todo o material, seria aberto o prazo para apresentação das respectivas razões recursais, fica aberto o prazo de **03 (três) dias úteis** para apresentação das razões de recurso.
O prazo terá início no dia **28 de agosto de 2026** e se encerrará no dia **1º de setembro de 2026**.
Os documentos encontram-se disponíveis para consulta e acesso junto à presente publicação.

Cambuí/MG, 26 de agosto de 2026.

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
Prefeitura Municipal de Cambuí/MG

Publicado por:
Fabiana de Paula Liz
Código Identificador:E3497A1D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUQUIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUQUIRA
DIVERSAS SECRETARIAS

AVISO DE INEXIGIBILIDADE

PAL 192/2026 – Inexigibilidade 030/2026 – Contratação por inexigibilidade para viabilizar a realização da Liga Brasileira de Xadrez no Município de Cambuquira/MG, abrangendo a organização geral e supervisão do evento, fornecimento de material de jogo (tabuleiros, peças, relógios, numeração de mesas, computador e impressora), disponibilização de árbitros auxiliares e equipe de staff, premiação em dinheiro, troféus e medalhas, pódio com banners, serviço de sonorização, alimentação, hospedagem e deslocamento dos árbitros e da equipe organizadora.
Contratada: **66.978.929 ANDRE BUENO REZECK JUNQUEIRA MEIRELLES** - Valor total: R$: 6.900,00 (Seis mil e novecentos reais)

CLEVERSON RICARDO GONÇALVES –
Secretário Municipal de Esporte e Lazer

Cambuquira, 26 de agosto de 2026

AVISO ARP Nº 335/2026, firmada nos autos do **Processo Administrativo nº 241/2025 – Pregão Eletrônico nº 109/2025**, entre o **Município de Cambuquira** e a empresa **ATEXARA TECNOLOGIA E SOLUÇÕES LTDA**, **licitante remanescente integrante do cadastro de reserva, convocada em decorrência do cancelamento do registro do fornecedor originalmente classificado em primeiro lugar**, para contratação de profissional jardineiro para manutenção dos canteiros paisagísticos do Município de Cambuquira.
Valor total: R$ 20.991,60 (vinte mil, novecentos e noventa e um reais e sessenta centavos).
PRAZO DE VIGÊNCIA: até 13/02/2027.

Cambuquira, 26 de agosto de 2026.

AVISO CONTRATO Nº 350/2026, firmado nos autos do **Processo Administrativo nº 163/2026 – Pregão Eletrônico nº 094/2026**, entre o **Município de Cambuquira** e a empresa **SINGULAR ENGENHARIA CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA**, **licitante remanescente classificada em terceiro lugar, convocada em decorrência da não formalização do contrato pelo licitante classificado em primeiro lugar e da impossibilidade de formalização da contratação com o licitante classificado em segundo lugar, em razão da ausência da documentação necessária para a formalização do contrato**, para execução dos serviços de revitalização da sinalização viária horizontal e vertical e implantação de faixa elevada para travessia de pedestres na Rodovia MG-167, no perímetro urbano do Município de Cambuquira/MG, incluindo fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e demais insumos necessários à perfeita execução dos serviços. **Valor total: R$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais).**
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do contrato.

Cambuquira, 26 de agosto de 2026.

Publicado por:
Fernand Liz Ponzo
Código Identificador:B485C068

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUQUIRA
PUBLICAÇÃO AMM 26 08 2026

PAL 197/2026 – Inexigibilidade 032/2026 – **LEILOEIRO OFICIAL** – **CREDENCIAMENTO** de Leiloeiros Oficiais, devidamente habilitados, para organização, divulgação e realização de leilões públicos destinados à alienação de bens inservíveis, ociosos, antieconômicos ou irrecuperáveis pertencentes ao Município de Cambuquira/MG, tais como veículos, máquinas, equipamentos, móveis, peças, sucatas, materiais de informática, recicláveis e demais bens passíveis de alienação, conforme a legislação vigente. Data de vigência do credenciamento: 27.08.2026 a. 17.09.2026. Prazo de validade do credenciamento 05 (cinco) anos.

Daianne de Souza Lemes Cardoso – Presidente Comissão de Contratação

Cambuquira, 06/11/2025.

Publicado por:
Willian Borges da Silva
Código Identificador:3053E0EC

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUQUIRA

Pregão Eletrônico 111/2026 PAL 196/2026 - Contratação de 10 (dez) assinaturas de serviço de acesso à internet via satélite, com franquia de dados ilimitada e cobertura nacional, pelo período de 12 (doze) meses, bem como a aquisição de 10 (dez) kits de antena via satélite, destinados a garantir conectividade nas unidades municipais localizadas em áreas remotas e/ou com deficiência de infraestrutura de telecomunicações.

Data e horário da sessão: 14/09/2026 às 9h
Data e horário final para envio de Proposta: até o dia 14/09/2026 às 08h: 59min.

DANYLLO COSTA LUCAS -
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Luís César Nunes Bastos
Código Identificador:A66A805B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAÃ

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO.

O Município de Canaã torna público o extrato de contrato de Dispensa de Licitação 016/2026, Processo Licitatório 062/2026 Chamada Publica 002/2026. Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE.
Licitantes;
Contrato: 075/2026 – **EDVALDO MARTINS VIEIRA - CPF: 001.736.976-23 -** Valor Total de R$ 1.083,45 (um mil, oitenta e três reais e quarenta e cinco centavos).
Contrato: 076/2026 - GISSELE BERNARDINO FIDELIS – 118.344.066-92 – Valor Total de R$ 240,00 (duzentos e quarenta reais).
Contrato: 077/2026 - ITAMAR HENRIQUE BONIFACIO - CPF: 747.239.106-97 - Valor Total de R$ 1.196,30 (um mil, cento e noventa e seis reais e trinta centavos).
Contrato: 078/2026 - MARIA ANTÔNIA ALVES - CPF: 02607639697 - Valor Total de R$ 692,24 (seiscentos e noventa e dois reais e vinte e quatro centavos).
Contrato: 079/2026 - MARIA APARECIDA GOMES DE PAULA - CPF: 039.693.606-76. Valor Total de R$ 726.60 (setecentos e vinte e seis reais e sessenta centavos).
Contrato: 080/2026 - MARTA LIANA DE SOUZA - CPF: 044.984.416-13 - Valor Total de R$ 446,60 (quatrocentos e quarenta e seis centavos).
Contrato: 081/2026 - NIVALDO LADEIRA DE PAULA - CPF: 129.838.188-61 - Valor Total de R$ 1.316,38 (um mil, trezentos e dezesseis reais e trinta e oito centavos).
Contrato: 082/2026 - ROSEMEIRE LOPES DO NASCIMENTO STANCIOLE – 00459628631 – Valor total de R$ 901,80 (novecentos e um reais e oitenta centavos).
Contrato: 083/2026 - ROSIMERE APARECIDA MACHADO DE PAULA - CPF: 069.978.226-06 - Valor Total de R$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais).
Contrato: 084/2026 - VERA LÚCIA MOREIRA DE PAULA - CPF: 052.873.806-23 - Valor Total de R$ 1.110,00 (um mil e cento e dez reais). Data de Assinatura: 25/08/2026. Vigência: 25/08/2026 a 31/12/2026.

JOSÉ IVANIR MIRANDA DUARTE -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Elias Evandro de Carvalho
Código Identificador:29F2D4C0

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DO PARANAÍBA

SETOR DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DO PARANAÍBA-MG - TORNA PÚBLICO O EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 047/2026. PROCESSO LICITATÓRIO N° 048/2026, DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO Nº 014/2026

Torna público o extrato do **Contrato Administrativo n° 047/2026**. **Processo licitatório n° 048/2026, Dispensa Eletrônica de Licitação nº 014/2026.** Objeto: Seleção de propostas visando a contratação de empresa para realização de curso de brigada de incêndio nível básico, em conformidade com as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento. Fornecedor: **WD TREINAMENTOS E CONSULTORIA LTDA,** inscrito no CNPJ sob o n.º 34.126.745/0001-13, pelo valor total de **R$17.880,00 (dezessete mil oitocentos e oitenta reais). Vigência:** 25/08/2026 a 25/08/2027. **Data da assinatura do contrato:** 25/08/2026.

Carmo do Paranaíba, 26 de agosto de 2026.

LUCAS DA SILVA MENDES,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Simeire Silva Moreira Cunha
Código Identificador:971BA89F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAS ALTAS DA NORUEGA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAS ALTAS DA NORUEGA
PRC 069/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 044/2026

A Prefeitura Municipal de Catas Altas da Noruega torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Eletrônico cujo objeto é Aquisição de materiais de limpeza e cozinha, destinados ao atendimento das necessidades das diversas Secretarias do Município de Catas Altas da Noruega/MG, visando assegurar a continuidade dos serviços públicos, a manutenção das condições adequadas de higiene, limpeza, conservação e preparo de alimentos nos prédios públicos municipais.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA:
Dia: 10/09/2026 às 09h (horário de Brasília)

LOCAL/LINK DA SESSÃO ELETRÔNICA:
https://catasaltasdanoruega.licitapp.com.br//

Catas Altas da Noruega, 26 de agosto de 2026.

PAULO LADISLAU BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleverson Magno Pinto Sobreira
Código Identificador:F3B4A724

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAS ALTAS DA NORUEGA
PRC 070/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 011/2026
CREDENCIAMENTO Nº 006/2026

A Prefeitura Municipal de Catas Altas da Noruega torna público que realizará Credenciamento de serviço de Médico Especialista em Ultrassonografia, para manutenção do funcionamento da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Catas Altas da Noruega.
Data de recebimento das propostas e documentação: até 16/09/2026 às 10h00min AM, na sede da Prefeitura Municipal, no setor de licitações, Rua das Goiabeiras, 129, Centro, em Catas Altas da Noruega/MG.

Os esclarecimentos e as informações necessárias aos licitantes serão prestados na sala da comissão permanente de Licitação ou pelo e-mail *licitacao@catasaltasdanoruega.mg.gov.br ou licitacoes@catasaltasdanoruega.mg.gov.br*

Catas Altas da Noruega, 26 de agosto de 2026.

PAULO LADISLAU BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleverson Magno Pinto Sobreira
Código Identificador:22185483

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAS ALTAS DA NORUEGA
PRC 071/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 045/2026

A Prefeitura Municipal de Catas Altas da Noruega torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Eletrônico cujo objeto é Aquisição de Gás de cozinha e Água mineral, destinado ao atendimento das necessidades de consumo das diversas Secretarias do Município de Catas Altas da Noruega.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA:
Dia: 15/09/2026 às 09h (horário de Brasília)

LOCAL/LINK DA SESSÃO ELETRÔNICA:
https://catasaltasdanoruega.licitapp.com.br//

Catas Altas da Noruega, 26 de agosto de 2026.

PAULO LADISLAU BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleverson Magno Pinto Sobreira
Código Identificador:7A12B165

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHIADOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHIADOR
EXTRATO DE CONTRATO

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DE CONTRATO

Em cumprimento aos ditames da Lei Federal n.º 14.133/21, torna-se público que o município firmou o seguinte Contrato.

Contrato nº. 087/2026.
Processo nº. 082/2026.
Pregão Eletrônico n.º 027/2026.

Fundamento: Lei Federal n.º 14.133/21 e alterações.

Objeto resumido: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE CONECTIVIDADE E COMUNICAÇÃO DIGITAL, INCLUINDO INTERNET POR FIBRA ÓPTICA, LINK DEDICADO COM REDUNDÂNCIA, COM INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO

Contratante: Município de Chiador – MG
Signatário: Itiberê Rodrigues dos Santos – Prefeito.

Contratado: TR SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA. CNPJ: 22.915.355/0001-43

Representante Legal: MÁRCIO DE CASTRO ZEBENDE

Valor: R$ 83.900,00 (Oitenta e três mil e novecentos reais)

Assinatura: 25 de agosto de 2026.

Vigência: 25/08/2026 a 25/08/2027.

Chiador – MG, 25 de agosto de 2026.

MAURICIO BARBOSA MONTEIRO.
Agente de Contratação e Pregoeiro.

Publicado por:
Maria Regina Costa de Souza Reis
Código Identificador:1ABE0F68

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHIADOR
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 094/2026 DISPENSA PRESENCIAL Nº 036/2026

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

DISPENSA PRESENCIAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 094/2026
DISPENSA PRESENCIAL Nº 036/2026

A Prefeitura Municipal de Chiador – MG, está publicando o processo acima descrito, tipo menor preço global, nos termos do Art. 75, inciso II, c/c § 3º, da Lei nº 14.133/21, e, manifesta interesse em obter

propostas adicionais de eventuais interessados, para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHOS DE AR-CONDICIONADO, INSTALADOS NAS UNIDADES E SETORES VINCULADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.** *Recebimento das Propostas e Documentação: até o dia 02/09/2026 às 09:00 hs. Início da sessão pública de análise das propostas e documentação, às 09:01 hs do dia 02/09/2026.* Informações Tel. (32) 8407-3499. Íntegra do Aviso de Contratação: o Edital Completo poderá ser obtido pelos interessados na Sede da Prefeitura, localizada na Rua Padre Carlos Dondero, nº 16 – Centro. Chiador / MG – CEP: 36.630-000, de segunda a sexta-feira, no horário de 09:00 às 16:00 horas ou pelo endereço eletrônico www.chiador.mg.gov.br, ou pelo e-mail: licitacao@chiador.mg.gov.br.

Chiador – MG. Em 26/08/2026.

MAURÍCIO BARBOSA MONTEIRO.
Agente de Contratação.

Publicado por:
Maria Regina Costa de Souza Reis
Código Identificador:35E47A05

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COIMBRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE COIMBRA
AVISO DE SUPENSÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO 111/2026, PREGÃO ELETRÔNICO 039/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 111/2026
PREGÃO ELETRÔNICO 039/2026
Órgão/Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE COIMBRA - CNPJ: 18.132.464/0001-17
PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº: 111/2026
PREGÃO ELETRÔNICO 039/2026

OBJETO: Aquisição de 1 (um) veículo automotor, zero quilômetro, destinado ao atendimento das demandas do Departamento Municipal de Cultura, Desporto e Turismo de Coimbra/MG, conforme Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar e a tabela abaixo

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

4.4.90.52.00.2.04.02.13.392.0009.2.0033-FONTE-1.500.000-MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS;
4.4.90.52.00.2.04.01.12.361.0008.2.0022-FONTE-1.710.000-MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS

VALOR ESTIMADO: **R$ 118.013,33** (Cento e dezoito mil, treze reais e trinta e três centavos)

JUSTIFICATIVA DA SUSPENSÃO: CONSTATOU-SE QUE NO INSTRUMENTO LICITATÓRIO, HOUVE INDÍCIOS DE DIRECIONAMENTO DE MARCA.
CONFORME OFÍCIO LIC.CFIILCIP.SURICATO.TCEMG Nº 373/2026

Publicado por:
Andreia Dos Santos Alves
Código Identificador:8E900126

PREFEITURA MUNICIPAL DE COIMBRA
EXTRATOS DE ADITIVOS REFERENTES AO PROCESSO Nº 083/2025 (PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA)

EXTRATOS DE ADITIVOS REFERENTES AO PROCESSO Nº 083/2025

Nº dos Termos Aditivos: 1º (PRIMEIRO)
Tipo de Termo Aditivo: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA
Forma de Contratação: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2025

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE COIMBRA - CNPJ: 18.132.464/0001-17

Contratada:OTUX COMERCIAL LTDA – CNPJ: 34.460.707/0001-00, ATA: nº 150/2025;
Contratada:HMINFORMATICA LTDA – CNPJ: 34.240.500/0001-12, ATA: nº 147/2025;
Contratada: J.M.F COMERCIAL LTDA-ME – CNPJ: 27.951.336/0001-96, ATA: nº 148/2025;
Contratada:BARDAM NEGOCIOS LTDA – CNPJ: 23.418.618/0001-71, ATA: nº 144/2025;
Contratada:DEBRUM MOVEIS CORPORATIVOS LTDA – CNPJ: 53.448.772/0001-57, ATA: nº 146/2025;
Contratada:COMERCIAL SILVESTRE LTDA – CNPJ: 41.823.463/0001-30, ATA: nº 145/2025;

Objeto:A prorrogação da vigência da Ata se faz necessário para dar continuidade na prestação de serviços prestados à população, além de suprir e renovar os mobiliários, quando necessário, dos diversos setores e departamentos da Prefeitura Municipal de Coimbra. A aquisição visa garantir melhores condições de trabalho aos profissionais, assegurar maior conforto e segurança aos usuários atendidos, bem como atender às normas técnicas e regulatórias vigentes, contribuindo para a humanização e a melhoria contínua do atendimento.Válido ressaltar que o aditivo de prazo é viável uma vez que o processo e a Ata mencionada possuem saldos remanescentes para futura e eventual aquisição, além dos preços registrados na mesma estarem menores dos que os praticados no mercado (conforme cotações anexo ao processo).

Data de Assinatura: 26/08/2026
Data da vigência 02/09/2026 - 02/09/2027

Coimbra-MG, 26 de agosto de 2026

RAFAELA PEREIRA LESSA
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Kaio Henrique Furtado
Código Identificador:3461DD25

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DAS PEDRAS

PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DAS PDRAS
EXTRATO DEAVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DAS PEDRAS/MG -Aviso de Licitação Processo Licitatório nº91/2026 na modalidade de Pregão Presencial nº34/2026 – Objetivo: A presente licitação tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DOS DIVERSOS SETORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DAS PEDRAS/MG**. Credenciamento ás 08:00 h do dia 14/09/2026,e sua abertura marcada para às 08:30 h do dia 14/09/2026.Informações:(35) 997483629 das 8h às 16 h ou por e-mail:licitacao@conceicaodaspedras.mg.gov.br,Edital estará disponível no site www.conceicaodaspedras.mg.gov.br e no Portal de Compras Públicas PNCP–

Conceição das Pedras,26 de agosto de 2026.

BENEDITO CARLOS PEREIRA –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elis Regina Merces Faria Reis
Código Identificador:F150770B

PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DAS PDRAS
EXTRATO DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DAS PEDRAS/MG - Extrato do Contrato nº60/2026, Processo nº 83/2026, dispensa 20/2026. Contratante- Município Conceição das Pedras e a empresa 32.259.386 FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA DE MENDONÇA, inscrita no CNPJ 32.259.386/0001-47. Objetivo: AQUISIÇÃO DE FAIXAS PARA PREMIAÇÃO DO TORNEIO LEITEIRO JOSÉ AIRTON PEREIRA "ZÉ CHIQUINHO" CATEGORIAS MUNICIPAL E REGIONAL E PARA A PREMIAÇÃO DAS MISSES DOS CONCURSOS DE MISS EXPOPEDRA E MISS EXPOPEDRA MIRIM 2026. Valor R$2.040,00 (dois mil e quarenta reais). Vigência 20/08/2026 a31/12/2026-

BENEDITO CARLOS PEREIRA-
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Elis Regina Merces Faria Reis
Código Identificador:42E8F322

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFINS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFINS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO 4° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 110/2022

CONTRATANTE: Município de Confins/MG**, CNPJ:** 01.006.232/0001-10, com interveniência da:**Secretário Municipal de Saúde.**
CONTRATADA: MARCONI JOÃO SANTOS DA SILVA, inscrito no **CPF 792.XXX.XXX-53**
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL SITUADO A RUA GAMELEIRA, N° 399, BAIRRO GAMELEIRA, CONFINS/MG, PARA INSTALAÇÃO DA SEDE DO NOVO ESF GAMELEIRA, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CONFINS/MG, nos termos do Processo Licitatório nº 069/2022, modalidade: Dispensa de Licitação nº 015/2022.
Fundamentação Legal: A alteração de prorrogação de vigência possui fundamento jurídico no inciso II, do art. 57 da Lei 8.666/1993, observado o § 2º do art. 57 e o inciso I do art. 58, todos da Lei Federal nº 8.666/1993, Lei Federal nº 8.245/1991 arts. 18 c/c 19, bem como, na Cláusula Primeira do Instrumento de Contrato nº 110/2022. O reajuste de preços possui fundamento legal no § 8º, do artigo 65 da Lei 8.666/1993 e na Cláusula Segunda do Contrato n°110/2022.
OBJETO DO TERMO ADITIVO: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REAJUSTE DO VALOR MENSAL DA LOCAÇÃO
Por este termo aditivo, observada a fundamentação legal e as justificativas mencionadas acima, fica reajustado o valor mensal do item 01 do Contrato nº 110/2022.
CLÁUSULA SEGUNDA - DA RENOVAÇÃO DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO
Por este termo fica prorrogado o prazo de vigência Contrato nº 110/2022, por 12 (doze) meses, a partir de 26 de agosto de 2026, ATÉ 26 DE AGOSTO DE 2027, bem como, renovado o saldo proporcional para o referido período.
DATA DE ASSINATURA: 17/08/2026
VALOR TOTAL: R$ 20.294,64 (Vinte mil, duzentos e noventa e quatro reais e sessenta e quatro centavos)
CONTRATANTE: Secretário Municipal de Saúde, Sr. Weslei Denis Ramos
CONTRATADA: Sr. Marconi João Santos da Silva, **CPF:** 792.XXX.XXX-53, **RG:** MG-7.XXX.X01
DATA DA PUBLICAÇÃO: 27/08/2026
LOCAL DA PUBLICAÇÃO: Órgão Oficial de Publicação – http://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg

Publicado por:
Pamela Aparecida Calazans Silva
Código Identificador:60F02A4E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDISLÂNDIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDISLÂNDIA
LEI Nº. 1210 DE 15 DE JULHO DE 2026

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Cordislândia/MG, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 18.712.166/0001-04, com sede na Praça Sagrado Coração de Jesus, nº 12, CENTRO, Cordislândia/MG, CEP 37.498-000, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, JOSÉ ODAIR DA SILVA, torna pública a presente RETIFICAÇÃO do Extrato de Publicação de LEI MUNICIPAL Publicada anteriormente, em razão de erro material quanto à identificação do número da Lei.

ONDE SE LÊ:
LEI MUNICIPAL Nº 19, DE 06 DE JULHO DE 2026

LEIA-SE:

LEI Nº. 1210 DE 15 DE JULHO DE 2026
ONDE SE LÊ:
06 DE JULHO DE 2026
LEIA-SE:
15 DE JULHO DE 2026

Publicado por:
Naiara Carolliny Cruz
Código Identificador:01605AD8

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINOLANDIA DE MINAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS
AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRONICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS – MG – AVISO DE LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico N°. 020/2026- Tipo: Menor Preço por Item – Processo Administrativo N. º 097/2026- DATA: 09/09/2026 - Horário: 09:00h. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ESCRITÓRIO, PAPELARIA E ARTESANATO PARA ATENDER TODAS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS/MG.** Edital disponível no site www.licitardigital.com.br. Contato: (33) 3414-1639, licitacao@divinolandia.mg.gov.br -

Divinolândia de Minas – MG, aos 26 de agosto de 2026.

Publicado por:
Paloma de Souza Figueiredo
Código Identificador:915228BD

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS
EXTRATO DE ADITIVO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS. EXTRATO DE ADITIVO. Extrato de aditivo n° 01 da ATA DE REGISTRO DE PREÇO N°092/2025. PROCESSO N° 100/2025. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 023/2025. Contratante: Município de Divinolândia de Minas. Contratada: **DENTALCAP PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALATES E ODONTOLOGICOS LTDA**. Objeto da Licitação: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS ORIGINAIS CONFORME DEMANDA, EM EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS E MÉDICOHOSPITALARES DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS. Vigência: 11/08/2026 a 11/08/2027.

Divinolândia de Minas – MG, aos 26 de agosto de 2026.

GEUBER DE PINHO CAMPOS –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Paloma de Souza Figueiredo
Código Identificador:74A077B9

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS
RERRATIFICAÇÃO DE EXTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS – MG – RERRATIFICAÇÃO: Pregão Eletrônico N° 020/2026 - Tipo: Menor Preço por Lote – Processo Administrativo N.º 095/2026 - ONDE SE LÊ: "DATA: 08/08/2026 - Horário: 08:00h." LEIA-SE: "DATA: 10/09/2026 - Horário: 08:00h." Edital disponível no site www.licitardigital.com.br. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE ESTRUTURA EM EVENTOS (SOM, PALCO, ILUMINAÇÃO E BANHEIROS QUÍMICOS, CAMARIM, GRADIL, GRUPO GERADOR, BARRACAS, TENDAS E OUTROS), CONFORME SOLICITADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DO MUNICÍPIO DE DIVINOLÂNDIA/MG.** Contato: (33) 3414-1639, licitacao@divinolandia.mg.gov.br.

Divinolândia de Minas – MG, 25 de agosto de 2026.

GEUBER DE PINHO CAMPOS –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Paloma de Souza Figueiredo
Código Identificador:47520A83

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVÁLIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVÁLIA
TERMO ADITIVO

"PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2026, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2026, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2026, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ERVÁLIA E A EMPRESA CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DE UBA E REGIAO - SIMSAUDE, INSCRITA NO CNPJ SOB Nº 11.592.737/0001-67".

Primeiro termo aditivo ao Contrato nº 001/2026, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ERVÁLIA/MG e a empresa CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DE UBA E REGIAO - SIMSAUDE, inscrita no CNPJ sob nº 11.592.737/0001-67, ambos já qualificadas no Contrato nº 032 de 05 de janeiro de 2026, o qual tem por objetivo a contratação do Consórcio Intermunicipal de Saúde de Ubá e região - SIMSAUDE, consórcio municipal de natureza autárquica da qual este município é signatário. A contratação foi realizada por meio de estimativa do exercício atual, considerando os preços constantes na "Tabela de Procedimentos" e demanda existente no município, visando atender a demanda da Secretaria de Saúde do Município de Ervália/MG. O presente termo se faz amparado na Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS FATOS E FUNDAMENTOS:
O presente Termo Aditivo se faz amparado no inciso I do art. 124 c/c com art. 125, ambos da Lei federal nº 14.133/21, tendo em vista a necessidade de acréscimo dos serviços prestados para com o Item 01, visando atender a demanda deste município que foi a maior que o previsto incialmente, conforme tabela a seguir.

ANEXO I

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR ESTIMADO INICIAL	ACRÉSCIMO PERCENTUAL	VALOR ACRESCIDO
01	Contratação de Consorcio Público para prestação de serviços de saúde, considerando taxa de administração de 3% (três por cento).	SERVIÇO ANUAL	R$ 707.820,40	25%	R$ 176.955,10

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
2.1. A dotação orçamentária destinada aos pagamentos do objeto está prevista e indicada no Orçamento da Prefeitura Municipal de Ervália/MG, sob o nº: 02.07.02. 10.302.028.2.0130 MANTER A ATENÇÃO ESPECIALIZADA A SAÚDE - 3.3.93.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA.
2.2. Do valor a ser acrescido neste contrato que totaliza R$ 176.955,10 (cento e setenta e seis mil e novecentos e cinquenta e cinco reais e dez centavos), a importância de R$ 28.457,47 (vinte e oito mil e quatrocentos e cinquenta e sete reais e quarenta e sete centavos), advém da Emenda Impositiva nº 001/2025 – Projeto de Lei nº 2.463 de setembro de 2025.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA:
3.1. O prazo para execução do presente Termo Aditivo terá início na data de sua assinatura, encerrando-se concomitantemente com a data de vencimento do contrato.
3.2. Ratificam-se as demais cláusulas do Contrato nº 001/2026, Dispensa de Licitação nº 001/2026, firmado com a **CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DE UBA E REGIAO - SIMSAUDE,** inscrita no CNPJ sob nº 11.592.737/0001-67, que não conflitarem com o presente aditivo.

E por estarem justas e acordadas, as partes firmam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Ervália/MG, 15 de julho de 2026.

JOSÉ MAURO GODINHO
Prefeito Municipal de Ervália

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DE UBA E REGIAO - SIMSAUDE
Representante Legal

Publicado por:
Matheus José Braga
Código Identificador:389C445A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE FARIA LEMOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE FARIA LEMOS
AVISO DE LICITAÇÃO E CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE FARIA LEMOS - AVISO DE LICITAÇÃO E CONTRATO - INEXIGIBILIDADE 004/2026 - PROCESSO Nº 160/2026. *O Município de Faria Lemos/MG, torna público e vem ratificar, bem como publicar o contrato nos termos do art. 74, Inciso V da Lei 14.133/2021, a locação* ***de imóvel para aluguel social para a Sra. Keila Silva Santos****, Processo nº 160/2026 Inexigibilidade nº 004/2026 de Licitação, Contrato nº 071/2026 Locador: Claudio Oliveira Rodrigues – Até 25 de fevereiro de 2027 valor mensal de R$ 300,00 (TREZENTOS REAIS).*

Faria Lemos,25/08/2026.

Publicado por:
Emerson Oliveira Vieira
Código Identificador:6CEA75A6

PREFEITURA MUNICIPAL DE FARIA LEMOS
EXTRATO RETIFICAÇÃO Nº 01

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA CONTRATAÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS) PARA O QUADRO DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE FARIA LEMOS/MG - EDITAL Nº 02/2026

EXTRATO RETIFICAÇÃO Nº 01

O Exmo. Sr. Gilberto Damas De Sousa, DD. Prefeito do Município, torna público a disponibilização da **Retificação nº 01**, referente ao Edital nº 02/2026 do Processo Seletivo Público do Município de Faria Lemos/MG e esclarece que o extrato será afixado no Diário Oficial do Município e Quadro de Avisos e Publicações. A **Retificação nº 01** será publicada, em sua íntegra, no endereço eletrônico: **novo.ibgpconcursos.com.br**.

Faria Lemos, 26 de agosto de 2026.

GILBERTO DAMAS DE SOUSA
Prefeito Municipal de Faria Lemos/MG

Publicado por:
Emerson Oliveira Vieira
Código Identificador:D3EEFB25

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORESTAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PL 102/2025 - PE 089/2025 - EDITAL 094/2025 - COMPRASGOV 90059/2025

Extrato do Segundo Termo Aditivo contrato n°270/2025 – Contratada: M.O.T.A COMERCIAL LTDA - EPP. Objeto: Concessão de reequilíbrio econômico financeiro item: 32 e 59.

WAGNER DOS SANTOS JÚNIOR –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Iara Silva Carneiro Ferreira
Código Identificador:35E881BC

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCÓPOLIS
EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 77/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 042/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 014/2026
OBJETO: contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de assessoria e consultoria em gestão pública da saúde, visando ao apoio técnico à Secretaria Municipal de Saúde de Franciscópolis/MG, compreendendo a elaboração, acompanhamento e monitoramento dos instrumentos de planejamento do Sistema Único de Saúde – SUS, alimentação e gerenciamento dos sistemas oficiais, captação de recursos, prestação de contas, assessoramento ao Conselho Municipal de Saúde, acompanhamento de programas governamentais, monitoramento de indicadores, apoio aos processos de gestão e demais atividades correlatas.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Franciscópolis/MG
CNPJ N.º: 01.613.394/0001-16
CONTRATADA: IVINA MEDRADO SANDER MARTINS
CNPJ: 30.244.949/0001-06
VALOR: R$57.600,00 (cinqüenta e sete mil e seiscentos reais)
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses
DATA DE ASSINATURA: 26/08/2026.

Franciscópolis, 26 de agosto de 2026.

NILTON DOS SANTOS COIMBRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Pereira Macedo
Código Identificador:FE6F6745

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCÓPOLIS
TERMO DE RATIFICACAO DE DISPENSA DE LICITACAO

À vista dos elementos contidos no presente processo devidamente justificado, CONSIDERANDO que o PARECER JURÍDICO prevê a DISPENSA em conformidade ao disposto no art. 75, inciso II da Lei Federal 14.133/2021, AUTORIZO a dispensa de licitação do Processo Licitatório nº 042/2026 Dispensa sob o n.o 014/2026 com o objetivo da contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de assessoria e consultoria em gestão pública da saúde, visando ao apoio técnico à Secretaria Municipal de Saúde de Franciscópolis/MG, compreendendo a elaboração, acompanhamento e monitoramento dos instrumentos de planejamento do Sistema Único de Saúde – SUS, alimentação e gerenciamento dos sistemas oficiais, captação de recursos, prestação de contas, assessoramento ao Conselho Municipal de Saúde, acompanhamento de programas governamentais, monitoramento de indicadores, apoio aos processos de gestão e demais atividades correlatas.
Autorizo em conseqüência, a contratação da empresa: IVINA MEDRADO SANDER MARTINS, CNPJ-MF 30.244.949/0001-06, com sua sede na cidade de Frei Gaspar/ MG, à Rua Elpidio Pereira dos Santos, N 84, Bairro Betel, CEP 39.840-000, neste ato representada pela Sra. Ivina Medrado Sander Martins, brasileira, casada, empresária, CPF 039.992.846-41, RG MG6841280 SSP MG, residente e domiciliada na cidade de Frei Gaspar/ MG, à Rua Elpidio Pereira dos Santos, N 84, Bairro Betel, CEP 39.840-000.
Valor Total: R$57.600,00 (cinqüenta e sete mil e seiscentos reais)
Fundamento Legal: Art. 75, inciso II da Lei Federal 14.133/2021
DAS DETERMINACOES FINAIS De-se a devida publicidade ao presente ato no Diário Oficial do Município e encaminhe-se ao setor de contratos para a formalização do instrumento contratual.

Franciscópolis, 26 de agosto de 2026.

NILTON DOS SANTOS COIMBRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Pereira Macedo
Código Identificador:98282B42

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANÉSIA

PREFEITURA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CHAMAMENTO PÚBLICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANÉSIA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CHAMAMENTO PÚBLICO

Processo nº 128/2026 - Chamamento Público nº. 004/2026. Objeto: Concessão de uso a título precário e oneroso para exploração comercial de 07 (sete) espaços para montagem de barracas ou trailers, com as medidas máximas de 25m2 cada, na Praça Dona Sinhá, durante os dias 12, 13 e 15 de setembro de 2026, nos festejos de 125º aniversário de emancipação político-administrativa de Guaranésia. Data e hora da abertura: 10/09/2026 às 9h.

O edital na íntegra e demais arquivos complementares está disponível no site oficial da Prefeitura Municipal de Guaranésia através do link: https://www.prefguaranesia.mg.gov.br/editais-em-andamento/ . 26.08.2026.

JOÃO CARLOS MINCHILLO -
Prefeito

Publicado por:
Flaviana Cristina da Silva
Código Identificador:A10ED8FF

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIÚRA DE MINAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIÚRA DE MINAS
EXTRATO DE CONTRATO - PRC Nº 096/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIURA DE MINAS(MG) – Processo Nº 096/2026 - Dispensa Eletrônica Nº 064/2026. Torna público o extrato de contrato(s) celebrado(s) com a(s) seguinte(s) empresa(s): LETÍCIA STEFANY O. SANTOS COMÉRCIO E INDÚSTRIA GRÁFICA-ME e SOUZA E MARAL ESPORTES LTDA. Objeto: constitui objeto da presente contratação a aquisição de troféus, medalhas e materiais correlatos de premiação, de forma parcelada e conforme a necessidade da Administração Municipal, destinados aos eventos esportivos, recreativos, culturais, turísticos e comemorativos promovidos pela Secretaria Municipal de Esportes e pela Secretaria Municipal de Turismo e Cultura do Município de Ibitiúra de Minas/MG, de natureza COMUM, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos. Fundamento legal: Art. 94, Inciso I e Art. 176, Inciso III, §único, Inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações e da Lei Municipal nº 553/2003 e alterações. Data: 26.08.2026.

DANILO LIPARINI MORAES-
Pregoeiro –

RONY WILSON LEONARDO-
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Danilo Liparini Moraes
Código Identificador:C888AB11

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE INIMUTABA

PREFEITURA MUNICIPAL DE INIMUTABA
LEI COMPLEMENTAR Nº 76/2026

LEI COMPLEMENTAR Nº 76, DE 25 DE AGOSTO DE 2026

Altera a Lei Complementar nº 64, de 13 de outubro de 2025, que institui o Estatuto dos Servidores Municipais e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Inimutaba aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º A Lei Complementar nº 64, de 13 de outubro de 2025, que institui o Estatuto dos Servidores Municipais, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 155 Sem prejuízo da remuneração, poderá o servidor ausentar-se do serviço:
I – por 1 (um) dia de folga compensatória, para doação voluntária de sangue, mediante comprovação;
II – na data de seu aniversário;
III – no dia em que estiver regularmente convocado para comparecimento às sessões do Tribunal do Júri, mediante apresentação da respectiva convocação, independentemente de ser sorteado para compor o Conselho de Sentença;
IV – por 1 (um) dia de folga compensatória para cada sessão do Tribunal do Júri da qual efetivamente participar, mediante apresentação de certidão ou declaração expedida pelo Juízo competente.
Parágrafo único. A folga compensatória prevista no inciso IV deverá ser usufruída em data previamente ajustada com a chefia imediata, observado o interesse do serviço público, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da efetiva participação na sessão do Tribunal do Júri.
(...)
Art. 169 O servidor público ocupante de cargo de provimento efetivo, quando convocado para trabalhar em horário diverso de seu expediente, terá direito a adicional, pago por hora de trabalho prorrogado ou antecipado, calculado sobre o valor da hora normal, observado o seguinte:
I – acréscimo de 50% (cinquenta por cento), quando o serviço extraordinário for prestado em dias úteis;
II – acréscimo de 100% (cem por cento), quando o serviço extraordinário for prestado aos sábados, domingos e feriados.
§1º É vedado conceder adicional por serviço extraordinário para fins de remuneração de outros serviços ou encargos.
§2º É vedado conceder adicional por serviço extraordinário a ocupante de cargo em comissão.
§3º O adicional previsto no inciso II deste artigo não será devido ao servidor submetido a regime regular de escala, plantão ou jornada especial cuja remuneração já contemple, de forma específica, a prestação habitual de serviços aos sábados, domingos ou feriados.
§4º A prestação de serviço extraordinário dependerá de prévia autorização da autoridade competente, mediante justificativa fundamentada na necessidade temporária e excepcional do interesse público.
§5º O ponto facultativo decretado pelo Município não se equipara a sábado, domingo ou feriado para fins de incidência do adicional previsto no inciso II deste artigo, aplicando-se às horas extraordinárias eventualmente prestadas, quando caracterizada a antecipação ou a prorrogação da jornada regular de trabalho, o adicional previsto no inciso I".
Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Inimutaba, 25 de agosto de 2026.

EMERSOMM DANEZZI
Prefeito

Publicado por:
Marilene Mendes Dos Santos
Código Identificador:16650493

PREFEITURA MUNICIPAL DE INIMUTABA
LEI Nº 882/2026

LEI Nº 882, DE 25 DE AGOSTO DE 2026

Autoriza o Município de Inimutaba a conceder subvenção à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Curvelo/MG, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Inimutaba aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Fica o Porder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Curvelo/MG, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 16.881.336/0001-40, destinada ao desenvolvimento de atividades de atendimento especializado às pessoas com deficiencia residentes no Município de Inimutaba.
Art. 2º O valor total da contribuição será de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), a ser repassado em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), observados o Plano de Trabalho, o cronograma de desembolso e a vigência do instrumento de parceria.
§1º A parceria poderá ter vigência superior ao exercício financeiro em que for celebrada, observadas as disposições da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e da legislação orçamentária aplicável.
Art. 3º A liberação de cada parcela ficará condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira do Município, ao cumprimento das metas pactuadas e à regularidade da prestação de contas, quando exigível.
Art. 4º Os recursos serão destinados exclusivamente à execução do objeto previsto no Plano de Trabalho, sendo vedada sua utilização para finalidade diversa da pactuada.
Art. 5º A entidade beneficiária deverá prestar contas da aplicação dos recursos na forma prevista na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, no regulamento municipal e no instrumento de parceria.
Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão a conta das dotações orçamentárias próprias.
Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Inimutaba, 25 de agosto 2026.

EMERSOMM DANEZZI
Prefeito

Publicado por:
Marilene Mendes Dos Santos
Código Identificador:BC3B5BF2

PREFEITURA MUNICIPAL DE INIMUTABA
LEI Nº 883/2026

LEI Nº 883, DE 25 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a denominação de logradouro público municipal e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Inimutaba aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Fica denominada de Rua Juvenil Dias da Silva, a via pública localizada no Bairro São Judas Tadeu, no Município de Inimutaba/MG, identificada na Planta de Localização que integra o presente sob as coordenadas geográficas 18°44'31.77"S 44°21'57.32"W.
Art. 2º O Poder Executivo promoverá a atualização do cadastro municipal, bem como adotará as providências necessárias para a identificação oficial do logradouro.
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Inimutaba, 25 de agosto 2026.

EMERSOMM DANEZZI
Prefeito

Publicado por:
Marilene Mendes Dos Santos
Código Identificador:4717DC27

PREFEITURA MUNICIPAL DE INIMUTABA
TERMO ADITIVO - TRE-MG

Minuta

MINUTA DE TERMO ADITIVO

SEI nº 0000089-93.2026.6.13.8100
Cartório Eleitoral da 100ª Zona Eleitoral de Curvelo/MG
Acordo de Cooperação Técnica nº 09/2026- TRE-MG

.....TERMO ADITIVO AO ACORDO TÉCNICA DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS E O MUNICÍPIO DE INIMUTABA/MG

A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS**, CNPJ n.º 05.940.740/0001-21, com sede em Belo Horizonte/MG, na Avenida Prudente de Morais, n.º 100, Bairro Cidade Jardim, a seguir denominado **TREMG**, neste ato representado por sua Excelência a Senhora Juíza Eleitoral de Curvelo/MG, Erlânia Zica e Silva Lucas Pereira, de acordo com a delegação de competência contida no art. 1º da Portaria nº 176/2026 da Presidência deste Tribunal, publicada no DJE de 09/06/2026, e o **MUNICÍPIO DE INIMUTABA/MG**, CNPJ nº 17.694860/0001-75, com sede na Praça Coronel Francisco Mascarenhas, nº76, Bairro Centro, a seguir denominado **MUNICÍPIO**, neste ato representado por seu prefeito municipal, Emersomm Danezzi, vêm aditar o respectivo Acordo de Cooperação Técnica, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo é a alteração do Acordo de Cooperação Técnica em epígrafe.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES

I - Fica inserido na Cláusula Segunda do Acordo de Cooperação:

"**...**

II - DO MUNICÍPIO:
...

6 - Manter atualizado endereço, e-mail e telefone para contatos.
....
Parágrafo Terceiro: É vedado às candidatas e aos candidatos, aos órgãos partidários, às federações, às coligações ou a qualquer pessoa o fornecimento de transporte a eleitoras ou eleitores no dia da votação, nos termos do art. 10 da Lei nº 6.091/1974.
Parágrafo Quarto: É vedada a utilização deste acordo para fins de promoção pessoal, partidária ou eleitoral."

II - A Cláusula Sexta do Acordo de Cooperação passa a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA SEXTA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Em razão do presente instrumento, os partícipes poderão compartilhar, entre si, dados dos seus presidentes, diretores, conselheiros, representantes legais e contatos de empregados/servidores vinculados a este instrumento, obrigando-se a cumprir com as seguintes determinações:
Parágrafo Primeiro: Cumprir de forma integral com todas as determinações da Lei Geral de Proteção de Dados, Lei n° 13.709/2018 (doravante denominada "LGPD"), **assegurando que o tratamento de dados pessoais será compatível com as bases legais permitidas pela referida legislação** e comprometendo a acompanhar eventuais alterações ou regulamentações complementares acerca do tema.
Parágrafo Segundo: Adotar as melhores práticas do mercado de segurança da informação, além de implementar regras internas de governança, medidas técnicas, administrativas e organizacionais que garantam a inviolabilidade, confidencialidade, disponibilidade e integridades dos dados pessoais que tiverem acesso em razão deste instrumento, exigindo que todos os seus empregados/servidores, parceiros e afins também adotem as mesmas regras de governança (técnicas e administrativas), de acordo com as disposições da "LGPD".
Parágrafo Terceiro: Cada partícipe será responsável pelos prejuízos que ocasionar ao outro ou aos titulares dos dados, além de eventuais multas administrativas, decorrentes do descumprimento da "LGPD"."

III - A Cláusula Oitava do Acordo de Cooperação passa a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA OITAVA – DO FUNDAMENTO LEGAL
O presente instrumento é celebrado com fundamento no art. 184 da Lei nº 14.133/2021, nos arts. 24, I, e 25, II, do Decreto Federal nº 11.531/2023, na Resolução TSE nº 23.753/2026, na Portaria SEGES/MGI nº 3.506/2025 e na Portaria PRE nº 176/2026, no que tange à autorização para celebração do acordo."

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

A celebração do presente Termo Aditivo não acarretará despesas diretas adicionais aos partícipes.

CLÁUSULA QUARTA – DO FUNDAMENTO LEGAL

Este Termo Aditivo é celebrado com fundamento no art. 184 da Lei nº 14.133/2021, no Decreto Federal nº 11.531/2023, na Portaria SEGES/MGI nº 3.506/2025 e na Cláusula Nona, inciso II, do Acordo de Cooperação Técnica em epígrafe.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

O TREMG publicará o extrato do presente instrumento no Diário Oficial da União, no prazo de até 20 (vinte) dias, a contar de sua assinatura, consoante o art. 10 da Portaria SEGES/MGI nº 3.506/2025.

Parágrafo Único: Os partícipes divulgarão, nos respectivos sítios eletrônicos oficiais, o inteiro teor do instrumento celebrado, no prazo de que se trata o ***caput***.

CLÁUSULA SEXTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no Acordo de Cooperação não alteradas pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim ajustados e acordados, assinam os partícipes o presente instrumento de forma eletrônica.

Curvelo, 25 de agosto de 2026.

Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais
ERLÂNIA ZICA E SILVA LUCAS PEREIRA
Juíza Eleitoral da 100ª Zona de Curvelo/MG

Município de Inimutaba/MG
EMERSOMM DANEZZI
Prefeito Municipal

0000089-93.2026.6.13.8100	7744378v6

Publicado por:
Marilene Mendes Dos Santos
Código Identificador:48FBDF5D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRAÍ DE MINAS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
DECRETO MUNICIPAL Nº 045/2026, DE 03 DE AGOSTO DE 2026.

DECRETO MUNICIPAL Nº 045/2026, DE 03 DE AGOSTO DE 2026.

Institui a Política Municipal de Alfabetização no âmbito do Município de Iraí de Minas/MG, em consonância com a Lei Federal nº 15.247, de 31 de outubro de 2025, que dispõe sobre o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRAÍ DE MINAS/MG, em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, **CONSIDERANDO** o direito fundamental à educação previsto na Constituição Federal; **CONSIDERANDO** a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; **CONSIDERANDO** a Lei Federal nº 15.247, de 31 de outubro de 2025, que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA/RENALFA; **CONSIDERANDO** a adesão do Município ao Pacto Mineiro pela Alfabetização, em regime de colaboração com o Estado de Minas Gerais, com a finalidade de garantir a alfabetização de todas as crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, bem como promover a recomposição das aprendizagens até o final do 5º ano; **CONSIDERANDO** a necessidade de fortalecer as políticas educacionais voltadas à alfabetização na idade certa e à melhoria da aprendizagem na rede municipal de ensino; **DECRETA: CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS Art. 1º** Fica instituída a Política Municipal de Alfabetização de Iraí de Minas, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, com o objetivo de assegurar que todas as crianças da rede municipal de ensino estejam alfabetizadas até o final do 2º ano do Ensino Fundamental. **Art. 2º** A Política Municipal de Alfabetização será implementada pela Secretaria Municipal de Educação, em regime de colaboração com a União e o Estado de Minas Gerais, em consonância com o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA. **Art. 3º** São princípios da Política Municipal de Alfabetização: I – Garantia do direito à alfabetização de todas as crianças; II – Equidade educacional e redução das desigualdades de aprendizagem; III – Valorização dos profissionais da educação; IV – Respeito à diversidade cultural, social e regional; V – Colaboração entre os entes federativos; VI – Promoção de práticas pedagógicas baseadas em evidências científicas. **CAPÍTULO II – DOS OBJETIVOS Art. 4º** São objetivos da Política Municipal de Alfabetização: I – Garantir a alfabetização de todas as crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental; II – Promover a recomposição das aprendizagens dos estudantes com defasagens em leitura e escrita; III – Fortalecer práticas pedagógicas voltadas ao letramento e à fluência leitora; IV – Ampliar o acesso a materiais didáticos e literários adequados; V – Estimular a participação da família e da comunidade no processo de alfabetização. **CAPÍTULO III – DOS EIXOS ESTRATÉGICOS Art. 5º** A Política Municipal de Alfabetização será desenvolvida pela Secretaria Municipal de Educação com base nos seguintes eixos: I – Formação continuada de professores, gestores e coordenadores pedagógicos; II – Acompanhamento pedagógico sistemático das turmas de alfabetização; III – Avaliação diagnóstica e formativa, com monitoramento contínuo da aprendizagem por meio da análise de resultados; IV – Disponibilização de materiais didáticos e literários adequados ao processo de alfabetização; V – Fortalecimento da gestão escolar com foco na aprendizagem; VI – Incentivo a práticas de leitura, incluindo projetos como: Maleta do Viajante; Era Uma Vez... Descobrindo os Contos; Desafio Literário; Cantando e Lendo o Brasil; Viajando no Mundo da Leitura; VII – Desenvolvimento de práticas pedagógicas contextualizadas e interdisciplinares que promovam a aplicação da Matemática em situações do cotidiano, por meio de oficinas, desafios, jogos, experimentações e resolução de problemas, fortalecendo o raciocínio lógico e a aprendizagem significativa dos estudantes através do projeto Matemática em Ação; VIII – Integrar o uso da Inteligência Artificial ao ensino da Matemática, promovendo atividades que estimulem a personalização da aprendizagem, a investigação matemática, a resolução de problemas e o desenvolvimento das competências digitais de estudantes e professores; IX – Utilizar a Olimpíada de Matemática para desenvolver o raciocínio lógico dos alunos, utilizando as quatro operações (adição, subtração, multiplicação e divisão), e desenvolver o cálculo e a interpretação de problemas por meio de desafios matemáticos. **CAPÍTULO IV – DA GOVERNANÇA Art. 6º** Fica instituído o Comitê Municipal de Alfabetização, vinculado à Secretaria Municipal de Educação. **Art. 7º** Compete ao Comitê Municipal de Alfabetização: I – Acompanhar a implementação da Política Municipal de Alfabetização; II – Monitorar os indicadores de aprendizagem; III – Propor estratégias para a melhoria dos resultados educacionais; IV – Articular ações entre as unidades escolares, a Secretaria Municipal de Educação e a comunidade. **Art. 8º** O Comitê Municipal de Alfabetização será composto por: I – Representantes da Secretaria Municipal de Educação; II – Gestores escolares; III – Coordenadores pedagógicos; IV – Professores alfabetizadores; V – Representantes do Conselho Municipal de Educação. **CAPÍTULO V – DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO Art. 9º** A Secretaria Municipal de Educação promoverá avaliações diagnósticas e formativas periódicas, em articulação com o CNCA, CAEd e a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, para acompanhamento do desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes. **Art. 10º** Os resultados das avaliações subsidiarão o planejamento de ações pedagógicas, com foco na intervenção e na recomposição das aprendizagens. **CAPÍTULO VI – DISPOSIÇÕES FINAIS Art. 11º** A Secretaria Municipal de Educação poderá expedir normas complementares necessárias à execução deste Decreto. **Art. 12º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. **REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.**

Gabinete do Prefeito Municipal de Iraí de Minas/MG, aos 03 dias do mês de agosto do ano de 2026.

CLEITON GOMES DA CRUZ,
Prefeito Municipal, 03/08/2026.

Publicado por:
Evelyn Florence Faria Correa
Código Identificador:70E264CC

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO. INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO Nº 009/2026. PROCESSO N° 075/2026.

EXTRATO DE CONTRATO. INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO Nº 009/2026. PROCESSO N° 075/2026. CONTRATANTE: Município de Iraí de Minas/MG. Objeto:

Chamamento público/Credenciamento de empresas classificadas como hotel localizadas no município Iraí de Minas-MG, para prestação de serviços de hospedagem, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Administração, conforme especificações, condições, quantitativos e exigências estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I, deste edital. Empresas contratadas: MEBC SERVIÇOS MÉDICOS LTDA (CNPJ nº: 48.729.104/0001-68), valor global: R$ 672.500,00 (seiscentos e setenta e dois mil e quinhentos reais); LUIZ GONZAGA DE REZENDE JÚNIOR (CNPJ nº 24.684.974/0001-08), valor global: R$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais); SERVIÇOS MÉDICOS FREITAS LTDA (CNPJ nº: 61.446.358/0001-37), valor global: R$ 490.500,00 (quatrocentos e noventa mil e quinhentos reais); M H SAÚDE E TRANSPORTES LTDA (CNPJ nº: 37.396.205/0001-48), valor global: R$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais); ISADORA CRISTINA PIRES ROSA CLÍNICAS MÉDICAS LTDA (CNPJ nº: 52.808.548/0001-66), valor global: R$ 490.500,00 (quatrocentos e noventa mil e quinhentos reais); PAULO VITOR PEREIRA CARNEIRO REZENDE LTDA (CNPJ nº: 61.909.731/0001-49), valor global: R$ 490.500,00 (quatrocentos e noventa mil e quinhentos reais); DOUGLAS AMARAL DE CARVALHO (CNPJ nº: 14.181.947/0001-50), valor global: R$ 645.250,00 (seiscentos e quarenta e cinco mil e duzentos e cinquenta reais); CAMILA VAN RIEL SERVIÇOS MÉDICOS LTDA (CNPJ nº: 59.312.646/0001-57), valor global: R$ 904.500,00 (novecentos e quatro mil e quinhentos reais); MIKE VINICIUS CANTO ANDRADE (CNPJ nº: 62.214.270/0001-52), valor global: R$ 490.500,00 (quatrocentos e noventa mil e quinhentos reais); CAMILA VIEIRA (CNPJ nº: 22.071.471/0001-23), valor global: R$ 980.500,00 (novecentos e oitenta mil e quinhentos reais); CLINIC SERVIÇOS MÉDICOS LTDA (CNPJ nº: 64.001.101/0001-60), valor global: R$ 490.500,00 (quatrocentos e noventa mil e quinhentos reais). Prazo de vigência: 12 (doze) meses.

CLEITON GOMES DA CRUZ,
Prefeito Municipal, 06/08/2026.

Publicado por:
Evelyn Florence Faria Correa
Código Identificador:E23CF598

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO. INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO Nº 009/2026. PROCESSO N° 075/2026.

EXTRATO DE CONTRATO. INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO Nº 009/2026. PROCESSO N° 075/2026. CONTRATANTE: Município de Iraí de Minas/MG. Objeto: Chamamento público/Credenciamento de empresas classificadas como hotel localizadas no município Iraí de Minas-MG, para prestação de serviços de hospedagem, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Administração, conforme especificações, condições, quantitativos e exigências estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I, deste edital. Empresas contratadas: CLÍNICA MÉDICA CENCI LTDA (CNPJ nº: 32.121.761/0001-98), valor global: R$ 1.208.500,00 (um milhão e duzentos e oito mil e quinhentos reais); MARIA CLARA SILVA CARDOSO (CNPJ nº: 61.174.476/0001-33), valor global: R$ 490.500,00 (quatrocentos e noventa mil e quinhentos reais); JÉSSICA FLÁVIA PEDROSA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA (CNPJ nº: 46.958.504/0001-10); valor global: R$ 490.500,00 (quatrocentos e noventa mil e quinhentos reais).Prazo de vigência: 12 (doze) meses.

CLEITON GOMES DA CRUZ,
Prefeito Municipal, 06/08/2026.

Publicado por:
Evelyn Florence Faria Correa
Código Identificador:EDC8C27A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO. INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO Nº 009/2026. PROCESSO N° 075/2026.

EXTRATO DE CONTRATO. INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO Nº 009/2026. PROCESSO N° 075/2026. CONTRATANTE: Município de Iraí de Minas/MG. Objeto: Chamamento público/Credenciamento de empresas classificadas como hotel localizadas no município Iraí de Minas-MG, para prestação de serviços de hospedagem, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Administração, conforme especificações, condições, quantitativos e exigências estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I, deste edital. Empresas contratadas: PALOMA RIANI RESENDE LTDA (CNPJ nº: 61.992.135/0001-75), valor global: R$ 50.400,00 (cinquenta mil e quatrocentos reais). Prazo de vigência: 12 (doze) meses.

CLEITON GOMES DA CRUZ,
Prefeito Municipal.
21/08/2026.

Publicado por:
Evelyn Florence Faria Correa
Código Identificador:B2C133B1

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO. INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO Nº 009/2026. PROCESSO N° 075/2026.

EXTRATO DE CONTRATO. INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO Nº 009/2026. PROCESSO N° 075/2026. CONTRATANTE: Município de Iraí de Minas/MG. Objeto: Chamamento público/Credenciamento de empresas classificadas como hotel localizadas no município Iraí de Minas-MG, para prestação de serviços de hospedagem, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Administração, conforme especificações, condições, quantitativos e exigências estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I, deste edital. Empresas contratadas: CRISTIENE MUNDIM COBUCCI SANCHEZ LTDA (CNPJ nº: 19.237.555/0001-80), valor global: R$ 867.500,00 (oitocentos e sessenta e sete mil e quinhentos reais).Prazo de vigência: 12 (doze) meses.

CLEITON GOMES DA CRUZ,
Prefeito Municipal. 07/08/2026.

Publicado por:
Evelyn Florence Faria Correa
Código Identificador:28712838

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO. INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO Nº 009/2026. PROCESSO N° 075/2026.

EXTRATO DE CONTRATO. INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO Nº 009/2026. PROCESSO N° 075/2026. CONTRATANTE: Município de Iraí de Minas/MG. Objeto: Chamamento público/Credenciamento de empresas classificadas como hotel localizadas no município Iraí de Minas-MG, para prestação de serviços de hospedagem, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Administração, conforme especificações, condições, quantitativos e exigências estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I, deste edital. Empresas contratadas: BB ELIAS SERVIÇOS MÉDICOS LTDA (CNPJ nº: 50.728.649/0001-00), valor global: R$ 735.500,00 (setecentos e trinta e cinco mil e quinhentos reais). Prazo de vigência: 12 (doze) meses.

CLEITON GOMES DA CRUZ,
Prefeito Municipal, 19/08/2026.

Publicado por:
Evelyn Florence Faria Correa
Código Identificador:09CA28AC

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO/AUTORIZAÇÃO. CREDENCIAMENTO Nº 009/2026. PROCESSO N° 075/2026.

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO/AUTORIZAÇÃO. CREDENCIAMENTO Nº 009/2026. PROCESSO N° 075/2026. CONTRATANTE: Município de Iraí de Minas/MG. Objeto: Chamamento público/credenciamento de pessoa jurídica para prestação de serviços médicos na forma de plantões, para realizar

atendimento ambulatorial (consultas) especializadas, pequenas cirurgias e realização de exames especializados para atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, nas Unidade Básicas de Saúde do município de Iraí de Minas - MG, conforme especificações e características constantes do Termo de Referência - Anexo I, deste edital. O município de Iraí de Minas/MG homologa o(s) seguinte(s) serviço(s) para a(s) licitante(s) credenciada(s): BB ELIAS SERVIÇOS MÉDICOS LTDA (CNPJ nº: 50.728.649/0001-00), itens: 19149, 19150, 15255 e 15269.Prazo de vigência: 12 (doze) meses.

CLEITON GOMES DA CRUZ,
Prefeito Municipal, 11/08/2026.

Publicado por:
Evelyn Florence Faria Correa
Código Identificador:14BC4924

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE RETIFICAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO/AUTORIZAÇÃO. CREDENCIAMENTO Nº 009/2026. PROCESSO N° 075/2026.

EXTRATO DE RETIFICAÇÃO HOMOLOGAÇÃO/AUTORIZAÇÃO. CREDENCIAMENTO Nº 009/2026. PROCESSO N° 075/2026. CONTRATANTE: Município de Iraí de Minas/MG. Objeto: Chamamento público/credenciamento de pessoa jurídica para prestação de serviços médicos na forma de plantões, para realizar atendimento ambulatorial (consultas) especializadas, pequenas cirurgias e realização de exames especializados para atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, nas Unidade Básicas de Saúde do município de Iraí de Minas - MG, conforme especificações e características constantes do Termo de Referência - Anexo I, deste edital. Fica retificada a publicação do Diário Oficial dos Municípios Mineiros (AMM), Edição nº 4332 de 05/08/2026, onde se lê: O município de Iraí de Minas/MG homologa o(s) seguinte(s) serviço(s) para a(s) licitante(s) credenciada(s): DOUGLAS AMARAL DE CARVALHO (CNPJ nº: 14.181.947/0001-50), itens: 19149, 19150, 14661, 21805, 21806, 21808; Leia –se: DOUGLAS AMARAL DE CARVALHO (CNPJ nº: 14.181.947/0001-50), itens: 19149, 19150, 14661 e 21805. Prazo de vigência: 12 (doze) meses.

CLEITON GOMES DA CRUZ,
Prefeito Municipal, 26/08/2026.

Publicado por:
Evelyn Florence Faria Correa
Código Identificador:02C34AD2

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE RETIFICAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO/AUTORIZAÇÃO. CREDENCIAMENTO Nº 009/2026. PROCESSO N° 075/2026.

EXTRATO DE RETIFICAÇÃO HOMOLOGAÇÃO/AUTORIZAÇÃO. CREDENCIAMENTO Nº 009/2026. PROCESSO N° 075/2026. CONTRATANTE: Município de Iraí de Minas/MG. Objeto: Chamamento público/credenciamento de pessoa jurídica para prestação de serviços médicos na forma de plantões, para realizar atendimento ambulatorial (consultas) especializadas, pequenas cirurgias e realização de exames especializados para atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, nas Unidade Básicas de Saúde do município de Iraí de Minas - MG, conforme especificações e características constantes do Termo de Referência - Anexo I, deste edital. Fica retificada a publicação dada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros (AMM), Edição nº 4332 de 05/08/2026, onde se lê: O município de Iraí de Minas/MG homologa o(s) seguinte(s) serviço(s) para a(s) licitante(s) credenciada(s): CLÍNICA MÉDICA CENCI LTDA (CNPJ nº: 32.121.761/0001-98), itens: 19149, 19150, 15265 e 21810; Leia – se: CLÍNICA MÉDICA CENCI LTDA (CNPJ nº: 32.121.761/0001-98), itens: 19149, 19150, 15265, 21810, 21806 e 21808. Prazo de vigência: 12 (doze) meses.

CLEITON GOMES DA CRUZ,
Prefeito Municipal, 26/08/2026.

Publicado por:
Evelyn Florence Faria Correa
Código Identificador:D2612D12

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO. CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2026. PROCESSO Nº 025/2026.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO. CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2026. PROCESSO Nº 025/2026. O Município de Iraí de Minas/MG e a empresa: EXTREMA CONSTRUTORA LTDA - ME; firmam aditamento ao contrato celebrado, realizando acréscimo no importe de 13,19% (treze vírgula dezenove por cento), supressão no importe de 3,60% (três vírgula sessenta por cento) e inclusão de 12,40% (doze vírgula quarenta por cento) dos valores referentes ao contrato, passando o valor global contratado para R$ 735.623,07 (setecentos e trinta e cinco mil, seiscentos e vinte e três reais e sete centavos), ficando o vencimento da execução contratual para o dia 21/12/2026 e a vigência contratual para o dia 31/12/2026.

Iraí de Minas/MG, 26 de agosto de 2026.

CLEITON GOMES DA CRUZ,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Evelyn Florence Faria Correa
Código Identificador:B54B676D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAMPRUCA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAMPRUCA
AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAMPRUCA, Concorrência Presencial SRP nº 04/2026
Republicação. Tipo: menor preço por global. Regime: empreitada por preço global, abertura no dia 11/09/2026, as 08h:30min. Objeto: contratação de empresa especializada para execução de calçamento em pavimento intertravado em bloco sextavado no trecho da estrada saída para o Distrito Barroso, zona rural, Município de Jampruca, conforme especificações e projetos. Local da sessão: sala de licitação, situada a Praça Jorge Agostinho, 56, centro. Consulta ao edital e divulgação de informações: www.jampruca.mg.gov.br.

WELISTON FERREIRA DE ASSIS –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
John Lennon da Silva Souza
Código Identificador:889B77E1

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA FORMOSA-MG

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA FORMOSA-MG
RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE 004/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA FORMOSA/MG.
Ratifico a Inexigibilidade de Licitação nº 004/2026 - Processo de Licitação nº 062/2026, tendo como objeto a Contratação de prestação de serviços de consultoria e assessoria em Gestão Pública Municipal, exclusivamente na área contábil, abrangendo as atividades financeiras, orçamentárias, patrimoniais e operacionais, com foco no acompanhamento e orientação técnica para os setores pertinentes, em favor da empresa Rodrigues Consultoria e Assessoria Contábil Ltda, CNPJ 56.186.304/0001-40, Contrato 0139/2026, Vigência 01/09/2026 a 01/09/2027, no valor global de R$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais). Maiores informações: https://lagoaformosa.mg.gov.br

Lagoa Formosa, 26 de agosto de 2026.

JOSÉ WILSON AMORIM –
Prefeito Municipal de Lagoa Formosa.

Publicado por:
Bruna Cristina Lima Oliveira
Código Identificador:01C1EC5E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMA DUARTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMA DUARTE
AVISO DE CANCELAMENTO DE ITEM - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2026 –

DECISÃO ADMINISTRATIVA PROVERIDA PELA AUTORIDADE COMPETENTE: Cancelamente/anulação do item 71 – "Café torrado e moído, pacote de 500g". Justificativa: Acatamento da Decisão monocrática proferida pelo Tribunal de Contas do Estado de MG Processo 1.217.805. Informações adicionais estão à disposição com a CPL, na Rua Tancredo Alves, 57, Centro – em horário comercial ou pelo telefone (32) 3281.1282 e/ou pelo e-mail licitacao@limaduarte.mg.gov.br.

Publicado por:
Fernanda Carelli da Silva
Código Identificador:E6092456

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMA DUARTE
AVISO DE PUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026

A Prefeitura Municipal de Lima Duarte torna público o PL n° 146/2026 na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026. Objeto: Aquisição de implementos agrícolas para atendimento de demandas do Departamento de Agricultura e Pecuaria junto aos pequenos e médios produtores rurais do município, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Data final da entrega das propostas: às 09:00h do dia 09/09/2026. Data de abertura das propostas e sessão de disputa: às 09:01h do dia 09/09/2026. Local de realização da sessão: Portal de Compras Públicas - www.portaldecompraspublicas.com.br. Informações sobre o edital estão à disposição dos interessados no site http://www.limaduarte.mg.gov.br/, com a CPL, na Rua Tancredo Alves, 57, Centro – em horário comercial ou pelo telefone (32) 3281.1282 e/ou pelo e-mail licitacao@limaduarte.mg.gov.br.

Publicado por:
Fernanda Carelli da Silva
Código Identificador:9364634C

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMA DUARTE
AVISO DE PUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2026

A Prefeitura Municipal de Lima Duarte torna público o PL n° 151/2026 na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2026. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de fornecimento de acesso à Internet por fibra óptica, com conexão ilimitada, disponibilidade de uso 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, incluindo fornecimento, em regime de comodato, de todos os equipamentos necessários ao funcionamento do serviço. Data final da entrega das propostas: às 09:00h do dia 11/09/2026. Data de abertura das propostas e sessão de disputa: às 09:01h do dia 11/09/2026. Local de realização da sessão: Portal de Compras Públicas - www.portaldecompraspublicas.com.br. Informações sobre o edital estão à disposição dos interessados no site http://www.limaduarte.mg.gov.br/, com a CPL, na Rua Tancredo Alves, 57, Centro – em horário comercial ou pelo telefone (32) 3281.1282 e/ou pelo e-mail licitacao@limaduarte.mg.gov.br.

Publicado por:
Fernanda Carelli da Silva
Código Identificador:F54E1504

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIA DA FÉ

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE MARIA DA FÉ
RATIFICAÇÃO

Processo n° 084/2026
Inexigibilidade n° 014/2026
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA EXECUÇÃO DAS OFICINAS SOCIOEDUCATIVAS PARA ATENDIMENTO DO PÚBLICO ATENDIDO PELO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL À FAMÍLIA (PAIF) DESENVOLVIDO PELO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
(CRAS) WALTER MUSSULINI SARNO, EM ATENDIMENTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.
Ratificação
RATIFICO PROCESSO LICITATÓRIO Nº084/2026 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 14/2026 CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 01/2026, PARA QUE PRODUZA OS JURÍDICOS E LEGAIS EFEITOS.
62.880.358 BRENNER DE ASSIS ANTUNES - CNPJ: 62.880.358/0001-03
Valor Total de R$ 12.000,00 (doze mil reais)
67.633.319 MARIA DE LOURDES MOREIRA BARBOSA - CNPJ: 67.633.319/0001-25
Valor Total de R$ 12.000,00 (doze mil reais)
68.106.823 GABRIELLE RIBEIRO DA SILVA - CNPJ: 68.106.823/0001-30
Valor Total de R$ 12.000,00 (doze mil reais)

MARIA DA FÉ, 20 de Agosto de 2026.

ADILSON DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carlos Alberto Lemes
Código Identificador:E428DC60

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATEUS LEME

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATEUS LEME
EXTRATO ADITIVO

EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

A Prefeitura Municipal de Mateus Leme, por intermédio da Assessoria de Licitação e Contratos, torna público para o conhecimento dos interessados, a celebração do PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 98/2025, DISPENSA N° 15/2025, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 203/2025

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Mateus Leme, CNPJ nº 18.715.433/0001-99.

CONTRATADA: Ambbiente Solucoes LTDA sob nº 19.049.368/0001-72

Objeto Contratual: Contratação de empresa juridica para treinamento sobre saude e segurança do trabalho a ser realizada pela SIPAT – semana interna de prevenção de acidentes com o objetivo de garantir a saude e segurança no trabalho dos funcionarios publicos a fim de evitar acidentes de trabalho e doenças ocupacionais

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato de Prestação de Serviços nº 98/2025 Processo – 203/2025 Dispensa – 15/2025, pelo período de 12 (doze) meses, com início em 21 de agosto de 2026 e término em 20 de agosto de 2027, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de

Administração, formalizada por meio da Comunicação Interna n° 195/2026 e devidamente juntada aos autos do processo administrativo.

Fundamentação Legal: O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento no Artigo 105 da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações.

A íntegra do processo está disponível na Sede da Prefeitura, localizada à Rua Pereira Guimarães, nº 08, Centro, na Assessoria de Licitações e Contratos, no horário de 08:00 às 16:00h. Outras informações pelo telefone (31) 3537-5805 ou pelo e-mail contratoslicitacao@mateusleme.mg.gov.br.

Mateus Leme, 26 de agosto de 2026.

Assessoria de Licitações e Contratos.

Publicado por:
Vitoria Stefany de Oliveira
Código Identificador:FBD84C53

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATEUS LEME
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

A Prefeitura Municipal de Mateus Leme, por intermédio da Assessoria de Licitação e Contratos, torna público para o conhecimento dos interessados, a celebração do **PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 102/2025, PROCESSO Nº 216/2025 – DISPENSA Nº 19/2025**

Contratante: Prefeitura Municipal de Mateus Leme, CNPJ nº 18.715.433/0001-99.

Contratada: RESIDENCIAL FRANCISCA SENIOR – CNPJ: 49.697.890/0001-21

Objeto Contratual: DISPENSA EMERGENCIAL VISANDO A CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA O IDOSO V.G.D.S CONFORME PA Nº 02.16.0231.0184781.2025-15 MPMG, DEVIDAMENTE REGULARIZADA E HABILITADA, COM ESTRUTURA FÍSICA, VISANDO O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE PESSOA IDOSA EM SITUAÇÃO DE RISCO PESSOAL E SOCIAL DECORRENTE DE DEBILIDADE DE SAÚDE FÍSICA E AUSÊNCIA DE FAMILIARES OU REDE DE APOIO, COM OFERTA DE ATENDIMENTO INTEGRAL, CONTÍNUO E HUMANIZADO, INCLUINDO SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO, CUIDADOS DE HIGIENE, AC

Objeto do termo aditivo: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 102/2025, pelo período de 12 (doze) meses, com início em 28 de agosto de 2026 e término em 27 de agosto de 2027, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Fundamentação Legal: A prorrogação do prazo de vigência do contrato encontra amparo legal no Artigo 105, da Lei Federal nº 14.133/2021.

A íntegra do processo está disponível na Sede da Prefeitura, localizada à Rua Pereira Guimarães, nº 08, Centro, na Assessoria de Licitações e Contratos, no horário de 08:00 às 16:00h. Outras informações pelo telefone (31) 3537-5805 ou pelo e-mail contratoslicitacao@mateusleme.mg.gov.br.

Mateus Leme, 26 de agosto de 2026.

Assessoria de Licitações e Contratos.

Publicado por:
Aliny Pongeluppe Fonseca
Código Identificador:146EE27C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATIAS BARBOSA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATIAS BARBOSA
AVISO DE CANCELAMENTO DE SESSÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATIAS BARBOSA
AVISO DE CANCELAMENTO DE SESSÃO
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL – SRP - Nº 041/2026

Objeto: *REGISTRO DE PREÇOS visando a* contratação de empresa para fornecimento de refeições para servidores e pacientes da Policlínica Municipal e servidores de outros Departamentos Da Prefeitura Municipal de Matias Barbosa.

***DECISÃO:* Por conveniência da administração, fica CANCELADA a sessão pública, designada para o dia 27/08/2026, sendo certo ainda que o edital será republicado oportunamente.**

ALEXEI VASSILI PAÇO ROSA
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Jennifer Peres Querino de Medeiros
Código Identificador:D8ED04F4

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRAÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRAÍ
DECRETO Nº 104, DE 02 DE JULHO DE 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRAÍ

DECRETO Nº 104, DE 02 DE JULHO DE 2026.

Institui a Política Municipal de Alfabetização do Município de Miraí.

O Prefeito Municipal de Miraí, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições e na forma da lei,

Considerando o disposto nos arts. 205, 206, 211 e 214 da Constituição da República Federativa do Brasil, que asseguram o direito à educação e estabelecem o regime de colaboração entre os entes federativos;

Considerando o disposto na Lei nº 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

Considerando o disposto na Lei nº 15.388/2026, que aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências;

Considerando o disposto na Lei nº 13.146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);

Considerando o disposto no Decreto 11.556/2023, que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

Considerando o Decreto Estadual nº 48.939/2024 que instituiu o Pacto Mineiro pela Alfabetização no âmbito de Minas Gerais;

Considerando a necessidade de estabelecer diretrizes permanentes para assegurar o direito de todas as crianças à alfabetização na idade adequada, mediante ações articuladas entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental;
Considerando a necessidade de promover políticas públicas voltadas ao fortalecimento da aprendizagem, à formação continuada dos profissionais da educação, ao monitoramento dos resultados educacionais e à melhoria da qualidade do ensino na Rede Municipal de Educação.

DECRETA

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Fica instituída a Política Municipal de Alfabetização como instrumento orientador das ações, programas e estratégias para assegurar a alfabetização de estudantes desde a pré-escola (turmas de Pré I, Pré II) até o final do 2º ano do Ensino Fundamental Anos Iniciais I Ciclo, promovendo ações articuladas e sustentadas nas legislações nacionais e diretrizes pedagógicas atualizadas.

Art. 2º. Para fins do disposto neste Decreto, consideram-se:
I. A garantia do direito à educação de qualidade e inclusiva, respeitando a diversidade sociocultural e as necessidades específicas dos educandos;
II. A articulação entre educação infantil e ensino fundamental, assegurando a continuidade pedagógica;
III. Alfabetização em Língua Portuguesa - aprendizagem do sistema de escrita alfabética, com domínio de suas convenções, com autonomia para a produção de textos escritos e leitura de textos com fluência e compreensão;
IV. Letramento em Língua Portuguesa - uso da linguagem em práticas sociais de leitura e escrita;
V. Alfabetização em Matemática - uso de conceitos matemáticos em diferentes contextos e práticas sociais;
VI. Compreensão de alfabetização e letramento como processos indissociáveis;
VII. A formação contínua e valorização dos profissionais da educação;
VIII. A integração entre as políticas públicas municipais voltadas para a infância;
IX. O monitoramento e avaliação permanente dos processos de ensino e aprendizagem.

CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

Art. 3º. São princípios da Política Municipal de Alfabetização:
I - integração e cooperação entre os entes federativos, respeitado o disposto no § 1º do art. 211 da Constituição da República Federativa do Brasil, promovendo a colaboração entre União, Estados e Municípios para a melhoria contínua do processo de alfabetização;
II - adesão voluntária a programas e ações do Ministério da Educação que corroborem o Currículo da Rede Municipal de Ensino, assegurando que as iniciativas nacionais complementem e fortaleçam as diretrizes locais;
III - implantação de programas e ações voltadas à alfabetização no âmbito da Rede Municipal de Ensino, com foco na promoção de práticas pedagógicas inovadoras e inclusivas;
IV - valorização e desenvolvimento de programas de formação continuada de professores alfabetizadores, coordenadores e gestores, assegurando que os profissionais estejam constantemente atualizados com as práticas de ensino de alfabetização e letramento nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática.
V - adoção da concepção interacionista de linguagem, em que a língua é o recurso para realizar ações linguísticas, o meio para a interação social, o diálogo, a produção e construção de sentidos, em situações de leitura, escrita e oralidade;
VI - aquisição da língua escrita com função social, como instrumento de oportunidades, superação de vulnerabilidades sociais e condição para o exercício pleno da cidadania, sendo seu ensino por meio da sistematização de escrita alfabética e dos diferentes gêneros textuais;
VII - valorização do letramento e das práticas sociais letradas desde a Educação Infantil ao Ensino Fundamental;
VIII - valorização de uma metodologia dialógica e reflexiva na alfabetização e no letramento matemático, que possibilite aos estudantes a construção e a compreensão dos conceitos matemáticos por meio da resolução de problemas;

Art. 4º. São objetivos da Política Municipal de Alfabetização:
I - assegurar que as crianças desde a pré-escola (turmas de pré I, pré II) tenham garantidos o acesso a criação de uma cultura de leitura, escrita e oralidade na rotina das crianças, e a ampliação das suas experiências com a linguagem escrita com promoção de reflexões sobre o significado da infância e sobre como aproximar as crianças de experiências que façam sentido em suas vidas
II - assegurar que todos os estudantes sejam alfabetizados até o final do 2º ano garantindo o direito à alfabetização como elemento estruturante para a construção de trajetórias escolares bem sucedidas;
III - implementar programas e ações voltadas à alfabetização no âmbito da Rede Municipal de Ensino.
IV- fomentar pesquisas voltadas ao desenvolvimento de adequações pedagógicas, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com o objetivo de promover o ensino e a aprendizagem de estudantes público-alvo da educação inclusiva, assegurando condições de acessibilidade plena;
V- selecionar e ampliar a aquisição de tecnologias educacionais para a alfabetização de estudantes, assegurada a diversidade de recursos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados no processo de ensino-aprendizagem;
VI - participar, anualmente, avaliações de larga escala da alfabetização dos estudantes, bem como estimular as escolas a criarem os respectivos instrumentos de monitoramento e avaliação, considerando a realidade de cada comunidade escolar, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os estudantes até o final do 2º ano do Ensino Fundamental.

CAPÍTULO III
DAS DIRETRIZES

Art. 5º. Constituem diretrizes para a implementação da Política Municipal de Alfabetização:
I - priorização da alfabetização até os dois primeiros anos do Ensino Fundamental;
II - incentivo a práticas de ensino para o desenvolvimento da linguagem oral, leitura e formação leitora a partir da Educação Infantil, sendo as ações intensificadas nas turmas de Pré I, Pré II e mantidas nos demais anos escolares;
III - estímulo aos hábitos de leitura e escrita de diferentes gêneros textuais e à apreciação literária por meio de ações que os integrem a prática cotidiana das famílias e/ou responsáveis, escolas, bibliotecas e de outras instituições educacionais;
IV - valorização do professor alfabetizador, reconhecendo seu papel fundamental no processo de ensino – aprendizagem;
V - promoção de estudos nas unidades educacionais aos professores alfabetizadores, realizadas pelas equipes pedagógicas das unidades escolares e dos formadores das equipes de orientadores pedagógicos ou formadores da Secretaria Municipal de Educação;
VI - fortalecimento das equipes gestoras das unidades escolares por meio de estudo/mentorias e ações formativas;
VII - fortalecimento das equipes técnico-pedagógicas (orientadores pedagógicos, formadores) com a participação em palestras, congressos, simpósios e afins, relacionados à alfabetização e ao letramento;
VIII - elaboração de materiais pedagógicos, pela equipe técnico-pedagógica (orientadores pedagógicos, formadores) da Secretaria Municipal de Educação, para subsidiar o planejamento dos professores de Educação Infantil e professores alfabetizadores;
IX - fundamentação nos estudos e encaminhamentos orientados pela BNCC, pelo Currículo da Educação Infantil e do Ensino Fundamental Anos Iniciais e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica.

CAPÍTULO IV
DO PÚBLICO-ALVO

Art. 6º. A Política Municipal de Alfabetização tem por público-alvo:
I-crianças matriculadas na Educação Infantil nas turmas de pré I, pré II;
II-estudantes das turmas de 1º e 2º anos do Ensino Fundamental;
III-estudantes dos ciclos subsequentes do Ensino Fundamental que apresentam níveis aquém do esperado na alfabetização;
Parágrafo único. São beneficiários prioritários da Política Municipal de Alfabetização os grupos a que se referem os incisos I e II do caput deste artigo.

Art. 7º. São agentes envolvidos na Política Municipal de Alfabetização:

I - professores da Educação Infantil atuantes nas turmas de Pré I e Pré II;
II - professores atuantes nas turmas de 1º e 2º ano do Ensino Fundamental;
III - pedagogos escolares que atuam com turmas de 1º e 2º ano do Ensino Fundamental;
IV - diretores escolares de turmas de 1º e 2º ano do Ensino Fundamental;
V - demais profissionais que atuam nas unidades educacionais (turmas de 1º e 2º ano do Ensino Fundamental);
VI - equipe técnico-pedagógica (Orientador pedagógico / Formadores) da Secretaria Municipal da Educação (turmas de 1º e 2º ano do Ensino Fundamental);
VII - comunidade escolar.

CAPÍTULO V
DA IMPLEMENTAÇÃO

Art. 8º. A Política Municipal de Alfabetização será implementada por meio de programas e ações que incluam:
I - orientações curriculares e estabelecimento de metas objetivas, propostas a partir dos documentos legais, para a Educação Infantil (turmas de Pré I, Pré II) e para as turmas de 1º e 2º Ano do Ensino fundamental;
II - formação de professores de Educação Infantil (atuantes nas turmas de Pré I, Pré II), e de turmas de 1º e 2º ano do Ensino Fundamental voltada para a alfabetização e letramento;
III - ênfase no ensino de conhecimentos linguísticos e matemáticos e de metodologia de ensino de Língua Portuguesa e Matemática em programas de formação continuada de professores da Educação Infantil atuantes nas turmas de Pré I, Pré II, e de professores de turmas de 1º e 2º Ano do Ensino Fundamental;
IV - promoção de mecanismos de certificação de professores alfabetizadores;
V - formação de gestores educacionais para dar suporte pedagógico aos professores da Educação Infantil atuantes nas turmas de Pré I e Pré II, aos professores alfabetizadores do Ensino Fundamental e às crianças e aos estudantes;
VI - seleção e/ou produção de materiais didático-pedagógicos destinados à alfabetização, com promoção de formação de professores para o uso desses materiais;
VII - produção e disseminação de materiais com pesquisas de fundamentação teórica e encaminhamentos metodológicos, e de boas práticas de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa e Matemática;
VIII - difusão de recursos educacionais para ensino e aprendizagem de leitura, de escrita e de matemática;
IX - recomposição de aprendizagens para estudantes que não tenham sido plenamente alfabetizados até o 2º ano do Ensino Fundamental ou que apresentem dificuldades nesse processo;
X - documentação das ações planejadas para recompor as aprendizagens dos estudantes em processo de alfabetização, por meio de um plano de apoio pedagógico;
XI - incentivo à elaboração e à validação de instrumentos de avaliação e diagnóstico interno;
XII - elaboração, organização e aplicação de avaliação interna e externa de larga escala nas turmas de 2º ano do Ensino Fundamental em unidades municipais de ensino.

CAPÍTULO VI
DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 9º. Constituem mecanismos de monitoramento e avaliação da Política Municipal de Alfabetização:
I - monitoramento e avaliação da qualidade, eficiência, eficácia e efetividade de programas e ações implementadas por meio da Secretaria Municipal da Educação;
II - monitoramento da aprendizagem dos estudantes em processo de alfabetização, avaliado pelos instrumentos de acompanhamento pedagógico realizado pelos professores, coordenadores, gestores das unidades educacionais, com acompanhamento da equipe técnico-pedagógica (orientador pedagógico, formadores) da Secretaria Municipal da Educação;
III - acompanhamento dos registros das ações planejadas para recompor as aprendizagens dos estudantes em processo de alfabetização;
IV - análise de resultados de avaliações internas e externas e incentivo ao uso deles nos processo de ensino – aprendizagem;
V - desenvolvimento de indicadores municipais para avaliar a eficácia escolar na alfabetização, que priorizem a fluência em leitura oral, a competência leitora, a proficiência em escrita e em matemática;
VI - incentivo ao desenvolvimento de pesquisas acadêmicas para avaliar programas e ações desta Política.

CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. Compete à Secretaria Municipal da Educação, conforme a Política Municipal de Alfabetização, a elaboração do Plano de Trabalho Anual de Alfabetização.

Art. 11. Compete à Secretaria Municipal de Educação a coordenação estratégica dos programas e das ações decorrentes da Política Municipal de Alfabetização, bem como, em conjunto com o Conselho Municipal de Educação, o acompanhamento e o monitoramento da execução dessa política.

Art. 12. A Secretaria Municipal de Educação poderá constituir Comissão Técnica responsável pelo acompanhamento, monitoramento e avaliação da implementação da Política Municipal de Alfabetização da rede Municipal de Miraí.
Art. 13. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Miraí, 02 de julho de 2026.

ADAELSON DE ALMEIDA MAGALHÃES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 104, DE 02 DE JULHO DE 2026.

Institui a Política Municipal de Alfabetização do Município de Miraí.

O Prefeito Municipal de Miraí, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições e na forma da lei,

Considerando o disposto nos arts. 205, 206, 211 e 214 da Constituição da República Federativa do Brasil, que asseguram o direito à educação e estabelecem o regime de colaboração entre os entes federativos;

Considerando o disposto na Lei nº 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

Considerando o disposto na Lei nº 15.388/2026, que aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências;

Considerando o disposto na Lei nº 13.146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);

Considerando o disposto no Decreto 11.556/2023, que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

Considerando o Decreto Estadual nº 48.939/2024 que instituiu o Pacto Mineiro pela Alfabetização no âmbito de Minas Gerais;

Considerando a necessidade de estabelecer diretrizes permanentes para assegurar o direito de todas as crianças à alfabetização na idade adequada, mediante ações articuladas entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental;
Considerando a necessidade de promover políticas públicas voltadas ao fortalecimento da aprendizagem, à formação continuada dos profissionais da educação, ao monitoramento dos resultados educacionais e à melhoria da qualidade do ensino na Rede Municipal de Educação.

DECRETA

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Fica instituída a Política Municipal de Alfabetização como instrumento orientador das ações, programas e estratégias para assegurar a alfabetização de estudantes desde a pré-escola (turmas de Pré I, Pré II) até o final do 2º ano do Ensino Fundamental Anos Iniciais I Ciclo, promovendo ações articuladas e sustentadas nas legislações nacionais e diretrizes pedagógicas atualizadas.

Art. 2º. Para fins do disposto neste Decreto, consideram-se:
I. A garantia do direito à educação de qualidade e inclusiva, respeitando a diversidade sociocultural e as necessidades específicas dos educandos;
II. A articulação entre educação infantil e ensino fundamental, assegurando a continuidade pedagógica;
III. Alfabetização em Língua Portuguesa - aprendizagem do sistema de escrita alfabética, com domínio de suas convenções, com autonomia para a produção de textos escritos e leitura de textos com fluência e compreensão;
IV. Letramento em Língua Portuguesa - uso da linguagem em práticas sociais de leitura e escrita;
V. Alfabetização em Matemática - uso de conceitos matemáticos em diferentes contextos e práticas sociais;
VI. Compreensão de alfabetização e letramento como processos indissociáveis;
VII. A formação contínua e valorização dos profissionais da educação;
VIII. A integração entre as políticas públicas municipais voltadas para a infância;
IX. O monitoramento e avaliação permanente dos processos de ensino e aprendizagem.

CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

Art. 3º. São princípios da Política Municipal de Alfabetização:
I - integração e cooperação entre os entes federativos, respeitado o disposto no § 1º do art. 211 da Constituição da República Federativa do Brasil, promovendo a colaboração entre União, Estados e Municípios para a melhoria contínua do processo de alfabetização;
II - adesão voluntária a programas e ações do Ministério da Educação que corroborem o Currículo da Rede Municipal de Ensino, assegurando que as iniciativas nacionais complementem e fortaleçam as diretrizes locais;
III - implantação de programas e ações voltadas à alfabetização no âmbito da Rede Municipal de Ensino, com foco na promoção de práticas pedagógicas inovadoras e inclusivas;
IV - valorização e desenvolvimento de programas de formação continuada de professores alfabetizadores, coordenadores e gestores, assegurando que os profissionais estejam constantemente atualizados com as práticas de ensino de alfabetização e letramento nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática.
V - adoção da concepção interacionista de linguagem, em que a língua é o recurso para realizar ações linguísticas, o meio para a interação social, o diálogo, a produção e construção de sentidos, em situações de leitura, escrita e oralidade;
VI - aquisição da língua escrita com função social, como instrumento de oportunidades, superação de vulnerabilidades sociais e condição para o exercício pleno da cidadania, sendo seu ensino por meio da sistematização de escrita alfabética e dos diferentes gêneros textuais;
VII - valorização do letramento e das práticas sociais letradas desde a Educação Infantil ao Ensino Fundamental;
VIII - valorização de uma metodologia dialógica e reflexiva na alfabetização e no letramento matemático, que possibilite aos estudantes a construção e a compreensão dos conceitos matemáticos por meio da resolução de problemas;

Art. 4º. São objetivos da Política Municipal de Alfabetização:
I - assegurar que as crianças desde a pré-escola (turmas de pré I, pré II) tenham garantidos o acesso a criação de uma cultura de leitura, escrita e oralidade na rotina das crianças, e a ampliação das suas experiências com a linguagem escrita com promoção de reflexões sobre o significado da infância e sobre como aproximar as crianças de experiências que façam sentido em suas vidas
II - assegurar que todos os estudantes sejam alfabetizados até o final do 2º ano garantindo o direito à alfabetização como elemento estruturante para a construção de trajetórias escolares bem sucedidas;
III - implementar programas e ações voltadas à alfabetização no âmbito da Rede Municipal de Ensino.
IV- fomentar pesquisas voltadas ao desenvolvimento de adequações pedagógicas, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com o objetivo de promover o ensino e a aprendizagem de estudantes público-alvo da educação inclusiva, assegurando condições de acessibilidade plena;
V- selecionar e ampliar a aquisição de tecnologias educacionais para a alfabetização de estudantes, assegurada a diversidade de recursos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados no processo de ensino-aprendizagem;
VI - participar, anualmente, avaliações de larga escala da alfabetização dos estudantes, bem como estimular as escolas a criarem os respectivos instrumentos de monitoramento e avaliação, considerando a realidade de cada comunidade escolar, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os estudantes até o final do 2º ano do Ensino Fundamental.

CAPÍTULO III
DAS DIRETRIZES

Art. 5º. Constituem diretrizes para a implementação da Política Municipal de Alfabetização:
I - priorização da alfabetização até os dois primeiros anos do Ensino Fundamental;
II - incentivo a práticas de ensino para o desenvolvimento da linguagem oral, leitura e formação leitora a partir da Educação Infantil, sendo as ações intensificadas nas turmas de Pré I, Pré II e mantidas nos demais anos escolares;
III - estímulo aos hábitos de leitura e escrita de diferentes gêneros textuais e à apreciação literária por meio de ações que os integrem a prática cotidiana das famílias e/ou responsáveis, escolas, bibliotecas e de outras instituições educacionais;
IV - valorização do professor alfabetizador, reconhecendo seu papel fundamental no processo de ensino – aprendizagem;
V - promoção de estudos nas unidades educacionais aos professores alfabetizadores, realizadas pelas equipes pedagógicas das unidades escolares e dos formadores das equipes de orientadores pedagógicos ou formadores da Secretaria Municipal de Educação;
VI - fortalecimento das equipes gestoras das unidades escolares por meio de estudo/mentorias e ações formativas;
VII - fortalecimento das equipes técnico-pedagógicas (orientadores pedagógicos, formadores) com a participação em palestras, congressos, simpósios e afins, relacionados à alfabetização e ao letramento;
VIII - elaboração de materiais pedagógicos, pela equipe técnico-pedagógica (orientadores pedagógicos, formadores) da Secretaria Municipal de Educação, para subsidiar o planejamento dos professores de Educação Infantil e professores alfabetizadores;
IX - fundamentação nos estudos e encaminhamentos orientados pela BNCC, pelo Currículo da Educação Infantil e do Ensino Fundamental Anos Iniciais e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica.

CAPÍTULO IV
DO PÚBLICO-ALVO

Art. 6º. A Política Municipal de Alfabetização tem por público-alvo:
I-crianças matriculadas na Educação Infantil nas turmas de pré I, pré II;
II-estudantes das turmas de 1º e 2º anos do Ensino Fundamental;
III-estudantes dos ciclos subsequentes do Ensino Fundamental que apresentam níveis aquém do esperado na alfabetização;
Parágrafo único. São beneficiários prioritários da Política Municipal de Alfabetização os grupos a que se referem os incisos I e II do caput deste artigo.

Art. 7º. São agentes envolvidos na Política Municipal de Alfabetização:

I - professores da Educação Infantil atuantes nas turmas de Pré I e Pré II;
II - professores atuantes nas turmas de 1º e 2º ano do Ensino Fundamental;
III - pedagogos escolares que atuam com turmas de 1º e 2º ano do Ensino Fundamental;
IV - diretores escolares de turmas de 1º e 2º ano do Ensino Fundamental;
V - demais profissionais que atuam nas unidades educacionais (turmas de 1º e 2º ano do Ensino Fundamental);
VI - equipe técnico-pedagógica (Orientador pedagógico / Formadores) da Secretaria Municipal da Educação (turmas de 1º e 2º ano do Ensino Fundamental);
VII - comunidade escolar.

CAPÍTULO V
DA IMPLEMENTAÇÃO

Art. 8º. A Política Municipal de Alfabetização será implementada por meio de programas e ações que incluam:
I - orientações curriculares e estabelecimento de metas objetivas, propostas a partir dos documentos legais, para a Educação Infantil (turmas de Pré I, Pré II) e para as turmas de 1º e 2º Ano do Ensino fundamental;
II - formação de professores de Educação Infantil (atuantes nas turmas de Pré I, Pré II), e de turmas de 1º e 2º ano do Ensino Fundamental voltada para a alfabetização e letramento;
III - ênfase no ensino de conhecimentos linguísticos e matemáticos e de metodologia de ensino de Língua Portuguesa e Matemática em programas de formação continuada de professores da Educação Infantil atuantes nas turmas de Pré I, Pré II, e de professores de turmas de 1º e 2º Ano do Ensino Fundamental;
IV - promoção de mecanismos de certificação de professores alfabetizadores;
V - formação de gestores educacionais para dar suporte pedagógico aos professores da Educação Infantil atuantes nas turmas de Pré I e Pré II, aos professores alfabetizadores do Ensino Fundamental e às crianças e aos estudantes;
VI - seleção e/ou produção de materiais didático-pedagógicos destinados à alfabetização, com promoção de formação de professores para o uso desses materiais;
VII - produção e disseminação de materiais com pesquisas de fundamentação teórica e encaminhamentos metodológicos, e de boas práticas de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa e Matemática;
VIII - difusão de recursos educacionais para ensino e aprendizagem de leitura, de escrita e de matemática;
IX - recomposição de aprendizagens para estudantes que não tenham sido plenamente alfabetizados até o 2º ano do Ensino Fundamental ou que apresentem dificuldades nesse processo;
X - documentação das ações planejadas para recompor as aprendizagens dos estudantes em processo de alfabetização, por meio de um plano de apoio pedagógico;
XI - incentivo à elaboração e à validação de instrumentos de avaliação e diagnóstico interno;
XII - elaboração, organização e aplicação de avaliação interna e externa de larga escala nas turmas de 2º ano do Ensino Fundamental em unidades municipais de ensino.

CAPÍTULO VI
DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 9º. Constituem mecanismos de monitoramento e avaliação da Política Municipal de Alfabetização:
I - monitoramento e avaliação da qualidade, eficiência, eficácia e efetividade de programas e ações implementadas por meio da Secretaria Municipal da Educação;
II - monitoramento da aprendizagem dos estudantes em processo de alfabetização, avaliado pelos instrumentos de acompanhamento pedagógico realizado pelos professores, coordenadores, gestores das unidades educacionais, com acompanhamento da equipe técnico-pedagógica (orientador pedagógico, formadores) da Secretaria Municipal da Educação;
III - acompanhamento dos registros das ações planejadas para recompor as aprendizagens dos estudantes em processo de alfabetização;
IV - análise de resultados de avaliações internas e externas e incentivo ao uso deles nos processo de ensino – aprendizagem;
V - desenvolvimento de indicadores municipais para avaliar a eficácia escolar na alfabetização, que priorizem a fluência em leitura oral, a competência leitora, a proficiência em escrita e em matemática;
VI - incentivo ao desenvolvimento de pesquisas acadêmicas para avaliar programas e ações desta Política.

CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. Compete à Secretaria Municipal da Educação, conforme a Política Municipal de Alfabetização, a elaboração do Plano de Trabalho Anual de Alfabetização.

Art. 11. Compete à Secretaria Municipal de Educação a coordenação estratégica dos programas e das ações decorrentes da Política Municipal de Alfabetização, bem como, em conjunto com o Conselho Municipal de Educação, o acompanhamento e o monitoramento da execução dessa política.

Art. 12. A Secretaria Municipal de Educação poderá constituir Comissão Técnica responsável pelo acompanhamento, monitoramento e avaliação da implementação da Política Municipal de Alfabetização da rede Municipal de Miraí.
Art. 13. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Miraí, 02 de julho de 2026.

ADAELSON DE ALMEIDA MAGALHÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Márcia Maria Dos Reis Silva
Código Identificador:FDA380C2

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORATÓRIOS

PREFEITURA DE ORATÓRIOS
LEI MUNICIPAL 748 25 DE AGOSTO DE 2026.

"Dispõe sobre a alteração da Lei Municipal nº 345 de 28 de dezembro de 2009 para fins de adequação da remuneração dos professores nível PII à nova jornada de trabalho e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ORATÓRIOS, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - O artigo 34 da Lei 345/2009, de 28 de dezembro de 2009 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 34. (...)
§5º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder ao aumento da remuneração e efetuar os pagamentos dos professores Municipais PII proporcional e correspondente ao aumento da carga horária decorrente do aumento do número de horas aula de 18 (dezoito) para 24 (vinte e quatro) horas semanais conforme estabelecido neste parágrafo, devendo ser mantido o padrão do valor da hora aula vigente por ocasião do aumento do número de aulas.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua promulgação e retroage seus efeitos ao mês de fevereiro de 2026, ficando o município autorizado ainda a pagar as diferenças sobre os vencimentos dos professores PII no período compreendido entre fevereiro e agosto de 2026 que serão calculadas e pagas pelo município em 4 (quatro) parcelas mensais, iguais e consecutivas, juntamente com a

remuneração mensal do professor entre os meses de setembro a dezembro de 2026.

Art. 3º - O aumento de remuneração e padrão de vencimentos dos professores PII estabelecido por esta lei somente se aplica aos servidores efetivos na rede pública do município na data de sua promulgação, não se aplicando aos servidores empossados e/ou efetivados após a data de sua promulgação.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotações próprias consignadas no orçamento vigente.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Oratórios/MG, 25 de agosto de 2026.

CARLOS JOSÉ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Aparecida Lina Dos Santos
Código Identificador:BFC5C176

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPOLIS
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DO EXTREMO SUL DE MINAS – CIMESMI

AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO
Processo Licitatório nº 009/2025
Pregão Eletrônico nº 004/2025
O Presidente do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios do Extremo Sul de Minas - CIMESMI torna pública a REVOGAÇÃO do Processo Licitatório nº 009/2025 — Pregão Eletrônico nº 004/2025, cujo objeto é o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para o fornecimento de mistura de agregados betuminosos ensacados em embalagens de 25 kg, para atendimento das demandas dos municípios consorciados, alcançando a revogação a Ata de Registro de Preços nº 005/2025 e os atos administrativos dela decorrentes.
A revogação decorre de razões de interesse público, por motivo de conveniência e oportunidade, resultantes de fatos supervenientes devidamente comprovados nos autos do processo administrativo, notadamente parte das conclusões das análises da unidade técnica do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, que recomendam a reavaliação das condições do instrumento convocatório e da contratação dele decorrente, a fim de melhor atender às necessidades dos municípios consorciados.
Fundamento legal: art. 71, II e § 2º, e art. 165, I, "d", da Lei nº 14.133/2021.
Fica assegurado aos interessados o prazo de 3 dias úteis, contado da publicação deste aviso, para eventual manifestação ou interposição de recurso administrativo.

Paraisópolis/MG, 26 de agosto de 2026.

ÉVERTON DE ASSIS FERREIRA
Presidente do CIMESMI

Publicado por:
Elaine Silveira Lima
Código Identificador:6DEE571C

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPOLIS
EXTRATO DE CONTRATO N.º 344/2026

A Prefeitura de Paraisópolis, através do Departamento Municipal de Administração, torna público o extrato do contrato oriundo do Processo Licitatório n.º 114/2026 – Chamada Pública n.º 003/2026, cujo objeto é o credenciamento de instituições financeiras, incluindo bancos comerciais, caixas econômicas e cooperativas de crédito, para prestação de serviços de arrecadação de tributos e demais receitas públicas municipais, mediante recebimento de documento de arrecadação municipal (DAM), nos padrões FEBRABAN, por meio de seus canais de atendimento, com repasse dos valores arrecadados e prestação de informações em arquivo eletrônico, visando atender às necessidades do município de Paraisópolis/MG, consoante as condições estabelecidas neste edital e no anexo I – Termo de Referência. Contratada: Contrato n.º 344/2026 - SANTANDER (BRASIL) S.A.; CNPJ n.º 90.400.888/0001-42. Contrato por Tarifa de Recebimento. Data de assinatura: 26/08/2026, vigência de 26/08/2026 até 26/08/2027.

HANDERSON ALEX RIBEIRO–
Diretor de Administração.

Publicado por:
Aline Barbosa e Castro
Código Identificador:506304A3

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO

CORREGEDORIA MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 14.581/2026

PORTARIA Nº. 14.581/2026

Encerra Processo Administrativo Disciplinar nº. 010/2026 que especifica e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Patrocínio MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;
Considerando a Lei Complementar nº. 060/2009 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Patrocínio;

RESOLVE

Art. 1º. – Após análise do recurso administrativo, aplicar a penalidade de **demissão** ao servidor público municipal **L. C.**, ocupante do cargo de provimento efetivo em estágio probatório de Auxiliar de Serviços Gerais I, em razão da gravidade da conduta, da afronta aos deveres funcionais previsto na LC n°. 060/2009 e da manifesta incompatibilidade do comportamento praticado com a dignidade do cargo publico.
Art. 2º. – Após cumprimento da determinação, arquivar o Processo Administrativo Disciplinar nº. 010/2026, instaurado através da Portaria nº. 14.525/2026.
Art. 3º. – Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Patrocínio MG, 20 de agosto de 2026.

GUSTAVO TAMBELINI BRASILEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:E34C1C19

CORREGEDORIA MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 14.586/2026

PORTARIA Nº. 14.586/2026

Instaura Processo Sindicante Administrativo, por solicitação da Corregedoria Municipal, para apuração de conduta de servidora municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Patrocínio, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o que lhe faculta a Lei Complementar Municipal n°. 060/2009 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município;
Considerando, a solicitação de abertura de Processo Sindicante Administrativo pela Corregedoria Municipal;
RESOLVE

Art. 1º. – Determinar, nos termos do artigo 207 da Lei Complementar nº. 060/2009, instauração de Sindicância Administrativa, que terá por finalidade apurar a conduta da servidora pública municipal **L. A. dos R. R** ocupante do cargo de provimento efetivo de PEB – Regente de Turma Fundamental I.
Art. 2º. – A Sindicância Administrativa será conduzida pela Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, designada pela Portaria nº. 14.478/2026.
Art. 3º. – Fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias para conclusão da Sindicância Administrativa, admitida a sua prorrogação se as circunstâncias assim o exigirem.
Art. 4º. – Os membros da Comissão Sindicante poderão reportar-se diretamente aos demais órgãos da Administração Pública, em diligências necessárias à prática dos atos processuais.
Art. 5º. – Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Patrocínio MG, 24 de agosto de 2026

GUSTAVO TAMBELINI BRASILEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:C35628E3

PROCURADORIA MUNICIPAL
DECRETO Nº 4.917 DE 26 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO Nº 4.917 DE 26 DE AGOSTO DE 2026

INSTITUI O FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PATROCÍNIO – FME, DISPÕE SOBRE SUA ORGANIZAÇÃO, COMPOSIÇÃO, COMPETÊNCIAS E FUNCIONAMENTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PATROCÍNIO, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do art. 71 da Lei Orgânica do Município;
CONSIDERANDO o princípio da gestão democrática do ensino público, previsto no art. 206, inciso VI, da Constituição da República;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
CONSIDERANDO os arts. 16, 17 e 19 da Lei Complementar Federal nº 220, de 31 de outubro de 2025, que instituiu o Sistema Nacional de Educação – SNE e reconheceu os fóruns de educação como instâncias de participação social;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 15.388, de 14 de abril de 2026, que aprovou o Plano Nacional de Educação – PNE;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a participação da comunidade educacional e da sociedade civil na elaboração, no acompanhamento e na avaliação das políticas públicas educacionais do Município;

DECRETA

Art. 1º Fica instituído o Fórum Municipal de Educação de Patrocínio – FME, instância permanente de participação social, de caráter consultivo, propositivo, articulador e mobilizador, vinculado administrativamente à Secretaria Municipal de Educação.
§ 1º O Fórum terá autonomia de organização, funcionamento e manifestação, observadas as competências legais dos órgãos da Administração Pública Municipal.
§ 2º O Fórum não possui personalidade jurídica, quadro de pessoal ou orçamento próprios, e suas manifestações não terão caráter vinculante para a Administração Pública Municipal.
Art. 2º Compete ao Fórum Municipal de Educação:
I – coordenar a realização das Conferências Municipais de Educação e aprovar seus regulamentos;
I – acompanhar a elaboração, a implementação, o monitoramento e a avaliação do Plano Municipal de Educação, seus objetivos, metas e estratégias;
III – debater temas relacionados às políticas públicas educacionais;
IV – promover a participação da comunidade educacional e da sociedade civil;
V – propor diretrizes e recomendações aos órgãos municipais competentes;
VI – acompanhar indicadores, programas, projetos e ações educacionais;
VII – elaborar relatórios de acompanhamento do Plano Municipal de Educação; e
VIII – constituir comissões ou grupos de trabalho para tratar de matérias específicas.
Parágrafo único. O exercício das competências previstas neste artigo não substitui as atribuições legais da Secretaria Municipal de Educação, do Conselho Municipal de Educação e dos demais órgãos públicos competentes.
Art. 3º O Fórum será composto por representantes titulares e respectivos suplentes dos órgãos, entidades e segmentos relacionados no Anexo Único deste Decreto.
§ 1º Os representantes dos órgãos, entidades e conselhos serão por eles indicados, e os representantes dos segmentos serão escolhidos entre seus pares, mediante procedimento coordenado pela Secretaria Municipal de Educação.
§ 2º Os membros terão mandato de 2 (dois) anos, permitida a recondução, e poderão ser substituídos a qualquer tempo, mediante nova indicação do órgão, entidade ou segmento representado.
§ 3º A ausência de indicação ou a vacância de determinada representação não impedirá o funcionamento do Fórum.
§ 4º A participação no Fórum constitui função não remunerada de relevante interesse público, assegurados transporte e diárias, quando cabíveis, na forma da legislação aplicável e mediante prévia autorização.
Art. 4º O Fórum será coordenado por um Coordenador-Geral e um Coordenador-Adjunto, eleitos dentre seus membros para mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.
§ 1º Compete ao Coordenador-Geral convocar e presidir as reuniões, representar o Fórum e encaminhar suas manifestações aos órgãos competentes.
§ 2º O Coordenador-Adjunto auxiliará o Coordenador-Geral e o substituirá em suas ausências e impedimentos.
§ 3º A primeira reunião será conduzida pelo representante da Secretaria Municipal de Educação até a eleição da coordenação.
Art. 5º O Fórum reunir-se-á ordinariamente, no mínimo, uma vez a cada trimestre, e extraordinariamente sempre que necessário.
§ 1º As reuniões serão instaladas com a presença da maioria absoluta dos membros em exercício.
§ 2º As deliberações internas serão tomadas por maioria simples dos presentes, cabendo ao Coordenador-Geral o voto de desempate.
§ 3º As reuniões poderão ser presenciais, virtuais ou híbridas e serão registradas em ata.
Art. 6º Poderão participar das reuniões, como convidados e sem direito a voto, especialistas, pesquisadores, agentes públicos e representantes de órgãos, entidades e movimentos sociais.
Art. 7º As Conferências Municipais de Educação serão promovidas pelo Município e coordenadas pelo Fórum, em articulação com a Secretaria Municipal de Educação e o Conselho Municipal de Educação.
Art. 8º A Secretaria Municipal de Educação prestará o apoio técnico, administrativo e operacional necessário ao funcionamento do Fórum, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.
Art. 9º As atas, relatórios, recomendações e demais documentos de interesse público produzidos pelo Fórum serão divulgados no sítio eletrônico oficial do Município, ressalvadas as informações protegidas por sigilo legal e pela legislação de proteção de dados pessoais.
Art. 10 O Fórum poderá instituir comissões permanentes ou temporárias e grupos de trabalho para o estudo, acompanhamento e elaboração de propostas sobre matérias específicas da política educacional.
Parágrafo único. A composição, as atribuições, o prazo de funcionamento e a forma de apresentação dos trabalhos serão definidos pelo Plenário do Fórum ou pelo Regimento Interno.
Art. 11 O Fórum elaborará e aprovará seu Regimento Interno no prazo de 90 (noventa) dias, contado da publicação deste Decreto.
Parágrafo único. Os casos omissos relativos ao funcionamento interno serão resolvidos pelo Plenário do Fórum, sem prejuízo das competências administrativas, jurídicas, orçamentárias e financeiras dos órgãos municipais.

Art. 12 Os casos omissos serão resolvidos pelo próprio Fórum, observada a legislação vigente.
Art. 13 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos administrativos internos a partir de 15 de julho de 2026, exclusivamente quanto às indicações dos representantes e aos atos preparatórios de organização e instalação do Fórum compatíveis com suas disposições.

Patrocínio-MG, 26 de agosto de 2026.

GUSTAVO TAMBELINI BRASILEIRO
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO
COMPOSIÇÃO DO FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PATROCÍNIO – FME

I – Secretaria Municipal de Educação
Titular: Nayara Cristine de Queiroz
Suplente: Jane Aparecida Dornelas Souza

II – Conselho Municipal de Educação
Titular: Tacyana de Cássia Nogueira
Suplente: Maria Aparecida dos Santos de Melo

III – Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB
Titular: Simony Amaral Correa Nascimento
Suplente: Emilson Barbosa de Souza

IV – Conselho de Alimentação Escolar
Titular: Hellen Cristine Sousa Romão
Suplente: Rosaemy d'Affonseca

V – Diretores das unidades escolares municipais
Titular: Katiane Aparecida de Souza
Suplente: Leidiana das Graças de Magalhães

VI – Professores da Educação Infantil
Titular: Lays Cristina Franco Machado Silva
Suplente: Luiza Carla Amaral Vieira

VII – Professores do Ensino Fundamental – Anos Iniciais
Titular: Luciene Aparecida de Souza Afonso
Suplente: Jaqueline de Souza Silva

VIII – Professores do Ensino Fundamental – Anos Finais
Titular: Glazieli Aparecida Volpato Fantin
Suplente: Lucas Geraldo Barros

IX – Especialistas em Educação
Titular: Letícia Mota Duarte Santos
Suplente: Natache Tuila Marques Cabral

X – Servidores Administrativos da Educação
Titular: João Victor Romão Pereira dos Santos
Suplente: Giullia Carolina Silva Marques

XI – Instituições de Ensino Superior
Titular: Antonio Junior de Oliveira – IFTM
Suplente: Luciana Rocha Nunes Nogueira – UNICERP

XII – Rede Estadual de Ensino
Titular: Eva Maria Rodrigues
Suplente: Eny Martins dos Reis Oliveira

XIII – Rede Particular de Ensino
Titular: Tatiane Graziella dos Reis – ABC
Suplente: Marielly Carla Marques Vieira – Atenas

XIV – Instituições de Educação Especial ou de atendimento educacional especializado
Titular: Claudia Carla Correa Nunes – APAE
Suplente: Kamila Magrini Lima Ferreira – CRTEA

XV – Pais ou responsáveis por estudantes
Titular: Maria Rita Alves
Suplente: Raquel Rodrigues da Silva Romão

XVI – Estudantes
Titular: Sebastião Eustáquio Faria
Suplente: Agnaldo de Jesus Costa

XVII – Organizações da sociedade civil com atuação relacionada à educação
Titular: Maria José Silva Salomão – SSVP
Suplente: Alex Guimarães Machado – Casa da Menina

XVIII – Comissão de Educação da Câmara Municipal de Patrocínio
Titular: Lisandra Patricia Di Lara Ferreira Nunes Reis
Suplente: Alcides Dornelas dos Santos

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:0C03407A

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE EDITAL RESUMIDO PROCESSO Nº: 143/2026
MODALIDADE: PREGÃO - REGISTRO DE PREÇOS EDITAL Nº: 97/2026

AVISO DE EDITAL RESUMIDO

Processo nº: 143/2026
Modalidade: Pregão - Registro de Preços
Edital nº: 97/2026
Tipo: Menor Preço Por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO A SAÚDE COM A DISPONIBILIZAÇÃO DE AMBULÂNCIAS TIPO B E TIPO D, PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO/MG CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

A Prefeitura Municipal de Patrocínio torna público que no **dia 17 de setembro de 2026 às 09:00 hs**, realizará Pregão na Modalidade Eletrônica através da plataforma Licitanet licitações on-line, disponível no endereço https://www.licitanet.com.br/.

Cópias de Edital e informações complementares serão obtidas junto a Comissão de Licitação, no e-mail: licitacao.patrocinio@patrocinio.mg.gov.br no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br e na plataforma Licitanet: https://www.licitanet.com.br/.

Patrocínio-MG, 26 de agosto de 2026.

UIARA DE SOUZA MONTEIRO PINHEIRO
Agente de Contratação

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:FC2A32F4

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE EDITAL RESUMIDO PROCESSO Nº: 163/2026
MODALIDADE: PREGÃO EDITAL Nº: 111/2026

AVISO DE EDITAL RESUMIDO

Processo nº: 163/2026
Modalidade: Pregão
Edital nº: 111/2026
Tipo: Menor Preço Global

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE CAMINHÕES LEVES, TIPO CARGA SECA/BAÚ, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS OPERACIONAIS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE, EDUCAÇÃO E MOBILIDADE URBANA E DEFESA CIVIL DO

MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO/MG, EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE REFERÊNCIA.

A Prefeitura Municipal de Patrocinio torna público que no **dia 21 de setembro de 2026 às 09:00 hs**, realizará Pregão na Modalidade Eletrônica através da plataforma Licitanet licitações on-line, disponível no endereço https://www.licitanet.com.br/.

Cópias de Edital e informações complementares serão obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, no e-mail: *licitacao@patrocinio.mg.gov.br*, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br e na plataforma Licitanet: https://www.licitanet.com.br/.

Patrocínio/MG, 26 de agosto de 2026.

VANESSA PATRÍCIA FERREIRA
Pregoeira

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:7292EDED

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES AVISO DE EDITAL RESUMIDO PROCESSO Nº: 174/2026 MODALIDADE: PREGÃO – REGISTRO DE PREÇOS EDITAL Nº: 120/2026

AVISO DE EDITAL RESUMIDO

Processo nº: 174/2026
Modalidade: Pregão – Registro de Preços
Edital nº: 120/2026
Tipo: Menor Preço Por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE SUPRIMENTOS DE IMPRESSÃO, PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO/MG.

A Prefeitura Municipal de Patrocinio torna público que no **dia 16 de setembro de 2026 às 09:00 hs**, realizará Pregão na Modalidade Eletrônica através da plataforma Licitanet licitações on-line, disponível no endereço https://www.licitanet.com.br/.

Cópias de Edital e informações complementares serão obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, no e-mail: *licitaptc@patrocinio.mg.gov.br*, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br e na plataforma Licitanet: https://www.licitanet.com.br/.

Patrocínio/MG, 26 de agosto de 2026.

HEITOR OLIVEIRA LOPES XAVIER
Pregoeiro

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:5E070C74

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES AVISO DE EDITAL RESUMIDO PROCESSO Nº: 183/2026 MODALIDADE: PREGÃO – REGISTRO DE PREÇOS EDITAL Nº: 126/2026

AVISO DE EDITAL RESUMIDO

Processo nº: 183/2026
Modalidade: Pregão – Registro de Preços
Edital nº: 126/2026
Tipo: Menor Preço Por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE ORDENS JUDICIAIS, PARA ATENDER AO MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO/MG.

A Prefeitura Municipal de Patrocínio torna público que no **dia 17 de setembro de 2026 às 09:00 hs**, realizará Pregão na Modalidade Eletrônica através da plataforma Licitanet licitações on-line, disponível no endereço https://www.licitanet.com.br/.

Cópias de Edital e informações complementares serão obtidas junto a Comissão de Licitação, no e-mail: licitacao.patrocinio@patrocinio.mg.gov.br no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br e na plataforma Licitanet: https://www.licitanet.com.br/.

Patrocínio/MG, 26 de agosto de 2026.

VANESSA PATRÍCIA FERREIRA
Pregoeira

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:83088126

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES AVISO DE EDITAL RETIFICADO PROCESSO Nº: 127/2026 MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO Nº 24/2026

AVISO DE EDITAL RETIFICADO

Processo nº: 127/2026
Modalidade: Inexigibilidade por credenciamento nº 24/2026

Objeto: CONTRATAÇÃO DE CLÍNICAS TERAPÊUTICAS, COMUNIDADES TERAPÊUTICAS OU INTITUIÇÕES ESPECIALIZADAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACOLHIMENTOS E INTERNAÇÕES VOLUNTÁRIAS, INVOLUNTÁRIAS E COMPULSÓRIAS, BEM COMO REMOÇÕES ASSISTIDAS DE PACIENTES DEPENDENTES DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS, PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO/MG.

O Município de Patrocínio torna público o referido de credenciamento para atender o município de Patrocínio/MG. As documentações serão recebidas **a partir das 08:00 horas do dia 03/09/2026 até o dia 03/09/2027 (12 meses),** para interessados em prestar os serviços constantes no objeto. Cópia do edital retificado estará disponível no PNCP – Portal Nacional de Contratações Públicas: https://www.gov.br/pncp/pt-br ou poderão ser solicitadas no e-mail licitacaoptc@patrocinio.mg.gov.br.

Maiores informações encontram-se à disposição dos interessados no horário das 08:00 às 11:00hs e das 13:00 às 17:30hs no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Patrocínio situada na Av. João Alves do Nascimento, 1452, Cidade Jardim, CEP 38.740-050,Patrocínio/MG, telefone (034) 3839-1800 ramal 268 ou no e-mail licitacaoptc@patrocinio.mg.gov.br.

Patrocínio, 26 de agosto de 2026.

HEITOR OLIVEIRA LOPES XAVIER
Agente de Contratação

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:C9339461

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES TERMO DE CANCELAMENTO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO Nº: 274/2025 MODALIDADE: PREGÃO - REGISTRO DE PREÇOS EDITAL Nº: 167/2025

TERMO DE CANCELAMENTO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo nº: 274/2025
Modalidade: Pregão - Registro de Preços
Edital nº: 167/2025
Tipo: Menor Preço Por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES DE MOBILIÁRIOS E EQUIPAMENTOS, PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO/MG.

TERMO DE CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS UNILATERAL, DO CONTRATO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO/MG E A EMPRESA MOURA E MOURA INFORMATICA E EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS LTDA, POR INFRAÇÃO CONTRATUAL.

Aos 25 de agosto de 2026, o **MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO – MG,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.468.033/0001-26, com sede na Praça Olímpio Garcia Brandão, nº 1.452, Centro Cívico "Abdias Alves Nunes", representado por seu Prefeito Municipal, **GUSTAVO TAMBELINI BRASILEIRO**, **cancela por ato unilateral**, a Ata de Registro de Preços e os contratos administrativo decorrente das Autorizações de Fornecimento de Materiais **nº 139557 e 139771** firmado com a empresa fornecedora **MOURA E MOURA INFORMATICA E EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS LTDA,** inscrita no CNPJ **07.487.504/0001-27** neste ato representado por seu representante legal, nos termos a seguir.

DOS FATOS

As Autorizações de Fornecimento nº 139557 e nº 139771 foram encaminhadas ao fornecedor por meio de correspondência eletrônica, em 08 de maio de 2026, pela Secretaria Municipal de Educação.

Diante do não cumprimento da obrigação, em 13 de julho de 2026, o fornecedor foi formalmente notificado para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação, promovesse o integral cumprimento da obrigação. Foi estabelecido, ainda, o prazo de 01 (um) dia útil para apresentação de resposta formal, informando as providências adotadas para a regularização da pendência.

Entretanto, transcorrido o prazo inicialmente estabelecido, a obrigação não foi cumprida. Da mesma forma, o prazo concedido por meio da notificação também transcorreu sem que houvesse a regularização da pendência ou a apresentação de resposta formal acerca das providências adotadas.

Até a presente data, os itens solicitados permanecem sem a devida entrega, em desacordo com as condições estabelecidas para o fornecimento. Em razão disso, no dia 06/08/2026, foi solicitado a esta Secretaria o cancelamento da respectiva Ata de Registro de Preços, diante da inexecução do fornecimento por parte da empresa.

Diante do exposto, fica evidenciado o descumprimento das obrigações assumidas pela empresa junto à Administração. Por esse motivo, **fica formalizado o cancelamento da Ata de Registro de Preços e o Contrato administrativo decorrente das Autorizações de Fornecimento mencionadas, por ato unilateral e motivado do MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO/MG, nos termos da Lei nº 14.133/2021.**

DOS FUNDAMENTOS

Da Possibilidade Jurídica do Cancelamento

O presente Termo de Rescisão Contratual tem por fundamento legal o artigo 58 do Decreto nº 4.315 de 22 de janeiro de 2024 e Cláusula Oitava, item 8.1, 8.1.1 e 8.3 da Ata de Registro de Preços.

Art. 58. O registro do fornecedor será cancelado quando:
I - descumprir as condições da ata de registro de preços;
[...]
Parágrafo único. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput deste artigo será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
8.3. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
[...]

A empresa assumiu categoricamente a capacidade de fornecer o produto, no papel de distribuidora/revendedora e, sem a respectiva entrega dos produtos e apresentação de justificativa que possibilite seu cancelamento mesmo após notificação, resta configurado o descumprimento das obrigações assumidas pela empresa para com a Administração Pública, motivando a rescisão unilateral.

CONSEQUÊNCIAS DO CANCELAMENTO UNILATERAL

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital e termo de referência.

Nos casos de infração contratual, a instauração de processo de sancionamento não é faculdade, mas obrigação do administrador, pois as atividades administrativas devem ser prestadas sempre que possível, de modo continuo e interrupto, pois há a obrigatoriedade do desempenho da atividade pública.

O art. 155 e seguintes da Lei nº 14.133/2021 determinam que a Administração Pública possui o dever de apurar/aplicar as penalidades previstas, em caso de descumprimento dos deveres assumidos pela empresa após assinatura da ata de registro de preço.

Assim, havendo infração contratual, a instauração de processo administrativo de sancionamento não é faculdade, mas obrigação do administrador.

DAS PENALIDADES

As penalidades são regulamentadas pelos artigos 156 e 162 da Lei nº 14.133/2021, tendo o próprio edital em epígrafe, previsão sobre as possibilidades de aplicação de penalidade no caso de descumprimento de obrigações em sua cláusula nona.

Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:
I - advertência;
II - multa;
III - impedimento de licitar e contratar;
IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
[...]

Art. 162. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato.
Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

Também o edital prevê a possibilidade de aplicação de penalidade em caso de descumprimento de obrigações:

15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

15.1 O descumprimento das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência do Licitante e/ou da Adjudicatária/Contratada, sujeitando-a às seguintes penalidades, na forma do Decreto Municipal nº 4.315/24:
15.1.1. Advertência;
15.1.2. Multas nos seguintes percentuais:
[...]
15.1.3. Impedimento de licitar e contratar;
15.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar.

Entretanto, para aplicação de sanção no âmbito da administração pública deve-se instaurar processo administrativo, para que seja respeitado o contraditório, a ampla defesa e os prazos estabelecidos por lei.

CONCLUSÃO

Assim, com este termo, dão por cancelado jurídica e administrativamente a Ata de Registro de Preços e o contrato administrativo decorrente das Autorizações de Fornecimento de Materiais **nº 139557 e 139771** nas condições expressas, independentemente da aplicação de futuras sanções, da apuração de eventuais débitos e respectiva cobrança, pelos meios administrativos e judiciais cabíveis.

E nada mais havendo, o **MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO/MG**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, assina o presente instrumento, enviando-se cópia à empresa, dando-se publicidade ao ato.

Patrocínio, 25 de agosto de 2026.

Prefeitura Municipal de Patrocínio
GUSTAVO TAMBELINI BRASILEIRO
Prefeito

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:9E73C5CE

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
AVISO DE LICITAÇÃO. PRC Nº 252/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 080/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA - MG. Aviso de Licitação. PRC Nº 252/2026 - Pregão Eletrônico Nº 080/2026 - A Prefeitura Municipal de Ponte Nova - MG torna público para o conhecimento de quantos possam interessar que estará realizando a licitação, Pregão na forma eletrônica, conforme a seguir:
PROCESSO Nº 252/2026 – Pregão Eletrônico Nº 080/2026 – Data: 14/09/2026 às 09:00hs. SRP para futura e eventual contratação de serviços de sonorização e divulgação através de propaganda volante.

MARINA NATALI RIBEIRO.
(Pregoeira).

Informações gerais e obtenção dos Editais pelo telefone: [31] 3819-5454, ramais 1045/1046/1047/1048, no horário de 12h00 às 18h00. Obtenção da integra dos Editais à Avenida Caetano Marinho, 306 - Centro, Ponte Nova - MG, CEP 35.430-001, no endereço www.pontenova.mg.gov.br e no https://licitar.digital.

Publicado por:
Nagila da Silva Santos
Código Identificador:FC2B1C67

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
AVISO DE SUSPENSÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 230/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 069/2026

AVISO DE SUSPENSÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 230/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 069/2026 cujo o objeto Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de Pneus e Correlatos. O Município de Ponte Nova, torna público a SUSPENSÃO DA ABERTURA a qual iria realizar-se às 09:00 horas do dia 27/08/2026 (vinte e sete de agosto de dois mil e vinte e seis). A suspensão se faz necessária para avaliação do pedido de impugnação. Portanto a sessão fica suspensa sine die. A nova data da sessão pública será informada através dos mesmos meios de divulgação utilizados anteriormente.

JÚLIO PIRES MONTEIRO
(Pregoeiro).

Publicado por:
Nagila da Silva Santos
Código Identificador:6741DDF7

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
CONVENIO022

CONVÊNIO Nº 022/2026

CONVÊNIO QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE PONTE NOVA, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E, DO OUTRO A IRMANDADE DO HOSPITAL DE NOSSA SENHORA DAS DORES

O MUNICÍPIO DE PONTE NOVA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 23.804.149/0001-29, com sede na Avenida Caetano Marinho, nº 306, Centro, Ponte Nova/MG, CEP 35.430-001, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, **Sr. MILTON TEODORO IRIAS JÚNIOR**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 071.610.087-86, e através do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PONTE NOVA**, CNPJ nº 02.926.388/0001-81, com sede na Rua Antônio Frederico Ozanan, nº 450, Centro, CEP 35.430-029, Ponte Nova/MG, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, **Sra. KÁTIA JARDIM DE CARVALHO IRIAS**, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 086.211.656-78, doravante denominado CONCEDENTE ; e a **IRMANDADE DO HOSPITAL DE NOSSA SENHORA DAS DORES**, entidade filantrópica, inscrita no CNPJ sob o nº 23.798.846/0001-14, detentora do CNES nº 2111640, com sede na Rua Dr. Leonardo, nº 200, Centro, Ponte Nova/MG, CEP 35.430-000, neste ato representada por seus representantes legais, Srs. **JOSÉ MAURÍCIO MORAIS CASTRO e JANDER LUIZ ROSA**, doravante denominada CONVENIADA, nos termos da Lei Federal nº 8.080/1990, da Lei nº 14.133/2021 (no que couber), **Portaria nº 11851** e demais normas de direito público aplicáveis, RESOLVEM celebrar o presente Convênio, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E FINALIDADE

1.1. O presente Convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros de custeio da Média e Alta Complexidade, oriundos do Ministério da Saúde/Fundo Nacional de Saúde (MAC), à CONVENIADA, decorrentes da Proposta InvestSus nº 63000736480202600 (Portaria nº 11851).

1.2. Os recursos destinam-se exclusivamente a custear Plantões realizados na Unidade de Terapia Intensiva Neonatal - UTIN, visando garantir a manutenção e a continuidade da assistência especializada aos recém-nascidos que necessitam de cuidados intensivos, assegurando a disponibilidade de equipe multiprofissional qualificada e o pleno funcionamento da unidade, em estrita conformidade com o Plano de Trabalho aprovado, parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS RECURSOS FINANCEIROS E DOTAÇÃO

2.1. Para a execução do objeto deste Convênio, o CONCEDENTE repassará à CONVENIADA o valor global de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), em parcela única, observado o efetivo recebimento do recurso na conta do Fundo Municipal de Saúde.

2.2. A despesa correspondente correrá por conta dos recursos da seguinte dotação orçamentária consignada no orçamento municipal vigente, com classificação compatível para custeio de serviços:
02.07.02 - 10.302.2103.- 3.3.50.41.00 - Ficha 423 - fonte 1.600.000.0000

2.3. A liberação do recurso financeiro ocorrerá em parcela única, após a assinatura deste instrumento e publicação do seu extrato, e estará condicionada à disponibilidade financeira e ao efetivo ingresso do repasse do Fundo Nacional de Saúde na conta do CONCEDENTE.

2.4. Os recursos serão depositados e obrigatoriamente movimentados em conta bancária específica da CONVENIADA, em instituição financeira oficial, de movimentação exclusiva para este Convênio, conforme dados do Plano de Trabalho:
Banco: SICOOB (756)
Agência: 3164
Conta Corrente: 149.346-9
Titular: Irmandade do Hospital de Nossa Senhora das Dores

2.5. Enquanto não utilizados, os recursos deverão ser aplicados em caderneta de poupança ou fundo de aplicação financeira de curto prazo com lastro em títulos da dívida pública federal, sendo que os rendimentos da aplicação devem ser obrigatoriamente utilizados no objeto do Convênio, sujeitos às mesmas condições de prestação de contas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

3.1. DO CONVENENTE:

3.1.1. Disponibilizar a prestação de contas apresentada pela CONVENIADA para efetuar a comprovação da aplicação dos recursos repassados nos termos da Proposta nº **63000736480202600** ou outro regulamento que vier a substituí-la.

3.1.2. Monitorar e avaliar o desempenho do CONVÊNIO conforme estabelecido no Plano de Trabalho.

3.1.3. Executar auditoria detalhada em casos suspeitos ao emprego indevido dos valores repassados.

3.1.4. Realizar auditoria in loco, caso seja solicitado pelo órgão de controle.

3.1.5. Realizar o acompanhamento, a fiscalização, o controle, a supervisão e a avaliação do cumprimento do objeto deste convênio, por meio de análise de relatórios acerca do seu processamento, diligências e visitas in loco, comunicando à ENTIDADE quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras pendências de ordem técnica ou legal, podendo valer-se de apoio técnico de terceiros.

3.1.6. Analisar a prestação de contas da ENTIDADE, relativo aos valores repassados por conta deste Convênio, informando eventuais irregularidades encontradas, para o devido saneamento e prestar contas aos órgãos fiscalizadores de acordo com a legislação pertinente a matéria.

3.1.7. Monitorar, supervisionar, avaliar e fiscalizar o cumprimento do objeto deste Convênio, realizando vistorias sempre que julgar conveniente, com vistas ao fiel cumprimento do ajuste.

3.1.8. Notificar a ENTIDADE, quando não apresentada a prestação de contas dos recursos aplicados ou quando constatada a má aplicação dos recursos públicos transferidos, e instaurar a Tomada de Contas Especial.

3.1.9. Notificar a CONVENIADA, por escrito, da ocorrência de quaisquer imperfeições ou irregularidades na execução do objeto, fixando prazo para a sua correção.

3.1.10. Repassar à ENTIDADE BENEFICIADA os recursos financeiros transferidos.

3.2. DA CONVENIADA:

3.2.1. Executar e utilizar os recursos financeiros fielmente ao contido no Plano de Trabalho.

3.2.2. Criar e manter arquivo de documentos com rastreabilidade que comprovem a utilização dos recursos exclusivamente com pacientes e ações usuárias do SUS e que possam ser disponibilizados, sempre que solicitados, pela Secretaria de Saúde e pelo Conselho Municipal de Saúde.

3.2.3. Fornecer, sempre que solicitado, tais documentos para a execução de auditoria, facilitando o acompanhamento e a fiscalização deste Convênio.

3.2.4. Responsabilizar-se integralmente pela prestação de contas ao CONVENENTE, aos órgãos estaduais e federais de fiscalização e controle.

3.2.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração, ao paciente, ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do CONVÊNIO, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

3.2.6. Responsabilizar-se integralmente pelos funcionários com os quais estabeleceram vínculo empregatício, procedendo aos descontos e recolhimentos previstos em lei, inclusive os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o CONVENENTE.

3.2.7. Aplicar os rendimentos provenientes de saldo de aplicação financeira no mesmo objeto do convênio.

3.2.8. Cumprir todas as metas e condições especificadas no PLANO DE TRABALHO, parte integrante deste CONVÊNIO.

3.2.9. Manter atualizado o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).

3.2.10. Submeter-se às avaliações e auditorias sistemáticas pela Gestão Municipal do SUS.

3.2.11. Assegurar a veracidade das informações prestadas ao SUS.

3.2.12. Alimentar e atualizar o Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) em todos os seus campos e os demais bancos de dados obrigatórios.

3.2.13. Manter, durante toda a execução do CONVÊNIO, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratualização, inclusive de apresentar, ao setor de liberação de faturas e como condição de pagamento, os documentos necessários.

3.2.14. Manter os documentos comprobatórios das despesas efetuadas, bem como os outros documentos que derem origem a Prestação de Contas encaminhada ao CONVENENTE à disposição dos órgãos de controle interno e externo, por um período de 05 (cinco) anos, a contar da data das respectivas prestações de contas.

3.2.15. A CONVENIADA se compromete cumprir o PLANO DE TRABALHO, aprovado pela Secretaria de Saúde e Conselho Municipal de Saúde, iniciando sua vigência a partir da data da publicação do CONVÊNIO.

3.2.16. Fica, ainda, a ENTIDADE obrigada:

a) Aplicar o saldo do Convênio não utilizado em caderneta de poupança de instituição financeira oficial se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos se verificar em prazos menores que um mês; e

b) As receitas financeiras auferidas na forma do item anterior serão obrigatoriamente computadas a crédito do convênio e aplicadas exclusivamente no objeto de sua finalidade, desde que com a devida autorização do Concedente para utilização do recurso da aplicação financeira, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do ajuste.

3.2.17. Devolver ao MUNICÍPIO, quando da conclusão, rescisão ou extinção deste convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes de receitas obtidas das aplicações financeiras, no prazo improrrogável de (30) trinta dias após o termo final de sua vigência, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial.

3.2.18. Restituir o valor recebido atualizado monetariamente, desde a data do recebimento, acrescido de juros legais, na forma aplicável aos débitos para com o Tesouro do Estado, quando:

a) Não for executado o objeto deste Convênio;

b) Não for apresentada, no prazo estipulado, a respectiva Prestação de Contas final; e

c) Os recursos forem utilizados em finalidade diversa do estabelecido neste Convênio.

3.2.19. Realizar a abertura de conta bancária específica para recebimento dos recursos vinculados ao convênio, de forma a possibilitar o acompanhamento a aplicação das verbas.

3.2.20. Responsabilizar-se pela guarda de toda a documentação relativa ao Convênio, pelo prazo mínimo de 10 (dez) anos.

3.2.21. Adotar todas as medidas necessárias à correta execução deste Instrumento.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

4.1. O presente convênio terá vigência a partir da data de sua assinatura até 31/03/2027, e em consonância com o cronograma estabelecido pelas partes.

4.2. Fica expressamente consignado que a eficácia jurídica e financeira deste instrumento, bem como o início da execução das metas, estão condicionados ao efetivo recebimento do repasse financeiro (Proposta nº **63000736480202600**) na conta do CONCEDENTE e sua posterior transferência à CONVENIADA.

4.3. Alterações poderão ser realizadas via Termo Aditivo, desde que formalmente justificadas e autorizadas, sendo vedada a alteração do objeto pactuado.

CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

5.1. A execução do presente CONVÊNIO será acompanhada e avaliada, mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento quanto à verificação dos procedimentos e/ou obrigações da CONVENIADA e de quaisquer

outros dados necessários ao controle a avaliação do pactuado em Plano de Trabalho.
5.2. Poderá, sempre que o CONVENENTE entender necessário, ser realizada auditoria especializada.
5.3. O CONVÊNIO deverá ser acompanhado por um gestor, e o Plano de Trabalho, responsável pela administração do ajuste, desde sua concepção até a sua finalização, bem como por um fiscal, responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos serviços a serem prestados pela CONVENIADA, via designação por ato do CONVENENTE.
5.4. Compete ao Fiscal do Convênio:
a) Cuidar para que a documentação do Convênio esteja em conformidade com a legislação aplicada desde a sua proposta até aprovação da Prestação de Contas;
b) Ensejar as ações para que a execução física e financeira do Convênio ocorra conforme previsto no Plano de Trabalho;
c) Acompanhar a execução do Convênio responsabilizando-se pela sua eficácia, por meio de relatórios, inspeções, visitas e atestação da satisfatória realização do objeto do Convênio;
d) Atuar como interlocutor do órgão responsável pela celebração do Convênio;
e) Controlar os saldos dos empenhos dos Convênios ou instrumentos congêneres;
f) Prestar, quando solicitado, informações sobre a execução do Convênio ou instrumentos congêneres sob sua responsabilidade;
g) Controlar os prazos de Prestação de Contas dos Convênios bem como efetuar análises e encaminhar ao ordenador de despesa para aprovação;
h) Zelar pelo cumprimento integral do Convênio.
5.5. Compete ao Gestor do Convênio:
a) Acompanhar a execução dos ajustes firmados, promovendo medidas necessárias à fiel execução das condições estabelecidas no convênio, gerenciar, decidir sobre eventuais e possíveis alterações inicialmente estabelecidas, inclusive sobre a celebração de seus termos aditivos;
b) Velar para que não haja alteração no objeto do ajuste, atentando-se para o cumprimento dos prazos conveniais e fazendo o gerenciamento necessário dos processos de modo eficiente, evitando prejuízos ao erário;
c) Decidir sobre aceite de despesas executadas a maior nos elementos de despesas previstas no Plano de Aplicação e dentro do objeto do convênio quando verificado erro formal e sem dano ao erário;
d) Decidir sobre a instauração de Tomada de Contas Especial;
e) Aprovar o Plano de Trabalho apresentado pelo proponente tanto na formalização quanto nas suas adequações;
f) Decidir sobre a prorrogação de prazo além dos limites estabelecidos no termo de convênio, quando ocorrer fato excepcional ou imprescindível que altere fundamentalmente as condições de execução do convênio, com justificativa fundamentada e com prévio parecer jurídico;
g) Autorizar a indicação e substituição de fiscal de convênios, por meio de ato emitido pela autoridade competente;
h) Aplicar sanções ao convenente de acordo com a natureza e gravidade das infrações.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO

6.1. O presente CONVÊNIO poderá ser rescindido pelo CONVENENTE quando:
6.1.1. constatado o emprego dos valores recebidos em finalidade diversa da pactuada, condicionada à condenação em processo administrativo autônomo, no qual se garanta o exercício da ampla defesa e do contraditório;
6.1.2. houver descumprimento pelo CONVENIADO de cláusulas e/ou condições previstos no instrumento, ou seu cumprimento irregular, ou ainda, a paralisação dos serviços sem justa causa ou prévia comunicação à Administração;
6.1.3. o CONVENIADO solicitar seu descredenciamento junto ao SUS;
6.1.4. houver alteração da Natureza Jurídica, CNPJ ou dados cadastrais no CNES que impossibilitem a continuidade da execução dos serviços CONVENIADOS.
6.2. A rescisão será efetuada: Por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração, a qual deverá ser obrigatoriamente formalizada com período mínimo de antecedência de 30 (trinta) dias, sem prejuízo das obrigações assumidas até a data da extinção. Judicialmente, nos termos da legislação.
PARÁGRAFO PRIMEIRO: O CONVENIADO reconhece, desde já, todos os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa por inexecução total ou parcial do Plano de Trabalho.
PARÁGRAFO SEGUNDO: Em qualquer dos casos acima deverá ser lavrado "Termo de Rescisão ou Encerramento" com as devidas justificativas administrativas.
PARÁGRAFO TERCEIRO: A rescisão do convênio enseja a instauração de Tomada de Contas Especial, para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano e, inclusive, a devolução dos recursos, incluídos os rendimentos de aplicação, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora, na forma da lei.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1. A CONVENIADA caso incorra em infrações, sujeita-se às seguintes sanções administrativas:
a) advertência;
b) multa;
c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 05 (cinco) anos.
7.2. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do item anterior poderão ser aplicadas ao CONVENIADO, cumulativamente com a multa.
7.3. Advertência será aplicada por conduta que prejudique o andamento do procedimento de contratação.
7.4. A multa, correspondente à multa-dia de 1/60 (um sessenta avos) do último faturamento mensal e líquido, até o limite máximo de 20 (vinte) dias-multa, será aplicada quando o CONVENIADO:
a) apresentar declaração falsa;
b) apresentar documento falso;
c) descumprir obrigação contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do CONVÊNIO.
7.5. A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos, aplicar-se-á quando o CONVENIADO: abandonar a execução do CONVÊNIO; incorrer em inexecução contratual.
7.6. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, será aplicada nos seguintes casos:
a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, ou qualquer outro expediente, o procedimento;
b) agir de má-fé na relação contratual, comprovada em procedimento específico;
c) tenha sofrido condenação judicial definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
d) demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados, em especial, infrações à ordem econômica definidos na Lei Federal nº 12.529/2011;
e) tenha sofrido condenação definitiva por ato de improbidade administrativa, na forma da lei.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1. A CONVENIADA deverá apresentar a Prestação de Contas Final ao CONCEDENTE no prazo máximo de até 90 (noventa) dias após o término da vigência deste Convênio.
8.2. A prestação de contas deverá vir instruída com relatórios de cumprimento de metas do Plano de Trabalho, notas fiscais originais (ou equivalentes eletrônicos legalmente aceitos), extratos bancários conciliados de toda a vigência da conta vinculada e comprovantes nominais de pagamento da equipe vinculada ao setor.
8.3. Eventuais saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes de receitas obtidas das aplicações financeiras, não utilizados na finalidade pactuada deverão ser compulsoriamente devolvidos ao Tesouro Municipal no ato da prestação de contas final.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. Integra o presente CONVÊNIO, para todos os fins, o respectivo Plano de Trabalho.
9.2. O CONCEDENTE providenciará a publicação do extrato do presente instrumento no Diário Oficial do Município de Ponte Nova para garantir sua eficácia.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO
10.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ponte Nova/MG, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes do presente Convênio, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
E, por estarem assim justos e conveniados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Ponte Nova, 25 de agosto de 2026.

MILTON TEODORO IRIAS JÚNIOR	*KÁTIA JARDIM DE CARVALHO IRIAS*
Prefeito Municipal	Secretária Municipal de Saúde

JOSÉ MAURICIO MORAIS CASTRO
Assistente da Provedoria

JANDER LUIZ ROSA
Diretor Administrativo

Publicado por:
Patricia Porto Nogueira
Código Identificador:BAD93857

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
CONVENIO023

CONVÊNIO Nº 023/2026
CONVÊNIO QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE PONTE NOVA, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E, DO OUTRO A IRMANDADE DO HOSPITAL DE NOSSA SENHORA DAS DORES

O MUNICÍPIO DE PONTE NOVA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 23.804.149/0001-29, com sede na Avenida Caetano Marinho, nº 306, Centro, Ponte Nova/MG, CEP 35.430-001, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, **Sr. MILTON TEODORO IRIAS JÚNIOR**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 071.610.087-86, e através do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PONTE NOVA**, CNPJ nº 02.926.388/0001-81, com sede na Rua Antônio Frederico Ozanan, nº 450, Centro, CEP 35.430-029, Ponte Nova/MG, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, **Sra. KÁTIA JARDIM DE CARVALHO IRIAS**, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 086.211.656-78, doravante denominado CONCEDENTE ; e a **IRMANDADE DO HOSPITAL DE NOSSA SENHORA DAS DORES**, entidade filantrópica, inscrita no CNPJ sob o nº 23.798.846/0001-14, detentora do CNES nº 2111640, com sede na Rua Dr. Leonardo, nº 200, Centro, Ponte Nova/MG, CEP 35.430-000, neste ato representada por seus representantes legais, Srs. **JOSÉ MAURÍCIO MORAIS CASTRO e JANDER LUIZ ROSA**, doravante denominada CONVENIADA, nos termos da Lei Federal nº 8.080/1990, da Lei nº 14.133/2021 (no que couber), **Portaria nº 11851** e demais normas de direito público aplicáveis, RESOLVEM celebrar o presente Convênio, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E FINALIDADE
1.1. O presente Convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros de custeio da Média e Alta Complexidade, oriundos do Ministério da Saúde/Fundo Nacional de Saúde (MAC), à CONVENIADA, decorrentes da Proposta InvestSus nº 63000736426202600 (Portaria nº 11851).
1.2. Os recursos destinam-se exclusivamente a custear Plantões realizados no Centro de Terapia Intensiva Adulto e Neonatal, visando garantir assistência contínua, especializada e de alta complexidade aos pacientes internados em estado crítico e recém-nascidos, contribuindo para a redução de riscos e melhoria dos desfechos assistenciais, em estrita conformidade com o Plano de Trabalho aprovado, parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS RECURSOS FINANCEIROS E DOTAÇÃO
2.1. Para a execução do objeto deste Convênio, o CONCEDENTE repassará à CONVENIADA o valor global de R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), em parcela única, observado o efetivo recebimento do recurso na conta do Fundo Municipal de Saúde.
2.2. A despesa correspondente correrá por conta dos recursos da seguinte dotação orçamentária consignada no orçamento municipal vigente:
02.07.02 - 10.302.0022.2103 - 3.3.50.41.00 - Ficha 423 - Fonte 1.600.000.0000.
2.3. A liberação do recurso financeiro ocorrerá em parcela única, após a assinatura deste instrumento e publicação do seu extrato, e estará condicionada à disponibilidade financeira e ao efetivo ingresso do repasse do Fundo Nacional de Saúde na conta do CONCEDENTE.
2.4. Os recursos serão depositados e obrigatoriamente movimentados em conta bancária específica da CONVENIADA, em instituição financeira oficial, de movimentação exclusiva para este Convênio, conforme dados do Plano de Trabalho:
Banco: SICOOB (756)
Agência: 3164
Conta Corrente: 147.807-9
Titular: Irmandade do Hospital de Nossa Senhora das Dores
2.5. Enquanto não utilizados, os recursos deverão ser aplicados em caderneta de poupança ou fundo de aplicação financeira de curto prazo com lastro em títulos da dívida pública federal, sendo que os rendimentos da aplicação devem ser obrigatoriamente utilizados no objeto do Convênio, sujeitos às mesmas condições de prestação de contas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES
3.1. DO CONVENENTE:
3.1.1. Disponibilizar a prestação de contas apresentada pela CONVENIADA para efetuar a comprovação da aplicação dos recursos repassados nos termos da Proposta nº 63000736426202600 ou outro regulamento que vier a substituí-la.
3.1.2. Monitorar e avaliar o desempenho do CONVÊNIO conforme estabelecido no Plano de Trabalho.
3.1.3. Executar auditoria detalhada em casos suspeitos ao emprego indevido dos valores repassados.
3.1.4. Realizar auditoria in loco, caso seja solicitado pelo órgão de controle.
3.1.5. Realizar o acompanhamento, a fiscalização, o controle, a supervisão e a avaliação do cumprimento do objeto deste convênio, por meio de análise de relatórios acerca do seu processamento, diligências e visitas in loco, comunicando à ENTIDADE quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras pendências de ordem técnica ou legal, podendo valer-se de apoio técnico de terceiros.
3.1.6. Analisar a prestação de contas da ENTIDADE, relativo aos valores repassados por conta deste Convênio, informando eventuais irregularidades encontradas, para o devido saneamento e prestar contas aos órgãos fiscalizadores de acordo com a legislação pertinente a matéria.
3.1.7. Monitorar, supervisionar, avaliar e fiscalizar o cumprimento do objeto deste Convênio, realizando vistorias sempre que julgar conveniente, com vistas ao fiel cumprimento do ajuste.
3.1.8. Notificar a ENTIDADE, quando não apresentada a prestação de contas dos recursos aplicados ou quando constatada a má aplicação dos recursos públicos transferidos, e instaurar a Tomada de Contas Especial.
3.1.9. Notificar a CONVENIADA, por escrito, da ocorrência de quaisquer imperfeições ou irregularidades na execução do objeto, fixando prazo para a sua correção.
3.1.10. Repassar à ENTIDADE BENEFICIADA os recursos financeiros transferidos.
3.2. DA CONVENIADA:
3.2.1. Executar e utilizar os recursos financeiros fielmente ao contido no Plano de Trabalho.
3.2.2. Criar e manter arquivo de documentos com rastreabilidade que comprovem a utilização dos recursos exclusivamente com pacientes e ações usuárias do SUS e que possam ser disponibilizados, sempre que solicitados, pela Secretaria de Saúde e pelo Conselho Municipal de Saúde.
3.2.3. Fornecer, sempre que solicitado, tais documentos para a execução de auditoria, facilitando o acompanhamento e a fiscalização deste Convênio.
3.2.4. Responsabilizar-se integralmente pela prestação de contas ao CONVENENTE, aos órgãos estaduais e federais de fiscalização e controle.

3.2.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração, ao paciente, ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do CONVÊNIO, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.
3.2.6. Responsabilizar-se integralmente pelos funcionários com os quais estabeleceram vínculo empregatício, procedendo aos descontos e recolhimentos previstos em lei, inclusive os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o CONVENENTE.
3.2.7. Aplicar os rendimentos provenientes de saldo de aplicação financeira no mesmo objeto do convênio.
3.2.8. Cumprir todas as metas e condições especificadas no PLANO DE TRABALHO, parte integrante deste CONVÊNIO.
3.2.9. Manter atualizado o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).
3.2.10. Submeter-se às avaliações e auditorias sistemáticas pela Gestão Municipal do SUS.
3.2.11. Assegurar a veracidade das informações prestadas ao SUS.
3.2.12. Alimentar e atualizar o Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) em todos os seus campos e os demais bancos de dados obrigatórios.
3.2.13. Manter, durante toda a execução do CONVÊNIO, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratualização, inclusive de apresentar, ao setor de liberação de faturas e como condição de pagamento, os documentos necessários.
3.2.14. Manter os documentos comprobatórios das despesas efetuadas, bem como os outros documentos que derem origem a Prestação de Contas encaminhada ao CONVENENTE à disposição dos órgãos de controle interno e externo, por um período de 05 (cinco) anos, a contar da data das respectivas prestações de contas.
3.2.15. A CONVENIADA se compromete cumprir o PLANO DE TRABALHO, aprovado pela Secretaria de Saúde e Conselho Municipal de Saúde, iniciando sua vigência a partir da data da publicação do CONVÊNIO.
3.2.16. Fica, ainda, a ENTIDADE obrigada:
a) Aplicar o saldo do Convênio não utilizado em caderneta de poupança de instituição financeira oficial se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos se verificar em prazos menores que um mês; e
b) As receitas financeiras auferidas na forma do item anterior serão obrigatoriamente computadas a crédito do convênio e aplicadas exclusivamente no objeto de sua finalidade, desde que com a devida autorização do Concedente para utilização do recurso da aplicação financeira, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do ajuste.
3.2.17. Devolver ao MUNICÍPIO, quando da conclusão, rescisão ou extinção deste convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes de receitas obtidas das aplicações financeiras, no prazo improrrogável de (30) trinta dias após o termo final de sua vigência, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial.
3.2.18. Restituir o valor recebido atualizado monetariamente, desde a data do recebimento, acrescido de juros legais, na forma aplicável aos débitos para com o Tesouro do Estado, quando:
a) Não for executado o objeto deste Convênio;
b) Não for apresentada, no prazo estipulado, a respectiva Prestação de Contas final; e
c) Os recursos forem utilizados em finalidade diversa do estabelecido neste Convênio.
3.2.19. Realizar a abertura de conta bancária específica para recebimento dos recursos vinculados ao convênio, de forma a possibilitar o acompanhamento a aplicação das verbas.
3.2.20. Responsabilizar-se pela guarda de toda a documentação relativa ao Convênio, pelo prazo mínimo de 10 (dez) anos.
3.2.21. Adotar todas as medidas necessárias à correta execução deste Instrumento.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

4.1. O presente convênio terá vigência a partir da data de sua assinatura até 31/07/2027, e em consonância com o cronograma estabelecido pelas partes.
4.2. Fica expressamente consignado que a eficácia jurídica e financeira deste instrumento, bem como o início da execução das metas, estão condicionados ao efetivo recebimento do repasse financeiro (Proposta nº 63000736426202600) na conta do CONCEDENTE e sua posterior transferência à CONVENIADA.
4.3. Alterações poderão ser realizadas via Termo Aditivo, desde que formalmente justificadas e autorizadas, sendo vedada a alteração do objeto pactuado.

CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

5.1. A execução do presente CONVÊNIO será acompanhada e avaliada, mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento quanto à verificação dos procedimentos e/ou obrigações da CONVENIADA e de quaisquer outros dados necessários ao controle a avaliação do pactuado em Plano de Trabalho.
5.2. Poderá, sempre que o CONVENENTE entender necessário, ser realizada auditoria especializada.
5.3. O CONVÊNIO deverá ser acompanhado por um gestor, e o Plano de Trabalho, responsável pela administração do ajuste, desde sua concepção até a sua finalização, bem como por um fiscal, responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos serviços a serem prestados pela CONVENIADA, via designação por ato do CONVENENTE.
5.4. Compete ao Fiscal do Convênio:
a) Cuidar para que a documentação do Convênio esteja em conformidade com a legislação aplicada desde a sua proposta até aprovação da Prestação de Contas;
b) Ensejar as ações para que a execução física e financeira do Convênio ocorra conforme previsto no Plano de Trabalho;
c) Acompanhar a execução do Convênio responsabilizando-se pela sua eficácia, por meio de relatórios, inspeções, visitas e atestação da satisfatória realização do objeto do Convênio;
d) Atuar como interlocutor do órgão responsável pela celebração do Convênio;
e) Controlar os saldos dos empenhos dos Convênios ou instrumentos congêneres;
f) Prestar, quando solicitado, informações sobre a execução do Convênio ou instrumentos congêneres sob sua responsabilidade;
g) Controlar os prazos de Prestação de Contas dos Convênios bem como efetuar análises e encaminhar ao ordenador de despesa para aprovação;
h) Zelar pelo cumprimento integral do Convênio.
5.5. Compete ao Gestor do Convênio:
a) Acompanhar a execução dos ajustes firmados, promovendo medidas necessárias à fiel execução das condições estabelecidas no convênio, gerenciar, decidir sobre eventuais e possíveis alterações inicialmente estabelecidas, inclusive sobre a celebração de seus termos aditivos;
b) Velar para que não haja alteração no objeto do ajuste, atentando-se para o cumprimento dos prazos conveniais e fazendo o gerenciamento necessário dos processos de modo eficiente, evitando prejuízos ao erário;
c) Decidir sobre aceite de despesas executadas a maior nos elementos de despesas previstas no Plano de Aplicação e dentro do objeto do convênio quando verificado erro formal e sem dano ao erário;
d) Decidir sobre a instauração de Tomada de Contas Especial;
e) Aprovar o Plano de Trabalho apresentado pelo proponente tanto na formalização quanto nas suas adequações;
f) Decidir sobre a prorrogação de prazo além dos limites estabelecidos no termo de convênio, quando ocorrer fato excepcional ou imprescindível que altere fundamentalmente as condições de execução do convênio, com justificativa fundamentada e com prévio parecer jurídico;
g) Autorizar a indicação e substituição de fiscal de convênios, por meio de ato emitido pela autoridade competente;
h) Aplicar sanções ao convenente de acordo com a natureza e gravidade das infrações.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO

6.1. O presente CONVÊNIO poderá ser rescindido pelo CONVENENTE quando:
6.1.1. constatado o emprego dos valores recebidos em finalidade diversa da pactuada, condicionada à condenação em processo administrativo autônomo, no qual se garanta o exercício da ampla defesa e do contraditório;
6.1.2. houver descumprimento pelo CONVENIADO de cláusulas e/ou condições previstos no instrumento, ou seu cumprimento irregular, ou ainda, a paralisação dos serviços sem justa causa ou prévia comunicação à Administração;
6.1.3. o CONVENIADO solicitar seu descredenciamento junto ao SUS;
6.1.4. houver alteração da Natureza Jurídica, CNPJ ou dados cadastrais no CNES que impossibilitem a continuidade da execução dos serviços CONVENIADOS.
6.2. A rescisão será efetuada: Por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração, a qual deverá ser obrigatoriamente formalizada com período mínimo de antecedência de 30 (trinta) dias, sem prejuízo das obrigações assumidas até a data da extinção. Judicialmente, nos termos da legislação.
PARÁGRAFO PRIMEIRO: O CONVENIADO reconhece, desde já, todos os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa por inexecução total ou parcial do Plano de Trabalho.
PARÁGRAFO SEGUNDO: Em qualquer dos casos acima deverá ser lavrado "Termo de Rescisão ou Encerramento" com as devidas justificativas administrativas.
PARÁGRAFO TERCEIRO: A rescisão do convênio enseja a instauração de Tomada de Contas Especial, para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano e, inclusive, a devolução dos recursos, incluídos os rendimentos de aplicação, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora, na forma da lei.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES
7.1. A CONVENIADA caso incorra em infrações, sujeita-se às seguintes sanções administrativas:
a) advertência;
b) multa;
c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 05 (cinco) anos.
7.2. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do item anterior poderão ser aplicadas ao CONVENIADO, cumulativamente com a multa.
7.3. Advertência será aplicada por conduta que prejudique o andamento do procedimento de contratação.
7.4. A multa, correspondente à multa-dia de 1/60 (um sessenta avos) do último faturamento mensal e líquido, até o limite máximo de 20 (vinte) dias-multa, será aplicada quando o CONVENIADO:
a) apresentar declaração falsa;
b) apresentar documento falso;
c) descumprir obrigação contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do CONVÊNIO.
7.5. A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos, aplicar-se-á quando o CONVENIADO: abandonar a execução do CONVÊNIO; incorrer em inexecução contratual.
7.6. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, será aplicada nos seguintes casos:
a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, ou qualquer outro expediente, o procedimento;
b) agir de má-fé na relação contratual, comprovada em procedimento específico;
c) tenha sofrido condenação judicial definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
d) demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados, em especial, infrações à ordem econômica definidos na Lei Federal nº 12.529/2011;
e) tenha sofrido condenação definitiva por ato de improbidade administrativa, na forma da lei.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
8.1. A CONVENIADA deverá apresentar a Prestação de Contas Final ao CONCEDENTE no prazo máximo de até 90 (noventa) dias após o término da vigência deste Convênio.
8.2. A prestação de contas deverá vir instruída com relatórios de cumprimento de metas do Plano de Trabalho, notas fiscais originais (ou equivalentes eletrônicos legalmente aceitos), extratos bancários conciliados de toda a vigência da conta vinculada e comprovantes nominais de pagamento da equipe vinculada ao setor.
8.3. Eventuais saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes de receitas obtidas das aplicações financeiras, não utilizados na finalidade pactuada deverão ser compulsoriamente devolvidos ao Tesouro Municipal no ato da prestação de contas final.
CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
9.1. Integra o presente CONVÊNIO, para todos os fins, o respectivo Plano de Trabalho.
9.2. O CONCEDENTE providenciará a publicação do extrato do presente instrumento no Diário Oficial do Município de Ponte Nova para garantir sua eficácia.
CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO
10.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ponte Nova/MG, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes do presente Convênio, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
E, por estarem assim justos e conveniados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Ponte Nova, 25 de agosto de 2026.

MILTON TEODORO IRIAS JÚNIOR	***KÁTIA JARDIM DE CARVALHO IRIAS***
Prefeito Municipal	Secretária Municipal de Saúde

JOSÉ MAURICIO MORAIS CASTRO
Assistente da Provedoria

JANDER LUIZ ROSA
Diretor Administrativo

Publicado por:
Patricia Porto Nogueira
Código Identificador:D9127FC5

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
DECRETO14938

DECRETO Nº14.938/2026

Designa servidora para exercer a função de gestora do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PONTE NOVA, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, em especial a que lhe confere o art. 129, inciso XL, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:
Art. 1º Fica designada a servidora LAZINIER SERRANO GONCALVES para atuar como gestora do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.
Parágrafo único. A designação de que trata o *caput* deste artigo tem por finalidade formalizar o exercício das atribuições de gestão do referido fundo, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ponte Nova, 25 de agosto de 2026.

MILTON TEODORO IRIAS JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patricia Porto Nogueira
Código Identificador:B1458B98

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
DECRETO14939

DECRETO Nº 14.939/2026

Designa membros da Junta de Recursos do Município de Ponte Nova.

O Prefeito Municipal de Ponte Nova, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 23 da Lei Municipal no 3.027/07 Código Municipal de Posturas,

RESOLVE:

Art. 1o Ficam nomeados os membros para compor a **Junta de Recursos do Município de Ponte Nova,** com a finalidade de julgar as infrações cometidas segundo disposto no Código Municipal de Posturas**:**

Renata Gesualdo Gomes;
Raphael Graciano Gomides;
Rodrigo Bento Coelho;
Thaiza Maíra Gama Sarti;

Art. 2o Fica nomeado para presidir a comissão o Senhor Raphael Graciano Gomides.
Art.3ºA avaliação dos recursos e decisões tramitarão de forma digital através dos sistema disponível.

Art. 4o Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5o Revogam-se as disposições contrárias, especialmente o Decreto nº 14.807/2026.

Ponte Nova, 26 de agosto de 2026.

MILTON TEODORO IRIAS JUNIOR
Prefeito Municipal

FERNANDA DE MAGALHÃES RIBEIRO
Secretária Municipal de Governo

Publicado por:
Patricia Porto Nogueira
Código Identificador:5E5945D6

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO Nº 254/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 058/2026

Extrato de Homologação - Processo nº 254/2026 – Inexigibilidade nº 058/2026. A Prefeitura Municipal de Ponte Nova/MG torna público para o conhecimento de quantos possam interessar que está publicando a Homologação referente ao Processo nº 254/2026 – Inexigibilidade nº 058/2026 cujo objeto é o Pagamento de inscrição no curso de Capacitação em Medicina de Abrigos. Contratada: INSTITUTO TECNICO DE EDUCACAO E CONTROLE ANIMAL, inscrita no CNPJ nº 07.248.851/0001-05, no valor de R$ 320,00 (trezentos e vinte reais). Publique-se.

MILTON TEODORO IRIAS JUNIOR
(Prefeito Municipal).

Publicado por:
Nagila da Silva Santos
Código Identificador:70EA2D1F

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
LEI4970

LEI Nº 4.970/2026
PROJETO DE LEI Nº 4.221/2026

Dispõe sobre a instituição da Política Municipal de Alfabetização do Município de Ponte Nova - MG, estabelece diretrizes para a alfabetização integral até o 2º ano, determina as ações de Recomposição da Aprendizagem do 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental, em perfeito alinhamento ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, e dá outras providências.

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES E DOS OBJETIVOS

Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de Alfabetização de Ponte Nova - MG, com o objetivo principal de garantir o direito constitucional à alfabetização plena de todas as crianças matriculadas na Rede Municipal de Ensino.
Art. 2º A Política Municipal de Alfabetização guiar-se-á pelas seguintes metas estruturais:
I - alfabetização integral de 100% das crianças regularmente matriculadas até o final do 2º ano do Ensino Fundamental.
II - recomposição da aprendizagem focada na consolidação das habilidades de leitura, escrita e raciocínio matemático para os estudantes do 3º, 4º e 5º ano do Ensino Fundamental que apresentem defasagem escolar.

CAPÍTULO II
DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DA ALFABETIZAÇÃO ATÉ O 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Art. 3º A Educação Infantil constitui etapa fundamental para o desenvolvimento das competências e habilidades precursoras da alfabetização, devendo assegurar atividades de aprendizagem alinhadas aos campos de experiências previstos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).
§ 1º As ações pedagógicas desenvolvidas na Educação Infantil deverão promover:
I – o desenvolvimento da linguagem oral e da ampliação do vocabulário;
II – o contato sistemático com diferentes gêneros textuais por meio de práticas de leitura realizadas pelos professores;
III – o fortalecimento da consciência fonológica por meio de atividades lúdicas envolvendo rimas, aliterações, segmentação de palavras, cantigas, parlendas e jogos sonoros;
IV – o desenvolvimento da coordenação motora ampla e fina necessária para futuras aprendizagens relacionadas à escrita;
V – a ampliação das experiências culturais, artísticas, corporais e científicas;
VI – a promoção de interações e brincadeiras que favoreçam o desenvolvimento cognitivo, social, emocional e linguístico das crianças;
VII – o incentivo à curiosidade, imaginação, criatividade e resolução de problemas;
VIII – a garantia do acesso a ambientes alfabetizadores ricos em materiais impressos e literários adequados à faixa etária.
§ 2º A Secretaria Municipal de Educação promoverá ações específicas para fortalecimento das aprendizagens na Educação Infantil, incluindo:
I – formação continuada dos professores da Educação Infantil voltada ao desenvolvimento da linguagem, da oralidade, da consciência fonológica e das competências precursoras da alfabetização;
II – implantação e fortalecimento de cantinhos de leitura e acervos literários nas instituições de Educação Infantil;
III – realização de projetos permanentes de incentivo à leitura e contação de histórias;
IV – acompanhamento dos indicadores de desenvolvimento infantil e aprendizagem das crianças;
V – orientação às famílias sobre práticas de estímulo à linguagem, leitura e desenvolvimento infantil no ambiente familiar.
Art. 4º Para o atingimento da meta de alfabetização na idade certa, a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) assegurará:
I - alinhamento Curricular: adequação das práticas escolares ao Currículo Referência de Minas Gerais e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC);
II - agrupamentos Produtivos para alunos do 2º ano: organização temporária e flexível de estudantes com base em seus níveis reais de aprendizado, permitindo intervenções focadas;

III - ampliação do Tempo Pedagógico para alunos do 2º ano: oferta de atividades de reforço escolar no contraturno para os alunos diagnosticados em níveis críticos ou básicos;
IV - cantinhos de Leitura: instalação e manutenção de espaços lúdicos e acervos literários apropriados dentro das salas de aula, em conformidade com as diretrizes do CNCA;
V - avaliação Fluida: aplicação periódica de testes de fluência leitora diagnósticos para mapear individualmente o nível de cada estudante.

CAPÍTULO III
DA RECOMPOSIÇÃO DA APRENDIZAGEM DO 3º AO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Art. 5º Fica determinado o desenho de estratégias pedagógicas contínuas de Recomposição da Aprendizagem destinadas aos alunos do 3º ao 5º ano que não consolidaram as competências básicas de alfabetização e letramento matemático.
Art. 6º As ações de recomposição pedagógica incluirão as seguintes frentes de atuação escolar:
I - Agrupamentos Produtivos: organização temporária e flexível de estudantes com base em seus níveis reais de aprendizado, permitindo intervenções focadas;
II - Ampliação do Tempo Pedagógico: oferta de atividades de reforço escolar no contraturno para os alunos diagnosticados em níveis críticos ou básicos;
III - Material Didático Focado: utilização de materiais didáticos e pedagógicos complementares especificamente desenhados para a aceleração de estudos e recuperação de habilidades atrasadas.

CAPÍTULO IV
DA GESTÃO, FORMAÇÃO CONTINUADA E AVALIAÇÃO

Art. 7º Fica instituída no âmbito municipal a governança local da Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização - Renalfa, sob a responsabilidade de um articulador municipal designado pela Secretaria Municipal de Educação.
Art. 8º A Secretaria Municipal de Educação promoverá ciclos permanentes de formação continuada voltados para professores alfabetizadores (1º e 2º ano), professores dos anos subsequentes (3º ao 5º ano), especialistas em educação básica e diretores escolares.
Art. 9º O monitoramento da política instituída por esta lei dar-se-á por meio de avaliações diagnósticas e somativas internas, em estreita articulação e complementaridade com o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

CAPÍTULO V
DA IMPLEMENTAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

Art. 10. A implementação das ações de alfabetização e recomposição da aprendizagem será organizada por meio dos seguintes eixos de atuação:
I – formação e desenvolvimento profissional dos professores, compreendendo:
a) formação continuada para os professores com estudos sobre alfabetização baseada em evidências científicas, fluência leitora e numeracia;
b) oficinas pedagógicas sobre consciência fonológica e métodos de alfabetização com evidências científicas;
c) compartilhamento de práticas exitosas.
II – assessoria pedagógica nas unidades escolares, compreendendo:
a) visitas técnicas às unidades escolares;
b) observação de práticas pedagógicas;
c) orientação individual e coletiva aos professores;
d) apoio às equipes gestoras.
III – monitoramento e avaliação, compreendendo:
a) acompanhamento sistemático dos estudantes atendidos;
b) construção de instrumentos de monitoramento;
c) análise de dados educacionais;
d) elaboração de relatórios periódicos.
Art. 11. O monitoramento da execução desta política observará o seguinte indicador de resultado:
a) evolução das avaliações diagnósticas;
b) percentual de estudantes que alcançaram as habilidades previstas;
c) desempenho nas avaliações externas;
d) aumento da taxa de alfabetização ao final do 2º ano do Ensino Fundamental;
e) redução das defasagens de aprendizagem.
f) fortalecimento das ações de acompanhamento;
g) melhoria das práticas docentes;
h) ampliação do uso de dados para tomada de decisões baseada em evidências;
i) redução das defasagens em leitura, escrita e matemática;
j) melhoria dos resultados nas avaliações externas;
k) fortalecimento da política municipal de alfabetização e recomposição das aprendizagens.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Educação, suplementadas por recursos técnicos e financeiros repassados pela União e pelo Estado de Minas Gerais no escopo do CNCA.
Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ponte Nova, 25 de agosto de 2026.

MILTON TEODORO IRIAS JUNIOR
Prefeito Municipal

ELILIANE CACILDA ESPIRIDIÃO
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Patricia Porto Nogueira
Código Identificador:7436FC0C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADOS
EXTRATO DE ADITIVO - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 012/2022 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2022

Oitavo Termo Aditivo ao Contrato nº 038/2022
Contratante: Prefeitura Municipal de Prados
Contratado: Cleiton João Carvalho Montes
Objeto: Acréscimo de 11,2 km no itinerário diário da Linha nº 05 do Contrato nº 038/2022, referente à prestação de serviços de transporte escolar no Município de Prados/MG.
Valor total do acréscimo: R$ 9.026,64 (8,76% do valor global inicial do contrato).
Fundamento Legal: Art. 65, inciso I, alínea "b" e § 1º da Lei Federal nº 8.666/1993.
Data: 25 de agosto de 2026

Publicado por:
Bruno Ludgero da Mata e Sousa
Código Identificador:2BDDD3A9

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADOS
EXTRATO DE ADITIVO - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 012/2022 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2022

Sétimo Termo Aditivo ao Contrato nº 043/2022
Contratante: Prefeitura Municipal de Prados
Contratada: GERALDO DONIZETE DE SOUZA LTDA
Objeto: Supressão de 19,90 km no itinerário diário da Linha nº 12 do Contrato nº 043/2022, referente à prestação de serviços de transporte de estudantes do Município de Prados/MG.
Valor total da supressão: R$ 11.178,23 (12,5% do valor global inicial do contrato).
Fundamento Legal: Art. 65, inciso I, alínea "b" e § 1º da Lei Federal nº 8.666/1993.
Data: 25 de agosto de 2026.

Publicado por:
Bruno Ludgero da Mata e Sousa
Código Identificador:A6F01124

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADOS
EXTRATO DE ADITIVO - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 012/2022 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2022

Sétimo Termo Aditivo ao Contrato nº 045/2022
Contratante: Prefeitura Municipal de Prados
Contratada: DUTRA TUR TURISMO DE PRADOS LTDA
Objeto: Supressão de 15 km no itinerário diário da Linha nº 14 do Contrato nº 045/2022, referente à prestação de serviços de transporte de estudantes do Município de Prados/MG.
Valor total da supressão: R$ 10.886,40 (6,77% do valor global inicial do contrato).
Fundamento Legal: Art. 65, inciso I, alínea "b" e § 1º da Lei Federal nº 8.666/1993.
Data: 25 de agosto de 2026.

Publicado por:
Bruno Ludgero da Mata e Sousa
Código Identificador:C624BA36

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADOS
EXTRATO DE RETIFICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADOS, **torna pública a retificação do edital e anexos** do Processo de Licitação nº 070/2026, Pregão Eletrônico nº 012/2026 para a **Contratação de empresa especializada em Implementação de Processo de Alfabetização e Reconhecimento Fonético em Inglês, por letramento silábico, incluindo o fornecimento de material didático específico, destinada aos alunos da rede municipal de ensino já alfabetizados na Língua Portuguesa, matriculados a partir do 3º ano do Ensino Fundamental, conforme as especificações constantes do ANEXO I – Termo de Referência.** Abertura dia: **17/09/2026, às 09:00 horas**. Local: http://prados.pregaonet.com.br/. Edital disponível no site: www.prados.mg.gov.br. Informações somente através do e-mail: licitacao@prados.mg.gov.br.

Publicado por:
Anaeslen Riane Das Dores Gonçalves
Código Identificador:5F555BD6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATÁPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATÁPOLIS
ERRATA DE EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATÁPOLIS – MG - ERRATA DE EDITAL – **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 121/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2026**. Objeto: **Registro de preço para a aquisição futura e parcelada de materiais escolares e materiais de escritório (Item Fracassados)** torna público para conhecimento de todos que, fica **alterada a data de abertura da sessão para o dia 08 de setembro de 2026, às 13h00**. O edital está disponível nos sites https://capturame.com.br/licitacoes/6a8ca4a449e26 e https://pncp.gov.br/app/editais/18241356000182/2026/60.

Publicado por:
Rafael Corrêa Ramos
Código Identificador:50E48623

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATÁPOLIS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATÁPOLIS, **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 90/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2026,** torna público que celebrou termo para **Registro de preço para a aquisição futura e parcelada de materiais escolares e materiais de escritório (PARTE 1)**, com as empresas **RENATA DE MIRANDA COSTA (CNPJ:** 23.440.943/0001-30**), M3. BUSINESS GROUP LTDA (CNPJ:** 54.494.740/0001-50**), ALIANÇA COMERCIO DISTRIBUIÇÃO LTDA (CNPJ:** 31.486.195/0001-55**), PONTO OFFICE BRASIL LTDA (CNPJ:** 62.234.516/0001-58**) e NEXUS MLFP DISTRIBUIDORA (CNPJ:** 66.194.769/0001-04**).**

Publicado por:
Rafael Corrêa Ramos
Código Identificador:263FBD7A

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATÁPOLIS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATÁPOLIS, **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 93/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/2026,** torna público que celebrou termo para **Registro de preço para a aquisição futura e parcelada de materiais escolares e materiais de escritório (PARTE 2)**, com as empresas **RENATA DE MIRANDA COSTA (CNPJ:** 23.440.943/0001-30**), M3. BUSINESS GROUP LTDA (CNPJ:** 54.494.740/0001-50**), ALIANÇA COMERCIO DISTRIBUIÇÃO LTDA (CNPJ:** 31.486.195/0001-55**), PONTO OFFICE BRASIL LTDA (CNPJ:** 62.234.516/0001-58**) e NEXUS MLFP DISTRIBUIDORA (CNPJ:** 66.194.769/0001-04**).**

Publicado por:
Rafael Corrêa Ramos
Código Identificador:E48CCB9F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTE DE MORAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTE DE MORAIS
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 216/2026

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 216/2026
Processo Administrativo nº 085/2026
Concorrência nº 01/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRUDENTE DE MORAIS/MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.314.625/0001-93, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação e Cultura, Sra. Cheila Reis de Souza, doravante denominado CONTRATANTE.
CONTRATADA: M & G COMERCIO, SERVICO E CONSTRUCAO LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 42.478.844/0001-92, neste ato representado pelo representante legal, Sr. Geraldo Majela Duarte, doravante denominada CONTRATADA.
OBJETO: Este contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada em engenharia, sob o regime de empreitada global, para a construção da Quadra Poliesportiva Coberta vinculada a Escola Municipal Tia Quinota no município de Prudente de Morais/MG, incluindo o fornecimento de todos os materiais, ferramentas, equipamentos e mão de obra especializada, conforme especificações técnicas dos projetos aprovados, conforme condições, quantitativos e especificações constantes neste instrumento e no Termo de Referência.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
Valor Total: R$ 515.000,00 (quinhentos e quinze mil reais).
PUBLICAÇÃO: Realizada conforme os princípios da publicidade e da
transparência previstos na Lei nº 14.133/2021.

Prudente de Morais / MG, 25 de agosto de 2026.

Assinam Digitalmente:

CHEILA REIS DE SOUZA —
Secretaria Municipal de Educação.

GERALDO MAJELA DUARTE -
Representante Legal da Empresa Contratada.

Publicado por:
Mariana Gomes da Silva
Código Identificador:F0246336

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTE DE MORAIS
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 218/2026

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 218/2026
Processo Administrativo nº 117/2026
Inexigibilidade de Licitação nº 39/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRUDENTE DE MORAIS/MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.314.625/0001-93, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) Municipal Assistência Social E Trabalho, Sr.(a) Miguel Arcanjo da Silva Jesus, doravante denominado CONTRATANTE.
CONTRATADA: JUNGLE CONSULTORIA E SOLUCOES SOCIAIS LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 08.582.479/0001-23, neste ato representado pelo
representante legal, Sr. Igor Guadalupe Coelho, doravante denominada CONTRATADA.
OBJETO: Este contrato tem por objeto do presente Termo de Referência a contratação, por inexigibilidade de licitação, da empresa Jungle Consultoria e Soluções Sociais Ltda, para renovação da licença de uso da Plataforma GESUAS – Plataforma de Inteligência e Acompanhamento Permanente da Gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, em ambiente web e mobile, contemplando manutenção da base de dados existente, hospedagem, suporte técnico especializado, manutenção preventiva e corretiva, atualizações legais e tecnológicas, acompanhamento técnico permanente e acesso à Universidade GESUAS para formação continuada dos profissionais da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, quantitativos e especificações constantes neste instrumento e no Termo de Referência.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
Valor Total: R$ 20.793,60(vinte mil, setecentos e noventa e três reais e sessenta centavos).
PUBLICAÇÃO: Realizada conforme os princípios da publicidade e da
transparência previstos na Lei nº 14.133/2021.

Prudente de Morais / MG, 26 de agosto de 2026.

Assinam digitalmente:
Miguel Arcanjo da Silva Jesus — Secretaria Municipal de Educação.
Igor Guadalupe Coelho - Representante legal da empresa contratada.

Publicado por:
Mariana Gomes da Silva
Código Identificador:80AC750A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE RESSAQUINHA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESSAQUINHA
AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESSAQUINHA. AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 085/2026 – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 011/2026 - A Prefeitura Municipal de Ressaquinha cadastrada no Ministério da Economia como UASG 932264 TORNA PÚBLICA a divulgação da Concorrência Eletrônica nº 011/2026 – Processo nº 085/2026. Obj: Cessão de uso onerosa de espaço público destinado à instalação e exploração de lanchonete no Poliesportivo Municipal de Ressaquinha/MG. A contratação visa atender à demanda por serviços de alimentação e bebidas dos frequentadores do Poliesportivo, otimizar o uso do bem público e gerar receita para o Município. O critério de julgamento o MAIOR LANCE. Total de itens licitados: 01 (um) item. O Edital estará disponível a partir das 08h do dia 27/08/2026 no site https://www.ressaquinha.mg.gov.britransparencia/licitacoes Data da abertura da sessão: 22/09/2026 às 09: 00h (Horário de Brasília). Local: Portal: https://ressaquinha.licitapp.com.br Informações Gerais: Vide Edital e/ou através do e-mail: licita.ressaquinha@gmail.comTelefone: (32) 99068-3978. Luis Henrique Rodrigues Carvalho - Diretor Municipal de Licitações e Contratos.

Ressaquinha/MG, 26 de agosto de 2026.

Publicado por:
Erika Valdira da Silva Diniz
Código Identificador:99483476

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHINHO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHINHO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOSº 004/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOSº 004/2026– Pregão Presencial nº 009/2026, Procedimento Administrativo nª 054/2026. Partes: CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE RIACHINHO – MG, CNPJ: 25.222.118/0001-95 / DETENTOR DA ATA – ROGERIO PEREIRA DA SILVA RESTAURANTE, CNPJ: 21.321.444/0001-07, Objeto: Registro de Preços, consignado em Ata, para a futura e eventual contratação de empresas especializadas para prestação de serviços de hotelaria e fornecimento de refeições a fim de atender às necessidades das diversas unidades administrativas da Prefeitura Municipal de Riachinho/MG. Vigência: 12 (doze) meses. Valor Global: R$ 250.200,00 (Duzentos e cinquenta mil e duzentos reais).

Riachinho/MG, 23 de julho 2026.

(A) NEIZON REZENDE DA SILVA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Suely Aparecida Nunes
Código Identificador:CC9E9842

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHINHO
EXTRATO DE HOMOLOGAÇAO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 015/2026

O Prefeito Municipal de Riachinho/MG no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 14.133/21, HOMOLOGA o Processo Administrativo Licitatório nº 050/2026, Pregão Eletrônico nº 015/2026, cujo objeto é a Aquisição, de forma parcelada, de materiais de limpeza, higienização, higiene pessoal, descartáveis, utensílios de copa e cozinha e equipamentos de proteção individual - EPI, destinados às diversas Secretarias Municipais e respectivas unidades administrativas da Prefeitura Municipal de Riachinho/MG, em favor das empresas: BURITIS ATACADO VAREJO E DISTRIBUIÇÃO LTDA, CNPJ: 23.405.990/0001-43, sendo o Valor Global de todos os itens: R$ 184.551,25 (cento e oitenta e quatro mil, quinhentos e cinquenta e um reais e vinte e cinco centavos). TUPIROTI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E SERVICOS LTDA, CNPJ: 04.536.062/0001-73, sendo o Valor Global de todos os itens: R$ 216.783,30 (duzentos e dezesseis mil, setecentos e oitenta e três reais e trinta centavos). GET MED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ: 41.836.567/0001-80, sendo o Valor Global de todos os itens: R$ 30.690,00 (trinta mil, seiscentos e noventa reais). BAIA GC MIX LTDA - ME., CNPJ: 42.377.469/0001-94, sendo o Valor Global de todos os itens: R$ 101.552,00 (cento e um mil, quinhentos e cinquenta e dois reais). 2R COMERCIAL LTDA, CNPJ: 18.742.344/0001-31, sendo o Valor Global de todos os itens: R$ 351.750,00 (trezentos e cinquenta e um mil, setecentos e cinquenta reais). NOGUEIRA SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 53.313.413/0001-92, sendo o Valor Global de todos os itens: R$ 13.197,00 (treze mil, cento e noventa e sete reais). COMERCIAL MINASFORT LTDA, CNPJ: 41.583.896/0001-66, sendo o Valor Global de todos os itens: R$ 161.429,30 (cento e sessenta e um mil, quatrocentos e vinte e nove reais e trinta centavos). SANTANA WERNECK COMERCIAL LTDA, CNPJ: 11.186.469/0001-83, sendo o Valor Global de todos os itens: R$ 12.765,00 (doze mil, setecentos e sessenta e cinco reais).

DISTRIBUIDORA UNIMAR BRASIL LTDA, CNPJ: 54.008.435/0001-01, sendo o Valor Global de todos os itens: R$ 10.573,00 (dez mil, quinhentos e setenta e três reais). AZEVEDO E SANTOS PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA, CNPJ: 08.194.634/0001-34, sendo o Valor Global de todos os itens: R$ 95.040,00 (noventa e cinco mil e quarenta reais). LC COMÉRCIO DE EMBALAGENS LTDA, CNPJ: 47.190.313/0001-13, sendo o Valor Global de todos os itens: R$ 4.970,00 (quatro mil, novecentos e setenta reais). NF HIGIENE E LIMPEZA LTDA, CNPJ: 63.083.503/0001-98, sendo o Valor Global de todos os itens: R$ 10.100,00 (dez mil e cem reais). YNEMED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA, CNPJ: 51.740.794/0001-60, sendo o Valor Global de todos os itens: R$ 2.850,00 (dois mil, oitocentos e cinquenta reais). MELO E ROCHA COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ: 57.750.674/0001-20, sendo o Valor Global de todos os itens: R$ 1.050,00 (mil e cinquenta reais). G DE BORBA - MARISKAP, CNPJ: 78.796.778/0001-46, sendo o Valor Global de todos os itens: R$ 19.183,00 (dezenove mil, cento e oitenta e três reais).

Riachinho-MG, 03 de agosto de 2026. (a)

NEIZON REZENDE DA SILVA,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Suely Aparecida Nunes
Código Identificador:A5FA09F4

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHINHO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA LISTA DE CREDENCIADOS

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA LISTA DE CREDENCIADOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHINHO – MG Termo De Credenciamento Processo Administrativo Licitatório N° 043/2026, Inexigibilidade De Licitação N° 009/2026, Edital De Credenciamento N° 002/2026. A Prefeitura Municipal de Riachinho/MG, em cumprimento ao disposto no Edital de Credenciamento nº 002/2026, torna pública a relação de credenciados, aptos à futura contratação, conforme a necessidade da Administração, por terem atendido aos requisitos do instrumento convocatório.
LISTA DE CREDENCIADOS

Classificação	Itens	Credenciado	CNPJ/CPF
1ª	08	SARA ESTER CORDEIRO DA SILVA	140.966.656-57
2ª	15, 16, 17, 18 e 19	THAISA MUNIQUE FERREIRA COSTA DE OLIVEIRA LTDA	53.192.649/0001-18
3ª	15, 16, 17 e 18	CLINICA MEDICA K&L LTDA	62.833.619/0001-34
4º	12	CLINICA AL NORTE OFFICE LTDA	60.090/350.0001-18
5º	03	JANICE REZENDE DOS SANTOS	110.097.786-41
6º	04	57.974.923 THYALLA CRISTINA SILVA DA ROCHA	57.974.923/0001-61
7º	05	DIENNEF BOTELHO DOS REIS	135.890.306-90
8º	15, 16, 17 e 18	ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL	36.577.947/0001-07
9º	15, 16, 17 e 18	STEFANY FASOLAK MEDICINA E SAUDE LTDA	60.435.594/0001-95
10º	24	ATUAL REPRESENTAÇÃO E CARDIOLOGIA LTDA	28.551.614/0001-80

A presente publicação não configura convocação imediata, sendo que as convocações serão realizadas conforme necessidade e conveniência administrativa, respeitada classificação.

Riachinho/MG, 11 de agosto de 2026.

VILMAR JOSÉ DE JESUS MONTIJO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Suely Aparecida Nunes
Código Identificador:60249AEB

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHINHO
EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 222/2026

EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 222/2026 – Procedimento Administrativo nª 043/2026, Inexigibilidade de Licitação nº 009/2026, Credenciamento nº 002/2026. Partes: CREDENCIANTE - MUNCÍPIO DE RIACHINHO – MG, CNPJ: 25.222.118/0001-95 / CREDENCIADA - ATUAL REPRESENTAÇÃO E CARDIOLOGIA LTDA, CNPJ: 28.551.614/0001-80, Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas para a prestação de serviços de saúde, sendo atendimento médico (clínica geral e especialidades), plantões, remoção de pacientes, exames e demais profissionais de nível superior, destinados à rede pública municipal de saúde de Riachinho/MG, inclusive para atendimento de demandas administrativas e determinações judiciais encaminhadas ao Município. Item Credenciado: Item 24: R$ 375,00/ATENDIMENTO. Vigência: 12 (doze) meses.

Riachinho/MG, 11 de agosto de 2026.

(A) NEIZON REZENDE DA SILVA –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Suely Aparecida Nunes
Código Identificador:6847276F

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHINHO
EXTRATO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE

EXTRATO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 043/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nº 009/2026

O Prefeito Municipal de Riachinho/MG, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei 14.133/2021, vem através do presente AUTORIZAR cujo objeto é o Credenciamento de pessoas físicas e jurídicas para a prestação de serviços de saúde, sendo atendimento médico (clínica geral e especialidades), plantões, remoção de pacientes, exames e demais profissionais de nível superior, destinados à rede pública municipal de saúde de Riachinho/MG, inclusive para atendimento de demandas administrativas e determinações judiciais encaminhadas ao Município, a contratação da Pessoa Jurídica: ATUAL REPRESENTAÇÃO E CARDIOLOGIA LTDA, inscrita (o) no CNPJ sob o nº 28.551.614/0001-80. Item Credenciado: Item 24: R$ 375,00/ATENDIMENTO. Valor Global R$ 337.500,00 (Trezentos e trinta e sete mil e quinhentos reais). Com prazo de Vigência de 12 (doze) meses; conforme Processo Administrativo nº 043/2026, Inexigibilidade de Licitação nº 009/2026, Credenciamento nº 002/2026, nas conformidades do Art. 72 da Lei 14.133/2021.

Riachinho/MG, 11 de agosto de 2026.

(A) NEIZON REZENDE DA SILVA,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Suely Aparecida Nunes
Código Identificador:4D2D4E33

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHINHO
EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº. 009/2026

EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº. 009/2026

O Prefeito Municipal de Riachinho/MG no uso de suas atribuições legais, HOMOLOGA o Processo Administrativo Licitatório nº 054/2026, Pregão Presencial SRP nº 009/2026, cujo objeto é o Registro de Preços, consignado em Ata, para a futura e eventual contratação de empresas especializadas para prestação de serviços de hotelaria e fornecimento de refeições a fim de atender às necessidades das diversas unidades administrativas da Prefeitura Municipal de Riachinho/MG, em favor da empresa: ROGERIO PEREIRA DA

SILVA RESTAURANTE, CNPJ: 21.321.444/0001-07; sendo o Valor Global de todos os itens: R$ 250.200,00 (Duzentos e cinquenta mil e duzentos reais).

Riachinho-MG, 22 de julho de 2026.

(A) NEIZON REZENDE DA SILVA,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Suely Aparecida Nunes
Código Identificador:471B25BB

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO
AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Rio Novo, torna público a adjudicação e homologação, do Pregão Eletrônico n° 034/2026, inerente ao Processo n° 072/2026, que tem como objeto contratação de empresa especializada para o fornecimento de veículos novos (zero quilometro) para atendimento das necessidades Município de Rio Novo, PINHEIRO S VEICULOS LTDA CNPJ N°: 01.692.763/0001-03 R$ 203.700,00, MAX VEICULOS LTDA CNPJ N°: 35.700.355/0001-78 R$ 421.000,00, CAMMINARE MAQUINAS E EMPREENDIMENTOS LTDA CNPJ Nº 35.741.144/0001-83 R$ 283.399,00, NIVEL 1 SOLUÇÕES AUTOMOTIVAS LTDA CNPJ Nº 40.975.251/0001-06 R$ 388.900,00, SANTA CATARINA UTILITARIOS LTDA CNPJ Nº 44.329.924/0001-01 R$ 918.000,00.

Rio Novo, 25 de agosto de 2026.

GUILHERME DE SOUZA NOGUEIRA -
Prefeito de Rio Novo.

Publicado por:
Gislene Aparecida Ferreira
Código Identificador:973FE3F0

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO
AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO N° 091/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N° 042/2026
Objeto: Fornecimento de herbicida a base de glifosato para atendimento do município de Rio Novo-MG, **Recebimento de propostas e documentos:** até 10/09/2026 às 08h. **Início da sessão:** 10/09/2026 às 08h30, no endereço eletrônico https://www.bll.org.br/. Edital em www.rionovo.mg.gov.br e pelo e-mail licitacao@rionovo.mg.gov.br.

Rio Novo-MG, 26/08/2026.

GISLENE AP. FERREIRA.
Pregoeira

Publicado por:
Gislene Aparecida Ferreira
Código Identificador:1C33177F

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo nº 086/2023 4º Termo Aditivo ao Contrato nº 081/2023. Contratante: MUNICÍPIO DE RIO NOVO/MG, CNPJ Nº 18.338.244/0001-44. Contratada: 51.379.910 ELDER LOURO DE SOUZA, CNPJ Nº 51.379.910/0001-68. Objeto: Prorrogação da vigência do contrato por mais doze meses e reequilíbrio econômico-financeiro. Data da assinatura: 26/08/2026.

Publicado por:
Gislene Aparecida Ferreira
Código Identificador:4F9D6931

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO POMBA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA:
RETIFICADO 01
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 058/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 202/2026

O **MUNICÍPIO DE RIO POMBA-MG** torna público que realizará **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, para o **Prestação de serviço para à gestão de frotas**. Período de propostas: de 28/08/2026 as 08h:00mim até 03/09/2026 as 07h:59min. Período de lances: 03/09/2026 das 08h:00min as 14h:00min. Local: https://www.portaldecompraspublicas.com.br. Informações gerais e edital: na sede da Prefeitura (setor de licitação) ou no site https://www.riopomba.mg.gov.br.

Rio Pomba-MG, 26 de agosto de 2026.

MARCOS ANTÔNIO VIEIRA GONÇALVES –
Chefe de Setor.

Publicado por:
Marcos Antônio Vieira Gonçalves
Código Identificador:A8FF6EAF

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO

AVISO **RESUMO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**	
O Prefeito Municipal de Rio Pomba, em cumprimento ao art. 94, parágrafo único da Lei 14.133/21, torna público que o município firmou o seguinte instrumento contratual:	
Tipo	Ata de Registro de Preço
Número	175/2026
Contratante	Município de Rio Pomba - MG
Contratado	**61.991.587 CAIQUE HENRIQUE SANTOS DE ALMEIDA**
Objeto	A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a Aquisição de materiais elétricos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, Anexo I do Edital de Licitação Nº 172/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.
Fundamento	Processo nº 172/2026 – Pregão Eletrônico nº 046/2026
Prazo	26/08/2026 – 25/08/2027
Valor	R$ 11.342,50
Signatário - Contratante	José Soares Furtado - Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos
Signatário - Contratado	Caique Henrique Santos de Almeida – Sócio Administrador

Rio Pomba, 26 de agosto de 2026.

ÁTHILA VIANA DE OLIVEIRA -
Agente de Contratação

Publicado por:
Gisely de Souza Gomes
Código Identificador:3DBF410F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO

AVISO
RESUMO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL
O Prefeito Municipal de Rio Pomba, em cumprimento ao art. 94, parágrafo único da Lei 14.133/21, torna público que o município firmou o seguinte instrumento contratual:

Tipo	Ata de Registro de Preço
Número	176/2026
Contratante	Município de Rio Pomba - MG
Contratado	**64.809.146 RIQUELME SANTOS DE OLIVEIRA**
Objeto	A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a Aquisição de materiais elétricos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, Anexo I do Edital de Licitação Nº 172/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.
Fundamento	Processo nº 172/2026 – Pregão Eletrônico nº 046/2026
Prazo	26/08/2026 – 25/08/2027

Valor	R$ 137.292,75
Signatário - Contratante	José Soares Furtado - Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos
Signatário - Contratado	Riquelme Santos de Oliveira – Sócio Administrador

Rio Pomba, 26 de agosto de 2026.

ÁTHILA VIANA DE OLIVEIRA –
Agente de Contratação

Publicado por:
Gisely de Souza Gomes
Código Identificador:0525C1A5

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO

AVISO
RESUMO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL
O Prefeito Municipal de Rio Pomba, em cumprimento ao art. 94, parágrafo único da Lei 14.133/21, torna público que o município firmou o seguinte instrumento contratual:

Tipo	Ata de Registro de Preço
Número	177/2026
Contratante	Município de Rio Pomba - MG
Contratado	**COMERCIAL MARTINS - MATERIAIS ELETRICOS LTDA**
Objeto	A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a Aquisição de materiais elétricos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, Anexo I do Edital de Licitação Nº 172/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.
Fundamento	Processo nº 172/2026 – Pregão Eletrônico nº 046/2026
Prazo	26/08/2026 – 25/08/2027
Valor	R$ 38.772,00
Signatário - Contratante	José Soares Furtado - Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos
Signatário - Contratado	Guilherme Fonseca Martins – Sócio Administrador

Rio Pomba, 26 de agosto de 2026.

ÁTHILA VIANA DE OLIVEIRA –
Agente de Contratação

Publicado por:
Gisely de Souza Gomes
Código Identificador:B351AE39

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO

AVISO **RESUMO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**	
O Prefeito Municipal de Rio Pomba, em cumprimento ao art. 94, parágrafo único da Lei 14.133/21, torna público que o município firmou o seguinte instrumento contratual:	
Tipo	Ata de Registro de Preço
Número	178/2026
Contratante	Município de Rio Pomba - MG
Contratado	**J2R AUTOMACAO LTDA**
Objeto	A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a Aquisição de materiais elétricos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, Anexo I do Edital de Licitação Nº 172/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.
Fundamento	Processo nº 172/2026 – Pregão Eletrônico nº 046/2026
Prazo	26/08/2026 – 25/08/2027
Valor	R$ 14.586,62
Signatário - Contratante	José Soares Furtado - Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos
Signatário - Contratado	Julio Cezar Gerzson Jardim – Sócio Administrador

Rio Pomba, 26 de agosto de 2026.

ÁTHILA VIANA DE OLIVEIRA –
Agente de Contratação

Publicado por:
Gisely de Souza Gomes
Código Identificador:D9B04F1A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO

AVISO **RESUMO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**	
O Prefeito Municipal de Rio Pomba, em cumprimento ao art. 94, parágrafo único da Lei 14.133/21, torna público que o município firmou o seguinte instrumento contratual:	
Tipo	Ata de Registro de Preço
Número	179/2026
Contratante	Município de Rio Pomba - MG
Contratado	**KAIROS AUTOMACAO INDUSTRIAL LTDA**
Objeto	A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a Aquisição de materiais elétricos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, Anexo I do Edital de Licitação Nº 172/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.
Fundamento	Processo nº 172/2026 – Pregão Eletrônico nº 046/2026
Prazo	26/08/2026 – 25/08/2027
Valor	R$ 819,60
Signatário - Contratante	José Soares Furtado - Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos
Signatário - Contratado	Janete Galhardo Gomes – Sócia Administradora

Rio Pomba, 26 de agosto de 2026.

ÁTHILA VIANA DE OLIVEIRA -
Agente de Contratação

Publicado por:
Gisely de Souza Gomes
Código Identificador:F2D56782

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO

AVISO **RESUMO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**	
O Prefeito Municipal de Rio Pomba, em cumprimento ao art. 94, parágrafo único da Lei 14.133/21, torna público que o município firmou o seguinte instrumento contratual:	
Tipo	Ata de Registro de Preço
Número	180/2026
Contratante	Município de Rio Pomba - MG
Contratado	**LICITA SHOP COMERCIO E SERVICOS LTDA**
Objeto	A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a Aquisição de materiais elétricos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, Anexo I do Edital de Licitação Nº 172/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.
Fundamento	Processo nº 172/2026 – Pregão Eletrônico nº 046/2026
Prazo	26/08/2026 – 25/08/2027
Valor	R$ 660,00
Signatário - Contratante	José Soares Furtado - Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos
Signatário - Contratado	Francinete Ramos dos Santos – Sócia Administradora

Rio Pomba, 26 de agosto de 2026.

ÁTHILA VIANA DE OLIVEIRA -
Agente de Contratação

Publicado por:
Gisely de Souza Gomes
Código Identificador:6341F07E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO

AVISO
RESUMO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL
O Prefeito Municipal de Rio Pomba, em cumprimento ao art. 94, parágrafo único da Lei 14.133/21, torna público que o município firmou o seguinte instrumento contratual:

Tipo	Ata de Registro de Preço
Número	181/2026
Contratante	Município de Rio Pomba - MG
Contratado	**MDUARTE COMERCIO DE PECAS PARA BOMBAS E MOTORES LTDA**
Objeto	A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a Aquisição de materiais elétricos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, Anexo I do Edital de Licitação Nº 172/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.
Fundamento	Processo nº 172/2026 – Pregão Eletrônico nº 046/2026
Prazo	26/08/2026 – 25/08/2027
Valor	R$ 31.700,00
Signatário - Contratante	José Soares Furtado - Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos
Signatário - Contratado	Matheus Lucas Marques Duarte – Sócio Administrador

Rio Pomba, 26 de agosto de 2026.

ÁTHILA VIANA DE OLIVEIRA –
Agente de Contratação

Publicado por:
Gisely de Souza Gomes
Código Identificador:95D987A0

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO

AVISO
RESUMO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

O Prefeito Municipal de Rio Pomba, em cumprimento ao art. 94, parágrafo único da Lei 14.133/21, torna público que o município firmou o seguinte instrumento contratual:

Tipo	Ata de Registro de Preço
Número	182/2026
Contratante	Município de Rio Pomba - MG
Contratado	**PIX LED COMERCIO E IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA**
Objeto	A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a Aquisição de materiais elétricos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, Anexo I do Edital de Licitação Nº 172/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.
Fundamento	Processo nº 172/2026 – Pregão Eletrônico nº 046/2026
Prazo	26/08/2026 – 25/08/2027
Valor	R$ 37.697,30
Signatário - Contratante	José Soares Furtado - Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos
Signatário – Contratado	Lucas Soares Silva – Sócio Administrador

Rio Pomba, 26 de agosto de 2026.

ÁTHILA VIANA DE OLIVEIRA –
Agente de Contratação

Publicado por:
Gisely de Souza Gomes
Código Identificador:71A75250

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO

AVISO
RESUMO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

O Prefeito Municipal de Rio Pomba, em cumprimento ao art. 94, parágrafo único da Lei 14.133/21, torna público que o município firmou o seguinte instrumento contratual:

Tipo	Ata de Registro de Preço
Número	183/2026
Contratante	Município de Rio Pomba - MG
Contratado	**RONALDO MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA**
Objeto	A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a Aquisição de materiais elétricos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, Anexo I do Edital de Licitação Nº 172/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.
Fundamento	Processo nº 172/2026 – Pregão Eletrônico nº 046/2026
Prazo	26/08/2026 – 25/08/2027
Valor	R$ 31.597,95
Signatário - Contratante	José Soares Furtado - Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos
Signatário - Contratado	Renan Araújo Gonçalves – Sócio Administrador

Rio Pomba, 26 de agosto de 2026.

ÁTHILA VIANA DE OLIVEIRA –
Agente de Contratação

Publicado por:
Gisely de Souza Gomes
Código Identificador:1DF13672

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO

AVISO

RESUMO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

O Prefeito Municipal de Rio Pomba, em cumprimento ao art. 94, caput da Lei 14.133/21, torna público que o município firmou o seguinte instrumento contratual:

Tipo	Contrato
Número	149/2026
Contratante	Município de Rio Pomba - MG
Contratado	**SANITOP COMERCIAL LTDA**
Objeto	O objeto do presente instrumento é a Aquisições de insumos para epidemiologia, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Fundamento	Processo nº 180/2026 – Dispensa nº 050/2026
Prazo	26/08/2026 - 25/08/2027
Valor	R$ 15.063,00
Signatário - Contratante	Rafael Vilela Martins - Secretário Municipal de Saúde
Signatário - Contratado	Daniel Jarosz Stresser – Sócio Administrador

Rio Pomba, 26 de agosto de 2026.

ÁTHILA VIANA DE OLIVEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Gisely de Souza Gomes
Código Identificador:00581E8B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO

AVISO
RESUMO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

O Prefeito Municipal de Rio Pomba, em cumprimento ao art. 94, caput da Lei 14.133/21, torna público que o município firmou o seguinte instrumento contratual:

Tipo	Contrato
Número	150/2026
Contratante	Município de Rio Pomba - MG
Contratado	**SP & SP SAUDE PUBLICA SAO PAULO DISTRIBUIDORA LTDA**
Objeto	O objeto do presente instrumento é a Aquisições de insumos para epidemiologia, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Fundamento	Processo nº 180/2026 – Dispensa nº 050/2026
Prazo	26/08/2026 - 25/08/2027
Valor	R$ 21.064,00
Signatário - Contratante	Rafael Vilela Martins - Secretário Municipal de Saúde
Signatário - Contratado	Magno Antônio do Nascimento Ribeiro – Sócio Administrador

Rio Pomba, 26 de agosto de 2026.

ÁTHILA VIANA DE OLIVEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Gisely de Souza Gomes
Código Identificador:89D8F26A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE RUBIM

PREFEITURA MUNICIPAL DE RUBIM
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Rubim/MG torna público a realização do Pregão Eletrônico nº 022/2026 - Tipo Menor Preço Por Item, para **EVENTUAL AQUISIÇÃO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS EM GERAL EM ATENDIMENTO AS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS**. A abertura será às 09h00min do dia 11/09/2026 no endereço eletrônico: https://bnc.org.br. O edital se encontra disponível nos endereços eletrônicos: www.rubim.mg.gov.br, https://bnc.org.br/editais/ e https://pncp.gov.br/app/editais. Maiores informações pelo telefone: (33) 999159373.

DÉBORA PINHEIRO
Pregoeira

Publicado por:
Debora Pinheiro da Silva
Código Identificador:AD079372

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA DO TUGÚRIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA DO TUGÚRIO – MG
059 - 2026 - CONCORRENCIA 005 - 2026 - QUADRA CAMPESTRE

AVISO DE EXTRATO DE CONTRATO - PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA DO TUGÚRIO - MG – Extrato de contrato – Processo Nº 059/2026, Concorrência Nº 005/2026 – Menor Preço Global, contrato Nº 053/2026 – Contratado: **RC ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA**, com CNPJ Nº 43.675.403/0001-43 – no valor de R$ 338.500,00 – Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de obra de engenharia visando à reforma da quadra poliesportiva existente em unidade escolar localizada na Comunidade do Campestre, no Município de Santa Bárbara do Tugúrio/MG, conforme projetos, memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, especificações técnicas e demais documentos anexos. - Baseando-se no Artigo nº 28, inc. II da Lei nº 14.133/2021. Maiores informações pelo telefone (32) 3365-1133/3365-131 e e-mail: licitacao@santabarbaradotugurio.mg.gov.br,

Santa Bárbara do Tugúrio - MG, 10 de agosto de 2026 –

JOSÉ ROBERTO FERREIRA PAULINO –
Agente de Contratação e Pregoeiro.

Publicado por:
Diego Eduardo Soares Melquiades
Código Identificador:40DA9669

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA DO TUGÚRIO – MG
067 - 2026 - INEXIGIBILIDADE 015 - 2026 - WANESSA CAMARGO

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA DO TUGÚRIO - MG - RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE CONTRATO – Processo Nº 067/2026, Inexigibilidade Nº 015/2026, Contrato N° 056/2026 – Contratado: **CLASSICAL HOLDING INTERMIDIAÇÃO DE NEGOCIOS LTDA**, com CNPJ Nº 28.163.862/0001-54, no valor de R$ 180.000,00 (Cento e oitenta mil reais) – com o objeto: Contratação de empresa artística de conhecimento nacional (**WANESSA CAMARGO**), para a celebração da XL Festa da Banana do Município de Santa Bárbara do Tugúrio, conforme Programa Nacional de Apoio a Cultura e especificação em anexo. Baseando-se no Artigo nº 74, Inc II da Lei nº 14.133/21. Maiores informações pelo telefone (32) 3365-1133/3365-131 e e-mail: licitacao@santabarbaradotugurio.mg.gov.br,

Santa Bárbara do Tugúrio – MG, 21 de agosto de 2026 –

JOSÉ ROBERTO FERREIRA PAULINO –
Agente de Contratação e Pregoeiro.

Publicado por:
Diego Eduardo Soares Melquiades
Código Identificador:37040B8F

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA DO TUGÚRIO – MG
078 - 2026 - P.E. 022 - 2026 - R.P. 019 - 2026 - CESTA BASÍCA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA DO TUGÚRIO - MG - AVISO DE LICITAÇÃO P. Nº 078/2026, P.(E). Nº 022/2026, R.P. Nº 019/2026. OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de cestas básicas, compostas por gêneros alimentícios de primeira necessidade, destinadas ao atendimento de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, conforme demanda da Secretaria Municipal de Assistência Social de Santa Bárbara do Tugúrio/MG, de acordo com as quantidades, especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência Por meio do endereço eletrônico de acesso https://santabarbaradotugurio.licitapp.com.br//, da plataforma de pregão eletrônico da SH3 informática na data: **09 de agosto de 2026 as 09h30min**. O Edital completo poderá ser obtido junto à equipe/Comissão de contratação, na sede da Prefeitura, na Rua Camilo Silvério Mendes, nº 84, Centro, Santa Bárbara do Tugúrio - MG, nos dias úteis, das 12:00 às 16:00 horas e no portal nacional de contratações públicas. Maiores informações pelo e-mail: licitacao@santabarbaradotugurio.mg.gov.br, e telefone (32) 3365-1133/3365-131,

Santa Bárbara do Tugúrio – MG, 26 de agosto de 2026 -

JOSÉ ROBERTO FERREIRA PAULINO –
Agente de Contratação e Pregoeiro

Publicado por:
Diego Eduardo Soares Melquiades
Código Identificador:6FDDEAC4

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE ITABIRA

LICITAÇÕES
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026 - PROCESSO Nº 087/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE ITABIRA/MG - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026 - PROCESSO Nº 087/2026 – O Município de Santa Maria de Itabira/MG torna público que realizará Pregão Eletrônico, cujo objeto é o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na locação de ambulância Tipo A (Simples Remoção), visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Santa Maria de Itabira/MG, no dia 15 de setembro de 2026, com horário de início da fase de lances às 09h00. A disputa ocorrerá na plataforma de licitações licitar digital com acesso por meio do endereço eletrônico – www.licitardigital.com.br. Cópia do Edital no site: www.santamariadeitabira.mg.gov.br, www.licitardigital.com.br e Portal Nacional de Contratações Publicas - PNCP - S.M.I. 26/08/2026.

ANDRÉ LÚCIO TORRES -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Camila Dos Reis Ferreira
Código Identificador:064888EB

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DE IBITIPOCA

SETOR DE LICITAÇÕES
INEXIGIBILIDADE Nº 012/2026

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO – ATO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 053/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 012/2026
CREDENCIAMENTO POR CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2026
O Município de Santa Rita de Ibitipoca/MG torna público o **ATO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA**, referente ao Processo Licitatório nº 053/2026, Inexigibilidade nº 012/2026, decorrente do Credenciamento por Chamamento Público nº 004/2026, com fundamento no art. 74, inciso IV, c/c art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, objetivando a contratação de credenciados para a prestação de serviços profissionais de oficineiros, no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social.
Credenciados autorizados: Centro Cultural de Capoeira Molejo, CNPJ nº 68.561.481/0001-48, para a Oficina de Capoeira; Luciana

Elena Cobucci de Paula, CPF nº ***.628.***-00, para a Oficina de Língua Inglesa como ferramenta cultural e socioeducativa; e Rita de Cássia Andreza Gomes, CPF nº ***.224.***-10, para a Oficina Viver a Infância. Para cada oficina fica autorizada a execução de **480 (quatrocentas e oitenta) horas anuais**, ao valor de **R$ 32,89 (trinta e dois reais e oitenta e nove centavos) por atendimento/hora-aula**, correspondendo ao valor de **R$ 15.787,20 por credenciado**.
Valor total autorizado: R$ 47.361,60 (quarenta e sete mil, trezentos e sessenta e um reais e sessenta centavos).
A formalização das contratações será realizada individualmente para cada credenciado, mediante a instrução dos respectivos processos de contratação direta, nos termos do art. 72 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Santa Rita de Ibitipoca/MG, 26 de agosto de 2026.

LEANDRO EDUARDO FONSECA PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiano Ribeiro de Paula
Código Identificador:EAD33B00

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DA SERRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DA SERRA
AVISO DE EXTRATO DE CONTRATO-DISPENSA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DA SERRA-MG – EXTRATO DO CONTRATO - Torna público o EXTRATO DO CONTRATO Nº 075/2026 Processo Nº 171/2026 Dispensa Nº 008/2026 Compra Direta 125/2026. Objeto: **Credenciamento De Mão De Obra Especializada Em Serviços Urbanos E Serviços De Manutenção De Frota.** Contratante: Prefeitura Municipal Santa Rosa da Serra – MG, Contratada: **CONSORCIO INTERFEDERATIVO MINAS GERAIS-CIMINAS,** pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº 19.493.732/0001-99. Prazo de vigência: 26/08/2026 à 15/10/2026. Valor R$ 134.946,00 (cento e trinta e quatro mil novecentos e quarenta e seis reais).

LUIZ CLÁUDIO FERREIRA-
Agente de Contratação.

Publicado por:
Cristina Paola Silva
Código Identificador:61A6DFAD

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA
DECRETO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA/MG
DECRETO Nº 40/2026, DE 17 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a nomeação de candidatas aprovadas em concurso público e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santo Antônio do Grama/MG, no uso de suas atribuições legais, **nomeia**, para tomar posse nos respectivos cargos, as candidatas aprovadas no Concurso Público regido pelo Edital nº 01/2023:
Bianca Maria Gomes – Auxiliar de Serviços Gerais;
Luana Mara de Almeida – Professor de Educação Básica – Ensino Superior Pedagogia;
Monica Amara Ribeiro – Professor de Educação Básica – Ensino Superior Pedagogia;
Elissandra Roberto da Silva Barboza – Professor de Educação Básica – Ensino Superior Pedagogia.

O Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Santo Antônio do Grama/MG, 17 de agosto de 2026.

MARCO AURÉLIO RAMINHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniely Aparecida Gomes Pereira
Código Identificador:01BA4474

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA
EXTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA/MG
EXTRATO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 003/2026 – TRE/MG
SEI Nº 0000098-41.2026.6.13.8234
PARTÍCIPES: Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais – TRE/MG e Município de Santo Antônio do Grama/MG.
OBJETO: Estabelecer a integração entre o TRE/MG e o Município de Santo Antônio do Grama/MG, objetivando a implementação de atividades relacionadas ao Programa **"Seu Voto Importa – Eleições 2026"**, especialmente quanto ao transporte de eleitores com deficiência ou mobilidade reduzida no dia das eleições.
VIGÊNCIA: Da data de publicação até 60 (sessenta) dias após o pleito.
VALOR: A celebração do Acordo de Cooperação Técnica não acarretará despesas diretas aos partícipes, ressalvadas aquelas decorrentes do cumprimento das obrigações estabelecidas no instrumento.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 184 da Lei nº 14.133/2021; arts. 24, I, e 25, II, do Decreto Federal nº 11.531/2023; Resolução TSE nº 23.753/2026; Portaria SEGES/MGI nº 3.506/2025; e Portaria PRE nº 176/2026.
DATA DA ASSINATURA: 21 de agosto de 2026.
SIGNATÁRIOS: Consuelo Silveira Neto – Juiz Eleitoral; Marco Aurelio Raminho – Prefeito/Representante do Município de Santo Antônio do Grama/MG.

Publicado por:
Daniely Aparecida Gomes Pereira
Código Identificador:7E84268C

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA
EXTRATO 76

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 076/2026
PREGÃO ELETRONICO Nº 013/2026

OBJETO: O presente instrumento de Contrato tem por objeto Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais, insumos e itens de radiologia, destinados ao pleno funcionamento dos serviços de diagnóstico por imagem da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Santo Antônio do Grama/MG

CONTRATADO: SUTCARE LTDA, escrito no CNPJsob o nº 61.771.120/0001-87, com sede na Av. Doutor Jorge Tibirica, nº 465, Bairro Centro, Mogi Mirin/SP, neste ato representado GUSTAVO DE MIRANDA RIBEIRO, Inscrito no CPF sob o nº 126.282.146-01.

Valor total da contratação é R$813,72(oitocentos e treze reais e setenta e dois Centavos).
CON**TRATANTE:** MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA, pessoa jurídica de direito público, por seu órgão PREFEITURA MUNICIPAL, com sede na Padre João Coutinho, 121, Centro, nesta cidade de SANTO ANTÔNIO DO GRAMA, Estado de Minas Gerais, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 18.836.973/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito

Municipal, Senhor MARCO AURÉLIO RAMINHO, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade.
Publique-se.

Santo Antônio do Grama, 26 de agosto de 2026

MARCO AURÉLIO RAMINHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniely Aparecida Gomes Pereira
Código Identificador:032D2640

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA
EXTRATO DE TERMO DE ADJUDICAÇÃO - ELÉTRICA

Processo nº: 077/2026
Pregão Presencial nº: 015/2026
Registro de Preços nº: 028/2026
Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais elétricos, equipamentos, acessórios e materiais correlatos, destinados ao atendimento das necessidades das diversas Secretarias do Município de Santo Antônio do Grama/MG.
EZEQUIEL DE ABREU LIMA FILHO, no valor total de **R$ 310.260,00 (trezentos e dez mil, duzentos e sessenta reais)**; e
SOCIEDADE COMERCIAL BAYAO LTDA, no valor total de **R$ 795.209,39 (setecentos e noventa e cinco mil, duzentos e nove reais e trinta e nove centavos)**.
Valor total adjudicado: R$ 1.105.469,39 (um milhão, cento e cinco mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e trinta e nove centavos).

Santo Antônio do Grama/MG, 21 de agosto de 2026.

MARCO AURÉLIO RAMINHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniely Aparecida Gomes Pereira
Código Identificador:A94D88CB

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA
EXTRATO DE TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - ELÉTRICA

Processo nº: 077/2026
Pregão Presencial nº: 015/2026
Registro de Preços nº: 028/2026
Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais elétricos, equipamentos, acessórios e materiais correlatos, destinados ao atendimento das necessidades das diversas Secretarias do Município de Santo Antônio do Grama/MG.
EZEQUIEL DE ABREU LIMA FILHO, no valor total de **R$ 310.260,00 (trezentos e dez mil, duzentos e sessenta reais)**; e
SOCIEDADE COMERCIAL BAYAO LTDA, no valor total de **R$ 795.209,39 (setecentos e noventa e cinco mil, duzentos e nove reais e trinta e nove centavos)**.
Valor total homologado: R$ 1.105.469,39 (um milhão, cento e cinco mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e trinta e nove centavos).

Santo Antônio do Grama/MG, 24 de agosto de 2026.

MARCO AURÉLIO RAMINHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniely Aparecida Gomes Pereira
Código Identificador:65672DE1

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA
HOMOLOGAÇÃO 97

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 097/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 018/2026

O Prefeito Municipal de Santo Antônio do Grama, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Federal Nº 14.133/2021, HOMOLOGA o presente certame Aquisição de **01 (um) Transdutor Linear F4-12L, original e compatível com o aparelho de ultrassonografia VINNO X2**, destinado à utilização nos exames de diagnóstico por imagem da Secretaria Municipal de Saúde de Santo Antônio do Grama/MG, observando-se o **Registro ANVISA nº 80102512113**, no valor de R$ 15,300,00(quinze mil e trezentos reais) no Município de Santo Antônio do Grama.

Santo Antônio do Grama/MG, 26 de agosto de 2026.

MARCO AURÉLIO RAMINHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniely Aparecida Gomes Pereira
Código Identificador:63B030A9

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA
HOMOLOGAÇÃO 98

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 098/2026
DISPENSA Nº 038/2026

O Prefeito Municipal de Santo Antônio do Grama, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Artigo 75 da Lei Federal Nº 14.133/21, HOMOLOGA o presente certame contratação de empresa especializada para aquisição emergencial de materiais e produtos de limpeza, higiene e conservação, destinados ao atendimento das necessidades das diversas Secretarias e setores da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Grama/MG, **JOSE GERALDO DE SOUSA BRAGA ME**, inscrita no CNPJ sob nº 14.490.035/0001-60, valor da contratação nº 6.541,35(seis mil, quinhentos e quarenta e um reais e trinta e cinco centavos;**2. JOAO BOSCO FRADE – ME**, inscrita no CNPJ sob nº 21.538.699/0001-18, valor da contratação nº ;**3. MARCIA APARECIDA GOMES COIMBRA TEIXEIRA**, inscrita no CNPJ sob nº 03.215.751/0001-13, valor da contratação nº 12.920,00(doze mil, novecentos e vinte reais).

Santo Antônio do Grama/MG, 26 de agosto de 2026.

MARCO AURÉLIO RAMINHO
Prefeito Municipa

Publicado por:
Daniely Aparecida Gomes Pereira
Código Identificador:0984E5FF

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA
RATIFICAÇÃO 97

TERMO DE RATIFICAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 097/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 018/2026

A Secretária Municipal de Educação de Santo Antônio do Grama, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Federal Nº 14.133/2021, RATIFICA o presente certame licitatório, cuja finalidade é para Aquisição de **01 (um) Transdutor Linear F4-12L, original e compatível com o aparelho de ultrassonografia VINNO X2**, destinado à utilização nos exames de diagnóstico por imagem da Secretaria Municipal de Saúde de Santo Antônio do Grama/MG, observando-se o **Registro ANVISA nº 80102512113**, no valor de R$ 15.300,00(quinze mil e trezentos reais) no Município de Santo Antônio do Grama.

Santo Antônio do Grama, 26 de agosto de 2026.

MARCO AURELIO RAMINHO
Prefeito

Publicado por:
Daniely Aparecida Gomes Pereira
Código Identificador:32562F0A

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA
RATIFICAÇÃO 98

PROCESSO LICITATÓRIO N° 098/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 038/2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Cumpridas as formalidades legais, haja vista os atos contidos no presente processo de dispensa e, no uso das atribuições que me foram conferidas pelo art. 75 da Lei nº 14.133/21, com esteio no art. 75, VIII da já citada legislação, fica **RATIFICADA** a contratação direta por Dispensa de Licitação nº 038/2026, nos seguintes termos:

JOSE GERALDO DE SOUSA BRAGA ME, inscrita no CNPJ sob nº 14.490.035/0001-60, valor da contratação nº 6.541,35(seis mil, quinhentos e quarenta e um reais e trinta e cinco centavos;
2. JOAO BOSCO FRADE – ME, inscrita no CNPJ sob nº 21.538.699/0001-18, valor da contratação nº ;
3. MARCIA APARECIDA GOMES COIMBRA TEIXEIRA, inscrita no CNPJ sob nº 03.215.751/0001-13, valor da contratação nº 12.920,00(doze mil, novecentos e vinte reais).

Por fim, determino que seja dada a devida publicidade legal, nos termos do art. 75 da Lei nº14.133/2021, e que após seja o presente expediente devidamente autuado e arquivado.

Santo Antônio do Grama/MG. 26 de de agosto de 2026.

MARCOS AURELIO RAMINHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniely Aparecida Gomes Pereira
Código Identificador:DD3D29F9

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO RIO ABAIXO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO RIO ABAIXO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Processo Administrativo nº: *051/2026*.
Modalidade Pregão Eletrônico Sequencial 025/2026

Órgão Gerenciador: Município de Santo Antônio do Rio Abaixo/MG.
Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de mão de obra qualificada no ramo de alimentação, destinada à preparação, organização, montagem, reposição e atendimento de camarins, incluindo o fornecimento dos profissionais necessários à execução dos serviços, conforme especificações, quantitativos, condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência, para atendimento aos eventos promovidos pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Rio Abaixo/MG.

Vigência das Atas: 12 (doze) meses, contados da data de assinatura.

Foram registradas as seguintes Atas de Registro de Preços:

ARP nº 070/2026 – PANIFICADORA VOVO DINA LTDA, inscrita no CNPJ nº 34.472.994/0001-60, vencedora dos lotes nº 01, 02, 03, 04,e 05 no valor total registrado de **R$ 291.400,00, (duzentos e noventa e um mil e quatrocentos reais).**

Fundamentação Legal: Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

A íntegra da Ata de Registro de Preço encontra-se disponível no Portal da Transparência do Município de Santo Antônio do Rio Abaixo/MG.

Santo Antônio do Rio Abaixo, 20 de agosto de 2026.

ALEXANDRE RODRIGUES DE SOUZA
Autoridade Competente

Publicado por:
Sidyeli Coelho Cândido
Código Identificador:0B54389A

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO RIO ABAIXO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 055/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58/2026
ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 112/2025 – CISREC

CONTRATANTE: Município de Santo Antônio do Rio Abaixo/MG, CNPJ nº **18.303.248/0001-97**.

CONTRATADA: CTR SANTA LUZIA TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS S.A., CNPJ nº **32.319.776/0001-65**.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de **recepção e destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos urbanos**, para atendimento às necessidades do Município de Santo Antônio do Rio Abaixo/MG, decorrente da adesão à Ata de Registro de Preços nº 112/2025 – CISREC, oriunda do Processo Licitatório nº 057/CISREC/2025 – Pregão Eletrônico nº 023/CISREC/2025.

VALOR UNITÁRIO: R$ 122,43 (cento e vinte e dois reais e quarenta e três centavos) por tonelada, conforme valor vigente após o reajuste de 4,64% formalizado pelo 1º Termo Aditivo da Ata de Registro de Preços nº 112/2025.

QUANTIDADE ESTIMADA: 900 toneladas.
VALOR GLOBAL ESTIMADO: R$ 110.187,00 (cento e dez mil, cento e oitenta e sete reais).

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 21/08/2026 a 20/08/2027
Fundamentação Legal: Art. 86 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Santo Antônio do Rio Abaixo/MG, 25 de agosto de 2026

ALEXANDRE RODRIGUES DE SOUZA
Autoridade Competente
Município de Santo Antônio do Rio Abaixo/MG

Publicado por:
Sidyeli Coelho Cândido
Código Identificador:9DFFE45F

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO RIO ABAIXO
PROCESSO N. º 55/2026 DISPENSA ELETRÔNICA N. º15/2026
EXTRATO DO CONTRATO N° 54/2026

PARTES: Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Rio Abaixo/MG x **JUSTINO DAVINO PERES EPP - 05.588.878/0001-03**

OBJETO DO CONTRATO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE PLACAS DE INAUGURAÇÃO DE OBRAS E REORMAS, EM INOX PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO RIO ABAIXO/MG**
DATA DO CONTRATO: 26/08/2026.
VALOR DO CONTRATO: R$ 24.900,00 (vinte quatro mil e novecentos reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Certifico que o presente extrato fora publicado no Quadro de Avisos da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Rio Abaixo/MG, no prazo legal.

Santo Antônio do Rio Abaixo/MG, 26 de agosto de 2026.

GEISIELLE ALMEIDA SOARES
Agente de Contratação

Publicado por:
Geisielle Almeida Soares
Código Identificador:CD3F287A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS DUMONT

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS DUMONT
INEXIGIBILIDADE

PROCESSO 018/2026
INEXIGIBILIDADE 002/2026

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS DUMONT/MG – Inexigibilidade 002/2026. Torna público a inexigibilidade 002/2026 referente ao Processo 018/2026 ratificada em 12/08/2026. Contratada: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO PUBLICO PLENUM BRASIL - CNPJ: 21.650.715/0001-60 Obj: Inscrição dos vereadores e assessora no curso de Políticas Públicas para a Pessoa com deficiência e transtorno do Espectro Autista no Município: Legislação, Inclusão e Atuação do Legislativo. Valor Total: R$6.270,00.

LUCIANO GOMES,
Presidente, CMSD.

Publicado por:
Karolini Aparecida da Silva Procópio
Código Identificador:4C000E2E

SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026 PROCESSO Nº 071/2026

Pregão Eletrônico nº 013/2026
Processo nº 071/2026
Objeto: Futuro e eventual fornecimento de Suplementos Alimentares em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde, que resultou nas seguintes atas:
Ata de Registro de Preços nº 043/2026
Contratante: Município de Santos Dumont
Contratada: Distribuidora Nossa Senhora do Desterro Ltda
Valor global estimado: R$ 27.800,00
Vigência: 01 ano a partir de da data de assinatura em 06/08/2026
Ata de Registro de Preços nº 045/2026
Contratante: Município de Santos Dumont
Contratada: Leone Comércio e Distribuição de Produtos Nutricionais Ltda
Valor global estimado: R$ 1.180.546,00
Vigência: 01 ano a partir de da data de assinatura em 17/08/2026
Ata de Registro de Preços nº 046/2026
Contratante: Município de Santos Dumont
Contratada: Nutricional Farma Ltda
Valor global estimado: R$ 472.185,00
Vigência: 01 ano a partir de da data de assinatura em 17/08/2026
Ata de Registro de Preços nº 047/2026
Contratante: Município de Santos Dumont
Contratada: Nutrir Distribuidora de Produtos para Terapia Nutricional Ltda
Valor global estimado: R$ 618.840,00
Vigência: 01 ano a partir de da data de assinatura em 17/08/2026
Ata de Registro de Preços nº 048/2026
Contratante: Município de Santos Dumont
Contratada: Jorge Ramos de Oliveira - ME
Valor global estimado: R$ 149.000,00
Vigência: 01 ano a partir de da data de assinatura em 25/08/2026

PACÍFICO ESTITES RODRIGUES JÚNIOR –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ester Cantarino Alvim
Código Identificador:822D36F8

SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE RETIFICAÇÃO PARCIAL DA PUBLICAÇÃO DO DIA 24/08/2026 PÁG. 343

Retificação Parcial da publicado em 24/08/2026 pág. 343, Onde se lê: PE 46/2026, Proc. 176/2026... Abertura 04/09/2026 às 13h, leia-se: PE 46/2026, Proc. 176/2026...Abertura 08/09/2026 às 13h, no sistema eletrônico Licitar Digital https://app2.licitardigital.com.br/pesquisa.

PACÍFICO ESTITES RODRIGUES JÚNIOR –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ester Cantarino Alvim
Código Identificador:5EDA3051

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO ANTA

DEPARTAMENTO MUN. DE LICITAÇÃO - DPML
EXTRADO DO TERMO DE CONTRATO Nº 079/2026

EXTRADO DO TERMO DE CONTRATO Nº 079/2026

A prefeitura de São Miguel do Anta torna público a quantos possam interessar, o extrato do termo de contrato nº 079/2026, decorrente da concorrência eletrônica nº 008/2026, **processo administrativo nº 064/2026**, firmado com a empresa Construtora de Ervalia Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 47.519.212/0001-43. O presente instrumento tem por objeto **a contratação de empresa de engenharia civil para execução de obras remanescentes de urbanização e infraestrutura esportiva e de lazer, consistentes na construção de pista de caminhada — Trecho 01 Remanescente, no município de São Miguel do Anta/MG**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência. O valor total do contrato é de R$ 226.900,00 (duzentos e vinte e seis mil e novecentos reais). A vigência contratual compreende o período de 20/08/2026 a 19/08/2027.

Data de assinatura: 20 de agosto de 2026.

VICENTE PATRÍCIO DE SOUZA JUNIOR -
Prefeito

Publicado por:
Juliana Pinto Pacheco
Código Identificador:F11142F4

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA UNIÃO/MG TORNA PÚBLICO O PROCESSO Nº. 160/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 23/2026. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, E CULTURA, ESPORTE E TURISMO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO/MG.
INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS EM 26/08/2026 ÀS 17:00HR.
FIM DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS EM 09/09/2026 ÀS 09:00HR.
INÍCIO DA SESSÃO DE LANCES EM 09/09/2026 ÀS 09:00HR NA PLATAFORMA AMM LICITA. EDITAL COMPLETO E DEMAIS

INFORMAÇÕES: SITE Licitações da Prefeitura Municipal de São Pedro da União - Prefeitura de São Pedro da União - MG e https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1&ufs=MG&municipios=2994

JULIANA REIS TERRA
Pregoeira

Publicado por:
Juliana Reis Terra
Código Identificador:04E1297E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHORA DOS REMÉDIOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHORA DOS REMÉDIOS
ERRATA PROC 84/2026

ERRATA EDITAL PREGÃO

PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº 084/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM
MODO DE DISPUTA: ABERTO
OBJETO: Aquisição de 01 (um) veículo automotor novo, zero quilômetro, tipo passeio, com capacidade para 05 (cinco) lugares, destinado ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, com recursos provenientes da Resolução SES/MG nº 10.611/2025.

O **MUNICÍPIO DE SENHORA DOS REMÉDIOS**, Estado de Minas Gerais, por intermédio do Setor de Licitações, torna pública a presente **ERRATA AO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 059/2026, referente ao Pregão Eletrônico nº 040/2026**, com a finalidade de promover adequações nas especificações técnicas do objeto, nas condições de entrega e nas datas de recebimento e julgamento das propostas, em atendimento aos apontamentos constantes do Ofício LIC.CFIILCIP.SURICATO.TCEMG nº 378/2026, expedido pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE-MG.
As alterações objetivam ampliar a competitividade, afastar eventual indicação indireta de marca ou modelo específico, adequar o objeto às especificações de referência da Resolução SES/MG nº 10.611/2025 e observar a imunidade tributária recíproca do Município quanto ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA.
Em razão de as alterações promovidas influenciarem diretamente a formulação das propostas, fica determinada a republicação do instrumento convocatório e a reabertura integral do prazo inicialmente estabelecido, nos termos do art. 55, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.
1. DA ALTERAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE A SESSÃO PÚBLICA
No quadro-resumo da página inicial do edital e no item 2 – "Das informações sobre a sessão pública":
ONDE SE LÊ:
INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: às 08h00min do dia 24/08/2026.
TÉRMINO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: às 09h30min do dia 09/09/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 10h00min do dia 09/09/2026.
LEIA-SE:
INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: às 08h00min do dia **27/08/2026**.
TÉRMINO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: às 09h30min do dia **14/09/2026**.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 10h00min do dia **14/09/2026**.
REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília – DF.
LOCAL/LINK DA SESSÃO ELETRÔNICA:
https://senhoradosremedios.licitapp.com.br/
2. DA ALTERAÇÃO DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO
Fica alterada a descrição do item único constante do Termo de Referência e dos demais anexos do Edital de Licitação nº 059/2026.
ONDE SE LÊ:
"Veículo automotor zero quilômetro (fabricado a partir de 2020), tipo hatch, 4 portas, motor 1.0 flex, 3 cilindros, potência mínima de 72 cv (gasolina) e 77 cv (etanol), torque mínimo de 10,9 kgf.m, câmbio manual de 5 marchas, tração dianteira. Dimensões aproximadas: comprimento mínimo de 3,95 m, largura mínima de 1,70 m, altura mínima de 1,50 m, entre-eixos mínimo de 2,50 m. Porta-malas com capacidade mínima de 300 litros. Tanque de combustível com capacidade mínima de 48 litros. Capacidade para todos os passageiros. Itens obrigatórios de conforto e conveniência: ar-condicionado de fábrica, direção hidráulica, vidros e travas elétricas, tomada 12 V, painel digital ou semidigital com marcador de combustível, hodômetro total e parcial e indicador de velocidade. Itens de segurança: airbags frontais para motorista e passageiro, sistema de freios ABS com EBD, sistema ISOFIX para fixação de cadeiras infantis, imobilizador antifurto, limpador e desembaçador do vidro traseiro, luz de freio elevada (3º brake light) e alerta sonoro de não afivelamento do cinto de segurança. Rodas de aço estampado aro 14" com pneus 175/65 R14 ou equivalentes, incluindo estepe, macaco e chave de roda. Sistema de iluminação completo com faróis halógenos, lanternas traseiras, setas, luz de ré e luz de placa. Consumo de combustível: mínimo de 10 km/l em ciclo urbano (gasolina) e 13 km/l em ciclo rodoviário (gasolina), conforme tabela de referência INMETRO. Condição do item: novo (ano/modelo a partir de 2020), em perfeito estado de conservação e apto para emplacamento. Garantia mínima de 12 meses ou 20.000 km contra defeitos de fabricação ou manutenção corretiva."
LEIA-SE:
VEÍCULO DE PASSEIO – 05 LUGARES
Aquisição de 01 (um) veículo automotor novo, zero quilômetro, de primeiro uso, tipo passeio, com capacidade mínima para 05 (cinco) ocupantes, incluindo o motorista; 04 (quatro) portas laterais; motorização compreendida entre 1.0 e 1.6; combustível bicombustível – gasolina e etanol; direção hidráulica, elétrica ou eletro-hidráulica; transmissão manual ou automática; distância mínima entre eixos de 2.370 mm; ar-condicionado original de fábrica; vidros elétricos; travas elétricas; sistema de freios ABS; airbags frontais para motorista e passageiro; cintos de segurança para todos os ocupantes; sistema ISOFIX ou outro sistema de fixação de cadeiras infantis exigido pela legislação; limpador e desembaçador do vidro traseiro; imobilizador antifurto; tomada 12 V ou entrada USB; painel de instrumentos com marcador de combustível, hodômetro e indicador de velocidade; rodas e pneus originais, compatíveis e homologados pelo fabricante; pneu sobressalente ou sistema alternativo original de fábrica admitido pela legislação; macaco e chave de roda, quando aplicáveis; sistema de iluminação original de fábrica e todos os demais equipamentos e acessórios obrigatórios exigidos pela legislação de trânsito vigente.
O veículo deverá ser entregue zero quilômetro, fabricado, no máximo, há 06 (seis) meses, contados da data de sua entrega definitiva ao Município, acompanhado de manual do proprietário, chave reserva, certificado de garantia e demais documentos necessários ao seu primeiro registro e licenciamento.
O veículo deverá atender às normas vigentes do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE e às demais normas técnicas, ambientais e de segurança aplicáveis.
Garantia mínima de 12 (doze) meses, sem limite inferior à garantia originalmente concedida pelo fabricante.
Será admitido qualquer veículo que atenda integralmente às especificações funcionais e aos requisitos mínimos estabelecidos neste instrumento, independentemente de marca ou modelo, vedada a desclassificação fundada em característica não expressamente prevista no edital.
QUANTIDADE: 01 (uma) unidade.
VALOR UNITÁRIO ESTIMADO: R$ 90.992,24.
VALOR TOTAL ESTIMADO: R$ 90.992,24.
3. DA ALTERAÇÃO DO ITEM 8.1 DO TERMO DE REFERÊNCIA
ONDE SE LÊ:
"8.1 Os veículos a serem fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso, com ano/modelo mínimo 2026, sem qualquer utilização anterior, admitindo-se quilometragem máxima de até 250 km, sendo considerados, para todos os fins, como 0 km."
LEIA-SE:

"8.1 O veículo a ser fornecido deverá ser novo, zero quilômetro e de primeiro uso, fabricado, no máximo, há 06 (seis) meses, contados da data de sua entrega definitiva ao Município, sem registro ou licenciamento anterior em nome de terceiros.
8.1.1 Será admitida somente a quilometragem tecnicamente decorrente dos procedimentos de fabricação, testes, transporte, movimentação, preparação e entrega do veículo, devidamente justificada e compatível com sua condição de veículo novo, zero quilômetro.
8.1.2 O veículo deverá ser faturado e registrado diretamente em nome do Município de Senhora dos Remédios/MG."

4. DA ALTERAÇÃO DO ITEM 8.2 DO TERMO DE REFERÊNCIA

ONDE SE LÊ:

"8.2 A entrega deverá ocorrer com documentação completa, em nome do Município contratante, devidamente emplacados, licenciados e regularizados para circulação junto ao DETRAN-MG, com IPVA, taxas e demais encargos quitados até o exercício vigente, sendo disponibilizados prontos para uso imediato."

LEIA-SE:

"8.2 A entrega deverá ocorrer com a documentação completa, em nome do Município de Senhora dos Remédios/MG, estando o veículo devidamente emplacado, licenciado e regularizado para circulação perante o órgão de trânsito competente, com as taxas e os demais encargos legalmente incidentes devidamente quitados, sendo disponibilizado em condições de uso imediato.
8.2.1 Não deverá ser incluído no preço proposto qualquer valor relativo ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, considerando que o veículo será faturado e registrado diretamente em nome do Município de Senhora dos Remédios/MG, ente beneficiário da imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, inciso VI, alínea 'a', da Constituição da República.
8.2.2 A contratada deverá fornecer todos os documentos necessários ao registro do veículo e ao reconhecimento ou cadastramento da imunidade tributária perante a Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais e os demais órgãos competentes.
8.2.3 Permanecerão sob responsabilidade da contratada as despesas de primeiro emplacamento, licenciamento, registro, transporte, seguro de transporte, frete e demais taxas ou encargos não abrangidos pela imunidade tributária, necessários à entrega definitiva do veículo em condições regulares de circulação."

5. DA ALTERAÇÃO DO ITEM 8.7 DO TERMO DE REFERÊNCIA

ONDE SE LÊ:

"8.7 Os veículos deverão ser fabricados no Brasil e entregues no local indicado na Ordem de Fornecimento, podendo o transporte ocorrer por meio de caminhão plataforma ou mediante deslocamento próprio do veículo, respeitado o limite máximo de 250 km rodados."

LEIA-SE:

"8.7 O veículo deverá ser regularmente comercializado no território nacional, possuir assistência técnica e disponibilidade de peças de reposição, e ser entregue no local indicado na Ordem de Fornecimento.
8.7.1 A entrega deverá ocorrer, preferencialmente, mediante transporte em caminhão-plataforma ou outro meio apropriado, preservando-se a condição de veículo novo, zero quilômetro.
8.7.2 Caso seja indispensável o deslocamento do veículo por meios próprios, a quilometragem deverá ser previamente autorizada pela Administração, devidamente justificada e compatível com o percurso necessário para a entrega."

6. DA FORMAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

Para fins de elaboração da proposta, os licitantes deverão considerar a descrição do objeto estabelecida nesta Errata, observando-se que:
a) o preço ofertado deverá abranger todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento integral do objeto;
b) não deverá ser incluído no preço qualquer valor referente ao IPVA, em razão da imunidade tributária do Município;
c) deverão estar incluídas as despesas de transporte, frete, entrega, primeiro emplacamento, licenciamento, registro e demais taxas e encargos efetivamente incidentes e não abrangidos pela imunidade tributária;
d) a indicação, na proposta, da marca, do modelo e da versão do veículo possui a finalidade exclusiva de permitir a verificação de sua conformidade com as especificações do edital, não representando preferência da Administração por fabricante ou modelo determinado;
e) a proposta deverá ser acompanhada de catálogo, prospecto, ficha técnica ou documento equivalente emitido pelo fabricante, que permita verificar o atendimento às especificações mínimas.

7. DA REABERTURA DO PRAZO

Considerando que as alterações realizadas repercutem na definição do objeto, na participação de potenciais fornecedores e na formulação das propostas, fica reaberto integralmente o prazo para apresentação das propostas, nos termos do art. 55, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.
A nova sessão pública será realizada no dia **14 de setembro de 2026, às 10h00min**, por meio da plataforma eletrônica indicada no edital.

8. DA RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas e integralmente ratificadas as demais cláusulas, condições e disposições do Edital de Licitação nº 059/2026 e de seus anexos que não tenham sido expressamente modificadas por esta Errata.
Em caso de divergência entre o edital originalmente publicado e esta Errata, prevalecerão as disposições desta última.
A presente Errata integra o Edital de Licitação nº 059/2026 para todos os efeitos legais e deverá ser disponibilizada nos mesmos meios utilizados para divulgação do instrumento convocatório original, inclusive no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no portal eletrônico do Município e na plataforma de realização do certame.

Senhora dos Remédios/MG, 26 de agosto de 2026.

CLÁUDIA APARECIDA DE CARVALHO PAIVA DIAS
Agente de Contratação

Publicado por:
Claudia Aparecida de Carvalho Paiva Dias
Código Identificador:7496CB16

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DE MINAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DE MINAS
AVISO DE CREDENCIAMENTO

AVISO DE INEXIGIBLIDADE DE LICITAÇÃO

A Agente de Contratação do Município de Serranópolis de Minas, Estado de Minas Gerais, designada pela portaria nº 055/2025, comunica aos interessados que fará Inexigibilidade, objetivando a Locação de Imóvel para funcionamento do Conselho Tutelar do Município de Serranópolis de Minas/MG, pelo período de 12 (doze) meses, ao valor mensal de R$ 900,00 (novecentos reais), totalizando R$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais). Informações pelo fone: (38) 3220-8620, e-mail: licitacao@serranopolisdeminas.mg.gov.br.

Serranópolis de Minas/MG, 18 de Agosto de 2026.

ARLENE MARIA DIAS DA SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
Arlene Maria Dias da Silva
Código Identificador:77540DFE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DE MINAS
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE E CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 124/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 055/2026. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 017/2026.
CONTRATANTE: Município de Serranópolis de Minas/MG. CONTRATADO: DJALMA ALVES DOS SANTOS, CPF nº 727.742.666-53.
OBJETO: Locação de Imóvel para funcionamento do Conselho Tutelar do Município de Serranópolis de Minas/MG, pelo período de

12 (doze) meses, ao valor mensal de R$ 900,00 (novecentos reais), totalizando R$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reias).
FUNDAMENTO LEGAL: art. 74, inciso V, da Lei nº 14.133/2021. VALOR MENSAL: R$ 900,00 (novecentos reais). VALOR GLOBAL: R$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais). VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da assinatura.

Serranópolis de Minas/MG, 18 de Agosto de 2026.

ARLENE MARIA DIAS DA SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
Arlene Maria Dias da Silva
Código Identificador:088CA654

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DE MINAS
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Processo Administrativo nº 055/2026
Inexigibilidade de Licitação nº 017/2026

Considerando que consta nos autos parecer da assessoria Jurídica deste município, que opinou pela contratação com inexigibilidade de licitação, da pessoa física DJALMA ALVES DOS SANTOS, inscrito no CPF: 727.742.666-53, bem como o teor da correspondência da Comissão de Contratação;
Considerando a configuração de situação prevista no **Art. 74, V, da Lei 14.133/21**, bem como a e a necessidade da realização da contratação em questão;
Considerando que o imóvel atende perfeitamente para a para o funcionamento do Conselho Tutelar do Município de Serranópolis de Minas/MG, conforme comprovação aos autos e que o valor da contratação é condizente com o preço praticado no mercado;
Decido RATIFICAR E HOMOLOGAR o presente processo administrativo de inexigibilidade de licitação com vistas à contratação direta, para a Locação de imóvel urbano destinado à alojamento ao órgão do Conselho Tutelar, empregados em diligências em (Estatuto da criança e do adolescente (ECA), com a missão de zelar pelos direitos de crianças e adolescentes no Município de Serranópolis de Minas/MG, em atendimento às obrigações assumidas pelo Município, pelo período de 12 (doze) meses, ao valor mensal de R$ 900,00 (novecentos reais), no valor total contratado de R$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais)**,** determinando que se proceda a publicação do devido extrato na forma da Lei.

Serranópolis de Minas/MG, 18 de Agosto de 2026.

MAX VINICIUS AGUIAR MARTINS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Arlene Maria Dias da Silva
Código Identificador:FFEEA8FE

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRAÍ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE RETIFICAÇÃO

EXTRATO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRAÍ/MG. Chamamento Público nº 004/2026. Objeto: Credenciamento de empresas especializadas para prestação de serviços de administração, gerenciamento, emissão e fornecimento de cartões alimentação na modalidade eletrônica e respectivas recargas de créditos mensais, destinados ao quadro funcional do Município de Tapiraí/MG. Data de corte da primeira rodada remarcada para 26/08/2026 até o dia 21/09/2026, às 12h30min, em razão da retificação do edital e seus anexos.

Tapiraí/MG, 26/08/2026.

ANA C. P. FERREIRA –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Estevão Santana Barbosa
Código Identificador:37FC221C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOCOS DO MOJI

PREFEITURA TOCOS DO MOJI
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 146/2026 – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 012/2026.

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de obra de pavimentação com blocos de concreto intertravado, meio-fio e sarjeta em trecho da Estrada Vicinal de acesso do Distrito Fernandes ao bairro Nogueiras (próximo ao senhor Tonho Jordão) e em trecho da Estrada Vicinal do bairro Amoreiras (próximo ao senhor Josimar), ambas na Zona Rural de Tocos do Moji/MG, com recursos provenientes da Transferência Especial, Instrumento nº 1301002126/2026, do Estado de Minas Gerais por intermédio da Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias (SEINFRA), conforme especificado nos anexos do Edital. A sessão e abertura será no dia 14 de setembro de 2026, as 09h 00min. Cadastramento no Sistema de Compras do Município https://portal.sgpcloud.net:9104/comprasedital/. O Edital e maiores informações estão disponíveis na Sede da Prefeitura Municipal sito à Rua Antônio Mariano da Silva, nº 36 – centro – e pelo site www.tocosdomoji.mg.gov.br.

Tocos do Moji, 26 de agosto de 2026.

VITOR ALVES DE MIRA -
Diretor do Departamento Municipal de Obras, Serviços Públicos, Meio Ambiente e Posturas.

Publicado por:
José Maria Cantuaria
Código Identificador:48DEF065

PREFEITURA TOCOS DO MOJI
DESPACHO DE RATIFICAÇÃO DE PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE

Trata-se do Processo Licitatório nº 138/2026, Inexigibilidade nº 024/2026, cujo objeto é a Contratação de apresentação artística do show musical DJs Lekote, por meio de seu representante exclusivo A&P Produções de Eventos Artísticos Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 58.363.018/0001-38, a ser realizada no dia 05 de setembro de 2026, no âmbito da Festa da Padroeira do município de Tocos do Moji – MG, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
A solicitação da contratação foi efetuada pelo Departamento de Cultura Esporte Lazer e Turismo, onde se expõe a necessidade da contratação do artista e as especialidades destes.
Devidamente autuado, o procedimento seguiu seu trâmite regular obtendo parecer jurídico favorável à contratação direta, por inexigibilidade.
Constam nos autos a justificativa da escolha do proponente e, onde se atesta estar o mesmo em conformidade com os valores de mercado.
Pelo exposto e considerando os documentos acostados aos autos, bem como o parecer jurídico da Procuradoria do Município, considero estarem presentes os requisitos para a contratação direta, por inexigibilidade, com fundamento no inciso II, do art. 74, da Lei Federal nº 14.133/2021 e **RATIFICO** o presente processo de inexigibilidade.
Após a publicação do presente, elaborar-se o contrato administrativo.

Tocos do Moji, 17 de agosto de 2026.

Publique-se;
Registre-se;

Autue-se.

JOSÉ MARIA CANTUÁRIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Maria Cantuaria
Código Identificador:9B0D0305

PREFEITURA TOCOS DO MOJI
DESPACHO DE RATIFICAÇÃO DE PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE

Trata-se do Processo Licitatório nº 140/2026, Inexigibilidade nº 025/2026, cujo objeto é a Contratação da empresa Vitrine Núcleo de Produções BR LTDA, CNPJ nº: 44.550.134/0001-51 especializada na prestação de serviços artísticos, visando à realização de show musical do cantor André Leite, apresentando o espetáculo "Classic Memories", no dia 5 de setembro de 2026, em comemoração à tradicional Festa da Padroeira de Tocos do Moji/MG, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
A solicitação da contratação foi efetuada pelo Departamento de Cultura Esporte Lazer e Turismo, onde se expõe a necessidade da contratação do artista e as especialidades destes.
Devidamente autuado, o procedimento seguiu seu trâmite regular obtendo parecer jurídico favorável à contratação direta, por inexigibilidade.
Constam nos autos a justificativa da escolha do proponente e, onde se atesta estar o mesmo em conformidade com os valores de mercado.
Pelo exposto e considerando os documentos acostados aos autos, bem como o parecer jurídico da Procuradoria do Município, considero estarem presentes os requisitos para a contratação direta, por inexigibilidade, com fundamento no inciso II, do art. 74, da Lei Federal nº 14.133/2021 e **RATIFICO** o presente processo de inexigibilidade.
Após a publicação do presente, elaborar-se o contrato administrativo.

Tocos do Moji, 18 de agosto de 2026.

Publique-se;
Registre-se;
Autue-se.

JOSÉ MARIA CANTUÁRIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Maria Cantuaria
Código Identificador:A16B429F

PREFEITURA TOCOS DO MOJI
DESPACHO DE RATIFICAÇÃO DE PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE

Trata-se do Processo Licitatório nº 143/2026, Inexigibilidade nº 028/2026, cujo objeto é a Contratação de show musical da dupla sertaneja Durval e Alladin e Banda, por meio de sua representante exclusiva, a empresa ZR3 Produções Artísticas Ltda (CNPJ nº 45.720.451/0001-31), para apresentação artística no dia 06 de setembro de 2026, integrante da programação da tradicional Festa de Nossa Senhora Aparecida, no município de Tocos do Moji - MG., conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
A solicitação da contratação foi efetuada pelo Departamento de Cultura Esporte Lazer e Turismo, onde se expõe a necessidade da contratação do artista e as especialidades destes.
Devidamente autuado, o procedimento seguiu seu trâmite regular obtendo parecer jurídico favorável à contratação direta, por inexigibilidade.
Constam nos autos a justificativa da escolha do proponente e, onde se atesta estar o mesmo em conformidade com os valores de mercado.
Pelo exposto e considerando os documentos acostados aos autos, bem como o parecer jurídico da Procuradoria do Município, considero estarem presentes os requisitos para a contratação direta, por inexigibilidade, com fundamento no inciso II, do art. 74, da Lei Federal nº 14.133/2021 e **RATIFICO** o presente processo de inexigibilidade.
Após a publicação do presente, elaborar-se o contrato administrativo.

Tocos do Moji, 21 de agosto de 2026.

Publique-se;
Registre-se;
Autue-se.

JOSÉ MARIA CANTUÁRIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Maria Cantuaria
Código Identificador:22C0BD88

PREFEITURA TOCOS DO MOJI
DESPACHO DE RATIFICAÇÃO DE PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE

Trata-se do Processo Licitatório nº 145/2026, Inexigibilidade nº 029/2026, cujo objeto é a contratação de apresentação artística do cantor Kelvin Araújo, por intermédio de sua representante exclusiva, a empresa K13 Produções Artísticas Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 08.872.852/0001-80, para apresentação na tradicional festa de Nossa Senhora Aparecida, na cidade de Tocos Do Moji - MG, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
A solicitação da contratação foi efetuada pelo Departamento de Cultura Esporte Lazer e Turismo, onde se expõe a necessidade da contratação do artista e as especialidades destes.
Devidamente autuado, o procedimento seguiu seu trâmite regular obtendo parecer jurídico favorável à contratação direta, por inexigibilidade.
Constam nos autos a justificativa da escolha do proponente e, onde se atesta estar o mesmo em conformidade com os valores de mercado.
Pelo exposto e considerando os documentos acostados aos autos, bem como o parecer jurídico da Procuradoria do Município, considero estarem presentes os requisitos para a contratação direta, por inexigibilidade, com fundamento no inciso II, do art. 74, da Lei Federal nº 14.133/2021 e **RATIFICO** o presente processo de inexigibilidade.
Após a publicação do presente, elaborar-se o contrato administrativo.

Tocos do Moji, 24 de agosto de 2026.

Publique-se;
Registre-se;
Autue-se.

JOSÉ MARIA CANTUÁRIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Maria Cantuaria
Código Identificador:A4854FA7

PREFEITURA TOCOS DO MOJI
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 117/2026

Contratante: Prefeitura Municipal de Tocos do Moji- MG. Contratada: ANDREU GUILHERME LEMOS EPP. Objeto: Contratação de empresa especializada para locação de 01 (um) grupo gerador de energia elétrica, com potência mínima de 180 kVA, incluindo transporte (mobilização e desmobilização), instalação, manutenção preventiva/corretiva e assistência técnica e infraestrutura de cabos de alimentação, para atender os eventos e festividades oficiais do Município de Tocos do Moji/MG. Valor do Contrato: R$ 34.485,00 (trinta e quatro mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais). Vigência: 26/08/2026 a 25/08/2027. Signatários: José Maria Cantuária – Prefeito Municipal, Andreu Guilherme Lemos – Proprietário.

Publicado por:
José Maria Cantuaria
Código Identificador:01AA370F

PREFEITURA TOCOS DO MOJI
EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DO PRC-112/2026.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 111/2026. Contratante: Prefeitura Municipal de Tocos do Moji- MG. Contratada: DD MONTE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA. Objeto: Contratação de empresa especializada em prestação de Serviços de Dedetização, Desinsetização e Desratização dos Prédios Públicos, Dedetização dos Bueiros do Município e Lavagem de Caixas D'água dos Prédios Públicos da Prefeitura Municipal de Tocos do Moji/MG. Valor do Contrato: R$ 9.400,00 (nove mil e quatrocentos reais). Vigência: 18/08/2026 a 17/08/2027. Signatários: José Maria Cantuária – Prefeito Municipal, Reginaldo de Lima – Representante Legal. **– EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 112/2026**. Contratante: Prefeitura Municipal de Tocos do Moji- MG. Contratada: LIHMP DEDETIZADORA E HIGIENIZADORA LTDA. Objeto: Contratação de empresa especializada em prestação de Serviços de Dedetização, Desinsetização e Desratização dos Prédios Públicos, Dedetização dos Bueiros do Município e Lavagem de Caixas D'água dos Prédios Públicos da Prefeitura Municipal de Tocos do Moji/MG. Valor do Contrato: R$ 15.764,00 (quinze mil, setecentos e sessenta e quatro reais). Vigência: 18/08/2026 a 17/08/2027. Signatários: José Maria Cantuária – Prefeito Municipal, Fabrício Wagner – Sócio.

Publicado por:
José Maria Cantuaria
Código Identificador:BB22DADD

PREFEITURA TOCOS DO MOJI
EXTRATO DO CONTRATO Nº 116/2026.

Contratante: Prefeitura Municipal de Tocos do Moji-MG. Contratada: BASE FORTE CONSTRUTORA LTDA. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de pintura das calhas, condutores, guarda corpo, corrimão, janelas, portas, paredes dos fundos e portas de alumínio da Escola Benedito Caetano de Faria no Distrito do Fernandes na cidade de Tocos do Moji MG. Valor do Contrato: R$ 6.411,24 (seis mil, quatrocentos e onze reais e vinte e quatro centavos). Vigência: 19/08/2026 até 18/10/2026. Signatários: José Maria Cantuária – Prefeito Municipal, Edivan Paulo Aparecido da Silva – Sócio.

Publicado por:
José Maria Cantuaria
Código Identificador:A5FA4C25

PREFEITURA TOCOS DO MOJI
EXTRATO DO CONTRATO Nº 117/2026.

Contratante: Prefeitura Municipal de Tocos do Moji-MG. Contratada: BASE FORTE CONSTRUTORA LTDA. Objeto: Contratação de 20 dias de pedreiro e 20 dias de servente para manutenção de diversos bueiros, esf, poliesportivo, morro Salvador nos Distrito do Fernandes Tocos do Moji MG. Valor do Contrato: R$ 10.861,40 (dez mil, oitocentos e sessenta e um real e quarenta centavos). Vigência: 19/08/2026 até 18/10/2026. Signatários: José Maria Cantuária – Prefeito Municipal, Edivan Paulo Aparecido da Silva – Sócio.

Publicado por:
José Maria Cantuaria
Código Identificador:204316EE

PREFEITURA TOCOS DO MOJI
EXTRATO DO CONTRATO Nº 118/2026.

Contratante: Prefeitura Municipal de Tocos do Moji-MG. Contratada: BASE FORTE CONSTRUTORA LTDA. Objeto: Contratação de 20 dias de pedreiro e 20 dias de servente para manutenção de ladrilhos, calçadas, sarjetas e modificação do telhado do sindicato na Rua Antônio Mariano da Silva no Centro de Tocos do Moji MG. Valor do Contrato: R$ 10.861,40 (dez mil, oitocentos e sessenta e um real e quarenta centavos). Vigência: 19/08/2026 até 18/10/2026. Signatários: José Maria Cantuária – Prefeito Municipal, Edivan Paulo Aparecido da Silva – Sócio.

Publicado por:
José Maria Cantuaria
Código Identificador:7D03C8C6

PREFEITURA TOCOS DO MOJI
EXTRATO DO CONTRATO Nº 119/2026.

Contratante: Prefeitura Municipal de Tocos do Moji-MG. Contratada: 21.996.420 GLEICE SATURNO DA SILVA OLIVEIRA. Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de organização, planejamento e realização de evento esportivo de corrida de rua no município de Tocos do Moji/MG, contemplando a execução global dos seguintes serviços e fornecimentos: gestão e cronometragem, plataforma de inscrições, estrutura física do evento, premiação e material promocional/vestuário. Valor do Contrato: R$ 7.900,00 (sete mil e novecentos reais). Vigência: 19/08/2026 até 18/09/2026. Signatários: José Maria Cantuária – Prefeito Municipal, Gleice Saturno da Silva Oliveira – Empresário.

Publicado por:
José Maria Cantuaria
Código Identificador:CD4CC94E

PREFEITURA TOCOS DO MOJI
EXTRATO DO CONTRATO Nº 122/2026.

Contratante: Prefeitura Municipal de Tocos do Moji-MG. Contratada: JRA EXTINTORES LTDA. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de recarga, manutenção preventiva e corretiva, testes hidrostáticos e aquisição de novos extintores de incêndio para os veículos da frota Municipal de Tocos do Moji - MG. Valor do Contrato: R$ 5.885,00 (cinco mil, oitocentos e oitenta e cinco reais). Vigência: 20/08/2026 até 19/08/2027. Signatários: José Maria Cantuária – Prefeito Municipal, Maycon Sanches Amaro – Sócio Administrador.

Publicado por:
José Maria Cantuaria
Código Identificador:20ADD79C

PREFEITURA TOCOS DO MOJI
EXTRATO DO CONTRATO Nº 123/2026.

Contratante: Prefeitura Municipal de Tocos do Moji-MG. Contratada: CONSTRU ROTIM LTDA. Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de muro de divisa, muro de arrimo, e sala de odontologia anexa ao prédio principal, no terreno onde está situada a Unidade Básica de Saúde (UBS) de Apoio do Distrito Sertão da Bernardina, localizada na Avenida Joaquim Salvador da Silva, nº 122, Distrito Sertão da Bernardina, município de Tocos do Moji/MG. Valor do Contrato: R$ 330,000,00 (trezentos e trinta mil reais). Vigência: 21/08/2026 até 20/08/2027. Signatários: José Maria Cantuária – Prefeito Municipal, Rogério Edivaldo Sartiro – Empresário.

Publicado por:
José Maria Cantuaria
Código Identificador:38BCF77D

PREFEITURA TOCOS DO MOJI
EXTRATO DO CONTRATO Nº 124/2026.

Contratante: Prefeitura Municipal de Tocos do Moji-MG. Contratada: ZR3 PROSUÇÕES ARTISTICAS LTDA. Objeto: Contratação de show musical da dupla sertaneja Durval e Alladin e Banda, por meio de sua representante exclusiva, a empresa ZR3 Produções Artísticas Ltda, para apresentação artística no dia 06 de setembro de 2026, integrante da programação da tradicional Festa de Nossa Senhora Aparecida, no município de Tocos do Moji - MG. Valor do Contrato: R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Vigência: 24/08/2026 até 30/09/2026. Signatários: José Maria Cantuária – Prefeito Municipal, Zailton de Oliveira Dias – Empresário.

Publicado por:
José Maria Cantuaria
Código Identificador:91D52266

PREFEITURA TOCOS DO MOJI
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Pelo presente instrumento, com base na Lei nº 14.133/2021, o Exmo. Prefeito Municipal de Tocos do Moji, Sr. José Maria Cantuária, no uso de suas atribuições legais, **adjudico e homologo** através de **Pregão Eletrônico nº 038/2026,** fundado no **Processo Licitatório n° 126/2026,** tendo como objeto a Contratação de empresa especializada em serviços de remoção de pacientes. Ambulância UTI móvel tipo D, incluindo equipe de plantão com motorista, médico e enfermeiro/socorrista para atender as demandas do Departamento de Saúde e para atuar nas festividades culturais e tradicionais do Município de Tocos de Moji/MG, em favor da empresa **SUL MINEIRA URGÊNCIA E EMERGÊNCIA MÉDICA LTDA**, portadora do CNPJ 10.372.200/0001-29, nos termos do Artigo 28, Inciso I, da Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021.
A homologação do presente Pregão Eletrônico é feita nos termos do artigo 28, inciso I da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista a manifestação da Comissão de Contratação que, em análise aos documentos apresentados pelas empresas vencedoras, constatou o atendimento de todas as condições previstas na lei.
As empresas ficam obrigadas a cumprir integralmente as condições estabelecidas no Termo de Referência e anexos que foi celebrado, nos termos da Lei nº 14.133/2021, bem como a executar o objeto adjudicado nos termos e prazos estipulados.

Por fim, autorizo a publicação deste Termo de **Adjudicação e Homologação**, para fins de publicidade e transparência, nos termos do artigo 54 da Lei nº 14.133/2021.

Tocos do Moji – MG, 25 de agosto de 2026.

JOSÉ MARIA CANTUÁRIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Maria Cantuaria
Código Identificador:1FF43D79

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUANA DE MINAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUANA DE MINAS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 302/2026.

Extrato de Termo Aditivo nº 302/2026, Referência Processo nº 031/2026, Concorrência nº 002/2026. Objeto: alteração quantitativa exclusivamente aos serviços do LOTE 03 do Contrato Administrativo nº 533/2026, mediante o acréscimo de quantitativos de serviços integrantes do objeto originalmente contratado, conforme detalhamento constante da Planilha Orçamentária do Aditivo, da Justificativa Técnica e dos demais documentos que integram o processo administrativo e passam a constituir parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição. Contratada: **NUNES RIBEIRO INFRAESTRUTURA E CONSTRUÇÕES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 35.387.076/0001-04. Valor global: R$ 103.864,93 (cento e três mil oitocentos e sessenta e quatro reais e noventa e três centavos).

Uruana de Minas, 25 de agosto de 2026.

BRUNO RAPHAEL MOTA FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tassiany Teixeira de Almeida
Código Identificador:0770F7F1

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUCÂNIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, COMPRAS E ORÇAMENTOS
DECRETO Nº 1.459, DE 26 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO Nº 1.459, DE 26 DE AGOSTO DE 2026

"Dispõe sobre a atribuição de responsabilidades adicionais e a concessão de gratificação a servidores da Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUCÂNIA, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e, especialmente, o disposto na Lei Complementar Municipal nº 143, de 18 de outubro de 2011 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Urucânia,
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a continuidade, eficiência, qualidade e adequado monitoramento das ações e programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde;
CONSIDERANDO que determinadas atividades atribuídas aos servidores envolvem responsabilidades adicionais às inerentes aos respectivos cargos efetivos, especialmente planejamento, execução, monitoramento de indicadores, alimentação de sistemas oficiais, cumprimento de metas, acompanhamento de programas, organização de fluxos e implantação de novos processos de trabalho;
CONSIDERANDO que a legislação municipal autoriza a concessão de gratificação pelo exercício de atribuições e responsabilidades adicionais, observados os requisitos e limites estabelecidos na legislação municipal;

DECRETA:
Art. 1º Ficam atribuídas aos servidores abaixo relacionados, além das atribuições próprias dos respectivos cargos efetivos, as responsabilidades e funções adicionais especificadas neste Decreto, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde:
I – BRUNA MAYRINK LINHARES, ocupante do cargo efetivo de **Nutricionista**, para exercer responsabilidades relacionadas ao acompanhamento, execução, alimentação e monitoramento da Política Estadual de Promoção da Saúde – POEPS, Programa Bolsa Família, Programa Saúde na Escola – PSE, Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - SISVAN, eMulti, Projeto Viver Bem com Fibromialgia e Projeto de Implantação do Centro de Convivência, incluindo o acompanhamento de metas, indicadores, sistemas oficiais e demais atividades correlatas;
II – VALERIA GONÇALVES PIRES, ocupante do cargo efetivo de **Auxiliar Administrativo**, para exercer a função de Ponto Focal do Programa Miguilim, competindo-lhe acompanhar as ações do programa, organizar e alimentar registros, monitorar as ações de Saúde Ocular, acompanhar informações e indicadores, articular demandas e manter atualizadas as informações necessárias ao monitoramento e à prestação de informações aos órgãos competentes;
III – FABIANA FÉLIX, ocupante do cargo efetivo de **Auxiliar Administrativo**, para exercer a função de responsável pelo SISAGUA – Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano, cumulativamente com as responsabilidades de implantação, organização e acompanhamento do novo fluxo de entrega de consultas e exames à população, compreendendo a busca ativa de pacientes faltosos, o controle dos procedimentos disponibilizados, a organização dos respectivos fluxos, o acompanhamento dos pacientes e a participação na implantação e operacionalização da RNDS – Rede Nacional de Dados em Saúde;

IV – DANIELA DE PAULA SILVA MAXIMIANO, ocupante efetivo do cargo de **Auxiliar Administrativo**, para exercer responsabilidades relacionadas à implantação e execução do novo fluxo de entrega de consultas e exames à população, incluindo organização e controle das informações, busca ativa de pacientes faltosos, acompanhamento dos usuários, redução de perdas de vagas e procedimentos, alimentação dos registros necessários e participação na implantação da RNDS – Rede Nacional de Dados em Saúde.

Art. 2º Pelo exercício das responsabilidades adicionais e funções previstas no art. 1º deste Decreto, fica concedida aos servidores nele relacionados gratificação correspondente a 35% (trinta e cinco por cento), nos termos da Lei Complementar Municipal nº 143, de 18 de outubro de 2011.

§1º A gratificação prevista no caput deste artigo será calculada sobre o vencimento-base do respectivo servidor, observando-se, para fins de apuração do valor devido, exclusivamente a remuneração correspondente ao cargo efetivo.

§2º A gratificação será devida enquanto perdurar o efetivo exercício das responsabilidades adicionais atribuídas por este Decreto, observadas as disposições da legislação municipal.

Art. 3º As responsabilidades adicionais previstas neste Decreto serão exercidas sem prejuízo das atribuições ordinárias dos cargos efetivos ocupados pelos servidores, desde que compatíveis com as necessidades do serviço público.

Art. 4º A gratificação de que trata este Decreto possui caráter vinculado ao exercício das responsabilidades adicionais, não sendo devida quando cessar a designação ou o efetivo exercício das respectivas funções, ressalvadas as hipóteses previstas na legislação municipal.

Art. 5º A Secretaria Municipal de Saúde acompanhará o exercício das responsabilidades atribuídas aos servidores, podendo propor ao Chefe do Poder Executivo a alteração ou cessação das respectivas atribuições, conforme a necessidade do serviço.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de setembro de 2026.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Município de Urucânia, 26 de agosto de 2026.

SERGIO LUIZ DE ALBUQUERQUE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renata Mafia Giardini
Código Identificador:A18FFF95

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VAZANTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE VAZANTE
AVISO PREGÃO ELETRÔNICO Nº34/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE VAZANTE - AVISO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2026

O Município de Vazante-MG torna público Aviso de Pregão Eletrônico nº 34/2026. Objeto:**Contratação de emissora de radiodifusão com cobertura em todo o território urbano e rural do Município de Vazante/MG para prestação de serviços de comunicação institucional, compreendendo a produção, divulgação e veiculação de publicidade institucional em rádio e Mídias digitais vinculadas à emissora, destinada à divulgação de ações governamentais, programas, campanhas educativas, serviços públicos, projetos, eventos, comunicados oficiais e demais informações de interesse público.** Data e horário de fim de recebimento das propostas: dia 16/09/2026 as 8 horas. Data e horário do início da disputa: dia 16/09/2026 às 8h10min. **LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA:** Plataforma de Licitações LICITAR DIGITAL – www.licitardigital.com.br. O edital poderá ser adquirido no Link: https://www.vazante.mg.gov.br/portal/editais/1; www.licitardigital.com.br na Plataforma do Licitar digital e no PNCP https://www.gov.br/pncp/pt-br. Mais informações pelos **Telefones:** (31) 3191-0707 e (34) 3813-9714, de 08h as 11h e de 13h as 17h.

Vazante/MG, 26/08/2026.

RENATA CRISTINA CAIXETA,
Agente de Contratação/

KELLY CRISTINA DA SILVA XAVIER
Pregoeira – Portaria 111/2026.

Publicado por:
Kelly Cristina da Silva Xavier
Código Identificador:E7B9FC1F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIEIRAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIEIRAS
DECRETO Nº 97/2026, DE 19 DE AGOSTO DE 2026.

DECRETO Nº 97/2026, DE 19 DE AGOSTO DE 2026.

"Dispõe sobre a Homologação do Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado (PSS) Edital nº 05/2026 - Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão, para contratação temporária profissionais para as secretarias municipais de Obras e Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente e formação de cadastro de reserva, e dá outras providencias".

O **PREFEITO MUNICIPAL DE VIEIRAS**, Estado de Minas Gerais, Ricardo Celles Maia, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público, em observância à Constituição Federal de 1988, Lei Municipal Complementar 04/2015 e Lei Municipal nº 1.020/2019 e demais legislações aplicáveis para contratação temporária, e ainda considerando o Termo de Compromisso celebrado no PA – 31.16.0145.0122617.2024-76, conforme as condições a seguir;

CONSIDERANDO o disposto no art. 37, inciso IX, da Constituição da República, que autoriza a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO que as áreas de Obras e Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente estão com defasagem no quadro funcional sendo necessário a contratação temporária até provimento efetivo ou enquanto perdurarem afastamentos temporários vigentes;

CONSIDERANDO a existência de vacâncias, afastamentos legais, licenças e outras situações funcionais que impactam diretamente o regular funcionamento das atividades essenciais no município;

CONSIDERANDO que o Processo Seletivo Simplificado foi realizado de forma pública, objetiva e transparente, observando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

CONSIDERANDO que o referido processo seletivo atendeu às normas legais e regulamentares aplicáveis, bem como às disposições do edital que o regeu;

CONSIDERANDO que a homologação do resultado final é ato administrativo indispensável para a validade e eficácia das contratações temporárias dele decorrentes;

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve agir de forma preventiva e eficiente, adotando medidas excepcionais quando indispensáveis à manutenção do serviço público essencial;

CONSIDERANDO o recebimento do resultado final do Processo Seletivo Simplificado (PSS) Edital nº 05/2026 - Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão, Lei Complementar Municipal nº 04/2015 e Lei Municipal nº 1.020/2019 e demais legislações aplicáveis para contratação temporária, pela **COMISSÃO**

ORGANIZADORA E AVALIADORA PARA PROCESSO SELETIVO – RESOLUÇÃO SMAPG 05/2026.

CONSIDERANDO a conclusão das etapas editalícias antecedentes à homologação do resultado final.

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado, para que surta seus jurídicos efeitos, o **RESULTADO FINAL** do Processo Seletivo Simplificado (PSS) Edital nº 05/2026 - Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão, em Lei Municipal Complementar 04/2015 e Lei Municipal nº 1.020/2019 e demais legislações aplicáveis para contratação temporária e a formação de cadastro de reserva, sagrando-se como exato e definitivo o resultado da listagem abaixo, onde contem a aprovação e classificação dos candidatos:

I – Cargo: Motorista – CNH Categoria D – Secretaria Municipal de Obras

Classificação	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL
1º	003	MARCOS ANTONIO DE PAULA	90,00

II – Cargo: Motorista – CNH Categoria D – Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente

Classificação	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL
2º	001	VALDEILTON DE FREITAS LUIZ	90,00

III – Operador de Máquinas – Secretaria Municipal de Obras

Classificação	Nº de inscrição	Nome do Candidato
1º	002	GILMAR ALVES RIBEIRO

Art. 2º. Publique-se a classificação definitiva.

Art. 3º. O Processo Seletivo terá validade pelo prazo de 01 (ano) ano, contado da data de publicação do presente Decreto, podendo ser prorrogado por igual período para atender o interesse público da administração observado os limites da Lei Municipal n° 1.020/2019 e demais legislações aplicáveis.

Art.4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Vieiras/MG, 19 de agosto de 2026.

RICARDO CELLES MAIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodolpho Olavo de Oliveira Pereira
Código Identificador:BFFF9D09

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIEIRAS
DECRETO Nº. 98/2026, DE 19 DE AGOSTO DE 2026.

DECRETO Nº. 98/2026, DE 19 DE AGOSTO DE 2026.

"Dispõe sobre a convocação para contratação dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado (PSS), Editais 05/2026 – Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão e n° 02/2025 – Secretaria Municipal de Educação, para contratação temporária de docentes, suporte pedagógico direto, profissionais para as secretarias municipais de Obras, Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente e Educação, e dá outras providencias".

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIEIRAS, Estado de Minas Gerais, **Ricardo Celles Maia**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, pelo Estatuto dos Servidores do Município, instituído pela Lei Municipal nº 37/1956, pela Lei Federal nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), pela Lei Complementar Municipal nº 13/2020, pelas Leis Municipais nº 1.078/2021 e nº 1.020/2019, e demais legislações aplicáveis, considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público, após a regular realização do Processo Seletivo Simplificado – PSS, regido pelos Editais nº 02/2025, da Secretaria Municipal de Educação, destinado à contratação temporária de docentes, profissionais de suporte pedagógico direto e demais profissionais da educação, bem como à formação de cadastro de reserva, considerando, ainda, o Decreto Municipal nº 09/2026, de 29 de janeiro de 2026, que homologou o resultado final do referido certame e edital 05/2026, da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão, destinado à contratação temporária de profissionais para as secretarias municipais de Obras, Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente, e dá outras providências, considerando, ainda, o Decreto Municipal nº 97/2026, de 19 de agosto de 2026, que homologou o resultado final do referido certame, Lei Municipal Complementar 04/2015 e Lei Municipal nº 1.020/2019 e demais legislações aplicáveis para contratação temporária, e ainda considerando o Termo de Compromisso celebrado no PA – 31.16.0145.0122617.2024-76, conforme as condições a seguir;

CONSIDERANDO a competência do Chefe do Poder Executivo Municipal para dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Pública, nos termos da Lei Orgânica Municipal e do art. 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a necessidade temporária de excepcional interesse público para assegurar a continuidade e a regularidade do serviço público educacional, especialmente no atendimento à rede municipal de ensino;

CONSIDERANDO a realização do Processo Seletivo Simplificado – PSS, regido pelos Editais nº 02/2025, da Secretaria Municipal de Educação e Processo Seletivo Simplificado Edital nº 05/2026, da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão, destinado à contratação bem como à formação de cadastro de reserva;

CONSIDERANDO a homologação do resultado final do Processo Seletivo Simplificado – PSS – Edital nº 02/2025, por meio do Decreto Municipal nº 09/2026, de 29 de janeiro de 2026 e Edital 05/2026 por meio do Decreto Municipal nº 97/2026 de 19 de agosto de 2026;

CONSIDERANDO a necessidade de observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, previstos no art. 37 da Constituição Federal, bem como às normas que regem a contratação temporária no âmbito da Administração Pública Municipal.

CONSIDERANDO a necessidades urgentes das Secretarias Municipais de Obras, Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente e Educação, devido o pedido de licença sem vencimentos;

CONSIDERANDO o pedido de licença sem vencimentos do servidor **THIAGO GUERRA MOREIRA,** portador do CPF: XXX.075.XXX-33;

CONSIDERANDO o pedido de desistência da candidata **LARA FABIA ROSA CANGUSSU**, portadora do CPF:XXX.489.XXX-29;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam convocadas para comprovação dos requisitos para contratação conforme item **8 - DAS CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO** dos Editais n° 002/2025 – SME e n° 05/2026 - SMAPG, os candidatos abaixo listados:

I – Servente Escolar

Classificação	Inscrição	Nome	Tempo Na Função	Entrevista	Total
15º	60	THIAGO CORREA EUZÉBIO	0	54	54,00

II – Motorista – CNH Categoria D – Secretaria Municipal de Obras

Classificação	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL
1º	003	MARCOS ANTONIO DE PAULA	90,00

III – Motorista – CNH Categoria D – Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente

Classificação	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL
2º	001	VALDEILTON DE FREITAS LUIZ	90,00

IV – Operador de Máquinas – Secretaria Municipal de Obras

Classificação	Nº de inscrição	Nome do Candidato	TOTAL
1º	002	GILMAR ALVES RIBEIRO	70,00

Art. 2º. Os candidatos acima identificados deverão protocolizar, no Setor de Pessoal da Prefeitura Municipal de Vieiras/MG, os seguintes documentos:
a) Certidão de nascimento ou casamento atualizada com data inferior a 60 dias;
b) CPF;
c) Carteira de Identidade;
d) Declaração de bens ou cópia do documento do bem;
e) Cartão de Cadastramento no PIS/PASEP (se tiver);
f) Exame Médico Admissional;
g) 02 (duas) fotografias 3x4;
h) Título de Eleitor e comprovante de certidão de quitação eleitoral;
i) Certificado de Reservista, se do sexo masculino;
j) Certidão Antecedentes Cível e Criminal;
k) Comprovante de endereço atualizado;
l) Carteira de vacinação;
m) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos, ou mais se for dependente;
n) Diploma, certificado ou Declaração de conclusão do curso correspondente à escolaridade exigida.
o) Declaração de que não infringe o art. 37, inciso XVI da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (acumulação de cargos e funções) e ainda, quanto aos proventos de aposentadoria, o disposto no art. 37 §10, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, com a redação dada pela Emenda Constitucional n° 20/1988.
§1°- Todos os documentos fotocopiados exigidos neste artigo deverão, obrigatoriamente, ser apresentados conjuntamente aos originais para conferência, no ato da entrega.
§2° - Os documentos serão entregues pelo candidato, consoante este específico ato de convocação, não sendo permitida ausência ou substituição de documentos por outros, mesmo que similares, cabendo ao candidato proceder a entrega completa e total dos documentos obrigatórios exigidos.
§3° - O(a) candidato(a) que deixar de comparecer no prazo máximo de 02(dois) dias, será preterido do direito de contratação, passando a constar da última vaga da lista dos classificados para fins de contratação.

Art. 3° - A contratação ocorrerá por tempo determinado, com fundamento no art. 37, inciso IX, da Constituição da República, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da Lei Municipal nº 1.020/2019, observados os requisitos legais, o prazo estabelecido e as condições previstas no respectivo instrumento convocatório.
§1° - A convocação para contratação será publicada no quadro de avisos nos termos da Lei 1.060/2021, de 22 de março de 2022, no diário oficial e no sítio eletrônico do município: https://www.vieiras.mg.gov.br.
§2° - Não correndo a contratação no prazo improrrogável de 02(dois) dias a contar da publicação deste instrumento, a possível contratação do candidato será considerada sem efeito, implicando no reconhecimento da desistência e renúncia quanto ao preenchimento, através de contrato, do cargo para o qual foi aprovado, reservando-se à administração o direito de convocar o próximo candidato.

Art. 4° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Vieiras/MG, 19 de agosto de 2026

RICARDO CELLES MAIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodolpho Olavo de Oliveira Pereira
Código Identificador:43F7D871

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIEIRAS
ERRATA AO DECRETO Nº 90/2026 DE 03 DE AGOSTO DE 2026.

ERRATA AO DECRETO Nº 90/2026 DE 03 DE AGOSTO DE 2026.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE VIEIRAS**, Estado de Minas Gerais, Ricardo Celles Maia, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, especialmente as que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, publica a presente Errata para retificar a publicação originalmente efetuada na Edição nº 4331, de 04 de agosto de 2026, através do Diário Oficial dos Municípios Mineiros- Associação Mineira de Municípios– AMM-MG, em 04/08/2026, para corrigir erro de digitação, portanto, faz nova publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Vieiras/MG, aos 18 dias do mês de agosto de 2026.

RICARDO CELLES MAIA
Prefeito Municipal de Vieiras

DECRETO Nº. 90/2026, DE 03 DE AGOSTO DE 2026.

"Dispõe sobre a convocação para contratação dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado (PSS), Edital 02/2025 SME, para contratação temporária de docentes, suporte pedagógico direto, demais profissionais da educação e a formação de cadastro de reserva, e dá outras providencias".

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIEIRAS, Estado de Minas Gerais, **Ricardo Celles Maia**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, pelo Estatuto dos Servidores do Município, instituído pela Lei Municipal nº 37/1956, pela Lei Federal nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), pela Lei Complementar Municipal nº 13/2020, pelas Leis Municipais nº 1.078/2021 e nº 1.020/2019, e demais legislações aplicáveis, considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público, após a regular realização do Processo Seletivo Simplificado – PSS, regido pelo Edital nº 02/2025, da Secretaria Municipal de Educação, destinado à contratação temporária de docentes, profissionais de suporte pedagógico direto e demais profissionais da educação, bem como à formação de cadastro de reserva, considerando, ainda, o Decreto Municipal nº 09/2026, de 29 de janeiro de 2026, que homologou o resultado final do referido certame, e o disposto no art. 37 da Constituição Federal,

CONSIDERANDO a competência do Chefe do Poder Executivo Municipal para dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Pública, nos termos da Lei Orgânica Municipal e do art. 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a necessidade temporária de excepcional interesse público para assegurar a continuidade e a regularidade do serviço público educacional, especialmente no atendimento à rede municipal de ensino;

CONSIDERANDO a realização do Processo Seletivo Simplificado – PSS, regido pelo Edital nº 02/2025, da Secretaria Municipal de Educação, destinado à contratação temporária de docentes, profissionais de suporte pedagógico direto e demais profissionais da educação, bem como à formação de cadastro de reserva;

CONSIDERANDO a homologação do resultado final do Processo Seletivo Simplificado – PSS – Edital nº 02/2025, por meio do Decreto Municipal nº 09/2026, de 29 de janeiro de 2026;

CONSIDERANDO o pedido de licença sem vencimentos do servidor **THIAGO GUERRA MOREIRA**, portador do CPF: XXX.075.XXX-33;

CONSIDERANDO a necessidade de observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, previstos no art. 37 da Constituição Federal, bem como às normas que regem a contratação temporária no âmbito da Administração Pública Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam convocado para comprovação dos requisitos para contratação conforme item **8 - DAS CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO** do Edital n° 002/2025 - SME, o candidato abaixo listado:

I – Servente Escolar

Classificação	Inscrição	Nome	Tempo Função	Entrevista	Total
11º	126	VALDIRENE RAMOS DA SILVA ASSIS	06	52	58,00

Art. 2º. O candidato acima identificado deverão protocolizar, no Setor de Pessoal da Prefeitura Municipal de Vieiras/MG, os seguintes documentos:
a) Certidão de nascimento ou casamento atualizada com data inferior a 60 dias;
b) CPF;
c) Carteira de Identidade;
d) Declaração de bens ou cópia do documento do bem;
e) Cartão de Cadastramento no PIS/PASEP (se tiver);
f) Exame Médico Admissional;
g) 02 (duas) fotografias 3x4;
h) Título de Eleitor e comprovante de certidão de quitação eleitoral;
i) Certificado de Reservista, se do sexo masculino;
j) Certidão Antecedentes Cível e Criminal;
k) Comprovante de endereço atualizado;
l) Carteira de vacinação;
m) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos, ou mais se for dependente;
n) Diploma, certificado ou Declaração de conclusão do curso correspondente à escolaridade exigida.
o) Declaração de que não infringe o art. 37, inciso XVI da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (acumulação de cargos e funções) e ainda, quanto aos proventos de aposentadoria, o disposto no art. 37 §10, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, com a redação dada pela Emenda Constitucional n° 20/1988.
§1°- Todos os documentos fotocopiados exigidos neste artigo deverão, obrigatoriamente, ser apresentados conjuntamente aos originais para conferência, no ato da entrega.
§2° - Os documentos serão entregues pelo candidato, consoante este específico ato de convocação, não sendo permitida ausência ou substituição de documentos por outros, mesmo que similares, cabendo ao candidato proceder a entrega completa e total dos documentos obrigatórios exigidos.
§3° - O(a) candidato(a) que deixar de comparecer no prazo máximo de 02(dois) dias, será preterido do direito de contratação, passando a constar da última vaga da lista dos classificados para fins de contratação.

Art. 3° - A contratação ocorrerá por tempo determinado, com fundamento no art. 37, inciso IX, da Constituição da República, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da Lei Municipal nº 1.020/2019, observados os requisitos legais, o prazo estabelecido e as condições previstas no respectivo instrumento convocatório.
§1° - A convocação para contratação será publicada no quadro de avisos nos termos da Lei 1.060/2021, de 22 de março de 2022, no diário oficial e no sítio eletrônico do município: https://www.vieiras.mg.gov.br.
§2° - Não correndo a contratação no prazo improrrogável de 02(dois) dias a contar da publicação deste instrumento, a possível contratação do candidato será considerada sem efeito, implicando no reconhecimento da desistência e renúncia quanto ao preenchimento, através de contrato, do cargo para o qual foi aprovado, reservando-se à administração o direito de convocar o próximo candidato.

Art. 4° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Vieiras/MG, 03 de Agosto de 2026.

RICARDO CELLES MAIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodolpho Olavo de Oliveira Pereira
Código Identificador:7D667476

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIEIRAS
ERRATA AO DECRETO Nº 91/2026 DE 06 DE AGOSTO DE 2026.

ERRATA AO DECRETO Nº 91/2026 DE 06 DE AGOSTO DE 2026.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE VIEIRAS**, Estado de Minas Gerais, Ricardo Celles Maia, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, especialmente as que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, publica a presente Errata para retificar a publicação originalmente efetuada na Edição nº 4337, de 12 de agosto de 2026, através do Diário Oficial dos Municípios Mineiros- Associação Mineira de Municípios– AMM-MG, em 04/08/2026, para corrigir erro de digitação, portanto, faz nova publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Vieiras/MG, aos 18 dias do mês de agosto de 2026.

RICARDO CELLES MAIA
Prefeito Municipal de Vieiras

DECRETO Nº. 91/2026, DE 06 DE AGOSTO DE 2026.

"Dispõe sobre a convocação para contratação dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado (PSS), Edital 02/2025 SME, para contratação temporária de docentes, suporte pedagógico direto, demais profissionais da educação e a formação de cadastro de reserva, e dá outras providencias".

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIEIRAS, Estado de Minas Gerais, **Ricardo Celles Maia**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, pelo Estatuto dos Servidores do Município, instituído pela Lei Municipal nº 37/1956, pela Lei Federal nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), pela Lei Complementar Municipal nº 13/2020, pelas Leis Municipais nº 1.078/2021 e nº 1.020/2019, e demais legislações aplicáveis, considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público, após a regular realização do Processo Seletivo Simplificado – PSS, regido pelo Edital nº 02/2025, da Secretaria Municipal de Educação, destinado à contratação temporária de docentes, profissionais de suporte pedagógico direto e demais profissionais da educação, bem como à formação de cadastro de reserva, considerando, ainda, o Decreto Municipal nº 09/2026, de 29 de janeiro de 2026, que homologou o resultado final do referido certame, e o disposto no art. 37 da Constituição Federal,

CONSIDERANDO a competência do Chefe do Poder Executivo Municipal para dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Pública, nos termos da Lei Orgânica Municipal e do art. 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a necessidade temporária de excepcional interesse público para assegurar a continuidade e a regularidade do serviço público educacional, especialmente no atendimento à rede municipal de ensino;

CONSIDERANDO a realização do Processo Seletivo Simplificado – PSS, regido pelo Edital nº 02/2025, da Secretaria Municipal de Educação, destinado à contratação temporária de docentes, profissionais de suporte pedagógico direto e demais profissionais da educação, bem como à formação de cadastro de reserva;

CONSIDERANDO a homologação do resultado final do Processo Seletivo Simplificado – PSS – Edital nº 02/2025, por meio do Decreto Municipal nº 09/2026, de 29 de janeiro de 2026;

CONSIDERANDO o pedido de licença sem vencimentos do servidor **THIAGO GUERRA MOREIRA**, portador do CPF: XXX.075.XXX-33;

CONSIDERANDO a ausência de comparecimento da candidata **VALDIRENE RAMOS DA SILVA ASSIS**, portadora do CPF: XXX.378.XXX-02:

CONSIDERANDO a necessidade de observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, previstos no art. 37 da Constituição Federal, bem como às normas que regem a contratação temporária no âmbito da Administração Pública Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam convocado para comprovação dos requisitos para contratação conforme item **8 - DAS CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO** do Edital n° 002/2025 - SME, o candidato abaixo listado:

I – Servente Escolar

Classificação	Inscrição	Nome	Tempo Função	Entrevista	Total
12º	128	MARIA IMACULADA ANACLETO FERREIRA	0	58	58,00

Art. 2º. O candidato acima identificado deverão protocolizar, no Setor de Pessoal da Prefeitura Municipal de Vieiras/MG, os seguintes documentos:
a) Certidão de nascimento ou casamento atualizada com data inferior a 60 dias;
b) CPF;
c) Carteira de Identidade;
d) Declaração de bens ou cópia do documento do bem;
e) Cartão de Cadastramento no PIS/PASEP (se tiver);
f) Exame Médico Admissional;
g) 02 (duas) fotografias 3x4;
h) Título de Eleitor e comprovante de certidão de quitação eleitoral;
i) Certificado de Reservista, se do sexo masculino;
j) Certidão Antecedentes Cível e Criminal;
k) Comprovante de endereço atualizado;
l) Carteira de vacinação;
m) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos, ou mais se for dependente;
n) Diploma, certificado ou Declaração de conclusão do curso correspondente à escolaridade exigida.
o) Declaração de que não infringe o art. 37, inciso XVI da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (acumulação de cargos e funções) e ainda, quanto aos proventos de aposentadoria, o disposto no art. 37 §10, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, com a redação dada pela Emenda Constitucional n° 20/1988.
§1°- Todos os documentos fotocopiados exigidos neste artigo deverão, obrigatoriamente, ser apresentados conjuntamente aos originais para conferência, no ato da entrega.
§2° - Os documentos serão entregues pelo candidato, consoante este específico ato de convocação, não sendo permitida ausência ou substituição de documentos por outros, mesmo que similares, cabendo ao candidato proceder a entrega completa e total dos documentos obrigatórios exigidos.
§3° - O(a) candidato(a) que deixar de comparecer no prazo máximo de 02(dois) dias, será preterido do direito de contratação, passando a constar da última vaga da lista dos classificados para fins de contratação.

Art. 3° - A contratação ocorrerá por tempo determinado, com fundamento no art. 37, inciso IX, da Constituição da República, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da Lei Municipal nº 1.020/2019, observados os requisitos legais, o prazo estabelecido e as condições previstas no respectivo instrumento convocatório.
§1° - A convocação para contratação será publicada no quadro de avisos nos termos da Lei 1.060/2021, de 22 de março de 2022, no diário oficial e no sítio eletrônico do município: https://www.vieiras.mg.gov.br.
§2° - Não correndo a contratação no prazo improrrogável de 02(dois) dias a contar da publicação deste instrumento, a possível contratação do candidato será considerada sem efeito, implicando no reconhecimento da desistência e renúncia quanto ao preenchimento, através de contrato, do cargo para o qual foi aprovado, reservando-se à administração o direito de convocar o próximo candidato.

Art. 4° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Vieiras/MG, 06 de Agosto de 2026.

RICARDO CELLES MAIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodolpho Olavo de Oliveira Pereira
Código Identificador:3FF3DC17

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIEIRAS
ERRATA AO DECRETO Nº 92/2026 DE 07 DE AGOSTO DE 2026.

ERRATA AO DECRETO Nº 92/2026 DE 07 DE AGOSTO DE 2026.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE VIEIRAS**, Estado de Minas Gerais, Ricardo Celles Maia, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, especialmente as que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, publica a presente Errata para retificar a publicação originalmente efetuada na Edição nº 4337, de 12 de agosto de 2026, através do Diário Oficial dos Municípios Mineiros- Associação Mineira de Municípios– AMM-MG, em 04/08/2026, para corrigir erro de digitação, portanto, faz nova publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Vieiras/MG, aos 18 dias do mês de agosto de 2026.

RICARDO CELLES MAIA
Prefeito Municipal de Vieiras

DECRETO Nº. 92/2026, DE 07 DE AGOSTO DE 2026.

"Dispõe sobre a convocação para contratação dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado (PSS), Edital 04/2026 SMAPG, Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão, para contratação temporária de profissional para a secretaria municipal de Saúde, e dá outras providencias".

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIEIRAS, Estado de Minas Gerais, **Ricardo Celles Maia**, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público, em observância à Constituição Federal de 1988, Lei Municipal Complementar 04/2015 e Lei Municipal nº 1.020/2019 e demais legislações aplicáveis para contratação temporária, e ainda considerando o Termo de

Compromisso celebrado no PA – 31.16.0145.0122617.2024-76, conforme as condições a seguir;

CONSIDERANDO a competência do Chefe do Poder Executivo Municipal para dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Pública, nos termos da Lei Orgânica Municipal e do art. 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a necessidade temporária de excepcional interesse público para assegurar a continuidade e a regularidade do serviço público essencial;

CONSIDERANDO a realização do Processo Seletivo Simplificado – PSS, regido pelo Edital nº 04/2026, da Secretaria Municipal de Administração Planejamento e Gestão, destinado à contratação temporária de profissional para a secretaria municipal de Saúde, bem como à formação de cadastro de reserva;

CONSIDERANDO a homologação do resultado final do Processo Seletivo Simplificado – PSS – Edital nº 04/2026, por meio do Decreto Municipal nº 83/2026, de 07 de Julho de 2026;

CONSIDERANDO a necessidade de observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, previstos no art. 37 da Constituição Federal, bem como às normas que regem a contratação temporária no âmbito da Administração Pública Municipal;

CONSIDERANDO a ausência de comparecimento da candidata Jeanny Kelly Aredes Rodrigues – Classificação 7º - cargo: Técnico de Enfermagem;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam convocados para comprovação dos requisitos para contratação conforme item **8 - DAS CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO** do Edital n° 004/2026 - SMAPG, os candidatos abaixo listados:

I – Cargo: Técnico de Enfermagem – UBS JUAREZ JOSE FERREIRA
Distrito de Santo Antônio do Glória

Classificação	Nº de Inscrição	Candidato	Nota final
8°	39	Raissa Ariane Ferreira	60,00

Art. 2º. O candidato acima identificado deverão protocolizar, no Setor de Pessoal da Prefeitura Municipal de Vieiras/MG, os seguintes documentos:

a) Certidão de nascimento ou casamento atualizada com data inferior a 60 dias;
b) CPF;
c) Carteira de Identidade;
d) Declaração de bens ou cópia do documento do bem;
e) Cartão de Cadastramento no PIS/PASEP (se tiver);
f) Exame Médico Admissional;
g) 02 (duas) fotografias 3x4;
h) Título de Eleitor e comprovante de certidão de quitação eleitoral;
i) Certificado de Reservista, se do sexo masculino;
j) Certidão Antecedentes Cível e Criminal;
k) Comprovante de endereço atualizado;
l) Carteira de vacinação;
m) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos, ou mais se for dependente;
n) Diploma, certificado ou Declaração de conclusão do curso correspondente à escolaridade exigida.
o) Declaração de que não infringe o art. 37, inciso XVI da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (acumulação de cargos e funções) e ainda, quanto aos proventos de aposentadoria, o disposto no art. 37 §10, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, com a redação dada pela Emenda Constitucional n° 20/1988.

§1°- Todos os documentos fotocopiados exigidos neste artigo deverão, obrigatoriamente, ser apresentados conjuntamente aos originais para conferência, no ato da entrega.
§2° - Os documentos serão entregues pelo candidato, consoante este específico ato de convocação, não sendo permitida ausência ou substituição de documentos por outros, mesmo que similares, cabendo ao candidato proceder a entrega completa e total dos documentos obrigatórios exigidos.
§3° - O(a) candidato(a) que deixar de comparecer no prazo máximo de 02(dois) dias, será preterido do direito de contratação, passando a constar da última vaga da lista dos classificados para fins de contratação.

Art. 3° - A contratação ocorrerá por tempo determinado, com fundamento no art. 37, inciso IX, da Constituição da República, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da Lei Municipal nº 1.020/2019, observados os requisitos legais, o prazo estabelecido e as condições previstas no respectivo instrumento convocatório.
§1° - A convocação para contratação será publicada no quadro de avisos nos termos da Lei 1.060/2021, de 22 de março de 2022, no diário oficial e no sítio eletrônico do município: https://www.vieiras.mg.gov.br.
§2° - Não correndo a contratação no prazo improrrogável de 03 (três) dias a contar da publicação deste instrumento, a possível contratação do candidato será considerada sem efeito, implicando no reconhecimento da desistência e renúncia quanto ao preenchimento, através de contrato, do cargo para o qual foi aprovado, reservando-se à administração o direito de convocar o próximo candidato.

Art. 4° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Vieiras/MG, 07 de agosto de 2026.

RICARDO CELLES MAIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodolpho Olavo de Oliveira Pereira
Código Identificador:A44F41AA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIEIRAS
ERRATA AO DECRETO Nº 93/2026 DE 10 DE AGOSTO DE 2026.

ERRATA AO DECRETO Nº 93/2026 DE 10 DE AGOSTO DE 2026.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE VIEIRAS**, Estado de Minas Gerais, Ricardo Celles Maia, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, especialmente as que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, publica a presente Errata para retificar a publicação originalmente efetuada na Edição nº 4337, de 12 de agosto de 2026, através do Diário Oficial dos Municípios Mineiros- Associação Mineira de Municípios– AMM-MG, em 04/08/2026, para corrigir erro de digitação, portanto, faz nova publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Vieiras/MG, aos 18 dias do mês de agosto de 2026.

RICARDO CELLES MAIA
Prefeito Municipal de Vieiras

DECRETO Nº. 93/2026, DE 10 DE AGOSTO DE 2026.

"Dispõe sobre a convocação para contratação dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado (PSS), Edital 02/2025 SME, para contratação temporária de docentes, suporte pedagógico direto, demais profissionais da educação e a formação de cadastro de reserva, e dá outras providencias".

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIEIRAS, Estado de Minas Gerais, **Ricardo Celles Maia**, no uso das atribuições que lhe são

conferidas pela Lei Orgânica Municipal, pelo Estatuto dos Servidores do Município, instituído pela Lei Municipal nº 37/1956, pela Lei Federal nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), pela Lei Complementar Municipal nº 13/2020, pelas Leis Municipais nº 1.078/2021 e nº 1.020/2019, e demais legislações aplicáveis, considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público, após a regular realização do Processo Seletivo Simplificado – PSS, regido pelo Edital nº 02/2025, da Secretaria Municipal de Educação, destinado à contratação temporária de docentes, profissionais de suporte pedagógico direto e demais profissionais da educação, bem como à formação de cadastro de reserva, considerando, ainda, o Decreto Municipal nº 09/2026, de 29 de janeiro de 2026, que homologou o resultado final do referido certame, e o disposto no art. 37 da Constituição Federal,

CONSIDERANDO a competência do Chefe do Poder Executivo Municipal para dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Pública, nos termos da Lei Orgânica Municipal e do art. 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a necessidade temporária de excepcional interesse público para assegurar a continuidade e a regularidade do serviço público educacional, especialmente no atendimento à rede municipal de ensino;

CONSIDERANDO a realização do Processo Seletivo Simplificado – PSS, regido pelo Edital nº 02/2025, da Secretaria Municipal de Educação, destinado à contratação temporária de docentes, profissionais de suporte pedagógico direto e demais profissionais da educação, bem como à formação de cadastro de reserva;

CONSIDERANDO a homologação do resultado final do Processo Seletivo Simplificado – PSS – Edital nº 02/2025, por meio do Decreto Municipal nº 09/2026, de 29 de janeiro de 2026;

CONSIDERANDO o pedido de licença sem vencimentos do servidor **THIAGO GUERRA MOREIRA**, portador do CPF: XXX.075.XXX-33;

CONSIDERANDO a ausência de comparecimento da candidata **MARIA IMACULADA ANACLETO FERREIRA**, portadora do CPF: XXX.445.XXX-95;

CONSIDERANDO a necessidade de observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, previstos no art. 37 da Constituição Federal, bem como às normas que regem a contratação temporária no âmbito da Administração Pública Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam convocado para comprovação dos requisitos para contratação conforme item **8 - DAS CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO** do Edital n° 002/2025 - SME, o candidato abaixo listado:

I – Servente Escolar

Classificação	Inscrição	Nome	Tempo deFunção	Entrevista	Total
13º	134	ROSEMERE DOS SANTOS MARTINS	0	57	57,00

Art. 2º. O candidato acima identificado deverão protocolizar, no Setor de Pessoal da Prefeitura Municipal de Vieiras/MG, os seguintes documentos:
a) Certidão de nascimento ou casamento atualizada com data inferior a 60 dias;
b) CPF;
c) Carteira de Identidade;
d) Declaração de bens ou cópia do documento do bem;
e) Cartão de Cadastramento no PIS/PASEP (se tiver);
f) Exame Médico Admissional;
g) 02 (duas) fotografias 3x4;
h) Título de Eleitor e comprovante de certidão de quitação eleitoral;
i) Certificado de Reservista, se do sexo masculino;
j) Certidão Antecedentes Cível e Criminal;
k) Comprovante de endereço atualizado;
l) Carteira de vacinação;
m) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos, ou mais se for dependente;
n) Diploma, certificado ou Declaração de conclusão do curso correspondente à escolaridade exigida.
o) Declaração de que não infringe o art. 37, inciso XVI da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (acumulação de cargos e funções) e ainda, quanto aos proventos de aposentadoria, o disposto no art. 37 §10, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, com a redação dada pela Emenda Constitucional n° 20/1988.
§1°- Todos os documentos fotocopiados exigidos neste artigo deverão, obrigatoriamente, ser apresentados conjuntamente aos originais para conferência, no ato da entrega.
§2° - Os documentos serão entregues pelo candidato, consoante este específico ato de convocação, não sendo permitida ausência ou substituição de documentos por outros, mesmo que similares, cabendo ao candidato proceder a entrega completa e total dos documentos obrigatórios exigidos.
§3° - O(a) candidato(a) que deixar de comparecer no prazo máximo de 02(dois) dias, será preterido do direito de contratação, passando a constar da última vaga da lista dos classificados para fins de contratação.

Art. 3° - A contratação ocorrerá por tempo determinado, com fundamento no art. 37, inciso IX, da Constituição da República, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da Lei Municipal nº 1.020/2019, observados os requisitos legais, o prazo estabelecido e as condições previstas no respectivo instrumento convocatório.
§1° - A convocação para contratação será publicada no quadro de avisos nos termos da Lei 1.060/2021, de 22 de março de 2022, no diário oficial e no sítio eletrônico do município: https://www.vieiras.mg.gov.br.
§2° - Não correndo a contratação no prazo improrrogável de 02(dois) dias a contar da publicação deste instrumento, a possível contratação do candidato será considerada sem efeito, implicando no reconhecimento da desistência e renúncia quanto ao preenchimento, através de contrato, do cargo para o qual foi aprovado, reservando-se à administração o direito de convocar o próximo candidato.

Art. 4° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Vieiras/MG, 10 de Agosto de 2026.

RICARDO CELLES MAIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodolpho Olavo de Oliveira Pereira
Código Identificador:E0CFB6FB

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIEIRAS
ERRATA AO DECRETO Nº 94/2026 DE 11 DE AGOSTO DE 2026.

ERRATA AO DECRETO Nº 94/2026 DE 11 DE AGOSTO DE 2026.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE VIEIRAS**, Estado de Minas Gerais, Ricardo Celles Maia, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, especialmente as que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, publica a presente Errata para retificar a publicação originalmente efetuada na Edição nº 4337, de 12 de agosto de 2026, através do Diário Oficial dos Municípios Mineiros- Associação Mineira de Municípios– AMM-MG, em 04/08/2026, para corrigir erro de digitação, portanto, faz nova publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Vieiras/MG, aos 18 dias do mês de agosto de 2026.

RICARDO CELLES MAIA
Prefeito Municipal de Vieiras

DECRETO Nº. 91/2026, DE 11 DE AGOSTO DE 2026.

"Dispõe sobre a convocação para contratação dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado (PSS), Edital 02/2025 SME, para contratação temporária de docentes, suporte pedagógico direto, demais profissionais da educação e a formação de cadastro de reserva, e dá outras providencias".

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIEIRAS, Estado de Minas Gerais, **Ricardo Celles Maia**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, pelo Estatuto dos Servidores do Município, instituído pela Lei Municipal nº 37/1956, pela Lei Federal nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), pela Lei Complementar Municipal nº 13/2020, pelas Leis Municipais nº 1.078/2021 e nº 1.020/2019, e demais legislações aplicáveis, considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público, após a regular realização do Processo Seletivo Simplificado – PSS, regido pelo Edital nº 02/2025, da Secretaria Municipal de Educação, destinado à contratação temporária de docentes, profissionais de suporte pedagógico direto e demais profissionais da educação, bem como à formação de cadastro de reserva, considerando, ainda, o Decreto Municipal nº 09/2026, de 29 de janeiro de 2026, que homologou o resultado final do referido certame, e o disposto no art. 37 da Constituição Federal,

CONSIDERANDO a competência do Chefe do Poder Executivo Municipal para dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Pública, nos termos da Lei Orgânica Municipal e do art. 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a necessidade temporária de excepcional interesse público para assegurar a continuidade e a regularidade do serviço público educacional, especialmente no atendimento à rede municipal de ensino;

CONSIDERANDO a realização do Processo Seletivo Simplificado – PSS, regido pelo Edital nº 02/2025, da Secretaria Municipal de Educação, destinado à contratação temporária de docentes, profissionais de suporte pedagógico direto e demais profissionais da educação, bem como à formação de cadastro de reserva;

CONSIDERANDO a homologação do resultado final do Processo Seletivo Simplificado – PSS – Edital nº 02/2025, por meio do Decreto Municipal nº 09/2026, de 29 de janeiro de 2026;

CONSIDERANDO o pedido de licença sem vencimentos do servidor **THIAGO GUERRA MOREIRA**, portador do CPF: XXX.075.XXX-33;

CONSIDERANDO o pedido de desistência da candidata **ROSIMERE DOS SANTOS MARTINS**, portadora do CPF: XXX.814.XXX-84;

CONSIDERANDO a necessidade de observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, previstos no art. 37 da Constituição Federal, bem como às normas que regem a contratação temporária no âmbito da Administração Pública Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam convocado para comprovação dos requisitos para contratação conforme item **8 - DAS CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO** do Edital n° 002/2025 - SME, o candidato abaixo listado:

I – Servente Escolar

Classificação	Inscrição	Nome	Tempo Função	Entrevista	Total
14º	09	LARA FABIA ROSA CANGUSSU	0	56	56,00

Art. 2º. O candidato acima identificado deverão protocolizar, no Setor de Pessoal da Prefeitura Municipal de Vieiras/MG, os seguintes documentos:
a) Certidão de nascimento ou casamento atualizada com data inferior a 60 dias;
b) CPF;
c) Carteira de Identidade;
d) Declaração de bens ou cópia do documento do bem;
e) Cartão de Cadastramento no PIS/PASEP (se tiver);
f) Exame Médico Admissional;
g) 02 (duas) fotografias 3x4;
h) Título de Eleitor e comprovante de certidão de quitação eleitoral;
i) Certificado de Reservista, se do sexo masculino;
j) Certidão Antecedentes Cível e Criminal;
k) Comprovante de endereço atualizado;
l) Carteira de vacinação;
m) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos, ou mais se for dependente;
n) Diploma, certificado ou Declaração de conclusão do curso correspondente à escolaridade exigida.
o) Declaração de que não infringe o art. 37, inciso XVI da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (acumulação de cargos e funções) e ainda, quanto aos proventos de aposentadoria, o disposto no art. 37 §10, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, com a redação dada pela Emenda Constitucional n° 20/1988.
§1°- Todos os documentos fotocopiados exigidos neste artigo deverão, obrigatoriamente, ser apresentados conjuntamente aos originais para conferência, no ato da entrega.
§2° - Os documentos serão entregues pelo candidato, consoante este específico ato de convocação, não sendo permitida ausência ou substituição de documentos por outros, mesmo que similares, cabendo ao candidato proceder a entrega completa e total dos documentos obrigatórios exigidos.
§3° - O(a) candidato(a) que deixar de comparecer no prazo máximo de 02(dois) dias, será preterido do direito de contratação, passando a constar da última vaga da lista dos classificados para fins de contratação.

Art. 3° - A contratação ocorrerá por tempo determinado, com fundamento no art. 37, inciso IX, da Constituição da República, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da Lei Municipal nº 1.020/2019, observados os requisitos legais, o prazo estabelecido e as condições previstas no respectivo instrumento convocatório.
§1° - A convocação para contratação será publicada no quadro de avisos nos termos da Lei 1.060/2021, de 22 de março de 2022, no diário oficial e no sítio eletrônico do município: https://www.vieiras.mg.gov.br.
§2° - Não correndo a contratação no prazo improrrogável de 02(dois) dias a contar da publicação deste instrumento, a possível contratação do candidato será considerada sem efeito, implicando no reconhecimento da desistência e renúncia quanto ao preenchimento, através de contrato, do cargo para o qual foi aprovado, reservando-se à administração o direito de convocar o próximo candidato.

Art. 4° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Vieiras/MG, 11 de Agosto de 2026.

RICARDO CELLES MAIA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 94/2026, DE 11 DE AGOSTO DE 2026.

"Dispõe sobre a convocação para contratação dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado (PSS), Edital 02/2025 SME, para contratação temporária de docentes, suporte pedagógico direto, demais profissionais da educação e a formação de cadastro de reserva, e dá outras providencias".

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIEIRAS, Estado de Minas Gerais, **Ricardo Celles Maia**, no uso das atribuições que lhe são

conferidas pela Lei Orgânica Municipal, pelo Estatuto dos Servidores do Município, instituído pela Lei Municipal nº 37/1956, pela Lei Federal nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), pela Lei Complementar Municipal nº 13/2020, pelas Leis Municipais nº 1.078/2021 e nº 1.020/2019, e demais legislações aplicáveis, considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público, após a regular realização do Processo Seletivo Simplificado – PSS, regido pelo Edital nº 02/2025, da Secretaria Municipal de Educação, destinado à contratação temporária de docentes, profissionais de suporte pedagógico direto e demais profissionais da educação, bem como à formação de cadastro de reserva, considerando, ainda, o Decreto Municipal nº 09/2026, de 29 de janeiro de 2026, que homologou o resultado final do referido certame, e o disposto no art. 37 da Constituição Federal,

CONSIDERANDO a competência do Chefe do Poder Executivo Municipal para dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Pública, nos termos da Lei Orgânica Municipal e do art. 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a necessidade temporária de excepcional interesse público para assegurar a continuidade e a regularidade do serviço público educacional, especialmente no atendimento à rede municipal de ensino;

CONSIDERANDO a realização do Processo Seletivo Simplificado – PSS, regido pelo Edital nº 02/2025, da Secretaria Municipal de Educação, destinado à contratação temporária de docentes, profissionais de suporte pedagógico direto e demais profissionais da educação, bem como à formação de cadastro de reserva;

CONSIDERANDO a homologação do resultado final do Processo Seletivo Simplificado – PSS – Edital nº 02/2025, por meio do Decreto Municipal nº 09/2026, de 29 de janeiro de 2026;

CONSIDERANDO o pedido de licença sem vencimentos do servidor **THIAGO GUERRA MOREIRA**, portador do CPF: XXX.075.XXX-33;

CONSIDERANDO o pedido de desistência da candidata **ROSIMERE DOS SANTOS MARTINS**, portadora do CPF: XXX.814.XXX-84;

CONSIDERANDO a necessidade de observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, previstos no art. 37 da Constituição Federal, bem como às normas que regem a contratação temporária no âmbito da Administração Pública Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam convocado para comprovação dos requisitos para contratação conforme item **8 - DAS CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO** do Edital n° 002/2025 - SME, o candidato abaixo listado:

I – Servente Escolar

Classificação	Inscrição	Nome	Tempo Função	Entrevista	Total
14º	09	LARA FABIA ROSA CANGUSSU	0	56	56,00

Art. 2º. O candidato acima identificado deverão protocolizar, no Setor de Pessoal da Prefeitura Municipal de Vieiras/MG, os seguintes documentos:
a) Certidão de nascimento ou casamento atualizada com data inferior a 60 dias;
b) CPF;
c) Carteira de Identidade;
d) Declaração de bens ou cópia do documento do bem;
e) Cartão de Cadastramento no PIS/PASEP (se tiver);
f) Exame Médico Admissional;
g) 02 (duas) fotografias 3x4;
h) Título de Eleitor e comprovante de certidão de quitação eleitoral;
i) Certificado de Reservista, se do sexo masculino;
j) Certidão Antecedentes Cível e Criminal;
k) Comprovante de endereço atualizado;
l) Carteira de vacinação;
m) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos, ou mais se for dependente;
n) Diploma, certificado ou Declaração de conclusão do curso correspondente à escolaridade exigida.
o) Declaração de que não infringe o art. 37, inciso XVI da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (acumulação de cargos e funções) e ainda, quanto aos proventos de aposentadoria, o disposto no art. 37 §10, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, com a redação dada pela Emenda Constitucional n° 20/1988.
§1°- Todos os documentos fotocopiados exigidos neste artigo deverão, obrigatoriamente, ser apresentados conjuntamente aos originais para conferência, no ato da entrega.
§2° - Os documentos serão entregues pelo candidato, consoante este específico ato de convocação, não sendo permitida ausência ou substituição de documentos por outros, mesmo que similares, cabendo ao candidato proceder a entrega completa e total dos documentos obrigatórios exigidos.
§3° - O(a) candidato(a) que deixar de comparecer no prazo máximo de 02(dois) dias, será preterido do direito de contratação, passando a constar da última vaga da lista dos classificados para fins de contratação.

Art. 3° - A contratação ocorrerá por tempo determinado, com fundamento no art. 37, inciso IX, da Constituição da República, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da Lei Municipal nº 1.020/2019, observados os requisitos legais, o prazo estabelecido e as condições previstas no respectivo instrumento convocatório.
§1° - A convocação para contratação será publicada no quadro de avisos nos termos da Lei 1.060/2021, de 22 de março de 2022, no diário oficial e no sítio eletrônico do município: https://www.vieiras.mg.gov.br.
§2° - Não correndo a contratação no prazo improrrogável de 02(dois) dias a contar da publicação deste instrumento, a possível contratação do candidato será considerada sem efeito, implicando no reconhecimento da desistência e renúncia quanto ao preenchimento, através de contrato, do cargo para o qual foi aprovado, reservando-se à administração o direito de convocar o próximo candidato.

Art. 4° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Vieiras/MG, 11 de Agosto de 2026.

RICARDO CELLES MAIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodolpho Olavo de Oliveira Pereira
Código Identificador:F0C16063

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

Nos termos dos artigos 75, I da Lei nº 14.133/2021, ratifico o **Processo Licitatório nº 130/2026 – Dispensa nº 052/2026**, para prestação de serviço especializado com aquisição de peças especificas para o atendimento da segunda revisão de garantia em veículo tipo Fiat Argo placa TYY6J65, a empresa **MOTAUTO MOTA AUTOMOVEIS LTDA, CNPJ n° 18.996.637/0001-45**, no valor total de R$ 1.921,34 (um mil, novecentos e vinte e um reais e trinta e quatro centavos).

Visconde do Rio Branco, 26 de agosto de 2026.

LUIZ FÁBIO ANTONUCCI FILHO -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Luziane Aparecida Vieira
Código Identificador:27AFDC14

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
TERMO DE REAJUSTE

TERMO DE REAJUSTE 02 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 046/2024 - PROCESSO Nº 087/2024 – PREGÃO N° 026/2024 – CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO – CONTRATADO: RESTAURANTE CANTINHO DA LENINHA LTDA - OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo reajustar os valores da Ata de Registro de preços nº **046/2024**, cujo objeto é a seleção de empresa especializada no ramo, visando a aquisição de refeições prontas (MARMITAS), Refrigerantes e Sucos para consumo dos Servidores/Usuários do Município. **Data: 23/08/2026 - Vigência: 20/10/2026.**

LUIZ FÁBIO ANTONUCCI –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Dandara Aguiar Ferreira
Código Identificador:F384285B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNIIPAL DE SÃO TIAGO

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROC. 123/2026 - INEXIGIBILIDADE 050/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TIAGO-MG, AUTORIZAÇÃO DO PROC. 123/2026 – INEXIGIBILIDADE 050/2026. Obj.: Contratação da empresa **DIAS DE TRUTA PRODUÇÃO MUSICAL LTDA**, **CNPJ: 27.122.250/0001-50**, para prestação de serviços de apresentação artística da banda "**DIAS DE TRUTA**" na realização da "**XXVI Festa do Café com Biscoito**" no Município de São Tiago/MG. Fund. Legal: Art. 74, inciso II da Lei 14.133/21. Valor total: R$9.000,00. Decl. de Inexigibilidade: em 26/08/2026, por Laura V. Vivas, Proc. Jurídica. Autorização de Inexigibilidade: em 26/08/2026, por Alexandre N. A. Vivas, Pref. Municipal. São Tiago, 26/08/2026.

Publicado por:
Imaculada Maria de Almeida Morais
Código Identificador:E17C8789

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROC. 124/2026 - INEXIGIBILIDADE 051/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TIAGO-MG, AUTORIZAÇÃO DO PROC. 124/2026 – INEXIGIBILIDADE 051/2026. Obj.: Contratação da empresa **JOSÉ FLÁVIO RIBEIRO, CNPJ: 17.410.059/0001-50**, para prestação de serviços de apresentação artística da banda "**MAGNATAS SHOW**" na realização da "**XXVI Festa do Café com Biscoito**" no Município de São Tiago/MG. Fund. Legal: Art. 74, inciso II da Lei 14.133/21. Valor total: R$7.100,00. Decl. de Inexigibilidade: em 26/08/2026, por Laura V. Vivas, Proc. Jurídica. Autorização de Inexigibilidade: em 26/08/2026, por Alexandre N. A. Vivas, Pref. Municipal.

São Tiago, 26/08/2026.

Publicado por:
Imaculada Maria de Almeida Morais
Código Identificador:6A589C81

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROC. 125/2026 - INEXIGIBILIDADE 052/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TIAGO-MG, AUTORIZAÇÃO DO PROC. 125/2026 – INEXIGIBILIDADE 052/2026. Obj.: Contratação da empresa **DEIVID DE FREITAS ALCANTARA, CNPJ: 21.044.583/0001-22**, para prestação de serviços de apresentação artística "**MÁGICO DEIVID**" na realização da "**XXVI Festa do Café com Biscoito**" no Município de São Tiago/MG. Fund. Legal: Art. 74, inciso II da Lei 14.133/21. Valor total: R$3.850,00. Decl. de Inexigibilidade: em 26/08/2026, por Laura V. Vivas, Proc. Jurídica. Autorização de Inexigibilidade: em 26/08/2026, por Alexandre N. A. Vivas, Pref. Municipal.

São Tiago, 26/08/2026.

Publicado por:
Imaculada Maria de Almeida Morais
Código Identificador:15516EA1

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROC. 126/2026 - INEXIGIBILIDADE 053/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TIAGO-MG, AUTORIZAÇÃO DO PROC. 126/2026 – INEXIGIBILIDADE 053/2026. Obj.: Contratação da empresa **PORTAL EDITORA LTDA, CNPJ: 20.382.031/0001-61**, para prestação de serviços de apresentação artística da banda "**B2 REGIONAL**" na realização da "**XXVI Festa do Café com Biscoito**" no Município de São Tiago/MG. Fund. Legal: Art. 74, inciso II da Lei 14.133/21. Valor total: R$10.000,00. Decl. de Inexigibilidade: em 26/08/2026, por Laura V. Vivas, Proc. Jurídica. Autorização de Inexigibilidade: em 26/08/2026, por Alexandre N. A. Vivas, Pref. Municipal.

São Tiago, 26/08/2026.

Publicado por:
Imaculada Maria de Almeida Morais
Código Identificador:E573B4BF

ESTADO DE MINAS GERAIS
SAAE DE ITAGUARA/MG

SAAE DE ITAGUARA/MG
2º APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 012/2024

SAAE de Itaguara torna pública o 2º apostilamento ao contrato nº 012/2024 .Objeto: Somente para fins de mudança do fiscal do contrato, função que doravante será exercida pelo servidor **Jean Marcos Vilaça**.

FELIPE DE OLIVEIRA CUNHA
Diretor do SAAE

Publicado por:
Ana Paula Aparecida de Andrade
Código Identificador:3C02FACA

SAAE DE ITAGUARA/MG
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 20/2026

SAAE de Itaguara Torna pública o contrato referente ao processo licitatório 025/2026. Objeto: objeto é a **aquisição de artefatos de concreto armado**, destinado a atender às necessidades do SAAE.
Contratada: SIMONE CRABI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA-**CNPJ:** 13.312.892/0001-08
VIGÊNCIA: 26/08/2026 a 25/08/2027

FELIPE DE OLIVEIRA SOUZA
Diretor do SAAE

Publicado por:
Ana Paula Aparecida de Andrade
Código Identificador:3753B313

SAAE DE ITAGUARA/MG
EDITAL DE LICITAÇÃO 28/2026

SAAE de Itaguara torna publico Pregão Presencial Registro de preço para futura aquisição de reagentes e vidrarias utilizados no sistema de tratamento de água. -Sessão 16/09/2026 as 9hs

Edital completo no site: www.saaeitaguara.com.br ou saaeitaguaralicitacao@gmail.com

FELIPE DE OLIVEIRA CUNHA -
Diretor

Publicado por:
Ana Paula Aparecida de Andrade
Código Identificador:3D9814C9

SAAE DE ITAGUARA/MG
HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0025/2026

SAAE de ITAGUARA Torna pública a homologação do Processo Licitatório nº 0025/2026, cujo objeto é a **aquisição de artefatos de concreto armado**, destinado a atender às necessidades do SAAE.
Empresa vencedora: SIMONE CRABI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA-**CNPJ:** 13.312.892/0001-08

FELIPE DE OLIVEIRA CUNHA
Diretor do SAAE

Publicado por:
Ana Paula Aparecida de Andrade
Código Identificador:831F271A

ESTADO DE MINAS GERAIS
SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PIRAPORA

SAAE PIRAPORA-MG
I RETIFICAÇÃO - AVISO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026
PROCESSOLICITATÓRIO Nº 48/2026

Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Pirapora-MG. Pregão Eletrônico nº 16/2026 – Processo Licitatório nº 48/2026 – com critério de julgamento do "menor preço item" com o objetivo de proporcionar maior competitividade. **Licitação Mista: Cota para ME/EPP e Ampla Concorrência**. A presente licitação será regida pela Lei Federalnº14.133/2021, de 01/04/2021, legislações pertinentes, e demais condições fixadas no instrumento convocatório. Objeto: **Registro de preços para futura e eventual aquisição de tubos PEAD DN/DI 1000 e DN/DI 600 para expansão do sistema de drenagem urbana referente aos itens declarados fracassados no Pregão Eletrônico nº 11/2026.** Insertas cotas para ME/EPP. **Nova data da abertura: 09/09/2026 às 9h**, sítio eletrônico: www.licitardigital.com.br - https://licitar.digital/, **ID: 110917.** Referência de tempo: as referências de horários, nos instrumentos convocatórios e durante a sessão pública virtual, observarão o fuso horário oficial de Brasília-DF, o qual será registrado no sistema Licitar Digital e na documentação pertinente. O edital na íntegra e as informações complementares à licitação encontram-se à disposição dos interessados no endereço: av. Salmeron, nº 255 – Centro, CEP.:39.270-068, na cidade de Pirapora-MG, telefone (38) 3741-1530, no site www.saaepirapora.com.br ouwww.licitardigital.com.br ou https://licitar.digital/ ouhttps://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1

Pirapora/MG., 26 de agosto de 2026.

CARLOS EDUARDO ANTUNES DE CASTRO
Pregoeiro

PATRICK CLÁUDIO NASCIMENTO VALIM
Diretor Geral do SAAE/ Pirapora-MG.

Publicado por:
Cristiano Ribeiro da Silva
Código Identificador:4B2D260B

ESTADO DE MINAS GERAIS
SERVÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE IGUATAMA

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE IGUATAMA - SAAE
RATIFICAÇÃO CAFÉ,LEITE , AÇUCAR

RATIFICAÇÃO
O Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Iguatama/MG torna pública a **RATIFICAÇÃO** do Processo Administrativo de Contratação Direta, cujo objeto é a aquisição de café, açúcar e leite, destinados ao atendimento das necessidades administrativas e operacionais do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE de Iguatama/MG.Ratifico a contratação da empresa Supermercado Iguasuper ltda, inscrita no CNPJ nº 03.553.855/0001-38, pelo valor global de R$ 3.686,94 (três mil seiscentos e oitenta e seis reais e noventa e quatro centavos).A presente contratação possui amparo legal no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, observados os requisitos legais aplicáveis à contratação direta e a regular instrução do processo administrativo.

Iguatama/MG, 26 de agosto de 2026.

Publicado por:
Isabelle Khristine Aparecida Peixoto Silva
Código Identificador:6554D4CA

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE IGUATAMA - SAAE
RATIFICAÇÃO CAMINHONETE

RATIFICAÇÃO – O Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Iguatama- MG, torna pública a **RATIFICAÇÃO** do **Processo licitatório modalidade Compra Direta** , que por objeto **AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DO VEICULO CAMINHONETE FIAT STRADA PLACA QXJ-7418 DA FROTA DO SAAE**, **Ratifico a contratação das empresas SPACECAR AUTO PEÇAS E SERVIÇOS LTDA** inscrita no **CNPJ Nº 22.184.699/0001-20** com o valor global de **R$ 955,00 (novecentos e cinquenta e cinco reais)**. A presente contratação possui amparo legal no artigo 75 paragrafo 7° da Lei 14.133/2021.

Iguatama/MG, 26 de agosto de 2026 –

EDNEI LOPES CAMARGOS -
Diretor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Iguatama- MG.

Publicado por:
Isabelle Khristine Aparecida Peixoto Silva
Código Identificador:8549C22E

ESTADO DE MINAS GERAIS
SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE CAMBUÍ

LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA

EXTRATO DE ATA

O **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CAMBUÍ**, Estado de Minas Gerais, inscrito no CNPJ sob o nº 00.460.408/0001-46, através de seu Diretor interino Sr. Victor Marques Martins, torna público o extrato de contrato, em conformidade com o artigo 54 da Lei Federal nº 14.133/2021.
Processo Licitatório nº 043/2026 – pregão ELETRÔNICO Nº 026/2026
Objeto: Registro de Preços para fornecimento de equipamentos de informática destinados à modernização e melhoria do desempenho operacional e administrativo do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) de Cambuí/MG, conforme especificações e quantidades constantes no Anexo I – Termo de Referência do presente edital**.**
ATA Nº 059/2026 - CONTRATADA: LICITAINFO LTDA, inscrita no CNPJ: 52.277.278/0001-04.
No valor total estimado de R$ 9.540,00 (Nove mil, quinhentos e quarenta reais).
Assinatura do Contrato: 26/08/2026.

Vigência: 24/08/2026 até 23/08/2027.

Cambuí-MG, 26 de agosto de 2026

VICTOR MARQUES MARTINS
Diretor interino do SAAE

Publicado por:
Daniele Magalhães
Código Identificador:CA161BC8

ESTADO DE MINAS GERAIS
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PASSOS

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PASSOS EXTRATO - 4º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA SUB-BACIA HIDROGRÁFICA DO RIBEIRÃO BOCAINA.

O **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO (SAAE) DE DE PASSOS**, Minas Gerais, Autarquia municipal com sede administrativa na Avenida José Caetano de Andrade, n.º 760, Bairro Muarama, inscrito no CNPJ n.º 23.278.690/0001-40, representado neste ato por seu Diretor-Geral, sr. Esmeraldo Pereira Santos, e o **ROTARY CLUBE DE PASSOS**, pessoa jurídica de direito civil, sem fins lucrativos, sediado na Av. Dr. Breno Soares Maia, n.º 459, inscrito no CNPJ sob o n.º 19.828.870/0001-81, representado neste ato por sua Presidente, sra. Wilsonia Pimenta Lemos de Carvalho, **resolvem firmar o presente termo aditivo ao convênio celebrado em 12 de fevereiro de 2021,** observados os preceitos da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA
O convênio original passa a ter seu prazo prorrogado por **mais 12 (doze) meses**, a partir da data de assinatura.

CLÁUSULA SEGUNDA
Permanecem em vigor as demais cláusulas do convênio original, sendo a rubrica orçamentária para este exercício a de número 17.541.0046.60004-33.90.39-100 e a correspondente no exercício seguinte.

CLÁUSULA TERCEIRA
A execução do convênio deverá ser acompanhada e fiscalizada respectivamente pelo(a):
Fiscal: **Gabriel Silva Cardoso** – Gerente Administrativo – Matricula 1270

Gestora: **Tania Cristiana Teles** – Gerente de Meio Ambiente – Matrícula 1274

Compete ao Fiscal e à Gestora as atribuições definidas Na Lei n.º 8.666/1.993 e no Decreto Municipal n.º 1.237/2.023.

Passo/ MG, de 24 de agosto de 2026.

ESMERALDO PEREIRA SANTOS
Diretor-Geral do SAAE Passos/MG
Mat.823

WILSONIA PIMENTA LEMOS DE CARVALHO
Presidente do Rotary de Passos

Publicado por:
Stephanie Lobato Xavier
Código Identificador:442F3600

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PASSOS PORTARIA N.º 068, DE 25 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a revogação da Portaria n.º 092/2025 e a atualização da nomeação permanente de Agentes de Contratação, Pregoeiro, Equipe de Apoio e Comissão de Contratação para os processos de licitação da Autarquia.

O Diretor do SAAE, Sr. Esmeraldo Pereira Santos no uso das atribuições legais que lhe confere o Decreto Municipal que o nomeou como Diretor-Geral do SAAE, n.º 016, de 05 de janeiro de 2021, conjugado com o disposto nas Leis Municipais n.º 3.816/2022 e n.º 4.248/2025 que dispõem sobre a Estrutura Organizacional e Administrativa do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE Passos/MG;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Portaria n.º 092, de 15 de dezembro de 2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros no dia 17/12/2025, Edição 4173.

Art. 2º Designar os servidores abaixo relacionados para atuarem na função de **Pregoeiro**, nos processos de licitação na modalidade pregão:
I - Rosa Cornélia Machado Baldini, matrícula 159, inscrita no CPF sob o n.º ***.834.816-**;

II - Alessandro Marinho, matrícula 1000, inscrito no CPF sob o n.º ***.273.596-**;
Substituta: **Bruna Evelyn Ribeiro Silva**, matrícula 1478, inscrita no CPF sob o n.º ***.964.468-**.
Art. 3º Designar os servidores abaixo relacionados para atuarem como **Agentes de Contratação**, no estrito uso de suas atribuições legais para tomar decisões, acompanhar o trâmite, dar impulso especificamente aos procedimentos licitatórios de contratação direta, englobando a dispensa de licitação e a inexigibilidade de licitação, e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação:

I - Thiago Silva Proença Freitas, matrícula 1441, inscrito no CPF sob o n.º ***.213.546-**;
II - Substituto: **Ricardo de Paula Silva**, matrícula 1394, inscrito no CPF sob o n.º ***.927.416-**.

Art. 4º Designar os servidores abaixo relacionados para atuarem como **Agentes de Contratação**, no estrito uso de suas atribuições legais para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório nas modalidades de licitação por concorrência e concurso, e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação:

I - Rosa Cornélia Machado Baldini, matrícula 159, inscrita no CPF sob o n.º ***.834.816-**;

II - Substituto: **Alessandro Marinho**, matrícula 1000, inscrito no CPF sob o n.º ***.273.596-**.

Art. 5º Designar os servidores abaixo relacionados para comporem a **Comissão Permanente de Contratação ou Licitação** que atuará no estrito uso de suas atribuições substituindo o Agente de Contratação quando a licitação envolver a contratação de bens ou serviços especiais, na condução de licitação na modalidade diálogo competitivo e nos procedimentos auxiliares previstos no art. 78 da Lei n.º 14.133/2021:

I - João Vitor Alonso dos Santos, matricula 1388, inscrito no CPF sob o n.º ***.441.726-**;

II - Vânia de Oliveira Borges, matrícula 1453, inscrita no CPF sob o n.º ***.431.208-**;

III - Bianca Aparecida da Silva, matrícula 1380, inscrita no CPF sob o n.º ***.163.796-**;

IV - Substituto: **Rogério Gonçalves da Silva**, matrícula 1464, inscrito no CPF sob o n.º ***.898.946-**;

V - Substituto: **Juan Pablo Barbosa Bandeira**, matrícula 1482, inscrito no CPF sob o n.º ***.304.416-**,

VI - Substituto: **Henrique Junior Cunha Silva**, matrícula 1443, inscrito no CPF sob o n.º ***.187.886-**.

Art. 6º Designar os servidores abaixo relacionados para comporem a **Equipe de Apoio** que atuará no estrito uso de suas atribuições legais para auxiliar o Pregoeiro e Agente de Contratação ou a Comissão de Contratação nas etapas do processo licitatório:
I - Rogério Gonçalves da Silva, matrícula 1464, inscrito no CPF sob o n.º ***.898.946-**;
II - Juan Pablo Barbosa Bandeira, matrícula 1482, inscrito no CPF sob o n.º ***.304.416-**;
III - Henrique Junior Cunha Silva, matrícula 1443, inscrito no CPF sob o n.º ***.187.886-**;
IV - Substituta: **Mariele Corrêa dos Reis Maia**, matrícula 1422, inscrita no CPF sob o n.º ***.938.266-**;

V - Substituto: **João Vitor Alonso dos Santos**, matricula 1388, inscrito no CPF sob o n.º ***.441.726-**;

VI - Substituta: **Vânia de Oliveira Borges**, matrícula 1453, inscrita no CPF sob o n.º ***.431.208-**.

Art. 7º As atribuições do Agente de Contratação, do Pregoeiro, da Comissão de Contratação e da Equipe de Apoio estão definidas na Lei Federal n.º 14.133/2021 e no Decreto Municipal n.º 1.237/2023, sendo responsabilidade dos mencionados tomarem ciência de suas obrigações e deveres.

Art. 8º O Agente de Contratação, o Pregoeiro, a Comissão de Contratação e a Equipe de Apoio contarão com o apoio da Assessoria Jurídica e do Controle Interno da Autarquia para o desempenho das funções essenciais à execução do disposto nesta Portaria, nos termos da Lei Federal n.º 14.133/2021 e do Decreto Municipal n.º 1.237/2023.

Parágrafo único. A Equipe de Apoio de que trata o caput poderá ser composta por terceiros, desde que demonstrado que não incorra nos impedimentos dispostos no art. 12 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

Art. 9º Os Agentes de Contratação, os Pregoeiros, a Comissão de Contratação e os membros da Equipe de Apoio à Licitação subordinar-se-ão ao Diretor-Geral nos moldes da Leis Municipais n.º 3.816, de 21 de setembro de 2022, e da n.º 4.248, de 08 de dezembro de 2025, que dispõem sobre a Estrutura Organizacional e Administrativa do SAAE, e dão outras providências.

Art. 10º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ESMERALDO PEREIRA SANTOS
Diretor-Geral do SAAE Passos/MG
Mat. 823

Publicado por:
Stephanie Lobato Xavier
Código Identificador:C2259931

ESTADO DE MINAS GERAIS
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE RAUL SOARES

SAAE RAUL SOARES
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 90005/26

O Serviço Autônomo de Água e Esgoto — SAAE de Raul Soares/MG, CNPJ 24.089.583/0001-37, por seu Diretor, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, torna público que RATIFICOU a dispensa de licitação especificada: Processo Administrativo 800033/2026. Objeto: fornecimento de célula eletrolítica e de cooler de ventilação de gabinete, com serviço de manutenção e substituição, para restabelecimento do gerador de hipoclorito de sódio ACQUANOX GRC-12. Contratada: Controll Master Industrial Ltda — CNPJ 02.859.623/0001-40. Valor total: R$ 23.000,00 (vinte e três mil reais). Prazo de execução: 15 (quinze) dias corridos. Dotação orçamentária: ficha 42 - 17.512.0447.6002.1753. 3.3.90.30.33 e ficha 80 - 17.512.0447.6002.1753. 3.3.90.39.15. Data da ratificação: 26/08/2026. Autoridade ratificadora: Cláudio Alves de Barros — Diretor. Cristiano Barcelos Boari-Agente de Contratação.

Raul Soares, 26 de agosto de 2026,

CLÁUDIO ALVES DE BARROS-
Diretor do SAAE.

Publicado por:
Maria do Carmo Oliveira da Cunha Fernandes
Código Identificador:C4B21299

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE CARMO DO CAJURU

CÂMARA MUNICIPAL DE CARMO DO CAJURU
RESOLUÇÃO Nº 007/2026 DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS DE VIAGEM PARA ALIMENTAÇÃO E DESLOCAMENTOS URBANOS E INSTITUI O REGIME DE ADIANTAMENTO PARA DESPESAS COM HOSPEDAGEM E PASSAGENS AÉREAS AOS VEREADORES E SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CARMO DO

RESOLUÇÃO Nº 007/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias de viagem para alimentação e deslocamentos urbanos e institui o regime de adiantamento para despesas com hospedagem e passagens aéreas aos vereadores e servidores da Câmara Municipal de Carmo do Cajuru e dá outras providências.

O Povo do Município de Carmo do Cajuru, por seus representantes, aprovou e eu, Presidente da Câmara Municipal, nos termos do artigo 50 da Lei Orgânica Municipal, ***promulgo*** *a seguinte Resolução:*

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre a concessão de diárias de viagem para alimentação e deslocamentos urbanos e institui o regime de adiantamento para despesas com hospedagem e passagens aéreas aos vereadores e servidores da Câmara Municipal de Carmo do Cajuru.
Art. 2º Cabe à Mesa Diretora da Câmara Municipal autorizar a concessão de diária de viagem e/ou adiantamento ao servidor ou vereador requerente, admitida a delegação de competência.
Parágrafo único. Poderá requerer a concessão de diária de viagem e/ou adiantamento qualquer servidor público efetivo ou comissionado da Câmara Municipal ou vereador em pleno exercício do mandato.
Art. 3º Para os efeitos desta Resolução, considera-se sede da Câmara Municipal o Município de Carmo do Cajuru.
CAPÍTULO II

DAS DIÁRIAS DE VIAGEM

Seção I — Disposições Gerais

Art. 4º Será concedida diária de viagem, por dia de afastamento, ao requerente que se deslocar da sede do município para outro ponto do território nacional, em virtude de serviço, em caráter eventual e transitório, incluídos os deslocamentos para participação em congressos, palestras, cursos, visitas técnicas, audiências, reuniões institucionais ou outros eventos de interesse da Câmara Municipal.

Art. 5º A diária de viagem será paga em pecúnia e terá caráter indenizatório, não se incorporando à remuneração do beneficiário para quaisquer efeitos.

Art. 6º A diária de viagem destina-se exclusivamente ao custeio de:

I — alimentação do requerente durante o período de afastamento;

II — deslocamentos intermunicipais e/ou urbanos por meio de táxi ou motoristas de aplicativos no local de destino.

§ 1º O uso de locomoção urbana por meio de motoristas de aplicativos durante o período de viagem será aceito, desde que apresentado o recibo da transação onde conste o trajeto percorrido e o valor pago.

§ 2º O uso de serviços de táxi será aceito, desde que apresentado o recibo de utilização do serviço com identificação do trajeto.

§ 3º A diária de viagem de que trata este Capítulo não cobre despesas com hospedagem e passagens aéreas, as quais serão atendidas pelo regime de adiantamento previsto no Capítulo III desta Resolução.

Seção II — Dos Valores

Art. 7º Os valores das diárias de viagem são os constantes do Anexo I desta Resolução, atualizáveis anualmente pelo Presidente da Câmara Municipal, por meio de portaria, aplicando-se o índice do INPC-IBGE acumulado no ano anterior, ou outro índice oficial que vier a substituí-lo.

Art. 8º A diária de viagem será integral ou parcial.

§ 1º A diária de viagem integral é devida quando o deslocamento exigir o pernoite do requerente fora da sede do município ou quando o deslocamento for superior a 12 (doze) horas.

§ 2º A diária de viagem parcial equivale à metade do valor da diária de viagem integral e é devida quando o deslocamento for superior a 6 (seis) horas e igual ou inferior a 12 (doze) horas, sem o pernoite do requerente fora da sede do município.

§ 3º Considera-se termo inicial da contagem de tempo do deslocamento, para fins de concessão de diária de viagem, o horário de partida da sede do município.

§ 4º Considera-se termo final da contagem de tempo do deslocamento, para fins de concessão de diária de viagem, o horário de retorno à sede do município.

§ 5º Será admitida a concessão de diária de viagem para almoço em caso de deslocamento inferior a 6 (seis) horas, nos termos previstos no Anexo I desta Resolução.

Art. 9º As propostas de concessão de diárias, quando o afastamento iniciar-se às sextas-feiras, bem como as que incluam sábados, domingos e feriados, serão expressamente justificadas pela autoridade competente.

Seção III — Do Pagamento e da Prestação de Contas

Art. 10. As diárias concedidas serão pagas antes do início do deslocamento, por adiantamento, ou após, mediante reembolso das despesas devidamente comprovadas por meio de documentos idôneos.

Parágrafo único. Em casos de comprovada emergência, o pagamento poderá ocorrer após iniciado o deslocamento, desde que devidamente justificado e autorizado pela Mesa Diretora.

Art. 11. O servidor ou vereador receberá, de forma antecipada, o valor relativo aos dias previstos para deslocamento, até o limite de 10 (dez) diárias de viagem anualmente.

§ 1º O limite fixado no *caput* poderá ser elevado para até 20 (vinte) diárias de viagem, anualmente, quando o Presidente da Câmara Municipal reconhecer, em despacho fundamentado, a necessidade da medida, em razão da natureza do serviço ou das condições em que ele será exercido.

§ 2º O requerente que receber as diárias antecipadamente e que por qualquer motivo não se deslocar da sede do município ficará obrigado a restituí-las, na integralidade, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data prevista para a partida, sob pena de desconto integral, em folha, dos valores recebidos, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

§ 3º O requerente que retornar à sede do município em prazo menor do que o previsto para deslocamento ficará obrigado a restituir as diárias que não forem utilizadas, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do retorno à sede, sob pena de desconto integral, em folha, dos valores recebidos em excesso, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

Art. 12. O requerente que receber diária de viagem, ou que solicitar reembolso, apresentará prestação de contas, conforme Anexo III, no prazo de até 10 (dez) dias úteis subsequentes ao retorno à sede do município, sob pena de desconto integral, em folha, dos valores recebidos, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

Parágrafo único. O requerente deverá juntar à prestação de contas os comprovantes de embarque e de desembarque ou outros documentos que demonstrem o deslocamento, bem como declaração ou cópia do certificado de participação em congresso, palestra, curso, audiência ou evento similar.

CAPÍTULO III

DO REGIME DE ADIANTAMENTO PARA HOSPEDAGEM E PASSAGENS AÉREAS

Art. 13. Fica instituído, no âmbito do Poder Legislativo do Município de Carmo do Cajuru, o regime de adiantamento para despesas com hospedagem e passagens aéreas de vereadores e servidores da Câmara Municipal.

§ 1º Entende-se por adiantamento o numerário colocado à disposição do vereador ou servidor, antes da viagem, a fim de lhe dar condições de realizar o pagamento de passagens aéreas e hospedagem.

§ 2º O adiantamento de que trata este Capítulo é distinto da diária de viagem prevista no Capítulo II, sendo cumulativo com esta quando o deslocamento exigir ambos os tipos de cobertura.

Art. 14. As viagens que ensejarem adiantamento devem ter por objetivo: participação em cursos de capacitação, convenções, seminários, congressos, audiências, reuniões com autoridades de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, visitas técnicas, ou qualquer outra atividade a serviço e interesse do Poder Legislativo do Município de Carmo do Cajuru.

§ 1º O Presidente da Câmara analisará a razoabilidade da viagem e, quando indeferir o requerimento, apresentará fundamentação por escrito.

§ 2º Qualquer outro motivo apresentado fora dos relacionados no *caput* deste artigo será analisado discricionariamente pelo Presidente da Câmara.

Art. 15. O valor do adiantamento será estimado conforme análise prévia dos valores de passagens aéreas e hospedagem, mediante apresentação de, no mínimo, 2 (duas) cotações quando possível.

§ 1º O vereador ou servidor poderá apresentar justificativa para majoração do valor estimado, que será apreciada pelo Presidente da Câmara.

§ 2º Para fins de hospedagem, deve o vereador ou servidor hospedar-se em hotel condizente com a dignidade do cargo, optando preferencialmente por estabelecimentos que ofereçam a melhor relação custo-benefício.

§ 3º Quando se tratar de transporte aéreo, o beneficiário deverá fazer uso preferencialmente da classe econômica.

Art. 16. A aquisição de passagens aéreas poderá ser feita diretamente pelo requerente, mediante a concessão do numerário a título de adiantamento, ou diretamente pela Administração da Câmara, mediante requerimento justificado junto à Mesa Diretora.

Art. 17. Os pedidos de remarcação de passagem aérea, por motivo de ordem pessoal, serão analisados pela Mesa Diretora quando envolverem diferenças de valores, admitida, nesse caso, a delegação de competência à Presidência.
Art. 18. O vereador ou servidor que receber o adiantamento e não realizar a viagem, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-lo integralmente no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a data prevista para o deslocamento, sob pena de desconto integral, em folha, dos valores recebidos, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.
§ 1º Se o vereador ou servidor já tiver adquirido a passagem e reservado o hotel e, por motivo de força maior devidamente comprovado, não realizar a viagem ou hospedagem, deverá apresentar justificativa ao Presidente da Câmara e envidar todos os esforços para obter o reembolso ou crédito junto aos fornecedores, restituindo ao erário os valores efetivamente recuperados.
§ 2º Os valores não recuperados junto aos fornecedores, mediante comprovação, poderão ser objeto de análise pela Mesa Diretora para eventual absorção pelo orçamento, desde que comprovada a força maior e a inexistência de culpa do requerente.
Art. 19. Os comprovantes de passagens aéreas e hospedagem não poderão conter rasuras, emendas, borrões ou valores ilegíveis.
§ 1º As despesas com passagens aéreas deverão ser comprovadas por documentos emitidos pela empresa transportadora ou agência de viagens, constando o itinerário, data e valor.
§ 2º As despesas com hospedagem deverão ser comprovadas por documentos emitidos pelo estabelecimento hoteleiro, constando o período de hospedagem e o valor total.
Art. 20. A prestação de contas do adiantamento de que trata este Capítulo deverá ser apresentada no prazo de até 10 (dez) dias úteis subsequentes ao retorno à sede do município, sob pena de desconto integral, em folha, dos valores recebidos, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.
Parágrafo único. A prestação de contas do adiantamento poderá ser apresentada em conjunto com a prestação de contas da diária de viagem, utilizando-se o modelo do Anexo III, com o detalhamento separado por rubrica.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 21. O vereador ou servidor que for pessoa com deficiência devidamente comprovada por laudo médico terá direito a um acompanhante para viagem.
§ 1º A passagem aérea e a hospedagem do acompanhante serão custeadas pelo Poder Legislativo de Carmo do Cajuru, na forma do adiantamento previsto no Capítulo III.
§ 2º A diária de viagem do acompanhante, para fins de alimentação e deslocamentos urbanos, será custeada pelo vereador ou servidor a quem ele estiver acompanhando.
§ 3º O acompanhante deverá hospedar-se preferencialmente no mesmo quarto que o vereador ou servidor.
Art. 22. No processamento da despesa com diárias de viagem e adiantamentos será observado que:
I — quando o período de afastamento se estender até o exercício subsequente, a despesa recairá no exercício em que se iniciou;
II — para a concessão e o pagamento de diárias e adiantamentos, torna-se obrigatória a utilização do formulário constante do Anexo II, com indicação:
a) do nome do requerente;
b) do cargo/função ocupado;
c) do destino;
d) da atividade a ser desenvolvida;
e) do período de afastamento;
f) do número de diárias solicitadas;
g) do valor estimado do adiantamento para hospedagem e/ou passagens aéreas, se for o caso;
III — a concessão de diárias e adiantamentos fica condicionada à existência de cota orçamentária e financeira disponível.
Art. 23. O transporte de vereadores e servidores do Poder Legislativo se dará, preferencialmente e conforme disponibilidade, por meio de carros oficiais do município, cedidos pelo Poder Executivo Municipal juntamente com motorista por este designado, sempre mediante requerimento do Presidente da Câmara Municipal e despachado pela autoridade competente do Poder Executivo, ou por veículos próprios, caso sejam adquiridos futuramente, observados sempre os requisitos da conveniência e oportunidade.
Parágrafo único. Para fins de concessão de diária de viagem, não será admitida a utilização de veículo particular nas viagens realizadas a serviço da Câmara Municipal, salvo em situações excepcionais devidamente justificadas e autorizadas pela Mesa Diretora.
Art. 24. Aplicam-se, no que couber, as disposições desta Resolução ao servidor cedido à Câmara Municipal e à pessoa, sem vínculo funcional com esta Casa, que, na qualidade de colaborador, se deslocar até a sede do município ou outro local determinado, para prestar serviços sem remuneração.
Art. 25. Constitui infração disciplinar grave, punível na forma da lei, conceder ou receber diária de viagem ou adiantamento em desacordo com as disposições desta Resolução.
Art. 26. A Contabilidade da Câmara Municipal deverá atualizar o sistema de diárias de viagem e adiantamentos ou, se for o caso, desenvolver novos procedimentos, em conformidade com as disposições desta Resolução.
Art. 27. Os casos omissos serão resolvidos pela Mesa Diretora da Câmara Municipal.

Art. 28. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 29. Fica revogada a Resolução nº 003, de 06 de setembro de 2017.

Carmo do Cajuru/MG, 26 de agosto de 2026.

RAFAEL NUNES DE OLIVEIRA
Presidente

SÉRGIO ALVES QUIRINO
1º Secretário

ANEXO I

DESTINO	ALIMENTAÇÃO (DIA)	TRANSPORTE URBANO	DIÁRIA INTEGRAL	DIÁRIA PARCIAL (50%)
Belo Horizonte/MG	Até R$ 250,00	Até R$ 150,00	Até R$ 400,00	Até R$ 200,00
Brasília/DF	Até R$ 350,00	Até R$ 200,00	Até R$ 550,00	Até R$ 275,00
Interior de Minas Gerais	Até R$ 180,00	Até R$ 100,00	Até R$ 280,00	Até R$ 140,00
Capitais de Outros Estados	Até R$ 250,00	Até R$ 150,00	Até R$ 400,00	Até R$ 200,00
Interior de Outros Estados	Até R$ 180,00	Até R$ 120,00	Até R$ 300,00	Até R$ 150,00

Diária para Almoço	**Até R$ 100,00**

Anexo II
FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE DIÁRIAS DE VIAGEM

REQUERIMENTO DE DIÁRIAS E VIAGENS	
NOME:	
DESLOCAMENTO (Destino):	
PERÍODO:	Nº DIÁRIAS:
TIPO DE SOLICITAÇÃO: ( ) Diária de Viagem (alimentação e transporte urbano) ( ) Adiantamento para Hospedagem ( ) Adiantamento para Passagem Aérea ( ) Diária + Adiantamento (cumulativo)	
MEIO DE TRANSPORTE: ( ) AÉREO ( ) TERRESTRE ( ) OUTRO (informar)	
ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS: Declaro que as informações acima são verdadeiras e de minha inteira responsabilidade. Carmo do Cajuru, ___ de _____ de 20___. **(**NOME DO REQUERENTE) (CARGO DO REQUERENTE)	
DESPACHO DO PRESIDENTE:	

Anexo III
RELATÓRIO DE VIAGEM

CÂMARA MUNICIPAL DE CARMO DO CAJURU	**RELATÓRIO DE VIAGEM**
Nome:	
Cargo:	***Documento:***
Local de Origem:	***UF:***
Local de Destino:	***UF:***
Período: _____/_____/_____ a _____/_____/_____.	***Nº de Diárias:***
Objetivo da Viagem:	
VALOR CONCEDIDO ANTECIPADAMENTE R$	
VALOR GASTO	
Despesas com Alimentação *(Comprovante anexo) / Valor Reembolsável*	
Despesas com Hospedagens *(Comprovante anexo) / Valor Reembolsável*	
Despesas com Locomoção *(Comprovante anexo) / Valor Reembolsável*	
T O T A L	
VALOR REEMBOLSÁVEL (Resolução nº ____/_____)	
Declaro que não resido na(s) localidade(s) de destino e encaminho a Presidência os comprovantes para comprovação dos gastos, aprovação do relatório e solicito reembolso. _____, _____/_____/_____. _____ **Assinatura do Declarante** **DESPACHOS DO LIQUIDANTE**	
( ) Aprovo a Prestação de Contas ( ) Reprovo a Prestação de Contas **Assinatura do Liquidante:**	

Publicado por:
Marcos Fonseca da Silva
Código Identificador:2F639674

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA JULIANA

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA JULIANA
ANÁLISE DE RECURSOS - ISENÇÃO TAXA DE INSCRIÇÃO CONCURSO PÚBLICO

ANÁLISE DE RECURSOS–ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO
Concurso Público nº001/2026 – Câmara Municipal de Santa Juliana /MG

A Câmara Municipal de Santa Juliana/MG,através da Comissão de Acompanhamento do Concurso Público, nomeada pela **Portaria nº13/2026** de 27 de abril de 2026, no uso de suas atribuições legais e a empresa **"Versátil Tecnologia e Serviços Administrativos"**, responsável pela realização deste certame, tornam público para conhecimento dos interessados o presente Edital:

Art.1º- Para os candidatos que impetraram recurso contra o**Resultado Preliminar das Isenções Indeferidas,**de acordo com oitem **7.4** do Edital de Abertura nº 001/2026 da **Câmara Municipal de Santa Juliana/MG**, foi feito o devido julgamento de cada recurso interposto, respondido os candidatos através da Área do Candidato de cada um, e fica divulgado as respostas/conclusão quanto às solicitações, da seguinte forma:

Dados da solicitação	
NºINSC	10996
CANDIDATO	ATILIO ALVES SILVA GONZAGA
CPF Parcial	***.692.156-**
Data Nasc	05/02/1993
Recurso	RECURSO CONTRA INDEFERIMENTO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO
Descrição fato	Meu pedido de isenção da taxa de inscrição para o Concurso Público nº001/2026,cargo de Ouvidor, inscrição nº 10996, foi indeferido sob a justificativa de que a renda familiar per capita constante no Cadastro Único é superior a meio salário mínimo vigente.rnrnEmbora meu Cadastro Único esteja regularmente cadastrado e possua NIS válido, a composição familiar atualmente registrada no sistema não corresponde adequadamente à minha situação familiar atual, pois meu ex-marido permanece cadastrado como integrante da composição familiar, influenciando diretamente o cálculo da renda familiar e da renda per capita utilizada para análise da isenção.rnrn Dessa forma, a informação atualmente constante no Cadastro Único pode não representar a composição familiar efetivamente existente no momento da solicitação da isenção, razão pela qual solicito a revisão da análise realizada.
Fundamentação	O indeferimento foi fundamentado exclusivamente na informação de que a renda familiar per capita constante no Cadastro Único é superior a meio salário mínimo.rnrnEntretanto, o item 3.1.1 do Edital do Concurso Público nº 001/2026 estabelece os critérios para concessão da isenção e prevê mais de uma hipótese de enquadramento, não devendo a análise ficar restrita exclusivamente à renda per capita indicada no Cadastro Único.rnrn Além disso, o Decreto Federal nº 11.016/2022, que regulamenta o Cadastro Único, estabelece que família é a unidade composta por pessoas que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas pela unidade familiar e que sejam moradoras do mesmo domicílio, bem comodeterminaqueo Cadastro Único seja objeto de atualização dos registros cadastrais.rnrn No presente caso, a permanência do meu ex-marido como integrante do Cadastro Único interfere diretamente na composição da renda

	familiar apresentada pelo sistema. Assim, a renda per capita utilizada para o indeferimento pode não refletir a composição familiar efetivamente existente.rnrn Diante disso, solicito que a Banca Organizadora reavalie o pedido de isenção considerando a situação familiar efetiva do candidato, bem comotodos os critérios e hipóteses de isenção expressamente previstos no item 3.1.1 do edital.
Resposta do recurso	INDEFERIDO. Pessoa identificada no Cadastro Único,com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente. Faz-se necessária uma atualização para regularizar a situação descrita nos fatos.
Status do recurso	Indeferido

Dados da solicitação	
NºINSC	11063
CANDIDATO	THALLITA NATHALLI LOPES TEODORO
CPF Parcial	***.777.736-**
Data Nasc	20/09/1989
Recurso	RECURSO CONTRA INDEFERIMENTO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO
Descrição fato	Conforme publicado no Edital de Isenção da Taxa de Inscrição–Preliminar,o pedido de insenção solicitado tempestivamente, inscrição nº 11063, foi indeferido sob a seguinte justificativa: “Pessoa identificada no Cadastro Único,com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.”
Fundamentação	O item 3.1.1 do Edital de Abertura e Regulamentação nº 001/2026 estabelece expressamente que o candidato inscrito no Cad Único e economicamente hipossuficiente poderá requerer a isenção, prevendo, entre as hipóteses: Renda familiar mensal per capita de até 0,5(meio) salário mínimo;ou Renda familiar mensal de até 03(três) salários mínimos; ou Candidato que receba até1(um) salário mínimo. Portanto, as hipóteses são apresentadas de forma alternativa, mediante a utilização da conjunção “ou”. A justificativa utilizada para o indeferimento, entretanto, limitou-se a apontar que a renda familiar per capita ultrapassa meio salário mínimo, sem considerar a segunda hipótese expressamente prevista no edital: renda familiar mensal de até três salários mínimos. Resido com meus dois filhos, compondo nosso núcleo familiar em três pessoas,sendo eu a única integrante da família que possui renda. A renda familiar mensal é de aproximadamente R$2.676,00(dois mil seiscentos e setenta e seis reais). O salário mínimo nacional vigente em 2026 é deR$1.621,00,de modo que três salários mínimos correspondem a: R$1.621,00×3=R$4.863,00. Assim: Renda familiar mensal : R$ 2.676,00 Limite previsto no item3.1.1:R$4.863,00 Logo, a renda familiar mensal encontra-seR$2.187,00 abaixo do limite de três salários mínimos estabelecido pelo próprio edital. Ainda que minha renda per capita ultrapasse meio salário mínimo, o próprio edital estabeleceu expressamente, em seu item 3.1.1,como hipótese alternativa de isenção,a renda familiar mensal de até três salários mínimos. Minha renda familiar é de R$ 2.676,00, portanto está dentro desse limite. A decisão de indeferimento analisou exclusivamente a renda per capita, sem enfrentar a hipótese expressamente prevista no segundo critério do edital
Resposta do recurso	INDEFERIDO pelo SISTAC do Governo Federal. Pessoa identificada no Cadastro Único,com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.
Status do recurso	Indeferido

Dados da solicitação	
NºINSC	11075
CANDIDATO	ADAILSON CESAR
CPF Parcial	***.227.896-**
Data Nasc	16/11/2000
Recurso	RECURSO CONTRA INDEFERIMENTO DE ISENÇÃO DA TAXA DEI NSCRIÇÃO
Descrição fato	Indeferimento isenção
Fundamentação	Cadastro único atualizado
Resposta do recurso	Confirmado a atualização dos dados cadastrais identificados.
Status do recurso	Deferido

Dados da solicitação	
NºINSC	11049
CANDIDATO	ALESSANDRA BEATRIZ DE ARAÚJO
CPF Parcial	***.986.186-**
Data Nasc	06/02/1974
Recurso	RECURSO CONTRA INDEFERIMENTO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO
Descrição fato	Indeferiu minha inscrição pelo cadastro único, porque não atualizaram meu nome no sistema de vocês, meu nome de solteira atual: é Alessandra Beatriz de Araújo
Fundamentação	Vou enviar minha certidão de divórcio
Resposta do recurso	INDEFERIDO pelo SISTAC do Governo Federal. Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente. Faz-se necessária uma atualização para regularizar a situação descrita nos fatos.
Status do recurso	Indeferido

Dados da solicitação	
NºINSC	11038
CANDIDATO	GUSTAVO FLORES DOS SANTOS
CPF Parcial	***.079.866-**
Data Nasc	25/04/2000
Recurso	RECURSO CONTRA INDEFERIMENTO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO
Descrição fato	Justificativa apresentada pelo indeferimento de isenção de taxa
Fundamentação	Segundo edital de abertura publicado 10/06/2026, item 3.1.1, informa os critérios para isenção com devido registro NIS ao CadÚnico. Disposto pelo item anteriormente mencionado há disposto a seguinte redação"-Renda familiar mensalpercapitadeaté 0,5 (meio) salário mínimo ou; - Possua renda familiar mensal de até 03 (três) salários mínimos ou; - Candidato receba até 1 (um) salário mínimo.". Sendo assim, conforme disposto, não há obrigação de atender todos os 3 critérios apresentados, sendo suficiente apenas 1deles.Nesse sentido, atendera o critério de"Possua renda familiar mensal de até 03 (três) salários mínimos" se enquadra perfeitamente ao meu deferimento para isenção da taxa.
Resposta do recurso	INDEFERIDO. Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente. Faz-se necessária uma atualização para regularizar a situação descrita nos fatos.
Status do recurso	Indeferido

Dados da solicitação	
NºINSC	11006
CANDIDATO	PATRICIA SILVA SANTOS
CPF Parcial	***.050.498-**
Data Nasc	15/03/1988
Recurso	RECURSO CONTRA INDEFERIMENTO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO
Descrição fato	Prezados solicito reanalise sou participante do cadúnico.
Fundamentação	Prezados solicito reanalise sou participante do cadúnico.
Resposta do recurso	INDEFERIDO. Pessoa identificada no Cadastro Único, com renda familiar per capita maior do que meio salário mínimo vigente.

Status do recurso	Indeferido

Santa Juliana/MG,25 de agosto de 2026.

LUIZ CARLOS PIRES	***WARLEY FONSECA SANTOS***
Presidente da Câmara	Presidente da Comissão de Acompanhamento do Concurso Público
Municipal Município de Santa Juliana/MG	Concurso Público nº001/2026

Publicado por:
Warley Fonseca Santos
Código Identificador:B7CE70FE

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DO VALE DO PIRANGA-CISAMAPI

CISAMAPI
RESOLUÇÃO 057-2026 - ESTIMA RECEITA E FIXA DESPESA - ORÇAMENTO 2027

Resolução n° 057 de 19 de agosto de 2026

Estima a Receita e Fixa a Despesa do CISAMAPI para o exercício financeiro de 2027 e dá outras providências.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Piranga - CISAMAPI, no exercício das atribuições legais que lhe confere a o contrato consolidado de consórcio público do CISAMAPI, em cumprimento a deliberação da Assembleia Geral, faz expedir a presente resolução:
Art. 1º Esta Resolução estima a receita do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Piranga - CISAMAPI para o exercício financeiro de 2027 no montante total de R$ 41.088.664,95 [quarenta e um milhões, oitenta e oito mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e noventa e cinco centavos] e fixa a despesa em igual valor, nos termos do art. 165 da Constituição Federal de 1.988, observado o detalhamento constante do Anexo Único desta resolução.
Art. 2º Fica o Presidente do CISAMAPI autorizado a:
I– A abrir Créditos Suplementares através de Decretos da Presidência entre as diversas fontes previstas nos incisos I a IV do §1° do art. 43 da Lei n° 4320/1964, como um limite único, de até 30% (trinta por cento) em relação ao total do orçamento previsto aplicável de forma conjunta para cada uma das diversas fontes indicadas neste inciso.
II – Utilizar fonte de recurso de tendência de excesso de arrecadação, prevista na parte final do §3° do art. 43, sendo correta a utilização do excesso de arrecadação de convênios como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais, ainda que o excesso estimado no momento da abertura dos créditos não se concretize em excesso de arrecadação real, vinculada, em qualquer caso, a anulação dos créditos abertos na hipótese de não verificação da transferência até o final do exercício;

III – Promover as medidas necessárias para ajustar os dispêndios ao efetivo comportamento da receita;
V – A abrir créditos suplementares às dotações do orçamento oriundas de créditos especiais, que se fizerem insuficientes, durante a execução orçamentária de 2027, podendo, para tanto, utilizar-se do limite previsto no inciso I deste artigo.
Parágrafo único. A aplicação da autorização contida no inciso I do caput não impede ou exclui autorizações específicas, distintas daquela indicadas no referido caput inciso I quanto a abertura de créditos adicionais suplementares.
Art. 3º Em atendimento a determinação contida no §4° do art. 8° da Lei n° 11.107/2005 deverão os Municípios Consorciados ao CISAMAPI promover a consolidação nas respectivas propostas orçamentárias do exercício de 2027 das despesas com o CISAMAPI conforme as dotações orçamentárias próprias e valores aprovados nesta Resolução para cada Município.
Art. 4º Acompanha esta Resolução os quadros demonstrativos de receita e despesa constantes do anexo.
Art. 5º Revogadas as disposições em contrário, esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1° de janeiro de 2027.

Ponte Nova, 19 de agosto de 2026.

ÉDER ELÓI ALVES PENA
Prefeito Municipal de Sem Peixe
Presidente do CISAMAPI

Consórcio Intermunicipal de Saúde da Micro-Região				
Estado de Minas Gerais	PLANO PLURIANUAL			
QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS POR FONTE				
Poder.....: 01 - Consórcio Interm.de Saúde Da Micro-Reg.do Vale Do Piranga				
Órgão.....: 01 - Serviços Administrativos				
Unidade .....: 01 - Serviços Administrativos				
PROJETO/ATIVIDADE	2026	2027	2028	2029
10.122.0001.2001 Manutenção das Atividades Administrativas	**1.454.208,11**	**1.556.002,60**	**1.664.922,87**	**1.781.467,46**
3.1.90.11.00 Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	807.720,79	864.261,25	924.759,53	989.492,70
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	807.720,79	864.261,25	924.759,53	989.492,70
Recursos não Vinculados de Impostos				
3.1.90.13.00 Obrigações Patronais	274.452,50	293.664,18	314.220,67	336.216,11
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	274.452,50	293.664,18	314.220,67	336.216,11
Recursos não Vinculados de Impostos				
3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	13.000,00	13.910,00	14.883,70	15.925,56
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	13.000,00	13.910,00	14.883,70	15.925,56
Recursos não Vinculados de Impostos				
3.1.90.91.00 Sentenças Judiciais	1.000,00	1.070,00	1.144,90	1.225,04
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	1.000,00	1.070,00	1.144,90	1.225,04
Recursos não Vinculados de Impostos				
3.1.90.94.00 Indenizações E Restituições Trabalhistas	12.000,00	12.840,00	13.738,80	14.700,52

1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	12.000,00	12.840,00	13.738,80	14.700,52
Recursos não Vinculados de Impostos				
3.3.90.14.00 Diárias - Pessoal Civil	22.715,00	24.304,96	26.006,40	27.826,85
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	22.715,00	24.304,96	26.006,40	27.826,85
Recursos não Vinculados de Impostos				
3.3.90.30.00 Material De Consumo	3.000,00	3.210,00	3.434,70	3.675,13
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	3.000,00	3.210,00	3.434,70	3.675,13
Recursos não Vinculados de Impostos				
3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção	7.308,00	7.819,56	8.366,93	8.952,61
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	7.308,00	7.819,56	8.366,93	8.952,61
Recursos não Vinculados de Impostos				
3.3.90.35.00 Serviços De Consultoria	140.000,00	149.800,00	160.286,00	171.506,02
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	140.000,00	149.800,00	160.286,00	171.506,02
Recursos não Vinculados de Impostos				
3.3.90.36.00 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	31.710,25	33.929,97	36.305,07	38.846,42
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	31.710,25	33.929,97	36.305,07	38.846,42
Recursos não Vinculados de Impostos				

Consórcio Intermunicipal de Saúde da Micro-Região				
Estado de Minas Gerais	PLANO PLURIANUAL			
QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS POR FONTE				
Poder.....: 01 - Consórcio Interm.de Saúde Da Micro-Reg.do Vale Do Piranga				
Órgão.....: 01 - Serviços Administrativos				
Unidade .....: 01 - Serviços Administrativos				
PROJETO/ATIVIDADE	2026	2027	2028	2029
3.3.90.39.00 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	47.447,40	50.768,72	54.322,53	58.125,11
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	47.447,40	50.768,72	54.322,53	58.125,11
Recursos não Vinculados de Impostos				
3.3.90.40.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	2.100,00	2.247,00	2.404,29	2.572,59
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	2.100,00	2.247,00	2.404,29	2.572,59
Recursos não Vinculados de Impostos				
3.3.90.46.00 Auxílio - Alimentação	78.902,97	84.426,18	90.336,01	96.659,53
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	78.902,97	84.426,18	90.336,01	96.659,53
Recursos não Vinculados de Impostos				
3.3.90.49.00 Auxílio - Transporte	7.851,20	8.400,78	8.988,84	9.618,06
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	7.851,20	8.400,78	8.988,84	9.618,06
Recursos não Vinculados de Impostos				
3.3.90.92.00 Despesas de Exercícios Anteriores	1.000,00	1.070,00	1.144,90	1.225,04
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	1.000,00	1.070,00	1.144,90	1.225,04
Recursos não Vinculados de Impostos				
3.3.90.93.00 Indenizações e Restituições	4.000,00	4.280,00	4.579,60	4.900,17
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	4.000,00	4.280,00	4.579,60	4.900,17
Recursos não Vinculados de Impostos				
10.122.0001.2002 Conferências, Palestras e Recepções do CISAMAPI.	**50.000,00**	**50.000,00**	**57.245,00**	**61.252,15**
3.3.90.30.00 Material De Consumo	10.000,00	10.000,00	11.449,00	12.250,43
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	10.000,00	10.000,00	11.449,00	12.250,43
Recursos não Vinculados de Impostos				
3.3.90.39.00 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	40.000,00	40.000,00	45.796,00	49.001,72
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	40.000,00	40.000,00	45.796,00	49.001,72
Recursos não Vinculados de Impostos				
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Micro-Região				
Estado de Minas Gerais	PLANO PLURIANUAL			
QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS POR FONTE				
Poder.....: 01 - Consórcio Interm.de Saúde Da Micro-Reg.do Vale Do Piranga				
Órgão.....: 01 - Serviços Administrativos				
Unidade .....: 01 - Serviços Administrativos				
PROJETO/ATIVIDADE	2026	2027	2028	2029
10.122.0001.2003 Fundo Investimento CISAMAPI	**359.917,98**	**951.984,20**	**359.917,98**	**359.917,98**
4.4.90.51.00 Obras E Instalações	179.958,99	475.992,10	179.958,99	179.958,99
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	179.958,99	475.992,10	179.958,99	179.958,99
Recursos não Vinculados de Impostos				
4.4.90.52.00 Equipamentos E Material Permanente	179.958,99	475.992,10	179.958,99	179.958,99
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	179.958,99	475.992,10	179.958,99	179.958,99
Recursos não Vinculados de Impostos				
10.122.0001.2024 Despesas de Gestão - CISAMAPI.	**0,00**	**951.984,20**	**0,00**	**0,00**
3.1.90.11.00 Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0,00	246.593,54	0,00	0,00
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	246.593,54	0,00	0,00
Recursos não Vinculados de Impostos				
3.1.90.13.00 Obrigações Patronais	0,00	83.841,80	0,00	0,00
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	83.841,80	0,00	0,00
Recursos não Vinculados de Impostos				
3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	0,00	41.390,62	0,00	0,00
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	41.390,62	0,00	0,00
Recursos não Vinculados de Impostos				
3.1.90.91.00 Sentenças Judiciais	0,00	1.000,00	0,00	0,00
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	1.000,00	0,00	0,00
Recursos não Vinculados de Impostos				
3.1.90.94.00 Indenizações E Restituições Trabalhistas	0,00	12.000,00	0,00	0,00
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	12.000,00	0,00	0,00
Recursos não Vinculados de Impostos				
3.3.90.14.00 Diárias - Pessoal Civil	0,00	9.668,24	0,00	0,00
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	9.668,24	0,00	0,00
Recursos não Vinculados de Impostos				
3.3.90.30.00 Material De Consumo	0,00	200.000,00	0,00	0,00
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	200.000,00	0,00	0,00
Recursos não Vinculados de Impostos				
3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção	0,00	9.000,00	0,00	0,00
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Micro-Região				

Estado de Minas Gerais	PLANO PLURIANUAL			
QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS POR FONTE				
Poder.....: 01 - Consórcio Interm.de Saúde Da Micro-Reg.do Vale Do Piranga				
Órgão.....: 01 - Serviços Administrativos				
Unidade .....: 01 - Serviços Administrativos				
PROJETO/ATIVIDADE	2026	2027	2028	2029
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	9.000,00	0,00	0,00
Recursos não Vinculados de Impostos				
3.3.90.35.00 Serviços De Consultoria	0,00	25.000,00	0,00	0,00
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	25.000,00	0,00	0,00
Recursos não Vinculados de Impostos				
3.3.90.36.00 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	0,00	10.000,00	0,00	0,00
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	10.000,00	0,00	0,00
Recursos não Vinculados de Impostos				
3.3.90.39.00 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	0,00	243.490,00	0,00	0,00
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	243.490,00	0,00	0,00
Recursos não Vinculados de Impostos				
3.3.90.46.00 Auxílio - Alimentação	0,00	25.000,00	0,00	0,00
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	25.000,00	0,00	0,00
Recursos não Vinculados de Impostos				
3.3.90.92.00 Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	30.000,00	0,00	0,00
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	30.000,00	0,00	0,00
Recursos não Vinculados de Impostos				
3.3.90.93.00 Indenizações e Restituições	0,00	15.000,00	0,00	0,00
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	15.000,00	0,00	0,00
Recursos não Vinculados de Impostos				
10.122.9999.2029 Reserva de Contigência	**0,00**	**527.989,50**	**0,00**	**0,00**
9.9.99.99.00 Reserva de Contingência ou Reserva do RPPS	0,00	527.989,50	0,00	0,00
1.880.000.0000 Recursos Próprios dos Consórcios	0,00	527.989,50	0,00	0,00
TOTAL DA UNIDADE	1.864.126,09	4.037.960,50	2.082.085,85	2.202.637,59
TOTAL DO ÓRGÃO	1.864.126,09	4.037.960,50	2.082.085,85	2.202.637,59
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Micro-Região				
Estado de Minas Gerais	PLANO PLURIANUAL			
QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS POR FONTE				
Poder.....: 01 - Consórcio Interm.de Saúde Da Micro-Reg.do Vale Do Piranga				
Órgão.....: 02 - Serviços Especializados				
Unidade .....: 01 - Serviços Especializados				
PROJETO/ATIVIDADE	2026	2027	2028	2029
10.302.0003.2004 Manutenção dos Serviços Médicos e Ambulatoriais.	**3.595.008,04**	**3.841.658,61**	**4.115.924,71**	**4.404.039,42**
3.1.90.04.00 Contratação por Tempo Determinado	2.000,00	2.000,00	2.289,80	2.450,09
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	2.000,00	2.000,00	2.289,80	2.450,09
Recursos não Vinculados de Impostos				
3.1.90.11.00 Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.182.319,39	1.302.331,58	1.353.637,47	1.448.392,09
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	1.182.319,39	1.302.331,58	1.353.637,47	1.448.392,09
Recursos não Vinculados de Impostos				
3.1.90.13.00 Obrigações Patronais	441.675,63	442.887,95	505.674,43	541.071,64
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	441.675,63	442.887,95	505.674,43	541.071,64
Recursos não Vinculados de Impostos				
3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	17.000,00	17.000,00	19.463,30	20.825,73
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	17.000,00	17.000,00	19.463,30	20.825,73
Recursos não Vinculados de Impostos				
3.1.90.91.00 Sentenças Judiciais	1.000,00	1.000,00	1.144,90	1.225,04
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	1.000,00	1.000,00	1.144,90	1.225,04
Recursos não Vinculados de Impostos				
3.1.90.94.00 Indenizações E Restituições Trabalhistas	10.000,00	10.000,00	11.449,00	12.250,43
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	10.000,00	10.000,00	11.449,00	12.250,43
Recursos não Vinculados de Impostos				
3.3.50.41.00 Contribuições	8.910,00	9.435,69	10.201,06	10.915,13
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	8.910,00	9.435,69	10.201,06	10.915,13
Recursos não Vinculados de Impostos				
3.3.90.14.00 Diárias - Pessoal Civil	3.960,00	4.784,56	4.533,80	4.851,17
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	3.960,00	4.784,56	4.533,80	4.851,17
Recursos não Vinculados de Impostos				
3.3.90.30.00 Material De Consumo	732.332,68	305.688,85	838.447,69	897.139,02
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	732.332,68	305.688,85	838.447,69	897.139,02
Recursos não Vinculados de Impostos				
3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção	7.000,00	7.000,00	8.014,30	8.575,30
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	7.000,00	7.000,00	8.014,30	8.575,30
Recursos não Vinculados de Impostos				
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Micro-Região				
Estado de Minas Gerais	PLANO PLURIANUAL			
QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS POR FONTE				
Poder.....: 01 - Consórcio Interm.de Saúde Da Micro-Reg.do Vale Do Piranga				
Órgão.....: 02 - Serviços Especializados				
Unidade .....: 01 - Serviços Especializados				
PROJETO/ATIVIDADE	2026	2027	2028	2029
3.3.90.35.00 Serviços De Consultoria	70.949,90	153.405,44	81.230,54	86.916,68
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	70.949,90	153.405,44	81.230,54	86.916,68
Recursos não Vinculados de Impostos				
3.3.90.36.00 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	55.622,09	94.474,91	63.681,73	68.139,45
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	55.622,09	94.474,91	63.681,73	68.139,45
Recursos não Vinculados de Impostos				
3.3.90.39.00 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	573.374,57	968.073,71	656.456,55	702.408,50
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	573.374,57	968.073,71	656.456,55	702.408,50
Recursos não Vinculados de Impostos				
3.3.90.40.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	162.120,50	182.609,40	185.611,76	198.604,58
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	162.120,50	182.609,40	185.611,76	198.604,58
Recursos não Vinculados de Impostos				
3.3.90.46.00 Auxílio - Alimentação	230.639,44	230.639,44	264.059,09	282.543,23

1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	230.639,44	230.639,44	264.059,09	282.543,23
Recursos não Vinculados de Impostos				
3.3.90.47.00 Obrigações Tributárias e Contributivas	71.700,00	82.053,64	82.089,33	87.835,58
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	71.700,00	82.053,64	82.089,33	87.835,58
Recursos não Vinculados de Impostos				
3.3.90.49.00 Auxílio - Transporte	19.403,84	22.773,44	22.215,46	23.770,54
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	19.403,84	22.773,44	22.215,46	23.770,54
Recursos não Vinculados de Impostos				
3.3.90.92.00 Despesas de Exercícios Anteriores	3.000,00	3.000,00	3.434,70	3.675,13
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	3.000,00	3.000,00	3.434,70	3.675,13
Recursos não Vinculados de Impostos				
3.3.90.93.00 Indenizações e Restituições	2.000,00	2.500,00	2.289,80	2.450,09
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	2.000,00	2.500,00	2.289,80	2.450,09
Recursos não Vinculados de Impostos				
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Micro-Região				
Estado de Minas Gerais	PLANO PLURIANUAL			
QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS POR FONTE				
Poder.....: 01 - Consórcio Interm.de Saúde Da Micro-Reg.do Vale Do Piranga				
Órgão.....: 02 - Serviços Especializados				
Unidade .....: 01 - Serviços Especializados				
PROJETO/ATIVIDADE	2026	2027	2028	2029
10.302.0003.2005 Remoções de UTI Móvel.	**570.876,00**	**921.807,49**	**653.595,93**	**699.347,65**
3.3.90.39.00 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	570.876,00	921.807,49	653.595,93	699.347,65
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	570.876,00	921.807,49	653.595,93	699.347,65
Recursos não Vinculados de Impostos				
10.302.0003.2006 Atividades de Atendimento com Urgência e Emergência.	**5.121.408,00**	**5.587.803,01**	**5.863.500,02**	**6.273.945,02**
3.3.90.39.00 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	5.121.408,00	5.587.803,01	5.863.500,02	6.273.945,02
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	5.121.408,00	5.587.803,01	5.863.500,02	6.273.945,02
Recursos não Vinculados de Impostos				
10.302.0003.2007 Aquisição de Equipamentos e Material Permanente.	**5.000,00**	**5.000,00**	**5.724,50**	**6.125,22**
4.4.90.52.00 Equipamentos E Material Permanente	5.000,00	5.000,00	5.724,50	6.125,22
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	5.000,00	0,00	5.724,50	6.125,22
Recursos não Vinculados de Impostos				
1.880.000.0000 Recursos Próprios dos Consórcios	0,00	5.000,00	0,00	0,00
10.302.0003.2008 Manutenção dos Serviços Médicos- locomoção	**67.512,00**	**73.603,92**	**77.294,49**	**82.705,10**
3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção	66.062,00	73.603,92	75.634,38	80.928,79
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	66.062,00	73.603,92	75.634,38	80.928,79
Recursos não Vinculados de Impostos				
3.3.90.39.00 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	1.450,00	0,00	1.660,11	1.776,31
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	1.450,00	0,00	1.660,11	1.776,31
Recursos não Vinculados de Impostos				
10.302.0003.2009 Atendimentos Assistenciais.	**15.880.488,00**	**20.226.658,68**	**18.181.570,71**	**19.454.280,66**
3.3.50.41.00 Contribuições	0,00	1.414.346,40	0,00	0,00
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	1.414.346,40	0,00	0,00
Recursos não Vinculados de Impostos				
3.3.90.39.00 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	15.880.488,00	18.812.312,28	18.181.570,71	19.454.280,66
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	15.880.488,00	18.812.312,28	18.181.570,71	19.454.280,66
Recursos não Vinculados de Impostos				
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Micro-Região				
Estado de Minas Gerais	PLANO PLURIANUAL			
QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS POR FONTE				
Poder.....: 01 - Consórcio Interm.de Saúde Da Micro-Reg.do Vale Do Piranga				
Órgão.....: 02 - Serviços Especializados				
Unidade .....: 01 - Serviços Especializados				
PROJETO/ATIVIDADE	2026	2027	2028	2029
10.302.0018.2028 Resolução SES/MG nº10963 - Ações de Investimento do Acordo de Reparação do Rio Doce.	**0,00**	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**
4.4.90.52.00 Equipamentos E Material Permanente	0,00	50.000,00	0,00	0,00
1.621.069.0000 Recursos recebidos do Novo Acordo de Reparação do Rio Doce.	0,00	50.000,00	0,00	0,00
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual				
TOTAL DA UNIDADE	25.240.292,04	30.706.531,71	28.897.610,36	30.920.443,07
TOTAL DO ÓRGÃO	25.240.292,04	30.706.531,71	28.897.610,36	30.920.443,07
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Micro-Região				
Estado de Minas Gerais	PLANO PLURIANUAL			
QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS POR FONTE				
Poder.....: 01 - Consórcio Interm.de Saúde Da Micro-Reg.do Vale Do Piranga				
Órgão.....: 03 - Central de Compras				
Unidade .....: 01 - Central de Compras				
PROJETO/ATIVIDADE	2026	2027	2028	2029
10.302.0009.2010 Central de Compras	**765.048,00**	**821.180,48**	**878.663,10**	**940.169,50**
3.1.90.04.00 Contratação por Tempo Determinado	0,00	2.286,38	2.446,41	2.617,65
1.880.000.0000 Recursos Próprios dos Consórcios	0,00	2.286,38	2.446,41	2.617,65
3.1.90.11.00 Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	435.013,11	463.177,66	498.046,51	532.909,77
1.880.000.0000 Recursos Próprios dos Consórcios	435.013,11	463.177,66	498.046,51	532.909,77
3.1.90.13.00 Obrigações Patronais	166.944,46	175.238,65	191.134,71	204.514,14
1.880.000.0000 Recursos Próprios dos Consórcios	166.944,46	175.238,65	191.134,71	204.514,14
3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	8.000,00	8.000,00	9.159,20	9.800,34
1.880.000.0000 Recursos Próprios dos Consórcios	8.000,00	8.000,00	9.159,20	9.800,34
3.1.90.94.00 Indenizações E Restituições Trabalhistas	7.000,00	7.000,00	8.014,30	8.575,30
1.880.000.0000 Recursos Próprios dos Consórcios	7.000,00	7.000,00	8.014,30	8.575,30
3.3.90.14.00 Diárias - Pessoal Civil	3.400,00	9.569,12	3.892,66	4.165,15
1.880.000.0000 Recursos Próprios dos Consórcios	3.400,00	9.569,12	3.892,66	4.165,15
3.3.90.30.00 Material De Consumo	11.000,00	14.420,40	12.593,90	13.475,47
1.880.000.0000 Recursos Próprios dos Consórcios	11.000,00	14.420,40	12.593,90	13.475,47
3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção	4.000,00	3.000,00	4.579,60	4.900,17
1.880.000.0000 Recursos Próprios dos Consórcios	4.000,00	3.000,00	4.579,60	4.900,17
3.3.90.39.00 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	33.566,90	40.791,38	38.430,74	41.120,90
1.880.000.0000 Recursos Próprios dos Consórcios	33.566,90	40.791,38	38.430,74	41.120,90
3.3.90.40.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	28.248,00	28.248,00	32.341,14	34.605,01
1.880.000.0000 Recursos Próprios dos Consórcios	28.248,00	28.248,00	32.341,14	34.605,01

3.3.90.46.00 Auxílio - Alimentação	54.625,13	58.448,89	62.540,31	66.918,13
1.880.000.0000 Recursos Próprios dos Consórcios	54.625,13	58.448,89	62.540,31	66.918,13
3.3.90.49.00 Auxílio - Transporte	9.250,40	7.000,00	10.590,78	11.332,14
1.880.000.0000 Recursos Próprios dos Consórcios	9.250,40	7.000,00	10.590,78	11.332,14
3.3.90.92.00 Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	1.000,00	0,00	0,00
1.880.000.0000 Recursos Próprios dos Consórcios	0,00	1.000,00	0,00	0,00
3.3.90.93.00 Indenizações e Restituições	4.000,00	3.000,00	4.892,84	5.235,33
1.880.000.0000 Recursos Próprios dos Consórcios	4.000,00	3.000,00	4.892,84	5.235,33
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Micro-Região				
Estado de Minas Gerais	PLANO PLURIANUAL			
QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS POR FONTE				
Poder.....: 01 - Consórcio Interm.de Saúde Da Micro-Reg.do Vale Do Piranga				
Órgão.....: 03 - Central de Compras				
Unidade .....: 01 - Central de Compras				
PROJETO/ATIVIDADE	2026	2027	2028	2029
TOTAL DA UNIDADE	765.048,00	821.180,48	878.663,10	940.169,50
TOTAL DO ÓRGÃO	765.048,00	821.180,48	878.663,10	940.169,50
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Micro-Região				
Estado de Minas Gerais	PLANO PLURIANUAL			
QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS POR FONTE				
Poder.....: 01 - Consórcio Interm.de Saúde Da Micro-Reg.do Vale Do Piranga				
Órgão.....: 06 - VACIMÓVEL				
Unidade .....: 01 - VACIMÓVEL				
PROJETO/ATIVIDADE	2026	2027	2028	2029
10.305.0011.2011 Manutenção Vacimóvel	**171.360,00**	**174.624,00**	**196.190,07**	**209.923,37**
3.3.90.14.00 Diárias - Pessoal Civil	4.320,00	2.750,00	4.945,97	5.292,19
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	4.320,00	2.750,00	4.945,97	5.292,19
Recursos não Vinculados de Impostos				
3.3.90.30.00 Material De Consumo	58.181,28	28.882,08	66.611,75	71.274,57
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	58.181,28	28.882,08	66.611,75	71.274,57
Recursos não Vinculados de Impostos				
3.3.90.39.00 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	107.858,72	140.491,92	123.487,45	132.131,57
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	107.858,72	140.491,92	123.487,45	132.131,57
Recursos não Vinculados de Impostos				
3.3.90.93.00 Indenizações e Restituições	1.000,00	2.500,00	1.144,90	1.225,04
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	1.000,00	2.500,00	1.144,90	1.225,04
Recursos não Vinculados de Impostos				
TOTAL DA UNIDADE	171.360,00	174.624,00	196.190,07	209.923,37
TOTAL DO ÓRGÃO	171.360,00	174.624,00	196.190,07	209.923,37
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Micro-Região				
Estado de Minas Gerais	PLANO PLURIANUAL			
QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS POR FONTE				
Poder.....: 01 - Consórcio Interm.de Saúde Da Micro-Reg.do Vale Do Piranga				
Órgão.....: 07 - Transporta SUS				
Unidade .....: 01 - Transporta SUS				
PROJETO/ATIVIDADE	2026	2027	2028	2029
10.302.0003.2012 Gestão do Transporta SUS	**2.272.860,00**	**2.239.696,10**	**2.602.197,41**	**2.784.351,23**
3.1.90.11.00 Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	60.547,26	110.318,46	69.320,56	74.173,00
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	60.547,26	110.318,46	69.320,56	74.173,00
Recursos não Vinculados de Impostos				
3.1.90.13.00 Obrigações Patronais	20.203,53	37.508,29	23.131,02	24.750,19
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	20.203,53	37.508,29	23.131,02	24.750,19
Recursos não Vinculados de Impostos				
3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	3.969,02	3.620,65	4.544,13	4.862,22
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	3.969,02	3.620,65	4.544,13	4.862,22
Recursos não Vinculados de Impostos				
3.1.90.94.00 Indenizações E Restituições Trabalhistas	3.500,00	7.885,28	4.007,15	4.287,65
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	3.500,00	7.885,28	4.007,15	4.287,65
Recursos não Vinculados de Impostos				
3.3.90.14.00 Diárias - Pessoal Civil	2.851,00	2.000,00	3.264,11	3.492,60
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	2.851,00	2.000,00	3.264,11	3.492,60
Recursos não Vinculados de Impostos				
3.3.90.30.00 Material De Consumo	428.458,18	1.519.887,73	490.541,77	524.879,69
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	428.458,18	1.519.887,73	490.541,77	524.879,69
Recursos não Vinculados de Impostos				
3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção	500,00	1.500,00	572,45	612,52
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	500,00	1.500,00	572,45	612,52
Recursos não Vinculados de Impostos				
3.3.90.39.00 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	1.496.634,50	223.365,17	1.713.496,84	1.833.441,62
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	1.496.634,50	223.365,17	1.713.496,84	1.833.441,62
Recursos não Vinculados de Impostos				
3.3.90.40.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	14.044,82	14.044,82	16.079,91	17.205,51
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	14.044,82	14.044,82	16.079,91	17.205,51
Recursos não Vinculados de Impostos				
3.3.90.46.00 Auxílio - Alimentação	235.651,69	316.065,70	269.797,62	288.683,45
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	235.651,69	316.065,70	269.797,62	288.683,45
Recursos não Vinculados de Impostos				
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Micro-Região				
Estado de Minas Gerais	PLANO PLURIANUAL			
QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS POR FONTE				
Poder.....: 01 - Consórcio Interm.de Saúde Da Micro-Reg.do Vale Do Piranga				
Órgão.....: 07 - Transporta SUS				
Unidade .....: 01 - Transporta SUS				
PROJETO/ATIVIDADE	2026	2027	2028	2029
3.3.90.92.00 Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	2.000,00	0,00	0,00
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	0,00	2.000,00	0,00	0,00
Recursos não Vinculados de Impostos				
3.3.90.93.00 Indenizações e Restituições	2.500,00	1.500,00	2.862,25	3.062,61
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	2.500,00	1.500,00	2.862,25	3.062,61

Recursos não Vinculados de Impostos				
4.4.90.52.00 Equipamentos E Material Permanente	4.000,00	0,00	4.579,60	4.900,17
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	4.000,00	0,00	4.579,60	4.900,17
Recursos não Vinculados de Impostos				
TOTAL DA UNIDADE	2.272.860,00	2.239.696,10	2.602.197,41	2.784.351,23
TOTAL DO ÓRGÃO	2.272.860,00	2.239.696,10	2.602.197,41	2.784.351,23
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Micro-Região				
Estado de Minas Gerais	PLANO PLURIANUAL			
QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS POR FONTE				
Poder.....: 01 - Consórcio Interm.de Saúde Da Micro-Reg.do Vale Do Piranga				
Órgão.....: 08 - PROCONSÓRCIO				
Unidade .....: 01 - Proconsórcio				
PROJETO/ATIVIDADE	2026	2027	2028	2029
10.302.0013.2013 Proconsórcio	**10.000,00**	**129.756,00**	**0,00**	**0,00**
4.4.90.51.00 Obras E Instalações	5.000,00	64.878,00	0,00	0,00
1.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	5.000,00	64.878,00	0,00	0,00
4.4.90.52.00 Equipamentos E Material Permanente	5.000,00	64.878,00	0,00	0,00
1.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	5.000,00	64.878,00	0,00	0,00
TOTAL DA UNIDADE	10.000,00	129.756,00	0,00	0,00
TOTAL DO ÓRGÃO	10.000,00	129.756,00	0,00	0,00
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Micro-Região				
Estado de Minas Gerais	PLANO PLURIANUAL			
QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS POR FONTE				
Poder.....: 01 - Consórcio Interm.de Saúde Da Micro-Reg.do Vale Do Piranga				
Órgão.....: 09 - CONTRATOS CIMVALPI				
Unidade .....: 01 - Contratos Cimvalpi				
PROJETO/ATIVIDADE	2026	2027	2028	2029
10.122.0015.2014 CIMVALPI	**10.000,00**	**30.450,00**	**11.449,00**	**12.250,44**
3.3.72.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	5.000,00	10.450,00	5.724,50	6.125,22
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	5.000,00	0,00	5.724,50	6.125,22
Recursos não Vinculados de Impostos				
1.880.000.0000 Recursos Próprios dos Consórcios	0,00	10.450,00	0,00	0,00
4.4.72.51.00 Obras e Instalações	5.000,00	20.000,00	5.724,50	6.125,22
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	5.000,00	0,00	5.724,50	6.125,22
Recursos não Vinculados de Impostos				
1.880.000.0000 Recursos Próprios dos Consórcios	0,00	20.000,00	0,00	0,00
TOTAL DA UNIDADE	10.000,00	30.450,00	11.449,00	12.250,44
TOTAL DO ÓRGÃO	10.000,00	30.450,00	11.449,00	12.250,44
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Micro-Região				
Estado de Minas Gerais	PLANO PLURIANUAL			
QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS POR FONTE				
Poder.....: 01 - Consórcio Interm.de Saúde Da Micro-Reg.do Vale Do Piranga				
Órgão.....: 11 - FARMACIS				
Unidade .....: 01 - FARMACIS RATEIO				
PROJETO/ATIVIDADE	2026	2027	2028	2029
10.303.0012.2015 Estruturação/Manutenção dos Serviços do FARMACIS	**106.747,66**	**114.220,00**	**122.215,39**	**130.770,45**
3.1.90.04.00 Contratação por Tempo Determinado	25.676,27	27.473,61	29.396,76	31.454,53
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	25.676,27	27.473,61	29.396,76	31.454,53
Recursos não Vinculados de Impostos				
3.1.90.11.00 Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.000,00	1.070,00	1.144,90	1.225,04
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	1.000,00	1.070,00	1.144,90	1.225,04
Recursos não Vinculados de Impostos				
3.1.90.13.00 Obrigações Patronais	9.069,93	9.704,83	10.384,16	11.111,05
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	9.069,93	9.704,83	10.384,16	11.111,05
Recursos não Vinculados de Impostos				
3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	1.000,00	1.070,00	1.144,90	1.225,04
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	1.000,00	1.070,00	1.144,90	1.225,04
Recursos não Vinculados de Impostos				
3.1.90.94.00 Indenizações E Restituições Trabalhistas	1.000,00	1.070,00	1.144,90	1.225,04
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	1.000,00	1.070,00	1.144,90	1.225,04
Recursos não Vinculados de Impostos				
3.3.90.14.00 Diárias - Pessoal Civil	892,00	2.954,44	1.021,25	1.092,74
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	892,00	2.954,44	1.021,25	1.092,74
Recursos não Vinculados de Impostos				
3.3.90.39.00 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	58.400,00	60.488,00	66.862,16	71.542,51
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	58.400,00	60.488,00	66.862,16	71.542,51
Recursos não Vinculados de Impostos				
3.3.90.46.00 Auxílio - Alimentação	6.069,46	6.494,32	6.948,92	7.435,35
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	6.069,46	6.494,32	6.948,92	7.435,35
Recursos não Vinculados de Impostos				
3.3.90.49.00 Auxílio - Transporte	2.640,00	2.824,80	3.022,54	3.234,11
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	2.640,00	2.824,80	3.022,54	3.234,11
Recursos não Vinculados de Impostos				
3.3.90.93.00 Indenizações e Restituições	1.000,00	1.070,00	1.144,90	1.225,04
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	1.000,00	1.070,00	1.144,90	1.225,04
Recursos não Vinculados de Impostos				
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Micro-Região				
Estado de Minas Gerais	PLANO PLURIANUAL			
QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS POR FONTE				
Poder.....: 01 - Consórcio Interm.de Saúde Da Micro-Reg.do Vale Do Piranga				
Órgão.....: 11 - FARMACIS				
Unidade .....: 01 - FARMACIS RATEIO				
PROJETO/ATIVIDADE	2026	2027	2028	2029
TOTAL DA UNIDADE	106.747,66	114.220,00	122.215,39	130.770,45
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Micro-Região				
Estado de Minas Gerais	PLANO PLURIANUAL			
QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS POR FONTE				
Poder.....: 01 - Consórcio Interm.de Saúde Da Micro-Reg.do Vale Do Piranga				
Órgão.....: 11 - FARMACIS				

Unidade .....: 02 - FARMACIS CONVENIO				
PROJETO/ATIVIDADE	2026	2027	2028	2029
10.303.0012.2016 Convênio FARMACIS	**2.100,00**	**82.467,88**	**2.560,89**	**2.740,14**
3.3.90.39.00 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	1.000,00	30.000,00	1.223,20	1.308,82
1.632.000.0000 Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	1.000,00	30.000,00	1.223,20	1.308,82
3.3.90.93.00 Indenizações e Restituições	100,00	12.467,88	114,49	122,50
1.632.000.0000 Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	100,00	12.467,88	114,49	122,50
4.4.90.52.00 Equipamentos E Material Permanente	1.000,00	40.000,00	1.223,20	1.308,82
1.632.000.0000 Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	1.000,00	40.000,00	1.223,20	1.308,82
TOTAL DA UNIDADE	2.100,00	82.467,88	2.560,89	2.740,14
TOTAL DO ÓRGÃO	108.847,66	196.687,88	124.776,28	133.510,59
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Micro-Região				
Estado de Minas Gerais	PLANO PLURIANUAL			
QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS POR FONTE				
Poder.....: 01 - Consórcio Interm.de Saúde Da Micro-Reg.do Vale Do Piranga				
Órgão.....: 12 - Complementação do Piso da Enfermagem				
Unidade .....: 01 - Complementação do Piso da Enfermagem				
PROJETO/ATIVIDADE	2026	2027	2028	2029
10.302.0013.2017 Complementação Nacional do Piso da Enfermagem.	**79.904,06**	**85.265,12**	**79.904,06**	**79.904,06**
3.1.90.11.00 Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	79.904,06	85.265,12	79.904,06	79.904,06
1.605.000.0000 Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem.	79.904,06	85.265,12	79.904,06	79.904,06
TOTAL DA UNIDADE	79.904,06	85.265,12	79.904,06	79.904,06
TOTAL DO ÓRGÃO	79.904,06	85.265,12	79.904,06	79.904,06
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Micro-Região				
Estado de Minas Gerais	PLANO PLURIANUAL			
QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS POR FONTE				
Poder.....: 01 - Consórcio Interm.de Saúde Da Micro-Reg.do Vale Do Piranga				
Órgão.....: 13 - Rede Logistica para Vigilância Laboratorial				
Unidade .....: 01 - Rede Logistica para Vigilância Laboratorial				
PROJETO/ATIVIDADE	2026	2027	2028	2029
10.302.0014.2018 Manutenção das Atividades do Programa de Vigilância Laboratorial.	**4.273,60**	**87.625,62**	**4.892,80**	**5.235,28**
3.1.90.04.00 Contratação por Tempo Determinado	0,00	22.000,00	0,00	0,00
1.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	0,00	22.000,00	0,00	0,00
3.1.90.13.00 Obrigações Patronais	0,00	9.000,00	0,00	0,00
1.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	0,00	9.000,00	0,00	0,00
3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	0,00	4.000,00	0,00	0,00
1.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	0,00	4.000,00	0,00	0,00
3.1.90.94.00 Indenizações E Restituições Trabalhistas	0,00	6.000,00	0,00	0,00
1.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	0,00	6.000,00	0,00	0,00
3.3.90.14.00 Diárias - Pessoal Civil	0,00	5.000,00	0,00	0,00
1.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	0,00	5.000,00	0,00	0,00
3.3.90.30.00 Material De Consumo	1.068,40	5.000,00	1.223,20	1.308,82
1.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	1.068,40	5.000,00	1.223,20	1.308,82
3.3.90.39.00 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	1.068,40	15.000,00	1.223,20	1.308,82
1.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	1.068,40	15.000,00	1.223,20	1.308,82
4.4.90.51.00 Obras E Instalações	1.068,40	15.482,44	1.223,20	1.308,82
1.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	1.068,40	15.482,44	1.223,20	1.308,82
4.4.90.52.00 Equipamentos E Material Permanente	1.068,40	6.143,18	1.223,20	1.308,82
1.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	1.068,40	6.143,18	1.223,20	1.308,82
TOTAL DA UNIDADE	4.273,60	87.625,62	4.892,80	5.235,28
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Micro-Região				
Estado de Minas Gerais	PLANO PLURIANUAL			
QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS POR FONTE				
Poder.....: 01 - Consórcio Interm.de Saúde Da Micro-Reg.do Vale Do Piranga				
Órgão.....: 13 - Rede Logistica para Vigilância Laboratorial				
Unidade .....: 02 - REDE LOGÍSITICA VIGILÂNCIA LABORATORIAL - CONTRATOS				
PROJETO/ATIVIDADE	2026	2027	2028	2029
10.302.0014.2019 Manutenção das Atividades do Programa de Vigilância Laboratorial - Contratos	**60.917,92**	**65.182,17**	**69.744,92**	**74.627,07**
3.1.90.04.00 Contratação por Tempo Determinado	30.946,61	33.112,87	35.430,77	37.910,93
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	30.946,61	33.112,87	35.430,77	37.910,93
Recursos não Vinculados de Impostos				
3.1.90.11.00 Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	2.000,00	2.140,00	2.289,80	2.450,09
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	2.000,00	2.140,00	2.289,80	2.450,09
Recursos não Vinculados de Impostos				
3.1.90.13.00 Obrigações Patronais	11.201,85	11.985,98	12.825,00	13.722,75
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	11.201,85	11.985,98	12.825,00	13.722,75
Recursos não Vinculados de Impostos				
3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	1.000,00	1.070,00	1.144,90	1.225,04
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	1.000,00	1.070,00	1.144,90	1.225,04
Recursos não Vinculados de Impostos				
3.1.90.94.00 Indenizações E Restituições Trabalhistas	1.000,00	1.070,00	1.144,90	1.225,04
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	1.000,00	1.070,00	1.144,90	1.225,04
Recursos não Vinculados de Impostos				
3.3.90.14.00 Diárias - Pessoal Civil	500,00	535,00	572,45	612,52
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	500,00	535,00	572,45	612,52
Recursos não Vinculados de Impostos				
3.3.90.39.00 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	4.560,00	4.879,20	5.220,74	5.586,20
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	4.560,00	4.879,20	5.220,74	5.586,20
Recursos não Vinculados de Impostos				
3.3.90.46.00 Auxílio - Alimentação	6.069,46	6.494,32	6.948,92	7.435,35
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	6.069,46	6.494,32	6.948,92	7.435,35
Recursos não Vinculados de Impostos				
3.3.90.49.00 Auxílio - Transporte	2.640,00	2.824,80	3.022,54	3.234,11
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	2.640,00	2.824,80	3.022,54	3.234,11
Recursos não Vinculados de Impostos				
3.3.90.93.00 Indenizações e Restituições	1.000,00	1.070,00	1.144,90	1.225,04
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	1.000,00	1.070,00	1.144,90	1.225,04
Recursos não Vinculados de Impostos				

Consórcio Intermunicipal de Saúde da Micro-Região				
Estado de Minas Gerais	PLANO PLURIANUAL			
QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS POR FONTE				
Poder.....: 01 - Consórcio Interm.de Saúde Da Micro-Reg.do Vale Do Piranga				
Órgão.....: 13 - Rede Logistica para Vigilância Laboratorial				
Unidade .....: 02 - REDE LOGÍSITICA VIGILÂNCIA LABORATORIAL - CONTRATOS				
PROJETO/ATIVIDADE	2026	2027	2028	2029
TOTAL DA UNIDADE	60.917,92	65.182,17	69.744,92	74.627,07
TOTAL DO ÓRGÃO	65.191,52	152.807,79	74.637,72	79.862,35
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Micro-Região				
Estado de Minas Gerais	PLANO PLURIANUAL			
QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS POR FONTE				
Poder.....: 01 - Consórcio Interm.de Saúde Da Micro-Reg.do Vale Do Piranga				
Órgão.....: 14 - Gestão dos Serviços do CISAMAPI- PPI-RX- GLAUCOMA- APAC				
Unidade .....: 01 - Gestão dos Serviços do CISAMAPI-PPI-RX-GLAUCOMA- APAC-OUTROS				
PROJETO/ATIVIDADE	2026	2027	2028	2029
10.302.0003.2020 Manutenção dos Serviços Médicos e Ambulatoriais PPI	**745.529,94**	**745.529,94**	**853.557,23**	**913.306,24**
3.3.90.30.00 Material De Consumo	5.000,00	0,00	5.724,50	6.125,22
1.880.000.0000 Recursos Próprios dos Consórcios	5.000,00	0,00	5.724,50	6.125,22
3.3.90.39.00 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	740.529,94	745.529,94	847.832,73	907.181,02
1.880.000.0000 Recursos Próprios dos Consórcios	740.529,94	745.529,94	847.832,73	907.181,02
10.302.0003.2021 Manutenção dos Serviços Médicos e Ambulatoriais - APAC	**1.125.963,56**	**1.130.594,88**	**1.289.115,68**	**1.379.353,78**
3.1.90.11.00 Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	57.342,72	38.205,99	65.651,68	70.247,30
1.880.000.0000 Recursos Próprios dos Consórcios	57.342,72	38.205,99	65.651,68	70.247,30
3.1.90.13.00 Obrigações Patronais	19.061,01	13.389,72	21.822,95	23.350,56
1.880.000.0000 Recursos Próprios dos Consórcios	19.061,01	13.389,72	21.822,95	23.350,56
3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	4.500,00	4.815,00	5.152,05	5.512,69
1.880.000.0000 Recursos Próprios dos Consórcios	4.500,00	4.815,00	5.152,05	5.512,69
3.1.90.94.00 Indenizações E Restituições Trabalhistas	1.485,27	1.589,24	1.700,49	1.819,52
1.880.000.0000 Recursos Próprios dos Consórcios	1.485,27	1.589,24	1.700,49	1.819,52
3.3.90.30.00 Material De Consumo	512.055,36	460.600,00	586.252,18	627.289,83
1.880.000.0000 Recursos Próprios dos Consórcios	512.055,36	460.600,00	586.252,18	627.289,83
3.3.90.39.00 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	531.519,20	611.994,93	608.536,33	651.133,88
1.880.000.0000 Recursos Próprios dos Consórcios	531.519,20	611.994,93	608.536,33	651.133,88
10.302.0003.2022 Gestão dos Serviços de RX- CISAMAPI	**247.587,95**	**215.355,29**	**283.463,44**	**303.305,88**
3.3.90.30.00 Material De Consumo	7.000,00	480,00	8.014,30	8.575,30
1.880.000.0000 Recursos Próprios dos Consórcios	7.000,00	480,00	8.014,30	8.575,30
3.3.90.39.00 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	216.587,95	193.785,29	247.971,54	265.329,55
1.880.000.0000 Recursos Próprios dos Consórcios	216.587,95	193.785,29	247.971,54	265.329,55
3.3.90.40.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	24.000,00	21.090,00	27.477,60	29.401,03
1.880.000.0000 Recursos Próprios dos Consórcios	24.000,00	21.090,00	27.477,60	29.401,03
TOTAL DA UNIDADE	2.119.081,45	2.091.480,11	2.426.136,35	2.595.965,90
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Micro-Região				
Estado de Minas Gerais	PLANO PLURIANUAL			
QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS POR FONTE				
Poder.....: 01 - Consórcio Interm.de Saúde Da Micro-Reg.do Vale Do Piranga				
Órgão.....: 14 - Gestão dos Serviços do CISAMAPI- PPI-RX- GLAUCOMA- APAC				
Unidade .....: 01 - Gestão dos Serviços do CISAMAPI-PPI-RX-GLAUCOMA- APAC-OUTROS				
PROJETO/ATIVIDADE	2026	2027	2028	2029
TOTAL DO ÓRGÃO	2.119.081,45	2.091.480,11	2.426.136,35	2.595.965,90
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Micro-Região				
Estado de Minas Gerais	PLANO PLURIANUAL			
QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS POR FONTE				
Poder.....: 01 - Consórcio Interm.de Saúde Da Micro-Reg.do Vale Do Piranga				
Órgão.....: 15 - Gestão dos Serviços do CISAMAPI- Recurso Próprio				
Unidade .....: 01 - Gestão dos Serviços do CISAMAI- Recursos Próprios				
PROJETO/ATIVIDADE	2026	2027	2028	2029
10.122.0001.2023 Manutenção das Atividades Administrativas - Recurso Próprio	**18.000,00**	**30.819,46**	**19.541,60**	**20.909,54**
3.1.90.04.00 Contratação por Tempo Determinado	0,00	4.219,46	0,00	0,00
1.880.000.0000 Recursos Próprios dos Consórcios	0,00	4.219,46	0,00	0,00
3.1.90.11.00 Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	2.000,00	5.000,00	2.289,80	2.450,09
1.880.000.0000 Recursos Próprios dos Consórcios	2.000,00	5.000,00	2.289,80	2.450,09
3.1.90.13.00 Obrigações Patronais	2.000,00	2.000,00	2.289,80	2.450,09
1.880.000.0000 Recursos Próprios dos Consórcios	2.000,00	2.000,00	2.289,80	2.450,09
3.1.90.94.00 Indenizações E Restituições Trabalhistas	2.000,00	1.500,00	2.289,80	2.450,09
1.880.000.0000 Recursos Próprios dos Consórcios	2.000,00	1.500,00	2.289,80	2.450,09
3.3.90.14.00 Diárias - Pessoal Civil	2.000,00	1.000,00	1.223,20	1.308,82
1.880.000.0000 Recursos Próprios dos Consórcios	2.000,00	1.000,00	1.223,20	1.308,82
3.3.90.30.00 Material De Consumo	2.000,00	3.500,00	2.289,80	2.450,09
1.880.000.0000 Recursos Próprios dos Consórcios	2.000,00	3.500,00	2.289,80	2.450,09
3.3.90.39.00 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	2.000,00	4.000,00	2.289,80	2.450,09
1.880.000.0000 Recursos Próprios dos Consórcios	2.000,00	4.000,00	2.289,80	2.450,09
3.3.90.47.00 Obrigações Tributárias e Contributivas	2.000,00	3.500,00	2.289,80	2.450,09
1.880.000.0000 Recursos Próprios dos Consórcios	2.000,00	3.500,00	2.289,80	2.450,09
3.3.90.92.00 Despesas de Exercícios Anteriores	2.000,00	2.500,00	2.289,80	2.450,09
1.880.000.0000 Recursos Próprios dos Consórcios	2.000,00	2.500,00	2.289,80	2.450,09
3.3.90.93.00 Indenizações e Restituições	2.000,00	3.600,00	2.289,80	2.450,09
1.880.000.0000 Recursos Próprios dos Consórcios	2.000,00	3.600,00	2.289,80	2.450,09
10.122.0001.2024 Despesas de Gestão - CISAMAPI.	**197.144,43**	**62.745,84**	**197.144,43**	**197.144,43**
3.3.90.30.00 Material De Consumo	98.571,72	31.372,92	98.571,72	98.571,72
1.880.000.0000 Recursos Próprios dos Consórcios	98.571,72	31.372,92	98.571,72	98.571,72
3.3.90.39.00 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	98.572,71	31.372,92	98.572,71	98.572,71
1.880.000.0000 Recursos Próprios dos Consórcios	98.572,71	31.372,92	98.572,71	98.572,71
TOTAL DA UNIDADE	215.144,43	93.565,30	216.686,03	218.053,97
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Micro-Região				
Estado de Minas Gerais	PLANO PLURIANUAL			
QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS POR FONTE				

Poder.....: 01 - Consórcio Interm.de Saúde Da Micro-Reg.do Vale Do Piranga				
Órgão.....: 15 - Gestão dos Serviços do CISAMAPI- Recurso Próprio				
Unidade .....: 02 - Gestão dos Serviços do CISAMAPI- Leilão				
PROJETO/ATIVIDADE	2026	2027	2028	2029
10.122.0001.1001 Ampliação e Reforma Sede CISAMAPI - Recurso Leilão	**2.000,00**	**20.000,00**	**2.289,80**	**2.450,08**
4.4.90.51.00 Obras E Instalações	1.000,00	10.000,00	1.144,90	1.225,04
1.756.000.0000 Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Indireta	1.000,00	10.000,00	1.144,90	1.225,04
4.4.90.52.00 Equipamentos E Material Permanente	1.000,00	10.000,00	1.144,90	1.225,04
1.756.000.0000 Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Indireta	1.000,00	10.000,00	1.144,90	1.225,04
TOTAL DA UNIDADE	2.000,00	20.000,00	2.289,80	2.450,08
TOTAL DO ÓRGÃO	217.144,43	113.565,30	218.975,83	220.504,05
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Micro-Região				
Estado de Minas Gerais	PLANO PLURIANUAL			
QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS POR FONTE				
Poder.....: 01 - Consórcio Interm.de Saúde Da Micro-Reg.do Vale Do Piranga				
Órgão.....: 16 - Programa Miguilim- Saúde Ocular				
Unidade .....: 01 - Programa Miguilim- Saúde Ocular				
PROJETO/ATIVIDADE	2026	2027	2028	2029
10.302.0010.2025 Programa Miguilim -Módulo de Saúde Ocular	**204.075,76**	**205.075,74**	**130.665,51**	**139.812,10**
3.3.90.30.00 Material De Consumo	114.128,32	53.130,42	130.665,51	139.812,10
1.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	114.128,32	53.130,42	130.665,51	139.812,10
3.3.90.39.00 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	89.947,44	151.945,32	0,00	0,00
1.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	89.947,44	151.945,32	0,00	0,00
TOTAL DA UNIDADE	204.075,76	205.075,74	130.665,51	139.812,10
TOTAL DO ÓRGÃO	204.075,76	205.075,74	130.665,51	139.812,10
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Micro-Região				
Estado de Minas Gerais	PLANO PLURIANUAL			
QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS POR FONTE				
Poder.....: 01 - Consórcio Interm.de Saúde Da Micro-Reg.do Vale Do Piranga				
Órgão.....: 18 - Ultra Baixo Volume (UBV-Veicular)				
Unidade .....: 01 - UBV- Veicular - para controle do Aedes aegypti				
PROJETO/ATIVIDADE	2026	2027	2028	2029
10.305.0016.2026 UBV Veicular para controle do Aedes aegypti	**156.000,00**	**0,00**	**1.223,20**	**1.308,82**
3.3.90.39.00 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	156.000,00	0,00	1.223,20	1.308,82
1.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	156.000,00	0,00	1.223,20	1.308,82
TOTAL DA UNIDADE	156.000,00	0,00	1.223,20	1.308,82
TOTAL DO ÓRGÃO	156.000,00	0,00	1.223,20	1.308,82
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Micro-Região				
Estado de Minas Gerais	PLANO PLURIANUAL			
QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS POR FONTE				
Poder.....: 01 - Consórcio Interm.de Saúde Da Micro-Reg.do Vale Do Piranga				
Órgão.....: 20 - Progarama de Apoio Técnico as Ações de Vigilância Sanitária				
Unidade .....: 01 - Programa de Apoio Técnico- VISA- CIS				
PROJETO/ATIVIDADE	2026	2027	2028	2029
10.304.0006.2027 Programa VISA- CIS	**1.168.772,31**	**103.584,22**	**2.000,00**	**2.000,00**
3.1.90.04.00 Contratação por Tempo Determinado	778.848,19	10.000,00	0,00	0,00
1.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	778.848,19	10.000,00	0,00	0,00
3.1.90.11.00 Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
1.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
3.1.90.13.00 Obrigações Patronais	1.000,00	5.000,00	1.000,00	1.000,00
1.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	1.000,00	5.000,00	1.000,00	1.000,00
3.1.90.16.00 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	1.000,00	3.500,00	0,00	0,00
1.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	1.000,00	3.500,00	0,00	0,00
3.1.90.94.00 Indenizações E Restituições Trabalhistas	123.228,34	2.800,00	0,00	0,00
1.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	123.228,34	2.800,00	0,00	0,00
3.3.90.14.00 Diárias - Pessoal Civil	12.000,00	1.700,00	0,00	0,00
1.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	12.000,00	1.700,00	0,00	0,00
3.3.90.30.00 Material De Consumo	31.900,00	25.000,00	0,00	0,00
1.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	31.900,00	25.000,00	0,00	0,00
3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção	1.000,00	1.300,00	0,00	0,00
1.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	1.000,00	1.300,00	0,00	0,00
3.3.90.39.00 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	150.670,65	28.000,00	0,00	0,00
1.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	150.670,65	28.000,00	0,00	0,00
3.3.90.40.00 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	1.000,00	3.800,00	0,00	0,00
1.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	1.000,00	3.800,00	0,00	0,00
3.3.90.46.00 Auxílio - Alimentação	54.625,13	8.000,00	0,00	0,00
1.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	54.625,13	8.000,00	0,00	0,00
3.3.90.49.00 Auxílio - Transporte	2.500,00	0,00	0,00	0,00
1.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	2.500,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.93.00 Indenizações e Restituições	5.000,00	3.484,22	0,00	0,00
1.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	5.000,00	3.484,22	0,00	0,00
4.4.90.51.00 Obras E Instalações	2.500,00	5.000,00	0,00	0,00
1.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	2.500,00	5.000,00	0,00	0,00
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Micro-Região				
Estado de Minas Gerais	PLANO PLURIANUAL			
QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS POR FONTE				
Poder.....: 01 - Consórcio Interm.de Saúde Da Micro-Reg.do Vale Do Piranga				
Órgão.....: 20 - Progarama de Apoio Técnico as Ações de Vigilância Sanitária				
Unidade .....: 01 - Programa de Apoio Técnico- VISA- CIS				
PROJETO/ATIVIDADE	2026	2027	2028	2029
4.4.90.52.00 Equipamentos E Material Permanente	2.500,00	5.000,00	0,00	0,00
1.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	2.500,00	5.000,00	0,00	0,00
TOTAL DA UNIDADE	1.168.772,31	103.584,22	2.000,00	2.000,00
TOTAL DO ÓRGÃO	1.168.772,31	103.584,22	2.000,00	2.000,00
TOTAL DO PODER	34.452.703,32	41.088.664,95	37.726.514,74	40.322.643,07
TOTAL GERAL	34.452.703,32	41.088.664,95	37.726.514,74	40.322.643,07
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Micro-Região do Vale do Piranga				
Estado de Minas Gerais	PLANO PLURIANUAL			
QUADRO DE DETALHAMENTO DAS RECEITAS POR FONTE				

NATUREZA	2026	2027	2028	2029
1.3.2.1.01.1.1 Remuneração De Depósitos Bancários - Principal	362.644,27	530.214,14	301.591,49	308.993,51
1.605.000.0000 Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem.	504,06	2.765,12	504,06	504,06
1.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	13.094,70	310.965,84	17.281,92	18.491,65
1.632.000.0000 Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	2.100,00	82.467,88	2.560,89	2.740,14
1.756.000.0000 Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Indireta	200,00	10.000,00	489,80	650,08
1.880.000.0000 Recursos Próprios dos Consórcios	346.745,51	124.015,30	280.754,82	286.607,58
1.6.3.1.53.0.1 Serviços Ambulatoriais - Principal	1.987.484,87	2.091.480,11	2.362.072,71	2.527.417,81
1.880.000.0000 Recursos Próprios dos Consórcios	1.987.484,87	2.091.480,11	2.362.072,71	2.527.417,81
1.6.9.9.99.0.1 Outros Serviços - Principal	765.043,50	1.354.169,98	878.657,95	940.163,98
1.880.000.0000 Recursos Próprios dos Consórcios	765.043,50	1.354.169,98	878.657,95	940.163,98
1.7.1.3.50.5.1 Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Gestão do SUS - Principal	79.400,00	82.500,00	79.400,00	79.400,00
1.605.000.0000 Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais	79.400,00	82.500,00	79.400,00	79.400,00
da enfermagem.				
1.7.2.3.50.0.1 Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS - Principal	1.527.676,49	205.075,74	118.808,53	126.985,12
1.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	1.527.676,49	205.075,74	118.808,53	126.985,12
1.7.3.9.50.0.1 Transferências de Municípios a Consórcios Públicos - Principal	29.366.385,73	35.803.240,78	33.621.575,02	35.975.085,24
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	29.366.385,73	35.803.240,78	33.621.575,02	35.975.085,24
Recursos não Vinculados de Impostos				
2.2.1.3.01.0.1 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	1.800,00	10.000,00	1.800,00	1.800,00
1.756.000.0000 Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Indireta	1.800,00	10.000,00	1.800,00	1.800,00
2.4.2.1.50.0.1 Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS - Principal	2.350,48	60.000,00	2.691,06	2.879,43
1.621.000.0000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	2.350,48	10.000,00	2.691,06	2.879,43
1.621.069.0000 Recursos recebidos do Novo Acordo de Reparação do Rio Doce.	0,00	50.000,00	0,00	0,00
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual				
2.4.3.9.50.0.1 Transferências de Municípios a Consórcios Públicos - Principal	359.917,98	951.984,20	359.917,98	359.917,98
1.500.000.1002 Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	359.917,98	951.984,20	359.917,98	359.917,98
Recursos não Vinculados de Impostos				
TOTAL GERAL	34.452.703,32	41.088.664,95	37.726.514,74	40.322.643,07

Publicado por:
Israel Marinho Aparecido
Código Identificador:F76A6181

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CONQUISTA

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2026

PROCESSO Nº 111/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2026
REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2026

CONTRATANTE**: MUNICÍPIO DE CONQUISTA**
FORNECEDOR: **HEILA RESTAURANTE LTDA, BRUNA SILVA DE OLIVEIRA 329.400.778-78 & F.A.S – CALCADOS E COMERCIO LTDA**

OBJETO: A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PRONTAS, TIPO "MARMITEX" E SELF SERVICE PARA ALMOÇO E JANTAR AOS FUNCIONÁRIOS EM ATENDIMENTO ÁS SECRETARIAS MUNICIPAIS NAS CIDADES DE CONQUISTA, UBERABA E SACRAMENTO, CONFORME ANEXOS** conforme especificações do Termo e demais especificações estabelecidas no ato convocatório que permeou este certame, que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com a documentação e proposta de preços apresentadas pelas licitantes classificadas em primeiro lugar por item, conforme consta nos autos do Processo nº 111/2026.

1.1.1 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) produtos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

VALOR: Os preços registrados, a especificação dos produtos, visando o MENOR PREÇO POR ITEM, os quantitativos, marcas, empresa(s) fornecedora(s) e representante legal, em ordem de classificação das propostas por item, constarão do quadro abaixo:

HEILA RESTAURANTE LTDA

ITEM	DESCRIÇÃO	EMB	QTDE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
03	MARMITEX REFEICAO TIPO MARMITEX, COM REFRIGERANTE DE 600ML OU SUCO NO MUNICIPIO DE UBERABA. A COMPOSICAO DA REFEICAO DEVERA SER VARIADA, CONTENDO NO MINIMO: 300G DE ARROZ, 100G DE FEIJAO, 100G DE VERDURA OU TUBERCULO COZIDO, 100G DE COMPANHAMENTO, 100G DE CARNE BRANCA, 100G DE CARNE VERMELHA.AS REFEICOES DEVEM SER SERVIDAS UTILIZANDO EMBALAGENS EM ALUMINIO OU ISOPOR DESCARTAVEIS, COM TAMPA, ACOMPANHANDO DE TALHERES DESCARTAVEIS (GARFO E FACA) E ACOMPANHADO DE UM REFRIGERENTE 600ML OU SUCO. O FORNECIMENTO DAS MARMITEX DEVERA SER ENTREGUE EM LOCAIS INDICADOS, EM ATE 1 HORA APOS A SOLICITACAO PELA SECRETARIA REQUISITANTE OU SERVIDOR DELEGADO PARA ESTA FINALIDADE, QUE PODERA SER FEITO POR TELEFONE, EMAIL OU DOCUMENTO FISICO. A COMIDA DEVE SER PREPARADA COM NO MAXIMO 2 HORAS ANTES DA ENTREGA. O FORNECIMENTO DEVERA SER DE 2 A SABADO OU NOS DIAS E HORARIOS DETERMINADOS POR ESSA SECRETARIA	UN	500	PRÓPRIA	R$ 28,90	R$ 14.450,00

06	SERVICO DE SELF-SERVICE A VONTADE UBERABA – MG	**SV**	**3.000**	**PROPRIA**	**R$ 43,30**	**R$ 129.900,00**

BRUNA SILVA DE OLIVEIRA

ITEM	DESCRIÇÃO	EMB	QTDE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	MARMITEX REFEICAO TIPO MARMITEX, COM REFRIGERANTE DE 600ML OU SUCO NO MUNICIPIO DE CONQUISTA. A COMPOSICAO DA REFEICAO DEVERA SER VARIADA, CONTENDO NO MINIMO: 300G DE ARROZ, 100G DE FEIJAO, 100G DE VERDURA OU TUBERCULO COZIDO, 100G DE COMPANHAMENTO,100G DE CARNE BRANCA, 100G DE CARNE VERMELHA.AS REFEICOES DEVEM SER SERVIDAS UTILIZANDO EMBALAGENS EM ALUMINIO OU ISOPOR DESCARTAVEIS, COM TAMPA, ACOMPANHANDO DE TALHERES DESCARTAVEIS (GARFO E FACA) E ACOMPANHADO DE UM REFRIGERENTE 600ML OU SUCO. O FORNECIMENTO DAS MARMITEX DEVERA SER ENTREGUE EM LOCAIS INDICADOS, EM ATE 1 HORA APOS A SOLICITACAO PELA SECRETARIA REQUISITANTE OU SERVIDOR DELEGADO PARA ESTA FINALIDADE, QUE PODERA SER FEITO POR TELEFONE, EMAIL OU DOCUMENTO FISICO. A COMIDA DEVE SERPREPARADA COM NO MAXIMO 2 HORAS ANTES DA ENTREGA. O FORNECIMENTO DEVERA SER DE 2 A SABADO OU NOS DIAS E HORARIOS DETERMINADOS POR ESSA SECRETARIA	**UN**	**500**	**PRÓPRIA**	**R$ 26,00**	**R$ 13.000,00**
04	SERVICO DE SELF-SERVICE A VONTADE CONQUISTA MG	**SV**	**3000**	**PROPRIA**	**R$ 40,00**	**R$ 120.000,00**

F.A.S – CALÇADOS E COMERCIO LTDA

ITEM	DESCRIÇÃO	EMB	QTDE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
05	SERVICO DE SELF-SERVICE A VONTADE SACRAMENTO – MG	**SV**	**3000**	**PRÓPRIA**	**R$ 45,00**	**R$ 135.000,00**

VIGÊNCIA. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

Conquista/MG, aos 26 (vinte e seis) dias do mês de agosto de 2026.

ANDRIA MAIRA MANZAN CROSARA
Procuradora Geral do Município de Conquista/MG

Publicado por:
Isis Vieira Abate
Código Identificador:AE4A36C1

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO DO SEGUNDO APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 121/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2025
REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/82025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CONQUISTA

CONTRATADO: **JM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**
OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo de **50 %** ao valor inicial do contrato, para atender modificações e adequações no projeto inicial, sendo acréscimo de itens já existentes, conforme art. 124, I, "b" e 125, da Lei 14.133/2021, especificamente:

ITEM	UNID.	DESCRIÇÃO	QUAT. INICIAL	QUANT. ADITADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR DO ACRESCIMO
67	AM	**PROLIA 60 MG/ML - AMGM**	02	01	R$ 654,80	R$ 654,80

VALOR: O acréscimo deste Termo aditivo representa um acréscimo de **50 %** ao valor inicial do contrato, mediante acordo entre as partes, o que simboliza o importe de **R$ 654,80 (seiscentos e cinquenta e quatro reais e oitenta centavos).**

CONQUISTA/MG,26 DE AGOSTO DE 2026.

ÃNDRIA MAIRA MANZAN CROSARA
Procuradora Geral do Município

Publicado por:
Isis Vieira Abate
Código Identificador:CE3EABCF

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CORAÇÃO DE JESUS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO-PREGÃO ELETRÔNICO Nº27/2026

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente constante no preâmbulo do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO** nº **27/2026**, Processo Administrativo nº **0074/2026**, após análise, conferência e deliberação, resolve **ADJUDICAR** o procedimento em epígrafe, nos seguintes termos:

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS (ARES-CONDICIONADOS E MONITOR MULTIPARÂMETRO) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL SÃO VICENTE DE PAULO, EM ATENDIMENTO A RESOLUÇÃO Nº. 10.162 DE 23 DE MAIO DE 2025, DESTINADO AO REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS DE INVESTIMENTOS PARA A POLÍTICA DE ESTRUTURAÇÃO DA ATENÇÃO HOSPITALAR DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA.

Resumo

Fornecedor	Estimado	Adjudicado	Diferença
BRASIL DEVICES EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA - 34.680.592/0001-51 brasildevices@uol.com.br - (41) 3699-3278	34.359,34	31.190,00	3.169,34 Proveito (9,22%)
FELIPE ALTAMIRO ESPINDOLA - 20.481.118/0001-96 rumo.licitacao@gmail.com - (47) 3308-1056	52.632,84	37.926,96	14.705,88 Proveito (27,94%)
Totais	**86.992,18**	**69.116,96**	**17.875,22 Proveito (20,55%)**

Detalhes

Fornecedor: BRASIL DEVICES EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA - **CPF/CNPJ:** 34.680.592/0001-51				
Lote 3	**Data/Hora da Adjudicação - 24/08/2026 15:43:57**			
MONITOR MULTIPARAMETRO,				
Descrição Item	**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
MONITOR MULTIPARAMETRO,:DESCRICAO CONFORME TERMO DE REFERENCIA	2,00	unidade	15.595,00	31.190,00
Marca: CREATIVE **Fabricante:** SHENZHEN CREATIVE **Modelo:**K12INDUSTRY CO., LTD.-CHINA				

Lote 1	**Data/Hora da Adjudicação - 24/08/2026 15:43:41**			
APARELHO DE AR CONDICIONADO DE 12000 BTUS do tipo SPLIT HI WALL,				
Descrição Item	**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
APARELHO DE AR CONDICIONADO DE 12000 BTUS do tipo SPLIT HI WALL,:tecnologia DUAL INVERTER , voltagem: 220V ,Cor branco , funcao sleep, auto clean, material da condensadora contra corrosao , material da serpentina cobre, Homologacao e Registro do INMETRO, Faixa de REGISTRO DE CLASSIFICACAO PROCEL tipo A, controle remoto sem fio, fluido ecologico R-410A , timer, funcao swing: 4 direcoes , modos de operacao: auto/cool/fan/dry, tecnologia turbo, protecao anticorrosivo, direcionador horizontal e vertical, dimensoes externas minimas 717 x 495 x 230 mm, dimensoes internas minimas 837 x 308 x 192 mm . A unidade devera atender o aperfeicoamento do Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE) previsto na Portaria N 234/ 2020 do INMETRO. Garantia: Os produtos deverao ter garantia do fabricante no minimo de 10 (dez) anos para o compressor e 01 (um) ano para unidade evaporadora, condensadora.	12,00	unidade	2.333,33	27.999,96
Marca: AGRATTO **Fabricante:** AGRATTO **Modelo:** ZEN				
Lote 2	**Data/Hora da Adjudicação - 24/08/2026 15:43:49**			
AR CONDICION ADO SPLIT ON/OFF, HI WALL (PAREDE), 18000 BTUS/H, CICLO FRIO APARELHO AR CONDICIONADO, CAPACIDADE REFRIGERACAO:18.000 BTU/H, VAZAO AR:900 M3/H, TENSAO:220 V, FREQUENCIA:60 HZ, CORRENTE ELETRICA REFRIGERACAO:8,75 A, TIPO:SPLIT HI WALL, CARACTE				
Descrição Item	**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
AR CONDICION ADO SPLIT ON/OFF, HI WALL (PAREDE), 18000 BTUS/H, CICLO FRIO APARELHO AR CONDICIONADO, CAPACIDADE REFRIGERACAO:18.000 BTU/H, VAZAO AR:900 M3/H, TENSAO:220 V, FREQUENCIA:60 HZ, CORRENTE ELETRICA REFRIGERACAO:8,75 A, TIPO:SPLIT HI WALL, CARACTERISTICAS ADICIONAIS:CONTROLE REMOTO DIGITAL SEM FIO / CO OMPRESSOR ROTA.:	3,00	unidade	3.309,00	9.927,00
Marca: AGRATTO **Fabricante:** AGRATTO **Modelo:** LIV				

Coração De Jesus, 24 de Agosto de 2026.

SAMUEL BARRETO NETO
Autoridade Competente

Publicado por:
Rafael Ramos Prates
Código Identificador:91E25C42

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO-PREGÃO ELETRÔNICO Nº27/2026

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente constante no preâmbulo do Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO** nº **27/2026**, Processo Administrativo nº **0074/2026**, após análise, conferência e deliberação, resolve **HOMOLOGAR** o procedimento em epígrafe, nos seguintes termos:
Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS (ARES-CONDICIONADOS E MONITOR MULTIPARÂMETRO) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL SÃO VICENTE DE PAULO, EM ATENDIMENTO A RESOLUÇÃO Nº. 10.162 DE 23 DE MAIO DE 2025, DESTINADO AO REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS DE INVESTIMENTOS PARA A POLÍTICA DE ESTRUTURAÇÃO DA ATENÇÃO HOSPITALAR DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA.

Resumo

Fornecedor	Estimado	Homologado	Diferença
BRASIL DEVICES EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA - 34.680.592/0001-51 brasildevices@uol.com.br - (41) 3699-3278	34.359,34	31.190,00	3.169,34 Proveito (9,22%)
FELIPE ALTAMIRO ESPINDOLA - 20.481.118/0001-96 rumo.licitacao@gmail.com - (47) 3308-1056	52.632,84	37.926,96	14.705,88 Proveito (27,94%)
Totais	**86.992,18**	**69.116,96**	**17.875,22 Proveito (20,55%)**

Detalhes

Fornecedor: BRASIL DEVICES EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA - **CPF/CNPJ:** 34.680.592/0001-51				
Lote 3	**Data/Hora da Homologação - 24/08/2026 15:44:24**			
MONITOR MULTIPARAMETRO,				
Descrição Item	**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
MONITOR MULTIPARAMETRO,:DESCRICAO CONFORME TERMO DE REFERENCIA	2,00	unidade	15.595,00	31.190,00
Marca: CREATIVE **Fabricante:** SHENZHEN CREATIVE **Modelo:**K12INDUSTRY CO., LTD.-CHINA				

Lote 1	**Data/Hora da Homologação - 24/08/2026 15:44:09**			
APARELHO DE AR CONDICIONADO DE 12000 BTUS do tipo SPLIT HI WALL,				
Descrição Item	**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
APARELHO DE AR CONDICIONADO DE 12000 BTUS do tipo SPLIT HI WALL,:tecnologia DUAL INVERTER , voltagem: 220V ,Cor branco , funcao sleep, auto clean, material da condensadora contra corrosao , material da serpentina cobre, Homologacao e Registro do INMETRO, Faixa de REGISTRO DE CLASSIFICACAO PROCEL tipo A, controle remoto sem fio, fluido ecologico R-410A , timer, funcao swing: 4 direcoes , modos de operacao: auto/cool/fan/dry, tecnologia turbo, protecao anticorrosivo, direcionador horizontal e vertical, dimensoes externas minimas 717 x 495 x 230 mm, dimensoes internas minimas 837 x 308 x 192 mm . A unidade devera atender o aperfeicoamento do Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE) previsto na Portaria N 234/ 2020 do INMETRO. Garantia: Os produtos deverao ter garantia do fabricante no minimo de 10 (dez) anos para o compressor e 01 (um) ano para unidade evaporadora, condensadora.	12,00	unidade	2.333,33	27.999,96
Marca: AGRATTO **Fabricante:** AGRATTO **Modelo:** ZEN				
Lote 2	**Data/Hora da Homologação - 24/08/2026 15:44:17**			
AR CONDICION ADO SPLIT ON/OFF, HI WALL (PAREDE), 18000 BTUS/H, CICLO FRIO APARELHO AR CONDICIONADO, CAPACIDADE REFRIGERACAO:18.000 BTU/H, VAZAO AR:900 M3/H, TENSAO:220 V, FREQUENCIA:60 HZ, CORRENTE ELETRICA REFRIGERACAO:8,75 A, TIPO:SPLIT HI WALL, CARACTE				
Descrição Item	**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
AR CONDICION ADO SPLIT ON/OFF, HI WALL (PAREDE), 18000 BTUS/H, CICLO FRIO APARELHO AR CONDICIONADO, CAPACIDADE REFRIGERACAO:18.000 BTU/H, VAZAO AR:900 M3/H, TENSAO:220 V, FREQUENCIA:60 HZ, CORRENTE ELETRICA REFRIGERACAO:8,75 A, TIPO:SPLIT HI WALL, CARACTERISTICAS ADICIONAIS:CONTROLE REMOTO DIGITAL SEM FIO / CO OMPRESSOR ROTA.:	3,00	unidade	3.309,00	9.927,00
Marca: AGRATTO **Fabricante:** AGRATTO **Modelo:** LIV				

Coração De Jesus, 24 de Agosto de 2026.

SAMUEL BARRETO NETO
Autoridade Competente

Publicado por:
Rafael Ramos Prates
Código Identificador:4C4FC18B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE DIVINÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
PORTARIA Nº 179/2026, AGOSTO DE 2026.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, GESTÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SEPLAG
DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS
GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO
Avenida Paraná nº 2.601, Sala 307 – Bairro São José – Divinópolis/Minas Gerais – CEP: 35.501-170
(37) 3229-6528 - rh@divinopolis.mg.gov.br

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, GESTÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SEPLAG PORTARIA Nº 179/2026, AGOSTO DE 2026.

AUTORIZAÇÃO DE HORAS EXTRAS

O Sr. Thiago Nunes Lemos, Secretário Municipal de Planejamento, Gestão, Ciência e Tecnologia, e a Sra. Mariana Borges Campos dos Santos, Diretora de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais;
Considerando a necessidade do serviço, e em atendimento ao que estabelece o Art. 1º, inciso I, II e III do Decreto nº 14.525/21, de 27de julho de 2021, publicado no Diário Oficial dos Municípios Mineiros no dia 29/07/2021;

RESOLVE:
Art. 1º AUTORIZAR horas extras, aos servidores discriminados abaixo, lotados na Gerência de Administração - SEPLAG, em razão da necessidade do serviço e em atendimento ao que estabelece o artigo 108, §1º, da Lei Complementar nº 009/1992.

MATRÍCULA	**NOME DO SERVIDOR**	**DESCRIÇÃO ESPECÍFICA DO SERVIÇO A SER EXECUTADO E EXPOSIÇÃO DOS MOTIVOS PARA A ATIVIDADE EXTRAORDINÁRIA**	**DESCRIÇÃO DO RISCO DE PREJUÍZO EM CASO DE SOBRESTAMENTO DA ATIVIDADE ATÉ QUE POSSA SER EXECUTADA EM JORNADA DIÁRIA REGULAR SUBSEQUENTE**	**EXPOSIÇÃO DO PERÍODO PARA A REALIZAÇÃO DO SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO**
99045060/1	**GERALDO VILMAR DA COSTA**	Necessidade de realização de serviços de pintura no 2º e 5º andares, em razão da instalação de novo mobiliário e da adequação do layout das salas, visando proporcionar melhores condições de organização e funcionalidade dos ambientes.	A execussão da pintura deve ocorrer de forma célere, uma vez que eventual atraso comprometerá o cronograma dos serviços de marcenaria e, consequentemente, o retorno dos servidores aos seus respectivos postos de trabalho.	**07/07/2026 a 31 de agosto de 2026.**
99045059/1	**JOSÉ SOARES FILHO**	Necessidade de realização de serviços de pintura no 2º e 5º andares, em razão da instalação de novo mobiliário e da adequação do layout das salas, visando proporcionar melhores condições de organização e funcionalidade dos ambientes..	A execussão da pintura deve ocorrer de forma célere, uma vez que eventual atraso comprometerá o cronograma dos serviços de marcenaria e, consequentemente, o retorno dos servidores aos seus respectivos postos de trabalho.	**07 de julho de 2026 a 31 de agosto de 2026.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Divinópolis, agosto de 2026.

(Assinado Digitalmente)
THIAGO NUNES LEMOS
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão, Ciência e Tecnologia

(Assinado Digitalmente)
MARIANA BORGES CAMPOS DOS SANTOS
Diretora de Recursos Humanos

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:1F519D3A

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
RESULTADO DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO 025/2026 PROCESSO SELETIVO SEPLAG Nº 001/2025

Comunicamos a quem possa interessar a desclassificação dos abaixo relacionados, referente ao Processo Seletivo SEPLAG nº 001/2025 para assumir contrato temporário nos moldes da Lei Municipal nº 4450/98 listados abaixo.

	Engenheiro Civil	
Classificação	**Nome**	**Motivo da Desclassificação**
4º	Daniel Ribeiro Tavares	Não manifestou interesse na vaga
5º	Hyan Saldanha Maciel Corgozinho	Não manifestou interesse na vaga
6º	Carlos Eduardo Ribeiro Chula	Não manifestou interesse na vaga
8º	Matheus Evangelista Gonçalves Bispo	Não manifestou interesse na vaga
10º	Guilherme Freitas Ramos Grande	Não manifestou interesse na vaga
11º	Pedro Henrique Gomes Eugenio	Não manifestou interesse na vaga
13º	Luiz Gustavo Gomes Trindade	Não manifestou interesse na vaga
14º	Filipe Augusto Resende Mota	Não manifestou interesse na vaga
15º	Daniel Junio Da Silveira	Não manifestou interesse na vaga
16º	Thaissa Lorrane Aparecida Bernardes	Não manifestou interesse na vaga
17º	Stephanie Silva Oliveira	Não manifestou interesse na vaga
18º	Leonardo Faleiro Gomes	Não manifestou interesse na vaga
20º	João Álvaro Teodoro De Mendonça	Não manifestou interesse na vaga
22º	Lorena Nayara Guedes De Oliveira	Não manifestou interesse na vaga
23º	Frederico Gustavo De Lima Andrade	Não manifestou interesse na vaga
24º	Diego César Machado Oliveira	Não manifestou interesse na vaga
27º	Clara Alice Miranda	Não manifestou interesse na vaga
28º	Rikelme Pereira Do Nascimento Silva	Não manifestou interesse na vaga
29º	Rafaela Martins Neves Moreira	Não manifestou interesse na vaga
30º	Helena De Castro Batista	Não manifestou interesse na vaga
31º	Aline Faria Lopes	Não manifestou interesse na vaga
32º	Afonso Henrique Pimentel Goulart	Não manifestou interesse na vaga
33º	Tais Soares Da Cruz	Não manifestou interesse na vaga
34º	Lucas Eduardo Ribeiro	Não manifestou interesse na vaga
35º	Michelle Rayane Gomes	Não manifestou interesse na vaga
36º	Marcos Rodrigues Da Silva	Não manifestou interesse na vaga
37º	Priscila Alves Da Silva Machado	Não manifestou interesse na vaga
38º	Vinícius De Oliveira Carvalho	Não manifestou interesse na vaga
40º	Elvis Caetano Oliveira	Não manifestou interesse na vaga
41º	Lucas Souza Sales	Não manifestou interesse na vaga
42º	Anna Karoliny Dos Santos	Não manifestou interesse na vaga
43º	Marcio Antonio Ferreira	Não manifestou interesse na vaga
44º	Danrley Pereira Santos	Não manifestou interesse na vaga
45º	Natanael Ferreira Cunha	Não manifestou interesse na vaga
46º	Lucas Henrique De Almeida Santos	Não manifestou interesse na vaga
47º	Hortência Caroline Mesquita Costa	Não manifestou interesse na vaga
48º	Paulo Henrique Dos Santos	Não manifestou interesse na vaga
49º	Gabriel Vitor Rodrigues Costa	Não manifestou interesse na vaga
52º	Lucas Henrique Mendonça	Não manifestou interesse na vaga
53º	Alexandre Pereira Da Silveira	Não manifestou interesse na vaga
54º	Rodrigo Lucas Da Silva Souza	Não manifestou interesse na vaga
55º	Maria Eduarda Trindade Almeida	Não manifestou interesse na vaga
56º	Gabriel Cabral Pinto	Não manifestou interesse na vaga
58º	Isaque Misael Freitas	Não manifestou interesse na vaga
59º	Gustavo De Souza Belchior	Não manifestou interesse na vaga
60º	Rafael Dias De Paula	Não manifestou interesse na vaga
61º	Luiz Paulo Nunes De Oliveira	Não manifestou interesse na vaga
63º	Brenda Laura Pereira Lima	Não manifestou interesse na vaga
64º	Taicir Tarcisio Vaz Junior	Não manifestou interesse na vaga
65º	Luis Fernando Arruda Ferreira	Não manifestou interesse na vaga
67º	André Mesquita Maciel Reis	Não manifestou interesse na vaga
68º	Talita Aparecida Felipe	Não manifestou interesse na vaga
69º	Ricardo Celio Luz Rabelo De Melo	Não manifestou interesse na vaga
70º	Marcos Vinícius Duarte Martins	Não manifestou interesse na vaga

	Assistente Social	
Classificação	**Nome**	**Motivo da Desclassificação**
12º	Jonhy Michel Reis	Não manifestou interesse na vaga
14º	Carlos Lucio Ferreira De Assis	Não manifestou interesse na vaga
15º	Roberta Flávia Silva Lauar Miranda	Não manifestou interesse na vaga
16º	Sheila Aparecida Da Costa Fonseca	Não manifestou interesse na vaga
18º	Camila Helena Silva	Não manifestou interesse na vaga
19º	Graziela Oliveira Chagas Severo	Não manifestou interesse na vaga
22º	Juliana Fernandes Alves	Não manifestou interesse na vaga
23º	Valderlane Da Silva	Não manifestou interesse na vaga
24º	Helberth Cristian Barbosa	Não manifestou interesse na vaga

Divinópolis, agosto de 2026

(Assinado Digitalmente)
MARIANA BORGES CAMPOS DOS SANTOS
Diretora de Recursos Humanos

(Assinado Digitalmente)
MARCUS VINÍCIUS PENIDO SANTANA
Gerente de Recursos Humanos

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:7BFA93E1

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE FORMIGA

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
RELAÇÃO FINAL DOS INSCRITOS - PROCESSO SELETIVO Nº 006/2026

PROCESSO SELETIVO Nº 006/2026
RELAÇÃO FINAL DOS INSCRITOS

Segue a relação dos candidatos inscritos no Processo Seletivo Simplificado nº 006/2026, cujas provas serão realizadas no dia 20 de setembro de 2026 (20/09/2026).

Informamos que o local e os horários de realização das provas ainda serão definidos e divulgados posteriormente, por meio dos canais oficiais de comunicação.

A relação dos inscritos segue anexa para conferência e demais procedimentos necessários.

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL	
Nome do candidato	Data de Nascimento
ALESSANDRA FONSECA ROLINDO A	23/11/1989
ANA PAULA DA SILVA BISPO	31/01/1978
ANDERSON ANTÔNIO ALVES	27/09/1981
ANDREIA LUIZA DA SILVA	26/12/1976
BRUNA KETLEY MUNIZ RAMOS	18/12/1995
CLEBER RAMOS DA CUNHA	31/07/1976
DAIANA GOULART	08/11/1988
DANIELA FREIRE BRANT	05/12/2002
DIUSNARA VIRGÍNIA DOS SANTOS	26/06/1969
ELIDA APARECIDA DA COSTA	21/11/1990
ELISANGELA FATIMA DE SOUSA	08/09/1989
FREDERICO OZANAN DE CASTRO	28/06/1994
GABRIEL MORAIS DE MOURA	12/10/2005
GEISA GARCIA MENDES	16/07/1989
GRAZIELA SILVATEIXEIRA	20/04/1980
GREICIELLY RIBEIRO COUTO	07/05/1982
ISABEL CRISTINA DE PAULA	19/12/1980
JESSICA DE SOUZA ENES	24/12/1990
KÊNIA CRISTINA DE FARIA MENDONÇA	13/06/1981
LEILA CRISTINA DA CRUZ	08/07/1976
LETÍCIA DE FARIA NOGUEIRA	02/05/1996
LUCIANA APARECIDA DA SILVA OLIVEIRA	09/10/1982
MARIA EMÍLIA SOUZA DOS SANTOS	09/11/2002
MATILDES CRISTINA DA SILVA	30/10/1979
MAXWANER DE OLIVEIRA CUNHA	10/10/1988
NATÁLIA CRISTINA BERNARDES SILVA	18/06/1986
NAYARA DE OLIVEIRA SOUSA	03/03/1997
NEIVA FERNANDES DA SILVA	17/03/1963
ROSEMEIRE FERREIRA PINTO	07/06/1967
STEFANE CAROLINE ALVES	13/05/1995
STELLA ARANTES	31/12/1984
TATIANE FERREIRA DA SILVA OLIVEIRA	10/11/1987
CARGO : AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO	
AMANDA BELO OLIVEIRA	25/05/1987
AMANDA DE CASTRO SANTOS	24/09/1999
ANA MARIA CLARA AFONSO MOREIRA DA SILVA	07/05/2004
ANGELITA SILVEIRA RODRIGUES GOMES DINIZ	27/04/1994
BIANCA VANESSA DIAS MENDONÇA	11/08/1999
BRUNA MICHELY MAGELA	03/06/2009
DILVANA OLIVEIRA MATOS	04/02/1986
EDILSA SILVA INÁCIO REZENDE	27/08/1981
ELEN DE ARAÚJO LIMA	19/09/1985
FERNANDA DUARTE COSTA SILVA	14/07/2005
FERNANDA FONSECA	25/01/1986
FLÁVIA DE SOUZA BEIRA	02/11/1981
FRANSCYELLE PAULA GONÇALVES	30/08/1989
JULIANA VILANO FERREIRA	27/01/1984
JULIENE ALVES MARTINS	07/07/1991
KARINA CRISTINA REZENDE	26/12/1989
LETÍCIA KELLY SILVA	05/01/2000
LILIAN APARECIDA DA SILVA	03/10/1979
LILIAN APARECIDA DE MENESES	10/03/1998

LISIANE CRISTINA ALMEIDA VELOSO	19/01/1980
MARILENE GUIMARÃES	03/07/1988
MARLIZA DE ALMEIDA	20/07/1979
MAYRIENNE TEIXEIRA DE AZARA	12/03/1981
MELISSA FRANCIELE DEBRITO	14/12/1995
NATA RAISSA FARIA	15/03/1993
PRISCILA CRISTINA AZEVEDO	22/03/1991
RAIDENES SIMÕES MAIA	14/03/1967
RENATA RIBEIRO DA SILVA	15/08/1985
SOLANGE PEREIRA DA FONSECA	15/02/1982
TALITA RODRIGUES SILVA NUNES	16/11/2008
VANESSA FÁTIMA DE OLIVEIRA PIRES	19/02/1986
CARGO: AUXILIAR EM FARMÁCIA	
ADRIANA APARECIDA DA SILVA	02/03/1987
AIALA CRISTINA DE MELO	29/12/1988
ANA CLÁUDIA MELO	01/03/1997
ANA JÚLIA SOUTO DE CARVALHO	12/02/2006
ANDRÉIA MENDONÇA PINHEIRO	30/03/1983
ANELISE APARECIDA DA SILVA	20/01/1973
ARIANE CRISTINE DE CASTRO	10/07/1986
ARTHUR HENRIQUE LIMA MENDONÇA	25/01/2003
BIANCA DIAS MELO	30/01/1998
BIANCA RODRIGUES	17/02/2001
BRENDA SOUSA PEREIRA	25/05/2000
CAMILA NUNES MACHADO COSTA	16/05/1992
CAMILLY FERNANDES CARVALHO	11/10/2007
CAMILY STEFANE GONÇALVES	28/05/2005
CARLA APARECIDA SANTOS MEDEIROS	25/04/1994
CARLA PATRÍCIA GONÇALVES	24/05/1990
CESAR OLIVEIRA MENDONÇA	28/12/1975
CLEIDILANE MARIA DE OLIVEIRA	17/09/1979
CRISTINA FRANCISCA MACHADO	04/08/1983
DANIEL CORDEIRO DA TRINDADE	15/01/1982
DANIELE PAIVA FARIA	19/04/2003
DENILSA ROSA ARANTES	19/05/1993
DEYDSON DA SILVA RIBEIRO	11/12/1997
ELLEN CRISTINA DA SILVA	15/09/1994
EMERSON WILLIAM DE OLIVEIRA	04/06/1987
EMILY MELISSA BATISTA GOMES	24/06/2004
ENILDA APARECIDA DE SOUSA	26/01/1982
ÉRICA CRISTINA DOS ANJOS GONÇALVES NUNES	20/11/1996
EUNICE FERNANDES VIEIRA DE PAULA	18/11/1089
FERNANDA APARECIDA CUNHA DA SILVA	12/10/1990
FERNANDA APARECIDA PINTO ROSA	19/11/1996
FLÁVIA VIEIRA SANTOS	09/03/1983
GABRIELA CRISTINA SILVA DE OLIVEIRA	25/05/1993
GERALDO HENRIQUE MATIAS CORDEIRO	20/03/1998
GISLAINE VERÔNICA DE OLIVEIRA	03/09/1982
ILIETE BATISTA DA SILVA ANTENOR	20/08/1970
ISABELE FONSECA RODRIGUES	24/07/1999
JADIR JÚLIO SILVA	22/04/1966
JENIFER NEVES	31/12/1994
JÉSSICA CRISTINA GUIMARÃES	31/12/1992
JHENIFER CRISTINA OLIVEIRA SILVA	17/10/2000
JOHN HENRIQUE DO CRUZEIRO	22/02/1988
JOICE DE FÁTIMA ROSA SILVA	12/05/1987
JOSÉ LUIZ DA SILVA NUNES	13/04/2007
JÚLIA HELEN COSTA ARAÚJO	04/05/1999
KAREN ROSILENE DE ALMEIDA ALVARENGA	23/10/1986
KESSIA KENI DOS REIS	27/06/1995
KETLEN APARECIDA DA COSTA WILSON	01/11/2000
LETÍCIA VERSIANI VASCONCELOS	05/10/1997
LÍGIA CRISTINA DE OLIVEIRA	23/04/2004
LÍVIA CRUZ TEODORO	15/04/1993
LORENA MARIA SILVA	26/02/1997
LORRAYNE LOURDES LOUREIRO DE SOUSA	09/08/2003
LORRAYNE MARA SILVA	04/02/1993
LUANA CRISTINA DE OLIVEIRA	28/01/1997
LUCAS MESSIAS	13/01/1997
LUCAS PATRICK FONSECA OLIVEIRA	23/02/2001
LUCILENE OLIVEIRA GUIMARÃES	30/07/1984
LUÍSA CÁSSIA ALVES	08/07/2005
MAGALI GERALDA TEODORO FERREIRA	26/03/1979
MAIRA FERNANDA ALVES PACHECO	16/03/2004
MARIA EDUARDA DE CASTRO DA SILVA	05/06/1998
MARIA HELENA DA SILVA PIRES	13/04/1980
MARLON VICTOR LEAL	22/04/2002
MATEUS CARDOSO SILVA	15/05/2000
MATHEUS ANTONIO VELOSO	11/02/1999
MICHELI CUSTÓDIO DINIZ	15/04/1988
MIDIAN DOS SANTOS ANDRADE	13/11/1999
NATÁLIA EVELIN JOSÉ MARIA DA SILVA	16/12/1997
NAYARA MEYRIANE DA SILVA	27/03/1992
NEIDE CRISTIANE DE OLIVEIRA	25/02/1982
NEIDE NAIR ARANTES	23/07/1980
PABLO AUGUSTO VIEIRA SOUTO	08/07/2006
PATRÍCIA ARAÚJO FURTADO	25/06/1987
PATRÍCIA DE FÁTIMA NASCIMENTO	02/02/1990
PAULO AUGUSTO DE CASTRO	30/11/1987

PEDRO ANTONIO DE PAULO	03/04/2005
RAFAELA ANDRESSA ALVES TEIXEIRA	05/09/1998
RENNER ALVES TEIXEIRA DE OLIVEIRA	28/12/1996
ROBERTA DAS GRAÇAS SILVA CARVALHO	12/04/1983
ROMILDA RESENDE SILVA CAMILO	06/04/1982
SABRINA FLAVIA OLIVEIRA	17/03/2007
SAMYRA GRACIENE DE SOUSA	23/04/2004
TAMIRES ALVES DA SILVA	22/07/1993
TAMIRES REYLA SILVA GARCIA	09/04/1993
THAMARA CARVALHO VILELA BERNARDES	28/04/1987
THAYNARA RODRIGUES FONSECA	15/06/2003
THIAGO CARVALHO VILELA	01/10/1985
VALDA APARECIDA MENDONÇA PINHEIRO	20/11/1965
WALDINEIA GRACIENE DA SILVA	06/03/1989
WALQUÍRIA HELENA RAMOS SILVA	15/08/1985
CARGO: CIRURGIÃO DENTISTA	
AMANDA VILAÇA	19/02/2002
ANA CAROLINA SILVESTRE	14/07/2000
ANDRÉ ANTÔNIO DE FARIA	15/03/1960
ANNA LUÍSA ROCHA OLIVEIRA	06/06/1999
AUGUSTO CÂNDIDO VIEIRA	05/02/1999
CAMILA DE CASTRO SILVA	18/08/2004
CAMILY VITÓRIA DE SÁ	01/10/2002
CAROLLINE GOMES PINTO	14/08/1987
CELSO EDUARDO RODRIGUES NUNES	19/05/1958
CHRISTIANE FÁTIMA OLIVEIRA	14/09/1983
DEBORA NETO	29/03/1997
ELLEN BRITO PEREIRA	24/09/1995
FABIANA FREITAS FARIA OLIVEIRA	30/12/2002
FLÁVIO HENRIQUE REZENDE SANDY	04/11/1975
GABRIELA ALVES PAIZANTE	18/06/2003
GABRIELA BERNARDES REZENDE FERREIRA CARDOSO	14/10/1993
GABRIELA COSTA PAIM	28/05/2002
GIULIANE MARTINS SILVA	13/02/1993
JÚLIA EMANUELLE FRANÇA	05/01/2000
JÚLIA OLIVEIRA SANTOS	23/09/1999
JULIANA CORREA GARCIA OLIVEIRA	10/04/1995
KAROLINA REYSILA SILVEIRA GONTIJO	20/04/1994
KELLY RENATA RODRIGUES PINTO TEIXEIRA	08/08/1980
LAIS MAIA TORRES	14/10/1998
LARISSA ELISA ALVES SILVA	10/01/1997
LAVÍNIA VIEIRA DE MORAIS COSTA	21/03/2003
LEANDRA FERNANDES RODRIGUES SILVA	15/04/2003
LETÍCIA OLIVEIRA FELIPE	11/08/2000
LETÍCIA SILVA FREITAS	12/01/1983
LUCAS HENRIQUE DE OLIVEIRA	15/09/1999
LUDIMILA PEREIRA PERNAMBUCO	30/06/1982
MARCELLO TAVARES VARGAS	17/04/1998
MARIA LUIZA ARAÚJO ALMEIDA	17/07/1998
MARIANA DEL PONTE	01/07/1984
MARINA NASCIMENTO CASAGRANDE	28/08/1981
MARINA RIBEIRO BORGES	25/07/2003
MELLISSA ELLEN MARCELINA ALVES	29/05/1999
MICHELLE SILVA	11/05/1999
MILLENA BARROS	18/11/1996
MONALISA ROSA	03/10/1997
MYLENE CRISTINA RESENDE	02/11/1996
PÂMELA RODRIGUES E SILVA	25/09/2001
PATRICIA AGRESTA LOVATO DA SILVA	21/05/1986
PAULA CRISTINA FELIX SILVA	03/01/2001
PAULO AUGUSTO ALVES PASSOS	29/10/2000
POLIANA FERNANDES BELO	26/05/2000
RAPHAEL VELOSO DE OLIVEIRA	15/05/1989
RENATA OLIVEIRA E SILVA PRADO	11/05/1990
SENICY APARECIDA COSTA	25/09/1977
THAMIRIS DA MATA RIBEIRO	10/02/1999
TONY SEMONILLE DUTRA	01/08/1975
WALLAS FERNANDES FERREIRA ANDRADE	29/12/2001
WENDELL EDISIO QUEIROGA VIANA	10/09/1974
CARGO: ENFERMEIRO	
ALESSA DE PAULA OLIVEIRA	27/07/1992
ALESSANDRA CAMPOS SILVA	11/05/2000
ALUIZIO DOS SANTOS TELES	27/11/1978
ALYCE RAFAELLA DE PAULA ELEUTERIO	05/08/1998
ALYCIA BARROS DE CARVALHO ANDRADE	09/10/2002
AMANDA DE CASTRO ROSA PEREIRA FONSECA	21/10/1982
AMANDA MARQUES	20/07/1997
ANA CLARA CAETANO SILVA	04/03/2005
ANA CLÁUDIA DA SILVA	05/05/1987
ANA LUÍSA DO COUTO SILVA	23/07/2001
ANA LUIZA DE SOUZA	09/06/1996
ANA MARA GONÇALVES DE ALMEIDA	06/02/1986
ANA MARIA CAMPOS DA SILVA	11/09/1977
ANA PAULA PONTARA DOS REIS	27/09/1970
ANDRELLY KAROLINE SANTOS DA COSTA	20/10/1999
ÂNGELA FERREIRA EL KHALIL	08/02/1980
ANNA CLARA MACIEL	13/12/1999
ANTÔNIO CARLOS DA SILVA	13/02/1966
BEATRIZ FARIA CAMPOS	28/12/2003

BEATRIZ VIEIRA MOREIRA	01/05/1992
BETANIA ROCHA SERAFIM BRAGA	18/10/1985
BRÍGIDA VIEIRA BERNARDES	21/10/1983
BRUNA APARECYDA CUNHA FIRMINO	29/05/2003
CARLA CRISTINA FERREIRA	10/11/1987
CRISTINA APARECIDA FERREIRA	29/10/1982
DANIELE CARDOSO NUNES SOUZA	26/09/1987
DANIELY APARECIDA DE OLIVEIRA	06/06/2001
EDER LEAL	06/09/1981
ELISANGELA KARINA MARTINS	10/04/1980
EMILIA DAS GRACAS DA SILVA	14/04/1980
ERIKA BRUNA FERNANDES FURTADO	16/01/1986
FABIANA ALVESGOMES	23/07/1979
FABIANE MAGELA RIBEIRO MORAES	26/01/1981
FERNANDA GESSICA SOARES CARDOSO	20/02/1990
FERNANDA LARA BELO	20/07/2001
FERNANDA MARQUES FERNANDES	28/06/1999
FERNANDA THAÍS SILVA	23/02/2001
FRANCIELLI RENATA LUIZA DE PAIVA	05/01/1997
FRANCIELY CHAIANY DA SILVEIRA	05/12/1991
GABRIELA ALVES COSTA	07/10/2003
GABRIELA TEIXEIRA CHAGAS	10/10/1990
GEOVANE ESTEVES	10/12/1981
GLEISIELLE FERREIRA DA SILVA	20/09/1979
HEMILLY KATLYN ALVES	17/04/2001
IANDARA CORINA DA SILVEIRA	01/10/1981
INGRID VITORIO MARQUES	24/01/2001
ISADORA LINHARES REZENDE	27/04/2004
JAQUELINE FERREIRA JORDÃO	28/08/1988
JAYNE CÁSSIA RODRIGUES	10/05/1993
JENIFFER STEFANY DE SOUZA SANTOS	11/08/1995
JÉSSICA LUIZA DE CASTRO FONSECA	07/07/2001
JOELMA CIRILA SIMÃO	12/11/1980
JONATHAN ALEXANDRE DE SOUZA	01/01/1997
JOSÉ ORLANDO FERNANDES REIS	11/11/1980
JOSIANE APARECIDA AZEVEDO DE OLIVEIRA	27/01/1988
JOSUE SAMUEL DE OLIVEIRA	12/04/1989
JULIANA APARECIDA FERNANDES SANTOS	19/12/1992
KARINE DE LOURDES CAMARGOS CASTRO	11/06/1979
KARINE FERNANDES ANDRADE SILVA	23/04/1987
KAROLAINE SILVA MARTINS	26/08/2001
KATHIENE PESSOA	01/10/1977
KEILA LOPES DE ARAÚJO	27/08/1987
KEMELLY DE SOUSA SILVA	06/04/2001
LARISSA DE CASTRO VAZ	23/05/1988
LARISSA PIRES PINHEIRO	04/08/1981
LEIDIANA CARVALHO	30/03/1979
LEONARDO DE CASTRO SANTOS	25/06/1990
LILIANBIBIANE DA SILVA FERREIRA	02/08/1979
LILIANE APARECIDA DA COSTA SILVA	24/10/1999
LIVIA FARIA DE OLIVEIRA	17/03/2002
LÍVIA MARIA VIEIRA	24/03/2001
LUANA TAMARA HORÁCIO SOLLA	12/03/1984
LUCIANA MARIA ARANTES	15/08/1982
LUCIENE FERNANDES DE OLIVEIRA	31/07/1990
LUCIENE GOMES ROCHA	17/02/1995
LUIZA OLIVEIRA SILVA	10/05/2002
LUMA CAROLINE RIBEIRO SILVA	16/02/1991
MANUELA HOSTALACIO FREITAS COUTO	28/04/2003
MARIA ÂNGELA DA MATA	08/10/1977
MARIA DALVA FARIA	20/08/1969
MARIA EDUARDA GUIMARÃES	25/05/2004
MARIA EDUARDA SIMÕES OLIVEIRA	28/12/2001
MARIA LUCIENE LOPES MARINHO	10/08/1975
MARIA LUIZA VIEIRA OLIVEIRA	06/06/1999
MARIANA DE SOUZA REIS	21/02/2002
MARIANE CORRÊA DA SILVA LOPES	16/11/1986
MARINES TOME ROCHA FONSECA	14/12/1984
MAYRA MAIA RODRIGUES	24/09/1984
MICHEEL DOUGLAS SILVA	07/05/1982
MILENE APARECIDA DE OLIVEIRA CHAVES	30/08/1972
NATÁLIA ALVES DE CARVALHO SILVA	22/01/1999
NAYARA FIGUEIREDO COSTA	29/01/2001
PATRICIA IVARS PASSOS	13/03/1997
PAULA REZENDE FERNANDES	07/08/1997
PAULA FERNANDA TAVARES	14/06/1988
PAULA SILVEIRA ARANTES BRITO	26/08/1992
PAULA TEIXEIRA SORAGGI	14/11/1992
POLLYANA ARANTES CHAVES	24/06/1986
RAFAEL DOUGLAS DA CUNHA	28/03/1996
RAFAELA FREITAS	27/11/2004
RAMIRA BORGES MARTINS	26/04/1983
REGIANE APARECIDA NUNES GONZAGA DA SILVA	25/04/1979
ROSARIA PEREIRA GONÇALVES	09/11/1982
SABRINA MARA DE MORAIS	04/06/1998
SANDRA CRISTINA LOPES DE SOUZA	01/10/1990
SÁVIO GOMES BALDUINO	10/11/1999
SILMARA DE SOUZA COSTA	21/06/1986
TAINÁ MICAELA PEREIRA SILVA	27/05/1996

TATIANA APARECIDA ARAÚJO	21/07/1993
VIVIAN ALVARENGA DE PAULA NAZARIO	29/06/1996
VIVIAN APARECIDA PICARDI CUNHA	29/11/1980
WEYNDERSOHN DA SILVA FONSECA	07/09/1981
WORKITON ROBERTO GUIMARAES	28/10/1985
CARGO: FARMACÊUTICO	
ALEXANDRE LUIZ CARNEIRO MOREIRA PINTO	05/01/1990
ANAMELIA SILVA PASSOS	28/01/1972
ANDREIA CRISTINA FIGUEIREDO	03/06/1978
DENISE CRISTIANA DE OLIVEIRA	15/01/1974
JÉSSICA SOUZA DE JESUS ALMEIDA	13/04/1992
JOSIANE FRANCIELE FERREIRA	10/06/1993
JULIANA GOMES DE SOUZA	28/08/1083
LARISSA GONÇALVES	09/09/1987
MARIA THERESA GOMES SILVA	07/06/2001
MARIANA GREGIO ALBERNAZ DE VIVEIROS	19/08/1988
MARLENE MARIA DE SOUSA	29/02/1972
RENATA DE OLIVEIRA ARANTES E SILVA SOUZA	08/03/1995
SUSAN DE ARAÚJO BARRETO	09/09/1985
TALISSON GUILHERME DA SILVA	30/08/1999
CARGO: FISCAL SANITÁRIO	
ADRIANA CRUZ DE OLIVEIRA	14/05/1982
ADRIANA DA SILVA	24/08/1982
ADRIANA DE LOURDES GUIMARÃES	02/08/1979
ADRIANA GERALDA GONÇALVES	31/01/1976
ALESSANDRA CAROLINE COSTA	01/07/1994
ALEX RIBEIRO DE FARIA	06/10/1970
ALEX SANDRO DE FARIA LEAL	21/07/1977
AMANDA GONÇALVES COSTA	13/07/1999
AMARILIA BATISTA	27/12/1966
ANA CLARA GARCIA OLIVEIRA	01/02/2001
ANA LUIZA VILELA MUNIZ	27/08/2000
ANA PAULA DE OLIVEIRA	02/04/1989
ANA PAULA PEREIRA	18/08/1977
ANALICE RIBEIRO QUEIROZ	02/04/2007
ANGELA MENDES DE MORAIS	28/04/1985
ARIANA SILVA	05/10/1996
ARTHUR BRAYAM SILVA OLIVEIRA	20/12/2008
ARTHUR CAMPOS VIEIRA	08/05/2004
AURECI CRISTINA DE FARIA	12/08/1979
AYLLA KATHARINY SILVEIRA SILVA	02/02/2001
BERNADETE SEIXAS ALMEIDA	18/05/1981
CAMILA CASSIA ALVES	05/03/2000
CÍCERO BARBOSA MARTINS	17/05/1987
CLARKSON BATISTA	30/04/1985
CLAUDIA MARIA ARANTES	23/04/1973
CRISTINA GONÇALVES PEREIRA LEAL	13/03/1981
DÉBORA ISABELLA DE FARIA	30/09/2008
DÉBORA ROCHA VIEIRA	20/03/1996
EDGAR ANTONIO DA SILVA JUNIOR	12/02/1998
ELEILDE CRUZ SILVA	20/03/1992
ELIDA JESSICA APARECIDA DA FONSECA	12/12/1990
ELIZANGELA LEMOS GARCIA	22/04/1982
ÊNIO EMAR DA SILVA	12/04/1978
EVA MARA FELINA PEREIRA	24/07/2003
FABRÍCIO SOARES	07/09/1987
FELIPE MAJELLA RAMOS	16/09/1992
FELIPE OLIVEIRA ARAÚJO	22/01/1992
FERNANDO SILVA DUARTE	22/12/1990
GABRIELA VEIGA PEDROSO	14/09/1998
GERALDO NAZIAZENO MATIAS DA SILVA	10/02/1976
GILBERTO DO ROSARIO ONOFRE	24/09/1973
GIOVANNA GONDIM DA CRUZ FONSECA	06/06/2004
GIOVANNA MARA TEIXEIRA	08/08/2005
GLADSTON WESLEY TEODOLINO	03/12/1994
GUILHERME DANIEL DE SOUZA	10/03/1994
HENRIQUE CASTRO ALMEIDA DE ALVARENGA	29/05/1987
HUDSON AUGUSTO DA SILVA D"ALESSANDRO	16/05/1976
ISAAC SORIANO MIRANDA	07/12/2006
ISMAIR FRANCISCO DE ASSIS	29/05/1981
JANAINA CRISTINA DE OLIVEIRA	14/05/1973
JANAÍNA VAZ DA SILVA	07/03/1982
JESSICA EUZEBIO VIANA	03/06/1991
JOAO GABRIEL FONSECA	19/12/2007
JORDANA LUÍSA DE CASTRO	29/04/1991
JOSIMAR DA SILVA	12/05/1987
JULIO CESAR EUZEBIO	15/03/1986
KAIQUE FERNANDES SANTOS	21/09/1994
KAMILLY EDUARDA ALVES DA SILVA	07/02/2009
KAMILY CRISTINE COSTA	06/02/2003
KATIUCIA APARECIDA FARIA PEDROSA	14/03/1985
KELLY BEANICE DE JESUS	11/05/1983
KELLY CRISTINA DA SILVA	26/07/1982
KIMBERLLY BORGES DE OLIVEIRA SOUZA	17/06/2008
LAÍS DE OLIVEIRA TEODORO	21/07/1999
LARISSA DE FARIA	02/05/1998
LARISSA LAISLA OLIVEIRA LEANDRO	29/06/2005
LAURA LUÍSA ALMEIDA RIBEIRO	06/03/2009
LEDIR MARIA CAMPOS	06/08/1976

LEIDIANE ALVES DE PAIVA	27/09/1988
LEIDIANE MARIA RODRIGUES	31/05/1985
LEILA DA PENHA MENDES	04/02/1963
LEILA MARIA ALVES PIMENTA	20/04/1970
LEONARDO OLINDO	16/08/1995
LETICIA OLIVEIRA DIAS DE JESUS	13/03/1992
LORENA KELLY MUNIZ	15/07/1987
LORRAINE ESTER DA CUNHA	24/10/1999
LUANA DA CRUZ CALIXTO	18/08/1995
LUCAS EDUARDO SILVA	27/01/1997
LUCAS JORDAN DA CUNHA	30/11/1992
LUCAS URQUIZA	10/01/2002
LUCIENE PEREIRA DA COSTA	15/07/1997
LUCILENE RODRIGUES	31/12/1967
LUDMILA VIANA ALMEIDA	19/02/1997
LUIZ FERNANDO VILANO FERREIRA	20/03/1989
LUIZ HENRIQUE DE MOURA CARVALHO	22/02/1985
LUIZ HENRIQUE DE SOUZA	27/05/1993
LUPERCIO SILVA DE MORAES	22/04/1966
MACION ANTÔNIO DE OLIVEIRA	29/08/1970
MAISA MIRANDA RODRIGUES DA SILVA	07/01/2002
MARAIZE MERCÇÊZ MAIA VIANA	23/08/1963
MARCO TÚLIO ARAÚJO	05/09/2006
MARCOS FELIPE PEREIRA SILVA	06/12/1989
MARIA APARECIDA DA FONSECA FERREIRA	06/11/1972
MARIA EDUARDA DE SOUZA	05/01/2003
MARIA LUISA NASCIMENTO MENDONÇA	22/06/2005
MARIA LUÍZA FERREIRA DA SILVA CARVALHO	05/12/2008
MARIANA DA SILVA ALVES	28/08/2006
MATEUS HENRIQUE CASTRO	13/03/1997
MIKAELA MORAES	28/06/1995
MILENE APARECIDA SILVA	20/07/1981
MYLENA MAIRA FERREIRA RODRIGUES	31/03/1999
NAIRA APARECIDA DA SILVA	30/11/1990
NATHAN JOVINO ROSA	03/08/1991
NAYARA APARECIDA FONSECA	13/06/1989
PABLO OLEGARIO COSTA	02/09/1998
PAMELA RODRIGUES DE MATOS	30/10/1999
RAFAELA TACIANE FERNANDES	28/07/2003
RAMON LEOPOLDINO DOS SANTOS	21/06/2009
RAYAN PEREIRA FELICIANO	18/07/2002
RENATA FARIA LUCIANO	03/12/2008
REUVANI IZABEL SILVA GOMES	24/06/1971
ROBSON PAULO CUNHA	24/04/1999
RONAN GUSTAVO DAMASCENO	06/06/1996
RUBENS ANTONIO PARREIRA JÚNIOR	01/07/1996
RUBENS PIRES VIANA	21/08/1980
SABRINA VIANA ALMEIDA	05/06/1995
SAMARA CAROLINA SILVA	11/04/1988
SAMARA SILVA DE SOUZA	30/04/1985
SAMÁRIA FERREIRA DO NASCIMENTO	16/06/1995
SAMUEL JONATAS	24/07/1995
SANDRA MARA COUTO DE SOUZA	09/08/2008
SANDRA MARA MORAIS DE FARIA	24/09/1972
SARALY BOLDRINI DA CONCEIÇÃO	28/03/2008
SAULO ALEXSANDER ALVES DE OLIVEIRA	15/02/2006
SHAIANE ALVES	14/10/1989
SILVANA MARIA DOS SANTOS PEREIRA	20/01/1970
SONIA VALÉRIA GERMANO	22/09/1977
STEFANE LAILA VIEIRA COSTA	03/10/1999
TADEU REZENDE NASCIMENTO MENDES	05/03/1985
TAMI APARECIDA DA SILVA	19/08/1991
TAMIRIS ROSARIO BERNARDES	02/04/1990
THAIS NAYARA PACHECO	27/03/1990
THAISE DE LIMA CARDOSO DOS SANTOS	13/08/1990
THIAGO FARIA	15/01/1985
THIAGO VIEIRA SANTOS	19/07/1986
THIAGO ZANATTA PERUCHI	30/11/1989
TUANY APARECIDA DA SILVA	24/02/1991
VICTOR GABRIEL	12/06/2008
VINÍCIUS PEDROSA FERNANDES DOS SANTOS	27/03/2002
VIVIANE FELIX FONSECA	09/07/1976
WALLEKSON GLEIDSON VIEIRA CANDIDO	06/03/2005
WARLEY LUCAS DA SILVA	15/04/1994
WELLINGTON JOSÉ DE FARIA	26/12/2000
WENDEL ANTONI BERNARDES DA SILVA	13/06/2004
WENDEL COSTA LOURENÇO	08/11/2006
WILLIAM MENEZES TORRES	02/08/2003
WILLIAN FRANCISCO DA SILVA	06/07/1980
YARA VITORIA RIBEIRO DA SILVA	27/11/1997
CARGO: FISIOTERAPEUTA	
AARON EMMANUEL COSTA DE OLIVEIRA	31/01/1998
ALINE MATIAS LEMOS	23/01/1991
ARTHUR BREDA DE MELO PASSOS	20/10/1992
ARTHUR LOPES FERREIRA	27/06/2006
BARBARA OLIVEIRA FERNANDES CAPPUCIO	25/06/1989
BRUNO ARAÚJO MACHADO	01/11/1998
CAIO CÉSAR FONSECA	14/02/1996
CAMILLY GIOVANNA VIEIRA LOPES	03/04/2003

CINTIA RIBEIRO DA SILVA	12/08/1996
ELLEM DA SILVA COUTINHO	24/01/2000
FERNANDA ALVES VIANA	01/07/2000
INGRID ANA BELO	13/05/2000
ISABELA CHAGAS GONÇALVES	15/05/2003
JAIME DE OLIVEIRA BRITO	08/08/1972
JENNIFER DAYANE DE SOUZA	11/02/2000
JÉSSICA DA COSTA SILVA	25/01/2000
KÊNIA APARECIDA DA SILVA	05/09/1988
LAÍS CRISTINA SOUSA	24/01/1992
LARA MENDONÇA VIEIRA	25/05/2000
LEANDRA HELENA DA SILVA CRUZ	21/09/2002
LUIZA AMÉLIA DE ALMEIDA	17/03/2003
MARCELA BRAGA DE CARVALHO	07/07/1995
MARIANA COUTO OLIVEIRA	25/10/1980
MEIRIANE KELY RIBEIRO	16/12/1985
MILENA MARTINELLE PIRES	09/04/2000
POLIANA FERNANDA BARBOSA	05/06/1980
RAQUEL PACHECO CARVALHO	03/06/1991
RÔMULO GOMES RODRIGUES	09/07/1992
SAULO ELYAS ARANTES	30/04/1990
CARGO: FONOAUDIÓLOGO	
ALEXIA COUTINHO BATISTA	19/06/2004
ANA CLARA MELO SILVA	06/03/2006
CYNTHIA CAROLINE SILVA MORAES	06/05/1993
ELISA RESENDE MORAES	16/07/1979
JÉSSICA ALEXANDRE COSTA	01/11/2006
TAMIRES OLÍMPIA DA SILVA	02/08/1994
TELMA CAROLINE SANABIO MACHADO	05/04/1983
YASMIN FERNANDES SOUZA	11/05/2004
CARGO: MÉDICO DA FAMÍLIA	
ALESSANDRA LEÃO FONSECA	31/03/1990
AMANDA DA SILVA SANTOS	15/05/1999
AMANDA RODRIGUES HALLAK	23/10/1998
ANA CLÁUDIA OLIVEIRA SOUZA	17/08/1990
ANA GABRIELA VIDAL DURÇO	09/06/1999
BRUNO HENRIQUE FERREIRA SILVA SANTOS	12/10/1996
CAIQUE DE CARVALHO SOUZA	31/10/1993
DANIELA MARIA MAGELLA CHAVES OLIVEIRA	26/03/1986
DANIELLY GOMES	11/03/2001
EMANUEL BATISTA DE SOUSA LIRA	25/05/1993
FRANCIANO CARLOS RABELO DE ANDRADE	08/11/1989
FREDERICO MONTEIRO TREVISAN	04/08/2001
GABRIEL SILVA ASSAF FERREIRA	24/12/1995
GABRIELA LUÍSA SILVA FONSECA	15/05/1997
GABRIELLE SILVEIRA VILAÇA	17/12/1993
GUILHERME FARIA	03/06/2002
GUILHERME HENRIQUE LOPES LIMA	02/09/1986
GUILHERME MARQUES SILVEIRA	24/03/2000
GUSTAVO HENRIQUE GARCIA ALMEIDA PASSOS	14/01/1997
HANNAH MARIA CASTRO PRIMO	07/05/1995
JUSSARA DO ROSÁRIO SANTOS	21/10/1989
KAIQUE DE JESUS REIS SILVA	21/02/1995
KAMILLY RODRIGUES COSTA LOPES	20/03/2003
KELVIN LORRAN DE PAULA MOREIRA	20/06/1997
LARISSA VELOSO PAIM	10/05/2001
LEONARDO ALEXANDRE DO AMARAL	01/09/2000
LEONARDO ANTÔNIO COSTA E SILVA	11/08/1998
LEONARDO MONTEIRO TREVISAN	21/10/2002
LETÍCIA ALVES MADEIRA	03/08/1998
LORENA DA SILVA GONÇALVES	02/08/2000
LORENA RODRIGUES BATISTA	21/02/1986
LUCAS GOULART PEREIRA	27/06/1995
LUDMILA MAFRA COLARES	25/09/2001
LUÍS FILIPE CARVALHO MEGALE	15/02/1993
LUÍSA CAROLINE PEDROSO COUTO	18/07/1995
MARCELA MORAIS OLIVEIRA	15/09/1994
MARIANA DA COSTA REZENDE	12/10/2000
OTAVIO DE PAULA VESPUCIO	23/11/1999
PEDRO HENRIQUE DE CAMPOS RIBEIRO	10/08/2000
RAÍSSA VITÓRIA PIRES MORAIS	17/05/2001
RICARDO PACÍFICO DE LIMA CRUZ	24/01/2000
SARAH FIGUEIREDO MIRANDA COSTA	19/10/1094
STEPHANIE CUNHA SOARES	14/12/2000
THAÍSSA OLIVEIRA VILAÇA	15/05/1998
THAMARA PEREIRA CASTRO	18/10/1996
THAYNA LARISSA VIANA	22/05/1998
THAYNARA MIRELLY DOS ANJOS MONÇÃO	04/12/2001
VALDIR CORDEIRO E PAULINO JÚNIOR	16/08/1989
VANYANA SANARA MIRANDA	17/06/1998
VINÍCIUS SILVEIRA RODRIGUES	03/03/1998
CARGO: NUTRICIONISTA	
ANA FLÁVIA ABREU FORTUNATO	12/03/2002
ANA LUIZA COSTA	03/09/1998
CAREN ROCHELE GOMES DOS SANTOS	30/09/1996
DENISE DE SOUZA REIS	13/03/1986
DIEGO GABRIEL FARIA	16/05/2002

FERNANDO CÉSAR SILVA LAGE	02/08/1982
GABRIEL FRADE DIAS	06/12/2002
GABRIELA SILVA LOUZADA	07/12/1998
GILBERTO CORREIA RAMOS NETO	17/09/1997
GUSTAVO DOS SANTOS CARVALHO	12/11/1996
HELENA AKIKO KAI	20/10/1971
JUCIMARA MOREIRA TEIXEIRA	28/11/1985
KAREN CRISTINA DE OLIVEIRA	03/06/1983
LAIS KELLY DE AZEVEDO BARBOSA	26/12/1986
LUÍSA PAIXÃO	31/07/1999
MICHELE DE OLIVEIRA VERÇOSA	15/09/1980
NADINI ALMEIDA DE SOUSA	18/12/1995
SOPHIA DUTRA SANTOS	12/03/2004
TAYLA SHERON SILVA	19/04/1999
VANESSA ANDRADE CARDOSO	24/09/1983
CARGO: PSICÓLOGO	
ANA FLÁVIA DE SOUSA	22/04/2000
BIANCA DE SOUZA SILVA	14/12/2001
BRUNO CÉSAR MORAIS LOPES	06/04/1989
DANIELLE ROSE ARAÚJO SANTOS GOUVEIA	04/11/1984
DÉBORA ALVES DOS REIS	08/11/1985
DIEGO LOPES OLIVEIRA	09/12/1987
FERNANDA FREIRE CARVALHO	22/06/1983
GABRIELA GARCIA RAMOS	11/03/2003
GRAZIELA CORREIA DA SILVA	19/04/1981
GUILHERME PEDROSA FERNANDES DOS SANTOS	27/03/2002
HEITOR CASTRO PEREIRA	20/05/1993
HELOANE CAROLINA PASSOS SILVA E VAZ	21/04/1985
ISAAC ALVES DE SOUSA	28/02/1987
ISABEL CRISTINA MIRANDA	15/06/2002
JACQUELINE AMORE	10/03/1962
LAÍS ARANTES RODRIGUES	11/07/1997
LAÍS DE CASTRO ARANTES	05/10/1991
LETÍCIA MARIA SILVEIRA ARANTES	11/07/2003
LIVIA FERNANDES EUFRASIO RODRIGUES	10/10/2002
LUDIMILA APARECIDA FONSECA MENEZES	19/09/1984
LUÍSA GIAROLA SILVA	01/03/2000
LYLA MARTINS	28/07/1976
MARINA ALVES PEREIRA	21/11/1972
MATEUS ALVES FERREIRA	19/09/1991
MORGANA CRISTHIANNE APARECIDA LIMA	07/12/1977
PEDRO DA CRUZ TEODORO	03/11/2003
RAFAELLY KARINA DE CASTRO ALVES	04/07/2000
RITA FAUSTINA DE CÁSSIA COSTA	22/05/1984
ROBERTA CRISTINA DE ASSIS NUNES	29/01/1988
ROBERTO SÉRGIO BARBOSA CORTEZ	16/06/1984
SABRINA CRISTINA BOTTREL	29/06/2000
SAYONARA CRISTINA FAVARINI	04/09/1975
TÂNIA VELOZO	23/08/1984
VINÍCIO ROBERTO MORAES	14/05/1998
CARGO: RECEPCIONISTA	
ADALGIZA LOURENÇO DA SILVA	04/09/1993
ALESSANDRA GERMANO ESPÍNDOLA	01/01/2003
ALESSANDRA LINO ALVES	01/05/1971
ALESSANDRA RODRIGUES DO COUTO	28/06/1983
ALINE FÁTIMA DA SILVA BRITO	15/04/1986
ALINE FREIRE CORREIA	28/09/1980
ALINE SOUZA CASTRO	01/08/1995
AMANDA BERNARDES LUZ LEÃO	02/02/1994
AMANDA KELLER VAZ MARTINS	16/07/1995
ANA CAROLINA FRANCISCA DE SOUSA	02/01/1998
ANA CLÁUDIA DE OLIVEIRA	24/11/1985
ANA FLAVIA APARECIDA DINIZ	23/06/1997
ANA FLÁVIA SILVA DOS SANTOS	21/07/1993
ANA JÚLIA ANDRADE	29/09/2006
ANA JÚLIA DA SILVA VIANA	19/08/2000
ANA LAURA BATISTA MENDES	03/11/2005
ANA LAURA TRINDADE RODRIGUES	20/02/2009
ANA LUIZA CAMPOS	07/04/2002
ANA MARIA ALVES	21/12/1987
ANAJULYA SILVA MACHADO	22/08/2006
ANARAQUEL DE FARIA CRUZ	04/06/1982
ANDREIA SILVEIRA LEAL	28/11/1977
ANGÉLICA MARIA PEREIRA	07/08/1997
ANGELINA MARIA PEREIRA MAIA	09/06/1964
ARIELE CRISTINA DA SILVA BERNARDES	12/07/1988
ARILDA DE FREITAS FONSECA	11/12/1980
ARLENCRYS SILVA TRINDADE ASSALIN	02/06/1991
BÁRBARA EVELLYN DE CASTRO SILVA	04/02/2009
BÁRBARA MENDONÇA PEDROSO	20/12/2005
BEATRIZ GABRIELE FRUTUOSO	28/03/2005
BIANCA COSTA CAMPOS	14/10/1993
BRUNA RAFAELA PEREIRA MARTINS	10/07/1989
BRUNA NAYARA DUQUE DA SILVA	20/02/1997
BRUNELLY CRISTINA HONÓRIO DE SOUZA	27/04/1999
CAMILA FERREIRA COSTA	12/05/1995
CAMILA FERREIRA PINTO	26/06/2066
CARLA LARISSA TAVARES LIMA	10/05/2004
CARMEN APARECIDA CHAGAS	22/03/1986

CAROLINA RODRIGUES DA SILVA FERREIRA	18/03/1982
CAROLINA SILVA FERREIRA	26/01/2001
CAROLINE CRAVO FUNKE	19/12/1992
CASSIA SOARES DE AGUIAR PACHECO	23/03/1978
CINTIA MARIA DA SILVA	29/07/1996
CLAUDIA KELLY SILVA	16/07/1984
CLEIDE REGINA ALVES	01/11/1968
DAIANA APARECIDA DE OLIVEIRA	06/01/1990
DANIELA APARECIDA KERSUL SILVA	29/04/1979
DANUBIA KATIA BERNARDES DA CRUZ	23/04/1986
DÉBORA APARECIDA PIMENTEL DA SILVA DE FREITAS	23/01/1984
DOMINIQUE FERNANDES DE CASTRO	30/01/1987
DRIELE CAROLINA DE OLIVEIRA	06/06/1989
EDILÉIA APARECIDA COSTA	12/04/1976
ELAINE ANDREA COSTA OLIVEIRA	15/04/1963
ELAINE APARECIDA DE OLIVEIRA	18/10/1968
ELAINE SILVA ALVES MACIENTE	10/10/1966
ELIZA SANTOS DIAS	10/03/1983
ELLEN SILVA OLIVEIRA	05/10/1984
EMANUELLE SANTOS PEREIRA	06/09/1999
EMMANUELY DE PAULA SILVEIRA	07/07/1991
ERICA CRISTINA SILVA	09/06/1974
ESTEFANE CIBELE DE SOUZA LIMA	29/06/2008
ESTELA JULIANA DINIZ	08/04/1994
ESTER CAMARGOS OLIVEIRA	02/06/1999
EVELYN FRANSCIELY COSTA FARIA	30/04/2007
FABIANA LUCIA OLIVEIRA PEREIRA	14/11/1979
FERNANDA CRISTINA RODRIGUES	07/11/1989
FERNANDA KELLY DE OLIVEIRA FRAZAO	09/04/1999
FERNANDA SOARES DE AGUIAR	12/10/1980
FLÁVIA BORGES DE OLIVEIRA	03/05/1980
FLÁVIA VAZ PEREIRA	21/04/1981
FLÁVIA VIEIRA DE ALMEIDA	11/04/2003
FLAVIANE RODRIGUES	07/11/1979
FRANCIELI CAROLINE DE OLIVEIRA SILVA	26/03/1995
GABRIELA KATRINE DE OLIVEIRA	03/07/2000
GABRIELA PAIVA MELO	29/06/1975
GABRIELA PEREIRA COUTINHO RODRIGUES	17/06/2000
GABRIELA SANTOS BELO	06/10/1996
GABRIELE CLAUDIA BARBOSA	03/06/2005
GABRIELLY SILVA	14/10/2004
GEOVANA LUIZA ALVES VIANA	13/01/2007
GERSI DE ALMEIDA FIGUEIREDO	02/07/1973
GESSICA DAIANA BATISTA DE FARIA	15/11/1993
GILLIAN ROMANO SILVEIRA	10/11/1980
GLEICIENE APARECIDA SILVA	01/09/1982
GLEIDE TAIS DE MELO	08/11/1993
GRAZIELY ALVES DE FARIA SOUZA	29/11/1997
GUSTAVO MARQUES SILVA	19/07/1998
HELLEN MARY FLAVIO PEREIRA	28/01/2004
HELOÍSA COSTA REIS	28/03/1988
IAKARA KELMA SANTOS SILVA	17/12/1973
IANCA MARIA DA SILVA	09/12/1995
IRACEMA MARIA DE CASTRO LEAL	20/02/1976
ISABELLA CUNHA MENEZES	21/03/2008
JACIARA APARECIDA DA MATA	26/02/1992
JANAÍNA RODRIGUES BRAGA	25/09/1989
JAQUELINE FERNANDES DE SOUZA MOURA	04/11/1986
JENIFFER ADRIELE SILVA	02/03/1997
JERSONNE DA CONCEIÇÃO ALVES	23/09/1978
JOANA FRANCIELE DA SILVA	29/10/2002
JOSEEVA MARIA CAPUTO	24/07/1966
JOSELIA MARIA DO NASCIMENTO	30/06/1990
JOSIANE DA COSTA SILVA VIEIRA	14/06/1985
JOSIELE SILVA PEREIRA	13/06/1996
JUCELANE BARBOSA RAMOS	27/06/1987
JULIANA SOUTO DE CARVALHO	06/07/2004
JULIELLE PAIVA LIMA	22/03/1991
JUSSARA TATIANE DE SOUZA	22/07/1980
KÁLITA GONÇALVES FONSECA LIMA	12/07/1992
KALYANDRA SILVA FERREIRA	21/06/2005
KAMILY ALVES DE ALMEIDA	05/06/2007
KARINE GONTIJO SILVA	05/08/2005
KAROLAINE CRISTINA BARROS SILVA	14/09/1998
KAROLAINY FERREIRA OLIVEIRA	20/09/2001
KÁTLYN KALINDA HAMELIZ FERNANDES	15/08/2001
KEIRLIN DE JESUS COSTA	04/09/1995
KÊNIA DE OLIVEIRA LOURENÇO	29/01/1982
KÉROLEM CRISTINA	21/07/1997
KÉSSIA CRISTINA SILVA	28/07/1995
LAÍS RHAÍSSA CHAVES	08/12/1992
LARISSA CRISTINA BARBOSA DE FARIA	15/03/1999
LARISSA MORAIS DA SILVA	04/09/1995
LAUDELINA ANGÉLICA PIRES SILVA	18/03/1982
LAURA SANTOS DE CASTRO LAMOUNIER	26/02/2007
LEIDIANE RIBEIRO PEREIRA COSTA	19/11/2004
LEILA ROSA OLIVEIRA BERNARDES	02/04/1988
LEIZIENE APARECIDA DA SILVA	21/10/1989
LETICIA FERNANDES RAMOS	23/02/2006

LETÍCIA LUIZA LIMA DE PAULA	23/10/1989
LINDALVA RAMOS	14/08/1984
LÍVIA MARA VILELA SILVA	18/10/2005
LOHAYNNE MARINA TRINDADE VIEIRA	17/04/1996
LOREN STEFANY TEIXEIRA	27/09/2002
LORENA MELO	02/05/1991
LUANA GUIMARÃES	22/07/1992
LUARA MARIELA BORGES	09/10/1988
LUCIANA FERNANDES PEREIRA ALVES	19/04/1986
LUCIANO SILVA	27/04/1984
LUCIENE APARECIDA DUQUE	12/06/1977
LUCIENE FERNANDES FERREIRA GUEDES	02/03/1975
LUCIMAR APARECIDA DO NASCIMENTO RAMOS	15/08/1965
LUDIMILA DOS REIS RAMOS VIANA	27/03/1991
LUDMILA BATISTA CORREIA	25/09/1987
LUIS FELIPE OLIVEIRA DE SOUZA	28/12/2007
LUIZA BITTENCOURT OLIVEIRA	19/09/2005
LUNA CAUÃNNY DA SILVA OLIVEIRA	01/06/2008
MARAIZA ALVES MIRANDA	02/04/1985
MARCELA CAMARGO ANANIAS	29/07/1983
MARCELLY FRADE SILVA	29/04/2007
MÁRCIA CRISTINA DA CUNHA	11/01/1977
MÁRCIA FRANCISCA DA SILVA	26/02/1975
MARIA CÉLIA FERNANDES	17/09/1975
MARIA DO CARMO SILVA	04/11/1969
MARIA EDUARDA APARECIDA LOPES	11/08/2004
MARIA EDUARDA DOS ANJOS RIBEIRO	10/07/2002
MARIA EDUARDA FARIA NUNES	06/03/2007
MARIA EDUARDA LEAL SILVA	22/06/2008
MARIA FERNANDA FERREIRA DA SILVA	11/02/2001
MARIA JULIANA ALVES BORGES	01/01/1984
MARIA LETÍCIA MOURA FERRARI DE LIMA	16/11/2003
MARIA LUIZA TEIXEIRA	28/06/2002
MARIA REGINA TEIXEIRA RAIMUNDO	07/12/1964
MARIA THEREZA SOUZA ALVES	11/06/1997
MARIA VITÓRIA DE PAULA LIMA	26/06/2006
MARIANA FERNANDES SOUZA	06/06/2007
MARIANA SILVA SANTOS	01/12/1997
MARIELLI ARAÚJO SILVA	30/08/1989
MARIELY FERREIRA ARANTES SILVA	11/04/1981
MARIELY SANTOS MALAQUIAS	21/11/1997
MARILAINE LAIZA SOUZA MORAIS	10/10/1992
MARÍLDA APARECIDA DANTAS	24/08/1960
MARISA APARECIDA DE PAIVA BELO	15/10/1982
MARLENE CAMILO DA SILVA	25/10/1969
MARLENE LIMA RODRIGUES	20/10/1967
MARLIZA GOMES REIS	25/10/1981
MELISSA FERREIRA TERRA MELISSA FERREIRA TERRA	30/11/1978
MICAELE SOUZA NASCIMENTO	22/10/1999
MICHELINE APARECIDA VELOSO	28/10/1973
MILENA CRISTINA MENDONÇA SILVA COSTA	12/04/1998
MILENA CRISTINA PEREIRA WANDERLEY	01/09/1997
MILLENE CAROLINA TEIXEIRA	19/08/2004
MIRIAN CRISTIAN COSTA	13/03/1984
MIRLEI APARECIDA PEREIRA	03/12/1977
MÔNICA MARIA DA SILVA DUARTE	06/01/1975
NALLAIANY PATRÍCIA VALÉRIO DA SILVA	16/10/1989
NAPOLIANA DE FÁTIMA VIVAS OLIVEIRA	13/05/1992
NAPOLIANY APARECIDA DA SILVA	17/06/2000
NATÁLIA FRANCIELE DA CUNHA	05/04/2001
NATASHA FERNANDES TOME	08/10/2005
NATHALY SILVEIRA ALVES RODRIGUES	20/06/2000
NAYARA APARECIDA DE FARIA	17/01/1989
NAYARA TEIXEIRA MACHADO	27/04/1992
NEYMAR FONSECA QUINTILIANO	22/01/1979
NEYMAR FONSECA QUINTILIANO JÚNIOR	22/10/2008
NICOLLY MARTINS ALVES ESTEVAM	05/07/2002
NICOLY DE OLIVEIRA REIS	04/12/2006
NIELY ALVES VIANA	25/01/2007
NÚBIA DE PAULA	20/04/2003
PAÔLLA FRANCIELY FERNANDES	21/05/1994
PATRÍCIA APARECIDA DA SILVEIRA SILVA	28/07/1989
PATRÍCIA PEREIRA DOS SANTOS	06/12/1981
PAULA CRISTIANE NUNES	13/05/1981
POLIANY NORVINDA DA SILVA	07/06/1981
PRISCILLA COSTA	13/11/1978
RAISSA GEORGIA ALVES BARBOSA	31/10/1989
RANYA APARECIDA EMÍLIA SILVA	05/03/2002
RAPHAELA KARINE CASTRO PIRES	11/03/1993
RAPHAELA OLEGÁRIO COSTA	05/11/2004
REGIANE MARIA CANDIDA ROSÁRIO	15/06/1992
REGINA MARIA OLIVEIRA SERAFIM	11/08/1993
REGINALDO FERNANDES	08/06/1978
RENATA CRISTINA DA SILVA LIMA	20/02/1984
RENATA STÉFANY DE SOUZA	09/11/2007
RITA DE CÁSSIA BARBOSA COSTA	15/12/1980
ROBERTA RODRIGUES FERREIRA	12/04/2005
ROBERTA SILVA DE OLIVEIRA	06/12/1989
ROSANA ALVES PIMENTA	14/07/1979

ROSANE ALVES FELIPE	10/08/1981
ROSIANE ALVES PIMENTA GUIMARÃES	28/04/1983
ROSIANE APARECIDA BERNARDES	08/09/1998
ROSILENE MARIA DA SILVA	20/12/1963
ROSINEIDE NUNES	23/03/1973
SABRINA COSTA SILVA DE CASTRO	14/02/1993
SABRINA DA SILVA ARANTES	27/03/1990
SARA REZENDE NASCIMENTO MENDES	11/09/1987
SARAH FARIA LAMOUNIER GOMES	27/09/2001
SARAH GABRIELLY CASTRO SILVA	13/09/2007
SAYONARA PEDROSA SILVA	01/12/1969
SELMA APARECIDA DE MENESES	09/11/1974
SILVANA DA SILVA RIBEIRO	06/05/1966
SIRLENE HELENA DE OLIVEIRA	16/03/1983
SORAIA FRANCISCA DE SOUSA	10/04/2003
STEFANY BALBINA MACEDO	06/12/2002
STEFANY EDUARDA MARTINS	03/07/2000
SUELEN DOS SANTOS MOURA	26/02/1982
SUZANE SOUZA RESENDE	06/05/1989
TAÍS MAYRA OLIVEIRA ARANTES	23/01/1997
TAÍS RAÍRI DOS ANJOS RIBEIRO	26/12/1995
TÂNIA CRISTINA ALVES	12/02/1977
TATIANE CARVALHO DOS SANTOS	28/04/1993
TATIANE XAVIER R SILVA	26/01/1981
TAYNARA CRISTINA SILVA	31/01/1999
THAINA DANIELLE DE SOUZA	30/03/2000
THAÍS LARA CELESTINO	16/06/1998
THAÍS MARA DE SOUSA	12/02/1987
THAÍS PAULA NUNES	03/10/1991
THAMARA LAÍS DE SOUSA	22/12/1990
THIAGO DUARTE TEMÓTEO	01/11/2008
THUANY FLORENCE RESENDE E SILVA	05/12/1994
TIAGO DE DEUS DE OLIVEIRA SILVA	28/10/1989
VALDIRENE OLIVEIRA DA SILVA	20/01/1981
VANDERLEIA NUNES FERNANDES	05/12/1984
VANESSA TAVARES	29/08/1996
VERA INES PEREIRA	16/10/1972
VIVIANE APARECIDA FERREIRA	03/03/1985
YOLANDA NATALE DE OLIVEIRA CARDOSO	26/04/2005
CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM	
ADELAINE ALVES DE CASTRO	06/09/1981
ADRIEDSON JOSÉ RAMOS	12/05/1981
ALBADLÉA MACIEL ALVES	02/09/1992
ALEXANDRA ROCHA DE SOUZA	10/07/1974
ALINE ALESSANDRA DÁVILA SILVANO	28/02/1986
ALINE APARECIDA BAHIA ALVES	22/10/1982
ALINE APARECIDA DIAS	20/09/1999
ALINE DE MELO	14/05/1982
ALINE YASMIN DE OLIVEIRA	25/09/1989
AMANDA ALVES	09/03/1989
ANA CAROLINA CASSIANA	30/01/1982
ANA CLARA DA SILVA	30/08/2008
ANA CLARA DA SILVA NUNES COSTA	28/01/2008
ANA CLARA FÉLIX FONSECA NASCIMENTO	29/10/2002
ANA CLARA OLIVEIRA	06/09/2007
ANA GERALDA TEIXEIRA	17/03/1968
ANA LUISA DE SOUZA	14/06/2003
ANA LUÍSA SILVA	02/11/2007
ANA LUÍSA SILVA	22/04/1998
ANA LUIZA MAGELA SILVA	19/08/2005
ANA LUZIA SILVA	30/11/1975
ANA PAULA CUNHA	22/01/1993
ANA PAULA DA SILVA	14/09/1983
ANA PAULA DE OLIVEIRA FREITAS	30/08/1981
ANA PAULA DOS SANTOS	27/11/1987
ANA PAULA SOUZA DE OLIVEIRA	27/07/1979
ANAICE LOPEZ REZENDE	09/11/1986
ANDREIA DA SILVA CAMPOS	20/08/1979
ANDREIA ROSA FERNANDES	12/05/1980
ANDRESSA CAMARGO MARQUES	16/01/1987
ANDRESSA MARIA OLIVEIRA FONSECA	07/07/1994
ANGELA MARIA DE OLIVEIRA RODRIGUES	28/11/1966
ANGELA PIRES VIANA PAIVA	26/01/1980
ANGELICA HELENA DA CUNHA	15/02/1994
ANGELITA RODRIGUES DE FARIA	22/10/1977
ANNE CAROLINY RODRIGUES DE OLIVEIRA	07/09/2003
BÁRBARA FERNANDA CARDOSO MAYRINCK MESSIAS	28/08/1998
BEATRIZ NATALIA DE FARIA	21/12/1990
BIANCA REIS GOMES	29/06/2009
BRUNELE SILVA DUQUE	30/04/1996
BRUNELLI CRISTINA MAMEDE DE CASTRO	26/06/1995
CAIO DE SOUSA ALVES	19/11/1995
CAMILA GEREMIAS LOPES	28/02/2007
CAMILA RUBIA GUIMARÃES	30/03/2001
CAMILA SANTOS ROZA	19/05/1993
CAMILLY SUSAN LOPES SILVA FERREIRA	30/01/2007
CAROLINA MACHADO MOREIRA	19/02/1987
CAROLINA MARIA SILVA	31/08/1996
CAROLINE ROBERTA GONÇALVES	02/03/2000

CÉLIA APARECIDA MAGELA	30/07/1982
CIMARA FERNANDES SORAGGI	06/02/1980
CINTIA KELE MAIA	10/03/1982
CLAUDIA MARIA TEIXEIRA	07/12/1971
CLEYMISSON RODRIGUES MOREIRA BERNARDES	31/10/2004
CRISTIANE DE FÁTIMA ALVES	05/09/1981
CRISTIANNE DA SILVA ALVES SANTOS	21/05/1980
DAIANE CRISTINA MARTINS	03/03/1996
DAIANE PATRÍCIA DOS SANTOS	08/11/1998
DANIEL HENRIQUE OLIVEIRA	19/04/1995
DANIELA SOUZA	14/07/1988
DANIELY LUIZA SILVEIRA	05/02/2005
DANÚBIA ROSA FERREIRA DE FARIA	09/12/1985
DAVID CAMILO FERREIRA PEREIRA	26/10/2005
DAYANA DA SILVA LEAL	04/06/1988
DAYANE GOMES BERNARDES	02/09/1990
DÉBORA LOPES DA SILVA	06/08/1995
DELIA DE OLIVEIRA MAGELA	05/06/1985
DENIS APARECIDO DE SOUZA	15/10/1982
DENISSON ALAOR FERREIRA	12/06/1982
DEUZINA VIANA RIBEIRO	18/10/1981
DHEYMES HALLEYCHAN CASTRO REZENDE	16/05/2003
DIRCEU GOMES DA SILVA	14/06/1974
DOUGLAS JÚNIOR DELCIDIO	11/09/2002
DRIELLY DE OLIVEIRA	13/04/1992
DULCIMAR MARISA QUEROBINO COSTA	11/12/1985
ELAINE FERNANDES	30/04/1980
ELAINE MENESES	27/10/1989
ELIANE MARIA DA SILVEIRA	20/11/1977
ELIANE ROSA DA SILVA TERRA	04/05/1981
ELISANGELA NEVES ROCHA	13/05/1980
ELOISA ROMUALDA DE AMORIM LEITE	06/01/1996
ERIC FERNANDO MARTINS PASSOS	18/06/1998
ERICA HERVIA VENTURA	08/11/1981
ESTER CAROLINA DA SILVA DE SOUZA	07/04/1988
EVANEIDE MENEZES DE AMORIM	08/11/1974
EVELIN CARLA DE NARDI FAVARO	10/03/2000
EVELYN CRISTINE COSTA DA SILVA	31/12/2003
FABIANA MERCEDES DE OLIVEIRA	27/06/1984
FABIANA SOARES BATISTA	01/09/1977
FABIO AUGUSTO	19/10/2003
FABÍOLA APARECIDA GOMES	23/08/1989
FERNANDA ALVES DE OLIVEIRA	02/09/1988
FERNANDA NUNES	12/05/2002
FILINTO VENTURA CHAVES	07/08/1957
FLÁVIA RODRIGUES DO NASCIMENTO	29/08/1981
FRANCIELE GEOVANA LEMOS	19/03/2005
FRANCIELLY TAVARES COSTA	22/05/2002
GABRIEL MONTEIRO FARIA SOUSA	25/10/2001
GABRIELA CRISTINA RABELO MARTINS	16/07/2006
GABRIELLA NARA SOUZA	22/04/1997
GABRIELLA SILVA PEREIRA	12/02/2006
GEICIMAR DE SENA GONÇALVES	01/10/1992
GEISY CRISTINA GONÇALVES	22/03/1993
GEIZY CRISTINA DE MIRANDA	19/06/1996
GIOVANA LARA SOUSA E SOUZA	20/02/1997
GISELE CECÍLIA FERNANDES ALVES	21/12/1984
GISELLY CRISTINA DE FARIA NASCIMENTO	30/10/1983
GLEIDSON MÁRCIO AUGUSTO	17/08/1994
GLEISIENE DAMASCENO CUNHA	05/04/1983
GRAZIELA GONÇALVES LOPES	08/08/1982
GUEIDE CRISTIANE CAMPOS	20/09/1983
HEITOR LOPES PEDROSA	08/12/2006
HEITOR SOUTO BORGES	15/11/1996
HELEN CASSIA	06/10/2000
HELEN PRISCILA DE PAIVA PEDROSO	15/08/1991
HELLEN COSTA RIBEIRO	31/07/1998
HEVERTON GARCIA SEVERO	09/02/1989
HUGO LEONARDO TEIXEIRA SILVA	15/06/1999
IARA FARIA DE SOUZA MORAES	09/05/1976
IMACULADA CONCEIÇÃO DA SILVEIRA DINIZ	08/12/1987
INGRID LORENA GONZAGA	12/08/1999
ISABELA RIBEIRO QUEIROZ	17/11/2002
IVANILDA RODRIGUES ALVARENGA	07/07/1975
IZABEL ALVES SILVA	06/04/1990
IZABELLE RAMOS MENEZES	03/10/2004
JACIARA APARECIDA SOUZA DA SILVA	22/07/1978
JADERSON FREITAS OLIVEIRA	13/11/1989
JAQUELINE DOS SANTOS DE OLIVEIRA	26/10/1980
JERUSA HELENA SOUZA	21/02/1980
JESSICA ADRIELLE CAMPOS	16/05/1993
JESSICA APARECIDA NUNES DE MORAIS ROMAO	26/10/1991
JÉSSICA GABRIELA JUVÊNCIO	11/04/1998
JOÃO PAULO FELICIANO PEDROSA	07/12/2005
JOÃO RAPHAEL VALADÃO GONTIJO TEIXEIRA	06/06/2005
JOICE MAYRA DE FARIA	17/05/1995
JOICE TOME	24/10/1995
JORDANNA MOURA SILVA	29/12/2007
JORGELINA DA CUNHA PEREIRA	05/09/1969

JORGIANE TEIXEIRA	26/12/1984
JOSÉLIA DE PAULA GONÇALVES	04/11/1981
JOSILENE PAULA TEIXEIRA	04/08/1987
JULIA NERIS MENDES	10/10/2002
JULIA XAVIER NUNES	11/12/2005
JULIANA DAS DORES PEREIRA	03/06/1974
JULIANA DE FÁTIMA DA CUNHA	12/12/1985
JULIANA DIAS	24/01/1987
JÚLIO CÉSAR BORGES	24/02/1980
JULLIA OLIVEIRA MARTINS	13/05/2006
KAREN GUIMARÃES COSTA	28/08/2000
KARINE ALVES DA SILVA PACHECO	07/06/2001
KARLA DE SÁ LEAL	26/10/1984
KÁTIA APARECIDA SILVA	27/02/1981
KÁTIA COSTA QUARESMA	23/09/1990
KATIA FIDELES	21/06/1986
KÁTIA KELMA DE SOUZA LOURENÇO	23/12/1983
KAUÊ SILVEIRA ALVES RODRIGUES	20/09/2005
KEILA CRISTINA INÁCIO DA SILVA	05/10/1987
KEILA MARIA DA SILVA	29/08/1984
KELLEN LELLIS DE OLIVEIRA	08/01/1984
LAILA LAIZA CORREA SILVA	10/08/1997
LAÍS APARECIDA DA SILVA	10/06/1992
LAIS STHEFANI RODRIGUES SILVA	02/05/2002
LARISSA ASSIS	29/12/1995
LEANDRO RONALD RESENDE	26/12/1982
LETÍCIA CRISTINA MACEDO CAMPOS	19/10/1995
LIDIA QUEZIA PEREIRA DE ANDRADE	27/01/2006
LIDIANE FERNANDA DE MELO TEIXEIRA	26/08/1985
LILIANE MARIA DA SILVA COSTA	06/04/1993
LÍVIA BRISDA LOPES	24/09/2007
LÍVIA CARVALHO DIAS	05/09/2006
LIVIA GABRIELE BELO	06/12/1999
LÍVIA VITÓRIA TEIXEIRA SILVA	10/06/2005
LORENA CAROLINA DE OLIVEIRA	31/07/1998
LORENA CRISTINA DAS CHAGAS	26/05/1982
LORRAINE ROSA SILVA	27/09/1994
LORRAYNE MAIRA DA SILVA SOUZA	19/02/1996
LUANA ARANTES DE SOUZA	06/02/1993
LUANA DE MOURA NOGUEIRA	01/11/1995
LUANA FERNANDES CUNHA CASTRO	27/09/1996
LUANA FONSECA SILVA	18/04/2005
LUANE PRISCILA DE RESENDE	26/01/1983
LUCAS ALEXANDRE ALVES SILVA	01/08/1996
LUCIANA MARIA DOS SANTOS	02/05/1982
LUCIANE DE OLIVEIRA MENEZES	26/07/1980
LUDIMILA CRISTINA DA SILVA	13/03/1990
LUDIMILA MORAIS	26/02/1994
LUZIA MAÍSA DE CARVALHO	29/10/1977
MARAISA CRISTINA DA SILVA	30/09/1983
MARCELA ALVES	07/11/1996
MARCELO GIANASI LOBATO SALDANHA	06/05/1995
MARCILENE NUNES VASSALO	11/03/1976
MARCOS VINÍCIUS FILORDI SILVA	12/11/1999
MARGARETH DE FÁTIMA DE OLIVEIRA	21/08/1975
MARIA DE LOURDES LOPES DA CRUZ LIMA	19/11/1989
MARIA EDUARDA DE OLIVEIRA	08/04/2003
MARIA EDUARDA FERNANDES DE SOUZA	15/11/2002
MARIA EDUARDA MELO GOMES	08/05/2007
MARIA IZABELA DE MOURA NOGUEIRA	17/05/1998
MARIA LUIZA ALVES RIBEIRO	06/07/2005
MARIA LUIZA DA SILVA	25/07/2000
MARIA MADALENA RIBEIRO FERREIRA	20/03/1978
MARIA NILZA QUINTILIANO ALMEIDA	12/12/1968
MARIA PAULA DA SILVA	10/12/2001
MARIA VALDIRENE CORDEIRO	02/02/1971
MARIANA CRISTINA ALVES PARREIRA	24/06/1991
MARIANA TERRA DA SILVA	29/01/1988
MARIANE GABRIELE RIBEIRO LAGE	23/01/2003
MARIANE SILVA ANTENOR	20/06/1997
MARINA CORREA DA SILVA BORGES	14/11/1985
MARINA DE OLIVEIRA FRAZÃO	21/03/1996
MARINEZ LUIZA ALVES	29/01/1987
MARISTELA CARVALHO PARDIM	31/07/1986
MATEUS DE AVELAR PEREIRA	24/02/1985
MATEUS FARIA NUNES	04/02/1993
MATEUS TEIXEIRA BONIFÁCIO	13/03/1990
MATHEUS VIANA MENDES	24/06/2004
MAYRA RIOS DE MELO SILVA	11/09/1972
MEIRE CRISTINA RESENDE	27/06/1983
MEIRE LAINE DA SILVEIRA	28/07/1983
MELINA SARA TERRA	23/10/1998
MENDERSON FELIPE SOUZA SILVA	20/12/1990
MICHELE CRISTINA DOS SANTOS	03/02/1979
MILLENA ALMEIDA MANETTI MEIER	15/01/2000
MIRIÃ TEIXEIRA	11/01/2007
MIRLENE DE OLIVEIRA PINHO MARTINS	04/03/1981
MISLENE PEREIRA HONÓRIO	01/09/1982
MONALISA CUNHA ALMEIDA	06/05/1981

NAIARA FERREIRA DE SOUZA	08/03/1985
NATACHA SOUZA	27/02/1997
NATACHA VIEIRA DE CASTRO	26/06/2000
NATÁLIA CRISTINA CLAUDINO	29/05/1991
NATALIA MARQUES PEREIRA ALBANEZ	17/11/1996
NATÁLIA MENEZES ARAÚJO	15/11/2004
NATÁLIA MICHELE SILVA	24/06/1996
NATASHA INGRID DAMACENA XAVIER	10/07/1998
NAYARA SOUZA COUTO CUNHA	07/02/1984
PALOMA OLIVEIRA RODRIGUES	12/02/1984
PÂMELA GABRIELY FARIA	07/01/1999
PATRÍCIA ALVES DA COSTA	05/03/1978
PATRÍCIA IONE GONÇALVES VIEIRA	17/07/1987
PATRICIA RAMOS DE OLIVEIRA	09/10/1981
PAULO HENRIQUE JORGE LOPES	08/10/1970
PRISCILA PAULA PEREIRA DO NASCIMENTO	24/02/1992
PRISCILA VELOSO DO SANTOS	26/04/1994
RAFAELA ALVES PINHEIRO	20/11/1997
RAFAELA GEOVANA SILVA	23/02/2004
RAISSA ESPINDOLA	16/11/1999
RANIELA ALMEIDA SOARES	13/07/1997
RAQUEL KELLY DA SILVA	10/05/1981
RAQUEL STEPHANIE ANTUNES DA SILVA	28/05/1997
RAYSSA FÉLIX COSTA RODRIGUES	30/03/1991
REGIANE DA SILVA OLIVEIRA SANTOS	08/06/1984
REGIANE GERALDA MARÇAL	09/12/1983
REGINA PATRICIA ERMELINDA DE MENDONCA	29/06/1970
REGINALDO OLIVEIRA DE SILVA	02/09/1979
REJEANE APARECIDA RODRIGUES DE CAMARGOS	14/12/1974
RENATA PAMELLA TEIXEIRA RICCI SALOMÃO	21/01/1991
RITA DE CASSIA APARECIDA PEREIRA SILVA	04/10/1985
RITA MARIA MENDONÇA	04/02/1973
ROSANA DE CASTRO	27/11/1980
ROSINALVA AP. JUSTINA DA SILVA	10/03/1974
ROSINEIDE CRISTINA TEIXEIRA	11/04/1984
SABRINA CARLA CAMPOS PEDROSA	02/07/1995
SAMARA COUTINHO NUNES	24/06/1990
SANCHA CLAUDINA DA COSTA	20/12/1969
SANDRA NOGUEIRA D ALESSANDRO	01/11/1976
SARA JORDANE QUINTILIANO MENESES	10/03/2004
SARA MIRIÃ BERNARDES	20/01/2006
SILMARA DE FÁTIMA DIAS MIRANDA	03/07/1978
SILVANE FONSECA DA SILVEIRA	04/07/1977
SIMONE ANTÔNIA FURTADO RIBEIRO	25/07/1981
SIMONE AP ALVES RIBEIRO	03/12/1975
SIRLEI DE ARAÚJO SOUSA	13/06/1975
SONEIDE ARAÚJO DE MENDONÇA	15/08/1987
SUELEM FELIX DE OLIVEIRA	11/02/1986
SUELI MARIA CARVALHO RESENDE	20/03/1970
TACIANE CRISTINA DA SILVA	20/09/1981
TAISE APARECIDA SANTOS CARVALHO	29/05/1990
TAMIRES CRISTINA PEDROSA	05/08/1990
TAMIRES LANGSDORFF DE SOUZA	06/03/1990
TATIANA CASTRO FERREIRA FONSECA	17/10/1983
TATIANE NARA DA SILVA	11/11/1980
TAYNÁ CASTRO FERREIRA ARANTES CARDOSO MACEDO	11/02/2001
THAINARA ROSA SANTOS PAIXAO	29/05/1998
THAÍS FIALHO DE MORAES	19/03/1993
THAIS MARA DA SILVA TAVARES	17/11/1994
THAIS MOURA DE ARAÚJO	10/02/1987
THAYNA CAMPOS MARTINS	27/12/1996
THIAGO MATHIAS DOS SANTOS	15/10/1987
TIAGO ALVES LOURENÇO	21/04/1984
VALDINEIA VIEIRA GUEDES	15/11/1983
VALDIRENE CLEMENTINA TEIXEIRA	27/11/1972
VÂNIA CRISTINA LEAL SILVA	15/08/1987
VINICIUS CAMPOS SOUSA	02/10/2007
VITOR CAPUTO	12/10/1994
VITÓRIA CAROLINE CASTRO SILVA	13/05/2002
VITÓRIA SANTOS	30/11/2003
WALDUMIRO ANTONIO FERNANDES	13/10/1969
WIARA GRACIENE DOS SANTOS	12/03/1983
YANKA CRISTINA RIBEIRO	18/05/1996
YASMIN RIBEIRO	23/05/1999
CARGO: TÉCNICO EM RADIOLOGIA	
ALESSANDRO LOPES RIBEIRO	06/07/1982
ALEXANDRE VITOR DA SILVA OLIVEIRA	06/05/2001
AMANDA CRISTINA DA SILVA	18/10/1994
ANDERSON DE OLIVEIRA ALVES	08/11/1989
BRUNA EDUARDA SOUZA	10/11/2000
CARLOS EDUARDO CARVALHO DE OLIVEIRA	10/04/1987
CLAUDIA SOUZA PAIXÃO	20/08/1986
DELMA CRISTINA SANTANA RAMALHO	06/02/1980
DIOGO OTÁVIO GOMES MARINHO	04/05/1983
ELLEN EDUARDA ALVES FARIA	06/06/2001
GABRIELLY BEATRIZ SILVA FONSECA	17/02/2005
GISELI GOMES LIDUARIO	28/11/1981
HELISON FRANCISCO DA SILVA BATISTA	07/02/1981
JOÃO PAULO DA SILVA RIOS	22/03/1991

JOSÉ CARLOS CÂNDIDO	16/06/1969
KEILA FERNANDES PEREIRA	25/10/2001
KELLY SANTOS DE CASTRO PIERONI	04/09/1978
LEONILDO AMARAL DA SILVA	09/12/1992
LIDIANE ANTENOR	02/07/1982
MARCOS ANTÔNIO	22/01/1989
MARK CLAYSON SALUSTIANO BRITO	27/04/1983
MATHEUS ALVES LEITÃO	24/10/1990
MAYSA FERNANDES MONCEFF	05/12/1998
MILTON GERALDO GARCIA	22/06/1975
PEDRO AUGUSTO PAIM	04/02/1994
RAMON DE PAULA SOARES	26/01/1985
RAYANE ESPINDOLA BITENCOURT	08/06/1996
VALQUÍRIA TEIXEIRA DINIZ	05/08/1969
WIRLEY LUIZ DE OLIVEIRA	07/04/1984

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:070448EC

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE GUAXUPÉ

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
DECRETO N.º 3251 - ABRE CRÉDITOS SUPLEMENTARES COM SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO EM BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR (2025)

DECRETO N.º 3251

ABRE CRÉDITOS SUPLEMENTARES COM SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO EM BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR (2025)

O Prefeito de Guaxupé, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 3274 de 30/12/2025, DECRETA:

Art 1º Ficam suplementadas nas importâncias que abaixo se especificam e que totalizam R$ 1.641.500,92 (um milhão e seiscentos e quarenta e um mil e quinhentos reais e noventa e dois centavos), as seguintes dotações de despesa do orçamento vigente:

02	**Poder Executivo**		
02.04	**Procuradoria-Geral do Município**		
02.04.02.02.062.0012.2035	Manutenção das Atividades do PROCON		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
Fonte de Recursos – 2.759.000 Recursos vinculados a Fundos (Rec. Exerc. Ant.)		R$	1.000,00
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente		
Fonte de Recursos – 2.759.000 Recursos vinculados a Fundos (Rec. Exerc. Ant.)		R$	1.000,00
02.05	**Secretaria Municipal de Saúde**		
02.05.02.10.301.0210.2412	Manut. Ativ. Unidades e Serviços de Saúde da At, Básica – Rem. de Pessoal Ativos e Encargos		
3.1.90.04	Contratação por Tempo Determinado		
Fonte de Recursos – 2.600.000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde/ (Rec. Exerc. Ant.)		R$	27.643,90
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
Fonte de Recursos – 2.600.000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde (Rec. Exerc. Ant.)		R$	119.281,16
3.1.90.13	Obrigações Patronais		
Fonte de Recursos – 2.600.000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde (Rec. Exerc. Ant.)		R$	21.162,79
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil		
Fonte de Recursos – 2.600.000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde (Rec. Exerc. Ant.)		R$	2.137,03
02.05.03.10.302.0210.2574	Manutenção das Atividades do Serviço de Atenção Ambulatorial Especializada - SAAE		
3.1.90.04	Contratação por Tempo Determinado		
Fonte de Recursos – 2.600.000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde (Rec. Exerc. Ant.)		R$	5.764,42
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
Fonte de Recursos – 2.600.000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde (Rec. Exerc. Ant.)		R$	76.706,71
3.1.90.13	Obrigações Patronais		
Fonte de Recursos – 2.600.000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde (Rec. Exerc. Ant.)		R$	13.416,61
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil		
Fonte de Recursos – 2.600.000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde (Rec. Exerc. Ant.)		R$	21,69
02.05.05.10.305.0243.2424	Manut. Ativ. Agentes Controle de Vetores – Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos		
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
Fonte de Recursos – 2.604.000 Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (Rec. Exerc. Ant.)		R$	83.791,65
02.05.06.10.301.0210.1017	Obras e Instalações Unidades de Saúde da Atenção Básica		
4.4.90.51	Obras e Instalações		
Fonte de Recursos – 2.601.000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde (Rec. Exerc. Ant.)		R$	51.990,18
02.05.06.10.305.0243.1020	Aquisição e Equip. e Material Perm. Para Vigilância em Saúde		
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente		
Fonte de Recursos – 2.621.000 Transf. Fundo a Fundo de Recursos do SUS Prov. do Governo Estadual (Rec. Exerc. Ant.)		R$	3.670,75
02.09	**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**		
02.06.10.08.245.1323.2616	Termos e Parcerias		
3.3.50.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
Fonte de Recursos – 2.660.000 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS (Rec. Exerc. Ant.)		R$	93.000,00
02.07	**Secretaria Municipal de Educação**		
02.07.02.12.365.0401.1435	Construção, Ampliação e/ou Reforma de Escolas p/ Educação Infantil - Creche		
4.4.90.51	Obras e Instalações		
Fonte de Recursos: 2.571.000 Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação (Rec. Exerc. Ant.)		R$	1.140.914,03
TOTAL.....		**R$**	**1.641.500,92**

Art. 2º Constitui Recurso para as suplementações mencionadas no art. 1º o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior (2025) no valor de R$ 1.641.500,92 (um milhão e seiscentos e quarenta e um mil e quinhentos reais e noventa e dois centavos) , discriminado por fontes de recursos:

Superávit Financeiro:

Fonte de Recursos: 2.571.000 Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação (Rec. Exerc. Ant.)	R$	1.140.914,03
Fonte de Recursos: 2.600.000 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde (Rec. Exerc. Ant.)	R$	266.134,31
Fonte de Recursos: 2.601.000 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde (Rec. Exerc. Ant.)	R$	51.990,18
Fonte de Recursos: 2.604.000 – Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (Rec. Exerc. Ant.)	R$	83.791,65
Fonte de Recursos: 2.621.000 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS Prov. do Governo Estadual (Rec. Ex. Ant.)	R$	3.670,75
Fonte de Recursos – 2.660.000 Transf. de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS (Rec. Exerc. Ant.)	R$	93.000,00
Fonte de Recursos: 2.759.000–Recursos Vinculados a Fundos (Rec. Exerc. Ant.)	R$	2.000,00
TOTAL.....	**R$**	**1.641.500,92**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor nesta data, com publicação posterior ratificativa, retroagindo seus efeitos ao momento em que se verificar, na rubrica específica, a necessidade de suplementação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Guaxupé(MG), 01 de julho de 2026.

JARBAS CORRÊA FILHO
Prefeito Municipal

MÁRCIO ANTÔNIO GONÇALVES PEREIRA
Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo

ELAINE GONÇALVES RICCIARDI CERDEIRA
Secretária Municipal de Finanças

Publicado por:
Marcos Antônio Estevam
Código Identificador:1D37C314

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
DECRETO N.º 3252 - ABRE CRÉDITOS SUPLEMENTARES COM RECÍPROCAS ANULAÇÕES DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DE 2026

DECRETO N.º 3252

ABRE CRÉDITOS SUPLEMENTARES COM RECÍPROCAS ANULAÇÕES DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DE 2026

O Prefeito de Guaxupé, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 3274 de 30/12/2025, DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas nas importâncias que abaixo se especificam e que totalizam R$ 5.425.711,08 (cinco milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil, setecentos e onze reais e oito centavos), as seguintes dotações de despesa do orçamento vigente:

02	**Poder Executivo**			
02.01	**Secretaria Municipal de Governo**			
02.01.01.04.122.0059.2208		Manutenção das Atividades de Comunicação Social – Publicidade Institucional		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica			
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos			R$	197.500,00
02.02	**Secretaria Municipal de Administração**			
02.02.01.04.122.0052.2008		Manut. Ativ. Secretaria Municipal de Administração		
3.1.90.94	Indenizações e Restituições Trabalhistas			
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos			R$	23.000,00
02.02.02.04.122.0052.2010		Manutenção Atividade da Diretoria de Serviços Administrativos		
3.3.90.14	Diárias – Pessoal Civil			
Fonte de Recursos: 1.500.000 –Recursos não Vinculados de Impostos			R$	1.000,00
02.03	**Secretaria Municipal de Finanças**			
02.03.01.04.123.0054.2024		Manutenção Atividades Secretaria Municipal de Finanças		
3.3.90.93	Indenizações e Restituições			
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos			R$	76.048,54
02.03.04.28.843.1302.0001		Amortização e Encargos da Dívida		
4.6.90.71	Principal da Dívida Contratual Resgatado			
Fonte de Recursos: 1.500.000 –Recursos não Vinculados de Impostos			R$	340.000,00
02.05	**Secretaria Municipal de Saúde**			
02.05.01.10.122.0052.2563		Manut. Ativ.Equipe de Regulação, Controle e Avaliação – Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos		
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil			
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos			R$	1.000,00
02.05.02.10.301.0210.2039		Manut. Ativ. Unidades e Serviços de Saúde da Atenção Básica		
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física			
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos			R$	15.413,00
02.05.03.10.302.0210.2327		Manutenção das Atividades Comunidades Terapêuticas		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica			
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos			R$	50.000,00
02.05.03.10.302.0210.2417		Manut. Ativ. Hospitalar e Rede de Urgência e Emergência		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica			
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos			R$	394.000,00
02.05.03.10.302.0210.2574		Manutenção das Atividades do Serviço de Atenção Ambulatorial Especializada - SAAE		
3.1.90.94	Indenizações e Restituições Trabalhistas			

Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	26.600,00
02.05.03.10.302.0210.2604	Manut. Ativ. Serviço de Atenção Domiciliar – Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos		
3.1.90.04	Contratação por Tempo Determinado		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	20.400,00
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	100,00
3.1.90.13	Obrigações Patronais		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	150,00
3.1.90.94	Indenizações e Restituições Trabalhistas		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	6.200,00
02.05.04.10.303.0230.2421	Manut. Ativ. Assistência Farmacêutica – Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos		
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	5.800,00
02.05.05.10.305.0243.2424	Manut. Ativ. Agentes Controle de Vetores – Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos		
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	36.000,00
02.05.06.10.122.0052.1016	Aquisição Equip. Mat. Permanente Secretaria Municipal de Saúde		
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	4.838,00
Fonte de Recursos: 1.621.000 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual		R$	838.349,76
02.05.06.10.302.0210.1024	Aquis.Equip. Mat. Perman.p/ Unidades e Serviços de Saúde da Atenção de Média e Alta Complex.		
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	31.448,78
Fonte de Recursos: 1.621.000 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual		R$	314.200,00
02.05.06.10.305.0243.1020	Aquisição Equip. Material Perm. para Vigilância em Saúde		
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	645,00
02.06	**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**		
02.06.01.08.122.0052.2056	Manut. Ativ. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social		
3.3.90.14	Diárias – Pessoal Civil		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	8.000,00
02.07	**Secretaria Municipal de Educação**		
02.07.01.12.361.0403.2099	Manut. Atividades do Ensino Fundamental – FUNDEB 70%		
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil		
Fonte de Recursos – 1.540.000 – Transferências do FUNDEB – Impostos e Transferências de Impostos		R$	80.200,00
02.07.01.12.365.0401.2543	Manut. Ativ. Educação Infantil – Creche – FUNDEB 70%		
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil		
Fonte de Recursos – 1.540.000 – Transferências do FUNDEB – Impostos e Transferências de Impostos		R$	21.000,00
02.07.02.12.122.0052.2110	Manut. Ativ. Secretaria Municipal de Educação – Dir. Administrativa		
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil		
Fonte de Recursos – 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	9.500,00
3.1.90.94	Indenizações e Restituições Trabalhistas		
Fonte de Recursos – 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	6.350,00
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente		
Fonte de Recursos – 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	180,00
02.07.02.12.122.1336.2469	Manut. Ativ. Centro Municipal de Apoio Educacional Especializado (CEMAE)		
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil		
Fonte de Recursos – 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	400,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
Fonte de Recursos – 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	56.000,00
02.07.02.12.361.0403.1038	Construção, Ampliação e/ou Reforma Escolas do Ens. Fundamental		
4.4.90.51	Obras e Instalações		
Fonte de Recursos – 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	627.400,00
02.07.02.12.361.0403.2116	Escolas Municipais e Municipalizadas do Ensino Fundamental		
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil		
Fonte de Recursos – 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	5.500,00
3.1.90.94	Indenizações e Restituições Trabalhistas		
Fonte de Recursos – 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	6.000,00
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente		
Fonte de Recursos: 1.550.000 – Transferência do Salário-Educação		R$	26.910,00
02.07.02.12.365.0401.1435	Construção, Ampliação e/ou Reforma de Escolas p/ Educação Infantil - Creche		
4.4.90.51	Obras e Instalações		
Fonte de Recursos – 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	482.800,00
02.07.02.12.365.0401.2470	Manut. Ativ. Educação Infantil – Pré Escola		
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil		
Fonte de Recursos – 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	30.100,00
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente		
Fonte de Recursos: 1.550.000 – Transferência do Salário-Educação		R$	38.920,00
02.07.02.12.365.0401.2471	Manut. Ativ. Educação Infantil – Creche		
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente		
Fonte de Recursos: 1.550.000 – Transferência do Salário-Educação		R$	129.730,00
02.07.06.12.361.0407.2441	Manut. Ativ. Transporte Escolar – Ens. Fundamental		
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil		
Fonte de Recursos – 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	8.100,00
02.07.07.12.361.0251.2474	Manut. Ativ. Alimentação Escolar – Ensino Fundamental - EJA		
3.3.90.30	Material de Consumo		
Fonte de Recursos – 1.552.000 – Transferências de Recursos do FNDE ref. ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)		R$	2.868,00
02.08	**Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo**		
02.08.02.13.392.0473.2135	Manut. Ativ. Festividades, Comemorações Cívicas e Eventos		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
Fonte de Recursos: 1.501.000 – Outros Recursos não Vinculados		R$	687.000,00
02.08.03.27.811.0720.2145	Manut. Ativ. das Praças de Esportes e Ginásios Poliesportivos		
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente		
Fonte de Recursos – 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	21.600,00
02.08.05.13.391.0473.2616	Termos e Parcerias		
3.3.50.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
Fonte de Recursos – 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	75.000,00
02.09	**Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos**		
02.09.01.15.452.0507.1343	Obras e Instalações de Praças, Parques e Jardins		

4.4.90.51	Obras e Instalações		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	1.300,00
02.09.02.15.452.1328.2174	Manut. Ativ. dos Serviços Públicos em Geral		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	40.000,00
02.10	**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente**		
02.10.01.04.122.0052.2177	Manut. Ativ. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente		
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	600,00
3.1.90.94	Indenizações e Restituições Trabalhistas		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	8.600,00
3.3.90.14	Diárias – Pessoal Civil		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	3.100,00
3.3.90.30	Material de Consumo		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	49.710,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	1.000,00
02.10.04.18.541.1009.2500	Manut. Ativ. do Programa de Saúde Animal (PSA)		
3.3.90.30	Material de Consumo		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	34.000,00
02.10.04.18.541.1009.2616	Termos e Parcerias		
3.3.50.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	182.250,00
02.11	**Secretaria Municipal de Segurança e Defesa Social**		
02.11.01.06.181.0101.2449	Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (Delegacia Regional de Polícia)		
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	4.000,00
02.11.01.06.181.0102.2451	Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – Convênio 3º Grupamento Polícia Militar Rodoviária		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	20.000,00
02.11.01.06.182.1001.2428	Manut. Ativ. da Secretaria Municipal de Segurança e Defesa Social (SMSDS)		
3.1.90.94	Indenizações e Restituições Trabalhistas		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	4.100,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	35.800,00
02.11.01.06.182.1001.2447	Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais - CBMMG		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	10.000,00
02.11.02.26.782.0727.2432	Manut. Ativ. da Diretoria Municipal de Trânsito (DIMUTRAN)		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	40.000,00
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente		
Fonte de Recursos: 1.755.000 – Recursos de Alienação de Bens/Ativos – Administração Direta		R$	164.000,00
02.11.03.06.181.1001.2435	Manut. das Atividades da Guarda Civil Municipal (GCM)		
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	70.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	12.000,00
02.13	**Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo**		
02.13.01.04.121.0052.2521	Manut. Ativ. Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo		
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	12.000,00
3.3.90.40	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	12.000,00
03	**EMURB – Empresa Municipal de Urbanização de Guaxupé**		
03.04	**Velório Municipal**		
03.04.01.15.452.0505.6006	Manutenção das Atividades do Velório Municipal		
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente		
Fonte de Recursos: 1.501.000 – Outros Recursos não Vinculados		R$	15.000,00
TOTAL		**R$**	**5.425.711,08**

Art. 2º Constituem Recursos para as suplementações mencionadas no art. 1º deste Decreto, as anulações das dotações do orçamento de 2026 que somam R$ 5.425.711,08 (cinco milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil, setecentos e onze reais e oito centavos), abaixo discriminadas:

02	**Poder Executivo**		
02.02	**Secretaria Municipal de Administração**		
02.02.03.04.122.0052.2018	Manutenção Atividades Diretoria de Gestão de Pessoas		
3.3.90.30	Material de Consumo		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	1.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica		
Fonte de Recursos: 1.501.000 – Outros Recursos não Vinculados		R$	200.000,00
02.02.03.09.271.0181.2020	Manutenção Atividades Pagto Pessoal Aposentado e Pensionista		
3.1.90.01	Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas		
Fonte de Recursos: 1.501.000 – Outros Recursos não Vinculados		R$	137.000,00
02.03	**Secretaria Municipal de Finanças**		
02.03.04.04.123.1205.2032	Manutenção Ativ.de Sentenças Judiciárias		
3.1.90.91	Sentenças Judiciais		
Fonte de Recursos: 1.501.000 – Outros Recursos não Vinculados		R$	175.000,00
3.3.90.91	Sentenças Judiciais		
Fonte de Recursos: 1.501.000 – Outros Recursos não Vinculados		R$	175.000,00
02.03.04.28.843.1302.0001	Amortização e Encargos da Dívida		
3.2.90.21	Juros sobre a Dívida por Contrato		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	887.500,00
02.03.05.04.125.0053.2522	Manut. Ativ. Diretoria de Fiscalização Tributária		
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	35.000,00
02.05	**Secretaria Municipal de Saúde**		
02.05.02.10.301.0210.2039	Manut. Ativ. Unidades e Serviços de Saúde da Atenção Básica		

3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
Fonte de Recursos: 1.621.000 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual		R$	1.152.549,76
02.05.03.10.302.0210.2414	Manut. Ativ. Média e Alta Complexidade Ambulat. e Hospitalar – Remun. de Pessoal Ativo e Encargos		
3.1.90.04	Contratação por Tempo Determinado		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	220.400,00
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	77.050,00
3.1.90.13	Obrigações Patronais		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	102.344,78
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	150.000,00
02.05.03.10.302.0210.2574	Manutenção das Atividades do Serviço de Atenção Ambulatorial Especializada – SAAE		
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	42.800,00
02.06	**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**		
02.06.10.08.245.1323.2617	Manut. Ativ. Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)		
3.3.90.14	Diárias – Pessoal Civil		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	8.000,00
02.06.11.08.244.1327.2346	Benefício de Vulnerabilidade Temporária – Diversos		
3.3.90.32	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	76.048,54
02.07	**Secretaria Municipal de Educação**		
02.07.01.12.361.0403.2246	Manut. Ativ. do Ensino Fundamental – FUNDEB 30%		
3.1.90.94	Indenizações e Restituições Trabalhistas		
Fonte de Recursos: 1.540.000 – Transferências do FUNDEB – Impostos e Transferências de Impostos		R$	80.200,00
02.07.01.12.365.0401.2543	Manut. Ativ. Educação Infantil – Creche – FUNDEB 70%		
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
Fonte de Recursos: 1.540.000 – Transferências do FUNDEB – Impostos e Transferências de Impostos		R$	21.000,00
02.07.02.12.122.0052.2110	Manut. Ativ. Secretaria Municipal de Educação– Dir. Administrativa		
3.3.90.30	Material de Consumo		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	68.380,00
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	10.000,00
02.07.02.12.122.1336.2469	Manut. Ativ. Centro Municipal de Apoio Educacional Especializado (CEMAE)		
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	400,00
02.07.02.12.361.0403.2116	Escolas Municipais e Municipalizadas do Ensino Fundamental		
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	57.450,00
3.3.90.30	Material de Consumo		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	120.000,00
3.3.90.32	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	29.800,00
Fonte de Recursos: 1.550.000 – Transferência do Salário-Educação		R$	195.560,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	50.000,00
02.07.02.12.365.0401.2471	Manut. Ativ. Educação Infantil – Creche		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	20.000,00
02.07.06.12.361.0407.2441	Manut. Ativ. Transporte Escolar – Ens. Fundamental		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	200.000,00
02.07.06.12.362.0407.2444	Manut. Ativ. Transporte Escolar – Ensino Médio		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	30.000,00
02.07.06.12.365.0407.2445	Manut. Ativ. Transporte Escolar – Educação Infantil – Pré-Escola		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	70.000,00
02.07.06.12.366.0407.2443	Manut. Ativ. Transporte Escolar – Ens. Fundamental – Educação de Jovens e Adultos (EJA)		
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	8.100,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	20.800,00
02.07.07.12.361.0251.2476	Manut. Ativ. Alimentação Escolar – Ensino Fundamental – Educação Especial		
3.3.90.30	Material de Consumo		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	19.000,00
02.07.07.12.361.0251.2477	Manut. Ativ. Alimentação Escolar – Ensino Fundamental		
3.3.90.30	Material de Consumo		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	40.000,00
02.07.07.12.365.0251.2473	Manut. Ativ. Alimentação Escolar – Educação Infantil - Creche		
3.3.90.30	Material de Consumo		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	11.000,00
Fonte de Recursos: 1.552.000 – Transferências de Recursos do FNDE ref. ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)		R$	2.868,00
02.08	**Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo**		
02.08.03.27.811.0720.2616	Termos e Parcerias		
3.3.50.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	21.600,00
02.08.04.27.695.0705.2152	Manut. Ativ. Fundo Municipal de Turismo		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	197.500,00
02.08.05.13.391.0473.2154	Manut. Ativ. Fundo Mun. Patrimônio Histórico		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	75.000,00
02.09	**Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos**		
02.09.01.15.452.0052.2157	Manut. Ativ. Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos		
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente		
Fonte de Recursos: 1.755.000 – Recursos de Alienação de Bens/Ativos – Administração Direta		R$	164.000,00
02.10	**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente**		
02.10.01.04.128.0058.2178	Manut. Ativ. Trein. e Capac. Pessoal Sec. Mun. Desenv. Econômico e Meio Ambiente		

3.3.90.14	Diárias – Pessoal Civil		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	3.100,00
02.10.02.04.122.0052.2612	Convênio Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG – UAI Compartilha		
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	9.200,00
02.10.02.23.691.0703.2183	Manut. Ativ. Seção de Apoio ao Comércio e Serviços		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	173.000,00
02.10.03.20.605.0645.2185	Manut. Ativ. Seção de Apoio ao Pequeno Produtor		
3.3.90.30	Material de Consumo		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	4.950,00
3.3.90.32	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	9.950,00
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	4.960,00
02.10.03.20.605.0664.2186	Manut. Ativ. Seção de Agronegócio		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	9.950,00
02.10.03.20.605.0664.2332	Manut. Ativ. Conserv. Solo Estradas Rurais p/ Escoamento da Produção		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	9.950,00
02.10.03.20.605.0669.2333	Manut. Ativ. p/ Programa Desenv. Cadeia Produtiva Leite e Melhoramento Genético		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	9.950,00
02.10.04.18.541.1009.2192	Manut. Ativ. Seção de Proteção e Conservação		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	1.000,00
02.10.04.18.541.1009.2500	Manut. Ativ. do Programa de Saúde Animal (PSA)		
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	34.000,00
02.10.09.04.122.1332.2625	Manut. Ativ. Diretoria da Agência Municipal de Desenvolvimento Econômico		
3.3.90.14	Diárias – Pessoal Civil		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	6.300,00
3.3.90.30	Material de Consumo		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	2.950,00
02.11	**Secretaria Municipal de Segurança e Defesa Social**		
02.11.01.06.181.0102.2451	Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – Convênio 3º Grupamento Polícia Militar Rodoviária		
3.3.90.30	Material de Consumo		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	20.000,00
02.11.01.06.182.1001.2447	Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG		
3.3.90.30	Material de Consumo		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	10.000,00
02.11.02.26.782.0727.2432	Manut. Ativ. da Diretoria Municipal de Trânsito (DIMUTRAN)		
3.3.90.30	Material de Consumo		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	7.000,00
02.11.03.04.122.0052.2437	Manut. Ativ. da Coordenadoria de Vigilância de Patrimônio Público (COVPP)		
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	78.100,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	40.000,00
02.11.03.06.181.1001.2435	Manut. das Atividades da Guarda Civil Municipal (GCM)		
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	12.000,00
02.13	**Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo**		
02.13.01.04.121.0052.2521	Manut. Ativ. Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo		
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	3.600,00
02.13.01.04.122.0058.2542	Treinamento e Capacitação de Pessoal da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
Fonte de Recursos: 1.500.000 – Recursos não Vinculados de Impostos		R$	8.400,00
03	**EMURB – Empresa Municipal de Urbanização de Guaxupé**		
03.01	**Política Habitacional (Habit. Populares)**		
03.01.01.04.122.0052.6001	Manutenção das Atividades Gerais da EMURB		
3.3.90.93	Indenizações e Restituições		
Fonte de Recursos: 1.501.000 – Outros Recursos não Vinculados		R$	15.000,00
TOTAL		**R$**	**5.425.711,08**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor nesta data, com publicação posterior ratificativa, retroagindo seus efeitos ao momento em que se verificar, na rubrica específica, a necessidade de suplementação.
Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Guaxupé(MG), 01 de julho de 2026.

JARBAS CORRÊA FILHO
Prefeito Municipal

MÁRCIO ANTÔNIO GONÇALVES PEREIRA
Secretário Municipal de planejamento e Urbanismo

ELAINE GONÇALVES RICCIARDI CERDEIRA
Secretária Municipal de Finanças

Publicado por:
Marcos Antônio Estevam
Código Identificador:CF7B0104

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
DECRETO N.º 3253 - ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR COM RECURSO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

DECRETO N.º 3253

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR COM RECURSO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

O Prefeito de Guaxupé, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 3274 de 30/12/2025, DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas nas importâncias que abaixo se especificam e que totalizam R$ 2.814.042,32 (dois milhões, oitocentos e quatorze mil, quarenta e dois reais e trinta e dois centavos), as seguintes despesas do orçamento vigente:

02	**Poder Executivo**			
02.05 Secretaria Municipal de Saúde				
02.05.03.10.302.0210.2414	Manut. Ativ. Média e Alta Complexidade Ambulat. e Hospitalar – Remun. de Pessoal Ativo e Encargos			
3.1.90.04	Contratação por Tempo Determinado			
Fonte de Recursos: 1.600.000 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal- Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde			R$	12.400,00
02.05.06.10.301.0210.1017	Obras e Instalações Unidades de Saúde da Atenção Básica			
4.4.90.51	Obras e Instalações			
Fonte de Recursos: 1.601.000 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde			R$	37.325,00
02.07	**Secretaria Municipal de Educação**			
02.07.02.12.361.0403.1038	Construção, Ampliação e/ou Reforma Escolas do Ens. Fundamental			
4.4.90.51	Obras e Instalações			
Fonte de Recursos: 1.571.000 –Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação			R$	1.800.000,00
02.07.02.12.365.0401.1433	Construção, Ampliação e/ou Reforma Escolas p/ Educação Infantil – Pré-Escola			
4.4.90.51	Obras e Instalações			
Fonte de Recursos: 1.571.000 –Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação			R$	324.317,32
02.09	**Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos**			
02.09.01.15.452.0507.1343	Obras e Instalações de Praças, Parques e Jardins			
4.4.90.51	Obras e Instalações			
Fonte de Recursos: 1.501.000 – Outros Recursos não Vinculados			R$	500.000,00
02.09.03.26.782.1325.2532	Manutenção das Atividades da Seção de Oficina e Abastecimento			
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica			
Fonte de Recursos: 1.720.000 – Transferência da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997			R$	40.000,00
02.10	**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente**			
02.10.04.18.542.1009.2403	Manut. Ativ.Usina de Triagem e Compostagem (UTC)			
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente			
Fonte de Recursos: 1.710.000 – Transferência Especial dos Estados			R$	100.000,00
	TOTAL		**R$**	**2.814.042,32**

Art. 2º - Constitui Recurso para a suplementação mencionada no art. 1º o excesso de arrecadação já apurado no exercício vigente (2026), considerando-se ainda a tendência do exercício, de acordo com art. 43,§ 1º, inciso II e §§ 3º e 4º da Lei Federal nº 4.320/64, conforme demonstra o Anexo I- Memória de cálculo de apuração do excesso de arrecadação, fonte de recursos:

Fonte de Recursos: 1.501.000 – Outros Recursos não Vinculados	R$	500.000,00
Fonte de Recursos: 1.571.000 – Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R$	2.124.317,32
Fonte de Recursos :1.600.000 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal- Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R$	12.400,00
Fonte de Recursos: 1.601.000 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	R$	37.325,00
Fonte de Recursos: 1.710.000 – Transferência Especial dos Estados	R$	100.000,00
Fonte de Recursos: 1.720.000 – Transferência da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997	R$	40.000,00
TOTAL	**R$**	**2.814.042,32**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor nesta data, com publicação posterior ratificativa, retroagindo seus efeitos ao momento em que se verificar, na rubrica específica, a necessidade de suplementação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Guaxupé (MG), 03 de julho de 2026.

JARBAS CORRÊA FILHO
Prefeito Municipal

MÁRCIO ANTÔNIO GONÇALVES PEREIRA
Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo

ELAINE GONÇALVES RICCIARDI CERDEIRA
Secretária Municiapl de Fincanças

Decreto nº 3253 de 03 de julho de 2026

ANEXO I

MEMÓRIA DE CÁLCULO DE APURAÇÃO DO EXCESSO ARRECADAÇÃO – ORÇAMENTO 2026
RECURSOS: 1.501.000- Outros Recursos Não Vinculados

Fundamentação legal: Lei Federal nº 4.320/64

Previsão de Arrecadação 2026		**13.978.500,00**			
RECEITA REALIZADA					
MESES	**JAN a JUN = TOTAL (A)**				
VALOR	7.407.691,05				
Fonte: Balancete da Receita Consolidado.					
PROJEÇÃO					
MESES	**JUL a DEZ = TOTAL (B)**	**TOTAL C =(A) + (B)**			
VALOR	7.900.000,00	**15.307.691,05**			
Fonte: Balancete da Receita Consolidado.					

Demonstração do Excesso de Arrecadação Cálculo

Receita Realizada 01 a 06/2026 (A)	7.407.691,05
Previsão de arrecadação de 07 a 12/2026 (B)	7.900.000,00
SOMA	**15.307.691,05**
Previsão de Receita 2026	13.978.500,00
Excesso de arrecadação	**1.329.191,05**
Excesso utilizado neste decreto	500.000,00
Excesso de arrecadação a realizar	**829.191,05**

Decreto nº 3253 de 03 de julho de 2026

ANEXO I

MEMÓRIA DE CÁLCULO DE APURAÇÃO DO EXCESSO ARRECADAÇÃO – ORÇAMENTO 2026

RECURSOS: 1.571.000 – Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação

Fundamentação legal: Lei Federal nº 4.320/64

Previsão de Arrecadação 2026		**0,00**			
RECEITA REALIZADA					
MESES	**JAN a JUN = TOTAL (A)**				
VALOR	1.100.086.75				
Fonte: Balancete da Receita Consolidado.					
PROJEÇÃO					
MESES	**JUL a DEZ = TOTAL (B)**	**TOTAL C =(A) + (B)**			
VALOR	1.700.000,00	**2.800.086,75**			
Fonte: Balancete da Receita Consolidado.					

Demonstração do Excesso de Arrecadação Cálculo

Receita Realizada 01 a 06/2026 (A)	1.100.086,75
Previsão de arrecadação de 07 a 12/2026 (B)	1.700.000,00
SOMA	**2.800.086,75**
Previsão de Receita 2026	0,00
Excesso de arrecadação	**2.800.086,75**
Excesso utilizado neste decreto	2.124.317,32
Excesso de arrecadação a realizar	**675.769,43**

Decreto nº 3253 de 03 de julho de 2026

ANEXO I

MEMÓRIA DE CÁLCULO DE APURAÇÃO DO EXCESSO ARRECADAÇÃO – ORÇAMENTO 2026

RECURSOS: 1.600.000- Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal- Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde

Fundamentação legal: Lei Federal nº 4.320/64

Previsão de Arrecadação 2026		**32.939.708,24**			
RECEITA REALIZADA					
MESES	**JAN a JUN = TOTAL (A)**				
VALOR	31.514.776,29				
Fonte: Balancete da Receita Consolidado.					
PROJEÇÃO					
MESES	**JUL a DEZ = TOTAL (B)**	**TOTAL C =(A) + (B)**			
VALOR	18.200.000,00	**49.714.776,29**			
Fonte: Balancete da Receita Consolidado.					

Demonstração do Excesso de Arrecadação Cálculo

Receita Realizada 01 a 06/2026 (A)	31.514.776,29
Previsão de arrecadação de 07 a 12/2026 (B)	18.200.000,00
SOMA	**49.714.776,29**
Previsão de Receita 2026	32.939.708,24
Excesso de arrecadação	**16.775.068,05**
Excesso utilizado no Decreto nº 3203 de 16/03/2026	380.658,82
Excesso utilizado no Decreto nº 3226 de 06/05/2026	514.000,00

Excesso utilizado no Decreto nº 3243 de 23/06/2026	1.091.000,00
Excesso utilizado neste decreto	12.400,00
Excesso de arrecadação a realizar	**14.777.009,23**

Decreto nº 3253 de 03 de julho de 2026

ANEXO I

MEMÓRIA DE CÁLCULO DE APURAÇÃO DO EXCESSO ARRECADAÇÃO – ORÇAMENTO 2026

RECURSOS: 1.601.000- Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde

Fundamentação legal: Lei Federal nº 4.320/64

Previsão de Arrecadação 2026		**286.429.00**			
RECEITA REALIZADA					
MESES	**JAN a JUN = TOTAL (A)**				
VALOR	235.590,60				
Fonte: Balancete da Receita Consolidado.					
PROJEÇÃO					
MESES	**JUL a DEZ = TOTAL (B)**	**TOTAL C =(A) + (B)**			
VALOR	129.971,00	**365.561,60**			
Fonte: Balancete da Receita Consolidado.					

Demonstração do Excesso de Arrecadação Cálculo

Receita Realizada 01 a 06/2026 (A)	235.590,60
Previsão de arrecadação de 07 a 12/2026 (B)	129.971,00
SOMA	**365.561,60**
Previsão de Receita 2026	286.429,60
Excesso de arrecadação	**79.132,00**
Excesso utilizado neste decreto	37.325.00
Excesso de arrecadação a realizar	**41.807,00**

Decreto nº 3253 de 03 de julho de 2026

‘ANEXO I

MEMÓRIA DE CÁLCULO DE APURAÇÃO DO EXCESSO ARRECADAÇÃO – ORÇAMENTO 2026

RECURSOS: 1.710.000- Transferência Especial dos Estados

Fundamentação legal: Lei Federal nº 4.320/64

Previsão de Arrecadação 2026		**0,00**			
RECEITA REALIZADA					
MESES	**JAN a JUN = TOTAL (A)**				
VALOR	999.967,90				
Fonte: Balancete da Receita Consolidado.					
PROJEÇÃO					
MESES	**JUL a DEZ = TOTAL (B)**	**TOTAL C =(A) + (B)**			
VALOR	182.000,00	**1.181.967,90**			
Fonte: Balancete da Receita Consolidado.					

Demonstração do Excesso de Arrecadação Cálculo

Receita Realizada 01 a 06/2026 (A)	999.967,90
Previsão de arrecadação de 07 a 12/2026 (B)	182.000,00
SOMA	**1.181.967,90**
Previsão de Receita 2026	0,00
Excesso de arrecadação	**1.181.967,90**
Excesso utilizado no Decreto nº 3226 de 06/05/2026	13.982,38
Excesso utilizado neste decreto	100.000,00
Excesso de arrecadação a realizar	**1.067.985,52**

Decreto nº 3253 de 03 de julho de 2026

ANEXO I

MEMÓRIA DE CÁLCULO DE APURAÇÃO DO EXCESSO ARRECADAÇÃO – ORÇAMENTO 2026

RECURSOS: 1.720.000- Transferência da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997
Fundamentação legal: Lei Federal nº 4.320/64

Previsão de Arrecadação 2026		**1.400.000,00**			
RECEITA REALIZADA					
MESES	**JAN a JUN = TOTAL (A)**				

VALOR	833.052,98	
Fonte: Balancete da Receita Consolidado.		
PROJEÇÃO		
MESES	**JUL a DEZ = TOTAL (B)**	**TOTAL C =(A) + (B)**
VALOR	840.000,00	**1.673.052,98**
Fonte: Balancete da Receita Consolidado.		

Demonstração do Excesso de Arrecadação Cálculo

Receita Realizada 01 a 06/2026 (A)	833.052,98
Previsão de arrecadação de 07 a 12/2026 (B)	840.000,00
SOMA	**1.673.052,98**
Previsão de Receita 2026	1.400.000,00
Excesso de arrecadação	**273.052,98**
Excesso utilizado neste decreto	40.000,00
Excesso de arrecadação a realizar	**233.052,98**

Publicado por:
Marcos Antônio Estevam
Código Identificador:AD96A4E2

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
DECRETO N.º 3263 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL NA ESPÉCIE ESPECIAL NO ORÇAMENTO DE 2026.

DECRETO N.º 3263

ABRE CRÉDITO ADICIONAL NA ESPÉCIE ESPECIAL NO ORÇAMENTO DE 2026

O Prefeito de Guaxupé, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 3332 de 14/07/2026, DECRETA:

Art. 1º - Ficam criadas, nas importâncias que abaixo se especificam, e que totalizam R$ 308.841,00 (trezentos e oito mil, oitocentos e quarenta e um reais), as seguintes dotações de despesas do orçamento vigente:

02	**Poder Executivo**		
02.05	**Secretaria Municipal de Saúde**		
02.05.02.10.301.0210.2641	Manut. Ativ. da Odontologia		
3.3.90.30	Material de Consumo		
Fonte de Recursos: 2.600.000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde / (Rec.Exer.Ant.)		R$	125.215,75
3.3.90.32	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita		
Fonte de Recursos: 2.600.000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde / (Rec.Exer.Ant.)		R$	62.625,25
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
Fonte de Recursos: 2.600.000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde / (Rec.Exer.Ant.)		R$	121.000,00
TOTAL		**R$**	**308.841,00**

Art. 2º - Constitui Recurso para as suplementações mencionadas no art. 1º o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior (2025) no valor de R$ 308.841,00 (trezentos e oito mil, oitocentos e quarenta e um reais) discriminado por fonte de recursos:
Superávit Financeiro:

Fonte de Recursos: 2.600.000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde/ (Rec.Exer.Ant.)	**R$**	**308.841,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data, com publicação posterior ratificativa, retroagindo seus efeitos ao momento em que se verificar, na rubrica específica, a necessidade de suplementação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Guaxupé(MG), 23 de julho de 2026.

JARBAS CORRÊA FILHO
Prefeito Municipal

MÁRCIO ANTÔNIO GONÇALVES PEREIRA
Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo

ELAINE GONÇALVES RICCIARDI CERDEIRA
Secretária Municipal de Finanças

Publicado por:
Marcos Antônio Estevam
Código Identificador:87ECDC94

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
DECRETO N.º 3264 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL NA ESPÉCIE ESPECIAL NO ORÇAMENTO DE 2026.

DECRETO N.º 3264

ABRE CRÉDITO ADICIONAL NA ESPÉCIE ESPECIAL NO ORÇAMENTO DE 2026

O Prefeito de Guaxupé, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 3332 de 14/07/2026, DECRETA:

Art. 1º - Ficam criadas, nas importâncias que abaixo se especificam, e que totalizam R$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais), as seguintes dotações de despesas do orçamento vigente:

02	**Poder Executivo**		
02.05	**Secretaria Municipal de Saúde**		
02.05.02.10.301.0210.2641	Manut. Ativ. da Odontologia		
3.3.90.30	Material de Consumo		
Fonte de Recursos: 1.600.000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde		R$	150.000,00
3.1.90.04	Contratação por Tempo Determinado		
Fonte de Recursos: 1.600.000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde		R$	120.000,00
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
Fonte de Recursos: 1.600.000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde		R$	210.000,00
3.1.90.13	Obrigações Patronais		
Fonte de Recursos: 1.600.000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde		R$	62.000,00
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil		
Fonte de Recursos: 1.600.000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde		R$	7.920,00
3.1.90.94	Indenizações e Restituições Trabalhistas		
Fonte de Recursos: 1.600.000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde		R$	80,00
TOTAL		**R$**	**550.000,00**

Art. 2º - Constitui Recurso para a suplementação mencionada no art. 1º o excesso de arrecadação já apurado no exercício vigente (2026), considerando-se ainda a tendência do exercício, de acordo com art. 43,§ 1º, inciso II e §§ 3º e 4º da Lei Federal nº 4.320/64, conforme demonstra o Anexo I- Memória de cálculo de apuração do excesso de arrecadação, fonte de recursos:

Fonte de Recursos: 1.600.000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	R$	550.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data, com publicação posterior ratificativa, retroagindo seus efeitos ao momento em que se verificar, na rubrica específica, a necessidade de suplementação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Guaxupé(MG), 23 de julho de 2026.

JARBAS CORRÊA FILHO
Prefeito Municipal

MÁRCIO ANTÔNIO GONÇALVES PEREIRA
Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo

ELAINE GONÇALVES RICCIARDI CERDEIRA
Secretária Municipal de Finanças

Decreto nº 3264 de 23 de julho de 2026

ANEXO I
MEMÓRIA DE CÁLCULO DE APURAÇÃO DO EXCESSO ARRECADAÇÃO – ORÇAMENTO 2026

RECURSOS: 1.600.000- Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal- Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde

Fundamentação legal: Lei Federal nº 4.320/64

Previsão de Arrecadação 2026		**32.939.708,24**
RECEITA REALIZADA		
MESES		**JAN a JUN = TOTAL (A)**
VALOR		31.514.776,29
Fonte: Balancete da Receita Consolidado.		
PROJEÇÃO		
MESES	**JUL a DEZ = TOTAL (B)**	**TOTAL C =(A) + (B)**
VALOR	18.200.000,00	**49.714.776,29**
Fonte: Balancete da Receita Consolidado.		

Demonstração do Excesso de Arrecadação Cálculo

Receita Realizada 01 a 06/2026 (A)	31.514.776,29
Previsão de arrecadação de 07 a 12/2026 (B)	18.200.000,00
SOMA	**49.714.776,29**
Previsão de Receita 2026	32.939.708,24
Excesso de arrecadação	**16.775.068,05**
Excesso utilizado no Decreto nº 3203 de 16/03/2026	380.658,82
Excesso utilizado no Decreto nº 3226 de 06/05/2026	514.000,00

Excesso utilizado no Decreto nº 3243 de 23/06/2026	1.091.000,00
Excesso utilizado no Decreto nº 3253 de 01/07/2026	12.400,00
Excesso utilizado neste decreto	550.000,00
Excesso de arrecadação a realizar	**14.227.009,23**

Publicado por:
Marcos Antônio Estevam
Código Identificador:6B616BFE

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
DECRETO N.º 3266 - ABRE CRÉDITOS SUPLEMENTARES COM SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO EM BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR (2025).

DECRETO N.º 3266

ABRE CRÉDITOS SUPLEMENTARES COM SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO EM BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR (2025)

O Prefeito de Guaxupé, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 3335 de 14/07/2026, DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas nas importâncias que abaixo se especificam e que totalizam R$ 3.445.917,00 (três milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil, novecentos e dezessete reais), as seguintes dotações de despesa do orçamento vigente:

02	**Poder Executivo**		
02.05	**Secretaria Municipal de Saúde**		
02.05.02.10.128.0058.2413	Manut. Ativ. Capacitação de Pessoal da Atenção Básica		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
Fonte de Recursos – 2.621.000 Transf. Fundo a Fundo de Recursos do SUS Prov. do Governo Estadual (Rec. Exerc. Ant.)		R$	135.900,00
02.05.02.10.301.0202.2411	Manut. Ativ. Estratégia de Saúde da Família – Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos		
3.1.90.04	Contratação por Tempo Determinado		
Fonte de Recursos – 2.600.000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde (Rec. Exerc. Ant.)		R$	307.418,53
02.05.02.10.301.0210.2039	Manut. Ativ. Unidades e Serviços de Saúde da Atenção Básica		
3.3.90.30	Material de Consumo		
Fonte de Recursos – 2.600.000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde (Rec. Exerc. Ant.)		R$	284.282,99
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
Fonte de Recursos – 2.600.000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde (Rec. Exerc. Ant.)		R$	408.522,39
02.05.02.10.301.0210.2412	Manut. Ativ. Unidades e Serviços de Saúde de Atenção Básica– Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos		
3.1.90.04	Contratação por Tempo Determinado		
Fonte de Recursos – 2.621.000 Transf. Fundo a Fundo de Recursos do SUS Prov. do Governo Estadual (Rec. Exerc. Ant.)		R$	128.000,00
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
Fonte de Recursos – 2.621.000 Transf. Fundo a Fundo de Recursos do SUS Prov. do Governo Estadual (Rec. Exerc. Ant.)		R$	592.000,00
3.1.90.13	Obrigações Patronais		
Fonte de Recursos – 2.621.000 Transf. Fundo a Fundo de Recursos do SUS Prov. do Governo Estadual (Rec. Exerc. Ant.)		R$	104.000,00
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil		
Fonte de Recursos – 2.621.000 Transf. Fundo a Fundo de Recursos do SUS Prov. do Governo Estadual (Rec. Exerc. Ant.)		R$	8.200,00
02.05.03.10.302.0210.2427	Manut. Ativ. Unidades e Serviços de Saúde da Atenção de Média e Alta Complex. Ambulat. E Hospitalar		
3.3.90.34	Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização		
Fonte de Recursos – 2.600.000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde (Rec. Exerc. Ant.)		R$	592.332,02
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
Fonte de Recursos – 2.621.000 Transf. Fundo a Fundo de Recursos do SUS Prov. do Governo Estadual (Rec. Exerc. Ant.)		R$	63.535,89
02.05.03.10.302.0210.2565	Manut. Ativ. Rede de Atenção Psicossocial - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos		
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
Fonte de Recursos – 2.621.000 Transf. Fundo a Fundo de Recursos do SUS Prov. do Governo Estadual (Rec. Exerc. Ant.)		R$	135.000,00
3.1.90.13	Obrigações Patronais		
Fonte de Recursos – 2.621.000 Transf. Fundo a Fundo de Recursos do SUS Prov. do Governo Estadual (Rec. Exerc. Ant.)		R$	25.000,00
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil		
Fonte de Recursos – 2.621.000 Transf. Fundo a Fundo de Recursos do SUS Prov. do Governo Estadual (Rec. Exerc. Ant.)		R$	5.000,00
02.05.03.10.302.0210.2604	Manut. Ativ. Serviço de Atenção Domiciliar – Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos		
3.1.90.04	Contratação por Tempo Determinado		
Fonte de Recursos – 2.621.000 Transf. Fundo a Fundo de Recursos do SUS Prov. do Governo Estadual (Rec. Exerc. Ant.)		R$	70.000,00
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
Fonte de Recursos – 2.621.000 Transf. Fundo a Fundo de Recursos do SUS Prov. do Governo Estadual (Rec. Exerc. Ant.)		R$	49.000,00
3.1.90.13	Obrigações Patronais		
Fonte de Recursos – 2.621.000 Transf. Fundo a Fundo de Recursos do SUS Prov. do Governo Estadual (Rec. Exerc. Ant.)		R$	9.500,00
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil		
Fonte de Recursos – 2.621.000 Transf. Fundo a Fundo de Recursos do SUS Prov. do Governo Estadual (Rec. Exerc. Ant.)		R$	2.397,62
02.05.05.10.305.0243.2047	Manut. Ativ. Vigilância em Saúde		
3.3.90.30	Material de Consumo		
Fonte de Recursos – 2.621.000 Transf. Fundo a Fundo de Recursos do SUS Prov. do Governo Estadual (Rec. Exerc. Ant.)		R$	110.721,13
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
Fonte de Recursos – 2.621.000 Transf. Fundo a Fundo de Recursos do SUS Prov. do Governo Estadual (Rec. Exerc. Ant.)		R$	261.827,87
02.05.05.10.305.0243.2566	Manut. Ativ. Vigilância Epidemiológica - Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos		
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
Fonte de Recursos – 2.621.000 Transf. Fundo a Fundo de Recursos do SUS Prov. do Governo Estadual (Rec. Exerc. Ant.)		R$	125.000,00
3.1.90.13	Obrigações Patronais		
Fonte de Recursos – 2.621.000 Transf. Fundo a Fundo de Recursos do SUS Prov. do Governo Estadual (Rec. Exerc. Ant.)		R$	24.500,00
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil		
Fonte de Recursos – 2.621.000 Transf. Fundo a Fundo de Recursos do SUS Prov. do Governo Estadual (Rec. Exerc. Ant.)		R$	3.778,56
TOTAL.....		**R$**	**3.445.917,00**

Art. 2º Constitui Recurso para as suplementações mencionadas no art. 1º o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior (2025) no valor de R$ 3.445.917,00 (três milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil, novecentos e dezessete reais), discriminado por fontes de recursos:

Superávit Financeiro:

Fonte de Recursos: 2.600.000 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde (Rec. Exerc. Ant.)	R$	1.592.555,93
Fonte de Recursos: 2.621.000 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS Prov. do Governo Estadual (Rec. Ex. Ant.)	R$	1.853.361,07
TOTAL.....	**R$**	**3.445.917,00**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor nesta data, com publicação posterior ratificativa, retroagindo seus efeitos ao momento em que se verificar, na rubrica específica, a necessidade de suplementação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Guaxupé(MG), 23 de julho de 2026.

JARBAS CORRÊA FILHO
Prefeito Municipal

MÁRCIO ANTÔNIO GONÇALVES PEREIRA
Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo

ELAINE GONÇALVES RICCIARDI CERDEIRA
Secretária Municipal de Finanças

Publicado por:
Marcos Antônio Estevam
Código Identificador:89C06732

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
DECRETO N.º 3267 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL NA ESPÉCIE ESPECIAL NO ORÇAMENTO DE 2026.

DECRETO N.º 3267

ABRE CRÉDITO ADICIONAL NA ESPÉCIE ESPECIAL NO ORÇAMENTO DE 2026

O Prefeito de Guaxupé, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 3333 de 14/07/2026, DECRETA:

Art. 1º - Ficam criadas, nas importâncias que abaixo se especificam, e que totalizam R$ 2.073.060,00 (dois milhões, setenta e três mil e sessenta reais), as seguintes dotações de despesas do orçamento vigente:

02	**Poder Executivo**		
02.05 Secretaria Municipal de Saúde			
02.05.02.10.301.1338.2639	Implant., Desenv., e Manut. de Saúde Digital, Telessaúde e Inovação do SUS		
3.1.90.04	Contratação por Tempo Determinado		
Fonte de Recursos: 1.600.000 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal- Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde		R$	10,00
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
Fonte de Recursos: 1.600.000 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal- Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde		R$	40.000,00
3.1.90.13	Obrigações Patronais		
Fonte de Recursos: 1.600.000 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal- Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde		R$	15.000,00
3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil		
Fonte de Recursos: 1.600.000 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal- Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde		R$	2.000,00
3.1.90.94	Indenizações e Restituições Trabalhistas		
Fonte de Recursos: 1.600.000 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal- Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde		R$	5.000,00
3.3.90.14	Diárias – Pessoal Civil		
Fonte de Recursos: 1.600.000 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal- Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde		R$	10,00
3.3.90.30	Material de Consumo		
Fonte de Recursos: 1.600.000 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal- Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde		R$	5.000,00
3.3.90.35	Serviços de Consultoria		
Fonte de Recursos: 1.600.000 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal- Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde		R$	10,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
Fonte de Recursos: 1.600.000 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal- Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde		R$	2.000.000,00
3.3.90.40	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica		
Fonte de Recursos: 1.600.000 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal- Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde		R$	20,00
02.05.02.10.301.1338.2640	Manut. Ativ. Capacitação de Pessoal de Saúde Digital, Telessaúde e Inovação no SUS		
3.3.90.14	Diárias – Pessoal Civil		
Fonte de Recursos: 1.600.000 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal- Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde		R$	1.000,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		
Fonte de Recursos: 1.600.000 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal- Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde		R$	5.000,00
02.05.06.10.301.1338.1568	Aquisição de Equipamentos e Mat. Permanente p/ Saúde Digital, Telessaúde e Inovação no SUS		

4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente		
Fonte de Recursos: 1.600.000 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal- Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde		R$	10,00
	TOTAL	**R$**	**2.073.060,00**

Art. 2º - Constitui Recurso para as suplementações mencionadas no art. 1º o excesso de arrecadação já apurado no exercício vigente (2026), considerando-se ainda a tendência do exercício, de acordo com art. 43,§ 1º, inciso II e §§ 3º e 4º da Lei Federal nº 4.320/64, conforme demonstra o Anexo I- Memória de cálculo de apuração do excesso de arrecadação, fonte de recursos:

Fonte de Recursos:	1.600.000	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal- Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R$	2.073.060,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor nesta data, com publicação posterior ratificativa, retroagindo seus efeitos ao momento em que se verificar, na rubrica específica, a necessidade de suplementação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Guaxupé (MG), 23 de julho de 2026.

JARBAS CORRÊA FILHO
Prefeito Municipal

MÁRCIO ANTÔNIO GONÇALVES PEREIRA
Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo

ELAINE GONÇALVES RICCIARDI CERDEIRA
Secretária Municipal de Finanças

Decreto nº 3267 de 23 de julho de 2026
ANEXO I

MEMÓRIA DE CÁLCULO DE APURAÇÃO DO EXCESSO ARRECADAÇÃO – ORÇAMENTO 2026

RECURSOS: 1.600.000- Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal- Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde

Fundamentação legal: Lei Federal nº 4.320/64

Previsão de Arrecadação 2026		**32.939.708,24**
RECEITA REALIZADA		
MESES		**JAN a JUN = TOTAL (A)**
VALOR		31.514.776,29
Fonte: Balancete da Receita Consolidado.		
PROJEÇÃO		
MESES	**JUL a DEZ = TOTAL (B)**	**TOTAL C =(A) + (B)**
VALOR	18.200.000,00	**49.714.776,29**
Fonte: Balancete da Receita Consolidado.		

Demonstração do Excesso de Arrecadação Cálculo

Receita Realizada 01 a 06/2026 (A)	31.514.776,29
Previsão de arrecadação de 07 a 12/2026 (B)	18.200.000,00
SOMA	**49.714.776,29**
Previsão de Receita 2026	32.939.708,24
Excesso de arrecadação	**16.775.068,05**
Excesso utilizado no Decreto nº 3203 de 16/03/2026	380.658,82
Excesso utilizado no Decreto nº 3226 de 06/05/2026	514.000,00
Excesso utilizado no Decreto nº 3243 de 23/06/2026	1.091.000,00
Excesso utilizado no Decreto nº 3253 de 01/07/2026	12.400,00
Excesso utilizado no Decreto nº 3264 de 23/07/2026	550.000,00
Excesso utilizado no Decreto nº 3265 de 23/07/2026	5.220.952,58
Excesso utilizado neste decreto	2.073.000,00
Excesso de arrecadação a realizar	**6.932.996,65**

Publicado por:
Marcos Antônio Estevam
Código Identificador:3A2D4D15

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
EDITAL PÚBLICO DE NOTIFICAÇÃO

EDITAL PÚBLICO DE NOTIFICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GUAXUPÉ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 18.663.401/0001-97, com endereço na Av. Conde Ribeiro do Valle, 68 – Centro – Guaxupé/MG – CEP: 37800-000, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS /COORDENADORIA DE FISCALIZAÇÃO URBANÍSTICA**, tendo em vista a infringência da lei, e o insucesso no envio das notificações pelos CORREIOS, o proprietário do imóvel abaixo discriminado, fica notificado para **Providenciar construção de Calçada , no prazo**

de 30 dias a contar da data da publicação, com fundamento no Artigo 23 da Lei Complementar nº 015/2019 de 26 de novembro de 2019 "Altera o Código de Posturas do Município de Guaxupé".

Proprietário	Imóvel	Inscrição Municipal	Notificação	Infração	Disposição legal infringida	Local do Imóvel
Sílvia Helena da Silva	28.834 (Lote 23, Quadra P)	09.0016.0295.001	Onde se lê 1565/2026,na publicação de 15/04/2026 edição 4254 Leia -se 186/2026	Construção de Calçada	Artigo 23 da Lei Complementar nº 015/2019	Rua Vicente Ferreira, nº412, Lote 23, Quadra P; Residencial- Fazenda Planalto

Guaxupé, 26 de Agosto de 2026.

Publicado por:
Marcos Antônio Estevam
Código Identificador:980A0B06

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE IBIÁ

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

Origem: Pregão Eletrônico 031/2026 - PAL:101/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de tanque-pipa e caçamba metálica basculante novos, incluindo sua fabricação, transporte, instalação, montagem, testes operacionais, garantia e todos os materiais, componentes, acessórios, equipamentos, insumos e serviços necessários à entrega dos bens em pleno funcionamento, destinados à instalação em caminhões pertencentes à frota do município de Ibiá/MG.

NEW REPRESENTACAO LTDA – ME 57.742.317/0001-10

Item	Cód.	Descrição	Unid.	Especificação	Quantidade	Valor Médio Unitário	Valor Médio Total
1	69679	**AQUISIÇÃO E MONTAGEM TANQUE PIPA 18.000L PARA MERCEDES-BENS ATEGO 2730**	UNIDADE	**Veiculo para instalação: Mercedes-Benz ATEGO 2730** Material e Estrutura: Fabricado em aço carbono (ASTM A36) com espessura de 3,4 mm a 4,75 mm, com soldagem MIG, quebra-ondas internos, tampas de inspeção com vedação e escada de acesso. Capacidade: 18.000 Litros, Sistemas de Distribuição: Canhão Monitor: Para combate a incêndios e irrigação de longo alcance. 2 Espargidores (Bico de Pato): Laterais ou traseiros, para umectação de vias e controle de poeira, com acionamento pneumático Lavador de Rua: Frontal ou traseiro para limpeza de asfalto. Segurança e Normas: Equipado com guarda-corpo superior, piso antiderrapante, para-choque traseiro e sinalização reflexiva conforme CONTRAN. Rabo de pavão. Chuveiro; Bomba d'água de alta vazão, sistema de acionamento pneumático para válvulas e mangueiras de sucção. Soldas contínuas, com dupla costura, garantindo estanqueidade e resistência estrutural. Abertura de inspeção e carregamento na parte superior traseira do tanque, com diâmetro de 500mm; Duas paredes quebra-ondas internas em chapa de no mínimo 1/4 polegadas, para segurança e estabilidade no transporte; Tubo ladrão superior de 2.1/2 polegadas, com mangueira flexível até o chassi; Indicador de nível lateral transparente; Barra de irrigação traseira, com fixação ao chassi por parafusos, acoplada a válvula tipo gaveta acionada pneumaticamente, com fluxo por gravidade; Bomba centrífuga com caixa multiplicadora (deslocamento mínimo de 1.000 litros/min a 1.000 RPM); Bico aspersor instalado na parte superior traseira do tanque, com acionamento pneumático; Carretel mangotinho, contendo mangueira de 1 polegada de diâmetro interno e 20 metros de comprimento; Saída storz de 2.1/2 polegadas em cada lado na parte frontal do tanque, com registro individual. Boca de engate rápido para enchimento lateral em alumínio, 4 polegadas, para acoplamento de mangueira de 3 polegadas; Válvula tipo gaveta de 4 polegadas, no fundo do tanque, de ação pneumática; Todos os acionamentos pneumáticos devem ter controle interno, acessível pelo motorista; Tanque fixado em berços metálicos sobre longarinas tubulares e sistema misto de fixação (rígida: placas parafusadas ou grampos e flexível: molas ou buchas em PU), absorvendo torções e prevenindo deformações; Pintura com fundo epóxi interno e externo, acabamento PU na cor branca; Fornecimento e instalação de para-choques traseiros, para-choques laterais, luzes laterais e demais dispositivos obrigatórios, sendo vedado o recebimento de equipamentos em desacordo com as normas vigentes. O equipamento deverá ser entregue completamente montado, instalado e em pleno funcionamento, sendo vedado o recebimento de itens pendentes ou que exijam adaptações posteriores. Será exigido, como condição para assinatura do contrato e para o recebimento do objeto, o Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito (CAT 104), emitido em nome do fabricante ou implementador do equipamento, devidamente válido e compatível com o objeto fornecido. MONTAGEM E INSTALAÇÃO: A contratada deverá executar: • Fabricação, fornecimento, transporte, instalação e montagem completa da caçamba; • Adequação estrutural necessária ao caminhão; • Instalação completa do sistema hidráulico; • Testes operacionais e de funcionamento; • Entrega do equipamento em pleno funcionamento. GARANTIA: O equipamento deverá possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contra defeitos de fabricação, montagem, materiais e funcionamento, contados a partir do recebimento definitivo. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA: A contratada será responsável por: • Mão de obra especializada; • Materiais, ferramentas, equipamentos e insumos necessários; • Transporte, montagem, ajustes e testes; • Atendimento às normas técnicas, de segurança e de trânsito aplicáveis. CONDIÇÕES DE ENTREGA: A entrega deverá ocorrer com o equipamento completamente	01	R$ 110.000,00	R$ 110.000,00

				instalado, testado e apto para operação, acompanhado de: • Manual de operação (se aplicável); • Certificado/termo de garantia; • Nota fiscal correspondente.			
VALOR TOTAL							**R$ 110.000,00**

Data do contrato: 18 de agosto de 2026
Data da assinatura da vigência do contrato: 19 de agosto de 2026
Data do termino da vigência do contrato: 19 de agosto de 2027

BRAZIL FERRO E ACO LTDA 25.381.151/0001-68

Item	Cód.	Descrição	Unid.	Especificação	Quantidade	Valor Médio Unitário	Valor Médio Total
2	69680	**AQUISIÇÃO E MONTAGEM DE CAÇAMBA METÁLICA BASCULANTE PARA MERCEDES-BENS ACELO 817**	UNIDADE	Veiculo para instalação: Mercedes-Benz Acelo 817. Objeto: Aquisição e montagem de 01 (uma) caçamba metálica basculante, nova, destinada à instalação em caminhão pertencente à frota municipal, observando as especificações mínimas abaixo. 1. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS Fornecimento e instalação de caçamba metálica basculante, fabricada em aço estrutural de alta resistência, compatível com veículo de entre-eixos de 3,70 metros, contendo no mínimo as seguintes características: •Comprimento mínimo: 3,00 metros; •Largura mínima: 2,20 metros; •Altura mínima das laterais: 0,46 cm; •Estrutura totalmente nova, sem uso, sem remanufatura ou reaproveitamento de peças. •Chapa 4 MM 2. CONSTRUÇÃO ESTRUTURAL A caçamba deverá possuir: •Chassi/subchassi reforçado confeccionado em aço estrutural adequado à aplicação pesada; •Fundo confeccionado em chapa de aço de elevada resistência mecânica; •Laterais confeccionadas em chapas metálicas reforçadas; •Travessas, colunas e reforços estruturais dimensionados para suportar carregamentos de materiais diversos, incluindo terra, cascalho, entulho, areia, brita e materiais correlatos; •Sistema de abertura traseira com mecanismo de destravamento automático; •Soldagem industrial contínua com excelente acabamento estrutural. 3. SISTEMA HIDRÁULICO O equipamento deverá ser fornecido com sistema hidráulico completo para basculamento, composto minimamente por: •Cilindro hidráulico compatível com a capacidade operacional do conjunto; •Reservatório hidráulico; •Bomba hidráulica; •Tomada de força (PTO), quando necessária à compatibilização com o caminhão; •Mangueiras, conexões, válvulas e demais componentes necessários ao perfeito funcionamento; •Acionamento interno na cabine, conforme compatibilidade técnica do veículo. 4. PINTURA E ACABAMENTO •Preparação da superfície metálica com tratamento anticorrosivo; •Aplicação de fundo anticorrosivo; •Pintura em esmalte sintético, poliuretano ou padrão equivalente de elevada durabilidade; •Cor a ser definida pela Administração Municipal. 5. MONTAGEM E INSTALAÇÃO A contratada deverá executar: •Fabricação, fornecimento, transporte, instalação e montagem completa da caçamba; •Adequação estrutural necessária ao caminhão com entre-eixos de 3,70 metros; •Instalação completa do sistema hidráulico; •Testes operacionais e de funcionamento; •Entrega do equipamento em pleno funcionamento. 6. GARANTIA O equipamento deverá possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contra defeitos de fabricação, montagem, materiais e funcionamento, contados a partir do recebimento definitivo. 7. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA A contratada será responsável por: •Mão de obra especializada; •Materiais, ferramentas, equipamentos e insumos necessários; •Transporte, montagem, ajustes e testes; •Atendimento às normas técnicas, de segurança e de trânsito aplicáveis. 8. CONDIÇÕES DE ENTREGA A entrega deverá ocorrer com o equipamento completamente instalado, testado e apto para operação, acompanhado de: •Manual de operação (se aplicável); •Certificado/termo de garantia; •Nota fiscal correspondente.	**01**	**R$ 47.250,00**	**R$ 47.250,00**
VALOR TOTAL							**R$ 47.250,00**

Data do contrato: 18 de agosto de 2026
Data da assinatura da vigência do contrato: 25 de agosto de 2026
Data do termino da vigência do contrato: 25 de agosto de 2027

Ibiá (MG), 26 de agosto de 2026

GILLIANNO GILLES FERREIRA
Prefeito Municipal

Publique-se

Publicado por:
Emilly Vitoria da Silva Andrade
Código Identificador:2A393014

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JOÃO PINHEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
TERMO DE ADESÃO/PARTICIPAÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 161/2025 ORIUNDA DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 005/2025 – PROCESSO LICITATÓRIO 016/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
ESTADO DE MINAS GERAIS

TERMO DE ADESÃO/PARTICIPAÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 161/2025
ORIUNDA DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 005/2025 – PROCESSO LICITATÓRIO 016/2025

A Prefeitura Municipal de João Pinheiro, por intermédio do Prefeito Municipal, torna público a Adesão/Participação do Pregão Eletrônico nº 005/2025 – Processo Licitatório 016/2025, referente à Ata de Registro de Preços 161/2025, realizado pelo **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO E VALORIZAÇÃO DE MUNICIPIOS - CONVALES**, pessoa jurídica de direito público, na forma de Associação Pública, inscrita no **CNPJ: 06.070.075/0001-25**, com sede na Avenida José Fernandes Valadares, 375 – bairro Primavera I em Arinos – MG - Gerenciador do Registro de Preços, que tem como objeto a Contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de transporte escolar, mediante utilização da Ata de Registro de Preços nº 161/2025, decorrente do Processo Licitatório nº 016/2025, Pregão Eletrônico nº 005/2025, gerenciada pela CONVALES, mediante ata, conforme especificações previstas no edital 005/2026, empresa: **CONSÓRCIO SPA TRANSPORTES, CNPJ: 40.857.557/0001-68,** situada à Est. Ubaí, nº 933 – bairro Planalto no município de Icaraí de Minas - MG .

ROTA	ITINERÁRIO	KM POR DIA	VEÍCULO	ITEM ATA	DIAS LETIVOS	KM TOTAL	VALOR KM	CUSTO ANUAL
1	FAZENDAS: ROBSON, SUSSUARANA, MARCOS, CARVALHO, OLIVEIRA, VANDICO, TONINHO DO OURO, CHAPARAL, RETORNANDO COM OS ALUNOS AS MESMAS LOCALIDADES.	125	CAPAC 12	44	200	25000	R$ 7,50	R$ 187.500,00
2	FAZENDAS: TAQUARA, TRINDADE, SOLEAR, RUMO NORTE, JULIO, RODRIGO, RETORNANDO COM OS ALUNOS AS MESMAS LOCALIDADES.	100	CAPAC 15	39	200	20000	R$ 6,89	R$ 137.800,00
3	FAZENDAS: MORRO LIMPO, DISTRITO DE VEREDAS, RETORNANDO COM OS ALUNOS AS MESMAS LOCALIDADES.	44	CAPAC 7	31	200	8800	R$ 7,63	R$ 67.144,00
4	FAZENDAS: SERGIO, RODRIGO, SERGINHO, NELORE BRASIL, CAFÉ, VAGNER DISTRITO DE VEREDAS, RETORNANDO COM OS ALUNOS AS MESMAS LOCALIDADES.	100	CAPAC 15	39	200	20000	R$ 6,89	R$ 137.800,00
5	FAZENDAS: ROSA SIMÃO, ALDEIA, RUBENS, SANTO EXTPEDITO, RETORNANDO COM OS ALUNOS AS MESMAS LOCALIDADES.	100	CAPAC 15	39	200	20000	R$ 6,89	R$ 137.800,00
6	FAZENDAS: MARCOS, CAIXETA, HERNANDO, HELVECIO E POVOADO DO TAUA, RETORNANDO COM OS ALUNOS COM OS ALUNOS PARA MESMAS LOCALIDADES.	64	CAPAC 15	39	200	12800	R$ 6,89	R$ 88.192,00
7	FAZENDAS: MATINHA , CARIL, MANOEL TILE, CAIXETA II, SÃO JOÃO DAS PONTES, PARA JOÃO PINHEIRO - MG, RETORNANDO COM OS ALUNOS AS MESMAS LOCALIDADES.	156	CAPAC 45	48	200	31200	R$ 7,83	R$ 244.296,00
8	FAZENDAS: CHAPADÃO, CAMILA, TIZIL, DISTRITO DE VEREDAS, RETORNANDO COM OS ALUNOS AS MESMAS LOCALIDADES.	50	CAPAC 7	31	200	10000	R$ 7,63	R$ 76.300,00
9	FAZENDAS: ASSENTAMENTO JUVENAL, LOTE 27, SELMA E BETE, LIRIO, CANAS, PLANALTO VERDE (VITÓRIA), NOSSA SENHORA APARECIDA, RETORNANDO COM OS ALUNOS AS MESMAS LOCALIDADES.	150	CAPAC 15	45	200	30000	R$ 7,63	R$ 228.900,00
10	FAZENDAS: GAROTO, LUDMILA, MALHADA BONITA, CEBOLA, ARARAS, CAFÉ, RETORNANDO COM OS ALUNOS AS MESMAS LOCALIDADES.	122	CAPAC 15	45	200	24400	R$ 7,63	R$ 186.172,00
11	FAZENDAS: VEREDA DA ONÇA, BRAGANÇA, BOI BRANCO, GRANJA AMARAL, BARRA BONITA, MORETO, RETORNANDO COM OS ALUNOS AS MESMAS LOCALIDADES.	198	CAPAC 15	45	200	39600	R$ 7,63	R$ 302.148,00
12	FAZENDAS: PAULO, ANGELINO, RETORNANDO COM OS ALUNOS AS MESMAS LOCALIDADES.	100	CAPAC 15	39	200	20000	R$ 6,89	R$ 137.800,00
13	FAZENDAS: VALMIRA, POVOADO MALHADINHA, PALMEIRAS, FIGUEIREDO, SÃO JOÃO, RETORNANDO COM OS ALUNOS AS MESMAS LOCALIDADES.	175	CAPAC 33	47	200	35000	R$ 8,05	R$ 281.750,00
14	FAZENDAS: GIOVANI, CLEOCI, CANA VERDE, JOÃO, PIVÔ, JORGE, DESINGANO, RETORNANDO COM OS ALUNOS NAS MESMAS LOCALIDADES.	106	CAPAC 15	45	200	21200	R$ 7,63	R$ 161.756,00
15	FAZENDAS: RENATA PRAINHA, PA VISTA ALEGRE, ALAN, D. EVA, ZELANDIO, PARA MUNICIPIO DE JOÃO PINHEIRO, RETORNANDO COM OS ALUNOS AS MESMAS LOCALIDADES.	150	CAPAC 33	47	200	30000	R$ 8,05	R$ 241.500,00
16	FAZENDAS: MORRINHOS, CLAUDINEI, TIÃO DORNELAS, CARRARA, VALMIR, PÊPA, JAPONÊS, RETORNANDO COM OS ALUNOS AS MESMAS LOCALICADES.	125	CAPAC 33	47	200	25000	R$ 8,05	R$ 201.250,00
17	FAZENDAS: MANDACARU, VALDIR, CASCAIEIRA, FLORESTA, ROÇA NOVA, EVANDO, PARETORNANDO COM OS ALUNOS AS MESMAS LOCALIDADES.	125	CAPAC 45	48	200	25000	R$ 7,83	R$ 195.750,00
18	FAZENDAS: MUTUQUINHA, PORTO NOVO, BARRAGEM, GADO BRAVO, SÃO BENEDITO, SANTA CLARA, SANTA CECÍLIA, RETORNANDO COM OS ALUNOS AS MESMAS LOCALIDADES.	230	CAPAC 45	48	200	46000	R$ 7,83	R$ 360.180,00
19	FAZENDAS: JL, EDMAR DOMINGOS, ZÉ GATÃO, HERBERT, TABOCA, CHAPADINHA, RETORNANDO COM OS ALUNOS AS MESMAS LOCALIDADES.	99	CAPAC 15	39	200	19800	R$ 6,89	R$ 136.422,00
20	FAZENDAS: DR. JOAQUIM, ZICO MACHADO, CACHOEIRA, JOÃO ALVES, SÃO PAULO, BANDARA, PIVO, RETORNANDO COM OS ALUNOS AS MESMAS LOCALIDADES.	125	CAPAC 15	45	200	25000	R$ 7,63	R$ 190.750,00
21	FAZENDAS: BOQUEIRÃO, BATALHA, REUNIDAS, DESTILARIA BEVAP, RETORNANDO COM OS ALUNOS AS MESMAS LOCALIDADES.	100	CAPAC 15	39	200	20000	R$ 6,89	R$ 137.800,00
22	FAZENDAS: WAGUINHO, POVADO DE CAATINGA, CHAPOLIM, PEREIRA, PARA BRASILÂNDIA DE MINAS, RETORNANDO COM OS ALUNOS AS MESMAS LOCALIDADES.	120	CAPAC 33	47	200	24000	R$ 8,05	R$ 193.200,00
23	FAZENDAS: EDUARDO, EVANDRO, VICENTÃO, ESCOLA MUNICIPAL BOM JESUS, RETORNANDO COM OS ALUNOS AS MESMAS LOCALIDADES.	50	CAPAC 12	32	200	10000	R$ 7,63	R$ 76.300,00
24	FAZENDAS: ITATIAIA, ASSENTAMENTO SANTA HELENA, PARA ESCOLA MUNICIPAL BOM JESUS, RETORNANDO COM OS ALUNOS AS MESMAS LOCALIDADES.	50	CAPAC 12	32	200	10000	R$ 7,63	R$ 76.300,00
25	FAZENDAS: LAGOA DA TABOCA, GILMAR CARREIRO, BICHO DO MATO, MUQUEM, SANTA QUITÉRIA, JABURU, RETORNANDO COM OS ALUNOS AS MESMAS LOCALIDADES.	174	CAPAC 45	48	200	34800	R$ 7,83	R$ 272.484,00
26	FAZENDAS: SANTA MARIA , SALVA TERRA , ALIANÇA, ALIANÇA II, LAJINHA, ALMOÇO, TOTÕE PINGUELA, PLANAQ, RETORNANDO COM OS ALUNOS AS MESMAS LOCALIDADES.	124	CAPAC 45	48	200	24800	R$ 7,83	R$ 194.184,00
27	FAZENDAS: MANGA, ASSENTAMENTO SEGREDO, BARREIRO DO CEDRO, RETORNANDO COM OS ALUNOS AS MESMAS LOCALIDADES.	200	CAPAC 45	48	200	40000	R$ 7,83	R$ 313.200,00
28	FAZENDAS: BANANAL, SACO DO LUCIANO, PARQUE DAS ANDORINHAS (PERIODO MATUTINO E VESPERTINO), RETORNANDO COM OS ALUNOS AS MESMAS LOCALIDADES.	75	CAPAC 45	42	200	15000	R$ 7,02	R$ 105.300,00
29	FAZENDAS: JÚLIO CEMIG, DR. HIPÓLITO, TERRA AZUL, RETORNANDO COM OS ALUNOS AS MESMAS LOCALIDADES.	144	CAPAC 33	47	200	28800	R$ 8,05	R$ 231.840,00
30	FAZENDAS: RONICLEI, CAFÉ, BANDEIRANTE, FLAVEL, SANTA RITA, DISTRITO DE LUIZLANDIA DO OESTE, RETORNANDO COM OS ALUNOS AS MESMAS LOCALIDADES.	186	CAPAC 15	45	200	37200	R$ 7,63	R$ 283.836,00
31	FAZENDAS: SANTA LUZIA, VARGEM BONITA, MOTAS,CIRCO DO MEIO, ESTRELA, DIAMANTE, SR. FANÔ, DISTRITRO DE OLHOS D' ÁGUA, RETORNANDO COM OS ALUNOS AS MESMA LOCALIDADES.	104	CAPAC 33	47	200	20800	R$ 8,05	R$ 167.440,00
32	FAZENDA CAFÉ, RETORNANDO COM OS ALUNOS AS MESMAS LOCALIDADES. VESPERTINO	75	CAPAC 7	37	200	15000	R$ 7,63	R$ 114.450,00
33	FAZENDAS: FAZENDA SOL, BOCAINA, FAZENDA PARAISO DA SERRA, RETORNANDO COM OS ALUNOS AS	75	CAPAC 12	38	200	15000	R$ 7,32	R$

	MESMAS LOCALIDADES.							109.800,00
34	FAZENDAS: SÃO MIGUEL, ASSENTAMENTO SEGREDO, MANGA, RETORNANDO COM OS ALUNOS AS MESMAS LOCALIDADES.	99	CAPAC 33	41	200	19800	R$ 7,32	R$ 144.936,00
35	FAZENDAS: JÚNIOR , CLEITON, PÉ DO MORRO, VIÊ, IGOR MENDONÇA, PAULISTA, LUCIANO, RONICLEI, RETORNANDO COM OS ALUNOS AS MESMAS LOCALIDADES.	125	CAPAC 15	45	200	25000	R$ 7,63	R$ 190.750,00
36	FAZENDAS: BOA ESPERANÇA, BAHIA, VILA ALMAS, POSTO OASIS, ZÉ NATAL, RETORNANDO COM OS ALUNOS AS MESMAS LOCALIDADES.	125	CAPAC 45	48	200	25000	R$ 7,83	R$ 195.750,00
37	FAZENDAS: RIBEIRÃO , ÁGUAS DA SERRA, SALOBO, ALEGRE BURITI, SOSSEGO, RETORNANDO COM OS ALUNOS AS MESMAS LOCALIDADES.	50	CAPAC 12	32	200	10000	R$ 7,63	R$ 76.300,00
38	FAZENDAS: ASSENTAMENTO RIO BONITO, NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, OSVALDO MOREIRA, BARBADINHO, RETORNANDO COM OS ALUNOS AS MESMAS LOCALIDADES.	75	CAPAC 33	41	200	15000	R$ 7,32	R$ 109.800,00
39	FAZENDAS: ALIANÇA, ALIANÇA II, BERTOLDO, BREJO, RETORNANDO COM OS ALUNOS AS MESMAS LOCALIDADES.	124	CAPAC 15	45	200	24800	R$ 7,63	R$ 189.224,00
40	FAZENDAS: FORQUILHA, VARGEM BONITA, PA FRUTA D'ANTAS , SETOR SEÇÃO , SEÇÃO BARRA DO VERDE, RETORNANDO COM OS ALUNOS AS MESMAS LOCALIDADES.	65	CAPAC 7	37	200	13000	R$ 7,63	R$ 99.190,00
41	FAZENDAS: BOA ESPERANÇA, VANDERLEI, RIO DAS PEDRAS, DISTRITO DE LUIZLANDIA DO OESTE, RETORNANDO COM OS ALUNOS AS MESMAS LOCALIDADES.	82	CAPAC 7	37	200	16400	R$ 7,63	R$ 125.132,00
42	FAZENDAS: PARAISO I, PARAISO II, ALTEROSA, SANTA CLARA I , SANTO EXPEDITO, FARROUPILHA, SANTA BARBARA, ROGERIO CARNEIRO E TERTO BRAGA RETORNANDO COM OS ALUNOS AS MESMAS LOCALIDADES. MANHA	190	CAPAC 15	45	200	38000	R$ 7,63	R$ 289.940,00
43	FAZENDAS: GM, OVIDIO, LIBÉRIO, RETORNANDO COM OS ALUNOS AS MESMAS LOCALIDADES.	118	CAPAC 15	45	200	23600	R$ 7,63	R$ 180.068,00
44	FAZENDAS: LUCIA, SÃO MIGUEL, ZACARIAS, DR MOURA, DR EDVALDO, PROGRESSO I, PROGRESSO II , MARINHEIRO I e MARINHEIRO II.	225	CAPAC 45	48	200	45000	R$ 7,83	R$ 352.350,00
45	FAZENDA: VAZANTÃO	98	CAPAC 12	38	200	19600	R$ 7,32	R$ 143.472,00
46	FAZENDAS: CAFÉ, SERGINHO, LINDOMAR, DISTRITO DE VEREDAS, CARLINHOS, MARCELO, POSTOS VEREDAS, LAGOA DO GARIMPO, TREVO DE SÃO GONÇALO DO ABAETÉ - MG, PARA ESCOLA ESTADUAL ZICO MENDOÇA E ESCOLA MUNCIIPAL MARTINHO MATOS EM SÃO GONÇALO DO ABAETÉ - MG, RETORNANDO COM OS ALUNOS AS MESMAS LOCALIDADES.	150	CAPAC 33	47	200	30000	R$ 8,05	R$ 241.500,00
47	FAZENDAS: ALENCAR , SANTA BÁRBARA, DELCINHO, ASA BRANCA, SUCURI , SANTA CLARA II E TERTO BRAGA, POVOADO DE OLARIA, RURALMINAS, MUNICIPIO DE JOÃO PINHEIRO - MG. PARA A ESCOLA JOAQUIM LUIZ DE PAULA E ESCOLA ESTADUAL JOÃO GUIMARÃES ROSA, RETORNANDO COM OS ALUNOS PARA AS MESMAS LOCALIDADES.	159	CAPAC 15	45	200	31800	R$ 7,63	R$ 242.634,00
48	FAZENDAS: RETIRO DO LEITE, GADO BRAVOE SEDE DA FAZENDA CONFINAMENTO, ASSENTAMENTO SEGREDO NO MUNICÍPIO DE JOÃO PINHEIRO - MG. PARA ESCOLA MUNICIPAL ASTOLFO MOREIRA , RETORNANDO COM OS ALUNOS PARA AS MESMAS LOCALIDADES.	75	CAPAC 7	37	200	15000	R$ 7,63	R$ 114.450,00
49	FAZENDAS: SILIO MARTINS, PARAISO I, ALTEROSA, BASILIO DO PRATA, TERTO BRAGA, LÚCIO TRAJANO, RIO DA PRATA, RETORNANDO COM OS ALUNOS PARA AS MESMAS LOCALIDADES.	114	CAPAC 7	43	200	22800	R$ 7,50	R$ 171.000,00
50	FAZENDAS: LAGOA AZUL, LELES, SANTA FÉ DO PRATA, Dª ANA, NOVA ESPERANÇA, MORADA DO SOL (KIKA), PARAISO II, LEO BANCO BRASIL, RETORNANDO COM OS ALUNOS PARA AS MESMAS LOCALIDADES.	150	CAPAC 21	46	200	30000	R$ 7,81	R$ 234.300,00
51	FAZENDAS: SÃO BARTOLOMEU, COQUEIRO, CACHOEIRA, ASSENTAMENTO CACHOEIRA, ASSENTAMENTO FORQUILHA, CACHORRO, DISTRITO DE OLHOS D' ÁGUA NO MUNICÍPIO DE JOÃO PINHEIRO - MG, RETORNANDO COM OS ALUNOS PARA AS MESMAS LOCALIDADES.	149	CAPAC 15	45	200	29800	R$ 7,63	R$ 227.374,00

O valor total estimado é R$ 9.305.514,00 (nove milhões, trezentos e cinco mil, quinhentos e quatorze reais).

João Pinheiro, 25 de agosto de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renata Soares de Noronha Machado
Código Identificador:9657F9C2

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LEOPOLDINA

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO SMAS N° 006/2026 CONVOCAÇÃO PARA ENTREVISTA

Oficial de Serviço de Acolhimento Institucional – Cuidador Social

CANDIDATOS	DATA/HORA
ROBERTA DE SOUZA JERONIMO	03/09/2026 ÀS 08:00
MÁRCIA IOLANDA DA SILVA GUEDES	03/09/2026 ÀS 08:30
VALDINEI FERREIRA DOS REIS	03/09/2026 ÀS 09:00
POLIANA REIS FERREIRA	03/09/2026 ÀS 09:30
DULEIMA CRESPO DE AZEVEDO ANDRÉ	03/09/2026 ÀS 10:00
NILZA XISTO FERREIRA	03/09/2026 ÀS 10:30
GISELE APARECIDA CESÁRIO GONÇALVES	03/09/2026 ÀS 11:00
ANDERSON VALENTIM TEIXEIRA	03/09/2026 ÀS 12:30
GLEICE DA PAZ DIANA MONTAM	03/09/2026 ÀS 13:00
NATANAEL DA SILVA DOMINGUES	03/09/2026 ÀS 13:30
ROGÉRIO THOME DE SOUZA	03/09/2026 ÀS 14:00
ODILENE APAREIDA CALIXTO DIAS	03/09/2026 ÀS 14:30
ELIZANI ZANGIROLAMI BEDIM	03/09/2026 ÀS 15:00
CARINA COSTA LOURENÇO	03/09/2026 ÀS 15:30
WINDERSON SOARES PEREIRA	03/09/2026 ÀS 16:00
GABRIELLE LAMOIA DA SILVA	03/09/2026 ÀS 16:30
NAIRA OLIVEIRA DOS SANTOS	04/09/2026 ÀS 08:00
ADDAM EMANUEL HOTTUM LEONCIO	04/09/2026 ÀS 08:30
MARA DOS SANTOS ALMEIDA	04/09/2026 ÀS 09:00
RAIANNY SOUZA FERNANDES	04/09/2026 ÀS 09:30
LUCIANA TERRA CLIMA	04/09/2026 ÀS 10:00
LARA LOPES SILVA	04/09/2026 ÀS 10:30
ATHALISSON PAULINELYDA SILVA	04/09/2026 ÀS 11:00
SIMONE CORDEIRO DE OLIVEIRA	04/09/2026 ÀS 12:30
BRUNA DA COSTA DE SOUZA MENDONÇA	04/09/2026 ÀS 13:00

RONALD RUBIM RODRIGUES	04/09/2026 ÀS 13:30
MARIA EDUARDA BRANQUES CORREA	04/09/2026 ÀS 14:00
JOANA APARECIDA SANTOS HORACIO	04/09/2026 ÀS 14:30
ALEXANDRE SAMPAIO DE ASSIS	04/09/2026 ÀS 15:00
MARINA FONTANELLA	04/09/2026 ÀS 15:30
KARINE DA SILVA MARTINS	04/09/2026 ÀS 16:00
GILSON TELES SILVA	04/09/2026 ÀS 16:30

As entrevistas serão realizadas na Secretaria Municipal de Assistência Social, sito à Rua Tiradentes, n.º 112, Centro, Leopoldina/MG. Os candidatos deverão comparecer ao local da entrevista munido de documentação que o identifique e com 10 minutos de antecedência.

Leopoldina, 26 de agosto de 2026.

ANA PAULA SALVADOR PEDRONI CASTRO
Secretária Mun. de Assistência Social

Publicado por:
Carla Monteiro da Silveira Silva
Código Identificador:FC17E95A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MURIAÉ

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
DECRETO Nº 14.383, DE 11 DE AGOSTO DE 2026

MUNICÍPIO DE MURIAÉ
Planejamento e Orçamento
Decreto para Suplementações - Decreto para Suplementação
LOA: 2026

Número da Lei: 7518
Ano da Lei: 2025
Data da Lei: 15/12/2025

DECRETO Nº 14383, de 11 de agosto de 2026
MARCOS GUARINO DE OLIVEIRA, PREFEITO MUNICIPAL DE MURIAÉ, ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições legais, com fundamento no dispositivo Art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e tendo em vista a autorização contida na Lei/Resolução nº 7.518, de 15 de dezembro de 2025.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R$ 200.000,00(duzentos mil reais)

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	02.003.0004.0122.0001.2021.33390390000000000000.15010000099	200.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	02.003.0004.0122.0009.2016.33390390000000000000.15010000099	200.000,00

Art. 3º - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R$ 183.000,00(cento e oitenta e três mil reais)

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	02.003.0004.0122.0001.2021.33390390000000000000.15010000099	183.000,00

Art. 4º - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 3 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	02.003.0004.0122.0009.2016.34490510000000000000.15010000099	183.000,00

Art. 5º - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R$ 5.000,00(cinco mil reais)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	SECRETARIA MUNICIPAL AGRICULTURA	02.009.0020.0606.0025.2068.33390300000000000000.15000000099	5.000,00

Art. 6º - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 5 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	SECRETARIA MUNICIPAL AGRICULTURA	02.009.0020.0122.0001.2066.34490520000000000000.15000000099	5.000,00

Art. 7º - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R$ 20.000,00(vinte mil reais)

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	SECRETARIA MUNICIPAL AGRICULTURA	02.009.0020.0122.0001.2066.33390300000000000000.15000000099	20.000,00

Art. 8º - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 7 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	SECRETARIA MUNICIPAL AGRICULTURA	02.009.0020.0122.0001.2066.33390390000000000000.15000000099	20.000,00

Art. 9º - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R$ 10.000,00(dez mil reais)

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	SECRETARIA MUNICIPAL DESENVOLVIMENTO SOCIAL	02.007.0008.0122.0001.2172.33390400000000000000.15000000099	10.000,00

Art. 10º - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 9 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	SECRETARIA MUNICIPAL DESENVOLVIMENTO SOCIAL	02.007.0008.0122.0001.2172.33390390000000000000.15000000099	10.000,00

Art. 11º - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R$ 6.000,00(seis mil reais)

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO SOCIAL	02.002.0004.0334.0005.2143.33390400000000000000.15000000099	6.000,00

Art. 12º - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 11 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO SOCIAL	02.002.0004.0122.0001.2012.33390390000000000000.15000000099	6.000,00

Art. 13º - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R$ 180.000,00(cento e oitenta mil reais)

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	02.005.0012.0122.0001.2072.33390390000000000000.15000000094	180.000,00

Art. 14º - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 13 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	02.005.0012.0122.0026.2361.34490520000000000000.15000000094	180.000,00

Art. 15º - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R$ 50.000,00(cinquenta mil reais)

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	SECRETARIA MUNICIPAL AGRICULTURA	02.009.0020.0122.0001.2066.33390300000000000000.15000000099	50.000,00

Art. 16º - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 15 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	SECRETARIA MUNICIPAL AGRICULTURA	02.009.0020.0122.0025.1093.33370410000000000000.15000000099	50.000,00

Art. 17º - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R$ 50.000,00(cinquenta mil reais)

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	SECRETARIA MUNICIPAL AGRICULTURA	02.009.0020.0122.0001.2066.33390390000000000000.15000000099	50.000,00

Art. 18º - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 17 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	SECRETARIA MUNICIPAL AGRICULTURA	02.009.0020.0122.0025.1093.33370410000000000000.15000000099	50.000,00

Art. 19º - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R$ 10.000,00(dez mil reais)

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	02.003.0004.0122.0001.2021.34490520000000000000.15000000099	10.000,00

Art. 20º - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 19 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	02.003.0026.0781.0008.2022.33390370000000000000.15000000099	10.000,00

Art. 21º - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R$ 5.500,00(cinco mil e quinhentos reais)

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	SECRETARIA MUNICIPAL AGRICULTURA	02.009.0020.0122.0001.2065.33390400000000000000.15000000099	5.500,00

Art. 22º - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 21 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	SECRETARIA MUNICIPAL AGRICULTURA	02.009.0020.0122.0001.2065.33390300000000000000.15000000099	5.500,00

Art. 23º - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R$ 95.000,00(noventa e cinco mil reais)

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	SECRETARIA MUNICIPAL DESENVOLVIMENTO SOCIAL	02.007.0008.0122.0001.2172.33390400000000000000.15000000099	95.000,00

Art. 24º - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 23 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	SECRETARIA MUNICIPAL DESENVOLVIMENTO SOCIAL	02.007.0008.0122.0001.2172.33390390000000000000.15000000099	95.000,00

Art. 25º - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R$ 60.000,00(sessenta mil reais)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE	02.012.0018.0122.0001.2591.33390300000000000000.17100000083	60.000,00

Art. 26º - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 25 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	02.006.0010.0302.0040.2521.34450420000000000000.17100000083	60.000,00

Art. 27º - Este(a) DECRETO entrará em vigor na data de sua publicação.

Muriaé - Minas Gerais, 11 de agosto de 2026

MARCOS GUARINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:CA8355AE

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
DECRETO Nº 14.388, DE 12 DE AGOSTO DE 2026

MUNICÍPIO DE MURIAÉ
Planejamento e Orçamento
Decreto para Suplementações - Decreto para Suplementação
LOA: 2026
Número da Lei: 7518
Ano da Lei: 2025
Data da Lei: 15/12/2025
DECRETO Nº 14388, de 12 de agosto de 2026
MARCOS GUARINO DE OLIVEIRA, PREFEITO MUNICIPAL DE MURIAÉ, ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições legais, com fundamento no dispositivo Art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e tendo em vista a autorização contida na Lei/Resolução nº 7.518, de 15 de dezembro de 2025.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R$ 211.419,28(duzentos e onze mil, quatrocentos e dezenove reais e vinte e oito centavos)

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	02.005.0012.0361.0035.2103.33190110000000000000.15460000000	211.419,28

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		4.171.553.010.000.000.000 - 15460000000	211.419,28

Art. 3º - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R$ 86.500,00(oitenta e seis mil e quinhentos reais)

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE	02.012.0018.0541.0001.1235.34490520000000000000.17010000099	86.500,00

Art. 4º - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 3 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		4.242.253.010.100.000.000 - 17010000099	86.500,00

Art. 5º - Este(a) DECRETO entrará em vigor na data de sua publicação.

Muriaé - Minas Gerais, 12 de agosto de 2026

MARCOS GUARINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:84B0DE01

DEMSUR - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SANEAMENTO URBANO
CONTRATO Nº 029/2026 - ADESÃO 012/2026

O DEMSUR - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SANEAMENTO URBANO TORNA PÚBLICO A REALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 029/2026 - PROCESSO DE LICITAÇÃO ADESÃO Nº 012/2026 – OBJETO: CONTRATAÇAO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE REAGENTES E VIDRARIAS PARA LABORATÓRIO PARA ESTA AUTARQUIA ATRAVÉS DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 059/2026 ORIUNDA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026 – PROCESSO Nº 007/2026 DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS – CISAB/ZM, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA – **CONTRATADA: FASTLABOR COMERCIAL LTDA, CNPJ: 21.707.794/0001-06** - VALOR TOTAL: R$ 973,70 (NOVECENTOS E SETENTA E TRÊS REAIS E SETENTA CENTAVOS) -DATA DE ASSINATURA: 25/08/2026 – VIGÊNCIA: 27/08/2026 A 27/08/2027 –

PATRICI DE PAULA COELHO PEDROSA –
Diretora Geral Do DEMSUR.

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
127	BÉQUER EM VIDRO 1000 mL com as seguintes características: Fabricado em vidro borossilicato transparente; Forma baixa; Com bico vertedor; Intervalo de graduação: 100 mL; Cor da graduação branca, nítida e permanente.	UN	3	R$ 15,90	R$ 47,70
162	FRASCO EM POLIPROPILENO AUTOCLAVÁVEL 250 mL com as seguintes características: Cor: Branca ou transparente; Capacidade: 250 mL; Com tampa rosqueável de alta vedação; Boca estreita; Sem graduação; Altura aproximada da boca: 3,5 cm; Altura aproximada do corpo: 11 cm; Peso aproximado: 40 g Diâmetro aproximado da boca: 30 mm; Diâmetro interno aproximado: 90 mm.	UN	50	R$ 11,80	R$ 590,00
188	PISSETA/FRASCO LAVADOR com as seguintes características: Fabricada em polietileno resistente e durável; Tampa de rosca moldada com o bico em uma só peça com vedação eficaz; Bico curvo; Cor da Tampa: Azul; Cor do Corpo: Transparente; Graduação em silkscreen na cor azul, para uma leitura clara e precisa do volume.; Capacidade: 500 mL; Não autoclavável.	UN	10	R$ 9,00	R$ 90,00
193	PROVETA DE POLIPROPILENO 100 mL com as seguintes características: Graduada em silk-screen; Autoclavável, Base hexagonal; Subdivisão: 1 mL.	UN	20	R$ 7,90	R$ 158,00
196	PROVETA DE POLIPROPILENO 250 mL com as seguintes características: Graduada em silk-screen; Autoclavável, Base hexagonal; Subdivisão: 2 mL.	UN	10	R$ 8,80	R$ 88,00

Publicado por:
Brenda Lacerda Bertussi
Código Identificador:8966A71B

DEMSUR - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SANEAMENTO URBANO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - LEILÃO Nº 001/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

LEILÃO Nº 001/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 052/2026

DEMSUR – DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SANEAMENTO URBANO DO MUNICÍPIO DE MURIAÉ/MG

Objeto: Alienação dos bens móveis inservíveis, pertencentes ao DEMSUR – Departamento Municipal de Saneamento Urbano do Município de Muriaé/MG, relacionados no Anexo do Edital.

A **Diretora Geral do DEMSUR – Departamento Municipal de Saneamento Urbano do Município de Muriaé/MG**, **Patrici de Paula Coelho Pedrosa**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na **Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, bem como as demais disposições legais e regulamentares aplicáveis,

CONSIDERANDO a realização do **Leilão nº 001/2026**, referente ao Processo Administrativo nº **052/2026**, cujo objeto consiste na **alienação dos bens móveis inservíveis, pertencentes ao DEMSUR – Departamento Municipal de Saneamento Urbano do Município de Muriaé/MG, relacionados no Anexo do Edital**;

CONSIDERANDO que a sessão pública do leilão foi realizada em **03 de agosto de 2026**, sob a condução do Leiloeiro Oficial, **Sr. Saulo Júlio Ribeiro**;

CONSIDERANDO o resultado do certame e a documentação constante dos autos do processo administrativo, especialmente a relação dos bens arrematados, respectivos arrematantes e valores ofertados;

CONSIDERANDO que foram observadas as disposições previstas no edital e na legislação aplicável ao procedimento de alienação;

RESOLVE:

HOMOLOGAR o resultado do **Leilão nº 001/2026**, vinculado ao **Processo Administrativo nº 052/2026**, cujo objeto é a alienação dos bens móveis inservíveis pertencentes ao DEMSUR – Departamento Municipal de Saneamento Urbano do Município de Muriaé/MG, **em favor dos arrematantes e pelos valores constantes da relação abaixo:**

LOTE	OBJETO	Arrematante	Valor de arrematação
01	Lote 01 - Veículo Caminhão Ford C-712, tração 4x2, modelo/ano 2009/2010, movido a diesel, cor branca, placa HLF-1504, chassi nº 9BFVCAC96ABB41683 e Renavam nº 171046340. Veículo não baixado, sem multas ou autuações pendentes e licenciado para o exercício de 2026. Classificado como sucata recuperável. Incremento mínimo: R$ 100,00. Patrimônio nº 01927. O bem será leiloado no estado de conservação e nas condições em que se encontra. Comissão do leiloeiro: 5% sobre o valor do arremate. Consulte o edital. Local para visitação: Aterro Sanitário Retiro Campo Formoso, Fazenda Cachoeira da Encoberta, s/n, Zona Rural, Muriaé/MG. Horário para visitação: das 12h às 18h, em dias úteis, exceto feriados. Lance Inicial: R$ 1.500,00	M. de F. S. F. da C. ***.899.156-**	R$ 11.800,00
02	Lote 02 - Veículo Caminhão Mercedes-Benz L 1214, modelo/ano 1995/1995, movido a diesel, cor branca, placa BTP-0694, chassi nº 9BM384004SB055204 e Renavam nº 634804200. Veículo não baixado, sem multas ou autuações pendentes e licenciado para o exercício de 2026. Classificado como sucata recuperável. Incremento mínimo: R$ 250,00. Patrimônio nº 01122. O bem será leiloado no estado de conservação e nas condições em que se encontra. Comissão do leiloeiro: 5% sobre o valor do arremate. Consulte o edital. Local para visitação: Aterro Sanitário Retiro Campo Formoso, Fazenda Cachoeira da Encoberta, s/n, Zona Rural, Muriaé/MG. Horário para visitação: das 12h às 18h, em dias úteis, exceto feriados. Lance Inicial: R$ 4.500,00	A. F. R. ***.077.766-**	R$ 22.500,00

03	Lote 03 - Veículo Fiat Strada, modelo/ano 2006/2007, movido a combustível flex, cor branca, placa HMN-4890, chassi nº 9BD27801A72510940 e Renavam nº 882727702. Veículo não baixado, sem multas ou autuações pendentes e licenciado para o exercício de 2026. Classificado como sucata recuperável. Incremento mínimo: R$ 250,00. Patrimônio nº 01118. O bem será leiloado no estado de conservação e nas condições em que se encontra. Comissão do leiloeiro: 5% sobre o valor do arremate. Consulte o edital. Local para visitação: Aterro Sanitário Retiro Campo Formoso, Fazenda Cachoeira da Encoberta, s/n, Zona Rural, Muriaé/MG. Horário para visitação: das 12h às 18h, em dias úteis, exceto feriados. Lance Inicial: R$ 2.000,00	M. A. de R. ***.821.876-**	R$ 6.250,00
04	Lote 04 - Veículo Fiat Allis FR 10B, movido a diesel, cor amarela, ano 1989, chassi nº R10BTM044. Classificado como sucata. Incremento mínimo: R$ 250,00. Patrimônio nº 04761. O bem será leiloado no estado de conservação e nas condições em que se encontra. Comissão do leiloeiro: 5% sobre o valor do arremate. Consulte o edital. Local para visitação: Aterro Sanitário Retiro Campo Formoso, Fazenda Cachoeira da Encoberta, s/n, Zona Rural, Muriaé/MG. Horário para visitação: das 12h às 18h, em dias úteis, exceto feriados. Lance Inicial: R$ 2.000,00	M. &. P. R. L. **.199.443/****-**	R$ 18.000,00
05	Lote 05 - Veículo Massey Ferguson MF-86HS, movido a diesel, cor amarela, ano 1997, nº do motor LD8820B526560Z. Classificado como sucata. Incremento mínimo: R$ 250,00. Patrimônio nº 04762. O bem será leiloado no estado de conservação e nas condições em que se encontra. Comissão do leiloeiro: 5% sobre o valor do arremate. Consulte o edital. Local para visitação: Aterro Sanitário Retiro Campo Formoso, Fazenda Cachoeira da Encoberta, s/n, Zona Rural, Muriaé/MG. Horário para visitação: das 12h às 18h, em dias úteis, exceto feriados. Lance Inicial: R$ 1.000,00	A. L. S. C. de P. e M. L. **.187.185/****-**	R$ 22.750,00
06	Lote 06 - Veículo Caterpillar D4E, movido a diesel, cor amarela, série nº 76W02290. Classificado como sucata. Incremento mínimo: R$ 250,00. Patrimônio nº 01107. O bem será leiloado no estado de conservação e nas condições em que se encontra. Comissão do leiloeiro: 5% sobre o valor do arremate. Consulte o edital. Local para visitação: Aterro Sanitário Retiro Campo Formoso, Fazenda Cachoeira da Encoberta, s/n, Zona Rural, Muriaé/MG. Horário para visitação: das 12h às 18h, em dias úteis, exceto feriados. Lance Inicial: R$ 3.000,00	L. C. N. ***.741.706-**	R$ 31.500,00
07	Lote 07 - Veículo Caminhão Mercedes-Benz L 1714 K, modelo/ano 1995/1995, movido a diesel, cor branca, placa CDF-8127, chassi nº 9BM682183SB064092 e Renavam nº 650931661. Veículo não baixado, sem multas ou autuações pendentes e licenciado para o exercício de 2026. Classificado como sucata recuperável. Incremento mínimo: R$ 250,00. Patrimônio nº 01128. O bem será leiloado no estado de conservação e nas condições em que se encontra. Comissão do leiloeiro: 5% sobre o valor do arremate. Consulte o edital. Local para visitação: Aterro Sanitário Retiro Campo Formoso, Fazenda Cachoeira da Encoberta, s/n, Zona Rural, Muriaé/MG. Horário para visitação: das 12h às 18h, em dias úteis, exceto feriados. Lance Inicial: R$ 4.000,00	H. de J. dos S. ***.975.475-**	R$ 8.000,00
08	Lote 08 - Veículo Hyundai HR HDB, cabine simples, com carroceria aberta em madeira, modelo/ano 2008/2008, movido a diesel, cor branca, placa HMN-8439, chassi nº 95PZBN7HP8B006150 e Renavam nº 967393310. Veículo não baixado, sem multas ou autuações pendentes e licenciado para o exercício de 2026. Classificado como recuperável. Incremento mínimo: R$ 250,00. Patrimônio nº 01119. O bem será leiloado no estado de conservação e nas condições em que se encontra. Comissão do leiloeiro: 5% sobre o valor do arremate. Consulte o edital. Local para visitação: ETE Safira, Rua Cândido Santos Turetta, s/n, Muriaé/MG. Horário para visitação: das 12h às 18h, em dias úteis, exceto feriados. Lance Inicial: R$ 9.500,00	A. B. D. ***.837.248-**	R$ 10.000,00
09	Lote 9 - Veículo Fiat Strada Hard Working, carroceria aberta, cabine simples, capacidade para 02 lugares, modelo/ano 2018/2019, movido a combustível flex, cor branca, placa QPK-8712, chassi nº 9BD5781FFKY278065 e Renavam nº 01168446160. Veículo não baixado, sem multas ou autuações pendentes e licenciado para o exercício de 2026. Classificado como sucata recuperável. Incremento mínimo: R$ 250,00. Patrimônio nº 04197. O bem será leiloado no estado de conservação e nas condições em que se encontra. Comissão do leiloeiro: 5% sobre o valor do arremate. Consulte o edital. Local para visitação: ETE Safira, Rua Cândido Santos Turetta, s/n, Muriaé/MG. Horário para visitação: das 12h às 18h, em dias úteis, exceto feriados. Lance Inicial: R$ 8.500,00	P. N. e E. L. **.295.639/****-**	R$ 16.500,00
10	Lote 10 - Veículo Fiat Fiorino, carroceria fechada tipo furgão, 02 portas, modelo/ano 2012/2013, movido a combustível flex, cor branca, placa OMF-2901, chassi nº 9BD255049D8951638 e Renavam nº 485191393. Veículo não baixado, sem multas ou autuações pendentes e licenciado para o exercício de 2026. Classificado como recuperável. Incremento mínimo: R$ 250,00. Patrimônio nº 02752. O bem será leiloado no estado de conservação e nas condições em que se encontra. Comissão do leiloeiro: 5% sobre o valor do arremate. Consulte o edital. Local para visitação: ETA Gávea, Avenida Presidente Castelo Branco, s/nº, Bairro Gávea, Muriaé/MG, CEP 36889-034. Horário para visitação: das 12h às 18h, em dias úteis, exceto feriados. Lance Inicial: R$ 12.000,00	A. L. W. F. ***.692.776-**	R$ 18.250,00
11	Lote 11 - Veículo Chevrolet S10 ADV FD2, caminhonete aberta, cabine dupla, tração 4x2, modelo/ano 2018/2019, movido a combustível flex, cor branca, placa QPK-8708, chassi nº 9BG148TA0KC423849 e Renavam nº 01169590990. Veículo não baixado, sem multas ou autuações pendentes e licenciado para o exercício de 2026. Classificado como recuperável. Incremento mínimo: R$ 250,00. Patrimônio nº 04226. O bem será leiloado no estado de conservação e nas condições em que se encontra. Comissão do leiloeiro: 5% sobre o valor do arremate. Consulte o edital. Local para visitação: ETA Gávea, Avenida Presidente Castelo Branco, s/nº, Bairro Gávea, Muriaé/MG, CEP 36889-034. Horário para visitação: das 12h às 18h, em dias úteis, exceto feriados. Lance Inicial: R$ 60.000,00	C. G. de F. ***.660.786-**	R$ 60.000,00
12	Lote 12 - Veículo Chevrolet D20, cabine simples, carroceria aberta, modelo/ano 1991/1991, movido a diesel, cor branca, placa GMC-4444, chassi nº 9BG254NNMMC026752 e Renavam nº 600223876. Veículo não baixado, sem multas ou autuações pendentes e licenciado para o exercício de 2026. Classificado como recuperável. Incremento mínimo: R$ 250,00. Patrimônio nº 01798. O bem será leiloado no estado de conservação e nas condições em que se encontra. Comissão do leiloeiro: 5% sobre o valor do arremate. Consulte o edital. Local para visitação: ETA Gávea, Avenida Presidente Castelo Branco, s/nº, Bairro Gávea, Muriaé/MG, CEP 36889-034. Horário para visitação: das 12h às 18h, em dias úteis, exceto feriados. Lance Inicial: R$ 20.000,00	M. O. E. ***.034.437-**	R$ 30.750,00
13	Lote 13 - Veículo Massey Ferguson MF 86HS, dotado com pá, movido a diesel, cor amarela, ano 1997, nº de série 89022206 e nº do motor LD8788B584594. Classificado como recuperável. Incremento mínimo: R$ 250,00. Patrimônio nº 01805. O bem será leiloado no estado de conservação e nas condições em que se encontra. Comissão do leiloeiro: 5% sobre o valor do arremate. Consulte o edital. Local para visitação: ETA Gávea, Avenida Presidente Castelo Branco, s/nº, Bairro Gávea, Muriaé/MG, CEP 36889-034. Horário para visitação: das 12h às 18h, em dias úteis, exceto feriados. Lance Inicial: R$ 40.000,00	SEM OFERTAS	
14	Lote 14 - Veículo Honda CG 125 Cargo KS, modelo/ano 2009/2009, movido a gasolina, cor branca, placa HLD-6236, chassi nº 9C2JC41309R000757 e Renavam nº 144668866. Veículo não baixado, sem multas ou autuações pendentes e licenciado para o exercício de 2026. Classificado como recuperável. Observação: o veículo será leiloado sem o baú. Incremento mínimo: R$ 250,00. Patrimônio nº 01862. O bem será leiloado no estado de conservação e nas condições em que se encontra. Comissão do leiloeiro: 5% sobre o valor do arremate. Consulte o edital. Local para visitação: ETA Gávea, Avenida Presidente Castelo Branco, s/nº, Bairro Gávea, Muriaé/MG, CEP 36889-034. Horário para visitação: das 12h às 18h, em dias úteis, exceto feriados. Lance Inicial: R$ 5.000,00	SEM OFERTAS	
15	Lote 15 - Veículo Motocicleta Marca Yamaha XTZ150 Crosser E, Placa:OXG-7963, Ano:2014/2015, Cor: Branca, Flex, Chassi: 9C6DG2520F0001466, Renavam: 01004911774. Veículo não baixado, sem multas ou autuações pendentes e licenciado para o exercício de 2026. Recuperável. Incremento Mínimo: R$ 250,00. Nº Patrimônio: 03152. Será Leiloado No Estado e Condições Em Que Se Encontra. Comissão do Leiloeiro: 5 % Sobre o Valor do Arremate. Leia o Edital. Local para Visitação: ETA GÁVEA - Avenida Presidente Castelo Branco, s/nº, Bairro Gávea, Muriaé/MG, CEP 36.889-034. Horário: 12h00 às 18h00, dias úteis, exceto feriados. Lance Inicial: R$ 7.000,00	H. de J. dos S. ***.975.475-**	R$ 7.250,00
16	Lote 16 – Veículo Fiat Strada Fire Cabine Simples, Carroceria Aberta, Placa: HMN-4889, Ano: 2006/2007, Flex, Cor: Branca, Chassi: 9BD27801A72510361, Renavam: 00882725238. Veículo não baixado, sem Multas ou Autuações pendentes, Licenciado para o Ano de 2026, Classificado como Recuperável. Incremento Mínimo: R$ 250,00. Nº Patrimônio: 01117. Será Leiloado No Estado de Conservação e Condições Em Que Se Encontra. Comissão do Leiloeiro: 5 % Sobre o Valor do Arremate. Consulte oEdital. Local para Visitação: ETA GÁVEA - Avenida Presidente Castelo Branco, s/nº, Bairro Gávea, Muriaé/MG, CEP 36.889-034. Horário: 12h00 às 18h00, dias úteis, exceto feriados. Lance Inicial: R$ 15.000,00	L. R. da S. ***.701.486-**	R$ 17.500,00
17	Lote 17 - MÉDIA Lote composto por aproximadamente até 70 (setenta) bombas especiais submersíveis danificadas, de diversas marcas, incluindo KSB, Schneider Electric, WEG, Somar Bombas e outras, com peso aproximado de 43 kg cada unidade, podendo a quantidade ser maior ou menor. Estado de conservação: todas as bombas encontram-se danificadas, podendo apresentar peças faltantes, desgaste acentuado, ferrugem, avarias estruturais e/ou impossibilidade de funcionamento. Classificadas como sucata. Incremento mínimo: R$ 100,00. O lote será leiloado no estado de conservação e nas condições em que se encontra. Comissão do leiloeiro: 5% sobre o valor do arremate. Consulte o edital. Local para visitação: ETA Gávea, Avenida Presidente Castelo Branco, s/nº, Bairro Gávea, Muriaé/MG, CEP 36889-034. Horário para visitação: das 12h às 18h, em dias úteis, exceto feriados. Lance Inicial: R$ 2.500,00	L. S. C. ***.294.826-**	R$ 5.700,00
18	Lote 18 - Uma Balança Mecânica Welmy 300 kg de ferro, com capacidade máxima de 300 kg e carga mínima de 2 kg, régua graduada em aço cromado de 0 a 290 kg, divisões de 100 g, sistema mecânico, em funcionamento regular, marca Welmy, fabricante Welmy, de procedência nacional. Classificada como recuperável. Incremento mínimo: R$ 50,00. Patrimônio nº 00765. O bem será leiloado no estado de conservação e nas condições em que se encontra. Comissão do leiloeiro: 5% sobre o valor do arremate. Consulte o edital. Local para visitação: ETA Gávea, Avenida Presidente Castelo Branco, s/nº, Bairro Gávea, Muriaé/MG, CEP 36889-034. Horário para visitação: das 12h às 18h, em dias úteis, exceto feriados. Lance Inicial: R$ 300,00	L. S. C. ***.294.826-**	R$ 400,00
19	Lote 19 - Lote composto por sucatas de ferro em geral. Incremento mínimo: R$ 250,00. O lote será leiloado no estado de conservação e nas condições em que se encontra. Comissão do leiloeiro: 5% sobre o valor do arremate. Consulte o edital.	H. de J. dos S. ***.975.475-**	R$ 9.250,00

	Locais para visitação: • ETA Gávea — Avenida Presidente Castelo Branco, s/nº, Bairro Gávea, Muriaé/MG. • Aterro Sanitário Retiro Campo Formoso — Retiro Campo Formoso, Fazenda Cachoeira da Encoberta, s/nº, Zona Rural, Muriaé/MG. • ETE Principal — Rodovia BR-356, Km 268, Bairro Padre Tiago, Muriaé/MG. Horário para visitação: das 12h às 18h, em dias úteis, exceto feriados. Lance Inicial: R$ 7.000,00		
20	Lote 20 - Veículo Honda Cargo 125 CC, modelo/ano 2010/2010, cor branca, placa HLM-3407, chassi nº 9C2JC4130AR008161 e Renavam nº 253063256. Veículo não baixado, sem multas ou autuações pendentes e licenciado para o exercício de 2026. Classificado como recuperável. Observação: o veículo será leiloado sem o baú. Incremento mínimo: R$ 250,00. Patrimônio nº 01105. O bem será leiloado no estado de conservação e nas condições em que se encontra. Comissão do leiloeiro: 5% sobre o valor do arremate. Consulte o edital. Local para visitação: ETA Gávea, Avenida Presidente Castelo Branco, s/nº, Bairro Gávea, Muriaé/MG, CEP 36889-034. Horário para visitação: das 12h às 18h, em dias úteis, exceto feriados. Lance Inicial: R$ 4.000,00	M. A. de O. B. ***.972.346-**	R$ 4.500,00
21	Lote 21 - Veículo Honda CG 125 Cargo KS, modelo/ano 2009, movido a gasolina, cor branca, placa HLD-6237, chassi nº 9C2JC41309R000751. Patrimônio nº 01861. Veículo não baixado, sem multas ou autuações pendentes e licenciado para o exercício de 2026. Classificado como recuperável. Incremento mínimo: R$ 250,00. O bem será leiloado no estado de conservação e nas condições em que se encontra. Comissão do leiloeiro: 5% sobre o valor do arremate. Consulte o edital. Local para visitação: ETA Gávea, Avenida Presidente Castelo Branco, s/nº, Bairro Gávea, Muriaé/MG, CEP 36889-034. Horário para visitação: das 12h às 18h, em dias úteis, exceto feriados. Lance Inicial: R$ 3.500,00	H. de J. dos S. ***.975.475-**	R$ 3.500,00
22	Lote 22 - Veículo Honda Cargo 125 CC, modelo/ano 2010/2010, cor branca, placa HLM-3406, chassi nº 9C2JC4130AR008292. Patrimônio nº 01106. Veículo não baixado, sem multas ou autuações pendentes e licenciado para o exercício de 2026. Classificado como recuperável. Incremento mínimo: R$ 250,00. O bem será leiloado no estado de conservação e nas condições em que se encontra. Comissão do leiloeiro: 5% sobre o valor do arremate. Consulte o edital. Local para visitação: ETA Gávea, Avenida Presidente Castelo Branco, s/nº, Bairro Gávea, Muriaé/MG, CEP 36889-034. Horário para visitação: das 12h às 18h, em dias úteis, exceto feriados. Lance Inicial: R$ 4.000,00	P. F. P. C. V. de P. de L. L. **.504.964/****-**	R$ 4.500,00
23	Lote 23 - Veículo Caminhão Volkswagen 17.180 Worker, equipado com prensa compactadora de lixo, modelo/ano 2009/2010, movido a diesel comum, cor branca, placa HLF-3J20, chassi nº 9533182T9AR054664 e Renavam nº 234935537. Patrimônio nº 01095. Veículo não baixado, sem multas ou autuações pendentes e licenciado para o exercício de 2026. Classificado como recuperável. Incremento mínimo: R$ 250,00. O bem será leiloado no estado de conservação e nas condições em que se encontra. Comissão do leiloeiro: 5% sobre o valor do arremate. Consulte o edital. Local para visitação: ETA Gávea, Avenida Presidente Castelo Branco, s/nº, Bairro Gávea, Muriaé/MG, CEP 36889-034. Horário para visitação: das 12h às 18h, em dias úteis, exceto feriados. Lance Inicial: R$ 85.000,00	S. A. B. ***.965.856-**	R$ 85.000,00
24	Lote 24 - Lote composto por pneus vencidos, conforme especificações abaixo: • Pneus 205/70R15 recapados — 01 unidade; • Pneus 205/70R15 mistos — 02 unidades; • Pneus 7.50-16 borrachudos (zero) — 04 unidades; • Pneus 215/80R16 borrachudos — 01 unidade; • Pneus 12-16,5 recapados — 06 unidades. Classificado como recuperável. Incremento mínimo: R$ 150,00. O bem será leiloado no estado de conservação e nas condições em que se encontra. Comissão do leiloeiro: 5% sobre o valor do arremate. Consulte o edital. Local para visitação: ETA Gávea, Avenida Presidente Castelo Branco, s/nº, Bairro Gávea, Muriaé/MG, CEP 36889-034. Horário para visitação: das 12h às 18h, em dias úteis, exceto feriados. Lance Inicial: R$ 500,00	F. de S. R. ***.727.116-**	R$ 3.500,00
25	Lote 25 - Veículo Volkswagen Kombi, capacidade para 09 lugares, modelo/ano 2013/2014, movido a gasolina, cor branca, placa OPU-0383, chassi nº 9BWMF07X9EP000733 e Renavam nº 00533166292. Patrimônio nº 03345. Veículo não baixado, sem multas ou autuações pendentes e licenciado para o exercício de 2026. Classificado como recuperável. Incremento mínimo: R$ 250,00. O bem será leiloado no estado de conservação e nas condições em que se encontra. Comissão do leiloeiro: 5% sobre o valor do arremate. Consulte o edital. Local para visitação: ETA Gávea, Avenida Presidente Castelo Branco, s/nº, Bairro Gávea, Muriaé/MG, CEP 36889-034. Horário para visitação: das 12h às 18h, em dias úteis, exceto feriados. Lance Inicial: R$ 28.000,00	SEM OFERTAS	
26	Lote 26 - Veículo Fiat/Palio Fire, modelo/ano 2014/2015, movido a álcool e gasolina, cor branca, placa PUG-4885, chassi nº 9BD17102LF5955481 e Renavam nº 01013835821. Patrimônio nº 03214. Veículo não baixado, sem multas ou autuações pendentes e licenciado para o exercício de 2026. Classificado como recuperável. Incremento mínimo: R$ 250,00. O bem será leiloado no estado de conservação e nas condições em que se encontra. Comissão do leiloeiro: 5% sobre o valor do arremate. Consulte o edital. Local para visitação: ETA Gávea, Avenida Presidente Castelo Branco, s/nº, Bairro Gávea, Muriaé/MG, CEP 36889-034. Horário para visitação: das 12h às 18h, em dias úteis, exceto feriados. Lance Inicial: R$ 9.000,00	H. de J. dos S. ***.975.475-**	R$ 9.250,00

O valor total correspondente aos bens arrematados no certame perfaz a importância de **R$ 406.650,00 (quatrocentos e seis mil, seiscentos e cinquenta reais)**.

Ficam, portanto, **homologados os resultados do certame**, nos termos constantes dos autos do Processo Administrativo nº 052/2026, observadas as condições estabelecidas no edital e na legislação vigente.

Muriaé/MG, 25 de agosto de 2026.

PATRICI DE PAULA COELHO PEDROSA
Diretora Geral do DEMSUR

Publicado por:
Brenda Lacerda Bertussi
Código Identificador:A33C5B1F

DEMSUR - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SANEAMENTO URBANO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2026

A responsável desta entidade, Sra. Patrici de Paula Coelho Pedrosa no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 14.133/2021, Art. 71, CAPUT e alterações posteriores, a vista do parecer jurídico conclusivo exarado, resolve:

- HOMOLOGAR E ADJUDICAR A PRESENTE LICITAÇÃO NESTES TERMOS:

Nr. Processo:	040/2026
Nr. Licitação:	057/2026
Modalidade:	Pregão Eletrônico
Tipo Concorrência:	Registro de Preço
Data da homologação:	26/08/2026
Objeto da Licitação:	Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços com fornecimento de peças (Tabela CILIA), para troca de feixe de molas e seus componentes, para a manutenção preventiva e corretiva dos veículos leves e pesados pertencentes à frota desta autarquia.

- VENCEDOR:

NACIONAL DIESEL DE MURIAE LTDA – CNPJ nº 55.330.554/0001-49

Item	Quant	Un	Descrição	V. Total – Tabela de Peças	V. Total - Serviços	Desconto Percentual
1	1	TAB	PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO E REPARO DE **FEIXE DE MOLAS** E SEUS COMPONENTES. TABELA CILIA	R$ 54.000,00	R$ 35.359,20 180 horas -R$ 196,44	**6,00%**
Valor estimado total: R$ 89.359,20 (oitenta e nove mil, trezentos e cinquneta e nove reais e vinte centavos).						

Muriaé, 26 de agosto de 2026

PATRICI DE PAULA COELHO PEDROSA
Diretora Geral Do DEMSUR

Publicado por:
Brenda Lacerda Bertussi
Código Identificador:E611AD59

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PEDRINÓPOLIS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
TERMO DE ADESÃO

TERMO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - Nº 013/2026-V

MUNICÍPIO DE PEDRINÓPOLIS - MG, inscrito no CNPJ sob nº 18.140.335/0001-70, com sede na Praça São Sebastião, nº 112, CEP: 38.178-000, Centro, a seguir denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, **RAFAEL FERREIRA SILVA,** brasileiro, advogado, inscrito no CPF 037.535.286-41 e RG nº MG-10.683.927 PC/MG, residente e domiciliado na Rua Alfredo Narciso da Fonseca nº 191, CEP. 38.178-000, Vila Nova, Pedrinópolis/MG, torna público que, após constatada a regularidade da instrução do processo nº **011/2026**, conforme Parecer jurídicoda Procuradoria Setorial,aderiu à**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2026-V, Cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE VEÍCULOS 0 KM (PRIMEIRO EMPLACAMENTO) PARA ATENDIMENTO À DEMANDA DOS ENTES CONSORCIADOS AO CISALP E DAS PRÓPRIAS DEMANDAS DO CONSÓRCIO, NOS MOLDES DA LEI 14.133/2021 - ATRAVÉS DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 043/2026(ORGÃO GERENCIADOR) - ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2026-V - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO DO ORGÃO ADERENTE MUNICIPIO DE PEDRINÓPOLIS-MG Nº. 011/2026.** Conforme descrito abaixo,junto àempresa vencedora**WA VEÍCULOS E CONSTRUÇÕES LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob nº 30.936.530/0001-07. Objetivo da Adesão é aquisição de 1 (um) veículo ambulância COM RECURSOS ORIUNDOS DA RESOLUÇÃO SES Nº 11.032, DE 17 DE ABRIL DE 2026– SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE, conforme abaixo:**

ITEM	Qtde	DESCRIÇÃO	MARCA MODELO	VR.UNIT. R$	VR. TOTAL R$
7	1	**AMBULÂNCIA - DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR.** **AMBULÂNCIA TIPO A (SIMPLES REMOÇÃO) – PICK-UP 4x4:** Ambulância Tipo A (simples remoção), zero quilômetro, ano/modelo vigente ou superior, montada sobre veículo utilitário tipo pick-up com tração 4x4, destinada ao transporte de pacientes sem risco de vida. Veículo devidamente transformado em ambulância, em conformidade com a Portaria nº.. 2.048/2002 do Ministério da Saúde e demais normas aplicáveis, contendo, no mínimo: Sinalização óptica e acústica conforme legislação vigente; Sistema de comunicação; Sistema elétrico compatível com os equipamentos instalados; Compartimento traseiro destinado ao paciente, isolado da cabine; Iluminação interna adequada para atendimento; Revestimento interno lavável, impermeável e piso antiderrapante; Maca retrátil com sistema de fixação e cintos de segurança; Assento para acompanhante com cinto de segurança; Suporte para soro; Rede de oxigênio medicinal com cilindro e acessórios; Compartimentos internos para acondicionamento de materiais; Itens de segurança para paciente e equipe; Demais Requisitos: Veículo base tipo pick-up, com tração 4x4; Motorização compatível com a operação e capacidade de carga adequada à transformação; Direção assistida (hidráulica, elétrica ou eletro-hidráulica); Ar-condicionado na cabine e ventilação/climatização no compartimento do paciente; Freios com sistema ABS e demais itens de segurança exigidos pela legislação; Atender integralmente às exigências da Portaria nº.. 2.048/2002 do Ministério da Saúde e suas atualizações; Transformação realizada por empresa especializada, com certificação conforme legislação vigente; Veículo entregue devidamente licenciado, emplacado e caracterizado como ambulância; Garantia mínima de 12 (doze) meses; Veículo novo, sem uso, com todos os equipamentos obrigatórios exigidos pelos órgãos competentes; Observação complementar: Os equipamentos e materiais deverão atender integralmente às especificações previstas na legislação vigente.	Toyota– Hilux AMB Baú de Aluminio 26/26	R$ 287.000,00	R$ 287.000,00

Pedrinópolis – MG, 25 de Agosto de 2026

RAFAEL FERREIRA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Igor Cardoso de Oliveira
Código Identificador:AED0C7DB

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PERDÕES

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
EDITAL Nº 010/2026 – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE ENFERMEIRO(A) DO CERSAM

EDITAL Nº 010/2026 – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE ENFERMEIRO(A) DO CERSAM

O MUNICÍPIO DE PERDÕES, por intermédio da Secretaria Municipal Saúde, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, e na Lei Municipal nº 2.880/2014, torna público o presente Edital do Processo Seletivo Simplificado destinado à

contratação temporária de ENFERMEIRO(A) DO CERSAM, com formação de cadastro de reserva, mediante comprovação de experiência profissional e análise de titulação acadêmica.

1. DO OBJETO E JUSTIFICATIVA

1.1. O presente Processo Seletivo Simplificado fundamenta-se no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal e na Lei Municipal nº 2.880/2014, visando assegurar critérios objetivos, impessoalidade, publicidade e transparência na seleção de profissional para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, mediante a contratação de Enfermeiro(a) do CERSAM para atuação na rede municipal de saúde, com o objetivo de garantir a continuidade e a adequada prestação dos serviços públicos de saúde à população.

1.2 A seleção será realizada por análise mediante comprovação de experiência profissional e análise de titulação acadêmica, de caráter classificatório, conforme critérios deste Edital.

1.3. A contratação terá natureza temporária e excepcional, não gerando vínculo estatutário, estabilidade ou direito à permanência, limitando-se ao prazo e à necessidade que a justificar.

2. DOS CARGOS, VAGAS, REMUNERAÇÃO E CADASTRO DE RESERVA

2.1. Os cargos e atribuições estão descritos no Anexo I.

2.2. As vagas ficam estabelecidas conforme Anexo II.

2.3. Será formado cadastro de reserva para futuras convocações durante a vigência do certame.

2.4. O cadastro de reserva não gera direito subjetivo à contratação imediata, condicionando-se à verificação da necessidade temporária conforme legislação aplicável.

3. DO PROCESSO DE SELEÇÃO

3.1. O processo seletivo será realizado exclusivamente mediante análise da experiência profissional devidamente comprovada e da titulação acadêmica, de caráter classificatório, sem aplicação de prova objetiva.

3.2. A pontuação máxima total é de 10 (dez) pontos, distribuídos entre os critérios de Experiência Profissional e titulação Acadêmica, conforme tabela a seguir:

CRITÉRIO	PONTUAÇÃO UNITÁRIA	PONTUAÇÃO MÁXIMA
I – EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL (peso maior – até 6 pontos)		
Atuação como Enfermeiro(a) em serviço público (por ano completo comprovado)	1 pts / ano	4 pontos
Atuação como Enfermeiro(a) em serviço privado (por ano completo comprovado)	1 pts / ano	2 pontos
II – TITULAÇÃO ACADÊMICA (até 4 pontos)		
Doutorado concluído na área de Enfermagem ou ciências da saúde	2 pts	2 pontos
Mestrado concluído área de Enfermagem ou ciências da saúde	1 pts	1 pontos
Pós-graduação / Especialização lato sensu (mín. 360h) área de Enfermagem ou ciências da saúde – por curso	0,5 pts / curso	0,5 pontos (máx. 1 cursos)
Cursos de capacitação profissional, treinamentos, palestras, congressos e similares, relacionados à área de Enfermagem ou Saúde, mediante apresentação de certificado ou declaração com carga horária igual ou superior a 50 horas, realizados nos últimos 5 anos	0,25 pts / título	0,5 pontos (máx. 2 títulos)
PONTUAÇÃO MÁXIMA TOTAL		10 pontos

3.3. As titulações acadêmicas serão pontuadas de forma cumulativa, desde que correspondam a títulos distintos e devidamente comprovados, observados os limites máximos estabelecidos na tabela de pontuação.

3.4. Especializações/Pós-graduações e Títulos de Especialista são pontuados individualmente, respeitados os limites indicados na tabela.

3.5. Para fins de cálculo de experiência, será considerado o tempo efetivamente trabalhado e devidamente comprovado, não sendo aceito período inferior a 1 (um) ano para qualquer contagem.

3.6. Períodos concomitantes de experiência profissional (dois vínculos simultâneos) serão contados apenas uma vez.

3.8. A análise da experiência profissional e da titulação acadêmica será realizada pela Comissão Organizadora designada pela Secretaria Municipal de Saúde, e o respectivo resultado será publicado no Diário Oficial dos Municípios Mineiros.

4. DOS DOCUMENTOS PARA O PROCESSO DE SELEÇÃO

4.1. Para comprovação da experiência profissional, o candidato deverá apresentar, conforme o caso:

a) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – páginas de identificação e dos contratos de trabalho;
b) Declaração ou certidão de tempo de serviço emitida pelo órgão público empregador, com assinatura e carimbo do responsável, informando o período e a função exercida;
c) Contrato de prestação de serviços acompanhado de notas fiscais ou recibos de pagamento emitidos no período declarado;
d) Outro documento hábil que comprove o efetivo exercício na função médica.

4.2. Para comprovação de titulação acadêmica, o candidato deverá apresentar:

a) Diploma ou certificado de conclusão devidamente registrado, ou declaração de conclusão emitida por instituição reconhecida pelo MEC;
b) Histórico escolar ou documento equivalente que comprove a carga horária mínima exigida para especialização/pós-graduação;
c) Certificado de Título de Especialista.

4.3. O candidato deverá apresentar obrigatoriamente, além dos documentos curriculares:

a) Registro ativo no Conselho Regional de Classe, sem pendências;

4.4. Toda documentação deverá ser entregue em cópia legível acompanhada do original para conferência, ou em cópia autenticada em cartório.

4.5. Documentos em língua estrangeira somente serão aceitos mediante tradução juramentada.

4.6. Não serão aceitos documentos ilegíveis, incompletos ou com rasuras.

5. DOS REQUISITOS PARA PARTICIPAÇÃO E DAS INSCRIÇÕES

5.1. Poderão participar os candidatos que preencherem os seguintes requisitos:

a) Diploma de graduação em Enfermagem por instituição reconhecida pelo MEC;
b) Registro ativo no Conselho representativo de Classe, sem pendências;
c) Estar em dia com as obrigações eleitorais;
d) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar (candidatos do sexo masculino);
e) Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos na data da contratação;
f) Não ter sofrido, nos últimos 5 (cinco) anos, condenação judicial criminal ou civil por ato de improbidade administrativa com trânsito em julgado, nem penalidade administrativa de demissão, bem como não ter tido contrato rescindido por justa causa por iniciativa da Administração Pública.

5.2 As inscrições serão gratuitas e realizadas exclusivamente por meio eletrônico, devendo o candidato encaminhar a documento exigida neste edital para o seguinte email - coordenacao.psf@perdoes.mg.gov.br, no período das 07:00 horas do dia 27/08/2026 até as 23h59min do dia 03/09/2026, observado o fuso horário de Brasília/DF.

5.3. O candidato deverá enviar o formulário de inscrição (Anexo IV) acompanhado dos seguintes documentos:

a) Cópia do CPF e RG;
b) Cópia de comprovante de residência;
c) Comprovante de escolaridade (declaração escolar, histórico ou certificado)
d) Comprovante do registro de classe;
e) Documentos comprobatórios de experiência profissional (CTPS, declarações, contratos), conforme item 4;
f) Tabela de pontuação preenchida (Anexo III).

5.4. As cópias devem estar legíveis. Documentos ilegíveis não serão pontuados.

5.5. O candidato é responsável pela veracidade das informações prestadas. A constatação de falsidade documental, a qualquer momento, implicará na eliminação imediata e responsabilização civil e criminal cabível.

6. DA CLASSIFICAÇÃO E CRITÉRIOS DE DESEMPATE

6.1. A classificação obedecerá à ordem decrescente da pontuação total obtida na análise curricular.

6.2. Em caso de empate na pontuação total, serão adotados os seguintes critérios, em ordem de prioridade:

a) Maior pontuação obtida no critério de Experiência Profissional;
b) Maior pontuação obtida no critério de Titulação Acadêmica;
c) Maior idade;
d) Caso a igualdade persista, será realizado sorteio público com a participação dos candidatos empatados.

7. DA EXPECTATIVA DE CONTRATAÇÃO E DAS CONDIÇÕES DE CONVOCAÇÃO

7.1. A aprovação neste Processo Seletivo gera apenas expectativa de contratação, não constituindo direito subjetivo à admissão.

7.2. A eventual contratação ocorrerá exclusivamente em função de necessidade temporária e excepcional da Administração Pública, tais como afastamentos legais, licenças médicas, vacâncias temporárias ou outras situações que demandem substituição ou reforço transitório do quadro funcional.

7.3. A convocação obedecerá rigorosamente à ordem de classificação final, observada a conveniência e oportunidade da Administração.

7.4. O contrato será firmado por prazo determinado, compatível com a duração da necessidade temporária que lhe deu causa, podendo ser rescindido a qualquer tempo por interesse da Administração ou em razão de concurso público para provimento efetivo do cargo.

7.5. O candidato convocado deverá comparecer ao Departamento de Recursos Humanos do Município no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da convocação, munido da documentação exigida para contratação, sob pena de caracterizar renúncia tácita.

7.6. A convocação será realizada mediante publicação no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, sendo de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento das publicações.

8. DA VALIDADE DO CERTAME

8.1. O presente Processo Seletivo terá validade de 12 (doze) meses, contados da data de homologação do resultado final, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da Administração Municipal.

9. DO CRONOGRAMA

PROCEDIMENTO	PERÍODO
Publicação do Edital no Diário Oficial do Município	27/08/2026
Prazo para interposição de Recursos em face do Edital	28/08/2026
Período de Inscrições e Entrega de Documentos	27/08/2026 a 03/09/2026
Divulgação do Resultado Preliminar	08/09/2026
Prazo para interposição de Recursos do Resultado Preliminar	09/09/2026
Divulgação Das Decisões dos Recursos e Resultado Final	11/09/2026
Início das Convocações	Conforme necessidade administrativa

9.1. Recursos Administrativos: deverão ser apresentados no prazo estabelecido, exclusivamente via e-mail para coordenacao.psf@perdoes.mg.gov.br, das 07:00h as 16:00h, com fundamentação detalhada e documentos probatórios. Recursos sem fundamentação serão imediatamente indeferidos.

9.2. Publicações Oficiais: todos os atos relativos a este Processo Seletivo serão publicados no Diário Oficial dos Municípios Mineiros (https://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/pesquisar).

10. DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. O candidato ao se inscrever declara conhecer e aceitar as condições estabelecidas neste Edital, seus Anexos e eventuais retificações.

10.2. Casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora designada para este Processo Seletivo.

10.3. A comissão Organizadora será composta pelos seguintes membros:

- Maria Madalena de Olivera – Coordenadora de Atenção Primária; (Presidente)
- Caroline Layane Carvalho Nascimento – Chefe de Divisão de Saúde;
- Wilgnner Dias da Gama – Controlador Interno.

10.4. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações, convocações, comunicados e resultados referentes a este Processo Seletivo, publicados no meio oficial do Município, não cabendo alegação de desconhecimento.

10.5. Fica eleito o foro da Comarca de Perdões/MG para dirimir eventuais controvérsias decorrentes deste Processo Seletivo.

10.6. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Perdões/MG, 26 de agosto de 2026

GUILHERME PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal de Perdões

MARIA MADALENA DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Saúde

ANEXO I – CARGOS E ATRIBUIÇÕES

ENFERMEIRO(A) CERSAM

ATRIBUIÇÕES: Prestar assistência ao indivíduo no nível de sua competência em Centros de Referência em Saúde Mental; Executar ações básicas de Vigilância Epidemiológica e Sanitária; Realizar palestras, reuniões, visitas e outras ações coletivas.

ANEXO II – VAGAS

QTD. VAGAS	FUNÇÃO	LOCAL DE TRABALHO	C. HORÁRIA	SALÁRIO BASE	REQUISITO
01 (uma) + Cadastro de Reserva	ENFERMERIO CERSAM	CERSAM	30h semanais	R$3.140,02	Possuir curso superior completo em Enfermagem e Registro regular no Órgão de classe competente.

Obs.: Os valores de remuneração serão definidos conforme tabela salarial do Município de Perdões, respeitada a legislação municipal vigente e a carga horária contratada.

ANEXO III – TABELA DE PONTUAÇÃO CURRICULAR

CRITÉRIO	PONTOS UNITÁRIOS	QUANTIDADE COMPROVADA	TOTAL
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL (peso maior – até 6 pontos)			
Atuação como Enfermeiro(a) em serviço público (por ano completo comprovado)	1 pts/ano	_____ anos	_____
Atuação como Enfermeiro(a) em serviço privado (por ano completo comprovado)	1 pts/ano	_____ anos	_____
TITULAÇÃO ACADÊMICA (até 4 pontos)			
Doutorado concluído na área de Enfermagem ou ciências da saúde	2 pts	( ) Sim ( ) Não	_____
Mestrado concluído área de Enfermagem ou ciências da saúde	1 pts	( ) Sim ( ) Não	_____
Pós-graduação / Especialização lato sensu (mín. 360h) área de Enfermagem ou ciências da saúde – por curso	0,5 pts	( ) Sim ( ) Não	_____
Cursos de capacitação profissional, treinamentos, palestras, congressos e similares, relacionados à área de Enfermagem ou Saúde, mediante apresentação de certificado ou declaração com carga horária igual ou superior a 50 horas, realizados nos últimos 5 anos	0,25 pts	( ) Sim ( ) Não	_____
Doutorado concluído na área de Enfermagem ou ciências da saúde	0,25 pts	( ) Sim ( ) Não	_____
PONTUAÇÃO TOTAL DO CANDIDATO			_____

Obs.: A pontuação desta tabela é autodeclarada. A tabela deverá ser preenchida pelo candidato e entregue junto com os documentos comprobatórios. A Comissão Organizadora procederá à conferência de todos os documentos comprobatórios e realizará a pontuação oficial. Em caso de divergência, prevalecerá o resultado apurado pela Comissão.

ANEXO IV – FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO nº 010/2026

DADOS DO CANDIDATO
Nome Completo:_____
Data de Nascimento: ___/___/____ CPF: _____
Carteira de Identidade (RG): _____ Órgão Expedidor: _____
Título de Eleitor: _____ Zona: _____ Seção: _____
Endereço Completo: _____
Cidade: _____ CEP: _____
Telefone: _____ E-mail: _____
Cargo pretendido: ( ) Enfermeiro do CERSAM
DOCUMENTOS ENTREGUES (marque os documentos incluídos no e-mail)
( ) Cópia do CPF e RG
( ) Cópia de comprovante de residência
( ) Diploma de graduação em Enfermagem
( ) Comprovante de registro ativo no Conselho de Classe
( ) Documentos de experiência profissional (CTPS, declarações, contratos)
( ) Diploma / Certificado de Doutorado (se houver)
( ) Diploma / Certificado de Mestrado (se houver)
( ) Diploma / Certificado de Pós-Graduação / Especialização (se houver)
( ) Cerificado de Curso capacitação profissional
( ) Tabela de pontuação preenchida e assinada (Anexo III)

Declaro que sou responsável pela veracidade das informações prestadas e dos documentos entregues, que atendo os requisitos exigidos e que aceito integralmente os termos do Edital nº 010/2026.

Perdões/MG, _____ de _____ de 2026.

Assinatura do Candidato

Publicado por:
Sávio Carvalho Dos Santos
Código Identificador:88AF8027

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE POUSO ALEGRE

CHEFIA DE GABINETE
LEI Nº 7.374, DE 26 DE AGOSTO DE 2026

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA FORMA DOS ARTIGOS 42 E 43 DA LEI FEDERAL Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

Autoria: Poder Executivo

A Câmara Municipal de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, aprova e o Chefe do Poder Executivo sanciona e promulga a seguinte Lei:
Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R$ 12.500.000,00 (doze milhões, quinhentos mil reais), para adequação do orçamento da Secretaria de Gestão de Pessoas, conforme discriminação constante do Anexo I desta Lei.
Art. 2º Para a cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º desta Lei serão utilizados recursos provenientes de superávit financeiro apurado nos exercícios anteriores nos termos do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme demonstrado no Anexo II desta Lei.
Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pouso Alegre/MG, 26 de agosto de 2026.

JOSÉ DIMAS DA SILVA FONSECA
Prefeito Municipal

RENATO GARCIA DE OLIVEIRA DIAS
Chefe de Gabinete

ROBERTA FERREIRA MARQUES DE SOUSA
Secretária Municipal de Finanças Interina

ANEXO I
CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR – SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

ÓRGÃO	UNIDADE	FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	PROGRAMA	AÇÃO	MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSO	FICHA	VALOR (R$)
02	014	0004	0122	0038	2171	33.90.46	2.501.000.0000	XXXX	12.500.000,00

ANEXO II
RECURSOS PARA COBERTURA DO CRÉDITO
Superávit Financeiro

FONTE DE RECURSOS	VALOR (R$)
1.501.000.0000 – Outros Recursos não Vinculados	12.500.000,00

Publicado por:
Arielen Scodeler
Código Identificador:A5629699

CHEFIA DE GABINETE
LEI Nº 7.375, DE 26 DE AGOSTO DE 2026

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA FORMA DOS ARTIGOS 42 E 43 DA LEI FEDERAL Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

Autoria: Poder Executivo

A Câmara Municipal de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, aprova e o Chefe do Poder Executivo sanciona e promulga a seguinte lei:
Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), para adequação do orçamento da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, conforme discriminação constante do Anexo I desta Lei.
Art. 2º Para a cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º desta Lei serão utilizados recursos provenientes de superávit financeiro apurado nos exercícios anteriores nos termos do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme demonstrado no Anexo II desta Lei.
Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pouso Alegre/MG, 26 de agosto de 2026.

JOSÉ DIMAS DA SILVA FONSECA
Prefeito Municipal

RENATO GARCIA DE OLIVEIRA DIAS
Chefe de Gabinete

ROBERTA FERREIRA MARQUES DE SOUSA
Secretária Municipal de Finanças Interina

ANEXO I
CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR – SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

ÓRGÃO	UNIDADE	FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	PROGRAMA	AÇÃO	MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSO	FICHA	VALOR (R$)
02	003	0020	0606	0010	2064	33.90.30	2.711.000.0000	XXXX	1.701.315,00
02	003	0020	0606	0010	2064	33.90.39	2.711.000.0000	XXXX	1.298.685,00
TOTAL									**3.000.000,00**

ANEXO II
RECURSOS PARA COBERTURA DO CRÉDITO
Superávit Financeiro

FONTE DE RECURSOS	VALOR (R$)
1.711.000.0000 – Demais Transferências Obrigatórias não Decorrentes de Repartições de Receitas	3.000.000,00

Publicado por:
Arielen Scodeler
Código Identificador:5B35AE80

CHEFIA DE GABINETE
LEI Nº 7.376, DE 26 DE AGOSTO DE 2026

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA FORMA DOS ARTIGOS 42 E 43 DA LEI FEDERAL Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

Autoria: Poder Executivo

A Câmara Municipal de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, aprova e o Chefe do Poder Executivo sanciona e promulga a seguinte lei:
Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R$ 13.045.084,97 (treze milhões, quarenta e cinco mil, oitenta e quatro reais e noventa e sete centavos), para adequação do orçamento da Secretaria de Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos, conforme discriminação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Para a cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º desta Lei serão utilizados recursos provenientes de superávit financeiro apurado nos exercícios anteriores nos termos do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme demonstrado no Anexo II desta Lei.
Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pouso Alegre/MG, 26 de agosto de 2026.

JOSÉ DIMAS DA SILVA FONSECA
Prefeito Municipal

RENATO GARCIA DE OLIVEIRA DIAS
Chefe de Gabinete

ROBERTA FERREIRA MARQUES DE SOUSA
Secretária Municipal de Finanças Interina

ANEXO I
CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

ÓRGÃO	UNIDADE	FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	PROGRAMA	AÇÃO	MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSO	FICHA	VALOR (R$)
02	009	0004	0451	0029	2032	33.90.39	2.759.000.0000	1663	10.000.000,00
02	009	0004	0451	0029	1042	44.90.51	2.754.000.0000	XXXX	3.045.084,97
TOTAL									**13.045.084,97**

ANEXO II
RECURSOS PARA COBERTURA DO CRÉDITO
Superávit Financeiro

FONTE DE RECURSOS	VALOR (R$)
1.759.000.0000 - Recursos Vinculados a Fundos	10.000.000,00
1.754.000.0000 - Recursos de Operações de Crédito	3.045.084,97
TOTAL	**13.045.084,97**

Publicado por:
Arielen Scodeler
Código Identificador:B6D8AC13

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTA BARBARA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO DE REEQUILIBRIO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 103/2025

Processo: nº 140/2025
Pregão Eletrônico: n°055/2025
Ata de Registro de Preços: nº 103/2025

Contratada: ECOS & M COMÉRCIO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS EIRELI, CNPJ nº 32.991.854/0001-73

Objeto: O presente Termo tem por objeto:
Reequilíbrio econômico financeiro sobre os preços unitários dos itens constantes na Ata de Registro de Preços em epígrafe, fica reajustado o seguinte item:

ECOS & M COMÉRCIO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS EIRELI	CUSTO INICIAL	PREÇO DE VENDA ATUAL	GANHO EM R$	GANHO EM %	CUSTO ATUAL	PREÇO DE VENDA PLEITEADO	GANHO EM R$	GANHO EM %
Contêineres	R$ 1.138,18	R$ 1369,00	R$230,82	20,28%	R$1310,20	R$1574,82	R$ 264,62	20,20%

Santa Bárbara, 25 de agosto de 2026

JULIANO CÉZAR NASCIMENTO XAVIER
Secretário Municipal de Meio Ambiente e Agropecuária

Publicado por:
Fabricio José Mota de Oliveira
Código Identificador:7ADFA893

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO GONÇALO DO RIO PRETO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/2026
PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2026

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de gêneros alimentícios destinados à manutenção da merenda escolar dos alunos matriculados na educação básica da rede pública municipal, objeto do **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

O Prefeito Municipal de São Gonçalo do Rio Preto, MG, Sr. Dilson de Fátima Moreira, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 71, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, resolve adjudicar o objeto da licitação e homologar os procedimentos realizados pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, em favor do (s) licitante (s), na forma abaixo:

ADJUDICATÁRIOS:

14.292.702 ANTÔNIO LOPES DOS SANTOS; CNPJ: 14.292.702/0001-09					
VALOR TOTAL DA PROPOSTA				**R$ 29.868,00**	
ITEM	QTDE	UNID	OBJETO/ESPECIFICAÇÕES	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
033	1.200	KG	CARNE SUINA FRESCA. COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO. O PRODUTO DEVERÁ SER EMBALADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA FLEXÍVEL, ATÓXICA, RESISTENTE E TRANSPARENTE, EM PACOTES DE 1KG. O PRODUTO DEVERÁ SER ROTULADO DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE. NO RÓTULO DA EMBALAGEM DEVERÃO ESTAR IMPRESSAS DE FORMA CLARA E INDELÉVEL AS SEGUINTES INFORMAÇÕES IDENTIFICAÇÃO DA ORIGEM, IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO PRODUTO, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, PRAZO MÁXIMO DE CONSUMO, TEMPERATURA DE ESTOCAGEM, ARMAZENAMENTO E CONSERVAÇÃO, PESO LÍQUIDO, CONDIÇÕES DE ARMAZENAMENTO E NÚMERO DE REGISTRO DO PRODUTO EM ÓRGÃO COMPETENTE DE INSPEÇÃO SANITÁRIA.	24,89	29.868,00

GEOVANE DOS SANTOS LOPES ME; CNPJ: 25.261.546/0001-27					
VALOR TOTAL DA PROPOSTA				**R$ 171.690,50**	
ITEM	QTDE	UNID	OBJETO/ESPECIFICAÇÕES	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
001	800	UNID	ABACAXI PÉROLA DE PRIMEIRA. APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO, EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS.	9,80	7.840,00
002	300	KG	ABÓBORA, APRESENTANDO CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS, SEM DANOS FÍSICOS.	4,15	1.245,00
006	10	UNID	ADOÇANTE DIETÉTICO, FRASCO 75ML. INGREDIENTES ÁGUA, EDULCORANTES SUCRALOSE E ACESULFAME DE POTÁSSIO, CONSERVADOR BENZOATO DE SÓDIO, ACIDULANTE ÁCIDO CÍTRICO E ESPESSANTE CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA. FRASCO DE PLÁSTICO TIPO CONTA GOTAS, A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E MARCA DO FABRICANTE.	9,90	99,00
007	150	KG	ALHO. BOA QUALIDADE, FIRME E INTACTO, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA, PERFURAÇÕES E CORTES, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS.	21,20	3.180,00
010	100	PCT	AMIDO DE MILHO EMBALAGEM 500 GRAMAS. A VALIDADE DO PRODUTO NÃO DEVERÁ SER INFERIOR A 3 MESES, CONTADOS A PARTIR DA DATA DE SUA ENTREGA. O PRODUTO DEVERÁ ESTAR EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS E/OU LEGISLAÇÃO VIGENTE DA ANVISA/MS. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E MARCA DO FABRICANTE.	3,90	390,00
014	250	PCT	AVEIA EM FLOCOS FINOS, PACOTE COM 200 GRAMAS. 100% NATURAL, SEM ADITIVOS OU CONSERVANTES. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, PESO LÍQUIDO E DE ACORDO COM A NORMAS E/OU RESOLUÇÃO DA ANVISA/MS.	4,10	1.025,00
015	15	UNID	AZEITE DE OLIVA EXTRA VIRGEM, PURO, EMBALAGEM ESCURA CONTENDO 500ML. SEM MISTURA, COM ACIDEZ ATÉ 0,8%, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E MARCA DO FABRICANTE.	43,00	645,00
016	2.000	KG	BANANA PRATA OU MAÇÃ. APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITOS, LARVAS E SINAIS DE APODRECIMENTO. POLPA FIRME E INTACTA SEM DANOS FÍSICOS.	5,90	11.800,00
018	700	KG	BATATA INGLESA. LAVADA, LISA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, FIRME SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA, COM TAMANHO UNIFORME DEVENDO SER GRAÚDA, AUSENTE DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA CNNPA.	7,50	5.250,00
020	300	KG	BATATA DOCE. DE PRIMEIRA QUALIDADE, COM CASCA SÃ, SEM FERIMENTOS, FRESCAS, COM GRAU DE MATURAÇÃO MÉDIO, INTACTAS, INTEIRAS, FIRMES, LIVRE DE MATERIAIS TERROSOS E DE SUJIDADES, ISENTA DE UMIDADE E SUPERFÍCIES PEGAJOSAS, COM COR E ODOR CARACTERÍSTICOS.	7,00	2.100,00
026	150	CX	BISCOITO TIPO MARIA/MAIZENA CAIXA. PESO APROXIMADO 1.035 ATÉ 1.150 GRAMAS. BISCOITO DOCE, ISENTO DE GORDURA TRANS, AUSENTE DE BISCOITOS QUEBRADOS. CAIXA COM NOME E/OU MARCA, IDENTIFICAÇÃO, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS E PRAZO DE VALIDADE. O PRAZO DE VALIDADE DEVERÁ SER MÍNIMO DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA.	19,80	2.970,00
030	30	UNID	CANELA EM PÓ EMBALAGEM PRIMÁRIA ENTRE 30 GRAMAS. NÃO CONTÉM GLUTEN, EMBALAGENS COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E MARCA DO FABRICANTE.	4,70	141,00
035	400	KG	CEBOLA BRANCA. SECA, FRESCA, FIRME E SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICAS, SEM PERFURAÇÕES E CORTES. APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO. EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS.	5,70	2.280,00
036	400	KG	CENOURA VERMELHA. DE PRIMEIRA QUALIDADE, FRESCA, COMPACTA E FIRME, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA, SEM RACHADURAS E CORTES COM TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS. APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO. EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO.	7,15	2.860,00
040	1.000	KG	CORTE CONGELADO DE FRANGO (PEITO). COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO, SEM MANCHAS E PARASITAS, ACONDICIONADO EM SACO PLÁSTICO POLIETILENO, ATÓXICO, EMBALAGENS COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E MARCA DO FABRICANTE.	12,80	12.800,00
043	350	KG	CHUCHU. DE PRIMEIRA QUALIDADE, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO, TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO. EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	5,00	1.750,00
045	150	PCT	FARINHA DE AVEIA, EMBALAGEM ENTRE 150 A 200 GRAMAS. PROCESSADA, DEVERÃO SER FABRICADAS A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SÃS, LIMPAS E ISENTAS DE MATÉRIAS TERROSAS E PARASITOS. NÃO DEVERÃO ESTAR ÚMIDAS OU RANÇOSAS. A EMBALAGEM DEVE CONTER DATA DE FABRICAÇÃO E DE VALIDADE. O PRAZO DE VALIDADE DEVERÁ SER NO MÍNIMO DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA.	4,90	735,00
048	50	PCT	FARINHA DE MILHO, EMBALADA EM SACO PLÁSTICO RESISTENTE, CONTENDO 500G. DE PRIMEIRA QUALIDADE, DEVERÁ CONSTAR NA EMBALAGEM DO PRODUTO, TABELA DE INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	3,40	170,00
049	450	PCT	FARINHA DE TRIGO COM FERMENTO EMBALAGEM COM 1KG. OBTIDO PELA MOAGEM EXCLUSIVA	4,70	2.115,00

			DO GRÃO DE TRIGO, ISENTO DE TERRA, SEM UMIDADE, COM ASPECTO DE PÓ FINO E BRANCO, COM CHEIRO E SABOR PRÓPRIO, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE.		
054	250	PCT	FEIJÃO CARIOCA 5KG TIPO 1. ISENTO DE MATÉRIA TERROSA, PEDRAS, FUNGOS OU PARASITAS, LIVRE DE UMIDADE, COM GRÃOS INTEIROS. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE POLIETILENO TRANSPARENTE, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E MARCA DO FABRICANTE.	41,00	10.250,00
057	300	UNID	FERMENTO QUIMICO EM PO, EMBALAGEM CONTENDO 100G. COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, PESO LÍQUIDO E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 38/77 DA COMISSÃO NACIONAL DE NORMAS E PADRÕES PARA ALIMENTOS - CNNPA.	4,35	1.305,00
061	500	KG	INHAME. DE PRIMEIRA QUALIDADE, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, FIRME E COMPACTO, ISENTO DE PARASITOS E LARVAS, MATERIAL TERROSO E SUJIDADES, SEM DANOS FÍSICOS.	7,00	3.500,00
063	1.000	UNID	IOGURTE 85 G. SABORES DE MORANGO, COCO, SALADA DE FRUTAS. APRESENTAÇÃO COPOS DE 90G CADA, COM TAMPA DE ALUMÍNIO, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE NO MÍNIMO 48 DIAS.	1,45	1.450,00
067	2.000	KG	LARANJA CAMPISTA FRESCA. SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA, SEM RACHADURAS, ISENTA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS.	5,10	10.200,00
068	150	PCT	LEITE EM PÓ INTEGRAL EMBALAGEM CONTENDO 400G. CONSTITUÍDO, BASICAMENTE, DE LACTOSE, GORDURA, PROTEÍNAS E SAIS MINERAIS, PRODUTO RICO EM VITAMINAS A, B E D, EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICACAO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTÉRIO DA SAÚDE.	15,90	2.385,00
071	250	UNID	LEITE ZERO LACTOSE. LEITE SEM LACTOSE, PASTEURIZADO UHT EMBALADOS EM CAIXAS CONTENDO 1 LITRO DE LEITE ISENTO DE LACTOSE, A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, MARCA DO FABRICANTE E PRAZO DE VALIDADE, O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E/ OU MINISTÉRIO DA SAÚDE.	7,20	1.800,00
073	250	KG	LINGUIÇA. CARNE SUÍNA, RECORTE MAGRO, TOUCINHO, ÁGUA, SAL, ESTABILIZANTE (POLI FOSFATO DE SÓDIO), ANTIOXIDANTE (ÁCIDO ASCÓRBICO), CONSERVANTES (NITRITO E NITRATO DE SÓDIO), AÇÚCAR E CORANTE NATURAL, A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER A IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E PESO LÍQUIDO.	16,00	4.000,00
074	40	PCT	LOURO, FOLHAS DE LOURO SECAS, EMBALAGEM PLÁSTICA ATÓXICA DE 6G.	3,30	132,00
079	400	PCT	MACARRAO TIPO ESPAGUETE PACOTE COM 1KG. A BASE DE FARINHA, EMPACOTADO ELETRONICAMENTE SEM CONTATO MANUAL, EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE E PRAZO DE VALIDADE, DE ACORDO COM AS NORMAS E/OU RESOLUÇÕES VIGENTES DA ANVISA/MS.	5,90	2.360,00
083	700	KG	MANDIOCA EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS.	4,90	3.430,00
084	1.500	KG	MANGA ROSA. ASPECTO GLOBOSO, MISTA VERDES E MADURAS, COR PRÓPRIA, COM POLPA FIRME E INTACTA, ISENTA DE ENFERMIDADES, DE BOA QUALIDADE, LIVRE DE RESÍDUOS E FERTILIZANTES, SUJIDADES, PARASITOS, LARVAS E SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA, ACONDICIONADAS EM EMBALAGEM PRÓPRIA.	9,10	13.650,00
085	600	KG	MARACUJA AZEDO. DE PRIMEIRA QUALIDADE, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDOS, VERDOSO COM POLPA INTACTA E FIRME, LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS.	10,80	6.480,00
088	3.000	KG	MELANCIA FRESCA. FRUTOS COM 70 A 80% DE MATURAÇÃO, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO, COM POLPA FIRME E INTACTA, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO, ISENTA DE ENFERMIDADES, PARASITAS E LARVAS, MATERIAL TERROSO E SUJIDADES, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE, DE COLHEITA RECENTE, LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES, DEVENDO SER TRANSPORTADAS DE FORMA ADEQUADA.	3,80	11.400,00
090	100	UNID	MILHO VERDE ENLATADO ENTRE 170 A 200 G. COMPOSIÇÃO MILHO, ÁGUA E SAL, NÃO CONTÉM GLÚTEN. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E MARCA DO FABRICANTE.	3,45	345,00
095	600	UNID	OLEO DE SOJA EMBALAGEM COM 900ML. COMESTÍVEL, VEGETAL DE SOJA, PURO, REFINADO, SEM COLESTEROL, RICO EM VITAMINA E. EMBALAGENS COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, PESO LIQUIDO, E DE ACORDO COM AS NORMAS E/OU RESOLUÇÕES DA ANVISA/MS.	7,90	4.740,00
096	40	PCT	ORÉGANO SECO, EMBALAGEM CONTENDO 100 GRAMAS. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	10,55	422,00
097	400	CART	OVO DE GALINHA BRANCO CARTELA COM 30 UNIDADES. FRESCO, LIMPO, CONTENDO PRAZO DE VALIDADE, PESO LÍQUIDO MÍNIMO DE 60G CADA, ACOMODADO EM BANDEJAS DE PAPELÃO.	20,00	8.000,00
098	30	PCT	PÃO DE FORMA INTEGRAL, EMBALAGEM CONTENDO 400 GRAMAS. INGREDIENTES FARINHA DE TRIGO INTEGRAL, FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, AÇÚCAR, GORDURA VEGETAL, SAL E CONSERVADOR PROPIONATO DE CÁLCIO. ISENTO DE GORDURA TRANS. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	7,45	223,50
103	250	KG	PIMENTÃO VERDE. GRAÚDO, CASCA LISA, SEM FERIMENTOS, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO, EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO.	9,90	2.475,00
106	80	PCT	POLVILHO DOCE NÃO CONTEM GLÚTEN, EMBALAGEM CONTENDO 1KG. COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E MARCA DO FABRICANTE.	8,90	712,00
108	400	UNID	QUEIJO TIPO MINAS IN NATURA, PESO MÍNIMO 900 GRAMAS. PRODUTO DE BOA QUALIDADE. NO RÓTULO DEVE CONTER DADOS DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, REGISTRO DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL (SIM), ESTADUAL (SIP) E/OU FEDERAL (SIF). DEVE SER ENTREGUE EMBALADOS INDIVIDUALMENTE, EM SACOS PLÁSTICOS RESISTENTES, LACRADOS.	33,30	13.320,00
109	300	KG	QUIABO FRESCO. SEM FERIMENTOS, APRESENTANDO GRAU DE EVOLUÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO, EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO.	15,90	4.770,00
112	300	PCT	SAL REFINADO IODADO EMBALAGEM CONTENDO 01KG. CONTENDO CLORETO DE SÓDIO, IODATO DE POTÁSSIO, ANTIUMECTANTE (FERROCIONETO DE SÓDIO). EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE	1,40	420,00
116	350	KG	TOMATE VERMELHO, FIRME E INTACTO. LIVRES DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA. APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO.	7,90	2.765,00
118	200	PCT	UVA PASSA PRETA SEM SEMENTE, PACOTE COM 200G. A EMBALAGEM DEVE CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA.	8,40	1.680,00
122	30	UNID	VINAGRE 750ML DE VINHO BRANCO. PRODUTO NATURAL, FERMENTADO ACÉTICO SIMPLES, ISENTO DE CORANTES ARTIFICIAIS, ÁCIDOS ORGÂNICOS E MINERAIS ESTRANHOS, LIVRES DE SUJIDADE, MATERIAL TERROSO, E DETRITOS DE ANIMAIS OU VEGETAIS, EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	2,70	81,00

MARCÍLIO HENRIQUE ROCHA SANTOS ME; CNPJ: 05.962.794/0001-98					
VALOR TOTAL DA PROPOSTA				**R$ 184.396,30**	
ITEM	QTDE	UNID	OBJETO/ESPECIFICAÇÕES	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
003	200	KG	ABOBRINHA BRASILEIRA. COM TAMANHO MÉDIO, UNIFORME, COR E BRILHO CARACTERÍSTICOS, INTACTAS E FIRMES, BEM DESENVOLVIDAS, SEM FERIMENTOS, LIVRE DE TERRA E OUTROS COMPONENTES ESTRANHOS, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE.	4,95	990,00

004	200	KG	ABACATE DE PRIMEIRA QUALIDADE. DEVE ESTAR COM A CASCA ÍNTEGRA, SEM MANCHAS E AMASSADOS. GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHES PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO MEDIATO E IMEDIATO. NÃO DEVE CONTER SUJIDADES OU CORPOS ESTRANHOS ADERENTES A SUPERFÍCIE DA CASCA. DEVE ESTAR ISENTO DE UMIDADES EXTERNA ANORMAL, ASSIM COMO LIVRES DE RESÍDUOS E FERTILIZANTES.	5,75	1.150,00
005	300	PCT	AÇUCAR PACOTE COM 5 QUILOS. SACAROSE DE CANA DE AÇÚCAR, EMPACOTADO ELETRONICAMENTE, SEM CONTATO MANUAL, EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E MARCA DO FABRICANTE.	14,00	4.200,00
008	100	PCT	AMEIXA PRETA SEM CAROÇO EM EMBALAGEM PLÁSTICA COM PESO DE 200 GRAMAS. OBTIDA DE FRUTAS MADURAS, INTEIRAS, SÃS, LIMPAS E DESIDRATADAS, MACIAS, LIVRE DE FERMENTAÇÕES, MANCHAS OU DEFEITOS. DEVE CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. O PRAZO DE VALIDADE DEVERÁ SER MÍNIMO DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA.	7,90	790,00
009	150	PCT	AMENDOIM TORRADO PACOTE COM 500 GRAMAS. TIPO ÚNICO, GRUPO DESCASCADO, CLASSE MIÚDO, SEM GLÚTEN, EMPACOTADO ELETRONICAMENTE SEM CONTATO MANUAL, EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E MARCA DO FABRICANTE.	8,49	1.273,50
011	40	KG	APRESUNTADO. DE CARNE MISTA, POUCA GORDURA, TEMPERATURA MÁXIMA DE 7º C, RESFRIADO, EMBALAGENS COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E MARCA DO FABRICANTE. PODENDO SER PEDIDO FATIADO OU EM PEDAÇOS.	24,39	975,60
012	10	PCT	ARROZ INTEGRAL LONGO, FINO PACOTES DE 1KG. O PRODUTO NÃO DEVE APRESENTAR MOFO, SUBSTÂNCIAS NOCIVAS, PREPARAÇÃO FINA L DIETÉTICA INADEQUADA (EMPAPAMENTO). EMBALAGEM DEVE ESTAR INTACTA, ACONDICIONADA EM PACOTES DE POLIETILENO, TRANSPARENTE, ATÓXICO. A EMBALAGEM DEVE CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. O PRAZO DE VALIDADE DEVERÁ SER MÍNIMO DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA.	6,42	64,20
013	400	PCT	ARROZ LONGO FINO, TIPO 1, PACOTE COM 5KG. AGULHA, ISENTO DE MATÉRIA TERROSA, PEDRAS, FUNGOS OU PARASITAS, LIVRE DE UMIDADE, COM GRÃOS INTEIROS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE POLIETILENO TRANSPARENTE, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E MARCA DO FABRICANTE.	19,90	7.960,00
017	500	KG	BANANA CATURRA. APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO, EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITOS, LARVAS E SINAIS DE APODRECIMENTO. POLPA FIRME E INTACTA, SEM DANOS FÍSICOS.	6,00	3.000,00
019	50	PCT	BATATA PALHA, EMBALAGEM CONTENDO 900G. COM SABOR, ODOR E TEXTURA CARACTERÍSTICOS DO PRODUTO, DE BOA QUALIDADE, EMBALAGEM TRANSPARENTE, PRIMÁRIA, PRÓPRIA, FECHADA A VÁCUO, CONSTANDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, INCLUSIVE CLASSIFICAÇÃO, MARCA, NOME, ENDEREÇO DO FABRICANTE, A DATA DA FABRICAÇÃO E VALIDADE.	24,00	1.200,00
021	300	KG	BATATA BAROA. TAMANHO MÉDIO, COLORAÇÃO AMARELA, LIVRE DE AMASSADOS, MOFOS, PARTES ESTRAGADAS E SEM BROTAR. GRAU DE AMADURECIMENTO APROPRIADO PARA O CONSUMO.	18,00	5.400,00
022	100	KG	BERINJELA PRIMEIRA QUALIDADE. LISA, FIRME E COMPACTA, ISENTA DE ENFERMIDADES, PARASITAS, LARVAS, MATERIAL TERROSO E SUJIDADES, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE.	5,99	599,00
023	300	KG	BETERRABA. APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS.	6,50	1.950,00
024	30	PCT	BISCOITO ÁGUA E SAL INTEGRAL, EMBALAGEM ENTRE MÍNIMO 400 GRAMAS. INGREDIENTES FARINHA DE TRIGO INTEGRAL, FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, GORDURA VEGETAL (SOJA, PALMA), AMIDO DE MILHO, AÇÚCAR, EXTRATO DE MALTE, SAL, FERMENTO BIOLÓGICO, FERMENTO QUÍMICO BICARBONATO DE SÓDIO (INS 500II), ACIDULANTE ÁCIDO LÁCTICO (INS 270), MELHORADORES DE FARINHA METABISSULFITO DE SÓDIO (INS 223) E PROTEASE (INS 1101I). ISENTO DE GORDURA TRANS. A ROTULAGEM DEVE CONTER AS SEGUINTES INFORMAÇÕES COMO NOME E/OU MARCA, IDENTIFICAÇÃO, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS E PRAZO DE VALIDADE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA.	5,34	160,20
025	150	CX	BISCOITO TIPO CREAM CRACKER CAIXA. PESO APROXIMADO 1.035 ATÉ 1.150 GRAMAS. BISCOITO SALGADO, ISENTO DE GORDURA TRANS, AUSENTE DE BISCOITOS QUEBRADOS. CAIXA COM NOME E/OU MARCA, IDENTIFICAÇÃO, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS E PRAZO DE VALIDADE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA.	19,90	2.985,00
027	10	PCT	BICARBONATO DE SÓDIO, EMBALAGEM CONTENDO 80 GRAMAS. DEVE CONSTAR DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL E INGREDIENTES, PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 4 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA.	2,99	29,90
028	200	UNID	BROCOLIS. DE PRIMEIRA QUALIDADE, CABEÇAS FRESCAS E TENRAS COM COR CARACTERÍSTICA, SEM PARTES ESTRAGADAS, OS PRODUTOS DEVERÃO ESTAR LIMPOS E DE BOA QUALIDADE, SEM DEFEITOS.	10,58	2.116,00
029	100	PCT	CACAU EM PÓ EMBALAGEM DE 1KG. SOLÚVEL, SEM AÇÚCAR, 100% CACAU, COM CARACTERÍSTICAS SENSORIAIS APROPRIADAS AO PRODUTO, SEM GLÚTEN E SEM LACTOSE. EMBALAGEM EM PACOTES DE POLIETILENO ATÓXICO, RESISTENTE. A ROTULAGEM DEVE CONTER AS SEGUINTES INFORMAÇÕES COMO NOME E/OU MARCA, IDENTIFICAÇÃO, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS E PRAZO DE VALIDADE. O PRAZO DE VALIDADE DEVERÁ SER MÍNIMO DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA.	89,90	8.990,00
031	150	PCT	CANJICA DE MILHO BRANCO TIPO 1, PACOTE COM 500G. CONTENDO 80% DE GRÃOS INTEIROS, PREPARADOS COM MATÉRIAS PRIMAS SÃS, LIMPAS, ISENTAS DE MATÉRIAS TERROSAS, PARASITOS E DE DETRITOS ANIMAIS OU VEGETAIS, EMPACOTADO ELETRONICAMENTE SEM CONTATO MANUAL, EMBALAGENS COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E MARCA DO FABRICANTE.	3,49	523,50
034	100	PCT	CANJIQUINHA DE MILHO AMARELA, PACOTE COM APROXIMADAMENTE 500 GRAMAS. PURA, SEM CORANTE E CONSERVANTES, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA ÍNTEGRA, RESISTENTE, CONTENDO INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE VALIDADE MÍNIMA DE 3 MESES APÓS A ENTREGA, LOTE DE FABRICAÇÃO.	2,49	249,00
037	100	PCT	COCO RALADO, SEM AÇÚCAR, EMBALAGEM DE 100 GRAMAS. COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LÍQUIDO. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA.	3,98	398,00
038	90	PCT	CORANTE ALIMENTÍCIO A BASE DE URUCUM PACOTE CONTENDO 1KG. CASEIRO, LIVRE DE SUJIDADES, ADEQUADO PARA O CONSUMO.	11,50	1.035,00
039	1.000	KG	CORTE CONGELADO DE FRANGO (COXA E SOBRECOXA). COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO, SEM MANCHAS E PARASITAS, ACONDICIONADO EM SACO PLÁSTICO POLIETILENO, ATÓXICO, EMBALAGENS COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E MARCA DO FABRICANTE.	10,50	10.500,00
041	150	UNID	COUVE FLOR. PRODUTOS SÃOS, LIMPOS E DE BOA QUALIDADE, SEM DEFEITOS, COM FOLHAS VERDES, SEM TRAÇOS DE DESCOLORAÇÃO E TURGESCÊNCIA (INCHAÇO), INTACTAS, FIRMES E BEM DESENVOLVIDAS.	11,51	1.726,50
042	150	UNID	CREME DE LEITE EMBALAGEM COM 200 GRAMAS. CONTENDO CREME DE LEITE, LEITE EM PÓ DESNATADO, ESPESSANTES CELULOSES MICROCRISTALINOS E CARRAGENADO, ESTABILIZANTE, CITRATO DE SÓDIO, EMBALAGENS COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E MARCA DO FABRICANTE.	2,99	448,50
044	20	PCT	FARINHA DE ARROZ, EMBALAGEM DE 1KG. SEM GLÚTEN, COM COR, ODOR, SABOR E TEXTURA CARACTERÍSTICOS. SACO PLÁSTICO, HERMETICAMENTE SELADO, ATÓXICO, RESISTENTE, ROTULADO, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NO RÓTULO DEVERÁ CONSTAR OS INGREDIENTES, VALOR NUTRICIONAL, PESO, FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO. A VALIDADE DEVERÁ SER MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA.	10,67	213,40
046	40	PCT	FARINHA DE LINHAÇA EMBALAGEM DE 200 GRAMAS. DOURADA, ISENTA DE PARASITAS E LARVAS EM EMBALAGEM DE POLIETILENO ATÓXICO, RESISTENTE, DEVE CONTER DATA DE FABRICAÇÃO,	9,94	397,60

			DATA DE VALIDADE E NÚMERO DO LOTE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA.		
047	300	PCT	FARINHA DE MANDIOCA TORRADA, EMBALAGEM DE 1KG. SECA, FINA, TIPO 1, ISENTA DE MATÉRIA TERROSA, PARASITOS E LARVAS, SEM FERMENTAÇÃO OU RANÇO, SEM BOLORES OU LEVEDURAS, EM EMBALAGEM DE POLIETILENO ATÓXICO, RESISTENTE. A EMBALAGEM DEVE CONTER DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE E NÚMERO DO LOTE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA.	5,48	1.644,00
051	450	PCT	FARINHA DE TRIGO SEM FERMENTO EMBALAGEM COM 1KG. OBTIDO PELA MOAGEM EXCLUSIVA DO GRÃO DE TRIGO, ISENTO DE TERRA, SEM UMIDADE, COM ASPECTO DE PÓ FINO E BRANCO, COM CHEIRO E SABOR PRÓPRIO, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE.	3,99	1.795,50
052	50	PCT	FARINHA DE ROSCA, CONTENDO NO MÍNIMO 500 GRAMAS. PRODUTO OBTIDO PELA MOAGEM DE PÃES TORRADO LIMPOS. EMBALAGEM PRIMÁRIA PLÁSTICA ATÓXICA, RÓTULO CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, TABELA NUTRICIONAL, PESO, FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, N.º LOTE. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 6 (SEIS) MESES, A PARTIR DA DATA DA ENTREGA.	5,99	299,50
053	100	PCT	FARINHA DE TAPIOCA SUBGRUPO GRANULADA, TIPO 1, EMBALAGEM DE 500 GRAMAS. EMBALAGEM SACO PLASTICO DE POLIETILENO TRANSPARENTE, ATÓXICO, INVIOLÁVEL E RESISTENTE, QUE GARANTAM A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DO CONSUMO, DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE, QUANTIDADE DO PRODUTO. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	3,98	398,00
055	400	PCT	FEIJÃO PRETO PACOTE CONTENDO 1KG. NÃO CONTÉM GLÚTEN, LIVRE DE MATÉRIA TERROSA, PEDRAS, FUNGOS OU PARASITAS, LIVRE DE UMIDADE, COM GRÃOS INTEIROS, EMBALAGEM CONTENDO MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE DO PRODUTO.	7,00	2.800,00
056	300	UNID	FERMENTO BIOLÓGICO, SECO, GRANULADO, INSTANTÂNEO, EMBALAGEM CONTENDO 10G. COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E MARCA DO FABRICANTE.	1,50	450,00
058	250	PCT	FUBÁ EMBALAGEM CONTENDO 1KG. FINO, LIVRE DE SUJIDADES, EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE POLIETILENO TRANSPARENTE, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E MARCA DO FABRICANTE.	3,20	800,00
059	300	KG	GOIABA VERMELHA DE 1ª QUALIDADE. COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO, COM POLPAS FIRMES E INTACTAS, TAMANHOS E COLORAÇÕES UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDAS E MADURAS. ISENTA DE ENFERMIDADES, MATERIAL TERROSO, UMIDADE EXTERNA ANORMAL, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS, ORIUNDO DE MANUSEIO E TRANSPORTE. EMBALAGEM PLÁSTICA CONTENDO ETIQUETA COM A IDENTIFICAÇÃO E PESO DO PRODUTO.	8,46	2.538,00
060	50	PCT	GRANOLA EMBALAGEM CONTENDO 1KG. A EMBALAGEM DEVERÁ SER DE POLIETILENO ATÓXICO E DEVERÁ CONTER RÓTULO COM IDENTIFICAÇÃO DOS INGREDIENTES, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, FORNECEDOR, PESO, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. INGREDIENTES AVEIA, GERME DE TRIGO, UVA PASSA, FIBRA DE TRIGO, FLOCOS DE ARROZ, FLOCOS DE MILHOS E CASTANHA DO PARÁ. NÃO CONTER AÇÚCAR. VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	21,90	1.095,00
062	100	UNID	IOGURTE NATURAL INTEGRAL, EMBALAGEM 170G. SEM SABOR, SEM CORANTE, CONTENDO APENAS LEITE PASTEURIZADO INTEGRAL E OU LEITE RECONSTITUÍDO INTEGRAL E FERMENTO LÁCTEO.	4,99	499,00
064	100	UNID	IOGURTE DIET APRESENTAÇÃO COPOS DE 90G CADA COM TAMPA DE ALUMÍNIO. INGREDIENTES LEITE DESNATADO PASTEURIZADO, FERMENTO LÁCTEO, ESTABILIZANTE PECTINA, EDULCORANTE GLICOSÍDEOS DE ESTEVIOL (STEVIA). EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E MARCA DO FABRICANTE.	1,65	165,00
065	50	UNID	IOGURTE ZERO LACTOSE EMBALAGEM ACIMA DE 120 GRAMAS. INTEGRAL SEM LACTOSE, SABORES DIVERSOS. NO SEU RÓTULO DEVERÁ CONTER INFORMAÇÕES SOBRE GLÚTEN E LACTOSE, TABELA NUTRICIONAL, NÚMERO DE LOTE, DATA DE VALIDADE E NÚMERO DO REGISTRO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA/MS, SENDO O PRODUTO ESPECÍFICO PARA DIETAS COM RESTRIÇÕES DE LACTOSE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	4,75	237,50
066	50	BEM	KIWI DE PRIMEIRA QUALIDADE, TAMANHO MÉDIO, INTEIRO, EMBALAGEM COM 500 GRAMAS. SEM PEDÚNCULO, SADIO, SEM RUPTURAS OU PANCADAS NA CASCA, FIRME, LIMPA, ISENTA DE UMIDADE EXTERNA ANORMAL E COM GRAU DEMATURAÇÃO CAPAZ DE SUPORTAR SATISFATORIAMENTE O TRANSPORTE.	16,90	845,00
069	5.000	UNID	LEITE INTEGRAL UHT. INGREDIENTES LEITE INTEGRAL, ESTABILIZANTE CITRATO DE SÓDIO E MISTURA DE ESTABILIZANTES PARA LEITE UHT (TRIFOSFATO DE SÓDIO, MONOFOSFATO DE SÓDIO E DIFOSFATO DE SÓDIO), VALOR ENERGÉTICO 565 KCAL, CARBOIDRATO 44G, PROTEÍNA 30G, GORDURAS TOTAIS 30G, GORDURAS SATURADAS 20G, GORDURAS TRANS 0G, FIBRA ALIMENTAR 0G, SÓDIO 690MG, CÁLCIO 1150MG. CAIXAS DE 1000ML, FONTE NATURAL DE PROTEÍNAS E CÁLCIO, MANTENDO TODAS AS CARACTERÍSTICAS NATURAIS DO LEITE IN NATURA, INCLUSIVE TEOR DE GORDURA. DEVERÁ CONSTAR NA EMBALAGEM DO PRODUTO, TABELA DE INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E OU/ MINISTÉRIO DA SAÚDE, VALIDADE MÍNIMA DE 120 DIAS NO ATO DA ENTREGA, PODENDO FICAR ARMAZENADO EM TEMPERATURA AMBIENTE.	5,99	29.950,00
070	50	UNID	LEITE UHT DESNATADO. INGREDIENTES LEITE DESNATADO E ESTABILIZANTES CITRATO DE SÓDIO, TRIFOSFATO DE SÓDIO, MONOFOSFATO DE SÓDIO E DIFOSFATO DE SÓDIO. COM VALOR NUTRICIONAL PARA A PORÇÃO DE 200ML DE APROXIMADAMENTE 64KCAL, 10G DE CARBOIDRATO, 6,0G DE PROTEÍNA, 0 DE GORDURAS TOTAIS, 0 DE GORDURAS SATURADAS, 0 DE GORDURAS TRANS, 0 DE FIBRA ALIMENTAR, 120MG DE SÓDIO, 240MG DE CÁLCIO. EMBALAGEM TETRA PAK COM CAPACIDADE PARA 1 LITRO, MANTER TODAS AS CARACTERÍSTICAS NATURAIS DO LEITE IN NATURA. DEVERÁ CONSTAR NA EMBALAGEM DO PRODUTO, TABELA DE INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E OU/ MINISTÉRIO DA SAÚDE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA PODENDO FICAR ARMAZENADO EM TEMPERATURA AMBIENTE.	7,50	375,00
072	200	KG	LIMÃO. FRESCO, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA, SEM RACHADURAS, ISENTA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS.	4,31	862,00
075	1.500	KG	MAÇÃ DE PRIMEIRA IN NATURA VERMELHA. APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS.	9,00	13.500,00
076	400	PCT	MACARRAO FINO CORTADO 1KG. EMPACOTADO ELETRONICAMENTE SEM CONTATO MANUAL, EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, MARCA DO FABRICANTE E PRAZO DE VALIDADE.	5,99	2.396,00
077	50	PCT	MACARRÃO TIPO ESPAGUETE DE ARROZ, EMBALAGEM COM 500 GRAMAS. INGREDIENTES FARINHA DE ARROZ, CORANTES NATURAIS CÚRCUMA, URUCUM E EMULSIFICANTES E471. NÃO CONTEM GLÚTEN, OVOS E SOJA. EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, RÓTULO COM INGREDIENTES, VALOR NUTRICIONAL, PESO, FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA.	8,99	449,50
078	20	PCT	MACARRÃO TIPO ESPAGUETE INTEGRAL, EMBALAGEM COM 500 GRAMAS. A BASE DE OVOS E FARINHA INTEGRAL. COMPOSTO DE MATÉRIA - PRIMA DE PRIMEIRA QUALIDADE, SÃS E LIMPAS, ISENTAS DE MATERIAL TERROSO E PARASITAS. EMBALAGEM PLÁSTICO ATÓXICO E TRANSPARENTE COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, RÓTULO COM INGREDIENTES, VALOR NUTRICIONAL, PESO, FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA.	7,96	159,20
080	100	PCT	MACARRÃO TIPO PARAFUSO EMBALAGEM DE 1KG. COMPOSTO POR SÊMOLA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, OVOS E CORANTE NATURAL DE URUCUM. FABRICADA A PARTIR DE MATÉRIA PRIMA SELECIONAOS. EMBALADOS EM PLÁSTICO ATÓXICO, TRANSPARENTE COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, RÓTULO COM INGREDIENTES, VALOR NUTRICIONAL, PESO, FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA.	5,99	599,00

081	50	PCT	MASSA PARA LASANHA COM OVOS, PACOTES COM CAPACIDADE MÍNIMA 500 GRAMAS. INGREDIENTES MISTURA À BASE DE FARINHA DE TRIGO COMUM ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO E/OU SÊMOLA/SEMOLINA DE TRIGO, CORANTES NATURAIS URUCUM E/OU CÚRCUMA. UMIDADE MÁXIMA DE 13%. DEVERÁ SER DO TIPO PRÉ-COZIDA. NÃO DEVE CONTER CORANTES ARTIFICIAIS. NÃO DEVERÁ APRESENTAR SUJIDADE, BOLOR, MANCHAS OU FRAGILIDADE À PRESSÃO DOS DEDOS. EMBALAGEM PRIMÁRIA SACOS DE POLIPROPILENO, TERMOSSOLDADO, PACOTES PODENDO APRESENTAR EMBALAGEM SECUNDÁRIA DE PAPEL CARTONADO COM A DEVIDA ROTULAGEM. DATA DE FABRICAÇÃO MÁXIMO DE 60 DIAS ANTERIORES AO ATO DA ENTREGA.	8,99	449,50
082	800	KG	MAMAO FORMOSO. APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. CASCA LISA SEM FERIMENTOS OU DEFEITOS FÍSICOS.	7,49	5.992,00
086	100	UNID	MANTEIGA COM SAL DE PRIMEIRA QUALIDADE, EMBALAGEM CONTENDO 500 GRAMAS. INGREDIENTE OBRIGATÓRIO CREME DE LEITE PASTEURIZADO OBTIDO À PARTIR DO LEITE DE VACA. CONSISTÊNCIA SÓLIDA, PASTOSA, À TEMPERATURA DE 20ºC, TEXTURA LISA E UNIFORME, SEM MANCHAS OU PONTOS DE COLORAÇÃO, SABOR SUAVE, CARACTERÍSTICO, SEM ODOR E SABOR ESTRANHO.	20,00	2.000,00
087	100	UNID	MARGARINA EMBALAGEM CONTENDO 500 GRAMAS. COM ÓLEO INTERESTERIFICADO, COM SAL, (65% DE LIPÍDEOS) O PRODUTO DEVE CONTER BASICAMENTE ÓLEOS, E OU/ GORDURAS DE ORIGEM ANIMAL E OU/ VEGETAL, LEITE E OU/ SEUS CONSTITUINTES E DERIVADOS, ÁGUA, VITAMINA A E CORANTES NATURAIS. O PRODUTO DEVERÁ SER OBTIDO ATRAVÉS DO PROCESSO DE FORMAÇÃO DA EMULSÃO ENTRE OS INGREDIENTES, PODENDO SER ADICIONADO DE OUTROS INGREDIENTES DESDE QUE NÃO DESCARACTERIZE O PRODUTO. CARACTERÍSTICAS SENSORIAIS NORMAL OU CARACTERÍSTICO E SEM QUEBRA DE EMULSÃO. CARACTERÍSTICAS FÍSICO QUÍMICAS 0% DE GORDURA TRANS, TEOR DE GORDURA (%) ATÉ 65%, TEOR DE UMIDADE (%) MAIOR OU IGUAL A 10 E MENOR OU IGUAL A 90. EMBALAGENS EM POTES PLÁSTICOS CONTENDO 500G DE PRODUTO, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, RÓTULO COM INGREDIENTES, VALOR NUTRICIONAL, PESO, FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, COM VALOR NUTRICIONAL PARA A PORÇÃO. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E/OU AGRICULTURA. VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA.	6,99	699,00
089	1.200	KG	MELÃO DE PRIMEIRA QUALIDADE. AMARELO, CASCA SÃ, FIRME, SEM RACHADURAS, SEM DANOS FÍSICOS OU MECÂNICOS, DEVENDO ESTAR BEM DESENVOLVIDOS E MADUROS E APRESENTAR 80 A 90% DE MATURAÇÃO.	7,88	9.456,00
091	150	PCT	MILHO DE PIPOCA PREMIUM, EMBALAGEM CONTENDO 500G. CLASSE AMARELO, GRUPO DURO, TIPO 1. RÓTULO COM INFORMAÇÃO NUTRICIONAL DATA DE VALIDADE E LOTE.	3,59	538,50
092	100	BAND	MORANGO IN NATURA, BANDEJA COM APROXIMADAMENTE 400 GRAMAS. FRUTA BEM DESENVOLVIDA, BASTANTE FIRME, COM MATURAÇÃO APROPRIADA, INTEIRA, SEM FERIMENTOS, LIVRE DE PRAGAS E DOENÇAS E MUNIDA DE CÁLICE E PEDÚNCULO VERDE. SEM SINAIS DE FUNGOS OU APODRECIMENTO. O PRODUTO DEVERÁ SER TRANSPORTADO E ENTREGUE EM BANDEJAS, ENVOLTAS EM PLÁSTICO TRANSPARENTE, ÍNTEGRO, VIRGEM, SEM RESÍDUOS TÓXICOS E COM COMPROVAÇÃO DA QUANTIDADE E DA UNIDADE DE ENTREGA.	15,00	1.500,00
094	10	UNID	ÓLEO DE GIRASSOL EMBALAGEM DE 900ML. REFINADO, 100% NATURAL, NÃO DEVE APRESENTAR CHEIRO FORTE E INTENSO, VOLUME INSATISFATÓRIO, MISTURA DE OUTROS ÓLEOS. NÃO CONTEM SOJA. EMBALAGENS NÃO AMASSADAS RESISTENTES, QUE GARANTAM A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DO CONSUMO. A EMBALAGEM DEVE CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA.	15,50	155,00
099	650	KG	PAO DE SAL. OBTIDO PELO AMASSAMENTO E COZIMENTO DE MASSA PREPARADA OBRIGATORIAMENTE COM FARINHA DE TRIGO, SAL (CLORETO DE SÓDIO) E ÁGUA, QUE SE CARACTERIZA POR APRESENTAR CASCA CROCANTE DE COR UNIFORME CASTANHO-DOURADA E MIOLO DE COR BRANCO-CREME DE TEXTURA E GRANULAÇÃO FINA NÃO UNIFORME.	15,99	10.393,50
100	300	KG	PAO DE DOCE. OBTIDO PELA COCÇÃO, EM CONDIÇÕES TECNOLOGICAMENTE ADEQUADAS, DE UMA MASSA FERMENTADA, PREPARADA COM FARINHA DE TRIGO E OU OUTRAS FARINHAS QUE CONTENHAM NATURALMENTE PROTEÍNAS FORMADORAS DE GLÚTEN OU ADICIONADAS DAS MESMAS E ÁGUA, PODENDO CONTER OUTROS INGREDIENTES.	15,99	4.797,00
101	150	KG	PEPINO FRESCO. SEM FERIMENTOS, SUPERFÍCIE LISA, FIRME, SEM RUGAS, BEM FORMADO, NA COR VERDE. NÃO PODE SE APRESENTAR AMOLECIDO, BROCADO, COM MANCHAS AMARELAS NA PARTE SUPERIOR. LIVRE DE TERRA E OUTROS COMPONENTES ESTRANHOS, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE. APRESENTANDO GRAU DE EVOLUÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO, EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO.	6,99	1.048,50
102	350	KG	PÊRA FRUTA DE BOA QUALIDADE, CASCA SÃ, SEM FERIMENTOS, FIRMES. COM GRAU DE MATURAÇÃO ADEQUADO PARA SERVIR.	13,00	4.550,00
105	600	PCT	POLVILHO AZEDO PACOTE COM 1KG. NÃO CONTEM GLUTEN, EMBALAGENS COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E MARCA DO FABRICANTE.	8,30	4.980,00
107	250	PCT	QUEIJO RALADO TIPO PARMESÃO, EMBALAGEM CONTENDO 50 GRAMAS. COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E MARCA DO FABRICANTE.	6,49	1.622,50
110	200	KG	REPOLHO. APRESENTANDO GRAU DE EVOLUÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO, LIVRE DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS, EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO.	6,15	1.230,00
111	100	KG	REPOLHO ROXO. FOLHAS ÍNTEGRAS, SEM MANCHAS OU DEFORMAÇÕES, COM ROXO INTENSO.	8,99	899,00
113	100	UNID	SARDINHA EM CONSERVA, EMBALAGEM EM LATA DE 125G. CONTENDO DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E MARCA DO FABRICANTE, A LATA DEVERÁ APRESENTAR REVESTIMENTO INTERNO APROPRIADO, VEDADA, ISENTA DE FERRUGEM E SUBSTÂNCIAS NOCIVAS.	6,85	685,00
114	30	PCT	SEMENTE DE GERGELIM BRANCO, EMBALAGEM CONTENDO 150 G. DEVE ESTAR INTACTA BEM VEDADA, EM PACOTES OU POTES POLIETILENO. NA EMBALAGEM DEVE CONSTAR DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL E INGREDIENTES, PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 4 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA.	8,99	269,70
115	100	EMB	TAMARA JUMBO, SEM CAROÇO, COR AVERMELHADA, EMBALAGEM PLÁSTICA. DE APROXIMADAMENTE 500 GRAMAS, POLPA FIBROSA, COM TEXTURA CARNUDA E SUCULENTA. EMBALAGEM CONTENDO INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, LISTA DE INGREDIENTES, MODO DE CONSERVAÇÃO, DATA OU PRAZO DE VALIDADE E LOTE DE FABRICAÇÃO. PRODUTO 100 % NATURAL SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR, ADOÇANTE OU CONSERVANTE.	49,90	4.990,00
117	30	PCT	TORRADA INTEGRAL, EMBALAGEM CONTENDO 120 GRAMAS. INGREDIENTES FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO FARINHA DE TRIGO INTEGRAL, GORDURA VEGETAL, AÇÚCAR, SAL, EXTRATO DE MALTE, AÇÚCAR INVERTIDO, POLIDEXTROSE, AMIDO, FÉCULA DE MANDIOCA, EMULSIFICANTES LECITINA DE SOJA E ESTEAROIL LACTILATO DE CÁLCIO, ESPESSANTE CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA E MELHORADOR DE FARINHA ÁCIDO ASCÓRBICO. SEM ADIÇÃO DE GORDURA TRANS. A EMBALAGEM DEVE CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA.	5,40	162,00
119	200	PCT	UVA PASSA CLARA/BRANCA, DESIDRATADA, PACOTE CONTENDO APROXIMADAMENTE 100 GRAMAS. SEM SEMENTE, SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR. COR, SABOR, ODOR E ASPECTOS CARACTERÍSTICOS. A EMBALAGEM DEVE CONTER INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE MÍNIMA DE TRÊS MESES A PARTIR DA DATA DE CADA ENTREGA, SAC, LOTE.	12,90	2.580,00
120	50	BEM	UVA SEM SEMENTE FRESCA, EMBALAGEM CONTENDO 500 GRAMAS. AROMA E COR DA ESPÉCIE, GRAU DE MATURAÇÃO ADEQUADA. ACONDICIONADA EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA.	10,45	522,50
121	150	KG	VAGEM FRESCA. SEM FERIMENTOS, APRESENTANDO GRAU DE EVOLUÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO, EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO.	22,23	3.349,50
123	100	PCT	FLOCOS DE MILHO PRE-COZIDO, PACOTE CONTENDO 500 GRAMAS. 100% NATURAL ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO. EMBALAGEM SACO DE PAPEL RESISTENTE, APRESENTANDO	3,45	345,00

			COMPOSIÇÃO NUTRICIONAL, PROCEDÊNCIA E DATA DE VALIDADE.		

SILVIA BERTOLINA BORGES GONÇALVES ME; CNPJ: 11.237.437/0001-60					
VALOR TOTAL DA PROPOSTA				**R$ 74.002,50**	
ITEM	QTDE	UNID	OBJETO/ESPECIFICAÇÕES	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
032	2.250	KG	CARNE BOVINA DE SEGUNDA FRESCA. MOÍDA OU INTEIRA, SEM PELANCA, SEM GORDURA, SEM CEBO, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO. O PRODUTO DEVERÁ SER EMBALADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA FLEXÍVEL, ATÓXICA, RESISTENTE E TRANSPARENTE, EM PACOTES DE 1KG. O PRODUTO DEVERÁ SER ROTULADO DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE. NO RÓTULO DA EMBALAGEM DEVERÃO ESTAR IMPRESSAS DE FORMA CLARA E INDELÉVEL AS SEGUINTES INFORMAÇÕES IDENTIFICAÇÃO DA ORIGEM, IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO PRODUTO, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, PRAZO MÁXIMO DE CONSUMO, TEMPERATURA DE ESTOCAGEM, ARMAZENAMENTO E CONSERVAÇÃO, PESO LÍQUIDO, CONDIÇÕES DE ARMAZENAMENTO E NÚMERO DE REGISTRO DO PRODUTO EM ÓRGÃO COMPETENTE DE INSPEÇÃO SANITÁRIA.	32,89	74.002,50

Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Rio Preto, 26 de agosto de 2026.

DILSON DE FÁTIMA MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gleisimara Helida Lopes França
Código Identificador:44D17466

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
EXTRATO DO TERMO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL - CONTRATO Nº 088/2026 PARAÍSO TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTDA

Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso – MG. **Extrato do Termo de Alteração Contratual**. Pregão Eletrônico nº 002/2026, Processo nº 225/2026, Contrato Administrativo nº 088/2026. **Objeto do Processo**: CONTRATAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR RURAL, COM VEÍCULO PRÓPRIO DEVIDAMENTE CARACTERIZADO, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE VEÍCULOS CONFIGURADOS E APTOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR COM MOTORISTAS DEVIDAMENTE HABILITADOS, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, COM POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO POR 60 (SESSENTA) MESES, COM ITENS EXCLUSIVOS PARA ME, EPP E MEI E ITENS DE LIVRE PARTICIPAÇÃO. **Alteração (reequilíbrio):** Nos termos do artigo 124, inciso II, alínea "d", combinado com o artigo 134 da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas posteriores alterações, altera-se o valor do serviço por intermédio do mencionado contrato, firmados mediante o Pregão Eletrônico nº 002/2026, em razão do **Reequilíbrio Econômico-Financeiro**, ficando da seguinte forma:

Cód.	**Quantidade Remanescente (KM)**	**Descrição Parcial**	**Valor Atual**	**Valor Unitário Reequilibrado**	**Percentual do Reequilíbrio**	**Valor Total do Reequilíbrio**
37804	50.000	SERVIÇO DE TRANSP. ESCOLAR 39A	R$ 3,890	R$ 3,910	0,514%	R$ 1.000,00
Valor Total do Reequilíbrio Econômico-Financeiro ao Contrato nº 088/2026						**R$ 1.000,00**

O valor total do Reequilíbrio Econômico-Financeiro está estimado em R$ 1.000,00 (um mil reais), correspondente ao acréscimo incidente sobre o valor atualizado do Contrato nº 088/2026, produzindo seus efeitos a partir de **01 de Julho de 2026**.

Em favor do Contratado **PARAÍSO TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTDA.**

Contratante: Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso/MG.

LUCAS CÂNDIDO OLIVEIRA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.
Gerenciador do Contrato.

São Sebastião do Paraíso-MG, 01 de Julho de 2026.

Publicado por:
Sabrina Alves Lovo
Código Identificador:7B8E0683

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE TRÊS PONTAS

PREFEITURA DE TRÊS PONTAS
EXTRATO DE 1º TERMO DE PRORROGAÇÃO E REAJUSTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 282/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 53/2025 – PROCESSO N.º 113/2025
Partes: Município de Três Pontas/MG e NM Licitacoes Ltda., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 52.339.425/0001-23.
Objeto: Prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços nº 282/2025, referente ao registro de preços para a aquisição de fórmulas alimentares infantis e dieta enteral, destinados ao cumprimento de sentenças judiciais e à distribuição gratuita pela Secretaria Municipal de Saúde, com o objetivo de assegurar suporte nutricional adequado aos pacientes em situação de vulnerabilidade.
Prorrogação: Fica prorrogado o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços nº 282/2025 por mais 01 (um) ano, com termo final em 25 de agosto de 2027.

Reajuste: Em decorrência da prorrogação e considerando as disposições da Cláusula Quarta da Ata de Registro de Preços nº 282/2025, bem como a variação acumulada do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo no período compreendido entre o mês de apresentação da proposta e os 11 (onze) meses subsequentes, os valores passam a vigorar conforme abaixo:

ITEM	QUANT	UN	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO REAJUSTADO
27	200	UN	6881	COMPLEMENTO ALIMENTAR SUPLEMENTO/ COMPLEMENTO, ALIMENTAR EM PO ENRIQUECIDO COM VITAMINAS E MINERAIS PARA ADULTOS, COM SACAROSE. APRESENTAÇÃO EM LATA DE 400G. MARCA E FABRICANTE DE REFERENCIA: IGUAL OU SUPERIOR A SUSTEMIL – NUTRICIUM	SUSTEMIL 400G NUTRICIUM	R$29,65	R$ 31,03
30	500	LT	79224	COMPLEMENTO ALIMENTAR: INDICADO PARA PESSOAS SAUDÁVEIS EM SITUAÇÕES DE MAIOR DEMANDA ENERGÉTICO - PROTEICA. EM PÓ. FONTE PROTEICA LÁCTEA. ENRIQUECIDO COM FIBRAS PRÉBIOTICAS (FOS/INULINA). SEM ADIÇÃO DE AÇUCARES. DE FÁCIL HOMOGENEIZAÇÃO, SEM NECESSIDADE DE INSTRUMENTOS. NA EMBALAGEM DE FABRICAÇÃO DEVERÁ CONTER O Nº DO LOTE E DATA DE VALIDADE, SENDO DATA DE VALIDADE MÍNIMA NÃO INFERIOR A 180 DIAS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. APROVADO PELA ANVISA.MARCA E FABRICANTE DE REFERÊNCIA: IGUAL OU SUPERIOR A NUTRIDRINK PROTEIN (DANONE),NUTREN JUST PROTEIN (NESTLE), ENSURE (ABBOTT), NUTREN SÊNIOR (NESTLÉ), NUTRICIA FORTIFIT PRO (DANONE),BIOSEN NUTRIR (NUTRISENIOR), SUPRA SÊNIOR (KLEY HERTZ), MEGAMIX ADVANCE (EREMIX)	BEMVITAL SÊNIOR 45+ 370G NUTRICIUM	R$45,19	R$ 47,29

Data: 25 de agosto de 2026.

Publicado por:
Gabriela Felix Santos
Código Identificador:A1A17A46

PREFEITURA DE TRÊS PONTAS
EXTRATO DE 1º TERMO DE PRORROGAÇÃO E REAJUSTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 276/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 53/2025 – PROCESSO N.º 113/2025
Partes: Município de Três Pontas/MG e 3ev Comercio de Dietas e Suplementos Ltda**.,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 51.020.411/0001-80.
Objeto: Prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços nº 276/2025, referente ao registro de preços para a aquisição de fórmulas alimentares infantis e dieta enteral, destinados ao cumprimento de sentenças judiciais e à distribuição gratuita pela Secretaria Municipal de Saúde, com o objetivo de assegurar suporte nutricional adequado aos pacientes em situação de vulnerabilidade.
Prorrogação: Fica prorrogado o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços nº 276/2025 por mais 01 (um) ano, com termo final em 25 de agosto de 2027.
Reajuste: Em decorrência da prorrogação e considerando as disposições da Cláusula Quarta da Ata de Registro de Preços nº 276/2025, bem como a variação acumulada do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo no período compreendido entre o mês de apresentação da proposta e os 11 (onze) meses subsequentes, os valores passam a vigorar conforme abaixo:

ITEM	QUANT	UN	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO REAJUSTADO
1	600	LT	47406	NUTREN JUNIOR (RF)ALIMENTO PARA SUPLEMENTAÇÃO DE NUTRIÇÃO ENTERAL OU ORAL, NORMOCALÓRICO (NA DILUIÇÃO PADRÃO). INDICADO PARA CRIANÇAS DE 1 A 10 ANOS DE IDADE, SEM PROBLEMAS DE ABSORÇÃO E QUE NECESSITAM DE NUTRIÇÃO ADEQUADA PARA RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL: INADEQUAÇÃO ALIMENTAR ASSOCIADA OU NÃO A DIVERSAS SITUAÇÕES CLÍNICAS; DÉFICIT DE CRESCIMENTO E BAIXO PESO; DESNUTRIÇÃO; INTOLERÂNCIA À LACTOSE. DENSIDADE CALÓRICA: 1,0 KCAL/ML. PROTEÍNAS: 50% PROTEÍNA DO SORO DO LEITE DE VACA 50% CASEINATO DE CÁLCIO OBTIDO DO LEITE DE VACA CARBOIDRATO: 86% MALTODEXTRINA 14% SACAROSE GORDURAS: 29% ÓLEO DE MILHO 25% TCM 25% ÓLEO DE CANOLA COM BAIXO TEOR ERÚCICO 21% OLEÍNA DE PALMA. OSMOLALIDADE DA FÓRMULA: 356 MOSM/KG DE ÁGUA OSMOLARIDADE DA FÓRMULA: 305 MOSM/L DE ÁGUA. SABOR: BAUNILHA /NÃO CONTÉM GLÚTEN / APRESENTAÇÃO LATA DE 400 G. MARCA E FABRICANTE: NUTREN JUNIOR – NESTLE; DETERMINAÇÃO JUDICIAL: AUTOS Nº 6742-95.2019, AUTOS Nº 3461-05.2017.	NESTLE	R$53,32	R$ 55,79
2	10.000	CX	51182	ISOSOURCE 1.5 (RF) DIETA ENTERAL, ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO USO: ENTERAL OU ORAL. COMPONENTES ADICIONAIS: AA'S, VIT., MINERAIS. CARACTERÍSTICAS: HIPERCALÓRICA, NORMOPROTEICA. FONTE DE PROTEÍNA: CASEINATO E/OU PTN SOJA E/OU SORO LEITE. FONTE DE CARBOIDRATO: MALTODEXTRINA. FONTE DE LIPÍDIOS: ÓLEOS VEG. E/OU TCM E/OU LEC. SOJA. CARACTERÍSTICAS. ADICIONAIS: ISENTO GLÚTEN, LACT., SACAROSE. SABOR: C/ OU S/ SABOR. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: DENSIDADE CALÓRICA DE 1.5KCAL/ML E PROTÉICA MÍNIMA DE 17% COM PRESENÇA DE MIX DE FIBRAS E NO MÍNIMO 8G/L. PRODUTO APRESENTADO E EMBALAGEM DE UM LITRO. MARCA E FABRICANTE: ISOSOURCE 1.5; NESTLÉ; DETERMINAÇÃO JUDICIAL: AUTOS Nº 5003186-92.2022.8.13.0694	NESTLE	R$29,95	R$ 31,34
5	500	CX	52079	NOVASOURCE PROLINE 200ML (RF) SUPLEMENTO NUTRICIONAL LIQUIDO ORAL E OU ENTERAL, INDICADA PARA CICATRIZAÇÃO DE ÚLCERAS POR PRESSÃO OUTRAS SITUAÇÕES QUE EXIJAM ESTÍMULO DA CICATRIZAÇÃO. HIPERPROTEICA COM ATÉ 20G DE PROTEÍNA POR PORÇÃO; COM KCAL/ML: 1,09 A 1,4; ACRESCIDO DE ARGININA, PROLINA E DE MICRONUTRIENTES RELACIONADOS À CICATRIZAÇÃO (ZINCO, SELÊNIO, VITAMINAS A, C E E). ISENTA GLÚTEN E SACAROSE. SABOR CHOCOLATE. APRESENTAÇÃO EMBALAGEM DE 200 ML. MARCA E FABRICANTE: NOVASOURCE PROLINE; NESTLE, DETERMINAÇÃO JUDICIAL: AUTOS Nº 3770-21.2020	NESTLE	R$20,00	R$ 20,93
10	300	LT	56515	SUPLEMENTO ALIMENTAR THICKENUP LATA 125 GRS ESPESSANTE INSTANTÂNEO PARA ALIMENTOS LÍQUIDOS E SEMISSÓLIDOS FRIOS OU QUENTES, SEM SABOR, ISENTO DE LACTOSE, SACAROSE,	NESTLE	R$70,00	R$ 73,25

				TRAÇOS DE GLÚTEN, COM COLHER MEDIDA. APRESENTAÇÃO EM LATA DE 125 G. MARCA E FABRICANTE: THICKEN-UP CLEAR; NESTLE. DETERMINAÇÃO JUDICIAL: AUTOS Nº 3461-05.2017.8.13.0694, AUTOS Nº 0694.16.002020-2			
11	500	UN	75592	FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES DE 0 A 6 MESES - LT 800G. FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES 1 DE 0 A 6 MESES DE VIDA. PRESENTAÇÃO EM LATA DE 800 G. MARCA E FABRICANTE DE REFERÊNCIA: IGUAL OU SUPERIOR A APTAMIL PREMIUM I; DANONE	NESTLE	R$53,00	R$ 55,46
12	300	UN	3692	LEITE EM PO 1 FÓRMULA DE 1 A 3 ANOS, COM UMA COMBINAÇÃO EXCLUSIVA DE FIBRAS, RICA EM VITAMINAS E MINERAIS QUE AJUDA A COMPLEMENTAR A ALIMENTAÇÃO, FORTALECER AS DEFESAS NATURAIS DAS CRIANÇAS E CONTRIBUI PARA O FUNCIONAMENTO ADEQUADO DO INTESTINO. APRESENTAÇÃO EM LATA DE 800 G. MARCA E FABRICANTE DE REFERÊNCIA: IGUAL OU SUPERIOR A NINHO FASES I; NESTLE	NESTLE	R$33,13	R$ 34,67
15	400	UN	48727	DIETA PEDIÁTRICA I FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES A PARTIR DO 6º MÊS - COM PROBIÓTICOS (GOS/FOS), DHA E ARA, E NUCLEOTÍDEOS. APRESENTAÇÃO EM LATA DE 800G. MARCA E FABRICANTE DE REFERÊNCIA: IGUAL OU SUPERIOR A APTAMIL PREMIUM II; DANONE	NESTLE	R$54,00	R$ 56,51
16	200	UN	48721	DIETA ADULTO VI COMPLEMENTO ALIMENTAR EM PÓ, ADICIONADO DE VITAMINAS E MINERAIS E FONTE DE PROTEÍNA. INDICADO PARA JOVENS E ADULTOS. (SABOR BAUNILHA E MORANGO). APRESENTAÇÃO EM LATA DE 400 G. MARCA E FABRICANTE DE REFERÊNCIA: IGUAL OU SUPERIOR A SUSTENLAC; PRODIET	NESTLE	R$21,84	R$ 22,85
20	200	LT	79312	FÓRMULA INFANTIL DE SEGUIMENTO PARA LACTANTES ENRIQUECIDO DE PROTEÍNAS E PREBIÓTICOS, FONTE DE FERRO, VITAMINAS E MINERAIS. (CONTÉM LEITE E DERIVADOS E DERIVADOS DE SOJA). CONTÉM LACTOSE. NÃO CONTÉM GLÚTEN. APRESENTAÇÃO EM LATA DE 800 G. MARCA E FABRICANTE DE REFERÊNCIA: IGUAL OU SUPERIOR A NESTOGENO 2 - NESTLE	NESTLE	R$45,23	R$ 47,33
23	400	UN	51469	FÓRMULA INFANTIL LACTENTES I E DE SEGUIMENTO, LACTENTES E DE SEGUIMENTO PARA LACTENTES - BASE DE PROTEINA DE SOJA - EMBALAGEM 400G. FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES COM INTOLERÂNCIA À LACTOSE, ISENTA DE LACTOSE À BASE DE LEITE DE VACA ÓLEOS VEGETAIS E MALTODEXTRINA, ENRIQUECIDA COM VITAMINAS, NUCLEOTÍDEOS, MINERAIS, FERRO E OUTROS OLIGOELEMENTOS. ATENDENDO AS RECOMENDAÇÕES DO CÓDEX ALIMENTAR FAO/OMS. APRESENTAÇÃO EM LATA DE 400 G. MARCA E FABRICANTE DE REFERÊNCIA: IGUAL OU SUPERIOR A APTAMIL S.L.; DANONE	NESTLE	R$42,28	R$ 44,24
24	200	UN	79313	COMPOSTO LÁCTEO I. PARA DE CRIANÇAS A PARTIR DE 1 ANOCOMPOSTO LÁCTEO DE 1 A 3 ANOS COM 17 VITAMINAS E MINERAIS, RICO EM CÁLCIO, VITAMINAS C E D. FONTE DE MINERAIS COMO FERRO, ZINCO, SELÊNIO E FÓSFORO, COM FIBRAS E ÓLEOS VEGETAIS. BAIXO TEOR DE SÓDIO. APRESENTAÇÃO EM LATA DE 800 G. MARCA E FABRICANTE DE REFERÊNCIA: IGUAL OU SUPERIOR A NESTONUTRI - NESTLE	NESTLE	R$49,00	R$ 51,27

Data: 25 de agosto de 2026.

Publicado por:
Gabriela Felix Santos
Código Identificador:A1F79981

PREFEITURA DE TRÊS PONTAS
EXTRATO DE 1º TERMO DE PRORROGAÇÃO E REAJUSTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 277/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 53/2025 – PROCESSO N.º 113/2025
Partes: Município de Três Pontas/MG e Comercial Otto - EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 31.374.156/0001-66.
Objeto: Prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços nº 277/2025, referente ao registro de preços para a aquisição de fórmulas alimentares infantis e dieta enteral, destinados ao cumprimento de sentenças judiciais e à distribuição gratuita pela Secretaria Municipal de Saúde, com o objetivo de assegurar suporte nutricional adequado aos pacientes em situação de vulnerabilidade.
Prorrogação: Fica prorrogado o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços nº 277/2025 por mais 01 (um) ano, com termo final em 25 de agosto de 2027.
Reajuste: Em decorrência da prorrogação e considerando as disposições da Cláusula Quarta da Ata de Registro de Preços nº 277/2025, bem como a variação acumulada do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo no período compreendido entre o mês de apresentação da proposta e os 11 (onze) meses subsequentes, os valores passam a vigorar conforme abaixo:

ITEM	QUANT	UN	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO REAJUSTADO
13	200	UN	48726	COMPLEMENTO ALIMENTAR ADULTO, INDICADO PARA PESSOAS SAUDÁVEIS EM SITUAÇÕES DE MAIOR DEMANDA ENERGÉTICO-PROTEICA. EM PÓ. FONTE PROTEICA LÁCTEA. ENRIQUECIDO COM FIBRAS PRÉBIOTICAS (FOS/INULINA). SEM ADIÇÃO DE AÇUCARES. DE FÁCIL HOMOGENEIZAÇÃO, SEM NECESSIDADE DE INSTRUMENTO. APRESENTAÇÃO LATA DE 700 G. MARCA E FABRICANTE DE REFERENCIA: IGUAL OU SUPERIOR A ADVANCE – EREMIX	EREMIX	R$62,90	R$ 65,82

Data: 25 de agosto de 2026.

Publicado por:
Gabriela Felix Santos
Código Identificador:B9446172

PREFEITURA DE TRÊS PONTAS
EXTRATO DE 1º TERMO DE PRORROGAÇÃO E REAJUSTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 279/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 53/2025 – PROCESSO N.º 113/2025

Partes: Município de Três Pontas/MG e DML Distribuição Ltda., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 02.858.842/0001-04.
Objeto: Prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços nº 279/2025, referente ao registro de preços para a aquisição de fórmulas alimentares infantis e dieta enteral, destinados ao cumprimento de sentenças judiciais e à distribuição gratuita pela Secretaria Municipal de Saúde, com o objetivo de assegurar suporte nutricional adequado aos pacientes em situação de vulnerabilidade.
Prorrogação: Fica prorrogado o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços nº 279/2025 por mais 01 (um) ano, com termo final em 25 de agosto de 2027.
Reajuste: Em decorrência da prorrogação e considerando as disposições da Cláusula Quarta da Ata de Registro de Preços nº 279/2025, bem como a variação acumulada do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo no período compreendido entre o mês de apresentação da proposta e os 11 (onze) meses subsequentes, os valores passam a vigorar conforme abaixo:

ITEM	QUANT	UN	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO REAJUSTADO
19	300	LT	42852	SUPLEMENTO ALIMENTAR EM PÓ DIETA COMPLETA BALANCEADA SUPLEMENTO ALIMENTAR EM PÓ NUTRIÇÃO ENTERAL EM PÓ À BASE DE PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA, RICA EM ISOFLAVONAS. NUTRICIONALMENTE COMPLETA E NORMOCALÓRICA NA DILUIÇÃO PADRÃO. LIVRE DE GLUTÉN, SABOR DIVERSOS. APRESENTAÇÃO EM LATA DE 800 G. MARCA E FABRICANTE DE REFERENCIA: IGUAL OU SUPERIOR A TROPHIC BASIC - DANONE	NUTRO PREMIUM SOY BOX/PRLV INDUSTRIA D	R$ 56,00	R$ 58,60

Data: 25 de agosto de 2026.

Publicado por:
Gabriela Felix Santos
Código Identificador:E6F3A353

PREFEITURA DE TRÊS PONTAS
EXTRATO DE 1º TERMO DE PRORROGAÇÃO E REAJUSTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 278/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 53/2025 – PROCESSO N.º 113/2025
Partes: Município de Três Pontas/MG e Creative Comercio Varejista Ltda., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 44.838.265/0001-39.
Objeto: Prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços nº 278/2025, referente ao registro de preços para a aquisição de fórmulas alimentares infantis e dieta enteral, destinados ao cumprimento de sentenças judiciais e à distribuição gratuita pela Secretaria Municipal de Saúde, com o objetivo de assegurar suporte nutricional adequado aos pacientes em situação de vulnerabilidade.
Prorrogação: Fica prorrogado o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços nº 278/2025 por mais 01 (um) ano, com termo final em 25 de agosto de 2027.
Reajuste: Em decorrência da prorrogação e considerando as disposições da Cláusula Quarta da Ata de Registro de Preços nº 278/2025, bem como a variação acumulada do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo no período compreendido entre o mês de apresentação da proposta e os 11 (onze) meses subsequentes, os valores passam a vigorar conforme abaixo:

ITEM	QUANT	UN	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO REAJUSTADO
28	15.000	CX	79222	DIETA PADRÃO - ADULTO - NUTRIÇÃO ENTERAL, LÍQUIDA, ESPECIALMENTE FORMULADA E ELABORADA PARA USO POR SONDAS OU VIA ORAL, HIPERCALÓRICA (DENSIDADE CALÓRICA SUPERIOR A 1,2 KCAL/ML), NORMO A HIPERPROTEICA (SUPERIOR A 15% DO VALOR ENERGÉTICO TOTAL). NA EMBALAGEM DE FABRICAÇÃO DEVERÁ CONTER O Nº DO LOTE E DATA DE VALIDADE, SENDO DATA DE VALIDADE MÍNIMA NÃO INFERIOR A 180 DIAS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. APROVADO PELA ANVISA.MARCA E FABRICANTE DE REFERÊNCIA: IGUAL OU SUPERIOR A NUTRISON ENERGY 1.5 (DANONE),ISOSOURCE 1.5 (NESTLÉ), FRESUBIN ENERGY (FRESENIUS), FRESUBIN HP ENERGY (FRESENIUS), NUTRI ENTERAL 1.5 (NUTRIMED), TROPHIC 1.5 (PRODIET), TROPHIC EP (PRODIET). NUTRISON ENERGY 1.5	NESTLE	R$ 25,50	R$ 26,68

Data: 25 de agosto de 2026.

Publicado por:
Gabriela Felix Santos
Código Identificador:4FD950D2

PREFEITURA DE TRÊS PONTAS
EXTRATO DE 1º TERMO DE PRORROGAÇÃO E REAJUSTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 283/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 53/2025 – PROCESSO N.º 113/2025
Partes: Município de Três Pontas/MG e Nutridiv Dietas e Suplementos Alimentares Ltda., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 28.423.532/0001-50.
Objeto: Prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços nº 283/2025, referente ao registro de preços para a aquisição de fórmulas alimentares infantis e dieta enteral, destinados ao cumprimento de sentenças judiciais e à distribuição gratuita pela Secretaria Municipal de Saúde, com o objetivo de assegurar suporte nutricional adequado aos pacientes em situação de vulnerabilidade.
Prorrogação: Fica prorrogado o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços nº 283/2025 por mais 01 (um) ano, com termo final em 25 de agosto de 2027.
Reajuste: Em decorrência da prorrogação e considerando as disposições da Cláusula Quarta da Ata de Registro de Preços nº 283/2025, bem como a variação acumulada do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo no período compreendido entre o mês de apresentação da proposta e os 11 (onze) meses subsequentes, os valores passam a vigorar conforme abaixo:

ITEM	QUANT	UN	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO REAJUSTADO
14	5.000	UN	48720	DIETA ADULTO V. ALIMENTO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL OU ORAL -NUTRICIONALMENTE COMPLETO - NORMOCALORICO,	PRODIET - TROPHIC SOYA - 1 LITRO	R$ 18,50	R$ 19,36

				NORMOPROTÉICO A BASE DE SOJA OU CASEINATO. ISENTO DE LACTOSE SACAROSE E GLÚTEN. APRESENTAÇÃO EMBALAGEM DE UM LITRO.MARCA E FABRICANTE DE REFERENCIA: IGUAL OU SUPERIOR A TROPHIC SOYA – PRODIET			
17	10.000	LT	48719	DIETA ADULTO IV. FÓRMULA NUTRIÇÃO ENTERAL /ORAL. NORMOCALÓRICA, NORMOPROTEICA, ISENTA DE SACAROSE, ZERO LACTOSE E ZERO GLÚTEN (TETRA SQUARE 1L, SABOR BAUNILHA). CONSTITUÍDA 100% DE PROTEÍNA DE SOJA. APRESENTAÇÃO EMBALAGEM DE UM LITRO. MARCA E FABRICANTE DE REFERENCIA: IGUAL OU SUPERIOR A ISOSOURCE SOYA 1,2 – NESTLE	PRODIET - TROPHIC SOYA - 1 LITRO	R$ 18,50	R$ 19,36

Data: 25 de agosto de 2026.

Publicado por:
Gabriela Felix Santos
Código Identificador:4CA36AF6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE URUCUIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUCUIA – MG
LISTA DE CREDENCIADOS ATUALIZADA PROC N° 043/2026 INEX N° 017/2026 CRED N° 008/2026

Classificação	Itens	Empresa	CNPJ
1º	03; 14; 20; 21; 22; 23 e 24;	ANCHIETA JUNIOR SERVIÇOS HOSPITALARES LTDA	61.581.049/0001-70
2°	03; 19; 21; 22; 23 e 24;	AVIVE GESTAO DE SERVICOS MEDICOS LTDA	33.458.003/0001-22
3°	30;	CAMINHAR-ME	41.251.551/0001-05
4°	03; 19; 21; 22; 23; 24; 26; 27 e 28;	FARIA VIANA SERVIÇOS MEDICOS LTDA	53.155.447/0001-04
5°	21; 22; 23 e 24;	JOAO LISTER DE SÁ GUIMARAES NETO	37.198.286/0001-71
6°	14; 21; 22; 23 e 24;	DANIEL MARQUES LOPES SERVICOS MEDICOS LTDA	60.588.683/0001-71
7°	21; 22; 23 e 24;	JULIANA OLIVEIRA FRANCO LTDA	42.680.844/0001-70
8°	21; 22; 23 e 24;	MARIA EDUARDA QUEIROZ PEREIRA LTDA	61.197.908/0001-21
9°	03; 19; 22; 23 e 24;	EQUIPE GESTAO EM SAUDE LTDA	46.602.691/0001-02
10°	03; 14; 20; 21; 22; 23 e 24;	SARA NETO SERVICOS HOSPITALARES LTDA	59.759.326/0001-40
11°	14; 21; 22; 23 e 24;	MILENA FERREIRA CRUVINEL SERVICOS MEDICOS LTDA	59.210.357/0001-47
12°	03; 14; 19; 20; 21; 22; 23 e 24;	IZE AMANDA PEREIRA MARQUES SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	53.305.655/0001-34
13°	03, 10 e 12;	SOCIEDADE PARANAENSE DE MEDICINA LTDA	37.092.326/0001-04
14°	03, 14, 19, 20, 21, 22, 23 e 24;	DORNELAS SERVICOS DE SAUDE LTDA	42.435.382/0001-26
15°	19, 22, 23 e 24;	DE CARVALHO MEDICINA E SAUDE LTDA	64.394.080/0001-90
16°	22, 23 e 24	RAYRA GABRIELLY DE OLIVEIRA – ME	60.099.614/0001-02
17°	10;	M L ATENDIMENTO MEDICO LTDA	26.122.041/0001-44
18°	22, 23 e 24	GABRIELLA SOUZA FRANCO	64.868.288/0001-01
19°	22, 23 e 24	L G R SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	59.899.731/0001-63

A PRESENTE PUBLICAÇÃO NÃO CONFIGURA CONVOCAÇÃO IMEDIATA, SENDO QUE AS CONVOCAÇÕES SERÃO REALIZADAS CONFORME NECESSIDADE E CONVENIÊNCIA ADMINISTRATIVA, RESPEITADA A ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO.

Urucuia/MG, 26 de agosto de 2026.

OSWALDO GOMES DA SILVA NETO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Maysa Alves de Souza
Código Identificador:123AD3F0

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO PROCESSO Nº: 107/2025 MODALIDADE: PREGÃO – REGISTRO DE PREÇOS EDITAL Nº: 63/2025

PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Processo nº: 107/2025
Modalidade: Pregão – Registro de Preços
Edital nº: 63/2025
Tipo: Menor Preço Por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEIS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO VIÁRIA DO MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO/MG.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Patrocínio-MG, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Gustavo Tambelini Brasileiro.

CONTRATADO: VELHA GRÁFICA LTDA, inscrita no CNPJ **04.664.811/0001-48.**

Cláusula Primeira - Dos Fundamentos

1.1 - O presente Termo Aditivo tem como objeto a prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, por mais **12 (doze) meses**, condicionada à comprovação da vantajosidade dos preços registrados, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 permanecendo disponíveis para futuras contratações apenas os quantitativos remanescentes do saldo da Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

2.2 - Fica prorrogada a vigência da Ata de Registro de Preços firmada, tendo início em **26 de agosto de 2026 e término em 26 de agosto de 2027.**

CLÁUSULA TERCEIRA- DO VALOR
3.1 - O valor correspondente aos quantitativos remanescentes da Ata de Registro de Preços é demonstrado conforme tabela abaixo:

Item	Quant. remanescente	UN	Descrição	Marca	Valor Lance	Total Lance
27	5.000	UN	PARAFUSO SEXTAVADO DE 8 MM X 1/4 COM PORCA ZINCO BRANCO ROSCA PARCIAL	RADAX	1,70	R$ 8.500,00

3.2-Permanecem inalterados os valores unitários registrados na Ata de Registro de Preços.
3.3-A presente prorrogação alcança exclusivamente os quantitativos remanescentes existentes na Ata na data da prorrogação.
3.4- O valor correspondente aos quantitativos remanescentes da Ata de Registro de Preços é de R$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais), produzindo efeitos a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO
4.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços originária, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

5.1. Incumbirá ao Contratante providenciar a publicação deste termo aditivo nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/2021.
As demais cláusulas contratuais continuam inalteradas.

E assim, por estarem justos e pactuados, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas para que possa surtir seus legais e jurídicos efeitos.

Patrocínio-MG, 20 de agosto de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO
Contratante

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:61CD04A0

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIEIRAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIEIRAS
DECRETO Nº. 102/2026, DE 24 DE AGOSTO DE 2026.

DECRETO Nº. 102/2026, DE 24 DE AGOSTO DE 2026.

"Dispõe sobre a convocação para contratação dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado (PSS), Edital 02/2025 SME, para contratação temporária de docentes, suporte pedagógico direto, demais profissionais da educação e a formação de cadastro de reserva e Chamamento Público SMAS contratação temporária de Assistente Social do CREAS à Secretaria Municipal de Assistência Social, e dá outras providencias".

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIEIRAS, Estado de Minas Gerais, **Ricardo Celles Maia**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, pelo Estatuto dos Servidores do Município, instituído pela Lei Municipal nº 37/1956, pela Lei Federal nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), pela Lei Complementar Municipal nº 13/2020, pelas Leis Municipais nº 1.078/2021 e nº 1.020/2019, e demais legislações aplicáveis, considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público, após a regular realização do Processo Seletivo Simplificado – PSS, regido pelo Edital nº 02/2025, da Secretaria Municipal de Educação, destinado à contratação temporária de docentes, profissionais de suporte pedagógico direto e demais profissionais da educação, bem como à formação de cadastro de reserva, considerando, ainda, o Decreto Municipal nº 09/2026, de 29 de janeiro de 2026, que homologou o resultado final do referido certame, e o disposto no art. 37 da Constituição Federal,

CONSIDERANDO a competência do Chefe do Poder Executivo Municipal para dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Pública, nos termos da Lei Orgânica Municipal e do art. 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a necessidade temporária de excepcional interesse público para assegurar a continuidade e a regularidade do serviço público educacional, especialmente no atendimento à rede municipal de ensino;
CONSIDERANDO a realização do Processo Seletivo Simplificado – PSS, regido pelo Edital nº 02/2025, da Secretaria Municipal de Educação, destinado à contratação temporária de docentes, profissionais de suporte pedagógico direto e demais profissionais da educação, bem como à formação de cadastro de reserva e Chamamento Público SMAS nº 002|2026;

CONSIDERANDO a homologação do resultado final do Processo Seletivo Simplificado – PSS – Edital nº 02/2025, por meio do Decreto Municipal nº 09/2026, de 29 de janeiro de 2026;

CONSIDERANDO o pedido de exoneração da servidora **MARIA RITA LEITE, cargo:** Assistente Social da Secretaria Municipal de Educação, portadora do CPF: XXX.188.XXX-00;
CONSIDERANDO o pedido de exoneração da servidora **WELDERSA APARECIDA DOS SANTOS, cargo:** Assistente Social – CREAS Centro de Referência Especializado de Assistência Social à Secretaria Municipal de Assistência Social, portadora do CPF: XXX.438.XXX-97;
CONSIDERANDO a necessidade de observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, previstos no art. 37 da Constituição Federal, bem como às normas que regem a contratação temporária no âmbito da Administração Pública Municipal.
DECRETA:
Art. 1º. Ficam convocado para comprovação dos requisitos para contratação conforme item **8 - DAS CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO** do Edital n° 002/2025 – SME e Chamamento Público SMAS nº 002|2026, os candidatos abaixo listados:

I – Assistente Social – SME

Classificação	Inscrição	Nome	Títulos	Tempo Função	Total	Entrevista	Total
2º	115	LUCIANA APARECIDA RIGUETE SILVA	5	0	5	65	70

II – Assistente Social – CREAS – SMAS

Classificação	Nome
2º	Alessandra de Freitas Assumpçaõ Dornelas

Art. 2º. Os candidatos acima identificados deverão protocolizar, no Setor de Pessoal da Prefeitura Municipal de Vieiras/MG, os seguintes documentos:
a) Certidão de nascimento ou casamento atualizada com data inferior a 60 dias;
b) CPF;
c) Carteira de Identidade;
d) Declaração de bens ou cópia do documento do bem;
e) Cartão de Cadastramento no PIS/PASEP (se tiver);
f) Exame Médico Admissional;
g) 02 (duas) fotografias 3x4;
h) Título de Eleitor e comprovante de certidão de quitação eleitoral;
i) Certificado de Reservista, se do sexo masculino;
j) Certidão Antecedentes Cível e Criminal;
k) Comprovante de endereço atualizado;
l) Carteira de vacinação;
m) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos, ou mais se for dependente;
n) Diploma, certificado ou Declaração de conclusão do curso correspondente à escolaridade exigida.
o) Declaração de que não infringe o art. 37, inciso XVI da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (acumulação de cargos e funções) e ainda, quanto aos proventos de aposentadoria, o disposto no art. 37 §10, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, com a redação dada pela Emenda Constitucional n° 20/1988.
§1°- Todos os documentos fotocopiados exigidos neste artigo deverão, obrigatoriamente, ser apresentados conjuntamente aos originais para conferência, no ato da entrega.
§2° - Os documentos serão entregues pelo candidato, consoante este específico ato de convocação, não sendo permitida ausência ou substituição de documentos por outros, mesmo que similares, cabendo ao candidato proceder a entrega completa e total dos documentos obrigatórios exigidos.
§3° - O(a) candidato(a) que deixar de comparecer no prazo máximo de 02(dois) dias, será preterido do direito de contratação, passando a constar da última vaga da lista dos classificados para fins de contratação.
Art. 3° - A contratação ocorrerá por tempo determinado, com fundamento no art. 37, inciso IX, da Constituição da República, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da Lei Municipal nº 1.020/2019, observados os requisitos legais, o prazo estabelecido e as condições previstas no respectivo instrumento convocatório.
§1° - A convocação para contratação será publicada no quadro de avisos nos termos da Lei 1.060/2021, de 22 de março de 2022, no diário oficial e no sítio eletrônico do município: https://www.vieiras.mg.gov.br.
§2° - Não correndo a contratação no prazo improrrogável de 02(dois) dias a contar da publicação deste instrumento, a possível contratação do candidato será considerada sem efeito, implicando no reconhecimento da desistência e renúncia quanto ao preenchimento, através de contrato, do cargo para o qual foi aprovado, reservando-se à administração o direito de convocar o próximo candidato.
Art. 4° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Vieiras/MG, 24 de Agosto de 2026.

RICARDO CELLES MAIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodolpho Olavo de Oliveira Pereira
Código Identificador:94969E8F

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIEIRAS
DECRETO Nº. 99/2026, DE 20 DE AGOSTO DE 2026.

DECRETO Nº. 99/2026, DE 20 DE AGOSTO DE 2026.

"Dispõe sobre a convocação para contratação dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado (PSS), Edital 02/2025 SME, para contratação temporária de docentes, suporte pedagógico direto, demais profissionais da educação e a formação de cadastro de reserva, e dá outras providencias".

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIEIRAS, Estado de Minas Gerais, **Ricardo Celles Maia**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, pelo Estatuto dos Servidores do Município, instituído pela Lei Municipal nº 37/1956, pela Lei Federal nº 9.394/1996 (Lei de

Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), pela Lei Complementar Municipal nº 13/2020, pelas Leis Municipais nº 1.078/2021 e nº 1.020/2019, e demais legislações aplicáveis, considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público, após a regular realização do Processo Seletivo Simplificado – PSS, regido pelo Edital nº 02/2025, da Secretaria Municipal de Educação, destinado à contratação temporária de docentes, profissionais de suporte pedagógico direto e demais profissionais da educação, bem como à formação de cadastro de reserva, considerando, ainda, o Decreto Municipal nº 09/2026, de 29 de janeiro de 2026, que homologou o resultado final do referido certame, e o disposto no art. 37 da Constituição Federal,

CONSIDERANDO a competência do Chefe do Poder Executivo Municipal para dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Pública, nos termos da Lei Orgânica Municipal e do art. 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a necessidade temporária de excepcional interesse público para assegurar a continuidade e a regularidade do serviço público educacional, especialmente no atendimento à rede municipal de ensino;

CONSIDERANDO a realização do Processo Seletivo Simplificado – PSS, regido pelo Edital nº 02/2025, da Secretaria Municipal de Educação, destinado à contratação temporária de docentes, profissionais de suporte pedagógico direto e demais profissionais da educação, bem como à formação de cadastro de reserva;

CONSIDERANDO a homologação do resultado final do Processo Seletivo Simplificado – PSS – Edital nº 02/2025, por meio do Decreto Municipal nº 09/2026, de 29 de janeiro de 2026;

CONSIDERANDO o pedido de licença médica do servidor **SILVERIO SEBASTIÃO SILVEIRA**, portador do CPF: XXX.236.XXX-15, por um período de 14 dias com início de 20/08/2026 até 02/09/2026;

CONSIDERANDO a necessidade de observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, previstos no art. 37 da Constituição Federal, bem como às normas que regem a contratação temporária no âmbito da Administração Pública Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. Fica convocada abaixo a candidata para o contrato temporário nos termos do período acima exposto podendo ser prorrogado, para comprovação dos requisitos para contratação conforme item **8 - DAS CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO** do Edital n° 002/2025 - SME, os candidatos abaixo listados:

I – Disciplina: Ciências e Saberes do Campo

Lotação: Escola Municipal Anísio Acelino de Andrade

Classificação	Inscrição	Nome	Títulos	Tempo	Acertos	Valor por questão	Prova	Redação	Total
2º	131	ROSELAYNE CRISTINA DA SILVA MARQUES	10	06	40	0,75	30,00	24	70

Art. 2º. O candidato acima identificado deverão protocolizar, no Setor de Pessoal da Prefeitura Municipal de Vieiras/MG, os seguintes documentos:

a) Certidão de nascimento ou casamento atualizada com data inferior a 60 dias;
b) CPF;
c) Carteira de Identidade;
d) Declaração de bens ou cópia do documento do bem;
e) Cartão de Cadastramento no PIS/PASEP (se tiver);
f) Exame Médico Admissional;
g) 02 (duas) fotografias 3x4;
h) Título de Eleitor e comprovante de certidão de quitação eleitoral;
i) Certificado de Reservista, se do sexo masculino;
j) Certidão Antecedentes Cível e Criminal;
k) Comprovante de endereço atualizado;
l) Carteira de vacinação;
m) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos, ou mais se for dependente;
n) Diploma, certificado ou Declaração de conclusão do curso correspondente à escolaridade exigida.
o) Declaração de que não infringe o art. 37, inciso XVI da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (acumulação de cargos e funções) e ainda, quanto aos proventos de aposentadoria, o disposto no art. 37 §10, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, com a redação dada pela Emenda Constitucional n° 20/1988.

§1°- Todos os documentos fotocopiados exigidos neste artigo deverão, obrigatoriamente, ser apresentados conjuntamente aos originais para conferência, no ato da entrega.

§2° - Os documentos serão entregues pelo candidato, consoante este específico ato de convocação, não sendo permitida ausência ou substituição de documentos por outros, mesmo que similares, cabendo ao candidato proceder a entrega completa e total dos documentos obrigatórios exigidos.

§3° - O(a) candidato(a) que deixar de comparecer no prazo máximo de 02(dois) dias, será preterido do direito de contratação, passando a constar da última vaga da lista dos classificados para fins de contratação.

Art. 3° - A contratação ocorrerá por tempo determinado, com fundamento no art. 37, inciso IX, da Constituição da República, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da Lei Municipal nº 1.020/2019, observados os requisitos legais, o prazo estabelecido e as condições previstas no respectivo instrumento convocatório.

§1° - A convocação para contratação será publicada no quadro de avisos nos termos da Lei 1.060/2021, de 22 de março de 2022, no diário oficial e no sítio eletrônico do município: https://www.vieiras.mg.gov.br.

§2° - Não correndo a contratação no prazo improrrogável de 02(dois) dias a contar da publicação deste instrumento, a possível contratação do candidato será considerada sem efeito, implicando no reconhecimento da desistência e renúncia quanto ao preenchimento, através de contrato, do cargo para o qual foi aprovado, reservando-se à administração o direito de convocar o próximo candidato.

Art. 4° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Vieiras/MG, 20 de agosto de 2026.

RICARDO CELLES MAIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodolpho Olavo de Oliveira Pereira
Código Identificador:09A1E449

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO

PROCURADORIA MUNICIPAL
LEI COMPLEMENTAR Nº 286 DE 13 DE AGOSTO DE 2026.

LEI COMPLEMENTAR Nº 286 DE 13 DE AGOSTO DE 2026.

"ALTERA O ANEXO II (MAPA DE ZONEAMENTO) DA LEI COMPLEMENTAR Nº 132, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014, PARA INSTITUIR ZONA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL – ZEIS NO DISTRITO DE SÃO JOÃO DA SERRA NEGRA E DEFINE DIRETRIZES URBANÍSTICAS ESPECÍFICAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O povo de Patrocínio, por seus representantes legais, aprovou e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica alterado o Anexo II – Mapa de Zoneamento da Lei Complementar nº 132, de 10 de dezembro de 2014, para incluir como Zona Especial de Interesse Social – ZEIS a área correspondente à delimitação perimétrica abaixo descrita, destinada, à ampliação da oferta de moradia digna e à promoção do desenvolvimento urbano ordenado do Distrito de São João da Serra Negra:
IMÓVEL RURAL: constituído de 12,31,16ha de campos, situados na Fazenda Serra Negra, Distrito de São João da Serra Negra, Município de Patrocínio, MG, demarcado pela seguinte linha perimétrica: Tem início no ponto 171, situado na divisa entre a confrontação entre Zilda Gonçalves Nunes - Matrícula 82.932 e Zilda Gonçalves Nunes - Matrícula 82.933, definido pelas coordenadas Geodésicas Latitude 18º50'5.1620"S e Longitude 46º49'10.7120"W, UTM E(X)=308.268,9343 e N(Y)=7.916.471,8747, com Azimutes referenciados ao Norte de Quadrícula. ROTEIRO PERIMÉTRICO - ÁREA TOTAL De Para Azimute Distância (m) Coord. E(X) Coord. N(Y) 171 172 93° 12' 46" 49,463 308268,9343 7916471,8747 172 173 183° 12' 46" 20,000 308318,3193 7916469,1026 173 174 93° 12' 46" 12,000 308317,1984 7916449,1340 174 175 3° 12' 46" 20,000 308329,1796 7916448,4615 175 176 93° 12' 46" 50,000 308330,3005 7916468,4301 176 177 183° 12' 46" 20,000 308380,2219 7916465,6279 177 178 93° 12' 46" 12,000 308379,1010 7916445,6593 178 179 3° 12' 46" 20,000 308391,0821 7916444,9868 179 180 93° 12' 46" 50,000 308392,2030 7916464,9553 180 181 183° 12' 46" 20,000 308442,1244 7916462,1531 181 182 93° 12' 46" 12,000 308441,0036 7916442,1846 182 183 3° 12' 46" 20,000 308452,9847 7916441,5120 183 184 93° 12' 46" 40,000 308454,1056 7916461,4806 184 185 183° 12' 46" 20,000 308494,0427 7916459,2388 185 186 93° 12' 46" 12,000 308492,9218 7916439,2703 186 187 3° 12' 46" 20,000 308504,9030 7916438,5977 187 188 93° 12' 46" 40,000 308506,0238 7916458,5663 188 189 183° 12' 46" 20,000 308545,9610 7916456,3245 189 190 93° 12' 46" 12,000 308544,8401 7916436,3560 190 191 3° 12' 46" 20,000 308556,8212 7916435,6834 191 192 93° 12' 46" 45,211 308557,9421 7916455,6520 192 9 170° 33' 59" 49,694 308603,0825 7916453,1182 9 10 170° 21' 38" 32,367 308611,2275 7916404,0966 10 11 170° 27' 07" 27,483 308616,6472 7916372,1870 11 12 170° 12' 45" 18,776 308621,2059 7916345,0849 12 13 170° 23' 56" 19,826 308624,3978 7916326,5819 13 14 170° 51' 08" 19,749 308627,7045 7916307,0338 14 15 170° 15' 20" 21,045 308630,8442 7916287,5363 15 16 170° 08' 00" 26,095 308634,4061 7916266,7953 16 17 170° 54' 50" 14,135 308638,8776 7916241,0865 17 18 119° 54' 08" 30,808 308641,1098 7916227,1288 18 19 120° 49' 27" 11,281 308667,8165 7916211,7704 19 20 107° 37' 11" 13,060 308677,5041 7916205,9899 20 21 101° 38' 43" 0,237 308689,9517 7916202,0366 21 22 204° 00' 47" 45,581 308690,1838 7916201,9888 22 23 203° 50' 54" 20,837 308671,6349 7916160,3527 23 24 204° 01' 38" 21,189 308663,2101 7916141,2948 24 25 275° 38' 34" 57,685 308654,5826 7916121,9419 25 26 185° 41' 39" 61,570 308597,1774 7916127,6138 26 27 269° 02' 17" 43,348 308591,0687 7916066,3480 27 28 309° 59' 59" 20,156 308547,7272 7916065,6203 28 29 309° 34' 36" 41,785 308532,2867 7916078,5763 29 30 216° 49' 21" 19,482 308500,0797 7916105,1981 30 31 305° 59' 37" 0,903 308488,4036 7916089,6032 31 32 305° 38' 13" 0,883 308487,6732 7916090,1337 32 33 305° 17' 58" 0,864 308486,9559 7916090,6480 33 34 304° 59' 03" 0,846 308486,2509 7916091,1471 34 35 304° 41' 38" 0,830 308485,5574 7916091,6324 35 36 304° 25' 53" 0,816 308484,8747 7916092,1051 36 37 304° 11' 59" 0,802 308484,2019 7916092,5663 37 38 304° 00' 06" 0,790 308483,5382 7916093,0173 38 39 303° 50' 23" 0,780 308482,8830 7916093,4593 39 40 303° 42' 59" 0,770 308482,2354 7916093,8935 40 41 303° 38' 00" 0,762 308481,5946 7916094,3211 41 42 303° 35' 32" 0,756 308480,9599 7916094,7433 42 43 303° 35' 42" 0,750 308480,3304 7916095,1614 43 44 303° 38' 32" 0,746 308479,7054 7916095,5766 44 45 303° 44' 04" 0,744 308479,0841 7916095,9900 45 46 303° 51' 38" 0,742 308478,4658 7916096,4030 46 47 303° 58' 35" 0,741 308477,8496 7916096,8164 47 48 304° 04' 14" 0,739 308477,2355 7916097,2303 48 49 304° 08' 36" 0,738 308476,6230 7916097,6445 49 50 304° 11' 40" 0,737 308476,0121 7916098,0588 50 51 304° 13' 25" 0,736 308475,4025 7916098,4730 51 52 304° 13' 51" 0,735 308474,7941 7916098,8868 52 53 304° 12' 57" 0,734 308474,1865 7916099,3002 53 54 304° 10' 44" 0,733 308473,5798 7916099,7128 54 55 304° 07' 12" 0,732 308472,9735 7916100,1245 55 56 304° 02' 19" 0,731 308472,3676 7916100,5350 56 57 303° 56' 05" 0,730 308471,7618 7916100,9442 57 58 303° 48' 31" 0,730 308471,1559 7916101,3519 58 59 303° 39' 37" 0,729 308470,5497 7916101,7578 59 60 303° 29' 21" 0,728 308469,9431 7916102,1618 60 61 303° 18' 05" 0,728 308469,3358 7916102,5636 61 62 303° 07' 10" 0,728 308468,7275 7916102,9632 62 63 302° 56' 59" 0,729 308468,1178 7916103,3610 63 64 302° 47' 33" 0,731 308467,5059 7916103,7575 64 65 302° 38' 54" 0,734 308466,8914 7916104,1535 65 66 302° 31' 04" 0,737 308466,2735 7916104,5493 66 67 302° 24' 02" 0,742 308465,6518 7916104,9457 67 68 302° 17' 50" 0,747 308465,0255 7916105,3432 68 69 302° 12' 28" 0,753 308464,3940 7916105,7423 69 70 302° 07' 56" 0,760 308463,7569 7916106,1437 70 71 302° 04' 13" 0,768 308463,1133 7916106,5479 71 72 302° 01' 18" 0,776 308462,4629 7916106,9555 72 73 301° 59' 11" 0,785 308461,8048 7916107,3670 73 74 301° 57' 50" 0,796 308461,1386 7916107,7831 74 75 301° 57' 14" 0,807 308460,4636 7916108,2043 75 76 301° 57' 13" 0,818 308459,7792 7916108,6311 76 77 301° 57' 22" 0,829 308459,0851 7916109,0641 77 78 301° 57' 31" 0,840 308458,3815 7916109,5030 78 79 301° 57' 42" 0,849 308457,6691 7916109,9474 79 80 301° 57' 55" 0,858 308456,9486 7916110,3970 80 81 301° 58' 08" 0,867 308456,2204 7916110,8514 81 82 301° 58' 23" 0,874 308455,4853 7916111,3102 82 83 301° 58' 40" 0,881 308454,7437 7916111,7731 83 84 301° 58' 58" 0,887 308453,9964 7916112,2397 84 85 301° 59' 17" 0,893 308453,2438 7916112,7096 85 86 301° 59' 38" 0,897 308452,4867 7916113,1825 86 87 302° 00' 00" 0,902 308451,7255 7916113,6580 87 88 302° 00' 23" 0,905 308450,9610 7916114,1358 88 89 302° 00' 49" 0,908 308450,1936 7916114,6154 89 90 302° 01' 15" 0,910 308449,4241 7916115,0965 90 91 302° 01' 32" 0,911 308448,6529 7916115,5788 91 92 302° 00' 55" 0,913 308447,8805 7916116,0619 92 93 301° 59' 14" 0,915 308447,1065 7916116,5459 93 94 301° 56' 28" 0,919 308446,3300 7916117,0308 94 95 301° 52' 39" 0,922 308445,5505 7916117,5168 95 96 301° 47' 48" 0,927 308444,7673 7916118,0038 96 97 301° 41' 57" 0,932 308443,9797 7916118,4921 97 98 301° 35' 08" 0,937 308443,1870 7916118,9817 98 99 301° 27' 21" 0,944 308442,3885 7916119,4727 99 100 301° 18' 40" 0,951 308441,5835 7916119,9651 100 101 301° 09' 06" 0,958 308440,7714 7916120,4591 101 102 300° 58' 42" 0,966 308439,9515 7916120,9547 102 103 300° 47' 30" 0,975 308439,1231 7916121,4520 103 104 300° 35' 34" 0,985 308438,2855 7916121,9512 104 105 300° 22' 54" 0,995 308437,4380 7916122,4523 105 106 300° 09' 52" 1,005 308436,5799 7916122,9553 106 107 299° 57' 35" 1,015 308435,7109 7916123,4604 107 108 299° 46' 15" 1,024 308434,8315 7916123,9673 108 109 299° 35' 51" 1,033 308433,9425 7916124,4758 109 110 299°

26' 19" 1,040 308433,0446 7916124,9858 110 111 299° 17' 37" 1,047 308432,1388 7916125,4970 111 112 299° 09' 43" 1,053 308431,2259 7916126,0092 112 113 299° 02' 34" 1,058 308430,3066 7916126,5222 113 114 298° 56' 10" 1,062 308429,3817 7916127,0357 114 115 298° 50' 28" 1,066 308428,4522 7916127,5496 115 116 298° 45' 28" 1,068 308427,5188 7916128,0637 116 117 298° 41' 08" 1,070 308426,5822 7916128,5776 117 118 298° 37' 28" 1,071 308425,6434 7916129,0913 118 119 298° 34' 28" 1,071 308424,7032 7916129,6045 119 120 298° 32' 05" 1,071 308423,7623 7916130,1169 120 121 298° 30' 07" 1,070 308422,8215 7916130,6284 121 122 298° 27' 36" 1,074 308421,8809 7916131,1392 122 123 298° 24' 19" 1,082 308420,9370 7916131,6508 123 124 298° 20' 20" 1,095 308419,9855 7916132,1654 124 125 298° 15' 44" 1,112 308419,0220 7916132,6850 125 126 298° 10' 36" 1,135 308418,0423 7916133,2117 126 127 298° 05' 01" 1,162 308417,0420 7916133,7475 127 128 297° 59' 06" 1,194 308416,0169 7916134,2945 128 129 297° 52' 55" 1,231 308414,9626 7916134,8548 129 130 297° 46' 36" 1,272 308413,8749 7916135,4302 130 131 297° 40' 11" 1,318 308412,7493 7916136,0231 131 132 297° 33' 47" 1,369 308411,5817 7916136,6353 132 133 297° 27' 27" 1,425 308410,3677 7916137,2690 133 134 297° 21' 14" 1,486 308409,1030 7916137,9261 134 135 297° 15' 10" 1,551 308407,7833 7916138,6089 135 136 295° 58' 48" 32,292 308406,4043 7916139,3192 136 137 295° 14' 48" 7,819 308377,3753 7916153,4650 137 138 289° 12' 28" 61,359 308370,3032 7916156,7999 138 139 291° 15' 36" 41,130 308312,3597 7916176,9868 139 140 277° 54' 14" 21,640 308274,0287 7916191,9006 140 141 320° 49' 45" 2,197 308252,5941 7916194,8763 141 142 3° 45' 16" 14,891 308251,2066 7916196,5794 142 143 3° 51' 46" 32,925 308252,1817 7916211,4386 143 144 3° 42' 04" 23,500 308254,3996 7916244,2883 144 145 48° 27' 25" 2,130 308255,9166 7916267,7397 145 146 93° 12' 46" 27,724 308257,5111 7916269,1525 146 147 3° 12' 46" 12,000 308285,1914 7916267,5988 147 148 273° 12' 46" 27,621 308285,8639 7916279,5799 148 149 318° 27' 28" 2,112 308258,2860 7916281,1279 149 150 3° 42' 10" 14,622 308256,8853 7916282,7088 150 151 3° 44' 40" 21,455 308257,8295 7916297,2999 151 152 3° 46' 53" 18,899 308259,2307 7916318,7094 152 153 3° 46' 04" 16,027 308260,4772 7916337,5676 153 154 48° 29' 25" 2,132 308261,5304 7916353,5600 154 155 93° 12' 46" 26,927 308263,1266 7916354,9727 155 156 3° 12' 46" 12,000 308290,0111 7916353,4636 156 157 273° 12' 46" 26,843 308290,6837 7916365,4447 157 158 318° 18' 45" 2,118 308263,8829 7916366,9491 158 159 3° 24' 44" 17,198 308262,4746 7916368,5305 159 160 3° 45' 51" 6,302 308263,4982 7916385,6980 160 166 93° 12' 46" 25,439 308263,9119 7916391,9869 166 167 3° 12' 46" 48,044 308289,3107 7916390,5612 167 168 273° 12' 46" 23,500 308292,0032 7916438,5294 168 169 3° 40' 59" 12,000 308268,5402 7916439,8464 169 170 318° 12' 46" 2,121 308269,3110 7916451,8221 170 171 3° 12' 46" 18,500 308267,8974 7916453,4038 ÁREA: 123.116,357m² Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 45° WGr, tendo como o Datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM. Vértices Confrontantes 171 ao 192 Zilda Gonçalves Nunes - Matrícula: 82.932 192 ao 21 Simonal Ozanam Peres e Outros - Matrícula 63.528; 21 ao 24 Marcelo dos Reis Peres - Matrícula 39.580; 24 ao 28 Município de Patrocínio; 28 ao 30 Luziana da Silva Viana Borges (Posseira); 30 ao 141 Município de Patrocínio - Avenida José Maria de Alkimim 141 ao 144 Município de Patrocínio - Rua Adolfo Francisco de Brito 144 ao 149 Município de Patrocínio - Rua João Alves do Nascimento 149 ao 153 Município de Patrocínio - Rua Adolfo Francisco de Brito 153 ao 158 Município de Patrocínio - Graciano dos Reis Guimarães 158 ao 160 Município de Patrocínio - Rua Adolfo Francisco de Brito 160 ao 171 Zilda Gonçalves Nunes - Matrícula: 82.933.

Art. 2° A instituição da Zona Especial de Interesse Social – ZEIS de que trata esta Lei Complementar fundamenta-se no interesse público urbanístico e social, visando à promoção do direito à moradia, à concretização da função social da propriedade e ao desenvolvimento ordenado do Distrito de São João da Serra Negra, nos termos da Constituição Federal, do Estatuto da Cidade e do Plano Diretor Participativo do Município.

Art. 3º O Mapa de Zoneamento constante do Anexo II da Lei Complementar nº 132, de 10 de dezembro de 2014, passa a vigorar com a alteração promovida por esta Lei Complementar, consistente na inclusão da área descrita no art. 1º como Zona Especial de Interesse Social – ZEIS, permanecendo inalteradas as demais disposições do referido Anexo.

Art. 4° A implantação de parcelamento do solo na área classificada como ZEIS deverá observar a legislação urbanística vigente, especialmente a Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, o Plano Diretor Municipal e demais normas aplicáveis.

Art. 5° A aprovação de projetos de parcelamento do solo, uso e ocupação da área observará os procedimentos técnicos e administrativos estabelecidos pelos órgãos competentes da Administração Municipal.

Art. 6° A área classificada como Zona Especial de Interesse Social – ZEIS observará as diretrizes urbanísticas específicas constantes do Anexo I desta Lei Complementar, parte integrante deste diploma legal.

Art. 7º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Patrocínio-MG, 13 de agosto de 2026.

GUSTAVO TAMBELINI BRASILEIRO
Prefeito Municipal

Autor: Prefeito Municipal

ANEXO I

LOTEAMENTO PINHEIRO										
São João da Serra Negra - Distrito de Patrocínio MG										
ANEXO X - PARÂMETROS URBANÍSTICOS - ZEIS (Zona Especial Interesse Social)										
ZONA SETOR 50	**USO**	**COEFICIENTE MÍNIMO DE APROVEITAMENTO CA**	**COEFICIENTE MÁXIMO DE APROVEITAMENTO CA**	**TAXA MÁXIMA DE OCUPAÇÃO (%)**	**TAXA MÍNIMO DE PERMEABILIDADE TP (%)**	**AFASTAMENTO FRONTAL MÍNIMO (M)**	**AFASTAMENTO LATERAL MÍNIMO (M)**	**AFASTAMENTO MÍNIMO DE FUNDOS**	**ALTARA MÁXIMA DA EDIFICAÇÃO (M)**	**ALTURA MÁXIMA NA DIVISA (M)***
Zeis Residencial	Residencial	-	2.8	70	10	3	Altura < 12m = 1,5m	Altura < 7,5m = 0,0m	12	7.5
Zeis Mista	Residencial	-	2.8	70	10	3	Altura < 12m = 1,5m	Altura < 7,5m = 0,0m	12	7.5
	Comercial	-	5.6	80	10	0	Altura < 12m = 0,0m Altura > 12m = 1,5M	Altura < 9m = 0,0m	21	7.5

*Inclui cobertura
Área Mínima dos lotes de 200m²
Testada Mínima de 10m, exceto para lotes de esquina que será no mínimo 15m Vias de tráfego com largura mínima de 12m (passeio + rua)
H = é a altura da edificação, EXCETO cobertura, barriletes e reservatório

RESIDENCIA
O afastamento lateral poderá ser apenas em uma das laterais do terreno (mínimo 1,50m)

COMERCIO
Enquadram como ZEIS MISTA os lotes com frente para Av. José Maria de Alkimim e para a R. João Alves do Nascimento

COMERCIO
Enquadram como ZEIS MISTA os lotes com frente para Av. José Maria de Alkimim e para a R. João Alves do Nascimento

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:C458B887

